00100.122228/2021-64

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI SUP. ÚNICO AO Nº 184, QUARTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 2021

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)
2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)
1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)
2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)
3ª - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2021 6

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2021 18

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2021 42

1.1.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2021 59

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2021 60

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2021 66

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2021 128

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de setembro de 2021 165

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2021 200

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2021 264

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2021 308

1.4 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2021 341

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2021 346

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2021 363

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2021 382

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.122228/2021-64

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2021 398

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2021 415

1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de setembro de 2021 420

1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2021 479

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2021 522

1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de setembro de 2021 524

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2021 542

1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2021 560

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2021 597

Ata da 15ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de outubro de 2021 (Realizada em conjunto com a 24ª reunião da CMA) 630

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2021 664

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2021 679

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2021 723

1.9 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2021 780

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2021 800

1.10 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 9ª Reunião, realizada em 9 de agosto de 2021 834

Ata da 10ª Reunião, realizada em 20 de agosto de 2021 841

Ata da 11ª Reunião, realizada em 27 de agosto de 2021 879

Ata da 12ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 2021 911

Ata da 13ª Reunião, realizada em 1º de outubro de 2021 935

1.11 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2021 967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.122228/2021-64

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2021 1005

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de outubro de 2021 1006

Ata da 24ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de outubro de 2021 (Realizada em conjunto com a 15ª reunião da CRA)**(vide item 1.8)**

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2021 1037

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2021 1058

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2021 1099

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2021 1130

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2021 1164

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Nilda Gondim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Eliane Nogueira, Izalci Lucas, Flávio Arns, Eduardo Girão, Giordano, Lasier Martins, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 587, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta art. 627-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a imposição de multas a pequenos agricultores durante o período de calamidade pública decorrente de frustração na produção por fatores climáticos negativos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Paulo Rocha, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1418, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a destinação de recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 793, de 2015 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4691, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 10 de outubro de 1975, que “Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências”, para tornar obrigatória a notificação de doenças raras." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 350, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera dispositivo da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que "regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição e dá outras providências", para dispor sobre o tempo de serviço prestado pelos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias" **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 184, de 2018 - Terminativo -** que: "Especifica as atribuições de Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento dentre os quadros de Agente Comunitário de Saúde previstos na Lei n° 11.350, de 5 de outubro de 2006." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Nilda Gondim

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/28

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Havendo o número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: cópias de ofícios e moções de Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e entidades, contendo considerações sobre a pandemia do coronavírus e outros temas relacionados à saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Informo que foi retirado de pauta o item nº 8, Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2018, a pedido do Relator, Senador Zequinha Marinho, para reexame do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 587, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta art. 627-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a imposição de multas a pequenos agricultores durante o período de calamidade pública decorrente de frustração na produção por fatores climáticos negativos e dá outras providências.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODE/PR)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agradeço, Senadora Nilda Gondim.

Parabenizo a senhora pela Presidência hoje da Comissão. Que bom! Também parabenizo-a por todo o seu esforço a favor da área social, que tem sido permanente.

Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Muito obrigada.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Em relação ao projeto do Senador Alvaro Dias, passo à análise.

Parabenizo a preocupação do nobre Senador Alvaro Dias com a busca de soluções para aplacar o sofrimento por que passam os pequenos agricultores, devido a condições climáticas desfavoráveis que prejudicam a produção rural, pelo que a presente iniciativa legislativa contempla mérito bastante louvável no sentido de socorrer esse importante segmento populacional em situações calamitosas.

Na proposta, não há desconstituição dos direitos dos trabalhadores, sendo que as infrações dos empregadores devem ser objeto de efetiva regularização, sob pena de nova atuação da fiscalização do trabalho e de responsabilização criminal, trabalhista e de reparação civil, conforme o caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todavia, ainda que sob o aspecto formal não encontremos impedimentos à tramitação do Projeto de Lei 587, de 2019, não é de se descartar a possibilidade de que a proposição, caso aprovada, abra um precedente perigoso para pedidos semelhantes por parte de outros setores, além de submeter a grave risco a garantia dos direitos dos trabalhadores da área rural, onde ainda grande parte trabalha de forma precária e à margem da legislação que os rege.

A informalidade, como se sabe, beira 60% da força de trabalho do setor agrícola, segundo a pesquisa por amostragem de domicílios do IBGE.

A fiscalização do cumprimento das normas trabalhistas é função intransferível dos auditores fiscais do trabalho, cuja missão é buscar regularizar todas as situações de infração à legislação trabalhista, garantindo aos trabalhadores o exercício de seus direitos previstos em lei.

Considerando, portanto, essa prerrogativa dos auditores fiscais, avaliamos que abrir mão dessa garantia com a vedação de aplicação de multas, em que pese o motivo seja calamidade pública efetivamente comprovada, pode não configurar um tratamento equânime das partes envolvidas, razão pela qual buscamos uma solução legislativa alternativa, que atenda aos objetivos do projeto do Senador Alvaro Dias.

Em segundo lugar, em relação à anistia prevista pelo §2º, ela tem por objeto a multa pelo não cumprimento de obrigações trabalhistas previstas no Estatuto do Trabalhador Rural, aplicada num período e numa região determinados.

Ademais, a anistia não é concedida a todos os produtores rurais, mas tão somente aos pequenos que, na sua grande maioria, exercem um trabalho em regime de economia familiar e, por consequência, contam com poucos empregados.

A concessão de anistia está prevista no art. 21, inciso XVII, art. 48, inciso VIII, da Constituição Federal, e possui caráter retroativo e é irrevogável.

Assim, a proposição, sob o prisma legislativo, é regular e tem respaldo constitucional.

Precedentes legislativos indicam que a oportunidade para a concessão de anistia é sempre fundada em razões eminentemente políticas, consideradas as infrações e demais ilícitos, inexistindo restrições para a sua concessão, exceto aos inscritos no art 5º da Constituição e no art. 2º, I, da Lei 8.072, de 1990, segundo os quais a anistia é inaplicável aos delitos que se referem à prática da tortura, ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, ao terrorismo e aos definidos como crimes hediondos. Plenamente plausível, portanto, do ponto de vista formal, a presente concessão de anistia.

A despeito disso, todavia, não é de se descartar a possibilidade de que a proposição, caso aprovada, abra um precedente para pedidos semelhantes por parte de outros setores, colocando, desse modo, em risco, direitos dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Assim, com o intuito de trazer aperfeiçoamentos ao texto, propomos, ao final, algumas alterações, que vêm descritas e a gente apresenta no voto. E eu vou ler essas alterações.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 587, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se à ementa do PL nº 587, de 2019, a seguinte redação:
Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento das multas impostas a pequenos agricultores durante o período de calamidade pública, e dá outras providências.

EMENDA Nº - CAS
Dê-se ao art. 1º do PL nº 587, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 627-B:
'Art. 627-B. As multas aplicadas aos pequenos produtores rurais pelo descumprimento da legislação do trabalho, quando cometidas durante o período de calamidade pública, legalmente decretada em face de condições climáticas adversas e que tenham gerado frustração da produção, terão seu pagamento suspenso por seis meses, contados a partir do fim do estado de calamidade, na forma do regulamento.
§1º Os débitos relativos às multas previstas no *caput* serão pagos nas condições e prazos previstos na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
§2º Considera-se pequeno produtor rural, para os fins do disposto no *caput*, aquele definido no inciso I do art. 3º da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.'"

EMENDA Nº - CAS
Acrescente-se o seguinte art. 2º ao PL nº 587, de 2019, renumerando-se o atual como art. 3º:
"Art. 2º Excepcionalmente, o benefício previsto no art. 627-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, é estendido às multas que, em condições análogas, foram aplicadas aos pequenos agricultores nos últimos cinco anos, contados a partir da publicação desta lei."

É o voto, então, Sra. Presidente.

Parabenizo-a, de novo, por todo o trabalho desempenhado no Senado Federal, enaltecendo a iniciativa do Senador Alvaro Dias e para ultrapassar eventuais dificuldades com as emendas apresentadas. O voto é favorável, Sra. Presidente.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sra. Presidenta. Pela ordem, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidenta, o próprio Relator nos chamou a atenção da dificuldade do que trata esse projeto: taxar multas ou o pequeno proprietário que tem a característica meio confusa de agricultura familiar, pequeno proprietário. Característica de agricultura familiar é ser ligado à família e, dependendo das regiões, a família pode ter um empregado ou dois, mas existem outras regiões, também, em que eles fazem uma espécie de mutirão, quando precisam, em algum momento, de mais mão de obra, eles trocam mão de obra, fazem os mutirões, etc.

Então, eu tenho muita dúvida, também, nesse aspecto, assim como quanto ao papel do fiscal do trabalho, dos auditores fiscais. Eu vou pedir vista, para me dedicar a isso mais, no sentido, Senadores Flávio Arns e Alvaro Dias, de aproveitar a experiência que a gente tem, porque a gente vem também de um Estado que tem uma agricultura familiar muito forte. Eu conheço toda a região da Amazônia e, inclusive, a realidade do Nordeste, e é fundamental a gente ter muito cuidado na aprovação desses projetos.

Estou dizendo isso, porque eu tenho uma experiência, também, muito forte nessa questão. Eu sou autor do projeto de combate ao trabalho escravo, mas acabou que, entrando nessa fiscalização do trabalho, está se confundindo trabalho, vamos dizer, inóspito ou por problema de questão ambiental, com o trabalho escravo, o que acaba enfraquecendo, também, a lei. Então, é preciso a gente aprofundar mais esse debate. É nesse sentido que eu estou pedindo vista, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Concedo vista ao Senador Paulo Rocha, nos termos regimentais.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não, Senador Zeca Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – É para agradecer a V. Exa. pela retirada de pauta do item nº 8, para atendermos a uma solicitação do Governo, que quer aproveitar para discutir alguns temas ligados a esse assunto, e, se Deus quiser, o mais rápido possível, estaremos voltando e solicitando, novamente, a pauta, para que se possa apresentar o relatório e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o voto com relação a esse projeto de lei, que é o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2018, de autoria do Senador Telmário Mota.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1418, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a destinação de recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações:

1- A matéria recebeu Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, para a leitura do relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, quero parabenizar a Senadora Nilda Gondim pela presidência desta tão importante Comissão de Assuntos Sociais.

Passo diretamente à leitura da análise.

O exame do projeto por este Colegiado encontra respaldo nos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, visto tratar de tema afeto à seguridade social e à proteção e defesa da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando que as questões ligadas à educação foram analisadas quando de sua apreciação pela Comissão de Educação, e que seus aspectos orçamentários e financeiros serão debatidos na CAE, cabe à CAS decidir a respeito de sua relação com a área da saúde.

Outrossim, a deliberação sobre o posicionamento a ser adotado por esta Comissão torna-se bastante simples. Considerando o compromisso dos membros da CAS com a defesa intransigente do SUS e da população por ele assistida, não nos resta adotar outra decisão que não seja a rejeição do PL nº 1.418, de 2019. Afinal, sua aprovação significaria uma redução da ordem de 34% nos valores repassados ao SUS pela Seguradora Líder, oriundos da arrecadação do DPVAT.

Para chegar a esse percentual, é preciso considerar que o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 1991, determina que as companhias seguradoras devem repassar à Seguridade Social 50% do valor total do prêmio recolhido, que é destinado ao SUS como contribuição para o custeio da assistência médico-hospitalar das vítimas de acidentes de trânsito.

No entanto, por força do disposto no parágrafo único do art. 78 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, 10% dessa parcela de recursos destinada ao SUS – correspondente a 5% da arrecadação bruta, portanto – é redirecionada ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), para aplicação em programas de prevenção de acidentes de trânsito.

Ou seja, com a aprovação das medidas contidas no projeto, o SUS passaria a receber apenas 29,7% da arrecadação bruta do DPVAT, enquanto a parcela destinada ao Denatran cairia dos atuais 5% para 3,3%.

Ora, este último dado, com todo respeito, contraria frontalmente o argumento contido na proposição, de que propugna a aplicação dos recursos do DPVAT em programas de prevenção de acidentes de trânsito. O que o projeto faz, na prática, é mutilar o financiamento desses programas ao lhes reduzir o aporte de recursos oriundos do DPVAT em mais de 30%.

Saliente-se que a redução nos repasses do DPVAT para o sistema de saúde já é uma infeliz realidade, em função da queda nos prêmios do seguro nos últimos anos, com consequente perda de arrecadação. Em 2016, foram repassados ao SUS R$3,9 bilhões, enquanto, no ano de 2018, esses valores foram reduzidos para R$2,1 bilhões, representando uma queda de 46%. É inadmissível, portanto, que o Senado Federal aprove um corte adicional superior a 30% nos já escassos recursos destinados ao SUS. Não se pode olvidar ainda que o custo do atendimento de vítimas de acidentes de trânsito é bastante elevado. Envolve procedimentos de alta complexidade, que exigem a manutenção em tempo integral de equipes multidisciplinares, compostas por ortopedistas, neurocirurgiões, cirurgiões gerais, anestesistas, intensivistas, enfermeiros, fisioterapeutas, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem.

De acordo com levantamento recente publicado pelo Conselho Federal de Medicina, os acidentes automobilísticos no Brasil já deixaram mais de 1,6 milhão de feridos nos últimos dez anos, ao custo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direto de quase R$3 bilhões para a saúde pública nesse período. O estudo aponta que, a cada hora, cerca de vinte pessoas dão entrada em algum serviço de emergência do SUS com lesão grave decorrente de acidente de trânsito. A maior parte das vítimas, cerca de 60%, tem entre 15 e 39 anos de idade, com predomínio significativo do sexo masculino entre os acidentados.

Resta claro que, para continuar a zelar por seu dever constitucional de garantir o direito à saúde de todos os brasileiros, o SUS não pode prescindir de uma fração sequer do que lhe é legalmente destinado da arrecadação do DPVAT. Cabe a esta Casa Legislativa, portanto, aprovar medidas que possam reverter a progressiva redução do financiamento público da saúde brasileira.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto nº 1.418, de 2019.

Sra. Presidente, eu quero aqui fazer apenas um complemento a esse parecer. Todos vocês sabem que eu fui delegado de polícia por dez anos, à frente da delegacia de polícia de trânsito. O orçamento que é destinado ao SUS está cada vez menor. Nós presenciamos, agora recentemente, Senador Paulo Rocha, um corte da educação de 22%, em plena pandemia. Então eu entendo a intenção da querida Senadora Rose de Freitas, mas não podemos tirar do orçamento do SUS mais do que já está.

Eu quero ressaltar que o art. 320 do Código de Trânsito, que é a Lei nº 9.503, de 1997, é claro. Ele textualmente diz o seguinte – aspas: "A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito."

Então a fonte é uma fonte, é uma receita carimbada, já está ali. Não vamos mexer no SUS. Não vamos fazer isso, porque o custo desses acidentes no Sistema Único de Saúde, mais uma vez, quem vai pagar vai ser a população mais pobre, porque se você traçar o perfil socioeconômico de quem morre, de quem é mutilado dentro do sistema viário, até ali nós temos um sistema de hierarquização. É o pobre que, mais uma vez, está pagando com a própria vida. Cinquenta mil pessoas morrem todos os anos vítimas de acidente de trânsito, mais de 400 mil ficam mutiladas. Trabalhe a dor de uma moça que ficou, da noite para o dia, paralítica, paraplégica; trabalhe a dor de um jovem que ficou com uma deformidade permanente. Como consolar uma mãe que perdeu um filho com 18, 19, 20 anos? Uma viúva que perdeu o seu marido?

Infelizmente, em matéria de trânsito, o único condenado no Brasil é a família da vítima, que sofre com a dor da perda e a certeza da impunidade, porque ninguém fica preso por crime de trânsito, porque este Congresso, este Senado é elitista, é patrimonialista. Banaliza a vida humana em detrimento do poder econômico, financeiro e patrimonial, porque não quer ver os filhos da classe média atrás das grades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É essa a realidade que eu presenciei, por dez anos, liberando vítimas fatais dentro do DML; é essa a realidade que eu presenciei encaminhando jovens a exames de lesões corporais, que ficaram com perda ou inutilização de membro, sentido ou função.

Por favor, perdoem-me o desabafo, mas eu não poderia deixar de falar e de elogiar, até, a iniciativa da Senadora. É óbvio. Mas nós temos que fortalecer o SUS. Nós não podemos tirar a verba do SUS. Nós temos que fortalecer, cada vez mais, o Sistema Único de Saúde. Eu morro defendendo o SUS, eu morro defendendo a educação pública, porque eu sempre usei o Sistema Único de Saúde, porque eu sempre fui estudante da escola pública.

Então, meu querido Senador Paulo Rocha, minha querida Senadora Nilda, meus colegas aqui presentes – e perdoe-me, minha querida Senadora Rose de Freitas –, mas a minha consciência não ficaria em paz se eu não relatasse esse projeto pela rejeição. Como um bom democrata, cumprirei a decisão deste colegiado.

O voto é pela rejeição.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidenta, só para ilustrar o que o Senador Contarato fez, além de elogiar a forma como ele trata as políticas públicas, com essa emoção, porque é uma emoção de indignação. Quero sempre elogiar a ação política desse grande Senador que chegou aqui e que vem corroborar, exatamente, com aqueles que defendem a solidariedade humana, o bem comum, o amor ao próximo, etc.

Quero ilustrar como nós estamos num momento, neste País, desse tipo de retrocesso que ele ilustra na sua relatoria.

Ano passado, nós estávamos sob a égide de um Orçamento da União para o qual inventaram, agora recentemente, uma tal de emenda de Relator. A emenda de Relator já existia, mas era só para redação, arrumar ali, acolá. Agora, a emenda de Relator significa... É através dessa emenda de Relator que se retiram todos esses recursos dos setores para, pasmem, inventar o tal do orçamento paralelo, para poder transformar em emenda desse ou daquele Parlamentar, para investir em outras coisas. Por isso é que nós votamos contra o Orçamento, do qual tiraram R$26 bilhões da saúde, R$2,8 bilhões da questão do meio ambiente e R$3 bilhões das universidades. Vejam: um verdadeiro crime contra as conquistas de políticas públicas e de cidadania que nós já construímos.

Por isso, queria parabenizar a preocupação e a intervenção do companheiro Senador Contarato.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Assim como o Senador Paulo Rocha, parabenizo-o pelo relatório defendendo o SUS, que realmente tem mostrando que tem uma relevância enorme para o Brasil e para todos os brasileiros.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. (*Pausa.*)

Como não temos quórum, nós vamos encerrar.

Então, convoco para o dia 5 de outubro, terça-feira, às 11 horas, reunião extraordinária, semipresencial, desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, com os meus cumprimentos a todos os Senadores e às Senadoras que participaram deste nosso encontro.

Obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia cinco de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Flávio Arns, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Leila Barros e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Nilda Gondim, Eliane Nogueira, Giordano, Lucas Barreto, Paulo Paim e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 587, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta art. 627-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a imposição de multas a pequenos agricultores durante o período de calamidade pública decorrente de frustração na produção por fatores climáticos negativos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 83, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para especificar as doenças incapacitantes, para fins de incidência da contribuição previdenciária de servidores públicos inativos e seus pensionistas." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 793, de 2015 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4691, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 10 de outubro de 1975, que "Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências", para tornar obrigatória a notificação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doenças raras." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 350, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera dispositivo da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que "regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição e dá outras providências", para dispor sobre o tempo de serviço prestado pelos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias" **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 76, de 2020 - Terminativo -** que: "Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 212, de 2015 - Terminativo -** que: "Disciplina a profissão de Cientista." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 15, de 2021** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de discutir o objeto do PL 4/2020, que "institui a Semana Nacional da Valorização e Promoção dos Autodefensores das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a ser celebrada anualmente na segunda semana de julho"." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/05

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Fala da Presidência.) – Havendo quórum regimental, dou por aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Por impedimento temporário do Presidente titular, estou cumprindo o papel de Presidente eventual.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. A ata está aprovada.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente: cópia do Ofício nº 1.798, de 2021, da Anvisa, o qual encaminha relatório sobre os 500 dias de ações da Anvisa no enfrentamento à covid.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão.

Fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Srs. Senadores a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas. Nesse processo de reunião semipresencial, naturalmente que a Comissão será regida pelo regimento que norteia esse processo semipresencial.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para declararem seu voto verbalmente.

A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que foram retirados de pauta o item 8, Projeto de Lei nº 76, de 2020, a pedido do Relator, Senador Nelsinho Trad, e o item 9, Projeto de Lei nº 212, de 2015, a pedido do Relator, Senador Zequinha Marinho, e também o item 2, que foi a pedido do autor, Senador Paulo Paim.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 587, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta art. 627-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a imposição de multas a pequenos agricultores durante o período de calamidade pública decorrente de frustração na produção por fatores climáticos negativos e dá outras providências.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODE/PR)

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

1- Em 28/09/2021, foi concedida vista ao Senador Paulo Rocha, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O Relator já leu o seu relatório.

E eu coloco a matéria em discussão.

Primeiramente, passo a palavra ao Senador Flávio Arns, se tem alguma coisa a acrescentar, ou a comentar ou a modificar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Senador Paulo Rocha, de fato já foi feita a leitura do relatório na reunião da semana passada. V. Exa. pediu vista inclusive, porque é um assunto que também sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

merece uma reflexão maior, mas como também vai para outra Comissão, eu penso que a outra Comissão também pode se deter bastante sobre isso.

É um incentivo que se dá aos pequenos agricultores, à agricultura familiar, no caso de percalços, em termos de intempéries, com declarações de emergência também que tenham sido feitas. Nós colocamos, inclusive, alterações não para o não pagamento de obrigações, mas para a possibilidade de postergação desses pagamentos.

Então, o relatório é meritório. Foi um trabalho do Senador Alvaro Dias em termos da apresentação do projeto de lei. E eu penso neste sentido, de que está pronto para ser votado, caso haja quórum, e o debate continua obviamente, com calma, com tranquilidade, para que os bons objetivos possam ser alcançados.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Flávio Arns, parabenizo, inclusive, sua relatoria e a autoria do Senador Alvaro Dias.

O meu pedido de vista tinha a seguinte preocupação: o termo "pequenos produtores" envolve muito a agricultura familiar. E a realidade do Norte e Nordeste da agricultura familiar é que eles não têm nenhum empregado. Quando precisam, digamos, no tempo da colheita, que precisam de mão de obra, de mais mão de obra para colher um produto que têm que colher rápido, o que é que se faz? Fazem através de mutirão, a troca de diárias. Você chama o seu vizinho ao redor, os seus vizinhos e faz o mutirão. E aquele cidadão fica devendo diárias para o outro vizinho, quando ele precisar fazer também a sua colheita. Isso é uma relação, uma realidade da agricultura familiar do Norte e do Nordeste. Portanto, não tem, vamos dizer, relação de trabalho nesse trabalho ali, que é uma troca de diárias.

A minha preocupação foi essa, uma vez que está o termo ali "pequenos produtores", mas realmente não traria nenhum prejuízo na medida em que há suspensão de multas de possíveis produtores rurais que teriam, vamos dizer, qualquer dificuldade em cumprir a legislação trabalhista naquele momento. Mas me preocupou sinceramente o termo "pequenos produtores", uma vez que essa é a realidade do Norte e do Nordeste na troca de diárias através de mutirões, quando precisam de mão de obra, de mais mão de obra no caso das colheitas ou de alguma... Eles fazem através de mutirão. Então, é a troca de diárias.

Essa foi a minha preocupação; no entanto, pode ser resolvida em outro momento, em outra legislação capaz de que não se obrigue o pequeno produtor a ter empregados que, na realidade, a agricultura familiar, pelo menos na nossa região, que eu conheço, o Norte e o Nordeste, é esta a realidade: é a troca, é o mutirão, é a troca de diárias.

Senadora Zenaide Maia, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu queria falar exatamente o que o senhor falou.

Sou filha de um pequeno agricultor e era assim: na época do algodão, do feijão, do arroz ou da própria fruta de oiticica, que era colhida de... E era assim: juntava-se aquele grupo e todo mundo ajudava uns aos outros. Não queria dizer que estavam ganhando diária por isso ou por aquilo, entendeu? Juntavam a vizinhança e todo mundo ia apanhar aquele feijão e, muitas vezes, debulhar, como a gente chama, e, quando chegava a vez dos outros, ia todo mundo. Era isto, essa troca de trabalho que acontecia.

Por isso é que eu acho que o Senador Presidente, Paulo Guedes – Paulo Rocha, Paulo Guedes, Deus me livre! –, Paulo Rocha, pensou nisso aí. Eu fui criada nisso, nesse compartilhamento de vizinhos. Não havia, assim, empregados. Não é como os grandes agricultores que, naquelas safras, contratam aquela quantidade de gente. A pequena agricultura de ambiente familiar do Nordeste é assim, com essa troca, com essa solidariedade, com essa união de salvar a produção uns dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – É bonito, inclusive, escutar os relatos seus, Paulo Rocha, e os da Senadora Zenaide Maia. A gente tem que, inclusive, um dia colocar isso por escrito, para mostrar a beleza e a diversidade do Brasil.

Contudo, eu penso que não existe conflito entre o projeto de lei apresentado pelo Senador Alvaro Dias e a realidade tão diversa do Brasil, que, de alguma forma, tem de ser sempre levada em conta também.

Aqui, no caso do pequeno produtor que tenha vínculos profissionais também com as pessoas, nesse sentido, então, eu penso, assim, que as coisas se complementam. Uma realidade é bem diferente da outra: onde o vínculo permite que às vezes a pessoa tenha obrigações que têm que ser cumpridas, vem um desastre, um desastre natural, e essa obrigação, que tem que ser cumprida, fica postergada durante algum tempo para que a pessoa possa se recuperar, inclusive, daquilo que aconteceu. Isso é o que é, na verdade, o espírito do projeto de lei do Senador Alvaro Dias, mas é uma beleza, assim... Como é bom ouvir os relatos de vocês e de tanta gente aí pelo Brasil, de uma realidade bonita e diferente, pelo nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

O projeto é não terminativo; portanto, a matéria vai ser votada pelo visual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (*Pausa.*)

Quero registrar a presença do pessoal da Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde. (*Palmas.*)

Quero parabenizá-los, inclusive, pelo dia de ontem, dia 4, Dia do ACS e dos Agentes de Endemias.

O item que é de interesse de vocês é o 7.

Então, vamos esperar chegar lá para que aprovemos esse projeto de tanta importância para vocês.

Sejam bem-vindos! Comportem-se! Mantenham o distanciamento social! E todos de máscaras!

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Senador Paulo Rocha, também já foi lido o relatório do item 3, e o Senador Paulo Paim solicitou da nossa parte que ele gostaria de participar da votação, e ele hoje, infelizmente, não está presente. Ele é muito frequente em todas das reuniões, mas hoje ele, infelizmente, não está presente.

Então eu gostaria de retirar de pauta o item 3 para deixarmos para a semana que vem, inclusive por solicitação do autor, Senador Paulo Paim.

Mas quero aproveitar a oportunidade também para cumprimentar os agentes comunitários de saúde, que fazem um trabalho extraordinário pelo Brasil, muito próximos das famílias, das comunidades, da realidade concreta do nosso País. Então, nós só temos que enaltecer, valorizar, prestigiar e apoiar no que for necessário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

O senhor conhece a realidade do nosso interior. Sabemos o quanto é importante o papel dos agentes comunitários de saúde perante a família. Na verdade, eles são os guardiões da saúde da família brasileira, principalmente do nosso pessoal do interior. Tenho muita experiência disso, viu, Senador Flávio Arns? Venho de uma família do interior, a minha mãe teve 17 filhos e todos foram assistidos por parteiras, inclusive eu. Então, rendo muito as minhas homenagens aos agentes comunitários de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tenho o maior orgulho de ter sido o autor da lei que transformou os agentes comunitários de saúde em profissionais da saúde. Hoje eles são profissionais, graças a esse projeto, e conquistaram, inclusive, piso salarial nacional, dada essa condição de profissionais de agentes de saúde, porque, ao final, eles são o complemento, lá na ponta, no SUS e cumprem esse papel fundamental de grandes profissionais da área da saúde. Bom, está autorizada a retirada de pauta, a pedido do autor e do Relator, do item 3.

Passamos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 202, DE 2018

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

Relatoria: Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Em 01/10/2021, a Senadora Leila Barros apresentou relatório reformulado.

2- Se aprovado o Substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

3- A matéria recebeu Parecer favorável da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

4- A votação será nominal.

É terminativo. Portanto, vai exigir voto nominal.

A Senadora Leila Barros vai fazer o seu relatório via virtual.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

Atenção, Senadora Leila! Apareça! (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto a gente espera os Relatores dos itens seguintes, como a Senadora Leila, de quem estamos à procura, nós vamos...

Atenção, Senador Flávio Arns!

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. e Sras. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 15, de 2021, CAS, apresentado pelo Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do requerimento.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu não estou com o texto do requerimento em minhas mãos, Sr. Presidente. Se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Posso ler?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sim, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Leio.

REQUERIMENTO N° 15, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de discutir o objeto do PL 4/2020, que "institui a Semana Nacional da Valorização e Promoção dos Autodefensores das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a ser celebrada anualmente na segunda semana de julho".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indico, para debater a matéria, os seguintes convidados: dois autodefensores da Federação Nacional das Apaes, dois autodefensores da Sociedade Pestalozzi do Brasil e dois autodefensores da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD).

Justificação.

As pessoas com deficiência intelectual, por muitos anos, viveram o estigma de que seriam incapazes de gerir e responder por seus atos. Nos últimos 40 anos, o conceito de autodefensoria ganhou força ao permitir que pessoas com deficiência intelectual opinassem e influenciassem nas decisões políticas, públicas, de orçamento e ações relacionadas à área. Como consequência, inúmeros eventos e ações começaram a ser protagonizados por essas pessoas, resultando em um crescente reconhecimento das pessoas com deficiência intelectual como sujeitos de direito capazes de escolher, opinar e responder sobre os seus anseios, necessidades e perspectivas.

A autodefensoria ou *self-advocacy*, como foi originalmente chamada nos Estados Unidos, significa a capacidade de a pessoa com deficiência intelectual autogerir sua vida, tornando-se um agente ativo e proativo na família e na sociedade.

Dia 2 de outubro.

Senador Flávio Arns.

Senador Flávio Arns, defensa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Isso.

Eu só quero dizer, Sr. Presidente, que o requerimento lido por V. Exa. é um requerimento muito importante. Trata da auto-advocacia, *self-advocac*y, como foi lido também, na língua inglesa.

Na verdade, esse conceito se aplica à pessoa com deficiência. Deveria aplicar-se a todos os setores da sociedade. É nós escutarmos quem trabalha na área, quem está no cotidiano da área, por exemplo os agentes comunitários de saúde que estão presentes hoje, inclusive, na reunião. São os auto-advogados, são as pessoas que trabalham, que conhecem a realidade, que sabem os pontos que devem ser aprimorados, melhorados.

Nós falamos, agora há pouco, da agricultura familiar, do pequeno produtor, do médio produtor. Também são auto-advogados. A gente tem que, no Parlamento, escutar a sociedade. Mas esse conceito, que pode ser estendido para toda a sociedade, se aplica à pessoa com deficiência, particularmente à pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

A Federação Nacional das Apaes, 20 anos atrás, inclusive quando eu era o Presidente Nacional das entidades, trouxe esse conceito já muito difundido, na época, em países europeus e nos Estados Unidos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Brasil. Então, agora nós temos em cada Apae – são mais de 2 mil no Brasil -–, mas também na Pestalozzi e na síndrome de Down, a figura do autodefensor local, sempre um menino e uma menina, eleitos pelos colegas; do autodefensor regional; do autodefensor estadual – sempre uma dupla: rapaz e moça; e dos autodefensores nacionais, inclusive fazendo a pauta com o Fórum Nacional de Autodefensores. Então, é algo já bem organizado no Brasil há mais de 20 anos. Então, nesse sentido, termos uma audiência pública para que possamos ter isso reconhecido em data nacional, justamente para debate, reflexão, conscientização.

Então, peço o apoio dos colegas para a aprovação desse requerimento. Serão seis pessoas autodefensores, serão dois da síndrome de Down, da entidade representativa nacional; dois da Pestalozzi e dois, também, da Federação Nacional das Apaes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – As Sras. e Srs. Senadores que concordam e aprovam o requerimento do Senador Flávio Arns, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Chamo a atenção da Senadora Zenaide Maia. Quero nomeá-la Relatora *ad hoc* do item 7. É o projeto de interesse dos agentes comunitários de saúde. O Relator, Senador Rogério Carvalho, está ocupado na CPI. Para não frustrar a presença dos agentes comunitários de saúde que estão aqui, V. Exa. passa a ser Relatora *ad hoc* deste projeto tão importante para eles.

Vamos continuar com o item 4 enquanto a Senadora Zenaide Maia tem acesso ao relatório do item 7.

Senadora Leila Barros, a palavra está com V. Exa. para tratar da relatoria do item 4, Projeto de Lei do Senado de nº 202, de 2018.

Tem a palavra V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Paulo Rocha. Cumprimento V. Exa., que preside hoje a nossa Comissão de Assuntos Sociais, cumprimento, também, todas as Senadoras, a Senadora Zenaide, o Senador Flávio, enfim, todos os Senadores que nos acompanham nesta Comissão.

Eu vou ao relatório.

Vem ao exame da CAS o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2018, do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição define "laboratório habilitado" como sendo o laboratório analítico, público ou privado, habilitado pela autoridade sanitária, capaz de oferecer serviços de interesse sanitário com qualidade, confiabilidade, segurança e rastreabilidade.

Altera também a redação de alguns dispositivos do referido Decreto-Lei nº 986, de 1969, tão somente para acrescentar a expressão "laboratório habilitado", de modo a estender a esse tipo de laboratório as atribuições atualmente exclusivas dos laboratórios oficiais.

De acordo com o autor, a proposta é de interesse da própria Anvisa, a fim de evitar questionamentos jurídicos sobre a atuação de laboratórios privados – devidamente habilitados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – na análise fiscal de alimentos.

O PLS foi previamente apreciado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a CTFC, que aprovou a matéria sem modificações.

Na CAS, o PLS será objeto de decisão em caráter terminativo.

Sr. Presidente, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Não existem óbices quanto à constitucionalidade da proposição, que atende também aos requisitos de juridicidade e regimentalidade. Trataremos, mais adiante, de pequeno reparo a ser feito em relação à técnica legislativa.

O PLS, Sr. Presidente, permite a expansão da rede de laboratórios aptos a realizar a análise fiscal dos alimentos, preservando a segurança jurídica. Ressalte-se que Decreto-Lei nº 986, de 1969, define a análise fiscal de alimentos como aquela "efetuada sobre o alimento apreendido pela autoridade fiscalizadora competente e que servirá para verificar a sua conformidade com os dispositivos deste Decreto-Lei e de seus Regulamentos".

A análise fiscal continua a ser um instrumento relevante para as ações de vigilância sanitária e é efetuada sobre os produtos submetidos à vigilância sanitária, em caráter de rotina, para apuração de infração ou verificação de desvio de qualidade, segurança e eficácia dos produtos.

Qualquer laboratório oficial pode realizar análises fiscais, dependendo de sua capacidade analítica instalada. Via de regra, são executadas análises de rótulo, ensaios microbiológicos, físico-químicos e químicos.

Em virtude da importância dessa atividade e da limitação da capacidade dos laboratórios estatais, foi criada a Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos, a Reblas, com laboratórios habilitados pela Anvisa, capazes de oferecer serviços de interesse sanitário com qualidade, confiabilidade, segurança e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rastreabilidade. A Reblas é coordenada pela Anvisa. Vários desses laboratórios estão habilitados a realizar análises de alimentos.

Por outro lado, o posicionamento do TCU, em 2005, foi no sentido de que os laboratórios privados não podem ser investidos do poder de polícia típico das ações de vigilância sanitária. Por conseguinte, somente poderiam realizar análises prévias, de orientação ou de controle, mas não análises fiscais. Daí a importância da aprovação tempestiva do PLS nº 202, de 2018, para trazer maior segurança jurídica às atividades de vigilância sanitária na área de alimentos.

Entretanto, em nota técnica encaminhada ao nosso gabinete, a Anvisa recomenda a substituição do termo "laboratórios habilitados" pelo "laboratórios credenciados", de forma a harmonizar a nomenclatura com a utilizada já na Lei n° 6.360, de 23 de setembro de 1976, que "Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos".

Por fim, cumpre alertar que a proposição demanda reparos de técnica legislativa. A exclusão da remissão ao art. 12 do Decreto-Lei nº 785, de 1969 (revogado), a nosso ver, foi equivocada. O correto teria sido a atualização da remissão da Lei nº 6.437, de 1977. Há ainda pequena falha redacional do *caput* no art. 2º do projeto.

As correções de técnica legislativa, assim como as alterações sugeridas pela Anvisa, serão efetuadas por meio de emenda substitutiva.

O voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2018, nos termos da emenda substitutiva.

A emenda substitutiva já foi apresentada, Sr. Presidente, está no relatório e disponível para todos os Senadores, mas, se o senhor quiser, eu posso ler também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria está em discussão.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colega Leila, esse credenciamento ou habilitação feita pela Anvisa sobre a segurança dos produtos alimentares por laboratórios privados, isso passaria pelo crivo da Anvisa? Os privados poderiam ter... Eu sei que, para regulamentar isso aí, vai ter, por exemplo, muitas pessoas que têm laboratórios privados também são produtores... Abre-se uma janela muito ampla para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtores de alimentos pegarem essa... Terem o direito de analisar seus próprios alimentos, ou isso teria algumas regras diferentes?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Não. Esses laboratórios são credenciados à Anvisa, Senadora. Não é qualquer laboratório privado, entendeu?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu estou dizendo, porque isso envolve muita coisa. Até porque a gente teve um golpe muito grande na segurança alimentar, não é?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Aquela coordenação que tinha o Governo extinguiu, não foi nem esse, eu acho que foi outro. Não me lembro mais nem quem extinguiu.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Mas é tudo por questão da capacidade das redes de laboratórios estatais. Eles, realmente, não estão com a capacidade de, enfim, fazer toda essa análise da demanda que existe em nível nacional. Por isso que eles recorreram a nós, para que pudéssemos, junto aqui à Casa, ao Congresso, ao Senado, resolver essa situação, entendeu? Por isso que pediram a urgência deste projeto que é desde 2018.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Na maioria das universidades públicas e das faculdades de Farmácia, eles têm laboratórios que são habilitados a fazer esse estudo, inclusive da água, como a gente vê. Tudo bem, nada contra. Agora isso é um risco se a gente não tem mais essa coordenação de segurança alimentar. Se a Anvisa abrir o leque para liberar laboratório desses alimentos do jeito que ela abre o leque para os agrotóxicos, a gente vai ficar numa situação difícil. Por causa de uma demanda reprimida, nós temos 1.330 novos agrotóxicos autorizados em dois anos e oito meses. Você está entendendo, Leila?

Eu acho que não pode estar freando, mas, como a gente não tem mais um controle, como a gente não tem uma coordenação de segurança alimentar, não tem essa superintendência, não tem... Isso aqui é... Mas tudo bem, fazer o quê? Isso aqui... Eu espero que não tenha pressa.

Com isso, as pessoas vão contratar esses laboratórios privados?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não, na verdade, já existe essa rede. Essa rede que é habilitada pela Anvisa é a Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas). Eles já são habilitados, não vão ser criados, não vão vir a mais. É uma rede que já tem essa relação com a Anvisa. Ela só está sendo... Agora a Anvisa está autorizando para que eles possam ajudar nesse serviço de análise desses alimentos, medicamentos, enfim, realmente pela demanda e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incapacidade de os laboratórios estatais assumirem toda a demanda. Na verdade, é isso. É isso que me foi passado, Senadora, mas entendo também a preocupação da senhora, como médica infectologista. Mas, pelo que foi falado e pela própria Anvisa, que esteve aqui no gabinete, hoje seria um grande braço de apoio na análise dessas demandas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Zenaide, é muito importante seu encaminhamento.

Eu quero deixar em aberto a discussão desta matéria e quero passar a V. Exa. a relatoria *ad hoc* do item 7, para depois, se houver consenso nas duas matérias, nós colocarmos a votação em bloco.

Por isso, eu peço que a Senadora Leila também fique sintonizada, porque nesses momentos às vezes a gente tem problema de quórum.

Como são para votação nominal, vou aproveitar esses dois projetos que são de grande importância, até também para a gente prestigiar a presença dos agentes comunitários de saúde aqui, e colocar os dois em votação em bloco. O.k.? (*Pausa.*)

Passo à relatoria *ad hoc* do item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 350, DE 2018

- Terminativo -

Altera dispositivo da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que "regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição e dá outras providências", para dispor sobre o tempo de serviço prestado pelos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA) e outros

Relatoria: Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 21/09/2021.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto é de autoria do Senador Paulo Rocha e do Senador Humberto Costa.

A relatoria é do Senador Rogério Carvalho.

Nomeio, neste instante, a Senadora Zenaide Maia como Relatora *ad hoc*.

A relatoria é pela aprovação do projeto e de duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, antes, porém, passando a Presidência ao Presidente titular da Comissão, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Quero agradecer ao nobre Senador Paulo Rocha, porque estava ali numa agenda da nossa bancada com o Ministro da Saúde e cheguei um pouco atrasado.

Quero fazer aqui uma saudação especial aos nossos agentes comunitários que nos dão o prazer de abrilhantar aqui, com as suas presenças, a nossa reunião. Sejam bem-vindos! Obrigado pela presença.

Concedo...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Eu não estou vendo aqui, Presidente, o relatório, porque eu estava aqui sem o relatório e eu não sabia que iria relatar *ad hoc*. Mas vai ser um prazer relatar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Então, Senadora Zenaide, já concedo a palavra a V. Exa. Fique à vontade.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu pediria aí que me passassem o relatório – porque eu estou com o geral, aqui para mim –, para eu poder fazer a...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Eu peço à assessoria que já encaminhe de imediato aí o relatório à nossa Senadora Zenaide.

Um minutinho, Senadora: deu um problema aqui na nossa transmissão, mas já está... (*Pausa.*)

Já está aí no *chat* da Comissão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Está aqui. Eu acho que eu já consegui aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Tranquilo, fique à vontade.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Pronto, correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 350, de 2018, de autoria dos Senadores Paulo Rocha e Humberto Costa, que altera dispositivo da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que regulamenta o §5º do art. 198 da Constituição e dá outras providências, para dispor sobre o tempo de serviço prestado pelos agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias.

A proposição visa a promover alteração no §2º do art. 9º da citada Lei nº 11.350, de 2006, para autorizar a contagem, para fins previdenciários, nos termos da legislação então vigente, do tempo de serviço prestado pelos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias anteriormente a 15 de dezembro de 1998, mesmo que não tenha havido contribuição.

Segundo os eminentes autores da proposta, trata-se de dar cumprimento ao que prevê o art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que determina que o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Eu vou para a análise agora.

No tocante à sua constitucionalidade, a proposição se estriba no art. 24, XII, da Lei Maior, que estabelece a competência concorrente da União e dos entes subnacionais para legislar sobre previdência social, bem como no seu art. 198, §5º, que prevê que lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.

Não há, igualmente, reparos a fazer no tocante à juridicidade e regimentalidade da matéria.

Quanto ao mérito, é pertinente a argumentação apresentada pelos ilustres autores do PLS nº 350, de 2018.

Efetivamente, a citada Emenda Constitucional nº 20, de 1998, promoveu significativa alteração conceitual nas regras constitucionais sobre previdência, ao prever que a aposentadoria passaria a se dar por tempo de contribuição em vez de por tempo de serviço, como previsto no texto original da Carta.

O art. 4º da Emenda Constitucional, daí, veiculou a necessária norma transitória no tema, permitindo que, desde que a legislação então vigente assim o permitisse, o tempo de serviço poderia ser contado para fins previdenciários, mesmo que não tivesse havido contribuição.

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre a matéria. Veja-se, por exemplo, a decisão da Segunda Turma do Excelso Pretório no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº 890.269. A ementa do acórdão, cujo relator foi o Ministro Dias Toffoli, registra que aquela Corte, no exame do AI nº 727.410/SP, concluiu pela possibilidade da contagem do tempo de serviço prestado como advogado e estagiário, para fins de aposentadoria e disponibilidade no cargo de Procurador Municipal (Lei 10.182/86), haja vista que "o art. 4º da Emenda Constitucional 20/98, ao estabelecer regra de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transição, admite que o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, seja contado como tempo de contribuição".

Assim, sem dúvida a ideia veiculada na proposição vai ao encontro do texto constitucional.

Entretanto, apesar dessa constatação, o texto da proposição exige aperfeiçoamento, para deixar claro que não se está buscando ultrapassar os estreitos limites postos no acima citado art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, para, por exemplo, permitir que todo o tempo de serviço eventualmente prestado pelos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias anteriormente à publicação daquele diploma legal possa ser considerado para fins previdenciários sem contribuição, mesmo sem previsão expressa na legislação então vigente. Assim, estamos propondo emenda nessa direção.

Finalmente, faz-se necessário apresentar emenda de redação à ementa da proposição, para promover pequenos ajustes em seu texto.

Voto.

Do exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 350, de 2018, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAS Dê-se à ementa do PLS nº 350, de 2018, a seguinte redação: Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a contagem, para fins previdenciários, do tempo de serviço prestado pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias.

EMENDA Nº – CAS Dê-se ao §2º do art. 9º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, na forma do art. 1º do PLS nº 350, de 2018, a seguinte redação:
Art. 9º .....
.....
§2º O tempo de serviço prestado pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias enquadrados na condição prevista no §1º, independentemente da forma de seu vínculo e desde que, salvo o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha sido efetuado o devido recolhimento da contribuição previdenciária, será considerado para fins de concessão de benefícios e contagem recíproca pelos regimes previdenciários' (NR)

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em discussão o relatório que acaba de ser lido.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha, que gostaria de discutir o projeto.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse é um projeto muito simples, mas com um grande alcance de justiça e até de justiça humanitária, uma vez que eu acompanho muito na minha vida, desde o movimento sindical lá no Pará, a realidade dos agentes comunitários de saúde. Antes eles não eram reconhecidos como profissionais, mas eram usados como profissionais pelas prefeituras e, principalmente, pelo SUS, uma vez que eles cumpriam um papel de profissional de saúde lá na ponta. Inclusive, eram verdadeiros médicos da família, uma vez que são os agentes comunitários de saúde que trabalham inclusive na prevenção da saúde da família nos rincões do nosso País.

Então, esse projeto aqui... Além de já termos aprovado o projeto que transformou em profissionais de saúde os agentes comunitários de saúde e fez com que fossem realmente os profissionais de saúde que hoje cumprem esse papel no SUS, no Sistema Único de Saúde, lá no nosso interior, agora precisamos corrigir quanto ao período exatamente de quando eles foram usados pelas prefeituras, pelos órgãos públicos como profissionais de saúde, mas que não é contado como tempo de serviço para efeito de aposentadoria. O projeto vai nesse sentido: reconhecer esse período como tempo, para ser somado ao período daqueles que já têm idade de se aposentar. E são muitos profissionais da época que agora estão já idosos, em época de aposentadoria, e que têm este direito.

Portanto, esse projeto acrescenta, como tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, esse período em que não eram reconhecidos como profissionais da saúde, mas que trabalharam e prestaram grande serviço para o País, para o SUS, para as prefeituras, que os usavam como verdadeiros profissionais da saúde.

Este é o projeto e, portanto, eu peço que todos nós, Senadores, aprovemos, para que se faça justiça e se reconheça isso quanto aos grandes profissionais de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agradeço a participação do nobre Senador Paulo Rocha.

A Senadora Zenaide também gostaria de...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero aqui cumprimentar os agentes comunitários...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Só um minutinho, Senadora Zenaide.

Já comunico aos colegas que aqui estão presencialmente e aos que estão *on-line:* nós já vamos abrir a votação dos dois projetos.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Zenaide, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Eu queria aqui cumprimentar os agentes comunitários de saúde, os agentes de endemias: realmente, eles fazem...

O SUS, sem os agentes comunitários de saúde e sem os agentes de endemia, é impossível. Se a gente pensar em medicina preventiva, são essas mulheres e esses homens que vão à casa de cada um, são eles que, na maioria das vezes – médica, como eu sou, fui secretária de Saúde –, trazem informação das doenças e muitas vezes o diagnóstico e merecem isso. É como o Senador Paulo falou, Presidente: eles trabalharam durante muito tempo sem ter esse reconhecimento, porque a maioria começou... Eles mesmos, com aquela liderança na comunidade, resolveram voluntariamente ver a situação daquelas pessoas e procurar a saúde, o Prefeito, a Câmara Municipal, e depois as prefeituras usavam as secretarias de Saúde como se fizessem parte, um trabalho árduo, um trabalho importantíssimo... Eles estão presentes da casa do cidadão até a unidade de saúde e, muitas vezes, eles prestam serviços, na maioria das vezes, fundamentais, até pra você remarcar ação diária, quantas famílias têm.

Eu costumo dizer que as Unidades Básicas de Saúde, com seus agentes de endemias e seus agentes comunitários de saúde, têm uma noção bem maior da população deste País do que muitas vezes o IBGE, quando faz, se não faz uma visita a todas as casas. Então, existe lá uma maneira de se ter estatística também, que eles trabalham nisso – estatística pra poder a gente criar, aqui neste Congresso, políticas públicas de saúde também.

Eu quero parabenizar os agentes e já fazer um apelo aqui aos colegas: vamos fazer jus a essas mulheres e esses homens que salvam muitas vidas neste País. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra a nobre Senadora Leila. (*Pausa.*)

Acho que a Leila está sem áudio aí, por favor. (*Pausa.*)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pronto.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Oi, Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia.

Sobre o PL relatado pela querida Senadora Zenaide, enfim, nós sabemos que é justiça que estamos fazendo, esta Casa, com os agentes comunitários de saúde. Justamente são eles que, dependendo da situação do Município, a prestação de serviço de saúde precária, são eles que estão ali na ponta, dando algum suporte para a nossa população. Então, assim, o encaminhamento é seguro de apoio a essa iniciativa, já parabenizando o trabalho da Senadora, Relatora *ad hoc* do projeto, mas que certamente, como médica infectologista, nos deu uma aula aí de gestão na questão da saúde, das dificuldades que enfrentam os secretários municipais, estaduais, enfim, a gente sabe as dificuldades. Então, eu agradeço muito esse trabalho dos nossos agentes de saúde.

A outra situação foi levantada pela Senadora Zenaide e gostaria de compartilhar com os colegas aqui da Comissão, Sr. Presidente. É com relação ao relatório que eu fiz agora do item 4, o PLS 202, de 2018, sobre a questão dos laboratórios, da liberação, deste ano, dos laboratórios da rede de laboratórios analíticos que são habilitados pela Anvisa. Então, para deixar claro para os nossos colegas que a análise seria a autorização para os alimentos, lembrando que esses laboratórios já fazem análise de medicamentos, de insumos farmacêuticos, cosméticos e saneantes, entre outros produtos.

Mas eu deixo para apreciação aqui dos nossos colegas. Caso tenham alguma dúvida e queiram que a gente faça uma audiência, convocando a Anvisa para falar sobre essa questão da demanda, porque a Senadora Zenaide levantou a questão dos laboratórios das universidades, e... Enfim, eu acho que ninguém mais interessado nessa questão dessa habilitação do que a própria Anvisa. Então, caso os colegas não estejam satisfeitos com esse relatório e com toda a explanação da minha parte, podemos convocar a Anvisa, para que ela possa, enfim, nos relatar a dificuldade com relação à sua limitação na capacidade dos laboratórios estatais aqui no nosso País.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Para discutir o projeto, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Quero cumprimentar V. Exa., Senador Sérgio Petecão. O Senador Paulo Rocha se desincumbiu muito bem do exercício da Presidência.

Quero enaltecer o projeto em relação aos agentes comunitários de saúde – já o fiz antes e faço de novo –, porque os agentes comunitários de saúde são aqueles profissionais essenciais no contato direto com a pessoa, com a família, com a comunidade, na ponta, conhecendo, levando informações, ajudando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, na Pastoral da Criança, antes dos agentes comunitários de saúde, havia os líderes, voluntários da Pastoral da Criança, que procuravam fazer esse trabalho. E a Pastoral da Criança, na verdade, os especialistas apontam que deu certo justamente por causa disso – uma das razões mais importantes –, porque o pessoal está lá na ponta, conhece as pessoas, conhece a realidade, chama as pessoas pelo nome, quer dizer, tem toda essa relação pessoal boa, positiva.

Então, apoiarmos iniciativas nessa área é obrigação nossa, não é? É uma obrigação, reconhecimento, a importância... E é por isso, assim, que eu faço esta manifestação de apoio ao projeto de lei e ao relatório também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Quem mais? (*Pausa.*)

Temos algum Senador que queira declarar voto? Já votou todo mundo? Nós precisamos aqui encerrar a nossa votação.

Algum dos colegas que estão *online*...

Oi, Paulo. (*Pausa.*)

Senador Flávio Arns...

Leila... Já votou, Leila?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu declaro o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Ah, legal.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – O meu voto é "sim" também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

Grato aí, amigo.

Estamos aguardando os outros Parlamentares. Temos apenas cinco votos. (*Pausa.*)

Seis votos, não é?

Estamos aguardando aqui, gente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, é para fazer um apelo aos colegas Senadores para que venham votar. É de uma importância fundamental esse projeto, como foi falado aqui, para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de endemias.

Sr. Presidente, eu vi uma reportagem sobre um tremor no Acre, aí me lembrei do senhor; mas eu acho que não teve grande repercussão, não é? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os colegas Senadores que ainda não votaram, por favor, precisamos avançar nessa votação tão importante para todos nós aqui. (*Pausa.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Queremos agradecer aos Senadores: atingimos o quórum, 11 Senadores.

Há alguém ainda votando? Vamos ver, vamos aguardar só um pouquinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos encerrar a votação do item 4.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Tivemos 11 votos de 11 Senadores.

No item 7, que trata dos agentes comunitários, também tivemos 11 votos.

Então, queremos agradecer a participação de todos os Senadores e parabenizar os nossos agentes comunitários, aqui representando todo o País. Obrigado mesmo! (*Palmas.*)

E quero parabenizar aí o pessoal de Pernambuco, que mostrou força e organização. Parabéns!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Encerrada a votação do item 4, foi aprovado o projeto, nos termos da Emenda n° 1, da CAS.

Fica dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora n° 8, de 2021.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 7: aprovado o projeto e as Emendas n° 1 da CAS e n° 2, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Convoco para o dia 19 de outubro, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

E agradeço aí – obrigado, Paulo Rocha! – a presença de todos os Senadores que participaram desta reunião importante.

Obrigado, Leila! Valeu!

(*Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Nilda Gondim, Eliane Nogueira, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Jayme Campos e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 83, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para especificar as doenças incapacitantes, para fins de incidência da contribuição previdenciária de servidores públicos inativos e seus pensionistas." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 793, de 2015 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 107, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta, e rejeição das Emendas nº 1 (acolhida parcialmente, nos termos do Relatório), 2 e 3. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 4-CAS e 5-CAS, e rejeitadas as Emendas nº 1 (acolhida parcialmente, nos termos do Relatório), 2 e 3. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4691, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 10 de outubro de 1975, que "Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências", para tornar obrigatória a notificação de doenças raras." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 449, de 2018 - Terminativo -** que: "Acrescenta § 3º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade, na ocupação das vagas concedidas aos menores aprendizes, aos adolescentes que residam em espaços de acolhimento institucional e abrigos, e acrescenta § 16 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a contribuição previdenciária do empregador, nas contratações de aprendizes, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Magno Malta (PR/ES). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 172, de 2014 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 212, de 2015 - Terminativo -** que: "Disciplina a profissão de Cientista." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1400, de 2019 - Terminativo -** que: "Obriga empresas de teleatendimento ou telemarketing a oferecerem serviços de ginástica laboral e atendimento psicológico a seus empregados." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 236, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/19

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. e Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: Aviso nº 1.629, de 2021, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 2.333, de 2021, que trata de auditoria operacional com vistas a avaliar a implementação e os resultados dos programas emergenciais de concessão de crédito em prol do enfrentamento dos impactos econômicos da pandemia da covid-19 e para verificar a conformidade dessas operações de crédito garantidas pela União por meio do Fundo de Garantia de Operações e do Fundo Garantidor para Investimentos; Aviso nº 1.636, de 2021, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 2.298, de 2021, que trata sobre auditoria operacional com vistas à análise da concessão do benefício de prestação continuada (BPC); Aviso nº 1.681, de 2021, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 2.334, de 2021, que trata sobre auditoria operacional com vistas a avaliar comparativamente os benefícios federais de proteção social sob o aspecto da eventual eficiência no combate à desigualdade e à pobreza; cópia de ofício de moções de Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e entidades, contendo considerações sobre a pandemia do coronavírus e temas relacionados à saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão.

E fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que não conseguiram registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Informo que foi retirado da pauta o item 8, Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2015, a pedido do Relator, o Senador Zequinha Marinho, para reexame do relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

(Matéria não lida:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 212, DE 2015

- Terminativo -

Disciplina a profissão de Cientista.

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Relatoria: Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria consta da pauta desde a reunião de 21/09/2021.)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 107, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta, e rejeição das Emendas nº 1 (acolhida parcialmente, nos termos do Relatório), 2 e 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra à nobre Senadora Maria do Carmo Alves para a leitura do seu relatório.

Por favor, Senadora.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Presidente, demais Senadores, relatório.

Vem à Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2018, do Senador Randolfe Rodrigues, que altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996 (Lei do Planejamento Familiar), para facilitar o acesso a procedimentos de esterilização cirúrgica voluntária.

Para tanto, o art. 1º da proposição modifica a redação do §2º do art. 10 da mencionada lei, com a finalidade de permitir a esterilização na mesma internação em que se dá o parto ou o aborto. A alteração também amplia os casos em que o procedimento é admitido ao prever que, além da necessidade médica em decorrência de cesarianas sucessivas, também serão admitidas outras situações médicas previstas em regulamento.

Na sequência, o projeto revoga o §5º do mesmo dispositivo, a fim de extinguir a necessidade de a esterilização, de qualquer cônjuge, depender do consentimento expresso de ambos.

Por fim, o art. 3º determina que a lei decorrente da aprovação da matéria entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor explica que as restrições em vigor dificultam o acesso das mulheres aos procedimentos cirúrgicos de esterilização, na medida em que exigem a sua realização somente após o 42º dia a contar do parto ou do aborto, gerando a necessidade de uma segunda internação, o que, na prática, dificulta o acesso delas aos recursos de planejamento familiar.

Foi atribuída à CAS a deliberação exclusiva sobre a matéria, em sede terminativa.

A matéria recebeu três emendas.

O Senador Eduardo Girão é autor de duas delas. A primeira visa suprimir do texto a expressão – abre aspas – "ou do pós-aborto imediato" – fecha aspas –, admitindo a realização do procedimento cirúrgico de esterilização no momento do pós-parto, mas vedando o procedimento no pós-aborto, em qualquer circunstância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira emenda, de autoria do Senador Jorge Kajuru, altera a redação do mesmo art. 10, revogando seu atual inciso I, de maneira a permitir a esterilização cirúrgica para quem esteja no gozo de sua capacidade civil plena, independentemente de ter pelos menos dois filhos vivos.

Análise.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre matérias atinentes à proteção e defesa da saúde, que se relaciona com o acesso a recursos para a realização do planejamento familiar.

O PL vem aperfeiçoar a Lei nº 9.263, de 1996, que, buscando regulamentar o direito constitucional, acabou impondo barreiras extras ao acesso das mulheres à realização da laqueadura tubária durante o parto ou aborto. A restrição foi ainda mais agravada na regulamentação infralegal, por meio Portaria SAS/MS nº 48, de 1999, que estendeu a proibição para até o 42º dia após o parto ou aborto.

Entendemos que a restrição prevista na lei tem o objetivo de evitar a realização de cirurgias cesarianas desnecessárias, cujo único intuito seria o de proceder à esterilização, prática que pode agregar riscos à maternidade. Ressalte-se que a quantidade de partos normais é maior que a de cesarianas no Sistema Único de Saúde, sendo o mais recomendado pela Organização Mundial de Saúde, no que se refere ao momento de dar à luz.

Ressalte-se, ainda, que o fato de o parto ser normal, ou de a gestação ter sido interrompida, não impede a realização da laqueadura.

Nessa perspectiva, o PLS do Senador Randolfe Rodrigues explicita a possibilidade de o procedimento ser feito na mesma internação em que ocorrer o parto ou o aborto, desde que em outro ato cirúrgico.

O PLS, observe-se, não trata da realização da laqueadura na mesma cirurgia da cesariana, quando esta é realizada por necessidade médica.

Em que pesem os lapsos, compreendemos que a iniciativa do Senador Eduardo Girão intenciona proteger a mulher no pós-aborto, mas sem retirar as garantias que a lei atual já lhe concede, que é permitir a medida nesses casos extremos.

Por isso, acolhemos a ideia veiculada pela Emenda nº 1, mas mantivemos a previsão de que a esterilização seja admitida na mesma internação, no pós-parto e no pós-aborto, quando for considerada necessária por motivos médicos, tendo em vista preservar a vida da mulher.

Por isso mesmo, mantivemos a redação proposta pela Emenda nº 1, com seu texto ajustado, e introduzimos o §2º-A, a fim de prever que o procedimento seja admitido por necessidade médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à emenda do Senador Kajuru, que revoga as exigências da lei para a elegibilidade à esterilização cirúrgica, as quais incluem a necessidade de que a pessoa tenha idade mínima de 25 anos ou, pelo menos, dois filhos vivos, optamos por manter esses dois requisitos na forma da legislação atual, rejeitando a alteração.

Nesse aspecto, concordamos com a Lei do Planejamento Familiar, que é muito prudente na oferta da esterilização cirúrgica, por compreender que se trata de decisão de difícil reversão, capaz de afetar a vida inteira de uma pessoa. Adotá-la precocemente, sem a necessária maturidade para tomar a decisão, pode causar arrependimento posterior e acarretar importantes prejuízos sociais e pessoais.

Por último, propomos adotar para a redação do art. 2º do projeto a flexão tradicional do verbo em cláusula de revogação.

Nesses termos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2018, na forma a seguir, com o acolhimento da Emenda nº 1, corrigida sua redação, e a rejeição das Emendas nºs 2 e 3.

> EMENDA Nº - CAS
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2018, a seguinte redação:
> "Art. 1º O art.10 da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 10.
> .....
> .....
> § 2º É vedada, exceto nos casos de cesarianas sucessivas anteriores ou em outras situações previstas em regulamento, a esterilização cirúrgica em mulher durante o parto ou aborto, admitindo-se a realização da esterilização no período do pós-parto imediato, durante a mesma internação, segundo a decisão da mulher pronunciada no prazo estabelecido no inciso I.
> § 2º-A No caso do pós-aborto, admite-se a realização da esterilização cirúrgica, na mesma internação, observado o prazo previsto no inciso I, nos casos de cesarianas sucessivas anteriores ou em outras situações previstas em regulamento.
> ..... '"

É esse, Sr. Presidente, o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em discussão a matéria que acaba de ser lida. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação é nominal.

Temos quórum?

Vamos ver o quórum.

Temos quórum. (*Pausa.*)

Os Senadores que estão aí...

Nós temos aqui alguns Senadores presenciais e a nossa maioria está on-line.

Por favor, já podem votar. (*Pausa.*)

Por favor, já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadores e Senadoras, já podem votar. (*Pausa.*)

Temos presente aqui o nosso querido Senador Zequinha Marinho.

Agradecemos a sua presença e a de nossa Relatora, que acabou de ler o seu relatório. (*Pausa.*)

Temos aí a Senadora Eliane Nogueira, que está presente.

Senadora Eliane Nogueira, por favor, já pode votar.

Senador Giordano.

A Senadora Zenaide Maia está votando agora, salvo engano.

Quer falar?

Concedo a palavra agora à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Eu quero parabenizar aqui o Senador Randolfe Rodrigues e a nossa Relatora, Senadora Maria do Carmo Alves. É de uma importância fundamental.

A gente sabe que hoje a lei já permite que a mulher com 28 anos, se tiver dois filhos vivos, já tenha o direito a essa laqueadura, mas a dificuldade é grande. Então, isso aqui vai facilitar a vida das mulheres.

Então, quero parabenizar e já dizer que o meu voto é "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, enquanto os colegas se apresentam para votar...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... o senhor me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com certeza.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Já agradecendo aqui, quero fazer uma solicitação de retirada de pauta do item nº 8, o PLS nº 212, de 2015.

Nós estamos atendendo aqui a uma solicitação da Senadora Mara Gabrilli. A gente pede a retirada de pauta para reanálise do relatório e do nosso voto. Entendemos que a gente não demora muito a pedir pauta novamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Zequinha, a Mesa me comunica aqui que, na abertura do nosso trabalho, já fizemos esse registro que Exa. só reforçou.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – As providências já foram tomadas.

Obrigado, querido. (*Pausa.*)

Senadora Mara Gabrilli. Senadora Mara Gabrilli está *on-line*? (*Pausa.*)

Não está não. Não está não. (*Pausa.*)

Izalci. Senador Izalci.

Senador Flávio Arns.

Mecias de Jesus.

Vamos votar. Precisamos avançar. (*Pausa.*)

Senadora Mara Gabrilli, a senhora pode votar aí... Está aqui, já está aparecendo.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Eu voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Senadora. Obrigado, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Registre o voto aí da Senadora Mara.

A nossa assessoria aqui informa aos Senadores e Senadoras que, se alguém estiver com problema aí na votação, pode se manifestar aqui através do vídeo, viu? Pode registrar o voto que não tem problema. Quem estiver com problema na votação, já podemos aí avançar.

Queria fazer um registro que para mim é muito importante e muito especial: o País hoje vive um momento muito difícil, não é? Todos nós sabemos de aumento de gás, aumento de cesta básica, aumento de energia. O País vive um momento muito difícil. Lá no meu Estado, o Prefeito da capital, Prefeito Tião Bocalom, junto com os Vereadores, aprovou uma proposta – e a Prefeitura deu um subsídio – e baixou o preço da passagem de ônibus. A passagem custa R$4 e eles baixaram para R$3,50. Alguns acham que é pouco, mas para as pessoas que ganham um salário mínimo e que usam ônibus todos os dias, família com duas, três pessoas, isso é muita coisa. E, neste momento que o País vive, que o País atravessa, eu fiquei muito feliz, muito grato e queria aqui parabenizar o nosso Prefeito Tião Bocalom e toda a sua equipe, que se dedicou, se empenhou para encontrar essa fórmula. Com certeza, vai ajudar, e ajudar muito.

Eu não conheço nenhuma capital hoje que esteja baixando preço de passagem – eu não conheço. Se tiver, era bom até que se manifestasse aqui.

Estou fazendo este registro aqui na nossa Comissão, a Comissão de Assuntos Sociais, porque essa a decisão do Prefeito lida exatamente com as pessoas mais carentes, as pessoas mais simples, as pessoas que usam o transporte público.

Então, parabéns mais uma vez ao nosso Prefeito Tião Bocalom, Prefeito da capital, Prefeito de Rio Branco, Acre.

Queria registrar a presença aqui do nosso Senador Nelsinho Trad, nosso Líder do PSD aqui no Senado. Obrigado pela presença, Senador Nelson Trad!

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Obrigado! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Encerrada a votação.

Vamos ver o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Onze votos SIM; NÃO, zero.

Não houve abstenções.

Aprovado o projeto e as Emendas nº 4, da CAS, e 5, da CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos ao item 4 da nossa pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4691, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.259, de 10 de outubro de 1975, que "Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências", para tornar obrigatória a notificação de doenças raras.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Nilda Gondim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

1- Em 04/03/2020, foi lido o Relatório, e adiada a discussão e votação.

2- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O Relator do Projeto era nosso querido Senador Eduardo Girão. Em virtude de sua ausência no Plenário, nós vamos designar *ad hoc* a nobre Senadora Nilda Gondim, que sempre nos prestigia aqui nesta Comissão.

Por favor, Senadora. (*Pausa.*)

Já foi lido.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Agradeço ao Senador Sérgio Petecão pela indicação. Eu poderia ler, mas já foi lido. Eu, como Relatora *ad hoc*, aprovo esse relatório, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mais uma vez, agradeço aqui a presença da nossa querida Senadora Nilda Gondim, sempre presente e sempre nos prestigiando aqui na Comissão.

O relatório é pela aprovação do projeto e das duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1 - Em 04/03/2020, foi lido o Relatório, como já foi dito aqui pela nobre Senadora, e adiada a discussão e votação.

2 - Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Lembro que o relatório já foi lido, como já foi dito aqui por esta Presidência e pela nobre Senadora.

Coloco a matéria em discussão. A matéria está em discussão.

Pediu a palavra para discutir o projeto a nossa querida Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar a Senadora Leila Barros e nossa Senadora *ad hoc*, nossa querida Nilda, e dizer o seguinte: isso é facilitar a vida, porque, quando se mostra a estatística da notificação compulsória de doenças raras, o Brasil tem a estatística real...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora querida, nós vamos abrir a votação. Continue lendo, eu vou só abrir a votação porque o Senador Nelsinho Trad tem um compromisso. Ele vai votar e os Senadores já vão votando, mas pode fazer a discussão.

Devolvo-lhe a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Mesmo antes da discussão, eu já quero votar. Meu voto é "sim", já registro meu voto "sim".

Mas eu queria dizer da importância dessa notificação compulsória para doenças raras. É uma maneira de a gente ter uma estatística real de quantas e quais são as doenças raras deste País para poder programar políticas públicas para essas pessoas que têm doenças raras.

Então, estão de parabéns a Leila, o Senador Girão, que era o Relator, e a nossa querida Nilda Gondim, *ad hoc*.

O projeto é muito salutar, tem uma importância fundamental, e o meu voto é "sim", Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Leila com a palavra – desculpe!

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento o senhor e todas as Senadoras e Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço à Senadora Nilda Gondim por ter sido a Relatora *ad hoc* do nosso projeto, assim como ao Senador Girão.

Nossa iniciativa foi bem de acordo com a fala da Senadora Zenaide. Na verdade, é a tentativa de obtermos mais dados para nos orientarmos sobre a construção de políticas públicas voltadas para as pessoas portadoras de doenças raras.

Então, eu quero agradecer pelo apoio de todos os colegas e pedir o voto "sim" para este projeto, que nós entendemos que é uma excelente iniciativa.

Agradeço também à minha equipe, a equipe legislativa, e a todos que contribuíram na elaboração desse projeto, assim como ao senhor, que o pautou.

Obrigada!

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Nilda Gondim, por favor.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Primeiro, eu quero agradecer a indicação e dizer que é um projeto altamente relevante, Presidente, porque nós sabemos que as doenças raras são inúmeras – a gente não sabe nem quantas há –, e a gente precisa ter um olhar direcionado para essas pessoas portadoras dessas doenças, que, muitas vezes, não têm um diagnóstico, não têm um tratamento e morrem à míngua, Sr. Presidente, ou, então, sofrem durante muitos anos de forma lamentável e precária.

Então, parabéns por esse projeto, parabéns à Senadora Leila! Fico feliz por, nesta oportunidade, ter sido a Relatora *ad hoc* deste projeto tão relevante, tão social, tão humano.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós é que agradecemos pela sua participação, Senadora Nilda Gondim.

Não havendo mais quem... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Devolvo a palavra à nobre Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, é só para registrar aqui que eu estou com problema na rede, na internet. Eu voto "sim", por favor.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Queremos, mais uma vez, comunicar aos colegas Senadores e Senadoras que a Senadora Leila acabou de votar através do vídeo, porque alguns...

Está havendo problema na votação. Os colegas que queiram manifestar seu voto através do vídeo podem ficar à vontade. Registrem o voto, é importante. (*Pausa.*)

Senadora Mara, V. Exa. ainda não registrou seu voto.

Senadora Mara... (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Senador Sérgio Petecão, Senadores e Senadoras, enquanto esperamos o quórum, eu queria, primeiro, cumprimentar, pelo projeto anterior, o Senador Randolfe Rodrigues e a Senadora Maria do Carmo, pelo importante projeto e pelo aperfeiçoamento feito.

Agora, naturalmente, quero cumprimentar a nossa querida Líder Senadora Leila Barros – líder no esporte e líder também no Congresso, não é? –, o Senador Eduardo Girão e a nossa querida amiga e grande Senadora Nilda Gondim, que fez o voto em separado. Todos merecem aqui os nossos cumprimentos pela grandeza e pela beleza dos textos construídos. Na mesma linha, elogio também a Senadora Mara Gabrilli.

E aproveito, Presidente, para perguntar a V. Exa. – sei que algum motivo realmente tem ou porque o Relator pediu – sobre o item 1, não terminativo, e sobre o item 2, de que o Senador Flávio Arns é o Relator.

Nós iniciamos diretamente no item 3. Eu entendo e sei que a preferência é dada para aqueles que estão no plenário. Apenas eu gostaria de pedir a V. Exa., Presidente – sei da sua justiça e do carinho com o mandato de todos, como nós temos com o seu também –, que pudesse votar o item 1 e o item 2 no momento que V. Exa. entender melhor. Eu me sentiria também agraciado, digamos, com a grandeza de sempre de V. Exa., Senador que eu tenho aprendido, cada vez mais, a respeitar nesta Casa.

Era isso, Presidente, seguindo aí a sua orientação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim, a nossa assessoria nos comunica que o Senador Flávio Arns, autor do projeto.... (*Pausa.*)

Ele é o Relator, perdão.

O Relator pediu que o projeto fosse votado na próxima semana, porque ele gostaria de estar presente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ...e de participar, inclusive, do debate, entendeu? Foi um pedido dele, que nós atendemos.

E aqui eu queria até comunicar aos colegas que nós estamos com um probleminha, porque, como a CCJ está cambiando a marcha lenta, alguns projetos estão parados. E, como nós aceleramos aqui e votamos todos os projetos pendentes – não faltamos sequer uma sessão até agora, graças a Deus! –, a nossa Comissão está liderando as votações de projetos. A nossa assessoria...

A minha preocupação é porque os projetos ficam parados na CCJ, porque a entrada é lá, entendeu? Então, é preciso resolver a situação da CCJ para que nós não tenhamos aqui problema, e não só a nossa, porque tenho certeza de que esse problema é em todas as Comissões. Mas, na nossa aqui, como nós temos presença maciça dos colegas, que participam, que votam, que querem dar celeridade, nós vamos ter problema.

Era isso, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esclarecido, Presidente.

E me parece que o item 1 o Senador Paulo Rocha pediu para tirar de pauta, não é? Ele é o Relator do item 1, que é de minha autoria. Agora estão me informando aqui que o Senador Paulo Rocha...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Ele pediu para adiar a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...pediu para retirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Ele pediu para adiar a votação. Ele pediu para adiar a votação, não pediu para tirar de pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, pediu para adiar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Sim, para adiar a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está explicado, Presidente. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Um abraço, Paim!

Você está no Rio Grande ou está em Brasília?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, estou no Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Está frio ou está quente?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou aqui há um bom período.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Está frio ou está quente?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui o normal, nesse período, ainda é um friozinho, mas está começando a diminuir o frio. Mas eu ainda estou aqui de casaco, não é? É a idade, a pressão alta e o diabetes, com muito cuidado também. Estou só no virtual, mas esperando, claro: na hora em que Brasília decidir que vai ser votação presencial, eu vou. Mas, até lá, vou ficar por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Paim, um abraço! Obrigado aí pela sua participação, que é importante, muito importante aqui nesta Comissão.

Muito grato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu! (*Pausa.*)

Senador Zequinha Marinho, estamos aguardando a sua votação.

Senador Zequinha Marinho, se puder votar, seria importante para nós. (*Pausa.*)

Senador Giordano, V. Exa. está *online* aqui. Se for possível votar... Nós estamos dependendo de um voto para completar o nosso precioso quórum.

Senador Giordano. (*Pausa.*)

Já temos 11 votos.

Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Votaram SIM 10 Srs. Senadores. Não houve voto contrário.

Nenhuma abstenção.

Quórum de 11 Srs. Senadores.

Encerrada a votação.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 e 2 da CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Senhora Zenaide, V. Exa. pediu a palavra?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Não, não pedi a palavra.

Obrigada, Presidente.

É que eu estava tentando... O meu vídeo estava cortado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Ok, Senadora querida, um abraço.

Antes de encerrarmos a nossa reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convoco, para o dia 26 de outubro, terça-feira, às 11 horas, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão destinada à deliberação de proposição.

Informo que, no dia 27 de outubro, às 10 horas, haverá uma reunião remota da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, em forma de audiência pública, destinada a discutir o objeto do Projeto de Lei nº 4, de 2020, que institui a Semana Nacional da Valorização e Promoção dos Autodefensores das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, as APAEs, que fazem um trabalho maravilhoso no nosso País – no meu Estado não é diferente, a APAE do meu Estado é um exemplo –, a ser celebrada anualmente na segunda semana de julho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a participação de todos os Srs. Senadores e das nossas Senadoras.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas do dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência com a presença das Senadoras Nilda Gondim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 15/2021 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Finalidade:** Discutir o objeto do Projeto de Lei nº 4, de 2020, que "Institui a Semana Nacional da Valorização e Promoção dos Autodefensores das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a ser celebrada anualmente na segunda semana de julho". **Participantes:** Francisco Matos Além Felipe dos Santos, Autodefensor da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais; Tâmara Tamires Soares Silva, Autodefensora da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais; Carlos Henrique Viana, Autodefensor da Federação Nacional das Associações Pestalozzi; Ismael Ultino Tavalone, Autodefensor da Federação Nacional das Associações Pestalozzi; e Laura Negri, Autodefensora da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, ÀS DEZESSEIS HORAS E DEZ MINUTOS DO DIA TREZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENADOR DAVI ALCOLUMBRE, COM A PRESENÇA DOS SENADORES EDUARDO BRAGA, RENAN CALHEIROS, SIMONE TEBET, FERNANDO BEZERRA COELHO, MESSIAS DE JESUS, ESPERIDIÃO AMIN, PLÍNIO VALÉRIO, JORGE KAJURU, SORAYA THRONICKE, ANTONIO ANASTASIA, VANDERLAN CARDOSO, MARCOS ROGÉRIO, JORGINHO MELLO, PAULO PAIM, ROGÉRIO CARVALHO, FABIANO CONTARATO, EDUARDO GOMES, LUIZ DO CARMO, LUIS CARLOS HEINZE, LASIER MARTINS, EDUARDO GIRÃO, SÉRGIO PETECÃO, ZEQUINHA MARINHO E ALESSANDRO VIEIRA. REGISTRA PRESENÇA O SENADOR IZALCI LUCAS. DEIXAM DE COMPARECER OS SENADORES ROSE DE FREITAS, CIRO NOGUEIRA, TASSO JEREISSATI, ORIOVISTO GUIMARÃES, MARCOS DO VAL, LUCAS BARRETO, OMAR AZIZ, TELMÁRIO MOTA, ELIZIANE GAMA E WEVERTON. HAVENDO NÚMERO REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE DECLARA ABERTA A REUNIÃO. PASSA-SE À APRECIAÇÃO DAS EMENDAS DESTA COMISSÃO AO PLN Nº 03, DE 2021 – CN, QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2006-CN, COMBINADO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2020, DO SENADO FEDERAL E O ATO CONJUNTO Nº 2/2020, DAS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL. A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA TEM COMPETÊNCIA PARA PROPOR EMENDAS AO PROJETO, DEVENDO FAZÊ-LO NA CONDIÇÃO DE AUTOR DE EMENDA COLETIVA. **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 03/2021-CN** (PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022). A SENADORA **SIMONE TEBET**, RELATORA "AD HOC", APRESENTA O RELATÓRIO SOBRE AS VINTE E NOVE (29) EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES DE METAS SUGERIDAS AO REFERIDO PROJETO. APÓS A DISCUSSÃO, PAUTADA NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2006-CN, COMBINADO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2020, DO SENADO FEDERAL, O ATO CONJUNTO Nº 2/2020, DAS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL. E NO ARTIGO 101, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, QUE DETERMINA A COMPETÊNCIA DA CCJ, SÃO APROVADAS: 3 (TRÊS) **EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**: **EMENDA 1**: **EMENTA**: ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS **PROGRAMA**: 5016 - SEGURANÇA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO. **AÇÃO**: 20IE - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS. **PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**: PROJETO APOIADO (UNIDADE); **ACRÉSCIMO DE META**: 100 (CEM). **JUSTIFICATIVA:** INDUÇÃO A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS; FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E INTERFEDERATIVA; COOPERAÇÃO INTERNACIONAL; INTRODUÇÃO DE MELHORIAS NA GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA VISANDO A REDUÇÃO DA DEMANDA E DA OFERTA DE DROGAS; MODERNIZAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DE AGENTES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS DE FORMA CONTINUADA. APOIO A ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS E SERVIÇOS VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE USUÁRIOS DE DROGAS E SEUS FAMILIARES, DE FORMA ARTICULADA AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; E A INTRODUÇÃO DE MELHORIAS NA GESTÃO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS, TENDO COMO SUBSÍDIO A REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS ACERCA DOS PADRÕES DE CONSUMO DE CRACK E OUTRAS DROGAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS AFETOS AO TEMA, APERFEIÇOANDO OS MARCOS INSTITUCIONAIS E LEGAIS, FORTALECENDO OS MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, MODERNIZANDO OS INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES E FOMENTANDO A CRIAÇÃO DE ESTRUTURAS LOCAIS DE GESTÃO, COM A AMPLIAÇÃO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL. **EMENDA 2**: **EMENTA**: COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES **PROGRAMA**: 5034 – PROTEÇÃO À VIDA, FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA, PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS. AÇÃO: 218B – POLÍTICAS DE IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. **PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**: INICIATIVA APOIADA (UNIDADE); **ACRÉSCIMO DE META**: 100 (CEM). **JUSTIFICATIVA:** OS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DUPLICARAM DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA, CONFORME DADOS DO PROJETO 'JUSTICEIRAS', CRIADO HÁ UM ANO PARA O ACOLHIMENTO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. SEGUNDO A ENTIDADE, EM 2021, A QUANTIDADE DE DENÚNCIAS SAIU DE 340 CASOS POR MÊS PARA 658 DENÚNCIAS EM MARÇO, COM O INÍCIO DE NOVAS PARCERIAS. DESDE MEADOS DE MARÇO DE 2020, COM A INTENSIFICAÇÃO DA PANDEMIA DE COVID-19 EM TODO O MUNDO E ESPECIFICAMENTE NO BRASIL, DIVERSOS ESTADOS DO PAÍS ADOTARAM MEDIDAS DE ISOLAMENTO SOCIAL COM O OBJETIVO DE MINIMIZAR A CONTAMINAÇÃO DA POPULAÇÃO PELO NOVO VÍRUS. EMBORA ESSAS MEDIDAS SEJAM EXTREMAMENTE IMPORTANTES E NECESSÁRIAS, A SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO DOMICILIAR TEM COMO POSSÍVEL EFEITO COLATERAL CONSEQUÊNCIAS PERVERSAS PARA AS MILHARES DE MULHERES BRASILEIRAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NA MEDIDA EM QUE ELAS NÃO APENAS SÃO OBRIGADAS A PERMANECEREM EM CASA COM SEUS AGRESSORES, MAS TAMBÉM PODEM ENCONTRAR AINDA MAIS BARREIRAS NO ACESSO ÀS REDES DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES E AOS CANAIS DE DENÚNCIA. ESSA EMENDA VISA ASSEGURAR NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REFORÇO NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS 26 ESTADOS DA FEDERAÇÃO E NO DISTRITO FEDERAL, NO INTUÍDO DE FORTALECER AS POLÍTICAS PÚBLICAS E BUSCAR ESTRATÉGIAS MAIS CÉLERES E COMPROMETIDAS. **EMENDA 3**: **EMENTA**: DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE **PROGRAMA**: 5016 – SEGURANÇA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO. **AÇÃO**: 21BM – DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE. **PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**: AÇÃO APOIADA (UNIDADE); **ACRÉSCIMO DE META**: 100 (CEM). **JUSTIFICATIVA:** A PRESENTE EMENDA TEM POR ESCOPO APOIAR PROPOSTAS DESTINADAS A AÇÕES QUE VISAM PROMOVER A CAPACITAÇÃO, A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E A SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA, NOS TERMOS DO ART. 4º, INCISO XIII, DA PORTARIA MJSP Nº 20, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018, E TEM POR FINALIDADE EQUIPAR AS UNIDADES DE ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA COM A ESTRUTURA, OS EQUIPAMENTOS E OS MATERIAIS ADEQUADOS ÀS DIVERSAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DESTINADAS AOS PROFISSIONAIS INTEGRANTES DO SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA, EM NÍVEL GERENCIAL, TÉCNICO E OPERACIONAL. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, A PRESIDÊNCIA DECLARA ENCERRADA A REUNIÃO, ÀS DEZESSEIS HORAS E VINTE MINUTOS, DO DIA TREZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM. AO FINAL DA REUNIÃO, A PRESENTE ATA FOI APROVADA PELA COMISSÃO, ASSINADA PELO SENHOR PRESIDENTE E SERÁ PUBLICADA NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, JUNTAMENTE COM A ÍNTEGRA DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS.

SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, semipresencial, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário Eletrônico do Senado Federal.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores por sistema de videoconferência, e destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao PLN nº 3, de 2021, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2022, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização juntamente com a ata desta reunião.

Concedo a palavra à Relatora de Plenário, Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Davi Alcolumbre, é uma honra poder participar desta Comissão sendo presidida por V. Exa. E a honra é maior por estar aqui *ad hoc* lendo o relatório do ilustre Senador Eduardo Braga, meu Líder, Líder do MDB.

Vamos ao parecer, Sr. Presidente, muito bem relatado pelo Senador Eduardo Braga.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3/2021-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022, PLDO 2022.

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2022, cujos fundamentos são lançados pela citada resolução e pelo parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, esta CCJ tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As regras para apresentação, admissão e acolhimento de emendas ao PLDO 2022 estão delineadas na parte especial do parecer preliminar da CMO. No presente contexto, cumpre realçar que as emendas passíveis de serem apresentadas pelas Comissões Permanentes podem ser categorizadas em dois grupos: i) emendas para inclusão de ação orçamentária no Anexo de Prioridades e Metas, limitadas ao máximo de três emendas; ii) emendas de texto, sem limite de quantitativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vale destacar, também, que o parecer preliminar estabelece, no item 2.3.1, que somente serão admitidas emendas de Comissão Permanente que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão; e no item 2.3.4, que não serão admitidas emendas que contrariem norma constitucional, legal ou regimental. Além disso, o item 2.3.5 do mesmo parecer assenta que não devem ser admitidas emendas que pretendam incluir, no Anexo de Prioridades e Metas, programações que não correspondam a competência exclusiva ou comum da União, ou que destinem recursos para despesas obrigatórias.

Foram apresentadas a esta Comissão 29 propostas de emenda para inclusão ou acréscimo de meta no Anexo de Prioridades e Metas, listadas no Anexo. Não foram apresentadas propostas de emendas de texto.

Vamos à análise.

Foram apresentadas, nas propostas, 16 ações orçamentárias para o Anexo de Prioridades e Metas. Em que pese o mérito das propostas, pelas normas vigentes, a Comissão poderá apresentar apenas 3 emendas. Para a escolha dessas emendas, o critério que utilizamos foi o quantitativo, de tal modo que se atendesse ao maior número de Senadores.

Assim, foram verificadas ações mais frequentes. Dessa forma, foram selecionadas as seguintes ações:

1 – Articulação de Política Pública sobre Drogas, Propostas 1, 2, 3, 4. Autores: Fernando Bezerra Coelho, Jorge Kajuru, Marcio Bittar, Simone Tebet;

2 – Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Propostas 5, 6, 7, 8. Rose de Freitas, Fernando Bezerra Coelho, Simone Tebet, Vanderlan Cardoso;

3 – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade, Propostas 9, 10, 11. Autores: Jorge Kajuru, Luiz do Carmo, Soraya Thronicke.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, da inclusão das seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas:

São as três mencionadas: Articulação de Política Pública sobre Drogas; Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade, todos meta física 100.

São Emendas 1, 2, 3, referentes às Propostas 3, 5 e 9.

Assim, serão acolhidas as propostas de números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, na forma das propostas de números 3, 5 e 9.

É o relatório do ilustre Senador Líder do MDB Eduardo Braga, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Eu queria cumprimentar o Senador Eduardo Braga e a Senadora Simone Tebet, que fez a leitura do relatório, sendo designada aqui na reunião como Relatora *ad hoc*, e registrar, Senadora Simone, que o Senador Eduardo Braga, como Relator da matéria, como V. Exa. bem mencionou na leitura do relatório, acabou contemplando todos os Parlamentares, tentando fazê-lo da melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

maneira possível, já que só temos três oportunidades de emendar na LDO o Orçamento. Ele o fez da melhor maneira possível, compilando e atendendo as prioridades que foram apresentadas pelos Senadores.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permite, Presidente, também incluiu, a pedido da Bancada Feminina, como é de praxe em todas as Comissões do Senado Federal, em que temos apoio da unanimidade das Sras. e Srs. Senadores, uma das emendas. Só é possível apresentar três, mas dedicou uma em especial a Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Isso para nós é muito importante, porque essa bandeira não é nossa, essa bandeira é de todo o Senado Federal. Então, fica o meu agradecimento a todas as Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Inclusive, Senadora Simone Tebet, se não me falha a memória, essa foi uma das emendas indicadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, também priorizando essa agenda que V. Exa. traz para o conhecimento desta Casa nesta votação de hoje. Essa foi uma das prioridades também da Comissão junto ao Orçamento, que, infelizmente, foi vetada integralmente pelo Governo Federal. A gente precisa também organizar um momento adequado nesta Comissão...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos trabalhar mais arduamente este ano, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... para cobrar do Governo Federal – eu estou fazendo isso e quero esclarecer publicamente aqui na reunião da Comissão – que reconheça o trabalho das Comissões. Nós somos 15 Comissões permanentes no Senado. Como a Câmara estava sem funcionamento de Comissão, só as Comissões do Senado Federal apresentaram... São 15 Comissões?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só o Senado Federal, Senadora Simone, apresentou, porque estavam em funcionamento as nossas Comissões, emendas de acréscimo ao Orçamento da União. A Câmara dos Deputados não tinha instalado as Comissões, mas o Senado tinha.

Então, a minha fala, também aproveitando esta oportunidade para socializar com V. Exa. e com todos os outros membros desta Comissão, é para ressaltar que o Governo Federal, de forma linear, vetou todas as emendas de Comissões do Senado Federal, já que a Câmara não tinha comissão funcionando. Eu estou nessa luta junto ao Governo Federal – já tive duas reuniões no Ministério da Economia –, porque eu reconheço o papel do Governo na questão orçamentária, mas desconhecer que as 15 Comissões do Senado Federal são compostas pelos 80 Senadores e que eles lutaram também, dentro dos Plenários de cada Comissão, e colocaram emendas de acréscimo ao Orçamento visando a essa política, neste caso concreto da violência, do combate ao enfrentamento à violência contra as mulheres, é injusto com o Senado. O Senado não pode se responsabilizar por, na Câmara, não estarem funcionando as Comissões. E o Senado teve vetadas, de todas as Comissões, todas as emendas. Então, eu estou nessa confusão boa, digamos assim, lutando em nome das Comissões para que o Governo possa, num PLN à frente, recompor as emendas de Comissões que, se não me engano, são chamadas de RP 8. É isso? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eles precisam recompor as emendas de Comissões. Que não dê na sua totalidade, mas que a gente possa recompor em parte as emendas da Comissão de Constituição e Justiça e das outras 14 Comissões do Senado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Parabenizo V. Exa. pelo empenho em nome de todos nós. Pode contar com a Bancada Feminina não só nessa emenda específica de ação da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, mas em relação a todas as emendas, até com um argumento melhor – não é, Presidente? –: está sobrando dinheiro. Já que a Câmara não apresentou, está sobrando um pouquinho para atender todas as Comissões e, obviamente, com isso, contemplar os 27 Estados da Federação brasileira.

Parabéns!

Mais uma vez, conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Colocamos em votação as emendas.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas apresentadas pelo relatório lido pela Senadora Simone Tebet.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e Controle, presidida por uma mulher, a Senadora Rose de Freitas.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agradeço à Consultoria do Senado Federal, às nossas assessorias, na pessoa do Dr. Ednaldo, coordenador-geral da frente de resistência, e agradeço à Senadora Simone, Presidente, pela oportunidade. Muito obrigado a todos os Senadores que participaram no modelo semipresencial.

Temos agora sessão do Senado Federal. Portanto, meus agradecimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Boa tarde.

(*Iniciada às 16 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia quinze de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Dário Berger, Rose de Freitas, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Jorge Kajuru, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, José Aníbal, Lasier Martins, Alvaro Dias, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Lucas Barreto, Omar Aziz, Carlos Fávaro, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Carlos Portinho, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Eliziane Gama, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, e ainda dos Senadores não membros Izalci Lucas, Acir Gurgacz e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho e Paulo Paim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 6ª Reunião Extraordinária e da 7ª Reunião Ordinária, que foram aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição n° 28, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e altera a Constituição Federal, para fins de reforma político-eleitoral." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, com a rejeição do parágrafo único do art. 16, dos arts. 28, 61, § 2º e 3º, e 82 da Constituição Federal, na forma proposta pela presente proposição, pela rejeição dos arts. 3º, 4º, II e III, e 5º da proposição, pela rejeição, por inconstitucionalidade, do § 1º do art. 17 da Constituição Federal, igualmente proposta, e com três emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **Observação:** Durante a reunião, a Senadora Simone Tebet apresenta parecer oral contrário às Emendas nºs 1 a 7. Em 15/09/21, foram apresentados requerimentos de destaque para votação em separado das emendas nºs 2, 3 e 7. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5919, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Tribunal Regional Federal da 6º Região; altera a Lei nº 11.798, de 29 de outubro de 2008; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Alessandro Vieira. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5977, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transformação de cargos vagos de juiz federal substituto no quadro permanente da Justiça Federal em cargos de juiz dos tribunais regionais federais; e altera as Leis nºs 9.967, de 10 de maio de 2000, e 9.968, de 10 de maio de 2000." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2505, de 2021 - Não**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto, com sete emendas que apresenta, e contrário às emendas nº 1 a 39. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 1, de 2021** que: "Requer Audiência Pública para debater o redesenho dos programas Sociais e CadÚnico na Lei de Responsabilidade Social" **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSD/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 2, de 2021** que: "Requer Audiência Pública para debater as formas de financiamento da Lei de Responsabilidade Social" **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSD/MG). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Gostaria de cumprimentar todos os servidores, os assessores, cumprimentar os Senadores e as Senadoras, nós atingimos um quórum de 20 Senadores em nossa Comissão de Constituição e Justiça.

Queria agradecer e solicitar aos nossos convidados aqui que tomem os seus assentos para que a gente possa fazer uma reunião da Comissão que seja a mais proveitosa possível.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 6ª Reunião, Extraordinária, e da 7ª Reunião, Extraordinária.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Estão aprovadas as atas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 4.

A reunião ocorre de modo semipresencial e, de forma inédita, contará com a possibilidade de os Senadores votarem qualquer matéria por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui no plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem digitar no botão de "votações", depois, "votações abertas em comissões", procurar a votação da CCJ em curso, identificada esta votação também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8, de 2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) é acolhido o voto, é necessário enquadrar o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso de "levantar a mão" no sistema, no chat, que é uma ferramenta para os Senadores que estão remotamente.

Para a leitura dos relatórios, aqueles que não os tiverem em mão poderão acessar a pauta da reunião disponibilizada no chat e nos computadores deste plenário. Os referidos relatórios foram apresentados à Comissão e divulgados pelo Portal do Senado Federal.

O acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores, aos servidores da Secretaria e das áreas de tecnologia do Senado Federal. Também no estrito exercício de suas atribuições, caso necessário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um assessor poderá adentrar a sala de reunião para atender a demanda do respectivo Senador ou Senadora.

As regras e os procedimentos para a reunião foram definidos para fins de prevenção da transmissão da covid-19, no âmbito do Senado Federal, e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e também com os Atos da Comissão Diretora nºs 7 e 9, de 2020, com os Atos do Presidente nºs 2, 4 e 6, de 2020, e nº 2, de 2021, que alterou o Ato nº 3, de 2020, com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, também de 2020, e com os Atos da Diretoria-Geral nº 4, de 2020, e nº 3, de 2021.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não, Presidente Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Pela ordem.) – Eu pediria a fineza, se possível, de V. Exa. submeter, ao final da reunião, dois requerimentos extrapauta de minha autoria, que tratam de audiência pública de um projeto do qual sou Relator, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati, sobre questão relativa a programas sociais do Governo, matéria que já foi discutida um pouco, mas para a qual houve o compromisso de audiência pública, aqui, na CCJ. Os nomes já estão colocados e indicados por vários partidos e pelo Governo, e eu solicitaria essa gentileza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria...

Senador Alvaro Dias. Tudo bom, Líder? (Pausa.)

Senadora Eliziane, Senador Fernando!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Presidente, apenas uma indagação a V. Exa. sobre se já há data definida para a sabatina do Dr. André Mendonça, indicado para o Supremo Tribunal Federal.

Parece-me que há um dever a ser cumprido pelo Senado Federal, especialmente pela Comissão de Constituição e Justiça, e nós não podemos ser responsabilizados por um eventual impasse que venha a ocorrer no Supremo, com um empate de cinco a cinco, em determinadas circunstâncias.

Presidente, acho que isso é do nosso dever. Independentemente da posição de cada um, favorável ou contrária à indicação, eu acho que a sabatina é do nosso dever. Por isso, eu falo em nome do meu partido, o Podemos, que, de forma consensual – está aqui o Senador Kajuru –, decidiu, em reunião de ontem, que iríamos apelar a V. Exa. para definir a data dessa sabatina, como um dever a ser cumprido por esta Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço para subscrever, com iguais palavras, o requerimento feito pelo Senador Alvaro Dias, em boa hora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Eu também o subscrevo, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Eu também peço para subscrevê-lo, Presidente Davi.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu também o subscrevo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Igualmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Tudo bem! Tudo bem! Fica subscrita a solicitação.

Ainda não há uma data prevista para a sabatina do indicado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na linha do já exposto, mas no formato de questão de ordem, para que V. Exa. seja compelido a responder, eu solicito que V. Exa. expresse para esta Comissão e para o Brasil quais são as razões republicanas para que se tenha o maior retardo da história na realização da sabatina do indicado.

Faço questão de relembrar que a indicação de nomes para o Supremo é atribuição do Presidente da República. A atribuição do Senado é sabatinar esse nome e garantir que ele tenha os requisitos constitucionais para a ocupação do cargo.

Não cabe ao Senado interferir na indicação, não cabe ao Senado negociar nomes para a indicação.

Então peço, porque não consigo visualizá-los, quais são os elementos que fazem com que V. Exa., no honroso cargo de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República, se negue a fazer o agendamento de uma sabatina simples de uma autoridade indicada?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O.k., fica registrada a manifestação de V. Exa.

Eu queria consultar o Plenário da Comissão sobre os dois requerimentos apresentados pelo Senador Antonio Anastasia. Eu queria fazer a leitura deles para que a gente pudesse botar em votação no início da sessão, porque são dois requerimentos que já foram acordados por todos os Senadores da Comissão. Eu queria fazer só a leitura da exposição dos requerimentos e a gente colocava os dois em votação simbólica agora no início da reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 2, DE 2021

Requer Audiência Pública para debater as formas de financiamento da Lei de Responsabilidade Social

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSD/MG)

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5343/2020, que "institui a Lei de Responsabilidade Social; estabelece normas de responsabilidade social para a redução da pobreza e dá outras providências".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• a Senhora Monica de Boyle;

• o Senhor Luis Henrique Paiva;

• o Senhor Marcos Mendes;

• o Senhor Roberto Ellery;

• o Senhor Alexandre Manoel;

• o Senhor Gabriel Barros;

• representante Secretaria Especial da Receita Federal;

• representante Secretaria Especial de Fazenda;

• representante Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Senador Antonio Anastasia.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 1, DE 2021

Requer Audiência Pública para debater o redesenho dos programas Sociais e CadÚnico na Lei de Responsabilidade Social

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSD/MG)

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir [Esse é o mesmo requerimento, não é?] o PL 5343/2020, que "institui a Lei de Responsabilidade Social; estabelece normas de responsabilidade social para a redução da pobreza e dá outras providências".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• o Exmo. Sr. Eduardo Suplicy;

• a Senhora Tereza Campello;

• a Senhora Leticia Bartholo;

• o Senhor Vinícius Botelho;

• o Senhor Ricardo Paes e Barros;

• o Senhor André Portela;

• representante Ministério da Cidadania;

• representante Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;

• representante Ministério da Educação.

Senador Antonio Anastasia.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 28, DE 2021

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e altera a Constituição Federal, para fins de reforma político-eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Simone Tebet

Relatório: Pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, com a rejeição do parágrafo único do art. 16, dos arts. 28, 61, § 2º e 3º, e 82 da Constituição Federal, na forma proposta pela presente proposição, pela rejeição dos arts. 3º, 4º, II e III, e 5º da proposição, pela rejeição, por inconstitucionalidade, do § 1º do art. 17 da Constituição Federal, igualmente proposta, e com três emendas de redação que apresenta.

Observações:

Em 14/9/2021, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria da Senadora Eliziane Gama, e também a Emenda nº 3, de autoria do Senador Jorge Kajuru.

Em 15/9/2021, foram recebidas as Emendas de nºs 4 a 6, de autoria do Senador Eduardo Girão, e também foi recebida a Emenda nº 7, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Em 15/9/2021, foi apresentado o requerimento de Bancada da Liderança do Cidadania.

Gostaria de conceder a palavra à Relatora da matéria, Presidente Simone Tebet, para proferir o seu relatório.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, antes de mais nada, gostaria apenas de lembrar que hoje é dia 15 de setembro, dia em que a ONU comemora o Dia Internacional da Democracia. Nada mais oportuno de que lembrar este tema nesta data, um regime que é tão caro para todos nós e que, lamentavelmente, apenas 20% da população mundial têm o privilégio e o prazer de viver dentro dele; um regime que nos permite estar aqui com as portas do Congresso Nacional abertas, que nos permite falar, pensar, ter direito de ir e vir, ter uma imprensa livre, e, com isso, podermos, de forma harmônica, buscar, procurar construir um País mais igual e mais humano.

Que a democracia esteja sempre no altar e no coração de cada um de nós, nas nossas mentes, como dever que temos como homens públicos. E quem sabe, Senador Esperidião Amin, pelo menos hoje, pelo menos na data de hoje, o substantivo democracia se transforme no verbo democratizar.

E é com esse espírito que eu passo a relatar esta PEC tão importante, democratizando a responsabilidade com cada um dos Srs. e das Sras. Senadoras, pronta para receber as sugestões. Quero dizer que fiz o meu melhor e aqui já, de antemão, dizer que usei três critérios: o critério, obviamente, da coerência, o da isonomia no tratamento da análise dos itens e das emendas recebidas e busquei, dentro do possível, conversando com os poucos Parlamentares a que tive aceso, ouvir e fazer prevalecer a vontade da maioria das Sras. e dos Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço imensamente ao meu Líder Senador Eduardo Braga pelo presente que me foi concedido e ao Presidente Davi Alcolumbre pela designação.

Sras. e Srs. Senadores, na realidade, trata-se de uma PEC, do ano de 2011, de número 125, do Deputado Carlos Sampaio. Ela tinha no início o objetivo original apenas de vedar a realização de eleições em data próxima a feriado nacional. A proposição, agora, neste ano, no dia 17 de agosto deste ano, foi aprovada na Câmara dos Deputados pela Relatora Deputada Renata Abreu e chegou ao Senado Federal na data do dia 18 do mesmo mês, mês de agosto, no mês passado.

Ao longo de sua tramitação, a proposta ampliou consideravelmente o seu escopo inicial. As propostas de mudança mais radicais não lograram aprovação, dentre elas uma, Senador Kajuru, a que eu tenho particular apreço, que é uma transição para que nós pudéssemos transformar, não a transição, o sistema eleitoral brasileiro num sistema distrital misto.

Restaram aprovados na Câmara dos Deputados – já indo à p. 4, depois eu volto à terceira – apenas: contagem dos votos de negros e mulheres para fins de cálculo da distribuição de recursos públicos entre os partidos, uma pequena alteração na questão fidelidade partidária e também na iniciativa popular, consulta popular no âmbito municipal, vigência do princípio da anterioridade nas decisões do TSE, datas de posse dos Chefes do Poder Executivo, transferência de sanções na hipótese de incorporação de partidos, mudança estatutária e fundações partidárias.

Indo direto à análise – e, depois, eu vou falar uma a uma em relação às emendas –, Sr. Presidente, nós não vimos nenhum óbice regimental no que se refere aos critérios circunstanciais previstos na Constituição em relação à tramitação da PEC em questão. Indo à p. 3, resta examinar agora a matéria sob o prisma das chamadas cláusulas pétreas da Constituição, especialmente o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais. Em nenhum dos temas que eu elenquei até o momento o disposto na PEC vulnera as cláusulas pétreas da Constituição.

Não é possível, porém, afirmar o mesmo da proposta de restauração das coligações nas eleições proporcionais. A livre coligação nas eleições proporcionais tem longa história no País. Vigorou à sombra da Constituição de 1946, foi proibida nos tempos do bipartidarismo e retornou na vigência da Constituição de 1988, não na época da Assembleia Nacional Constituinte, mas por força de uma emenda constitucional em 2006, que assegurou aos partidos políticos essa autonomia no critério dessa escolha. Onze anos depois, em 2017, restringiu-se a possibilidade de coligação nas eleições proporcionais. Portanto, a possibilidade de coligação proporcional vigorou entre os anos de 2006 e 2017.

Cumpre lembrar que a emenda constitucional de 2017 foi o resultado de um demorado processo de discussão e convergência política que remonta, praticamente, à vigência da Constituição de 1988, lembrando que essa emenda acabou com a possibilidade da livre coligação.

Três foram os principais argumentos levantados contra a regra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, a dissonância que a livre coligação nas eleições proporcionais representava em confronto com o sistema eleitoral proporcional, consagrado no art. 45 da Constituição, que determina a eleição dos representantes do povo na Câmara dos Deputados por meio do sistema proporcional. Sabemos todos que o objetivo desse sistema é obter, nas eleições, uma composição da Casa Legislativa que reflita, o mais fielmente possível, a diversidade de posicionamentos políticos relevantes no conjunto dos eleitores. A livre coligação distorce sistematicamente a proporcionalidade almejada, uma vez que partidos menores, coligados, podem, mediante concentração de votos, eleger Deputados com auxílio dos votos conferidos aos partidos maiores.

Em segundo lugar, foi levantado, de maneira recorrente, contra a livre coligação o argumento da fragmentação partidária. A coligação seria um dos grandes mecanismos da proliferação de partidos, inclusive dos partidos de aluguel. Nessa perspectiva, a consequência da regra seria o grande número de partidos representados nas Câmaras e a dificuldade decorrente de os Executivos construírem suas bases de apoio parlamentar – aqui entre parênteses, o chamado presidencialismo de coalizão.

Em terceiro lugar, a distorção intrínseca que o processo implica em termos da intenção de voto dos eleitores. Na coligação livre, votos dados a um partido de esquerda podem ser computados a outro partido, a ele coligado, de direita, e vice-versa. Candidatos pacifistas podem eleger candidatos armamentistas, defensores das pautas feministas podem eleger candidatos alinhados com posturas mais conservadoras. Na verdade, como as coligações obedeceram sempre a interesses eleitorais e poucas vezes a afinidades programáticas, o número de coligações entre partidos teoricamente pouco compatíveis entre si sempre foi elevado. E, num quadro como esse, o eleitor sempre sabe em quem vota, mas nunca sabe, contudo, quem seu voto ajudará a eleger, ou seja, conforme o argumento, a livre coligação resulta sempre em algum grau de falsificação do voto do eleitor.

Cumpre observar que as três críticas apresentadas têm estatuto diferente no que se refere à constitucionalidade. É óbvio que não podemos falar em inconstitucionalidade em relação aos dois dispositivos primeiros apresentados. Afinal, algum grau de conflito entre princípios e regras igualmente válidos é inevitável.

Apontar para efeitos indesejados da livre coligação em termos de fragmentação partidária, por outro lado, diz respeito, exclusivamente, ao mérito da questão. Casas fragmentadas podem ser consideradas prejudiciais ao bom funcionamento do sistema democrático no regime presidencialista pelo menos. Muitos partidos implicam muitos acordos, um investimento maior, portanto, de tempo e de recursos políticos para construir e manter coalizões governamentais. O resultado pode ser paralisia decisória, descontentamento dos eleitores, perda da legitimidade dos governos. Nada disso, contudo, diz respeito à constitucionalidade da matéria.

Caso diverso é a distorção do voto dos eleitores por meio transferência para outros partidos que a coligação possibilita. Se o funcionamento do sistema repousa na distorção sistemática de um percentual variável dos votos, enfrentamos uma questão de constitucionalidade. O caput do art. 14 da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reza que "a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular".

Nesses termos, a distorção do voto do eleitor decorrente da livre coligação partidária, nas eleições proporcionais, atenta contra duas das cláusulas pétreas arroladas no art. 60 da Constituição. Fico, especificamente, com a questão do voto direto, na medida em que o voto é um dos direitos políticos fundamentais do cidadão, elencado entre os direitos e garantias individuais.

Foi algo assim que aconteceu com os Deputados individualmente chamados "bons de votos". Vou citar só um, o caso de Enéas, no passado mais distante, para não citar os mais recentes. Como na dimensão da torcida de um grande time, obtiveram, individualmente, votações significativas e, com isso, "puxaram" Deputados Federais que não obtiveram votos muito além dos membros da sua família ou, no máximo, de uma rua ou ainda, na melhor das hipóteses, de um pequeno bairro.

Não há como falar em representatividade partidária a partir de um critério desses. Também não em qualquer definição de coalizão. Na política, vem daí muito do que passou a se chamar, com todo respeito, entre aspas, "presidencialismo de corrupção". Partidos de conivência, toma lá dá cá, entre outras mazelas que deturpam o melhor conceito de representação política e partidária. O Deputado que angaria muitos votos sabe o que tem que fazer, porque foi essa a sua campanha eleitoral, mas ele não tem a menor ideia de como se comportará quem o ajudou a se eleger. Nem ele, nem o seu eleitor. Eles não estarão mais, findo o pleito, sob o mesmo cobertor partidário ideológico.

O que se diz é que sem as coligações – e aí eu faço uma ressalva, Sr. Presidente –, os pequenos partidos seriam alijados e, com isso, a pluralidade de pensamento seria ferida de morte. O Brasil tem o melhor exemplo do contrário: as coligações têm se transformado em verdadeiro estelionato eleitoral ou contrabando. Constrói-se a coligação entre diferentes, baseando-se, tão somente, na conveniência local. O eleitor escolhe votar naquele que melhor defende os seus ideais políticos. O seu candidato não se elege, mas ele pode ter contribuído, com o seu voto, para a eleição de um outro de ideologia absolutamente contrária. Foi o fim de qualquer possibilidade de alinhamento político e ideológico, e isso também não contribui para o fortalecimento partidário.

Com regras assim, impossível o campeonato; impossíveis os consensos e a governabilidade. No mais, o fim das coligações só foi aplicado em uma única eleição, Sras. e Srs. Senadores, na do ano de 2020, na eleição para Vereadores.

Não é possível mudarmos as regras ano a ano, fazendo das eleições verdadeiros balões de ensaio. Com mudanças assim, sem que tenha sido possível ao menos analisar os resultados práticos da anterior, impossível observar a segurança jurídica tão necessária ao processo eleitoral. Vale a conveniência do momento.

É preciso assinalar, ainda, que esta não é uma argumentação recente, Sras. e Srs. Senadores. O Congresso Nacional debate essa questão desde o ano de 1990. Foram inúmeras as proposições em ambas as Casas. Cito apenas duas do Senado Federal, do ano de 1995 e de 2011, e apenas duas da Câmara dos Deputados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ano de 2001 e de 2013, que foram as que tiveram mais embates e relatorias, todas convergindo no sentido de vedar as coligações nas eleições proporcionais ou, ao menos, minimizar seus efeitos deletérios por meios de federações partidárias.

E aí, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de destacar que entendo – e deixei isto aqui muito claro –, que, se assim desejarem as Sras. e os Srs. Senadores, uma forma de poder permitir aos menores partidos, numa única eleição, terem a possibilidade das federações partidárias, que nós pudéssemos fazer um pleito, uma solicitação ao Presidente desta Casa para que, já na semana que vem, pudéssemos abrir o Congresso Nacional para podermos votar o veto do Senhor Presidente da República em relação às federações partidárias. Acho que é uma forma de podermos garantir aos pequenos partidos ideológicos a possibilidade de se unirem nos pleitos eleitorais e, depois, fazerem um grupo ou uma federação com um mandato de quatro anos, não podendo ser dissolvidos, e, com isso, tendo uma sobrevivência mais do que legítima.

Indo para o mérito, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de debater, já que apontei, fiz uma análise mais alongada ou delongada em relação à livre coligação, eu gostaria, rapidamente, de entrar no mérito em relação às demais alterações previstas na PEC.

Indago ao Sr. Presidente se poderia apenas ir explicando, ao invés de ler cada uma das alterações em relação às quais acho que há menos complexidade e menos dissenso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Simone, como V. Exa. estudou a matéria e apresentou o relatório, o relatório já está disponível para os Senadores.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pode ir da melhor maneira possível que a senhora entender para conseguir explicar o relatório.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A primeira alteração que acredito meritória e que acatamos é a de contagem em dobro de votos de candidatos negros e de candidatas mulheres até o ano de 2030 para o fim de cálculo da partida dos fundos tanto partidário quanto do Fundo Eleitoral, porque é um mecanismo que entendo ser eficiente para estimular os partidos a incluírem na lista dos candidatos nomes competitivos de mulheres e de negros.

Igualmente meritória é a proposta do fortalecimento da fidelidade partidária. Não está sendo flexibilizado; apenas permitiu algo que os próprios tribunais já têm levado em conta, que é a possibilidade de o Deputado, de o Parlamentar não perder o mandato quando o próprio partido o libera para que ele possa mudar de legenda. Acredito que a proposta, portanto, não cause nenhum problema, nenhum arranhão em relação à questão da fidelidade partidária. Mas, infelizmente, consideramos abrupta a mudança proposta em relação a PLs, aos projetos de iniciativa popular. Vejam que interessante: hoje, para se mudar, para que a sociedade possa apresentar um projeto no Congresso Nacional, é necessário 1,5 milhão de assinaturas. Nos termos apresentados pela Câmara, bastariam 100 mil assinaturas, e basta que elas sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletrônicas. Acredito que o grande erro da Câmara dos Deputados tenha sido fazer uma redução tão drástica, a ponto de levantar uma série de suspeitas que aqui faço, de forma muito rápida.

Primeiro, a inclusão da versão eletrônica requereria – e acho que ela tem que acontecer – um critério que nos dê o conforto de estarmos seguros de que não houve fraude.

Segundo, uma vez que a dinâmica das redes sociais não está ainda suficientemente conhecida e regulamentada, uma alteração dessa magnitude poderia não só levar à fraude no processo, mas à inclusão de temas, já que são apenas 100 mil assinaturas, eminentemente regionais, e traríamos questões regionais ou locais para deliberação do Plenário do Congresso Nacional.

Da mesma forma, pautas de interesses que não são interesses públicos. Eu vou aqui, de forma muito objetiva e muito clara e muito aberta, por exemplo, lobbies ilegítimos, que poderiam, com apenas 100 mil assinaturas, convencer a população a apresentar um projeto dentro do Congresso Nacional.

Portanto, e apenas, única e exclusivamente por isso, entendo que esta é uma questão que precisa, sim, ser debatida, pode ser aperfeiçoada, é que estamos aqui dando parecer, no mérito, contrário a essa iniciativa.

Também não tivemos tempo de conversar com todos os demais Parlamentares em relação à data da posse dos Governadores e do Presidente da República. Eu particularmente sou simpática a essa ideia, mas como seria para o ano de 2027, conforme está na PEC, acredito que esse é um assunto também que podemos rapidamente deliberar numa PEC autônoma e, se houver a vontade, se for da vontade dos demais Parlamentares, poderemos aprovar ainda este ano.

No tocante aos três dispositivos de caráter transitório, lá do art. 4º da PEC, é adequado dizer, deixar explícito que eles, dos três, apenas um pode ser levado adiante. Ressalvo que o inciso II é questionável, uma vez que trata de limitar a atuação reguladora da Justiça Eleitoral, até porque, sabemos todos, alterações no âmbito dos estatutos partidários, muitas vezes, têm repercussões evidentes em artigos outros que não aqueles propriamente alvo da mudança, razão pela qual voto pela retirada.

Já na ampliação do escopo das atividades das fundações partidárias previstas no inciso III, entendemos que é matéria a ser regulada em lei e não deve, portanto, ingressar no texto constitucional. Basta uma lei, e nós já teremos condições de incluir inclusive cursos profissionalizantes a serem dados pelas fundações partidárias.

Considero questionável a explicitação, no texto da Constituição, da vigência do princípio da anterioridade às decisões jurisdicionais ou administrativas do STF e do TSE. Entendo até que há uma inconstitucionalidade, mas nem estou colocando essa inconstitucionalidade aqui. Além de, a rigor, o art. 16 da Constituição já contemplar essas decisões, no caso de haver mudança real da regra, o texto proposto poderia inviabilizar todo o nosso trabalho inclusive.

Veja, hoje nós estamos apenas a 15 dias do tempo máximo para aprovarmos qualquer alteração que valha para o ano que vem. Se nós deixarmos para votar e aprovar, e o Presidente da República, se fosse uma lei, sancionar, uma lei que mexe na lei eleitoral, um dia antes para cumprir o prazo do princípio da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anualidade, e essa lei precisasse de regulamentação do TSE, nós inviabilizaríamos uma lei formulada por nós mesmos, porque o tribunal não poderia ter, pelo princípio da anualidade, tempo de regulamentar uma lei que nós queremos que ele regulamente. Por isso, achei que, de alguma forma – nem entrei na inconstitucionalidade – , deixei aqui a questão, a rejeição pelo mérito.

No que tange às emendas apresentadas, Sr. Presidente, elas chegaram muito em cima da hora, mas são muito fáceis de serem compreendidas. Eu gostaria de assinar embaixo de praticamente todas elas, porque, no mérito, concordo com todas. Mas, como disse, adotei o critério da coerência e da isonomia. Da mesma forma que rejeitei alterações do texto constitucional meritórias, da Câmara dos Deputados, por entender que ou teremos tempo hábil ou não tivemos o tempo necessário para o debate aqui, na vontade da maioria dos Parlamentares, da mesma forma tenho que fazer em relação às emendas. Por isso, com muita dor no coração – inclusive como Líder da Bancada Feminina –, eu preciso rejeitar as duas emendas da Senadora Elisiane, que falam, particularmente, de algo que é uma bandeira, desde que eu assumi no primeiro dia do meu mandato, que é o empoderamento das mulheres. A Emenda nº 1 fala em renovação do Senado por dois terços garantindo-se uma das vagas, a reservada, para o sexo feminino. A Emenda nº 2, também da Senadora Eliziane, fala que chapa única para candidatura ao cargo de Governador e Vice deverá contar necessariamente com uma candidata do sexo feminino. No §6º, da mesma forma, para Presidente e Vice-Presidente da República.

Então, entendo que nós temos condições de avançar com essa matéria o mais rápido possível, mas, por uma questão de coerência, para que possamos, inclusive, ter um texto no mínimo isonômico no critério que adotei em relação à análise de mérito, eu preciso, neste momento, rejeitá-las.

Da mesma forma, Senador Kajuru, eu sou a favor do distrital misto. Apenas faço uma ressalva, da mesma forma que a Câmara tentou nessa PEC. Como a Câmara a rejeitou, aprovarmos aqui e voltar para lá significa que ela vai rejeitar. Então, até para que nós tenhamos sucesso nessa missão, acredito que com uma PEC autônoma, começando com um debate no Congresso, no Senado Federal, nós poderemos avançar. No caso, em relação a coligações, à coligação proporcional, está prejudicada em razão do meu voto contrário.

Em relação às emendas do Senador Girão. Só peço desculpas porque estou...Em relação às Emendas 4, 5 e 6 do Senador Girão. O Senador Girão propõe algo que precisa, também, ser debatido, discutido, aliás não é de agora que estamos discutindo essa questão, que é a redução do número de Parlamentares nas eleições proporcionais na Câmara dos Deputados, passando para 385 Deputados Federais, garantindo oito anos para Senador, mas transformando esta Casa em eleição sempre com cada Estado da Federação brasileira sendo representado por dois Senadores. Da mesma forma, a Emenda 5 torna inelegível para os mesmos cargos – é o caso aqui do fim da reeleição. Eu, particularmente, a partir de 2026, que é como o Senador Girão trata a questão... Eu também tenho uma simpatia pelo fim da reeleição, garantindo cinco anos, quem sabe seis, de mandato. No mérito, eu concordo com a emenda do Senador Girão em relação à questão da filiação partidária. Essa é a única com a qual eu, particularmente, não concordo em relação a candidaturas avulsas, desde que haja um percentual de eleitores assinando, registrando em cartório, em torno de uma candidatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora, como disse, no mérito, eu concorde, por um critério de isonomia, tendo em vista o tempo curto, o fato é que nós temos que, de alguma forma, se quisermos avançar com essa PEC, aprová-la aqui em Plenário ainda antes do dia 2 de outubro e promulgá-la antes do dia 2 de outubro, tendo em vista o amplo debate que houve na Câmara, inclusive com algumas dessas emendas, eu, lamentavelmente, em relação a elas e em relação à última emenda que me chegou agora do Senador Alvaro Dias, também essa, para mim, a meu ver, a principal de todas as alterações numa reforma política, que é definir o quantitativo da cláusula de barreira, Senador Alvaro – tem o meu apoio para assinar essa PEC, se ela vier a ser uma PEC autônoma –, acho que nós temos que ser o mais rigorosos possível em relação à cláusula de barreira, porque o presidencialismo de coalizão já se se mostrou nefasto no Brasil. Mas, em função de já termos uma legislação que foi amplamente debatida, discutida no Supremo Tribunal Federal, que, inclusive, atrasou a implantação da cláusula de barreira por mais de dez anos, eu acho que são todas questões complexas que requerem audiência pública e um amplo debate.

Então, apenas por isso, eu as estou, neste momento, rejeitando. Obviamente que me curvarei à decisão e à vontade da maioria.

Indo direto ao voto, Sr. Presidente – desculpa o tempo, mas é porque o assunto realmente é...

Indo direto ao voto.

Em razão do exposto, nós votamos pela admissibilidade da PEC nº 28, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, com a rejeição do parágrafo único do art. 16, dos arts. 28, 61, §§2º e 3º, e 82 da Constituição Federal, na forma proposta pela presente proposição, pela rejeição dos arts. 3º, 4º, incisos II e III, e 5º da proposição, pela rejeição, por inconstitucionalidade, do §1º do art. 17 da Constituição Federal, igualmente proposta, rejeitando, infelizmente, todas as emendas mencionadas e apresentando três emendas apenas de redação, porque tínhamos que adequar, obviamente, aí, especialmente na questão de incisos, renumerar incisos e artigos.

Então, é este o relatório que coloco à disposição desta douta Comissão.

Agora, sou toda ouvidos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Em discussão a matéria.

Senador Esperidião Amin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Quero me inscrever também, Presidente, para discutir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, eu serei... Qual o tempo que nós temos para questão de ordem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Regimentalmente, dez minutos.

Eu estou colocando cinco minutos, porque eu estou vendo muito Senador inscrito, mas o tempo regimental é dez.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Tá o.k., muito obrigado.

Eu, em primeiro lugar, quero pedir vista. Isso é o primeiro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Também peço vista, Presidente, coletiva.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas acho que seria uma descortesia, seria uma descortesia se eu não fizesse alguns comentários sobre o trabalho exaustivo e brilhante da nossa Relatora.

São quatro pontos. Primeiro: nós somos um Estado grande produtor de mel e prezamos muito as abelhas e temos muito medo da vespa, do vespão ou, como nós chamamos, da mamangava. A mamangava é o único inseto que consegue transportar o pólen do maracujá, que é um grande calmante natural. Esta proposta é a mais legítima mamangava que eu já vi, porque, nesta cesta que chega para nós a 15 dias do prazo do art. 16, que eu tive a honra de escrever junto com o Senador Josaphat Marinho – esse texto do art. 16 eu escrevi junto com ele, porque a Constituição era ambígua no antigo art. 16 da sua promulgação... O que ela transporta? Qual é o pólen verdadeiro, legítimo e essencial para os seus proponentes? É o fim do artigo que veda, que proíbe as coligações nas proporcionais. O restante foi entrando como se fosse um armazém de turco ou de judeu, onde vai entrando o troco, o que foi dado em troca. E este, V. Exa., Senadora Simone, muito bem definiu, ele embute várias fraudes, a começar pela fraude ideológica de votar em alguém que pensa assim e eleger alguém que vota assado. Essa é a síntese.

Isso aí, associado àquilo que o meu querido amigo Carlos Fávaro tão veementemente impugnou como sendo as sobras que nós votamos para atenuar, eu diria – votamos para atenuar, para 70% em vez de 10% –, está resultando no seguinte: em Cuiabá, nós temos 25 Vereadores de 19 partidos. Em Blumenau, que eu considero uma cidade exemplo de civilidade, civilização e democracia, temos 15 Vereadores de 13 partidos; ou seja, nós não temos a coragem de enfrentar que o partido político é, na democracia do mundo, a única forma de aglutinar e receber os votos, que, se não forem pessoais, serão da turma, ou seja, do clube ou da ideologia que o compõe.

Então, nós não aceitamos isso em nome de uma porção de razões idôneas. Então, eu peço vista, primeiro, porque não concordo com o caráter mamangava da proposta, sem denegri-la – a mamangava é insubstituível, se não houver mamangava não teremos polinização de maracujá e vamos todos ficar mais nervosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, na Califórnia está sendo realizado o segundo recall em 20 anos, o segundo recall – o primeiro concedeu à Califórnia a honra de ter Schwarzenegger como Governador, depois do recall –, e agora pode ser que o Newsom – acho que é assim que se pronuncia – seja substituído também. É uma coisa democrática, não tenho nada contra experimentar, mas não numa proposta que chegue 15 dias antes de uma eleição.

Terceiro e último ponto: federação. Eu quero aqui dizer que eu sou a favor da federação, mas como consequência, repito, como consequência da não coligação nas eleições proporcionais, ipso facto, sob pena de conspirarmos contra mandatos legítimos só porque o partido não conseguiu, em uma fase de transição, vencer a cláusula de barreira, isso é conspirar contra o voto direto. Então, a federação, Senador Alvaro Dias, é uma consequência, não o início da transição.

Então, feitas essas quatro colocações, eu nem vou comentar o conjunto que a senhora analisou. Meus parabéns! É um trabalho digno de uma forte mulher, porque os marmanjos não têm paciência. São as únicas que conseguem fazer oito coisas ao mesmo tempo.

E quero homenagear a Senadora Elisiane porque eu também sou a favor da Emenda nº 2 dela. Eu sou de um Estado, Senadora, Santa Catarina, onde o maior vulto da história é Anita Garibaldi, e quem manda lá em casa é sempre a mulher. Então, se tem um Estado que está doido para ser sempre ...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É por isso que o senhor é uma pessoa excepcional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... mandado pela mulher... Pode contar comigo na sua emenda. Não sei, não posso me comprometer nesta oportunidade. Mas é uma emenda digna de um belo debate e de uma boa construção.

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, eu já sei que V. Exa. vai votar com o meu requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já me cooptou.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – Agradeço, Senador Esperidião Amin.

Apenas para fazer um esclarecimento. A Federação não está aqui.

Comungo ipsis litteris com o que V. Exa. disse: federação só se garantirmos o fim das coligações.

Como alternativa, poderíamos pedir para o Presidente, em se confirmando a garantia do fim das coligações, que nós pudéssemos derrubar o veto do Presidente da República.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Duque na mesma linha!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir atenção do Plenário, dos Senadores e das Senadoras: nós estamos com um quórum qualificado de 27 Senadores presentes e também vários Senadores de maneira remota.

Senador Tasso, bom dia!

Conversei com a Secretaria da Mesa, e, até agora, nós temos sete Senadores inscritos para discutir a matéria. Oito Senadores, perdão. O Senador Fabiano Contarato também pediu inscrição.

O que acontece? Regimentalmente, eu estava consultando a Secretaria da Mesa, regimentalmente, o pedido de vista adia a discussão. É regimental. Vamos ter que transferir esta reunião, por conta do prazo, para a próxima quarta-feira. Então, nós vamos ter que ter, novamente, uma nova reunião da Comissão de Constituição e Justiça, para a gente cumprir os compromissos que foram assumidos pelo Presidente do Senado com o Presidente da Câmara para a votação desta matéria, que é uma emenda constitucional antes do prazo da anualidade.

Então, regimentalmente, eu sou obrigado a conceder vista coletiva a vários Senadores. Vista coletiva. Outros Senadores pediram.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu apenas fui o primeiro locutor. Não quero que o senhor me carregue.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não mate o mensageiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. Eu sou uma mamangava de outro pólen.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Um mensageiro.

Então, eu queria fazer uma consulta. Eu falei com o Dr. Ednaldo aqui.

A gente tem oito Senadores inscritos para fazer a discussão e temos outras matérias para votar. Se a gente fizer a discussão hoje...

Não sei se a Senadora Simone Tebet quer fazer alguma intervenção.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, apenas assim, a não ser que os demais, obviamente, Senadores pensem diferente: eu gostaria de assinar embaixo de tudo aquilo que o Senador Esperidião Amin falou, porque ele, praticamente, o Senador Esperidião Amin, com muito mais propriedade do que eu, resumiu, em pouquíssimas palavras, o meu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a maioria pelo menos dos Parlamentares, pelo que eu percebo, tem, nas coligações, realmente um instrumento que não só atrapalha todo o processo, mas realmente inviabiliza o presidencialismo que todos nós queremos.

Eu gostaria apenas de ponderar o seguinte: como, diferente de um projeto de lei, aquilo que nós fizermos não pode ser alterado pela Câmara, e o meu projeto vai exatamente ao encontro do que o Senador Esperidião Amin propôs, que é realmente a gente enterrar de vez a possibilidade de coligação em eleições proporcionais no Brasil, eu pergunto se nós não poderíamos dar vista de uma hora, se nós não poderíamos votar na Comissão e enterrarmos este assunto em nome da segurança jurídica.

Eu acho que o País precisa de paz para trabalhar. Nós temos uma pauta imensa. Se fosse a divergência, não. Eu gostaria até que o Senador Esperidião Amin reescrevesse o meu parecer com essas palavras tão poéticas, mas eu acho que, pelo menos, naquilo que é essencial; os demais itens, com exceção de um ou de outro ponto, todos eles nós retiramos da PEC.

Repito: o que for aprovado aqui ou rejeitado não volta para a Câmara dos Deputados. Ele vai, no caso da aprovação, da rejeição, ainda que eles façam alteração lá, precisa novamente esta Casa ser ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não vai dar tempo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, eu não sei. Eu gostaria de ponderar nesse sentido. Eu acho que nós temos uma pauta extensa. Da mesma forma, cria expectativa com os partidos pequenos que nos têm procurado. Cada um tem o seu voto, cada um já sabe como votar. Eu não sei... Gostaria de, primeiro, obviamente, com toda a delicadeza que o Senador Esperidião Amin teve comigo... Obviamente, se ele disser "não", eu não gostaria nem de ouvir os demais Líderes. É ele quem tem a palavra final. Então, eu gostaria de fazer esse pedido encarecido ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Antes de passar a palavra para o Senador Esperidião, o Senador Anastasia também pediu aqui para discutir.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Para discutir.) – É tão somente, Sr. Presidente – agradeço –, para corroborar a posição da Senadora Simone. Eu compreendo integralmente as razões do Senador Esperidião. A nossa comunhão é integral. Aliás, público era o debate que fizemos. Então, no mérito, estamos totalmente de acordo.

Mas, salvo engano meu, eminente Relatora, como V. Exa. disse, todas as observações feitas pelo Senador Esperidião Amin estão acolhidas no relatório. Tudo foi rejeitado, e remanesceu, inclusive com o prazo constitucional, tão somente a questão das mulheres e dos candidatos negros – a questão da contagem –, que é o único ponto que teria a necessidade até da aprovação prévia, mas é um dispositivo em relação ao qual eu acho que haveria o aplauso e o reconhecimento de todos.

Então, de fato, parece-me, Sr. Presidente... Claro, o pedido de vista é regimental – não há o que discutir –, é automático. Agora, caso o Senador Amin considere a ponderação feita pela Relatora, já que o texto do parecer é exatamente nessa linha – e eu acho que evoca a maioria deste Plenário –, pelo menos, parece-me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a posição da Relatora recebe o nosso aplauso. É a ponderação também que faço para ajudar no debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu consultei a Secretaria da Mesa. A proposta da Senadora Simone só pode ser atendida pela Presidência caso haja um entendimento do Plenário, porque o pedido de vista é regimental e tem até cinco dias. Em sendo até cinco dias, podem ser 24 horas, mas pode ser uma hora, como foi a solicitação da Senadora Simone Tebet.

Voltando, recapitulando o que eu queria falar ainda há pouco, antes da proposta da Senadora Simone: se nós formos discutir essa matéria hoje com os oito Senadores que estão inscritos e os outros que podem se inscrever, nós vamos debater a matéria, sendo que há um pedido de vista que nós não vamos votar. Eu vou transferir a votação dessa matéria, caso não haja esse entendimento de uma hora, ou de duas horas, ou de meia hora. Se houver entendimento, a gente consegue fazer. Não estamos amparados no Regimento, mas, a partir do entendimento da totalidade da Comissão, a gente pode fazer, porque o Plenário é soberano e o entendimento se sobrepõe a essas questões regimentais.

Eu quero, pelo menos, que nós façamos a discussão da matéria hoje, se tivermos que fazer, e ouçamos os oito, dez, quinze, vinte e sete Senadores – vamos ouvir todo mundo –, mas, na outra quarta-feira, nós vamos só votar, porque, só votando na outra quarta-feira... Vai ser que dia? Dia 20? Dia 22. Estamos a dez dias de mandar para a Câmara. Se, na outra quarta-feira, a gente for fazer a discussão de novo da matéria....

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Não volta para cá. É só a promulgação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É verdade.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Não há risco.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É verdade.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – Eu só faço um pedido especial: que nós possamos votar e promulgar até o dia 2 de outubro, porque há um item que é muito caro para a bancada feminina, que é a contagem em dobro do fundo para as mulheres e negros. Então, é só por isso que estou sendo um pouco insistente nesse calendário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu consulto se os Senadores que estão aqui presentes e as Senadoras concordam com a proposta da Senadora Simone Tebet de fazermos esse pedido de vista como uma suspensão de...

Senador Esperidião Amin. (Pausa.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou, se me permitir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fizeram uma pergunta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o senhor veja que eu sou mandado pelas mulheres mesmo, com muita alegria.

Mas eu quero dizer para o senhor o seguinte, publicamente: eu não serei objeção a que o Plenário vote hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, nós vamos fazer a discussão e vamos votar hoje. Pronto! Vamos encerrar! Muito bem! (Palmas.)

Não haverá pedido de vista.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – Houve uma pergunta, Sr. Presidente, para deixar bem claro, em nome da transparência.

Nós acatamos quatro itens, para deixar bem claro.

Fiz um resuminho aqui. Mulheres e negros eleitos contarão em dobro para fins de cálculo do valor dos fundos na eleição de 2022 até 2030, para incentivar mulheres e negros; nós abrimos mais uma exceção que já tem uma determinação também dos tribunais que, quando o Parlamentar muda de partido, com a anuência do partido, ele não sofre as penalidades. Isso parece que é quase que uma unanimidade; uma regra transitória, enquanto não vier a lei acerca da incorporação dos partidos, prevê que as sanções aplicadas aos dirigentes do partido incorporado não passam ao incorporador, porque isso também já é, não existe responsabilidade objetiva no Brasil para esses efeitos, os tribunais já decidiram também, mas como, às vezes, os tribunais inferiores decidem de um jeito, até chegar lá em cima, mas isso é pacífico. É muito simples, ele não pode ter a responsabilidade pelos meus atos, é basicamente o que está dizendo; e, por fim, abre essa possibilidade... A possibilidade não, estabelece que quando houver plebiscito municipal, ele deve ocorrer só na época, no dia da eleição, para não ficar fazendo um monte de eleições fora de hora, gastando com rádio, gastando com televisão.

Então, apenas aproveitei aquilo que vi que era consenso, que contribui, que melhora o nosso sistema eleitoral, a nossa lei partidária eleitoral, Sr. Presidente.

O resto tudo foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Então, vamos para a lista de oradores inscritos para discutir a matéria.

Senadora Eliziane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas pela ordem, se V. Exa. entender que acelera os trabalhos.

Eu vou apresentar pedido de vista nos itens 2 e 4.

Nos próximos itens que serão votados, item 2 e item 4, vou apresentar pedido de vista para que V. Exa. já vá maturando como vai processar isso dada a celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim, perfeitamente, Senador Alessandro, após a leitura do relatório.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu tenho quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dez minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eita, coisa boa.

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a Senadora Simone Tebet...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... e vou me centrar aqui, Presidente, pediria aqui a atenção dos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir atenção dos nossos convidados que estão aí atrás, no fundo.

Nós fizemos... Vários Senadores convidaram os seus assessores para participar, mas a gente está vendo aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o Judiciário que está ali, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Enfim, queria pedir a compreensão porque os Senadores estão usando da tribuna e também pedir, pois está muito aglomerado aqui ao lado, aqui na lateral da Comissão, que, se não tiver cadeira que a gente pudesse intercalar os...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, não é com V. Exa., é aqui do lado.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir aqui nas duas laterais, que os assessores pudessem tomar seus assentos.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, senhores colegas, eu queria, inicialmente, cumprimentar a Senadora Simone Tebet pelo relatório.

Está difícil, Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Jorginho.

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Talvez se V. Exa. passar para um homem falar antes de mim, conseguiria segurar o silêncio na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Poderíamos ter ficado sem essa aqui, nós homens.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a Senadora Simone Tebet pelo relatório, fazendo jus à sua competência, que honra a todas nós mulheres e não vou fazer aqui, Presidente, um debate em toda a matéria, em toda a PEC, eu vou me centrar aqui fundamentalmente nos itens que são relativos às mulheres.

Eu queria...

Está difícil, Presidente, está realmente difícil.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir a compreensão dos Senadores.

A Senadora Eliziane já está, pela terceira vez, tentando usar a palavra.

Líder Fernando, Senador Nelsinho, eu acho que nós temos muitos convidados aqui na reunião da Comissão hoje.

O protocolo do ato não é um assessor... (Pausa.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muita euforia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir, por gentileza, a atenção e solicitar aos nossos assessores que nos ajudem com todos os convidados que estão aqui na Comissão. A gente quer fazer a reunião da Comissão com a presença dos senhores e das senhoras aqui, mas a gente tem que garantir a palavra à Senadora. Ela está...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, agora vamos lá. Talvez agora a gente consiga.

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a querida Simone Tebet – só vou pedir para zerar o meu tempo, Presidente, ali, e colocar os dez minutos –, que é uma Senadora que honra o Brasil, que honra todas nós, mulheres, como nossa Líder feminina.

Eu queria me centrar aqui fundamentalmente na pauta feminina, na pauta de gênero, de cotas, e aí eu faço um destaque muito importante, que acho que será um avanço para o Brasil nessa luta pela equidade, que é a garantia do voto em dobro, para fins de fundo eleitoral, para mulheres e também para negros.

Todos nós sabemos o que é a nossa participação feminina comparativamente com os demais países do mundo. Nós, mulheres... Infelizmente o Brasil, gente, é um dos países, hoje, que tem a menor participação feminina entre homens e mulheres. Aqui, nas Américas – América do Sul, América Central e América do Norte –, nós somos o segundo país com a menor participação feminina. Na América do Sul, nós somos o País que tem a menor participação feminina. Você pega, por exemplo, a Argentina, a Venezuela, enfim, todos os países daqui, e você vai ver que o Brasil ainda tem a menor participação. Vamos pegar o Chile, agora, recentemente. Olhem o que aconteceu no Chile! Nós, as mulheres do Chile devolveram cadeiras para os homens, 11 cadeiras, porque elas chegaram a um estágio tal de paridade que tiveram que devolver as cadeiras, Amin, exatamente para manter a paridade entre homens e mulheres.

Um instituto muito importante no Brasil, o Instituto Patrícia Galvão, mostra que, se mantivermos a legislação eleitoral que nós temos, a mulher só será igual ao homem, no Brasil, em 2118. Isso significa que nós vamos levar cem anos praticamente para termos igualdade entre homens e mulheres, pelo andar da carruagem em que nós estamos, porque o acesso às estruturas em relação às mulheres é extremamente deficitário. Nós só conseguimos melhorar um pouco, agora, na Câmara dos Deputados, pelo acesso ao fundo eleitoral, porque, quando nós não tínhamos acesso a fundo eleitoral, a situação ainda era mais difícil.

Vejam, eu sempre digo, quando a gente fala de prioridade para qualquer coisa, do ponto de vista público: você tem que ter prioridade orçamentária. Eu não posso dizer que a mulher é minha prioridade, homens, se eu não dou para essa mulher o acesso orçamentário. Nós garantimos aí 30% no TSE, numa luta de Senadoras e Deputadas – e eu fui várias vezes caminhando para o TSE –, nós tivemos acesso ao fundo eleitoral de 30% e saímos de 40 mulheres, aproximadamente, 46 mulheres, para mais de 70 mulheres na Câmara dos Deputados. Acesso a fundo eleitoral! Ou seja, é dessa forma que nós vamos evoluir. Até nos países orientais, em que o nível de exclusão feminina é grande, como no Afeganistão, por exemplo, a legislação em relação à participação feminina é melhor do que no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o cenário que nós estamos vivenciando: participação em torno de 10% a 15%. E nós evoluímos porque nós já estivemos em situação pior. Lá atrás, nem direito ao voto nós tínhamos, nem direito a votar nós tínhamos! Hoje eu sou Senadora, a Simone, a Soraya, a Leila, e nós somos aqui 12 mulheres, porque chegamos a duras penas, resultado do sacrifício, da luta, do empenho, da entrega, do sangue e do suor de várias outras mulheres que nos antecederam e de vários outros homens que compraram essa briga também.

Nós, que estamos hoje aqui, temos uma obrigação de geração de demarcar o Senado para a frente. Nós temos uma obrigação, com o nosso povo, com a nossa história e com a nossa responsabilidade pública, de demarcar novos cenários para o Brasil.

Alguém pode dizer, e é fato, nós estamos aqui no limite da votação, porque nós só teremos mais uma CCJ, antes do prazo, para termos realmente a vigência dessa PEC para a eleição do ano que vem. Então nós temos que correr contra o tempo.

E aí eu reconheço a posição da Simone quando diz: Eliziane, se eu admitir a tua emenda nós vamos voltar para a Câmara e talvez a gente não consiga, por exemplo, assegurar a situação de mulheres e também a de negros.

É fato.

Mas eu quero fazer aqui um apelo aos 27 membros desta Comissão, entre homens e mulheres. E faço um apelo aqui, em nome da luta feminina. Nós apresentamos aqui duas emendas. Hoje nós temos apenas uma Governadora no Brasil.

No Maranhão, em toda a história, nós tivemos apenas uma mulher a governar o Estado. Nós só temos hoje no Brasil 7 Vice-Governadoras, ou seja, se a gente não mudar a legislação brasileira, nós não vamos evoluir. Aqui no Senado Federal nós só temos 12 mulheres.

Então, eu apresento duas emendas que eu acho que são extremamente pertinentes. É a emenda que estabelece que a isonomia... Eu não estou pedindo um elemento a mais, não estamos pedindo um privilégio a mais, nenhum, zero. Nós estamos pedindo autonomia e isonomia na paridade de candidaturas, não é de vaga, não, vaga a gente vai lutar para conseguir, para chegar lá, é de candidaturas; ou seja, nas chapas majoritárias, nós termos a participação de homens e mulheres. O homem é candidato, nós temos uma vice mulher. A vice é candidata, nós temos um vice homem. Onde é que está o problema disso, meu Deus do céu? Não existe problema em relação a isso.

Está bom, não podemos votar na PEC, porque ela vai voltar para a Câmara. Eu quero então transformar o meu destaque, e eu quero dizer, ancorada no Regimento Interno do Senado Federal, para constituir um projeto autônomo, uma PEC autônoma, porque a gente separa desta PEC, nós vamos tramitá-la lá no plenário principal depois, e lá é desmembrado e nós vamos votar e discutir o mérito.

Eu quero pedir aos colegas aqui, na forma, se vocês não concordam com o projeto, tudo bem, vamos discutir depois, mas eu quero pedir aqui o apoiamento de vocês para que nós possamos desmembrar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PEC e resolver as duas situações. Nós garantiremos a continuidade da PEC aqui, sem nenhum prejuízo, portanto resguardando aquilo que é determinado, do ponto de vista regimental, que é a não alteração para que ela não volte para a Câmara e siga para a sua promulgação, e a gente continua com uma PEC paralela para fazer a discussão do mérito.

Se ela vai passar ou não, vai depender da maioria do colegiado do Senado Federal, no Plenário principal. Então, eu queria fazer aqui este apelo, em nome da luta feminina brasileira, em nome de uma luta histórica que nós temos hoje e de um anseio, de um desejo, para que homens e mulheres possam ter direitos iguais neste País. Nós somos hoje mais de 50% da população e somos apenas em torno de 12 a 15% do universo de participação.

Nas candidaturas majoritárias, o percentual não chega nem a 1% em relação ao Governo porque nós só temos uma Governadora num universo de 26.

Então, fica aqui, Presidente, aos colegas, o meu apelo para que nós possamos desmembrar, ancorados no Regimento, Presidente Davi Alcolumbre, transformar o nosso destaque em um requerimento de desmembramento da PEC, transformando numa PEC paralela, para que ela possa ser votada em Plenário.

Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o parto mais acelerado que a humanidade já viu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eu já me manifestei antes, de maneira muito rápida.

Eu quero cumprimentar a relatora pelo trabalho realizado e concordar com as ponderações da Senadora Eliziane.

Eu acho que o dispositivo que remanesce é muito importante na medida em que prestigia as candidaturas femininas e negras.

Então, eu queria manifestar o meu apoio integral ao relatório da Senadora Simone e dizendo, de fato, sobre a previsão das coligações, nas eleições proporcionais, que elas levam a uma distorção da vontade verdadeira do eleitor no voto, motivo pelo qual eu discordo do teor da PEC e concordo integralmente com o relatório de S. Exa., Senadora Simone Tebet.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para recapitular, eu tenho vários Senadores inscritos aqui, e o entendimento foi de votação ainda na sessão de hoje.

Senador Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, vou ser muito breve.

Colegas Senadores e Senadoras, eu quero simplesmente parabenizar o relatório da Senadora Simone Tebet. Ela foi à essência do problema. Como disse muito bem o Senador Amin, não é pertinente e não é democrático, por mais que alguns possam achar que o seja, nós termos 35 partidos políticos neste País. E com as regras atuais, temos exemplos como o de Cuiabá, o de Blumenau e de tantos outros Legislativos tendo a maioria dos líderes de si mesmo. Isso não é produtivo para as políticas públicas.

Quero ressaltar os argumentos para o fim da coligação, o fortalecimento partidário, que se complementará com o Projeto de Lei 783, de minha autoria, que foi aperfeiçoado na Câmara dos Deputados, na última semana, e vem ao Plenário desta Casa, na próxima terça ou quarta-feira, em que nós vamos estabelecer as regras sobre as sobras eleitorais. Com isso, nós vamos melhorar o nível da régua, vamos subir o nível da régua para que nós possamos ter ideologicamente dentro dos partidos os princípios do voto do eleitor sendo representados.

Por isso, faço o encaminhamento aqui e o apelo aos colegas Senadores que votemos favoravelmente ao relatório da Senadora Simone Tebet.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, claro que a intervenção da Senadora e também a do Senador Esperidião Amin foram suficientes para nos alertar da dimensão e da importância daquilo que estamos votando.

Eu queria concordar com a convergência que alcançamos no sentido de procurarmos votar a matéria hoje, mas eu queria destacar, mais uma vez, que eu tenho uma preocupação acentuada de que essa questão das coligações seja realmente rejeitada.

Esse processo na Câmara dos Deputados foi consequência de um intento que poderia ser malsucedido de aprovar o "distritão". O "distritão", então, é a forma final da dispersão partidária, da promiscuidade partidária. Como forma intermediária, o retrocesso. O impacto do fim das coligações nas eleições municipais de 2020 foi muito positivo, muito positivo, com consequências de diversas naturezas. Agora, retroceder é inaceitável, e o Senado tem a obrigação de rejeitar.

Mas eu quero também chamar a atenção, Sr. Presidente – e essa é uma iniciativa que V. Exa. pode ter –, e fazer um apelo para que a gente possa ter uma reunião do Congresso semana que vem, de tal maneira que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possamos apreciar alguns vetos do Presidente, entre eles o veto à federação de partidos. Eu acho que esse é um gesto importante que nos cabe fazer para que forças políticas que estão na vida pública há anos, que têm sintonias claras e efetivas com a sociedade brasileira possam se organizar, se federalizar para as disputas eleitorais.

Deixo aqui este apelo ao Presidente e aos outros Senadores: que tenham a mesma sensibilidade para que o Congresso se reúna na semana que vem e possamos apreciar esse veto do Presidente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador José Aníbal.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Presidente Davi Alcolumbre, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu peço desculpas aos colegas, mas eu tenho que manifestar o meu inconformismo. Eu fico com a impressão, às vezes, de que me coloco sempre na contramão – ontem no Plenário do Senado, hoje aqui nesta Comissão –, mas eu quero continuar a minha trajetória política sempre com coerência.

Nós somos defensores do bicameralismo ou não? Porque a impressão que fica é que nós estamos abdicando da nossa prerrogativa de Casa revisora. Sempre a pretexto de que não pode voltar para a Câmara, em razão do prazo, nós estamos chancelando o que vem, o pacote que chega nós assumimos como nosso, assumimos equívocos, assumimos acertos, é evidente, mas assumimos equívocos. Nós não somos um deserto de ideias. O Senado não tem ideias? Não tem sugestões? Não tem nada a propor? Não tem competência para aprimoramento da legislação? Nós somos acusados de legislar mal constantemente, e muitas vezes com razão.

É por essa razão que quero manifestar o inconformismo. E vou manter o pedido de vista, Presidente. Talvez eu não tenha sido ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, eu falei que foi pedido de vista coletivo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Certo, ótimo, porque é pelo menos uma forma de amadurecermos um pouco mais até a próxima semana.

Nós discutimos reforma tributária há tantos anos, não é? E temos que pedir perdão ao povo brasileiro – reforma política, aliás – porque não a realizamos. Eu passei a defender a tese de que a reforma política só ocorreria neste sistema presidencialista de muito poder se o Presidente da República assumisse a liderança do processo, nomeasse uma comissão de especialistas para redigir um projeto e o submetesse ao Congresso Nacional, buscando apoio da maioria para a sua aprovação, fugindo ao corporativismo natural que existe. Nós não fazemos reformas, nós apresentamos remendos a uma colcha de retalhos. Mais uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez estamos repetindo esse cenário. Estamos aqui discutindo um remendo proposto pela Câmara a uma colcha de retalhos e, dessa forma, não oferecemos à sociedade brasileira um modelo político compatível com as suas aspirações de modernidade. Nós estamos mantendo os mesmos equívocos, os mesmos erros, não construímos partidos políticos de verdade. Nós invertemos as prioridades. Nós discutimos a periferia do processo e não o núcleo central para que a reforma política realmente reduza os índices de corrupção no processo eleitoral e possa ser compatível com o anseio de modernidade da nossa sociedade.

Estamos discutindo coligações. Mas por que estamos discutindo coligações? Porque ainda não construímos partidos de verdade. O que ocorre é que, com o sistema atual, alguns Governadores – não todos os Governadores – utilizam-se da máquina estatal para a cooptação e, evidentemente, atraem para os seus partidos a maioria esmagadora dos candidatos viáveis...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – ... num processo de extinção de partidos outros, de outros partidos. Isso se verifica em alguns Estados – eu repito, não generalizando, obviamente, porque nem em todos os Estados isso ocorre. E evidentemente isso não trabalha a favor da moralização do processo eleitoral.

Por essa razão, Sr. Presidente, nós vamos continuar insistindo. É óbvio que há uma dose forte do corporativismo, porque há partidos defendendo seus interesses, porque há Parlamentares defendendo seus interesses na busca da reeleição. Por exemplo: por que não incluir Senadores nesse processo de definição da cláusula de barreira? Nós não representamos a população?

Nós não somos representantes da sociedade? Nós somos excluídos desse processo do parâmetro para a fixação, inclusive, de recursos de fundo eleitoral, do parâmetro para estabelecer a cláusula de barreira. Nós estamos nos considerando ausentes nesse processo representativo.

Portanto, Sr. Presidente, inconformado com esse cenário, eu encerro. Eu gostaria de, mais uma vez, fazer um apelo para, quem sabe no próximo ano... O próximo ano – eleitoral – é complexo, mas quem sabe, em uma nova legislatura, o Congresso Nacional possa, realmente, realizar uma grande reforma política que inclua emendas como, por exemplo, de Senadores do Podemos. O Senador Jorge Kajuru apresentou emendas, o Senador Girão apresentou emendas. Há projetos que tramitam na Casa que acabam com a reeleição para os cargos executivos. Há projeto que tramita na Casa reduzindo o número de Parlamentares no Senado e na Câmara dos Deputados. Nós temos que enfrentar essa realidade. Essa discussão precisa ser transformada em fato aqui no Congresso Nacional.

Alguns países já determinaram a redução dos Parlamentos, como a Itália, a França, o Chile. Por que nós não vamos discutir quantos devemos ser, quantos Senadores devemos ser, quantos Deputados devemos ser? É hora dessa refundação do Parlamento brasileiro. Por isso, Presidente, o meu inconformismo quanto a esse momento que nós estamos vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que a Senadora Simone Tebet não poderia fazer milagre em dois dias, mas, certamente, fez um grande esforço e, certamente, está também inconformada com o resultado final que nós obteremos dessa empreitada de votar um remendo na colcha de retalhos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Para discutir a matéria, eu queria pedir a atenção do Plenário. Eu sei que está sendo construído um entendimento com vários Líderes, mas agora a participação será do Senador Carlos Portinho, Líder do PL.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, dali pode sair até outra PEC... (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Do jeito que está a conversa ali, é capaz. (Risos.)

Concedo a palavra e queria pedir atenção, porque o Senador Líder Carlos Portinho vai participar da sessão no modelo remoto. Ele vai estar na tela, discutindo a matéria.

Com a palavra o Líder Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança. Por videoconferência.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Meus colegas, depois de trinta dias internado, em Brasília, tive que passar uma semana. Peço desculpas pela minha ausência presencial.

Como eu tinha pedido a palavra no início da sessão, há alguns temas que eu não posso deixar de registrar, Presidente. Primeiro, o meu apreço por V. Exa., Presidente da CCJ, o meu respeito maior e absoluto, como a todos os meus colegas, mas eu quero pontuar que o PL, por toda a sua bancada, apresentou a esta CCJ o pedido de convocação para a sabatina do Sr. André Mendonça. Somos todos Senadores e acho que é absolutamente desnecessário qualquer constrangimento entre nós, pares. Sei que V. Exa. saberá conduzir da melhor maneira, mas peço que conduza com o espírito desta Comissão e da união de todos os Senadores. Assim deve ser e vai facilitar, inclusive, os nossos trabalhos. Faço esse registro em nome da Bancada do PL e do ofício protocolado para a convocação do Sr. André Mendonça.

Com relação à matéria, fiz questão de elogiar, no inbox, a nossa Relatora Simone Tebet, por mais uma vez se posicionar segundo a lei hoje em vigor, que não dá espaço para coligações. Elegemos uma democracia partidária na nossa Constituição. Deveria ser até cláusula da pétrea isso. Não é, mas já está consolidado o fim das coligações. A cláusula de barreira milita neste sentido do fortalecimento dos partidos políticos, acima das pessoas – acima das pessoas.

Eu quero só, aqui, registrar também que há aquele ditado, Senador Esperidião Amin, que diz que água mole em pedra dura tanto bate até que fura. O que eu vejo é a insistência no retorno desse tema. Vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sepultar hoje, Senadora Simone Tebet, essa questão? Não! Está vindo um código eleitoral inteiro, para a gente, de novo, se debruçar sobre as mesmas questões. Isto é antiproducente, é antieconômico. Eu gostaria de fazer minha sugestão para que reuníssemos todas essas alterações que estão vindo da Câmara dos Deputados, por projeto de lei, com o novo Código Eleitoral, pela derrubada dos nossos ajustes na minirreforma eleitoral que fizemos antes do recesso e que a Câmara dos Deputados, para ficar com a palavra final, transformou num código eleitoral de iniciativa dela e vai engavetar as nossas propostas de julho. Estas poderiam andar e ser aprovadas antes do período que antecede as eleições, mas não foi esse o movimento da Câmara dos Deputados.

Acham que não percebemos? Percebemos. Para não votar nossos projetos, fizeram um código eleitoral de iniciativa própria, que vai subir para, depois, descer. O que a gente muda é derrubado lá.

Então, eu ainda gostaria de colocar esse requerimento, essa sugestão. Na verdade, sei que há aí um clamor pela questão feminina, dos negros, cláusulas importantes desse projeto, que a Senadora está mantendo, mas eu entendo que deveria ser mais econômico reunir toda essa discussão no código eleitoral que está vindo, até porque precisamos, antes, articular se as mudanças, se a revisão, que cabe ao Senado, como Casa revisora, será mantida acordada ou se a gente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, eu não posso perder essa arruaça. Eu quero participar dessa... Senador Carlos Portinho, eu quero participar dessa arruaça. Eu não consigo ficar fora disso. Eu quero participar.

Quero ouvir. Sou obrigado a ouvir o Carlos Portinho.

Presidente, devolvo a palavra ao Senador Carlos Portinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir a atenção do Plenário. O Senador Portinho está remotamente. Há uma sala de reunião ali. Se puderem construir... Porque, como está muito... Consultei o Senador Esperidião Amin, nosso decano...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou doido para participar dessa reunião, mas não posso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir...

Senadora Eliziane, V. Exa. cobrou calorosamente, ainda há pouco... Então, eu queria pedir a V. Exa. que... Eu sei que a luta é legítima, vai dar tudo certo, mas eu queria pedir que o Senador Portinho concluísse sua fala.

Pode falar, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Eu confesso que não me lembro onde não fui ouvido, mas, para não repetir tudo novamente, quero resumir dizendo que água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Não vamos enterrar esses projetos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa questão das coligações nesse projeto. Vem o Código Eleitoral. Precisamos saber se o Senado, como Casa revisora, será respeitado nas suas devoluções à Câmara dos Deputados. Existe uma minirreforma eleitoral que aprovamos antes do recesso aqui, no Senado, enquanto a Câmara aprovava, também, pequenos ajustes eleitorais. Ao que eu me lembre, me pareceu é que o combinado era que uma Casa votaria as sugestões da outra, de forma harmônica e dentro de uma articulação mínima, e o que eu vi foi uma "pernada", com todo o respeito, porque nossos ajustes nas questões eleitorais antes do recesso foram transformados num código eleitoral de iniciativa da Câmara. Para quê? Para chegar ao Senado, o Senado revisar, voltar para a Câmara, e derrubarem tudo, como fizeram com a MP 1.040 e como evitamos que fizessem com a 1.045. Então, essa questão eleitoral, que interessa a todos, acho que não é de afogadilho. Acho que precisamos fazer isso em articulação com a Câmara dos Deputados, retomar esse diálogo, talvez numa Comissão mista que pudesse interceder a favor, e que nós possamos avançar em temas que são relevantes, principalmente encerrar essa discussão sobre volta das coligações. Somos uma democracia partidária, assim eleito na nossa Constituição Federal. Para mim, quase uma cláusula pétrea, porque é a gênese da nossa democracia participativa, através da representatividade dos partidos.

Então, Sr. Presidente, a minha sugestão era que reuníssemos todos esses projetos, mais o Código Eleitoral que veio da Câmara, e pudéssemos tratar tudo em conjunto, senão teremos várias, seguidas reuniões sobre o mesmo assunto.

E o que eu queria dizer, para encerrar, é que não sendo possível essa ideia, sou de acordo com o relatório, nesses pontos que manteve a Senadora Simone Tebet, e muito mais por conta da questão do peso das mulheres, porque, se não fosse por isso, eu manteria o pedido de vista, que aliás era minha intenção, não é? Mas para não prejudicar... Até concordo, mas acho contraproducente, acho que falta uma articulação com a Câmara dos Deputados sobre essa matéria, e não vamos passar isso no afogadilho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe-me fazer uma manifestação aqui para a Comissão Diretora, que está ali discutindo o relatório. Eu conversei com o Senador Alvaro, e foi feito um entendimento aqui. Só que agora também o Podemos vai manter o pedido de vista.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, estou aqui...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto eu falo rapidamente, eu vou pedir só para que o Podemos possa me apresentar o número da emenda que nós vamos destacar. Se puder o Senador Alvaro conversar com os colegas, porque só falta isso para fechar.

Sr. Presidente, muito rapidamente, quero primeiro agradecer aí as manifestações elogiosas ao parecer, dos colegas. Como eu disse no início, esse é um parecer coletivo. Em nome do Dia Internacional da Democracia, vamos democratizar, Senador Veneziano, e fico muito feliz, porque especialmente uma das alterações que agora eu volto a acatar tinha, no mérito, já o meu consentimento. Eu apenas não havia tido a oportunidade de conversar com todos os Líderes e todos os Senadores.

Então, Sr. Presidente, muito rapidamente, retificando aqui, nós vamos acatar a sugestão da Câmara dos Deputados em relação à possibilidade já de alterarmos a posse do Presidente da República e dos Governadores e Vices. A posse do Presidente, no dia 5 de janeiro, e dos Governadores e Vices, no dia 6, a partir da eleição de 2026. Houve um consenso aqui. É a questão de mérito.

A segunda alteração, Sr. Presidente, atendendo a um requerimento do Cidadania, nos termos do Regimento Interno, acato a sugestão da Senadora Eliziane e do Senador Alessandro para transformar a Emenda 2, destacar a Emenda 2 para constituir um projeto autônomo. Vai para o Plenário, para que o Presidente possa designar Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Consultei a Secretaria-Geral da Mesa quando a Senadora Eliziane colocou isso, e não há como fazer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não, vai para o Plenário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A questão da Relatora, Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É para transformar em projeto autônomo, vai para o Plenário para distribuição. Aí, ou ele ou V. Exa. pode designar o Relator, ou inclusive estou à disposição, se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, mas o relatório está pela rejeição.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas agora eu estou acatando a sugestão dela de transformar a emenda em um projeto autônomo. Portanto, destacado do meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas ela vai ter que recolher as 27 assinaturas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, a decisão é da Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Relatora que está querendo a PEC paralela.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Se forem necessárias assinaturas, Sr. Presidente, há um acordo aqui para a sequência.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, ela pode aproveitar as mesmas 27 assinaturas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, porque eu acato...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ah, entendi, entendi, entendi.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só que aí obviamente começa tudo de novo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, começa, está certo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – No sentido de ter novo relator ou relatora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas não vai ao Plenário?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, vai ao Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Para voltar para a CCJ. Está bem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, espere aí, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Senadora Simone, Senadora Simone...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, pela ordem. Não, Presidente, pela ordem.

Vamos aqui porque todo mundo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, só um minuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos ter clareza para a gente não achar que vai enrolar alguém. Desculpe-me aí o Presidente Davi.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Davi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Veja bem, vamos lá.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu vou ter que pedir vista da matéria antes de ser apreciada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pronto, resolveu o problema todo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Jorginho, eu não entendi. V. Exa. pediu vista de quê?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Jorginho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Jorginho, eu não entendi.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – Senador Jorginho, eu queria fazer um apelo a V. Exa. pelo seguinte, até em nome, inclusive, de todos os colegas. Nós temos... Na oportunidade que temos de boa convivência com a Câmara dos Deputados – e política se faz com diálogo, com concessões –, nós estamos tentando, já que estamos praticamente rejeitando o projeto no que é mais caro para a Câmara dos Deputados, num amplo consenso, com os Líderes e com o Presidente da Câmara, discutir a questão de avançarmos minimamente na aprovação do Código Eleitoral, antes do dia 2. Então, esse projeto, ou essa votação, fazem parte desse entendimento. Se nós dermos vista para se votar na semana que vem, nós não conseguiremos avançar minimamente naquilo que é essencial e caro para todos nós para o processo de 2022, em relação a alguns itens do Código Eleitoral que são importantes.

Então, eu faria encarecidamente... Nós já temos, praticamente, a unidade, a unanimidade e o consenso dos colegas em relação a todos os pontos. O único ponto que se precisa esclarecer é o da Senadora Eliziane. Esse é um pleito que eu faço como Senadora, um pedido da Bancada Feminina: de que forma nós vamos avançar com uma emenda dela que se transforma agora num projeto autônomo a ser debatido e discutido pelo Plenário, pelo colégio e pelos Senadores? É o único pleito e o único que faço a V. Exa., que reconsidere esse pedido de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Senadora Simone, a Emenda a que nos referimos é a de nº 7, que inclui Senadores como parâmetro para a fixação da cláusula de desempenho.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, sim, é transformando... Da mesma forma, eu acato essa emenda dele na forma de um projeto autônomo.

A questão, Sr. Presidente, hoje, para fins de cláusula de barreira, é que é contado apenas o número de Deputados Federais eleitos e nunca o número de Senadores eleitos. Ele quer discutir, é para discussão. Acatar para já se transformar num projeto autônomo para que possamos discutir, também, a inclusão do número mínimo de Senadores para efeito de cláusula de barreira.

No mérito, inclusive, quero parabenizar V. Exa., porque eu acho que é um projeto mais do meritório, que vale aqui um grande debate.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, concretamente, quando acata...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Quando acata as duas propostas...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como projeto autônomo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – V. Exa. assume com a proposta que foi apresentada com as assinaturas da emenda constitucional. Ela fica dentro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Com as assinaturas, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ah, sim. Desse projeto aqui, sim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim.

E vão criar duas emendas constitucionais novas que vão tramitar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para serem discutidas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Do zero.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, não, não... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu não estou botando...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, do zero é criar assinaturas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas é o zero.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sem assinaturas. Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A Secretaria está dizendo que, regimentalmente... Eu só estou aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é, não, Presidente. Está aqui o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Estou consultando...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Calma, Senadora Eliziane, ele vai explicar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não. É a interpretação...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele vai explicar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O que é que eu conversei com o Dr. Ednaldo, que é o Secretário-Geral da CCJ? Lógico que pode até caber recurso da decisão, enfim. Mas o que eu quero dizendo é que, regimentalmente, a gente não pode pegar uma proposta que está sendo desentranhada de uma matéria, em que a Senadora está abrindo uma concessão, porque no relatório dela... Para a votação dos outros itens, em que houve entendimento, para criar uma proposta autônoma, como nós já fizemos algumas vezes aqui no Plenário do Senado Federal e nesta Comissão. Só que a proposta autônoma... Não vai ser votado o mérito de nada aqui, dessas duas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. É isso mesmo. Ela não parte do zero, porque ela já traz consigo as assinaturas necessárias para o início dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perfeito, Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela começa do um, vamos dizer assim, porque V. Exa., por exemplo, ou o Presidente Pacheco, vai ter que designar Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas, espera aí. Eu queria só fazer uma colocação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – As assinaturas já estão...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nós não votamos o mérito de nada das duas propostas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não. O mérito, não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para encaminhar.) – Não, nós não vamos entrar no mérito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Agora, Presidente Davi, eu queria fazer uma solicitação ao senhor, porque a gente não tem mais tempo aqui. A gente está correndo contra o tempo. Que V. Exa., na verdade... Que a Senadora Simone seja designada para ser a Relatora dessas duas matérias e que ela possa ser lida em Plenário, porque a Senadora Simone Tebet já está com todo o conhecimento aprofundado.

Então, ela pega tanto a PEC do Podemos quanto a PEC do Cidadania para ser a Relatora das duas e faz o relatório em Plenário. Aí nós vamos ter resultado e efetividade do que a gente está propondo, porque a gente não tem mais... A próxima reunião é dia 30, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vai haver quarta-feira que vem. Só que o problema...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, ela lê quarta-feira que vem?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ela tem tanto conhecimento da matéria que ela colocou o parecer dela, no primeiro relatório, contrário.

Então, como vai dar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, não. Ela não foi contra o mérito, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu sei, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ela só foi contra por conta do tempo. E, se o senhor resolve quarta-feira e, na quarta-feira, ela é designada para ler aqui em Plenário os dois relatórios, está resolvido o problema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas o problema é que pela...

Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu vou continuar pedindo vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pronto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pelo amor de Deus, Senador!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Jorginho, por favor. Senador Jorginho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Jorginho – Senador Jorginho.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor está certo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria agradecer pela busca do entendimento.

Acho que nós fizemos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas chame... Ele nem fala! Vai embora...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas ele pediu vista. É regimental.

Vista concedida ao Senador Jorginho.

Item 2 da pauta.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem – pela ordem.

A Senadora Eliziane vai conversar com o Senador Jorginho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas já foi concedido.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O projeto está pronto e a gente precisa votá-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Já foi concedida a vista.

O Senador Jorginho pediu vista e se ausentou.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 5919, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação do Tribunal Regional Federal da 6º Região; altera a Lei nº 11.798, de 29 de outubro de 2008; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu acho que o Item 2 também...

Vou conceder a palavra ao Senador Antonio Anastasia, Relator do Item 2 da pauta.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, trata-se do relatório do Projeto de Lei nº 5.919, de 2019.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Queria pedir a atenção do Plenário.

O Senador Anastasia está fazendo a leitura do item 2 da pauta.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório já foi distribuído e trata-se do Projeto de Lei nº 5.919, de 2019, da autoria do Tribunal Superior de Justiça, que dispõe sobre a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria já foi discutida na Câmara, foi aprovada. O meu relatório já é conhecido, já foi distribuído há alguns dias e eu quero, portanto, ao invés de lê-lo, de maneira bem sucinta, reiterar que se trata de uma iniciativa do Poder Judiciário para permitir a desconcentração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, hoje o maior do Brasil, criando-se a unidade no Estado de Minas Gerais.

Na realidade, nós temos hoje que cerca de 40% do movimento desse tribunal é do Estado de Minas e, evidentemente, há um atraso muito grande na tramitação dos projetos relativos a todos os Estados nesse tribunal.

Desse modo, a proposta está apresentada. Ela não cria nenhuma despesa, Sr. Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Ela não cria nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Presidente Anastasia.

Queria pedir aqui aos nossos nobres Senadores e Senadoras...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente Davi, eu queria que V. Exa. pedisse e o Senador Jorginho pudesse retornar à Comissão para que a gente pudesse conversar.

O Plenário é...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só se a gente fizer condução coercitiva, porque ele sumiu.

Ninguém o achou. Ele saiu aqui, agora, igual ao Mr. M. Ele saiu por aquela porta e desapareceu. É inacreditável! E esse corredor é comprido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pois é, ele desapareceu, ele já estava com a convicção dele tomada sobre o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixa o Senador Anastasia, que está fazendo a leitura do seu relatório do item 2. (Pausa.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Ele não me deu a palavra de novo.

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fora do microfone.) – Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como eu dizia, trata-se de uma iniciativa do Superior Tribunal de Justiça e eu quero aqui cumprimentar o autor da medida, o eminente Ministro Otávio Noronha, Presidente, à época, do Superior Tribunal de Justiça e, ao mesmo tempo, cumprimentar os Deputados da bancada mineira na Câmara, que o fizeram com um grande empenho, capitaneados pelo então Líder Deputado Fábio Ramalho, e todos os demais, ele como o Relator.

Como eu disse, não há despesa criada, Sr. Presidente. A transformação de cargos se dá dentro da estrutura atualmente existente. Está comprovado no relatório, como foi feito na Câmara, que não há criação, portanto, de novas despesas para a criação da unidade.

Estamos fazendo tão-somente quatro alterações de forma, sendo que uma delas se refere às datas de vigência, a que estava colocada, mês de dezembro de 2021, claro que não pode permanecer: jogamos para 22. A menção também à antiga PEC, relativa à matéria do regime porque é especial, que já foi vencida em 31 de dezembro do ano passado, e duas outras redações formais.

Então, desse modo, Sr. Presidente, como já foi distribuído o parecer e a matéria é conhecida, eu passo diretamente ao voto, no sentido de que, ante o exposto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.919, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas de redação que foram elencadas.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Anastasia.

Como o Senador Alessandro pediu vista da matéria, fica retirado de pauta para votarmos na quarta-feira que vem, porque, como houve o pedido de vista também feito pelo Senador Jorginho, a gente vai reproduzir essa mesma ordem de votação na próxima semana. O primeiro item da pauta na quarta-feira será a PEC, e o segundo item da pauta será o projeto de lei.

Item 3 da pauta. (Pausa.)

A discussão do item 2 da pauta, feita a leitura do relatório, fica adiada para a próxima reunião da CCJ.

Item 3 da pauta. (Pausa.)

O Senador Weverton não se encontra.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5977, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a transformação de cargos vagos de juiz federal substituto no quadro permanente da Justiça Federal em cargos de juiz dos tribunais regionais federais; e altera as Leis nºs 9.967, de 10 de maio de 2000, e 9.968, de 10 de maio de 2000.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Faço a designação do Senador Fernando como Relator ad hoc da matéria.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, este presente projeto de lei, de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, dispõe sobre a transformação de cargos vagos de juiz federal substituto no quadro permanente da Justiça Federal em cargos de juiz dos tribunais regionais federais das cinco regiões.

A proposição também pretende alterar dispositivos das Leis 9.967 e 9.968, ambas de 10 de maio de 2000, que dispõem sobre a reestruturação dos tribunais regionais federais para fixar o quantitativo de juízes que compõem essas cortes.

O art. 7º do projeto estabelece que a implementação desta lei não implicará aumento de despesas.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que essa matéria é muito importante para os Tribunais Regionais da 1ª Região, da 2ª Região, da 3ª Região, da 4ª Região e, especialmente, da 5ª Região, o Tribunal Regional Federal sediado em Pernambuco. Por isso, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e pela aprovação dessa importante matéria, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Para discutir a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Para discutir.) – Eu sou totalmente a favor dessa matéria, Sr. Presidente, mas lembrando que essa matéria é irmã siamesa do item 2. Então, nós vamos votar, mas lembrando que a votação em Plenário dependerá também da votação do item 2, porque há uma articulação ...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Uma conexão, é verdade. Há uma conexão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, Senador Anastasia, como...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos votá-la. A gente pode votar sem prejuízo; em Plenário, vamos votar juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – As duas?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – As duas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está bem.

É isso, Senador Anastasia?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Em confiança ao Líder– eu tenho confiança no nosso Líder –, eu acho que não há prejuízo de votar aqui, e nós votamos na semana que vem o item 2...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Em Plenário, só votaremos após votado o Tribunal Regional Federal de Minas Gerais. Esse é o compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Os dois?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pronto. Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, submetemos à votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 2505, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Weverton

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto, com sete emendas que apresenta, e contrário às emendas nº 1 a 39.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou conceder diretamente a palavra ao Senado Weverton. Só quero só lembrar, Senador Weverton, que houve um pedido de vista...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Pedido de vista...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... do Senador Lasier, do Senador Jorge Kajuru e do Senador Alessandro.

Então, automaticamente, vamos fazer como no item 2: V. Exa. vai ler o relatório, e vai ser concedida vista coletiva. E vai estar na mesma ordem na semana que vem, na CCJ.

Com a palavra V. Exa.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, imprensa, eu tirei aqui a máscara, Presidente, porque estou aqui na minha margem de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sem problema. Distanciamento social.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – A Comissão foi bem respeitosa no distanciamento hoje. Não há problema, não.

Ainda bem que meu Estado é o Estado que está mais imunizado e tem o menor índice de contágio e de mortes por covid.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Foi bom o merchandising.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, eu vou fazer aqui um resumo do relatório. E, claro, durante a semana, como já houve o pedido de vista, eu espero desde já adiantar que eu vou continuar dialogando com os colegas Senadores, sem problema nenhum, para que, até a próxima quarta-feira, a gente possa, definitivamente, votar aqui o relatório.

No nosso relatório, o resumo dele, sem prejuízo de me aprofundar na leitura detalhada depois, eu peço licença só para fazer este resumo sumário nas alterações propostas na Lei 2.505, de 2021:

- Considera-se como ato de improbidade administrativa apenas condutas dolosas tipificadas em lei;

- Existe dolo específico para configuração de ato de probidade;

- Aplica-se à LIA os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador;

- Exclui-se da responsabilidade por ato de improbidade administrativa a divergência na interpretação da lei;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Incluem-se agentes políticos como agentes públicos, sujeitando-os expressamente à LIA;

- Sujeitam-se à LIA os contratos de repasses, convênios, parcerias, cooperações e ajustes;

- Limita-se a responsabilidade sucessória e patrimonial até o recurso público transferido;

- Veda-se a aplicação da LIA, caso incida a Lei 12.846, a Lei Anticorrupção;

- Especifica-se o elemento doloso no caput dos arts. 9º, 10 e 11;

- Ampliam-se os tipos dos incisos IV e V do art. 9º;

- Qualifica-se o tipo do inciso I do art. 10 – "indevida", entre aspas;

- Exija-se perda patrimonial efetiva no tipo do inciso VIII do art. 10;

- Substitui-se "negligentemente" por "ilicitamente" no tipo do inciso X do art. 10;

- Substitui-se "frustrar a licitude de processo seletivo" por "agir para a configuração de ilícito" e acrescenta "dispensa indevida" no inciso XIX do art. 10;

- Revoga-se o tipo do inciso XXI, "agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise da prestação de contas e parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas";

- Acrescenta-se o inciso XXII do art. 10, "conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contraditório ao que dispõe o caput do §1º do art. 8º-A da LC nº 116. Esse texto corresponde ao atual art. 10-A, e a seção 2-A, por erro, foi mantida em duplicidade no texto da Câmara, "veda-se o ressarcimento quando não houver perda patrimonial efetiva". Esse é o princípio da improbidade administrativa quando a perda patrimonial decorrer da atividade econômica. Estabelece o rol do art. 11 como taxativo.

- Revoga-se o inciso I do art. 11, "pratica ato visando o fim proibido em lei ou regulamento diverso daquele previsto na regra da competência";

- Revoga-se o inciso II do art. 11, "retardar ou deixar de praticar indevidamente o ato de ofício;

- Qualifica-se, no inciso II do art. 11, pelo resultado, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado;

- Cria-se excludente para o inciso IV do art. 11, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade, do Estado e de outras hipóteses instituídas em lei;

- Especifica-se o dolo do inciso V do art. 11, "em ofensa à imparcialidade com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto ou de terceiros;

- Especifica-se, no inciso IV do art. 11, "desde que disponha das condições para isso com vistas a ocultar irregularidades";

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Revoga-se o "ato de improbidade" do inciso IX do art. 11, "deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação";

- Revoga-se o ato de improbidade do inciso X do art. 11, "transferir recurso à entidade privada em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio, instrumento ou congênere";

- Cria-se o ato de improbidade do inciso XI do art. 11 (nepotismo);

- Cria-se o ato de improbidade do inciso XII do art. 11 (autopromoção);

- Exige-se proveito ou benefício para caracterizar ato de improbidade;

- Exige-se a ilegalidade e a indicação da norma constitucional, legal ou regulamentar para caracterização da improbidade pelo art. 11;

- Proíbe-se o ajuizamento de ação por improbidade como sucedâneo da ação civil pública;

- Exige-se lesividade ao bem jurídico tutelado para os atos de probidade do art. 11;

- Retira-se o prazo mínimo de sanção de suspensão dos direitos políticos;

- Aumenta-se o prazo máximo de suspensão dos direitos políticos e de proibição de contratar com o poder público de dez para quatorze anos pelo art. 9º (enriquecimento ilícito) e de oito para doze pelo art. 10 (dano ao Erário);

- Limita-se o valor da multa civil ao equivalente ao acréscimo patrimonial pelo art. 9º (enriquecimento ilícito) e ao valor do dano pelo art. 10 (dano ao Erário);

- Pelo art. 11 (violação a princípios), limita-se a multa 24 vezes o valor da remuneração do agente, mas aumenta a proibição de contratar ou receber benefícios de três para quatro anos;

- Estabelece-se como regra a perda do cargo que exercia o agente à época do ato, mas permite excepcionalmente que o juiz estenda a outros vínculos;

- Permite-se aumento da multa até o dobro se o juiz considerar ineficaz;

- Permite-se que a sanção de proibição de contratar extrapole o ente público lesado;

- Permite-se aplicação apenas de multa nos casos de menor ofensa ao bem jurídico tutelado;

- Estabelece-se a compensação do ressarcimento nas instâncias criminal, civil e administrativa;

- Proíbe-se o bis in idem com a Lei de Anticorrupção;

- Determina-se que as sanções só podem ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A contagem do prazo da suspensão dos direitos políticos passa a contar-se retroativamente a partir da decisão colegiada;

- Quanto ao pedido de indisponibilidade de bens, passa-se a exigir:

a. A demonstração de dano irreparável ou risco ao resultado útil do processo;

b. Ainda, a somatória dos valores não poderá superar o montante indicado na petição inicial por prejuízo ou ressarcimento;

- Ainda quanto ao pedido de indisponibilidade de bens, passa-se a exigir:

a. Permite-se a fiança bancária ou seguro-garantia;

b. Cria-se ordem de indisponibilidade que priorizará bens e, por último, dinheiro;

c. Veda-se a indisponibilidade de até 40 salários mínimos;

- Restringe-se a propositura da ação por improbidade ao Ministério Público;

- Extingue-se a defesa preliminar;

- Limita-se o objeto do processo à defesa do fato e da capitulação imputada;

- Permite-se a intervenção da pessoa jurídica interessada;

- Permite-se converter a ação por improbidade em ação civil pública;

- Afasta-se, à revelia, a imposição do ônus da prova e o reexame necessário da sentença;

- Determina-se que assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade do ato fique obrigada a defendê-lo judicialmente;

- Estabelece-se agravo de instrumento como regra;

- Quanto ao acordo de não persecução civil:

a. Apuração do valor deve-se dar através do Tribunal de Contas;

b. Poderá ser celebrado em qualquer fase;

c. Poderá contemplar a adoção de mecanismos de compliance;

d. O descumprimento do acordo impede a celebração de um novo por cinco anos;

- Estabelecem-se novos critérios para a sentença (condições reais do agente, antecedentes, etc.);

- Exclui-se do ato de improbidade a mera ilegalidade sem dolo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Veda-se a solidariedade na condenação;

- Extingue-se a remessa necessária;

- Determina-se que a pessoa jurídica prejudicada procederá à liquidação e execução de ressarcimento, ou o Ministério Público, se esta não o fizer em seis meses;

- Prevê-se que o juiz poderá autorizar o parcelamento em 48 parcelas;

- Ainda, que o juiz unificará sanções em continuidade delitiva e concurso material;

- Estabelece-se que o afastamento do cargo será de 90 dias, prorrogáveis uma única vez por mais 90 dias;

- Prevê-se que o juiz deverá levar em consideração as provas e as decisões dos órgãos de controle;

- Dispõe-se que as sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.

- Estabelece-se que a absolvição criminal por qualquer causa confirmada em segunda instância suspende a ação de improbidade;

- Prevê-se que as sanções civis, administrativas e criminais devem ser compensadas como atos de improbidade;

- Estabelece-se 8 anos de prescrição contada da data do fato;

- Estatui-se que o inquérito civil poderá durar 180 dias, prorrogáveis uma única vez pelo mesmo prazo;

- Dispõe-se que a prescrição interrompe-se pelo ajuizamento da ação, pela sentença condenatória e pelos acórdãos do tribunal, do STJ, STF, correndo pela metade, 4 anos, prevendo-se condenação e honorários em caso de improcedência;

- Estabelece-se que os atos de improbidade dos partidos políticos serão responsabilizados pela Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995.

Presidente, esse é um resumo do nosso relatório.

Vou, agora, para a análise.

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre o presente projeto de lei, nos termos do art. 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Passando a analisar a presente proposição, cabe registrar que a LIA está expressamente prevista no §4º do art. 37 da Constituição Federal, que estabelece que os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outrossim, a matéria relativa à improbidade administrativa também tem pertinência com o disposto no §5º seguinte, do mesmo art. 37 da Lei Maior, que estatui que a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao Erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

Sobre a gravidade que a Lei Maior empresta ao ato de improbidade administrativa, cumpre anotar que tal ato configura uma das cinco hipóteses fatuais para as quais a Constituição prevê expressamente a perda ou suspensão dos direitos políticos (art. 15, V).

Ainda quanto aos liames constitucionais do projeto de lei em pauta, cumpre também pontuar a competência do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, para legislar privativamente sobre todas as matérias da competência da União, consoante está expresso no art. 48 da Lei Maior, facultada, em hipóteses como a da presente proposição, a iniciativa parlamentar, nos termos da regra geral prevista no art. 61, também da Constituição Federal.

Enfim, os requisitos formais de constitucionalidade estão atendidos pelo PL nº 2.505, de 2021, e também entendemos como satisfeitos os requisitos de juridicidade e regimentalidade.

Do ponto de vista da constitucionalidade material, porém, vislumbro a necessidade de saneamento da proposição. Com efeito, dentre as principais alterações trazidas pelo Projeto de Lei nº 2.505, de 2021, está a restrição da legitimidade ativa ad causam para propor ações civis públicas de improbidade administrativa, limitando-a apenas ao Ministério Público competente, o que não se afigura, à primeira vista, compatível com o regramento constitucional.

Atualmente, na legislação em vigor, a legitimidade do Ministério Público é concorrente com a da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na qualidade de pessoa jurídica interessada.

Acontece que, para além da previsão legal, ou seja, do disposto no art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, esse atributo jurídico deferido aos entes federativos decorre, na atual conformação da matéria, da própria Constituição.

Isso porque o §1º do art. 129 da Constituição dispõe expressamente que a legitimação do Ministério Público para as ações civis a ele incumbidas não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, de modo que, de princípio, o Projeto de Lei nº 2.505, de 2021, padece de inconstitucionalidade ao excluir a legitimidade das pessoas jurídicas interessadas – União, Estados, Distrito Federal e Municípios –, isto é, como terceiros, para fins do referido dispositivo constitucional.

Esse vício, contudo, não impede o aproveitamento da opção política do legislador ordinário em limitar a legitimidade ativa da ação de improbidade, como proposto no Projeto de Lei nº 2.505, de 2021. Referindo-se o §1º do art. 129 da Constituição às ações civis (públicas), a alteração da natureza jurídica das ações de improbidade administrativa na legislação, reconhecendo-as como ações sancionatórias, de caráter repressivo, afasta a referida condicionante constitucional da legitimação para a causa a terceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, essa distinção conceitual, sem maior rigor técnico, é implicitamente reconhecida no Projeto de Lei nº 2.505, de 2021, ao especificar que a ação de improbidade não é a via própria de controle de legalidade de políticas públicas, devendo a responsabilidade de entes públicos e governamentais por violações a interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos ser apurada, processada e julgada nos termos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

A definição explícita, clara e incontroversa de que as ações de improbidade administrativa, destinadas à imposição de sanções pessoais, não se confundem com as ações civis públicas, cuja vocação é a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, esvazia eventual pecha de inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.505, de 2021.

Para tanto, propõe-se emenda que altere o §5º do art. 1º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, na forma dada pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 2.505, de 2021, de modo que o bem jurídico tutelado pelos atos de improbidade não seja o patrimônio público e social – hipótese em que se atrairia, de fato, o campo das ações civis públicas –, mas, sim, a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, por sua vez, que atente contra sua integridade.

No mesmo sentido, propõe-se, com a supressão do texto proposto para o §4º do art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e a inclusão do art. 17-D, a conceituação legal da ação de improbidade administrativa, afastando, em definitivo, sua coincidência com as ações civis públicas, destinadas à proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos – e, nessa medida, a incidência do §1º do art. 129 da Constituição.

Considerando tal adequação quanto à natureza jurídica das ações de improbidade administrativa, por imperativo de compatibilidade com a Constituição, de modo que, deixando de serem essencialmente ações civis públicas, aprofundando-se seu caráter sancionador, propõe-se alterar o art. 3º do Projeto de Lei nº 2.505, de 2021, concedendo-se prazo razoável – 120 (cento e vinte) dias – para que o Ministério Público manifeste interesse no prosseguimento das ações propostas pelas Fazendas Públicas, inclusive em grau recursal, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

É importante ressaltar, por fim, que a exclusividade do Ministério Público, na forma do Projeto de Lei nº 2.505, de 2021, para propor ação de improbidade administrativa – com base no §4º do art. 37 da Constituição –, não exclui o direito das pessoas jurídicas de direito público interno ajuizarem as competentes ações de ressarcimento, cujo fundamento de validade constitucional é outro, o §5º do art. 37 da Constituição, e que, nessa qualidade, a respectiva pretensão já foi reconhecida como imprescritíveis pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral – RE nº 852.475, do Sr. Ministro Edson Fachin, julgado no dia 8 de agosto de 2018.

Ademais, cumpre esclarecer, ainda, que a exclusividade do Ministério Público para propor ações de improbidade administrativa não implica reconhecer a representação jurídica de entidades públicas, o que, de todo, é defeso pela parte final do inciso IX do art. 129 da Constituição. Deveras, não se pode confundir a tutela da probidade administrativa, objeto da respectiva ação sancionatória – de improbidade –, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção do patrimônio público e social, mediante ação civil pública, por terceiros ou pela própria pessoa jurídica de direito público, como nas ações de ressarcimento referidas anteriormente.

Outra nota final de relevância é que a legitimidade exclusiva do Ministério Público, como proposta, não mitiga ou inibe a atuação das entidades públicas em esforços para a responsabilização de atos contra a administração pública em outras dimensões da tutela da integridade do patrimônio público e social, como é o caso dos acordos de leniência, cuja titularidade prevista para tais entes, prevista no art. 16 da Lei nº 12.846, de 2013, não se derroga pelas disposições legais a inovarem o ordenamento jurídico com o Projeto de Lei nº 2.505, de 2021.

No mérito, cabe registrar, inicialmente, que, conforme registrado na justificação do Projeto de Lei nº 2.505, de 2021, o texto original da proposição foi consolidado por comissão de juristas instituída na Câmara dos Deputados, sob a presidência do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sr. Ministro Mauro Campbell – o Relator era o Desembargador Federal Ney Bello –, com o objetivo de proceder à adequação da LIA às mudanças ocorridas na sociedade e na jurisprudência, em face do largo espaço de tempo decorrido desde a sua promulgação, em 1992.

Outrossim, de acordo com o parecer aprovado em Plenário na Câmara dos Deputados, no dia 16 de junho passado, para a elaboração do texto original do presente projeto, foram realizadas 14 audiências públicas, em diversos locais do País, nas quais foram colhidas contribuições do setor público (áreas de gestão, controle, advocacia pública, Ministério Público, Judiciário), da advocacia, da academia (professores, pesquisadores), bem como de diversos segmentos representativos de categorias, tais como sindicatos, associações, confederações. A propósito, cabe também registrar a audiência pública que foi realizada no dia 3 de agosto próximo passado nesta Casa, para debater a matéria em pauta, e que contou com representantes de diversas entidades representativas dos Municípios, dos prefeitos municipais, do Ministério Público, além de Senadores e Deputados Federais.

Cumpre também registrar que, consoante o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o combate à corrupção, há tempos, tomou uma dimensão diferenciada no País, pois a impunidade, de certa forma, era esperada por boa parte da população e, aos poucos, deixa de ser a regra, com a aplicação das leis derivadas do art. 37 da Constituição. Segundo dados do CNJ, nos últimos dez anos houve no País mais de 18 mil condenações por improbidade administrativa transitadas em julgado nos tribunais federais.

De outra parte, cabe ponderar que as graves sanções advindas dos atos de improbidade administrativa não podem ser aplicadas sem um atento escrutínio da conduta do acusado, procedimento esse que apenas é concebível com a observância do princípio do devido processo legal, em conjunto com aqueles que são comuns a toda atividade sancionatória do Estado, sendo que o desejo de justiça que emana da sociedade precisa ser orientado com o respeito às garantias dos acusados, buscando-se a criação de um ambiente dotado de previsibilidade e segurança jurídica.

Dentre os diversos tópicos temáticos da LIA que estão sendo alterados, destacamos o seguinte: adoção do requisito de conduta dolosa para caracterizar ato de improbidade administrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às modificações mais relevantes que estão sendo efetuadas, cabe registrar que o projeto está suprimindo a modalidade culposa de improbidade administrativa, sob o fundamento de que ações negligentes, imprudentes ou imperitas, ainda que causem danos materiais ao Estado, não poderiam ser enquadradas como atos de improbidade, pois lhes falta o elemento de desonestidade.

A esse respeito, destacamos os §§1º a 3º que estão sendo acrescentados ao art. 1º da LIA e que estabelecem que o dolo específico – assim entendida a vontade livre e consciente de praticar o resultado ilícito descrito na legislação – é requisito necessário à materialidade do ato de improbidade, sendo a ausência de ato doloso excludente de improbidade, ficando derrogada a possibilidade de que o ato culposo seja qualificado como ato de improbidade, como hoje ocorre.

Cabe ponderar que o afastamento da modalidade culposa de improbidade não significa que o ato praticado sem dolo, mas como culpa, seja considerado lícito e, portanto, não passível de punição. A culpa não dolosa, por negligência, imperícia e imprudência de servidor público, por exemplo, pode ser considerada ilícita, conforme estabelece o art. 117, XV, da Lei 8.112, de 1990, e passível de ser punida com demissão, consoante o art. 132, XIII, daquela lei.

No mesmo sentido, a Lei 12.376, de 30 de dezembro de 2010, que alterou o Decreto-Lei 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro), acrescentou a esse diploma legal o art. 28, que estabelece que o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro, quando não há dolo, mas fica caracterizada a chamada culpa grave, que é fronteiriça ao dolo.

Desse modo, a supressão da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa não significa que ilícitos culposos deixarão de existir ou que não serão passíveis de punição, mas significa que tais ilícitos serão tratados por diplomas normativos de outras espécies e não pela lei de improbidade.

Nas palavras do Presidente da Comissão que consolidou o texto original do PL nº 2.505, de 2021, Ministro do STJ, Mauro Campbell, em entrevista ao site Consultor Jurídico, em 20 de janeiro de 2019: "Estamos extinguindo (...) a conduta culposa da improbidade. Isso é algo que pode criar polêmica. Certamente criará. Aí levantam-se os oponentes dessa conduta da comissão, mas o STJ já fixou que é culpa grave, não é culpa qualquer. Eu sempre penso: fixou onde? Dê exemplo de um acórdão. Você vai ver que a conduta é dolosa. A qualificação técnica é que era equivocada. Saindo disso, nada impedirá que um órgão de controle atue administrativamente e puna, mas não como ato de improbidade. Se a falta administrativa não chegou ao grau de reprovabilidade de ato de improbidade, você terá mecanismos administrativos a coibir".

Conforme entendemos, as penalidades graves previstas na LIA, entre essas a suspensão dos direitos políticos por até 20 anos, como proposto pelo presente projeto, requerem efetivamente que haja intenção dolosa na prática do ato de improbidade.

O Ministério Público passa a ter exclusividade para propor ação de improbidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como hoje vigente, o caput do art. 17 prevê a legitimidade ativa tanto do MP como da pessoa jurídica interessada para propor a ação de improbidade. O projeto sob análise pretende alteração desse dispositivo, estabelecendo que apenas o MP tem legitimidade para propor a ação, que seguirá o procedimento comum previsto no CPC, salvo o disposto na própria LIA.

Um dos argumentos utilizados para essa alteração pondera que, por vezes, o sucessor imediato do administrador propõe ação de improbidade por razões meramente político-partidárias, sendo o Ministério Público instituição mais independente das injunções políticas. Ainda mais que o regime das sanções previstas na LIA encerra restrições a direitos fundamentais de cidadania, como a suspensão dos direitos políticos dos agentes considerados ímprobos. Em paralelo, tem-se que apenas o Ministério Público tem legitimidade para pactuar o acordo de não persecução que passa a ser possível nos termos do projeto, conforme a seguir.

De todo modo, como registrado em preliminar, a legítima opção política do legislador ordinário em conferir ao Ministério Público exclusividade para propor ação de improbidade depende necessariamente da alteração de sua natureza jurídica de ação civil pública para ação sancionatória, de caráter repressivo, como se promove por meio das emendas de saneamento propostas.

Adoção de acordo de não persecução cível.

O art. 17-B que está sendo acrescentado estipula que o Ministério Público poderá celebrar acordo de não persecução cível no âmbito da LIA, e é similar ao 17-A incluído pela Lei nº 13.964, de 2019, que foi vetado pelo Presidente da República. Essa possibilidade tem sido apoiada no âmbito do próprio Ministério Público.

Mudanças nas regras de prescrição.

Outra mudança importante que o projeto de lei sob análise está efetuando na LIA trata das alterações das regras referentes à prescrição das ações por improbidade. O texto vigente do art. 23 estipula três hipóteses de prazo de prescrição antes de a ação ser proposta: I – cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança; II – dentro do prazo prescricional previsto em lei, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego; e III – até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades que recebam subvenção, benefício ou incentivo de órgão público, bem como aquelas para cuja criação ou custeio o Erário haja concorrido ou concorra com menos de 50% do patrimônio ou da receita anual. Outrossim, o texto vigente não prevê a prescrição intercorrente, a que decorre pela inércia da parte durante um determinado tempo, quando um processo já foi proposto e está em curso.

A nova redação proposta para o art. 23, caput, unifica em oito anos contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência, o prazo de prescrição para a ação de improbidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além de estabelecer o prazo único de oito anos para a prescrição das ações de improbidade, a nova redação para o art. 23 da LIA também regulamenta circunstâncias em que o prazo prescricional é suspenso, interrompido e em que recomeça (§§1º, 4º, 5º); fixa o prazo de 180 dias (prorrogável uma vez, pelo mesmo lapso) para a conclusão do inquérito civil que precede a ação (§2º); fixa o prazo de 30 dias para a propositura da ação após a conclusão do inquérito (§3º); dispõe sobre efeitos da suspensão e interrupção (§§6º e 7º); e estabelece o procedimento para o reconhecimento e decretação da prescrição intercorrente da pretensão sancionadora (que ocorre no curso do processo). Importante relevar que o §5º estabelece que uma vez interrompida a prescrição, seu prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo previsto no caput.

Sobre a matéria, de acordo com o parecer aprovado em Plenário na Câmara dos Deputados, no dia 16 de junho último: "o ajuste promovido no prazo prescricional levou em conta o tempo necessário e suficiente para apuração de fatos no âmbito dos inquéritos civis e demais procedimentos investigativos de responsabilidade do MP e demais órgãos de controle, promovendo-se o devido balizamento com os princípios da segurança jurídica e da duração razoável do processo".

Ainda conforme o parecer em questão: "torna-se imprescindível solidificar o entendimento de que o prazo prescricional tem como termo inicial a ocorrência do fato. Vincular o termo inicial ao conhecimento do fato pelo órgão legitimado para propositura da ação transforma em letra morta qualquer intenção de se instaurar marcos seguros de prescrição".

Na verdade, parece-nos que a questão está em se encontrar um equilíbrio entre a prerrogativa que tem o Ministério Público para investigar e processar os atos de improbidade que causam dano ao Erário e possibilitam o enriquecimento ilícito, em defesa da moralidade na gestão da coisa pública e, por outro lado, o direito daqueles que exercem cargos e mandatos eletivos de não sofrerem perseguições injustas com a manipulação e a extensão de prazos de acordo com a conveniência politicamente motivada.

Nesse sentido, a unificação do prazo prescricional em oito anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência, parece-nos adequada.

Alteração na sanção de perda da função pública.

Está sendo bem modificado o art. 12, que trata das penas. Entre as alterações, cabe destacar a que diz respeito à perda da função pública. Hoje há o entendimento de que essa sanção alcança a função pública exercida pelo sancionado no momento da execução da sentença. O novo texto proposto, por meio do §1º que está sendo acrescentado ao art. 12, dispõe que nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo (atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito e causam prejuízo ao Erário, respectivamente) a perda da função pública atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público na época do cometimento da infração.

Supressão da previsão da medida cautelar de sequestro de bens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos vigentes, o caput do art. 16 dispõe que havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão processante representará ao MP ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público. A alteração proposta para o caput não prevê a medida de sequestro de bens, mas a de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do Erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

Essa medida parece-nos especialmente adequada e em harmonia com a Lei Maior, pois, indisponibilidade de bens é medida prevista no §4º do art. 37 da Constituição Federal, que estabelece a improbidade administrativa.

Torna expresso que a promoção pessoal do administrador público é ato de improbidade.

Pelo acréscimo de inciso XII ao art. 11 da LIA, está se dispondo que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública infringir o disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal, que veda a promoção pessoal de agente público e personalização de atos, programas, obras, serviços ou campanhas dos órgãos públicos. O acréscimo parece-nos adequado, inclusive em face da exigência da conduta dolosa que é requerida pelo projeto.

Estão sendo também efetuadas diversas alterações no processamento das ações de improbidade, de que destacamos a atualização de regras processuais, em razão da entrada em vigor do novo CPC em 2016.

Quanto às emendas apresentadas, devemos registrar que, não obstante o seu louvável objetivo de aperfeiçoar o projeto de lei em pauta, entendemos que a matéria está sendo regulamentada de forma razoável e pertinente. Desse modo, opinamos pela rejeição das emendas apresentadas.

Como conclusão, devemos por fim registrar que o PL 2.505, de 2021, reflete o equilíbrio entre valores igualmente fundamentais e que têm de conviver conjuntamente no Estado democrático de direito que é o cerne da Constituição de 5 de outubro de 1988: o valor da moralidade, que é a probidade na administração pública e o direito, que é também dever, de a sociedade, especialmente por intermédio do Ministério Público, atuar para coibir e reprimir os atos de improbidade; e o valor da soberania popular, que reveste os mandatos de todos que são eleitos pelo voto direto do povo e o devido respeito aos direitos e às garantias do processo legal, a que todos temos o direito inalienável.

No mais, acolho a sugestão do nosso ilustre Senador Dário Berger, gentilmente proposta, no sentido de explicitar que as disposições da LIA, com as alterações dadas pela presente proposição, se apliquem desde logo em benefício dos réus, o que, de resto, vai ao encontro da orientação de longa data do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na linha de que, "considerando os princípios do Direito Sancionador, a novatio legis in mellius deve retroagir para favorecer o apenado" (Resp nº 1.153.083/MT, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 19/11/2014).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, passo a fazer, em conjunto, a análise das emendas apresentadas pelos nossos ilustres Senadores. Então, eu peço licença para que a gente faça um apanhado por tema, sem prejuízo a uma eventual justificação pontual, a pedido de cada Senador.

Com relação às emendas sobre o prazo de inquérito civil, eu entendi pela rejeição das alterações para o aumento de prazo, tendo em vista que não parece que a limitação do prazo de inquérito civil aos 180 dias, prorrogáveis pelo mesmo período, seja medida desproporcional e inoportuna, pelo contrário: revela-se providência de interesse público, haja vista reforçando a razoável duração do processo. Está lá na Constituição Federal, no art. 5º, inciso LVIII, que impõe a conclusão célere da investigação preliminar necessária para o ajuizamento de ações de improbidade ou o arquivamento correspondente.

Com relação às emendas sobre a condenação em honorários em caso de improcedência, eu entendo pela rejeição da emenda, na medida em que, de um lado, embora o ônus deva ser suportado, a priori, em caso de improcedência da ação de improbidade pela pessoa jurídica relacionada ao respectivo Ministério Público, a própria Constituição garante o direito regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Lá na Constituição Federal está no art. 37, §6º, não havendo risco de prejuízo ao Erário ou de outro antes de uma medida intimatória. A imposição de sucumbência contribui para reforço da responsabilidade pública daqueles que têm o poder/dever de propor ações de improbidade.

Com relação às emendas sobre fixação de prescrição intercorrente e seu prazo, entendo pela rejeição, na medida em que a opção legislativa feita pela Câmara dos Deputados é devidamente oportuna e conveniente do ponto de vista político e adequada e proporcional no sentido jurídico, haja vista dispor a jurisdição de todos os meios necessários para dar tutela e dar probidade, no prazo previsto na proposição – a exemplo da elaboração das prioridades institucionais do Poder Judiciário ou de programas de metas do Conselho Nacional de Justiça.

Com relação às emendas sobre divergência jurisprudencial, entendo pela rejeição da alteração do texto proposto, tendo em vista a exclusão da responsabilidade por ato de improbidade administrativa decorrente da divergência interpretativa. Mesmo que não sendo majoritária, a medida é proporcional e adequada para garantir a estabilização das expectativas dos agentes públicos em geral, mas dos gestores públicos em particular, garantindo segurança jurídica para a sua atuação, e, via de consequência, entendo pela rejeição da emenda.

Com relação às emendas sobre a interdependência das instâncias, entendo pela rejeição das alterações, considerando que o princípio da independência das instâncias, salvo o disposto no §4º do art. 37 da Constituição, é construção doutrinária e jurisprudencial com base na legislação em vigor, de modo que seus contornos estão plenamente à disposição da opção política própria da liberdade de conformação do legislador ordinário.

Noutras palavras, desde que a lei não prejudique a ação penal cabível por causa de ação de improbidade administrativa – como é defeso por força do §4º do artigo 37 da Constituição –, pode o legislador, como no caso, estabelecer hipóteses de interdependência entre as instâncias cível, criminal e administrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação às emendas sobre a exclusividade do Ministério Público para propor ação de improbidade, entendo pela rejeição da alteração para incluir a legitimidade de entidades públicos com a advocacia pública organizada, considerando que a legitimidade para a causa das ações de pessoas jurídicas de direito público interno, no caso, para propor ações de improbidade, não se confunde com a capacidade postulatória de seus órgãos de representação judicial, organizados em carreira, ou não, de sorte que não se afigura, salvo melhor juízo, da melhor escolha de intervenção legislativa.

Além disso, parece que a criação de hipótese excepcional de legitimidade ativa para propor ação de improbidade, ou seja, apenas quando a advocacia pública estiver organizada, promove diferenciação inconstitucional entre entes federativos privilegiados do ponto de vista financeiro-orçamentário, afetando, além do princípio da isonomia, o próprio pacto federativo.

Com relação às emendas sobre culpa grave, registro, como afirmei ao longo da análise deste parecer, a restrição da responsabilidade por atos de improbidade administrativa apenas para casos dolosos, exigindo-se, aliás, a configuração do fim específico do agente, se revela como um dos grandes avanços da legislação.

Com efeito, o conceito de improbidade reporta-se essencialmente à ideia de má-fé e de desonestidade – trata-se de um ato mais do que ilícito, senão qualificado, ainda mais reprovável juridicamente que a mera ilegalidade –, a qual, por sua vez, é indissociável da existência de uma vontade livre e consciente, devidamente representada, voltada para a própria natureza da improbidade. Cuida-se de um conceito jurídico incompatível com a noção de culpa, seja ela em qual gradação se reconheça, inclusive a grave. Não se pode falar de desonestidade – logo, improbidade –, por imperícia, imprudência ou negligência, em qual grau as se constate.

Noutras palavras, não há desonestidade (improbidade) que não seja voluntária e intencional, ou seja, dolosa. O Projeto 2.505, de 2021, no ponto, vai bem, portanto, ao ressignificar o conceito de improbidade para seu sentido próprio, como ato doloso, evitando-se, assim, até a banalização de condutas cuja reprovabilidade, pelo elemento subjetivo do tipo, não se coadunam com tal definição, seja literal, lógica ou jurídica.

Também relembro que tal proposta decorreu das reflexões da própria comissão de juristas presidida pelo notável Ministro Mauro Campbell Marques. Por essas singelas razões, com todas as vênias à respeitável iniciativa do Senador Telmário Mota, entendo pela rejeição dessa emenda.

Com relação às emendas sobre o dolo específico, embora tecnicamente a qualificação do chamado fim especial de agir seja constatável pela descrição do próprio tipo – isto é, em seu enunciado normativo –, no caso, de improbidade administrativa, a proposição sob análise a estende a todas as manifestações do ato ímprobo para sua caracterização.

Sem que se estenda à controvérsia de ordem teórica, a conformação da conduta pela ideia de ação final contém a noção essencial desse elemento subjetivo do tipo como pressuposto da configuração da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

improbidade. Essa que se afigura ter sido a intenção do legislador ao especificar em diversas passagens do Projeto de Lei 2.505, de 2021, o que se entende, doutrinariamente, por dolo específico.

Não se afigura, portanto, que se esteja diante de recrudescimento dos contornos, como que limitando-os, das regras jurídicas e dos suportes fáticos dos tipos de improbidade administrativa que determinam os elementos objetivos e subjetivos do injusto. Na prática, a exigência de dolo específico que permeia as alterações do Projeto de Lei 2.505, de 2021, antes remete a exigência de ação finalística para a configuração de atos de improbidade – como, em paralelo, se tem, modernamente, em matéria criminal – do que a criação de óbices ao seu juízo de tipicidade positivo, como possa, equivocadamente, transparecer à primeira vista.

No ponto, portanto, revela-se positiva a inovação do Projeto de Lei nº 2.505, de 2021, modernizando-se a arquitetura conceitual do sistema de responsabilização por atos de improbidade.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL 2.505, de 2021, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, com as Emendas que seguem e pela rejeição das Emendas nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39.

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao §5º do art. 1º da Lei nº 8.429...

(Intervenção fora do microfone.)

Não. Conforme...

As emendas ficam rejeitadas.

E esse é o voto, Sr. Presidente.

Não é preciso ficar repetindo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deu até falta de ar agora, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Deu. Eu quis testar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Queria cumprimentar V. Exa. pelo relatório. Queria, em nome do Senador Anastasia, cumprimentar V. Exa. pelo relatório apresentado. A gente sabe da importância dessa matéria.

Essa matéria tramitou na Câmara dos Deputados, chegou ao Senado Federal, onde nós fizemos várias reuniões antes de designar o relator dessa matéria, conversamos com vários Senadores não só da Comissão, mas também da Casa, pela importância da modernização dessa legislação de improbidade administrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. recebeu todas as categorias, queria registrar isso, atendeu a todos os setores que o procuraram para discutir esse assunto, acolheu várias ponderações, modificou o que era possível ser modificado em um relatório que foi votado na Câmara e em que, basicamente, foram feitas as adequações com a sabedoria e o conhecimento que tem V. Exa. do assunto. Portanto, eu queria cumprimentar V. Exa. pelo relatório, agradecer a todos os nossos colaboradores da Comissão, agradecer os Senadores, pois fizemos uma reunião hoje com o quórum completo da Comissão de Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Como eu disse no início, Senador Weverton, nós tivemos vários Senadores que pediram vista da matéria. E, dentro do acordo que a gente construiu regimentalmente, cumprindo o Regimento do Senado Federal e dando condições para que os Senadores possam exercer suas atribuições no Senado da República, concedo vista coletiva neste momento, lembrando que a gente colocou em discussão a matéria. Vista coletiva pedida pelo Senador Lasier, pelo Senador Alessandro, pelo Senador Kajuru... Então, fica regimentalmente concedida vista coletiva para a matéria.

Essa matéria voltará na pauta da próxima quarta-feira, na mesma ordem das matérias que foram acordadas aqui hoje.

Lembro também do acordo para o projeto de lei relatado por V. Exa., de que aqui no Plenário foi feito o relatório ad hoc pelo Senador Fernando Bezerra; e também o Relator, Senador Antonio Anastasia, do projeto da criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Há um entendimento que os dois projetos seguiriam juntos a tramitação, porque esse foi o entendimento construído pelo Presidente Rodrigo Pacheco, pelo Senador Anastasia, que é o Relator da matéria, e por V. Exa., que é o Relator do outro projeto de criação, de reestruturação do TRF da 1ª Região.

Então, quero referendar, Senador Anastasia, o acordo que foi construído, liderado por V. Exa., como Relator da matéria; pelo Relator Weverton; pelo Governo, feito aqui pelo Senador Fernando Bezerra; e pelo nosso Presidente, que construiu esse entendimento da votação das duas matérias no mesmo no período no Plenário do Senado Federal.

Então fica adiada essa matéria. Não vou encaminhar o projeto de lei relatado pelo Senador Weverton para a Mesa diretora para aguardar, na semana que vem, a conclusão do acordo e nós encaminharmos juntos os dois projetos, dentro do entendimento.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Presidente, só um esclarecimento.

Peço desculpas porque eu não... No do Senador Fernando Bezerra, que fez o relato ad hoc, eu estava aqui no corredor, concedendo uma entrevista rápida, e acabei perdendo esse encaminhamento. Então, não foi votado o de Minas?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, não foi votado porque foi pedida vista e, dentro do entendimento, vai ficar parado na Comissão, mesmo tendo sido aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Há o acordo para a gente tramitar os dois conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim, eu só estou querendo deixar público e registrado que o acordo que V. Exa. construiu...

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... com o Presidente do Congresso, Senador Rodrigo Pacheco, e o Relator da matéria era de que essa matéria seria votada no Plenário no mesmo dia.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, eu vou guardar o projeto que foi votado aqui para, na semana que vem, quando concluirmos a votação, eu encaminhar os dois projetos juntos para a Mesa do Senado Federal.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Agora, o da 1ª Região já está votado aqui?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Já está votado.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Está bem. Então a gente vai agora trabalhar o de Minas, para subir os dois.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Os dois.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Só mais... Permita-me... Na próxima quarta vai ser o momento do debate; hoje foi apenas a leitura do relatório. Agora, é claro que eu queria aqui primeiro agradecer à Presidência desta Comissão e a todos os pares que me deram essa honrosa missão; parabenizar aqui a comissão de juristas presidida pelo Ministro Mauro Campbell e relatada pelo Desembargador Federal Ney Bello e a todos os juristas que participaram da construção dessa proposta. Não foi... Isto é importante estar sempre lembrando: esse projeto não é a invenção de uma cabeça ou de apenas um legislador; esses juristas estão na vida real, na prática, vivendo o dia a dia dentro dos seus tribunais e estão se deparando, claro, com a necessidade real de tudo. Claro que o que era antigo precisa ser modificado, precisa ser revigorado, precisa ser renovado.

Então, quanto à Lei de Improbidade, que já está aí no auge dos seus quase 30 anos, é natural que também pudesse ser modernizada e você pudesse, claro, deixá-la de forma mais clara e com condição de ser mais exequível.

Então, eu quero parabenizar a comissão de juristas. Claro que é um projeto que sempre vai ter reclames. Óbvio, isso aí é natural. Durante essa semana, quando eu atendi vários representantes de classes e de entidades e sociedade civil organizada, eu lembrava a eles ali, caro Senador Anastasia, da Lei de Abuso de Autoridade. Quando foi colocado lá o artigo da Lei de Abuso de Autoridade, na época, eu lembro que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegamos muitas, mas muitas críticas, porque os próprios promotores da época e magistrados falavam que não podia ser aberto, daquela forma, porque, senão, eles ficavam impedidos de agir, ficavam impedidos de exercer a sua atividade, e tinha que ser tipificado, para que ficasse claro o que configurava de forma concreta o abuso de autoridade, o dolo específico deles. E aí, quando agora se trata para se definir o dolo específico do agente público, aí não, aí tem que ficar aberto, não pode ser fechado, porque fechado se inibe entrar com ação contra um ex-gestor.

Então, são pontos de vista que você tem que respeitar, só que não dá para num caso eu utilizar esse argumento e para outro ele já não servir. Então, quando é para abrir um processo contra um ex-Prefeito e um Prefeito, aí é pelo rosto dele, não é? É caso aberto. "Eu acho que ele fez, ele pode ter cometido", e aí taca-se uma ação nele, passam dez, quinze anos e ele fica com aquela espada de Dâmocles na cabeça, totalmente punido e já penalizado.

Então, é preciso fazer esses ajustes, é mais do que necessário. Então, durante a semana, eu estarei aberto para dialogar com os Senadores, para a gente continuar evoluindo nesse debate, até porque, até a palavra final do Plenário, nós, claro, estaremos sujeitos a qualquer tipo de modificação ou até a ser vencidos em eventuais destaques ou em eventuais emendas que serão reapresentadas no Plenário.

Então, eu agradeço, Presidente.

Na próxima quarta, estaremos aqui debatendo, de forma muito tranquila e franca, esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Weverton.

Queria agradecer também as contribuições do Senador Dário Berger, que nos ajudou, pela Liderança do MDB, na construção também do texto com o Senador Weverton, nesse entendimento que nós fizemos com as Lideranças partidárias e com vários Senadores de vários partidos políticos que ajudaram a consolidar um texto que pudesse expressar a vontade do Senado Federal.

Feita regimentalmente a vista coletiva, eu solicito à Secretaria-Geral da Mesa que marque a próxima reunião da CCJ para a próxima quarta-feira, às 9h da manhã, com os três itens remanescentes da pauta, na ordem estabelecida: proposta de emenda constitucional, primeiro; projeto de lei relatado pelo Senador Anastasia, segundo item; e terceiro item, projeto de lei relatado pelo Senador Weverton.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

(Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dezesseis horas e vinte e dois minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Kátia Abreu, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Romário, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Leila Barros e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Rose de Freitas, Dário Berger, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Carlos Viana, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 5ª e 6ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4253, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui a Semana Nacional da Pessoa Idosa." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-CDH, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 482, de 2017 - Terminativo -** que: "Determina que o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, seja declarado como feriado nacional." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5536, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o Anexo Metas e Estratégias à Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para fomentar, na educação superior, a parceria entre órgãos e entidades do Estado com instituições comunitárias de educação superior e com aquelas enquadradas no art. 242 da Constituição Federal de 1988." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 432, de 2018 - Terminativo -** que: "Denomina "Viaduto Engenheiro José Nilson de Sá" o trecho rodoviário localizado no Km 99,22, da BR 101/RN, nas travessias urbanas das cidades de Natal e Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Senador José Agripino (DEM/RN). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6573, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Carlópolis, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Goiaba de Mesa." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 399, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o dia 13 de julho como o Dia Nacional da Música e Viola Caipira." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 307, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecimento de experiências extraescolares nos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Almirante Tamandaré do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Terra do Gaitaço." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 342, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Denomina Aeroporto de Macaé/Rio de Janeiro – Joaquim de Azevedo Mancebo o aeroporto situado na cidade de Macaé, Estado do Rio de janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 486, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir a admissão e a permanência de criança ou de adolescente em bailes funk, eventos com livre fornecimento de bebidas alcoólicas ou eventos semelhantes." **Autoria:** CPI dos Maus-tratos - 2017. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta e pela rejeição das emendas nº 1-PLEN e nº 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 6553, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Mulher Empresária." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 4483, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre conteúdos curriculares da formação do pedagogo para atuação direcionada a estudantes em situação de restrição de locomoção." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 6, de 2021** que: "Requer aditamento ao Requerimento n. 2,de 2021-CE, para a inclusão do Professor Fredric Michael Litto, Presidente da Associação Brasileira de Educação à Distância, na audiência pública." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 7, de 2021** que: "Requer que seja convidado à CE o Ministro da Educação, a fim de prestar informações acerca das recentes declarações sobre o acesso às Universidades e sobre a inclusão de crianças com deficiência em sala de aula." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/23

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª e da 6ª Reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A Presidência comunica que recebeu os seguintes documentos: Aviso nº 873, de 2021, do TCU, que encaminha o Acórdão nº 1.299, também de 2021, cuida de levantamento com o objetivo de inteirar a Corte sobre o planejamento e a oferta de cursos pelas instituições federais de ensino ante as necessidades decorrentes do processo de transformação digital do setor produtivo bem como as ações do Ministério da Educação relativas ao tema; Aviso nº 1.319, de 2021, que encaminha cópia do Acórdão 1.896, também de 2021, cuida de auditoria que teve por objetivo averiguar a adequabilidade dos componentes de governança do Fundo Setorial do Audiovisual, que constitui a principal política pública de fomento ao setor audiovisual brasileiro. Aviso nº 1.319, de 2021, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.896, também de 2021: cuida de auditoria que teve por objetivo averiguar a adequabilidade dos componentes de governança do Fundo Setorial do Audiovisual, que constitui a principal política pública de fomento ao setor audiovisual brasileiro.

A versão eletrônica dos documentos se encontra disponível por 15 dias para consulta no *site* da Comissão.

Iniciando nossos trabalhos, passamos à deliberação dos itens de nºs 1 a 14 da pauta. Fica retirado o item 3, a pedido do Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 5. Nós vamos começar pelo número 5, porque o quórum ainda está baixo, e os de nºs 1 a 4 são terminativos. Do nº 5 em diante, não são terminativos.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 6573, DE 2019

- Não terminativo -

Confere ao Município de Carlópolis, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Goiaba de Mesa.

Autoria: Deputado Federal Diego Garcia

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

Concedo, assim, a palavra ao Senador Flávio Arns, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, bem como aos demais Senadores e Senadoras, o Deputado Diego Garcia, autor dessa proposição, que é lá do norte pioneiro, Carlópolis, que se localiza no que a gente denomina norte pioneiro, primeiro a ser desbravado no Paraná.

Passo à leitura da análise do projeto de lei.

Compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre proposições que versem sobre temas relacionados à cultura, conforme o art. 102, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

O Município de Carlópolis, que eu conheço muito bem – e quero deixar um abraço para todo o querido povo do Município – está localizado no Segundo Planalto do Norte do Estado do Paraná, a 368km da capital, Curitiba. Sua origem remonta ao ano de 1880, quando famílias de colonos que haviam cruzado aquela região para ajudar a fundar o Município vizinho de Santo Antônio da Platina optaram por fixar-se na região da futura Carlópolis, dando início ao povoado de Jaboticabal, elevado à condição de Município em 2 de abril de 1907.

O motor do desenvolvimento da economia do Município, do final da década de 1940 até o início dos anos 1970, foi a agricultura. No entanto, a construção da Usina Hidrelétrica de Chavantes levou à inundação de um terço da terra cultivável, o que resultou na queda de 50% na produção agrícola de Carlópolis. Foram necessárias adaptações e a diversificação da produção, viabilizada pelo cultivo de frutas, em especial da goiaba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fruta da região recebeu o Selo de Indicação Geográfica do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), sendo cultivada por mais de 60 produtores, que se dedicam exclusivamente à atividade que, embora trabalhosa, garante renda durante todo o ano.

Como bem destaca o autor do projeto – e é bem interessante:

> A cultura da goiaba [que é uma fruta deliciosa, que permite produzir outros tantos alimentos, inclusive a sobremesa Romeu e Julieta] na região, introduzida por imigrantes japoneses, utiliza o sistema de poda total, que possibilita a produção ao longo de todo o ano, rendendo uma média de 15 toneladas por hectare. A qualidade dos frutos é garantida pela técnica de ensacamento, em envelopes de papel, individualmente, quando atingem aproximadamente dois centímetros de diâmetro, evitando o ataque de insetos ou animais e eliminando o uso de pesticidas no controle de insetos e pragas.

Somos, no mérito, favoráveis ao projeto. Carlópolis, de fato, ocupa posição de destaque no cultivo da goiaba de mesa e merece, portanto, o título que a proposição em análise visa a conceder ao Município.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este Colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por tudo isso, Sr. Presidente – e dando de novo os parabéns para o querido Município de Carlópolis e a todos os produtores de goiaba do Município já referência no Brasil –, tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.573, de 2019.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Flávio Arns.

Vamos, então, à discussão da matéria.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns.

As. Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

Aproveito para parabenizar a cidade de Carlópolis por este título tão emblemático e importante: Capital Nacional da Goiaba de Mesa. Não é pouca coisa ser a cidade detentora desse título.

Sras. e Srs. Senadores, o Senador Eduardo Gomes é o Relator do item 1, que é terminativo. Ele está em viagem pelo seu Estado do Tocantins e parou num determinado local para poder relatar o projeto. Então, quero pedir anuência de V. Exas. para que a gente possa passar a palavra ao nobre Senador Eduardo Gomes, que está a esperar para fazer o seu relatório.

Então, vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4253, DE 2019

- Terminativo -

Institui a Semana Nacional da Pessoa Idosa.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-CDH, com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Concedo, assim, a palavra ao Senador Eduardo Gomes para leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador, nobre Senador, nosso Líder Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, a quem cumprimento, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, vem para análise terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 4.253, de 2019, de autoria do Senador Marcelo Castro, que propõe seja instituída a Semana Nacional da Pessoa Idosa, a ser celebrada, anualmente, na semana que compreender o dia 27 de setembro, Dia Nacional da Pessoa Idosa.

Em sua justificação, o autor da matéria enfatiza que: "[...] é por meio da conscientização e da ação que construiremos uma realidade em que o idoso tenha, primeiramente, uma autoimagem positiva, e que possa, de fato, sentir-se digno, participar na comunidade, exercer sua cidadania, gozar de dignidade e ter respeitados seus demais direitos previstos legalmente".

Na análise, Sr. Presidente, a matéria atende aos ditames regimentais, jurídicos e constitucionais.

O autor da matéria anexou documentos que comprovam ter sido realizada audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, em 30 de maio de 2019, em que se debateu a instituição da Semana Nacional do Idoso. A audiência contou com a presença do Coordenador da Universidade da Maturidade (UMA), vinculada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), o Sr. Luiz Sinésio Silva Neto; além do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso da Fiocruz; da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; da Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa do Ministério da Saúde; e do Defensor Público Alberto Amaral.

Sobre o mérito, consideramos a matéria louvável.

Não há como negar o mérito de iniciativa, que tem por escopo a valorização da pessoa idosa. Vivemos num país cuja população ainda é formada por maioria de pessoas jovens. Nossa sociedade é permeada por uma cultura que supervaloriza o jovem e desqualifica o idoso por vezes. Muitas vezes o velho é visto como sinônimo de obsoleto, ultrapassado, inútil, inadequado, indesejado. Desqualificamos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

palavra "velho", achamos mais aceitável dizer "idoso", criamos eufemismos como "a melhor idade" para tentar rejuvenescer a velhice. Somos campeões em cirurgias plásticas de rejuvenescimento. Em nossa cultura, o velho precisa parecer jovem para ser aceito.

A instituição da Semana Nacional da Pessoa Idosa trilha o caminho aberto pelo Plano de Ação Internacional de Viena, de 1982, que já teve implantados no Brasil muitos de seus objetivos, como o Estatuto do Idoso e o Pacto de Saúde da Pessoa Idosa.

O Brasil tem passado por um processo acelerado de envelhecimento populacional nos últimos 40 anos, similar ao ocorrido em países desenvolvidos, porém mais rápido e sem o respectivo desenvolvimento econômico e social, o que, somado ao fato de termos transitado rapidamente de um país rural para urbano, gerou e continua a gerar impactos significativos para a sociedade.

A imagem do idoso como doente e inativo deve ser mudada, porquanto o envelhecimento populacional impactará toda a sociedade em uma série de aspectos da vida que vão muito além da saúde. Devemos buscar um cuidado multidisciplinar do idoso, vendo-o como parte da comunidade, em ambientes de convivência coletiva, com o envolvimento de diversos profissionais, prevenção e avaliações frequentes, mantendo-o próximo ao seu lar.

A criação da Semana Nacional do Idoso tem o potencial de sensibilizar os gestores públicos e a população, sobretudo se trouxer consigo medidas e políticas públicas de respeito à pessoa idosa, compreendendo-a como parcela sensível da população.

Sendo assim, a iniciativa ora proposta é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória.

Observamos que a CDH aprovou emenda no sentido de aprimorar a técnica legislativa, bem como de alterar a cor das luzes utilizadas nos prédios públicos por ocasião da data, tendo em vista ser tecnicamente difícil produzi-las na cor prata, com o que concordamos.

Cabe ponderar, além disso, que, em lugar de ser celebrada na semana que compreende o dia 27 de setembro, conforme previsto pela proposição em tela, julga-se pertinente que a Semana Nacional da Pessoa Idosa seja celebrada na semana que compreenda o dia 1º do mês de outubro, data dedicada à celebração da pessoa idosa, estabelecida pela Organização das Nações Unidas, em 14 de dezembro de 1990, e adotada no Brasil por meio da Lei nº 11.433, de 2006, que dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso.

Nesse sentido, Sr. Presidente, apresentamos mais essa emenda ao PL.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.253, de 2019, de autoria do Senador Marcelo Castro, com a emenda oferecida.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo V. Exa. pela iniciativa, agradeço aos pares pela compreensão do improviso aqui da nossa passagem no relatório e peço a aprovação. Essa é uma daquelas matérias que a gente imagina que já tenham sido atendidas pelo Congresso Nacional, mas que surpreendem quando é preciso legalizar essa situação, com que todos concordam, de valorização da pessoa idosa.

Portanto, mais uma vez, parabéns a V. Exa. e muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu que agradeço a V. Exa., nobre Senador Eduardo Gomes, pelo brilhante relatório que fez dessa matéria que julgo tão importante para que a gente possa preparar a nossa sociedade para os dias que, felizmente, virão. Como V. Exa. disse muito bem, nós somos um país de jovens, mas, graças a Deus, estamos avançando. Se não fosse essa pandemia, já estaríamos numa marcha muito firme para, cada dia mais, aumentarmos o nosso número de idosos. E evidentemente nós precisamos nos preparar, preparar a sociedade para esse momento que vamos viver.

Sras. e Srs. Senadores, eu vou pedir a permissão de V. Exas. para abrir a votação, porque nós temos um quórum baixo, as pessoas vão precisar ficar telefonando, para a gente poder atingir o quórum, que é uma votação terminativa.

Com a anuência de V. Exas., antes de começarmos a discussão, eu já vou pedir aqui, à Mesa, que autorize a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vou esclarecer aqui às Sras. e aos Srs. Senadores que podem votar por meio do aplicativo Senado Digital.

Quem estiver aqui, no Plenário, como é o caso – e eu faço um cumprimento especial – do Senador Carlos Portinho, pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão de "votações", depois, "votações abertas em Comissões", e, então, procurar a votação da Comissão de Educação em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, após a autentificação com senha do Sistema de Deliberação Remota e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura da foto, sob pena de não validade do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação. Repetindo: aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações", depois, "votações abertas em Comissão" e, então, procurar a votação da CE em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Sendo assim, vou passar... Temos dois Srs. Senadores inscritos para discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente Marcelo Castro e também autor desse belo projeto, parabéns a V. Exa. Eu fui o autor do Estatuto do Idoso, mas, se tivesse uma falha naquele projeto que aprovamos, e é lei, eu diria que é essa que V. Exa. agora corrige, a importância que é termos uma semana para refletir, para pensar, para discutir, para elaborar, para olhar o nosso povo com mais idade. E é isso que V. Exa. faz, e com o brilhante relatório do nosso querido, também amigo, como V. Exa., Eduardo Gomes, por quem eu tenho um grande apreço – sabe ele. Fez um relatório perfeito. Quem ganha com isso somos nós. Permitam que eu diga "nós", porque eu sou um dos idosos, e não é legislar em causa própria, mas nós queremos que discutam mais as nossas vidas, para quem tem mais de 60, mais de 65, mais de 70. É uma homenagem ao nosso envelhecimento.

Então, eu só queria cumprimentar a ambos, tanto o autor, como o Relator. Parabéns, Senador Marcelo Castro! Parabéns, Senador Eduardo Gomes! Eu fico feliz de estar presente nesta reunião e poder dizer que votei "sim" para que a gente aprofunde o debate sobre o nosso envelhecimento, e de todo o nosso povo, e toda a nossa gente. Parabéns a ambos!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Humildemente, nobre Senador Paulo Paim, estamos, como V. Exa. bem disse, dando essa modesta contribuição ao Estatuto do Idoso, tão bem apresentado e elaborado por V. Exa., e que é um passo muito importante na nossa legislação.

Passo, agora, a palavra ao nobre Senador Confúcio Moura, para discutir a matéria.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu disse que iria me inscrever antes, mas o assunto abordado pelo nosso Relator é de extrema importância, justamente para homenagear a pessoa idosa – e eu já me incluo nessa categoria.

Mas, fora isso, Sr. Presidente, eu apresentei o Ofício nº 96 à Comissão, dando algumas sugestões para o retorno do seguro às aulas, que é uma das proposições do Senador Flávio Arns para a nova Subcomissão aprovada pela Comissão de Educação. Então, assim sendo, eu apoio a instalação da Comissão, para a gente já começar logo a debater o retorno seguro às aulas. As minhas proposições são sugestões comuns, já conhecidas por todos, apenas para o início do debate. Logicamente, o tema será bem aquecido, com a participação em audiências públicas convocadas pela Subcomissão ou pela Comissão de Educação.

Muito obrigado.

Era só isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Confúcio Moura. Agradeço a V. Exa. pelas suas colocações.

Passo ao terceiro inscrito, o Senador Izalci Lucas, que está com a palavra para discutir a matéria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu quero, inicialmente, parabenizar V. Exa. pela autoria do projeto e, também pelo relatório, o meu querido Senador Eduardo Gomes.

É uma matéria de suma importância. A gente tem que valorizar e realmente aproveitar não só esta semana, definida como a Semana Nacional do Idoso... Neste momento da pandemia, talvez, o segmento que mais sofreu e tem sofrido é o dos idosos. Eu tive a oportunidade de, recentemente, aprovar uma lei ampliando as penas do crime cibernético e dobrando a pena quando este for praticado contra o idoso. Neste momento de pandemia, as famílias todas – todas não, mas grande parte – estão sobrevivendo em função da aposentadoria dos idosos.

A gente fica muito triste, porque, em termos de violência doméstica, a maior incidência vem exatamente dos filhos e depois dos netos. E, muitas vezes, agora, com essa juventude que não tem educação de qualidade, que não tem educação profissional, essa geração nem-nem, que não estuda e não trabalha... A minha avó já dizia: "Cabeça vazia, oficina do diabo!". Quando não tem o que fazer, vai fazer o que não presta. Então, eu sinto assim, não é? A gente percebe claramente a violência que está sendo praticada contra os idosos.

Então, eu parabenizo a iniciativa, mas, ao mesmo tempo, convido todos os Senadores e Senadoras a buscarem, realmente, uma legislação ou uma política pública de Estado, para que se possa realmente valorizar, preservar, cuidar do idoso, não é, Senador? V. Exa., como eu, também já entrou agora, na terceira idade, vamos dizer assim. Então, parabéns a V. Exa.!

Parabéns, meu querido Relator Eduardo Gomes!

Já oriento a votação: "sim" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós vamos... (*Pausa.*)

Nós vamos continuar aqui aguardando a votação, telefonando para os Senadores, para que possam votar.

Vou passar a palavra ao nobre Senador Eduardo Gomes, que a pede também para discutir a matéria.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a todos os Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer aqui referência ao Senador Paulo Paim, autor do Estatuto do Idoso. É sempre uma pessoa muito ligada ao tema, tanto ele quanto o Senador Arns, enfim todos os membros da Comissão.

Eu queria pedir a V. Exa., já que estou tendo dificuldade em acessar o voto, para já registrar o meu voto "sim", para que a Secretaria da Mesa considere o voto. Eu não estou conseguindo o acesso pelo aplicativo. Como eu estou no improviso, gostaria de consignar o voto "sim" à Secretaria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador. Agradeço a V. Exa. e que sirva de exemplo para outros que possam ter porventura dificuldade em votar pelo aplicativo: podem fazer como o Senador Eduardo Gomes fez, e a Secretaria já computa o voto de V. Exa.

Passo a palavra...

Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Parabéns a V. Exa., mais uma vez. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos, Senador Eduardo Gomes, a sua presteza, solicitude e profundidade de análise do brilhante relatório que V. Exa. fez.

Passo a palavra, então, à nobre Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, parabenizo, cumprimentando a V. Exa. e a todos os colegas Senadores e Senadoras.

Eu estou com a mesma dificuldade do Senador Eduardo Gomes de votar e eu queria pedir que fosse registrado o meu voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora. A Mesa já está computando o voto de V. Exa. Agradecemos a sua presteza e a sua solicitude.

Pede a palavra para discutir a matéria o Senador Flávio Arns, a quem passo com muita honra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Agradeço, Sr. Presidente, de novo.

Da minha parte, eu também quero manifestar – já votei favoravelmente – o total apoio ao projeto de lei de V. Exa., Semana Nacional da Pessoa Idosa, também ao relatório do Senador Eduardo Gomes, fazendo inclusive o apelo para o Senador Eduardo Gomes para a recriação da Subcomissão da Pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Idosa na CAS (Comissão de Assuntos Sociais), que havia sido junto com doenças raras, pessoas com deficiência, para que isso aconteça.

Também é uma alegria ter ouvido o Senador Paulo Paim, propositor do Estatuto da Pessoa Idosa, e também quero deixar o abraço, a solidariedade para todos e todas que se dedicam à pessoa idosa pelo Brasil, nos lares, residências, centros de convivência, Pastoral da Pessoa Idosa, que a minha tia, Dra. Zilda Arns, quando faleceu no terremoto do Haiti, coordenava, e são milhares atualmente de voluntários pelo Brasil, inclusive fazendo apelo para que o Conselho Nacional da Pessoa Idosa também possa funcionar adequadamente, porque governo e sociedade se reunindo no conselho e trabalhando de maneira articulada, pactuada, convergente, isso só beneficia o Brasil todo.

Parabéns, Sr. Presidente, pela autoria e ao Eduardo Gomes, companheiro Eduardo Gomes, Senador, pela relatoria!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos agradecer as palavras do Senador Flávio Arns, que por sinal foi o Relator dessa matéria na CDH, e nós agradecemos o seu relatório.

Senador Izalci, V. Exa. não votou ainda. V. Exa., como está presente aí, pode anunciar, se quiser, seu voto. Com o voto de V. Exa., fica faltando só um voto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – É porque eu anunciei na minha fala, até orientei no sentido de votar "sim". Mas vou votar aqui tecnologicamente. É porque eu estava ali na comissão de tributação também. Mas é voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senador. Agradecemos. (*Pausa.*)

A Senadora Leila pede a palavra para discutir a matéria.

Pois não, Senadora. Com muito prazer, nós ouvimos V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Sr. Presidente desta Comissão de Educação, Senador Marcelo Castro, demais membros e todos que nos acompanham nesta tarde.

Quero apenas parabenizar o senhor por esta iniciativa, e também o Relator Eduardo Gomes, do PL 4.253, que institui a Semana Nacional da Pessoa Idosa. Quero parabenizá-los pelo relatório e pela proposição. Vivemos momentos difíceis, Presidente, principalmente esse tempo de pandemia, e, quando falamos de violência doméstica, nós sabemos que os idosos, muitos deles, como o Senador Izalci falou, sustentam suas famílias com suas aposentadorias, mas, mesmo nessa situação, eles são vítimas, em grande número, de violência doméstica. Então, quero parabenizá-lo pela iniciativa de termos essa semana de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão, para refletirmos políticas de proteção, de garantia de direitos aos nossos idosos. É uma iniciativa que realmente vem no momento certo, num momento em que a gente sabe que muitos deles realmente estão necessitando de uma resposta deste Congresso, do Senado Federal. Parabéns!

E já registrei meu voto com muita alegria: "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós agradecemos a V. Exa., nobre Senadora Leila. Também queremos dar os parabéns a V. Exa. pela sessão, hoje, que V. Exa. fez em homenagem aos nossos atletas, que tiveram desempenho excepcional nos Jogos de Tóquio. V. Exa. fez hoje uma belíssima e justa homenagem a esses brasileiros que tanto se dedicaram, tanto se esforçaram, tanto lutaram para representar bem nosso País na longínqua Tóquio.

Passo a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia, para discutir a matéria.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, quero aqui parabenizá-los por esse projeto. É bom dar visibilidade. Pensem numa população que tem uma vulnerabilidade muito grande: são os idosos. E, como a Senadora Leila falou, quando se fala de violência doméstica, os idosos são quem paga o preço mais caro, porque as pessoas que têm o poder aquisitivo alto botam seus familiares idosos em casas altamente qualificadas, com fisioterapeutas, com médicos, com tudo, e nossos idosos, como a Senadora Leila falou, a maioria sobrevive e cuida dos netos e dos filhos dentro da sua casa, com a aposentadoria, para a grande maioria, de um salário mínimo. Eu trabalhei anos, aqui no Onofre Lopes, na medicina familiar e comunitária, com uma área de poder aquisitivo muito baixo. E eu via a situação dramática desses idosos.

Daí a gente dar visibilidade à população, à situação em que esses idosos vivem, durante uma semana, é muito importante mesmo. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Zenaide Maia. Agradeço aí pelas colocações de V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou dar por encerrada a votação.

Solicito, então, à Mesa que abra o painel para dar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, nós tivemos 14 votos SIM; nenhum NÃO.

E nenhuma abstenção.

Portanto, o projeto está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a todos os Senadores que votaram favoravelmente; ao Senador Eduardo Gomes, que foi o Relator; ao Senador Flávio Arns, Relator na CDH desse projeto singelo, que – eu não tenho a menor dúvida – terá um grande alcance social.

A nossa população de idosos verdadeiramente é uma população vulnerável. Nós estamos cada dia mais aumentando a nossa população e precisamos efetivamente criar as condições para essa nova realidade que nós vamos viver, como já vivem as nações mais desenvolvidas do mundo.

Sendo assim, esse item foi aprovado, vamos ao item 2 da pauta, que também é terminativo... (*Pausa.*)

Pois não, o Senador Esperidião Amin pede a palavra.

Com a palavra o nobre Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, além de cumprimentar pelo mérito do projeto, pelo seu alcance social, eu quero cumprimentar a Comissão e V. Exa. pelo quórum. Quero cumprimentar a todos os colegas e as colegas e a V. Exa. pelo quórum, ou seja, por votar, comparecer, dar a sua manifestação afirmativa e positiva. Só um bom psiquiatra consegue isso às segunda-feira. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nem isso. Eu não tenho mais nem coragem de dizer que sou psiquiatra. Quando eu me refiro a isso, eu digo: "Eu fui". (*Risos.*)

Estou há muitos anos afastado disso.

Mas realmente é uma Comissão que tem dificuldade de quórum. Nós temos um número muito elevado de membros, o que termina dificultando o quórum. Mas, graças a Deus, hoje nós conseguimos.

Vamos, então, ao item 2 da pauta, que também é terminativo e para o qual vamos precisar do quórum qualificado.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2017

- Terminativo -

Determina que o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, seja declarado como feriado nacional.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Observação: será realizada uma votação única nominal para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente Marcelo Castro, quero me somar às palavras do Senador Esperidião Amin, porque, hoje de manhã, na Comissão de Direitos Humanos, foi um sofrimento enorme para votar não terminativo – nem falo da possibilidade de votar terminativo. Então, meus cumprimentos também a toda esta Comissão.

Presidente, se V. Exa. permitir e entender assim, eu vou direto ao segundo ponto do relatório e à análise.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador, pode continuar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, este projeto é do Senador Randolfe Rodrigues, mas, se eu remontar a outras épocas, foi apresentado por Benedita, foi apresentado por mim no passado, foi apresentado pelo grande ex-Senador Abdias Nascimento. E, agora, o Randolfe, numa boa hora, mediante o debate do racismo estrutural do mundo, baseado no que aconteceu nos Estados Unidos e vem acontecendo quase todo dia no Brasil, apresenta este projeto e me faz a gentileza de pedir que eu o relate, o que eu faço com muito amor, com muito carinho, com muita convicção e muita certeza, Presidente, de que este projeto vai ser um dia de reflexão no Brasil sobre o racismo estrutural. Na verdade, para mim, deveríamos debater neste dia, porque é simbólica a data de Zumbi, todo tipo de racismo e preconceito.

Lembro, Sr. Presidente, que o Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, sancionou lei que transformou o dia 19 de junho em feriado nacional. A data é conhecida como *juneteenth.* A junção das palavras "junho" e "dezenove", em inglês, comemora o fim da escravidão naquele país – é o mesmo fato que nós estamos agora aqui discutindo neste Plenário.

A sanção lá ocorreu na quinta-feira, 17 de junho de 2021, um dia depois da aprovação pelo Congresso norte-americano, A data comemorativa já vai valer em 2021 e "marca tanto a longa e difícil noite de escravidão e subjugação quanto a promessa de uma manhã mais brilhante por vir", afirmou o Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden.

A análise, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre datas comemorativas e homenagens cívicas.

A atual regulamentação dos feriados se dá:

a) pela Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, com a redação concedida pela Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002, que declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 2 de novembro, 15 de novembro e 25 de dezembro, além de especificar as atividades permitidas em chamados feriados nacionais ou pontos facultativos; e

b) pela Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, que define como feriados civis os declarados em lei federal e a data magna do respectivo Estado fixada em lei estadual, além de prever a criação de feriados religiosos, de acordo com as tradições locais, declarados em lei municipal, e em número máximo de quatro para cada Município.

O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra é comemorado no dia 20 de novembro de cada ano. Inicialmente, a data foi incluída nos calendários escolares por meio da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Foi a partir da edição da Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, que a data foi finalmente instituída em âmbito nacional e que passou a conter em sua denominação a menção ao líder libertário Zumbi dos Palmares. Foi o maior líder de todos os tempos da libertação dos escravos no Brasil.

A data escolhida remete ao dia da morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, um dos maiores do período Brasil-Colônia. Trata-se de um ícone, um símbolo do povo negro, de origem africana, povo esse que deixou marcas profundas de sua identidade cultural em nossa arte, música, gastronomia e religião. A efeméride é também um símbolo de luta e de emancipação das injustiças impostas por séculos contra a população negra.

Desde a sua criação, o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra tem sido abraçado por toda a população. É celebrado em todos os Municípios brasileiros, em escolas, empresas e instituições públicas. Cria-se, nessas ocasiões, espaço para conscientização dos desafios atuais da população negra no contexto de complexidade da sociedade brasileira. Tal é a sua relevância que, hoje, mais de mil Municípios no Brasil, bem como os Estados de Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso e Rio de Janeiro transformaram o dia também em feriado.

Consideramos, portanto, que a instituição de feriado nacional no Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra irá enfatizar, Presidente, Senadores e Senadoras, e valorizar a luta do povo negro – e digo eu: de negros e brancos – e fortalecer o processo de conscientização de seus desafios. A iniciativa reveste-se de mérito, relevância e justiça para combater todo tipo de racismo e preconceito pela simbologia em Zumbi dos Palmares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por ser a única Comissão a manifestar-se – eu entendo corretíssimo, é a Comissão de Educação, o nosso povo precisa discutir e educar todos nós a combater qualquer tipo de preconceito – sobre esta proposição, cabe a ela a análise quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa, de acordo com o disposto nos incisos I dos arts. 49 e 91 do Risf.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os Estados e o DF a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa da Presidência da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

Diz o nobre autor Randolfe Rodrigues que a escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Indo para o finalmente, Presidente.

Assim sendo, em todos os aspectos verifica-se a constitucionalidade da iniciativa. Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, especificamente com a Lei 9.093, de 12 de setembro de 1995, que regulamenta a matéria.

Em relação à técnica legislativa, entretanto, a proposição carece de pequenos reparos de redação, o que não muda em nada o conteúdo do autor. Note-se que tanto na ementa quanto no art. 1º o nome do dia comemorativo surge incompleto, sem a menção a Zumbi dos Palmares e, portanto, em desacordo com a lei que instituiu o referido dia nacional. Para realizar as devidas correções e só para dar mais clareza ao texto e à brilhante iniciativa, apresentamos duas emendas de redação. Claro que essa matéria ainda vai para a Câmara dos Deputados.

Conforme a argumentação exposta pelo nosso querido e jovem Senador Randolfe Rodrigues, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 482, de 2007, com as emendas a seguir.

EMENDA Nº -CE
Dê-se a seguinte redação à ementa do PLS nº 482, de 2017:
"Declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra."
EMENDA Nº -CE
Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS nº 482, de 2017:
"Art. 1º É declarado feriado nacional o dia 20 de novembro, para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Presidente. Somos pela aprovação na íntegra, na verdade, do projeto apresentado.

E aqui eu faço uma homenagem a todos aqueles que durante as suas vidas, Presidente, se dedicaram a essa causa. Se V. Exa. me permitir, Presidente, eu quero fazer uma pequena homenagem a um cidadão que muitos vão estranhar: Luís Eduardo Magalhães. E por que eu vou dizer isso? Faço essa pequena homenagem a ele, Presidente, porque um dia eu era Deputado e ele disse: "Paim, vou botar na quinta-feira aquele projeto que tu queres tanto". Eu disse: "Por que na quinta, Presidente?". Ele respondeu: "Esse dia é mais fácil de aprovarmos". Olha a boa intenção dele, como bom baiano. E eu disse: "Perfeito, Presidente". Mas ele disse: "Só tem uma coisa, Paim: se pedirem verificação, nem que não haja apoio, eu vou conceder, de ofício, a verificação. Aceita?". Eu disse: "Aceito", porque eu tinha certeza de que ninguém ia pedir verificação.

O que que aconteceu, Presidente? Um Deputado... E, como ele já faleceu, não vou citar o nome dele. Só ele; um... Havia acho que uns duzentos e poucos no Plenário. Somente um... E todos fizemos um apelo para ele, porque vinha para o Senado ainda, o debate continuaria. E ele disse: "Não, não abro mão, não abro mão". E acabou e defendeu. E o Luís Eduardo cumpriu o que ele tinha dito.

Eu não disse nada, só saí do Plenário, mas fiquei, inclusive, fiel a ele, porque eu só disse isto: "Não, isso o Eduardo havia me avisado que faria" – e o fez.

Então, eu faço uma pequena homenagem à boa vontade dele naquele dia, naquela hora.

Era isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito justa a homenagem que V. Exa. faz.

Coloco a matéria, então, em discussão.

Seguindo o que fizemos com o item nº1, eu quero pedir permissão às Sras. e aos Srs. Senadores para colocar o projeto já em votação enquanto ele é discutido e, evidentemente, os que forem favoráveis ao relatório, com as emendas apresentadas pelo Senador Paulo Paim, votarão "sim", e os que não forem votarão "não".

Aqueles que não conseguirem votar pelo aplicativo poderão se dirigir diretamente à Mesa e fazer as suas votações nominais.

Vou passar a palavra ao primeiro orador inscrito para discutir a matéria: o Senador Confúcio Moura com a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, público que assiste a esta Comissão, esse projeto é de uma importância histórica incontestável. Primeiro, já tem 133 anos da abolição da escravatura no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, contudo, como a história registra, a abolição veio, mas não veio realmente a integração do negro à nossa sociedade. Eles continuaram perambulando na pobreza, na discriminação, nos serviços mais humildes e é a grande massa de pobres do nosso País até hoje.

Mais à frente, já no Governo do Lula, ele criou a Lei de Cotas raciais nas universidades. Para surpresa nossa e nossa felicidade, nós temos mais da metade, 51%, dos alunos das universidades públicas brasileiras de cor negra. Isso já é um resgate muito importante.

E, agora, com a criação dessa data, de 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, Dia de Zumbi de Palmares, é também marcante para que possa abrir um debate maior em nosso País nesse dia, e em todos os dias do ano, para poder buscar essa inclusão do negro. O negro nos hospitais, o negro médico, o negro Deputado, Senador, o negro nos tribunais, ocupando os espaços nas grandes corporações. Então, esse é um trabalho tardio, mas que chega em boa hora. Como dizem muitos: "Antes tarde do que nunca".

Então, eu parabenizo o Randolfe, parabenizo o Paulo Paim, que é realmente um combatente, um assíduo combatente, destemido, que trabalha diuturnamente na defesa dos interesses sociais, da justiça social: a ele os meus sinceros cumprimentos pelo seu relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Confúcio Moura.

Por enquanto não há mais nenhum Senador inscrito para discutir a matéria.

A matéria continua em votação.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, essa questão do preconceito, isso é uma praga que é uma coisa odienta e que, infelizmente, acompanha a humanidade desde os seus primórdios, e, até hoje, há o racismo, o preconceito, a intolerância.

Nós, seres que queremos ser civilizados, temos o dever de lutar todos os dias das nossas vidas, todas as horas, todos os minutos, todos os segundos para coibir esses preconceitos, essas intolerâncias, o racismo que se apresenta de todas as formas, em expressões, em gracejos, em piadas. E eu tenho como princípio, adotado há muitos anos, sempre revidar, nunca ficar calado. Sempre que há um tipo de gracejo que expresse algum conteúdo racista, preconceituoso sobre qualquer categoria social, eu sempre me posiciono contrariamente, sempre procuro coibir, até mesmo para servir de exemplo para aqueles que convivem comigo, porque não é assim que a gente vai construir uma sociedade melhor, mais inclusiva, mais saudável. Tem que haver a tolerância e o respeito a todos. Que se expressem na sociedade em que vivem da melhor maneira que lhes convier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre digo – e aqui é uma afirmação científica – que nós só temos sobre a face da Terra um único ser humano. A humanidade é uma só, o *Homo sapiens*, que tem aí de 200 a 300 mil anos e uns 12 mil anos de vida sedentária, em que nos tornamos agricultores, evoluímos, formamos cidades e nos civilizamos. E ele é um só, não interessa em que latitude, em que longitude. O ser humano sobre a Terra é um só, não há distinção. E assim ele precisa ser tratado.

Então, sempre aqueles que convivem comigo sabem como eu procedo e como eu cobro que as pessoas procedam. Está diante de mim quem? Um ser humano. Tudo mais é secundário, é supérfluo, é insignificante. O que precisa ser valorizado e respeitado é o ser humano na sua plenitude. E é assim que eu acho que nós devemos proceder, dar o exemplo e não tolerarmos. Não precisa ser agressivo, não precisa agredir ninguém, mas essa certa complacência, essa tolerância, esse sorrisinho que a pessoa dá, fingindo estar concordando com quem expressa posições intolerantes, preconceituosas; isso só agrava e só piora a situação de racismo e de preconceito que existe, infelizmente, praticamente em todas as sociedades do mundo de que se tem conhecimento.

Então, eu acho que, sem precisar agredir ninguém, sem sermos agressivos, nós devemos sempre estar com a guarda levantada e nunca ficarmos parados, calados ou parecendo coonestar uma situação que, de fato, deve ser repudiada por todos nós. Então, continuamos a votação.

O Senador Izalci Lucas pede a palavra, e eu a passo com imenso prazer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente, é só para lembrar aos nossos queridos Senadores e Senadoras que esse feriado já acontece em várias cidades do Brasil e em alguns Estados do Brasil, inclusive São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Verdade, no meu querido Estado do Piauí também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Exatamente.

Então, há 11 cidades também, grandes, Paraíba, Bentinho, Guarani, Ibiá, Jacutinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Santos Dumont, Uberaba. Então, há várias cidades de Minas Gerais, São Paulo também, vários Estados: Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro. Como V. Exa. falou, o Piauí também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Amapá, Piauí.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, é só para reforçar que isso já foi reconhecido por diversos Municípios e Estados e que faltava realmente um reconhecimento nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar o Senador Paim pela luta histórica e também o Senador Randolfe pela sensibilidade. A gente precisa realmente discutir, priorizar, debater, como fizemos agora há pouco com a questão do idoso. Da mesma forma, a gente precisa ter uma atenção, um carinho especial, afinal de contas, inclusive é a maioria do povo brasileiro.

Então, Paim, parabéns pela tua luta. Conte comigo! Estamos juntos!

Aproveitando, Presidente, a minha fala ainda, eu não sei se nós termos quórum para votar todas as matérias terminativas, mas é porque há aquele item 6, que já estava na pauta do Plenário, e aí foi retirado exatamente porque tinha que ter uma relatoria, não é? Então, já estava pronto para ser votado. Se houver o quórum, ótimo, mas aproveitar o quórum e votar as terminativas o máximo possível – aproveitar esse quórum maravilhoso –, mas, se não, eu gostaria também de relatar o item 6, que já estava na pauta, e nós tiramos exatamente porque tinha que ter um Relator, tinha que ter um relatório para o projeto.

Então, é só para chamar a atenção, mas, se tivermos quórum, com certeza, vamos tocar normalmente, aproveitando esse quórum, porque há muita matéria importante, terminativa também.

Era isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senadora Daniella Ribeiro com a palavra. V. Exa. quer declarar o voto, Senadora?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Mais uma vez, eu não consegui conectar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Então, eu queria declarar o voto, e o voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito obrigado. A Mesa está computando o voto.

Nós já vamos com 12 votos – 12 votos; faltam dois apenas. Vamos fazer um mutirão aí, a Secretaria, para ir atrás desses dois que não estão votando.

O Senador Confúcio Moura não votou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Já votou, perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem não votou? Quem? (*Pausa.*)

Senador Eduardo Gomes não votou, Senadora Kátia Abreu, Senador Antonio Anastasia, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Roberto Rocha, Senador Jorginho Mello, Senador Fabiano Contarato, Senador Jean Paul Prates, Senador Eduardo Girão.

Vamos ligar, fazer um mutirão para a gente conseguir aprovar esse projeto tão importante, de autoria do Senador Randolfe, com a ilustre relatoria do Senador Paulo Paim.

O Senador Confúcio Moura pede a palavra.

Com a palavra, nobre Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, a gente não pode deixar o espaço vazio enquanto o pessoal chega para votar. Então, vamos conversar aqui, sem uma preparação, sem um discurso formal, anteriormente preparado.

Lendo o Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro*, ele narra a mestiçagem brasileira. Não precisa que a gente entenda o negro somente o negro retinto, o negro puro, mas nós todos, nós todos mestiços brasileiros. Se a gente fizer uma análise do genoma na maioria do povo brasileiro, salvo aqueles de origem nórdica mesmo, nesse "mestição" nosso, nesse povão nosso, pode ser negro ou, como se diz, moreno ou mestiço, sei lá qual é a designação correta, todos temos muita negritude. O negro está no nosso código genético porque o Brasil é extremamente mestiço. Isso é muito importante que seja dito, e nós temos de colocar nessa consciência nacional que é maioria, majoritária em nosso País, esse princípio, como V. Exa. mesmo falou, da discriminação. Por que os negros são os que mais estão nas cadeias? Por que os negros são os que mais morrem assassinados? Esses porquês que a gente faz toda hora é que vêm justamente com essa provocação feita pelo Randolfe de criar esse dia, essa data marcante no Brasil inteiro, e logicamente parabenizando os Estados e os Municípios que já nos anteciparam com leis próprias de reconhecimento da importância dessa data. Então, apenas é uma colaboração a mais, para não deixar esse espaço em que se aguardam os votos em silêncio na Comissão.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, nobre Senador. V. Exa. disse aí a nossa realidade, verdadeiramente é isso que acontece na nossa origem, na nossa história, a miscigenação que existe, graças a Deus, aqui no Brasil. É claro que nós temos racismo, nós temos muito preconceito, mas, evidentemente que numa dimensão muito menor do que em outros países que a gente conhece.

Passo a palavra agora ao nobre Senador Esperidião Amin para discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu já votei, mas não posso deixar de fazer coro às sábias e serenas palavras do nosso querido amigo Senador Confúcio Moura. Ele citou um livro extraordinário, *O Povo Brasileiro*, de Darcy Ribeiro, com quem eu tive a oportunidade de compartilhar convivência no Senado. E eu queria aduzir a este livro, que é realmente uma obra marcante, seminal, inclusive vai falar sobre mestiçagem, sobre mistura de sangue, eu não posso deixar de mencionar que a minha cidade natal, Florianópolis, mereceu um outro livro muito interessante, que é *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, fruto da dissertação de mestrado do Fernando Henrique Cardoso – dissertação de mestrado, portanto é o primeiro livro dele – e um complemento antropológico de Octavio Ianni. E realmente, na apuração dos sensos demográficos que este conjunto... Esse livro é, se não me engano, o exemplar 303 ou 307 da Coleção Brasiliana. Ele dá uma aula tanto ponto de vista antropológico quanto do ponto de vista sociológico, e, quando aborda a questão mobilidade social, a gente se atualiza com dois outros livros: um, a tese de doutorado de Beatriz Gallotti Mamigonian, catarinense, livro que é fruto de um trabalho acadêmico, *Africanos Livres*; e agora o segundo tomo do Laurentino Gomes sobre escravidão.

Acho que, com essas quatro obras, temos muito material para refletir sobre consciência.

Meus parabéns ao Senador Confúcio e ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente Marcelo Castro, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a todos os Senadores que estão fazendo um esforço para esta votação. Quero agradecer muito ao Senador Confúcio Moura, ao Senador Esperidião Amin, que fizeram duas falas brilhantes, e, aqueles que estão assistindo à TV Senado, é nisto que eu acredito: são homens brancos e eu sou negro. Estamos aqui pela causa comum em que nós acreditamos: que brancos e negros, caminhando juntos, é que poderão construir uma sociedade melhor para todos.

Vejo, aqui na tela, que a maioria é de brancos. E estão votando! Estão votando.

Por isso... É claro que vem um misto de emoção, Senador Izalci, com a bela fala que fez também. O Senador Izalci listou inúmeros Estados que já têm isso! Mais de mil cidades já têm isso! O Brasil está pedindo isso.

Eu vejo o Presidente e os meus queridos Senadores que estão aqui nos acompanhando: Senador Romário, Senador Jorginho, Senadora Leila, Senador Flávio Arns, Senadora Daniella, Senadora Zenaide Maia – repito –, Confúcio, Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu querido Presidente Marcelo Castro... Vejo que ele está fazendo um esforço enorme – enorme! – para que os Senadores venham até a Comissão e votem.

Eu vejo... O Senador Contarato, eu sei, esteve aqui. Ele disse que está vindo para votar. Ele estava se deslocando.

Este dia, para mim, como eu o vejo? Será o dia, Senadora Zenaide, que está na tela com a gente, em que nós vamos discutir os preconceitos não só em relação ao negro. É a simbologia do Zumbi, é claro! É o dia da escravidão! Mas eu queria tanto que, neste dia, nós discutíssemos a discriminação do negro, da mulher, das crianças, dos idosos, dos deficientes, nós todos em um amplo debate nacional falando sobre o que significa preconceito, racismo, discriminação.

Este País, com certeza, será outro país quando nós cumprirmos aquela frase de que me lembro aqui, muito usada naquele grande... Martin Luther King, em um grande pronunciamento em Washington, na marcha de mais de cem mil, disse: "Eu sonho com o dia em que negros, brancos e índios se sentem à sombra da árvore e, na mesma mesa, dividam o pão". É claro que não estamos dizendo aqui que achamos que vai ser tudo igual, mas, com esse movimento de igualdade, de liberdade e de justiça, nós estaremos caminhando para esse caminho melhor para todos.

Eu me lembro aqui, por justiça, de Carlos Alberto Caó, que faleceu no Rio de Janeiro.

Senhores, na medida em que os senhores notarem que há mais inscritos ou que o quórum se aproxima, eu pararei de falar.

Eu quero só falar de um pequeno episódio: a Assembleia Nacional Constituinte do Brasil – eu estava lá – decidiu que tínhamos que pressionar para que Nelson Mandela fosse liberto. Foi montada uma comissão com negros e brancos. Eu estava lá. Fomos à África do Sul. Diziam que o avião da Varig não desceria no aeroporto, que seria bombardeado. Aí o comandante da Varig, branco – digo que ele era branco, porque faço questão de dizer que negros, brancos, enfim, nós caminhamos juntos –, disse: "Não se preocupem! Façam a missão de vocês, que eu estarei aqui, com o avião, esperando para nós irmos embora para casa". E assim foi. Cumprimos... Fomos recebidos em Soweto, fomos àquela região onde a violência era muito grande. Fomos a Joanesburgo também. Estivemos com a Winnie Mandela. Entregamos a carta do povo brasileiro pedindo a liberdade do Nelson Mandela. Recebemos das mãos dela a Carta da Liberdade, do povo sul-africano. E foi ali que nós nos inspiramos, voltando ao Brasil, negros e brancos.

Rodolpho Tourinho foi o Relator, muitos não sabem, do Estatuto da Igualdade Racial. Foi Rodolpho Tourinho, que já faleceu! E digo isso não por que ele faleceu. Ele me ajudou muito na construção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só falo isso para mostrar que esse é um caminho de avanço. O estatuto, para a época, foi um enorme avanço, e agora, nesse momento de tanta violência que existe no mundo e também no Brasil em relação ao racismo e ao preconceito... Podíamos lembrar os recentes casos que aconteceram aqui mesmo no Rio Grande, o caso do Beto aqui no Carrefour, poderíamos lembrar o caso da Bahia, num outro mercado, poderíamos lembrar o que aconteceu no Rio, mas tudo isso... Eu acho que a reflexão, a educação, meu querido Confúcio e meu querido Líder Marcelo Castro, V. Exas. que são do campo da educação e que têm nos dado aula no campo da educação... Eu não escondo, Confúcio – permita que eu diga Confúcio diretamente –, que o meu grande orientador aqui no Congresso era o Cristovam Buarque. Depois que ele foi embora, eu comecei a ver as outras referências que estavam chegando: Confúcio Moura; Marcelo Castro; Esperidião Amin, que é mestre na universidade e nos tem dado belas aulas naquele Plenário; Flávio Arns, com a sua forma de ser com as lutas sociais; a nossa querida Zenaide Maia; a Kátia; o Fabiano Contarato, que eu vejo aqui na tela; o Jorginho, que tem melhorado tanto aí para a pequena empresa – em outro dia eu falava, Presidente, que Jorginho Mello tem sido um gigante na micro e pequena empresa, é inegável isso; o Romário; a Leila, no campo do esporte e muito mais do que isso; a Daniella, com a sensibilidade dela, enfim... A Kátia é indiscutível, porque a Kátia hoje está sendo indicada já para o Tribunal de Contas e, se assim for, Kátia, conte com meu voto, viu? Não sei se vai ser, mas, se for, conte com meu voto.

Estamos todos juntos aqui numa luta comum de fazer com que haja no Brasil, como há nos Estados Unidos, agora recentemente, um dia nacional de debate contra todo tipo de racismo e todo tipo de preconceito.

Eu sei que não é fácil. Alguns resistem, mas a maioria da nossa gente, do nosso povo vai ficar muito feliz se nós tivermos a oportunidade de fazer um grande debate em todos os locais sobre a importância da igualdade, da liberdade e da justiça, e que ninguém, ninguém mais seja julgado pela cor da pele, mas, sim, pela sua conduta.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu vou pedir aos Senadores que não falem por um instante porque o Senador Contarato está querendo manifestar o seu voto. Já está no Zoom aí para votar. (*Pausa.*)

O Senador Roberto Rocha está no Zoom e pode manifestar o voto de V. Exa., Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Voto "sim", Sr. Presidente. Voto "sim".

Deu para ouvir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito agradecido pela gentileza, muito obrigado.

Senadora Kátia Abreu, se V. Exa. não conseguiu votar pelo aplicativo pode manifestar seu voto aí pelo Zoom.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Meu voto é "sim", Presidente. Meu voto é "sim".

Deu para ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Deu perfeitamente, Senadora, muito agradecido. Parabéns a V. Exa. pelo esforço aí para votar! Muito obrigado.

Senador Fabiano Contarato, V. Exa. está no Zoom; falta só manifestar seu voto. (*Pausa.*)

O Senador Fabiano Contarato entrou e fechou. Meu Deus! (*Pausa.*)

Liguem para ele aí novamente. Só falta o voto dele. (*Pausa.*)

Senador... Cadê? (*Pausa.*)

Não entrou, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Senador... Presidente... Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ah, maravilha! Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Sendo assim, eu acho que completamos.

Peço à Mesa, então, que expresse o resultado no painel, por favor.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quatorze votantes, portanto alcançamos o quórum.

Votos SIM, 13, com o Presidente, que conta; então, nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Então, a matéria foi aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um esforço grande, mas, graças a Deus, chegamos a esse final feliz.

O Senador Izalci pede a palavra?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não. Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, até atingir o quórum, eu queria pedir também o apoio dos Senadores e Senadoras da Comissão de Educação. Eu fiz uma questão de ordem já por algumas vezes oralmente, mas eu pedi agora que se providenciasse oficialmente um requerimento, um ofício de questão de ordem que estou encaminhando, mas eu queria pedir o apoio. É permitido que os Senadores possam apoiar.

A questão de ordem era no sentido de devolver a Medida Provisória 1.060. Eu já conversei com vários Senadores e Senadoras. É um tema para a educação de suma importância, que trata da banda larga nas escolas. Não é possível querer uma educação minimamente de qualidade – minimamente – sem internet, sem banda larga. Nós já aprovamos no Senado e na Câmara, foi vetado, e derrubamos o veto. Agora, não tem sentido, na mesma legislatura, vir uma matéria exatamente adiando os recursos que deveriam ser aplicados até 31 de dezembro.

Então, eu só vou pedir o apoio para que haja subscrição do requerimento. Existe já nota técnica de consultoria de que realmente essa medida é inconstitucional, porque é matéria que já foi votada no mesmo ano legislativo. Eu queria só pedir o apoio porque, para a educação, a banda larga é fundamental. E há vários Senadores que já... A própria Líder Daniella foi uma das que... Juntos, fomos ao ministério, discutimos essa matéria muitas vezes. Isto o Esperidião Amin deve lembrar, esta matéria, na Câmara: por várias vezes nós votamos transformar o Fust em internet naquela época. Então, eu acho que a gente precisa ter aí uma prioridade da educação de fato, porque eu sempre digo: não se faz educação com discurso. Educação faz-se com ação, com recurso, com tecnologia, e essa medida é imprescindível, a devolução, primeiro para dar respeito ao Congresso Nacional. Nós mesmos não podemos botar a matéria na mesma legislatura, não tem sentido uma medida provisória mudar o que nós decidimos, e derrubamos o veto.

Então, é um apoio que eu peço. Acho que essa matéria é de suma importância para todos nós na educação.

Então é isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda temos uma matéria terminativa, mas, dada a dificuldade dessa última votação, eu não me atreverei a colocá-la em votação. Então, nós vamos passar para os itens não terminativos.

Senadora Zenaide Maia pede a palavra. Pois não, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar Paulo Paim, Randolfe e o senhor por um tema tão importante porque a gente, como ser humano, acreditar que, por causa da cor da pele, as pessoas têm que ser discriminadas... E a população negra... No Brasil se libertaram os escravos, mas a gente sabe que na grande maioria não se ofereceram condições. Eu acho que a sociedade brasileira tem um débito muito grande com a população negra deste País.

Já ia dizer que o meu item 4 é terminativo e já ia pedir para a próxima reunião, porque eu estou vendo que não vai ser fácil. Mas eu estou muito feliz porque os projetos aprovados hoje, terminativos, são de uma importância grande para a sociedade brasileira.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Zenaide.

Vamos, então, ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 399, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o dia 13 de julho como o Dia Nacional da Música e Viola Caipira.

Autoria: Deputado Federal João Daniel

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Izalci Lucas para a leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente. Vou direto ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A música caipira é genuinamente brasileira e mostra toda a riqueza da diversidade cultural nacional e regional. A viola caipira é o símbolo dessa tradição que mantém raízes profundas na cultura brasileira.

Como bem argumenta o autor da proposta, o gênero musical possui grande valor para a preservação da memória popular do interior do País, uma vez que suas letras são o registro histórico e artístico da vida do homem do campo e de sua relação com a natureza.

A escolha do dia 13 de julho para a instituição da data comemorativa alude ao nascimento de Cornélio Pires, jornalista, escritor, folclorista e importante etnógrafo da cultura caipira e do dialeto caipira.

Autor de mais de duas dezenas de livros, Cornélio procurou neles registrar o vocabulário, as músicas, os termos e as expressões usadas pelos caipiras. Foi por intermédio de seu esforço que, em 1928, as primeiras gravações dos genuínos caipiras foram transformadas em discos.

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir o Dia Nacional da Música e Viola Caipira.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Por outro ângulo, em razão do exame em caráter exclusivo por esta Comissão, cabe a ela pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade do projeto.

Relativamente à constitucionalidade, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, no dia 14 de junho de 2017, para debater o tema. Cabe ressaltar que tanto a Comissão de Cultura quanto a de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados consideraram que esse evento cumpriu as determinações contidas na Lei nº 12.345, de 2010.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 399, de 2019.

Esse é o voto, Presidente.

Lembro apenas, Presidente, que esse projeto estava na pauta do Plenário, mas não pôde entrar extrapauta quando foi votado, quando seria votado, exatamente por depender de um parecer, e temos agora esse parecer aqui da Comissão.

Peço, então, o apoio dos nossos pares porque, realmente, é uma matéria muito importante e relevante para a nossa tradição da música caipira, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Izalci Lucas.

Terminada a leitura do seu relatório, submeto a matéria à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Senadora Daniella pede a palavra para discutir.

Pois não, Senadora, com a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, quero parabenizar nosso colega Senador Izalci, que, sempre de forma muito brilhante e comprometida com a área de educação e cultura, nos traz e relata um projeto dessa qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, dirijo-me ao Senador Izalci na questão do que seria a viola caipira. Minha pergunta é a seguinte: os repentistas estão dentro desse contexto? O repente?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, Senadora. Na prática, essa música caipira está muito mais ligada à questão do sertanejo, à música caipira mesmo. Não tenho... Repentista é mais uma tradição aí do Nordeste, não é? Pelo menos na minha região... Se bem que Minas também tem, mas mais na linha dos catireiros, do pessoal... Não sei se isso engloba essa questão dos repentistas, que normalmente eu vejo mais no Nordeste. Esse aqui é mais... Porque V. Exa. teria alguma sugestão, Senadora Daniella?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Eu queria sugerir, porque, na realidade, como não está descrevendo o que é a viola caipira nesse caso e, ao mesmo tempo, eu estou entendendo a música mais nordestina como manifestação popular mesmo, eu queria sugerir, porque repente tem, sim, em todo o Brasil e tem uma representatividade muito forte com a viola. São as batalhas um com o outro... Então, no que diz respeito a essa questão, eu acho que é muito importante estar aí incluída.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só pondero, Senadora, que eu não sei... Porque a data foi escolhida exatamente pelo nascimento de Cornélio Pires, que era folclorista e também muito ligado ao dialeto caipira. Não sei se, no caso de repentista, haveria outras pessoas que fundaram, que tenham assim uma ligação mais forte talvez, porque a data é aniversário do Cornélio Pires, que eu não sei se tem a ver com o repente; mas eu não sei quem é mais ligado aí à cultura que poderia... O Esperidião Amin é uma enciclopédia, não é? Não sei se o mestre Esperidião poderia nos ajudar nisso. Mas eu não tenho nenhuma dificuldade. Eu só vejo que, em função do nascimento de Cornélio... Eu não sei se Cornélio Pires estaria representando os repentistas, mas eu não tenho nenhuma restrição, até porque qualquer reconhecimento à cultura eu acho que a gente tem que levar em consideração. Só em função do Cornélio que eu não sei.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Era só para saber também, porque, nesse caso, então, a gente apresentaria uma que contemplasse os repentistas, já que essa não está... Eu queria saber se estava contemplado, entendeu?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, não está.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Se eles não estão inseridos aí, para saber, porque a gente, então, faria um para os repentistas, que são realmente uma representação muito forte tanto no Nordeste como no Brasil. Eu fui Secretária de Cultura...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Subscrevo com V. Exa., viu, Daniella?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Eu fui Secretária de Cultura...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Izalci...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – ... Izalci, e nós fizemos um evento de *rap* e repente, *rap* e *hip hop* juntos. Ou seja, aquilo que é a novidade, dos jovens, e os mais velhos. Os representantes dos repentistas vieram de todo o Brasil.

Então, eu acho que é uma área em que se a gente não continuar investindo vai acabando, porque são os mais velhos que são os repentistas, não é? Então, eu acho que é fundamental.

Mas se não está... Só queria saber disso depois, porque, se não estiver, aí a gente pode apresentar um que que contemple os repentistas. É isso.

Obrigada, meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Izalci, eu também não sou um especialista nessa área, não, mas tudo faz crer, Senadora Daniella, que são coisas distintas: a música caipira e o repente nordestino, que é cantado, que tem a disputa. Então, ou a gente aprova esse projeto assim como está e a Senadora Daniella apresenta outro... Talvez seja o caminho mais prático. Se V. Exas. estiverem de acordo, a gente aprova este aqui e depois a Senadora Daniella apresenta outro sobre os repentistas, tão caros e tão importantes para nós do Nordeste. Eu acho que nenhum de nós, quando foi criança, deixou de praticar o repente, não é?

Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu também vou na linha. Eu acho que a Senadora Daniella já concordou, mas eu estou vendo aqui que, inclusive na Paraíba, o Ivanildo Vila Nova é hoje reconhecido o maior repentista brasileiro, não é? Mora, inclusive, em Campina Grande.

Eu acho que a fundação, a criação dessa modalidade repentista tem uma outra tradição. Então, eu acho que o caminho melhor é exatamente a gente aprovar este projeto e até subscrevo, faço questão de subscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente. Se a Senadora Daniella estiver de acordo, nós vamos, então, continuar com o projeto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Izalci, nós não estamos ouvindo V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu também tenho um requerimento na pauta. Se V. Exa. pudesse... Para que eu pudesse relatar também. Porque eu tenho que atender uma pessoa aqui e já volto. Mas queria relatar também esse requerimento, se V. Exa. me permitir, na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Vamos, então, continuar a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada. A matéria vai a Plenário.

A pedido do Senador Izalci, vamos colocar, então, o item 13 da pauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 6, DE 2021

- Não terminativo -

Requer aditamento ao Requerimento n. 2,de 2021-CE, para a inclusão do Professor Fredric Michael Litto, Presidente da Associação Brasileira de Educação à Distância, na audiência pública.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Olha, Senador Confúcio, as especialidades que a gente tem: Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância. (*Risos.*)

Estamos cada dia mais nos especializando.

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas para a defesa do seu requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Presidente, só lembrando que essa audiência pública foi aprovada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Comissão de Educação. Já aprovamos também na Comissão de Ciência e Tecnologia, para a gente fazer em conjunto. Foi, inclusive, uma proposta aí do nosso querido Senador Esperidião Amin.

Mas, no requerimento, Sr. Presidente, a gente requer, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao Requerimento SF/21065.69812-03, de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o ensino a distância e o acesso gratuito à internet.

Requeiro, outrossim, a inclusão do Professor Fredric Michael Litto, Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância, entre os participantes da referida audiência pública.

Esse é o voto, Presidente. É o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Coloco, então, em discussão o requerimento do Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto imediatamente à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 342, DE 2019

- Não terminativo -

Denomina Aeroporto de Macaé/Rio de Janeiro – Joaquim de Azevedo Mancebo o aeroporto situado na cidade de Macaé, Estado do Rio de janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa, Deputada Federal Soraya Santos.

Relatoria, Senador Romário.

Concedo, assim, a palavra ao Senador Romário para leitura do seu relatório. Com a palavra, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Sras. e Srs. Senadores.

Vem à CE o Projeto de Lei PL nº 342, de 2019, de autoria da Deputada Soraya Santos, que propõe seja denominado Aeroporto de Macaé, Rio de Janeiro, Joaquim de Azevedo Mancebo, o aeroporto situado na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a Lei nº 5.917, de 1973, mostra que o aeroporto em pauta consta da Relação Descritiva dos Aeródromos do Plano Nacional de Viação (PNV), o que possibilita a alteração de sua denominação mediante lei federal.

Sendo assim, a iniciativa é amparada pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, e também está em consonância com as exigências impostas pela Lei nº 6.454, de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos. Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, não há óbice ao texto do projeto.

Como bem enfatiza a autora da matéria, Joaquim de Azevedo Mancebo foi um apaixonado pela aviação que ajudou a fundar o Aeroclube de Macaé e contribuiu para o desenvolvimento econômico da região ao "fazer surgir o campo de pouso que se transformaria no aeroporto da cidade".

Cabe destacar, ademais, que a iniciativa decorre de demanda de associações e entidades da cidade de Macaé, que apontam que "o aeroporto ainda não possui identidade que esteja relacionada à luta dos 'filhos da terra', ou seja, dos nobres munícipes que deixaram sua marca para o desenvolvimento econômico, social e cultural de Macaé".

E o voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 342, de 2019.

Conto com o apoio dos meus pares para a aprovação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Romário.

Colocamos, então, em discussão o item 9, Projeto de Lei nº 342, para discutir o relatório do Senador Romário. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e submeto à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai a Plenário. (*Pausa.*)

Sras. e Srs. Senadores, dos itens que constam da pauta, que poderiam ser votados na sessão de hoje, os Relatores não estão presentes. Então, sendo assim, mantemos a nossa tradição de colocar em votação e discussão quando os Relatores estiverem presentes, porque, muitas vezes, para nomear um Relator *ad hoc*, de última hora, fica difícil para fazer algum esclarecimento, alguma defesa.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa frutífera sessão de hoje.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 16 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Leila Barros, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Soraya Thronicke, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 278, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 277, de 2018 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Jaú, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Prevenção do Câncer." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy (MDB/SP). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4613, de 2019 - Terminativo -** que: "Declara o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira" **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates (*Ad hoc*), substituiu Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4913, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Joaquim Gonçalves Ledo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5517, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Sooretama, no Estado do Espírito Santo, o título de Capital Nacional do café conilon." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 432, de 2018 - Terminativo -** que: "Denomina “Viaduto Engenheiro José Nilson de Sá” o trecho rodoviário localizado no Km 99,22, da BR 101/RN, nas travessias urbanas das cidades de Natal e Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Senador José Agripino (DEM/RN). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1718, de 2019 - Terminativo**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- que: "Denomina “Rota dos Ventos” a BR 406, no trecho compreendido entre os municípios de Natal a Macau, no estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2017 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Deputado Themístocles Sampaio o trecho da rodovia BR-222 compreendido no Estado do Piauí." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Almirante Tamandaré do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Terra do Gaitaço." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 6553, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Mulher Empresária." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 6577, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Alfeu Teodoro de Oliveira o trecho da rodovia BR-272 entre as cidades de Campo Mourão e Goioerê, no Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 4483, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre conteúdos curriculares da formação do pedagogo para atuação direcionada a estudantes em situação de restrição de locomoção." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 7, de 2021** que: "Requer que seja convidado à CE o Ministro da Educação, a fim de prestar informações acerca das recentes declarações sobre o acesso às Universidades e sobre a inclusão de crianças com deficiência em sala de aula." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/02

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 1.784, de 2021, ASPAR/GM/GM-MEC, do Ministério da Educação, que informa as providências adotadas para o cumprimento do disposto na Lei 13.005, de 2013, no que diz respeito ao Custo Aluno Qualidade, bem como para atendimento dos termos do Acórdão 522/2021-TCU-Plenário, proferido no TC 023.721/2016-2, referente ao mesmo assunto.

A versão eletrônica do documento se encontra disponível por 15 dias para consulta no *site* da Comissão.

Iniciando nossos trabalhos, passamos à deliberação dos itens 1 a 13 da pauta.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Lasier Martins.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado! O meu bom-dia a V. Exa. e aos demais participantes da Comissão.

Presidente, eu observo que a maioria dos itens de hoje são terminativos – não sei se já há quórum – , e o que eu tenho para relatar é o 9, não terminativo.

Então, se V. Exa. permitir – fica a critério, evidentemente, de V. Exa. –, eu farei a leitura dele, do nº 9, que se refere a um projeto que vem da Câmara, do Deputado Cherini, Projeto de Lei nº 1, de 2020... Aliás, Projeto de Lei nº 6.993, de 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse era o pedido que tinha a fazer a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Se houver anuência dos demais membros da Comissão...

O Senador Veneziano pede a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Marcelo Castro. Bom dia aos demais outros companheiros e outras companheiras presentes no plenário e também presentes remotamente à reunião da Comissão de Educação.

Eu gostaria também de lhe rogar, Presidente, até por força de ter observado, desde o momento em que apresentada a pauta, que o único item, que é exatamente o último, o item 13, e que faz menções, através de requerimento, ao pedido da presença de S. Exa. o Ministro da Educação – se V. Exa. assim se dispuser, também ouvindo os demais outros companheiros, porque aqui não há leituras de relatórios, é um singelo requerimento –, que V. Exa. pudesse colocá-lo, invertendo a pauta, para que nós o apreciássemos rapidamente. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador.

Havendo a anuência dos demais membros que estão presentes, então nós concordamos com a inversão da pauta. Passo, então, a palavra ao Senador Lasier Martins para o seu relatório.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2020

- Não terminativo -

Confere ao Município de Almirante Tamandaré do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Terra do Gaitaço.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa: Deputado Federal Giovani Cherini.

Concedo, então, a palavra ao Senador Lasier Martins para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço a deferência de V. Exa.

Objetivamente, trata-se, então, do projeto de lei, na origem, da Câmara, do Deputado Cherini, e, na Comissão de Educação e Cultura, é o Projeto de Lei nº 1, de 2020.

Ele propõe que o Município de Almirante Tamandaré do Sul, aqui no Estado do Rio Grande do Sul, de onde eu falo, obtenha o título de Terra do Gaitaço.

A proposição compõe-se de dois artigos: o art. 1º confere o referido título ao Município supramencionado e o art. 2º determina a entrada em vigor da projetada lei na data da publicação.

Na justificação, o autor relata que o Município de Almirante Tamandaré do Sul realizou, em 2012 – vejam, Srs. Senadores –, evento que contou com a presença de nada mais nada menos do que 1.004 gaiteiros – 1.004 gaiteiros – tradicionalistas, um recorde mundial.

O PL nº 1, de 2020, foi encaminhado à apreciação exclusiva da Comissão de Educação, de onde seguirá ao Plenário. Não foram apresentadas emendas.

Eu quero dizer, à margem do relatório, que conheço esse Município. Quando se passa na Rodovia 386, que é uma das principais, se não a principal rodovia do Rio Grande do Sul, quando se passa à margem do Município, há um lago, nesse lago há um barco, nesse barco estão incontáveis gaiteiros, que chamam a atenção e que caracterizam bem o que é aquele Município.

Bom, me dispenso de ler alguns aspectos das formalidades, que nenhuma delas merece reparo. E quero lembrar que o Município é notório por realizar, desde o ano de 2002, o evento denominado "Maior Gaitaço do Brasil". Idealizado pelo então Prefeito João Domingos Rodrigues da Silva para comemorar o primeiro aniversário político-administrativo do Município, reúne bianualmente, no mês de abril, um número crescente de gaiteiros tradicionalistas de várias regiões do Brasil.

A gaita, também conhecida como acordeão ou sanfona, é um instrumento musical de origem alemã, composto por um fole, palhetas livres e duas caixas harmônicas de madeira, e produz seu som a partir da vibração do ar e do acionamento de teclas.

O evento em tela vem reunindo um número crescente de instrumentistas. Em sua primeira edição, participaram 60 gaiteiros. No ano seguinte, o número chegou a 516. A edição de 2006 bateu o recorde mundial de acordeonistas reunidos em uma execução musical, pertencente até então aos Países Baixos, e reuniu 784 instrumentistas. Finalmente, em 2012, um novo recorde foi quebrado, com a presença de 1.004 gaiteiros.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em reconhecimento ao referido feito, aprovou o projeto de autoria da então Deputada Estadual Silvana Covatti – hoje, por sinal, é Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assembleia –, dando origem à Lei nº 13.800, de 27 de janeiro de 2011, que declara o Município de Almirante Tamandaré do Sul "Terra do Gaitaço" – em nível estadual.

Somos, no mérito, favoráveis ao projeto. O Município de Almirante Tamandaré do Sul, de fato, ocupa posição de destaque no fomento à cultura dos gaiteiros e, portanto, merece o título que a proposição em análise visa a conceder ao Município.

Então, com relação aos aspectos formais, já disse há pouco, dispenso-me de ler, com permissão de V. Exas., e arremato dizendo que, assim sendo, em todos os aspectos verifica-se a constitucionalidade da matéria. Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

E o voto, Sr. Presidente: tendo em vista o exposto, voto pela aprovação desse Projeto de Lei nº 1, de 2020.

É o parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão a matéria.

O Senador Paulo Paim pede a palavra para discutir a matéria.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – É bem rápido, Presidente Marcelo Castro.

Não é para discutir: é só para elogiar a iniciativa do Deputado Giovani Cherini. O Lasier, que nunca falta a uma reunião, inclusive, da nossa bancada sabe: eu quero reafirmar que o Deputado é o Parlamentar que mais foi coordenador da bancada gaúcha, não é, Lasier? Com muita competência.

E quero elogiar o Senador Lasier, pelo brilhantismo do relatório. Eu tenho aqui alguns dados, e todos os dados o Lasier colocou aí com muita competência.

É só para dizer que me somo a essa homenagem que o Giovani Cherini e o nosso Senador do Rio Grande do Sul Lasier fazem, conferindo ao Município de Almirante Tamandaré do Sul... É uma cidadezinha, pequena e belíssima, não é, Lasier? E vocês hoje estão fazendo uma grande homenagem neste momento a essa cidade. O Rio Grande do Sul, da gaita e do chimarrão... Eu já sou da gaita, do chimarrão e do pinhão ainda, daquela sapeca do pinhão lá.

Então, os meus cumprimentos, Lasier! Os meus cumprimentos, Giovani Cherini!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é só para dizer que estamos juntos aí mais uma vez, votando com muita convicção de que Tamandaré merece essa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Vamos submeter aqui o item 13 da pauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 7, DE 2021

- Não terminativo -

Requer que seja convidado à CE o Ministro da Educação, a fim de prestar informações acerca das recentes declarações sobre o acesso às universidades e sobre a inclusão de crianças com deficiência em sala de aula.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Comunico aos nobres pares que a assessora parlamentar do Ministro da Educação esteve conosco aqui, agora pela manhã, e disse que o Ministro está se propondo a vir no dia 16 – passando essa quinta-feira, é na outra – e viria com o máximo prazer prestar esclarecimentos e discutir aqui com a nossa Comissão.

Então, passo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, para a leitura do seu requerimento.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Presidente, muito rapidamente, lhe agradecendo e agradecendo aos demais companheiros pelo entendimento de que, em sendo um requerimento simples, como V. Exa. pôde bem, ao lê-lo, conferir, eu gostaria da compreensão e da participação de todos para que nós ouçamos as exposições do Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há qualquer razão outra senão a de que ele possa esclarecer tanto as declarações feitas em relação às nossas universidades, questionando que muitos não deveriam – e, quando eu falo "muitos", estou me referindo a "brasileiros" – ter acesso. Desnecessária a visão do Ministro. E, também logo em seguida, numa semana *a posteriori* a estas declarações, o Ministro também as trouxe, desmentindo em seguida, mas é importante que ele possa, presente na Comissão de Educação, fazer em definitivo as suas considerações, as suas falas para que dirimamos esse posicionamento. Isso muito nos preocupa, afinal de contas não é só a visão pessoal, não é só a visão que possa ser conceitual de S. Exa. o Ministro da Educação, mas pode ser também uma linha – e aí é onde estão mais perigosamente os seus reflexos que nós não desejamos – de atuação de políticas públicas na área, por parte do Governo Federal.

Então, a razão central é essa. E a gente fica inclusive feliz já com a demonstração, por parte da assessoria parlamentar do Ministério da Educação, da disponibilidade de o Ministro fazer-se presente entre nós no próximo dia 16.

Então, gostaria de pedir-lhe já a aprovação do requerimento, para que estejamos com o Ministro neste próximo dia 16, Presidente Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Em discussão o requerimento do nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Vamos voltar então à ordem aqui dos nossos trabalhos.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Alessandro Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Observações: *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.*

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alessandro Vieira para a leitura do seu relatório.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como referido, é um projeto de autoria do Senador Romário, com longa e meritória participação na defesa da inclusão das pessoas portadoras de deficiência.

Peço a autorização para passar diretamente para a análise do projeto.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, ensino e instituições educativas, como é o caso da proposição em análise.

A LBI representou importante avanço no esforço para assegurar às pessoas com deficiência o exercício de seus direitos fundamentais, com vista à inclusão social e à cidadania. Contudo, o aperfeiçoamento da legislação deve persistir. É o que busca a iniciativa em análise, no que se refere ao apoio aos educandos com deficiência.

Assim, o projeto confere definição mais apurada ao apoio escolar, entendido como "apoio em atividades de alimentação, cuidados pessoais e locomoção, bem como na inclusão pedagógica do estudante com deficiência, sob a forma de acompanhamento individualizado e de promoção, em caráter geral, da inclusão na instituição de ensino e na sua proposta político-pedagógica".

Dessa forma, fica mais precisa a distinção entre o profissional de apoio escolar e as outras duas categorias definidas no art. 3º da LBI, a saber: o atendente pessoal, que é a "pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas"; e o acompanhante, a segunda figura, que "acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal".

A proposição igualmente avança ao explicitar que a acessibilidade nas escolas deve abranger o material pedagógico e os recursos necessários à efetiva inclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe salientar, e é objeto de emenda, que o atendimento às necessidades específicas dos estudantes com deficiência deve associar-se ao âmbito de atuação do profissional em questão, haja vista que as competências exigidas para os cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção, e até mesmo o fomento à inclusão, apesar de complementares, são diferentes das competências exigidas para o ensino e aprendizagem desses estudantes. Não é, portanto, atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades pedagógicas diferenciadas e nem se responsabilizar pelo seu ensino. A atuação desse profissional ocorre de forma articulada com os professores da sala de aula comum, do atendimento educacional especializado e outros profissionais da escola.

Quanto à razão de profissionais de apoio escolar por estudante, entendemos que as escolas devem buscar a proporção adequada às necessidades pessoais e pedagógicas de seu corpo discente. Há situações em que um profissional é capaz de atender a um maior número de estudantes, como no caso dos intérpretes de libras. Em outras, é preciso maior contingente de profissionais por educando. A decisão depende da complexidade do atendimento. Portanto, a razão de um profissional para cada grupo de no máximo três alunos, como princípio geral, parece-nos distanciada das necessidades reais, sendo recomendável que se estabeleça uma norma menos rígida sobre a questão.

Da mesma forma, a formação do profissional de apoio escolar depende do nível de complexidade do atendimento. Profissionais de nível médio, como o técnico em enfermagem, podem oferecer atendimento adequado em diversas situações. Por conseguinte, propomos alteração no texto do projeto, de modo a estabelecer o nível superior como formação preferencial, mas com a explicitação de que o nível de escolaridade está vinculado à complexidade do atendimento, admitida a formação mínima em nível médio.

Também merece reservas a proposta de admitir a contratação de profissionais de apoio escolar pelos estudantes ou por suas famílias. Com efeito, essa possibilidade traz significativo risco de que esmoreça o empenho de parte dos estabelecimentos de ensino com a contratação de profissionais próprios, o que seria bastante prejudicial para os estudantes e famílias de mais baixa renda, impossibilitados de assumir os encargos do pagamento de profissionais de sua preferência. A medida, assim, poderia representar um fator de desigualdade no atendimento, com impacto negativo em sua qualidade. Ademais, o dispositivo poderia trazer dificuldades para as escolas, no que concerne à supervisão de profissionais não contratados por elas. Como se evidenciou na audiência pública sobre o projeto, essa medida, ainda que sugerida com nobres propósitos, representa um risco de retrocesso na legislação. Dessa forma, sugerimos a supressão do dispositivo que a contém.

Em suma, exceto pelas reservas anteriormente apresentadas, que são objeto de emendas em nosso voto, acreditamos que o PLS merece o acolhimento desta Comissão, pois aprimora a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deve-se registrar também que não identificamos nenhum óbice de inconstitucionalidade ou de antijuridicidade no projeto, cuja redação, ademais, obedece à boa técnica legislativa.

Voto, Sr. Presidente, com um registro específico. Mais ainda nesta quadra histórica, é importante garantir a inclusão das pessoas com deficiência. As várias declarações, eventualmente mal interpretadas, por parte do Sr. Ministro da Educação devem ser repelidas através da adoção de medidas concretas que possibilitem a inclusão dessas pessoas no ambiente escolar, com todas as vantagens já conhecidas e notórias para a sociedade como um todo.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Parabenizando o nobre Senador Alessandro Vieira pelo seu relatório, coloco então em discussão a matéria.

Srs. e Sras. Senadoras, esta é uma ferramenta importantíssima de participação e controle social, responsável por atuar na garantia dos direitos a todos os cidadãos que contribuem para o fortalecimento da democracia como regime político igualitário. É fundamental que a inclusão faça parte do dia a dia das escolas. Isso gera empatia e respeito para com o próximo.

Não posso deixar de registrar que essa semente foi plantada aqui e sempre defendida pelo nobre e ilustre Senador Paulo Paim.

Parabenizo o Senador Romário e o Senador Alessandro Vieira por trazerem um assunto tão importante para a nossa sociedade.

Está inscrita para discutir a matéria a Senadora Zenaide Maia.

V. Exa. está com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu quero aqui parabenizar o Senador Romário, e o nosso Relator, Alessandro Vieira.

Isso é uma pauta de uma importância fundamental e, justamente, chegou na hora correta, porque, pelo que há na proposta do Ministério da Educação, ao invés de se dispor aos educandos com deficiência apoio de profissionais especializados, querem o contrário: isolar. Tudo que há na Lei Brasileira de Inclusão, é como se se desmontasse.

Então, por esse projeto eu quero aqui parabenizar o Senador Romário, parabenizar o senhor por tê-lo pautado, parabenizar Alessandro Vieira e dizer que o correto é isso, gente. Nós não podemos, diante das dificuldades... Às vezes, há coisas em que eu digo: só falta agora, quando roubarem, assaltarem sua casa, ao invés de se ter segurança e de se prenderem os ladrões, mandarem demolir sua casa para ela não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser roubada novamente. E a gente aqui está reafirmando, porque isso muitas escolas já botaram, mas esse projeto de lei está reafirmando que as pessoas com deficiências devem estar incluídas nas salas de aula das pessoas que não têm deficiência. Aí, o que é preciso? Apoio de pessoas qualificadas para ajudar esses educandos.

Parabéns! Chegou na hora certa o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pede a palavra o nobre Senador Flávio Arns também para discutir a matéria.

Com a palavra, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exa.; enaltecer o trabalho – a nossa Comissão é a mais essencial para o Brasil, educação, cultura e esporte –; parabenizar o Senador Romário pela iniciativa do projeto de lei já apreciado na Comissão de Direitos Humanos, também agora na nossa Comissão de Educação, e o Senador Alessandro Vieira pelo relatório.

E quero sempre lembrar para as pessoas que a área da pessoa com deficiência é uma área que apresenta uma diversidade muito grande. A Senadora Zenaide inclusive como médica e mesmo V. Exa. como médico também sabem que a gente pode dizer assim: o espectro da deficiência vai de um extremo ao outro. Se pensarmos no autismo, falarmos no espectro do autismo, há pessoas com talentos muito especiais na área do autismo e, no outro lado do espectro, pessoas adultas que precisam de muito apoio, adolescentes, as famílias precisam ser apoiadas, autoflagelação, dificuldades, usando capacete, inclusive, para não se machucarem. Esse espectro todo tem o direito humano de ser bem atendido. A mesma coisa acontece com outras áreas, por exemplo, síndrome de Down. Até no Fantástico, no domingo, foi mostrada uma pessoa que se formou em educação física, tem inclusive uma iniciativa empreendedora, o que é excelente, extraordinário e tem que ser valorizado. Se nós vamos no outro lado do espectro, nós conhecemos, e a Senadora Zenaide e todos nós também, pessoas com síndrome de Down que têm necessidades bem específicas e bem acentuadas, múltiplas necessidades.

No outro dia, nós comemoramos no Brasil a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, porque muitas vezes nós encontramos pessoas que porventura não tenham feito o pré-natal adequado e que tenham nascido... Por exemplo, a gente conhece, todos conhecem pessoas com deficiência intelectual associada a deficiência física, associada a deficiência visual, quer dizer, uma múltipla deficiência.

Distúrbios de conduta. Por exemplo, transtornos mentais. Eu, sempre que eu tenho a oportunidade de ir para o exterior, visito iniciativas dessa área. Lá na França, em Paris, hoje as pessoas, crianças e adolescentes com transtornos mentais são atendidos em hospitais. Aqui a gente já disse: "Olha, eles têm que ter o direito a ter escola, educação de acordo com as suas necessidades".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todas essas pessoas nesse espectro todo têm que ser bem atendidas. A quase totalidade vai ter um atendimento muito adequado dentro das escolas comuns com o apoio que nós estamos aprovando nesse projeto de lei.

Sempre lembro que, mesmo que a pessoa apresente um quadro de necessidades – eu nem uso a expressão "deficiência" – muito acentuado, essa criança, esse adolescente, esse adulto têm direito a ter uma educação de qualidade, porque educação é um direito constitucional, a de qualidade, para que se desenvolvam, desenvolvam o seu potencial e se integrem à família e à comunidade.

Outro dia, só para encerrar, eu participei do Dia Nacional do Autismo, de uma Mesa em que uma mãe estava fazendo um apelo na audiência, diretora de uma escola de Brasília também, dizendo: "Olha, aqui em Brasília [ela dizia], são dezenas de pessoas com autismo que apresentam quadros de necessidades bem acentuados, com autoflagelação, porque às vezes se mordem, com dificuldade de comunicação". As famílias precisam... Dezenas de pessoas estão esperando, em Brasília, a oportunidade educacional na área do autismo. São mais de cem pessoas.

Então, isto a gente tem que ver com carinho: todo o espectro, de um lado até o outro. É isso que a gente tem que debater no STF e no MEC. Como fazer isso? Esse é o grande desafio nosso. Agora, a resposta imediata é, preferencialmente, como a Constituição diz, na escola comum; tem que ser! Em todas as faixas etárias... Nós temos pessoas de 20, 30, 40, 50 anos. Então, temos que dar conta desse universo. É um direito humano fundamental ter a educação ao longo da vida, como nós aprovamos no Fundeb. É educação ao longo da vida!

Então, eu parabenizo a iniciativa. É muito importante a gente discutir isso. Eu falo, inclusive, na condição de pai também de uma pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

A gente sabe que a gente tem que ouvir a família, para que a família diga o que é necessário, e ouvir a pessoa com deficiência. É uma autodefensoria. Os surdos têm de dizer o que eles também querem, como eles se sentem melhor. São princípios mundialmente aceitos. Vamos ouvir a família e vamos ouvir a pessoa com deficiência. Os especialistas têm que ouvir o que a família quer, precisa. A mãe se anula, a família se anula muitas vezes, e a gente tem que apoiar a família também.

Parabéns pelo projeto! A gente tem que se esforçar para que essa cidadania aconteça.

Obrigado, Sr. Presidente. Desculpa por eu ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a participação de V. Exa., nobre Senador Flávio Arns.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discuti-la, vai à votação a matéria, juntamente com as emendas, nos termos do relatório oferecido.

Quem vota com o Relator vota "sim" ao projeto e às emendas apresentadas.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores podem votar por meio do aplicativo Senado Digital.

Quem estiver aqui no Plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas.

Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações" e, depois, em "votações abertas em Comissões" e, então, procurar a votação da Comissão de Educação em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota, escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria vai providenciar para que o voto seja computado no painel de votação.

Então, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores podem votar nominalmente.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, peço desculpas a V. Exa. e aos companheiros. Eu não estou conseguindo acessar pelo meu aparelho telefônico, mas gostaria que, se possível, V. Exa. autorizasse a Mesa, a Secretaria, neste instante, a computar o meu voto favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador. Agradecemos a sua votação.

O Senador Lasier Martins pede a palavra. Com a palavra, nobre Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Marcelo, no mesmo sentido, peço a V. Exa. que registre o meu voto "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador. Muito obrigado.

O Senador Styvenson Valentim também pede a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Na mesma situação, Senador Marcelo Castro, mesma situação do Senador Veneziano e do Senador Lasier, eu estou tentando votar aqui "sim", e não consigo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador. Obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – "Sim", "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Voto "sim". Obrigado.

Com a palavra o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, também faço parte desse seleto grupo: Lasier, Styvenson...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Seletíssimo!

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Muito obrigado! Meu voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não. Obrigado.

Senador Esperidião Amin, com a palavra. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, o seu áudio parece que está desligado. Parece que o Senador Esperidião Amin perdeu a comunicação.

Senador Plínio Valério, com a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu não consigo votar por aquele novo sistema. É para declarar meu voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Plínio. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Um abraço! Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Um abraço!

Senador Esperidião Amin, os técnicos aqui estão dizendo que a melhor maneira é V. Exa. sair e entrar novamente, para restabelecer a comunicação. (*Pausa.*)

Não conseguiu? (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, os técnicos aqui recomendam que V. Exa. saia da conexão e tente conectar novamente, porque não está aparecendo aqui nem a imagem, nem o som de V. Exa. Não sei se V. Exa. me ouve. A sua imagem não está aparecendo aqui no painel nem o som. Então, os técnicos acham que, para poder restabelecer, o ideal seria V. Exa. sair e entrar novamente.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Aprovado o projeto com 14 votos SIM; NÃO, nenhum.

Abstenção também nenhuma.

Quórum de 15 Sras. e Srs. Parlamentares.

Projeto aprovado com as Emendas nº 1 e nº 2 da Comissão de Educação.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Aproveito aqui para parabenizar mais uma vez o ilustre Senador Alessandro Vieira pelo brilhantíssimo relatório e o Senador Romário pela iniciativa de matéria tão relevante e significativa para a nossa sociedade.

Agora, Sras. e Srs. Senadores, nós temos vários itens terminativos hoje na pauta. A minha sugestão seria no sentido de nós colocarmos em votação em bloco esses itens. Então, a maneira mais adequada seria: daqueles itens cujos relatores estão aqui presentes a gente poderia fazer um bloco. Leriam os seus relatórios. A gente discutiria em bloco. E, se conseguíssemos, então, votar, nós já votaríamos vários de uma vez só. São matérias de projetos honoríficos, sem muitos questionamentos.

Se V. Exas. estivessem de acordo, nós passaríamos a palavra para as leituras dos seus relatórios. E aí, depois de lido o último relatório dos Senadores que estivessem presentes, nós faríamos uma discussão única de todos os relatórios e submeteríamos, então, à votação. (*Pausa.*)

Se não há objeção, podemos passar, então, ao item nº 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2018

- Terminativo -

Confere ao Município de Jaú, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Prevenção do Câncer.

Autoria: Senadora Marta Suplicy (MDB/SP)

Relatoria: Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelsinho Trad para leitura do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, muito obrigado e parabéns por otimizar os trabalhos dessa dileta Comissão.

O câncer do colo do útero é uma doença prevalente entre as mulheres e que, por evoluir de forma assintomática, ou seja, a paciente praticamente não tem nenhum sintoma da doença, é detectado em fases avançadas, na faixa etária de 35 a 50 anos.

Além de caro, o tratamento para essa doença, quando o diagnóstico se dá em estágio avançado, geralmente tem pouca chance de sucesso, culminando com mutilação e, em alguns casos, até com o óbito do paciente.

Localizado no Município de Jaú, o Hospital Amaral Carvalho é uma unidade de referência em oncologia para toda a América Latina, com mais de 50 anos dedicados à prevenção, ao tratamento e à cura de câncer. Em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, vem, desde 1994, desenvolvendo o Programa de Prevenção do Câncer Ginecológico. Os resultados atingidos pelo programa, em 2004 e 2015, permitiram alcançar o índice zero de mortalidade pelo câncer do colo do útero, sendo que, no início do programa, o indicador era de dez mortes, num grupo de 100 mil mulheres.

Com a visibilidade que a concessão do título trará ao Município, espera-se que seja incentivada a implantação de ações semelhantes em todos os Municípios do País.

Assim, pelo reconhecimento da importância desse exemplar programa de prevenção do câncer, em favor da preservação da vida, somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional da Prevenção do Câncer ao Município de Jaú.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do disposto pelo inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre as proposições que versem, entre outros, sobre temas relacionados à cultura, a exemplo da proposição em debate.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este Colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de quaisquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da matéria.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 277, de 2018.

E eu queria ressaltar aqui, Sr. Presidente, que eu estive numa reunião virtual com vários Vereadores do Município de Jaú, com o Prefeito Ivan Cassaro, do nosso partido, do PSD, e digo a V. Exa. que esse é um projeto que, com certeza, vai estimular outros centros de tratamento e prevenção ao câncer, para que eles também possam buscar, através de um agente político, o reconhecimento e a notória colocação, no cenário nacional, das suas atividades aqui.

Dessa forma, eu peço o voto favorável do Colegiado da Comissão de Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós agradecemos ao nobre Senador Nelsinho Trad e o parabenizamos pelo brilhante relatório apresentado.

E vamos passar a palavra...

Conforme o combinado, nós vamos ler os relatórios aqui que estão na pauta de hoje dos Relatores que estiverem presentes e submeteremos todos em conjunto a uma só discussão e a uma só votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim sendo, nós vamos passar para o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4613, DE 2019

- Terminativo -

Declara o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações: Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Concedo, então, a palavra ao nobre Senador Confúcio Moura, para a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, infelizmente eu não estou com o relatório. Estou em casa e não estou com o relatório em mão. Eu peço que passe para o Senador Flávio Arns fazer a leitura do relatório em meu nome, porque eu não tive o cuidado de pegá-lo antes.

Passe para o Flávio, por gentileza, a sua Secretaria. Ele faz a leitura em meu nome e eu acompanho daqui, está bom?

É possível assim, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nobre Senador Confúcio Moura, o Senador Flávio Arns não pode relatar por ser o autor. Então...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, pode escolher outro. Pode escolher outro, por favor.

Escolha outro, por gentileza.

Deixe-me verificar se a menina mandou aqui para mim.

Só um momentinho. Deixe-me ver se ela mandou. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um segundinho, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Confúcio Moura, nós poderíamos botar um outro Senador para fazer o relatório enquanto...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Coloque enquanto eu me organizo aqui, por favor. Pode fazer isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Vamos passar à frente aqui.

Vou passar, então, para o Senador Jean Paul. (*Pausa.*)

Desculpem aí a confusão que nós fizemos. Na verdade, o nobre Senador Jean Paul vai ler o relatório no lugar de V. Exa., Senador Confúcio Moura, porque ele está aqui com acesso ao relatório.

Então, vamos passar a palavra ao nobre Senador Jean Paul para fazer a leitura do Projeto de Lei 4.613, que declara o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira. É um projeto de autoria do nobre Senador Flávio Arns e relatório do Senador Confúcio Moura, que é pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.

Então, concedo a palavra ao nobre Senador Jean Paul para fazer a leitura do relatório, como Relator *ad hoc.*

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Marcelo.

Chega a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em sede de decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 4.613, de 2019, do Senador Flávio Arns, que declara o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira.

A proposição consta de três artigos. O primeiro declara o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira. O segundo estabelece as seguintes competências ao poder público:

I - zelar pela preservação da memória e acervo histórico do Projeto Rondon;

II - promover a integração dos rondonistas, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III - dar consecução à programação de ações do projeto.

O art. 3º, por fim, propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Vou direto à análise.

Consideramos que a iniciativa ora proposta é pertinente, oportuna, justa e meritória.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que diz respeito à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.613, de 2019, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CE
> Substitua-se, na ementa e no art. 1º do PL nº 4.613, de 2019, a expressão "como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira" por "bem imaterial do patrimônio cultural brasileiro".

É esse o relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a disponibilidade, a presteza e a solicitude do nobre Senador Jean Paul, vamos ao próximo item.

Está presente conosco a Senadora Zenaide Maia, Relatora do item 6 da pauta, para a gente fazer a discussão em conjunto.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 432, DE 2018

- Terminativo -

Denomina "Viaduto Engenheiro José Nilson de Sá" o trecho rodoviário localizado no Km 99,22, da BR 101/RN, nas travessias urbanas das cidades de Natal e Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador José Agripino (DEM/RN)

Relatoria: Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observação: Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Concedo, então, a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia para a leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu queria pedir licença para ir direto à análise.

Compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de homenagens cívicas, tal como a presentemente analisada, de acordo com o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

José Nilson de Sá, nascido em Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, foi o empresário fundador da Empresa Industrial Técnica (EIT), responsável pela pavimentação de mais de 6 mil quilômetros de estradas brasileiras, e outrora uma das dez maiores construtoras do País.

Entre as principais obras da EIT estão a barragem de Umari, a participação na construção da rodovia Transamazônica e o gasoduto Brasil-Bolívia. O empresário foi também fundador, ao lado de Geraldo Rola, do grupo agroindustrial Maísa, um dos pioneiros no segmento de fruticultura irrigada no Estado.

Além de empresário, foi Presidente da Federação da Indústria do Rio Grande do Norte, de 1967 a 1969, além de ter ocupado outros cargos na entidade patronal. Amante do futebol, exerceu o cargo de Presidente do ABC Futebol Clube nos anos 1977 e 1978. Foi homenageado pelo clube, na ocasião de seu centenário, em 2015, em sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado. Hoje, o campo utilizado pelas categorias de base do ABC Futebol Clube leva o nome de José Nilson de Sá. O empresário José Nilson de Sá faleceu em 12 de dezembro de 2015, em Natal, capital do Rio Grande do Norte.

A rodovia BR-101 é integrante do Sistema Rodoviário Federal, ficando, portanto, sob a jurisdição da União. A proposição está amparada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, assim como pela Lei 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos. Ademais, constatamos que o viaduto do projeto em tela ainda não possui designação.

A iniciativa mostra-se, portanto, louvável quanto ao mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, não apresenta quaisquer óbices no que se refere à adequação às normas constitucionais ou aos princípios gerais do Direito.

No que tange à técnica legislativa, contudo, sugerimos a substituição do termo "trecho rodoviário" pelo termo "viaduto", para obter maior precisão, já que o objeto do projeto é nomear um viaduto específico.

Pelo voto.

Conforme a exposição, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2018, com a emenda a seguir:

> EMENDA Nº - CE
> Substitua-se, no PLS nº 432, de 2018, onde figurar a expressão "trecho rodoviário" por "viaduto".

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório apresentado e vou pedir permissão aos nobres colegas para eu passar a Presidência aqui ao nobre Senador Jean Paul Prates, para que ele possa me designar para eu relatar um projeto aqui de que o Senador Humberto Costa é o Relator e não pôde comparecer. Eu farei a leitura do relatório no lugar do Senador Humberto Costa.

Então, por isso, eu vou passar a Presidência aqui para o nobre Senador Jean Paul. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente. É muita honra presidir a Comissão de Educação esta manhã.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 1718, DE 2019

- Terminativo -

Denomina "Rota dos Ventos" a BR 406, no trecho compreendido entre os Municípios de Natal a Macau, no Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Relatoria: Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é do Senador Jean, que preside agora esta reunião. A relatoria original é do Senador Humberto Costa. O Relator *ad-hoc*, o Presidente, que gentilmente fez essa deferência aos Municípios e ao Estado do Rio Grande do Norte, é o Senador Marcelo Castro.

Com a palavra, portanto, o Senador e Presidente Marcelo Castro, para a leitura do relatório.

Obrigado.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Como Relator.) – Cumprimento V. Exa. e todos os Senadores aqui presentes e vou ao relatório, que é da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa sobre o Projeto de Lei nº 1.718, de 2019, do Senador Jean Paul Prates, que denomina "Rota dos Ventos", a BR-406, no trecho compreendido entre os Municípios de Natal a Macau, no Estado do Rio Grande do Norte.

Vou pedir licença a V. Exa. para ir diretamente à análise do projeto para a gente ganhar tempo.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto em análise. Ademais, por ser a única Comissão a se pronunciar sobre a matéria, cabe à Comissão de Educação manifestar-se acerca dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

A União detém competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte, nos termos do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal. Além disso, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cultura, conforme inscrito no art. 24, inciso IX, da Carta Magna. A matéria pode ser veiculada por meio de lei ordinária, já que não está reservada à esfera de lei complementar. Outrossim, é lícita a iniciativa parlamentar, já que o tema não exige iniciativa privativa do Presidente da República, conforme dispõe o texto constitucional no art. 61, §1º.

A proposição obedece, ainda, ao disposto no art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, segundo o qual, mediante lei especial, um trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade.

Contudo, quanto à técnica legislativa, o projeto merece reparo. Deve-se corrigir a denominação da rodovia constante da ementa; e devem ser grafadas, com inicial maiúscula, as ocorrências no texto dos termos "estado" e "lei".

Finalmente, quanto ao mérito, o projeto merece acolhida.

Os bons ventos brasileiros, especialmente os da Região Nordeste, são conhecidos por serem fortes, constantes e estáveis, o que eleva a produtividade brasileira de energia eólica muito acima da média mundial. O Rio Grande do Norte se destaca por ser líder em geração no segmento, com capacidade instalada de 4 gigawatts distribuída por suas 151 usinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O trecho da Rodovia BR-406 que liga a capital Natal à cidade de Macau perpassa um total de 23 Municípios. A região é conhecida pelo seu papel, ainda longe de ser integralmente explorado, na geração de energia eólica no Estado. O Rio Grande do Norte produz energia suficiente para atender às necessidades de seus Municípios e, além disso, exportar para Municípios de Estados vizinhos.

Portanto, concordamos com o autor do projeto quando afirma que, ao denominar o referido trecho rodoviário como "Rota dos Ventos", traremos destaque para uma característica natural da região, fomentando o debate para a implementação de políticas públicas adequadas e contribuindo para o desenvolvimento industrial e turístico do Rio Grande do Norte.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.718, de 2019, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº - CE
> Substitua-se, na ementa do PL nº 1.718, de 2019, a expressão "BR 406" pela expressão "BR-406".

E a outra emenda da Comissão de Educação:

> EMENDA Nº - CE
> Grafe-se com inicial maiúscula as ocorrências das expressões "estado" e "lei" na ementa e no texto do PL nº 1.718, de 2019.

Sala da Comissão.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Relator.

Saliento que esse projeto tem uma importância bem maior do que parece, Presidente.

Apenas um comentário rápido. Lá nessa região, que é a região do Mato Grande, no nosso querido Estado do Rio Grande do Norte, nós temos hoje a maior concentração de aerogeradores, turbinas eólicas do mundo por quilômetro quadrado, e é por essa razão, principal, que nós resolvemos batizar esse trecho Natal-Macau como Rota dos Ventos.

Agora, isso tem uma importância enorme, porque essa região tem agricultura familiar, turismo, é por onde passa o escoamento da nossa Refinaria Clara Camarão também, as carretas de combustível... Portanto, lá há petróleo, gás, energia renovável na forma de energia eólica e agora também parques

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solares, porque os parques eólicos estão se tornando parques híbridos, colocando fazendas solares nas mesmas instalações e aproveitando as subestações e as linhas de transmissão.

Além do sal, cultura, artesanato, enfim, todos que agora passarem pela rodovia 406, de Natal a Macau, estarão percorrendo o trecho com mais aerogeradores do mundo por quilômetro quadrado ali entre João Câmara e Parazinho, região de um planalto que pega um vento espetacular para a energia eólica. Portanto, é uma das principais responsáveis, inclusive, por nós não termos hoje apagão, já que o Nordeste, em alguns dias, tem sido abastecido em 100% do seu consumo por energia eólica, e, com certeza, essa região e a região da Serra de Santana, no Rio Grande do Norte, são responsáveis por pelo menos um terço desse abastecimento de todo o Nordeste hoje ali na região de Mato Grande, Serra de Santana e também litoral norte do nosso Estado.

Então, agradeço muito a sua participação aqui como Relator *ad hoc*. Com certeza, está inscrevendo seu nome também junto aos mato-grandenses do Rio Grande do Norte e de toda a região ali abarcada pela agora chamada Rota dos Ventos, BR-406, Natal-Macau.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com essas palavras tão estimuladoras, eu digo a V. Exa. que aceito aquele convite que V. Exa. havia me feito para visitar a Rota dos Ventos lá no Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, está de pé, sempre! Com o maior prazer.

Obrigado, Presidente.

Retorno a Presidência ao Presidente Marcelo Castro.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição do nobre Senador Jean Paul Prates, vamos ao próximo item da pauta, que é o item nº 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4913, DE 2019

- Terminativo -

Inscreve o nome de Joaquim Gonçalves Ledo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é do Senador Eduardo Braga, e teremos, como Relator *ad hoc,* o Senador Flávio Arns.

O relatório é pela aprovação.

Concedo, então, a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Quero agradecer também ao Senador Eduardo Braga por ter solicitado esta relatoria *ad hoc*.

Eu quero, inicialmente, dizer que está no relatório que todos os aspectos legais estão sendo observados e, passando-se ao mérito da proposição, não se pode deixar de concordar com o Senador Izalci Lucas quando argumenta que a relevância de Joaquim Gonçalves Ledo como um dos artífices da Independência Nacional não tem sido suficientemente reconhecida pela historiografia brasileira. Verificamos, de fato, que essa injustiça quanto à atuação de proa de Gonçalves Ledo na luta por nossa Independência o alcança ainda em vida e, na verdade, desde os primeiros passos do País emancipado.

O jovem de rara capacidade, que volta em 1808 da Universidade de Coimbra, em Portugal, sem concluir o curso de Direito, por ocasião da morte do pai, chega à cidade natal impregnado dos ideais iluministas e democráticos que se difundiam na Europa. Nessa cidade do Rio de Janeiro, então sede do Reino Unido, participa, em 1815, da fundação da loja maçônica Comércio e Artes e, em 1818, do Clube Recreativo e Cultural da Guarda Velha, que, apesar do nome, assumiu uma postura de vanguarda na propaganda pela emancipação nacional. A ilegalidade de ambas as organizações será declarada nesse mesmo ano de 1818, juntamente com a prisão de seus líderes, embora o Rei Dom João VI os absolva pouco depois.

Gonçalves Ledo fazia parte, de fato, de um grupo político com um projeto democrático mais radical, onde não estava ausente o pendor republicano. No âmbito da maçonaria, esse grupo disputava a hegemonia com um outro, liderado por José Bonifácio de Andrada e Silva, intelectual respeitado que abraçava uma proposta mais conservadora, incluindo, no início, a manutenção do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

A atividade de Gonçalves Ledo em prol da independência se manifesta na fundação, junto com Januário Barbosa, do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, porta-voz da campanha pela Independência, assim como na organização do movimento que reuniu assinaturas pela permanência do Príncipe Regente Dom Pedro I no País, contrapondo-se às ordens da Corte Portuguesa, cujo resultado será o "Dia do Fico", em 9 de janeiro de 1822. Ledo foi eleito para o Conselho de Procuradores-Gerais da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Províncias, pelo Rio de Janeiro, onde se pede pela convocação de uma assembleia constituinte, o que se concretiza, afinal, com um decreto do Príncipe Dom Pedro, de 3 de junho, antecedendo em três meses, portanto, o Grito do Ipiranga.

Em agosto daquele ano, Gonçalves Ledo redige o "Manifesto dos Brasileiros", no qual conclama, com seu inegável talento oratório, a população a se unir no empenho pela emancipação política: "Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco que não seja – Independência! Formem todas as nossas províncias o feixe misterioso, que nenhuma força pode quebrar."

Proclamada a tão ansiada Independência, não tardam a surgir divergências de Gonçalves Ledo não apenas com José Bonifácio, mas com o próprio Imperador Pedro I, que também ingressara na maçonaria e mantinha relações de diálogo com ambos os expoentes da organização. Tais divergências tinham por raiz a plataforma democraticamente arrojada do grupo liderado por Ledo, que incluía a eleição direta dos membros da Assembleia Constituinte, à qual deveria se submeter o poder monárquico.

A balança pende, afinal, para as opções mais conservadoras, primeiramente, com a prevalência de José Bonifácio junto a Dom Pedro I; depois, com a dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da primeira Constituição do País pelo Imperador, em 1824. Já em 1823, contudo, Gonçalves Ledo teve sua prisão decretada, como suspeito de republicanismo, e fugiu, disfarçado de frade, para a Argentina.

Em 1826, superadas as crises dos primeiros tempos do Império, o liberal torna-se Deputado da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, em uma linha mais próxima do centro, sendo reeleito em 1830. Mesmo tendo aceitado duas comendas do Imperador Dom Pedro I, recusa a da Imperial Ordem da Rosa e o título de marquês. Poucos anos depois, abandona a política e vai se dedicar à agricultura no interior do Estado do Rio de Janeiro, onde irá falecer, aos 66 anos.

É incontestável a grandeza da atuação de Joaquim Gonçalves Ledo pela emancipação política do País, assim como seu admirável empenho para criar uma nação democrática, enfrentando com clarividência e destemor a incompreensão dos contemporâneos e a perseguição dos poderes constituídos. Deve ser reconhecido, portanto, como um dos heroicos fundadores de nossa Pátria.

O voto do Senador Eduardo Braga – e eu faço isso como Relator *ad hoc* – é: Face ao exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.913, de autoria do Senador Izalci Lucas, de 2019.

É o voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos ao nobre Senador Flávio Arns pela relatoria, em substituição ao nobre Senador Eduardo Braga, e, conforme havíamos combinado previamente, nós vamos colocar em discussão conjuntamente os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

itens 2, 3, 4, 6 e 7 da pauta, ficando de fora apenas o item 5, porque o Senador Fabiano Contarato está em outro compromisso e a Senadora Mailza Gomes não deu presença.

Todos esses relatórios foram lidos, e a gente, então, coloca em discussão e em votação, em bloco, todos estes itens da pauta: 2, 3, 4, 6 e 7.

Em discussão. (*Pausa.*)

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer às Sras. e aos Srs. Senadores que estão presentes que amanhã nós teremos uma sessão de debates temáticos muito importante, eu diria importantíssima, imprescindível, que é o cumprimento de um requerimento de autoria do nobre Senador Dário Berger, para a gente tratar da instituição do Sistema Nacional de Educação. Essa sessão de debates temáticos começará amanhã, às 9h, e eu irei presidi-la.

Há muitas autoridades relacionadas ao tema convidadas, como o Deputado Idilvan Alencar, que é o Relator na Câmara dos Deputados do PLP que institui o Sistema Nacional de Educação; há um representante do MEC; há um representante do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed); há um representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime); há um representante do movimento Todos pela Educação.

E, para uma segunda sessão, propomos a presença dos seguintes convidados: representante da Companhia Nacional pelo Direito à Educação; representante do Fórum Nacional de Educação (FNE); representante do Conselho Nacional da Educação; representante do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital da Educação (Foncede); representante da União dos Conselhos Municipais da Educação (Uncme); e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

Então, quero aqui chamar a atenção dos nobres Senadores e Senadoras que amanhã haverá essa sessão de debates temáticos, que eu acho da máxima relevância, porque tenho o entendimento de que a tarefa principal nossa aqui, envolvidos com a educação do Brasil neste ano, será a aprovação do SNE. Como foi, no ano passado, com o Fundeb, a grande luta em que nós fomos vencedores, neste ano, é o nosso Sistema Nacional de Educação.

Aqueles que puderem comparecer presencialmente, seria muito importante acompanhar essa sessão de debates temáticos.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As matérias da pauta nºs 2, 3, 4, 6 e 7, excluindo dos terminativos apenas o item 5 e o item 8.

Está em discussão e em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu quero chamar a atenção aqui das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores que, após esta reunião, será realizada a reunião de instalação da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia.

Solicito que os Parlamentares que quiserem participar permaneçam no mesmo *link* desta reunião. (*Pausa.*)

Pede a palavra, e eu a concedo com muita honra, o nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Senador Marcelo Castro.

Eu quero destacar dois aspectos. O primeiro deles é em relação à audiência pública de amanhã, que V. Exa. já mencionou: o debate sobre o Sistema Nacional de Educação. O Senador Dário Berger é o Relator do projeto de lei e já está apresentando os relatórios também. Agora, vão ser ouvidos todos os setores da sociedade. Se nós já tivéssemos tido o Sistema Nacional de Educação constituído durante a pandemia, sem dúvida alguma, muitos problemas poderiam ter sido evitados, porque isso permitiria, como acontece na saúde, o sistema tripartite. Há decisões que são tomadas em Brasília por Municípios, Estados e Governo Federal. E são pactuadas as decisões, os encaminhamentos. E também há decisões bipartites nos Estados, em que Estados e Municípios se reúnem. Isso já acontece na assistência social, na segurança pública, mas na educação ainda não, apesar de isso estar previsto no Plano Nacional de Educação. Então, esse debate vai ser bem interessante para subsidiar o relatório do Senador Dário Berger.

O outro aspecto é relativo à nossa Subcomissão, que a Senadora Zenaide Maia também está acompanhando bem de perto. Este é um desafio nosso: educação e pandemia; o que aconteceu durante a pandemia, o posicionamento atual e o que nós podemos realizar, sugerir, debater, refletir, encaminhar como uma Subcomissão da Comissão – Subcomissão Temporária – para que isso aconteça em termos de um posicionamento nosso sobre, por exemplo, tecnologia, acesso à internet nas escolas e nas casas dos alunos, equipamentos, educação em tempo integral, questão da merenda escolar, questão da profissionalização, busca ativa de alunos que saíram da escola e que precisam ser buscados para retornarem.

Então, nessa Subcomissão, todos nós vamos nos debruçar sobre isso para subsidiar a própria Comissão e o Senado Federal sobre encaminhamentos que possam ser feitos a partir desse debate com Prefeitos, Governadores, secretários, conselhos de educação, estudantes, enfim, com todos os setores da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade, movimentos sociais, Todos pela Educação, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, para que juntos reflitamos e transformemos esse debate, neste ano ainda, em proposições para o Brasil, através da nossa querida Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns.

Senador Esperidião Amin pede a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, Presidente. Não sei se sou ouvido. Sou ouvido?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É ouvido plenamente, nobre Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Só para pedir desculpas pelas minhas tentativas de usar da palavra, que não foram bem sucedidas, mas, com a sua ajuda, eu gostaria de cumprimentar todos os Relatores – pude acompanhar boa parte dos relatórios – e declarar o meu voto favorável aos itens terminativos da pauta que estão em deliberação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós agradecemos a V. Exa., nobre Senador, pela disponibilidade e passamos a palavra ao nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, mais uma vez, quero transmitir a V. Exa. e a todos os companheiros que fizeram as leituras e defenderam os seus relatórios... Quero, somando-me aos demais outros que já se valeram do direito de expressarem as suas opções, votar em bloco favoravelmente a todos os pareceres relatados em relação aos projetos pautados nesta manhã de quinta-feira.

Um abraço, Sr. Presidente!

Parabéns aos nossos companheiros que fizeram as suas relatorias e aos companheiros e às companheiras que apresentaram, como autores intelectuais, as propostas legislativas.

O meu voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos a participação de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuamos em processo de votação.

A Assessoria está ligando para os Senadores que votaram da primeira vez.

Temos a comunicação aqui de que já atingimos o quórum.

É um belo dia aqui na nossa Comissão.

O Senador Lasier Martins pede a palavra.

Com a palavra, nobre Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Só para transmitir o meu "sim", Presidente, apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito obrigado. Muito importante.

Agradeço a V. Exa. pela participação.

Então, vamos declarar encerrada a votação.

Peço à Secretaria que publique o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Presentes, 15.

SIM, 14, com o do Presidente, então, 15.

Abstenção, não.

Voto NÃO, nenhum.

Portanto, foram aprovados os itens da pauta nºs 2, 3, 4, 6 e 7. (*Pausa.*)

O nobre Senador Nelsinho Trad, então, pede a palavra.

Com a palavra, Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, V. Exa. me escuta bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, nobre Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Perfeito.

O meu voto é favorável, é "sim".

Quero parabenizar V. Exa. pela otimização da reunião e parabenizar também o nobre Senador Jean Paul Prates pelo traje. Eu não sei qual é a intenção dele hoje, mas ele vai conseguir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Traje de bispo. (*Risos.*)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Está perfeito o traje de Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos a nobre participação do Senador Nelsinho Trad.

E vamos, então, ao item 11 da pauta.

Hoje nós estamos sendo vitoriosos, está indo bem.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 6577, DE 2019

- Não terminativo -

Denomina Rodovia Alfeu Teodoro de Oliveira o trecho da rodovia BR-272 entre as cidades de Campo Mourão e Goioerê, no Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

A iniciativa é do Deputado Federal Rubens Bueno.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo, Sr. Presidente, e enalteço a iniciativa do Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paranaense Rubens Bueno. São regiões bastante prósperas no Paraná – Campo Mourão e Goioerê –, e é uma homenagem que se presta também à região com a denominação.

Eu só quero dizer que todos os aspectos legais, regimentais e constitucionais foram observados na apresentação do presente projeto de lei.

Portanto, eu passo, se V. Exa. permitir, diretamente ao mérito, dizendo que o projeto merece acolhida.

Alfeu Teodoro de Oliveira é filho de José Teodoro de Oliveira, um dos fundadores de Campo Mourão, cidade onde nasceu, um Município próspero, grande, com população trabalhadora e que merece todo o apoio de todos nós. Profundamente identificado à sua terra natal, lá exerceu suas atividades como pecuarista e empresário no ramo do extrativismo mineral e comércio de combustíveis e lubrificantes.

Iniciou sua vida política em 1956, quando foi eleito suplente de Vereador. Em 1959, foi eleito o Vereador mais votado do Município de Janiópolis, que fica na região. Em 1966, foi eleito Prefeito da mesma cidade, cargo que ocupou em outras duas oportunidades: 1972 e 1992.

Faleceu em um acidente automobilístico juntamente com sua esposa, no dia 29 de maio de 1993, quando exercia seu último mandato como Prefeito.

Em sua homenagem, Janiópolis deu seu nome a uma escola municipal.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.577, de 2019, de autoria do Deputado Rubens Bueno.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Sras. e Srs. Senadores, quero aproveitar aqui a oportunidade para parabenizar V. Exas pelo dinamismo que conseguimos, todos nós, dar hoje à nossa Comissão.

Nós estávamos às segundas-feiras, às 16h. Fiz um teste hoje, depois de consultar muitos colegas, para ver se funcionaria melhor às quintas-feiras e, embora não haja ainda uma decisão em definitivo, acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nos houvemos muito bem neste dia de hoje de quinta-feira. Vamos continuar com este horário, e, se tivermos sucesso, como estamos tendo agora, acho que nós vamos ficar com este horário de quinta-feira, às 9h. Parece que facilita mais a participação, a presença das Sras. e dos Srs. Senadores, uma vez que, neste horário de segunda-feira, 16h, muitos de nós estamos nos deslocando dos nossos Estados a Brasília e encontramos muita dificuldade de comparecimento.

No meu caso, em especial, às segundas-feiras, pela manhã, não há voo de Teresina aqui para Brasília, então, eu tenho que vir domingo à tarde. Há voo à tarde, mas eu chegaria às 7h da noite, depois da Comissão. E, assim como o meu caso, são os de inúmeros Senadores e Senadoras.

Sendo assim, em princípio, não é uma decisão ainda definitiva, eu fiquei muito satisfeito com a experiência de hoje. Talvez... Vamos tentar insistir com este horário das quintas-feiras, às 9h.

Não havendo mais nada a tratar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Lembrando, mais uma vez, que, em seguida, nós teremos a Subcomissão temporária para o acompanhamento da educação na pandemia.

Solicito, então, aos Srs. Parlamentares que quiserem participar que permaneçam no mesmo *link* desta reunião.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a todos, declaro encerrados os nossos trabalhos vitoriosos no dia de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Zenaide Maia, Paulo Paim, Leila Barros, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Luis Carlos Heinze, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Comparecimento de Ministro**, atendendo ao requerimento REQ 7/2021 - CE, de autoria Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Finalidade:** Prestar informações acerca das recentes declarações sobre o acesso às Universidades e sobre a inclusão de crianças com deficiência em sala de aula. **Participante:** Milton Ribeiro, Ministro de Estado da Educação. **Resultado:** Reunião realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 9, de 2021** que: "Requer, nos termos regimentais, a participação desta Comissão em audiência pública a ser realizada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, para discutir o Dia Nacional da Educação Profissional e Tecnológica, conforme requerimento já aprovado pela referida Comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/16

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800-0612211.

A presente reunião tem por finalidade o comparecimento do Sr. Ministro de Estado da Educação Milton Ribeiro, para prestar informações acerca das recentes declarações sobre o acesso às universidades e sobre a inclusão de crianças com deficiência em salas de aula, em atendimento ao Requerimento nº 7/2021, da Comissão de Educação, de autoria do nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Em atenção aos termos do art. 398 do Regimento Interno, adotaremos as seguintes regras: o Sr. Ministro fará sua exposição pelo prazo de aproximadamente 30 minutos, mas já antecipo aqui a V. Exa., Ministro, que se sinta à vontade, o prazo aqui é elástico, e nós temos muito prazer e honra em ouvi-lo aqui, hoje, nesta manhã.

Ao final da exposição, a palavra será concedida aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, na ordem de inscrição, por até cinco minutos, dispondo o Ministro de igual prazo para a sua resposta. Após a resposta, os Senadores disporão de dois minutos para contraditar, assim como o Ministro, para a tréplica.

Informo que a lista de inscrição já está aberta.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, para a exposição da sua fala.

O SR. MILTON RIBEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Marcelo Castro, Presidente desta importante Comissão – eu vou pedir só um copinho de água aqui para mim, se possível –, e a todos os Senadores e Senadoras presentes nesta audiência. Cumprimento ainda todos que acompanham esta audiência tanto presencialmente como a distância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim, também é uma honra poder estar aqui no Senado, é a primeira vez que estou aqui, e gostaria de ainda, preliminarmente, destacar a importância deste Poder Legislativo, em especial desta Comissão, no acompanhamento e controle da gestão pública e agradeço a oportunidade de trazer, nesta ocasião, esclarecimentos importantes sobre os temas que aqui serão debatidos.

Aproveito a oportunidade e solicito ao meu assessor parlamentar que possa estabelecer uma regra de atendimento aos membros da Comissão do Senado como prioridade, assim como fiz com a Comissão da Câmara. A Comissão de Educação tem que ter uma prioridade no atendimento lá no nosso gabinete. Então, eu vou pedir ao senhor que quando, eventualmente, ou o Presidente ou algum membro desta Comissão desejar falar pessoalmente ou visitar ou estabelecer algum contato no gabinete, que ele tenha essa prioridade. Você cuida disso para mim, por gentileza, Coronel Mendonça.

Estamos nos aproximando do último trimestre do ano de 2021, marcado pelo início da reabertura das escolas da educação básica e do ensino superior, técnico e profissional no Brasil.

Desde o ano passado, o Ministério da Educação trabalha com iniciativas para auxiliar e induzir o retorno presencial das atividades educacionais no País. O que nós entendemos – faço essa observação – é que a ferramenta virtual é importante, mas a presença do aluno e, sobretudo, a presença do professor são insubstituíveis. Esse é o meu tema e aquilo em que eu acredito.

Ainda em junho de 2020, cerca de 90 dias após o início da pandemia, o MEC lançou o protocolo de biossegurança para orientar o retorno presencial nas universidades e institutos federais.

Em outubro de 2020, foi lançado o protocolo específico para as escolas de educação básica. Lembrando que nós temos, nas escolas públicas do Brasil, perto de 46 milhões de alunos em todo o Brasil, somente da educação básica. É um número muito gigante, muito grande.

Em dezembro de 2020, o MEC editou a Portaria 1.030, com a determinação para que as atividades presenciais das instituições do ensino superior ocorressem a partir de janeiro de 2021. Essa era a nossa ideia, olhando um pouco para fora. Tínhamos como referência os países europeus e das Américas, que estavam retornando, mesmo com a pandemia em curso, observando todo o protocolo de biossegurança, distanciamento, máscara, álcool em gel e outros cuidados, até rodízios presenciais.

Após o pedido das próprias universidades e institutos, o prazo para o retorno foi alterado para março de 2021. Então, eu fui procurado pelas autoridades das universidades federais e dos institutos, que diziam que o prazo de retorno em janeiro seria muito precoce. E nós fomos sensíveis a isso e marcamos o retorno para março de 2021, sem prejuízo daquelas instituições que conseguissem retomar o ensino presencial antes.

Também, em dezembro de 2020, o MEC homologou o Parecer CNE nº 2, que estabeleceu a diretriz de retorno presencial de educação básica para março de 2021. Durante o ano de 2020, o MEC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transferiu diretamente às escolas da educação básica mais de 600 milhões para auxiliar nos preparativos para o retorno às atividades presenciais. Esse foi um gesto muito importante, que contou com aquiescência do Senhor Presidente da República, quando eu pedi a ele, de maneira geral, a autorização para mudar a rubrica que estava destinada ao pagamento de estagiários, considerando que não havia aula presencial, não haveria também por que pagar estagiário. E ele autorizou essa mudança nessa rubrica, para que as escolas recebessem um PDDE emergencial, um dinheiro direto na escola. O que que significa PDDE? Então, os valores foram alocados a cada escola que tem o seu CNPJ, tem sua conta e dão contas depois ao Tribunal de Contas da União desse dinheiro público que é a elas remetido.

Também em 2020 foram desenvolvidos dois painéis de acesso livre por toda a sociedade brasileira: um para a educação superior profissional e tecnológica e outro para educação básica. Esses painéis contêm informações importantes sobre a situação da pandemia nas localidades e serve de apoio para as redes educacionais na decisão de reabertura das escolas e instituições de ensino superior. O que nós fizemos? Eu fui até o Ministério da Saúde. Eles tinham lá um painel que eu achei muito bom, muito interessante e lá, no Ministério da Saúde, eles tinham controle, no lugar que estava verde, de contaminação que aumenta, diminui. Era um painel muito grande lá. E eu pedi a eles uma parceria para que isso pudesse ser usado pelos gestores das escolas, considerando que o nosso Judiciário determinou, estabeleceu que a situação de cada escola deveria ser definida por cada Município e, considerando ainda a autonomia acadêmica de cada unidade e cada universidade, pelo menos eles poderiam ter um quadro que o MEC disponibilizaria, para que eles pudessem ver: "Bom, a minha situação, de acordo com o Ministério da Saúde, está boa, está verde, está laranja, está amarela, está vermelha", e assim foi.

Muito bem. Também oferecemos ainda, em 2020, cursos *on-line* para profissionais de educação em diversos temas relacionados à pandemia, tais como educação especial em tempos de pandemia, alfabetização baseada na ciência, uso de recursos tecnológicos, bem-estar e acolhimento no retorno às atividades e atividades físicas *on-line*, entre outros.

Outra coisa também que nós fizemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que nós entendemos que alguns professores, não todos, sentiram dificuldade em dar aulas *on-line*. Eles não estavam preparados para isso. O que o MEC fez? Nós oferecemos cursos *on-line* de como preparar uma aula *on-line*, isso tudo gratuitamente colocado no nosso *site*, através da Avamec.

Infelizmente, diferentemente do ocorrido na grande maioria dos países da OCDE, cuja decisão de reabertura das escolas foi centralizada ou no máximo regionalizada, no Brasil, a decisão coube a cada ente da Federação. Isso significa dizer que no Brasil tivemos quase 5,6 mil decisores. Cada Prefeito dizendo: "Aqui vai ter aula", "aqui abre", "aqui não", "aqui...", para fechamento e reabertura das escolas. Isso tem um aspecto democrático importante, mas, ao mesmo tempo, é uma ferramenta também que tira um pouco o poder da decisão do ministério de dizer. Por isso que eu fui à Nação dizer que o poder de decisão de reabertura de escolas não estava no MEC, porque parecia... Eu passava na rua, as pessoas me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perguntavam: "Mas, Ministro, o senhor não vai mandar abrir a escola?". E eu não tinha tempo para explicar como é que funciona a questão das redes, da autonomia das redes e tal. Então, nessa oportunidade, eu fiz isso.

Na educação superior, a decisão foi de cada instituição, novamente mais elaborada. A autonomia acadêmica e universitária deu a eles também esse particular administrativo de cada conselho universitário decidir se abriria ou não a escola naquela região, dependendo daquilo que a saúde dissesse. Algumas redes de educação básica conseguiram avançar na necessária articulação local para retomar com mais velocidade; outras demonstraram maior dificuldade.

O MEC reafirma a necessidade – e eu gostaria de dizer isso –, eu reafirmo a necessidade do retorno presencial das atividades, para que possamos avançar nas medidas de apoio às redes, para recuperação das perdas ocasionadas pela pandemia. As pessoas me perguntam assim: "O que o MEC vai fazer para ganharmos esse tempo que ficou perdido para trás?". Claro que nós temos que fazer um diagnóstico primeiramente, mas a primeira decisão eu creio que seria o retorno presencial às aulas. E aí, sim, cada professor, cada diretor, cada orientador pedagógico tem condição de avaliar que o Brasil é um país continental e as diferenças entre as regiões muitas vezes são muito grandes, e nós precisamos, então, ter a condição de olhar cada um com sua especificidade.

Esse cenário traz grandes desafios para alcançarmos as metas traçadas no Plano Nacional de Educação. E eu quero reafirmar o compromisso do Ministério da Educação em continuar trabalhando para o cumprimento desse importante instrumento de planejamento aprovado pelo Congresso Nacional.

Nesse sentido, gostaria de lembrar que, no dia 25 de junho deste ano, o Plano Nacional de Educação (PNE) completou sete anos desde a sua instituição por meio da Lei 13.005, de 2014. Nessa mesma data, o Inep divulgou a atualização dos indicadores que monitoram as 20 metas do plano. Os dados atualizados foram disponibilizados no Painel de Monitoramento do Inep, que é uma vinculada do nosso MEC.

Embora saibamos que existem muitos desafios a serem superados, especialmente por força da situação decorrente da pandemia, pudemos observar a melhora entre 33 indicadores quando comparados com os resultados obtidos em 2019. Esses resultados ainda não consideram os impactos da pandemia na educação brasileira. Então, nós temos que ter aqui esse cuidado. E eu quero ser honesto com todos, porque eu não tenho nada para esconder. Esses resultados obtidos não consideram ainda, porque eu não tive ainda o diagnóstico, o retorno. Fiz o pedido, mas nem todas as unidades federativas e também os entes municipais e estaduais responderam a tempo para que a gente pudesse coligir todas essas informações e ter aí um diagnóstico.

Estamos atentos às metas que alcançam assuntos prioritários para a nossa gestão com a educação infantil e a educação profissional e tecnológica, na qual se pôde observar, conforme dados divulgados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Inep, um aumento no número de matrículas em cursos técnicos, que ultrapassou a marca de um 1,9 milhão – um resultado significativo.

Creio que o nosso discurso tem sido ouvido e compreendido pela sociedade e, no momento oportuno, eu vou falar sobre esse tema.

Quero registrar ainda que lançamos, na última terça-feira, com a presença honrosa do Sr. Senador Marcelo Castro e da Deputada Professora Dorinha, o livro *Custo Aluno Qualidade (CAQ): contribuições conceituais e metodológicas*, publicação que reúne estudos e pesquisas referentes ao investimento mínimo necessário para oferta de uma educação básica de qualidade no Brasil e representa uma importante ação relacionada à estratégia 20.6 do PNE.

Em relação ao assunto objeto do convite para a minha participação nesta audiência, é importante esclarecer, desde já, como premissa inicial, que o Ministério da Educação reafirma que as matrículas dos educandos com deficiência, transtornos gerais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação devem ser feitas em escolas regulares. Isso é importante eu dizer porque essa é nossa meta. Quanto ao assunto de escolas e de recursos para os alunos com deficiência, desde 2012 não havia sido aportado nenhum recurso. Somente no ano passado, Sr. Presidente, o MEC aportou R$257 milhões na preparação de rampas, de adaptações para todo tipo de deficiência que as escolas pudessem eleger. E aí fizemos ainda... Aliás, foram R$254 milhões, e não R$257 milhões.

O que aconteceu foi o seguinte: algumas escolas, como é que a gente iria eleger? Qual escola deveria receber – já que os nossos recursos eram poucos – esse tipo de apoio do MEC? Nós usamos aquele nosso cadastro do Censo Escolar, em que havia a notificação de que naquela região havia alunos com deficiência, todo tipo de deficiência. Aí, então, nós elegíamos aquelas escolas e levávamos a elas aquelas condições. Além disso, R$5 milhões foram gastos na formação continuada de professores dessa área. Isso é importante também. E somente neste ano foram mais de R$100 milhões que nós repassamos às escolas, sendo R$10,5 milhões para a formação continuada.

O que nós queremos? Nós queremos dar o recurso. Mas não adianta só o recurso: nós precisamos preparar e capacitar os professores, porque a grande maioria não tem uma formação no atendimento de crianças e alunos com deficiência.

Em 2019, o MEC investiu R$109 milhões na promoção de acessibilidade nas escolas. De 2019 a 2020 foram R$40 milhões para livros em braile-tinta. Então, temos que lembrar que o espectro da deficiência é muito maior do que aquele que a gente muitas vezes está acostumado a ver. Então, temos aí também os livros em braile destinado a estudantes com deficiência visual.

O MEC totalizou, nesses dois anos, quase meio bilhão destinados aos nossos alunos do público da educação especial. Isso são contas, são números, são dados, matemática, número exato que pode ser depois verificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é um assunto, o da deficiência, muito caro para mim e para o MEC, de modo que hoje temos uma secretaria específica para tratar das modalidades especiais da educação. A Secretária Ilda, que está à frente dessa área, tem uma longa história de apoio às famílias das crianças com câncer e foi uma das fundadoras do Hospital da Criança de Brasília e trabalhou por mais de 20 anos com crianças e adolescentes com doenças graves e com deficiências.

Temos, pela primeira vez na história, uma diretora surda, Sr. Presidente, chamada Crisiane Nunes, para tratar dos assuntos relacionados à educação de surdos. Temos uma diretora para tratar da educação especial que é mãe, a Nídia, que é mãe de pessoa com deficiência e avó de autista. Assim, os profissionais do MEC que tratam hoje da educação especial possuem vivência nos assuntos sob suas responsabilidades, muito além apenas do conhecimento acadêmico e teórico.

Tratar do tema de pessoas com deficiência exige um conhecimento sobre terminologias que evoluem com o passar do tempo. Esse foi o meu grande erro, porque há uma linguagem e um vocabulário próprio para tratar desses assuntos, desse assunto que é tão sensível, e me entristeceu de uma maneira muito grande. Eu, pela minha própria formação até religiosa, ter tido essa pecha de ser um homem que quer lançar os deficientes num fosso e numa vala me tocou demais, eu fiquei muito sentido e não é essa a realidade, nem é esse o meu pensamento.

Tratar do tema com pessoas com deficiência exige conhecimento sobre terminologias que evoluem. Por essa razão, algumas das minhas colocações não foram as mais adequadas. Eu acho que a gente tem que aprender a reconhecer quando erra. Não foi uma ação minha com objetivo, eu não tive a intenção de magoar, mas muitas vezes nós usamos palavras, termos e gestos que magoam. Eu, imediatamente, quando compreendi isso, fui à minha rede social, que é uma maneira de falar, e me desculpei de uma maneira muito direta e enfática com todos aqueles que eventualmente eu tinha magoado ou, de alguma maneira, colocado numa situação muito difícil para que eles pudessem entender que não foi premeditado, não foi algo que eu queria fazer. Foi uma colocação, embora no texto da entrevista eu fale lá repetidamente: "Olha, vou usar um termo com muito cuidado, eu vou colocar entre aspas". Mas eu não esperava que isso magoasse tanto. Portanto, fui à rede social e fui às pessoas.

Inclusive, tive a oportunidade de me encontrar com um dos membros desta Casa, que foi o Senador Romário, que tem uma filha com deficiência, e, numa conversa pessoal muito boa, eu me desculpei pessoalmente com ele e com todos aqueles que eventualmente tinham algum tipo de atingimento por essas minhas palavras, que, repito, não foram adequadas. E, ainda que eu tenha dito e destacado esse cuidado durante a minha fala, houve uma repercussão que não representa o meu pensamento. Já esclareci, pedi desculpas a todos que se sentiram de alguma forma ofendidos com minha fala e quero aproveitar a oportunidade aqui, Sr. Presidente, para reiterar, perante este Senado Federal, meu sincero pedido de desculpas a todos aqueles que se sentiram ofendidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro da Educação não é essa pessoa que eventualmente alguns pintaram e possam pensar que é. Não sou isso que os senhores estão pensando. Pelo contrário, na minha escola de origem, que é o Mackenzie, que é uma escola confessional, que é uma escola filantrópica, um dos pontos fortes no atendimento da educação básica é exatamente isto: o acolhimento. Eu, como membro do Board, nunca medi esforços, nunca neguei recursos na minha votação no colegiado para que as professoras – há alguns alunos lá, inclusive – tivessem um, dois ou até três auxiliares na classe para ajudar a criança.

Nós temos crianças – tivemos crianças no Mackenzie, não sei se ainda lá estão – na educação básica que assistiam às aulas numa maca.

É importante esclarecer publicamente os objetivos da Política Nacional de Educação Especial (PNEE 2020). Essa política se encontra em discussão no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que já realizou audiência pública para ouvir tanto os defensores como os opositores a essa política. Fico totalmente à disposição também para ouvir as considerações de todos os senhores, com o espírito republicano que vem pautando as nossas participações nesta Casa e também na Câmara.

A Política Nacional de Educação Especial, que foi instituída pelo Decreto 10.502, de 30 de setembro, fundamenta-se na obrigação legal do Estado brasileiro de promover a igualdade de oportunidades para os alunos da educação básica na área da educação especial. Assim, além de reconhecer que a imensa maioria dos estudantes deve ingressar e permanecer nas escolas regulares, o PNEE reconhece o direito de estudar em classes especiais aqueles educandos – por favor, ouçam bem isso – que demandam atendimentos múltiplos, contínuos e permanentes – e foi sobre esses que eu havia me referido de uma maneira, repito, equivocada, e fui mal compreendido – não disponibilizados nas mesmas escolas regulares em razão de questões estruturais e operacionais de um país continental, historicamente desigual, como o Brasil.

Atualmente, de 1,3 milhão de estudantes matriculados nas modalidades especializadas, 156 mil estão em classes especializadas, e destes, cerca de 38 mil alunos estão em escolas públicas. Essa é a realidade que nós temos.

Assim, o Ministério da Educação propõe a ampliação das oportunidades para esses alunos e suas famílias, reconhecendo como legítima a necessidade de acesso a serviços especializados para algumas situações específicas, a partir da escolha dos próprios alunos e pais, sendo essa escolha o exercício de um direito pura e simplesmente, sem nenhuma outra motivação.

A nossa lei fala que a escolha é do aluno e dos pais. Não é do diretor. Em nenhum momento a nossa lei estabelece que o diretor é que vai avaliar quem vai ou quem não vai ser matriculado. Estamos diante de uma necessidade concreta que fora demonstrada por diversos atores na recente audiência conduzida pelo Ministro Toffoli. Ignorar as manifestações daqueles que pedem o acesso à rede escolar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com esse suporte especializado configuraria omissão ou virar as costas para um interesse legítimo que se coaduna com o próprio direito à educação, como há pouco mencionei.

Apenas para materializar o tipo de instituições de que estamos falando, temos – eu descobri isso quando cheguei ao MEC – o IBC, temos o Ines, instituições centenárias que desenvolvem trabalho brilhante.

O IBC, por exemplo, lançou o primeiro curso de mestrado para os seus alunos. O IBC, além de dar o atendimento, a instrução acadêmica, desenvolveu uma residência médica em oftalmologia, apoiado pelo MEC, e grandes profissionais oftalmos têm trabalhado ali para fazer cirurgias, a fila é grande. Eu tenho tudo isso destacado. E é uma instituição, como eu disse, centenária. Cito o IBC (Instituto Benjamin Constant), do Rio de Janeiro.

Dessa forma, o Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, cumpre a sua função de prestar apoio técnico e financeiro em prol da consolidação de um sistema educacional equitativo, inclusivo, no qual devem ser desenvolvidas políticas e programas destinados a atender às diversas realidades brasileiras, a serem executados por escolas genuinamente acessíveis e movidas por valores éticos, em que as diferenças são vistas como oportunidades de desenvolvimento das relações humanas e de aprendizagem.

É claro que a inserção de um aluno com um tipo de deficiência... Todo mundo aprende! Entra o ponto da socialização, entra o ponto do próprio aprendizado, mesmo que, para o aluno com deficiência, seja reduzido, mas dá oportunidade aos alunos sem deficiência de desenvolverem algumas aptidões como cidadania, como paciência, como reconhecimento da necessidade do outro... Eu não nego essa... E, em nenhum momento, a nossa política pensou em simplesmente separar alunos com deficiência daqueles sem deficiência – em nenhum momento! E, recentemente, eu estive visitando algumas APAEs, e as mães me seguravam pelo braço e diziam: "Ministro, eu entendi o que o senhor falou. Meu filho, eu coloquei lá, não conseguiu, aí tive que ir para uma escola especializada". Então, quando eu saio – eu não tenho nenhuma reserva de atender as pessoas –, elas falam isso para mim. No entanto, novamente, para aquele grupo menor, que ficou ofendido com a minha palavra, eu reiterei meus pedidos de desculpas.

Nesse sentido estrito, nosso compromisso é por um sistema educacional equitativo, inclusivo... Acho que já li isso aqui.

Nesse escopo, o MEC, desde 2019, retomou os investimentos na educação especial, fato que não ocorria desde 2012.

Eu gostaria, mais uma vez, Sr. Presidente, de fazer esse destaque na minha fala. Nós estamos falando de um assunto em que, desde 2012, nenhum centavo do MEC foi repassado a esse programa. Estou falando de 2012! Cito, por exemplo, o investimento de R$254 milhões para equipar 8,4 mil salas de recursos para atendimento educacional especializado ou R$19 milhões para reformas de escolas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

potencializar a educação bilíngue de surdos. Cito, dentre uma miríade de outras ações, os mais de 10 mil exemplares do livro de braile e tinta que, no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, permitem que tanto estudantes cegos ou com baixa visão como seus pais e professores possam acompanhar a leitura juntamente com o restante da turma. O braile e tinta é um livro interessante, porque nós temos o texto impresso no livro e o braile colocado. Assim, tanto um como o outro, os pais inclusive, podem ajudar no desenvolvimento da aptidão do braile para as crianças e para os jovens.

Vê-se, portanto, que o Ministério atua em amplas frentes, tentando abranger da melhor maneira possível todos os estudantes, com suas peculiaridades e necessidades.

Em relação ao ensino superior, quero aqui registrar que o MEC trabalha para avançar em todas as etapas da educação. O MEC possui uma Secretaria de Educação Superior que realiza a supervisão da atuação das universidades federais no Brasil. O MEC nunca deixou de apoiar e de incentivar o aperfeiçoamento do ensino superior. Temos muito a avançar, já que a quantidade de pessoas com ensino superior no País ainda está aquém do desejado. Precisamos avançar na efetividade das nossas universidades federais.

Os dados do último censo da educação superior mostram que, da coorte de ingressantes de 2010 na rede federal, apenas 46% concluíram o curso de ingresso. Isso quer dizer que, de cada 100 alunos ingressantes nas escolas e nas universidades federais, apenas 46 se formam. Isso é que a gente precisa olhar de uma maneira muito direta.

Minhas recentes declarações sobre muitos graduados sem emprego foram efetuadas no contexto de reforçar a importância de também avançarmos no ensino técnico e profissional no Brasil. Em nenhum momento, com a minha fala, quando eu disse que a universidade não era para todos, eu estava querendo dizer que o filho do patrão, o filho do empregado ou do porteiro não pode ter acesso à universidade. Essa interpretação, essa semântica interpretativa que se dá àquilo que eu falei... Mais uma vez: eu não poderia ser o que eu sou, meu pai não teve o segundo ano primário. Então, não tem cabimento dizerem que eu estou sendo elitista, que eu não quero dar oportunidade. O que eu quero, sim, é dizer que não adianta, repito, apenas ter um diploma de bacharel na parede e estar desempregado. Hoje o mercado é comprador da educação técnica profissional, e foi isso que o presidente da Fiesp me disse pouco tempo atrás. Ele me ligou e disse: "Ministro Milton, onde estão os técnicos em edificação? Onde estão os técnicos em TI? Onde estão os técnicos em hidráulica? Onde estão os técnicos?" Eles querem técnicos, porque um engenheiro toma conta de um prédio, mas aquele prédio precisa de cinco, seis técnicos em edificação coordenando essa ou aquela área. Foi isso que eu falei, e não a interpretação equivocada que foi dada, de que eu estaria sendo uma pessoa que estaria cuidando de não dar acesso a todos à educação.

O Brasil tem 17,4% apenas de pessoas entre 22 e 25 anos com ensino superior completo. Nós precisamos de ensino superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, entra aí não apenas o poder público, mas também a iniciativa privada, que hoje responde por 76% do oferecimento de cursos superiores no Brasil; são os parceiros que caminham conosco.

Então, eu queria deixar isso muito claro, e é por isso que eu estou aqui trabalhando por um idealismo, não por ideologia. Estou aqui querendo dar a minha contribuição da minha experiência, aos 63 anos de idade, daquilo que eu vi, que eu pude realizar por mais de 15 anos em que estive à frente de uma grande instituição privada, centenária, sesquicentenária. Ano passado, o Mackenzie completou 150 anos, foi a primeira escola que optou por classes mistas, foi a primeira escola no Brasil que aceitou os filhos de escravos como alunos. Esse é o Mackenzie, de onde eu venho, essa é minha raiz.

Trouxe uma questão pragmática quando eu falei sobre isso para a nossa sociedade. Essa discussão, aliás, ocorre em todo mundo, todo o mundo: como unir a educação com o mundo de trabalho com olhar para profissões do futuro. É isso. Não adianta somente termos graduados sem que haja campo de trabalho para essas pessoas. Todos os países... Sabe o que me incomoda? Incomoda-me que o jovem vai lá, nós abrimos, e é um trabalho muito bonito, a lei permite ao jovem que, se não consegue entrar na escola pública, ele busque financiamento estatal através do Fies, e nós podemos então ter aí uma condição de ajudar o jovem a adquirir, a ter acesso ao ensino superior. Só que ele se forma, alguns com a ilusão de que o fato de ele ter apenas o diploma seja suficiente para ele ter um emprego, e não é verdade. Então, o que acontece? Ele tem o diploma e agora, depois de formado, ele tem uma conta e uma dívida num banco. Ele começa a vida profissional dele sem emprego, muitas vezes, e com dívida. Então, isso a gente precisa equalizar.

Não estou dizendo que seja ruim o Fies, mas a gente precisa olhar, essa é a realidade. Nós temos hoje um milhão de alunos inadimplentes – ele está me passando aqui –, nós temos um milhão de alunos inadimplentes hoje no Fies; 52% daqueles que buscaram! Por quê? Porque não querem pagar? Não. Porque não conseguem a colocação. Por quê? Porque escolheram de acordo com as suas vocações. Mas hoje, como gestor do Ministério da Educação, eu estou dizendo aos jovens: "entrem pelo caminho, vão ser um técnico veterinário, porque ali você faz o curso técnico e depois você pode aproveitar. Há uma equipe nossa trabalhando para estudar a possibilidade do aproveitamento dos créditos que existem de alguém que faz um curso técnico profissionalizante. Ele fez um curso em veterinária, mas, lá na frente, ele descobre que a vocação dele é estudar, que ele quer mesmo é ter um título, fazer um mestrado, um doutorado. Ele vai para a universidade, e, por que não poder carregar com ele esses créditos que ele adquiriu aqui atrás no curso técnico? É nisso que nós estamos trabalhando. Não estamos querendo fechar a porta da universidade para ninguém, que isso fique bem claro a respeito da minha fala.

Os investimentos na educação superior e no ensino técnico e profissionalizante não se excluem, não se excluem, existem para todos, e é isso que nós temos feito. Pelo contrário, muitas vezes se complementam na oferta de caminhos aos alunos, que podem optar por este ou aquele que se coadune mais com sua realidade e suas oportunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, este número que eu passei anteriormente aos senhores: de cada 100 alunos da escola pública federal, apenas 46 terminam o curso, é algo preocupante sobre o qual este Senado poderia se debruçar. Naquilo que eu puder ajudar, naquilo que os senhores puderem me orientar, eu estaria apto e pronto para exatamente analisar e – quem sabe? – aplicar de uma maneira muito direta.

Há diversos países, inclusive, muito mais desenvolvidos que o Brasil, que investem maciçamente no ensino técnico por ter a certeza de que oferecerão mais oportunidades. Então, diferentemente... Repito o que eu falei: o sonho de ser um doutor é muito bom, é importante, mas, hoje, num País que não tem oportunidades para tanta gente com curso superior, o curso técnico é a grande ferramenta que vai ajudar os jovens. E, lá na frente, eles vão poder, repito, fazer o curso que quiserem.

Estou terminando.

No intuito de ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, fortalecendo o uso de novas tecnologias e a promoção de ações voltadas para o alinhamento da oferta com as demandas do setor produtivo, o programa Novos Caminhos, por exemplo, ofertou, em 2020, 109 mil vagas. Ademais, investimentos apenas no período de um ano: quase R$7 milhões na capacitação tecnológica de micro e pequenas empresas e empreendedores individuais; apoiamos 280 projetos de 40 instituições, com o envolvimento de até 1.680 alunos e atendimento em 1,4 mil empreendimentos. São números. Temos hoje 215 cursos técnicos distribuídos em 13 eixos tecnológicos. Vou repetir esse número: nós temos hoje, no Brasil, 215 cursos técnicos.

Todo ano – nós estamos aqui com o Tomás, que é o nosso Secretário – nós formamos um almanaque, tipo uma cartilha, de cursos técnicos. O jovem pega essa cartilha, olha e diz: "Eu gostaria de ser técnico em informática. Vamos ver aqui na região onde eu poderia estudar, qual é o salário que a região paga para quem tem um curso técnico". É isso que nós estamos fazendo, não apenas vivendo a teoria, mas praticamente colocando à disposição da sociedade brasileira e do jovem algo que possa fazer a diferença.

Como último tópico, gostaria de convidá-los para o lançamento do Painel de Investimentos em Educação Básica. Trata-se de uma iniciativa do MEC para, cumprindo o seu papel de coordenação, oferecer aos gestores educacionais e ao público em geral uma visão ampla dos recursos. O lançamento será amanhã, dia 17 de setembro, às 11h, pelo canal MEC, no YouTube.

Em julho deste ano, havia mais de R$15 bilhões nessas contas, com possibilidade de aplicação em diversos programas e iniciativas.

Nessas minhas viagens, que eu tenho feito, em que eu levo o FNDE, levo o MEC a uma determinada região, ali, os Prefeitos e secretários de educação da região podem ter acesso. O que eles poderiam fazer aqui no MEC, eles fazem lá nessa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E algumas surpresas foram muito grandes, porque, na hora em que a gente entra no cadastro de cada cidade, alguns Prefeitos ficam admirados que eles têm na conta, empossados na conta, milhões. Recentemente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MILTON RIBEIRO – Recentemente – eu estou tentando me lembrar do número –, eu recebi a visita de alguém de que eu gosto muito, que é o Feder, o Secretário de Educação do nosso querido Estado do Paraná. O que aconteceu? Na hora em que eu abri o texto para ele lá, fizemos ele olhar, ele tinha 600 milhões parados, que ele não sabia que podia usar.

Então, o que nós vamos fazer é colocar um quadro para acesso não apenas dos gestores, mas da população em geral, um painel em que eu vou para determinado Estado e, nesse Estado, eu clico numa cidade e ali, naquela cidade, todas as escolas municipais, estaduais são coletadas, e eu clico lá para ver cada programa e quanto há em conta corrente. Isso vai ser atualizado – não é isso, Adalton? – mensalmente. O fluxo é um fluxo de atualização. Então, quando alguém, algum gestor público, algum Prefeito procurar alguns dos Srs. Senadores pedindo recurso para a sua cidade, um assessor pode entrar nessa tela e verificar qual o nome do Município e senhor mesmo pode perguntar para ele: "Mas e esse recurso aqui? O senhor está pedindo ônibus, mas o senhor já pediu tantos ônibus. O senhor está pedindo uma escola, mas o senhor tem tantos alunos, não precisa de tanta escola".

Uma das coisas que eu fiz... Quando eu cheguei ao MEC, deparei-me com 4 mil obras paradas eu fiquei indignado. Por quê? Porque o gestor público, alguns maus gestores, dizem: "Ah, quem começou foi o A, eu não vou terminar uma obra que ele começou". Isso é uma bobagem, uma falta de respeito com a população. E o que eu fiz? Incentivei-os a terminar a obra. Então, nessa minha gestão, nesse último um ano e dois meses, eu tenho terminado – eu com a minha equipe – 3,5 paradas por dia. Foram mil seiscentas e poucas obras que nós terminamos por dia. Estavam paradas, o Parlamentar vem pedindo, e eu falo: "Mas na sua região tem uma creche, na sua cidade tem uma escola", e ali a gente termina. É isso que eu tenho tentado fazer. Tenho tentado dar o melhor de mim. Sou falho e muitas vezes cometo erros, mas estou pronto para mudá-los.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MILTON RIBEIRO – O dado exato do Paraná: falei 600 milhões, mas são 494 milhões que estavam lá na conta no Paraná.

Muito bem. Sr. Presidente, estou à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradeço ao nosso Ministro pela sua explanação ampla, precisa, abrangendo os pontos essenciais dos motivos pelos quais ele foi convidado a vir aqui à nossa Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar, então, à lista dos inscritos para fazerem os seus questionamentos. E começo pelo autor do requerimento, Senador Veneziano Vital do Rêgo, que nós ouvimos com muita atenção e com muito prazer.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para interpelar.) – Obrigado. Obrigado, Presidente, querido companheiro Senador Marcelo Castro. Eu quero saudá-lo e o faço também nas pessoas dos queridos e queridas integrantes deste Colegiado da Comissão de Educação, os que entre nós se encontram, nomeando-os: o Senador Fabiano Contarato, o Senador Izalci, o Senador Esperidião Amin, o Senador Alessandro Vieira. Quero saudar também a todos aqueles que virtualmente participam, cumprimentar os nossos sempre competentes – e faço sempre questão de assim salientar que essas nossas reuniões, a vida, em si, deste Parlamento não se daria da maneira como nós desejamos se não fosse o nosso corpo técnico – companheiros de trabalho, saudar também os companheiros jornalistas na TV Senado, que permitem que a sociedade brasileira possa tomar conhecimento deste instante que, a meu ver, a nosso ver, é de muita importância; da mesma forma, o Exmo. Ministro Milton Ribeiro, na pessoa de quem eu quero estender meus cumprimentos e quero louvar – porque V. Exa. faz questão de dividir, nas informações técnicas – a presença dos demais companheiros que o ladeiam. Isso é fundamental. Uma equipe competente, que possa servir e municiá-lo.

Senador Presidente, nós precisamos tentar – e eu vou ao máximo aqui exigir-me – objetivar, até para que nós compartilhemos as participações dos companheiros. Nós temos, nesses três dias de volta semipresencial, acumulado trabalho e a presença em diversas Comissões. Quando nós apresentamos, requeremos a esse Colegiado sob a sua condução a apreciação do requerimento para que nós convidássemos... E é importante que aqui enfatizemos: a presença de S. Exa. Ministro de Estado, Professor Milton Ribeiro, se deu por um convite que esta Casa, Senado Federal, especificamente esta Comissão presidida pelo Senador Marcelo Castro, fez. E, de pronto, V. Exa. atendeu, apenas de acordo com a agenda da Comissão e uma agenda própria do ministério, do Ministro, que já esteve na Câmara Federal. Quero salientar isso porque foi um convite prontamente aceito.

E, no requerimento subscrito pelos demais outros companheiros, V. Exa. há de convir que, republicanamente, como é o espírito de todo qualquer Parlamento que, de fato, pretenda respeitar-se e ser respeitado, nós não poderíamos deixar de ouvir de V. Exa. explicações, esclarecimentos, como são os esclarecimentos que V. Exa., a partir do momento em que gerou – e também a sua compreensão nós requeremos – espécie, ou seja, gerou uma reação que naturalmente teria que ser compreensível, ao ponto do que fora dito, como fora dito, no seu conteúdo. Mas é muito bom estar diante de uma pessoa que sabe, não é? E bom que nós aprendamos e assim façamos esse exercício permanente e diário, até pela sua própria formação – teólogo também –, de saber pedir desculpas. Isto é muito bom, isto é muito bonito, acima de tudo: reconhecer o erro a que estamos, na condição falha, frágil, humana – e, lamentavelmente, alguns imaginam imortal condição –, sujeitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a sua presença, renovando o que disse depois das suas considerações, que foram considerações que terminaram por gerar a oportunidade de que V. Exa. aqui esteja entre nós, traz-nos já esse momento perante a opinião pública.

E quero dizer, Senador Marcelo Castro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Eu queria pedir a sua compreensão porque vou tentar ir direto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, Senador Veneziano, fique à vontade. O tempo aqui é elástico.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Não, mas é porque há os nossos companheiros que estão também perante outras Comissões. Eu vou objetivar, Sr. Presidente.

A missão do Ministro não é fácil. V. Exa. há de compreender que, quando expõe... E eu não estou aqui pondo dúvidas às suas palavras, não queremos pôr dúvidas às suas palavras e ao seu comprometimento com as causas, as causas que envolvem o ensino e o acompanhamento às pessoas com deficiência, as causas que envolvem a formação superior, mas nós, nesses dois anos e dez meses, Ministro – V. Exa. há de convir –, estamos diante de uma realidade em que há um Governo notadamente... Para que nós não adentremos, porque estamos a tratar, na Comissão de Educação, sobre questões afetas à área, nós estamos diante de quadros de exemplos lastimáveis.

Perguntamos a V. Exa. se, de fato, além da palavra, além desse compromisso pessoal de formação que tem, como condutor que foi de uma instituição tão respeitada em todo o País... Quando V. Exa. citou... E eu quero aqui fazer uma compartimentalização entre o item questões que envolveram, na sua fala, aspeando-as, e V. Exa. pedindo desculpas porque foi "extraído, pinçado, contextualizado", V. Exa. aqui está a dizer, e eu não estou a desacreditar, mas é o que nós temos visto desde o início de 2019 com respeito aos demais outros que o antecederam. Ouvimos, na palavra ou nas palavras do ex-Ministro Vélez, o quê? Que a universidade ou as universidades eram inúteis, porque deveriam ser para um grupo elitista. São palavras do ex-Ministro Vélez.

Nesse mesmo diapasão, nós ouvimos, nas considerações do Presidente da República, do próprio Presidente da República, que tem o nosso respeito pela condição que ocupa, a desconsideração, o completo desapreço com as instituições de ensino superior. E eu me recuso a fazer menções, como as menções feitas pelo ex-Ministro – não sei se colega seu, mas que ocupou a cadeira que V. Exa. ocupa, e V. Exa. se distingue tanto, é bom que se registre, inclusive na forma de tratar – Weintraub, da maneira como ele se dirigia aos estudantes, aos professores de ensino superior. Eu me recuso a fazê-lo até porque V. Exa. se lembra daquilo e toda a sociedade brasileira bem o sabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no instante em que você tem um Governo que ideologiza... V. Exa. diz que é um idealista e não pode trazer ideologias para o Ministério da Educação – e eu aqui faço essas menções –, mas há de compreender que nós temos essas preocupações, as preocupações de quem, quando ouve um Ministro que registra que foi infeliz nas colocações, de imediato, se lembra do que o Presidente da República pensa dos professores, dos alunos de determinadas universidades, e do que ex-Ministros, pelo menos dois desses que o antecederam, também pensavam. Foi essa a preocupação.

E nós queremos, como ouvimos no início, saber exatamente desse comportamento não apenas verbalizado, mas prático de que as instituições públicas superiores não sejam para uma gama reservada de alguns brasileiros, mas que sejam ou que estejam com portas abertas a todos e quaisquer cidadãos – a todos e quaisquer cidadãos!

Eu fiz e não conclui, porque a minha formação é no curso de Direito, mas lamento não ter concluído o curso de Ciências Sociais. Quando eu ouvi recentemente também colocações de que desnecessárias seriam as formações em cursos de humanas, fiquei extremamente indignado e irresignado com essa compreensão, Ministro. Então, eu começo fazendo essa primeira colocação e queria a sua abordagem. Como já fez no início, V. Exa. terá a oportunidade de discorrer ao tempo em que também vai tirando algumas dúvidas.

Uma palavra foi posta: uma coisa não exclui a outra. Quando nós identificamos nas aspas postas a S. Exa. o Ministro Milton Ribeiro, que pediu desculpas porque foi mal interpretado, não poderíamos senão entender que investir na formação técnico-profissional significaria necessariamente desincentivar investimentos no ensino superior. Não pode, uma coisa não exclui a outra – uma coisa não exclui a outra. Isso é importante que se diga e que se faça – que se diga e que se faça! E eu creio que V. Exa. haverá de pensar e de agir dessa forma.

E aí pergunto logo em seguida. V. Exa. diz: "A vedete ou as vedetes...". Eu estou apenas mencionando com o respeito que V. Exa. está vendo que esta Casa tem para com o senhor. Estou apenas trazendo aqui que V. Exa. disse: "As vedetes serão os institutos federais, a formação técnico-profissionalizante". Bem, para que elas sejam vedetes, entendendo a sua preocupação, o seu olhar para os trágicos instantes de pandemia que nós vivemos, é preciso que nós tenhamos uma resposta concreta sob o ponto de vista material.

Eu quero dizer a V. Exa. que reuni algumas preocupações que chegam a nós Senadores para que perguntemos e instemos àqueles que nós convidamos. E eu recebi de muitos integrantes da rede, de 40 ou 41 institutos que nós temos, situações que mostram que tivemos uma diminuição de mais de 20%, em alguns casos de 23%, de 2020 a 2021. Se é vedete, se precisamos investir, nós precisamos de uma maneira cabal fazer os investimentos. E esses são números apresentados por esses que são companheiros seus, integram o Ministério da Educação na condição de professores, de reitores, de alunos. Há queixas, Ministro, da ausência do MEC em relação a investimentos não apenas de custeio, mas de investimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em laboratórios, investimentos nos restaurantes, investimentos, enfim, em ginásios. Eu falo aqui e vejo nas menções fisionômicas do Senador Marcelo Castro, que, como eu, é do Nordeste, que temos a noção exata do que é e do que isso significa. É uma preocupação.

E aí eu já vou deixando a indagação a V. Exa.: como é que nós poderemos crer – e queremos crer – que haja por parte do ministério não apenas a compreensão, mas a certeza de investir na formação técnico-profissionalizante, sem perdas em investir, valorizar, não desconhecer, não desprestigiar, não tratar com preconceitos... O senhor não tratou, mas outros que o antecederam assim o fizeram, inclusive, seguindo – não sei – a visão ideologizada do Presidente da República. O senhor não tratou, mas outros que o antecederam assim o fizeram, inclusive seguindo, não sei, a visão ideologizada do Presidente da República de como fazer para que o discurso se torne coerente com a prática que, à ótica dos que me trazem essas informações, não é factível.

Estou colocando para V. Exa. principalmente com a preocupação, Ministro, que é trazida – e não sei se os Senadores devem estar por conhecer – de que há um estudo que deve estar tendo resposta proximamente de que V. Exa. e o Ministério da Educação desejam ampliar para dez novos institutos. Eles me diziam – e, inclusive, com a nota do Conif, que é o conselho que os representa, que já é pública – que não concordam exatamente porque é uma incoerência; ou seja, se há recursos parcos para conclusão de investimentos em infraestrutura, entre as quais eu já as mencionei ginásios, laboratórios, restaurantes, como se dará com essas parcas condições criar novas dez reitorias, novas dez instituições, no valor médio de R$8 milhões cada – R$80 milhões, portanto –, se ao mesmo tempo existem tantos flancos e lacunas abertas? É uma preocupação que eu exteriorizo a V. Exa.

Penso, para não me alongar, que disse exatamente tudo aquilo que gostaria, senão para compartilhar dos demais companheiros.

Eu sou um defensor intransigente da participação e da formação superior. Se existem números – que são preocupações do Ministro, da equipe e que são nossas – de quem ingressa e de quem não conclui, essa é uma realidade dura, crudelíssima, que precisa ser enfrentada, mas não é uma justificativa para que nós abandonemos e sentenciemos o desejo de quem se propõe ver-se formado em algum curso. Essa mesma realidade do Fies, com outros nomes ou outro nome ou outra designação, nos Estados Unidos da América, nós vimos inclusive o gesto de um grande empresário que fez valer a colaboração, a ponto de quitar diversos desses estudantes que tinham o Fies, similar ao Fies, nos Estados Unidos. É uma realidade dura, crudelíssima, repito, extremamente ignóbil que nós vivemos, onde existem desigualdades como imperam as mesmas aqui.

Ministro, hoje pela manhã, antes de chegar ao seu encontro, deve ser do seu conhecimento, até porque foi perguntado e até aquele instante, logo cedo da manhã, 6h30, 7h, os jornais traziam uma relação comparativa da OCDE em que o Brasil perdera, em termos comparativos a esses integrantes e parceiros da OCDE, em termos de investimentos, até colocando comparativos não com as grandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nações, não com os países desenvolvidos ou mais desenvolvidos integrantes da OCDE, mas nos colocando em comparação com a Colômbia, que assim fez no tocante a 2021 e 2020 a diminuição de investimentos verificados. V. Exa. já deve ter sido instado a responder pelo Ministério da Educação – pelo menos assim falou a empresa de comunicação quando se reportava a uma matéria que um dos jornais de circulação nacional trouxe hoje pela manhã. É um ponto em que eu gostaria de ouvi-lo.

Passando imediatamente para outra questão que foi dolorosa. Ao mesmo tempo em que eu faço o registro da sua capacidade cristã de pedir desculpas e perdão por ter sido mal interpretado por palavras malpostas, e isso é muito próprio de quem carrega a responsabilidade como V. Exa. carrega, como eu, como Izalci, como o Senador Amin, como o Senador Fabiano, como o Presidente Marcelo, ocupando cargos que são proeminentes por força não de sermos melhores, mas por estarmos a ocupá-los, precisamos ter cuidado com a forma como dizemos e como vamos nos dirigir. Todos nós somos passíveis a isso, às más interpretações, principalmente quando querem dar uma má interpretação. V. Exa. citava que, de 1,3 milhão de pessoas identificadas como deficientes, 12% tinham "impossibilidade plena de convivência" com outros que não têm deficiência – foram colocações aspeadas. Logo em seguida, e aqui mesmo, o senhor disse da dificuldade de quem está chegando e não tem domínio – a área é vasta – da área da educação. V. Exa. poderia não ter esse domínio, mas falou e, aí, gerou, sobre todos nós do Colegiado do Senado... Recordo-me de que, no dia, praticamente todos nós assim o fizemos, aqueles que particularmente vivenciaram essa situação, cito o Senador Romário e o Senador Aziz, que teve uma filha, que não está mais entre nós, que também tinha uma deficiência. E o senhor há de convir que não foi pequena nem média, foi grande a reação, porque nos deu a entender, a nos convencer de que o Ministério da Educação, que deve ser um dos provedores da inclusão, da interação, a desenvolver isso a que V. Exa. diz que se compromete através de investimentos, não vê dessa forma, quando todos os estudos e pesquisas que V. Exa. e sua equipe têm em mãos e sua equipe...

E quero aqui saudar a presença da Sra... Desculpe-me, eu não fixei o nome...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Nídia, que é uma senhora mãe de um autista. Eu tenho um companheiro que me auxilia que é pai de um autista, e eu passei a me interessar mais pela condição. Soube que estudos há, Presidente Marcelo Castro, companheiros, há projeção, Senador Amin – eu fiquei horrorizado e preocupado – de que, até 2030, é possível percentualmente que, para cada um nascido no mundo você tenha um autista, 1 para 1, 50 para 50. São estudos que chegaram às minhas mãos mostrando uma evolução que deve nos preocupar, para que nós tanto saibamos, estudemos como passemos a conhecer mais aquilo que ainda é muito desconhecido, o universo do espectro autista, e que também estejamos a nos preparar para que essas crianças e essas pessoas possam conviver, porque elas são passíveis de convivência social e de interação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso nos preocupou, Ministro, foi o que nos preocupou. E nós queríamos, como vimos já, V. Exa. pode ratificar, reendossar esse seu compromisso, pessoal, de convicção, cristão, perante esses investimentos que precisam ser feitos, ou seja, pode ter um custo, mas não é absolutamente de se levar em consideração quando a gente está fazendo investimento para ter uma criança com uma vida mais qualificada, interagindo. Investir, por exemplo, em acompanhantes terapêuticos, e não em segregá-los, Ministro. Eu não quero imaginar que esses 12% que foram levantados em menção de 1,3 milhão, Senador Marcelo Castro, não possam ter o direito, Senador Esperidião Amin, de conviver com outros ou, quando forem conviver com outros, não saberem, porque tudo é um mundo novo. E é essa a razão principal de nós pregarmos isso, mesmo que tecnicamente não conheçamos a situação. O fato é que lendo, ouvindo e convivendo com quem tem dentro de casa situações como essas, a gente sabe que a convivência, que é o inclusivismo, que é a inclusão, são muito importantes.

Então, eu queria fazer essas colocações e pedir encarecidamente que, no seu retorno à fala, pontue as situações, tanto as que envolvem as instituições federais como as universidades e também esse ponto detido a que nós estamos reservando nas preocupações, que se deram originariamente a partir das suas palavras que, repito sempre, foram palavras que V. Exa. mesmo fez questão de repor na medida daquilo que foi visto nas reações como algo equivocado, inadequado, inoportuno, e que possa ter ofendido a outros tantos.

Então, eu agradeço, Presidente Marcelo Castro. No discorrer, quem sabe outros pontos possam ser observados, mas agradeço a oportunidade. E, quem sabe, Ministro e Presidente, eu penso que as presenças de ministros ou de pessoas que possam falar por eles de uma forma mais regular terminam por nos aproximar. Não podemos estabelecer esses muros ou esse fosso que terminam por nos gerar, às vezes, não só por essas razões, muito menos por essas, cenários indesejáveis de não compartilhamento, porque não lhe custa, como não nos custa, reservar um dia para que ouçamos o Ministro da Ciência e Tecnologia, para que nós depreendamos quais são as políticas que desejam ser, de fato, postas em prática, ou pelo Ministro da Infraestrutura. Isso aproxima. Isso termina, inclusive, a nos ajudar na formulação de propostas legislativas que, às vezes, nós fazemos aqui e, por não termos um contato mais próximo, por não termos a possibilidade de tirar dúvidas, de ouvir quais seriam os percalços, quais seriam as dificuldades da implementação... Esse contato é muito importante, Ministro! Veja que V. Exa. está se sentindo à vontade aqui, respeitado, e ouvindo as nossas considerações e preocupações, que são de milhões de brasileiros, no tocante a esses dois assuntos.

Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a participação do nosso ilustre Senador Veneziano Vital do Rêgo, eu vou pedir permissão aos membros e ao Ministro para a gente ouvir mais dois Srs. Senadores fazerem seus questionamentos. Então, em seguida, eu passarei a palavra ao Ministro e ele responderá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pela premência do tempo e dos compromissos que tem agora, eu vou passar a palavra ao nobre Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero, inicialmente, parabenizar o meu querido Senador Veneziano Vital do Rêgo pela brilhante iniciativa, tão tempestiva iniciativa; parabenizar também o meu querido Senador Marcelo Castro, pode ter certeza de que o senhor dignifica e muito o Senado Federal; e também agradecer o comparecimento dos meus queridos Senadores aqui, Izalci, meu querido Amin e todos aqueles colegas que estão nos acompanhando virtualmente.

Ministro, obrigado por o senhor ter vindo aqui. Eu vou iniciar minha fala fundamentando-a na Constituição Federal. O art. 6º da Constituição Federal é claro quando estabelece que é um direito social – e aí ele vem como primeiro direito social – o direito à educação. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda, já nos ensinou Paulo Freire.

Indo mais à frente, indo mais ainda na Constituição Federal, o art. 3º, IV, determina que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação. E, infelizmente, no Brasil, uns são mais iguais que outros. Eu queria muito ter a oportunidade de estar aqui falando que aquela premissa do art. 5º, *caput*, de que todos somos iguais perante a lei, independente da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, pessoa com deficiência ou idoso, fosse uma realidade. Infelizmente, essa realidade está longe de ser efetivada no Brasil.

Como o Governo Federal olha para a educação brasileira? Se hoje me fosse perguntado isso, eu iria tirar uma foto dessa educação. Porque nós tivemos – o senhor é o quarto Ministro da Educação – o Ministro Ricardo Vélez, que chegou ao ponto de pedir aos diretores de escolas para filmar os alunos cantando o *slogan* do Presidente da República, para que filmassem o professor em sala de aula, ofendendo e intimidando a liberdade de cátedra. Depois vem o Weintraub, que afirmou que não destinaria recursos para os cursos de Filosofia, Sociologia, Antropologia.

Ministro, a minha formação é no Direito, mas não há nenhum ordenamento jurídico que se sustente, que seja sedimentado se não for em cima de um comportamento ético. Eu não seria absolutamente nada se não tivesse feito leituras que passam pelos pensadores: Locke, Rousseau, Maquiavel, Michel Foucault, não seria absolutamente nada.

Então, quando eu vejo um Governo Federal que coloca num cargo como o de Ministro da Educação uma pessoa que quer hierarquizar cursos, como se fosse esse melhor do que aquele, penso que nós temos que nos indignar. Jamais nós podemos perder a capacidade de indignação.

Aí vem o Carlos Decotelli, que teve a sua nomeação cancelada por irregularidades no seu currículo. E aí vem o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, Ministro, pedido de desculpas, com todo o respeito, tem que ser acompanhado de uma ação de inclusão. Não basta vir pedir desculpas, com todo o respeito. E o senhor não deve pedir desculpas apenas a quem se sentiu ofendido; o senhor deve pedir desculpas a todos, pois foram ofendidos.

Óbvio que eu reconheço que uma das melhores virtudes no ser humano é a humildade, mas o senhor falar – e hoje aqui o senhor confirmou isso – que a universidade seria para poucos! Ministro, eu não falo isso por vitimismo, Senador Amin, mas eu venho de uma família muito pobre. Meu pai era motorista de ônibus, puxou ônibus 40 anos; a minha mãe, semianalfabeta, criou seis filhos. Eu sempre estudei em escola pública. Falar que universidade é para poucos, não! Eu sei que o senhor estava se referindo aos cursos tecnológicos, mas isso não pode vir na fala de um Ministro da Educação. Nós temos é que dar oportunidade. O senhor sabe como é. Pense, coloque-se na dor, seja empático. Vamos imaginar que, nos rincões do Brasil, existe uma família pobre – nós temos 60 milhões de brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza – e que o sonho do filho é fazer um curso de Medicina. Ministro, se não for o sistema de cotas, aquele filho do pobre não entra, porque aquele pai, aquele pobre, aquela família não tem R$9 mil, R$7 mil, R$10 mil para pagar por mês num curso de Medicina.

A escola tem que ser inclusiva, ela não tem que ser exclusiva. Ela tem que ser plural. Então, o senhor fez essa afirmação, quando fala "crianças com deficiência impossível de conviver". Isso tem um peso porque não é qualquer pessoa falando, é o Ministro da Educação que está falando. Então, com todo o respeito, não basta vir e pedir desculpas ao meu querido Senador Romário, mas tem que pedir desculpas a todos.

O senhor deve pedir desculpas a todos os pobres porque o senhor falou que a universidade é para poucos. Coloque-se no lugar desses jovens que sonham ser médicos. Eu fico me imaginando, Senador Castro, quantos dentistas, médicos, advogados, poetas que estão perdidos nos rincões do Brasil e não tiveram estudo porque não tiveram oportunidade de fazer um curso, ter uma educação pública de qualidade.

E aqui eu quero falar para o senhor: nas escolas públicas do ensino fundamental, 92% não têm laboratório de ciências; 73% não têm biblioteca, não têm acessibilidade, Ministro, não têm quadra de esportes. Então, falar da qualidade da graduação nas faculdades das universidades federais, estaduais e institutos federais é uma coisa, o problema está na educação básica, fundamental até ele entrar na universidade.

Depois o senhor chegou ao ponto de dizer que professores trans não podem incentivar alunos a andarem por esse caminho. Ministro, se o senhor colocar um cocar na cabeça, cocar de índio, o senhor não vai se transformar num índio. Então, fazer essa interlocução, essa conexão, essa relação de causalidade, isso fere a razoabilidade. Veja que eu estou pontuando falas do senhor que foram extremamente fortes. Com todo o respeito, a sociedade brasileira merece um pedido de desculpas, mas um pedido de desculpas com medidas de inclusão, com ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí o senhor chega a uma fala que em mim é muito cara, isso me é muito caro. O senhor me conhece, Ministro? Não. O senhor conhece a minha família? Também não. O senhor chegou ao ponto de falar que os *gays* vêm de famílias desajustadas. Olha, eu não consigo pronunciar essa frase. Eu tenho muito orgulho de dizer que eu sou casado, que eu tenho dois filhos. Eu tenho orgulho do meu pai que é motorista de ônibus, da minha mãe semianalfabeta. Eu não venho de uma família desajustada, Sr. Ministro. Eu não tenho subfamília. Eu tenho subfamília, Ministro? Eu tenho subfamília? A família do senhor é melhor do que a minha? Orientação sexual, Ministro, não define caráter. O que define caráter é seu comportamento ético, é seu comportamento moral, é seu grau de comprometimento com a incolumidade pública, com a redução de desigualdade, oportunidade uma educação pública de qualidade, com a geração de emprego e renda. Não é a cor da pele que vai definir o caráter, Ministro; não é a orientação sexual que vai definir o caráter; não é o professor trans que está na sala de aula que vai fazer com que o filho A, B ou C, no outro dia, passe a ser parte da população LGBTQIA+. Sejamos responsáveis com essa fala, que muito me assusta.

Nós tivemos neste Governo, Senador Veneziano, reitores biônicos, não obedecendo ao processo eleitoral. Cito aqui um exemplo, Mato Grosso do Sul, a universidade de lá: a reitora que não foi escolhida. Foi fora. Eu vou...

Eu sei que o senhor já foi complacente com a minha fala, perdoe-me, mas eu não poderia deixar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Fique à vontade, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ... de fazer essas ponderações, porque hoje, mais do que nunca, Ministro, eu sei o que que é local de fala, porque só quem passa por um comportamento sexista, preconceituoso, homofóbico, racista, misógino, sabe a dor que a gente carrega. É como se fosse uma ferida aberta, que não cicatriza. Então, eu ouvi que universidade é para poucos; crianças com deficiência são impossíveis de conviver; *gays* vêm de famílias desajustadas, professor trans não pode ensinar alunos a andar por esse caminho... Eu não posso me calar. Não posso me calar.

Segundo o senhor, as escolas perdem tempo falando de ideologia. Ministro, eu sou professor de Direito há 22 anos... Eu queria entender de onde que tiraram isso, que professor vai para a sala de aula para ensinar ideologia. Isso é liberdade de cátedra! O senhor é da área da educação... Não vamos violentar a liberdade de cátedra de um professor. O professor está ali para ser um elo de transformação, para fazer com que o aluno reflita, pense, e aí ele vai seguir o caminho que ele quiser. Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é, Ministro. Agora, não vamos tolher esse processo educacional, os nossos professores, a quem eu tenho todo respeito e admiração, e estarei aqui no Senado, defendendo de forma intransigente a valorização desses profissionais, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nós temos que colocar as escolas com acessibilidade. A escola tem que ser inclusiva, plural... Agora, vamos parar com esse discurso raso de que os professores estão ensinando, falando ideologia.

E eu quero falar que, enquanto o senhor diz que as escolas perdem tempo falando em ideologia, por outro lado, o senhor é investigado também, no Supremo Tribunal Federal, por falas discriminatórias, que, inclusive, levaram o Governo Federal a ser condenado em ação civil pública pelos danos causados à coletividade. Destaco que esse comportamento de V. Exa., infelizmente, é reiterado e foi adotado também por seus antecessores.

Bom, as minhas considerações seriam essas. Eu agradeço mais uma vez a oportunidade.

Quero pedir perdão ao meu querido Senador Marcelo Castro, mas essa minha fala eu acho que o mínimo que o senhor deve, hoje, aproveitando este momento... Essa vida da gente, Ministro... O senhor é cristão e eu também sou, com muito orgulho, mas eu costumo dizer que a minha religião é o amor e o meu Deus é o outro. E, quando eu tenho a sensibilidade de olhar para o senhor e enxergar aquele Deus que eu acredito, eu vou exercer mais o amor, a caridade, a compaixão, a humildade, a dignidade. O mínimo que o senhor deve à população brasileira que está nos acompanhando é um pedido desculpas aos pobres, negros, índios, pessoas com deficiências, população LGBTQIA+, mas não só o pedido desculpas, esse pedido de desculpas. Os atos falam mais que as palavras e eu espero que isso seja uma marca, uma digital de V. Exa. à frente do Ministério da Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Fabiano Contarato, o Ministro pergunta se V. Exa. poderia permanecer para ele poder responder a V. Exa.

Então, eu vou passar a palavra ao Ministro e pedir que V. Exa. responda ao Senador Fabiano Contarato e ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, autor do requerimento E nós passaremos então para a etapa seguinte.

O SR. MILTON RIBEIRO (Para expor.) – Na verdade, o que eu queria – sei que tem outras responsabilidades –, eu gostaria, do início desse gesto meu que o senhor propõe que nós marcássemos uma visita sua ao MEC. Eu gostaria de recebê-lo e dar a atenção e o cuidado, e ouvi-los, ouvi-lo. Eu gostaria de convidá-lo para estar no MEC ou eu ir ao seu gabinete para esse tipo de conversa.

Se o senhor me permite, às questões eu respondo depois, naturalmente o senhor vai ter acesso, mas eu disse na Polícia Federal, eu reiterei que não foi minha intenção também, eu estava chegando ao MEC, eu vim de um contexto em que se misturava – e agora eu percebo muito a minha postura como pastor, em que nós cremos, sim, temos alguns dogmas que são bíblicos, em que nós acreditamos, mas como um Ministro de um Estado laico, eu tenho que respeitar todos e respeitar a orientação de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que o senhor soubesse, antes de sair daqui, que essa é a minha postura. Eu vou depois entrar em contato com a sua assessoria para tê-lo lá no meu gabinete para uma conversa e um café, se for possível.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Muito obrigado, irei com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Seguindo a programação inicial, vou passar a palavra ao próximo inscrito, Senador Confúcio Moura. Com a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde Sr. Ministro, Senadores e Senadoras presentes, telespectadores. É uma satisfação, Ministro, recebê-lo aqui... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Confúcio, o áudio de V. Exa. está com problema. Nós não estamos conseguindo ouvi-lo bem, está falhando.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, está ruim. Está ruim o som.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Passa para outro, então. Passa para outro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, enquanto V. Exa. conserta aí.

Vou passar a palavra então ao Senador Carlos Portinho, próximo inscrito. (*Pausa.*)

Senador Carlos Portinho não está conectado.

Vou então passar ao nobre Senador Esperidião Amin, que está presente aqui na Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, serei breve e objetivo, mas não posso deixar de frisar que fiquei emocionado com o gesto a que há poucos segundos nós assistimos.

Eu sou de formação jesuíta, Ministro, e acho que mais importante do que o erro, mais importante do que o desencontro, é perdão ou o autoperdão, o remorso e o reencontro. Então, eu fiquei muito emocionado e satisfeito com o seu cumprimento ao Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria também de dizer, para trazer uma boa notícia – viu, meu amigo Veneziano? No final de julho, eu fui pagar uma promessa. Promessa de político é uma coisa complicada, não é? Até o Marcelo Castro sabe disso. Em novembro de 2019, nós recebemos aqui quarenta e poucos alunos. Foi, aliás, em outubro, no dia seguinte à aprovação da reforma da previdência. Então, o Plenário estava vazio. Eu botei os 45 alunos, professores dentro do Plenário do Senado, se empapuçaram de bater fotografia. E eu perguntei o nome da escola. Escola de Educação Básica Municipal Machado de Assis, de Joinville. "Vocês têm na biblioteca a coleção do Machado de Assis?" "Não temos." "Eu vou levar."

Mandei comprar... Eu tinha em casa, mas mandei comprar a versão moderna. Só chegou em fevereiro. Em março, fechou a escola. Então, fui pagar a promessa um ano e meio depois, mas paguei. E vi a escola, Marcelo, *full*. Mil setecentos e sessenta alunos, dois turnos, aquela festa, aquela arruaça própria de uma escola. Entreguei a coleção aos alunos, dois anos depois de eles terem estado aqui, já passaram de ano. E acho que isso é uma coisa boa, depois de um ano e pouco de interdição.

De outro lado, fico triste que a minha universidade, onde eu fui professor desde 1975, como a sua também, Marcelo, as nossas estão fechadas, pelo menos em matéria presencial. Eu sou professor desde 1968, intermitentemente, e, desde 1975 vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina. E considero que essa relação entre humanas e técnicas existe em toda universidade também.

Eu fiz na Universidade Federal Direito; na Universidade Estadual, Administração. Fui professor no curso de Administração, mas fiz o meu doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento, terminei aos 62 anos. É do outro lado do rio – nós lá usamos essa expressão: é o "outro lado do rio", porque passa um rio no *campus* universitário e as pessoas... "eu sou do outro lado do rio". Então, esse jargão eu vejo com menos gravidade, porque até na cultura popular isso existe. Claro que isso não pode servir para discriminar.

Também tenho como aprendizado: eu sou filho de imigrantes, primeira geração. Nem meu pai nem minha mãe nasceram no Brasil e nenhum deles veio por vontade própria.

E é lógico que a gente sente a coisa neste País, que é maravilhoso, não é? Se há um país que é fácil de lidar com a inclusão é o Brasil. É fácil. Porque, nos outros, é muito mais difícil.

Quando eu ouvi essa frase sua, sobre universidade, eu me lembrei de um livro de um grande jurista e professor de Direito americano, para mim o melhor de todos, o Michael Sandel, de Harvard, professor popular, autor de *Justiça: o que é fazer a coisa certa?*, *O que o dinheiro não compra* e contra o mérito. Escreveu um livro contra a meritocracia. Não contra, mas demonstrando as fragilidades e as hipocrisias da meritocracia. Você vai entrar na universidade pela porta da frente, dos fundos ou do lado, nos Estados Unidos? Ele disseca isso. Disseca a meritocracia nas suas hipocrisias.

Então, eu faço esse comentário porque, como jesuíta, eu quero dizer o seguinte: eu estou convencido de que, se as suas expressões foram infelizes, eu estou convencido de que o seu coração vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carregar um pouquinho de remorso, e remorso é a melhor energia que o ser humano pode ter. O remorso não vem da crítica, vem daqui de dentro. E eu acho que esse remorso pode ajudá-lo a conduzir bem a sua missão, especialmente nessa questão da inclusão, que o meu amigo Veneziano dissecou ou descreveu da maneira mais correta.

Eu não sei se ele vai gostar, mas, em homenagem à Paraíba, ele falou três vezes a palavras "aspas" e, inclusive, usou o verbo "aspear". Eu vou homenagear a Paraíba com uma definição do vocabulário ortográfico do meu saudoso amigo Ronaldo Cunha Lima, que disse: "Aspas são duplas vírgulas hasteadas em frase de outro autor que você não vê usadas nas minhas frases de amor".

E, para terminar, eu tenho uma pergunta objetiva: o senhor está fiscalizando a instalação da internet?

Essa aqui, Izalci... Nem você faria essa pergunta. (*Risos.*)

Nem você iria fazer essa pergunta, porque eu não vou deixar. Vou tomá-la de você. Em alemão, é *rauben.* É uma palavra que soa mal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tomar com determinação é *rauben.*

Então, vou lhe perguntar: o senhor está acompanhando?

A estatística que o Izalci nos vendeu, naquela sua tenda da Comissão do Senado do Futuro, é uma espécie de bruxaria. Bota lá uma bola de cristal e fica esfregando a bola, faz consulta... É cheia de estrelinhas ali, a tenda...

São 140 mil unidades escolares. Corrija-me, Senador Izalci. A média é de 2,5 mil inclusões mensais. Gostou de "inclusões"? Quer dizer... Chama para si. Essa estatística, Senador Izalci, acho que é de junho ou julho... Está lembrado? O Ministro Farias, inclusive, participou desse evento.

Eu não quero exatidão. Eu só queria que o senhor colocasse na sua bússola, no seu radar isso, porque realmente uma escola sem acesso à internet hoje é a consagração do contrafactual. O factual é que o mundo é plano? Não é plano. Para os que estão abaixo do tampo da mesa, ele é uma grande escuridão, e é o caso. Como é que eu vou para uma escola técnica – usando o exemplo – que não está conectada com o mundo? Nunca vai acontecer isso. Isso vale em todos os níveis e classificações que se deem à escola.

Finalmente, eu fiquei muito impressionado com essa estatística, essa previsão que o Senador Veneziano nos trouxe aqui sobre o caminho para a ampliação do autismo. Não sou cientista, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanho esse assunto. Nós, lá em Florianópolis, em Santa Catarina, temos alguns centros de excelência nessa questão, Senador Veneziano.

Eu creio – vou aqui fazer um pouquinho de charlatanismo – que uma das facilidades que nós estamos criando para essa ampliação do autismo é essa cena que nós vemos em muitos restaurantes, oito pessoas ao redor de uma mesa, mas elas não estão conversando, cada uma... Quem não viu isso ainda, Senador Izalci? Você vê lá dez pessoas num banco, mas uma não está conversando com a outra, cada uma está fazendo o seu – entre aspas – "autismo". A urbanização, que deveria aumentar o grau de socialização, está produzindo isolamento. Quem é que conhece os seus vizinhos de prédio? Então, além dos aspectos científicos, eu acho que a sociologia vai explicar um pouco isso.

Para terminar, é por isso que o Butão criou o conceito de felicidade nacional bruta, que agora a Fundação Getúlio Vargas, há alguns anos, vem atrás. Se você não tem vizinho, nem se preocupa com eles, se você recebe um chefe imposto, se o chefe da família também é uma imposição de uma regra... Chefe da família é mulher, muitas vezes, mesmo tendo um marido, fora as que têm que criar a família sozinhas. Então, se são regras dogmáticas que nos conduzem, eu tenho várias formas de não acatar. Posso fazer uma revolução e posso me encaramujar.

Mas a principal pergunta – eu ficaria satisfeito de saber, coloquei já no meu radar – é a questão da internet na escola. Eu insisto na pergunta para não dar espaço para o Izalci perguntar sobre isso. Ou seja, eu estou fazendo a minha pequena maldade aqui. Todo escoteiro tem que fazer uma pequena maldade e uma pequena boa ação pra compensá-la diariamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Desculpe-me, é só para...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – É que, como eu fiz uma citação, e citação científica tem que ser exposta, tem aqui, Senadores e Ministro, que decerto deve saber... Existe ainda uma outra informação. O texto é bem mais preocupante, divulgado pela pesquisadora americana Stephanie Seneff, que é cientista sênior de pesquisa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), próloga, PhD, já publicou mais de 170 artigos acadêmicos revisados pelos seus pares e estuda o autismo há mais de 30 anos. Segundo a citada cientista, Sra. Stephanie, até 2025 – eu até disse 2030 –, uma em cada duas crianças será autista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vou retornar aqui ao Senador Confúcio Moura. Veja a sua conexão como é que está. (*Pausa.*)

Parece que o Senador está fora do vídeo.

Senador Carlos Portinho também está fora.

Vou, então, ao Senador Flávio Arns, com a palavra, então.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Ministro e dizer da satisfação de tê-lo em nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, tão bem presidida pelo Senador Marcelo Castro... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Flávio Arns, por obséquio, nós já cometemos aqui duas impropriedades, com o Confúcio Moura e agora com V. Exa. Na verdade, o som aqui está ruim. Não deve ser na emissão aí de V. Exa. É o sistema de som aqui do Senado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É na recepção, então.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Na recepção...

Então, V. Exa. está falando e está chegando muito ruim aqui o som. Então, vou pedir desculpas a V. Exa., ao Senador Confúcio Moura também, enquanto os técnicos aqui fazem um esforço para... (*Pausa.*)

Enquanto os técnicos aqui fazem o conserto desse som que está ruim... Então, enquanto isso, eu vou suspender aqui a reunião por cinco minutos para ver se os técnicos dão cabo desse problema que está acontecendo aqui no som, se consertam o som. Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só para saber a ordem da minha inscrição. Há muitos ainda ou não? Só porque eu tenho uma...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não tem muito, não.

(Iniciada às 09 horas e 21 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 07 minutos e reaberta às 11 horas e 16 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Declaro, então, reabertos os nossos trabalhos.

Agora, com o sistema de som consertado, devolvo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Agradeço, Sr. Presidente.

Está me escutando bem agora?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sim, perfeitamente. Está muito bom e audível o som.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – O.k.

Então, quero cumprimentar V. Exa., Senador Marcelo Castro, parabenizá-lo de novo pelo posicionamento, ontem, no Plenário, em relação à PEC nº 13, cumprimentar o Ministro da Educação e dizer da alegria de ter V. Exa. na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Bom, eu queria abordar alguns temas, três temas, rapidamente.

O primeiro deles diz respeito à sua manifestação para as pessoas com deficiência, à educação da pessoa com deficiência.

Fiquei preocupado quando a notícia veio à tona. Pedi para ter o vídeo, inclusive da sua entrevista, e percebi claramente, no vídeo, que talvez tenha sido usada alguma expressão, como o senhor mesmo colocou hoje aqui, na audiência, de uma forma inadequada, mas a intenção era perfeitamente válida, boa, de bom coração, o que deve acontecer. E eu, inclusive, coloquei esta minha opinião no grupo de Senadores, o que tranquilizou muitos Senadores também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É verdade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu quero até colocar que a gente tem que pensar que a área da pessoa com deficiência é uma área onde se apresenta uma diversidade muito grande. Nós estamos falando, por exemplo, de atletas com deficiência intelectual que estavam em Tóquio na paralimpíada, o que é ótimo, maravilhoso. Mas, se formos para o outro lado do espectro, da deficiência intelectual, nós vamos ter crianças, adolescentes, jovens, adultos que precisam de apoio nas situações de vida diária, para comer, para fazer a higiene, para andar, e essas pessoas precisam ter o direito à educação assegurado também, todo mundo em toda área do espectro.

Eu participei de uma audiência pública em Brasília, até com o Senador Izalci Lucas, no Dia Nacional do Autismo, e nós temos pessoas com autismo... O Senador Veneziano se referiu a esse grupo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pessoas que têm um talento especial na área das artes, dos esportes e em outras áreas. Mas, na audiência pública, no outro lado do espectro, as mães estavam dizendo "olha, são quase 120 pessoas identificadas em Brasília que não vêm tendo acesso à educação porque usam capacete, se autoflagelam, têm dificuldades. Então, essas pessoas têm que ter o direito à educação assegurado também.

E o que o senhor colocou na entrevista é que é preciso haver mais opções, não é? É preciso haver mais opções para o atendimento dessas pessoas. A gente não pode unicamente dizer classe comum para todo mundo. Nós temos que ver a necessidade da pessoa, a necessidade de se incluir, de participar, de ser feliz... E, quando a gente tem uma dúvida, a gente tem que consultar a família e a própria pessoa com deficiência, para que a resposta compense.

E, do meu ponto de vista, é essa a política que o MEC vem adotando. Não é contra a inclusão. Ninguém é contra e nem pode ser contra, não é? O Brasil, inclusive, o Senador Esperidião Amin colocou, é muito mais inclusivista do que países europeus. A gente ainda vê lá na Europa, na Inglaterra, na França, escolas em que os alunos ficam o ano inteiro na escola. E chamam de escolas inclusivas. A gente diz: "Mas por que é que chamam?" Ah, porque antigamente a pessoa ficava a vida inteira. Agora fica o ano, passa as festas de final de ano em casa. Aqui no Brasil, não. Nós estamos aí o tempo todo participando.

A mesma coisa na área da surdez. Houve um debate grande, porque foi aprovado o projeto de educação bilíngue para surdos. Aliás, com uma boa participação do MEC. E, nesse sentido, a gente tem que pensar que existe a surdez leve, moderada, severa, profunda, neurossensorial, condutiva, mas existe o surdo oralizado, tem implante coclear, mas há também aquela pessoa surda que tem a libras (língua brasileira de sinais) como primeira língua, não é? E vai ter essa libras para o resto da vida, o que é bom, ótimo, maravilhoso. Só que a língua portuguesa é a segunda língua. Então é uma educação bilíngue, não é? Não deixa de ser por isso que é uma modalidade de educação escolar.

Então, eu só quero dizer, assim, que a gente tem que ter sensibilidade. Ah, tem qualquer dúvida, vamos falar com a família, vamos falar com a pessoa com deficiência, vamos discutir, e a família e a pessoa com deficiência... No caso da educação bilíngue, a Fenes participou, que é a Federação Nacional de Educação dos Surdos, intensamente desse debate. E eles querem, quer dizer, a própria comunidade surda quer. E a gente vai dizer para o surdo "não, você não tem o direito de querer"? Claro que tem o direito de querer, não é?

Então, nesse sentido, a política... E eu tenho a impressão de que o Ministro Toffoli também pensa nesse sentido. Ele também tem um irmão com síndrome de Down e ele tem a sensibilidade para ver que nós precisamos ter uma diversidade de opções para atender adequadamente ao direito à educação da pessoa com deficiência. Então, nesse sentido, eu quero só destacar isso.

O segundo aspecto é a educação na pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, nós instituímos, na Comissão de Educação, uma Subcomissão, que tem por objetivo ver a educação na pandemia sob três focos: o primeiro, o que foi feito ou deixou eventualmente de ser feito – primeira pergunta – não só no âmbito federal; estadual, municipal, comunidade. Fazer o diagnóstico a que o senhor se referiu agora há pouco.

A segunda pergunta: o que está sendo feito neste momento para que a criança, o adolescente e o jovem voltem para a escola?

E o terceiro aspecto: o que que nós pretendemos fazer para o futuro? Educação em tempo integral, profissionalização...?

Então, eu pediria, assim, a participação efetiva do MEC nesses debates. Já está previsto o convite para que isso aconteça, mas para que a gente possa fazer o diagnóstico e, como Comissão de Educação, fazer essas propostas, depois do diagnóstico, do que aconteceu, do que está acontecendo e do que a gente acha que deva acontecer para o futuro.

E um terceiro aspecto, porque haveria muitas outras coisas a serem perguntadas, mas eu gostaria de me deter só na observação do ensino técnico...

Eu fui secretário de Educação no Paraná também, na condição de Vice-Governador, ex-secretário, e o que a gente observa em muitas situações é, uma coisa muito bonita... Por exemplo: alunos do ensino médio que estudam de noite, durante o dia têm a profissionalização. Quer dizer, um curso técnico de acordo com a necessidade daquele contexto, junto com os empresários, comerciantes, com a força produtiva do local. E, ao mesmo tempo, já ganham dinheiro, bolsa-aprendizagem, estágios, coisas do gênero, que possam significar recursos. E, com projetos complementares, o resultado é que 98% concluem o ensino médio. Quer dizer, a grande vantagem é terminar o ensino médio, ter a profissionalização e ganhar o dinheiro junto. Agora, essas pessoas que têm esta perspectiva, depois de um tempo, vão ver: "Ora, eu quero melhorar na vida", e aí procuram um curso tecnológico, um curso universitário com muito mais propriedade, com muito mais condições, porque terão o embasamento de todo um trabalho que é feito.

Então, eu acho que, às vezes, assim, as pessoas precisam entender que a universidade não é para poucos. A gente quer abrir mais opções, novamente, para que a pessoa chegue à universidade, porque eu sou professor universitário, sou aposentado agora também, mas sempre dei aula na educação básica, no ensino superior...

Agora, para terminar, eu pediria para o senhor que não... E me permita até chamá-lo de senhor, em vez de V. Exa. ou V. Sa. Eu pediria para o senhor, assim, que falasse com o Presidente Bolsonaro e com os outros ministros, para dizer: "Olhem, vamos ter a política de ter a educação como prioridade absoluta!" Não é primeira, não é segunda. É absoluta! E políticas públicas a favor da educação. Na Finlândia mesmo, o Ministro da Educação disse: "Olhe, uma coisa: educação em tempo integral, sem massacrar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aluno. Segunda: valorizar quem faz a educação. E terceira: políticas públicas para as famílias dos alunos", porque o aluno que tem casa, que tem comida, que o pai trabalha, que estuda, quer dizer, fica outro ambiente.

Mas isso V. Exa., mudando até o chamamento, como Ministro, unicamente, não consegue fazer, porque tem que ser uma política de governo, de Estado até, eu diria, porque isso vai para a vida toda. Dizer: "Olhe, é educação, queremos educação e que isso aconteça, em termos de Brasil, da creche à pós-graduação". Se houvesse esse chamamento na sociedade, criar-se-ia um clima a favor da educação.

Então, é uma alegria tê-lo, Sr. Ministro, na Comissão. Coloco-me à disposição também como Parlamentar e peço apoio também para fazermos um bom diagnóstico da educação na pandemia, porque a gente pretende fazer tudo isso neste ano ainda. A Senadora Zenaide é a Vice-Presidente da Comissão, temos o Senador Anastasia também, o Senador Wellington também faz parte... E temos mais um – agora, desculpe-me, até está me fugindo o quinto nome.

Mas agradeço pela oportunidade de falar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vou, então, passar a palavra ao Ministro, para que possa dar as suas respostas aos Senadores que fizeram os questionamentos.

Com a palavra o Sr. Ministro Milton Ribeiro.

O SR. MILTON RIBEIRO (Para expor.) – Senador Veneziano, é um prazer conhecê-lo. Eu agradeço a sua manifestação e a oportunidade que me dá para, vindo aqui, trazer esclarecimentos a respeito daquilo que eu penso.

Quando o Presidente da República me desafiou a ser o Ministro da Educação, eu, que nunca fui político – sempre digo isso –, nunca fui filiado a partido, nunca fui candidato a partido, só vim para cá, para esta posição, movido por uma razão: sempre estudei em escola pública, nunca estudei, praticamente... Só fiz um curso superior, mas o meu doutorado eu fiz na escola pública – foi a última titulação que tive – com bolsa do CNPq. Então, sou devedor à escola pública. Diante desse desafio é que eu aceitei, porque eu tive que abrir mão de muitas coisas para estar aqui. Então, eu venho por idealismo, não por ideologia. Venho com o desejo mesmo de poder servir, de prestar à minha pátria um pouco daquilo que aprendi, de modo que eu pudesse servir. Essa é a principal razão pela qual estou aqui, é isso que me move.

Quando o senhor pergunta a respeito do ensino superior, eu creio que vai ficar clara, que tem ficado clara a minha ideia de que a minha fala, quando foi tirada do contexto... É claro que essa frase que, repito... E talvez seja melhor nem repeti-la mais, porque eu vejo que, mesmo aqui na nossa Comissão, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem sido entendida. Eu tenho sido pragmático no sentido de ajudar a sociedade brasileira e, sobretudo, os jovens, dizendo que tem que se levantar alguém para dizer que somente um diploma não resolve o problema do jovem e que ele tem que verificar qual é a demanda do mercado e da sociedade. E a universidade tem que responder às perguntas que a sociedade faz.

E hoje a grande demanda do mercado e da sociedade brasileira como um todo é por técnicos de nível médio, profissionais de categoria. Isso que é. E essa ilusão de que ter o diploma apenas vai garantir a ele isso eu acho que é um perigo para a sociedade. Eu tive coragem de falar isso e estou pagando esse preço. Mas isso não quer dizer, em nenhum momento, que eu acho que o jovem lá, como disse o Senador, que pleiteia lá, no finalzinho do interior do País, ser um médico, um doutor, que ele.... Eu não estou querendo aqui acabar com o sonho de ninguém. Não foi essa a minha intenção. Eu sou o Ministro da Educação e eu quero que todos estudem. Eu só tive coragem de falar aquilo que eu vejo acontecendo.

Quando, muitas vezes, eu pego um Uber, a pessoa me reconhece e fala: "Olha, Ministro, eu quero que o senhor saiba: eu estou aqui no Uber, porque não há emprego, mas eu sou advogado, mas eu sou engenheiro, mas eu sou administrador". É isso.

Talvez não tenha sido tão bem compreendido. Então, eu vou mudar essa minha palavra, não vou falar mais, porque tem sido entendida, de uma maneira muito mais constante, como se eu fosse um elitista e achasse que a educação não é um privilégio de todo brasileiro. Repito: se fosse isso, eu não estaria aqui hoje, não estaria estudando, porque o meu pai não teve formação alguma, eu sempre estudei em escola pública, enfim, é por aí que eu caminho.

Nós apoiamos o ensino superior, Senador. Inclusive, eu quero dar esta notícia à nossa Comissão, em homenagem ao nosso Presidente: nós queremos criar a primeira universidade digital no País...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MILTON RIBEIRO – ... e ampliar o acesso a todos. É isso que nós temos visto em grandes países que estão desenvolvendo esta ferramenta de universidade federal digital. Todos vão poder ter acesso. Nós vamos começar com alguns cursos, mas vai ser uma instituição com 400 ou com 500 professores, em que eu possa atingir milhões de alunos no Brasil e, assim, a gente caminhar para o PNE, obedecendo às premissas do PNE. Por quê? Porque aí nós vamos ter a oportunidade de alguns cursos que já são possíveis serem feitos, quase que na totalidade, através da internet, e isso poderá ser universalizado de uma maneira muito direta.

Em relação ao orçamento das universidades, vale dizer também que nós vivemos um tempo de guerra, de pandemia, e o que o Brasil remete às universidades e às suas autarquias é resultado dos impostos que chegam ao Tesouro. Então, quando a gente fala em diminuição da receita, das verbas federais das universidades, eu entendo e concordo plenamente. Eu vejo que houve tempos, num passado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tão remoto, em que o orçamento do ensino federal, das universidades, era muito grande, muito maior do que nós temos hoje. Nós estamos recompondo.

A minha proposta, a nossa proposta do MEC, que vai ser naturalmente apreciada pelos senhores também aqui como Parlamento, fala em algo em torno de aumento, no mínimo, de 17% no orçamento num ano em que tivemos um orçamento muito pequeno – 17% só as discricionárias; eu não estou falando de custeio das universidades federais. Eu estou entendendo isso. Então, parte de mim, do MEC esse desejo.

Para os institutos federais, nós caminhamos para mais, para 28%. Agora, eu pergunto: por que 28%? Porque, Sr. Presidente, nós temos 69 universidades federais com 281 *campi*. Mas nós temos 38, vamos assim dizer, institutos – dois Cetecs e o Pedro II – e 670 *campi* de institutos federais. Agora, eu lhe pergunto: por que mais para os institutos? Além dessa visão política de dar mais oportunidade de mão de obra técnica, o número é muito maior. É um número é muito maior!

Nós temos, muito perto daqui, o Instituto de Morrinhos, cuja visita vale a pena: cursos técnicos, em que o aluno aprende aqueles cuidados primeiros com a agropecuária. Olhem, é uma coisa assim impressionante. E também eles desenvolvem um tratamento com os produtos que recebem, com alimentação, compotas, queijo, salames. É uma coisa assim impressionante. Eu fiquei admirado. Eu conheci, na verdade... O Brasil não conhece o Brasil. Eu, com esta minha experiência aqui, há um ano e dois meses, tenho conhecido bastante isso que nós estamos vendo.

Nós recompusemos o Pnaes para o valor do orçamento de 2019 esse ano ainda, não foi? Como proposta para o nosso orçamento de 2022, nós estamos pedindo R$191 milhões.

A sociedade brasileira tem que saber o que o MEC faz.

Hoje, em média, para alguns alunos que estudam em escolas federais de graça, nós ainda damos cerca em média de R$900/mês para ajudar esses alunos. Então, é uma ajuda financeira. Além de não pagarem universidade, eles têm essa ajuda financeira.

E nós estamos aumentando, agora, para 1,04. É o pedido que o MEC faz para os senhores. Quem vai aprovar são os senhores. Pedimos também aumento de R$167 milhões no orçamento das universidades, passando de R$2,76 bilhões, em 2021, para R$2,92 bilhões.

Então, nós rodamos uma matriz que a própria Andifes elaborou. Dentro dessa matriz, 47 universidades terão ganhos diretos no orçamento.

Há previsão de R$219 milhões para investimento nas universidades, R$295 milhões em investimentos diretos, com acréscimo de R$44 milhões em relação à 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, eu quero também dizer uma coisa: antes de ser Ministro, eu sou um cidadão brasileiro. Eu via... Nós investimos muito na educação do Brasil, não é pouco, comparativamente a outros países. E os resultados não são tão bons como queríamos, sem falar na educação básica. O que está havendo? Eu descobri, agora que eu estou aqui imerso neste mundo que é o MEC, que a questão não é tanto dinheiro, mas gestão, seriedade.

Eu, há pouco, respeitei a decisão – não poderia ser diferente – do STF, quando eu abri novamente as inscrições para alunos fazerem inscrições gratuitas no Enem. Foi um tema bem recente. Mas por quê? Qual era a minha intenção? Por que eu fechei essa porta? Porque, no outro Enem, nós havíamos aberto a oportunidade para muitos alunos fazerem a inscrição gratuitamente. Eles fizeram e simplesmente não compareceram na prova. Eu dei a eles... Eu, digo, o Inep. Demos a eles a oportunidade de justificar: "Eu estou com a família, eu estou com resfriado, eu tive problema de condução, eu fiz isso...". Nada, zero; simplesmente não responderam. Eu peguei dinheiro dos senhores, do MEC, R$300 milhões, quando eu comprei prova, contratei logística, contratei professores que fizeram correção, a impressão; R$300 milhões do MEC, num ano de pandemia, joguei na lata do lixo, agora em janeiro, porque 2,5 milhões não foram fazer o exame.

Agora, se eu não tivesse uma atitude, como gestor, porque eu quero ser gestor também, de cuidar do bem público, eu poderia ter sido chamado aqui nesta Comissão de Fiscalização para falarem: "Como que o senhor abre novamente a inscrição para alunos que tiveram oportunidade e não foram? Perdemos tanto dinheiro e agora eles podem fazer de novo?". Foi por isso. Não foi por nenhuma coisa ideológica. Eu simplesmente estou querendo colocar o Brasil numa realidade. Qual é a realidade? Que as pessoas têm que ter responsabilidade. "Ah, é de graça, eu não vou".

Pois bem, nós abrimos, nós estamos perto aí de... Já, desde segunda-feira. Liguei, falei pessoalmente, aliás, com o Ministro Toffoli, que foi quem deu a liminar. Falei: "Não estou aqui para discutir decisão judicial. Estou aqui para cumprir. Minha formação também é em Direito". Falei para ele: "Nós abrimos mesmo antes da notificação dos senhores, lá do Supremo Tribunal Federal; já abrimos". Já temos perto de 40, 45 mil inscrições hoje para o Enem gratuito.

Então, o meu objetivo nunca foi tolher, novamente digo. Eu estou querendo dar uma disciplina, porque muita gente é responsável, mas muitas pessoas: "É de graça, tudo bem, é o Governo que está pagando...", mas não é o Governo; são eles que estão pagando. Somos nós, a sociedade é que paga.

Repito: números de R$300 milhões. Dava para construir uma escola, um hospital. Eu tinha que ter essa responsabilidade, por isso fiz isso. Trouxe o assunto que está mais em voga; já está superado; simplesmente o MEC obedeceu a ordem judicial sem nenhuma discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos institutos federais, tomando como referencial o ano de 2021, que teve um orçamento de R$1,92 bilhão, conseguimos adicionar cerca de R$321 milhões na proposta para o Ploa 2022, alcançando R$2,24 bilhões para a matriz orçamentária, um aumento de 16,8.

Adicionalmente, no intuito de mitigar o passivo nas obras, na execução dentro da rede, estamos colocando aproximadamente 64 milhões diretamente na ação de investimento, totalizando R$2,3 bilhões. Toda a conquista é fruto do esforço que o MEC vem fazendo ao longo das discussões sobre o orçamento.

Eu fui o primeiro a comparecer à CMO. Eu fui o primeiro a buscar a Senadora Rose de Freitas, que se mostrou muito aberta e entendeu que a frase que eu quero que os senhores, por favor, registrem a respeito do que eu penso do MEC é a seguinte... Ao nosso Senador Esperidião, que é um homem que gosta das frases, eu gostaria de dizer para o senhor, que é um poeta, que, no ano da pandemia, os protagonistas foram os professores, os profissionais de educação e escolas. Ou melhor, volto, volto, ano da pandemia, os protagonistas foram médicos, profissionais da saúde e hospitais. Pós-pandemia, os protagonistas devem ser e serão, a seu pedido também, professores, profissionais da educação e escolas, ponto final. É isso que vai fazer o nosso País mudar de categoria e de cenário. Nós temos que correr agora. Eu peço o apoio dos senhores na votação dos orçamentos. Que a gente carregue... Uma das coisas que eu quero que os senhores saibam é que em nenhum momento – eu estou há um ano e dois meses –, em nenhum momento eu recebi uma ligação do Presidente da República ou de algum dos seus partidários ali, ou melhor, do seu *staff,* pedindo para eu, que ordeno entre todos os orçamentos, todos os dias eu ordeno R$480 milhões, considerando também os valores de custeio. Todo os dias o MEC paga R$480 milhões. É o terceiro maior orçamento praticamente da Esplanada. Em nenhum momento o Presidente da República ou alguém me pediu para dar preferência a A, B ou C. Em nenhum momento o Presidente da República me desrespeitou ou aos meus amigos ou aos meus técnicos do MEC pedindo alguma coisa dessa natureza. E também não me pediu para investir nenhum dinheiro nem em Cuba, nem na Venezuela, nem nesses outros países que também precisam, mas que a prioridade tem que ser no Brasil. Em nenhum momento nós tivemos isso. Por isso é que eu acredito que nós vamos ter uma mudança de patamar nesses próximos anos. Educação é médio e longo prazo.

Com relação aos novos institutos, talvez esse seja um assunto que esteja interessando e vai interessar a todos. Primeiro, nós temos que perceber uma coisa, o Conif, a quem respeito e chamei, inclusive, a Presidente do Conif para essa reunião em que tivemos lá com 12, com o *staff* técnico do nosso MEC, sobretudo – o Professor Tomás está aqui presente –, fizemos uma análise que perfaz todos os Estados. Nós vimos lá, quem é o governador, da oposição ou da situação? Em nenhum momento essa conta foi feita, essa ponderação foi feita. E os senhores vão ver quando nós chegarmos com a proposta. O que é que nós vimos?

Vimos que existem alguns institutos que têm, Senador, 37 *campi* e uma sede – 37 campi! –, que é o de São Paulo, por exemplo. Nós temos um Instituto Federal de Educação só, e 37 *campi*!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu falei em desdobramento, os Prefeitos da região ficaram ansiosos e, juntamente com eles... Eles sentaram. Ele veio trazer a proposta para mim: "Eu gostaria, sim". Ele está de acordo, e nós só vamos trabalhar com quem está de acordo. Se lá o Reitor A, B ou C falar: "Eu não gostaria de desdobramento". E não é divisão, é desdobramento – entendo – administrativo, acadêmico, por vocação e geográfico. Como é que um reitor pode gerir um *campus* que fica a 700km da sede? Trinta e sete *campi*? Nem que ele visite um por dia, ele não dá conta no mês.

Então, alguma coisa precisava ser feita, só que nós... A iniciativa dessa ação é exclusiva do Executivo; não é do Legislativo, é do Executivo. O Executivo submete ao Legislativo, mas a iniciativa é nossa, está lá bem claro na lei. Mas eu não fiz isso, eu chamei os senhores reitores e disse a eles – mostramos lá, fizemos um gráfico; o secretário explicou aonde queríamos chegar – o porquê, a razão, qual a razão, e que eles nos devolvessem uma opinião a respeito do tema. Em nenhum momento, foi impingido a eles: "Não, vai ser assim, assado!". Em nenhum momento. Eu venho da academia. Eu respeito a academia, tanto é que há alguns que já falaram: "Olha, não temos interesse". Tudo bem! Há outros que estão na fila, que querem o desdobramento, é só com eles que nós vamos trabalhar.

Então, só para ficar claro: isso vai ser submetido, naturalmente, ao Parlamento, mas depois de nós ouvirmos os entes mais interessados e a gestão. Aqueles que não quiserem... E por que nós estamos fazendo isso? Porque nós precisamos de gestão, e essa gestão é importantíssima, porque não basta dinheiro. Repito: o Brasil teve, num passado remoto – não remoto, mas não tão distante –, bilhões para a educação, e nós fomos jogados – vou usar um termo duro aqui – na lata do lixo em termos de educação, comparativamente, pelo Pisa. Somos o penúltimo! O que aconteceu? É dinheiro? Não é. A questão não é dinheiro, é gestão, é seriedade no trato das coisas públicas, e é isso que eu quero implementar. Quando eu falo isso, eu quero ser cobrado, sim. Na hora em que os senhores, que são os fiscais do Executivo, virem alguma coisa andando errado, procurem-me, falem, eu estou disposto a consertar, sempre estive disposto. Essa foi a missão que eu recebi.

Perda de investimento na educação da OCDE. É importante registrar que o orçamento do Ministério da Educação 2021, quando comparado com o orçamento de 2014, já descontada a inflação, teve um crescimento real de 5,9% ou R$8 bilhões. Então, isso é bom que a gente... Eu digo e repito: quando se fala muito em orçamento, fico preocupado, como se o dinheiro fosse a grande solução, ele é parte da solução. A gestão, para mim, é mais séria. E é isso que nós queremos mudar no Brasil.

O Ministério da Educação vem realizando gestões no sentido de otimizar os gastos com educação. Com maior eficiência na aplicação dos recursos, sobras orçamentárias podem ser redirecionadas para as prioridades do MEC. Vamos dar maior transparência para apoiar, por exemplo, o uso de R$15 bilhões disponíveis hoje nas contas correntes de Estados e Municípios transferidos pelo FNDE. Os senhores sabiam que nós temos R$15 bilhões nas contas de Estados e Municípios? A sociedade brasileira precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber. São R$15 bilhões do dinheiro público nas contas. Então, não falta dinheiro. Para alguns casos, o que falta, repito, sem medo de errar, é gestão.

De 2012 a 2015, somente de despesas discricionárias, o MEC teve disponíveis R$215 bilhões. Em 2015, quando o MEC teve o maior orçamento discricionário de sua história, alcançando R$40 bilhões, o Brasil teve o seu pior desempenho no Pisa. Nós tínhamos R$40 bilhões. Hoje temos quanto, Sr. Adauto? (*Pausa.*)

R$19 bilhões, mas, em 2015, nós tínhamos R$40 bilhões e, mesmo assim, o Brasil teve o seu pior desempenho no Pisa em todas as disciplinas avaliadas.

Sobre o assunto das crianças com deficiência, Senador, reforço o que já disse: algumas expressões foram usadas de maneira inadequada. Eu fiz a correção na minha fala, já pedi desculpa, já reforcei nesta audiência esse pedido e retomo, falo naturalmente: não foi minha intenção magoar. Eu fui procurado pelo Presidente Nacional das APAEs, repito, que me segurou no braço e disse: "Nós entendemos o que o senhor falou". Isso me deu uma tranquilidade. E, quando ouço também uma palavra de um Senador do porte do Senador Arns, que é envolvido no tema, dizendo "Eu entendi o que o senhor falou", eu me tranquilizo um pouco, porque jamais foi minha intenção magoar, embora, muitas vezes, sem intenção, a gente faz isso. Por isso que eu pedi desculpas.

Eu não sei se alcancei todos os temas, Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Se algum Senador quiser fazer alguma réplica... (*Pausa.*)

Não havendo, eu passo, então, para os inscritos que virão em seguida, pedindo aqui mil...

O SR. MILTON RIBEIRO – Desculpa. Há os outros, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa. não respondeu...

O SR. MILTON RIBEIRO – Não a todos. Eu respondi só ao primeiro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois, então, V. Exa. pode continuar. Há alguns inscritos ainda. Então, V. Exa. responde e, depois, nós passaremos a palavra aos outros inscritos.

O SR. MILTON RIBEIRO – Agora é o Senador Contarato.

O MEC hoje, Senador Contarato, que vai naturalmente depois ouvir a minha resposta, é um ministério técnico, com a maioria dos dirigentes composta por servidores de carreira e técnicos especializados em educação. Isso foi um compromisso do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho ninguém ali, principalmente na parte mais direta de técnica de gestão, que seja um cargo eminentemente político, mas são pessoas que eu escolhi por indicação, por perfil absolutamente técnico. E, quanto a isso, eu tenho muita tranquilidade.

A educação brasileira, mesmo com os investimentos em patamares próximos aos dos países desenvolvidos, está nos últimos lugares nos exames internacionais. Isso ocorre em todas as disciplinas avaliadas – fluência em leitura, matemática e ciência. Vale a pena dizer e repito, pela terceira vez: não é volume de dinheiro a questão da educação do Brasil; a questão é de gestão. Por isso, nós estamos andando nesse caminho que nós escolhemos.

O MEC, por muitos anos, investiu em políticas com pouca efetividade para transformar a educação brasileira. Nós estamos trabalhando para transformar a alfabetização.

Outro lema, tema que temos usado no MEC é o seguinte – repito –: aprender a ler para ler para aprender. Sem leitura, o aluno não tem a ferramenta mínima necessária para aprender. Se vai se construir uma casa, começa-se pelo alicerce, e não pelo telhado. Não é a organização de centenas – não são centenas –, de dezenas de universidades que vai ser a grande solução do Brasil. Nós precisamos olhar para a educação básica, que é o grande gargalo que nós perdemos num passado mais remoto. Há poucos, talvez há 40 anos, 50 anos, a educação pública era referência, era a melhor que havia. E por que nós perdemos isso? Alguns vão falar: "Ah, porque agora nós democratizamos a educação". Não só por isso, não; também pela eleição e por abraçarmos, no meu entendimento – isso é pessoal – pedagogias equivocadas de educação, de alfabetização que levaram os nossos meninos, as nossas crianças, os jovens a chegarem às portas da universidade como verdadeiros analfabetos funcionais. É isso que nós encontramos hoje em grande parte da geração, infelizmente.

Em relação às falas ditas pelo Senador Contarato, logo que cheguei ao MEC, eu já respondi isso diante da Polícia Federal. O assunto está sendo remetido ao Supremo Tribunal Federal e já me desculpei também, já fiz as reparações devidas. E, quem sabe, nessa conversa que vamos ter, conforme foi proposto, nós possamos ainda alinhar mais algumas coisas.

O Senador Esperidião destacou aquilo que eu havia falado com o Contarato e internet nas escolas. Cabe também dizer que, tanto o MEC quanto o Ministério das Comunicações... Nesse prêmio que nós ganhamos nesta semana, só numa ação nossa, nós transferimos para o Ministério das Comunicações R$60 milhões, recentemente, do MEC, para que fosse implantada a comunicação nas escolas. Mas vale dizer... Eu tenho aqui um documento...

Estão aqui os dados de que eu preciso – eu anotei aqui.

Nós falamos muito em internet, Presidente. E eu acho que um erro não justifica outro, mas isso não aconteceu no Brasil em dois anos; isso tem uma história de governos passados também. Por isso, faço questão aqui de dizer: o Brasil não está com essa situação na educação porque o Presidente Bolsonaro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assumiu em 2019. Por quê? Porque eu fiz uma análise dos dados estatísticos: hoje nós temos ainda no Brasil 3.447 escolas sem água; nós temos 3.817 escolas no Brasil sem energia elétrica; nós temos 8.527 escolas sem saneamento. Então, quando eu recebo pressão... Eu sei que o Senador Izalci vai falar sobre isso, sobre conexão etc. Eu acho importantíssimo, porque uma coisa não retira da outra, mas eu olho para uma escola sem um banheiro, sem um saneamento... Com é que o aluno vai ter... São 8 mil; 8.527 escolas sem saneamento! Esse é o retrato de um Brasil que não foi criado agora em 2019, mas vem vindo, mesmo sem pandemia. Na época não havia pandemia. Nós estamos vivendo agora com os recursos mais diminuídos devido à pandemia.

Temos como foco a transformação digital. E, nesse sentido, nós estamos firmando uma parceria com a Microsoft e Google para oferecer plataformas de ensino remoto. Nós percebemos que, agora, devido à pandemia, a questão da internet, do ensino híbrido, do ensino virtual deixou de ser um acessório para se tornar uma ferramenta importantíssima, necessária e que não irá sair mais da vida da educação brasileira; num grau maior ou menor, que seja, mas não vai mais sair. Em 2020 investimos 166 milhões no Programa Educação Conectada. Somente este ano, Presidente, nós já investimos 133 milhões para atender 43,9 mil escolas. Até o fim do ano, serão 300 milhões. O MEC apoia quase 90 mil escolas com conectividade. Esse é um compromisso nosso. Nós temos que ter, primeiro... Tanto é verdade que há um *app* que nós compramos sobre alfabetização, o GraphoGame, que já tem perto de 500 mil *downloads* no Brasil. Ele incentiva a criança, na idade pré-escolar e escolar, a aprender a ler. Esse *download* é feito na escola, só que o *app* funciona *offline*; não há necessidade de conexão. O aluno que tenha um aparelho mínimo faz o *download* na sua escola e, depois, leva para casa. Porque nós sabemos que há muitos alunos que não têm uma rede *wi-fi* disponível em casa. Tudo isso foi pensado com o cuidado dos educadores que nós temos lá no MEC.

Nós vamos ter agora... (*Pausa.*)

Flávio Arns.

Senador Flávio, eu agradeço mais uma vez. Quero registrar que fico muito feliz de um homem da sua estatura moral e da sua capacidade, que eu admirava antes de chegar aqui, ter podido compreender – claro, compreendeu com o coração aberto e grande que tem – a minha fala, que não foi, em nenhum momento, de estigmatizar ou discriminar alunos portadores de deficiência. A sua palavra foi como um bálsamo pra mim – viu, Senador? –, de um homem da sua estatura poder ter entendido qual foi a minha intenção ao falar. É só a gente ver a entrevista por completo na hora que eu faço referência a essa frase, que foi equivocada, infeliz, como já disse, quando eu disse que crianças atrapalhavam. Eu usei todos os recursos ali, mas não foram suficientes.

Ensino técnico. A educação da pandemia em três focos. Nós lançamos uma cartilha, em que nós demos... Fizemos, então, com essa cartilha ações, o Mec, em resposta à pandemia. Tudo que nós pudemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer nós coligimos aqui nesse pequeno livreto para que a sociedade, prestando conta à sociedade de o que nós fizemos durante a pandemia. Alguns...

Eu vou me permitir, Sr. Senador, contar uma ilustração que alguém veio falar comigo me criticando, que eu não ia à mídia, não tinha rede social forte, aquela coisa toda. Primeiro que nunca foi a minha intenção virar celebridade, em momento algum. Estou aqui cumprindo um papel técnico com a minha Nação. Mas, aí, ele contou uma história e a história foi a seguinte... Ele me perguntou... Foi um Parlamentar aí que eu considero muito, mas vou me permitir não declinar o nome. Ele me perguntou o seguinte: "Sabe por que as pessoas comem mais ovo de galinha do que o de pato?" Eu falei: "Não. É costume?" "Não. É porque a galinha, quando bota o ovo, fica cantando, e o pato é silencioso". Eu achei engraçada a comparação, mas, em nenhum momento, eu quero fazer disso uma regra para a minha vida. Eu acho que o que fala mesmo é o trabalho e as coisas que a gente realiza e os resultados lá na ponta. O que me interessa é o aluno, o ponto final; é lá onde eles vão receber as melhorias que nós estamos tentando implementar no MEC.

Ensino técnico. Agora, dia 23 de setembro, é um dia instituído como o Dia Nacional do Ensino Técnico Profissionalizante. É um ensino que tem, na verdade, mais de 100 anos, são praticamente 110 anos. Não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MILTON RIBEIRO – São 112 anos este ano, através de Nilo Peçanha, que foi aquele que primeiro criou as escolas de aprendizes de artes, de profissionais. Então, dali que vem essa tradição, não é coisa de agora, nem eu sou pai, nem outros governos; isso aí vem lá do passado, de 112 anos atrás.

Estamos investindo no novo ensino médio, que terá os itinerários formativos e a possibilidade de trazer os jovens para a formação técnica. Esse novo ensino médio que nós lançamos agora vai permitir ao aluno fazer uma interface, uma escolha: "Eu gosto mais dessa área de humanas; eu gosto mais da área técnica, exatas; eu gosto mais da área biológica"; ele vai poder, então, escolher a trilha que ele vai percorrer, e, assim, ele estará pronto a responder, ali mais pra frente, que tipo de curso ele vai realizar.

Sobre a questão, Senador, de levar ao Presidente a prioridade absoluta da educação. Eu, toda vez que me encontro com ele... O meu despacho, com o Presidente, era semanal, mas, agora, por causa da pandemia, a cada 15 ou 20 dias, nós estamos juntos. Uma das coisas que eu tenho reforçado com ele é exatamente isto: o meu compromisso com a educação. Ele tem tido cuidado e sensibilidade, ao me dar esse apoio. Sempre que eu vou a ele e peço alguma coisa, tenho sido atendido. Eu fui o primeiro dos Ministérios que teve os bloqueios impostos, recentemente, atendidos, e pudemos, então, responder às escolas e às universidades.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sendo assim, vamos passar aos próximos Senadores inscritos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Confúcio parece que está fora. (*Pausa.*)

Pronto.

Senador Confúcio Moura, V. Exa. está conectado?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Deixa eu ajeitar. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pronto. Aparecendo a imagem e o som.

Eu quero primeiro lugar, Senador Confúcio, pedir-lhe mil desculpas.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O que é isso? (*Risos.*)

Não, nada de desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu me atrapalhei e interrompi V. Exa., achando que o defeito era aí na emissão, e o defeito era aqui na recepção do som. Então, diante da desculpa, passo a palavra a V. Exa. para ouvi-lo com muito prazer.

Muito obrigado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Milton Ribeiro, telespectadores, técnicos presentes, em uma breve introdução, Sr. Ministro, eu tenho aqui, em minha mão, o livro da Professora Maria Luíza Marcílio, que conta a história da educação, no Brasil, desde o descobrimento até o ano de 2010. Neste livro, a gente vai observando os altos e baixos, o faz e o desfaz, o efeito sanfona, os apagões educacionais que existiram por muitos anos, não registrados... É um caso deprimente a situação da educação no Brasil.

É tempo e hora de nós todos fazermos como o Senador Flávio propôs: que a educação seja um tema de Estado. Que passe governo, entre governo, e a educação continue. Era essa a minha breve comunicação.

E sobre educação profissional, neste mesmo livro, aqui, a partir da página 281, ela conta a história da educação profissional no Brasil. Ela conta a história da Reforma de Capanema, do movimento de 30, quando foi introduzida e vinha andando, timidamente, a educação profissional.

Mas nós temos que observar a relação entre ensino médio e ensino profissional. Qual a porcentagem dos meninos, no ensino médio, são profissionalizados? No Brasil, a estimativa é que seja 10% – um número muito baixo. Então, tem que se fazer, logicamente, um movimento nacional, para nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionalizarmos os meninos no ensino médio. Não só o percentual, hoje, de 10%, um pouco mais ou um pouco menos. Isso precisa ser desenvolvido. Esse é um questionamento que eu faço, uma pergunta.

A segunda pergunta é sobre o Sistema S, iniciado em 1942, com o Senai. Existe uma história muito antiga do Sistema S, principalmente do Senai, o primeiro a ser criado e que tem uma experiência grande, umas estruturas riquíssimas, Brasil afora, em cidades médias e grandes, mas que, no momento, são subutilizadas, por falta de apoio. Essas estruturas fantásticas não estão sendo dinamizadas, mas poderiam absorver muitos dessa rapaziada e moçada no ensino profissional.

A terceira e última pergunta é sobre o Pronatec, que foi lançado como programa de profissionalização em massa e passa, hoje, por uma revisão, criando inovações. Queria saber quais são as inovações, se esse programa tem vida pela frente ou não tem.

São essas as minhas perguntas, bem rapidamente, por causa do avançado da hora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nobre Senador Confúcio Moura, agradecendo a participação de V. Exa., passo ao próximo inscrito, que é o Senador Izalci Lucas. Com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Então, Ministro, com relação à fala do Veneziano, eu considero que ele falou muito bem. Realmente, sei que a intenção de V. Exa. não era aquela que foi colocada, tenho certeza disso.

Presidente, eu não poderia deixar de aproveitar este momento, com a presença do Ministro, para falar algumas coisas sobre a educação. Eu me lembro muito bem de quando cheguei a Brasília, em 1970, com 13 anos, e fui matriculado em uma escola pública. Minha mãe, inclusive, era servente lá e, depois, foi merendeira da escola. A gente acordava de manhã, doido para ir à escola, com vontade de ir à escola, era um prazer muito grande, e a gente se sentia bastante realizado.

Naquela época, nos anos 70, 71 ou 72 – estou falando da escola básica, do ensino ainda fundamental e ensino médio –, a gente tinha esporte, cultura, teatro, canto. Atividade esportiva não era só futebol, havia várias atividades. Uma comida deliciosa, não porque minha mãe fazia, mas era uma comida deliciosa. Então, foi uma época muito boa, de que a gente se recorda. Lógico que ainda não era universal, nem todos estudavam ou tinham oportunidade de estudar na escola pública. E, por incrível que pareça, naquela época, só entrava na universidade pública quem estudava em escola pública.

Eu não fiz UnB, em Brasília, exatamente porque eu tinha que trabalhar o dia todo. Só havia aula de manhã, e eu não tinha esse privilégio de estudar de manhã, pois tinha que trabalhar o dia todo. Eu fiz particular e, graças a Deus, na minha época, havia o crédito educativo. Marcelo, que tem, mais ou menos, a minha idade – aliás, eu acho que é mais novo do que eu um pouquinho –, o crédito educativo foi uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa fantástica. Com a inflação, naquela época, de 1000%, 2000%, quando não havia correção monetária, eu consegui pagar, rapidamente, depois que me formei. Naquela época, havia emprego. Você saía, fazia curso técnico: Contabilidade, Administração, Magistério... Não sei que loucura foi essa de acabar com a Escola Normal, mas acho que a gente tem todas as condições de resgatar isso. Então, era uma coisa fantástica.

Mas, de lá para cá, as coisas vieram perdendo qualidade, talvez pela universalização e má gestão. E aí eu tive o privilégio, então, de estudar com bolsa, e, quando saí e fui trabalhar na melhor escola de Brasília, também ganhei bolsa. Fiz a faculdade com crédito educativo e me senti na obrigação de dar uma contrapartida para aquelas crianças, porque acho que a educação é o único instrumento capaz de dar igualdade de oportunidade. E quero testemunhar e afirmar que as pessoas mais carentes financeiramente têm, às vezes, uma garra até muito maior do que os filhos de papais, vamos dizer assim, abonados. Então, eles precisam de oportunidade, mas, além disso, também de igualdade de oportunidade.

Então, eu criei aqui – ainda não era político –, em 1996, um programa chamado Cheque Educação, pelo qual todas as escolas privadas disponibilizavam as vagas ociosas, como é o Prouni hoje. Levei, inclusive, para o Paulo Renato, levei, depois para o Tarso Genro, e, por incrível que pareça, quem me atendeu na época foi o Fernando Haddad, que era o Secretário-Executivo de Paulo. Em 2004, seis anos depois, nasce o Prouni, que é exatamente a mesma coisa. E, quando aprovei aqui, em 1998, em 2000, e tentei colocar na Câmara Legislativa, talvez eu tenha sido.... O Partido dos Trabalhadores foi o que mais criticou na época, dizendo que eu estaria, com esse projeto... Na época, quando eu lancei, não tinha nem recurso financeiro, nada, era um desconto, porque, já que pagava água, luz, telefone e professor, é melhor receber a metade do que nada. E a gente completava as vagas ociosas. Aí, quando lançaram o Prouni, que é a cópia fiel do projeto, passou a ser o melhor projeto do mundo, mais, inclusivo, do mundo, que tem sei lá quantos milhões de atendidos.

E quero aproveitar, já que estou falando do Prouni, para dizer duas coisas. Primeiro, essa reforma do Imposto de Renda acaba com o Prouni. Da forma como foi redigido, e eu sou contra e vou trabalhar contra essa reforma do Imposto de Renda, e não só pela questão do Prouni, mas pela questão, também, de vários outros secretários de Fazenda serem contrários, da área de saúde, de educação, uma loucura. Mas não vou entrar no mérito desse projeto, que é um remendo, não uma reforma tributária.

Mas eu gostaria muito, Ministro, e já falei isto com V. Exa. acho que uma vez e falei com vários outros ministros... Quando eu fui Secretário, eu tive uma experiência maravilhosa, que era a bolsa universitária. A gente dava uma bolsa integral para o aluno que estava se formando, nos últimos semestres, e ele dava a contrapartida na escola pública, dando reforço escolar, compatibilizando o curso que ele fazia com as atividades da escola, no contraturno e no próprio turno, porque é muito bom para o aluno que está fazendo a faculdade ter um pouco de prática. Não adianta ele ir para o mercado só com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

teoria. E é muito bom para a escola pública, que precisa de reforço escolar e precisa de atividades esportivas e culturais.

Então, o Prouni tem que ser mantido, acho que é fundamental, mas tem que ser direcionado. Não adianta dar bolsa integral também para o mesmo curso, vamos supor, de Administração... Até, hoje, eu fiz aqui uma sessão solene em homenagem ao Dia do Administrador. Mas nós temos que investir onde mais precisamos: Engenharia, Química, Física, Magistério de qualidade. Então, a gente tem que direcionar os recursos públicos para que haja um retorno, para que atenda realmente as necessidades do País. Então, se o mercado está precisando de profissionais competentes, nós temos que atendê-los na formação profissional.

Eu acabei entrando na política só pela educação, não tinha outro motivo, porque eu percebi que não adianta a gente ficar em casa ou conversando, ou reclamando. Quem não gosta de política vai ser governado por quem gosta. E, para você implantar políticas públicas, tem que ser através da política. E eu vejo, Senador Marcelo, a política como talvez a atividade mais nobre que existe, porque ela muda a vida das pessoas. Você não consegue fazer uma política pública se você não estiver na política. Então, foi com esse espírito que eu entrei, entrei na Comissão de Educação.

Passei dois mandatos na Câmara, viajando este Brasil todo, discutindo o Plano Nacional de Educação. O Senador Marcelo estava lá com a gente. Sempre participei. Na Câmara, só se pode participar de uma Comissão titular. Sempre participei da Comissão de Educação e da Frente de Ciência, Tecnologia e Inovação. Então, andamos neste Brasil todo discutindo o plano nacional, que passou a ser um plano de intenções, porque não tem reflexo nenhum. Fazendo ou não, fica do mesmo jeito. Está aí, a gente não conseguiu avançar na proposta do plano, ficou um plano de intenção. Então, conheço bem.

Fui Secretário de Ciência e Tecnologia. E aí trouxe a educação profissional para a ciência e tecnologia, já que, aqui em Brasília, só havia três escolas técnicas. E eu percebo assim, era mais uma escola. No meio de 600, três, que não tinham atenção nenhuma. Então, eu trouxe para a ciência e tecnologia. E aí passaram a ser as escolas técnicas. Aí nós conseguimos trazer dez institutos federais. Hoje há dez institutos federais.

Conseguimos, no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... mais nove escolas técnicas, que construíram duas, faltam sete ainda. E melhoramos muito essas três.

Mas eu percebi claramente, e a gente precisa resolver isso, que a educação profissional hoje é prioridade total. Eu fui o Presidente da Comissão que aprovou o novo ensino médio, a reforma do ensino médio, o novo ensino médio, que obriga as escolas públicas a oferecer o itinerário profissional, como era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes. Edificações, administração, etc., técnico. Porque eu fiz várias audiências aqui. O mundo todo, nos países desenvolvidos, é 50%, 60% dos jovens fazem curso técnico. No Brasil, a gente não conseguiu atingir 10%.

E o pior, veio um tal de Pronatec, que eu aqui, e o Marcelo também estava lá, aprovamos o Pronatec, botamos, assim... Porque não podia, eles queriam só escola pública, a gente botou também as universidades, botou não sei quantos bilhões, 14 bilhões, se não me engano, no orçamento, e depois não pagaram, não continuaram, não é?

Então, a gente precisa, Ministro, de uma forma de investir na educação profissional. Eu fico preocupado, porque, com essa nova tecnologia, com a inovação, o Brasil está muito atrás com relação a isso. O mercado não está sendo atendido.

Eu percebi lá atrás, quando fui Secretário, e o Senador Marcelo foi Ministro, a diferença que é. Eu sou da iniciativa privada, sou contador, sou auditor, tinha atividades empresariais. Mas a diferença entre a gestão pública e a privada é assim, água para o vinho, é totalmente diferente. Iniciativa privada, você faz o que você quiser. Você só não pode fazer o que é proibido. Mas, no serviço público, só pode fazer o que é permitido. É uma diferença, assim...

Eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia; se um pesquisador apresentasse uma pesquisa e houvesse um determinado reagente na pesquisa, e ele mudasse o reagente e tivesse um resultado maravilhoso, ele era punido, porque mudou o reagente. Agora, se fizesse tudo certinho e não tivesse resultado nenhum, parabéns para ele.

Nós mudamos na Câmara, e o Senador Marcelo estava lá, todo o marco regulatório de ciência e tecnologia – todo! Inclusive na Constituição, inserindo a inovação. Agora, aprovamos o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e acho que agora a gente resolve isso, para não contingenciarem mais. E eu achei que tínhamos resolvido um problema, mas não resolvemos, que é a questão das universidades. Fiz agora um projeto e quero pedir o apoio de V. Exa. A gente colocou a possibilidade de o pesquisador das universidades participar junto com as empresas, porque a inovação está nas empresas, não está na universidade. Mas, por incrível que pareça, mesmo com essas mudanças todas, eu percebi agora que há pesquisador de universidade sendo processado pelo Tribunal de Contas, porque há uma interpretação de que essas 400 horas que ele faz na empresa configuram consultoria, assessoria. Estão processando os caras! Então, a gente tem que mudar isso, de uma forma rápida, prática, para a gente poder realmente avançar nesse aspecto.

Essa questão da educação profissional, Ministro, é coisa, assim, urgente, urgentíssima, até porque... Olha, em São Paulo, e eu vi agora em Alagoas, eles estão pagando ao aluno para voltar para a escola. E vai ser isso mesmo: se não pagar para o ensino médio, para ele voltar para a escola, ele não voltará. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

escola de ensino médio que está aí não traz perspectiva nenhuma, esperança nenhuma, oportunidade nenhuma.

Então, quando eu falo de tecnologia – o Senador Esperidião brincou aqui –, eu não quero que peguem o recurso... Ontem mesmo eu votei contra... Eu não tenho direito mais de flexibilizar com a educação. Educação não pode continuar sendo discurso. Os prefeitos não conseguiram na pandemia gastar o dinheiro. Como V. Exa. falou, há 40 bilhões, sei lá, nas contas. Cara, se não investiram é porque não quiseram! Se está faltando algo, eles deviam ter feito. "Ah, mas na pandemia não tinha pedreiro", não sei quê. Não interessa; o cara, quando quer fazer, faz. Então, tudo bem, flexibilizaram, mas eu... Aí, voltamos para a tecnologia. Por exemplo – vou dar um exemplo para o senhor do que aconteceu, e V. Exa. pode nos ajudar –, nós aprovamos por unanimidade no Senado um projeto chamado Banda Larga nas Escolas. Dinheiro de onde? Do Fust. Não está mexendo com o dinheiro da educação; é do Fust: 3,5 bilhões o Governo tinha que investir agora, até 31 de dezembro. Aprovamos na Câmara. O Governo vetou. Nós derrubamos o veto, por acordo, com o Governo. E agora vem uma medida provisória.

Já cobrei do Presidente 500 vezes para devolver isso. É inconstitucional, ilegal, imoral a emissão dessa medida provisória. Não é votar e rejeitar, não; é devolver, porque, se nós mesmos não podemos legislar a mesma matéria no mesmo ano, muito menos o Executivo emitir medida provisória de coisa que nós já aprovamos. Então, Banda Larga nas Escolas é água, é a comida... Analfabeto de hoje, não! Em 2004 eu disse isso – em 2004, quando fui Secretário: analfabeto é quem não tem acesso à internet. Chama-se "analfabyte" quem não tem acesso à internet e ao conhecimento. Então, mesmo que a escola não tenha banheiro... O banheiro tem que ser feito com o dinheiro que está lá, mas a banda larga é uma questão de que a gente não pode abrir mão.

Tive o privilégio, Ministro, de relatar o Fundeb. E, nesse aspecto aí, também quero dizer o que V. Exa. confirmou: o Brasil quer construir a casa pelo telhado, porque a União é que é responsável pelas universidades, pelas faculdades. E o Município, que é o que não tem dinheiro... Tem lá agora por causa da pandemia, alguma coisa, mas nunca teve dinheiro para investir realmente, por incrível que pareça, na creche, na educação da primeira infância, que é a base de tudo. Eu fico impressionado: no Plano Nacional de Educação, uma briga danada para colocar a alfabetização até oito anos. Pelo amor de Deus! De dois aos oito, são seis anos aí que é a melhor fase para o aluno. A minha neta de quatro anos já até me ensina a como operar isso aqui, faz tudo. Quer dizer, você tem que aproveitar esse momento da criança, porque ela vai carregar isso a vida toda.

Apesar de ter colocado no Fundeb, o Ministério precisa se dedicar um pouco mais, com os Municípios, para fazermos aí alguma coisa para que os Municípios, realmente, invistam na creche e em educação infantil, que é a base de tudo. Sem isso a gente vai continuar carregando as defasagens nesse tempo todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Ministro, eu queria sugerir isso. O Prouni eu acho que tem que trabalhar essa questão. Eu recebo todos os dias um pedido, o senhor sabe que eu sou dessa área, de Medicina, os caras querem fazer Medicina. Cara, não dá para pagar 10 mil por mês e mais o material. Havia já um projeto do Prouni específico para a Medicina, em que o aluno pudesse pagar com o trabalho. Estamos precisando de médico para todo lado!

O que não se admite, e eu tenho uma PEC tramitando aqui, é que, nas universidades públicas, o Governo poderá, não é obrigado, mas, havendo necessidade de utilizar médico, engenheiro em algum lugar do Brasil em que não haja, aquele aluno que está estudando na universidade pública, não é de graça não, mas, formado, ele teria que ir para uma cidade dessa, pagando o salário normal o Governo, mas onde se precise, porque, realmente, há muitos médicos que se formam aqui na universidade federal, com o dinheiro do contribuinte, evidentemente, e, no dia seguinte, montam seu escritório, seu consultório e está tudo bem. Mas eu acho que esse recurso público tem que ser mais direcionado.

Bem, V. Exa. não falou aqui da Capes e do CNPq, que têm a questão das bolsas. Não sei se na Capes também é, mas no CNPq eu vi que ainda é: doutorado, com dedicação exclusiva, com 2,5 mil e pós-graduado, R$1,5 mil a bolsa. É do outro ministério, mas a Capes está vinculada ao MEC. Não sei essas bolsas de formação, que também acho...

Aqui há alguns PLNs, que foram apresentados, que vão ser votados agora. Eu já pedi para pegar tudo que é da educação e ciência e tecnologia e fazer uma emenda para não deixar tirar, porque estão tirando recursos da educação, ciência e tecnologia. Estão tirando, eu estou fazendo aqui, para ver se a gente briga para não deixar tirarem.

Então, Ministro, na educação profissional, para encerrar, porque eu acho que já falei bastante, na educação profissional, eu percebi uma coisa: não adianta tentar colocar o professor tradicional teórico dando aula de educação profissional. O professor de educação profissional é aquele que está no mercado, é o que está trabalhando, não é a teoria. Tem que estar na prática. E eu percebo isso claramente. Não adianta inventar ou alguém querer: "Ah, você vai dar aula". Não, tem que ser uma coisa muito prática.

Então, a lei que nós aprovamos permite isso, essas contratações, sei lá, especificas, porque, para a educação profissional, convênios com o Sistema S, por exemplo, sobre que o Senador Confúcio falou muito bem, há uma certa ociosidade ainda que pode ser aproveitada. Eles fazem educação como ninguém. Talvez, o Senai, Senac, Senat, eles têm cursos maravilhosos, que é o que é preciso para atender.

O que eu estou vendo – e fiz outro dia audiência a respeito – é que as empresas, por não encontrarem... Olhe bem, no setor de tecnologia estão faltando 600 mil profissionais, e não há no mercado. Então, a gente precisa estar conectado com o que as empresas precisam, com o que o mercado está precisando, para direcionar os recursos públicos de formação para atender isso. Não adianta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Ministro – já falei com V. Exa. também sobre isso –, nós temos na Comissão de Desenvolvimento Regional, nós lançamos – o Senador Marcelo também estava lá – o Centro de Desenvolvimento Regional. São 2,5 mil universidades, faculdades no Brasil que podem tomar conta do Município; nós não podemos deixar os jovens saírem dos Municípios menores para ir para as capitais ficar desempregados.

Então, as universidades têm que tomar conta disso por região. Cada universidade tem que... Outro dia eu falei com a reitora, aqui, com todo respeito, porque a nossa universidade é boa, mas a UnB, eu disse, de Brasília só tem o "B", porque quais são os problemas sérios de Brasília foram resolvidos pela universidade? Nenhum, eles estão muito concentrados ainda no próprio umbigo. Têm muito conhecimento, são maravilhosos, mas o conhecimento está preso.

Então, essa questão de levar a universidade para as comunidades, não para impor o que eles querem, mas para a vocação de cada Município, para que a gente possa fixar o jovem na sua região com o desenvolvimento do próprio Município.

Então, são essas as considerações. Eu queria sugerir a V. Exa. essas questões, porque, realmente, eu não tenho o direito de flexibilizar mais nada em educação. Eu entrei em 1998, vai fazer 23 anos, e não dá mais. Realmente, ou a gente joga duro com a educação, para valer mesmo, para não ficar empurrando com a barriga, porque, poxa, esse negócio de ótimo, Marcelo, tudo bem... Mas, cara, se não tem banheiro, tem que construir esse banheiro de alguma forma. Agora, não é porque falta um banheiro que eu não vou colocar internet, porque não adianta um banheiro bonito se não tiver internet, porque assim não vai ter aluno satisfeito na escola.

Obrigado, Presidente.

Desculpe ter...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo as valiosíssimas contribuições do nobre Senador, tão dedicado à área, Izalci Lucas, vamos à próxima oradora inscrita, que é a Senadora Zenaide Maia.

Com muito prazer e honra, nós a ouvimos, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – O prazer é meu, Presidente, a todos. Quero aqui cumprimentar o Ministro de Estado da Educação.

Sr. Ministro, o senhor, quando foi justificar porque tinha dito, declarado que a universidade era para poucos, hoje, o senhor não justificou. Hoje, o que o senhor declarou foi mais grave, o senhor deixou claro que fez essa declaração de que a universidade era para poucos e a justificativa era de que as pessoas acreditavam que só um diploma ia resolver a vida e que essa ilusão é um perigo para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu queria aqui pedir licença para dizer aos jovens brasileiros: queiram ter, sim, um diploma de nível superior. Com certeza, se está difícil para quem tem diploma imagine para quem não tem! Os senhores não vão ser, se tiverem essa ilusão, um perigo para a sociedade.

Eu quero dizer aqui a vocês: jovens brasileiros, está aqui na sua frente a prova viva de uma família de 16 filhos de um pequeno agricultor que não tinha medo de ousar e quase todos tiveram diploma de nível superior, Sr. Ministro. Com isso que o senhor justificou hoje, eu lhe digo que fiquei mais indignada do que quando o senhor disse que era para reduzir o número.

Outra coisa é que a gente sabe da importância dos institutos federais e sabe também que um curso técnico não é a garantia de emprego, num País onde não existe um plano para gerar emprego e renda. Mas sabe o que foi mais grave na declaração de V. Exa.? É que não falta recurso e que é má gestão. A gestão é que está errada. Os Reitores é que não estão sabendo usar os recursos. E o senhor dizer que, mesmo tendo recursos, o senhor não quer que os jovens pensem em ter o nível superior porque é uma ilusão e que vai prejudicar a sociedade, isso foi mais grave do que o que o senhor declarou.

Eu queria lhe dizer outra coisa, Sr. Ministro. O senhor falou aí que gasta, que paga por mês R$480 milhões com educação. Quero lembrá-lo que o senhor é o Ministro de Estado da Educação de um País que tem mais de 200 milhões de habitantes. Então, não vai poder ser. E aqui eu não estou contra ver onde é que a gestão está falhando. Mas eu queria dizer ao senhor que, mesmo que olhe para trás e diga que todos os governos que passaram que erraram, não foi só assim. Quando eu estava na minha escola primária – o meu Município só tinha o primário –, eu tinha que ir para a cidade vizinha para poder fazer o segundo grau e ousar fazer um curso de Medicina. Isto eu digo ao senhor, com todo o respeito: o senhor não tinha o direito, além de declarar que a universidade é para poucos, de dizer que tem recursos e que os jovens que ousarem querer ter o seu diploma de nível superior seriam um perigo para a sociedade, uma ilusão. Isso não!

Mas eu queria falar sobre os institutos federais oferecem uma educação pública de qualidade, Ministro. E o senhor me preocupa, porque o senhor dá a entender o tempo todo... Porque todos os Ministros que vêm para a gente vêm dizendo e solicitando mais verbas, para ampliar os serviços de educação. Quando o senhor falou que oito mil escolas não tinham banheiros, isso é o mínimo, Ministro. Isso é o mínimo para a gente resolver. Agora, precisa de tecnologia.

Então, outra coisa que eu não tive como não me magoar foi quando o senhor disse que as pessoas com deficiência atrapalhavam os alunos que não tinham deficiência. O senhor já se justificou e a sua justificativa e pedido de desculpa foram melhores do que o que o senhor apresentou aqui agora para as universidades serem para poucos. É claro, mas isso a gente não pode tirar do nosso jovem. Só porque ele não tem recurso? Uma pergunta que eu faço: quem tem condições e não quer que os seus filhos façam a universidade pública? Ninguém, Ministro. Quem tem condições quer que seu filho se gradue, pós-gradue, faça mestrado, doutorado, porque sabe que a chance dele é maior. Mas o fato daquele que não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pobre, ele é empobrecido por um Estado que não olha para ele... Essa história de a gente dizer "os pobres", os empobrecidos que o próprio Estado brasileiro empobrece.

De pergunta, eu me contento, Presidente, com as perguntas do Senador Veneziano Vital do Rêgo. O Ministro respondeu, mas foi bastante infeliz quando disse que era perigoso para a sociedade ter a ilusão de que, com o diploma, a vida estava resolvida.

A vida não está resolvida. Só estará resolvida quando este País tiver um olhar diferenciado de saber que a educação é investimento e não despesa e lembrar sempre, quando apresenta gasto, que é um país com mais de 200 milhões. Basta dizer que Portugal tem 11 milhões de habitantes. Então, vai juntar um bocado de país da Europa para poder dar um Brasil.

O senhor é um Ministro de um país grande. Então, o senhor tem que pensar grande. O senhor não pode vir aqui e dizer que está sobrando dinheiro, mas vai reduzir as vagas nas universidades, vai reduzir em 20%, achar normal a redução de 20% de investimento nos institutos federais, que é justamente o ensino técnico de excelência, Ministro!

Eu acho que o senhor já conheceu alguns. Aqui, a gente tem 23, no Rio Grande do Norte. E isso mudou até a região.

É tão importante para a população, Presidente, que, aqui, houve cidade do Rio Grande do Norte em que houve disputa para ver quem doaria o terreno aos institutos federais, porque a pessoa sabe que muda a realidade.

E nós temos, sim, que interiorizar o ensino, dar oportunidade às pessoas. Conhecimento é poder.

E nós não estamos inventando a roda, Ministro. Quem saiu de crise econômica com sustentabilidade, com inclusão social foram aqueles países que investiram na educação pública de qualidade para todos.

Lembro que não existe uma saúde preventiva maior do que um povo esclarecido, um povo educado. Não há como se combater a violência se não se oferecer às crianças e aos jovens uma educação pública de qualidade e, de preferência, de tempo integral.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Somos nós quem agradecemos a participação a V. Exa.

Há dois inscritos ainda: o Senador Carlos Portinho, que me parece que está ausente; e o Senador Alessandro Vieira.

Senador Alessandro Vieira, V. Exa. tem a palavra, como último inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu vou ser o mais breve possível em respeito, enfim, à longa duração da audiência.

Sr. Ministro, me permita um brevíssimo preâmbulo com relação à sua atuação como Ministro e à nossa atuação aqui no Parlamento. Não existe nenhum problema em ser conservador, absolutamente nenhum problema. É o direito de pensamento que cada pessoa tem. Da mesma forma, não existe nenhum problema em ter uma opção, uma escolha, uma orientação religiosa. Também é um direito inalienável de qualquer brasileiro. O problema está em não ter eficiência no desempenho das suas funções e usar isso como artifício, seja para justificar o fazer, ou o não fazer, das suas obrigações. Aí é que está o problema. Então, deixo isso como uma reflexão.

E me questiono com relação à questão do acesso à internet na educação. Esta Casa se debruçou sobre o tema, garantir acesso à internet rápida, para modernizar e para suprir lacunas claríssimas que a pandemia ressaltou, que a pandemia destacou. Era o PL 3.477, que virou a Lei 14.172, de 2021. Essa lei foi vetada pelo Sr. Presidente da República. O Congresso Nacional derrubou o veto, quer dizer que Deputados e Senadores reiteraram a vontade de garantir para o estudante e para o professor da escola pública, àqueles que precisam mais, o livre acesso, o perfeito acesso à internet rápida.

O Governo foi ao Supremo Tribunal Federal contra a legislação e, por último, apresentou a MP 1.060, que tira os prazos para a aplicação do recurso, ou seja, tira a eficiência da norma toda.

Isso me preocupa, Ministro, especialmente quando a gente vai observar o investimento que é feito pelo Ministério da Educação, nos últimos anos, relativo justamente à conectividade, a essa modernização, e a gente olha que no Orçamento de 2020, nos primeiros oito meses, zero por cento foi aplicado. Zero. Não se preparou nada para fazer essa aplicação, segundo dados que nós recebemos do setor correspondente lá do próprio Ministério.

O apelo que eu faço é que se converta palavra em ação.

Nós estamos, infelizmente, voluntária ou involuntariamente, colaborando para jogar os nossos estudantes num patamar de quase dez anos de atraso, porque eles estão afastados das escolas, alguns deles não retornarão às escolas, porque não têm incentivos suficientes, e professores e alunos ficam privados de ferramentas que são básicas na educação moderna e que estão ligadas à questão da conectividade.

Então, o meu apelo a V. Exa., como Ministro, é que empenhe efetivamente energia para que isso seja executado, para que a gente possa ter um salto na nossa educação, que é indispensável na inclusão de tantos jovens no mercado de trabalho do futuro.

No mais agradecer pela presença e pela paciência.

Sr. Presidente, devolvo a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradeço a colaboração de V. Exa., a economia do tempo, e vou passar agora, Sr. Ministro, a fazer algumas perguntas que nós recebemos aqui pelo Portal *e-cidadania.* As pessoas no Brasil inteiro estão nos acompanhando, assistiram à fala de V.Exa., o questionamento de todos os Senadores, e estão fazendo algumas observações. V. Exa. se sinta à vontade para selecionar as que V. Exa. acha que possa merecer uma resposta mais esclarecedora.

Temos aqui o Wanderley Felippe, de Minas Gerais: "O que o MEC está fazendo para cumprir a meta do PNE de ampliar para 30% a participação de jovens no ensino superior até 2024? Por que, exatamente, os estudantes mais pobres e vulneráveis, que não têm dinheiro para pagar a sua inscrição, foram excluídos do Enem em 2021?".

Então, o Wanderley Felippe faz duas perguntas: a questão da meta do PNE de 30%, da participação de jovens no ensino superior e a questão do pagamento do Enem para quem não tem recurso.

O Adriano Costa, do Distrito Federal: "Qual o papel das instituições de ensino a fim de capacitar os docentes para um verdadeiro ensino-aprendizagem e não apenas quantitativos". A pergunta é bastante profunda, consistente – parabenizo aqui o Adriano!

Suely Nominato, do Goiás: "O Sr. Ministro já esteve em uma sala de aula comum, que tem alunos com necessidades especiais inseridas? Se não, visite!". Quer dizer é uma pergunta...

O SR. MILTON RIBEIRO – Já estive.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... e um conselho ao mesmo tempo, uma observação.

O Paulinho Moreira, do Acre: "Gostaria de saber do Sr. Ministro da Educação se ele sabe o que é empatia?".

Quero observar para V. Exa. que aqui nós não fazemos crítica, a não ser que haja alguma coisa agressiva ou... Aqui a pessoa é livre para fazer os seus questionamentos. Nós não permitimos agressões e palavras de baixo calão, que não estejam dentro do permitido.

Então: "Gostaria de saber do Sr. Ministro da Educação se ele sabe o que é empatia ou se ele já necessitou algum dia de atendimento diferenciado". São esses os questionamentos que o Paulinho Moreira, do Acre, faz.

A Eunice BC, de Rondônia: "Do que se necessita para capacitar cuidadores e alocá-los nas escolas para em conjunto levar educação com inclusão aonde for necessário?".

Felipe Sousa, de Pernambuco:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Como serão abertas novas escolas, novas contratações? Esse projeto não tem planejamento pedagógico nem econômico". É o Felipe Sousa que faz essa observação bastante enfática.

Temos o Atila Santos, da Bahia. V. Exa. veja como nós estamos sendo acompanhados pelo Brasil inteiro. O Atila Santos, da Bahia: "Por que o ensino oferecido pelas escolas federais é melhor do que o ensino das escolas municipais e estaduais? Como criar um modelo nacional?". Pergunta bastante consistente.

O Atila faz outra pergunta: "Ministro, qual é a opção da população pobre para a ascensão social se universidade já não é indicada e o serviço público está sendo deformado?".

José Roberto Jesus, de São Paulo: "Com a criança com deficiência fora da sala de aula, isso pode gerar uma desigualdade social?"

Então, quero aqui agradecer aos nossos internautas que estão nos acompanhando. É um prazer muito grande ouvi-los e dar esse espaço para que vocês possam fazer os seus questionamentos.

E vou passar, então, a palavra ao nosso Ministro Milton Ribeiro para que ele possa responder aos questionamentos dos últimos Senadores que fizeram as suas perguntas.

Com a palavra, Sr. Ministro.

O SR. MILTON RIBEIRO (Para expor.) – Primeiro, eu quero dar uma palavra geral.

Quando eu sou cobrado e estou aqui, quando me submeti a me tornar um servidor público, eu me submeto e ouço as críticas, as observações e os conselhos de uma forma muito direta e fico muito tranquilo ao receber isso, mas cabe aqui lembrar que a situação da educação do Brasil não aconteceu faz dois anos. Tivemos 20 anos de governo de esquerda neste País, que levaram o nosso País a uma situação como esta que vivemos. Eu estou colhendo frutos, frutos que foram plantados por má gestão, por opções equivocadas. Por isso, eu vejo a cobrança de uma série de coisas, que eu acho que são plenamente razoáveis, são sérias e certas – eu estou me esforçando, num ano de pandemia, com poucos recursos –, mas faço questão de lembrar à sociedade brasileira que isso é uma herança que recebemos de governos passados. Eu não posso deixar isso aqui... Parece que eu o sou culpado, que o Governo do Presidente Jair Bolsonaro é o culpado por essa terra arrasada que, muitas vezes, vivemos em algumas áreas da educação, porque são dois anos. Não é verdade. Isso é uma herança, e é uma herança ruim que recebemos de um passado não tão distante.

Começo dizendo a respeito, respondendo à pergunta do Senador Confúcio, suas observações, da baixa proporção de estudantes no nível médio profissionalizante. Fico feliz com essa colocação dele, porque é exatamente isso que eu estou falando. Quando eu falei que fui mal entendido – creio que fui mal entendido – pela Senadora Zenaide, a quem respeito e tributo todo o meu respeito, em nenhum momento eu disse que não era para haver acesso ao ensino superior. Em nenhum momento! Eu não sei o que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo, eu sei o seguinte: em nenhum momento – reafirmo que em nenhum momento! –, mas o que eu enfatizava, na verdade, era a pouca procura de alunos e de jovens brasileiros pela educação profissionalizante, que é isso que o Senador Izalci falou.

O mercado comprador: o Presidente da Fiesp me ligando e pedindo mão de obra especializada, e eu não tenho. Por que eu não tenho? Porque a opção e a escolha... E aí eu falo novamente: não é que eu estou contra o curso superior. Eu acho que a Senadora Zenaide tem essa compreensão. Eu não me conformo. Ela teve a compreensão. Eu não estou contra o curso superior, não estou querendo negar o acesso às pessoas mais humildes, mais simples ao ensino superior, Senadora. Preocupa-me não haver essa compreensão. Em nenhum momento, eu disse isto: "Eu sou contra o ensino superior". Eu estou querendo dizer que hoje, numa época de guerra, de pós-pandemia, a opção que nós temos, na verdade, é optar pelo ensino técnico e profissionalizante, porque o menino, antes de se formar, está empregado. Muitos institutos federais me relatam isto: que o aluno está lá terminando, e no meio, no estágio, ele já tem o emprego garantido. É só isso, não falei mais do que além disso.

Bom, qual é o texto? (*Pausa.*)

A questão da Universidade para Todos. Senadora Zenaide, perdoe-me. A senhora tem a oportunidade de falar, e eu tenho também a oportunidade de falar. Como cidadão, respeito o seu posicionamento, mas é importante deixar claro que – eu disse aqui e repito – um diploma de ensino superior é algo que devemos buscar, é claro. Eu disse até números: 17,4% apenas entre 22 e 25 anos no Brasil. Não sou contra universidade. Não é possível que o Ministro da Educação seja contra universidade. O que eu estou querendo dizer é que nós temos que ter essa interface com o mercado, é só isso que eu estou querendo dizer, e muita gente me entende, muita gente da sociedade brasileira me entende. Eu disse que temos menos de 18% e precisamos ampliar. Em momento algum quero desincentivar qualquer aluno a estudar. Eu não sei de onde foi tirado isso. Eu não estou dizendo para você, jovem que está me ouvindo, que você não deve procurar o ensino superior. Eu estou querendo dizer para você, jovem que está assistindo a mim, que não é uma garantia, e não é mesmo – é isso que o mercado diz. E reafirmo o que eu falei: "Não é garantia de que você sairá empregado. Por isso, opte por uma escola de nível técnico, porque você terá emprego garantido." Foi isso que eu disse. E, se você tiver essa vocação, no futuro, de "não, eu quero estudar, quero ter o título, quero ser um doutor" – puxa vida! –, isso é muito bom. Faça isso. Mas agora, com salário, com condição, com equilíbrio, você vai poder escolher o curso que você quer e quem sabe até pagar o seu próprio curso. Apoio e continuarei apoiando todas as etapas da educação. Era só o que faltava o Ministro da Educação dizer que é contra o curso superior! Não sei o que vocês esperam do nosso Governo, mas é claro que eu não falei isso, não apoio isso. E eu creio que muita gente que me ouve está entendendo o que estou falando. O mundo está mudando. As profissões do futuro não serão as de hoje. Precisamos entender que o ensino técnico profissional tem uma agilidade maior, porque ele está muito focado com a indústria, com o mercado – é isso que eu estou dizendo –, e é um caminho que vários países têm adotado. Então, que fique registrado isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de dizer, com toda a tranquilidade, que não é minha pretensão achar que ensino superior é algo dispensável ou algo para uma elite do Brasil. Repito: sempre estudei em escola pública. Senador, eu sempre estudei em escola pública. Eu não vim de uma família abastada. Se não fosse a escola pública, eu não seria o que eu sou hoje. Então, eu fico muito tranquilo em dizer isso, basta ver o meu o meu histórico escolar, de onde eu vim. Então, eu tenho autoridade para dizer o que estou dizendo.

Vamos voltar aqui para o Senador Confúcio, o Sistema S. Senador, eu acho que o Sistema S faz um trabalho magnífico, brilhante para o Brasil. Eu sou um grande incentivador. O MEC tem várias parcerias com o Sistema S. Considero que ele realiza um trabalho importantíssimo para o ensino técnico e profissional.

Lançamos, recentemente, uma parceria com o Sebrae para desenvolver a cultura empreendedora no País. Lançamos também o Qualifica Mais, uma parceria com o Ministério da Economia para ofertar cursos em tecnologias no mundo 4.0. O que nós estamos fazendo e tentando fazer, repito – eu não tenho nenhuma vergonha de dizer –, é consertar o que foi feito de errado na educação deste País. Não tenho compromisso, repito, não tenho compromisso partidário algum, mas, em termos de idealismo, quero trazer à juventude alguma coisa... Alguém tem que ter coragem para falar algumas verdades, e a coragem eu tenho para dizer a você, jovem: "Não deixe de estudar. Procure estudar, mas cuidado, porque você pode se endividar e não alcançar o emprego lá na ponta. Você pode fazer um curso profissionalizante de que o mercado está comprador. Se você fizer um curso de técnico em TI, técnico em informática, técnico em edificação, técnico em eletricidade, técnico em veterinária, técnico em agropecuária, você tem emprego garantido. Você, jovem, por favor, me escute. Você vai ver como consegue um emprego rapidinho. Depois, pode tomar uma decisão da sua melhor escolha".

Pronatec. Esse é um assunto também de que eu tenho tratado. Eu tenho tentado entender quanto dinheiro foi colocado nesse programa – eu cheguei depois. Ele foi reformulado atualmente e se chama Novos Caminhos. A principal alteração é ofertar cursos que o mercado demanda, respondendo à pergunta do Senador Izalci. O programa visa potencializar e ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, modalidade de ensino que prepara os estudantes para o exercício das profissões e para o mundo.

O programa é estruturado em três eixos: o eixo de articulação e fortalecimento, que visa a um fomento e à formação técnica de jovens e adultos e também de professores; o eixo da inovação e do empreendedorismo, que objetiva fomentar iniciativas nessa área, além de desenvolver outras áreas; e o eixo de gestão e resultados, que visa a dar mais transparência e apresentar os dados da educação profissional e tecnológica.

Estamos trabalhando em parceria com a ABDI, para realizar um mapa de demandas do setor produtivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabem o que nós orientamos a fazer o nosso Secretário que está aqui, da escola profissionalizante? Ir ao mercado perguntar quais são os cursos de que o mercado necessita para que a gente possa responder a esse mercado. Nós não temos como ingerir na autonomia acadêmica de universidades e institutos, mas nós temos como aconselhar, orientar, dar diretriz. Isso nós já estamos fazendo, Senador.

No próximo dia 23, vale lembrar que será a comemoração dos 112 anos da educação profissional e tecnológica. Eu já vi muita gente dizendo: "Não, quem inventou os institutos foi partido A, B ou C". Não foi, não! Desculpe! Foi Nilo Peçanha que tomou a iniciativa. A raiz é ali. Depois, houve as transformações necessárias e institucionais, até chegarmos ao que nós temos hoje. Eu estou admirado e tornei-me um fã do trabalho que os institutos realizam hoje no Brasil. É impressionante! O trabalho realizado é alguma coisa assim que o Brasil ainda não conhece. Precisamos até, quem sabe, Tomás, dar maior visibilidade ao trabalho que esses institutos realizam, porque, às vezes, o jovem fica com vergonha de ser um técnico profissional. Há técnico profissional que ganha talvez duas ou três vezes mais do que um graduado, do que um bacharel. Há técnico profissional numa empresa, por exemplo, de petróleo que sabe manipular, sabe regular instrumentos de precisão que o engenheiro, que chega lá de capacete branco, cheio de títulos, não sabe, e ele ganha mais do que o engenheiro. Eu já ouvi depoimentos de pessoas assim.

Vamos lá, Senador Izalci. Agradeço as reflexões e faço um pedido. O senhor fez um pedido para mim e eu vou lhe fazer um pedido: para o senhor procurar dois secretários meus, os dois estão aqui, tanto o Tomás quanto o Wagner, conversar com eles, trazer suas ideias e levar a eles, por gentileza, essas suas ponderações de alguém que eu vejo que trata do assunto da educação não como um mote político-eleitoral, mas como uma paixão. Eu gostaria de ouvi-lo mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Ministro...

O SR. MILTON RIBEIRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... eu só o liberarei se eu for junto com ele.

O SR. MILTON RIBEIRO – Pronto, pronto. Então, o nosso Senador Marcelo está querendo ir junto nesses encontros. Poderíamos fazer um encontro lá no MEC, ouvir as orientações de alguém que está há mais tempo do que a gente aqui nessas funções, porque a experiência deles é algo importantíssimo. A nossa assessoria vai entrar em contato com os senhores.

Sobre a Lei 14.171, de conectividade, outra coisa que eu também quero deixar muito claro: em nenhum momento – o que é difícil, talvez a minha parte de comunicação não tenha sido feliz e a contento –, quando eu sugeri que essa lei não viesse a ser concretizada, nós não temos, a lei, com todo respeito que tenho aos formuladores, eu sou da área de Direito, ela foi muito mal elaborada, ela deixa brechas para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as coisas não tenham um controle maior. E eu tenho certeza de que nenhum dos que votaram em busca dessa conectividade, que é uma ferramenta importantíssima para a educação brasileira, nenhum teve essa ideia de achar que simplesmente vamos despejar dinheiros nos Estados e Municípios, eles que se virem.

A nossa lei, que tramita aqui no Senado, que é a 142, já foi aprovada, de 2018, essa tem um complemento melhor, no nosso entendimento, e foi aprovada aqui pelos senhores, com relação a esse controle, a um *feedback* a respeito desse assunto. Só comprar um *tablet* e dar na mão de um aluno não é solução. A gente sai daqui e, a 50km de Brasília, perde conexão, mesmo numa grande capital. E outra, e se quebrar? De vez em quando a gente fala de modo vulgar: dá um pau no *tablet* e tal, o que esses meninos vão fazer? Fora os assaltos, fora o roubo, fora a perda. Isso tudo são questões que o gestor, eu que sou gestor tenho que considerar.

Agora, há outros caminhos? Há outros caminhos. Essa lei que os senhores aprovaram há pouco, a 142, é, no nosso entendimento, mais completa, e eu estou disposto a apoiá-la totalmente, tanto é que recentemente nós transferimos R$60 milhões do MEC para o Ministério das Telecomunicações, para colocar antenas nas escolas.

É importante ainda que se entenda que as divergências do MEC sempre foram técnicas, nunca foram de conteúdo. Isso eu deixei claro. Imagine que o Ministro da Educação é contra a conexão. Se não fosse a conexão, nós teríamos zero de educação no ano da pandemia. O que me coube como Ministro, a incumbência que o Estado brasileiro me deu é ser Ministro, gestor e cuidar do bem público e do dinheiro público. Eu sei que os senhores também têm esse cuidado. Mas eu estou aqui mostrando um outro lado de quem está aqui na ponta da execução.

A recente MP visou a dar operacionalidade à lei. Participamos recentemente da reunião da Comissão de Educação da Câmara e representantes dos secretários de educação, na qual nossas preocupações técnicas foram confirmadas pelos Estados e Municípios. A lei não está clara se o dinheiro chega para o Estado ou para o Município. Isso precisa ser clareado um pouco mais.

É importante dizer que o MEC apoia a conectividade, porém a Lei nº 14.171, de 2021, traz alguns desafios técnicos que precisam ser superados. Quando houve a derrubada do veto, Senador... Eu sou um homem do colegiado, da democracia, chamei o meu pessoal e falei: vamos começar uma comissão, comecem a estudar – chamei o meu secretário da educação básica – como implementar a lei no sentido que ela é. Não vamos simplesmente dar de ombros para a lei. Não. Nós começamos e lutamos aqui para tentar reverter uma compreensão que é importante que a gente tenha.

O principal problema foi a previsão de repasse aos Estados que poderiam se articular com os Municípios. Esse dinheiro vai para Estado, não para Município. Então, esse é um detalhe que parece pequeno, mas vale a pena os senhores que são legisladores observarem. A prestação de contas da aplicação dos recursos nos Municípios deverá ser feita pelos Estados. O prazo para aquisição de *tablet* era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de seis meses, entre outras questões. Imagine! É que nem a máscara, que nem a luva da pandemia. Se a gente aprova uma lei dessa, o preço do *tablet* vai lá para as nuvens. Esse é o cuidado com o recurso público que o MEC e sua equipe está tendo. Nada contra o mérito da questão da conectividade.

Os internautas... A primeira... Posso pegar aquele papel das perguntas? Obrigado.

Eu aqui, em respeito às...

Eunice BC, de Rondônia: "Do que se necessita para capacitar cuidadores... ". Nossos cursos... Nós temos oferecido, Eunice, muitos cursos. Entre no *site* do MEC, por gentileza, e você vai verificar ali que existem cursos de capacitar cuidadores, nas escolas, para levarmos à frente a inclusão. Nós, o MEC é a favor da inclusão, não do inclusivismo, a Inclusão com qualidade, para que as crianças possam ter ganhos, sempre ter ganhos, tanto os deficientes com os não deficientes. Todo mundo vai ter ganho. E é esse cuidado que nós estamos querendo ter com as crianças com deficiência.

"Como serão abertas novas escolas, novas contratações? Esse projeto não tem planejamento pedagógico nem econômico." Felipe Sousa, de Pernambuco.

Felipe, você é uma pessoa que está acompanhando a educação, tem todo o direito de questionar, mas, naturalmente, eu e a minha equipe examinamos essas questões antes de, eventualmente, lançarmos um projeto de desdobramentos de novos *campi,* tanto nas universidades quanto nos institutos. O planejamento é para agora, mas a aplicação será apenas para 2022, o ano da nossa Independência, do Bicentenário da Independência, mas, sobretudo, quando os efeitos da Lei 173 cessam, que é em 31 de dezembro.

Na verdade, essa medida que nós estamos fazendo da possibilidade de desdobramento de novos *campi* não vai impactar tão severamente os orçamentos de custeio, mas é uma questão de gestão. (*Pausa.*)

Paulinho Moreira, do Acre, que me questiona a respeito de empatia: "Gostaria de saber se o Sr. Ministro da Educação sabe o que é empatia ou se ele já necessitou algum dia de atendimento diferenciado."

Eu, pela misericórdia e graça de Deus, nunca tive essa necessidade. É claro que no meu tempo, talvez – não sei a sua idade, mas no meu tempo –, o fato de eu ser protestante, na minha escola pública, eu era colocado nas aulas de religião para fora da sala de aula. Então, eu tinha a reação normal, ficava lá no pátio, enquanto havia a aula de religião, que era dada, no caso, pela religião predominante, que era a Católica. Mas isso não me fez sair um revoltado com o sistema em nenhum momento.

Agora, com relação à empatia, eu quero dizer aos senhores que, entre os cursos que eu fiz, foi a Teologia, num seminário da Igreja Presbiteriana do Brasil, que leva muito sério os estudos. Estudei quatro anos de grego e quatro anos de hebraico. Se o senhor quiser me mandar um tipo de *e-mail,* eu posso explicar para o senhor até a questão da raiz das duas palavras que compõem a palavra empatia. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sei muito bem o que é empatia, tanto no vernáculo português, mas eu poderia destrinchá-la melhor até no grego para o senhor poder entender um pouco mais e usar essa palavra aqui que eu usei. Quero crer que há uma tonalidade de ironia... Mas eu sei muito bem o que significa empatia. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Há requerimento sobre a mesa.

Requerimento extrapauta, de autoria do nobre Senador Izalci Lucas.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 9, de 2021, da Comissão de Educação, apresentado pelo Senador Izalci Lucas.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 9, DE 2021

Requer, nos termos regimentais, a participação desta Comissão em audiência pública a ser realizada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, para discutir o Dia Nacional da Educação Profissional e Tecnológica, conforme requerimento já aprovado pela referida Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Presidente, conforme foi dito pelo próprio Ministro, dia 23 haverá uma audiência pública, um encontro na Câmara dos Deputados exatamente para discutir a questão do Dia Nacional da Educação Profissional e Tecnológica. Então, o objetivo da aprovação é aproveitar todos os convidados: são convidados do próprio MEC, da Setec, o Tomás vai estar presente, representando o Ministério da Educação; o Rafael Lucchesi, que é do Senai; o Sidney, do Senac também; do Sest/Senat; do Senar; também do Conif e do Paula Souza, também de São Paulo, que tem uma experiência muito boa.

Então, é a oportunidade que nós temos, o Senado Federal junto com a Câmara, para aproveitar e fazer uma audiência conjunta.

O objetivo do requerimento é esse. E eu peço apoio dos pares para que a gente possa participar desse evento programado na Câmara Federal, que será na quinta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Encerrada a discussão...

Bem, eu ponho em discussão o requerimento do Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, então, finalizar nossa reunião. Em primeiro lugar, agradecendo ao Ministro Milton Ribeiro, que prontamente se dispôs. Logo após a aprovação do requerimento aqui do Senador Veneziano Vital do Rêgo, sua assessoria, de imediato, entrava em contato se prontificando para vir o mais prontamente possível, o que demonstra a disposição do Ministro ao diálogo e ao entendimento.

Parabenizo aqui, Sr. Ministro, pelo seu gesto de humildade, que é uma característica muito boa nos seres humanos. Acredito que sua formação religiosa e tudo o ajude nesses aspectos aí. Então, V. Exa. foi muito enfático, foi muito claro. Eu acho que de minha parte – e acho também que da parte dos Senadores – V. Exa. foi bastante esclarecedor em todas as posições. Acredito que tenha sido uma reunião muito enriquecedora para todos. Esse diálogo, essa proximidade do Poder Legislativo e do Poder Executivo, é disso que precisamos, é isso que queremos porque todos nós temos um objetivo só: melhorar e avançar na nossa educação.

E eu quero aqui abrir as portas do Senado Federal, da Comissão de Educação para estar ao lado de V. Exa., do seu corpo técnico nessa cruzada em defesa do ensino técnico profissionalizante.

O SR. MILTON RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu acho que é a área mais descuidada da educação do Brasil, é a área em que estamos mais atrasados e é a que mais nós precisamos avançar.

Eu não sou um teórico da educação, fui professor durante minha vida praticamente toda, comecei aos 18 anos de idade, mas, quando entrei na política, tive que fazer a opção e terminei deixando esse lado meu, digamos – entre aspas – "intelectual", um pouco relegado. Mas eu tive uma experiência, eu fui professor de Física da Escola Técnica Federal do Piauí. Depois eu me encontrava com os meus ex-alunos que trabalhavam nas Centrais Elétricas do Piauí e vinham do curso de eletrotécnica, que trabalhavam no sistema de abastecimento de água da companhia de água e esgoto do Estado e vinham do curso de saneamento, que trabalhavam do Departamento de Estradas e Rodagem e vinham do curso de estradas. Todos eram cursos profissionalizantes. Essas pessoas foram capacitadas e alcançaram seu conhecimento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiveram sua capacitação para poder exercer uma profissão e levar uma vida digna. Isso não é em oposição a um curso superior; muito pelo contrário. Se a pessoa está qualificada e tem emprego, ele tem, então, muito mais oportunidade de fazer uma universidade, porque pode custear seus estudos, do que se não tivesse.

Digo isso por experiência própria. Quem me vê Senador da República acha que eu tive vida fácil, mas eu trabalho desde 16 anos de idade. No primeiro emprego, eu ganhava meio salário mínimo, com seis meses passou para um salário mínimo. Aliás, de que eu me recordo, foi a época em que vivi mais folgado, que eu tinha mais dinheiro sobrando, no tempo em que eu era jovem de 16, 17 anos, quando eu ganhava um salário mínimo, o que era uma coisa extraordinária. E fiz um curso de Medicina, fiz pós-graduação, sempre trabalhando. E essa é a vida minha, porque pertenço à classe média, mas imaginem as outras pessoas que vêm com muito mais dificuldade, que não são classe média, mas classes C, D e E.

Então, é evidente que nós precisamos incentivar e nisso eu já estive com V. Exa. no Ministério e dei esse apoio, que quero reforçar aqui: eu sou um entusiasta dos cursos profissionalizantes, porque jovem ainda você se capacita para ter uma profissão, levar uma vida digna e decidir o seu futuro, se você quer se aperfeiçoar na sua área, se quer fazer um curso superior, porque uma coisa, evidentemente, não quer dizer que você vai relegar a outra coisa a segundo plano.

Quer a palavra, Senador Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Só, Presidente, eu sei que está avançando a hora, mas eu queria só reforçar mais um detalhe. Eu tive oportunidade, ainda como Secretário, em 2007, nós lançamos aqui o programa de *notebook* para os educadores. Então, todo mundo em Brasília que trabalhava na educação pública teve a oportunidade de ter um *notebook* financiado em 60 meses, e a gente pagava uma bolsa, a metade por mês e tal. Mas o que falta de... Primeiro, o programa não era só distribuir *notebook*, o principal era a plataforma e a capacitação dos professores, infelizmente, lamentavelmente, por questão orçamentária, ficou nisso aí. Depois o MEC fez um programa de – aqui em Brasília nós tivemos uma escola, na Vila Planalto, aqueles computadores da Índia que estavam sendo testados aqui, depois Positivo – para testar os computadores. Mas eu também concordo que não dá para ficar comprando computador sem antes ter o planejamento, principalmente de formação, de plataforma, de capacitação. Hoje, nós temos curso de graduação, de formação inicial e continuada gratuitamente para todo lado. Universidades, inclusive, internacionais que oferecem gratuitamente. Então, a gente precisa ter uma plataforma para que todos tenham acesso. Ao que eu assisto é aqui na Capital, não estou nem falando do interior. Não vou nem falar do Piauí, porque Piauí é melhor do que aqui em termos de educação. Realmente, o Piauí está de parabéns. Infelizmente, nós não estamos mais na qualidade de disputar os primeiros lugares. Em Brasília, lamentavelmente, perdeu muito.

Mas a questão da formação é fundamental, Ministro. Como a gente não tem política de Estado, infelizmente, é política de Governo – cada Governo que entra acaba com tudo e começa de novo –, até de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez em quando eu pergunto: quantas vezes será que o Ministro da Educação ou o Secretário de Educação conversaram com o Secretário de Esporte, da Cultura? Será que houve, de fato, essa conversa para haver uma integração, uma política pública integrada de educação, saúde, inclusive saúde, mas esporte e cultura? Então, eu acho que falta, sim, a gente trabalhar mais política de Estado.

Mas, com relação aos computadores, essa é uma preocupação que sei que V. Exa. tem também, a gente que já foi gestor sabe. Se entregar apenas o *notebook* para o aluno pode ocorrer, como V. Exa. falou: roubo, estragou o computador, quem vai dar manutenção? Mas temos de fazer alguma coisa, porque vai acontecer isso e a gente precisa buscar fazer com seguro ou de alguma forma com que a gente resolva. Hoje, o mais difícil é encontrar um gestor para assinar qualquer coisa, ninguém quer assinar mais nada, mas se tem que buscar uma solução. De fato, nós temos famílias com um celular na família e quatro meninos estudando. Como é que compartilha esse troço aqui? Não há jeito.

Então, a gente precisa ter uma plataforma do ministério, acho que é importante, compartilhada com Estados e Municípios para que haja a formação inicial e continuada e também formação dos professores. Aqui em Brasília, infelizmente, estão acabando. Uma das boas coisas que existiam foi Frejat que fez, o Senador Marcelo deve conhecer, porque também foi ministro. O Jofran Frejat fez a universidade de Medicina aqui, a faculdade de Medicina. E quem dá aula aqui para esses alunos são os médicos e enfermeiros dos hospitais. No primeiro semestre, os alunos estão nos hospitais. É óbvio que nós deveríamos ter feito a mesma coisa na educação, como não há mais o magistério – acho que deveria voltar a escola normal –, hoje, se a gente não colocar esses professores, os alunos de Pedagogia e Magistério na prática, dentro da sala de aula, a gente vai ter muita dificuldade de resgatar a qualidade da educação.

Aqui estão voltando, acho que o Ministério Público criou caso, querem fazer concurso e voltar para a Secretaria de Educação uma coisa que hoje é da Secretaria de Saúde, que funciona. Eu tenho certeza de que passando para a educação dificilmente vai funcionar da forma que deveria. Mas devemos encontrar um projeto, uma proposta de formação de professores que realmente volte um pouco do que era a Escola Normal, mas que haja realmente o chão, o aluno estar na sala de aula. Hoje, boa parte dos professores com depressão, com pânico, porque não têm essa experiência da escola.

Então, para mim, se esses dois secretários tratarem disso, senão, precisaremos de mais um secretário para a gente discutir sobre isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MILTON RIBEIRO – Comigo não é pedido. É uma orientação. Nós vamos marcar uma reunião, vamos ouvir os dois. Queremos – certo? – o Wagner e o Mauro, e vou trazer ainda o Mauro, da SEB, para que a gente possa ter essa oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero me colocar, Sr. Presidente, à disposição, não digo mês que vem, mas, se em novembro, os senhores quiserem me convocar novamente, para prestar esclarecimento, estou à disposição. É só conversar ali com o assessor parlamentar. Estou à disposição.

O senhor tem não apenas o direito, mas o dever de fiscalizar o Executivo, e eu sou Executivo. Eu tenho não apenas o direito, mas o dever de prestar contas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, agradecendo todos os presentes, os internautas, a equipe que nos dá suporte aqui, o Ministro e sua equipe, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Roberto Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Rose de Freitas, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 8ª e 9ª reuniões anterior, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3465, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a redação dos arts. 32 e 35-A da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novos conteúdos obrigatórios nos currículos dos ensinos fundamental e médio." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 197, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para equiparar os bolsistas das escolas beneficentes de assistência social aos estudantes das escolas públicas na reserva de vagas." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta, e pela rejeição das emendas nº 1 e nº 2-CDH. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2805, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a dispensa de justificativa sobre ausência em edição anterior para fins de isenção da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 - CE (Substitutivo). O relator retira da ementa do substitutivo apresentado o trecho "e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre a isenção da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.". **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3202, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui a data de 24 de maio como o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia"." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 707, de 2015 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5868, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui dia 15 de maio como Dia Nacional da Educação Legislativa." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 210, de 2018 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Oeiras (PI) o título de Capital Nacional dos Bandolins." **Autoria:** Senadora Regina Sousa (PT/PI). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2685, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, para remover o requisito de possuir idade mínima de 14 anos para receber a Bolsa-Atleta, e para permitir o recebimento da Bolsa-Atleta Estudantil cumulativamente com outras bolsas de estudo, pesquisa, iniciação científica e extensão." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2127, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para reconhecer os esportes da mente como práticas desportivas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei da Câmara n° 173, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Cachaça." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 6572, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a fim de prever a canalização de recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) para incentivar a promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 5647, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, o título de Berço Nacional da Soja." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 10, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, §2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Claudia Queda de Toledo, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para explicar a dissolução do Conselho Técnico-Científico do Ensino Superior, conforme determinada pela Portaria nº 146, de 2021, além de outras questões relativas à gestão daquele órgão." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 11, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 5.189, de 2019, que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Trânsito." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/23

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 8ª e da 9ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Iniciando os nossos trabalhos, comunico que ficam retirados os itens 1 e 12 da pauta a pedido dos ilustres Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3465, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a redação dos arts. 32 e 35-A da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novos conteúdos obrigatórios nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 5647, DE 2019

- Não terminativo -

Confere ao Município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, o título de Berço Nacional da Soja.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

Vamos ao item 2, já que o item 1 foi retirado a pedido da Relatora, Senadora Zenaide Maia.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 197, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para equiparar os bolsistas das escolas beneficentes de assistência social aos estudantes das escolas públicas na reserva de vagas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Relatoria: Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 1 e nº 2-CDH.

Observações:

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH.

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Concedo a palavra ao nobre e Ilmo. Senador Confúcio Moura.

V. Exa. tem a palavra para apresentar o seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores da nossa Comissão, este é um projeto de autoria do ex-Senador Cássio Cunha Lima, cujo pensamento era justamente abrigar, na Lei de Cotas atual, os bolsistas que também são pobres, cuja renda *per capita* familiar seja de até 1,5 salário mínimo. Então, o projeto refere-se a bolsistas de fundações escolares de direito privado sem fins lucrativos, de entidades beneficentes, de escolas, de igrejas e outras instituições comprovadamente pobres, para terem acesso à Lei de Cotas, que abriga 50% de negros, quilombolas, deficientes, indígenas e oriundos de escolas públicas.

Então, é para não entrar no relatório, que em resumo é isso o que acabei de falar.

Acredito que seja de bom alcance. Ele não é competitivo e não gera despesas para o Governo, porque, dentro do percentual da Lei de Cotas, entraria esse público pobre, oriundo dessas escolas, como bolsista. É muito interessante esse pensamento do Senador Cássio Cunha Lima.

Então, eu vou direto à análise e de uma maneira bem resumida, porque, *grosso modo*, o que o projeto traz é justamente o que acabei de expor nessa explicação simples.

Análise.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação. Dessa forma, a apreciação da matéria por esta Comissão possui amparo regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto trata de diretrizes e bases da educação nacional, matéria de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal. Nesse caso, admite-se a iniciativa de membro do Congresso Nacional. Além disso, não se constata ocorrência na proposição de matéria de iniciativa reservada ao Presidente da República.

O projeto de lei também não apresenta vícios que comprometam sua constitucionalidade material e sua juridicidade.

No que tange ao mérito educacional, cabe inicialmente lembrar a Lei nº 12.711, de 2012, a Lei de Cotas, cujo resultado todo mundo hoje reconhece – na época houve muita discussão – como altamente importante. A prova é que as universidades hoje estão com mais de 50% de alunos negros, pardos e indígenas e deficientes físicos. Isso foi de um alcance muito grande. Esse projeto do Senador Cássio inclui também o ensino profissional. Os institutos federais de educação também poderiam receber a mesma abrangência da Lei de Cotas para o ensino superior.

Faltam aqui uns dois parágrafos que são repetitivos.

A Lei de Cotas representou importante passo de valorização das escolas públicas de educação básica, assim como de promoção de maior equidade, em termos sociais, étnico-raciais e de apoio à pessoa com deficiência no acesso aos estabelecimentos federais de ensino. A medida procurou corrigir a injustiça representada pelo fato de estudantes de escolas privadas voltadas para a elite socioeconômica ocuparem parte significativa das vagas mais concorridas nas instituições federais de ensino, particularmente na educação superior – é o que acontecia no passado.

O projeto em exame busca equiparar os alunos bolsistas – já expliquei esse parágrafo – integrais e parciais das entidades beneficentes de assistência social aos estudantes das escolas públicas – aí ele cita também outros fatores sobre os quais já discorri.

A Comissão de Direitos Humanos estabeleceu duas restrições ao alcance do projeto. A primeira consiste em limitar a equiparação apenas para o acesso à educação superior. Deixou de fora, portanto, as situações de acesso ao ensino técnico de nível médio em instituições federais. A segunda restrição foi a de beneficiar, com a equiparação, apenas os bolsistas integrais das escolas beneficentes de assistência social.

Embora os processos seletivos sejam mais concorridos no acesso à educação superior, não vemos razão para que se retire do projeto o acesso ao ensino técnico de nível médio nas instituições federais. Portanto, em vez de novo parágrafo ao art. 1º da Lei de Cotas, como sugeriu a CDH, julgamos mais adequado manter a proposta original de inserir novo artigo nessa lei.

Já a restrição ao alcance da nova lei apenas para os bolsistas integrais nos parece apropriada, pois preserva o alcance social da Lei de Cotas, ainda que se deva reconhecer que, exceto na subcota social, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há exigência de renda máxima dos egressos de estabelecimentos de ensino públicos, o que compromete parcialmente o princípio de equidade da lei, uma vez que há heterogeneidade nas escolas públicas, no que concerne à qualidade do ensino oferecido e ao público atendido.

Parece-nos conveniente também que se registre com clareza, na ementa do projeto, a restrição acolhida.

Eu vou saltar mais um parágrafo, que aqui já citei.

Desse modo, em que pese a relevante contribuição da CDH, somos levados, por força regimental, a não acolher suas emendas. No entanto, apresentamos emenda ao projeto, para restringir o alcance da norma, acolhendo, de fato, conforme fundamentado, aperfeiçoamento sugerido pela CDH.

O voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2018, com a emenda apresentada a seguir, e pela rejeição das Emendas nº 1-CDH e nº 2-CDH.

A emenda é a seguinte:

> EMENDA Nº - CE
> Substitua-se o vocábulo "bolsistas" pelo termo "bolsistas integrais" na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2018, e no art. 7º-A da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conforme redação proposta pelo art. 1º do mesmo projeto.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo ao nobre Senador Confúcio Moura e parabenizando-o pelo relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, submeto-a à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estejam de acordo... (*Pausa.*)

Desculpem-me.

O projeto é terminativo. Nós vamos ter que abrir o painel para a votação das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores.

Então, autorizo a abertura do painel para podermos votar.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senadora Zenaide Maia com a palavra, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Presidente, quero aqui parabenizar a relatoria do Senador Confúcio Moura.

A sociedade brasileira deve isso às pessoas, e a gente sabe que era assim mesmo: a maioria das vagas nas universidades federais era ocupada por jovens filhos de classe média alta. E isso por quê? A concorrência é desleal. Os estudantes de classe média alta estudam nas melhores escolas, têm professores particulares, têm nutricionistas, psicólogos, vão de carro e voltam de carro, essa é a diferença. Então, é essencial que a gente tenha um olhar diferenciado para a maioria.

E eu queria aqui que o senhor já registrasse... Tem como registrar o meu voto "sim"? Ou não? Ou eu vou ter que entrar? Vou ver se eu entro...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tem como registrar, sim, senhora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pronto, voto "sim" a esse projeto. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois, não, nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Enquanto transcorre a votação, V. Exa. teria um espaço para eu...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com imenso prazer, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... acrescentar uma brevíssima, tão breve quanto possível, explicação pessoal a respeito de um incidente produzido por mim.

No dia 16, há exatamente uma semana, nós recebemos o Ministro da Educação, por coincidência, para explicar o sentido de algumas expressões que ele usou. Acho que foi um momento bom para a Comissão de Educação, independentemente do julgamento, do juízo que cada um faça a respeito do que ele quis dizer ou não quis dizer.

Mas me causou grande preocupação uma contribuição realmente muito importante, trazida pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo. Ele nos prestou um grande serviço ao trazer a informação de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisadora americana Stephanie Seneff, que é cientista sênior de pesquisa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, ou seja, o famoso MIT, próloga, PHD, que já publicou mais de 170 artigos acadêmicos, fez a previsão assustadora, no meu sentir, de que, até 2025 – não 2030, como o Senador proferiu na primeira fala –, a expectativa é a de que nós tenhamos, para cada duas crianças que nascem, uma autista. É uma cifra assustadora. E creio que também por isso o Senador Izalci Lucas propôs uma sessão de debates temáticos versando sobre pessoas com deficiência ou pessoas deficientes, como quer o projeto de lei que está tramitando na Câmara.

Eu fiz uma intervenção mais no ramo sociológico e político. Tomei o cuidado, inclusive, de assinalar que fazia a comparação entre aspas dessa introspecção continuada que o processo de urbanização está provocando. E V. Exa. deve ter recebido foto de oito netos que foram visitar uma neta; aliás, uma avó. Oito netos foram visitar uma avó que se sentia muito só e a foto mostra a vovó sozinha e os oito netos, cada um, com o seu celular, ou seja, em absoluta introspecção. Claro que isso é uma fotografia do dia a dia urbano. E eu fiz essa alusão. Eu disse: olha, é um dos sintomas, talvez um pequeno sintoma do autismo é essa dificuldade de relacionamento, dentro da família até e fora da família mais ainda, da pessoa cometida por esse distúrbio.

O dia 16 de setembro era o dia do perdão, o *Yom Kipur* judaico.

Em nome do que eu já tive a oportunidade de fazer e do que pretendo fazer em prol das instituições do meu Estado e do Brasil, como a Apae, como a Fundação Catarinense de Educação Especial, que eu ajudei, colaborei com a sua institucionalização no Governo de Ivo Silveira, das inúmeras ações que eu e todos os meus temos feito para contribuir no sentido de reduzir a dificuldade e a dor das famílias que convivem com esse problema em geral...

No meu primeiro Governo, quando não tínhamos a Loas ainda, nós regulamentamos e pagamos as primeiras pensões para famílias que tinham pessoas com necessidades especiais, no Estado de Santa Catarina. Começamos isso em 1983.

De 1976 – eu não estou aqui para prestar conta de boa ação, porque isso é impróprio, mas para dizer da minha relação com esta causa – até 2019, quando a pandemia nos separou, eu devo ter participado de pelo menos 35 edições da Feira do Amor ao Próximo e, depois, da Feira da Esperança, fazendo o cafta no espeto, naquela promoção comunitária da Fundação Catarinense de Educação Especial e, muito mais, da Federação das Apaes.

Digo isso apenas para dizer que este assunto não me é estranho e que nem sou uma pessoa completamente desinformada.

O pai da minha esposa, Sr. Pedro João Heinzen, me deu o melhor exemplo: dedicou 30 anos da sua vida a funções de direção na Apae de Indaial. Fez porque quis, ou seja, movido pelo sentimento cristão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Izalci está propondo essa sessão de debates temáticos sobre pessoas com deficiência.

O Senador Flávio Arns fez criar, na Comissão de Assuntos Sociais, uma subcomissão para este assunto.

E eu estou indicando, para essa sessão de debates temáticos, uma profissional neurologista de alto coturno técnico e também de participação comunitária, que é a Sra. Dra. Ingrid Tremel Barbato. Conversei com ela ontem e já fiz a indicação ao Senador Izalci para contarmos com essa participação científica.

E desejo aqui, se alguém se sentiu melindrado pela comparação que eu fiz, apesar de ter colocado aspas na comparação, eu aproveito o dia do perdão, que era o dia 16 de setembro, para pedir perdão, mas também para perdoar aqueles que possam, com outra intenção, ter-me censurado.

Considero que este momento pedregoso da vida pública e social que estamos vivendo nos recomende a coexistência, mais tolerância, principalmente com quem pensar diferente e, acima de tudo, procurarmos, através da humildade e da solidariedade, contribuir para que o Brasil reduza o sofrimento da nossa gente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Esperidião Amin. Fica o registro aí de V. Exa., muito bem explicado, muito bem circunstanciado.

Nós somos testemunhas aqui, nós estávamos presidindo aqui a Comissão de Educação, quando se deu esse episódio, e eu sou testemunha de que o que V. Exa. disse, evidentemente, foi com esse conteúdo que V. Exa. hoje explicita, de uma maneira bem clara, bem precisa. De fato, essa convivência nossa em sociedade urbana tem nos distanciado.

Quer dizer, a lógica diria o contrário, mas a vida em sociedade, no interior, nas pequenas cidades, nas povoações, traz muito mais intimidade, muito mais proximidade, muito mais solidariedade entre as pessoas. E hoje há realmente essa tendência de as pessoas ficarem um tanto isoladas. E é muito comum a gente ver, eu sou um crítico disso, a gente chega a um restaurante e encontra várias pessoas à mesa e cada uma ali com o seu celular, ao invés de estarem compartilhando aquele momento de entendimento.

Mas é o momento que nós estamos vivendo e eu acho que a gente deve ser crítico, porque é muito importante para a saúde mental das pessoas essa interação, esse relacionamento. É claro que quando a gente é de comunidade pequena, como é o meu caso, que eu era criança, tinha uma frase lá interessantíssima, que hoje estaria inadequada. Qualquer menino que fizesse uma coisa errada, qualquer pessoa da cidade, fosse parente ou não, reclamava. E se o sujeito achasse ruim, na mesma hora ele diria, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

malfeito é da conta de todo mundo. Socializava. Então, esse sentimento de pertencimento, de integração, isso faz bem à alma da gente, faz bem ao nosso espírito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Queria aproveitar, eu queria agradecer, porque, das coisas que eu disse lá, no dia 16, no Dia do Perdão, uma ela gostou, quando eu falei que o remorso é a energia mais importante da sociedade humana, porque é de graça. O remorso brota daqui. Eu fiquei com remorso, porque não cumprimentei adequadamente a Senadora Leila, e eu vou ter que fazer uma boa ação para resgatar, essas medidas compensatórias.

Nessa parte eu acho que eu não desagradei ninguém. Então valeu pela... Não existe coincidência, não existe acaso. A Senadora Leila chegou aqui quando eu estava fazendo a minha arenga e eu agora estou denunciando que ela gostou...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Fora do microfone.*) – Gostei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... por escrito da referência que eu fiz, o remorso como uma energia muito importante para a humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sem dúvida, Senador Esperidião. V. Exa. está de parabéns pela postura, pela dignidade com que V. Exa. se comportou nesse episódio. São momentos que a gente vive.

Vou passar a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu quero cumprimentar, em primeiro lugar, o nosso Presidente, Senador Marcelo Castro, e parabenizá-lo também pela sua posição no dia de ontem em relação às mudanças no processo eleitoral, às justificativas dadas, à reflexão sobre o assunto. E também quero cumprimentar os demais Senadores e fazer uma observação em relação ao que o amigo, o Senador Esperidião Amin colocou. Santa Catarina, no decorrer dos anos, sempre foi referência no atendimento da pessoa com deficiência. Como ele colocou, lá, já antes de 1983 ou em torno disso, existia a Fundação Catarinense de Educação Especial.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Criada em 1968.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Em 1968.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Criada em 1968.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Exatamente. Eu fiquei Diretor da Educação Especial, no Paraná, em 1983, e nós nos reportávamos a Santa Catarina para aprendermos com o Estado. E o Dr. Álvaro Oliveira era o Superintendente da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Álvaro José de Oliveira. Infelizmente, nós o perdemos no dia 15 de agosto do ano passado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Exatamente. Então, ele foi pioneiro, médico, muito interessante e uma pessoa assim que fazia reflexões maravilhosas. E o Governador, na época, tinha um filho com deficiência e sentia, na família, as necessidades obviamente das famílias de uma maneira geral. E por isso é que Santa Catarina, o Estado, foi pioneiro na implantação de uma renda para a família, para a pessoa com deficiência, para a família, enfim, que tivesse um filho com deficiência dentro de critérios estabelecidos, muito antes do BPC, o Benefício de Prestação Continuada, que veio a ser regulamentado, como foi dito, pela Lei Orgânica de Assistência Social.

Hoje em dia ainda, Senador Esperidião Amin, Santa Catarina tem que se recuperar muito do que perdeu. Nós temos que evitar o radicalismo, a polarização. Temos que incentivar o diálogo, porque na área da deficiência há uma diversidade muito grande. E nós temos que achar soluções educacionais, já que nós estamos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para todos os casos. A gente pega... Eu sempre digo que se nós olharmos a deficiência intelectual, há pessoas que estão indo para Tóquio participar da Olimpíada, da Paralimpíada com deficiência intelectual. Mas, no outro lado do espectro, temos pessoas com deficiência intelectual que precisam de apoio diário para atividades de higiene, de alimentação, de se vestir. E todos têm o direito à educação. Na área da deficiência múltipla, a mesma coisa. Na área da deficiência múltipla, a mesma coisa. Eu conheço famílias que têm filhos, em função, vamos dizer, de toxoplasmose durante a gestação, com deficiência intelectual, visual, auditiva, ou o caso do mosquito do chicungunha também ou zica vírus. Todas as crianças que nasceram com microcefalia vão precisar de apoio grande para o resto da vida, educação ao longo da vida.

Agora, eu quero só entrar na área do autismo, porque, outro dia, eu participei de um evento, promovido até pelo Senador Izalci Lucas também, há uns dois meses, sobre autismo. E os pais estavam lá relatando e dizendo: "Olha, também no autismo usamos a expressão 'espectro do autismo', porque, de um lado, nós temos aquela pessoa com autismo que é um talento, seja na área esportiva, na área cultural, na área artística, mas nós também temos filhos com autismo no outro lado do espectro, que usam capacete, que se autoflagelam, que têm dificuldades de ter atividade de vida diária". O Senador Marcelo Castro e a Senadora Zenaide são médicos, sabem disso.

Agora, qual é a solução educacional para essas pessoas? Nós temos que pensar que temos que ter solução. Não é a mesma solução, porque o radicalismo diz: "Todo mundo na classe comum". E a nossa Constituição diz: "Preferencialmente na classe comum para a grande maioria", é lógico, mas nós temos que ter mais opções. Isso que eu procurei insistir com o Ministro da Educação, que ele tenha essa linha também. Temos que ter mais opções para a pessoa com deficiência, como acontece na Europa. A Europa é muito menos inclusiva do que o Brasil. Lá nós temos ainda instituições onde os alunos ficam o ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteiro, dormem lá, vivem lá e só voltam para casa nas festas de final de ano, e eles chamam isso de inclusivo, porque, antigamente, eles ficavam a vida inteira em instituições, às vezes a 500km da família. Então, a gente tem que tomar cuidado.

Agora, na pesquisa que foi mostrada, a gente tem que tomar cuidado com o conceito também, porque o conceito de autismo... Realmente, os casos de autismo estão aumentando. A gente tem que refletir um pouco sobre isso. Mas o autismo aparece nos dois primeiros anos de vida. Nós temos que ter... Agora, o fato de a pessoa usar muito o celular, não se relacionar, os amigos jogam todos os jogos pelo celular, nem se encontram mais, isso leva, sem dúvida alguma, possivelmente, muitas pessoas a comportamentos compulsivos. A gente vê pessoas que ficam no celular o dia inteiro, nas mensagens. É um comportamento compulsivo. Como fazer com que a gurizada pratique esportes, tenha gosto pela dança, pelo teatro? Então, isso é um processo educacional, mas isso vai levar ao transtorno mental, quer dizer, é um transtorno mental, um distúrbio mental com que, infelizmente, a gente tem que tomar cuidado também. Agora, na área do autismo há uma necessidade grande de identificarmos precocemente, atendermos, termos centros de apoio para as famílias, mas em todo espectro. A gente não pode, mesmo na educação comum, ter a mesma solução para todo mundo.

Na área do autismo, deficiência intelectual, mesmo na deficiência visual, quando a gente tem uma dúvida... Eu participei do organismo internacional Inclusion International, durante vários anos, representando as Américas, e a gente sempre tinha dois critérios: "Quando se tem uma dúvida, será que eu faço isso? Será que eu faço aquilo? O que é melhor, o que não é?". Havia dois critérios: "Consulte as famílias, fale com o pai, com a mãe, chegue a uma conclusão para ver o que é melhor para o filho, mas converse, não imponha. Converse e fale com a pessoa com deficiência, quando possível".

Nós aprovamos, no outro dia, a Lei da Educação Bilíngue de Surdos. Isso nasceu dos surdos. Então, vamos escutar os surdos bilíngues, porque há o oralizado, o implante coclear, a deficiência auditiva – leve, moderada, severa, profunda –, mas existe aquele que tem libras como primeira língua.

Então, eu acho que esse radicalismo tem que ser ultrapassado, não é verdade? Eu só queria fazer uma pequena reflexão sobre isso, particularmente sobre o autismo, porque realmente muitos casos vêm sendo identificados, mas a gente tem que ver que essa questão de celular, de isolamento, de falta de comunicação leva ao transtorno mental. O nosso Presidente pode dar uma aula sobre isso, não eu. Mas a gente sabe que isso acontece.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Temos a participação de V. Exa., como sempre, com muito cuidado, com muita proficiência, com muito conhecimento.

Vamos passar para o próximo Senador inscrito. Senador Fabiano Contarato, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu queria pedir a bondade e a generosidade dos colegas, porque eu tenho um compromisso, para o qual eu já estou até atrasado, acerca de um projeto de que eu sou Relator. Se V. Exa. aquiescesse de inverter a pauta, para que eu pudesse proceder à leitura, eu agradeceria. É um relatório, e são dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Fabiano Contarato, um desejo de V. Exa., um pedido de V. Exa. aqui é uma ordem. Nós iremos acatá-lo com grande satisfação. Só vamos esperar terminar a votação dessa matéria e colocaremos V. Exa. para fazer o relatório.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

O Senador Wellington Fagundes pede a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar o meu voto "sim". Estou tendo dificuldade, mas fica, então, registrado o meu voto, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente, Senador, muito agradecido a V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu estou tendo a mesma dificuldade de votar. Aliás, sempre. Temos que corrigir isso. Quero declarar meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador. Agradecemos a V. Exa.

Passo a palavra à nobre Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente!

Eu cumprimento o senhor, o Senador Paulo Rocha e todos os Senadores que nos acompanham por via remota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de fazer o mesmo pedido, de inversão de pauta, para poder ler o item 8, relatar o item 8, após o Senador Fabiano.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Se esta Presidência já concede ao Senador Fabiano Contarato, imagine... (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Grata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ..., imagine a V. Exa.! Sem desmerecimento ao nobre Senador Fabiano.

Vou, então, encerrar a votação.

Peço à assessoria que publique o resultado.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Esse é o problema de votação muito apertada, com baixo quórum.

O relatório teve 12 votos SIM e 1 voto NÃO. Portanto, foi aprovado pela maioria de votos.

Então, parabenizo aí o nobre Senador Confúcio Moura e o autor da matéria, Senador Cássio Cunha Lima.

A matéria está, portanto, aprovada.

Nós vamos ao próximo item, item nº 5, por inversão de pauta, a pedido, por ter outros compromissos, do Senador Fabiano Contarato. Então, item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 707, DE 2015

- Terminativo -

Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Observação: será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

Mais uma vez, Sr. Presidente, Platão falava que a sabedoria está na repetição. Eu não me canso de falar para V. Exa. da minha admiração pela conduta que o senhor tem imprimido à frente não só da Comissão de Educação, mas também do Senado Federal. Uma pessoa de uma serenidade, de uma sobriedade, de um equilíbrio que muito me fascinam.

Quero aqui também aproveitar, quando vejo aqui a minha querida Senadora Leila, para falar do quanto de admiração e respeito tenho por V. Exa., mas, se me permite usar outro prenome, por você, Leila, porque eu te considero uma amiga, uma pessoa querida que muito dignifica este Senado Federal. Eu acho que as coisas boas nestes momentos tão difíceis e esse reforço positivo são de extrema importância. Por isso, quero falar aqui do meu amor por você, Leila, e do carinho que eu tenho pelo Presidente desta tão conceituada Comissão de Educação, Marcelo Castro.

Peço a palavra para ler diretamente a análise.

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

Inicialmente a matéria foi distribuída para a relatoria do Senador Telmário Mota, que apresentou parecer favorável. Contudo, tendo em vista o Parlamentar não mais fazer parte desta Comissão, a matéria foi redistribuída para a nossa relatoria. Em seu relatório, o Senador Telmário apresentou um resumo histórico rico, bem contextualizado e representativo da vida do homenageado, com o qual concordamos e reproduzimos.

A disputa pelo território que hoje constitui o Amapá e suas cercanias envolveu diversos países europeus nos primeiros séculos da colonização da América. Persistentes em suas pretensões, Portugal e França tiveram por bem firmar o Tratado de Utrecht, em 1713, pelo qual se reconhecia, no Rio Oiapoque ou Vicente Pinzón, a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.

No entanto, ao longo dos anos, a área ao sul do Oiapoque voltou a ser alvo de reivindicações francesas, não obstante a presença amplamente majoritária de brasileiros que ali residiam, levando ao reconhecimento comum, a partir de 1841, de que a região entre os Rios Oiapoque e Araguari era área "contestada", sob a jurisdição conjunta do Brasil e da França.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A disputa pela região torna-se mais intensa quando dois brasileiros descobrem ouro no alto Calçoene, no início de 1894. A exploração do metal precioso cresce rapidamente, com o afluxo de grande número de aventureiros de vários países, mas sendo quase todo ele exportado para a Europa por Caiena, capital da Guiana Francesa.

Diante de medidas que restringiam o acesso dos brasileiros às minas, tomadas pelo representante do Governo francês na região de Calçoene, eclode uma revolta de nossos compatriotas, majoritários na área contestada, em proporção estimada em 90% da população. Assume o poder um triunvirato formado por Desidério Coelho, o Cônego Domingos Maltez e Francisco da Veiga Cabral, que expede leis que buscam organizar, política e judicialmente, o território amapaense.

Sob pretexto de libertar seu aliado, o brasileiro Trajano Benitez, e de prender seus captores, a Guiana Francesa envia uma expedição militar à Vila de Amapá, sede do novo Governo. O destacamento de infantaria naval, sob o comando do Capitão Lunier, é encarregado de abordar Veiga Cabral, personalidade que se destaca no triunvirato amapaense, o que de fato ocorre no dia 15 de maio de 1895. Ao encontrar-se com Cabralzinho e ao pretender conduzi-lo preso, o Capitão Lunier vê seu revólver ser arrebatado pelo oponente, que dispara contra ele.

Segue-se intenso tiroteio entre o destacamento francês e o brasileiro, no qual morrem o Capitão Lunier e uns poucos de seus comandados. Os combatentes brasileiros resistem por certo tempo, com algumas baixas, até que decidem se refugiar na floresta. Segue-se a inesperada vingança dos militares franceses, que atinge idosos, mulheres e crianças. No cômputo geral, morrem seis militares franceses e 38 brasileiros, o que se denomina a Tragédia da Vila Amapá.

Cabralzinho é reconhecido por sua conduta de heroica resistência no episódio, chegando a ser aclamado pela população em Belém, no Recife e no Rio de Janeiro, quando recebe, do Presidente da República Prudente de Moraes, o título de "General Honorário" do Exército Brasileiro.

Em pouco tempo, contudo, as duas nações decidem resolver a disputa pela via diplomática. Ocorre o arbitramento pelo Governo da Suíça, com o Barão do Rio Branco defendendo a causa brasileira, que se sagra integralmente vitoriosa no ano de 1900, com a fixação da fronteira no Rio Oiapoque.

Liderança política no Pará, do Partido Liberal e, em seguida, do Partido Republicano Democrata, Francisco da Veiga Cabral era conhecido por sua audácia, evidente no episódio da revolta de 1891, por ele comandada em Belém e que foi facilmente debelada pelos governistas. Na essência de sua conduta no confronto com os franceses em Vila Amapá, está seu resoluto patriotismo, que não hesita em afrontar um numeroso contingente militar e consegue, assim, despertar o povo e o Governo brasileiros para a sorte de seus compatriotas naquele longínquo rincão.

No momento em que, como diz o grande poeta português, "o homem e a hora são um só", ou, de modo mais prosaico, a pessoa certa está no lugar certo, Cabralzinho soube defender a causa nacional com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destemor e bravura, enfrentando forças militarmente superiores para afirmar que aquela terra do Alto Norte era brasileira.

Pouco depois, em 1905, vem a falecer relativamente esquecido, com apenas 44 anos.

Entendemos, portanto, como justa e relevante a inscrição do nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão opinar sobre os aspectos de constitucionalidade e juridicidade da proposição. No que tange à constitucionalidade, regimentalidade e técnica legislativa, não há óbices à aprovação da proposição. Da mesma forma, a proposição está em conformidade com as normas de juridicidade, em particular com o que determina a Lei 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria. Cumpre alertar, todavia, que a Lei 11.597, de 2007, foi alterada pela Lei 13.433, de 12 de abril de 2017, a qual passou a denominar o citado livro de – abro aspas – "Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria". Assim faz-se necessária a apresentação de emendas à proposição, no sentido de adequá-la à nova redação dada à lei que regulamenta a matéria.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto do Senado 707, de 2015, na forma das emendas – as emendas eu vou deixar de ler, Sr. Presidente.

E aqui eu finalizo, parabenizando a iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que é do Amapá, e também o voto do eminente Relator Telmário Mota.

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, para, mais uma vez, apelar para V. Exa. a complacência de – eu tenho dois requerimentos –, se for possível, proceder à leitura imediata deles. São requerimentos para constar extrapauta. É um requerimento de convite e outro requerimento – se o senhor permitir, eu já procedo à leitura.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Fabiano Contarato. V. Exa. tem aqui dois requerimentos extrapauta, que passo a ler.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 10, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Claudia Queda de Toledo, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Superior (Capes), para explicar a dissolução do Conselho Técnico-Científico do Ensino Superior, conforme determinada pela Portaria nº 146, de 2021, além de outras questões relativas à gestão daquele órgão.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Em discussão o requerimento do nobre Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao nobre Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Não, Sr. Presidente, eu vou pedir, tendo em vista a pauta... Como V. Exa. já fez a leitura do preâmbulo, eu vou deixar de proceder à leitura da justificação para a gente já deliberar este requerimento e o outro requerimento de audiência pública, que eu também pedi como extrapauta. Se V. Exa. puder também, eu faço isso, e já ficam tanto o projeto de lei quanto os dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Em discussão o requerimento do nobre Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discuti-lo, submeto-o à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao segundo requerimento também de autoria do nobre Senador Fabiano Contarato.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 11, DE 2021

Requer, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 5.189, de 2019, que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Trânsito.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Em discussão o requerimento do nobre Senador Fabiano Contarato, que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Trânsito. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queria discuti-lo, submeto-o à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria que V. Exa. também colocasse como prioridade da pauta o item 3, após a inversão da Senadora Leila Barros, para a gente aproveitar o quórum, uma vez que esse projeto é de fundamental importância para a nossa juventude.

Trata-se da questão do Enem. O Enem todo mundo sabe que é uma conquista muito forte para a nossa juventude, porque democratiza a entrada da juventude nas universidades. E, agora, com pandemia e com desemprego, isso se tem agravado muito, impedindo que a nossa juventude tenha acesso às universidades. Então, esse projeto trata realmente de uma resposta a essa questão da nossa juventude. Por isso, eu acho que seria bom a gente dar prioridade também a ele.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – É só para compartilhar do mesmo sentimento do Senador Paulo Rocha. Obviamente, espero, Senador, porque acho também, como o senhor, que o item 3 é muito importante. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não há a menor dúvida de que estamos de acordo. Eu apenas pediria ao Senador Fabiano Contarato... Nós temos outras efemérides para votar hoje nesta reunião, mas seria mais producente se a gente votasse em bloco, em conjunto. Então, nós vamos fazer uma interrupção para esses dois projetos que temos aqui, os dos itens 3 e 8, e depois a gente retorno às efemérides, quando as votaremos em conjunto, inclusive a inscrição de Francisco Xavier da Veiga Cabral, que foi objeto agora do relatório do nobre Senador Fabiano Contarato, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Vou pedir à nobre Senadora Leila Barros, que é a Vice-Presidente da Comissão de Educação, para presidi-la para eu poder fazer o relatório, porque sou o Relator do item 3 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2805, DE 2021

- Terminativo -

Dispõe sobre a dispensa de justificativa sobre ausência em edição anterior para fins de isenção da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro para a leitura do seu relatório. Com a palavra o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., nobre Senadora Leila Barros.

E vou à leitura do nosso projeto.

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 2.805, de 2021, do Senador Eduardo Braga, que dispõe sobre a dispensa de justificativa sobre ausência em edição anterior para fins de isenção da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

Com a anuência de V. Exa. e dos nobres colegas, eu poderia ir diretamente à análise.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise do PL nº 2.805, de 2021, enquadra-se nas competências atribuídas a este Colegiado.

Ainda, por se tratar de decisão em caráter terminativo e exclusivo, insta mencionar que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e que foi redigida de acordo com a boa técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando à análise do mérito, a pandemia ocasionada pelo coronavírus mudou a programação e a rotina de todas as atividades humanas. Diversas medidas extraordinárias vêm sendo tomadas com o objetivo de regular as mais diversas situações decorrentes do isolamento social imposto ou recomendado pelas autoridades sanitárias.

No Brasil, desde meados de março de 2020 até recentemente, os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal estiveram com as aulas suspensas nos estabelecimentos de todos os níveis e modalidades de ensino. Mesmo que se tenha buscado assegurar o não cancelamento do ano ou do semestre letivo, a situação foi e ainda é permeada de muitas incertezas. Em muitos lugares, as medidas de isolamento social, que levaram à suspensão das aulas, persistiram durante largos períodos, inclusive com o retorno das aulas presenciais somente neste ano, com o avanço da vacinação.

Ademais, embora os recursos tecnológicos da educação a distância constituam um aliado precioso para a continuidade do processo de aprendizagem, o acesso a eles é bastante desigual entre os estabelecimentos e redes de ensino e no seio do corpo discente. Com efeito, especialmente os estudantes de famílias de baixa renda se encontram em situação muito desfavorável para evitar os danos pedagógicos ocasionados pela suspensão da frequência às aulas, dadas as dificuldades de acesso doméstico às tecnologias digitais.

Assim, as dificuldades criadas pela pandemia da covid-19, principalmente para os alunos da 3ª série do ensino médio, certamente impactaram o comparecimento dos estudantes ao Enem, tanto em razão dos prejuízos de aprendizagem que sofreram os estudantes quanto em função das próprias medidas de isolamento social, os quais fizeram com que o índice de abstenção ao Exame fosse o maior de todos os tempos. Dos 5,5 milhões de inscritos no Enem de 2020, mais de 2,84 milhões, portanto, 51,5% do total, deixaram de fazer a avaliação no primeiro dia, e 3,05 milhões, no segundo dia. Na reaplicação da prova para candidatos que não conseguiram comparecer por conta de problemas relacionados à pandemia da covid-19 ou logísticos, a abstenção atingiu a marca de 72,2%, o que representou 165,211 mil alunos ausentes.

Nesse sentido, consideramos pertinente e oportuna esta proposição, motivo pelo qual somos favoráveis à sua aprovação.

Por fim, inspirado no PL nº 2.867, de 2021, de autoria do Senador Paulo Rocha, bem como na decisão do Supremo Tribunal Federal no âmbito da medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 874, de 2021, apresentamos emendas para prever: a) a reabertura do prazo de inscrição para os candidatos que não puderam arcar com a taxa de inscrição; e b) o ressarcimento, conforme regulamento, aos candidatos que pagaram a taxa por não terem obtido sua isenção, solicitada no prazo originalmente previsto em edital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos necessárias as medidas mencionadas de modo a ampliar as oportunidades de estudo para aqueles que desejam obter o acesso à educação superior, em consonância com os princípios constitucionais da educação como direito de todos e dever do Estado (art. 206) e do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, inciso V).

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.805, de 2021, nos termos do substitutivo apresentado a seguir.

Então, altera-se aqui a ementa:

> Altera a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, para dispor sobre a isenção da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

Aqui, na ementa, nobre Presidente, tinha uma menção à Lei 11.974, que nós estamos retirando porque foi indevida.

> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º A Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:
> Art. 7º-A. Enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, não será exigida a justificativa de ausência em edição anterior do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para fins de isenção da taxa de inscrição, mantidas vigentes as demais condições para a referida isenção.
> §1º Os participantes do Enem isentos da taxa de inscrição e ausentes na edição 2020 do exame poderão se inscrever, com isenção da referida taxa, para a edição do exame de 2021, nos termos de regulamento.
> §2º Será reaberta a inscrição ao Enem 2021 para os candidatos que não obtiveram isenção ou deixaram de se inscrever no exame no prazo original.
> §3º Será ressarcida pela União, nos termos estabelecidos em regulamento, a taxa de inscrição relativa à edição 2021 do Enem para os candidatos que fariam jus à isenção, mas não a obtiveram no prazo previsto em edital e efetuaram o pagamento.
> Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório com o substitutivo, nobre Presidente Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sr. Presidente desta Comissão de Educação, Senador Marcelo Castro, como Relator deste projeto, o Projeto 2.805, eu o parabenizo pela relatoria – e, pela autoria, o Senador Eduardo Braga –, porque são imensuráveis os prejuízos que esta pandemia trouxe para a educação brasileira, em especial para os alunos da escola pública – e pensar que nós tivemos, no último exame, mais de 70%, Senador Paulo Rocha, de abstenção em relação à presença de alunos para o exame.

Então, nada mais do que justas e legítimas a apreciação e a aprovação deste projeto na manhã de hoje aqui na Comissão de Educação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra agora para a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidenta, é só para parabenizar Eduardo Braga e Marcelo Castro.

Realmente, em plena pandemia, alguém ter que pagar a taxa do Enem novamente porque não pôde ir... Outra coisa é a simplicidade com que eles dizem "justifique com um atestado médico", como se fosse simples você conseguir um atestado médico no meio de uma pandemia, com os hospitais e as clínicas todos superlotados.

Parabéns, Marcelo! Parabéns, Eduardo!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Senadora Zenaide.

Eu passo a palavra agora para o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – É muito importante que aqueles que estão nos assistindo verifiquem que, aqui no Senado Federal, nós estamos muito sintonizados com os problemas que vive o nosso País. E aqui na Comissão de Educação não seria diferente, dada a presença de homens e mulheres que têm essa preocupação e tratam da educação da nossa juventude como um processo estratégico de futuro do nosso País, do desenvolvimento humano e do desenvolvimento econômico. Por isto, esse projeto toma essa importância tão grande.

Por isso, quero parabenizar o Senador Eduardo Braga e o Senador Marcelo Castro, não só pela sensibilidade, mas pela capacidade que têm de produzir – nós temos essa capacidade – legislação tão importante para ir ao socorro das crises do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agradeço também ao Senador Marcelo Castro pelo aproveitamento de parte de um projeto também de minha autoria, que tinha essa mesma preocupação. E há um projeto da nossa autoria que trata também do endividamento do Fies, que pelo menos suspende a obrigação de pagamento no período da pandemia, uma vez que não está funcionando, além do grande desemprego que há no nosso País. Por isso, a gente vai pedir depois prioridade também para essa questão do Fies, que é também uma preocupação com a nossa juventude.

Então, eu queria pedir a todos os nossos pares que aprovem esse projeto tão importante. Nós vamos encaminhar "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito, Senador Paulo Rocha.

Já aproveito para parabenizá-lo pela fala e também pela iniciativa quanto ao endividamento do Fies. Realmente, muitos foram afetados pela pandemia e certamente estão com muitas dificuldades para pagar o financiamento.

Eu pergunto se alguém mais quer fazer comentários sobre a matéria, discutir a matéria. (*Pausa.*)

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, nos termos do relatório oferecido.

Aproveito para fazer a observação de que quem vota com o Relator vota "sim" ao substitutivo.

Está aberta a votação.

A votação está aberta no modo eletrônico.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Já aproveito para declarar o meu voto "sim". (*Pausa.*)

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Já é para declarar o meu voto "sim", porque estou com dificuldade de entrar aqui. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k., Senadora Zenaide, está registrado o seu voto. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Passo a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Senadora Leila, é apenas para cumprimentá-la pela Presidência hoje, aqui, e o Senador Marcelo também, que aqui esteve mais cedo.

Nós estamos, por meio da Comissão de Educação, hoje fazendo justiça aos estudantes, que, de fato, não faltaram ao Enem porque não quiseram ou porque tiveram problemas de outra natureza, como em todos os anos acontece. Este foi um ano atípico. Portanto, têm o direito à isenção de taxas, sim. Nós tivemos um ano pandêmico. Na verdade, nós tivemos dois anos pandêmicos, anos excepcionais das nossas vidas, e penalizar o estudante, principalmente o estudante pobre, por algo que não foi causado por ele seria mais uma insensibilidade justamente com os menos favorecidos, com os que mais precisam das políticas públicas e das chances na vida.

Então, não há sentido absolutamente nenhum em cobrar a taxa de inscrição do Enem de quem não conseguiu, por força maior, de fato, pagá-la. Essa mesma força maior, que é tão alegada em contratos de grande porte, com grandes investimentos etc., também tem que ser alegada para as pessoas que realmente precisam individualmente, que enfrentaram circunstâncias na vida independentes da sua vontade.

Portanto, está de parabéns a nossa Comissão e está de parabéns o Parlamento, que mais uma vez corrige, retifica posturas do Governo, que é insensível, que continua insensível – declarou inclusive na ONU que é insensível – à pandemia, e que continua acreditando em teorias absolutamente absurdas.

Parabéns a todos nós. Parabéns à Presidência.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Senador Jean Paul Prates.

Eu estou olhando aqui o painel: nós temos presentes o Senador Girão, o Senador Confúcio, que já votou, o Veneziano, o Roberto Rocha, o Jorginho Mello.

Peço apoio: nós estamos precisando de mais três votos para finalizarmos a votação.

Então, peço às assessorias que, por favor, entrem em contato com os membros que estão aqui no Senado para que possam fazer o seu voto, para votarem. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Esta é uma votação muito importante para os estudantes brasileiros que têm dificuldade de pagar essa taxa do Enem, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que eles não tiveram culpa. Eu sou médica do SUS e eu sei da dificuldade de conseguir... Você imagine como você vai conseguir, em plena pandemia, Leila e todos os que estão me assistindo, um atestado médico! Você já pagou o Enem; não foi, porque não pôde por causa da pandemia, e agora, para você não pagar de novo, você teria que ter um atestado médico que justificasse.

Eu queria pedir o apoio dos colegas aqui, por favor, vamos aprovar isso aí, salvar esses jovens que já têm uma concorrência desleal. Esses jovens, Leila, concorrem com filho de classe média alta, que estuda numa escola privada, que tem aulas de reforço, que tem psicólogo, que tem uma nutrição adequada, que não pega nenhum ônibus porque tem transporte para ir e voltar. E são esses alunos de classe média baixa que pegam dois, três ônibus para ir a uma escola e que dificilmente conseguem ir a médico. Isso é uma concorrência desleal, gente.

Então, vamos ver o que nós, aqui do Senado, podemos fazer. Não pensem que é simples essa taxa para eles. A maioria não tem nem o que comer. Há milhões com fome, famílias desempregadas. Eu queria muito que os colegas tivessem essa sensibilidade. E quero parabenizar mais uma vez pela sensibilidade o Senador Eduardo Braga e o nosso Relator. Isso é educação, é a única maneira de se fazer prevenção nas questões da saúde e da violência. Se a gente não educar os nossos jovens, depois o Estado não oferece educação e depois é o próprio Estado que pune àqueles a quem ele não ofereceu educação. E agora tem que pagar novamente uma taxa dessas. Mas exclui... Isso é uma maneira de excluir.

Então, estou pedindo o apoio aí dos colegas. Por favor, em nome da nossa Presidente, Senadora Leila, em nome desses jovens brasileiros que não tiveram nem acesso... Ninguém mudou o Enem agora por causa disso. Mesmo que eles estejam em condições de estarem em sala de aula, estão sem tecnologia, nada. Mesmo assim, eles querem fazer... É uma tentativa. Já é uma concorrência desleal, como eu mostrei. E agora fica mais desleal ainda. Não é possível que o Senado, que a gente não aprove isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeitas as suas colocações, Senadora Zenaide Maia.

Eu passo a palavra agora para o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senadora Leila...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Bom dia, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia!

Eu gostaria apenas, Senadora Leila, de registrar o meu voto "sim", porque não estou conseguindo votar aqui. Então, é possível registrar, Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Certamente, certamente, Senador.

Estamos registrando o seu voto.

Obrigada, obrigada pela participação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Um grande abraço. Felicidades...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Outro para o senhor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... a todos os companheiros.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada.

Podemos abrir o painel.

Encerrada a votação.

Votação encerrada.

Quórum de 15 Senadores.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Votaram SIM 14 Senadores; NÃO, nenhum.

O resultado: aprovada a Emenda nº1 da Comissão de Educação, substitutivo, nos termos do art. 14, do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

Fica dispensada a submissão da matéria a turno suplementar. Aproveito para cumprimentar o autor da proposição, o Senador Eduardo Braga, assim como o Relator, Presidente desta Comissão de Educação, Senador Marcelo Castro.

Passo agora a Presidência ao Senador Marcelo Castro.

Parabéns, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos ao item 8 da pauta, com o pedido de inversão da nobre Senadora Leila Barros.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 2685, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, para remover o requisito de possuir idade mínima de 14 anos para receber a Bolsa-Atleta, e para permitir o recebimento da Bolsa-Atleta Estudantil cumulativamente com outras bolsas de estudo, pesquisa, iniciação científica e extensão.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Leila Barros

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para emenda, nos termos do relatório apresentado.

Concedo, então, a palavra à nobre Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou ao relatório.

Vem à análise da Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa, o PL nº 2.685, de 2021, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O projeto modifica a lei que institui a Bolsa-Atleta para eliminar o requisito da idade mínima para a obtenção da Bolsa-Atleta, bem como acrescentar a possibilidade de recebimento cumulativo da Bolsa-Atleta Estudantil com outras bolsas ou benefícios. A cláusula de vigência é prevista para a data da publicação da lei.

Na justificação, o autor ressalta que objetiva superar obstáculos ainda impostos pela legislação ao recebimento da Bolsa-Atleta por atletas jovens, além de permitir que o aluno atleta possa usufruir de múltiplos benefícios que estimulam tanto atividades desportivas quanto culturais e educacionais.

A matéria foi encaminhada unicamente a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Relativamente à constitucionalidade, não observamos nenhum óbice.

Passemos, então, à análise do mérito, Sr. Presidente.

A Bolsa-Atleta, instituída em 2004, destina-se prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paralímpicas.

Atualmente, são previstas seis categorias de atletas beneficiados, entre as quais a Bolsa-Atleta Estudantil, destinada aos atletas que tenham participado de eventos nacionais estudantis reconhecidos.

A partir do momento em que um jovem estudante se destaca em uma modalidade esportiva, inevitavelmente elogios surgem e planos são formulados por aqueles que estão ao seu redor. Ao longo do processo de formação, os desafios surgem e nem sempre a continuidade ocorre. Em razão das diversas dificuldades enfrentadas, muitos atletas estudantes abandonam a prática desportiva antes mesmo de os primeiros resultados aparecerem.

Os obstáculos são enormes. Podemos citar a falta de infraestrutura, a dificuldade de conciliação entre a prática esportiva e a escola, a falta de investimento financeiro, entre outras, mas, para a esmagadora maioria, a questão financeira é o maior desafio para manter o jovem atleta no campo esportivo.

A maioria das modalidades esportivas não possibilita ao atleta estudante obter, desde cedo, um valor financeiro que lhe permita manter-se no esporte sem o auxílio de familiares ou terceiros. A família tem papel fundamental e é responsável por custear, na maioria das vezes, materiais, viagens, transporte e alimentação – requisitos essenciais para manutenção de um jovem esportista.

O projeto, ao eliminar o requisito de idade mínima e acrescentar a possibilidade de percebimento cumulativo com outras bolsas ou benefícios, presta grande auxílio na manutenção e no crescimento de nossos jovens atletas estudantes.

O mérito do projeto é inegável, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tanto pela vertente desportiva quanto educacional. Acreditamos na sua relevância no desenvolvimento de jovens atletas estudantes. Mais do que formarmos atletas, é importante que formemos cidadãos, no sentido amplo da palavra.

No que concerne à técnica legislativa, um pequeno reparo se impõe ao art. 1º, razão pela qual propomos seu ajuste.

Além disso, propomos emenda para retirar também, do Anexo I da Lei da Bolsa Atleta, o limite mínimo de idade para recebimento do benefício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com esses ajustes, em todos os aspectos, verifica-se que o projeto atende aos aspectos de natureza constitucional e jurídica.

O voto, Sr. Presidente.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.685, de 2021, com as emendas apresentadas que aqui estão para a apreciação de todos os Senadores.

Sr. Presidente, todos sabem aqui que eu fui atleta. Eu não tive o privilégio de ter esse benefício Bolsa Atleta, mas fui gestora esportiva, fui Secretária de Esporte do Distrito Federal, e sei o quanto essa Bolsa Atleta, por menor que seja o valor, impacta, definitivamente, na vida desses atletas.

São R$370 mensais, que a gente sabe que podem pagar uma passagem, que podem pagar um nutricionista, enfim, que podem, de fato, naquele início da trajetória do atleta, fazer uma diferença, ainda mais quando ele tem uma família de baixa renda. Eu sei disso porque sou filha de um mecânico e uma dona de casa. Sei das muitas dificuldades que eu enfrentei para chegar até aonde eu cheguei no esporte.

Eu sempre falo, para todos vocês, que o meu objetivo maior não é transformar o País – apesar de todo o potencial que o Brasil tem – em uma potência olímpica, mas, sim, a formação do esporte como uma vertente de cidadania. Nós sabemos esse poder o quanto ele é transformador. Esse tripé – educação, esporte e cultura – é fundamental, principalmente no período tão difícil que nós estamos vivendo de pandemia.

Então, eu conto demais com o apoio de todos vocês da Comissão de Educação e com a sua sensibilidade, para que possamos, de fato, tirar essa idade mínima de 14 anos. Nós tivemos a Fadinha, no esqueite, que representou o Brasil, com apenas 13 anos. Ela não era uma das contempladas – apesar de não precisar –, mas nós sabemos que muitos atletas começam muito jovens e precisam desse benefício.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Parabenizo V. Exa., nobre Senadora. V. Exa. é o exemplo de como a pessoa pode progredir, crescer, prosperar, realizar-se na vida, na atividade do esporte.

Sem dúvida nenhuma, é um projeto muito meritório, e, evidentemente, nós vamos fazer todo o esforço para aprová-lo.

Coloco em discussão, então, a matéria.

Pede a palavra a nobre Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, só para parabenizar minha amiga e colega Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leila por esse olhar diferenciado aos atletas. Reduzir a idade, como ela falou, não tinha. É mais uma coisa que tem um diferencial. Quando a gente viu aquelas olimpíadas e paralimpíadas e as dificuldades dos nossos atletas brasileiros, e a gente vê investimentos imensos dos países... Os países têm muitas medalhas não porque têm melhores atletas do que nós, mas porque o país acredita no esporte, como o mundo todo acredita.

Então, se você é um estudante e recebe uma bolsa de extensão, mas, mesmo assim, você tira o restante do seu tempo para se dedicar ao esporte paralímpico ou olímpico, vai ter que optar entre uma bolsa e outra? Não tem nada a ver. Por uma, ele está se educando, Presidente, não deixando a educação de lado, e, ao mesmo tempo, está se dedicando ao atletismo. Por isso, parabéns, Leila!

E é tão pouco o que é destinado a isso que eu acho, que a gente tinha que ter um olhar diferenciado, porque, mesmo com a pandemia, sem condições de treinar para a grande maioria... E olhe que a gente perde muitos atletas que vão embora para ter oportunidade! E agora a gente aqui, da educação, está perdendo nossos cérebros, viu? O Estado brasileiro, o povo brasileiro se gradua, pós-gradua, e, depois, os cientistas têm que sair porque não têm condições de continuar fazendo grandes descobertas na ciência e tecnologia aqui.

Então, parabéns, Leila!

Meu voto é favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Paulo Rocha, com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, sem prejuízo do debate, da continuidade do debate, este projeto, além de ser estratégico e importante, a questão do Bolsa-Atleta, mas não só nós temos uma grande atleta que se transformou, em pouco tempo, numa grande Senadora, mas que é a maior autoridade no tema e nessa questão, porque viveu a vida ou cresceu sua vida nessa questão.

Então, quero parabenizar a Leila, e, ao mesmo tempo em que acho que, dada a premência da aprovação desses projetos, uma vez que as nossas Comissões ficaram muito tempo sem funcionar, então a gente tem que aproveitar imediatamente para aprovar este projeto, uma vez que é terminativo, e aproveitar o quórum, uma vez que a tendência, depois, é esvaziar, dadas as tarefas que estão acumuladas pelos vários Parlamentares.

Então, sem prejuízo da discussão, peço para abrir a votação para a gente aproveitar o quórum e aprovar esse projeto tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou encerrar a discussão.

Coloco a matéria em votação.

Peço, então, à assessoria para abrir o painel.

Podemos, então, começar a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu peço à assessoria para computar o voto da nobre Senadora Zenaide Maia, que ela já declarou quando discutiu a matéria. (*Pausa.*)

Com a palavra o nobre Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Eu gostaria também de declarar o meu voto "sim", já que estamos tendo dificuldade aqui com o sistema. Acredito, Presidente, que não é só o meu caso, outros Parlamentares também. Então, precisa pedir aí à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem. Agradecemos a V. Exa. aí pela colaboração. (*Pausa.*)

Com a palavra o nobre Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Presidente, é mais uma vez para falar do meu voto, para declarar meu voto. Está bom, Presidente? Eu não sei por que eu não consigo votar aqui de forma normal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Meu voto é "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós agradecemos sua presteza e sua gentileza. Muito obrigado. (*Pausa.*)

Vou declarar encerrada a votação.

Peço à Secretaria dos trabalhos que publique o resultado.

(Procede-se à apuração.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tivemos o quórum de 14 Parlamentares: 13 votos SIM; nenhum NÃO.

Portanto, está o projeto aprovado.

Aproveito para parabenizar o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que teve a sensibilidade de apresentar esse projeto tão importante para os atletas do nosso País, especialmente aqueles que possam receber o Bolsa Atleta, tirando a proibição de receber com menos de 14 anos e também de receber com outras bolsas em conjunto.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – E quero parabenizar especialmente a Senadora Leila Barros pela relatoria, colocando aí toda a sua experiência, todo o seu conhecimento, toda a sua capacidade com relação a esse projeto, com todo o seu exemplo de vida.

Então, está aprovado o projeto de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, com o relatório da Senadora Leila Barros.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Está pendente a aprovação do projeto do Relator Contarato.

Eu queria pedir que incluísse, na votação em bloco proposta por V. Exa., o item 7, de que sou o Relator. Trata-se, inclusive, de homenagear a sua terra, o Piauí, terra dos bandolins. Depois, o projeto entraria no bloco da votação com o do Senador Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com certeza, nobre Senador Paulo Rocha.

Já tenho aqui em mão o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 210, DE 2018

- Terminativo -

Confere ao Município de Oeiras (PI) o título de Capital Nacional dos Bandolins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Regina Sousa (PT/PI)

Relatoria: Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação.

Oeiras, a Velha Cap, é a antiga capital do Estado do Piauí.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Rocha para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, nesse tipo de projeto de homenagem, de reconhecimento a figuras ou de reconhecimentos aos trabalhos culturais dos nossos Municípios, das nossas regiões, o relatório, de praxe, aprova a matéria, porque há reconhecimento público, como, claro, no caso aqui do Município de Oeiras, no Piauí, com o título de Capital Nacional dos Bandolins.

Naturalmente, esse tipo de projeto atende aos requisitos constitucionais e de técnica legislativa. É o caso deste projeto, de autoria, à época, da nossa então Senadora Regina Sousa, que também é lá do Piauí e hoje é Vice-Governadora desse grande Estado do Piauí. E nada mais justo do que a gente homenagear esta Comissão, presidida também por um grande piauense. Naturalmente, logo, logo, vai ser reconhecido também o valor deste grande Parlamentar, que é o Senador Marcelo Castro.

Então, o meu voto é "sim", naturalmente, em reconhecimento aos bandolins, à Terra Nacional dos Bandolins. Naturalmente, Leila, o Presidente tem mais conhecimento dessa história sobre Oeiras ser a terra dos bandolins. Meu voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem.

Nós vamos, então, abrir a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos passar ao item seguinte para votar em bloco, conforme foi proposto por esta Presidência já no início da reunião.

Então, vamos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3202, DE 2019

- Terminativo -

Institui a data de 24 de maio como o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *Em 4/2/2020, foi lido o relatório*

O Senador Eduardo Girão passa a relatoria para a Senadora Zenaide Maia, para ser Relatora *ad hoc.*

Em reunião realizada em 4 de fevereiro de 2020, foi lido o relatório pelo Senador Eduardo Girão.

Então, vamos pedir à Senadora Zenaide Maia que faça a leitura do relatório novamente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, sobre o Projeto 3.202, de 2019, do Senador Flávio Arns, que institui a data de 24 de maio como o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia".

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto 3.202, de 2019, do Senador Flávio Arns, que institui a data de 24 de maio como o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia.

A proposição consta de três artigos, dos quais o primeiro estabelece a referida data comemorativa. O art. 2º prevê que, no transcurso da data instituída e respectiva semana, entidades públicas e privadas promoverão ações voltadas à temática desse transtorno, conforme seus quatro incisos, abrangendo os direitos e a dignidade da pessoa com esquizofrenia, a contribuição à sua inclusão na sociedade, o combate aos estereótipos e preconceitos e o tratamento adequado à doença.

O art. 3º determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

A justificação se estende sobre a caracterização desse grave transtorno mental, bem como sobre sua incidência no mundo, seu diagnóstico e diversos problemas e desafios relativos ao modo como a sociedade tem lidado com as pessoas acometidas pela esquizofrenia. São relacionadas, também, iniciativas bem-sucedidas para instituir o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia em nosso País, em âmbito estadual e municipal, tomando sempre por referência o dia 24 de maio, já consagrado internacionalmente e relacionado a relevante episódio biográfico do médico francês Philippe Pinel, no ano de 1793.

O projeto de lei foi encaminhado à deliberação na CE em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Da análise, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas, a exemplo do projeto de lei sob análise.

Não há dúvida de que a consciência da sociedade brasileira sobre a esquizofrenia, e os outros tipos de transtorno mental, precisa ser ampliada e aprofundada. Há muita incompreensão, preconceito e desconhecimento sobre os transtornos psíquicos, sendo importante que as instituições públicas e privadas, especialmente as relacionadas à saúde mental, estabeleçam canais de comunicação com a população sobre o assunto.

A esquizofrenia é uma das doenças mentais mais graves e também, no âmbito das psicoses, uma das mais difundidas, com estimativas de que alcance cerca de 1% da população. Suas manifestações surgem, mais comumente, entre o fim da adolescência e o início da vida adulta, na faixa dos 18 aos 35 anos. A ocorrência de alucinações e delírios costuma caracterizar os episódios de surto; outros sintomas, menos evidentes, são o isolamento social, bem como a fala e o comportamento estranhos ou desorganizados.

Diversas evidências sugerem que o consumo de maconha é fator de risco para o desenvolvimento de vários transtornos psicóticos como a esquizofrenia. Além disso, o recurso ao álcool e às drogas psicotrópicas podem dificultar sobremodo o processo de tratamento e de reinserção social das pessoas acometidas pela doença; aumenta, ainda, juntamente com a falta de apoio da família e de assistência de saúde, a probabilidade de suicídio, o qual apresenta incidência significativamente mais elevada entre os portadores do transtorno.

Constatamos, assim, que há um conjunto amplo de fatores que devem ser levados em conta para a compreensão dessa doença, alguns deles ainda pouco conhecidos. É importante frisar, contudo, que tem havido significativa evolução nos medicamentos que a tratam, havendo chances reais de melhora e recuperação para as pessoas com esquizofrenia se o uso adequado de medicamentos for conjugado com as chamadas intervenções psicossociais, que abrangem terapias psicológicas e ocupacionais, apoio e orientação familiar e grupos de ajuda mútua. São inúmeras, na verdade, as formas com que a sociedade pode apoiar as pessoas acometidas desse grave transtorno, a começar pela superação do preconceito e das visões estereotipadas.

Entendemos, consoante o exposto, que é relevante e meritória a proposta, na medida em que contribui para uma maior conscientização sobre a esquizofrenia e sobre a responsabilidade coletiva de oferecer o apoio e a devida assistência de saúde a nossos irmãos e irmãs com esse transtorno.

Tendo sido atribuído caráter terminativo à apreciação da CE, cabe avaliar também a constitucionalidade, a juridicidade e a adequada técnica legislativa da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à União legislar concorrentemente com os Estados e os Municípios sobre proteção e defesa da vida, de acordo com o art. 24, inciso XII, da Constituição Federal, não havendo restrição específica sobre sua iniciativa.

Em audiência pública, realizada na Comissão de Assuntos Sociais no dia 23/10/2019, representantes de entidades relacionadas ao atendimento de saúde e ao estudo dos transtornos psíquicos, como, por exemplo, o Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina, Diretor e Superintendente Técnico da Associação Brasileira de Psiquiatria, entre outros, concluíram pela relevância e alto significado para a sociedade da instituição do Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia. Atendeu-se, de tal modo, a exigência estabelecida pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, para o projeto de lei que vise a instituir data comemorativa.

Concluímos, assim, que a proposição se mostra adequada aos ditames constitucionais, aos princípios e normas jurídicas, bem como à correta técnica legislativa, conforme disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.202, de 2019.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Eu sei que o senhor, Presidente, é a pessoa mais adequada para falar sobre esse transtorno – é psiquiatra –, mas eu queria dizer da importância realmente deste projeto de lei, para a gente dar visibilidade à questão, até porque a grande maioria das pessoas é acometida justamente na adolescência, entre o final da infância e a adolescência, e é um transtorno que, quando tratado, quando incluído esse paciente... O que tem que se evitar é o surto. Eu tive um colega médico que tinha esquizofrenia e acho que, durante um tempo, não viu, e ele surtou; tivemos problema, mas depois ele foi tratado e terminou o curso de Medicina. Convivi muito com ele, porque era Wagner e era por grupo, com meu nome Zenaide: era com "t", "w", "z" o grupo formado, que assim a gente formava na faculdade.

Eu quero aqui parabenizar o Senador Flávio Arns por ter essa visão.

E era isso que eu tinha a dizer, já dizendo o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo à Senadora Zenaide Maia, que fez a leitura desse relatório do Senador Girão ao projeto de lei de autoria do Senador Flávio Arns.

Coloco em discussão a matéria.

Enquanto isso, vou colocar também em votação, para a gente já ir votando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E estamos votando em bloco. São os itens: o item 4, que é o que institui a data de 24 de maio como o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia; o item 5, que é o PLS 707, que inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria, que foi tão bem relatado aqui pelo Senador Fabiano Contarato; e o item 7, PLS 210, que confere ao Município de Oeiras, nossa cidade do Piauí, o título de Capital Nacional dos Bandolins, de autoria da Senadora Regina Sousa e relatoria do Paulo Rocha. Então, vamos fazer a discussão dessas matérias, sobretudo a última relatada pela Senadora Zenaide Maia. E, enquanto isso, vamos também fazer a votação em bloco dessas efemérides.

Há aqui o item 6, de que é Relator o Senador Nelsinho Trad, mas ele está viajando, e o seu gabinete não trouxe informações; nós vamos deixar de fora. (*Pausa.*)

Senador Flávio Arns, com a palavra para discutir a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Eu quero novamente agradecer aí a oportunidade de externar o ponto de vista sobre o projeto do Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia, dia de sensibilização, que a Senadora Zenaide Maia relatou, como Relatora *ad hoc,* tendo o Senador Eduardo Girão como Relator original.

Esta área dos transtornos mentais é uma área para a qual nós temos que dar uma atenção muito especial. Às vezes, as pessoas pensam: "Mas por que um dia nacional?". É um dia de parada, de reflexão, de discussão, de debate, de ver o estado da arte, de sensibilizar a comunidade, de chamar a atenção do País para essa necessidade. Essa necessidade pode, como a Senadora Zenaide Maia colocou, se transformar num problema grande se não bem atendida precocemente. É um desafio gigantesco ter profissionais habilitados – são poucos ainda pelo Brasil –, ter acesso a medicamentos, a terapias, à complementação, a uma abordagem multissetorial, multidisciplinar... Há casos mais graves, menos graves, mas a gente sabe como é um desafio extraordinário. Inclusive, nós estamos neste mês do Setembro Amarelo, que é o mês de prevenção do suicídio, que é um transtorno mental também, decorrente de problemas que vão se acumulando e que, muitas vezes, não são abordados corretamente ou adequadamente. Por exemplo, a depressão mais aguda, mais severa pode levar a atos extremos também. Então, é promover, gerar saúde mental; é cuidar dos transtornos mentais, mas promover, gerar saúde mental é essencial.

E devemos ficar atentos a isso. A gente sempre fala em relação a alunos, a filhos, a netos, para ver se estão bem, se estão felizes, se estão participando, se têm amigos, se não estão muito tristes, exageradamente tristes, se estão se relacionando... São todos sinais de saúde. A gente quer a saúde física e a saúde mental, ou seja, a saúde plena.

É um projeto necessário e importante. A gente fica feliz com o relatório. Foi feito audiência pública, já que, de acordo com as regras, ela tem que acontecer. Todo mundo a favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dia nacional é importante por causa disso.

Senador Marcelo Castro, eu só queria lembrar que o Senador Roberto Rocha pediu para eu relatar o... Ele seria o Relator também do projeto de lei sobre esportes. E ele pediu para eu servir, se for possível ainda, como Relator *ad hoc*.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Flávio Arns. Nós vamos esperar concluir a votação e, em seguida, nós vamos passar a palavra a V. Exa. para fazer o relatório no lugar do Senador Roberto Rocha. É uma matéria não terminativa.

E aqui quero aproveitar... (*Pausa.*)

Ah, o Senador Wellington Fagundes. Com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, mais uma vez, é só para declarar o meu voto "sim", porque estou impossibilitado aqui pelo sistema eletrônico. O.k., Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito agradecido, Senador Wellington Fagundes.

Senador Plínio Valério, com a palavra, por favor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – O mesmo motivo, Presidente: é para declarar o voto.

Estou indo a Brasília para acertar isso, Presidente.

Grande abraço.

O voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Está bom. Obrigado a V. Exa.

Então, como... (*Pausa.*)

O Senador Plínio Valério declarou o voto. (*Pausa.*)

Com a palavra a nobre Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, é só para fazer um apelo aos colegas. São projetos de lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma importância fundamental. São projetos simples, mas de uma importância fundamental, que a gente está aqui votando em bloco. Faço um apelo e já agradeço aos que votaram, mesmo dizendo o voto verbalmente, porque não estão conseguindo entrar. Por favor! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Voltando aqui ao tema que eu comecei, parabenizo o Senador Flávio Arns por essa iniciativa tão importante de trazer esse dia de conscientização sobre a doença psiquiátrica mais grave de todas, mais devastadora que é a esquizofrenia. É uma enfermidade que acomete uma parcela significativa da população, que tem componentes genéticos no seu advento. É uma enfermidade muito importante quando a gente chega aos hospitais psiquiátricos, aos consultórios de psiquiatra.

Evidentemente, é preciso que a sociedade tenha um olhar menos preconceituoso para que as pessoas não sejam estigmatizadas, sabendo que uma parcela muito expressiva dessas pessoas acometidas de esquizofrenia poderá ter uma vida absolutamente normal. E uma parcela muito expressiva também poderá ter uma vida relativamente normal, continuar os seus estudos, continuar na sua profissão, continuar na sua família. Evidentemente, a gente sabe que há casos muito graves que evoluem para uma situação de desestruturação da personalidade.

Parabenizo o Senador Flávio Arns mais uma vez por essa iniciativa, que tem um conteúdo humano muito grande: dar essa conscientização, sobretudo para tirar esse estigma das pessoas acometidas dessa doença. Evidentemente, com os tratamentos modernos que nós temos, com o apoio da sociedade e sobretudo da família, essas pessoas podem, após os surtos, voltar a ter uma vida relativamente normal, quando muitos deles terão uma vida absolutamente normal.

É preciso tirar essa carga desses estereótipos, desses estigmas que caem e recaem sobre essas pessoas. É uma iniciativa muito elogiável porque realmente é preciso essa maior conscientização da sociedade sobre essa enfermidade, que já foi, no passado, quando não havia medicamentos adequados, muito mais grave e danosa do que evidentemente é hoje.

Como é que está a nossa votação?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, vou declarar encerrada a votação dos três itens que estão sendo votados, em conjunto, sobre efemérides.

Está publicado aqui o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Votaram 14 Sras. e Srs. Senadores: 13, SIM; nenhum NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nenhuma abstenção.

Portanto, está aprovada a matéria que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia.

Vamos passar ao último item da pauta, que é um projeto de lei não terminativo. (*Pausa.*)

Os itens que nós colocamos em votação conjunta, vou repetir aqui para não ficar dúvida, são: o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia, relatado pela Senadora Zenaide Maia, como Relatora *ad hoc*, de autoria do Senador Flávio Arns, que é o PL 3.202; o que inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o PLS 707, de 2015, e o PLS 210, de autoria da Senadora Regina Souza e relatoria do Senador Paulo Rocha, que confere ao Município de Oeiras o título de Capital Nacional dos Bandolins.

Vamos, então, ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 2127, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para reconhecer os esportes da mente como práticas desportivas.

Autoria: Câmara dos Deputados, de iniciativa do Deputado Marco Antônio Cabral

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação.

Estou curioso para ver.

Designo o Senador Flávio Arns como Relator *ad hoc.*

Concedo, então, a palavra ao nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator.) – O projeto, como dito, é originário da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Marco Antônio Cabral e relatado pelo Senador Roberto Rocha, que pediu para que eu servisse como Relator *ad hoc*, o que eu faço com prazer também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo à análise dizendo que todos os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade foram observados.

Quanto ao mérito, o projeto igualmente merece acolhida. Durante muito tempo, o conceito de esporte esteve invariavelmente ligado à prática de atividade física. Todavia, sobretudo após a publicação da Carta Internacional da Educação Física e do Esporte pela Unesco, em novembro de 1978, o esporte passou a ser compreendido em outras dimensões também.

Reconhece-se, assim, o direito universal ao esporte, estabelecendo-o como um direito fundamental do ser humano, essencial para o pleno desenvolvimento de sua personalidade – a Senadora Leila, agora há pouco, inclusive, abordou muito bem essa questão. O documento reafirma ainda que a liberdade de desenvolver aptidões físicas, intelectuais e morais, por meio da educação física e do esporte, deve ser garantida dentro do sistema educacional, assim como em outros aspectos da vida social.

Dessa forma, não se pode conceber que a prática desportiva seja restrita somente àqueles que possuam capacidade física para tal. Sendo direito de todos, sem qualquer distinção, é justo que se considerem aspectos intelectuais e cognitivos para a melhor definição do que venha a ser o esporte, instrumento de convívio e integração social.

Nesse contexto, os esportes da mente ganham destaque. Essas modalidades esportivas consistem em prática em que há uma dominância de solicitações intelectivas nas disputas. No rol dos esportes da mente, incluem-se modalidades tradicionais, ligadas a culturas e identidades nacionais. Podemos citar alguns desses esportes, em rol meramente exemplificativo – porque de fato podemos ter muitos outros –, tais como: damas, futebol de mesa, gamão, xadrez, bilhar e *bridge*. Todos são esportes em que a capacidade intelectual sobrepuja a capacidade física, tornando-os inclusivos a uma parcela da população à qual modalidades esportivas tradicionais nem sempre estão acessíveis.

Inclusive eu quero destacar que, durante muitos anos, tivemos no Paraná, sob a coordenação de um campeão de xadrez, Jaime Sunye, o programa – eu nem diria Projeto – Xadrez nas Escolas.

A proposição em análise explicita em nossa Lei Geral do Esporte que as manifestações nas quais o desporto pode ser reconhecido, quais sejam, desporto educacional, de participação, de rendimento e de formação, aplicam-se também aos esportes da mente. Consideramos oportuna a intervenção, que reafirma a importância dos esportes mentais para a coletividade.

Diante do exposto, o Senador Roberto Rocha apresenta o voto, que eu compartilho inclusive – o voto e a análise.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.127, de 2019.

É o voto e a análise, Sr. Presidente, agradecendo ao Senador Roberto Rocha pela deferência de eu poder relatar o projeto a seu pedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós agradecemos a V. Exa., nobre Senador Flávio Arns.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e submeto-a à votação.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Sras. e Srs. Senadores, nós temos mais três itens aqui da pauta: o item 10, que é relatado pelo Senador Dário Berger, que não está presente; o item 11, pelo Senador Izalci Lucas, que igualmente não está presente, e o item 12, do Senador Paulo Paim, que pede a retirada da matéria.

Sendo assim, não havendo mais matéria a ser deliberada hoje, declaro encerrados os nossos trabalhos.

(*Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Maria Eliza, Rose de Freitas, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Roberto Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Jorginho Mello, Paulo Paim, Paulo Rocha e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Fernando Collor, Cid Gomes e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5549, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Síndrome de Tourette." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5868, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui dia 15 de maio como Dia Nacional da Educação Legislativa." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5517, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Sooretama, no Estado do Espírito Santo, o título de Capital Nacional do café conilon." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 265, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina, no Estado do Amapá, Rodovia Manoel José Alves Pereira o trecho da rodovia BR-156 entre as cidades de Laranjal do Jari e Macapá." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5458, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome do Capitão Alberto Mendes Júnior, no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3517, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2008) - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6572, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a fim de prever a canalização de recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incentivar a promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5647, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, o título de Berço Nacional da Soja." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 6575, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o Rodeio Crioulo como atividade da cultura popular." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 13, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2021 - CE, com o objetivo de instruir o PL 5189/2019, que "institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Trânsito" seja incluído o seguinte convidado: Senhora Patrícia Sandri, Presidente da Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego – ABRAPSIT." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 14, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atualização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), prevista na Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 15, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no dia 07/10/2021, às 13h30, destinada a debater os desafios do acesso e da permanência de quilombolas e indígenas no ensino superior brasileiro, por ocasião do Fórum Nacional de Educação Superior Indígena e Quilombola, a ser realizado de 04 a 08 de outubro de 2021 em Brasília/DF, com a presença dos seguintes convidados: • Kâhu Pataxó – Coordenação Nacional do Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas; • Charlene Bandeira – Coordenação Nacional do Encontro Nacional dos Estudantes Quilombolas; • Gersem Baniwa - Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena; • Thailane Pereira – Movimento Nacional de Estudantes Quilombolas; • Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); • Representante do Ministério da Educação (MEC)." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/30

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Reforço – peço a atenção aqui dos nobres pares e dos membros desta Comissão – que observem o disposto no art. 2º da Lei 12.345, de 2010, quanto à obrigatoriedade de realização de "consultas e audiências públicas, devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados", como requisito para apresentar as proposições que instituem datas comemorativas. Essa é uma exigência legal, sem a qual a proposta, a proposição não pode prosperar. Então, peço aos nobres colegas que, ao propuserem datas comemorativas, efemérides, há necessidade de realização de audiências públicas, previamente, para acompanhar a proposição, sem a qual o projeto não consegue tramitar.

Comunico a todos também que fica retirado o item 7 da pauta, a pedido do Relator, Senador Izalci Lucas.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 6572, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a fim de prever a canalização de recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) para incentivar a promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.)

Passo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, que nos honra com a sua presença.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero lhe agradecer pela deferência ao meu pedido. Eu o faço em função do acúmulo de atividades, porque eu estou participando de uma *live* do Canal Rural em face do lançamento do plantio de soja hoje em Campos Novos, em Santa Catarina, e, daqui a pouco, teremos a reunião da Comissão de Relações Exteriores. A precedência é sempre para a educação, como diz o Senador Flávio Arns – e eu acato –, até porque a sua origem pré-umbilical é Forquilhinha, que sempre praticou a prioridade da educação.

Então, eu pediria, se fosse possível, para ler o parecer do projeto de autoria do nosso saudoso amigo Major Olimpio, se isso fosse da sua anuência e dos demais Senadores presentes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu consulto os colegas, as Sras. e os Srs. Senadores, sobre se estão de acordo. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, Senador Esperidião Amin, façamos, então, a inversão da pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa. pode, então, ler o seu relatório aí do item 5.

Com a palavra V. Exa. Aliás...

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5458, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Inscreve o nome do Capitão Alberto Mendes Júnior, no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações: *Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado.*

Concedo, assim, a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, para a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, como V. Exa. já resumiu, o projeto contém apenas dois artigos: o primeiro institui a homenagem a que se propõe, que o senhor já descreveu; e o segundo determina a entrada em vigor da futura lei, caso aprovada, na data da sua publicação.

Sr. Presidente, eu vou ampliar um pouquinho aqui o som.

Na justificação, o autor expõe inúmeros fatos sobre a vida de Alberto Mendes Júnior, que validam, no seu entender, a inclusão do Capitão no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva e terminativa desta Comissão de Educação.

Nos temos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem sobre homenagens cívicas, que é o caso, e deve fazê-lo, como V. Exa. já salientou, em caráter terminativo.

A matéria assim se insere naquilo que é da nossa competência, sendo lícita a apresentação por Parlamentar, visto que não há reserva para o Executivo, conforme o art. 61, §1º, da Constituição Federal.

Além disso, o projeto de lei ordinária é adequado para veicular o tema, já que a Constituição Federal não reserva à esfera de lei complementar.

De igual forma, não se constatam vícios relativos à regimentalidade no projeto em comento.

Cabem, contudo, reparos quanto à sua técnica legislativa.

A lei que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, teve redação alterada pela Lei nº 13.433, de 12 de abril de 2017, para que incluísse também o termo "Heroínas da Pátria". O presente projeto faz menção ao texto antigo, onde só constava a menção aos heróis. Aliás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anita Garibaldi e Antonieta de Barros são mulheres catarinenses que já mereceram essa homenagem também. Por isso, a emenda está apresentada pelo Relator, para fazer esse pequeno ajuste.

Outrossim, o mérito do projeto também merece destaque.

Alberto Mendes Júnior nasceu aos 24 de janeiro de 1947, na capital do Estado de São Paulo. Filho de Alberto Mendes e de D. Angelina Plácido Mendes, já manifestava desde a sua tenra infância, influenciado pelos seus pais, o desejo de ingressar na Força Pública, hoje Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Homem de caráter e de reta formação moral, demonstrava especial apego à família. Após conclusão do ginásio, obteve êxito nos exames para ingresso no Curso Preparatório de Formação de Oficiais e, em 15 de fevereiro de 1965, foi alistado nas fileiras da corporação. Apresentado inicialmente ao 15º BP, em 1969, onde foi promovido a 2º Tenente, passou, em 1970, a fazer parte do o 1º BP "Tobias de Aguiar".

Conhecido por seu espírito alegre, o sempre sorridente, "Português", como era conhecido por seus colegas, liderou um dos pelotões enviados pela Polícia Militar de São Paulo para o Vale da Ribeira, em abril de 1970, para apurar denúncias de que haveria na região uma área de treinamento de guerrilhas da Vanguarda Popular Revolucionária, liderada pelo ex-Capitão do Exército Carlos Lamarca.

Ordenado o regresso de um dos pelotões, permaneceu na região aquele liderado pelo então Tenente Alberto Mendes Júnior. Na noite de 8 de maio de 1970, houve ataque surpresa dos guerrilheiros a um dos postos de vigilância, guardado por homens de seu batalhão. Ciente do fato, dirigiu-se ao local para prestar socorro aos seus comandados, sem, contudo, saber que se conduzia para uma emboscada.

Com oito integrantes de seu pelotão feitos reféns, e cercado por todos os lados, viu-se diante de uma difícil decisão: ou cessavam fogo e se entregava sozinho, ou morreriam todos. Para evitar o sacrifício de seus comandados, e inspirado pelo espírito da verdadeira liderança e de heroísmo, decidiu se entregar. Alberto Mendes Júnior faleceu jovem, aos 27 anos, executado a coronhadas pelo referido grupo oposicionista à ditadura militar.

Não há dúvida, pois, que o Capitão Alberto Mendes Júnior, Herói e Patrono da Polícia Militar do Estado de São Paulo, é merecedor do título de Herói da Pátria.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.458, de 2019, com a emenda a seguir:

> Substitua-se na ementa e no texto do PL 5.458, de 2019, a expressão "Heróis a Pátria" por " Heróis e Heroínas da Pátria".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É como me desincumbo, Sr. Presidente, desse legado legiferante do nosso saudoso e notável Senador Major Olimpio.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a V. Exa., Sr. Senador Esperidião Amin.

Eu queria fazer uma proposta aqui aos nobres pares. Nós temos cinco matérias aqui, projetos de lei terminativos e nós estamos com o quórum baixo. Eu proporia, se não houvesse objeção, aos colegas que nós lêssemos os projetos de lei, os relatórios e, em seguida, fizéssemos uma votação em globo, uma votação conjunta. Se não houver nenhuma objeção, nós, então, passaremos ao item nº 1, cujo Relator é o Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não estando presente, nós vamos para o item 2 da pauta, cujo Relator é o Senador Nelsinho Trad.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5868, DE 2019

- Terminativo -

Institui dia 15 de maio como Dia Nacional da Educação Legislativa.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observação: Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelsinho Trad para a leitura do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, primeiramente, quero registrar a minha satisfação em poder participar desta reunião, sob o comando de V. Exa., satisfação redobrada por ser Relator de um projeto de autoria de um grande Senador aqui no nosso Colegiado, que para nós é uma referência, o Senador Paulo Paim.

Peço licença a V. Exa. para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo do projeto em debate.

Conforme estabelecido no inciso I dos arts. 49 e 91 do Regimento Interno do Senado Federal, foi confiada à CE (Comissão de Educação) competência para decidir terminativamente sobre o mérito da matéria.

Por outro ângulo, em razão do exame em caráter exclusivo por esta Comissão, cabe a ela pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade do projeto.

Relativamente à constitucionalidade, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, informo a V. Exas. que foi realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no dia 12 de novembro passado, audiência pública em que se debateu a instituição da lei que se propõe.

Na audiência, especialistas em educação legislativa destacaram a importância da matéria como instrumento de formação de cidadania e de fortalecimento da democracia. Segundo os participantes, objetiva-se fazer com que o dia 15 de maio, em todas as Câmaras Municipais, Assembleias Estaduais, Tribunais de Contas e no Congresso Nacional, seja dedicado à celebração e à divulgação da educação legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne à técnica legislativa, um pequeno reparo se impõe, sob a forma de uma emenda de redação, à ementa, da qual deixou de constar o artigo "o" antes de "dia 15 de maio".

Passemos, pois, à análise do mérito da proposição.

Em 1988, a Constituição Federal trouxe novas diretrizes à Nação, elegendo a educação como requisito para o fortalecimento e a modernização das instituições públicas. Mas foi, somente a partir de 2003, com a criação da Associação das Escolas do Legislativo e de Contas, que a educação legislativa se institucionalizou nos Parlamentos e nos Tribunais de Contas, sendo hoje segmento consolidado no Brasil de qualificação técnica de servidores públicos e Parlamentares.

Em quase duas décadas, a educação legislativa se consolidou como um segmento essencial para o aperfeiçoamento das atividades parlamentares. Ao longo do tempo, a educação legislativa avançou e se expandiu para além das Casas Legislativas e dos tribunais, beneficiando também as comunidades locais e a sociedade em geral com a promoção de cursos e de outros eventos voltados à formação política e para a cidadania.

Projetos como o "Jovem Senador", realizado no Senado Federal, e o "Parlamento Jovem", sediado nas Câmaras Municipais e nas Assembleias Legislativas, são exemplos expressivos dessa evolução da educação legislativa, com o envolvimento de estudantes dos ensinos fundamental e médio na vida parlamentar.

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, oportuna e meritória a iniciativa de instituir o Dia Nacional da Educação Legislativa e reconhecer o papel da educação legislativa na vida política brasileira e na promoção do exercício pleno dos direitos civis, políticos e sociais de Parlamentares e cidadãos.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto 5. 868, de 2019, com a seguinte emenda:

> Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 5.868, de 2019: "Institui o dia 15 de maio como Dia Nacional da Educação Legislativa."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Nelsinho Trad.

Agradecendo o relatório feito por V. Exa., vamos ao próximo item da pauta em matéria terminativa.

Item 4, cujo Relator é o Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2016

- Terminativo -

Denomina, no Estado do Amapá, Rodovia Manoel José Alves Pereira o trecho da rodovia BR-156 entre as cidades de Laranjal do Jari e Macapá.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação que apresenta.

Observação: Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O Senador Flávio Arns me pediu para ser o Relator *ad hoc* do item 1, em que o Senador Girão é o Relator. Então, eu tenho outro compromisso, mas vou aguardar porque um pedido do Senador Flávio Arns não dá para negar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É verdade.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço ao Senador Nelsinho Trad pela deferência. Ele é médico, inclusive, e é o Dia Nacional da Síndrome de Tourette, que é uma necessidade na área da saúde. Quero cumprimentar a todos e todas.

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

Como bem enfatiza o autor, que é o Senador Randolfe Rodrigues, Manoel José Alves Pereira foi um autêntico cidadão laranjalense. Ali, Zequinha Madeireiro, como era conhecido pela população de Laranjal do Jari, cresceu, casou-se e constituiu família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoa humilde e trabalhadora, Zequinha Madeireiro sempre se preocupou com as questões sociais da região, foi atuante em movimentos estudantis, grupos de pastoral e associações comunitárias.

Em reconhecimento a esse seu trabalho, a população de Laranjal do Jari o elegeu Vereador e, posteriormente, Prefeito do Município.

Durante seu mandato como Prefeito, Manoel José atuou para dinamizar o desenvolvimento econômico e social dos laranjalenses e da região sul do Estado do Amapá, estruturando a administração pública municipal, valorizando os servidores, ampliando a rede de ensino, estabelecendo a rede de saúde, incentivando o esporte, o lazer e a diversidade cultural.

Zequinha Madeireiro faleceu em acidente automobilístico, quando se deslocava para a capital Macapá.

Por essas razões, tendo em vista o respeito e admiração da população da região sul do Estado do Amapá pela história dessa figura significativa, é, sem dúvida, pertinente, justa e meritória a iniciativa ora proposta.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais.

A presente iniciativa é amparada pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de rodovias.

Além disso, a matéria também está em consonância com as exigências impostas pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa...

Por fim, cabe destacar que, em pesquisa realizada na Rede de Informação Legislativa e Jurídica, não se constatou outra denominação para o trecho rodoviário em questão.

Dessa forma, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Cumpre lembrar, contudo, que a redação do texto do art. 1º da proposição necessita de uma pequena correção, no sentido de adequá-la às normas da Língua Portuguesa. Assim, no lugar de: "Fica denominada rodovia Manoel José Alves Pereira o trecho (...)", escreva-se: "Fica denominado Rodovia Manoel José Alves Pereira o trecho (...)".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2016, do Senador Randolfe Rodrigues, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CE
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2016, a seguinte redação:
> "Art. 1º Fica denominado Rodovia Manoel José Alves Pereira o trecho da rodovia BR-156 compreendido entre as cidades de Laranjal do Jari e Macapá, no Estado do Amapá."

É o relatório, Sr. Presidente. E o voto, pela aprovação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo ao Senador Flávio Arns, vamos ao próximo, item 3, do qual o Senador Fabiano Contarato é o Relator.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5517, DE 2019

- Terminativo -

Confere ao Município de Sooretama, no Estado do Espírito Santo, o título de Capital Nacional do café conilon.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Fabiano Contarato.

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fabiano Contarato para leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, quero aqui registrar a presença e minha alegria em ter o meu querido Senador Paulo Rocha, o meu querido Senador Nelsinho Trad, por quem tenho admiração, respeito e carinho muito grande, e V. Exa., que sempre, com sua serenidade, sobriedade e equilíbrio, tem demonstrado um comprometimento com essa pauta que é tão cara e tão importante no Brasil, que é a defesa da educação.

Vou direto à análise e peço perdão por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre temas relacionados à cultura, conforme o art. 102, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Localizada no norte do Estado do Espírito Santo, na Região do Rio Doce, Sooretama ocupa lugar de destaque no setor cafeeiro nacional, sendo a maior produtora de café do Estado e a terceira maior do Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município produziu, em 2017, 28,7 mil toneladas de café conilon.

Cultivado inicialmente nas terras baixas da Bacia do Congo, na África, o café conilon, também conhecido como café robusta, é uma das espécies mais cultivadas no mundo e a mais cultivada no Brasil. O Estado do Espírito Santo é o maior produtor brasileiro da variedade, responsável por até 78% da produção nacional. Como bem destaca a autora do projeto:

> O café conilon é a principal fonte de renda em 80% das propriedades rurais capixabas localizadas em terras quentes. É responsável por 35% do PIB agrícola. Atualmente, existem 283 mil hectares plantados dessa variedade de café no Estado. São 40 mil propriedades rurais em 63 Municípios, com 78 mil famílias produtoras. O café conilon gera 250 mil empregos diretos e indiretos.

Os produtores de Sooretama, em parceria com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), investem sistematicamente em tecnologia, inovação, melhoramento genético, evolução dos sistemas de irrigação e qualificação de mão de obra, o que tem contribuído para o constante aumento de produtividade observado nos últimos 25 anos. A vocação do Município para a cafeicultura tem atraído o interesse de empresas em se instalarem na região, como a multinacional Louis Dreyfus Company, que atua com a compra e armazenamento de café conilon e movimenta 1,2 milhão de sacas do grão anualmente. Somos, no mérito, favoráveis ao projeto. Sooretama, de fato, ocupa posição de destaque no cultivo de café conilon e merece, portanto, o título que a proposição em análise visa a conceder ao Município.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este Colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade, e em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do Art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Constitucional também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada, pela Constituição, à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Voto.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.517, de 2019.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

E quero, neste momento, parabenizar a minha querida, a nossa querida Senadora Rose de Freitas pela iniciativa, conferindo ao Município de Sooretama, no meu querido Estado do Espírito Santo, o título de capital nacional do café conilon.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos a V. Exa., nobre Senador Fabiano Contarato.

E vamos ao último item, que é o primeiro, por sinal, desta pauta, dos projetos terminativos.

É o

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5549, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Síndrome de Tourette.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad, que será o Relator *ad hoc* dessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, para mim é um prazer muito grande relatar essa matéria na presença de V. Exa., dos meus colegas Senadores, que prezo e admiro muito, Fabiano Contarato e Paulo Rocha, que aqui se encontram, e daqueles que remotamente nos acompanham.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à esta Comissão opinar sobre o mérito de matérias que versem acerca de datas comemorativas.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos da constitucionalidade e da juridicidade da proposição.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa, além de também não afrontar dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, o autor informa que foi realizada, no dia 3 de setembro de 2019, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, audiência pública promovida conjuntamente pelas Subcomissões de Pessoas com Deficiência e de Doenças Raras, em que se debateram questões relacionadas à síndrome de Tourette. A audiência contou com a presença de Aníbal Moreira Junior, membro da Comissão das Pessoas com Síndrome de Tourette; de Ana Gabriela Hounie, médica especialista na síndrome; Larissa Miranda, Presidente da Associação Solidária do Transtorno Obsessivo Compulsivo e da Síndrome de Tourette; de Jaqueline Silva Misael, servidora do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde; e de Alexandro Cardoso e Regina Aparecida da Silva Amorim, portadores da síndrome, que ressaltaram o elevado significado social da instituição de uma data específica para ampliar a conscientização sobre a síndrome de Tourette.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante a audiência pública, o Sr. Aníbal Moreira Júnior afirmou que a criação do Dia Nacional da Síndrome de Tourette:

> [...] Daria a possibilidade de a gente começar a criar políticas públicas, em nível nacional, para os portadores de síndrome de Tourette – ou seja, um atendimento especificado – e também ajudaria muito na divulgação dessa síndrome. Assim como a síndrome de Down, o autismo, que ganharam uma relevância muito mais importante na nossa sociedade, muito mais reconhecimento, muito mais paciência, a síndrome de Tourette também precisa receber esse tratamento, e, com esse dia e mês da consciência, a gente vai conseguir isso.

Já a Dra. Ana Gabriela Hounie, por sua vez, reiterou que:

> [...] A síndrome de Tourette é uma doença neuropsiquiátrica extremamente complexa, com sintomas motores e comportamentais, de etiologia ainda desconhecida. A fisiologia envolve vários circuitos de neurotransmissores. O tratamento eficaz depende da correta detecção desses mecanismos que estão envolvidos, daí precisamos de pesquisas na área. Há muito desconhecimento e muito preconceito em relação a esses pacientes e eles têm muita dificuldade de acesso a tratamento. [...] espero que essa iniciativa faça com que a gente consiga estabelecer o Dia Nacional da Síndrome de Tourette e que inaugure uma nova era no estudo dessa síndrome e na facilitação de tratamento desses pacientes no Brasil.

Nesse contexto, a iniciativa em tela é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.549, de 2019.

Esse é o relatório que tive o prazer e o privilégio de ler como Relator *ad hoc*.

Cumprimento o autor, o nobre Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradeço a V. Exa., Senador Nelsinho Trad, e o parabenizo pela leitura do relatório. E quero parabenizar também o Senador Flávio Arns pela iniciativa e o Senador Girão pelo relatório.

Sem nenhuma dúvida, essa é uma síndrome que impressiona muito. Nos tempos em que eu a estudei, ela era chamada de Síndrome de Gilles de la Tourette; hoje, é Síndrome de Tourette, em que, inclusive, a criança, normalmente, diz palavrões inconvenientes, a pessoa não se controla. É uma síndrome que chama muito a atenção, causa muito transtorno e que, evidentemente, precisa, com a sensibilidade do Senador Flávio Arns, de que a sociedade tenha um olhar especial e uma atenção para com o tratamento desses casos.

Sendo assim, nós chegamos ao final da leitura dos cinco relatórios dos itens terminativos e eu vou submetê-los, em conjunto, à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço à Secretaria da Mesa que abra o painel para nós votarmos esses cinco itens da pauta, os itens terminativos, cujos relatórios nós lemos. São eles: o Item 1, que institui o Dia Nacional da Síndrome de Tourette; o Item 2, que é o PL nº 5.868, de 2019, que institui o dia 15 de maio como o Dia Nacional de Educação Legislativa; o Item 3, que é o PL nº 5.517, de 2019, que confere ao Município de Sooretama, no Espírito Santo, o título de Capital Nacional do Café Conilon; o Item 4 é o PLS nº 265, de 2016, que denomina, no Estado do Amapá, Rodovia Manoel José Alves Pereira o trecho da rodovia BR-156, entre as cidades de Laranjal do Jari e Macapá; e o Item 5, que é o PL nº 5.458, que inscreve o nome do Capitão Alberto Mendes Júnior no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.*

Podemos, então, votar.

Peço aos nobres colegas que iniciem a votação para que a gente possa alcançar o quórum necessário.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alô, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu não sou de ficar em cima do muro, não consigo. Eu estava aqui pensando na frase: ser ou não ser. Deixe-me falar rapidamente, porque isso vai conduzir o meu voto e eu não gostaria de prejudicar a votação, já que os projetos são terminativos. Permita-me alguns minutos, Presidente.

Eu apresentei, há muito tempo, aqui no Congresso, um projeto para que ficasse entre os Heróis da Pátria um militar negro do Rio Grande do Sul. Ao fazer esta falinha curta, eu faço uma homenagem a ele.

O militar brasileiro João Cândido Felisberto, o Almirante Negro, nasceu em 24 de junho de 1880, em Encruzilhada, no Rio Grande do Sul, numa família de ex-escravizados. Entrou para a Marinha do Brasil aos 14 anos, onde presenciou penalidades e chibatas sobre os seus companheiros, apesar de esse tipo de castigo ter sido abolido em 1890.

No ano de 1910, liderada por João Cândido, a tripulação da embarcação Minas Gerais se revolta contra o comandante, que castigara um dos homens com 25 chibatadas. O marinheiro passou a reivindicar o fim dos maus-tratos psicológicos e das punições corporais. Assim, ele liderou a Revolta da Chibata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outras reivindicações do movimento foram o aumento do salário, a redução de jornada de trabalho, a anistia dos revoltosos.

A principal conquista da rebelião foi o compromisso do Governo da época de acabar com a chibata na Marinha. Essa foi a principal reivindicação.

João Cândido foi expulso da Marinha em 1910 sob a acusação de ter favorecido, nessa época, os rebeldes, para acabar com a tal da chibata. Ele faleceu, no Rio de Janeiro, aos 89 anos.

Eu entrei com este projeto na Comissão de Educação. O projeto acabou indo para o Plenário e será apreciado para ir para a Comissão de Relações Exteriores, que não tem nada a ver com o tema.

Então, eu votarei, Sr. Presidente, para colaborar com todos.

Eu acho que o debate ideológico, o tempo da ditadura e outras mazelas – eu digo assim, porque a democracia, para mim, é a principal questão – não podem voltar para outros momentos.

Faço a homenagem ao Major Olimpio, que me ajudou muito na questão da abordagem policial. Foi graças a ele que nós conseguimos aprovar este projeto aqui no Senado. Lembro-me, até hoje, da defesa que ele fez. Ele disse: Paim, mude tal vírgula, tal frase, e, com isso, nós vamos aprovar. E assim foi feito. O Senado cumpriu a sua parte. Todo mundo sabe a gravidade da abordagem policial, e o projeto, agora, está na Câmara dos Deputados.

Faço esta fala, Sr. Presidente, para justificar o meu voto e esta homenagem, porque convivi mais com o Major Olimpio e aprendi a respeitá-lo. Quando ele suscita este projeto, eu me vejo aqui na obrigação, junto com os outros companheiros, dos mais quatro projetos, um inclusive meu, de votar favorável, mas, desde já, fica o meu apelo aqui.

Não é troca, Sr. Presidente, deste por aquele, mas que a gente pudesse homenagear João Cândido. Aqui, no Rio Grande, a gente o reverencia muito. Há até uma estátua grande, no Estado, de João Cândido. Que ele possa ser votado na Comissão de Educação, como foi votado hoje.

Era isso, Sr. Presidente.

Eu tive problema aqui no sistema, mas eu estava com a minha consciência, buscando um caminho. E acho que busquei.

Então, o meu voto é "sim", acompanhando os outros parceiros, em homenagem ao Major Olimpio, para todos os outros projetos que V. Exa. entendeu votar em bloco.

Deixo este apelo para que a Comissão de Educação aprecie esse projeto de que devo ser, inclusive, o Relator. Não sou nem o autor.

Era isso, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns, que a pede.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Eu estive atento à fala do Senador e amigo Paulo Paim, e gostaria só de um esclarecimento da parte do Senador sobre o projeto que ele mencionou, do João Cândido, porque, pelo que eu entendi, o projeto foi aprovado no Senado Federal, com a relatoria do nosso amigo falecido, Major Olimpio, e foi encaminhado à Câmara dos Deputados. E, na Câmara dos Deputados, houve essa dificuldade. Só para eu entender, porque eu quero me associar, obviamente, ao argumento do Senador Paulo Paim, de que compete à Comissão aprovar, claro, tem que ir à Câmara dos Deputados na sequência. Só para saber, exatamente, o estágio atual, para que a gente possa contribuir como Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que este projeto seja analisado e apreciado, como aliás são todos os projetos. Se houver alguma dúvida, tem que haver o debate, na Comissão, ou aqui, ou na Câmara dos Deputados, ou no próprio Plenário.

Então eu só pediria, só pra entender melhor, porque acabei, Senador Paulo Paim, não entendendo muito bem, porque foi aprovado aqui, foi para a Câmara e, na Câmara, foi enviado ao Ministério das Relações Exteriores, pelo eu entendi. Se V. Exa. pudesse só me esclarecer esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu disse que eu votarei no projeto relatado pelo Senador Esperidião Amin, de autoria do Major Olimpio. Numa homenagem ao Major Olimpio e aos outros projetos que o nobre Presidente Marcelo Castro está propondo votar em bloco, inclusive o meu, eu voto "sim".

O que eu me referi é que há um projeto que também coloca no Heróis da Pátria, o militar João Cândido, João Cândido Felisberto, chamado Almirante Negro. E esse projeto estava na Comissão de Educação. Houve um requerimento pra que ele fosse destinado à Comissão de Relações Exteriores, que não tem nada a ver. Então eu estou pedindo que ele retorne à Comissão de Educação e que se vote o parecer, como votamos hoje, numa posição, digamos, ideológica, diferente, mas que o objetivo é o mesmo, reconhecer a história de cada um, nos campos de atuação de cada época ou de cada século até.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, já me inteirei aqui na Secretaria da Comissão e é exatamente isso que o Senador Paulo Paim acaba de relatar. Houve um requerimento de um Senador e o projeto saiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui da Comissão em 2019 ainda, portanto não estava sob a nossa Presidência, e foi para a Mesa do Senado.

O requerimento era pedindo que esse projeto, que essa proposição, fosse para a Comissão de Relações Exteriores.

Eu concordo com o Senador Paulo Paim, e não vejo a menor razão, o menor fundamento, para um projeto dessa natureza ir para a Comissão de Relações Exteriores. Então quero me comprometer aqui com o Senador Paim, que eu vou fazer gestões junto à Mesa do Senado, para que devolva o projeto para a Comissão de Educação, para, na próxima sessão, a gente fazer essa justa homenagem que é proposta por ele.

Esses são os esclarecimentos.

O Flávio Arns pede a palavra.

Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Eu concordo com V. Exa. também.

Eu acho que essa é uma atitude correta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Essa gestão junto à Secretaria-Geral da Mesa tem que ser feita e é muito interessante o fato de já agendarmos para a próxima semana a apreciação desse projeto. Nunca aconteceu isso, que eu me lembre, de uma iniciativa, porque compete – a gente coloca em todos os relatórios, pareceres – a esta Comissão apreciar efemérides, dias, inserção de nomes também no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*. Então, não há razão pela qual outra Comissão... Eu acho que, inclusive, parece algo que seria totalmente antirregimental. Mas, que bom! Eu acho que o encaminhamento é correto.

Eu só quero acrescentar, Sr. Presidente, que nós criamos uma Subcomissão Temporária de Educação, na pandemia. São cinco Senadores. Já aprovamos o plano de trabalho – é importante que se diga. Temos por objetivo apreciar três aspectos: o que foi feito ou deixou de ser feito durante a pandemia, em termos de educação, até para alimentarmos propostas, iniciativas, encaminhamentos para o aprimoramento da educação. O segundo aspecto: o que vem sendo feito agora, porque existe uma preocupação grande. A gente recebe mensagens também de muita gente dizendo: "Olha, nós temos agora que pensar: é a mesma escola? São as mesmas iniciativas? Não há mudança nenhuma?". Então, existe sempre essa preocupação.

E também para o futuro, o que pode ser feito para o futuro, porque as pessoas, inclusive, inúmeras entidades nacionais, apontam para a necessidade de termos, por exemplo, educação em tempo integral, até para se recuperar e melhorar o tempo perdido. Há a questão da profissionalização dos alunos do ensino médio, a busca ativa de pessoas que tenham saído da escola, que tenham se evadido, políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas para as famílias, para que elas se sintam encorajadas e incentivadas, apoiadas a mandarem os filhos para a escola. Então, são desafios que todos nós, como sociedade, temos que fazer essa radiografia do que foi feito e há muita gente que fez coisa muito boa, até para tomarmos conhecimento do que foi realizado ou deixou de ser realizado. Isso porque também a humanidade, a gente tem que entender, foi pega de surpresa. Mas, a partir da surpresa, nós temos que ter decisões, caminhos, alternativas para que esse tempo seja assim compensado, reposto, particularmente nas populações mais marginalizadas, mais vulneráveis que tiveram obviamente muito mais dificuldades e ainda têm hoje em dia. Falando com uma pessoa bem conhecida, que tem uma filha de três, quatro anos de idade, ela está com covid porque voltou para a escola. E isso vai acontecer. Mas o que está sendo feito? Como está sendo abordado? Para que tomemos como Subcomissão, através dessa radiografia, uma posição que será levada para a Comissão. E a gente espera, neste ano, ter esse relatório final. Já falamos, inclusive, com o Ministério da Educação, que se prontificou a participar desse processo também, ativamente, pelo que a gente agradece.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns.

Faltam dois Srs. Senadores votarem.

Do Senador Veneziano, não foi computado o voto dele? (*Pausa.*)

O Senador Paulo Paim pede a palavra.

Pois não, Senador, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente Marcelo Castro, primeiro, agradeço a V. Exa. Eu não esperava outro procedimento, por conhecer sua história, sua vida, um Senador por quem a cada dia aumenta mais o respeito – e me permita que eu diga –, o carinho e a sensibilidade das suas posições, e, na mesma linha, o Senador Flávio Arns pelo depoimento que deu, permitindo a V. Exa. e a mim esclarecer, inclusive, essa situação e a decisão que foi tomada de esse projeto ser apreciado na semana que vem.

Por questão de justiça intelectual também, eu quero dizer que esse projeto é de autoria do ex-Senador Lindbergh Farias, que é do Rio de Janeiro, cidade onde morreu, com quase 90 anos, o nosso almirante negro.

E eu sou o Relator porque ele era do Rio Grande do Sul e assim entenderam, então, os Congressistas de assegurar para mim a relatoria. Mas a decisão foi de um alto nível, mostra o não rancor com nenhum dos lados do passado, só fortalece a democracia nessa posição liderada por V. Exa.

Era isso. Obrigado, mais uma vez, Presidente Marcelo Castro e Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sem nenhuma dúvida. Eu agradeço aí as palavras de V. Exa. E, se não resolvemos ainda esse problema, é porque não tínhamos o conhecimento dele, mas, efetivamente, agora nós vamos encontrar uma solução. Obrigado por V. Exa. trazer esse problema para que a gente encontre a solução. (*Pausa.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Alô, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Plínio Valério, prazer revê-lo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Prazer, Presidente. É porque eu continuo aqui em Manaus, cumprindo agenda, mas já estamos em votação na nossa Comissão, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Exatamente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu queria declarar meu voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito obrigado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – E sua benevolência por entender a gente participar, mesmo dentro do veículo, dizendo. Eu estou aqui a postos, acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito obrigado pelo esforço de estar em uma agenda fora e participando aqui da nossa Comissão. Muito obrigado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Boa sorte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Igualmente. (*Pausa.*)

Então, já tendo quórum a votação... Vamos esperar um pouco, porque o Senador Dário Berger ficou de votar agora. (*Pausa.*)

Peço, então, à Mesa que exponha o resultado.

(Procede-se à apuração.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, 13 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Portanto, estão aprovados os itens 1, 2, 3, 4 e 5 da pauta.

Todos os itens terminativos desta sessão foram aprovados.

Vamos, agora, ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3517, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2008)

- Não terminativo -

Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Observações:

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Assuntos Econômicos, com pareceres favoráveis ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

A iniciativa é do Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero, no relatório, ler algumas partes para contextualizar o que foi feito.

Na forma aprovada pelo Senado Federal e enviada à revisão da Câmara dos Deputados, o PLS nº 402, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, que já foi, inclusive, Presidente da Comissão de Educação, já falecido, em seu art. 1º, impunha ao poder público a obrigação de manter programa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico e tratamento a educandos com dislexia e com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). É bastante discutido hoje em dia esse transtorno também.

O PLS determinava ainda que o diagnóstico e o tratamento desses transtornos seriam feitos por equipe multidisciplinar (art. 2º); as escolas de educação básica deveriam oferecer material didático adequado aos educandos diagnosticados com dislexia e TDAH; os sistemas de ensino deveriam propiciar aos professores da educação básica treinamento sobre diagnóstico e tratamento de dislexia e TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade). A gente usa a sigla só para efeito também da leitura.

Por fim, o art. 5º previa, no projeto de lei do Senado, que a lei decorrente do projeto entraria em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados na forma da emenda substitutiva retromencionada por V. Exa., tendo a Senadora Mara Gabrilli, então Deputada, fazendo um amplo debate, discussão, audiências públicas, com todos os setores da sociedade e chegando à conclusão do substitutivo na Câmara dos Deputados, cuja principal inovação em relação ao texto original consiste na ampliação do público-alvo das ações e serviços a serem prestados, de sorte a que os cuidados inicialmente previstos alcancem pessoas com qualquer tipo de transtorno relacionado à aprendizagem.

Isso é importante. Não são só a dislexia e a TDAH, porque o distúrbio de aprendizagem, a disfunção de aprendizagem está relacionada à atenção, à percepção, à memória, à linguagem, aos conceitos, a qualquer dos processos cognitivos.

Outras modificações contempladas na Câmara dos Deputados incluem:

1. a ênfase na identificação precoce – isso é essencial – dos referidos transtornos, para viabilizar o encaminhamento tempestivo do educando para avaliação e tratamento nos serviços de saúde, quando houver essa interação com o serviço de saúde, senão é na própria escola; porém, há casos que necessitam de apoio da equipe multidisciplinar;

2. a proteção ao educando com transtorno de aprendizagem pelas escolas e serviços de saúde;

3. a oferta de acompanhamento específico e precoce aos alunos diagnosticados com transtorno de aprendizagem, com participação de educadores e de outros profissionais, como os da área de saúde e de assistência social – todos essenciais;

4. o encaminhamento do educando para serviço de saúde nos casos de necessidade de intervenção terapêutica – como eu disse, há casos e casos, é um espectro, muitas dessas pessoas inclusive são confundidas com pessoas com deficiência intelectual, quando, na verdade, é uma disfunção ou um distúrbio de aprendizagem;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5. o amplo acesso a informações sobre transtornos de aprendizado aos professores, como forma de facilitar a identificação precoce e o encaminhamento para a rede de saúde – essas crianças têm que ser atendidas, obviamente, dentro da escola, porém, nos casos em que outro tipo de abordagem é requerido, na área da saúde.

A cláusula de vigência também foi alterada em relação à do PLS, para que a lei decorrente do projeto entre em vigor na data de sua publicação. Já passou pela Comissão de Direitos Humanos e também pela CAS.

Passando para a análise.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão apreciar proposições que envolvam assuntos de natureza educacional, como é o caso deste projeto. Nesses termos, a presente manifestação é regimental.

No que concerne ao mérito, cumpre lembrar que o PLS nº 402, de 2008 – portanto, de 13 anos atrás, a gente já perdeu muito tempo com isso –, já foi objeto de profícua discussão e detida análise por esta Casa à ocasião da apreciação da matéria entre os anos de 2008 a 2010. Nesse diapasão, não nos cabe nesta empreitada outra atitude que não a de ratificar o mérito então detectado na proposição àquela altura.

A propósito, essa reafirmação é mesmo necessária. Não é preciso muito esforço para se constatar que, passada mais de uma década desde a apresentação da iniciativa, persistem, na realidade das escolas e de nossos educandos com transtornos de aprendizagem, as motivações que ensejaram o projeto. Pode ser usada a expressão transtorno de aprendizagem, distúrbio de aprendizagem, disfunção de aprendizagem, estamos nos referindo à mesma parcela da população.

A ausência da atenção proposta pelo projeto no cotidiano de nossas escolas tem muitas consequências, que afetam não apenas os alunos individualmente, o que já seria inaceitável do ponto de vista humano, mas também os próprios resultados educacionais do País.

A literatura especializada tem apontado a origem desses transtornos em alterações do desenvolvimento neurológico, que, em geral, manifestam-se nas crianças em idade escolar. A criança está bem, tem uma vida tranquila, normal, mas, na hora da aprendizagem, existe uma discrepância visível entre o que ela pode fazer e o que ela realiza, que é uma característica do distúrbio. Decorre daí que, à falta de serviços de diagnose, não são poucos os casos que passam despercebidos na escola, sujeitando a criança a constrangimentos e julgamentos. E reprovando. Depois de dois, três anos, poxa, deve ter alguma dificuldade, mas já se passaram dois anos, reprovações. Então, é identificar o mais cedo possível. Em consequência, o diagnóstico, quando ocorre, vem tardiamente, muitas vezes apenas na idade adulta, imagina. E nos limita no enfrentamento completo dos fatores que afetam o mau desempenho escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso evita, por exemplo, que tenhamos como estimar a parcela de resultados indesejáveis de nosso alunado da educação básica, em termos de desempenho acadêmico, passível de melhoria com a atenção adequada a esses transtornos de aprendizagem.

Desse modo, como bem pontuou a Senadora Mara Gabrilli, o ponto de partida para interferir nessa realidade é o reconhecimento institucional desses transtornos, que, eu diria, no Brasil oficialmente não existe, e há que existir. Nos Estados Unidos, é a primeira causa de deficiência, entra no rol das deficiências inclusive.

Sem esse reconhecimento, as dificuldades de aprendizagem das pessoas desses segmentos continuarão a ser naturalizadas e atribuídas a razões de outra natureza. Não que essas razões não existam. A questão primordial é entender que, quando presentes na vida do educando, ainda que em manifestações moderadas, esses transtornos já causam dificuldades de aprendizagem. Ocorre que, quando eles se associam a outros problemas de ordem pessoal e familiar que os encobrem, passam a ter impacto ainda mais significativo na aprendizagem.

Por isso mesmo, o projeto remanesce oportuno e teve seu mérito fortalecido pelas inovações a que procedeu a Câmara dos Deputados em relação à proposição original, fruto de um amplo debate com todos os setores da sociedade. A esse respeito, mostra-se particularmente positiva a mudança, que julgamos de maior monta, consistente na ampliação do escopo do projeto em termos de público-alvo.

Como se viu, o PLS era voltado exclusivamente aos educandos com dislexia ou com TDAH; no entanto, a Câmara dos Deputados passou a garantir a atenção especial do programa a ser implementado pelo poder público, nos termos do projeto, a qualquer escolar com transtorno, distúrbio, disfunção de aprendizagem.

A nosso sentir, a mudança é pertinente e promissora, pois, se aprovada na forma do PLS, a lei não atenderia as crianças com transtornos ali não previstos, como disgrafia, discalculia, distúrbios de memória, de atenção, de percepção, de conceitos, outros problemas de linguagem. Ou, ainda que recebesse interpretação extensiva favorável para cobrir esses transtornos, teria menor potencial de efetividade em relação a eles.

Além disso, na forma do substitutivo, a lei fica aberta para transtornos de aprendizagem que porventura venham a ser reconhecidos pela ciência no futuro. Isso é relevante, especialmente se ponderarmos que esses transtornos têm origem bioneurológica, e o contexto de mudanças intensivas e instabilidade que vivenciamos tende a acentuá-los.

Ademais, estimativas da Associação Americana de Psiquiatria indicam que entre 5% e 15% das crianças em idade escolar têm dificuldades de aprendizagem. Tudo depende da definição que a gente dê para distúrbio ou disfunção. O que se sabe até o momento é que esses transtornos de aprendizagem não têm cura, não se trata de doença. Quer dizer, tem que ter um atendimento adequado, um atendimento para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhorar. Entretanto, já se sabe que existem intervenções bem-sucedidas no sentido de, efetivamente, reduzir a intensidade dos sintomas. O tratamento tempestivo e adequado pode não só minorar muitos efeitos desses sintomas, mas também trazer qualidade de vida para os educandos.

Em suma, a lei proposta viabiliza o reconhecimento das crianças com transtorno de aprendizagem como sujeitos de direito com necessidades específicas de atenção. Na mesma linha, assegura a elas o direito de receber nos sistemas de saúde e na escola cuidados individualizados que contribuam para o seu desenvolvimento como pessoa, a começar pela melhoria de sua qualidade de vida como escolar. Nesse sentido, o programa de atenção concebido pelo projeto materializa parte do dever do Estado com educação, que só se concretiza com o efetivo acesso de todos os brasileiros a uma educação básica pública, universal e de qualidade social.

Por essas razões, considerando que o projeto original foi efetivamente aprimorado graças a um trabalho consistente e coordenado pela então Deputada Mara Gabrilli – pelo substitutivo da Câmara dos Deputados, sob exame –, julgamos que a proposição em tela é meritória do ponto de vista educacional e social, devendo, por isso, ser acolhida pelo Congresso Nacional.

Em vista do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 35.017, de 2019, substitutivo da Câmara do Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2008.

É o parecer e o voto, Sr. Presidente.

Só gostaria de dizer que eu tive a ocasião de estudar também nos Estados Unidos, na Universidade Northwestern, e a área de *learning disabilities* era extremamente forte, naquela universidade, com dois expoentes, na época, da área: Doris Johnson e Helmer Myklebust, que, inclusive, escreveram vários livros sobre o assunto.

E a área de distúrbios, disfunções, transtornos de aprendizagem é uma área que tem que ser reconhecida no Brasil, que precisa ser abordada. Os professores precisam ter formação sobre essa área. É preciso haver uma articulação com a assistência social, com a saúde, para o bem-estar das crianças, sempre dizendo: olhe, transtorno de aprendizagem – é o primeiro critério – não é deficiência intelectual, visual, auditiva, física, distúrbio de conduta múltipla; não é! Segundo: há uma discrepância. Todos os que acompanham esta Comissão de Educação sabem que há crianças que você olha e diz: "Ela sabe, ela pode, mas não concretiza o seu potencial". Portanto, há discrepância que acontece no processo cognitivo de uma pessoa que pode ser na atenção, na percepção, na memória, na linguagem, nos conceitos. Então, é uma área que a gente tem que estudar, para a qual a gente tem que se dedicar, para que as crianças, as famílias, os profissionais tenham condições de abordar isso corretamente. Não é, Sr. Presidente?

Então, é o parecer e o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns.

Submeto à discussão o parecer do nobre Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

O Senador Paulo Paim pede a palavra para discutir. Com a palavra, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente, primeiro quero dizer da minha honra, da minha satisfação, de participar desta sessão da Comissão de Educação, eu não diria nem ladeado, mas liderado por dois mestres no campo da educação, V. Exa., Presidente Marcelo Castro, e o nosso querido, também como V. Exa., Relator da matéria, Flávio Arns, que citou aqui, com muita maestria, a importância desse projeto para todos, os que educam e os que são educados.

Permitam, Presidente e Relator, que eu me refira ao autor da matéria, o ex-Senador Gerson Camata. Ele era um diplomata, um *gentleman*. Não é porque morreu, não. Eu fui companheiro dele, ele como Deputado e, depois, no Senado. Ele teve um trabalho belíssimo como Deputado Federal. No Senado, ele exerceu três mandatos, de 1987 a 2011, e, infelizmente, foi assassinado por um motoqueiro, tudo indicando que foi um crime encomendado, foi assassinado em 2018.

Convivi, também, com a esposa dele, grande, grande Rita Camata, que foi a grande construtora do Estatuto da Criança e do Adolescente. Um casal pelo qual eu tinha um enorme respeito, um enorme carinho. Ela não é mais Parlamentar, atualmente mora no Espírito Santo, e ele, infelizmente, foi assassinado.

Então, rendo aqui as minhas homenagens ao Relator, a V. Exa., Presidente, e ao autor, o Senador já falecido Gerson Camata e, com o mesmo carinho, à sua esposa Rita Camata, que foi uma grande Deputada, podem ter certeza. O trabalho que ela fez – durante todo o período, eu estive como Deputado Federal – foi brilhante. E, enfim, depois, ela concorreu ao Senado, na última vez, e não se elegeu, mas o trabalho deles ficou marcado na história.

Ao Gerson Camata, fica aqui meu carinho, aos filhos, familiares e amigos, que foi assassinado. Mas não sei como alguém pode tê-lo assassinado e ele ter morrido de forma tão trágica. Um homem que tratava a todos com uma diplomacia e com um carinho que a gente vê em pouca gente infelizmente, hoje, na violência com que caminha infelizmente a humanidade.

Era isso, Presidente, era mais uma homenagem a V. Exa., ao Relator, ao Gerson Camata e à Rita Camata.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito justa e oportuna a palavra de V. Exa., Senador Paulo Paim, relembrando aqui o grande Senador Gerson Camata, que tão bem representou o Estado do Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tive muita aproximação com ele, apenas acompanhava a sua atuação Parlamentar, mas fui amigo e colega da sua esposa, Rita Camata, uma grande Parlamentar. Inclusive, nós a fizemos, uma vez, nossa candidata a Líder do partido e infelizmente não conseguimos êxito, mas nós tínhamos nela uma grande Parlamentar de grande estatura, envergadura, moral, ética e muito dedicada ao seu mister.

Eu me associo aqui a V. Exa. nessa justa homenagem, nessa referência que V. Exa. faz ao já falecido e grande homem público Gerson Camata.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, submeto-a à votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados.

A matéria vai ao Plenário.

Vamos ao próximo item, o item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 5647, DE 2019

- Não terminativo -

Confere ao Município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, o título de Berço Nacional da Soja.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa: Deputado Federal Jerônimo Goergen.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Vou tentar ser o mais rápido possível, Presidente.

Vem ao exame desta Comissão Projeto de Lei nº 5.647, da Casa de origem, do Deputado Jerônimo Goergen, que é gaúcho, um jovem gaúcho, confere ao Município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, o título de Berço Nacional da Soja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição consta de dois artigos somente, dos quais o primeiro concede o mencionado título à Santa Rosa e o segundo e último determina a vigência do projeto de lei a partir da sua publicação.

Na justificação, o autor ressalta o pioneirismo do cultivo de soja no Município de Santa Rosa, que já foi reconhecida, no âmbito estadual, como Berço Nacional da Soja já pela Lei nº 13.160, de 2009.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída a esta Comissão, devendo, se aprovada, ser submetida à apreciação do Plenário.

Eu tenho aqui uma síntese, Sr. Presidente, se me permitir, que farei aqui, e é muito menor do que a segunda parte do relatório, no que trata da análise.

Eu diria só, rapidamente. Após algumas tentativas infrutíferas de cultivo da soja em outros Estados, ainda no final do século XIX, a leguminosa de origem chinesa mostrou-se muito bem adaptada às condições climáticas e do solo do Noroeste gaúcho, ao ser introduzida, no ano de 1914, no Município de Santa Rosa. Os primeiros plantios comerciais em Santa Rosa se iniciam em 1924 e, a partir daí, temos um paulatino crescimento e expansão da cultura da soja no Rio Grande do Sul e em outros Estados, até esse grão tornar-se, então, décadas depois, um dos principais produtos agrícolas brasileiros, com inconteste destaque em nossa pauta de exportação.

Santa Rosa, além de manter a sojicultura, como a sua principal atividade econômica, foi criada nesse Município, em 1966, a Feira Nacional da Soja. É lá que se realiza a Feira Nacional da Soja (Fenasoja), um dos mais importantes eventos do agronegócio da Região Sul e do Brasil.

É justificada a concessão, por meio da lei que ora estamos analisando, com o título de Berço Nacional da Soja para o Município rio-grandense de Santa Rosa.

Meus cumprimentos ao Autor da proposta, Deputado Jerônimo Goergen.

É isso, Sr. Presidente.

O voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nobre Senador Paulo Paim, então, feita a leitura do relatório, ponho em discussão o relatório do nobre Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto-o à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi aprovada, com o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Item 10 da pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 13, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2021 - CE, com o objetivo de instruir o PL 5189/2019, que "institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Trânsito" seja incluído o seguinte convidado: Senhora Patrícia Sandri, Presidente da Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego – Abrapsit.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (Rede/ES)

Em discussão o requerimento do nobre Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto-o à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado, aprovado o requerimento que inclui a Sra. Patrícia Sandri, Presidente da Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego, na audiência pública objeto do Requerimento nº 11, de 2021, do Senador Fabiano Contarato.

Item 11 da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 14, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atualização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), prevista na Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto-o à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, foi-me solicitado, pelo Senador Jean Paul, que eu assinasse um requerimento extrapauta. Se V. Exa. assim entender, eu faria uma rápida justificativa desse requerimento, para que pudéssemos aprová-lo no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador. Fique à vontade.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 15, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no dia 07/10/2021, às 13h30, destinada a debater os desafios do acesso e da permanência de quilombolas e indígenas no ensino superior brasileiro, por ocasião do Fórum Nacional de Educação Superior Indígena e Quilombola, a ser realizado de 04 a 08 de outubro de 2021 em Brasília/DF, com a presença dos seguintes convidados:

- *Kâhu Pataxó – Coordenação Nacional do Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas;*
- *Charlene Bandeira – Coordenação Nacional do Encontro Nacional dos Estudantes Quilombolas;*
- *Gersem Baniwa - Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena;*
- *Thailane Pereira – Movimento Nacional de Estudantes Quilombolas;*
- *Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB);*
- *Representante do Ministério da Educação (MEC).*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Presidente, então, requeiro, nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no dia 07/10/2021, às 13h30, destinada a debater os desafios de acesso e permanência de quilombolas e indígenas no ensino superior brasileiro por ocasião do Fórum Nacional de Educação Superior Indígena e Quilombola, que vai ser realizado aqui em Brasília, de 4 a 8 de outubro de 2021, com a presença dos seguintes convidados: Kâhu Pataxó, Coordenação Nacional do Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas; Charlene Bandeira, Coordenação Nacional do Encontro Nacional dos Estudantes Quilombolas; Gersem Baniwa, Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena; Thailane Pereira, do Movimento Nacional de Estudantes Quilombolas; representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib); representante do Ministério de Educação (MEC).

Na justificativa, a partir do processo de expansão, interiorização e democratização do acesso ao ensino superior, tornou-se possível, em especial com a aprovação da Lei de Cotas, incluir indígenas e quilombolas nas universidades brasileiras.

Então, esse requerimento, Sr. Presidente, aproveitando a ocasião do Fórum Nacional de Educação Superior Indígena e Quilombola em Brasília, é para que a gente possa realizar uma audiência pública aqui no Senado. Por isso, eu assinei, com o Senador Jean Paul, esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Paulo Paim.

Submeto, então, à discussão o Requerimento, extrapauta, nº 15, de 2021, que acaba de ser lido pelo nobre Senador Paulo Paim.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro, então, encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Eliane Nogueira, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Paulo Rocha, Telmário Mota, Fabiano Contarato e Luis Carlos Heinze, e ainda do Senador não membro Veneziano Vital do Rêgo. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Irajá, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 1, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Apresenta proposta, nos termos dos arts. 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, para que sejam investigadas e apuradas as denúncias objeto da Homologação de acordo de colaboração premiada pelo Supremo Tribunal Federal firmado com Delcídio do Amaral Gomez, com efeito erga omnes, vazado em todos os requisitos legais essenciais (formais e essenciais), assim entendido pelo Ministério Público Federal (Nº 22854/2016-GTLJ/PGR), no que tange ao depoimento constante do Anexo 07 - BELO MONTE, da Homologação." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela admissibilidade e aprovação da proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 2, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts 102-A e 102-B, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é apresentada Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) , para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), o não cumprimento, por parte do Ministério do Esporte, da publicação do relatório de acompanhamento da aplicação de recursos para o desporto provenientes de loterias federais, repassados ao Comitê Olímpico do Brasil e ao Comitê Paralímpico Brasileiro." **Autoria:** Senador Romário (PODE/RJ). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela admissibilidade e aprovação da proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4317, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, para aprimorar as formas de resolução de demandas dos usuários de serviço público" **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Reguffe. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com as emendas nº 1 e 2-CTFC. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 6, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para aumentar a transparência do processo de liberação e execução de emendas parlamentares." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/31

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores remotos – que estão participando de forma remota. Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia da reunião, disponibilizada no *chat* e nos computadores deste plenário.

Vamos à pauta.

Nós vamos direto... Como alguns Relatores aqui não estão presentes, nós vamos direto para o item 3 da pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4317, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, para aprimorar as formas de resolução de demandas dos usuários de serviço público.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relatoria: Reguffe

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

- O relatório foi lido na reunião de 30/08/2021.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

O relatório foi lido em 30/08/2021, na tarde de ontem, na sessão da tarde de ontem.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei nº 4.317, de 2019.

Item 4 da pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 6, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para aumentar a transparência do processo de liberação e execução de emendas parlamentares.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- O relatório foi lido na reunião de 09/08/2021.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação da matéria.

O projeto segue à Comissão de Assuntos Econômicos.

O item 3 da pauta, o projeto anterior, aprovado, segue à Comissão de Constituição e Justiça.

Quero agradecer aos Senadores que participaram desta reunião.

Na ausência dos demais Relatores dos projetos que estão em pauta, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Eliane Nogueira, Marcos do Val, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Paulo Rocha, Acir Gurgacz e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores não membros Flávio Arns e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Irajá, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 9, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a competência legal dos Tribunais Regionais Eleitorais para apurar os resultados referente às eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, e a proposta de alteração da sistemática de totalização adotada nas Eleições, promovendo a centralização do processo no Tribunal Superior Eleitoral." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 10, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, e pelo Senhor Ministro da Defesa, Sr. Walter Braga Netto, informações relativas à emissão de licenças para posse e porte de armas no Brasil, concedendo acesso integral a esta comissão aos dados do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 1, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Apresenta proposta, nos termos dos arts. 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, para que sejam investigadas e apuradas as denúncias objeto da Homologação de acordo de colaboração premiada pelo Supremo Tribunal Federal firmado com Delcídio do Amaral Gomez, com efeito erga omnes, vazado em todos os requisitos legais essenciais (formais e essenciais), assim entendido pelo Ministério Público Federal (Nº 22854/2016-GTLJ/PGR), no que tange ao depoimento constante do Anexo 07 - BELO MONTE, da Homologação." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela admissibilidade e aprovação da proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 2, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts 102-A e 102-B, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é apresentada Proposta de Fiscalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) , para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), o não cumprimento, por parte do Ministério do Esporte, da publicação do relatório de acompanhamento da aplicação de recursos para o desporto provenientes de loterias federais, repassados ao Comitê Olímpico do Brasil e ao Comitê Paralímpico Brasileiro." **Autoria:** Senador Romário (PODE/RJ). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela admissibilidade e aprovação da proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 9, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 153, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores." **Autoria:** Senador Reguffe (S/Partido/DF). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Marcos do Val pelo prazo de cinco dias. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 194, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para definir produto essencial e estabelecer regras e prazos para o caso de vício desse produto." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 990, de 2019 - Terminativo -** que: "Inclui parágrafo único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre circulação de mercadorias e serviços e dos demais tributos sobre eles incidentes." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 155, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal", para estabelecer mecanismo operacional de transparência executiva sobre o planejamento, a execução, o controle e a avaliação da gestão pública." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/14

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto à deliberação dos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais.

Vamos à pauta.

Atendendo a uma solicitação do nobre Senador Dário Berger, passamos ao item 11 da pauta, que será o primeiro item nesta reunião.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 990, DE 2019

- Terminativo -

Inclui parágrafo único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dos demais tributos sobre eles incidentes.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Dário Berger (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC)

Relatório: pela aprovação.

Com a palavra o Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Reguffe, receba, preliminarmente, as minhas homenagens por presidir esta importante Comissão.

Consta na pauta de hoje relatório de minha autoria de um projeto de lei de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório, Sr. Presidente.

À Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor foi distribuído o Projeto 990, de 2019, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, como mencionei.

A proposição está estruturada em dois artigos apenas.

Em sua justificativa, o autor alega que a mudança proposta visa a conscientizar o consumidor sobre o real peso da carga tributária brasileira sobre o preço final dos produtos ou serviços.

A proposição foi distribuída unicamente à CTFC, em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas.

A análise, Sr. Presidente.

O projeto cuida de produção e consumo, matéria inserida na competência legislativa concernente à União, aos Estados e ao Distrito Federal, conforme o disposto no art. 24, inciso V, da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria. É legítima a iniciativa do Parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à sua constitucionalidade.

Quanto à regimentalidade, vale destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual compete à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor opinar sobre a defesa do consumidor.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) se afigura dotado de potencial coercitividade; e v) é compatível com os princípios diretores do sistema de Direito pátrio.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado na proposição, e sua redação, a nosso ver, apresenta-se de forma apropriada.

Sobre o mérito, o projeto merece ser acolhido, isso porque o consumidor merece ser informado com precisão e respeito da carga de impostos indiretos incidentes sobre o consumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de informação essencial para que se saiba quanto, de fato, é pago de imposto sobre os produtos adquiridos no comércio.

Na maior parte dos países mais desenvolvidos, isso já se faz há décadas.

No caso brasileiro, o preço final dos produtos e serviços oferecidos ao consumidor sofre substanciais acréscimos no momento da aquisição, em especial pelo peso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, do PIS/Pasep e também da Cofins.

E a informação ostensiva sobre os tributos suportados pelo consumidor proporciona a este saber quanto de imposto poderá ser sonegado, caso não seja solicitada a nota fiscal de venda do produto, e, por conseguinte, parece-nos que o contribuinte passará a solicitar com maior frequência a emissão do documento fiscal, o que contribuirá para reduzir o elevado grau de sonegação fiscal atualmente observado no País.

O usuário final, Sr. Presidente, agora alçado à posição de consumidor final de tais serviços e produtos, poderá se valer do arcabouço de direitos e prerrogativas que o código consumerista oferece, a fim de exigir um acréscimo de qualidade a ser outorgado pelos fornecedores.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei 990, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação.

Só acrescento que o Brasil é um país que possui uma das maiores cargas tributárias do mundo. Nós chegamos a quase 40% da carga tributária – 35, 36, 34 e por aí vai. Mas o problema maior não é única e exclusivamente a elevada carga tributária; o problema maior é, fundamentalmente, a oferta de serviços que essa elevada carga tributária pode proporcionar, normalmente serviços que não atendem – eu não quero dizer que são de péssima qualidade, mas serviços que não atendem – às expectativas da população brasileira. Nós pagamos muito imposto e recebemos, falando como porta-voz da população, em princípio, pouco em troca. Quer dizer, de nada adianta a gente cobrar uma carga tributária elevada, quando a sonegação se apresenta como um dos fatores mais preponderantes da vida nacional. Existe até um comentário de que, para cada real arrecadado, existe um real sonegado.

Então, simplificar métodos, sistemas e a própria legislação seria importante, fundamental, para que a gente pudesse construir um novo cenário da tributação brasileira no Brasil.

Nós estamos aí com a reforma tributária, que, na verdade, passou a ser agora a reforma do imposto de renda, cujo único objetivo, pelo que eu pude perceber, é o desejo de taxar os dividendos. Eu sou empresário, eu sou da iniciativa privada, e a temática de que o empresário brasileiro não paga imposto não é verdadeira, porque, quando se aufere o lucro, depois de fazer os abatimentos, etc., aplicam-se 35% de imposto de renda para apuração do lucro líquido das empresas. Agora, em cima do lucro líquido das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas, querem cobrar mais os dividendos. E aí, no projeto da Câmara, fez-se uma gambiarra, vamos dizer assim – gambiarra é aquilo que a gente faz, e não faz direito, vamos dizer assim; faz para não resolver definitivamente o problema –, fazendo com que essa situação não se altere em praticamente nada, porque se reduz, então, o imposto das empresas e aumenta-se o imposto para os proprietários das empresas. Na verdade, estão trocando, aproximadamente, seis por meia dúzia. É um jogo de perde-perde. E o que é pior: as informações preliminares que tenho dão conta de que essa reforma vai, inclusive, diminuir a carga tributária do Brasil, o que, de um lado, é muito bom, mas esse nunca foi o objetivo da reforma tributária. A reforma tributária era para não aumentar imposto, mas, para reduzir imposto, nunca houve essa disposição, esse princípio.

E é uma reforma tributária, Sr. Presidente, muito difícil de acontecer e de ser aprovada porque ela é simples de explicar: a União, numa reforma tributária, quer arrecadar mais; os Estados querem arrecadar mais; os Municípios querem uma maior participação no bolo tributário nacional e a população quer pagar menos imposto. Então, é uma matemática que não fecha. Não há como ser aprovada de forma pacífica, a não ser que se encontre um sistema tributário que simplifique métodos, sistemas, que possa reduzir o custo Brasil, porque hoje o empresariado precisa ter um departamento jurídico maior do que um departamento contábil para gerir as suas atividades em função das infinidades de legislações existentes e que, certamente, atravancam muito o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Então, posto isso, esse projeto é um projeto singelo, simples, objetivo, mas que visa a proporcionar uma transparência da carga tributária. Isso é louvável, vai conscientizar as pessoas de que, quando você está comprando um quilo de feijão, não está pagando um quilo de feijão, você está comprando parte do feijão e a outra parte você está pagando de imposto, então, você acaba consumindo o imposto também. Eu não sei quanto é o imposto do feijão, mas, se se levar em consideração o PIS/Cofins, o ICMS e outros tributos que incidem sobre os gêneros alimentícios, certamente nós vamos chegar à conclusão de que é um valor bastante exagerado e que todos os dias nós estamos nos alimentando não só de gêneros alimentícios, mas também de imposto Brasil afora.

De maneira que, de minha parte, foi um prazer relatar esse projeto – na expectativa da sua aprovação – que certamente vai trazer uma conscientização diferente, moderna, apropriada e adequada para o momento que nós estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Dário.

Como é um projeto terminativo, e nós não temos quórum para votar terminativos, de qualquer maneira, já está lido o parecer, muito bem feito, com toda a propriedade, pelo Senador Dário Berger.

Pediu a palavra aqui o Senador Styvenson.

Concedo a palavra ao Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de discutir ou antes de fazer um elogio ao Senador Dário Berger pela relatoria e por esse esclarecimento sobre a taxação sobre os dividendos aos empresários, quero dizer que iria relatar dois projetos hoje: um, da Soraya Thronicke, que pediu para retirar de pauta, já adianto para o senhor, e, em seguida, o PLS 153, de autoria de V. Exa.

Senador Dário Berger, parabéns pela relatoria.

O imposto do feijão, que brasileiro paga, é 17,24%. O brasileiro paga uma carga de impostos grande, como o senhor já disse, e não vê o retorno em serviços públicos. Brasileiro paga imposto, paga taxa, paga contribuição, paga energia cara, paga combustível, ICMS, mas ele não consegue enxergar a não ser a ineficiência de um Estado – aí eu não sei se o senhor concorda comigo – nos gastos públicos, os desvios pela corrupção, além da sonegação, que o senhor já citou, de tantas taxas e impostos. E o brasileiro talvez sonegue porque não consegue ver esse retorno. Eu creio que todo e qualquer brasileiro pagaria com o maior prazer a taxa tributária altíssima deste País, que recai sobre todos os brasileiros, se conseguisse enxergar o retorno. Citei aí o feijão, de que o senhor falou, e eu não sabia qual era a taxa, a tributação sobre ele: 17,24%. Tanto o rico como o pobre paga a mesma taxa para ter o mesmo alimento básico no prato, paga a mesma taxa para a energia elétrica, paga a mesma taxa para o combustível. Quem sofre mais com isso é quem tem uma renda bem menor. E a gente não consegue enxergar. Isso eu estou falando como cidadão, como parte da população, que paga IPVA e tem as vias obstruídas, que paga muito neste País para não ter saúde, não ter educação, não ter segurança. E seria proporcionalmente crescente a carga, cada vez maior, que o brasileiro paga, não deixa de pagar.

Então, parabéns pelo projeto.

E, Senador Reguffe, já adianto a solicitação de retirada de pauta do projeto de lei da Senadora Soraya Thronicke. Logo, logo eu relatarei o do senhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Styvenson.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 155, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal", para estabelecer mecanismo operacional de transparência executiva sobre o planejamento, a execução, o controle e a avaliação da gestão pública.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Relatoria: Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo)

O Senador Marcos do Val está pedindo a palavra também. (*Pausa.*)

Ele saiu.

Bom, então, vamos aproveitar já a presença do Senador Styvenson e solicitar ao Senador que possa ler o relatório do item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 153, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores.

Autoria: Senador Reguffe (S/Partido/DF)

Relatoria: Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

- Posteriormente, a matéria será deliberada pela CAS.

Com a palavra o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Reguffe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL da Senadora Soraya, o qual vai ser retirado a pedido dela, é o PL 155, de 2020.

Já que eu tenho tempo suficiente até chegar aos outros Senadores para que a gente coloque em votação terminativa o projeto do Senador Randolfe, relatado pelo Senador Dário, então eu vou, passo a passo, ler o projeto de V. Exa., que é importantíssimo para os brasileiros que pagam plano de saúde.

Então, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2017, de autoria do Senador Reguffe, que obriga as operadoras a comercializarem planos de saúde individuais.

A proposição está estruturada em dois artigos.

O art. 1º propõe o acréscimo de inciso VIII ao art. 8º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, que introduz novo requisito para que as operadoras de planos de saúde possam obter a autorização de funcionamento, qual seja, a obrigação da comercialização de planos individuais de assistência à saúde.

O art. 2º estabelece que a lei que, porventura, decorrer da aprovação do projeto passará a viger na data de sua publicação.

Ao justificar a iniciativa, o autor argumenta que a diferença entre os planos de saúde individuais e os planos coletivos reside na maior proteção ao consumidor. Isso porque, o índice máximo de reajuste dos planos de saúde individuais e familiares é fixado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Além disso, as operadoras não podem rescindir esses contratos unilateralmente. No entanto, as empresas deixaram de ofertar planos individuais, o que vem obrigando milhões de usuários a contratarem planos coletivos, que são menos convenientes ao consumidor.

Após a apreciação nesta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, o projeto será remetido à Comissão de Assuntos Sociais, para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 153, de 2017, no prazo regimental.

Análise.

Compete à esta Comissão pronunciar-se sobre assuntos relativos à defesa do consumidor, por força do disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado.

Passemos, então, ao exame de mérito.

Como os planos individuais têm uma regulação mais acirrada, e, portanto, conferem ao beneficiário maior proteção, pelo mesmo motivo, também são menos vantajosos para as operadoras. Por conseguinte, a disponibilidade de oferta desse tipo de plano está cada vez mais escassa no mercado de saúde suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, para se esquivar da regulamentação mais intensa que existe sobre os planos individuais, as operadoras privilegiam a venda de planos coletivos. Assim, quando os consumidores pretendem contratar um plano de saúde, geralmente são incentivados a se associar a planos coletivos, que, por apresentarem preços iniciais mais baixos do que os planos individuais de cobertura equivalente, são atrativos para o consumidor. Nesse caso, muitas vezes são induzidos a se unirem a associações ou entidades com as quais não têm qualquer vinculação real.

Por essas razões, o dispositivo introduzido pela proposição em comento condiciona a concessão de autorização de funcionamento das operadoras de planos de saúde à oferta e comercialização de planos individuais. Trata-se de uma exigência de caráter salutar ao interesse do consumidor de planos de saúde. Desse modo, o consumidor poderá, por sua livre escolha, selecionar qualquer operadora para obter essa modalidade de contratação.

Por fim, sob a perspectiva da defesa do consumidor, entendemos que o PLS 153, de 2017, está em consonância com a Política Nacional das Relações de Consumo, estabelecida pelo art. 4º, *caput* e inciso I, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, que visa ao atendimento das necessidades dos consumidores, à proteção de seus interesses econômicos, assim como à transparência e harmonia das relações de consumo, entre outros objetivos, sendo um de seus princípios basilares o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

A despeito do mérito do projeto, contudo, consideramos que ele merece alguns aprimoramentos, aqui apresentados na forma de emendas: a) adequação da nomenclatura do tipo de contratação de plano de saúde que é objeto da proposição para tipo "individual ou familiar"; b) exclusão das autogestões da obrigatoriedade de oferta de plano individual ou familiar, haja vista suas particularidades – empresas que operam planos de assistência à saúde destinados, exclusivamente, a empregados ativos, aposentados, pensionistas ou ex-empregados de uma ou mais empresas ou, ainda, a participantes e dependentes de associações de pessoas físicas ou jurídicas, fundações, sindicatos, entidades de classes profissionais ou assemelhados e seus dependentes; c) possibilidade de cancelamento do registro da operadora que não comercializar planos individuais ou familiares; d) comprovação de que houve oferta de plano individual ou familiar ao consumidor interessado na contratação de plano de saúde.

Voto.

Sr. Presidente, ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2017, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CTFC

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2017, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

‘Art. 8º .....
.....
VIII – comercializar plano privado de assistência à saúde do tipo individual ou familiar.
§1º São dispensadas do cumprimento das condições estabelecidas nos incisos VI, VII e VIII do *caput* deste artigo as entidades ou empresas que mantêm sistemas de assistência privada à saúde na modalidade de autogestão, mencionadas no § 2º do art. 1º.
.....
§4º A autorização de funcionamento da operadora será cancelada caso não comercialize o tipo de plano de que trata o inciso VIII do *caput*, ressalvado o disposto no §1º deste artigo.’ (NR)”

EMENDA Nº – CTFC

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2017, a seguinte redação, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:

"Art. 2º O art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido seguinte § 6º:

'Art. 12. .....

§6º Da documentação relativa à contratação de produtos de que tratam o inciso I e o §1º do art. 1º desta Lei, nas segmentações de que trata este artigo, deverá constar declaração em separado do consumidor de que tem conhecimento da existência e disponibilidade de plano do tipo individual ou familiar, e de que este lhe foi oferecido.' (NR)"

Era isso, Senador Reguffe.

Quero agradecer-lhe o projeto, de 2017, de sua autoria. É um projeto interessante, que dá essa possibilidade ao consumidor de fazer plano individual. Talvez não seja vantajoso para as empresas, mas pode ser para o consumidor.

Só retomando o relatório do Senador Dário Berger sobre os impostos e serviços: se tivéssemos uma saúde de qualidade pelo SUS, talvez os brasileiros não tivessem que se apertar cada vez mais ou cada vez mais passar por essa dificuldade de pagar um plano de saúde, já que a saúde é tão essencial para este País.

Obrigado.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Para discutir, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para discutir.) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Senador Styvenson. Styvenson, saudade de você aqui no Plenário do Senado Federal.

Quero cumprimentar também pela iniciativa do projeto, um projeto objetivo, simples, mas com um alcance social extremamente importante.

Eu uso com muita satisfação a palavra, porque estou fazendo 28 anos de vida pública e, por onde passei, sempre estabeleci a saúde como a prioridade das prioridades. Não por acaso, porque, se você fizer, Senador Reguffe, uma pesquisa de opinião, hoje ainda, você vai ver que o item principal de preocupação da sociedade brasileira é a saúde. E nem pode ser diferente, porque, se nós não tivermos saúde, nós não temos praticamente nada. Saúde é o nosso maior patrimônio. E nós enquanto homens públicos não podemos poupar recursos nem investimentos para dotar os nossos entes federados com a infraestrutura adequada para atender as pessoas em tempo real, uma vez que a carga tributária é alta e os serviços inclusive são de qualidade questionável.

As pessoas querem viver mais, querem viver melhor, mas, para isso, nós precisamos ter uma logística própria para atender as pessoas, porque com saúde não se brinca. Com saúde, se você deixar para atender a pessoa um mês depois, talvez os resultados já não sejam mais os satisfatórios de provocar a cura nessa pessoa.

Então, qualquer iniciativa que visa dar transparência, governança, fiscalização, facilitação às pessoas para que possam ter um atendimento digno na saúde sempre terá o meu apoio e a minha concordância.

Por essa razão, quero aproveitar esta oportunidade para cumprimentar V. Exa., como autor dessa proposição. V. Exa. é um defensor dos aspectos mais relevantes da saúde no Plenário do Senado Federal. Muitas vezes, observei V. Exa., Senador Reguffe, levantar a sua voz em defesa dos menos favorecidos, das pessoas que mais precisam e da necessidade de nós termos uma logística e uma estrutura própria para atender as pessoas que efetivamente mais precisam.

Então, eu quero me somar a essa sua voz, a esses seus princípios e a essa expectativa que certamente, com a elaboração do projeto, V. Exa. teve de facilitar o acesso aos planos de saúde das pessoas que, efetivamente, assim o desejarem. É mais uma inciativa louvável, é mais um momento importante em que a gente está participando dessa discussão e mais uma relatoria do Senador Styvenson que faz e acolhe o projeto, e não poderia ser diferente, razão pela qual eu quero já, de cara, demonstrar a minha simpatia e a minha concordância à aprovação do projeto de lei de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Dário. Obrigado pelas palavras, pelo reconhecimento. V. Exa. também sabe da admiração que eu nutro por V. Exa. e pelo seu mandato aqui nesta Casa, sempre feito de uma forma muito equilibrada, muito ponderada e responsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também agradecer ao relatório muito bem feito do Senador Styvenson, muito bem embasado. Agradeço a ele.

O Senador Marcos do Val está pedindo a palavra.

Antes de o Senador Marcos do Val falar, Senador Dário, esse é um projeto muito importante. As operadoras de planos de saúde hoje abusam do consumidor. Elas criaram artimanhas no sentido de ludibriar o consumidor brasileiro. Uma dessas artimanhas é não colocar no mercado planos individuais e obrigar o consumidor a ter que adquirir planos coletivos. No plano coletivo, ao contrário do plano individual, não se tem reajuste controlado de preço, e a operadora pode simplesmente rescindir o contrato, não renovando esse contrato na renovação anual. Então, no plano coletivo, se um daqueles integrantes tem um câncer, por exemplo, a operadora pode chegar e falar "agora eu não quero mais" e deixar aquelas pessoas desamparadas, muitas delas tendo pago o plano de saúde a vida inteira. Elas se utilizam disso e da pouca informação do consumidor – porque nem todo mundo conhece de lei, nem todo mundo tem todas as informações – para deixar aquelas pessoas fragilizadas, às vezes no pior momento dessas pessoas.

Eu apresentei duas proposições aqui nesta Casa: um outro PL, de minha autoria, que dá tratamento jurídico de plano individual aos planos coletivos com menos de cem vidas. Plano coletivo com menos de cem vidas é uma coisa em que é desigual a relação. Então, deveriam ter tratamento jurídico de plano individual. E o segundo é esse que obriga quem quiser ter registro na ANS que também ponha no mercado, ao dispor do mercado, planos individuais. Isso é uma forma de resguardar o consumidor de abusos que as operadoras fazem hoje. Muitas vezes, quando um dos consumidores de seus planos tem uma doença grave, ela simplesmente rescinde o plano e a pessoa fica sem ter, no momento em que ela mais precisa, um amparo.

Então, esses dois projetos visam isso. Esta Comissão estará dando uma grande contribuição aprovando esse projeto, o PLS nº 153, na tarde de hoje.

Passo a palavra para o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Boa tarde Senadores! Boa tarde, Presidente! É um prazer enorme estar vendo vocês, falando com vocês, pessoas que eu admiro.

O projeto é indiscutivelmente importante, não se questiona isso. Desde o início, foi uma visão importante, porque a gente sofre isso aqui, a família também, amigos sobre essa questão. Eu pondero, eu questiono, e a gente vê aí uma ideia de se aproveitar do momento e eu acho que, como legisladores, a gente tem que intervir.

Antes da votação, eu gostaria de pedir vista porque a ANS pediu para apresentar uma nota técnica, e eu gostaria de ver e ouvir essa nota técnica, e a gente, se possível, botar em votação na próxima semana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no máximo uma semana. Eu dou aqui minha palavra que, se passar disso... Eu jamais estaria causando transtornos ao Relator, ao próprio propositor do projeto de lei, que é o nosso Presidente Reguffe, mas eu gostaria de pedir vista para que se dê essa semana e que, na próxima semana, a gente possa, então, ter essa nota técnica, lê-la, avaliar e botar em votação. É somente isso, só para poder ter esse tempo, para depois não dizerem que nós não escutamos, não ouvimos e não lemos a nota técnica da ANS.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Senador Marcos do Val, é regimental. Vista concedida a V. Exa.

Agora, eu só lamento porque a ANS só age no sentido de defender as operadoras de planos de saúde. É inacreditável a gente ter um órgão que é pago com o dinheiro do contribuinte brasileiro, que é pago com dinheiro público e que só age para defender interesses comerciais das operadoras de planos de saúde.

Nós aprovamos aqui no Senado um projeto de minha autoria que dava acesso a quimioterapia oral para os pacientes com câncer, clientes de planos de saúde. A ANS vai e defende o veto ao projeto, já aprovado pelo Senado e pela Câmara. Agora, um projeto simples que obriga que as operadoras tenham que também colocar no mercado planos individuais, ou seja, se o consumidor quiser adquirir um plano individual ele não vai ter que forjar uma empresa, fingir que é de uma empresa, criar uma empresa para isso. Aí a ANS quer colocar uma nota técnica, tendo tempo. Nada a ver com V. Exa., V. Exa. é uma pessoa por quem eu tenho uma alta estima, um respeito, inclusive um carinho. Agora, a Agência Nacional de Saúde Suplementar tinha que mudar o nome. Ela deveria deixar de ser Agência Nacional de Saúde Suplementar para virar "agência em defesa dos planos de saúde", porque é esse o papel que a ANS faz. A ANS brinca com o consumidor, deixa isso correr solto... As pessoas adquirem planos coletivos sem saber que a operadora pode rescindir o plano no momento de uma doença grave. A pessoa ali com câncer, ali com uma doença, e a operadora rescinde esse contrato! Então...

Nada a ver com V. Exa., Senador Marcos do Val, que é uma pessoa por quem eu tenho um respeito muito grande. Vista concedida, mas eu lamento essa postura da ANS, que, mais uma vez, só age para defender os interesses comerciais das operadoras de planos de saúde. Parece que ela só existe para isso. Mas vista concedida a V. Exa.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu subscrevo cada palavra dita pelo senhor – subscrevo. É indiscutível, concordo plenamente, mas também, dando esse direito de a gente escutar essa nota técnica, não vai haver, depois, mais nenhum questionamento e não vão dizer que a nossa Comissão foi injusta ou não escutou, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não quer dizer que vai ser alterado nada, somente receber e ler, porque concordo plenamente com cada palavra que o senhor colocou, que subscrevo integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Vista concedida a V. Exa.

O Senador Styvenson pediu a palavra também.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, é regimental, está dentro das atribuições do amigo, Senador Marcos do Val, não só de partido, mas de Senado. Ele está no papel dele. Eu creio que o debate só vai enriquecer ainda mais o nosso projeto e espero que, no final desse debate e dessas conclusões, quem saia com a vantagem seja o consumidor que precisa dessas opções de um plano individual para que ele não possa ficar coagido a justamente seguir por esse caminho que é mais favorável às empresas que prestam serviço de saúde.

Eu ia comentar, mas o senhor já fez o comentário sobre o seu magnífico projeto, brilhante projeto da quimioterapia oral, porque houve esse prejuízo à população, lembrando, Senador Reguffe, os outros Senadores, e as pessoas que estão vendo, que a OMS fez uma previsão que, até 2030 – está perto, viu? –, de duas mortes que acontecerão aqui no globo terrestre, pelo menos uma será de câncer. Então, já é a nova pandemia, já está afetando toda a nossa população.

O senhor citou que a Agência Nacional de Saúde, paga com o dinheiro do contribuinte... Sr. Senador Dário Berger, eu falei que o dinheiro do contribuinte, muitas vezes, é pago de forma ineficiente, porque a gente não consegue ver esse serviço. Nada contra a agência, nada contra o Senador Marcos do Val. Eu espero que enriqueça o nosso projeto em defesa do consumidor, já que a nossa finalidade é servir à população sempre melhor.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Senador Styvenson.

Declaro, então, vista desse projeto ao Senador Marcos do Val. Voltaremos à pauta na semana que vem com esse projeto.

Agora, voltamos para o item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 9, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a competência legal dos Tribunais Regionais Eleitorais para apurar os resultados referente às eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, e a proposta de alteração da sistemática de totalização adotada nas Eleições, promovendo a centralização do processo no Tribunal Superior Eleitoral.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

O requerimento é de autoria dos Senadores Marcos do Val e Esperidião Amin.

Não sei se o Senador Marcos quer falar sobre o requerimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Não é preciso, não?

Então, em votação o Requerimento nº 9. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Os terminativos não dá para votar, porque nós não temos quórum para terminativo. Dos demais requerimentos os autores não estão presentes também.

Então, nada mais havendo a tratar, eu queria agradecer aos Senadores que participaram desta reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Irajá, Telmário Mota e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 10, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, e pelo Senhor Ministro da Defesa, Sr. Walter Braga Netto, informações relativas à emissão de licenças para posse e porte de armas no Brasil, concedendo acesso integral a esta comissão aos dados do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 1, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Apresenta proposta, nos termos dos arts. 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, para que sejam investigadas e apuradas as denúncias objeto da Homologação de acordo de colaboração premiada pelo Supremo Tribunal Federal firmado com Delcídio do Amaral Gomez, com efeito erga omnes, vazado em todos os requisitos legais essenciais (formais e essenciais), assim entendido pelo Ministério Público Federal (Nº 22854/2016-GTLJ/PGR), no que tange ao depoimento constante do Anexo 07 - BELO MONTE, da Homologação." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela admissibilidade e aprovação da proposta. **Resultado:** Aprovado o relatório prévio pela admissibilidade da proposta. **ITEM 3 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 3, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal c/c incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para solicitar ao Tribunal de Contas da União – TCU que promova avaliação operacional nos programas federais de prevenção e combate à violência contra a mulher e feminicídio, nos Ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos e da Justiça." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 3, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c/c incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para solicitar ao Tribunal de Contas da União – TCU que proceda auditoria de natureza operacional no Programa "Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência", considerando o seu alcance e a necessidade de proteção e albergamento das mulheres em situação de violência. Por fim, solicitamos que resultado dos trabalhos seja encaminhado à esta Casa Legislativa." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 9, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 153, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores." **Autoria:** Senador Reguffe (S/Partido/DF). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com as emendas 1 e 2-CTFC. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 87, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para vedar expressamente a transferência da responsabilidade pela cobrança da dívida ativa dos entes federados a pessoas físicas ou a pessoas jurídicas de direito privado." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 165, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: " Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 155, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivos na Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, para disciplinar os benefícios tributários." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 284, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Regula o art. 146-A da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 284/2017, na forma da emenda substitutiva apresentada, e pela apresentação de requerimento solicitando o desapensamento das demais matérias que tramitam em conjunto. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista à Senadora Eliane Nogueira pelo prazo de cinco dias. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 990, de 2019 - Terminativo -** que: "Inclui parágrafo único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dos demais tributos sobre eles incidentes." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais.

Vamos à pauta.

Item 1 da pauta, que é o Requerimento da CTFC nº 10, de 2021, de autoria do Senador Randolfe. (*Pausa.*)

O Senador Randolfe deu presença, e nós vamos aguardar o seu retorno, para analisarmos o item 1 da pauta. (*Pausa.*)

Bom, nós estamos aguardando também o Senador Fabiano regressar.

Com isso, nós vamos para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 153, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores.

Autoria: Senador Reguffe (S/Partido/DF)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

- O relatório foi lido na reunião de 14/09/2021, sendo concedida vista ao Senador Marcos do Val. Conforme art. 132 do RISF, não cabe novo pedido de vista.

- Posteriormente, a matéria será deliberada pela CAS.

O relatório do Senador Styvenson Valentim já foi lido.

Passo a palavra ao Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, uma boa tarde. Boa tarde aos Srs. Senadores e Senadoras presentes.

Como o senhor já disse, já foi lido esse relatório, foi pedido vista na semana passada. Então, esperamos a votação dele hoje.

Eu vim aqui também falar com o senhor que eu tenho um requerimento, o 1.956, de 2021, que vai ser colocado em Plenário para votação, para que a gente possa discutir nesta Comissão o que vai ser discutido amanhã na CCJ, que é o PL 2.505, de 2021, que trata da Lei de Improbidade Administrativa. Então, essa proposição altera regras de transparência, bem como tem relevantes mecanismos que corroboram a fiscalização. Então, é de nossa pertinência também discutirmos aqui esse projeto de lei, não só na CCJ. Então, tenho esse requerimento em Plenário. Já falei no grupo dos Senadores do Podemos para ver se se coloca para votação.

E um outro requerimento a que eu gostaria que o senhor desse atenção seria o 11, de 2021, que trata da... Queria trocar convocação por convite do Ministro Rogério Marinho, para a qual surgiram novos fatos que a imprensa divulgou sobre a destinação de uma emenda de 1,4 milhão para a construção de um mirante aqui, no interior do Rio Grande do Norte, no Monte das Gameleiras, que tem uma proximidade que poderia – e assim foi dito pela imprensa – valorizar esse terreno particular, em que vai ser construído um condomínio, que está no nome do Ministro Rogério Marinho. Então, esse convite seria para fazer esse esclarecimento.

Eu não tenho nenhuma oposição, nada contra nenhum Parlamentar, nem mesmo o Ministro, que é do meu Estado, trazer recursos para um Estado tão pobre quanto o nosso, mas que isso seja feito dentro da transparência, dentro da lisura pública de não haver privilégios para quem indica, privilégios como esse, de tornar uma área, um terreno em que pode ser construído um condomínio particular, em uma valorização particular de quem está destinando esse recurso.

Então, tenho esses dois requerimentos, um em Plenário e um aqui, para ser discutido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Senador Styvenson.

O seu requerimento de convite ao Ministro Rogério Marinho constará da pauta da semana que vem. Peço à assessoria que já coloque na pauta da semana que vem, para que nós possamos votar o convite ao Ministro aqui na semana que vem, um requerimento do Senador Styvenson, que sempre está aqui, sempre presente nesta Comissão.

Em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2017. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Eu fico muito feliz com a aprovação desse projeto. É um projeto de minha autoria que obriga os planos de saúde a terem que oferecer no mercado também planos individuais.

Hoje, há uma artimanha dos planos, em que eles só colocam no mercado planos coletivos, em que o consumidor não tem a garantia de que, se ocorrer uma doença grave, esse plano continuará tendo contrato com esse consumidor.

O plano coletivo, ao contrário do individual, não tem o reajuste controlado e não tem a garantia do consumidor de que, cumprindo o ano, terá renovação anual automática. Então, quando algumas pessoas ou quando uma pessoa tem uma doença grave, imediatamente pode a operadora de plano de saúde cancelar o contrato, e isso pode deixar consumidores que passam a vida inteira pagando um plano de saúde, no momento em que mais precisam, não terem a cobertura do plano de saúde. Então, é muito importante a aprovação desse projeto.

Além dele, eu apresentei um outro projeto também sobre planos de saúde, um projeto que dá aos planos coletivos de menos de cem vidas o mesmo regime jurídico de plano individual; portanto, reajuste controlado pela ANS e a garantida de que ele não pode ser rescindido, esse contrato. É muito triste uma pessoa pagar um plano de saúde a vida inteira, e, aí, quando a pessoa precisa do plano, a operadora vai lá e cancela o contrato. Isso não é correto, isso não é coisa correta, e precisa, sim, de uma ação do poder público.

Então, com esse projeto, a operadora, para ter registro na ANS, vai ter que disponibilizar, além do plano coletivo, o plano individual também. E aí, claro, há a lei da oferta e da procura, ninguém está intervindo na relação de preço e consumo, mas o consumidor vai ter que passar a ser respeitado, porque essa é uma prática que não existe em lugar nenhum do mundo. Hoje, a pessoa quer consumir um plano de saúde, aí ela tem que inventar ou tem que formar uma empresa para fazer um plano de saúde ou tem que se filiar a um sindicato para ter um plano de saúde. Ela não pode comprar, ela como consumidora, porque ela não encontra um plano no mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as operadoras de planos de saúde deitam e rolam em cima dos consumidores, e isso não é correto. Então, esta Casa, ao aprovar este projeto hoje, está dando uma boa contribuição no sentido de que tenhamos uma regulação melhor desse sistema, para que ele seja mais equilibrado, porque hoje ele está desequilibrado, em favor das operadoras de planos de saúde. Então, quero agradecer a aprovação desse projeto de minha autoria.

O Senador Fabiano Contarato já está aqui.

Nós temos... (*Pausa.*)

Nós podemos agora ir para o item 2, que é a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2016.

(Matéria não lida:

ITEM 2

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N° 1, DE 2016

- Não terminativo -

Apresenta proposta, nos termos dos arts. 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, para que sejam investigadas e apuradas as denúncias objeto da Homologação de acordo de colaboração premiada pelo Supremo Tribunal Federal firmado com Delcídio do Amaral Gomez, com efeito erga omnes, vazado em todos os requisitos legais essenciais (formais e essenciais), assim entendido pelo Ministério Público Federal (Nº 22854/2016-GTLJ/PGR), no que tange ao depoimento constante do Anexo 07 - BELO MONTE, da Homologação.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela admissibilidade e aprovação da proposta

Observações: - *A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 16/08/2021, 30/08/2021, 31/08/2021 e 14/09/2021.)*

Passo a palavra ao Relator, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, inicialmente quero parabenizar V. Exa. pela serenidade, sobriedade, equilíbrio que vem demonstrando à frente da Presidência desta tão conceituada e importante Comissão, no momento em que um dos princípios que regem a administração pública é a publicidade dos seus atos, a Lei de Acesso à Informação, e daí a importância desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Coloco aqui este humilde Senador que vos fala à sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposição como um Parlamentar em defesa daquilo que puder prestar um serviço de qualidade para a população brasileira.

Peço permissão para ir direto para a análise.

De acordo com o art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo. O art. 70 da Constituição Federal (CF), por sua vez, estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Não há, portanto, qualquer impedimento à Proposta de Fiscalização do ponto de vista constitucional.

No que diz respeito ao mérito, a gravidade da denúncia formulada pelo ex-Senador Delcídio do Amaral justifica a pronta atuação desta Comissão.

O depoimento prestado pelo ex-Senador é corroborado por outros acordos de cooperação firmados pelo Ministério Público Federal com as empresas Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa, os quais resultaram em recentes operações da Polícia Federal (PF). Segundo informações constantes no sítio do Ministério Público Federal (MPF) na internet, a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em Curitiba e São Paulo, em março de 2018, com o objetivo de aprofundar as investigações sobre o pagamento de propina nas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A operação, objeto da 49ª Fase da Operação Lava Jato, teria fundamento em fortes indícios de que o consórcio Norte Energia foi favorecido indevidamente por agentes do Governo Federal para vencer o leilão destinado à concessão daquela hidrelétrica. Posteriormente, a Norte Energia teria direcionado o contrato de construção a outro consórcio, formado por empresas que deveriam efetuar pagamentos de propina em favor de partidos políticos e seus representantes, no percentual de 1% do valor do contrato e seus aditivos.

Ainda segundo informações do MPF, teriam sido realizadas diversas outras diligências, como afastamentos de sigilos bancário, fiscal, telemático e de registros telefônicos, as quais teriam revelado a existência de estreitos vínculos entre os investigados e confirmado os ilícitos descritos pelos colaboradores.

A existência de irregularidades no leilão e na construção da Usina de Belo Monte também é corroborada por auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Procedimento instaurado perante aquela Corte identificou indícios de superfaturamento de R$3,384 bilhões nas obras de construção da Usina (objeto do TC 017.053/2015-3).

Segundo o TCU, o exame do contrato de obras civis apresentou indícios de sobrepreço decorrentes de preços unitários de serviços não aderentes às práticas de mercado, na ordem de R$2,893 bilhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(correspondente a 43,6% do montante total examinado), além de sobrepreço de R$490 milhões, pertinentes a inconsistências no segundo termo aditivo ao contrato de obras civis.

Diante dos indícios de sobrepreço, o Tribunal proferiu, em 9 de novembro de 2016, o Acórdão 2.839, de Plenário, no qual determinou a oitiva das companhias Norte Energia, Eletrobras, Eletronorte e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) sobre as fragilidades na estruturação do leilão da Usina e sobre a superavaliação dos preços do contrato de obras civis.

É, portanto, plenamente fundamentada e meritória a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2016.

Plano de Execução.

Para a execução da presente proposta de fiscalização, propõe-se a realização das seguintes atividades, que poderão ser alteradas em razão das necessidades desta Comissão:

a) solicitar ao Tribunal de Contas da União cópia integral do processo TC 017.053/2015-3, bem como de eventuais processos pertinentes à apuração de irregularidades no leilão e na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte;

b) solicitar ao Ministério Público Federal informações sobre os ilícitos identificados no leilão e na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, objeto da 49ª fase da Operação Lava Jato;

c) realizar diligências que se fizerem necessárias ao longo dos trabalhos;

d) realizar audiências públicas, caso haja necessidade;

e) apresentar, discutir e votar o relatório final desta proposta de fiscalização e controle.

Voto.

Diante do exposto, nossa manifestação é pela admissibilidade da Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2016, com voto pela sua aprovação, na forma do plano de execução proposto.

Esse é o relatório. Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Em discussão o relatório do Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Vamos ao item 7 da pauta, que também é da relatoria do Senador Fabiano Contarato, que é o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2017.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato, Relator do projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu mais uma vez quero agradecer a confiança de V. Exa. em me designar Relator de projetos de tamanha magnitude. Eu fico feliz porque V. Exa. sabe que aqui nesta Casa, que é uma Casa de Leis, é uma Casa em que às vezes os Parlamentares são contaminados por vaidade, por *status*, e a pandemia está aí demonstrando que tudo é tudo tão efêmero, tudo tão passageiro.

V. Exa., na Presidência desta Comissão, tem tido essa serenidade e tem distribuído as relatorias de forma igualitária aos Parlamentares, oportunizando a todos que façam um trabalho como Parlamentares. E eu agradeço a confiança que deposita na minha pessoa quando me designa para qualquer relatoria de qualquer projeto.

Passo à leitura, pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – V. Exa. foi escolhido Relator desse projeto justamente por eu saber da sua seriedade e do seu compromisso com o que é correto.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Muito obrigado. Muito obrigado.

E eu me sinto muito... porque esse é um projeto de extrema importância, mas eu quero que a população brasileira veja efetivamente qual vai ser a posição do Senado Federal com relação a isso, porque quem vai ganhar com isso vai ser a população mais pobre. Se nós estamos aí prestigiando quem efetivamente cumpre com a lei, nós vamos ter uma arrecadação muito maior e, com isso, os programas sociais, a redução da desigualdade, escola pública de qualidade, saúde pública de qualidade, entre outras coisas.

Análise.

Segundo o art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, o pressuposto para a tramitação em conjunto de duas ou mais proposições é a regulação da mesma matéria.

Das quatro proposições ora submetidas à apreciação desta CTFC, os PLS 155 e 165, ambos de 2015 e complementares, alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal, norma de finanças públicas que é o código de conduta a ser seguido pelos administradores públicos dos três Poderes, o Executivo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo e o Judiciário, nas três esferas do Governo, Federal, estadual e municipal, com o objetivo de melhorar a administração das contas públicas.

O PLS 155, de 2015 – Complementar, tem viés tributário, pois define e regula os benefícios ou gastos tributários.

O PLS 165, de 2015 – Complementar, é típica norma de finanças públicas, pois cuida das hipóteses de alteração da meta de superávit primário no decorrer do exercício financeiro.

O PLS 87, de 2015 – Complementar, altera o Código Tributário Nacional para vedar a terceirização da cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Trata-se de norma de finanças públicas que versa sobre a cobrança do crédito tributário já constituído em definitivo ou, então, confessado.

O PLS 284, de 2017 – Complementar, por seu turno, estabelece critérios especiais de tributação com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência. O projeto tenciona assegurar a constitucionalidade de controles mais estritos de fiscalização de tributos. Seu foco é, portanto, garantir a constituição do crédito tributário cujo inadimplemento favoreceria o devedor contumaz na disputa pelo mercado.

A apreciação de proposições legislativas deve respeitar os ditames da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Essa norma complementar é prevista no art. 59, parágrafo único, da Carta Magna. Pois a LCP 95, de 1998, estabelece, em seu art. 7º, que, excetuadas as codificações, a lei tratará de um único objeto e não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

Como o PLS 284, de 2017 – Complementar, não guarda afinidade, pertinência ou conexão com o PLS 87, de 2015 – Complementar, nem ambos com os PLS 155 e 165, de 2015, Complementares, a estrita observância da LCP 95 força-nos a efetuar escolha entre eles. Nossa preferência recai sobre o PLS 284, de 2017 – Complementar, que sobressai aos demais pelo combate ao devedor contumaz de tributos. Com arrimo no art. 133, V, "b", e §§ 2º e 8º do RISF, somos pela tramitação autônoma dos demais projetos, conforme requerimento proposto ao final: o PLS 155, de 2015 – Complementar, pela sua relevância ao definir e regular benefício ou gasto tributário; o PLS 165, de 2015 – Complementar, por sua importante disciplina à fixação da meta de superávit fiscal; e o PLS 87, de 2015 – Complementar, que afasta, em definitivo, a possibilidade de o ente tributante terceirizar a cobrança de sua dívida ativa a pessoas físicas ou a pessoas jurídicas de direito privado.

A seguinte análise do PLS 284, de 2017 – Complementar, aproveita os relatórios apresentados e aprovados na CAE e na CTFC pelo Senador do meu Estado, o Espírito Santo, o então Senador Ricardo Ferraço, a quem ora rendemos homenagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102-A, inciso III, alínea "f", do RISF, cabe à CTFC analisar as condições de concorrência. É justamente a prevenção do desequilíbrio da concorrência o objeto do PLS 284, de 2017 – Complementar, sob exame.

O projeto coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo, art. 61, *caput*, da Constituição Federal, quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre Direito Tributário, Direito Econômico e normas gerais de Direito Tributário, arts. 24, I; 48, I; 146, 146-A e 173, §4º; todos da Constituição Federal.

O projeto está articulado em boa técnica legislativa, embora eivado de três inexatidões materiais devidas a lapso manifesto, que serão corrigidas ao final, a saber: a) no preâmbulo, ausência da ordem de execução "O Congresso Nacional decreta:"; b) omissão do art. 3º; e c) duplicidade de inciso IV no *caput* do art. 2º.

O projeto não cria ou altera despesa obrigatória nem dá causa a renúncia de receita. É adequado do ponto de vista orçamentário e financeiro.

No mérito, o art. 146-A passou a integrar o texto permanente da Constituição Federal em razão da promulgação da Emenda Constitucional 42, de 2003.

Foram esparsas as menções ao art. 146-A nos documentos que instruíram a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição 41, de 2003, que deu origem à Emenda Constitucional 42. Não é possível estabelecer, com clareza, qual a intenção do legislador com essa inovação constitucional. A falta dessas importantes balizas hermenêuticas terminou por permitir o surgimento das mais variadas interpretações do texto do art. 146-A.

A autora do projeto, de maneira meritória, direcionou o escopo do dispositivo constitucional aos desequilíbrios concorrenciais provocados pelo contribuinte, "sujeito passivo", referido nos arts. 1º, I e VII, e 3º, III e parágrafo único, deixando de fora os causados pelo Fisco ou pela norma tributária. Também fez incidir os critérios especiais de tributação sobre os chamados tributos indiretos, em que o ônus do gravame é suportado pelo adquirente do produto ou serviço, afastando os tributos incidentes sobre a renda, o lucro, a movimentação financeira ou o patrimônio, art. 3º, V.

Essas escolhas feitas pela autora têm a nossa chancela. De fato, o art. 146-A da Constituição Federal não se vocaciona ao controle de atos dos Poderes Legislativo ou Executivo, pela singela razão de que a instituição de tributos é matéria sujeita à edição de lei ordinária no âmbito da competência legislativa de cada ente político (art. 150, I, da Constituição Federal), sem prejuízo das normas regulamentares destinadas à sua fiel execução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, se houver desequilíbrio concorrencial motivado pela legislação, esta deverá ser alterada pelo órgão competente, ou submetida ao controle do Poder Judiciário. Uma lei complementar não pode corrigir eventuais inconsistências da lei de incidência tributária e respectivos atos executórios, sob pena de invasão de competência privativa do respectivo ente tributante.

De outro lado, não compete à lei complementar prevista no art.146-A da Constituição Federal fixar normas de indução tributária com a finalidade extrafiscal de estimular o contribuinte a adotar comportamento desejado pelo Poder Público. Seria o caso, por exemplo, da concessão de incentivo para quem realizar investimento em determinada região, por exemplo, na Zona Franca de Manaus.

Portanto, a premissa utilizada na elaboração do PLS 284, de 2017 – Complementar, no sentido de que o seu objeto deva ser a criação de instrumentos que permitam neutralizar práticas tributárias engendradas pelos contribuintes, das quais possam resultar desequilíbrios concorrenciais, parece ser a única compatível com a letra e o espírito do art. 146-A da Constituição Federal.

Em relação aos sete critérios especiais de tributação relacionados no *caput* do art. 1º, identificamos três de natureza material, que são aqueles a interferir com os elementos estruturais da obrigação tributária, a saber: a) antecipação ou postergação do fato gerador (independentemente de substituição tributária); b) concentração da incidência do tributo em determinada fase do ciclo econômico (monofasia também para o IPI e o ISS); e c) adoção de alíquota específica sobre preço do produto constante em pauta de valor mínimo.

Os outros quatro critérios especiais de tributação têm natureza formal, isto é, criam deveres instrumentais adicionais para o acompanhamento específico de determinados contribuintes. Desses, três são de aplicação individual ao sujeito passivo na forma de regime diferenciado, a saber: a) manutenção de fiscalização ininterrupta no estabelecimento; b) controle especial do recolhimento do tributo, de informações e de documentos; e c) regime de estimativa.

Em relação ao critério especial de tributação consistente na adoção de regime de estimativa (inciso VII do *caput* do art. 1º), embora o cotejo entre crédito apurado por estimativa e crédito escriturado tenha redação inspirada no art. 26, inciso III e §1º, da LCP 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), é preciso ajustar a redação do §3º do art. 1º para fazer a seguinte distinção: dedução do excedente da estimativa paga no período de apuração anterior e compensação do excedente de estimativa acumulado por mais de três períodos de apuração com outros tributos devidos pelo contribuinte.

Segundo o art. 3º, inciso VII, alínea "a", do projeto, a aplicação do regime diferenciado deve ser precedida de intimação do sujeito passivo para o exercício do direito de defesa em prazo não inferior a 15 dias, assegurada a interposição de recurso, sem efeito suspensivo, que deverá ser apreciado em até 90 dias, sob pena de cancelamento do regime diferenciado. A nosso ver, o prazo mínimo para o exercício do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito de defesa em face da aplicação de regime diferenciado precisa ser alongado de 15 dias para 30 dias, porque a defesa envolverá estudos de mercado.

Outra importante alteração nessa mesma alínea "a" decorre do julgamento pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, em 5 de setembro de 2018, da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.952. Embora a proclamação do resultado tenha sido adiada, consta da ata de julgamento que diversos ministros se manifestaram pela necessidade de conferir efeito suspensivo aos recursos interpostos contra ato de cassação de regime especial para funcionamento de indústria tabagista. Assim, para evitar discussões judiciais, propomos conferir efeito suspensivo ao recurso apresentado pela empresa selecionada para o regime diferenciado. Lembramos que o dispositivo já prevê o prazo de 90 dias para que a administração tributária aprecie esse recurso. Logo, o retardo ora introduzido não será grande.

É igualmente necessário permitir a delimitação geográfica do mercado, para fins de eventual análise concorrencial. Para tanto, damos nova redação ao §1º do art. 1º. Ao longo da tramitação do projeto, entidades representativas de categorias econômicas revelaram fundadas preocupações com relação à possível aplicação indiscriminada dos critérios previstos em lei complementar, com o objetivo de elevar a carga tributária, ou mesmo de ampliar os mecanismos de execução de que já dispõem as Fazendas Públicas. Isso poderia aumentar o contencioso tributário e gerar insegurança para os agentes econômicos.

Assim, é proposto novo art. 2º, que identifica os setores econômicos passíveis de serem alcançados pela lei complementar. Além dos setores de combustíveis e biocombustíveis, bebidas (frias e quentes) e cigarros que contenham tabaco, cuja própria estrutura de mercado e nível histórico de tributação propiciam desequilíbrios concorrenciais tributários, o novel dispositivo estabelece os critérios e condições para o controle de agentes econômicos que negociem outros produtos, conferindo aos interessados o direito à defesa prévia, ínsito ao devido processo legal.

Com efeito, caso se detecte desequilíbrio concorrencial em outro setor, entidade representativa desse setor, órgão com competência para a defesa da concorrência, ou ainda a administração tributária poderão pleitear a aplicação dos critérios especiais de tributação ao setor, obedecida, entre outras condições, a concessão de prazo não inferior a 30 dias para manifestação de qualquer interessado.

A aplicação dos três critérios materiais junto com o quarto critério formal (instalação compulsória de equipamentos de controle de produção, comercialização e estoque) é feita mediante regime especial de fiscalização (art. 3º, I, *in fine*). A nosso ver, precisa ficar claro que a aplicação do regime especial de fiscalização alcança todo o setor de atividade econômica identificado. Os critérios especiais de tributação serão de aplicação individual a sujeito passivo (empresa) apenas no caso do regime diferenciado (art. 3º, VII).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 4º, II, autoriza que a autoridade administrativa do ente tributante, quando da aplicação individual de três critérios especiais formais, cancele a inscrição do sujeito passivo no cadastro de contribuintes. A medida equivale à interdição comercial do estabelecimento, pois o impede de emitir nota fiscal eletrônica.

Esse sujeito passivo precisa ser qualificado de devedor contumaz, aquele que pratica inadimplência substancial, reiterada e injustificada do tributo. O devedor contumaz atua no campo do ilícito. Trata-se de criminoso, e não de empresário, que se organiza para não pagar tributos e, com isso, obter vantagem concorrencial, entre outras. Para tanto, viola sistematicamente o ordenamento jurídico, praticando inúmeros ilícitos, comumente mediante a utilização de laranjas, registro de endereços e sócios falsos, possuindo, invariavelmente, patrimônio insuficiente para satisfazer obrigações tributárias, trabalhistas, etc.

Por outro lado, é preciso assegurar a não aplicação dos critérios especiais de tributação ao devedor eventual ou ao devedor reiterado cuja inadimplência não implique desequilíbrio concorrencial. Esses dois tipos de devedor atuam licitamente no mercado e devem se submeter ao procedimento normal de cobrança de dívidas (inscrição em dívida ativa, execução fiscal, arrolamento de bens, medida cautelar fiscal, protesto de certidão da dívida ativa, etc.), não podendo sofrer qualquer restrição à liberdade de iniciativa tendente a forçá-los a cumprir as suas obrigações tributárias.

Por fim, propomos a supressão do art. 4º do projeto, de modo que a manutenção dos critérios especiais de tributação instituídos pelos entes subnacionais anteriormente à vigência da lei complementar se faça conforme o §4º do art. 24 da Constituição Federal.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 284, de 2017, complementar, acolhidas a Emenda nº 2-CAE/CTFC, as Submendas nºs 1 a 8-CTFC, a Emenda 2-CAE e CTFC, na forma da emenda substitutiva a seguir; e pelo desapensamento, para tramitação autônoma, do PLS 87, de 2015, complementar, do PLS 155, de 2015, complementar, e do PLS 165, de 2015, complementar, na forma do requerimento abaixo. O projeto de lei está aqui. Eu peço a dispensa da leitura, porque é só a leitura do substitutivo como já foi disponibilizado.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

E, mais uma vez, eu quero aqui falar da importância desse projeto. Esse projeto está penalizando aquele devedor contumaz, aquele que se vale efetivamente dessa prática ilícita para ofender a ética da concorrência igualitária. Então, esse aqui, esse projeto é de extrema importância, porque aquela empresa que cumpre com suas obrigações e que recolhe seus impostos tem que ter um respaldo, e essa é a resposta que o Parlamento deve dar, razão pela qual eu quero, mais uma vez, agradecer a V. Exa. por ter me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

designado como Relator desse projeto, que eu reputo de grande importância, porque quem vai ganhar com isso é a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Brilhante relatório, Senador Fabiano Contarato!

Passo a palavra agora à Senadora Eliane Nogueira, que pediu a palavra; não sei se é para discutir ou pela ordem.

Senadora Eliane, com a palavra.

A SRA. ELIANE NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – A vista é regimental, Senadora Eliane. Está concedida vista para a senhora desse projeto.

A SRA. ELIANE NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Então, vista do item nº 7 da pauta, vista concedida à Senadora Eliane. Voltará à pauta na semana que vem.

Parabéns pelo relatório, Senador Fabiano! É um relatório de suma importância numa questão que acontece o tempo todo e que precisa ter uma resposta por parte do Parlamento brasileiro.

Aproveitando a presença de V. Exa., Senador Fabiano, nós também, se V. Exa. puder, V. Exa. também é o Relator do item 5 da pauta. Se V. Exa. também puder ler o relatório.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 9, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da reunião do dia 14/09/2021.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Obrigado, mais uma vez, Senador Reguffe.

Acho que essa pandemia faz com que a gente reflita sobre muita coisa, não é? Eu vejo que, às vezes, a gente critica muito, critica muito, mas a gente se esquece de fazer um reforço positivo. Acho que é necessário, não é? Num momento em que se criminaliza tanto a política, eu quero deixar claro a V. Exa. que V. Exa. em muito dignifica o Senado Federal. E falo isso, porque eu tive a oportunidade de conhecer V. Exa. quando eu tomei posse, em fevereiro de 2019, para este meu primeiro mandato como Senador, representando o Estado do Espírito Santo.

Eu acho que Platão falava que a sabedoria está na repetição. A gente tem que repetir isso. Eu acho que é necessário falar: poxa, olha, parabéns pela forma com que você está se conduzindo, sempre pautando sua vida obedecendo ao princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, o que deve ser uma regra dentro da administração pública, dentro dos Poderes legalmente constituídos.

Eu faço questão de falar isso sempre, como eu sempre falei. Se tenho oportunidade, abordo V. Exa. no Plenário e falo, olhando nos seus olhos: olha, que bom que temos Parlamentares da envergadura de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado pelo reconhecimento, Senador Fabiano, pelas palavras.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado.

Passo à leitura da análise diretamente.

De acordo com o art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CTFC opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito da proposição, somos favoráveis à sua aprovação, já que ela tem por objetivo proteger a saúde do consumidor de refrigerantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É necessário destacar que um dos objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo é o respeito à saúde do consumidor, assim como a proteção de sua saúde está entre os seus direitos básicos.

Desse modo, como o consumo excessivo de refrigerantes pode apresentar riscos à saúde do consumidor, é imperativo alertá-lo sobre o seu uso abusivo em todos os rótulos e embalagens que sejam colocados nos refrigerantes que serão ingeridos pelos consumidores.

Além disso, parece-nos correta a proibição da venda e distribuição gratuita de refrigerantes em estabelecimentos de educação básica, haja vista que os estudantes nessa faixa etária podem ser considerados hipervulneráveis, necessitando de proteção legislativa que defenda a sua saúde, pois eles ficam mais expostos ao consumo de refrigerantes.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 9, de 2017, de autoria do meu querido Senador e colega Randolfe Rodrigues.

Aqui, Sr. Presidente, eu só quero fazer aqui... Eu sei que existem muitos interesses, mas, assim como foi um avanço, por exemplo, quando nós tivemos as campanhas publicitárias nos rótulos dos cigarros, o que eu defendo é que seja feita a mesma coisa com a bebida alcoólica. Só quem tem um parente que é alcoolista sabe. É óbvio que, se nós queremos o bem-estar e a saúde das nossas crianças na educação básica – e nós estamos falando de educação básica aqui, de ensino fundamental e médio –, nós temos que ter essa ressalva. Por isso, com bastante alegria, eu também sou o Relator desse projeto de lei.

Mais uma vez, agradeço pela relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Fabiano.

Em discussão o relatório do Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Bom, não havendo mais itens à deliberação, encerro a presente reunião, antes convocando nova reunião da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle para a próxima terça-feira, às 14h30, nesta mesma sala.

Muito obrigado a todos.

Um bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Wellington Fagundes e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 10, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, e pelo Senhor Ministro da Defesa, Sr. Walter Braga Netto, informações relativas à emissão de licenças para posse e porte de armas no Brasil, concedendo acesso integral a esta comissão aos dados do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 11, de 2021** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Rogério Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre matéria veiculada no jornal Estado de São Paulo, datada de 20 de setembro de 2021, cujo conteúdo revela que o Ministro Rogério Marinho direcionou R$ 1,4 milhão do chamado orçamento secreto, alocado no Ministério do Turismo, para a obra de um mirante turístico que será construído a 300 metros de um terreno de sua propriedade no município de Monte das Gameleiras, no Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Aprovado com aditamento para transformar a convocação do Ministro do Desenvolvimento Regional em convite. **ITEM 3 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 3, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal c/c incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para solicitar ao Tribunal de Contas da União – TCU que promova avaliação operacional nos programas federais de prevenção e combate à violência contra a mulher e feminicídio, nos Ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos e da Justiça." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Mara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabrilli. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 3, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal c/c incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para solicitar ao Tribunal de Contas da União – TCU que proceda auditoria de natureza operacional no Programa "Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência", considerando o seu alcance e a necessidade de proteção e albergamento das mulheres em situação de violência. Por fim, solicitamos que resultado dos trabalhos seja encaminhado à esta Casa Legislativa." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 87, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para vedar expressamente a transferência da responsabilidade pela cobrança da dívida ativa dos entes federados a pessoas físicas ou a pessoas jurídicas de direito privado." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 165, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: " Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 155, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivos na Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, para disciplinar os benefícios tributários." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 284, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Regula o art. 146-A da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 284/2017, na forma da emenda substitutiva apresentada, e pela apresentação de requerimento solicitando o desapensamento das demais matérias que tramitam em conjunto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do PLS 284/2017, na forma da emenda apresentada, e pela apresentação de requerimento solicitando o desapensamento das demais matérias que tramitam em conjunto. **Observação:** - As matérias seguem ao Plenário para a apreciação do Requerimento de desapensamento. **ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara n° 207, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afixação de preço de bens e serviços para o consumidor." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 990, de 2019 - Terminativo -** que: "Inclui parágrafo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dos demais tributos sobre eles incidentes." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 97, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impor ao fornecedor o dever de informar o preço de produto ou serviço ofertado por meio de redes sociais, e vedar a oferta de produtos ou serviços com preços diferenciados em razão de perfis ou características individuais de consumidores apuradas nessas redes." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e votação. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 12, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater de forma clara e transparente os termos do leilão da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL para concessão dos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário de 13 cidades da região metropolitana de Maceió, bem como para discutir futuras concessões pretendidas pelo Governo de Alagoas." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Avisos 824 e 935, de 2019, e 573 e 1.312, de 2021, do Tribunal de Contas da União; Ofícios 504, de 2019, e 334, de 2021, da Anatel; Ofícios 171, de 2019, e 313, de 2021, da ANS; Mensagens 434, 581 e 665, de 2019, e 352, de 2021, da Presidência da República; Ofício 14.853, de 2021, do Dnit; Ofício 947, de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional; Ofício 144, de 2021, do Ministério da Agricultura; Ofício 4.920, de 2021, do Cade; Ofício 16.635, de 2021, da ANTT; Carta Externa 152, de 2019, da Baixada Santista Energia S.A.; Ofício 8, de 2019, da Petrobras Biocombustível S.A.; Ofício 17, de 2019, da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

Os documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão, na sessão Documentos Recebidos, com o *link* para acesso ao seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem. Não havendo manifestação após esse prazo, os referidos documentos serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Vamos à pauta.

Na ausência do autor do item 1, nós vamos para o item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 11, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Rogério Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre matéria veiculada no jornal Estado de São Paulo, datada de 20 de setembro de 2021, cujo conteúdo revela que o Ministro Rogério Marinho direcionou R$ 1,4 milhão do chamado orçamento secreto, alocado no Ministério do Turismo, para a obra de um mirante turístico que será construído a 300 metros de um terreno de sua propriedade no município de Monte das Gameleiras, no Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Observações: *O requerimento foi alterado de convocação para convite pelo autor, Senador Styvenson Valentim.*

Pergunto se o autor gostaria de discutir o requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para encaminhar.) – Sim, Sr. Presidente, para deixar claro que o convite ao Ministro, meu conterrâneo, Rogério Marinho, o nosso posicionamento nesta Comissão de Fiscalização e Transparência é de que compete aos Senadores esse procedimento, essa forma de cuidar do Erário.

Acrescenta-se também nesse requerimento uma explicação – e trago aqui para informação desta Comissão e do povo brasileiro que nos assiste – para esclarecer o que é esse orçamento secreto. A gente sabe que o Ministério do Desenvolvimento Regional tem um orçamento bilionário e, no ano passado, não ficou tão clara essa distribuição de orçamentos para alguns Parlamentares.

Uma das nossas atribuições, acho que o nosso desejo, a nossa aspiração aqui, Senador Reguffe, é tratar as coisas com clareza, com transparência, o que não foi visto durante essas reportagens que foram mencionadas nesses jornais. E não adianta acusar a imprensa, não adianta a gente ficar rebatendo a imprensa, porque aqui é um momento que ele vai ter de explicação para Senadores dentro desta Comissão.

Então, espero que ele compareça na data que for melhor para ele e para esta Comissão e que traga todos esses esclarecimentos desse recurso de R$1,4 milhão para a cidade – e eu louvo isso. Ele, como ministro, tem que levar mesmo, Senador Reguffe, para o meu Estado, que é um Estado pobre, esse tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda, de recurso, tudo isso. Eu não sou contra; eu sou contra o enriquecimento ou, senão, a valorização de um terreno com recursos públicos, de construção de um mirante nas proximidades de um empreendimento imobiliário que possa ser construído. Então, se isso for comprovado, isso não é ético. Isso não é nada, dentro de uma República como a nossa, legal e ético, como eu já disse.

Em relação aos outros recursos, eu espero que ele traga essa explicação, para que as pessoas entendam um pouco dessa distribuição de recursos para os Estados da nossa Federação, feita através de Parlamentares.

Era isso.

Ah, antes acabar, Sr. Presidente, o Senador Rodrigo Cunha não está presente e pediu que eu subscrevesse um requerimento de autoria dele, que propõe uma audiência para convidar representantes da BRK Ambiental. Logo, logo, quando o senhor autorizar, eu faço a leitura, mas subscrevo e leio a justificativa.

A não ser que o senhor queira ganhar logo...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu vou... Vamos por partes.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Vamos discutir primeiro o item 2.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu vou colocar o requerimento do Senador Rodrigo Cunha na pauta para que V. Exa. possa fazer a leitura, mas antes vamos votar o item 2 da pauta: o convite ao Ministro do Desenvolvimento Regional para vir a esta Comissão para prestar esclarecimentos.

Inclusive eu penso que isso deve ser visto como uma questão absolutamente normal. Às vezes, aqui no Parlamento, um chamamento de um ministro causa uma grande comoção, como se fosse uma coisa extraordinária. Isto deveria ser uma coisa absolutamente natural e normal: os ministros de Estado prestarem informações à sociedade brasileira por meio do Parlamento, que tem como uma de suas funções precípuas a fiscalização dos atos e gastos do Poder Executivo.

E essa questão do orçamento secreto, sem dúvida nenhuma, é algo que precisa ser bem trazido à luz por parte do Parlamento, porque é uma coisa que não está na legislação. E realmente o Parlamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa entender o que significa esse orçamento secreto, quem se beneficiou dele. Isso precisa ser dito com clareza à sociedade brasileira.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento de convite ao Ministro do Desenvolvimento Regional.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito à Secretaria da Comissão que providencie para que o Ministro venha o quanto antes prestar esclarecimentos a esta Comissão.

Peço agora... Nós vamos agora para o item nº 5. (*Pausa.*)

Bom, vamos para o item nº 5, da pauta, que é o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2017.

Item 5 da pauta:

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 87, DE 2015 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para vedar expressamente a transferência da responsabilidade pela cobrança da dívida ativa dos entes federados a pessoas físicas ou a pessoas jurídicas de direito privado.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2015 (COMPLEMENTAR)

- Não Terminativo -

Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, de 2015 (COMPLEMENTAR)

- Não Terminativo -

Acrescenta dispositivos na Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, para disciplinar os benefícios tributários.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2017 (COMPLEMENTAR)

- Não Terminativo -

Regula o art. 146-A da Constituição Federal.

Autoria: Senadora Ana Amelia (PP/RS)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do PLS 284/2017, na forma da emenda substitutiva apresentada, e pela apresentação de requerimento solicitando o desapensamento das demais matérias que tramitam em conjunto

Observações: - *O relatório foi lido na reunião de 21/09/2021, tendo sido concedida vista à SenadoraEliane Nogueira. Não cabe novo pedido de vista.*

- Posteriormente, as matérias serão apreciadas pela CAE.

Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2015, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2015, o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2015, e o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2017.

O relatório foi lido na reunião anterior, foi pedida vista do projeto, não cabendo novo pedido de vista.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item nº 5 da pauta.

Agora, eu incluo extrapauta a solicitação do Senador Rodrigo Cunha. E peço ao Senador Styvenson que faça a leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 12, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater de forma clara e transparente os termos do leilão da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL para concessão dos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário de 13 cidades da região metropolitana de Maceió, bem como para discutir futuras concessões pretendidas pelo Governo de Alagoas.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL) e outros

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu subscrevo o requerimento do Senador Rodrigo Cunha, que requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater de forma clara e transparente os termos do leilão da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), para concessão de serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário de 13 cidades da região metropolitana de Maceió, bem como para discutir futuras concessões pretendidas pelo Governo de Alagoas.

Para isso, ele propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da BRK Ambiental; representante da Companhia de Saneamento de Alagoas; representante do Governo do Estado de Alagoas; representante do Ministério Público; representante da Defensoria Pública; representantes do Município de Maceió, e representantes da Agência Reguladora de Serviços do Estado de Alagoas.

Justificação.

O objetivo do presente requerimento da audiência pública é para tratar do leilão e do contrato de concessão dos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário de 13 cidades da Região Metropolitana de Maceió, bem como para discutir futuras concessões pretendidas pelo mesmo Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A concessão desse serviço é algo vital para garantir o acesso lá água e esgoto com eficiência e qualidade. A BRK Ambiental venceu o leilão de serviços públicos de saneamento, com meta de universalizar o abastecimento de água em 13 cidades da Região Metropolitana de Maceió no prazo de 6 anos. Esse foi o primeiro leilão do setor sob as regras do novo Marco Legal do Saneamento.

A BRK Ambiental assumiu a responsabilidade pela distribuição de água e coleta de esgoto para 1,5 milhão de pessoas e deve investir R$2,6 bilhões em infraestrutura de saneamento básico ao longo de 35 anos de contrato.

Desse total, R$2 bilhões devem ser aportados nos primeiros 6 meses. Além de universalizar o serviço de água nesse período, até o 16º ano do contrato deve ser garantido o acesso à rede de esgoto para 90% da população em 13 Municípios.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Em discussão o requerimento do Senador Rodrigo Cunha. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Como nós... Apesar de nós não termos quórum para a votação de itens terminativos, o item nº 11 da pauta, Senador Styvenson, é de relatoria de V. Exa.

Se V. Exa. puder ler o relatório, nós já adiantamos o trabalho aqui.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 97, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impor ao fornecedor o dever de informar o preço de produto ou serviço ofertado por meio de redes sociais, e vedar a oferta de produtos ou serviços com preços diferenciados em razão de perfis ou características individuais de consumidores apuradas nessas redes.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Como esta é uma Comissão de defesa do consumidor, é um projeto muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim, que é o Relator deste projeto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Senador Presidente.

Então, já que nós temos tempo, eu vou ler com cautela este relatório, e depois para a discussão eu posso citar alguns exemplos do que vai ser lido.

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o projeto do PL 97, de 2020, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que impõe ao fornecedor o dever de informar o preço de produto ou serviço ofertado por meio de redes sociais, e veda a oferta de produtos ou serviços com preços diferenciados em razão de perfis ou características individuais de consumidores apuradas nessas redes sociais.

A proposição é apurada em dois artigos.

O art. 1º altera a redação da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor.

Ao art. 37, é adicionado o §5º para determinar que a oferta de produtos ou serviços por meio de rede social informe o preço dos produtos ou serviços ofertados.

Ao art. 39, é acrescido inciso XV para caracterizar como prática abusiva a oferta de um mesmo produto ou serviço com preços diferenciados em razão de perfis ou características individuais de consumidores apuradas em redes sociais. Foi proposta nova redação para o §1º do art. 66 com o fim de incluir que incorrerá nas mesmas penas quem violar o disposto no art. 37, inciso XV, da norma consumerista.

O art. 2º estipula que a lei que decorrer de eventual aprovação do projeto passará a viger após decorridos 90 dias de sua publicação.

Ao justificar a proposta, o autor alega que os dados pessoais fornecidos pelo consumidor de forma voluntária em redes sociais podem ser utilizados em seu desfavor. Isso porque uma estratégia do fornecedor pode ser a cobrança de preços diferenciados. Para coibir essa prática, o Senador Ciro Nogueira impõe ao fornecedor a informação do preço na oferta de produto ou serviço efetuada por meio de redes sociais, além de proibir a cobrança de preços diferenciados.

O projeto de lei em referência foi distribuído a esta Comissão, em decisão terminativa.

Análise.

Incumbe a esta Comissão pronunciar-se acerca do mérito de assuntos relativos à defesa do consumidor, de acordo com o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado. Este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colegiado avalia também a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto, uma vez que, nesta Casa, ela será examinada unicamente nesta Comissão.

No tocante à constitucionalidade, a proposição cuida de tema referente a consumo, inserido na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme prevê o art. 24, inciso V, da Constituição Federal. Reza o seu §1º que, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União restringe-se a determinar tão somente normas gerais, tal qual a proposta em exame.

O projeto guarda harmonia com as disposições atinentes às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares. Ademais, a proposição não contraria quaisquer dispositivos da nossa Carta Magna.

Relativamente à juridicidade, a proposta cumpre as condições de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade.

No que tange à regimentalidade, o PL 97, de 2020, está redigido em termos concisos e claros, dividido em artigos, parágrafos e incisos, encimada por ementa e acompanhada de justificação escrita. Além disso, foi encaminhado para a apreciação do Colegiado competente.

Portanto, estão atendidos os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL 97, de 2020.

Para a apreciação de mérito, sob o enfoque consumerista, mencionem-se alguns dispositivos do CDC.

De modo propositado, modificamos a ordem de análise dos dispositivos objeto de alteração, iniciando pelos arts. 39 e 66, e, somente depois, o art. 37.

Assim, julgamos oportuno o art. 39, o qual propõe que a oferta de um mesmo produto ou serviço com preços diferenciados em razão de perfis ou características individuais de consumidores apuradas em redes sociais seja incluída como prática abusiva. Entendemos que essa disposição coíbe, de maneira eficaz, tal prática.

Ademais, a alteração introduzida pelo projeto no art. 66 do Código de Defesa do Consumidor tipifica como crime contra as relações de consumo a oferta de um mesmo produto ou serviço com preços diferenciados em razão de perfis ou características individuais de consumidores apuradas em redes sociais, com pena de detenção de três meses a um ano e multa. Consideramos apropriada a inserção desse dispositivo no art. 66, pois este artigo inibe a afirmação falsa ou enganosa, bem como a omissão de dado relevante sobre preço e outras características.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passemos, então, ao exame do art. 37, ao qual foi acrescido §5º para definir que a oferta de produto ou serviço por meio de rede social deve informar o preço do produto ou serviço ofertado.

Para tanto, recorde-se que a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de preço, além de outros dados, constitui direito básico do consumidor (CDC, art. 6º, inciso III). Já o art. 31, *caput*, do código consumerista impõe ao fornecedor o dever de informar, clara e ostensivamente, sobre o preço e outros aspectos relevantes de produto e serviço ofertado.

Por sua vez, mencione-se a Política Nacional das Relações de Consumo, insculpida no art. 4º, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor, cujos objetivos são o atendimento das necessidades dos consumidores, a proteção de seus interesses econômicos, assim como a transparência e harmonia das relações de consumo, dentre outros. Além disso, um de seus princípios basilares é o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (inciso I).

A nosso ver, a regra proposta no art. 37 está em perfeita consonância com os arts. 4º, 6º e 31, razão pela qual essa disposição é cabível.

Portanto, reputamos meritório o PL 97, de 2020, porquanto concorre inegavelmente para o aperfeiçoamento da defesa do consumidor neste País.

Sem embargo, a proposição merece alguns reparos, conforme passamos a expor. Para tanto, entendemos indispensável a apresentação de emenda ao projeto.

Conforme apontado anteriormente, é indubitável a pertinência da imposição ao fornecedor sobre o dever de informar o preço de produto ou serviço ofertado por meio de redes sociais. No entanto, parece-nos mais proveitoso incluir essa disposição no art. 31, que cuida da oferta, do que no art. 37, que trata da proibição das publicidades enganosas e abusivas. Assim, propomos o acréscimo de §2º ao art. 31, e não de §5º ao art. 37. Antes, porém, cabe discutir o teor desse dispositivo, o qual determina que a oferta de produto ou serviço por meio de rede social deve informar o preço do produto ou serviços ofertados.

Ainda em relação à técnica legislativa, o art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que versa sobre a elaboração, a redação e alteração das leis, recomenda que o mesmo tema não poderá ser disciplinado por mais de uma lei. Nesse sentido, cumpre-nos assinalar o advento da Lei 13.543, de 19 de dezembro de 2017, que acrescentou inciso III ao art. 2º da Lei 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços ofertados, para estabelecer, no comércio eletrônico, a divulgação ostensiva do preço à vista, junto à imagem do produto ou descrição do seu serviço, em caracteres facilmente legíveis. No entanto, essa regra não é aplicável à oferta realizada por meio de redes sociais. Assim, é mister impor esse dever para que o consumidor receba a oferta de produtos ou serviços ofertados, sempre associada ao devido preço à vista.

Do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 97, de 2020, e, no mérito, pela sua aprovação, com a emenda a seguir indicada.

A emenda nº 1 trata do art. 1º do Projeto de Lei nº 97, de 2020, que segue com a seguinte redação:

> Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações, renomeando-se o parágrafo único do art. 31 como §1º:
> 'Art. 31.
> .....
> § 2º A oferta de produto ou serviço por meio de rede social a consumidores específicos deve informar o preço do produto ou serviço ofertado, de maneira ostensiva, em caracteres facilmente legíveis, e o preço do mesmo produto ou serviço ofertado ao público em geral, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.' (NR)
> 'Art. 39.
> .....
> XV – ofertar um mesmo produto ou serviço com preços diferenciados em razão de perfis ou características individuais de consumidores apuradas em redes sociais.
> .....' (NR)
> 'Art. 66.
> .....
> § 1º Incorrerá nas mesmas penas quem patrocinar a oferta ou violar o disposto no art. 39, XV, desta Lei.
> .....' (NR)

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Senador Styvenson.

Como não temos quórum para votar projeto terminativo, deixaremos para a próxima reunião...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – ... para tentarmos ter o quórum para votarmos esse projeto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Seria bom, se o senhor me permite, lembrar um fato que aconteceu e gerou... Eu espero que, sei que o autor não se encontra, que agora é Ministro da Casa Civil, o Senador Ciro Nogueira... Mas o que eu entendo que deu origem a esse Projeto de Lei nº 97, de 2020, foi um fato ocorrido, e ficou claro, no meu ponto de vista, de uma discriminação, de uma escolha, de uma preterição de consumidores durante a Copa de 2016, na qual consumidores brasileiros foram tratados diferentemente de consumidores argentinos.

Havia uma demanda por hotéis naquela ocasião e alguns quartos – mesma qualidade, mesmo hotel, mesmos serviços – estavam sendo vendidos com preços diferenciados.

Ou seja, existia uma escolha para quem iria ficar naquele quarto de hotel. Argentino pagaria menos pelo mesmo serviço, pelo mesmo local. E só veio à tona, Sr. Presidente, tudo isso porque a concorrente da empresa que vendeu esses pacotes se achou numa concorrência desleal por ela estar usando um mecanismo que, no meu ponto de vista, é desleal também, é uma seleção, e que, do ponto de vista do consumidor, trata-o com diferenciação, com essa discriminação. Então, veio à tona por isso. Esse caso veio à tona em 2016 e foi até a uma Comissão de Direito do Consumidor no Ministério da Economia. Moveu-se uma ação, uma briga judicial entre as duas. O trâmite como está eu não sei. Houve uma multa de R$7,5 milhões, se não me falha a memória, para essa empresa que estava fazendo esse tipo de prática contra o consumidor.

Mas o que eu quero dizer aqui, o que eu quero falar é que o Código do Consumidor deve e precisa tratar com igualdade. Existe uma argumentação de que hoje isso poderia estar interferindo num livre mercado eletrônico. Não, não está interferindo, porque ele deu os mesmos preços para o consumidor comprar. Quem escolhe é o consumidor, e não a empresa que vai escolher quem vai consumir. Existe uma inversão aí. Não é uma prática que atrapalha o livre comércio. O que interessa é: se algumas pessoas receberam, se algumas pessoas foram escolhidas, está havendo, sim, uma discriminação, está havendo uma seleção de consumidores aí. Então, esse projeto vem para paralisar isso.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Senador Styvenson.

Com relação ao requerimento de convite ao ministro, já solicitei à Secretaria que faça aqui, nos próximos 30 dias, no máximo, essa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença do Senador Styvenson, sempre presente aqui nesta Comissão. Agradeço também aos demais Senadores que deram presença aqui nesta Comissão.

Encerro a presente reunião, antes convocando reunião para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui mesmo, neste plenário.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia cinco de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Reguffe e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Marcelo Castro e Luis Carlos Heinze, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Telmário Mota e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 10, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, e pelo Senhor Ministro da Defesa, Sr. Walter Braga Netto, informações relativas à emissão de licenças para posse e porte de armas no Brasil, concedendo acesso integral a esta comissão aos dados do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 35, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento ao § 2° do art. 23 da Lei n° 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras Biocombustível S.A." **Autoria:** Petrobras Biocombustível S.A.. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 3 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 3, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal c/c incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para solicitar ao Tribunal de Contas da União – TCU que promova avaliação operacional nos programas federais de prevenção e combate à violência contra a mulher e feminicídio, nos Ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos e da Justiça." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 3, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal c/c incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para solicitar ao Tribunal de Contas da União – TCU que proceda auditoria de natureza operacional no Programa "Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência", considerando o seu alcance e a necessidade de proteção e albergamento das mulheres em situação de violência. Por fim, solicitamos que resultado dos trabalhos seja encaminhado à esta Casa Legislativa." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 6, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 3º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a informarem nos rótulos de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias consideradas como doping." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2695, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Reguffe (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com as emendas 1, 2 e 3-CTFC. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 633, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação –, para permitir o controle social sobre o registro das despesas com diárias e passagens concedidas a agentes públicos." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Reguffe. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 990, de 2019 - Terminativo -** que: "Inclui parágrafo único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dos demais tributos sobre eles incidentes." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 97, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impor ao fornecedor o dever de informar o preço de produto ou serviço ofertado por meio de redes sociais, e vedar a oferta de produtos ou serviços com preços diferenciados em razão de perfis ou características individuais de consumidores apuradas nessas redes." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 13, de 2021** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a manutenção e eventual movimentação de empresas em paraísos fiscais depois de terem entrado para o governo do presidente Jair Bolsonaro, no início de 2019." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Aprovado com aditamento para transformar a convocação em convite e para que a reunião seja em conjunto com a CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 14, de 2021** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a manutenção e eventual movimentação de empresas em paraísos fiscais depois de terem entrado para o governo do presidente Jair Bolsonaro, no início de 2019." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Aprovado com aditamento para transformar a convocação em convite e para que a reunião seja em conjunto com a CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/05

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais.

Vamos à pauta.

Passo ao item 6 da pauta, que é o Projeto de Lei nº 2.695, de 2019, de autoria do Senador Flávio Arns, em que eu vou fazer o relatório. Aí, passo a Presidência ao Senador Styvenson Valentim.

Pode presidir daí mesmo, Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Praticidade é assim.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2695, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação com três emendas

Observações: *Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.*

Com a palavra o Relator *ad hoc*, o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Styvenson.

Passo direto à análise.

Compete à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias pertinentes à transparência e prestação de contas e de informações à população, com foco na responsabilidade da gestão fiscal e dos gastos públicos, bem como nas necessidades dos cidadãos.

Quanto ao mérito, acreditamos que os esforços no sentido de ampliar a transparência na gestão dos recursos públicos – com a consequente ampliação do controle social – são válidos e oportunos. Sugerimos, contudo, alguns ajustes pontuais no projeto de lei, com o objetivo de assegurar a obtenção dos nobres propósitos do autor.

Com relação à alteração da redação do inciso IV do §1º do art. 8º da Lei de Acesso à Informação, consideramos meritória a ampliação da relação de documentos que devem ser tornados públicos, assim como a determinação de que eles sejam disponibilizados em inteiro teor e em formato aberto. Ponderamos, contudo, que a nova Lei de Licitações e Contratos, recentemente publicada, previu a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas, que já dispõe sobre a divulgação centralizada de alguns dos documentos previstos no dispositivo que se pretende inserir na Lei de Acesso à Informação.

Apesar de o rol da nova Lei de Licitações e Contratos ser bastante abrangente, não se exige a divulgação dos documentos relativos ao processo licitatório – "documentos de oficialização de demanda, estudos técnicos, mapas de pesquisa de preços, pareceres técnicos e jurídicos, instrumentos convocatórios", bem como de informações relativas aos processos de "reconhecimento e ratificação de dispensa e inexigibilidade". Também não há referência expressa à necessidade de que os respectivos documentos sejam divulgados em seu inteiro teor. Optamos, assim, por promover a alteração diretamente na Lei de Licitações e Contratos, de forma a ampliar o rol de documentos previstos no §2º de seu art. 174, sem alterar a redação atual do inciso IV do §1º do art. 8º da Lei de Acesso à Informação.

Quanto ao inciso VII do §1º do art. 8º da Lei de Acesso à Informação, relativo às despesas com o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), também consideramos meritória a exigência legal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transparência no uso desse cartão. Ponderamos que já constam, no Portal da Transparência, as despesas individualizadas com o cartão de pagamento do Governo Federal em planilha, na qual se especificam, por mês e exercício, o órgão responsável pela despesa, o nome da unidade gestora, o nome e o CPF do portador do Cartão de Pagamento do Governo Federal, o nome do favorecido, o CPF ou o CNPJ do favorecido, a data, o tipo da transação e o valor de cada transação.

Ocorre que, apesar de o Portal da Transparência apresentar as despesas individualizadas com o CPGF, um percentual considerável não é passível de ser avaliado com precisão. Em 2020, por exemplo, segundo os dados disponíveis no portal, 54,87% das despesas foram classificadas como sigilosas e 7,66% foram realizadas mediante saque, perfazendo um total de 62,53% de despesas que fogem ao controle social.

Ganha relevo, assim, a vedação da classificação como sigilosa das despesas de caráter pessoal, tais como alimentação, bebida, telefone, restaurante e hospedagem, contemplada no art. 2º da proposição em análise. Oportuna, ainda, a exigência de divulgação das prestações de contas, prevista no inciso VII que se pretende inserir no §1º do art. 8º da Lei de Acesso à Informação.

Por fim, quanto ao novo §6º do art. 8º que se pretende incluir na Lei de Acesso à Informação – "os órgãos e entidades públicos que possuam processo administrativo eletrônico devem disponibilizar ao cidadão acesso ao sistema para fins de consulta" –, consideramos que se trata de disposição ampla.

Ponderamos que o princípio da publicidade, apesar de basilar na administração pública, conforme previsto no inciso XXXVII, *caput*, da Constituição Federal, não é totalmente absoluto. Há limitações decorrentes do próprio Texto Constitucional, como o inciso X do art. 5º, que prevê a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

O amplo acesso ao sistema dos órgãos e entidades públicos pode expor informações pessoais, cujo conhecimento não é de interesse público, em prejuízo dos envolvidos. A tendência, na prática, seria elevação do grau de sigilo desses documentos.

Consideramos preferível, assim, especificar o tipo de informação que deve ser divulgada, a exemplo dos demais dispositivos da proposição, em detrimento da opção pelo acesso irrestrito aos sistemas informatizados dos órgãos públicos, razão pela qual propomos a supressão desse dispositivo.

Esse é o relatório do Senador Girão, que eu estou lendo, de forma *ad hoc*.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.695, de 2019, com as seguintes emendas:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 2.695, de 2019, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 [...], e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 [...], para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas.
Insira-se no PL nº 2.695, de 2019, o seguinte art. 3º, renumerando-se o atual, e, consequentemente, suprima-se a alteração do inciso IV do §1º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, prevista em seu art. 1º [...].
Suprima-se a inclusão do §6º ao art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, prevista no art. 1º do PL nº 2.695, de 2019.

Esse é o voto.

Pela aprovação do projeto com essas alterações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito, Senador Reguffe.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que aprovam o relatório, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com as Emendas 1, 2 e 3 da Comissão.

A matéria vai à CCJ.

Senador, o senhor ainda tem a relatoria do item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 633, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação –, para permitir o controle social sobre o registro das despesas com diárias e passagens concedidas a agentes públicos.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Reguffe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

Observações: Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Com a palavra o Relator.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Styvenson.

Passo a ler o relatório, Sr. Presidente.

Chega a esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor o Projeto de Lei (PL) nº 633, de 2020, de autoria do Senador Jorge Kajuru, que tem o objetivo de proporcionar maior transparência sobre as despesas públicas com as viagens e deslocamentos a serviço de agentes públicos. Para cumprir esse propósito, o projeto modifica dispositivo da Lei de Acesso à Informação.

A estrutura da proposição é bastante singela, Sr. Presidente, sendo composta de apenas dois artigos. O art. 1º promove a meta do projeto, alterando a redação do inciso III do §1º do art. 8º da Lei de Acesso à Informação. E o art. 2º do projeto, por sua vez, veicula a cláusula de vigência da Lei que dele decorrer, fixada a partir da data de sua publicação.

De acordo com o despacho da Presidência, após a apreciação deste Colegiado, a matéria deve seguir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

A análise, Sr. Presidente.

Esta Comissão, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "d" do Regimento Interno do Senado Federal, detém competência para opinar sobre matérias pertinentes a transparência e prestação de contas e de informações à população, com foco na responsabilidade da gestão fiscal e dos gastos públicos bem como nas necessidades dos cidadãos.

O projeto em exame encaixa-se de forma precisa nessa atribuição de competência.

O art. 8º da Lei de Acesso à Informação, que se pretende alterar, determina que os órgãos e entidades públicas divulguem, independentemente de solicitação, informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, sendo especificado, em seu §1º, inciso III, que da divulgação constem, obrigatoriamente, dados relativos aos registros das despesas públicas realizadas.

A proposição em exame acrescenta ao referido inciso III determinação para que também seja divulgado relatório específico de viagens e deslocamentos a serviço, contendo os valores gastos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passagens, com diárias, com ressarcimentos e com outras despesas decorrentes, de maneira a permitir a identificação do passageiro, do trajeto, da classe do voo e da quantidade de diárias concedidas.

A nosso juízo, a inovação legislativa pretendida é extremamente positiva, pois contribui para incrementar o controle social sobre as atividades da administração pública e a gestão dos gastos públicos.

É bem-vinda a inclusão, na Lei de Acesso à Informação, de disposição determinando a divulgação obrigatória de relatório que aborde especificamente as viagens e deslocamentos a serviço dos agentes públicos, em vista da existência de significativo interesse público sobre o tema.

A satisfação do interesse da população sobre essa categoria específica de despesa pública já representaria, *per se*, justificativa suficiente para a obrigatoriedade de divulgação de relatório dedicado exclusivamente ao tema. Esperamos, no entanto, que a medida chegue ainda mais longe, representando um catalizador para despertar em grande número de cidadãos uma curiosidade genuína sobre o conjunto das atividades do poder público e sobre as despesas correspondentes.

Promove-se, assim, um aperfeiçoamento do controle social sobre as ações do Estado e sobre a qualidade do gasto público, o que contribui para a formação de um ambiente institucional em que os agentes públicos demonstrem, efetivamente, deferência e respeito perante os cidadãos, pagadores de impostos, em face de seus esforços para o sustento da máquina pública.

As despesas com viagens e deslocamentos a serviço dos agentes públicos constituem, ademais, parcela relevante dos gastos públicos. Com efeito, somente no Poder Executivo federal as despesas com diárias e passagens atingiram, em 2019, o total de R$1,29 bilhão, de acordo com os dados divulgados pelo Portal da Transparência mantido pela Controladoria-Geral da União. No ano de 2020, essas despesas foram reduzidas sensivelmente, em decorrência da redução do número de deslocamentos e da adoção mais ampla do trabalho remoto provocadas pela pandemia de coronavírus, mas ainda representam um montante significativo, de R$533 milhões.

O montante de despesas de viagens e deslocamentos a serviço, que passa a ser objeto de divulgação em relatórios específicos, em cada órgão e entidade pública, nos termos da proposição, é ainda mais elevado, uma vez que a Lei de Acesso à Informação tem abrangência nacional, impondo, também, obrigações ao Legislativo e Judiciário da União bem como aos Poderes dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Consideramos adequado o detalhamento mínimo obrigatório exigido pelo projeto nos registros de despesas em questão, que inclui os valores gastos com passagens, com diárias, com ressarcimentos e com outras despesas decorrentes das viagens ou deslocamentos a serviço.

A determinação para que os relatórios em apreço permitam a identificação do passageiro, do trajeto, da classe do voo e da quantidade de diárias concedidas também é positiva, uma vez que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compreende as informações relevantes sobre o tema, atendendo, assim, aos ditames da transparência pública.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 633, de 2020.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Em discussão.

Eu pretendo, numa quebra até de protocolo, como Presidente, discutir, porque o assunto é do meu interesse e acho que é de interesse de toda população: transparência e gasto público.

Não dá para abrir um celular hoje, um aparelho qualquer, assistir ao noticiário ou a uma televisão e ver o gasto desnecessário! É vergonhoso, Senador Reguffe!

Em plena pandemia, ano passado, eu li que Deputados e Senadores estavam gastando com combustível sem estarem em atividade presencial! E não se gasta pouco, não. Gasta-se muito com aluguel de veículo, com essas viagens, com viagens de assessoria.

Quer dizer, hoje, a gente tem uma atividade híbrida, mas, mesmo assim, o gasto não para de ser exorbitante.

Se a gente analisar também em relação a gastos públicos, vemos o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça fazendo compras de artigos luxuosos com dinheiro público, num País que está com um nível de miséria altíssimo, com um nível de pessoas desempregadas, passando fome, comendo carcaça, pelo lixo. Mas você vê uma classe privilegiada, porque isto é um privilégio, comer bem hoje neste País, tomar bons vinhos, com dinheiro público.

Então, existe uma grande dificuldade no acesso à informação ainda. Ainda há que se fazer por ofício pedidos que deveriam estar espontaneamente disponíveis de forma acessível à população, Senador Reguffe, porque não é tão simples assim descobrir os gastos.

Vou falar de forma particular agora: além do Portal Transparência do Senado, de que o senhor é um exemplo para mim, sempre foi, antes mesmo de eu entrar na política, em 2018, e assumir, em fevereiro de 2019, em economia de gabinete. O senhor mora aqui no Distrito Federal, o seu gasto com cotas é praticamente zero. E isso é admirável, hoje, pelo menos para mim, mas não pode ser admirável por uma população que reclama de gastos públicos, mas não sabe ver os bons exemplos, não sabe reconhecer os bons exemplos.

Parece que, neste País, porque é direito, porque eu tenho a prerrogativa de gastar, eu não posso deixar nada disponível nos cofres públicos, tenho que gastar tudo. Contratação de mídia, consultoria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lubrificantes de carro, gasolina, segurança, é muita coisa que se paga com o dinheiro público, que talvez nem se use, na prática.

Então, eu falo, de forma particular, este meu relato, este meu elogio, isso não é segredo, isso é público, sempre lhe disse isso, tento me basear no senhor, mas não moro no DF, moro no Rio Grande do Norte e, dentro da minha capacidade, da minha possibilidade, eu economizo, e tenho um *site* especialmente para mostrar tudo que é feito, tudo, cada centavo gasto, cada centavo enviado de emendas e uma fiscalização. E o bom é que esse retorno muitas vezes não vem de quem realmente deveria retornar, que seria a população. Mas veio agora à tarde, quando retornando aqui para o Senado, minutos antes, Senador Reguffe, de uma Secretária do Município de Monte Alegre dizendo que já está empenhado, já fez a chamada, já tem duas empresas para fazer cirurgias oftalmológicas, o tratamento de olhos de pessoas que estavam aguardando, ficando quase cegas.

E esse controle, dando transparência, pedindo a relação com antecedência, eu queria chegar a esse ponto. Para que o recurso fosse destinado a esse Município, Senador Reguffe, eu fiz um pedido da relação, do cronograma, de tudo que teria que ser atendido, quem são essas pessoas, se essas pessoas são vivas, se moram naquela cidade... Então esse Município me deu tudo isso detalhado, a gente disponibilizou esse recurso, e hoje pode, aguardando ser paga essa emenda de cerca de R$200 mil reais, para fazer aproximadamente 400 cirurgias ou mais de olhos...

Então já que chegou o Senador Nelsinho Trad, não sei se ele quer discutir, mas se, além do Presidente, não havendo mais nenhum Senador para discutir, coloco em votação.

Aprovado o relatório.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CTFC pela aprovação do projeto.

A matéria vai a CCJ.

Devolvo a Presidência ao Senador Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Styvenson.

Quero agradecer também as palavras e o reconhecimento de V. Exa. e dizer que é absolutamente inadmissível que nós gastemos neste País, conforme dados oficiais do Portal da Transparência do Governo Federal, que nós gastemos, nós tenhamos gastado neste País, no ano de 2019, R$1,290 bilhão, com passagens e diárias no âmbito do Poder Executivo Federal.

Gastar, em um ano, R$1,290 bilhão com passagens e diárias, é algo completamente inaceitável num País onde a gente vê, às vezes, faltarem remédios nos hospitais públicos. A gente vê às vezes não, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vê muitas vezes. E, no ano passado, um ano de pandemia onde as pessoas, em sua grande maioria, ficaram em casa, ainda assim tivemos um gasto de R$533 milhões de reais de despesas com passagens e diárias.

Então isso é absolutamente inaceitável. E é um projeto que visa a dar mais transparência a esses gastos, com detalhamento maior desses gastos, para o bem do interesse público, para o bem da sociedade.

Agora, como V. Exa. disse, não podemos ter um olhar só no Poder Executivo Federal, não, é preciso olhar também o Poder Judiciário e o nosso Poder Legislativo aqui. Há gastos absurdos, há gastos que não deveriam existir.

Não existe democracia nem Estado democrático de direito sem um Poder Legislativo forte e atuante. Mas para ser forte e atuante, ele não precisa custar o que custa hoje para o contribuinte brasileiro. E isso não se muda com verbo, com palavras, isso se muda com atitudes e ações práticas. E é isso que eu tento fazer no meu mandato. E agradecer o reconhecimento de V. Exa.

Voltando à pauta, eu agora passo ao item 2.

ITEM 2

OFÍCIO "S" N° 35, DE 2018

- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao §2° do art. 23 da Lei n° 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, §3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras Biocombustível S.A.

Autoria: Petrobras Biocombustível S.A.

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Passo a palavra ao Relator Nelsinho Trad, sobre o item 2 da pauta.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, Senador Reguffe; caro colega que também abrilhanta esta tarde de trabalho, Senador Styvenson, peço licença a V. Exas. para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei das Estatais, em seu art. 23, §2º, estabelece que compete ao Conselho de Administração da empresa estatal... (*Falha no áudio.*)

Alô? Está sem som?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Alô? Melhorou.

Peço licença a V. Exa., Senador Reguffe, e ao Senador Styvenson para ir direto à análise.

A Lei das Estatais, em seu art. 23, §2º, estabelece que compete ao Conselho de Administração da empresa estatal, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e a outras Casas do Poder Legislativo, e aos respectivos tribunais de contas, quando houver.

Cabe, então, ao Conselho de Administração da estatal em tela, avaliar o atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócio e da estratégia de longo prazo, precisando publicá-los e informar ao Congresso Nacional. Dessa forma, deve, portanto, o Conselho de Administração: 1º) publicar previamente as metas e informá-las à sociedade; 2º) avaliar o atendimento de metas, de resultados, do plano de negócio e da estratégia de longo prazo; e 3º) publicar e informar as conclusões ao Congresso Nacional. A efetividade do dispositivo se dá, pois, pelo encaminhamento de documento assinado pelo Conselho de Administração que reflita as ações supracitadas.

O caso em tela corresponde a uma subsidiária da Petrobras, a Petrobras Biocombustíveis (PBIO), sendo a Petróleo Brasileiro S.A. uma sociedade de economia mista controlada pela União.

Compete, então, ao Conselho de Administração publicar previamente as metas e informá-las, avaliar o atendimento de metas e resultados do plano de negócio e da estratégia de longo prazo, e publicar e informar as conclusões ao Congresso Nacional, sob pena de responder por omissão.

A apresentação do Plano de Negócios e Gestão 2018 – 2022; iii) Nota técnica e apresentação do Plano Anual de Negócios de 2018 e proposta de indicadores de gerenciamento de desempenho por resultado de 2018; iv) Metas de desempenho do exercício de 2018; v) Metas de resultados da PBIO no período de 2013 a 2017; vi) Relatório de desempenho de resultados e de investimentos do exercício de 2017; vii) Relatório de acompanhamento de gastos do Plano Anual de Negócio (referência 2017); viii) Extrato parcial da Ata do Conselho de Administração correspondente à aprovação do Plano Anual de Negócios (2018); e ix) Extrato parcial da Ata do Conselho de Administração referente à aprovação do Plano Estratégico e Plano de Negócios e Gestão do período de 2018 a 2022.

Considerando o material encaminhado ao Senado Federal pela PBIO, cabe salientar alguns aspectos, nos seguintes termos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, ressalta-se que o Relatório da Administração mostra que a PBIO apresentou resultado líquido positivo, fortemente influenciado pela implementação de melhorias operacionais e por receitas financeiras obtidas do Programa Repetro. Foram também obtidos avanços significativos no desempenho das usinas de biodiesel, com aumento de vendas e bons indicadores de segurança, além de eliminação de gargalos logísticos e aumento da produtividade nas unidades. A maior flexibilidade na tecnologia de refino também possibilitou a diversificação nas matérias-primas utilizadas, com redução de custos e elevação das margens.

A empresa também aprovou um plano de venda de ativos em diversas áreas de atuação. Em síntese, as operações próprias foram encerradas, como no caso da Usina de Biodiesel de Quixadá, no Estado do Ceará, permanecendo a PBIO como coligada da Bambuí Bio Energia S.A. e Guarani S.A., ou com controle conjunto (BSBIOS, Bioóleo Indústria e Comércio e Belém Bioenergia Brasil, e Nova Fronteira Bioenergia). Essas e outras ações atendem à diretriz de saída da produção de biocombustíveis estabelecida pelo PNG 2018-2022.

Quanto aos indicadores de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), a empresa não registrou acidentes de trabalho e sua taxa de acidentados registráveis (TAR) foi zero. Foram também introduzidas melhorias estruturais na estação de tratamento de efluentes e na área de armazenamento de resíduos sólidos oleosos.

Pode-se inferir, assim, que a Petrobras Biocombustível S.A. cumpriu com as disposições da Lei das Estatais e, em boa medida, atendeu às metas societárias, operacionais e financeiras estabelecidas para o Exercício Social de 2017.

O voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício "S" nº 35, de 2018, pelo reconhecimento do cumprimento das disposições de Lei nº 13.303, de 2016 (Lei das Estatais) inerentes ao tema, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao Arquivo.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Relator, Senador Nelsinho Trad.

Em discussão o relatório do Senador Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado o relatório do Senador Nelsinho Trad.

Bom, nós temos dois requerimentos extrapauta, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, de convite ao Sr. Ministro de Estado da Economia, o Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes; e um outro requerimento de convite ao Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central.

Eu subscrevo os dois requerimentos, tanto o chamamento ao Ministro Paulo Guedes como do Presidente do Banco Central, o Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, e passo a ler os requerimentos.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 14, DE 2021

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, §1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a manutenção e eventual movimentação de empresas em paraísos fiscais, depois de terem entrado para o Governo do presidente Jair Bolsonaro, no início de 2019.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros.

E o segundo requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 13, DE 2021

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, §1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a manutenção e eventual movimentação de empresas em paraísos fiscais depois de terem entrado para o Governo do presidente Jair Bolsonaro, no início de 2019.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto se há alguma discordância em colocar esses itens agora para apreciação e votação. (*Pausa.*)

O Senador Styvenson também subscreve os dois requerimentos.

O Senador Randolfe está chegando.

Senador Randolfe, gostaria de falar sobre os requerimentos de convite ao Sr. Ministro Paulo Guedes e ao Presidente do Banco Central, o Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, e dizer que os dois convites foram subscritos tanto por mim quanto pelo Senador Styvenson Valentim.

Com a palavra V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) – Primeiro, muito me honra ter o apoiamento de V. Exa., Presidente Reguffe, e do Senador Styvenson. Ambos os requerimentos são necessários devido aos notórios acontecimentos, às informações sobre as notícias de empresas *offshore* que foram de propriedade, no caso do Ministro Paulo Guedes, dele e/ou dos seus familiares, e também do Sr. Presidente do Banco Central. Das duas situações, considero muito mais grave a situação envolvendo S. Exa. o Ministro de Estado da Economia. O Sr. Ministro de Estado da Economia é quem conduz a política econômica e a política monetária do Governo. Causa espanto a Comissão de Ética Pública da Presidência da República não achar que a autoridade monetária, a autoridade econômica, que conduz a política econômica do País, que conduz a política monetária, que é responsável pelo preço do dólar, não tenha nenhum tipo de conflito de interesses com uma *offshore* que atua no exterior. Primeiro, diga-se que, pela legislação brasileira, não há ilegalidade nenhuma para qualquer nacional ter *offshore* no exterior. O que estamos aqui a apontar é a incompatibilidade de a autoridade monetária, a autoridade da política econômica, que, entre outras responsabilidades, tem a responsabilidade sobre o preço do dólar, ter movimentações e manutenção de movimentações em uma *offshore* do exterior.

Para mim isso não é ético, não é moral. Isso mostra um gravíssimo conflito de interesse, principalmente diante do descontrole inflacionário que nós vivemos no País. E uma das causas do descontrole inflacionário está sendo a desvalorização da nossa moeda. O trigo do pãozinho de cada dia, que cada um de nós come, é a partir da importação em valores de dólar. Quando o pão fica mais caro, é devido a isso. Por todas essas razões, há um claríssimo conflito de interesses.

É por conta disso, Senador Reguffe, que protocolamos esses dois requerimentos. Fico muito honrado com o apoiamento, sendo subscrito também por V. Exa. e pelo Senador Styvenson.

E me permita só uma sugestão – salvo melhor juízo, no dia de hoje ou, no mais tardar, amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos também avaliará requerimento de igual teor –: eu acredito que seria de bom tom nós, até para facilidade processual do depoimento, coincidirmos a audiência da CTFC com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência da CAE para ouvir, em primeiro lugar, o Sr. Ministro de Estado da Economia e, depois, o Sr. Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Randolfe. De minha parte, nenhum obstáculo para fazer de forma conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, desde que a Comissão de Assuntos Econômicos também aprove os dois requerimentos. Senão, faremos apenas nesta Comissão, cumprindo o papel desta Comissão com a sociedade brasileira.

Em votação o requerimento de convite ao Ministro Paulo Roberto Nunes Guedes.

Quem aprova permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação o requerimento de convite ao Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto.

Quem aprova permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovados os dois requerimentos.

Bom, como não temos na pauta mais nenhum item que tenha aqui presente o Relator, agradeço a presença de todos e encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Paulo Rocha, Humberto Costa, Acir Gurgacz e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 10, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, e pelo Senhor Ministro da Defesa, Sr. Walter Braga Netto, informações relativas à emissão de licenças para posse e porte de armas no Brasil, concedendo acesso integral a esta comissão aos dados do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 3, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal c/c incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para solicitar ao Tribunal de Contas da União – TCU que promova avaliação operacional nos programas federais de prevenção e combate à violência contra a mulher e feminicídio, nos Ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos e da Justiça." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 3, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal c/c incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para solicitar ao Tribunal de Contas da União – TCU que proceda auditoria de natureza operacional no Programa "Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência", considerando o seu alcance e a necessidade de proteção e albergamento das mulheres em situação de violência. Por fim, solicitamos que resultado dos trabalhos seja encaminhado à esta Casa Legislativa." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela admissibilidade da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta e sua aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 6, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 3º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a informarem nos rótulos de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias consideradas como doping." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 97, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impor ao fornecedor o dever de informar o preço de produto ou serviço ofertado por meio de redes sociais, e vedar a oferta de produtos ou serviços com preços diferenciados em razão de perfis ou características individuais de consumidores apuradas nessas redes." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/19

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Avisos 824, de 2019, e 1.467, de 2020, do Tribunal de Contas da União; Ofício 4, de 2020, da Anatel; Ofício 786, de 2019, do Sindifisco; Ofício s/nº, de 2020, do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Campbell Marques; Ofício 92, de 2019, da Caixa Participações S.A.; Ofício 2, de 2019, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Ofício 365, de 2019, da Anatel; Ofício s/nº, de 2019, da Petrobras Comercializadora de Energia S.A.; Ofício s/nº, de 2019, da Termomacaé Comercializadora de Energia S.A.; Ofício 27, de 2019, do GasBrasiliano Distribuidora S.A.; Ofício 8, de 2019, da Petrobras Biocombustíveis S.A.; e Ofício 156, de 2019, do Banco da Amazônia.

Os documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão, na seção "Documentos Recebidos", com *link* para acesso a seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Senadores possam se manifestar caso assim desejem. Não havendo manifestação após esse prazo, o referido documento será arquivado, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Vamos à pauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu consulto se a Senadora Mara Gabrilli está presente. Ela está aqui acompanhando a sessão de forma *online,* virtual, e é a Relatora dos itens 2 e 3 da pauta. (*Pausa.*)

Acho que a Senadora Mara não está conseguindo...

Senadora Mara, me ouve? (*Pausa.*)

A Senadora Mara não está tendo contato – ela disse aqui, pelo *chat,* que não está conseguindo.

Bom, vamos passar para um outro...

(*Interrupção do som.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Bom, nós não temos quórum para votar nenhum projeto terminativo, e os projetos já tiveram seus relatórios lidos, excetuando esses cuja Relatora é a Senadora Mara, com quem não estamos conseguindo contato – são projetos não terminativos.

Diante disso, antes de, infelizmente, encerrar, eu quero apenas dizer que, como esta é a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle, neste momento a Câmara está discutindo a PEC 5, de 2021, que visa cercear e mudar algumas coisas no Conselho Nacional do Ministério Público, visa mudar algumas coisas no Ministério Público.

É preciso, sim, reformar algumas coisas, mas a PEC 5, de 2021, é absurda na minha opinião, ela visa constranger o Ministério Público. É surreal que se determine que o Congresso Nacional passe a indicar o Corregedor do Ministério Público! Isso é surreal! Por mais que alguns tenham críticas ao trabalho do Ministério Público, não dá para aceitar isso! Isso é um retrocesso no combate à corrupção neste País e é algo que não dá para conceber dentro de um modelo institucional que se pretenda sério neste País.

Meu voto será contrário a essa PEC 5, de 2021, e penso que, se se quer mudar alguma coisa no Ministério Público, isso pode ser discutido.

É importante, sim, haver um controle externo, mas não um controle externo feito por Parlamentares que podem simplesmente querer usar isso como revanche ou vingança por determinadas investigações. Não dá para conceber um modelo em que o Corregedor do Ministério Público seja indicado pelo Congresso Nacional. Isso não tem paralelo no mundo. É algo surreal que está sendo debatido neste momento pela Câmara dos Deputados. E eu tenho que registrar aqui a minha indignação e o meu posicionamento contrário a essa medida.

E, lamentando não podermos avançar na pauta, já que não temos quórum para votar aqui itens terminativos, e também não podendo mais ler nenhum relatório, pela ausência de Relatores, eu declaro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encerrada a presente reunião, antes convocando reunião para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui mesmo neste plenário.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Leila Barros, Paulo Rocha e Rodrigo Cunha, e ainda do Senador não membro Vanderlan Cardoso. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jarbas Vasconcelos, Roberto Rocha, Marcos do Val, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Líbano: Conflitos e Desafios**, atendendo ao requerimento REQ 16/2021 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Debater os conflitos e desafios atuais do Líbano. **Participantes:** Senhor Hussein Kalout, Pesquisador de Harvard e Senior Fellow do CEBRI; Excelentíssima Senhora Carla Jazzar, Encarregada de Negócios da República do Líbano para o Brasil; Excelentíssimo Senhor Embaixador Hermano Telles Ribeiro, Embaixador do Brasil junto à República Libanesa; Excelentíssimo Senhor Embaixador Ruy Pereira, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação - ABC; e Senhor Guga Chacra, Jornalista e comentarista de política internacional. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 18, de 2021** que: "Requer, Com fulcro nos artigos 103, I e 213-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), bem como na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação e consolidação das leis, a instituição de Grupo de Trabalho, nos termos de Ato da Presidência desta Comissão, com a participação de instituições tais como as de comércio exterior, acadêmicas, Poder Executivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo, Judiciário, além de especialistas na matéria, com apoio técnico, administrativo e financeiro dos órgãos da Casa, para elaborar proposta de projeto de lei de consolidação da legislação de comércio exterior, com vistas à sua harmonização, racionalização e simplificação" **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Requerimento Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 19, de 2021** que: "Requer, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as questões acerca da reciprocidade na concessão de vistos de visita e da dispensa unilateral dessa reciprocidade em relação aos Estados Unidos da América." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Requerimento Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, da 7ª à 13ª, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Bom dia a todos e a todas!

Comunico a todos os membros desta Comissão, Senadores e Senadoras, que recebi do Comandante do Exército, General de Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, o convite para participar do Dia de Visita ao Exercício Guardião Cibernético 3.0, a ser realizado no dia 6 de outubro de 2021, das 9h às 10h, no Centro de Instrução de Guerra Eletrônica. O Guardião Cibernético é um exercício simulado de atividades práticas de proteção cibernética que conta com a participação de líderes e de especialistas de tecnologia da informação, civis e militares, oriundos de 58 organizações públicas e privadas, sendo o maior exercício de defesa cibernética do hemisfério sul. A pedido do Comandante Paulo Sérgio, do Exército Brasileiro, estendo o convite a todos os membros desta Comissão, Senadores e Senadoras.

A presente audiência pública tem como objetivo debater os conflitos e desafios atuais do Líbano, em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2021, da CRE, de autoria dos senadores Nelsinho Trad e Esperidião Amin, aprovado dia 26 de agosto último.

Compõem comigo a Mesa, presencialmente, a Exma. Sra. Carla Jazzar, encarregada de negócios da República do Líbano no Brasil; e, remotamente, o Exmo. Sr. Embaixador Hermano Telles Ribeiro, Embaixador do Brasil junto à República Libanesa, por isso a sua ausência; Exmo. Sr. Embaixador Ruy Pereira, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Sr. Hussein Kalout, pesquisador de Harvard e Senior Fellow do Cebri, que está falando diretamente também de Boston; Sr. Guga Chacra, jornalista e comentarista de política internacional, querido de todos os brasileiros, admirado e respeitado por todos os brasileiros. Os dois, tanto Hussein como Guga Chacra, além de descendentes de libaneses, são dois grandes especialistas na área e sempre falam com muito calor, euforia e prazer sobre esse tema tão delicado que nós estamos vivendo hoje com o nosso país irmão, o Líbano.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da ouvidoria, 0800-0612211. Agradeço a presença da representante da Embaixada da Colômbia, Sra. Stefanny Moncada, que está aqui presencialmente. Agradeço a presença da Sra. Claudine Bichara, uma querida amiga, competente gerente de geração de receitas da Embratur; a Embaixadora Cláudia Buzzi, que representa aqui, no Congresso Nacional, o Itamaraty; e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixadora Eliana, que é do Itamaraty, óbvio, e está aqui conosco nos assessorando na Comissão de Relações Exteriores.

Esclareço aos senhores debatedores que concederei a palavra por 15 minutos a cada um. Em seguida, abriremos a fala de interpelações pelas Sras. Senadoras e Srs. Senadores inscritos.

É com sinceridade, fraternidade e consciência da importância que a Nação brasileira atribui ao Líbano que incluímos esta audiência pública no calendário da Comissão de Relações exteriores do Senado, a pedido dos Senadores Nelsinho Trad e Esperidião Amin, aprovado por unanimidade.

Todos temos ciência do momento crítico de dificuldades e escassez enfrentado por esse país irmão que tem demonstrado, ao longo de sua história, ser exemplo de fortaleza, resiliência e capacidade de superar crises e reconstruir-se. As relações do Brasil com o Líbano são históricas, são fraternas e solidárias. Nosso passado e nosso futuro estão entrelaçados.

O primeiro movimento de relevância nas relações entre o Brasil e o que é hoje o Estado Libanês foi inquestionavelmente a visita realizada por D. Pedro II em 1876, ocasião em que formulou convite para que libaneses se instalassem no Brasil. O Brasil abriu o consulado em Beirute ainda sob o mandato francês, em 1920, e em 1944 o Governo brasileiro reconheceu a independência do Líbano, dando início às relações diplomáticas. Em 1954, foi inaugurada a Embaixada do Brasil em Beirute, mais de 60 anos atrás.

A riqueza e a diversidade das relações entre nossos países tem hoje sua face mais visível na comunidade de libaneses e seus descendentes que vivem no Brasil e que tanto contribuem para o desenvolvimento do nosso País. Trata-se de comunidade mais numerosa do que a própria população atual do Líbano. Existem mais libaneses no Brasil do que no Líbano. O Brasil é, assim, lar da maior diáspora libanesa em todo o mundo, estimada em cerca de 10 milhões de pessoas. Foi em nosso País que tantas famílias libanesas reencontraram a perspectiva de um futuro de realização, criaram raízes e assimilaram o modo brasileiro de ser, criando grandes famílias em nosso País.

A densidade das relações entre o Brasil e o Líbano beneficia-se, não há dúvida, dos laços humanos, mas não se restringe ao papel fundamental da diáspora. Reflete-se igualmente nos planos político-diplomático, econômico-comercial, de defesa, cultural, parlamentar e de cooperação humanitária.

Podemos mencionar algumas das múltiplas facetas do relacionamento bilateral entre Brasil e Líbano: a cooperação no âmbito da Força Interina das Nações Unidas no Líbano e no setor de defesa; o estabelecimento do Conselho Empresarial Líbano-Brasileiro em 2014; a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profícua cooperação entre instituições educacionais dos dois países; a atuação do Centro Cultural Brasil-Líbano, em Beirute; a cooperação humanitária com intuito de auxiliar o Líbano na assistência a refugiados presentes em seu território.

Diante desse espírito de irmandade, o Governo brasileiro e o Congresso Nacional têm estado atentos à profunda crise que assola o Líbano e aflige os libaneses, que se veem diante do aumento da insegurança alimentar, da escassez de água, de medicamentos e equipamentos hospitalares, além do racionamento de eletricidade.

Não há como ficarmos indiferentes a essa realidade. Por mais que tenhamos demonstrado nossa solidariedade por meio de ações concretas, de que foi marca a missão multidisciplinar em 2020, após as explosões no Porto de Beirute, não nos parece ser suficiente. Nossa intenção hoje é ouvir os especialistas e encontrar caminhos para intensificar as formas de cooperação e de ajuda humanitária que venham a contribuir para o esforço de superação da crise atual que permita a retomada econômica do país e o reflorescimento da sociedade libanesa.

Muito obrigada.

Eu pergunto a um dos autores do requerimento se deseja falar agora, na abertura. Se sim, tem a palavra o Senador Esperidião Amin. Ele e Senador Nelsinho Trad são os autores do requerimento desta audiência pública, como disse inicialmente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Eu quero, em primeiro lugar, Senadora Kátia, cumprimentar a V. Exa. pelo dinamismo que tem empreendido nesta nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que é uma Comissão de uma importância transcendental, especialmente neste momento em que a pandemia, as crises locais e internacionais estão nos deixando muito inquietos.

E a propósito deste requerimento, quero reiterar o que V. Exa. já falou. Sendo uma iniciativa do Senador Nelsinho Trad e minha, não deixa ser, aqui eu quero registrar, uma iniciativa do Senado Federal, portanto, do Congresso brasileiro, que reconhece isso que V. Exa. tão bem expendeu aí no seu pronunciamento, que a relação do Brasil com o Líbano é particularíssima, singular. Nós temos muitos Senadores e Parlamentares, Deputados, temos frente parlamentar de amizade com países árabes e com o Líbano e, dentre estes, eu sou um dos poucos que é a primeira geração, porque o meu pai nasceu no Líbano e a minha mãe também não nasceu no Brasil. Portanto, eu sou filho de imigrantes duplamente.

E quero saudar de maneira muito carinhosa a nossa Embaixadora do Líbano, Jazzar, e dizer que nós estamos cumprindo uma obrigação de solidariedade. Por isso, nessa breve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intervenção, eu quero agradecer a presteza com que V. Exa. percebeu a importância deste gesto.

E, especialmente em relação aos nomes indicados, eu queria dizer que pretendo voltar a falar depois que o Sr. Ruy Pereira, que é a pessoa que pode falar pelo Governo e pelos gestos de solidariedade já praticados, já acenados e, eventualmente, a acenar, que podem materializar essa solidariedade que é o que nós estamos procurando estimular.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Esperidião.

Assim que o Embaixador usar a palavra, o senhor pode solicitar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se a senhora me permite, eu queria também homenagear o secretário executivo do Ministério das Relações, Dr. Achilles, Embaixador Achilles, que foi Embaixador no Líbano e na Síria quando nós fizemos uma visita, junto com o Deputado Carlos Melles e com o Deputado Chinaglia, à Síria, em 2018.

Foi uma viagem corajosa e solidária, porque tivemos a oportunidade de visitar o Líbano também, já num outro clima, e o próprio Embaixador Achilles, que conhece bem a região, estimulou-me e aplaudiu essa iniciativa que V. Exa. concretiza.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Esperidião.

Para informar aqueles que nos acompanham no e-Cidadania, a capital do Líbano é Beirute; a população é de 6,8 milhões de pessoas; a extensão territorial é de 10,4 mil quilômetros quadrados; a taxa de alfabetização das pessoas de 15 ou mais anos de idade é de 95%; 99% da população têm acesso à rede sanitária; o idioma é o árabe; está localizado no Oriente Médio; o PIB é de US$53 bilhões, o PIB *per capita* é de US$7,784; e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é similar ao do Brasil, à média nacional, 0,74.

Portanto, para iniciar, eu quero afirmar que o Senador Nelsinho Trad enviou um vídeo para nós. O Senador Esperidião fará a abertura, como fez agora, e o Senador Nelsinho Trad fará o encerramento desta audiência através do seu vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pretendo iniciar os nossos trabalhos, não com a nossa Embaixadora, mas com o Sr. Hussein Kalout, pesquisador de Harvard e Senior Fellow do Cebri. Pelo seu sobrenome, eu não preciso nem dizer a sua descendência.

Hussein Kalout é cientista político, professor de relações internacionais, conselheiro do Harvard International Relations Council e pesquisador da Universidade de Harvard.

Entre 2016 e 2018, foi Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no Brasil, integrou o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e foi Presidente da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

Professor Hussein Kalout é Senior Fellow do Cebri e coordenador do núcleo América do Sul.

Eu pretendo iniciar pelo Professor Hussein justamente para ele contextualizar a todos que aqui acompanham essa importante audiência pública.

Por favor, Hussein, muitíssimo obrigada pela disponibilidade do seu tempo, por ter tanto interesse em participar – eu o parabenizo por isso – desta audiência pública. Muitíssimo obrigada, mais uma vez, pelo seu apoio.

Com a palavra por 15 minutos.

O SR. HUSSEIN KALOUT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu, pelo convite. Parabéns pelo seu trabalho à frente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional!

Eu me sinto muito honrado em estar na companhia de tão ilustres personalidades. Começaria saudando as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores, o Senado Federal; saudando à Sra. Carla Jazzar, Encarregada de Negócios da República Libanesa para o Brasil; saudando o Hermano Telles Ribeiro, querido amigo que nos representa em Beirute; o Embaixador Ruy Pereira, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação; e, por último e não menos importante, o meu querido e estimado amigo Guga Chacra, quem reputo ser um dos principais, um dos maiores especialistas em Líbano no Brasil.

Senadora Kátia, eu queria tentar fazer uma construção inicialmente um pouco histórica e um pouco conjuntural das transformações por que o Líbano passa. Não quero entrar muito nos detalhes das relações Brasil-Líbano, deixaria isso para os Embaixadores Hermano e Ruy Pereira, e também para que a Encarregada de Negócios Sra. Carla Jazzar pudessem esmiuçar muito mais essas particularidades.

Não é segredo que, da perspectiva, apesar de ser pequeno, apesar de ser um país não tão populoso e apesar de não deter, digamos, recursos de poder *vis-à-vis* as demais potências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regionais, o Líbano tem uma relevância geoestratégica e geopolítica, hoje, indubitável no Oriente Médio; sempre teve ao largo de sua história não só durante ainda o período das navegações, mas no que diz respeito também ao pós-Segunda Guerra. A sua relevância também se dá por ser um mosaico cultural, um mosaico religioso e também um mosaico multicivilizacional. O Líbano, hoje, talvez seja um dos pontos de aglutinação das minorias sociorreligiosas não só do levante, mas também – por que não dizer? – de todo o Oriente Médio.

Dito isso, naturalmente, quando a gente tenta analisar a conjuntura histórica do país, é inescapável lançar um olhar sobre a sua conformação sociorreligiosa e como essa conformação sociorreligiosa acaba impactando na dinâmica econômica, social e política. Então, é um dos primeiros países a adotar uma representação democrático-sectária no poder do Oriente Médio.

Posteriormente, ou mais recentemente, o Iraque adotou essa divisão sectária na partilha do poder estatal, mas o Líbano, desde o fim da Segunda Guerra, vinha com esse formato de partilha entre cristãos e muçulmanos e entre os sectos, quer dizer, contemplação, na partilha do poder, dos principais sectos religiosos: no campo cristão, os maronitas em primeiro lugar, depois os ortodoxos, depois os católicos; no campo muçulmano, os xiitas e os sunitas, depois os drusos.

Eu procuraria não explorar a simbiose de todos os sectos que o país contém – basicamente 18 grupos sociorreligiosos –, mas é importante olhar o Líbano, eu diria, das últimas duas décadas, quando a ordem internacional passa por importantes transformações e os Estados Unidos iniciam um processo de desengajamento do Oriente Médio.

Esse desengajamento obviamente leva a uma nova topografia do poder regional e, paralelamente a isso, o Líbano se insere num ponto fundamental para as políticas externas das potências regionais em que nós percebemos que existe um processo também de acomodação da reconfiguração das forças no contexto regional. A Turquia, por um lado, volta mais o seu olhar ao Oriente, menos ao Ocidente; canaliza e procura restaurar a sua influência neo-otomana vigente entre o século XVI até praticamente o início do século XX. Israel precisa consolidar ou confirmar a sua supremacia militar. O Egito, depois de ser um baluarte fundamental no mundo árabe, perdeu peso gravitacional na última década e, hoje, busca se reposicionar como um interlocutor geopolítico fundamental para o equilíbrio político regional. O Irã, que anteriormente exercia uma influência muito restrita a alguns países da região, hoje busca desempenhar um papel regional diferente daquele percebido duas décadas atrás, querendo se tornar um *player* regional e uma potência dominante no espectro geopolítico. E a Arábia Saudita, sem dúvida nenhuma o país mais forte economicamente da região, um país que representa grande proporção do mundo muçulmano, consequentemente procura também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manter vívida a sua influência geopolítica, desafiando, por um lado, a hegemonia ou a pretensão hegemônica do Irã e, por outro lado, a contenção das aspirações da Turquia.

Portanto, o Líbano sofre diante de uma situação – não vou dizer que é refém disso –, em certa medida é muito reativo ao desenho geopolítico regional, por um lado, e também ao desenho da geopolítica mundial. Então, a guerra de 2006 entre o Líbano e Israel acaba auferindo ao Líbano um peso diferenciado no que se refere à arquitetura da segurança regional. Posteriormente, a partir de 2011, observa-se o envolvimento de grupos libaneses na guerra da Síria e a forma como isso se reflete na preservação do regime sírio nesse processo de guerra civil. Isso torna também o peso do Líbano ainda mais relevante da perspectiva securitária. Então, são dois pontos muito importantes sobre cuja importância a gente não pode deixar de lançar um olhar.

Obviamente, o Líbano vive uma situação econômica grave e uma situação política que aparentemente foi resolvida com a formação de um novo gabinete, mas é importante tecer algumas considerações a respeito desse processo.

A primeira é que o Líbano vinha sofrendo cada vez mais duras e graves sanções, especialmente durante o Governo Trump, que buscou estrangular a economia do país e procurou estabelecer basicamente uma divisão, um veto à participação de determinados grupos políticos na formação governamental. É o mesmo que aconteceu no Afeganistão: a tentativa de alijar do poder uma força social e política extremamente representativa, com a qual é impossível não se formar um governo. Essa exclusão literalmente leva a esse imobilismo. Por um lado, talvez a estratégia do Governo Trump tenha sido a de provocar esse imobilismo interno, de provocar o colapso do sistema político e, consequentemente, do sistema econômico, mas, no sistema econômico, também é importante reputar a responsabilidade aos grupos políticos, porque o Líbano segue refém das mesmas lideranças políticas, dos mesmos clãs sociopolíticos partidários desde o fim da guerra civil, no início dos anos 90. São os mesmos grupos, praticamente as mesmas figuras. Com o colapso econômico, isso se refere à incompetência governamental, à incompetência de gestão econômica desses grupos que se instalaram desde então no poder.

Não se pode deixar de mencionar que a formação do novo governo ocorreu, claro, porque houve um acerto franco-iraniano a respeito da formação governamental. É importante compreender, para quem não conhece, que, no Líbano, todas as forças políticas têm suas conexões externas. O processo decisório, às vezes, em matéria de política interna pode parecer soberano, mas ele não é tão soberano como se imagina ser, porque muitos dos partidos são vinculados a governos estrangeiros, têm apoio econômico, apoio político ou, às vezes, precisam ter luz verde para aceitar compor ou não compor o governo, aceitar estar com aquela pasta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministerial ou não. Então, esse regime de tutela, de que a gente pode falar depois, consiste num processo de tutela dos Estados Unidos sobre algum grupo político, do Irã quanto a outro grupo político, da Arábia Saudita sobre outro político, da França sobre outro grupo político. Então, basicamente, todas as forças políticas acabam sendo tuteladas por alguma força regional ou internacional, extrarregional no caso.

Então, a formação governamental só foi possível, porque, primeiro, o desengajamento americano facilitou, quer dizer, os franceses retomaram, digamos assim, a primazia para conduzirem o processo de negociação interna juntamente com, digamos, o bloco mais forte, que é o bloco que tem como aliado ou potência tutelar o Irã. Esse entendimento franco-iraniano viabilizou a formação governamental, mas é importante reconhecer que o Governo Biden, por não vetar a ação francesa e por não, digamos assim, obstaculizar esse processo, tornou possível chegar-se ao acordo do novo governo. É um novo governo, mas, no fundo, com figuras velhas, com rostos velhos conhecidos da política libanesa.

O desafio do país fundamentalmente – o Hermano, que está lá, conhece a realidade – é superar a crise econômica. E é muito difícil superar a crise econômica quando a corrupção é endêmica, quando o clientelismo rege a relação entre os atores estatais, a mídia e a sociedade e quando o populismo é a prática governamental corrente. Então, é muito difícil equacionar o problema socioeconômico do país enquanto não se procurar dirimir o problema da corrupção, o problema do clientelismo e também tentar reconstruir um poder judiciário independente e transparente. O grande problema do Líbano é que o país não tem um poder judiciário transparente, muito menos independente, assim como não tem um ministério público forte e independente do poder executivo. O ministério público é politizado, e o sistema judiciário basicamente é cooptado. Claro, como toda regra na política, há algumas exceções, mas não é o que tem sido comum.

Esse processo de politização e de falta de transparência acaba também se vendo presente depois da destruição do porto e, até mesmo porque todos sabem que no Líbano a corrupção come solta, praticamente nenhum grande líder político-partidário foi investigado, julgado ou preso, quer dizer, são as mesmas figuras que até hoje permanecem no poder.

Qual é o futuro do Líbano? O futuro do Líbano requer uma renovação política, requer um olhar menos sectário. Por mais que as lideranças internas reafirmem a necessidade de se perseguir a formatação de novos paradigmas para a construção de um Estado laico, isso não me parece sincero, porque as lideranças políticas se nutrem do sectarismo, precisam do sectarismo como instrumento político até para permanecer no poder. Portanto, vai depender de uma nova geração para que haja esse processo de transição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Líbano tem um destino que é inseparável dos países árabes, os países árabes são fundamentais para a recuperação econômica do país. É fundamental que o Líbano reate essa interlocução política com os diversos países, a partir do exercício de uma política externa equilibrada e distante dos conflitos regionais, porque os conflitos regionais acabam contaminando o balanço sectário interno.

O futuro do Líbano depende um pouco da diáspora, que, normalmente, procura aportar muitos recursos, especialmente a diáspora brasileira, que tem sido extremamente solidária com as inflexões econômicas do país.

O país vai depender de investimentos externos e, nesse processo de investimentos externos, alguns atores ressurgem, ou surgem, como pilares desse processo, como a China, que quer fazer aportes e investimentos; a própria Rússia; os iranianos. É por isso que é importante também trazer os investimentos europeus, de franceses, dos países que integram a União Europeia e também, se possível, dos Estados Unidos. Portanto, é um país em que, sem investimentos, não é possível reconstruir o porto, não é possível reerguer a economia.

Bom, o país está em negociação com o Fundo Monetário Internacional, mas é preciso fazer um ajuste fiscal duro, tremendo, que vai requerer, digamos, uma disciplina político-econômica tremenda e, sobretudo, redução do grau de corrupção, porque um aporte do Fundo Monetário não será dado se não houver garantias de contenção da corrupção.

Bom, concluindo, Senadora Kátia Abreu, eu diria que, embora a relação econômica, da perspectiva comercial, entre o Brasil e o Líbano não seja uma relação densa, como é densa com outros países na região, é uma relação que se pauta por um grau de cooperação elevado, por uma relação cultural intensa.

A contribuição do Brasil para o Líbano tem sido enorme desde a sua fundação, não só por haver acolhido os nossos antepassados, mas também porque o Brasil está presente a partir das operações de paz das Nações Unidas e também, sobretudo, a partir do trabalho humanitário que os sucessivos governos brasileiros desempenharam ao longo das últimas décadas.

Fico por aqui, após esta fala introdutória, à disposição para quaisquer indagações.

Muito obrigado pela paciência dos senhores e das senhoras.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Hussein, pela sua explanação. Com certeza, continuará conosco para posterior questionamento de alguns Senadores ou do e-Cidadania. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Exma. Sra. Carla Jazzar, Embaixadora da República do Líbano no Brasil. É um prazer recebê-la, principalmente por ser mulher por quem tenho um carinho muito especial e admiração. Parabéns!

A SRA. CARLA JAZZAR (Para expor.) – Obrigada à Sra. Senadora Abreu. Antes de começar, eu quero agradecer por suas boas palavras sobre as relações entre o Brasil o Líbano. Essa relação é muito forte e ancestral.

E cito uma história muito simpática. Eu me lembro do Embaixador do Brasil em Washington, o Embaixador Abdenur: ele me apresentava como representante do "Líbano Pequeno"; ele era representante do "Líbano Grande". (*Risos.*)

Exma. Sra. Senadora Kátia Abreu, Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, Exmo. Sr. Embaixador Ruy Pereira, Exmo. Sr. Embaixador Hermano Telles Ribeiro, senhoras e senhores, bom dia!

Antes de mais nada, gostaria de expressar a minha mais sincera gratidão à Presidente desta Comissão de Relações Exteriores, Senadora Kátia Abreu, pelo convite para participar desta audiência tão importante para o Líbano. Sinto-me honrada pela oportunidade de poder falar do meu país em frente a esta assembleia tão eminente, liderada por uma personalidade cuja liderança é unanimemente reconhecida por sua excelência.

Devo também parabenizar os nobres Senadores Nelsinho Trad e Esperidião Amin, distintos membros desta honrosa Comissão.

É um orgulho para a nossa comunidade libanesa-brasileira me receberem, ouvirem e tomarem a iniciativa de realizar esta audiência pública.

Eu não esqueceria de citar os honrosos Senadores Tasso Jereissati, Fernando Collor, Antonio Anastasia e Jaques Wagner, por suas calorosas boas-vindas e seu incentivo.

Gostaria de saudar a presença dos meus caros colegas Embaixadores, Luiz Pereira, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, ABC, e Hermano Telles Ribeiro, Embaixador do Brasil no Líbano. Gostaria também de reconhecer a participação dos senhores Hussein Kalout e Guga Chacra. Tenho certeza de que a contribuição de todos os senhores, para esta audiência, será de grande importância para uma melhor compreensão da situação atual no Líbano.

Queria aproveitar esta oportunidade para estender ao Ministério das Relações Exteriores o meu senso de dever pelo seu apoio desde o primeiro dia minha chegada a este lindo País, há nove meses. Eu gostaria de mencionar, em particular, meus caros amigos Embaixadores Kenneth da Nóbrega e Sidney Leon Romeiro, que têm ajudado na minha empreitada em todos os momentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, mas não menos importante, queria parar um momento para lembrar da generosidade brasileira para com o Líbano, em especial depois da terrível explosão que atingiu o Porto de Beirute, naquele trágico 4 de agosto de 2020. A ajuda humanitária e moral brasileira que o Governo, os Congressistas e os brasileiros descendentes de libaneses têm prestado ao povo libanês fortalece a minha crença de que o Brasil é e será, sempre, um dos nossos melhores amigos.

Senhoras e senhores, antes de começar minha apresentação, queria pedir a sua permissão para responder as suas pergunta em inglês ou francês. Estou aqui há nove meses e eu me esforço para conhecer e aprender sua língua, bela língua, mas vocês entendem que, em nove meses, eu não poderia expressar meu pensamento profundo fluentemente. Perdoem-me por isso, mas ainda espero que vocês apreciem minha coragem de comparecer diante de vocês com tão pouca capacidade linguística.

Senhoras e senhores, uma semana atrás, se vocês tivessem me perguntado sobre a situação no Líbano, eu teria contado que não poderia ser pior. A crise econômica, financeira e social sem precedentes era extremamente grave. A libra libanesa perdeu mais de 90% de seu valor, a inflação chegou a 120%, afetando mais de 75% da população. O desemprego atingiu mais de 40% da força trabalhadora. Os hospitais não podiam mais fornecer tratamentos contínuos para pacientes com problemas nos rins ou cânceres. As farmácias ficaram vazias de remédios, os postos de gasolina ficaram sem combustível, com filas infinitas de carros esperando para conseguir 20 litros de gasolina. Os *blackouts* de energia elétrica chegaram a 22 horas por dia. E, como o Banco Mundial a definiu, a crise libanesa é uma das piores do mundo deste 1850.

Esta terrível crise econômica, financeira e social veio a ser enxertada a uma situação já desastrosa devido: 1) à presença de um milhão de refugiados sírios e de 400 mil refugiados palestinos em nosso território; 2) à tragédia do 4 de agosto no porto de Beirute, que destruiu o coração de nossa capital cultural e econômica, matando mais de 200 pessoas, ferindo outras 6.500, algumas delas para toda a vida, e desalojando mais de 300 mil; 3) à pandemia do coronavírus, que assolou o setor de turismo e agravou a pobreza e as dificuldades econômicas. E, acreditem ou não, nesse esquema catastrófico, a pandemia está entre os males menores.

Como resultado, a crise social, econômica e financeira no Líbano exacerbou a fragilidade e a fragmentação do país, aumentando o risco de instabilidade social e civil e de erupção esporádica e diária da violência. Mas, ainda mais grave, a situação da crise expôs o país a uma perigosa escassez de recursos, incluindo o capital humano, já que a fuga de talentos se tornou uma crescente e inesperada opção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, senhoras e senhores, o estado em que está o país se assemelha muito ao da Venezuela, com a diferença de que a Venezuela tem vizinhos solidários, como o Brasil, que podem acomodar seus refugiados. No caso do Líbano, estamos por nossa conta, com uma Síria assolada pela guerra em nossas fronteiras, no norte e leste; Israel ao sul; e o mar a oeste. Hoje o Líbano se encontra na mesma situação em que esteve no começo do século XX, que levou os pais e avós de alguns de vocês a migrarem para o Brasil.

Felizmente, na semana passada, e após três meses de negociações, num novo governo libanês, presidido pelo Primeiro-Ministro Najib Mikati, um bom e experiente político, foi formada a nova equipe, que inclui personalidades apolíticas com boa reputação.

Portanto, hoje uma nova página de esperança está sendo aberta para o povo libanês. O governo atual tem uma missão bem definida de liderar o país no caminho da recuperação econômica, social e financeira por meio das consultas com o Fundo Monetário Internacional, iniciar reformas dos setores econômico e bancário, fornecer uma rede de segurança social e alimentar para o povo libanês e realizar eleições legislativas no domingo próximo.

No entanto, os desafios que o novo Governo enfrentará são enormes. A situação está muito grave e a recuperação muito lenta. De acordo com as estimativas mais otimistas, o caminho de reinício levará cerca de dez anos. Tudo precisa ser refeito ou reformado para tirar o povo libanês do seu sofrimento, mas as necessidades mais urgentes são a provisão rápida dos produtos e serviços básicos, como alimentos, eletricidade, combustível e medicamentos. Quanto às reformas mais urgentes, elas se relacionam, principalmente, com os setores da energia, bancário, de infraestrutura e com todos os setores econômicos produtivos, como a agricultura e a produção industrial.

Dito isso, o Líbano precisa hoje, como ontem, da ajuda das comunidades libanesas ao redor do mundo e dos seus amigos também e, mais do que nunca e principalmente, da comunidade libanesa no Brasil e do Governo brasileiro. Portanto, chegou a hora de agir e de construir sobre essa imensa ponte humana que conecta Líbano ao Brasil para atingir um nível institucional em tempo de traduzir a tremenda influência que tem a comunidade libanesa neste País em uma solidariedade real, tangível e sustentável, como o povo libanês. É hora de pensar grande em uma maneira mais sistemática para ajudar a descobrir um modelo que vá além da captação de recursos ou da coleta de medicamentos quando necessário. É por isso estou aqui hoje.

Senhoras e senhores, deste que cheguei a este País, em dezembro passado, venho me engajando com contrapartes no Mistério das Relações Exteriores do Brasil, sobre como agir para ajudar o povo libanês. Assim, surgiu a ideia de um fundo para o povo libanês, criado pela comunidade libanesa neste País e pelos brasileiros de origem libanesa. Levamos tempo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decidir como proceder, especialmente porque o fundo iria envolver recursos privados e monitoramento público. De fato, a ideia do fundo é muito simples. Ela é sobre: 1) identificar comunidades, áreas e negócios no Líbano; 2) fornecer suporte financeiro para essas comunidades, áreas e negócios; 3) fornecer apoio técnico ou apoio tecnológico, provendo com experiência tecnológica e conhecimento do Brasil; 4) investir em novos projetos de desenvolvimento setorial.

Quantos aos objetivos do fundo, eles são: 1) criar novas oportunidades de trabalho; 2) receitas recorrentes; 3) desenvolver setores como os da agricultura, da produção de energia limpa, da segurança alimentar; 4) garantir a entrada de moeda estrangeira no país; 5) estimular o comércio bilateral.

Em julho passado, depois de consultar a Idal, a autoridade libanesa encarregada de fornecer incentivos e serviços para negócios e investidores locais e estrangeiros para estabelecer suas operações no Líbano, e depois de identificar projetos com potencial de desenvolvimento socioeconômico, trouxe a ideia do fundo para nossa comunidade libanesa em São Paulo. Eu escolhi São Paulo, pois é onde está a maior e mais bem estabelecida parte de nossa família libanês-brasileira. A ideia foi recebida com grande entusiasmo, e a comunidade libanesa lá imediatamente mobilizou esse organismo em grupos de trabalho para estudar os aspectos jurídicos e financeiros do fundo. Hoje uma plataforma financeira está em estudo para definir as condições de transmissão de recursos aos beneficiários.

É aí, senhoras e senhores, que venho solicitar sua ajuda para facilitar as transferências dos fundos e das assistências humanitárias para o Líbano, liberando-as de impostos e dos custos. Se me permitem, gostaria de sugerir a ideia de que vocês definam uma forma legal, mesmo que isso signifique criar uma estrutura própria, uma parceria entre as autoridades brasileiras competentes e as entidades libanesas constituintes do fundo em construção, para permitir um fluxo livre de ajuda financeira, material e medicamentosa também. Dessa forma, as autoridades competentes assumirão a liderança em qualquer tipo de repasse, mesmo que todo o financiamento seja exclusivamente privado. E, se posso dizer mais, colocaria a sua disposição uma especialista no assunto, que poderia sugerir um projeto de lei ou uma emenda a uma lei já existente ou também uma medida provisória.

Para concluir, senhoras e senhores, a ideia que apresentei tem a intenção principalmente de ajudar o povo libanês em sua luta diária pela sobrevivência e facilitar as transmissões de assistência, mas, se adotada, também seria um grande salto na estrutura das relações libanês-brasileiras, seria a chave do fomento e um laço institucional ainda mais produtivo entre os dois países. O que hoje parece uma busca por ajuda pode, na verdade, servir de base para uma contribuição futura do Brasil na reconstrução do Líbano e na sua recuperação. Isso é bom para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Líbano, isso é bom para Brasil, é bom para as nossas relações bilaterais. E, além disso, nessa iniciativa, teremos que elevar nossa amizade a um novo patamar.

Muito obrigada, senhoras e senhores, pela sua atenção.

Perdoem-me se tomei muito tempo para apresentar o caso do meu povo. Espero tê-los convencido a agir, espero que essa audiência não termine por aqui, espero que possamos desenvolver ideias concretas e espero que as relações entre o Líbano e o Brasil se tornem mais fortes do que nunca.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Sra. Embaixadora. Eu tenho certeza de que a sua fala, a sua apresentação mobiliza todos nós que estamos aqui presencialmente, mas também todos que estão participando pelo e-Cidadania, remotamente. Suas palavras, quase uma súplica, com certeza vão calar no coração não só dos descendentes libaneses, mas de todos os brasileiros.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Embaixador Hermano Telles Ribeiro, Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

O experiente Embaixador Hermano Telles Ribeiro, formado no Instituto Rio Branco em 1979, serviu ao Brasil em Washington, Montevidéu, Paris, Tóquio, Caracas, Atlanta e Londres antes de chegar a Beirute. Em 2000, defendeu a tese de Altos Estudos do MRE intitulada "Brasil e México: convergências e divergências (1995-1999). Desafios de uma parceria possível". É autor de diversos artigos, entre eles "O Centro de Desenvolvimento de Tecnologias Avançadas (CDTA) da 'Georgia Institute of Technology': um instrumento de desenvolvimento econômico".

V. Exa. dispõe de 15 minutos. Muito obrigada por participar.

O SR. HERMANO TELLES RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senadora Kátia Abreu, e por seu intermédio eu gostaria de cumprimentar também os Senadores que estão presentes virtualmente ou aí na nossa sala, da qual eu guardo boas recordações de minha sabatina.

Queria saudar o Senador Esperidião Amin, com quem tive uma conversa em que pude ver nos olhos dele a emoção que ele revelou da visita que fez a seus familiares aqui no Líbano. Aquilo me marcou muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento os demais painelistas, a querida colega Carla Jazzar, cuja fluência em português já se distancia de uma forma fenomenal do meu parco árabe aqui no Líbano. Nós somos quase que parceiros temporais, não é verdade, Carla? Eu cheguei em dezembro aqui, você está há nove meses em Brasília. Meus parabéns por sua fluência, e eu tenho certeza de que muito em breve você estará com um domínio mais completo do nosso idioma. Para mim vai ser páreo duro, digamos assim.

Demais participantes do e-Cidadania, também colegas meus que estão presentes aí à sessão, é uma grande alegria estar aqui.

Minha primeira mensagem, de quem está aqui no terreno, vivendo o dia a dia dos múltiplos desafios libaneses, é de que nós temos um fenômeno de muita felicidade de esta audiência pública estar sendo realizada nesta data.

Nós estamos realizando esta audiência pública chamando a atenção para a parceria com o Líbano, para os desafios libaneses, no momento em que o novo Governo acaba de, digamos assim, entrar em campo. O novo Governo acaba de ser referendado pelo Parlamento. É um Governo que demorou um mês e meio para se constituir. As tentativas anteriores, é importante assinalar, levaram mais de 11 meses e foram frustradas. Portanto, o Primeiro-Ministro Mikati, em um mês e meio, conseguiu fazer essa costura tão delicada e tão complexa de formar um governo que foi referendado pelo Parlamento. Então, eu acho que a primeira coisa que é muito positiva é que esta audiência esteja ocorrendo neste momento, num momento inaugural, quase, da nova gestão do Primeiro-Ministro Mikati.

Uma segunda coisa é que o Primeiro-Ministro não é uma pessoa que desconheça o nosso País. Eu soube que ele, inclusive enquanto Primeiro-Ministro, visitou o Brasil no período da Rio+20, a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, e, naquela época, inclusive visitou o Comandante da Marinha brasileira e, evidentemente, se referiu à importantíssima participação da nossa Marinha na força-tarefa marítima das Nações Unidas. Ele conhece bem o nosso País.

Ele terá, o Primeiro-Ministro, uma tarefa extremamente complexa que será de navegar essa, digamos, nau fenícia, esse Líbano, até as próximas eleições, em maio do ano que vem. É complexo, evidentemente, porque as demandas políticas, econômicas e de toda a sorte decorrentes das crises que eu vou brevemente aqui abordar se multiplicam, se retroalimentam num círculo vicioso. Então, é muito difícil você mudar o sinal da equação diante de uma situação com tantos desafios pela frente. De modo que ele terá, desta semana, deste momento que estamos vivendo aqui inclusive até o mês maio do ano que vem para navegar o país, para promover as reformas que se fazem indispensáveis e para conquistar a confiança da população na gestão governamental. Eu creio que, no momento em que isso ocorrer, nós teremos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

virada, teremos uma mudança efetiva na equação política aqui neste país. E temos fé de que isso ocorrerá. Esse é nosso, evidentemente, sentimento olhando para a frente.

Existe, por outro lado, uma grande expectativa da comunidade internacional para as necessárias reformas. O Hussein Kalout falou muito bem, muito brevemente. Como é difícil falar em 15 minutos tudo o que temos aqui pela frente e que tivemos na história libanesa, foi uma maravilha a apresentação dele. Há uma impaciência natural, há uma certa expectativa de resultados de ações de curto prazo de reformas necessárias no domínio fiscal, no domínio, enfim, da gestão governamental, no domínio, sobretudo, da ordem econômica do país.

E aí eu acredito que a gente pode começar a falar, pela primeira vez – o Senador Esperidião Amin falou em singularidade, eu vou falar várias vezes nessa expressão –, numa singularidade brasileira, que é o fato de que, em alguns casos, os desafios que o Líbano terá pela frente poderão encontrar, de alguma forma, soluções brasileiras. A título de exemplo: há todo um debate e está em curso aqui a implementação de um cartão de renda mínima. Ora, nós temos *expertise* nesse tipo de ação governamental. Não é de se descartar que haja a possibilidade de uma reforma monetária. Eu estou aqui apenas especulando, mas, enfim, nós temos possibilidades claras de compartilhar com o Líbano a experiência que tivemos, que foi a experiência do Plano Real.

Neste momento, então, eu queria apenas citar brevemente as crises que estão sobre a mesa para o Governo que se inaugura agora.

Há a crise política, que eu aqui mencionei, na medida em que há um déficit de confiança na gestão governamental. E houve a revolução, a chamada revolução de outubro de 2019, em que o povo veio à rua, foi à rua, de forma unânime quase, sem nenhuma cor partidária ou confessional, para dizer que era preciso que houvesse uma mudança de paradigma, não é verdade? Então, há um anseio por uma mudança, mas, neste momento, há também expectativa de que o Governo possa começar a trilhar um caminho e lançar um mapa do caminho claro em busca de uma estabilidade econômica para a sua população.

Há uma crise fiscal e de liquidez. Eu não tenho nem os números aqui de cabeça, mas há endividamento elevado nos setores público e privado.

Há uma crise bancária e cambial. A minha colega Carla mencionou com clareza os dados, inclusive endossados pelo Banco Mundial, sobre a grave questão cambial e bancária do país.

E, por fim, há uma crise energética. Nós estamos falando de um país muito dependente de energia importada, para não dizer completamente dependente, na sua matriz energética, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia que vem de fora: nós temos falta de óleo para as usinas termelétricas, óleo diesel para geradores, gasolina e gás de cozinha; toda sorte de carência neste momento.

E a essas crises – digamos: política, fiscal, bancária, energética – se soma evidentemente uma crise que não é apenas no Líbano, mas é global, pois o Líbano também está enfrentando a pandemia, não é verdade? E o sistema público de saúde tem procurado atender de forma extremamente competente. Sou testemunha pessoal, porque sou pessoalmente beneficiário das vacinas, eu e minha família, aqui no Líbano. É um sistema que tem um altíssimo nível de capacidade de entrega, não é verdade?

Mencionada essa conjuntura do terreno, eu queria dizer que, como disse a Carla, uma população que tem entre 5 e 6 milhões – ela mencionou com clareza –, 1 milhão de sírios e 400 mil palestinos... Eu sempre gosto de fazer aquela comparação: na verdade, é como se o Brasil acolhesse em seu Território uma Argentina e um Equador em termos de população. Esse é o impacto demográfico, a complexidade demográfica que enfrenta um país da extensão territorial do Líbano. É como se, em nosso País, nós recebêssemos um contingente demográfico correspondente à população somada de Argentina e Equador. Então, é um impacto muito forte, é um estresse adicional sobre o tecido social.

Eu falaria agora das singularidades da nossa presença, da singularidade da presença brasileira. O Brasil é o único ator global – é preciso que seja dito com toda clareza –, é o único ator global para o qual todas as portas estão abertas no Líbano, de todos os partidos políticos e de todas as confissões. Nós somos recebidos aqui como irmãos por todo o espectro político. Isso é singular, quer dizer, o Brasil tem esse ativo diplomático que foi construído nesses sessenta e tantos anos da nossa embaixada aqui; é um valor extraordinário.

Eu lembro que, quando entreguei minhas credenciais ao Chanceler, ele me disse: "Nós somos uma família. O Brasil e o Líbano, somos uma família". Num momento protocolar, muito solene, em que os discursos são mais formais, eu ouvi esse tipo de mensagem. Então, essa abertura nos permite transitar, nos permite conversar, nos permite ter acesso a todos os níveis: agentes econômicos, acadêmicos, agentes políticos; enfim, é ilimitado o nosso acesso – é ilimitado. Nós temos um salvo-conduto, digamos, um passaporte com todas as possibilidades. E, dada a nossa estrutura, enfim, a nossa cultura própria, nós contamos com a confiança desses atores; dada a nossa história, a história da nossa presença aqui.

Então, na minha visão – e são as orientações que recebo do Itamaraty –, podemos e devemos, progressivamente – como gostam de dizer os japoneses, *step by step*, tudo por etapas, muito calibrado –, incrementar a nossa colaboração, a nossa presença aqui. Há uma demanda por mais Brasil no Líbano, e isso é irrefutável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a nossa presença também é singular porque, no Oriente Médio, a nossa presença em todos os demais países é diferente. Então, a presença brasileira no Líbano, no contexto do Oriente Médio, dado o elemento humano que vertebra a nossa relação, é também singular se comparada à nossa presença em todos os demais países da região.

As relações econômicas e comerciais – não vou cansar vocês com dados – estão muito aquém do nível de ambição que nós temos. Para isso temos o Acordo Mercosul-Líbano, que está em estágio final de negociação. Nós queremos crer que vamos poder fechar esse acordo e temos, evidentemente, a expectativa de que os Congressos possam validar esse acordo. Para além da redução de tarifas, para além da liberalização de comércio, ele é um sinal, ele é um indicador para os agentes econômicos, ele é um indutor de comércio. E comércio é emprego, como nós sabemos; para além de cifras na balança comercial, comércio é emprego, e é disso que se trata aqui. Portanto, é importante.

Há o papel muito ativo da nossa câmara de comércio em São Paulo, que eu queria assinalar aqui – não sei se já extrapolei meu tempo –, e dos atores não governamentais. Nós estamos aqui acompanhando uma ação muito robusta de atores não governamentais, não só de São Paulo, mas do Brasil inteiro, enviando todo tipo de medicamentos que são de primeira necessidade para o Líbano.

E, afinal, de suma importância aqui é a nossa presença consular. Temos uma comunidade estimada, no Líbano, de cerca de 20 mil brasileiros e, acredito, cidadãos com dupla nacionalidade. A comunidade está sobretudo na região do Beqaa, mas não apenas; ela está disseminada. Para que tenham ideia, foram contabilizados ano passado, um ano de covid, 5,5 mil documentos e serviços prestados pelo setor consular.

Por fim, na dimensão cultural, temos um centro cultural que tem dez anos de existência e já tem um acervo extraordinário de trabalhos. Com ele faremos uma exposição em homenagem ao Imperador Pedro II no ano que vem.

Muito obrigado pelo tempo que foi dado e pelo momento em que esta audiência está ocorrendo. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Sr. Embaixador, por suas palavras e por sua participação.

Eu registro a presença do Embaixador Sidney Leon Romeiro, que é Diretor do Departamento do Oriente Médio do Itamaraty.

Concedo a palavra ao Sr. Guga Chacra, jornalista e comentarista de política internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guga Chacra, nascido em São Paulo, é neto de imigrantes libaneses. Formado em jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, fez Mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Columbia, em Nova York.

Chacra atuou como correspondente internacional para os veículos *Folha de S.Paulo* e, atualmente, para *O Estado de S. Paulo* e GloboNews. Especializado em Oriente Médio, cobriu eventos importantes, como a Guerra do Líbano, entre julho e agosto de 2006; os conflitos na Faixa de Gaza, entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009; e a expansão do grupo terrorista islâmico Al-Qaeda no Iêmen, em dezembro de 2009.

Guga, ou Gustavo, é autor do livro *Confinado no Front, Notas sobre a nova geopolítica mundial*, lançado em 2020.

Eu gostaria também de agradecer à Rede Globo de Televisão por ter autorizado, ter permitido que essa estrela do seu jornalismo pudesse participar desta audiência.

Guga Chacra, por 15 minutos por favor, com a palavra.

O SR. GUGA CHACRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, muito obrigado pelo convite para vir aqui, na presença do Embaixador Hermano, do Embaixador Ruy Pereira, da Encarregada de Negócios do Líbano, a Carla Jazzar, e do meu amigo Hussein Kalout.

Só uma coisa: eu sou de *O Globo* agora, não sou mais do *Estadão.* Fui correspondente da *Folha* e do *Estadão,* mas sou de *O Globo,* da GloboNews, da TV Globo e da Rádio CBN, em Nova York.

Vou colocar aqui a contagem regressiva, Senadora, para não estourar o tempo.

Bem, vamos lá.

Também ressalto a presença do Senador Nelsinho Trad, que eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente na Assembleia Geral da ONU em 2019, aqui em Nova York, e do Senador Esperidião Amin, que eu gostaria muito de conhecer pessoalmente porque acompanho o trabalho dele há décadas.

Bem, vamos em frente.

O Líbano sempre teve esses problemas, problemas sectários, está numa região onde há conflitos, passou por uma guerra civil de 15 anos. Qual é a diferença do Líbano de agora para o Líbano de poucos anos atrás, quando o Senador Esperidião Amin esteve lá, inclusive, em 2018, mas mesmo aquele Líbano de 2003, 2004, da reconstrução de Beirute?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo depois da guerra entre Israel e Hezbollah em 2006, em que houve também uma reconstrução, a gente viu descendentes de libaneses do Brasil indo para Beirute, ficando encantados, indo jantar no Em Sherif, no Abdel Wahab, naqueles restaurantes; ficando deslumbrados com Biblos, com Zahlé, com os montes do Líbano, com o Vale do Kadisha, aquela coisa; voltado e falando: "Nossa, como Líbano é mágico!". O que mudou? O Líbano teve um colapso econômico similar ao que a Argentina teve, depois de anos de câmbio fixo da moeda atrelada ao dólar, 1,5 mil libras valendo US$1, assim como a Argentina teve aquele câmbio fixo dos anos 90, dos anos Menem, com Domingo Cavallo. Uma hora entrou em colapso na Argentina – o Brasil também, mas no Brasil era banda cambial –, a moeda Argentina se desvalorizou de forma abrupta e acentuada, o país ficou ingovernável por um período, voltou a inflação. A mesma coisa acontece no Líbano.

Qual a diferença? Aí, sim, entra ter todo esse sistema sectário, estar numa região em conflito e o principal produto de exportação... A Argentina exporta trigo, a Argentina exporta carne, a Argentina exporta soja, a Argentina é um dos países mais ricos, se assim se pensar, em terra, como o Brasil, mesmo quando o Brasil tem uma banda cambial. A moeda desvaloriza, seu produto fica mais barato para exportar. Você consegue levar dinheiro para a Argentina, você consegue levar dinheiro para o Brasil. O Líbano, não; é um país que importa 80% da comida. E o principal produto de exportação do Líbano é o libanês, quer dizer, o libanês que vai embora, libanês da diáspora, que manda dinheiro de volta para o Líbano. Mas isso é muito triste, porque o Líbano perde os grandes talentos.

É claro que naquela primeira imigração, no final do século XIX, do século XX, eram pessoas de classe média ou pessoas mais humildes que imigravam, como meus avós, como os pais do Senador Esperidião Amin, quer dizer, havia aquele grande fluxo imigratório de libaneses não só para o Brasil, mas para o Canadá – eu tenho parentes em Montreal –, para os Estados Unidos – eu tenho parentes em New Hampshire –, para a Austrália, para a Argentina, para o Chile, para a Colômbia. Nos livros do García Márquez – *en el día en que Santiago Nasar murió* –, em *Crônica de uma Morte Anunciada*, Santiago Nasar, sempre mencionando ali que também há uma presença libanesa. Quer dizer, você teve todo aquele fluxo imigratório. E houve o fluxo imigratório durante a guerra civil também.

Só que agora é mais grave. Por quê? Porque muitos libaneses com talento... Aquele libanês que se forma na American University of Beirut – na Universidade Americana de Beirute –, na Lebanese American University, na Université Saint-Joseph vai embora; aquele médico libanês que fez a AUB vai embora, vem para os Estados Unidos ou vai para o Golfo – o Golfo hoje é muito rico; não era assim nos anos 80 e 90, mas agora ele atrai –, vai trabalhar em Dubai, vai trabalhar em Doha, vai trabalhar em Abu Dhabi, vai trabalhar em Riade, vai trabalhar em Manama. Eles vão embora. Você está perdendo esse talento, está acabando aquele Líbano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São pessoas que dificilmente vão voltar. Podem até voltar para passear, como muitos da diáspora libanesa no Brasil, mas vão indo embora, o Líbano vai se empobrecendo dos grandes talentos. E isso é um processo quase irreversível. Sempre é bom para um país receber imigrantes. Basta ver o Brasil: São Paulo, que é o Estado mais rico. São Paulo foi o Estado que mais recebeu imigrantes do Líbano, sírio-libaneses, italianos, japoneses, alemães, judeus; eles foram muito para São Paulo. Você vê os Estados Unidos, o país dos imigrantes. Estou eu e o Hussein aqui, somos imigrantes nos Estados Unidos. Somos brasileiros e libaneses, mas acabamos onde? Nos Estados Unidos. Então, há esse fluxo, essa perda. Essa perda é quase que irreversível para o Líbano.

E, ainda ficando ali na região, é muito triste ver o que acontece. A gente sempre fala – o Hussein falou – em mundo árabe e tudo, mas o Líbano, a Síria, a Palestina – os palestinos – e o Egito são mediterrâneos também. O Líbano é uma nação levantina, aquela nação da mistura religiosa, multissectária: com os cristãos maronitas; cristãos greco-ortodoxos; cristãos melquitas, que são os greco-católicos; os apostólicos armênios, que alguns chamam de ortodoxos armênios; os católicos armênios; os muçulmanos sunitas; os muçulmanos xiitas; os drusos; até um pouquinho de alauitas. Ali em Trípoli havia muitos judeus no Líbano também. Infelizmente não existe mais essa comunidade judaica muito importante para o Líbano, mas ainda é essa nação levantina, que tinha essa coisa do mundo mediterrâneo.

O Líbano estava com os olhos, sempre teve os olhos muito voltados para o Mediterrâneo. Isso por séculos. Hoje, não. Esse Mediterrâneo Oriental, o Levante decaiu a um ponto... Eu sempre fiquei... Eu cresci ali, eu era pequenininho, eu me lembro da guerra civil, quando mataram Bashir Gemayel, o Líbano estava naquele pior momento, e uma das minhas primeiras memórias era meu pai falando: "Acabou o Líbano!". Ele triste, porque é a terra dos meus avós. Mas o Líbano saiu da guerra civil, se reconstruiu e tudo. E daí começou sempre a ficar aquele sonho: "o Líbano vai melhorar, o Líbano vai melhorar".

Eu ia muito para a Síria. Eu também tinha uma expectativa: "a Síria vai melhorar". Ali eu fui em 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011. Em 2011, quando começou a guerra, meus pais, meu irmão, minha tia, meus primos estavam todos em Damasco, passeando. Damasco foi escolhida a Cidade do Ano pelo *The New York Times* em 2010. Eu tinha aquela esperança de que haveria um acordo de paz entre Israel e Palestina e que haveria um Estado palestino vivendo em paz e segurança ao lado de Israel. Com a Praça Tahrir, lá no Egito, tive esperança de que o Egito ficasse democrático. Hoje eu sou um completo desiludido, eu não vejo futuro nenhum. É o pior momento que eu vejo do Líbano desde que eu nasci. As pessoas falam que é pior que o momento da guerra civil, em que em alguns momentos parava tudo, tinha aquela economia de guerra e sempre a perspectiva de que poderia, em algum momento, chegar à paz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora em agosto eu tinha férias, eu queria levar meus filhos para conhecer... São pequenininhos, mas eu queria levá-los para o Líbano, mas não dá. Acabei na Itália. Minha mulher é libanesa-italiana que nem eu, metade libanesa, metade italiana. A gente acabou levando nossos filhos para a Itália. É uma pena, porque em vez de eu ter ido ali para a região de Napoli, Positano, Ischia, eu podia ter ido para Beirute e Biblos. Aliás, Beirute parece muito Napoli, mas é mais cosmopolita, até mais sofisticada do que Napoli, de uma certa forma. As praias libanesas não deixam nada a desejar, mas não dá para ir nessa situação caótica em que está o Líbano – dá para ir como jornalista –, nessa decadência libanesa que não havia três anos atrás.

A gente viu a explosão de um porto em Beirute, a maior explosão não nuclear da história da humanidade, por incompetência das autoridades libanesas. Explodiu o porto, destruindo toda uma região ali boêmia, de Mar Mikhael, que é o antigo bairro armênio de Beirute; Saifi Village, que era uma área que foi reconstruída na guerra civil; parte do centro de Beirute, pegando até Achrafieh, que é um bairro sofisticado cristão. Quer dizer, aquela explosão no porto, a falta de coleta de lixo, a falta de eletricidade.

Isso tudo ficou na ficção, ficou nos anos 50, ficou nos anos 60, no começo dos anos 70. Aquele Líbano acabou e dificilmente vai se reconstruir. Acho que essa crise até, em algum momento, passa, mas aquele Líbano não retorna mais, nem aquela Síria, a esperança de ter uma Síria que possa ser democrática, uma Síria vibrante. Não. Também acabou aquela Síria! O sonho de ter um Estado Palestino... Não vai ter! No curto e no médio prazo... Talvez no longo prazo, mudando gerações completamente. Acabou o sonho palestino de ter um Estado nesse momento ou nos próximos anos. Todo mundo sabe disso. Podem falar: "Ah, o Biden falou na ONU sobre solução de dois Estados". Não vai ter! O Egito ficar democrático... A ditadura do Sisi é pior do que a ditadura do Mubarak.

E o que as pessoas podem fazer para ajudar o Líbano? Como eu falei há pouco – deixe-me ver aqui o tempo –, o que o Líbano tem para exportar sempre foi a diáspora. O Líbano tem que buscar ajuda na diáspora. Não é todo país que tem esse capital humano no exterior, essa vantagem. Quer dizer, quando eu estou ali na GloboNews, no ar, às vezes estou eu, a Andréia Sadi, que também é de origem libanesa; a Julia Duailibi, que é de origem libanesa; o Gerson Camarotti, que tem origem libanesa; a Aline Midlej, que apresenta o Jornal das Dez e tem origem libanesa.

Quando a gente vê um hospital como o Sírio-Libanês, em São Paulo, do qual meu pai é médico... Lá a gente tem todos aqueles médicos de origem sírio-libanesa. A quantidade de políticos de origem sírio-libanesa: o Senador Esperidião Amin; o Senador Nelsinho Trad, que foi citado aí; o Senador Tasso Jereissati. O que São Paulo teve de Prefeito de origem libanesa o Salim Curiati, o Paulo Maluf, o Gilberto Kassab, o Fernando Haddad. Recentemente quase teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o próprio Guilherme Boulos, que também tem origem libanesa. E são de diferentes correntes políticas, isso é interessante, do Líbano, dos descendentes libaneses no Brasil: tem de direita, tem de esquerda, tem de centro; estão em todas as correntes.

Você vê o ex-Presidente Michel Temer também de origem libanesa. A quantidade de advogados, de empresários! Tinha um no Governo do Presidente Jair Bolsonaro, Salim Mattar, também de origem libanesa. Então, você tem essa ajuda toda. E a diáspora precisa... E se mobiliza bastante. Tem o Miled, que acho que está com a gente nesse painel também; a Siham Harati, que ajuda bastante lá no Líbano, lá no Vale do Bekaa. Você também tem a Logibras. Enfim, você tem bastante gente que quer ajudar e tentando se organizar bastante. Acho que essa é a forma que o Brasil pode contribuir mais e que o Líbano pode ter mais ajuda à diáspora libanesa, que é uma coisa bonita. Talvez, junto com a diáspora judaica e a diáspora armênia, seja a diáspora mais bem-sucedida de todo o mundo. Quer dizer, faz sucesso em todos os lugares, seja na África, em países como Serra Leoa, Libéria e Nigéria; seja aqui nos Estados Unidos; seja no Canadá; seja no México, Carlos Slim, por exemplo; seja na Austrália; seja na França; Brasil, enfim, é a forma que o Líbano tem. Já que o principal produto de exportação é o libanês, tem que se aproveitar dessa diáspora, especialmente a que está no Golfo, nesse momento, porque há muitos jovens também que vão para o Golfo.

E o Líbano deve pensar... É um país pequeno, não tem jeito, sempre vai ser pequeno, sempre estará numa região conturbada, tem que resolver algumas questões.

A federalização é uma alternativa que pode ajudar. Tem que reformar esse sistema sectário, mas tomando cuidado, talvez fazendo um Senado que mantenha a divisão sectária. Mas claro que há o medo de que um dos grupos sectários possa dominar, por exemplo, a Presidência e o cargo de Primeiro-Ministro. E também há a questão dos cristãos, no caso cristão maronita ter o cargo de Presidente. Isso tudo dá uma certa segurança. É a maior nação cristã, proporcionalmente, de todo o Oriente Médio. Há mais cristãos no Egito do que no Líbano, mas no Líbano eles são um número expressivo, talvez 40% da população. Se levar em conta a diáspora, é ainda mais do que isso. É importante que essa questão seja preservada.

E voltar a atrair turista, voltar a ser essa nação mediterrânea; porque são fantásticos, ali, os montes do Líbano, com aquele Vale do Kadisha, que eu citei, indo para o Norte do Líbano também, além de Biblos, Batroun, Trípoli – que até tem obra do Oscar Niemeyer. Para o Sul, a terra do Hussein, ali para Tiro, para aquela região; Sídon, mesmo ali próximo à fronteira com Israel, ou todo aquele Vale do Bekaa, as vinícolas; Zahle; minha cidade, que é West Bekaa – minha vila, na verdade, é Rashaya –; Baalbek, que talvez sejam as ruínas romanas mais bonitas do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E só para concluir, espero também que haja paz em toda aquela região, porque eu sempre falo que eu gostaria um dia de poder ir de Tel Aviv, de carro, passar por Haifa, entrar no Líbano, Tiro, Sídon, chegar para Beirute, subir os montes do Líbano, cair no Bekaa, ante o Líbano, chegar a Baalbek, chegar a Damasco e visitar Alepo, voltar para Damasco, cruzar ali para a Jordânia, aí entrar num Estado palestino, quem sabe; ir para Nablus, Jerusalém; depois visitar Jerusalém, Israel, e, enfim, aquela região, porque eu acho que é muito melhor até, inclusive, teria muito mais potencial do que a Europa. Assim eu poderia levar meus filhos para fazer essa viagem, como meu pai fez comigo, em 1997, fazendo Líbano, Síria, Jordânia, Israel, territórios palestinos e Egito, eu quero fazer um dia com os meus filhos.

Faltam dez segundos. Então, Senadora, eu encerro por aqui. Muito obrigado, mais uma vez. Uma honra ter participado com vocês desse evento.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Guga, brilhante como sempre, um orgulho do jornalismo brasileiro.

Por último, passo a palavra para o nosso Exmo. Sr. Embaixador Ruy Pereira, Diretor da ABC (Agência Brasileira de Cooperação), representando o Itamaraty, e passando a palavra posteriormente aos nossos Senadores.

O Embaixador Ruy Pereira é o Diretor da agência ABC desde 2018. Anteriormente, serviu como Embaixador do Brasil em Caracas. Foi delegado permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercosul, em 2012 e 2013. Pereira ainda serviu em sua carreira diplomática em Montevidéu e em Buenos Aires, entre outras funções que desempenhou no exterior. Em Brasília, foi Assessor Especial do Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo. É membro titular do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional, como representante do Ministério das Relações Exteriores.

V. Exa. tem a palavra por 15 minutos.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sra. Senadora Kátia Abreu, Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu queria saudar também os Senadores Esperidião Amin e Nelsinho Trad, que foram requerentes desta audiência, assim entendo. Gostaria também de saudar meus colegas, o Embaixador Hermano Telles Ribeiro, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto à República do Líbano, em Beirute; a Encarregada de Negócios do Líbano em Brasília, Embaixadora Carla Jazzar; as Embaixadoras Cláudia Buzzi e Eliana Zugaib, também o Embaixador Sidney Romeiro, aqui da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, que nos acompanham; representantes de missões diplomáticas estrangeiras acreditadas junto ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo brasileiro; colegas que estão participando deste painel, Hussein Kalout e Guga Chacra, que eu não tinha mencionado até agora.

Queria dizer, Sra. Senadora, que me traz muito boas recordações voltar a esta Comissão, perante a qual estive já em duas oportunidades submetendo-me ao crivo dos Sras. e Srs. Senadores quando da minha indicação para a ocupação de missões ou postos em missões diplomáticas do Brasil no exterior, em 2006 e em 2013. Guardo muito boas recordações inclusive de diálogos que espero teremos de novo com o Senador Esperidião Amin nessas duas oportunidades que mencionei.

Gostaria de dizer à Sra. Senadora que é um privilégio estar nesta Comissão, não só pelas lições que recebemos de todos os que me precederam na palavra, com tantas visões diversas, porém, todas convergentes sobre a situação atual do Líbano, mas sobretudo, como foi dito pelo Embaixador Hermano Telles Ribeiro, pelo caráter singular das relações que marcam o Brasil e o Líbano, dada, como lembrou muito bem o Guga Chacra, a presença absolutamente destacada no cenário social, econômico, político e institucional brasileiro da diáspora libanesa radicada no Brasil. Acho que essa – e concordo inteiramente com o Guga – é talvez a característica mais visível, digamos, das especificidades e singularidades da relação bilateral entre o Brasil e o Líbano.

Eu gostaria de dizer, Sra. Senadora, que esse evento de hoje pela manhã culmina com uma semana libanesa que tivemos aqui na Agência Brasileira de Cooperação. Eu recordo que, no início da semana, e a nossa querida Embaixadora Jazzar se recordará também, no início desta semana, tivemos uma videoconferência muito importante e longa, de quase três horas, com representantes e líderes da comunidade libanesa radicada no Brasil, exatamente sobre o tema que hoje nos ocupa, ou seja, o que fazer, como fazer para poder expandir o grau de auxílio e de cooperação entre o Brasil e o Líbano.

Depois tive a honra de receber, ontem, aqui na Agência Brasileira de Cooperação, a Sra. Embaixadora Carla Jazzar, para dar continuidade a alguns dos temas que tratamos nessa videoconferência, e hoje tenho o privilégio e a honra de, atendendo ao seu convite, Sra. Senadora Kátia Abreu, poder participar desta importante audiência pública. Portanto, temos aí, sem dúvida, uma semana libanesa na Agência Brasileira de Cooperação.

Eu gostaria de pedir apoio técnico ao pessoal, à Secretaria, que nos acompanha hoje, porque eu tenho uma pequena apresentação em PowerPoint, a exemplo do que fez a Sra. Encarregada de Negócios do Líbano, para guiar um pouco as minhas palavras.

Podemos passar, então, aí está, à cooperação Brasil-Líbano 2020-2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos seguir para a próxima lâmina. Eu gostaria de dizer que esta é a lâmina que temos relativamente a cooperação técnica, porque todas as demais que virão depois são relacionadas à cooperação humanitária. A Agência Brasileira de Cooperação é o órgão coordenador do sistema brasileiro de cooperação internacional, tanto recebido quanto oferecido pelo Brasil, e nós temos duas pernas, uma que se ocupa de cooperação técnica e outra que se ocupa de cooperação humanitária.

Em cooperação técnica para o desenvolvimento, eu gostaria de destacar que ontem mesmo à tarde tive o privilégio de assinar, com a Embaixadora Jazzar, um projeto de cooperação técnica do Brasil com o Líbano, a ser implementado ao longo de três anos, portanto, de 2021 a 2024, em parceria com a Universidade Americana de Beirute, que foi aqui mencionada pelo Guga, e produtores rurais libaneses, sobretudo pequenos e médios produtores rurais libaneses, no valor total de pouco mais de US$1 milhão, que tem por objetivo instalar e instaurar no Líbano um sistema certificado de produção orgânica de alimentos, por um lado, e, pelo outro, a estruturação de canais de venda desses produtos orgânicos para o consumo geral, varejistas, lojas especializadas, feiras livres, hotéis e restaurantes. A referência é o sistema que temos no Brasil, cujo símbolo de certificação de qualidade está aí na nossa lâmina, e esse projeto tem o propósito de trazer uma contribuição para aquilo que foi aqui mencionado várias vezes, que foi a desestruturação do componente das cadeias...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador...

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Sim?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, por gentileza, as telas não estão passando. Está congelada desde a primeira.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – É que estou ainda na primeira, Senadora. Já vou passar adiante. Eu ainda estou...

A senhora me ouve, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Perfeitamente. A minha assessoria que veio me chamar a atenção de que talvez o senhor não estivesse vendo que as telas não estavam passando. Desculpe-me.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Então é porque talvez... Só um minutinho que eu verifico isso aqui, por favor.

É porque está na primeira de todas. Essa tela não entrou ainda. É essa que está ali, essa é a única que está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entrou agora, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Agora sim, Embaixador. A primeira, do produto orgânico.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Exatamente. Perfeito. Então, eu não vou repetir o que já disse, com sua licença, Sra. Senadora, para não ocupar muito tempo.

Basicamente, como disse, esse é um projeto de cooperação técnica que assinei ontem com a Embaixadora Jazzar, cuja implementação deveremos iniciar com a Universidade Americana de Beirute já no mês que vem. Há um custo de US$1 milhão da parte brasileira, que está sendo 100% financiado pelo Brasil. O objetivo é contribuir para recuperar, reconstruir a capacidade de produção local de alimentos, no caso orgânicos, no Líbano, que, como o Guga Chacra mencionou, foi muito prejudicada pela explosão no porto de Beirute. O Líbano importa 83% do que usa em termos de alimentação, e essa será uma contribuição de cooperação técnica do Brasil.

Agora passamos, sim, adiante. Vamos à próxima tela, por favor. A próxima. Aí estamos.

Aqui começamos, então, já, Senadora, o bloco de apresentação relativo à cooperação humanitária. Estamos focando uma primeira doação brasileira no ano passado, voltada para o enfrentamento nacional, no Líbano, da covid-19. Foram 129 milhões; perdão, 129 mil – pudesse eu ter US$129 milhões! Desculpem-me – ao Ministério da Saúde Pública do Líbano para aquisição de equipamentos de proteção individual, testes contra a covid e concentradores de oxigênio. A foto mostra o Embaixador Hermano Telles Ribeiro com o então Ministro de Saúde Pública do Líbano recebendo a doação.

Por favor, a próxima.

Aqui começamos o bloco relativo ao porto de Beirute. A foto é do Presidente Temer junto com o Presidente da República dentro do avião KC-390 da Força Aérea Brasileira, que conduziu ao Líbano, justamente em agosto do ano passado, a missão.

Aqui a Senadora Kátia Abreu se referiu à missão especial humanitária multidisciplinar brasileira, que partiu para o Líbano logo depois da explosão no porto de Beirute. Foram transportadas 4,4 toneladas de doações caracterizadas por mala diplomática brasileira para facilitar a tramitação em fronteira, e foram doações do Ministério da Saúde – ventiladores pulmonares, medicamentos, insumos médico-hospitalares – no valor de US$14,8 milhões e também da comunidade de origem libanesa, que arrecada no Brasil alimentos e medicamentos angariados em campanhas públicas feitas pela comunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, com a sua permissão, Sra. Senadora, de destacar aqui o papel da Câmara de Comercio Brasil-Líbano, de São Paulo, que já foi antes mencionada, e também do Senador Alfredo Cotait, que nos ajudou muito na organização dessa remessa.

Vamos à próxima, por favor.

Aqui temos outro aporte brasileiro para tratamento da questão relativa à explosão do porto de Beirute. Nós fizemos três reuniões extraordinárias do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional do Brasil, que coordenamos aqui na ABC, e onde estão representados 17 dos 23 ministérios do Governo Federal, dedicadas essas reuniões exclusivamente à definição do conteúdo da assistência humanitária brasileira ao Líbano já no ano passado e no início deste ano também. Fizemos o aporte desses mapas utilizando fotografias satelitais do porto de Beirute. Temos um exemplo à direita. São mapas produzidos a partir de imagens de satélite fornecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e processados pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres do Ministério do Desenvolvimento Regional, que são extremamente úteis porque oferecem uma visão de grande angular, digamos assim, do local de desastre para as equipes que atuam na área de desastre, inclusive no que diz respeito ao planejamento das suas ações e das atividades pós-desastre.

Também enviamos 1,4 toneladas de doações do Ministério da Saúde, de novo, da comunidade de origem libanesa radicada no Brasil, que transportamos para Beirute com custo pago pela ABC, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, por mala diplomática.

Seguindo adiante.

Aqui temos uma outra contribuição muito relevante do Brasil nesse quadro de dificuldades, de insegurança alimentar e nutricional do Líbano, que é uma doação de quatro mil toneladas de arroz no valor de US$2,2 milhões de dólares, arroz esse dos estoques públicos brasileiros da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O arroz é fornecido por produtores gaúchos e paranaenses. Ele já começa a ser ensacado neste momento, porque a primeira remessa deverá partir do Porto do Rio Grande para o Porto de Beirute em 30 de outubro, sendo que as quatro mil toneladas deverão estar embarcadas todas até o final do mês de dezembro. Consideramos que esse é um aporte muito relevante para minorar justamente as consequências devastadoras da desorganização econômica, sobretudo da estrutura ou do sistema de distribuição de alimentos no Líbano.

Além disso, a ABC propriamente dita doou recentemente US$200 mil para a aquisição, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos, de ventiladores pulmonares e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

purificadores de água, com painéis solares e *kits* voltaicos, o que faz com que, neste momento, seja de extrema utilidade no Líbano, que, como vimos aqui pela apresentação da Embaixada Jazzar, não tem continuidade no fornecimento de energia elétrica. O fato de esses purificadores de água funcionarem a energia solar, independentemente da rede elétrica, dá aos equipamentos uma capacidade de funcionamento que não teriam se dependessem do abastecimento de energia elétrica externa.

Seguindo – por favor, a próxima –, temos uma rápida apresentação da missão especial do Presidente Michel Temer, no ano passado, ao Líbano.

Seguindo adiante, eu vou mencionar, dado que o tempo se esgota, três projetos que nós estaremos então tratando de implementar a partir de outubro, porque assinamos os projetos, felizmente, dentro de mais 40 ou 60 dias, no máximo, que são justamente três projetos de cooperação humanitária pós-desastre que foram identificados pelos especialistas que mandamos para Beirute no ano passado com a missão do Presidente Temer e que tratam, como se pode ver aí, de prevenção de incêndios e gestão de risco de desastres, com a Defesa Civil libanesa e a Universidade Americana de Beirute e, do lado brasileiro, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos de Desastres, do Ministério do Desenvolvimento Regional. Temos um segundo projeto na área de traumatologia e ortopedia, entre a faculdade de Medicina da Universidade Americana de Beirute e o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into), do Ministério da Saúde; e gestão de resíduos tóxicos em emergências e desastres, entre o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Administrativo e a Unidade de Meio Ambiente e Desenvolvendo Sustentável da Universidade Americana de Beirute e o Ministério do Meio Ambiente.

E estamos embarcando – é a próxima, e com isso termino, Sra. Senadora –, no dia 1º de outubro, em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos, dois *kits* adicionais de medicamentos e insumos de emergência e saúde para atender a até 1,5 mil pessoas por mês, doados pelo Ministério da Saúde.

Esse é o panorama, Sra. Senadora, da cooperação técnica e cooperação humanitária que o Brasil vem fazendo ao Líbano desde o início do ano passado, praticamente, quando surgiu, inclusive, a Covid-19 – não tínhamos tido ainda a explosão no porto de Beirute –, e esse conjunto de atividades que já fazemos até agora tem custo para o Governo brasileiro estimado em cerca de US$19 milhões, que aparecem aí espalhados nessas diversas iniciativas.

Eu agradeço muito a oportunidade de oferecer essas informações a todos que nos acompanham, Sra. Senadora Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixador.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Agradeço muito pelo privilégio de poder vir aqui para mostrar um pouco do que o Governo brasileiro e o que o Brasil está fazendo já para o Líbano.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador.

Muito obrigada por sua apresentação.

Como de costume, em todas as nossas audiências na quinta-feira, nós temos sempre um pequeno café da manhã aqui oferecido aos participantes, sempre patrocinado por esta Presidente, mas, hoje, especialmente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Hoje, customizado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É. Hoje, especialmente, a Embaixadora Carla é que está oferecendo esse patrocínio com produtos libaneses que nós todos brasileiros adoramos.

Muito obrigada, Embaixadora, pela delicadeza.

Nós temos 120 pessoas *online* nos acompanhando no e-Cidadania.

Eu agradeço a todos pela companhia, importantíssima, aqui, neste momento, no nosso *site,* e eu gostaria de passar a palavra aos nossos Senadores.

Gostaria muito que cada um que se interessar em fazer perguntas diretas aos nossos participantes Hussein Kalout, ou Guga Chacra, ou os nossos Embaixadores que estão aqui presentes, que possam fazê-las nominalmente, para que depois eu possa passar a palavra.

E, se puderem também, para dar bastante objetividade à nossa audiência, sugestões concretas do que nós podemos fazer, além do que já está sendo feito por esta cooperação, por esse país irmão que está passando por tantas dificuldades.

Então, isso seria de grande valia, a experiência de todos, dois que foram ex-Governadores; Chico Rodrigues, um Parlamentar de muitos mandatos. Tenho certeza de que poderão contribuir.

Eu passo a palavra para o primeiro Senador participante e que está em EAD, a distância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nelsinho Trad, com a palavra, um dos solicitantes desta audiência pública.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senadora Kátia Abreu, na pessoa de V. Exa., gostaria de cumprimentar todos que participam desta manhã de trabalho.

Desde a explosão ocorrida em Beirute, em 4 de agosto de 2020, o Líbano tem visto se agravar uma situação que mesmo antes não estava confortável nem para os seus seis milhões de cidadãos lá residentes, nem para os libaneses exilados e nem para nós que participamos da comunidade de afeição para com aquele país.

Para os que não se recordam, no Brasil existem mais de dez milhões de descendentes libaneses. Há mais libaneses no Brasil do que no próprio território do Líbano. Por isso, chamamos o Itamaraty, as nossas autoridades com influência no campo internacional para que dentro dos princípios constitucionais brasileiros auxiliem nossos irmãos libaneses a enfrentar uma crise que ameaça ser pior do que aquela decorrente da guerra civil que assolou o Líbano na década de 70, indo até 1990.

Há pouco mais de um ano, participei de uma missão chefiada pelo ex-Presidente Temer, humanitária que foi, que se dirigiu àquele país para manifestar nossa solidariedade e, na qualidade de Presidente desta Comissão de Relações Exteriores, tomei as iniciativas possíveis dentro da institucionalidade.

Ocorre, senhoras e senhores, que a situação se agrava ao ponto de a agência de notícias Reuters usar uma violenta expressão para representar o que está acontecendo lá no Líbano: derretimento econômico. Ainda segundo a Reuters, em dois anos, cerca de 78% da população libanesa foi reduzida à pobreza. Conforme dados do Programa Mundial de Alimentos, o preço da comida aumentou quase 600%, desde outubro de 2019, e houve uma contração da economia em 30%, desde 2017, o que configura uma das maiores depressões econômicas dos tempos modernos.

Num círculo vicioso, a moeda local teve uma desvalorização superior a 90%, o que destruiu o poder de compra de um país que é tão dependente de importações. Com o sistema bancário estagnado, não é permitido aos libaneses com poupança em moeda estrangeira lançarem mão dos seus recursos. Eles são forçados pelo sistema bancário a sacarem o dinheiro na moeda local, o que corrói em 80% o valor dos depósitos.

A desvalorização da moeda enfraquece outros campos como o da segurança institucional. Tendo o soldo, o salário reduzido a proporções ínfimas, os militares deixam de cumprir com suas obrigações. Em consequência, quanto menor a presença do Estado, mais cresce a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de milicianos se arvorarem como donos de territórios ou de setores de abastecimento e fornecimento de bens e serviços.

No que diz respeito aos combustíveis, a escassez é tão grande que está a prejudicar os serviços essenciais, incluindo os de atendimento médico, a movimentação de ambulâncias e outras formas de socorro. Num país com adversidades que se estendem para além da dimensão econômica, perpassando os grupos étnicos, as confissões religiosas e as respectivas alianças políticas e militares, há fatores que agravam a crise ainda mais. Nos postos de combustíveis, clientes chegam a disputar com armas o abastecimento. Em outras frentes, caminhões com combustível são sequestrados e defendidos com forte aparato de guerra por grupos político-militares.

No campo externo, constata-se o quão insustentável é a dívida pública do Líbano, uma das maiores do mundo, correspondente a R$370 bilhões, ou seja, 150% do PIB daquele país. Ao deixar de pagar 31 bilhões em euro-obrigações, o Líbano tem o fornecimento de bens suspenso e pedido de novos créditos negados.

Para nós do Senado, não está sendo fácil monitorar em tempo real a ajuda humanitária que o Brasil está enviando ao Líbano, razão pela qual, neste pronunciamento, faço também um apelo ao Itamaraty para que nos esclareça a respeito deste assunto e que, com a sua grande capacidade técnica de interlocução, elabore uma espécie de observatório de ajuda humanitária ao Líbano, incluindo a coleta de informações de grupos e associações não governamentais.

Sabemos da responsabilidade dos atores libaneses e a percepção externa é a de que há muito a ser feito em um país que sofre com a corrupção em um nível que o situa na posição 137 entre os 180 países, num *ranking* em que quanto mais alta a posição mais corrupto é o país, segundo o índice elaborado pela Transparência Internacional.

Diante de um quadro tão sombrio, percebe-se ser grande a responsabilidade dos atores políticos libaneses e, independentemente da confissão religiosa, origem e identificação étnica ou agremiação política, apelamos para a busca de uma solução negociada interna.

Nos meses mais recentes, jovens e mulheres têm manifestado inconformidade com um sistema de distribuição do poder econômico e político, que tem como base as cotas para as 18 religiões oficiais – 18! Tivemos a notícia de que o Primeiro-Ministro Najib Mikati concordou com o novo gabinete com o Presidente Michel Aoun, o que nos traz esperança.

O Departamento de Estado dos Estados Unidos, por sua vez, emitiu uma nota para afirmar que, além dos US$372 milhões em ajuda humanitária já enviados, tem confiança nesse novo gabinete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da parte da França, que exerce uma influência importante, também aquele país tem manifestado preocupação, tendo o Presidente francês organizado, em 4 de agosto, uma reunião para discutir a ação da Europa no Líbano.

Mas e os vizinhos árabes? E os países vizinhos árabes, como têm se posicionado? E de que maneira o Irã pode, efetivamente, contribuir com a paz interna no Líbano? E o Brasil? O que está podendo fazer? Em nossa Constituição, está claro o respeito à autodeterminação dos povos, mas também estamos comprometidos, na ordem internacional, com a solução pacifica das controvérsias. E é dentro desse espírito de busca de solução pacífica das controvérsias que apelamos às autoridades diplomáticas brasileiras para que atuem pela pacificação no Líbano e, nos campos da saúde, da segurança alimentar e de outros essenciais, para que possamos auxiliar com medicamentos, equipamentos, alimentos e recursos humanos para que os libaneses consigam superar o mais depressa possível o crítico cenário de escassez que enfrentam.

Quero aqui ressaltar a ideia de se promover essa reunião, tão bem captada e aceita pela Presidente Kátia Abreu, do nobre colega patrício, descendente de libanês, Esperidião Amin, com a nossa participação.

Eu faço aqui o meu encerramento, dizendo que sou muito sensível a essa causa, até porque aprendi com o meu avô, que é lá do Líbano, que sangue não vira água.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Nelsinho Trad.

Antes de passar a palavra para o Senador Esperidião Amin – a bancada libanesa aqui é muito forte, embaixadora – que maravilha! Maravilha! –, Nelsinho, Esperidião, Tasso, Simone. Muito bom!

Eu gostaria só de ler uma sugestão de um mineiro, Frederico Aborachid, que é o presidente da Fundação Libanesa de Minas Gerais. Ele agradece pela nossa audiência pública e, como proposta, pede a concessão de visto permanente para os libaneses. Segunda proposta: solicita um tratado de livre comércio Líbano/Mercosul.

Muito obrigada, Sr. Frederico, são ótimas sugestões.

Bom, passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Sra. Presidente, eu me permiti fazer uma transação com o Senador Tasso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jereissati, até para que ele que se identifique como realmente levantino que é, porque quem o vê passando pela rua pensa que é inglês.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu jurava que ele era mais para suíço, alemão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E às vezes ele até se porta como.

E, naturalmente, a Senadora Simone Tebet quiser desfrutar da mesma concessão, porque está ocupada, eu me permito deferir primeiro às mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu estou muito surpresa, porque de Tasso Jereissati e Gilberto Kassab eu podia imaginar tudo, menos descendência libanesa. Eu pensei que era suíça, alemã...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pela aparência, pelo porte, pela atitude.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pela aparência, pelos olhos azuis. Mas, é verdade, os nomes confessam.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senadora, a única coisa que eu consegui ter mais do que ele... Eu tenho um terno de linho S 120, que, no Brasil, era monopólio do Carlos...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Jereissati.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Jereissati, *abu*, pai.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O. k., com a palavra, então, o descendente de libanês, nosso grande Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para discursar.) – Muito obrigado, Senador Esperidião; muito obrigado à nossa querida Senadora Kátia Abreu, nossa Presidente.

Primeiro, eu queria parabenizá-la pela iniciativa, evidentemente inspirada, como foi dito aqui, pelo nosso "brimo" decano, que, sem dúvida, é, apesar de ele, dependendo da embaixadora que está aqui, também, às vezes, se considerar suíço ou italiano – dependendo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embaixadora que estiver aqui –, mas o nome dele não engana: Esperidião Amin. Realmente, não deixa qualquer dúvida e, mais do que isso, o orgulho que ele tem de ser levantino legítimo não faz deixar margem de dúvida ao amor que está contido no seu sangue a essa nossa querida origem.

Mas eu vou ser muito rápido, porque, realmente, é importante ouvirmos o autor dessa ideia. Eu queria sugerir que o nosso querido "brimo", como decano dos "brimos" aqui dentro – "brimos" é a bandeira com que a gente se trata aqui – convocasse uma reunião dos descendentes de libaneses aqui, o mais rápido possível, com a sua força e a sua liderança, para que nós possamos concretamente discutir qual o nosso papel, como a bancada pode ter uma atuação concreta e efetiva diante da situação que vive o Líbano hoje.

Então, eu só queria me colocar à disposição, diante dessa reunião que eventualmente V. Exa., Esperidião, pudesse fazer; colocar-me inteiramente à disposição.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Tasso Jereissati.

Passo a palavra para a Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discursar.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Eu vou ser breve, talvez não tão breve quanto o Senador Tasso Jereissati, mas realmente breve.

Primeiro, eu não poderia deixar de dizer que é a primeira vez que estou nesta Comissão – não sou titular nem membro –, tendo V. Exa. como Presidente e que preciso deixar registrado nos *Anais* desta Casa. É motivo de muito orgulho, embora isso nos entristeça, ver V. Exa. como Presidente da CRE, a primeira mulher Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, depois de quase 200 anos de história.

A diferença está aqui, em pequenos detalhes. Isso aqui não é para nós, mas é oferecido à Exma. Sra. Carla, Encarregada de Negócios, que aqui está aqui representando a Embaixada do Líbano em Brasília, aqui no Brasil.

Então, esta aqui é uma justa homenagem aos convidados, que contribuem tanto com essa relação bilateral, harmoniosa que temos, obviamente, com este país que é o Líbano, que hoje sofre e do qual eu, o Tarso, o Esperidião Amin e o Nelsinho, de alguma forma, descendemos. Eu, particularmente, sou neta dos dois lados, paterno e materno, de libaneses –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nassar e Tebet. Quando os meus os meus avós precisaram de abrigo, o Brasil abriu as suas portas para o Líbano e com eles vieram, para a América Latina, eu acho que mais de 8 milhões de libaneses, naquela época.

Depois disso, o Líbano nos estendeu as mãos nos momentos difíceis. E é isso que significa acordo entre países. Globalização hoje exige essa troca. Não é a troca apenas no discurso, não é a troca apenas nos negócios. A diversidade do Brasil, eu sempre falo, Exma. Sra. Carla, que é a nossa principal riqueza. A desigualdade é a nossa principal vergonha, mas a diversidade é a nossa principal riqueza. E ela vem da pele, ela vem do sangue, ela vem da mistura de raças – negros, brancos, índios, imigrantes que aqui vieram.

Hoje, o Líbano precisa novamente de nós, e o Brasil precisa entender isso. Nesta Reunião, eu só tenho que parabenizar o Esperidião Amin, o Nelsinho e a nossa querida Presidente, tão competente, Kátia. Eu não tenho palavras para dizer da minha alegria de ver novamente, repito, uma mulher presidindo uma Comissão tão importante como essa, porque eu também fui Presidente, pela primeira vez, de uma Comissão que diziam que também era eminentemente masculina, que é a Comissão de Constituição e Justiça.

Mas quem sabe como contribuição, Senador Esperidião Amin, nós possamos estar realmente conversando, tentando ajudar, através do Senado Federal, que esse acordo de livre comércio do Líbano com o Mercosul possa sair o mais rápido possível. Talvez seja a hora. Às vezes, é no momento de grandes crises que a gente abre portas, que a gente quebra a burocracia, que a gente rompe aquela coisa necessária no Estado de direito, mas que, nos momentos de exceção, o próprio Estado de direito, a própria Constituição permite, que é quebrar regras, quebrar regras dentro dos limites da Constituição.

A Constituição permite, em regime de exceção, estado de necessidade, estado de sítio e em outros casos de emergência, que nós possamos fazer leis mais céleres, e, quem sabe, aproveitar este momento. O Líbano precisa de nós. O Líbano provavelmente se encontra em um dos momentos mais tristes da sua história, quando quase 80% da sua população está considerada abaixo da linha da pobreza. Nós, que temos um número muito inferior a isso já não estamos conseguindo vivenciar famílias inteiras na rua, pedindo comida, quanto mais imaginar, Senador Esperidião Amin, que quase 80% dos nossos irmãos libaneses hoje estão abaixo da linha da pobreza.

Então, eu estava dizendo que talvez uma das contribuições que possamos dar seja esta: tentar acelerar esse acordo de livre comércio do Mercosul com o Líbano, abrindo todas as exceções legais, burocráticas, obviamente que dentro dos preceitos constitucionais, porque existe uma exceção. Estamos diante de um Estado de exceção, um estado de necessidade mais que absoluta, e nesses momentos de grandes crises é que nós temos que furar, através

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de janelas jurídicas, essas barreiras jurídicas e legais para, quem sabe aqui, o Senado se colocar à disposição.

Então, é isso. Eu realmente também tenho uma CPI, a gente está lá participando, mas fica aqui o meu reconhecimento a esta Comissão. O que a Senadora Kátia Abreu, enquanto Presidente, e o Senador Esperidião Amin, como um titular assíduo e um dos grandes responsáveis por esta Reunião, junto com o Senador Nelsinho, fizerem, terão o meu apoio integral.

Eu espero poder estar junto, Senador Esperidião Amin, na próxima Reunião, em que trataremos do tema.

Muito obrigada e bem-vinda!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Presidente Simone. A sua contribuição vai ser muito importante. E nós vamos, sim, agilizar esse acordo. Já repassei à minha assessoria, à Embaixadora Eliana, para tomar posição, junto com a Embaixadora Claudia, de como está o andamento desse possível acordo União Europeia–Mercosul, e a questão do visto também, liberar o visto para o Brasil para os libaneses. E nós finalmente daremos aqui solução.

Com a palavra agora o Senador Esperidião Amin, autor deste requerimento, junto com o Senador Nelsinho Trad, com apoio de Simone Tebet e de Tasso Jereissati.

Com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, e querida Embaixadora Carla Jazzar, e todos aqueles que estão, de alguma forma, prestigiando este evento, eu vou procurar ser o mais objetivo possível e vou fazer uma única sugestão.

Primeiro, eu quero cumprimentar a participação do Sr. Hussein Kalout, que discorreu de maneira muito objetiva sobre essas peculiaridades decorrentes das nossas singularidades. Uma coisa está conectada com a outra. As palavras da Embaixadora Carla Jazzar contribuíram muito para os nossos objetivos. Quero agradecer, em particular a clareza, a objetividade da manifestação do Sr. Ruy Pereira, porque é para ele, juntamente com o Embaixador, que vai a minha pergunta.

Cumprimento o Chacra, Guga Chacra, que eu também quero conhecer e abraçar. Na medida em que a pandemia vai reduzindo, em termos de temor para todos nós, nós vamos poder nos abraçar como verdadeiros árabes e como bons libaneses: um abraço e, no mínimo, três beijinhos. Ele me fez lembrar Lulu Santos: "Nada do que foi será de novo do jeito que já foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um dia." Essa expressão é muito nostálgica, melancólica. E no Brasil, em que se usa o português como língua, evoca a palavra saudade, que só existe em português. E, segundo um bom pernambucano, que diz o seguinte: a saudade é como um parafuso que no buraco cai; só entra se for torcendo, porque batendo não vai. E depois que enferruja lá dentro, nem distorcendo sai.

Então, o Guga trouxe aqui uma miscelânea. Em 15 minutos, ele falou 80 minutos, pela objetividade e por suscitar... Eu só queria dizer para ele que, naquela viagem de 2018, seguindo uma sugestão dele, fomos almoçar no Naranj, que é tido como um dos melhores restaurantes de Damasco, junto com Carlos Melles e Arlindo Chinaglia. No dia seguinte, caiu um petardo ali perto. Nós vivenciamos muitas emoções, em Saidnaya, Maaloula, visitamos o Vale dos Cristãos. E descobri que na Síria, quase na divisa com o Líbano, há uma cidade chamada Mashta El Helou, que é o meu sobrenome: Helou.

Então, o Guga Chacra deu uma contribuição muito importante, e eu vou aproveitar uma frase dele.

Antes de falar com o Embaixador Hermano Telles Ribeiro, ele disse que a melhor ou a mais volumosa possibilidade de exportação do Líbano foram libaneses, e ele está certo. Como eu disse, eu sou primeira geração. Meu pai nasceu no Líbano.

Queria agradecer ao Embaixador Hermano Telles Ribeiro por se lembrar da descrição que eu fiz da minha visita a Kfarsaroun, que é uma cidade pequena, mais ou menos a 9,5km da cidade da família do Michel Temer. Ele é de Btaaboura. Meu pai era de Kfarsaroun, 9,5km de distância, na mesma província, Koura. Por se recordar sempre que eu conto essa história, que envolve o episódio mais emocionante da minha vida, ele gravou a emoção da minha informação.

Do que eu depreendi aqui, nós temos que abordar novas formas de parceria, não as mesmas. Nada do que foi será do jeito que já foi um dia.

Eu fiquei muito contente com o relatório do Embaixador Ruy Pereira mencionar um acordo com a Universidade Americana de Beirute.

Senadora Kátia, na década de 60, 40% dos graduados que trabalhavam na ONU tinham passado pela Universidade Americana de Beirute, ou seja, ou feito graduação ou uma especialização. Então, saber que a Universidade Americana de Beirute, que tem essa visão holística, ocidentalizada e universal, já está participando de uma parceria no ramo médico, insinua uma participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes da pandemia, o Líbano já era um centro médico relevantíssimo na região – por exemplo traumatologia, reabilitação, cirurgia reparadora, cirurgia plástica, se quiserem assim chamar. E nós temos uma fortíssima participação de descendentes de libaneses nos mais diversificados e sofisticados ramos da medicina no Brasil.

Então, isso é uma parceria que vai crescer à medida que nós cheguemos a alguma espécie de pacificação na região, porque, junto com a restauração de imóveis, de prédios, de obras, vem também a reabilitação das pessoas traumatizadas no Oriente Médio todo, todo, que têm vivido convulsões, violências e danos psicológicos e físicos.

Eu acho que essa parceria é a melhor notícia que eu tive hoje aqui, esse primeiro convênio. Até se o Embaixador Ruy Pereira depois puder dar uma informação complementar, esta é a minha pergunta: que outras parcerias, baseadas no conhecimento, intercâmbio cultural, intercâmbio educacional, mas do conhecimento, esse grande produto de exportação, que é o libanês e a libanesa, conseguiu gerar no Brasil?

Vocês já fizeram uma leitura dos nomes árabes, libaneses e sírio-libaneses de especialistas no Brasil na área da medicina? Olhem: é avassalador o número de especialistas em várias especialidades, em vários segmentos da medicina no Brasil.

Então, se nós pudermos transformar isso numa nova rota de ligações e de intercâmbio, isso pode ser o primeiro veio de uma nova relação, que pode se desdobrar por outras especialidades. Por quê? Porque eu confio que os problemas de guerra podem coexistir, mas nós teremos vários tópicos de pacificação na região. Primeiro, a Síria está voltando a uma vida normal. O Iraque está se reabilitando – e eu confio nisto – da traumática intervenção que sofreu.

Então, se nós pudermos, só baseados no conhecimento, no intercâmbio de expertises, de conhecimento, agregar ao livre comércio, ao visto, a toda essa facilidade de relações diplomáticas, se nós pudermos agregar a gestão do conhecimento e o intercâmbio de *expertises* decorrentes do conhecimento, eu acho que nós estaremos, Senadora Kátia, dando o passo que o Lulu Santos nos reclama: nada será do jeito que já foi um dia, até porque o que trouxe o meu pai, o avô da Senadora Simone? O que os moveu? Moveu a busca de uma oportunidade, que, lá, não havia. E, aqui, de modo geral, conseguiram êxito, sucesso, na medida de cada um.

Então, essa *expertise* deve ser a renovação do nosso vínculo nesse processo de objetivamente atendermos a emergência. A emergência é uma coisa: é a crise.

Agora, há um Governo estabelecido. Eu tenho aqui os dados do Governo, que tem, inclusive, uma mulher participando do Governo, que é católica do rito latino, ou seja, a Sra. Najla Riachi. É assim que se pronuncia? E temos um Governo posto, fruto de 13 meses de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impasse, que não é o maior tempo de impasse para fazer Governo no Líbano. Já houve dois anos de dificuldade para ter o Presidente da República.

Mas, nesta crise, temos que ter um interlocutor, que é o Governo legitimamente constituído.

Eu acho que o Itamaraty, que já deu essa boa notícia, pelo menos no meu ponto de vista, desses acordos firmados, tanto na questão da certificação do produto orgânico quanto no setor da ciência. Além da crise, além da emergência, eu acho que nós podemos contribuir para esse desenvolvimento das relações entre o Brasil e o Líbano, que serão sempre singulares.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Esperidião Amin, como sempre muito iluminado.

Eu gostaria de organizar aqui a nossa finalização, primeiro passando a palavra para as suas considerações finais, ao Hussein e ao Guga, caso eles queiram se afastar da reunião e, posteriormente, aos três Embaixadores, para responderem objetivamente as perguntas dos nossos Senadores.

Então com a palavra o Hussein para as suas considerações finais.

Se quiser fazer alguma sugestão objetiva também fique à vontade.

O SR. HUSSEIN KALOUT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Permanecerei com a senhora e com todos os senhores aqui até o final, não tenho nenhuma restrição de horário. Será um prazer ouvir os demais painelistas do debate de hoje.

Bom, eu queria primeiro saudar a Senadora Simone Tebet pela sua sabedoria, pela forma como ela delineou a importância da comunidade e pelo trabalho que ela pode desenvolver de forma coordenada, a partir da presença dos diversos Parlamentares no Senado; o Senador Tasso Jereissati também, a quem rendo sempre o meu profundo respeito; o Senador Nelsinho Trad, um dos solicitantes do requerimento; e o Senador Esperidião Amin, por sua belíssima e lúcida apresentação.

Dito isso, Senadora Kátia, acho que o grande problema do Líbano remonta, digamos, a quatro pontos fundamentais. O país precisa de dinheiro, o país precisa de comida, o país precisa de emprego e o país precisa de energia. Então, se eu não souber endereçar esses quatro pontos o país seguirá agudizando em uma infindável crise econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Objetivamente, quer dizer, o que o Brasil pode fazer, o que é possível fazer? O Brasil pode fazer, talvez poderá ou poderia fazer muito, mas o que é possível fazer é o que é importante, até porque a nossa política externa não goza de uma grande reputação internacional hoje para poder desenhar uma atuação, digamos, mais coordenada com a França ou com outros países de maior relevância no cenário político interno. Então a facilitação do acordo entre Mercosul e Líbano é importante, mas ele não terá efeitos práticos agora na resolução da crise. É importante, sim, avançar, mas o efeito dele será, digamos, mais no médio prazo.

Sobre a solução dos quatro pontos que eu enfatizei – dinheiro comida, emprego e energia –, eu acho que, no que diz respeito à questão energética o Brasil, sim, poderá contribuir através da Petrobras. O país precisa de ajuda energética. Alguns países da região têm facilitado a exportação, a doação de petróleo e gás, portanto teria que ver até que ponto a Petrobras poderia talvez ser um facilitador nesse processo.

No que diz respeito à parte de segurança alimentar, eu acho que o Brasil a está fazendo e creio que talvez poderia, através dessa articulação interparlamentar, aportar um pouco mais para reforçar a segurança alimentar e nutricional no Líbano, até como bem mencionou o Embaixador Hermano, quer dizer, o número de refugiados sírios e palestinos no Líbano equivale efetivamente a ter um Equador e uma Argentina somados. Então, é fundamental sob esse aspecto.

Quanto a dinheiro e emprego, isso vai depender de dois fatores, de duas variáveis: primeiro, investimento direto – se não houver investimento direto no País, os impactos, no curto prazo, não serão sentidos. Então, somente investimento direto, quase que imediato, vai gerar efeito, digamos, no emprego. Portanto, o Brasil talvez não tenha condição objetiva de aportar investimentos diretos, mas, sim, através de determinados setores empresariais, que poderiam ser enviados, ou o Brasil trabalhar junto com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial para facilitar o aporte de recursos para o Líbano. Obviamente, que o Fundo Monetário e o Banco Mundial têm demandas e exigem garantias, e essas garantias dependem, sobretudo, do compromisso do Governo libanês para a aquisição dessa ajuda.

Dito isso, para concluir, Senadora Kátia Abreu, o ponto fundamental: o Governo que está no poder hoje e que acaba de ser anunciado será um Governo transitório, quer dizer, é um Governo que terá vida útil até maio, e ele precisa entregar resultados. Esses resultados precisam se traduzir objetivamente em emprego e renda. Emprego e renda, o Líbano não tem condição de gerar se não houver estímulos externos, estímulos imediatos de aporte financeiro. E aí entra a União Europeia. O que a União Europeia e os países árabes podem fazer? O fato é que, como o Guga bem lembrou, o Líbano padece de fuga de talentos, e essa fuga de talentos impacta a produtividade da economia e a competitividade da economia, consequentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é preciso, antes de tudo, trabalhar com os organismos financeiros internacionais para fazer esse aporte imediato.

O que pode acontecer depois de maio? Concluindo, eu acho que, como eu disse, esse Governo tem vida útil até as eleições. Aportar resultados imediatos depende de estímulos financeiros externos, mas, depois de maio, a nova formatação do novo Parlamento é que vai determinar a coloração do Governo, que vai determinar como, doravante, de maio em diante, o Governo poderá evoluir.

Existe um ponto importante, porque alguns países e alguns organismos internacionais não querem fazer esses aportes antes da eleição, querem esperar a eleição ocorrer para tomarem um novo compromisso das forças políticas quanto a isso. E aí, até maio, eu acho que o país não aguenta mais. Então, se o Brasil puder facilitar e quiser facilitar, parte dessa ajuda, não integralmente, terá que ser ofertada e dada ao País antes da eleição e uma segunda etapa dessa ajuda pós eleição.

Concluindo, eu queria mencionar que a comunidade de origem libanesa no Brasil se caracteriza muito por seu empreendedorismo. O libanês é culturalmente empreendedor. E, por ser empreendedor, eu creio fielmente que, sim, a comunidade brasileira de origem libanesa tem muito a contribuir nesse processo. Acho que o Senado, através da sua liderança, Senadora Kátia Abreu, juntamente com a Senadora Simone, o Tasso, o Esperidião e também Nelson Trad, poderá ser, sim, um bom indutor desse processo para galvanizar a comunidade e fazer com que ela venha a aportar algo mais objetivo no curto prazo. Isso sem esquecer que o Governo brasileiro, sim, pode fazer muito em matéria de energia e em matéria de segurança alimentar e nutricional.

Muito obrigado!

Sigo à disposição aqui das senhoras e dos senhores.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Professor Hussein.

Eu passo a palavra ao Senador que retornou à sala, Francisco Rodrigues, para fazer as suas perguntas.

E nós, então, passaremos a palavra para o Guga Chacra e para os nossos embaixadores para finalizar.

Por favor, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar.) – Sra. Presidente Kátia Abreu, que sempre merece um elogio pela condução brilhante dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhos aqui na Comissão de Relações Exteriores, participantes deste debate, a que nós assistimos com extrema atenção, avaliando cada palavra que foi proferida aqui nesse momento difícil por que passa esse rico país irmão, que, obviamente, por motivos que fogem à vontade do seu povo, está submetido a uma situação de extrema dificuldade. Esse mesmo país, na verdade, já abrigou, na antiguidade, a civilização fenícia, um país que tem valores culturais históricos e que serve de referência para a humanidade pela capacidade do seu povo, pela formação da sua gente.

O Líbano é um país que tem uma influência fantástica na cultura brasileira. Não sei, mas, procurando informações, verificamos dados que são extremamente importantes: praticamente 4% da população brasileira é composta de libaneses natos ou seus descendentes. Isso implica dizer que há uma relação biunívoca, uma relação quase que familiar entre esses dois povos. O Brasil tem o seu imenso reconhecimento pelo valor de todos esses que têm a sua origem libanesa. E aqui, como falou o Senador Esperidião Amin, há uma área específica, visível, clara, como uma janela sem vidros, que é exatamente a área da Medicina: grandes expoentes da Medicina brasileira são descendentes de libaneses. O nosso ex-Presidente Michel Temer também tem essas raízes libanesas e, mesmo fora do Governo, há poucos meses, se deslocou, por sugestão do Governo brasileiro, ao Líbano para participar e acompanhar aquele momento de extrema dor para a sua população.

A gente percebe que a localização geopolítica do Líbano, cercado de um lado pela Síria, ao sul, por Israel, mas recebendo uma dádiva imensa de ter, como seu aliado permanente, o Mediterrâneo e, daí para o mundo, para as portas do mundo, está logicamente vivendo momentos de extrema dificuldade. Mesmo assim, tenho certeza de que o futuro, um futuro que seja próximo, possa, na verdade, voltar e devolver à sua população momentos de extrema alegria e de felicidade. Nós vimos, inclusive, várias informações que são ricas e mostram exatamente a importância que o Governo brasileiro dá a esse povo irmão, apoio e ajuda, como agora estamos acompanhando o apoio da ABC (Agência Brasileira de Cooperação), com apoio técnico, com meios físicos para mitigar o sofrimento dos libaneses nesse momento de extrema dificuldade.

Gostaria de apenas fazer uma pergunta, fazendo um rápido resumo. Com a crise no Líbano, 78% da população libanesa vive abaixo da linha de pobreza, segundo as Nações Unidas – 78% segundo as Nações Unidas –, enquanto a libra libanesa perdeu, em menos de dois anos, mais de 90% do seu valor em relação ao dólar do mercado. O Líbano está passando por uma das piores crises econômicas do mundo, desde 1850, de acordo com o Banco Mundial, e enfrenta uma escassez significativa de combustível, o que afeta o fornecimento de fabricação de bens como, especialmente, o pão de cada dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ausência de divisas, os subsídios de vários produtos básicos foram retirados gradualmente nas últimas semanas. De acordo com uma ONG local, *Information International*, o fim dos incentivos pode provocar um aumento de 344% do preço da gasolina e de cerca de 387% para o óleo diesel.

A crise econômica sem precedentes – outrora um país próspero – foi agravada por questões, obviamente também políticas internas, que nós esperamos que agora estejam entrando num momento de acomodação. Essa situação causa a diáspora de libaneses, inclusive, de brasileiros que vivem no Líbano. "Dizem que nós somos uma nova Venezuela" – é grave, afirmou uma estudante líbano-brasileira, Nessryn Khalaf, de 25 anos apenas.

Nesse sentido, considerando que o Brasil cumpriu um importante papel humanitário ao recepcionar em seu território imigrantes venezuelanos, principalmente o nosso Estado, o Estado de Roraima, pergunto: De que forma os outros países têm recebido imigrantes libaneses e que políticas têm sido adotadas para recepcionar esses imigrantes? Então, eu diria que, pela história, pela grandeza, pela formação, pela cultura, pelos valores que os libaneses têm... O nosso Estado tem recepcionado mais de 70 mil venezuelanos, eu diria, em território roraimense, porque mais de 500 mil venezuelanos por ali já passaram, em busca de um sonho, de liberdade, de meios de que precisam para habitação, emprego, saúde e tudo de que o ser humano necessita. Então, eu gostaria de deixar essa pergunta, porque ela é fundamental para que nós possamos realmente entender a colaboração que o Brasil pode dar nesse momento difícil por que passam os irmãos libaneses.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Francisco Rodrigues pelos seus questionamentos.

E vamos nos dirigindo à parte final, respondendo aos questionamentos dos Senadores Esperidião Amin e Francisco Rodrigues e dos nossos internautas com relação ao visto automático e acordo de Mercosul com o Líbano, como já deu a sua opinião aqui o Hussein.

Eu também gostaria de deixar em análise, para reflexão, a possibilidade da utilização da telemedicina para ajudarmos. Já que em São Paulo nós somos um grande centro de Medicina, cirurgia e clínica, se a telemedicina não seria um passo muito avançado para que pudéssemos colaborar, inclusive com esses médicos descendentes de libaneses que estão no Brasil, para que pudéssemos acudir nessa hora desesperadora.

E digo à Embaixadora Carla que eu vejo com muita simpatia o fundo que ela sugere, mas vejo um fundo para médio e longo prazo. Eu sugiro um fundo para curtíssimo prazo, que seria para alimento e remédio, alimento e medicamento. Por isso não dá para esperar. Esse teria que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser, Embaixadora, um fundo mais rápido, um fundo até mesmo menor, mas que pudesse viabilizar rapidamente a condição de ter o alimento ou comprar o alimento. E nisto o Brasil é craque: fazer a cooperação com o sistema Bolsa Família, o sistema do cartão, para que as pessoas tenham a sua renda e possam comprar os alimentos. É muito mais fácil, muito mais rápido e muito mais respeitoso do que entregar uma cesta básica. Então, esse fundo para os descendentes de libaneses no Brasil do setor privado poderia fazer a sua parte, mesmo que não conseguisse alcançar a todos. Eu fiz uma conta aqui rápida de padeiro, como se diz no Brasil: 7 milhões de habitantes, se quase 80 estão abaixo da linha da pobreza, eu coloquei um nível de mais ou menos 2 milhões de famílias que há no Líbano, 1,5 milhão de famílias... Eu não tenho a média de filhos. Eu só dividi aqui rapidamente. Então, quanto seria um cartão, uma renda básica para parte dessa família? Esse fundo teria uma facilidade enorme de se transferir, não haveria compra, não haveria governo no meio, seria direto para as famílias que precisam. É a minha sugestão. Eu tenho certeza de que a comunidade sírio-libanesa em São Paulo e em todo o Brasil poderia se mobilizar. Vamos atingir uma meta de "x" famílias – é o que nós damos conta de fazer. Quanto para cada uma delas? E nós implementaríamos, então, o sistema brasileiro do cartão do Bolsa Família, que é o saque lá para que eles possam comprar o produto diretamente.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Só um minutinho.

E aí a telemedicina também, com os nossos hospitais em São Paulo, Rio, enfim, onde tivéssemos disponibilidade dessa telemedicina. E esse fundo, ao mesmo tempo, também poderia contribuir com a compra de medicamentos, já mandar os medicamentos daqui, baseado nesse levantamento que a telemedicina poderia fazer em conjunto com os médicos libaneses.

O Senador Chico Rodrigues gostaria ainda de fazer uma consideração, antes de eu passar aos embaixadores.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Eu ouvi atentamente, Senadora Kátia Abreu, essa sua proposição, que é absolutamente oportuna. Eu apenas acrescentaria também alguma forma de recursos, através desse fundo, que pudesse atender a questão de combustíveis; na verdade, se incluiriam alimentos, medicamentos e combustível, esse insumo fundamental para o deslocamento de qualquer país em qualquer atividade, até se alinhando diretamente com a questão de saúde, de produção também interna etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de deixar um registro aqui de um livro fantástico de um escritor famoso no Líbano, Nassim Taleb: *A Lógica do Cisne Negro*, que fala sobre as consequências trazidas por eventos aleatórios inesperados. Na verdade, o livro aborda mais especificamente a armadilha que é darmos mais importância para o que conhecemos em vez de nos prepararmos para o imprevisível. Esse livro é como uma mão na luva, serve também até para o nosso País, de uma forma muito determinada. Então, *A Lógica do Cisne Negro* é recomendável para nós políticos, para historiadores, pensadores, formuladores de políticas públicas etc.

Era esse o registro que eu gostaria de deixar aqui, minha querida Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada. É uma excelente e bela sugestão complementar.

Então, diante dessas sugestões, eu gostaria de continuar. O Hussein já deu as suas ótimas sugestões. Eu já ouvi do Esperidião, Francisco Rodrigues – todos nós –, Tasso Jereissati, Simone Tebet, Nelsinho Trad, e essa minha humilde sugestão e modesta sugestão com relação a essa interlocução, porque o próprio cartão do Bolsa Família, no caso, poderia ser suficiente ou atender a compra de alimentos ou de medicamentos familiares. A telemedicina poderia atender consultas, cirurgias e o medicamento hospitalar, e nós poderíamos nos mobilizar com a ONU, com o Banco Mundial para ajudar no suprimento desses medicamentos hospitalares, porque há o medicamento que a família toma em casa e o medicamento hospitalar. Então, eu acho que esses dois pontos seriam fundamentais. E, sobre a questão do combustível, que eu acho muito importante, uma interlocução desse grupo de trabalho com o Governo brasileiro e a Petrobras, o que poderia ser feito nesse período de super emergência.

Então, eu passo a palavra ao Guga Chacra, por cinco minutos, depois aos Embaixadores e, por último, à nossa Embaixadora do Líbano, para encerrar.

Por favor, Guga Chacra, por cinco minutos.

O SR. GUGA CHACRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Bom, é só para dizer que essa relação do Brasil com o Líbano é algo completamente inédito em todo o mundo, porque relações tão próximas assim, em geral, são de um país que colonizou outro ou entre países fronteiriços. Então, do Brasil com Líbano, é distinto, porque são países distantes que têm essa relação de irmandade, dessa coisa. O Senador Francisco Rodrigues citou o Nassim Taleb, que é de Koura, na região de Koura, que é a mesma região de que é o Senador Esperidião Amin, que citou agora o ex-Presidente Michel Temer. E o que me marcou, Senador Esperidião Amin, foi que o senhor teve essa emoção quando foi visitar ali a vila dos seus pais. Todos os seus ancestrais – todos – vieram daquele lugar onde é o Líbano, ou talvez também alguns do que é a Síria. Todos os ancestrais do meu pai também. Por isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu carrego, aqui, sempre a bandeira do cedro-do-líbano comigo, porque a gente tem que ter esse orgulho.

Mas infelizmente o Líbano é talvez um dos países mais mágicos do mundo – eu acho o país mais mágico: não tem quem não se apaixone por Beirute quando visita aquela cidade, quando visita o Líbano, o Vale do Beca, os Montes do Líbano, o Vale dos Cristãos, o sul do Líbano –, mas, ao mesmo tempo, é um dos países mais trágicos de todo o planeta, disputando ali com Haiti e com Afeganistão, porque sempre acaba acontecendo uma tragédia. Então, nessa questão entre tragédia e magia, eu espero que o Líbano volte o quanto antes a ser mágico; que a magia prevaleça no Líbano.

Obrigado a todos aqui pelo convite para participar deste painel sobre o Líbano.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nós é que agradecemos a sua grande contribuição, sempre inteligente, Guga. Muito obrigada mesmo!

E agora eu passo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Embaixador Hermano Telles, respondendo, repito, às nossas sugestões, se for possível, incluindo o acordo Mercosul-Líbano, porque, mesmo que não seja um efeito rápido, mas é um efeito moral que pode, no mínimo, contribuir, não em curto prazo, mas no médio e no longo prazo nós já ficaríamos atendidos; o visto automático, o visto simplificado; as questões do cartão, do alimento, da telemedicina; e a questão do combustível Petrobras.

Então, com a palavra, o Sr. Embaixador Hermano Telles, por cinco minutos.

O SR. HERMANO TELLES RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora, e muito obrigado a todos os Senadores que intervieram e formularam sugestões sempre tão criativas e interessantes.

Vamos por partes. Primeiro o acordo de liberalização de comércio Brasil-Líbano. Esse é um processo que já está em curso há anos, é um processo que já está maduro, é um processo que já está num momento em que a gente chama de lista de troca de ofertas, de concessões, não é verdade? Então, do ponto de vista intra-Mercosul – nós estamos falando dos quatro países do Mercosul –, já há uma harmonia para que possamos caminhar para um desfecho. Do lado libanês, evidentemente, nós vamos agora, com o novo Governo, sentir aqui com o negociador-chefe da equipe libanesa o apetite, para que possamos, na esfera do Executivo... O Itamaraty coordena o grupo negociador, evidentemente, com insumos das áreas técnicas e econômicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estamos nessa fase em que precisamos, digamos, de uma coisa final, de finalização de um processo negociador, que já vem de algum tempo, já vem de alguns anos. O Brasil tem sido o mais proativo nesse processo negociador, e os demais parceiros – Argentina, Paraguai e Uruguai – estão *on board*. E agora, com esse novo Governo, acredito que teremos uma etapa mais conclusiva dessa negociação.

Aí entra a etapa muito importante de apreciação legislativa, de um *fast-track,* digamos assim, que vocês mencionaram aí no Congresso e eventualmente nos demais Congressos nacionais do Mercosul e aqui no Líbano.

Então, isso é quanto ao acordo de livre comércio, em linhas muito genéricas.

Depois houve uma menção à telemedicina, que, evidentemente, nos dias de hoje, com todas as facilidades que temos da informática, é uma questão que tem que ser examinada no plano técnico. Nós precisamos ter clareza do que estamos falando aqui, em termos de atores no Brasil e contrapartes que nós certamente encontraremos aqui no Líbano, para ensejar, para propiciar esse tipo de colaboração.

Eu tenho anotada também uma sugestão, evidentemente, para a questão de medicamentos e alimentos como prioritária. Já é uma temática que está concretamente na agenda da nossa Agência Brasileira de Cooperação. Houve menção aqui à próxima chegada já da primeira carga das 4 mil toneladas de arroz prometidas quando da visita do Presidente Temer e que vão se materializar – já em outubro haverá o primeiro embarque. Então, em alimentos, nós temos uma coisa muito concreta que vai acontecer em quatro etapas – chegarão quatro navios, que trarão 4 mil toneladas de arroz –, e nós já temos uma estrutura, aqui do lado libanês, para receber isso. E em remédios, evidentemente, existe a ação do lado do Governo e a ação do lado não governamental, que também tem se revelado extremamente intensa; e por vezes a embaixada é chamada para facilitar o despacho aduaneiro de determinadas doações que chegam por entidades brasileiras.

Então, a disposição nossa do lado de cá é permanente, e o que eu percebo é que haverá um viés de alta – para usar, assim, uma expressão de economista – no processamento, no andamento e na cooperação nessa matéria de alimentos e de medicamentos, mas isso é uma agenda que o Embaixador Ruy Pereira poderá detalhar com muito mais precisão. Temos calendários muito claros de entrega, por exemplo.

Eu tenho a impressão de que existe alguma coisa que eu deixei aqui de fora, mas que também eu acho que não ficou muito clara para mim, que é a questão do visto. Eu não entendi bem qual é a formulação que foi feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Visto permanente, Embaixador, para libaneses – foi a proposta pelo e-Cidadania, do Presidente da Fundação Libanesa de Minas Gerais.

O SR. HERMANO TELLES RIBEIRO – Isso. Perfeito.

Então, existe uma legislação com os critérios que se aplicam para visto permanente com vários requisitos. Essa é uma legislação que tem sido aplicada por reunião familiar, etc. Então, essa é uma prática que, digamos, faz parte da nossa prática consular ordinária. Por isso que eu perguntei se haveria algum outro tipo de nível de ambição em termos de liberalizar, de modificar a legislação – aí, é preciso ver com o Ministério da Justiça – em matéria de concessão de visto permanente. A modalidade de visto permanente, evidentemente, existe, e há vários critérios que são atendidos, e não há nenhum entrave quanto a isso, evidentemente, no momento atual.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Significa que os libaneses, quando requisitam, têm visto permanente para o Brasil?

O SR. HERMANO TELLES RIBEIRO – Sim, caso atendidos os requisitos da legislação. Então, há alguns requisitos que precisam ser atendidos, e o setor consular processa esses vistos. A pessoa chega por um período, chega ao Brasil, faz o registro...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, é a mesma liberalização que os americanos têm para entrar no Brasil e que nós não temos em contrapartida? É essa a liberalização que os libaneses têm para cá? É a mesma que os americanos têm, que foi concedida em 2019?

O SR. HERMANO TELLES RIBEIRO – Não, é uma modalidade bem diferente. A concessão que foi feita a nacionais americanos e de outros três países foi uma concessão unilateral para ingresso de turistas, não necessariamente para visto permanente de residente. Aqui, nós estamos falando de visto permanente, e, evidentemente, é um tema em que o nosso Itamaraty, pela área jurídica, poderá examinar os critérios que hoje são utilizados para a concessão que é feita natural e ordinariamente de vistos permanentes para estrangeiros no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixador. Obrigada.

Passo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Embaixador Ruy Pereira, Presidente da ABC, Agência Brasileira de Cooperação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Se a senhora me permitir, Sra. Senadora, vou passar rapidamente pela lista de Senadoras e Senadores que manifestaram curiosidades ou fizeram alguma observação sobre a questão de cooperação humanitária e cooperação técnica...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, pela urgência da hora e outros agendamentos que nós temos posteriormente, cinco minutos, por favor. Eu gostaria que o senhor pudesse resumir, porque me ajudaria muito.

Obrigada.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Sim.

Por favor, a senhora me interrompa quando considerar necessário, Sra. Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – A campainha tocará antes dos 15 últimos segundos.

Obrigada.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado à senhora.

Então, rapidamente, começando pela sugestão do Senador Tasso Jereissati, que mencionou, se não me equivoco, num diálogo com o Senador Esperidião Amin, realizar uma reunião para aprofundar, digamos, o exame das ideias e sugestões que apareceram durante a presente sessão.

Eu gostaria de dizer à senhora que a Agência Brasileira de Cooperação está à sua disposição e à disposição do Senado Federal para, se for considerado útil, participar dessa reunião ou oferecer subsídios a essa reunião.

Por que falo em oferecer subsídios a essa reunião? Porque o Senador Esperidião Amin mencionou a questão do conhecimento como base das novas parcerias com o Líbano. Entendi a transferência de conhecimento...

Ele chegou a mencionar, por exemplo, a questão da Medicina, fazendo referência a médicos de origem libanesa e hospitais no Brasil – e a senhora também mencionou isso quando se referiu à telemedicina – que são centros importantes de atenção médica e que poderiam colaborar com o Líbano.

O que eu gostaria de dizer é que justamente a base do sistema brasileiro de cooperação técnica e humanitária, sobretudo de cooperação técnica internacional, é a transferência de conhecimento. Portanto, hoje, na minha apresentação – a senhora se recordará –, eu mencionei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro projetos que têm a ver com transferência de conhecimento. O primeiro, tipicamente de cooperação técnica, que trata de agroecologia e aqueles outros três que derivaram da visita do Presidente Temer a Beirute, no ano passado, como enviado especial do Presidente da República, que especialistas brasileiros identificaram como possíveis de serem desenvolvidos por projetos de cooperação técnica humanitária, que nós devemos estar começando, a partir de outubro próximo, na área de ortopedia e traumatologia – aí, estamos com a hipótese de reconstrução de um centro cirúrgico de um hospital especializado nesse segmento no Líbano –, na área de gestão de riscos pós-desastre e também na área de recuperação de áreas afetadas por grandes desastres, que é toda a área que está em volta do porto de Beirute.

Então, essa questão do conhecimento, para nós, é absolutamente essencial, e essa transferência de conhecimento é o que caracteriza os nossos projetos, e nós estamos prontos para colaborar no que for possível nesse sentido.

Aliás, eu gostaria de mencionar que, naquela videoconferência de que participamos no início desta semana, de que falei, a comunidade libanesa tem uma espécie de núcleo duro de especialistas que está trabalhando justamente na identificação de novas fórmulas de parceira e de auxílio ao Líbano, e já coloquei aqui a Agência Brasileira de Cooperação em contato com esse núcleo para identificarmos quais projetos poderiam ser desenvolvidos com a participação da comunidade libanesa no Brasil.

Com relação à sua ideia de fundo de curto prazo, parece-me que é plenamente justificável, alimentos, medicamentos e combustíveis, como mencionou o Senador Chico Rodrigues, e nós teríamos aí que trabalhar também na verificação de como fazer para superar os óbices que hoje a legislação brasileira oferece, por exemplo, à remessa de recursos de natureza privada sob forma de doações para o exterior.

A comunidade libanesa, no ano passado, fez com que se fizesse uma remessa para o exterior, que nós auxiliamos nas nossas medidas máximas possíveis, que pagou, de impostos, algo perto de 30% para fazer essa remessa. Eu acho que esse é um ponto que deve merecer a atenção, sim, do Senado Federal e também da Administração Pública Federal.

E, finalmente, eu queria mencionar, porque não posso me estender mais, a sugestão do observatório da assistência humanitária ao Líbano feita pelo Senador Nelsinho Trad.

Eu gostaria de dizer que nós estamos prontos a discutir e examinar quais seriam as informações desejáveis para que pudéssemos estruturar esse observatório, que, aliás, devo dizer, poderíamos estender ao conjunto da assistência humanitária brasileira. Na América Latina, por exemplo, o Haiti, que foi aqui mencionado, é um grande recipiendário da assistência humanitária brasileira há muito tempo. Depois do terremoto de 2010, nós investimos US$40

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões em hospitais no Haiti. O sistema público de saúde do Haiti, por exemplo, hoje tem como base três hospitais construídos pela cooperação técnica brasileira, construídos, equipados e gerenciados, e que hoje estão de posse do Governo haitiano.

Eu por aqui termino então, Sra. Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixador, muito obrigada.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Coloco-me à inteira disposição da senhora, da Comissão e do Senado Federal.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muitíssimo obrigada pela sua informação, inclusive com relação ao imposto, caso o fundo faça a transferência, com relação aos impostos de doação. Muito útil, e agradeço bastante.

Eu vou passar a palavra agora para a nossa Embaixadora Carla Jazzar e depois para o Senador Esperidião Amin, para encerrar.

Por favor, por cinco minutos, Embaixadora, com a palavra.

A SRA. CARLA JAZZAR (Para expor.) – Obrigada, Sra. Abreu, muito obrigada por esta oportunidade, pela sua liderança excepcional da audiência.

Queria agradecer também a presença dos Senadores Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Simone Tebet e Chico Rodrigues, e pelas intervenções muito entusiásticas e interessantes. Agradeço.

Eu não diria mais, porque, Sra. Abreu, você entende tudo. Eu sabia que você e eu pensávamos da mesma maneira. Obrigada, muito obrigada.

Uma coisa para se lembrar é que todas as transferências no Líbano precisam ser liberadas de impostos e custos. É uma coisa em que devemos trabalhar, para aliviar os custos e impostos.

Obrigada. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada.

Essa informação é muito importante. O Líbano já se preparou para isentar de impostos qualquer doação que chegue até lá. E isso é uma coisa muito justa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitíssimo obrigada, Embaixadora, pelas suas palavras e por tudo.

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, mas antes eu quero nomeá-lo coordenador do grupo de trabalho, ele, o Nelsinho Trad e os membros, Simone Tebet e Tasso Jereissati, justamente para que esse *checklist* de hoje, a nossa Embaixadora Eliana fará esse *checklist*, pontuará tudo bem descrito, bem claro, esse *checklist* para V. Exa., que não tem o direito de recusar. Claro, eu tenho certeza de que não recusará essa coordenação, a terá e pegará com muita alegria, você como coordenador, e o Nelsinho como vice-coordenador desse grupo de trabalho. E eu quero estar muito próxima, ao lado de vocês, em todo momento que necessitarem da Presidente desta Comissão, para articular, em qualquer área que acharem necessário.

Consulto o Senador Chico Rodrigues se gostaria também de fazer parte desse grupo de trabalho. (*Pausa.*)

O Chico Rodrigues também gostaria de contribuir, pela experiência que o Estado dele tem com imigração e com tudo mais.

E os nossos Embaixadores. Embaixador Hermano, em momento algum nós queremos demonstrar que não esteja sendo feito nada, absolutamente. Esse não foi o objetivo da nossa Comissão. Nós sabemos que o Brasil está fazendo, que é um grande amigo, que é um grande parceiro, que o senhor tem trabalhado bem, com bastante força aí no Líbano, mas nós queremos mais do que isso. Nós queremos ajudar ainda mais, por decisão da nossa Comissão e especialmente dos nossos Senadores descendentes de libaneses, que têm todo o nosso apoio nesse pleito.

Então, por favor, Senador Esperidião Amin, para encerrar a nossa Comissão, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, não sei se estou sendo ouvido. (*Pausa.*)

Sim.

Quero reiterar aqui meus cumprimentos pela forma objetiva, generosa como a senhora conduziu esta reunião, cumprimentar a nossa Embaixadora Carla Jazzar e todos que participaram do encontro.

Eu até gostaria de ter aparteado, mas fica melhor assim, as palavras do Embaixador Hermano Telles Ribeiro, quando ele fez a especificação, a pedido de V. Exa., Senadora Kátia, dos tipos de visto, em função do pedido de visto permanente que foi encaminhado pela Federação Mineira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a propósito, eu tenho um requerimento apresentado aí para convidar os Ministros do Turismo e das Relações Exteriores, em função de um problema emergente, que decorre da não reciprocidade. O que o Embaixador Hermano nos explicou foram as características de reciprocidade e as especificações dessa reciprocidade. O meu requerimento, que eu já mencionei na reunião de anteontem, diz respeito à iminente abertura dos Estados Unidos para os brasileiros e os prazos para renovação e concessão de vistos, que discrepam da situação que o Governo brasileiro inaugurou, a partir de março de 2019, ao dispensar o cidadão americano de visto para visitar o Brasil, visto da modalidade turística, ou seja, nós temos que negociar para que não fique tão, digamos, constrangedoramente desequilibrada a natureza do tratamento.

Nós também temos interesses nos Estados Unidos. E se concedemos essa dispensa de visto, queremos pelo menos que os nossos vistos, os nossos pedidos de visto sejam apreciados num prazo menor do que o que está sendo anunciado, por exemplo, pelo Consulado em São Paulo, que é de 355 dias de espera.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – É pouco, está bom. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o famoso... Naquele tempo da Confederação Nacional da Agricultura, a gente dizia que era "prazo de égua", não é verdade? Então, só para pedir um equilíbrio, não é nenhuma declaração de guerra, não, é apenas uma tentativa de composição.

Mas eu queria voltar para o assunto da nossa reunião para dizer o seguinte: além das medidas emergenciais, certamente nós temos que usar da criatividade para procurar novas formas e formas novas de apoiarmos o esforço, tanto do Embaixador Ruy Pereira quanto do Embaixador Hermano, e usar a inteligência e a oportunidade que o debate pode propiciar para que seja esclarecido.

Então, mais uma vez os meus cumprimentos, Senadora Kátia Abreu. Quero agradecer a todos que participaram e cumprimentá-los.

Eu não entendi bem se esse grupo de trabalho, que vai ser presidido pelo Senador Nelsinho Trad, pode aceitar sugestões, mas queria dizer que aquele pedido, a sugestão do Senador Tasso Jereissati deve se incorporar a isso aí. Eu vou promover, junto com ele, uma reunião. Vamos convocar outros talentos levantinos que nós temos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por exemplo, Omar Aziz.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Isso. Ótimo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é um sobrenome dinamarquês – não é. É levantino. E procurar construir uma sinergia possível para colaborar com o esforço que o Itamaraty, com muita competência, demonstrou que está desenvolvendo, e V. Exa. e a Comissão sabem reconhecer e ressaltar.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Embaixador Achilles, que me encorajou nesse pedido. Ele que vivenciou a realidade lá no Líbano e na Síria, em momentos igualmente muito difíceis e delicados. Eu acho que nós estamos acentuando ou dando relevo à resposta, em termos de solidariedade, que o Brasil sente, mas precisa materializar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Esperidião. Também faço o meu cumprimento especial ao Embaixador Achilles, que sempre nos atende com muita atenção.

Eu acredito que esse grupo de trabalho, unido por esses Parlamentares descendentes de libaneses, tenho certeza, Esperidião, Tasso, Simone, Nelsinho Trad, saberá coordenar os trabalhos. Eu não sou descendente, mas sou admiradora. De coração, também sinto-me descendente e gostaria de ajudar bastante.

Passo aqui ao requerimento do Senador Esperidião Amin, a que ele se referiu agora há pouco e sobre o qual já havia falado comigo ontem.

Propõe audiência pública com os seguintes convidados: Exmo. Gilson Machado, Ministro do Turismo, pessoalmente e sem representação – é o que nós esperamos; assim como o Exmo. Sr. Alberto França, o nosso Chanceler, Ministro das Relações Exteriores – os dois. Eu acrescento a SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos). Assim nós poderemos discutir não só o visto americano, mas que o Governo possa colocar estrategicamente o que pensa a respeito dessas relações com outros países no que diz respeito a esses vistos para o turismo.

Então, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo requerimento é de minha autoria.

A Senadora requer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – nº 18 o meu requerimento – a instituição de grupo de trabalho, nos termos de ato da Presidência desta Comissão, com a participação de instituições tais como a de comércio exterior, acadêmicas, Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, além de especialistas na matéria, com apoio técnico, administrativo e financeiro dos órgãos da Casa, assim como o MRE, para elaborar proposta de projeto de lei de consolidação da legislação de comércio exterior brasileiro, com vistas à sua harmonização, racionalização e simplificação.

Então, nós ficaremos em aberto para a indicação dos Senadores – eu farei isso pessoalmente –, e o MRE (Ministério das Relações Exteriores) poderá indicar também um representante para esse grupo de trabalho. Nós queremos finalizar antes do recesso Parlamentar. Até o dia 5 de dezembro nós queremos entregar ao Brasil, aos exportadores, aos brasileiros, aos países irmãos, a consolidação dessa legislação tão importante que deverá ter o apoio não só do MRE, mas também da equipe da Camex. São pessoas da maior capacidade que se encontram no Ministério da Economia nessa área e que poderão nos ajudar a agilizar esse complexo de leis. Aliás, no Brasil há tantos milhares de leis em todos os setores que, se a gente conseguisse consolidar, por áreas – agricultura, meio ambiente, comércio exterior, trabalho –, nós daríamos um grande ganho aos advogados do País e a todo o Judiciário, que vivem perdidos nesse emaranhado de leis. São mais de 10 mil leis que este País tem.

Então, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Em votação.

As Senadores e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado esse requerimento.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas anteriores referente às 7ª e 13ª reuniões.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas aprovadas serão devidamente publicadas nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Embaixadora Carla, assim que o nosso *checklist* ficar pronto, que nós o daremos aos nossos colegas Senadores, nós também enviaremos à senhora cópia desse *checklist* para que possa acompanhar, junto conosco, os nossos trabalhos. A Comissão de Relações Exteriores, em toda audiência, em todo objetivo, em todo assunto debatido aqui, tem sempre um *checklist* com respostas, que nós ficamos devendo e temos a obrigação de responder.

Agradeço, mais uma vez, a todos os participantes, aos Embaixadores, ao jornalista Guga Chacra, ao Professor Hussein, agradecendo, mais uma vez, a participação, inclusive, dos Senadores e Senadoras pelo prestígio da presença, às autoridades aqui presentes e aos nossos convidados do e-Cidadania.

Agradecendo a todos pela presença, declaro encerrada esta importante reunião.

Boa tarde a todos!

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dezoito minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Plínio Valério, Lasier Martins, Angelo Coronel, Carlos Viana, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Alessandro Vieira e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Elmano Férrer, Giordano, Lucas Barreto, Marcos Rogério, Fernando Collor e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 277, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para permitir que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica desenvolvam atividades de geração de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais (DEM/GO). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 279, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 310, de 2018 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3258, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1/CDH (substitutivo), com a subemenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão da matéria. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3598, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para favorecer a prática do ciclismo e promover a integração de modais no transporte urbano." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3981, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV; altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; revoga as Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, 6.346, de 6 de julho de 1976, 6.504, de 13 de dezembro de 1977, 6.555, de 22 de agosto de 1978, 6.574, de 30 de setembro de 1978, 6.630, de 16 de abril de 1979, 6.648, de 16 de maio de 1979, 6.671, de 4 de julho de 1979, 6.776, de 30 de abril de 1980, 6.933, de 13 de julho de 1980, 6.976, de 14 de dezembro de 1980, 7.003, de 24 de junho de 1982, 7.436, de 20 de dezembro de 1985, 7.581, de 24 de dezembro de 1986, 9.060, de 14 de junho de 1995, 9.078, de 11 de julho de 1995, 9.830, de 2 de setembro de 1999, 9.852, de 27 de outubro de 1999, 10.030, de 20 de outubro de 2000, 10.031, de 20 de outubro de 2000, 10.540, de 1º de outubro de 2002, 10.606, de 19 de dezembro de 2002, 10.680, de 23 de maio de 2003, 10.739, de 24 de setembro de 2003, 10.789, de 28 de novembro de 2003, 10.960, de 7 de outubro de 2004, 11.003, de 16 de dezembro de 2004, 11.122, de 31 de maio de 2005, 11.475, de 29 de maio de 2007, 11.550, de 19 de novembro de 2007, 11.701, de 18 de junho de 2008, 11.729, de 24 de junho de 2008, e 11.731, de 24 de junho de 2008; revoga dispositivos das Leis nºs 6.261, de 14 de novembro de 1975, 6.406, de 21 de março de 1977, 11.297, de 9 de maio de 2006, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.482, de 31 de maio de 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, e 11.772, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências, para proibir a construção de pontes de madeira construídas com recursos do Governo Federal." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 302, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para incentivar empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários." **Autoria:** Senador Hélio José (PROS/DF). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 712, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe acerca da compensação do impacto tarifário causado pela baixa densidade de carga das concessionárias e permissionárias de distribuição com mercados próprios inferiores a 700 GWh por ano e altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação com cinco emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Ofício "S" n° 18, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento ao § 2° do art. 23 da Lei n° 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, o Relatório de Atendimento das Metas e dos Resultados na Execução do Plano de Negócios e da Estratégia de longo prazo - Ano Base 2018." **Autoria:** TRENSURB - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 8, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as propostas da União para as concessões de rodovias federais, especialmente na Região Sul do Brasil, tendo em vista que audiências públicas realizadas sobre o assunto apontam que os arranjos de algumas concessões desatendem ao interesse público, devendo ser discutidos no âmbito do Legislativo Federal." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 9, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o mercado de transporte aéreo brasileiro e o impacto causado pela pandemia." **Autoria:** Senador Jean Paul

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 13, de 2021** que: "Requer a inclusão de ANEAA (Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos) entre os convidados da audiência pública solicitada por meio do REQ 9/2021-CI." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 14, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a inserção de biodiesel no diesel." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 16, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "a crise energética frente à crise hídrica atualmente enfrentada pelo País"." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 18, de 2021** que: "Requer o aditamento do Requerimento 9/2021 - CI, para inclusão da empresa Azul Linhas Aéreas." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 17, de 2021** que: "Requer, em aditamento ao REQ 14/2021, a inclusão de novos convidados para a audiência pública." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Jean Paul Prates, Veneziano Vital do Rêgo, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes e Carlos Viana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos. Aprovada, a presente Ata é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Serviços Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu quero, neste momento importante da vida nacional, mencionar... Vou fazer um breve pronunciamento, e as minhas primeiras palavras não poderiam ser outras senão de condolências às famílias e amigos das mais de 585 mil vítimas da covid-19. Em Santa Catarina, mais de 19 mil vidas foram perdidas. Por outro lado, apesar de a pandemia ainda não ter chegado ao fim, é com esperança que observo – e todos nós certamente olhamos – os números de vítimas e de casos diminuírem a cada dia, conforme a vacinação vai avançando.

Em segundo lugar, eu não poderia deixar de registrar minha preocupação com o atual cenário econômico brasileiro, tendo em vista a enxurrada de más notícias que o nosso povo recebe todos os dias.

Em 31 de agosto, agora próximo passado, tivemos a criação de uma nova bandeira tarifária para as contas de luz, o que significou um aumento de 50% com relação à taxa anterior. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a nova bandeira provocará um aumento de 6,78 na tarifa média dos consumidores. A inflação para o mês de agosto foi a maior já registrada desde o ano 2000, atingindo um acumulado de 9,68% em 12 meses. Se levarmos em consideração apenas o aumento dos combustíveis, tivemos alta de 31% na gasolina, 40,75% no etanol, e 28,02% no diesel nos últimos 12 meses. Entre desempregados e desalentados, temos quase 30 milhões de brasileiros com sua força de trabalho parada, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais brasileiras.

Diante desse cenário, o diálogo se torna cada vez mais fundamental. É preciso pacificar o País para que os investidores privados possam se sentir confiantes e voltem a investir no Brasil.

Sabemos que, para retomada econômica, os investimentos em infraestrutura são fundamentais. Segundo relatório anual do Infra2038, preparado pela consultoria Pezco Economics, o Brasil precisa dobrar o nível de investimento em infraestrutura para alcançar o patamar adequado e dar um salto de competitividade na economia. Para tanto, por incrível que possa parecer, seria necessário um investimento estimado em R$339 bilhões por ano até 2038, o que colocaria a infraestrutura brasileira entre as 20 melhores do mundo no *ranking* do Fórum Econômico Mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada disso será possível se a política brasileira não tiver a estabilidade necessária para que as grandes pautas econômicas possam avançar, melhorando a vida de todos os brasileiros. É preciso olhar o futuro, elencar prioridades e unir esforços em torno de uma agenda com foco na população mais carente e que traga tranquilidade aos investidores privados. O Brasil tem pressa, e não podemos perder tempo com debates rasos que nos impedem de retomar o crescimento econômico.

Nesse sentido, tenho certeza de que esta Comissão de Infraestrutura estará sempre ao lado de quem produz e de quem trabalha, auxiliando o País na tão sonhada retomada econômica.

Quero, ainda, informar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que esta Presidência recebeu e comunica que foram encaminhadas à Comissão os seguintes documentos do Tribunal de Contas da União: os Avisos nºs 241, 324, 486, 727, 752, 770, 1.463, 1.467, 1.591, de 2020; 325, 488, 584, 612, 714, 1.094, 1.370, de 2021; e o Acórdão 632, também de 2021.

Recebeu também, encaminhados para esta Comissão, o Ofício 767, de 2020, do Ministério de Desenvolvimento Regional; os Ofícios 91, 136, 212 e 223 de 2020, da Agência Nacional de Telecomunicações; o Aviso de Audiência Pública nº 2, de 2021, da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ofícios 79, 125, de 2021, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; os Ofícios 2.420, de 2019, e 04, de 2021, da Assembleia Legislativa da Bahia; os Ofícios 180, 297, 300 e 306, de 2021, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o Ofício 603, de 2021, da Assembleia Legislativa de São Paulo; o Ofício 128, de 2021, da Confederação Nacional dos Municípios; o Ofício 187, de 2021, do gabinete do Senador Zequinha Marinho; o Ofício 216, de 2021, da Câmara Municipal de Ouro Fino, em Minas Gerais.

Documentos recebidos pela Comissão. A Presidência comunica que foram encaminhados para a Comissão, nos últimos meses, uma série de documentos que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, estão disponíveis para consulta na página da Comissão, aguardando eventuais manifestações das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, pelo prazo de 15 dias, após o qual serão arquivados. Informamos ainda que o arquivamento dos expedientes que tiverem seu recebimento será comunicado nas reuniões posteriores.

Votação dos projetos terminativos por meio de aplicativo do Senado Federal.

Nunca é demais mencionar que a presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e, de forma inédita, contará com a possibilidade de os Senadores votarem as matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui no Plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles Senadores e Senadoras que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações", depois, "votações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertas em comissões", e então procurar a votação da CI em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8, de 2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura da foto – certamente, muito semelhante com as votações que nós fizemos já na deliberação remota dos projetos do Senado Federal –, sob pena de não ter validação do voto. Quer dizer, o que valida o voto é o enquadramento da fotografia.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto por aplicativo serão chamados para que possam declarar o seu voto verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores remotos.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia da reunião, disponibilizada também no *chat* e nos computadores deste plenário.

Senador Esperidião Amim, V. Exa...

Vamos passar à deliberação então.

Nós temos seis itens terminativos e sete itens... Três itens são não terminativos e cinco são requerimentos para serem deliberados, e há mais dois, que estão entrando extrapauta.

Então, eu consulto V. Exa. se V. Exa. quer fazer alguma proposição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu lhe peço a palavra para duas finalidades.

Primeiro, eu quero me solidarizar e subscrever a sua manifestação a respeito da gravidade do momento econômico, com toda relação com a nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura – basta ver quais são os principais itens que o senhor mencionou, que estão pressionando e desesperando o povo brasileiro: são todos eles parte do nosso dia a dia na Comissão de Serviços de Infraestrutura, que V. Exa. preside. Então, a minha solidariedade, a minha expressão aqui de absoluta boa vontade no sentido de contribuir política e pessoalmente, no sentido de se dar um alívio para essa questão que envolve a aflição do povo brasileiro.

Segundo, eu gostaria de pedir que avaliasse a possibilidade de antecipar a apreciação do item 8 da pauta, uma vez que este projeto, na verdade, é apenas a atualização de um projeto de 2015, apresentado por quatro Deputados Federais. E chegamos a um termo, graças ao talento também do Relator, que eu acho que já está remotamente nos acompanhando, o nosso querido Vice-Presidente do Senado, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veneziano Vital do Rêgo. Se V. Exa. acolher o meu requerimento, nós poderemos ter o deslinde dessa questão na Comissão de Serviços de Infraestrutura para que ele possa seguir então para a CAE, aí sim, em caráter terminativo. É o pedido que eu faço, ao tempo que eu celebro aqui a presença do nosso múltiplo Relator.

Eu já tinha expressado ao Senador Dário Berger que eu também fiquei sentido com a edição da Medida Provisória 1.065, mas o senhor sabe que, na política, a arte do possível sempre tem que estar presente e, como eu creio que o bom senso determina que o seu talento não seja enterrado – aliás, pedido que Jesus Cristo fez também –, eu acho que o seu talento deve ser utilizado e, em vez do 261, passar para o 1.065.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado pela comparação honrosa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quase cinco vezes o valor da outra: 261x5 passa de 1.065.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Amin, aproveito para informar ao Senador Dário Berger e também ao Senador Acir, que estão aqui presentes, e aos que estão nos assistindo que o projeto deve ir à pauta na terça-feira que vem, dia 21. Portanto, a lei das ferrovias irá à pauta do Plenário, diretamente ao Plenário, para finalmente aprovarmos em Plenário e na Câmara.

Enquanto isso, a medida provisória está em vigor. Espero que ela tenha vida curta necessariamente, porque o código é melhor, a lei é mais aprimorada do que a medida provisória. É claro, tem mais ou menos o mesmo teor, mas há algumas diferenças. Dirimimos muitas inconsistências que havia desde o início de 2019 até hoje. Apresentamos aquele relatório inicial no final de 2019 – são sete meses de relatoria – e agora finalmente, depois de covid, depois de recesso, depois das discussões internas sobre os projetos específicos no Sul, no Centro-Oeste, em Minas e na Bahia, fechamos o relatório, que eu acredito que deverá ter aprovação unânime da Casa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor imagina, então, o Senador Jean Paul Prates ministrando essa missa em celebração à Nossa Senhora da Boa Morte – para a medida provisória, no caso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sem dúvida, eu quero também aqui me congratular com os Senadores presentes pela minha admiração ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colega Acir Gurgacz – já estamos completando quase sete anos aqui de parceria no Senado Federal –, um querido amigo que tive muito prazer de conhecer e de com ele conviver.

Eu quero registrar minhas homenagens a V. Exa. também, como fez o Senador Esperidião Amin, porque acho que posso afirmar que V. Exa., Senador Jean Paul, conquistou um espaço muito merecido pela sua capacidade, pela sua inteligência, pela sua dedicação, pela sua postura, pelo seu equilíbrio, serenidade e capacidade que o senhor tem de dialogar as matérias importantes e fundamentais para o País, não exclusivamente para nossa vocação e para nossa ideologia pessoal, porque, em determinados momentos, isso tem que ser superado em prol de um objetivo maior, que é o objetivo de botar o Brasil nos trilhos do crescimento, do desenvolvimento, porque só com isto, só assim é que nós vamos reconstruir este País: com crescimento econômico.

Senador Esperidião Amin, que foi Governador, nós só vamos corrigir o desemprego com crescimento econômico, com movimento, com geração de oportunidade, colocando todo mundo para trabalhar, todo mundo seguindo no mesmo caminho, no mesmo sentido, com o mesmo objetivo. E, para isso, se faz necessário alterar a nossa legislação, sobretudo, para o nosso ambiente de trabalho, o nosso ambiente de negócios, melhor dizendo.

Nós ainda somos um país muito burocrático, sem a segurança necessária para se investir. E o que o empresário quer, necessita... Não é que ele quer: ele necessita, porque é um negócio e ninguém aposta em negócio que não tem segurança para que se obtenha um retorno daquilo. De maneira que o Brasil burocrático não avança como deveria avançar. Eu até sempre digo que nós temos um pé no futuro, Senador Esperidião Amin, que é a nossa expectativa, nossa esperança... Aliás, a Constituição de 1988, Senador Acir, tinha, no fundo, na sua essência, a reconstrução de um novo país através da Constituição, através das letras e dos parágrafos. Entretanto, aquilo foi uma utopia que nós construímos porque – e eu louvo a iniciativa e a disposição daqueles Parlamentares naquele momento – nós, saindo de uma ditadura ou de um regime autoritário, tínhamos pressa de construir um Brasil melhor, mais democrático, mais justo e com mais qualidade de vida. E as coisas acabaram não avançando como estavam escritas, nós burocratizamos muito e acabamos dificultando o crescimento e o desenvolvimento do Brasil.

Nós temos também, na minha opinião, que voltar a defender o princípio da eficiência e o princípio das garantias, para que efetivamente a gente possa crescer e se desenvolver cada vez mais. Lamentavelmente, Senador Jean Paul, a administração pública deste País, os Governos funcionam pelo princípio da desconfiança – quer dizer, nós não podemos liberar uma licitação para alguém porque nós desconfiamos antecipadamente da licitação – quando, na verdade, nós temos que alterar isso para o princípio da confiança: se sair algo de errado, punir exemplarmente, mas, enquanto isso, facilitar a vida de quem está lá na ponta para que ele possa avançar rápido, para que ele possa agir pelo princípio mais elementar da vida, que rege os seres humanos, que é o princípio da confiança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou colocando isso até para aproveitar o tempo, enquanto eu estou pedindo aqui para saber se o Senador Veneziano está a postos, nosso Vice-Presidente, um Senador admirável também, competente, possuidor de um vernáculo muito próprio e especialíssimo, que nos orgulha, meu querido amigo, meu correligionário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um colecionador de palavras.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Colecionador de palavras, segundo o Senador Esperidião Amin, o Senador Veneziano.

Então eu submeto aqui ao Plenário – penso que não vai haver problema nenhum – fazer a inversão de pauta do item 8, por solicitação do Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Havendo concordância, passamos a deliberar o item 8, não terminativo, o Projeto de Lei n° 712, de 2019.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 712, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe acerca da compensação do impacto tarifário causado pela baixa densidade de carga das concessionárias e permissionárias de distribuição com mercados próprios inferiores a 700 GWh por ano e altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação com cinco emendas.

Observações: *Após análise na CI, a matéria vai à CAE, em decisão terminativa*

A relatoria é do ilustre Vice-Presidente desta Casa, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O relatório é pela aprovação, com as emendas que apresenta.

Aqui será realizada votação simbólica.

Portanto, passo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente, meus cumprimentos. Meu bom-dia a V. Exa., a todos os demais outros companheiros, presentes aqui ou virtualmente, que estejam a participar desta reunião da nossa Comissão de Infraestrutura.

Quero renovar a minha honra de poder, mais uma vez, estar sendo presidido por V. Exa., fato que já me ocorreu no biênio anterior, na condição de integrante da Comissão de Educação. Sou cônscio das minhas limitações, Sr. Presidente, e trago sempre as suas palavras, conferidas a mim muito mais pela generosidade de um coração catarinense gigantesco, como também as palavras do Senador Esperidião Amin, muito mais pela cordialidade, generosidade, afabilidade do que propriamente pelos nossos merecimentos. Eu os acompanho.

Peço desculpas por ter me atrasado, porque, como V. Exa. deve ter sabido, tanto eu, o Senador Jean Paul, o Senador Esperidião – não sei dos demais outros, mas eu os diviso –, nós integramos também a Comissão de Assuntos Econômicos e lá estávamos até por força de uma votação terminativa.

Pergunto a V. Exa., requerendo a sua compreensão, se eu posso ir direto à leitura da nossa análise do projeto de autoria do Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Meu Vice-Presidente, V. Exa. tem toda a liberdade para fazer o que for necessário e o que for interessante para nós.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Presidente.

Como V. Exa. já bem fez a leitura da ementa a tratar deste assunto, eu faço apenas um registro de que essa matéria toca diretamente a compreensão e o alcance sensível do Senador Esperidião Amin de algum tempo. Quando fui designado para relatar este objeto desta matéria, tive dele não apenas a participação decisiva, mas o acompanhamento técnico que nos permitiu, a nós do nosso gabinete, à própria Consultoria do Senado Federal, dirimir todas dúvidas que porventura existiam e que, de fato, foram apresentadas, para que nós constituíssemos aqui um parecer que, espero eu, possa atender as expectativas dos integrantes da Comissão de Infraestrutura.

Então, as primeiras considerações são, de fato, sobre os aspectos formais da proposta. São atendidos todos os requisitos para que a Comissão de Infraestrutura pudesse ater-se à matéria.

Começo a análise, Sr. Presidente.

Na justificação do projeto de lei de autoria do Senador Espiridião Amin, alega-se, de forma precisa e perfeita, que as pequenas distribuidoras de energia elétrica tiveram importante papel na oferta de eletricidade em áreas que não eram atendidas por aquelas de grande porte. Pondera, entretanto, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas apresentam baixa densidade de carga em relação ao tamanho da rede elétrica que possuem, o que eleva as suas tarifas. O problema de tarifas elevadas resultante da falta de escala na prestação do serviço, conforme o Senador Espiridião Amin fala, reconhece, foi parcialmente resolvido com a subvenção concedida às cooperativas de eletrificação rural, benefício esse criado pela Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016. Diante do fato de que o subsídio alcança somente cooperativas de eletrificação rural, o autor do PL 712, de que ora tratamos, deseja estendê-lo para as demais distribuidoras de pequeno porte.

O problema que fundamenta o PL 712 poderia já ter sido corrigido pelo Poder Executivo em 2015. A Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, em seu art. 7º, permitiu que o Poder Executivo prorrogasse concessões de distribuição de energia elétrica com vistas a "assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica" – eu fiz o grifo que V. Exas. podem acompanhar no nosso parecer. Com base nesse dispositivo, esperava-se que o Poder Executivo não prorrogasse as outorgas de empresas que não apresentavam escala na prestação do serviço, ou seja, cuja existência não é pautada na racionalidade econômica. Isso teria permitido a incorporação das áreas de concessão sem escala por uma que preenchesse esse requisito.

Entretanto, na regulamentação do art. 7º já mencionado, por meio do Decreto 8.461, de 2015, o Poder Executivo interpretou o critério de racionalidade operacional e econômica a partir da comparação das empresas de pequeno porte com outras similares. É o que se nota na leitura do §6º – e eu peço a compreensão para que não me estenda a essa leitura, porque V. Exas. já a tem diante de si.

O efeito prático da opção feita pelo Poder Executivo foi a manutenção por mais 30 anos do funcionamento de distribuidoras de pequeno porte que não possuem economias de escala, ou seja – o que significa tecnicamente economias de escala, Sr. Presidente –, que são incapazes, por questões operacionais e econômicas, de prestar o serviço de forma eficiente. Em consequência, consumidores dessas empresas são condenados a pagar tarifas muito mais altas, superiores àquelas pagas por consumidores de distribuidoras maiores, as quais, inclusive, fornecem energia elétrica para as pequenas distribuidoras.

Diante desse cenário de ineficiência, a Lei 14.182 alterou a Lei 10.438 para criar um mecanismo com vistas a incentivar distribuidoras com economias de escala a comprar aquelas sem essa característica. Essa solução estrutural endereça a questão, mas no longo prazo. Isso porque a sua implementação depende de os acionistas das pequenas distribuidoras concordarem ou não com essa negociação – não é de imediato, portanto. Até lá, os seus consumidores permanecem sendo onerados. E foi aí onde, objetivamente, identificou-se o prejuízo a esses consumidores e isso fez com que o Senador Amin apresentasse esta proposta. Ademais, para o Município atendido pelas pequenas distribuidoras, a distorção gerada pelo decreto já mencionado significa perder empresas para regiões vizinhas em que o serviço é prestado por empresas com tarifas menores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, propomos alguns aperfeiçoamentos no PL nº 712.

O primeiro aperfeiçoamento é limitar a subvenção a distribuidoras com mercado igual ou inferior a 350 GWh – essa foi uma discussão, inclusive, mantida entre o nosso gabinete e o gabinete de S. Exa. Senador Esperidião Amin, como também discussão ministerial. Chegamos a esta proposta que equaciona a discussão legislativa: 350 GWh, o que reduz o montante do dispêndio a ser assumido pela CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

O segundo aperfeiçoamento que ouso sugerir é utilizar, como parâmetro para cálculo da subvenção e para a tarifa a ser paga por seus consumidores, uma distribuidora vizinha com mercado superior a 700 GWh e na mesma unidade federativa da distribuidora candidata à subvenção. Esse ajuste requer reformulação do art. 2º e supressão do art. 3º.

A terceira e última sugestão de aperfeiçoamento é submeter as distribuidoras alcançadas pelo PL nº 712, de que estamos a tratar, ao arranjo estrutural que cria incentivos para serem adquiridas por aquelas empresas com economias de escala. Esse ajuste envolve a inclusão de um novo artigo na proposição.

Entendemos que o PL nº 712, Sr. Presidente, Governador Dário Berger, com as modificações propostas, atenderá ao propósito que motivou a sua apresentação a um custo relativamente pequeno, de cerca de R$47 milhões. Trata-se de um montante, entendamos, compreensivelmente irrisório frente aos mais de R$20 bilhões de despesas da Conta de Desenvolvimento Energético. Considerando o peso da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) nas tarifas de energia elétrica, o impacto é de fato irrisório. Pela correção de distorção, a proposição é inferior a 0,05%.

Eis a análise que nós fizemos ao parecer, Sr. Presidente.

O voto.

Diante do exposto, nós votamos – pedindo também, se possível for, pelo convencimento dos senhores e das senhoras, o acompanhamento – pela aprovação do PL nº 712, de 2019, com as seguintes emendas, e nós as citamos, cada uma delas. São três emendas. Eu peço a permissão para não fazer a leitura de cada uma delas, porque me alongaria. E, ao final, sugiro a aprovação deste relatório, Sr. Presidente.

Eis o nosso voto, Presidente Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Veneziano, cumprimento V. Exa. pelo relatório.

Submeto o relatório à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto... Ah, não. Ele não é terminativo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada, então, a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para o seguimento da sua tramitação.

Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só quero, muito brevemente, agradecer a aprovação dos membros desta Comissão, agradecer a inversão de pauta que V. Exa. concedeu e agradecer muito a tolerância, a compreensão e a contribuição do Senador Veneziano Vital do Rêgo para que chegássemos a esse ponto de equilíbrio.

V. Exa. falou também em equilíbrio quando usou da palavra inicialmente. Eu vou mostrar aqui para o Senador Jean Paul Prates, já que não posso mostrar para todos, a pedra do equilíbrio que há lá no Morro das Feiticeiras, entre a Praia Brava e Ingleses. Então, eu acho que essa é uma solução de equilíbrio em função da precariedade a que estamos submetidos os cidadãos e os empreendedores de cidades atendidas por essas pequenas empresas que não têm viabilidade, como o Senador Veneziano bem salientou.

Muito obrigado ao Relator, Senador Veneziano, e meu abraço e meu agradecimento a todos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, para complementar, para que as pessoas também entendam em casa o que acontece com as distribuidoras, distribuidoras de energia pelas quais passa a energia que chega ao consumidor final.

O papel das distribuidoras. As de grande porte têm a sua economia de escala, como o Relator Veneziano tão bem mencionou, meio que garantida por um certo monopólio. Na verdade, esse é um monopólio que não é natural, é um monopólio estabelecido por lei, pelo qual, em uma determinada região, a distribuidora é obrigada a suprir todos aqueles habitantes, projetos industriais, comerciantes, etc., de energia, seja aquilo lucrativo ou não. Então, ela tira parte do lucro das contas boas para dar para as contas... Digamos assim: é um subsídio cruzado ali dentro da atividade dela, por isso é estabelecido um monopólio numa determinada região geográfica. Essas pequenas empresas, no entanto, se tornam inviáveis, porque a região que elas atendem se torna inviável como um todo e, então, você não tem tantas contas lucrativas para subsidiar as contas que não são lucrativas, que são deficitárias. A tendência dessas empresas normalmente é a de serem adquiridas pelas empresas maiores vizinhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que existem essas distribuidoras menores? Porque, em outro momento, provavelmente, era a única forma de atender aquele mercado mais remoto, ou mais isolado. Seria, por exemplo, solução para lugares na Amazônia hoje, não é?

Então, esse incentivo é importante. Não se trata aqui de um subsídio, de facilitar a vida de ninguém gratuitamente; apenas de garantir a universalidade, dentro daquele universo da distribuidora pequena, de garantir modicidade tarifária para aqueles cidadãos que hoje são penalizados com uma conta mais alta do que deveriam ter e, eventualmente – o projeto tem esse mérito, parabenizo o Senador Esperidião por isso –, até estimular essa potencial aquisição por um operador maior, organizando, então, o mercado de forma não contrária à competição. Porque esse é um mercado diferente, Senador Amin, não é um mercado em que a competição seja mais saudável do que o monopólio. O monopólio da distribuição em determinadas áreas é necessário justamente para ter esse subsídio cruzado.

Uma coisa que poucas pessoas lembram é que, a um monopólio qualquer, corresponde a obrigação de suprir. O monopólio não é uma farra, o monopólio não é uma coisa que, quando dado por lei principalmente, não quando conquistado pelas vias do capitalismo... E esta é outra contradição grande: todo mundo quer eliminar todos os seus concorrentes e, quando elimina, vem um órgão da concorrência e o corta – que o diga a Standard Oil lá do Rockefeller nos idos tempos, antes de o petróleo estar sendo usado em automóveis.

Então, o antitruste combate justamente o ápice do capitalismo... O ideal de todo mundo, na verdade, é, no final, um cadafalso da própria atividade. Mas não é nesse caso que nós estamos falando, nós estamos falando de monopólios instituídos por lei. E esses instituídos por lei, a eles compete a obrigação de suprir. Portanto, essas empresas que hoje estão penalizadas pela realidade dos fatos dessas regiões, além das cooperativas que já foram atendidas anteriormente, elas estão sendo... E esse é o objetivo da Conta de Desenvolvimento Energético justamente, é para isso que se usa a Conta de Desenvolvimento Energético, que foi ampliada e que tem uma – nesse caso aqui – participação mínima, ínfima.

Então, é meritório esse projeto, por isso o apoiamos. Parabenizamos o Senador Amin e o Senador Veneziano e tentamos aqui explicar exatamente porque é que esse subsídio, essa subvenção está sendo colocada aqui de forma mais ampla, para abranger essas pequenas empresas também.

Obrigado, Senador Dário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se me permite, em homenagem à aula do nosso querido Senador Jean Paul Prates, que é sempre bem-vinda, eu vou lhe dar um fato concreto, porque a gente legisla para o todo, mas se baseia em experiências. Então, vou lhe dar o retrato desta luta de quase oito anos. Numa cidade... Vou dar o nome da cidade: Urussanga, Santa Catarina. Essa cidade tem o seu espaço geográfico dividido em três partes: num lado, uma cooperativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atende; no outro lado, outra cooperativa atende. A supridora dos três lados é a Celesc, empresa que já conquistou, nos últimos três anos, a condição de melhor do Brasil, que foi a primeira empresa do Brasil a conquistar o nível de governança 2 na Bolsa de Valores de São Paulo. Tem um nível de governança, portanto, satisfatório. No meio da cidade, é uma empresa privada de pequeno porte. A discrepância de tarifa chega a 40%, 50%. Então, a minha indignação brota do seguinte: nós que cuidamos das instituições não somos capazes de resolver isso? Quer dizer, o cidadão...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É o que se chama de assimetria regulatória. Pelo fato de ela ser uma distribuidora, e não uma cooperativa, ficou de fora e aí ficou cobrando diferente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É isso. Ou seja, a supridora é a mesma, o ente distribuidor é diferente – juridicamente apenas – e, por ironia, a empresa conquistou agora em agosto – essa empresa que oferece uma tarifa discrepante para cima em relação às vizinhas – o prêmio de melhor do Brasil no seu grau, porque a tarifa não faz parte dos indicadores. A tarifa final que o cidadão paga não faz parte da medalha, da condecoração.

Então, eu não preciso dizer quantos desaforos eu já disse a respeito disso, mas esta solução encontrada aqui é equânime e está conforme a lei que não é perfeita, mas que está em vigor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin pela iniciativa do projeto, o Senador Veneziano pela relatoria e também os demais Senadores.

Eu queria fazer um esclarecimento, porque nós temos na pauta de hoje sete projetos terminativos. Nós não temos quórum ainda para deliberar os projetos terminativos. Qual é o quórum que nós temos hoje, Thales? Mas nós estamos nos aproximando do quórum. Temos três não terminativos, dos quais, um nós já deliberamos; temos cinco requerimentos e temos dois requerimentos extrapauta.

A minha sugestão é de continuarmos os não deliberativos até que possamos atingir o quórum dos deliberativos.

E me permitam aqui... O item 7, que é de autoria do ex-Senador Hélio José, cujo Relator não está presente, e o item 9, não terminativo, de relatoria do Senador Lasier Martins, cuja autoria é da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre.

Eu peço licença a V. Exas. para colocar em deliberação o item 9 da pauta, não terminativo.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

OFÍCIO "S" N° 18, DE 2019

- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao § 2° do art. 23 da Lei n° 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, o Relatório de Atendimento das Metas e dos Resultados na Execução do Plano de Negócios e da Estratégia de longo prazo - Ano Base 2018.

Autoria: TRENSURB - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observação: a votação será simbólica.

Concedo a palavra, então, ao Senador Lasier Martins para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Dário Berger.

Senadores e Senadoras, sucintamente, então, trata-se de um ofício de prestação de contas da Trensurb, que eu resumo bastante no seguinte relatório.

Chega ao exame desta Comissão o Ofício nº 18, de 2019, na origem remetido ao Senado pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), com análise anual feita por seu Conselho de Administração de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo.

O documento anexo foi encaminhado ao Presidente do Congresso, em cumprimento ao §2º do art. 23 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

Destarte, o Conselho de Administração da Trensurb enviou, por meio do ofício suprarreferido, o relatório de resultados de 2018, que foi aprovado pela Resolução do Conselho de Administração nº 7, de 22 de março de 2019, também anexa (p.3 do Ofício "S").

Análise.

No caso em análise, trata-se da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), empresa pública, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, conforme o item 3 da alínea "b" do inciso V do art. 2º do Anexo I do Decreto 9.666, de 2 de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério do Desenvolvimento Regional, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores.

O "Relatório de Resultados 2018" encaminhado apresenta, inicialmente, itens inerentes ao planejamento estratégico desta empresa, quais sejam – são três –:

– Missão: transportar pessoas de forma rápida, segura e com qualidade, de modo sustentável.

– Visão: ser referência em gestão pública na operação do sistema metroferroviário, com geração de valor para a sociedade e busca permanente pela sustentabilidade.

– Valores: eficiência; integridade; pertencimento; respeito; transparência; e urbanidade.

Pela análise dos documentos, verifica-se que são expostas as principais ações realizadas em diversas áreas desenvolvidas pela empresa. Como não foram encaminhadas as metas e os indicadores dos projetos, não há como avaliar precisamente os resultados. Na avaliação da empresa, registraram-se, em 2018, "índices positivos quanto ao seu desempenho operacional, econômico e estratégico".

Cabe dizer que o Conselho de Administração da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) cumpriu, apenas em parte, as determinações do art. 23, §2º, da Lei das Estatais. O colegiado, a despeito da previsão legal e regulamentar, ateve-se apenas ao cumprimento formal, olvidando do quesito material. Entretanto, ressaltamos que não há documento-modelo para a apresentação do que se exige na Lei das Estatais, e consideramos que o "Relatório de Resultados 2018" encaminhado é apropriado.

Voto.

Diante do exposto, consideramos que a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) atendeu às exigências da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), de promover a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, publicando suas conclusões e informando-as ao Congresso Nacional, o que foi feito pelo Ofício "S" nº 18, de 2019.

É o relatório, Sr. Presidente Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Obrigado, Senador Lasier Martins.

Submeto à discussão o relatório apresentado pelo Senador Lasier Martins. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Aprovada, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para o seguimento da sua tramitação.

Aproveito para cumprimentar meu ilustre amigo, do Estado irmão de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Senador Lasier Martins.

Agora, como não terminativo, e como nós não termos quórum ainda, mas estamos bem próximos de atingir o quórum, nós temos o item 7 da pauta, mas o relator da matéria não se encontra presente. Eu vou tomar a liberdade de sobrestar para a próxima reunião, haja vista que não me parece ser um projeto assim também com uma urgência necessária para deliberar neste momento.

A minha sugestão é de passar aos requerimentos. Não sei se há alguma outra sugestão melhor, que eu possa adotar nos respectivos encaminhamentos. Se os Senadores concordarem, eu passo a deliberar os requerimentos.

O primeiro requerimento é o item 10 da pauta, que é de minha autoria, por solicitação do Senador Flávio Arns, e o estou fazendo porque ele não é membro desta Comissão, mas é um assunto extremamente relevante e interessante para o Paraná. É com muita honra, evidentemente, também, que subscrevo o requerimento do Exmo. Senador Flávio Arns.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 8, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as propostas da União para as concessões de rodovias federais, especialmente na Região Sul do Brasil, tendo em vista que audiências públicas realizadas sobre o assunto apontam que os arranjos de algumas concessões desatendem ao interesse público, devendo ser discutidos no âmbito do Legislativo Federal.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Propõe para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Infraestrutura; representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres; o Sr. Sandro Alex, Secretário de Infraestrutura do Estado do Paraná; o Sr. Arilson Chiorato, Deputado Estadual do Paraná; representante indicado pela coordenação do G7 – entidade que congrega representantes do setor produtivo do Estado do Paraná.

A autoria é do Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o requerimento.

Portanto, submeto-o à deliberação dos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos solicitar à Secretaria da Mesa para marcar a audiência pública, que será realizada oportunamente.

Vamos seguir então ao item 11, da pauta, em homenagem ao Senador Esperidião Amin.

A autoria do requerimento é do Senador Jean Paul Prates.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 9, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o mercado de transporte aéreo brasileiro e o impacto causado pela pandemia.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC); representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); representante da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear); representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Ofereço a palavra ao ilustre Senador Jean Paul Prates para se manifestar quanto ao seu requerimento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Presidente Dário, eu queria aproveitar inclusive para agradecê-lo penhoradamente pelas palavras gentis que me dirigiu agora, no início da sessão. Não queria deixar de registrar esse agradecimento. Esse seu reconhecimento para mim é muito importante, tanto quanto o do Senador Amin, Senador Lasier e todos que fazem parte desta Comissão, porque, de fato, temos tentado trabalhar todos juntos aqui, irmanadamente, desprovidos daqueles radicalismos ou das tensões habituais do embate político, tirando uma aresta aqui outra ali e trabalhando, porque aqui é uma Comissão de Infraestrutura, uma Comissão técnica, uma Comissão em que se debatem difíceis temas para o Estado brasileiro e, portanto, ferramentas para o Estado brasileiro, não para um governo ou para outro governo, mas para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Estado brasileiro disponha de ferramentas modernas e, como V. Exa. disse, desburocratizando o Estado, mas dando regras claras e poder de punição.

Quando nós dizemos que tiramos a burocracia, não queremos dizer que o Estado vai virar um *laissez-faire, laissez-passer*, deixa tudo acontecer. Não. Nós estamos falando de um Estado brasileiro inteligente, investigador, fiscalizador e punidor, sim, dos maus procedimentos. Se chegamos a um momento de desconfiança maior do que de confiança nos investidores e nos entes regulados, é porque, durante muitas décadas, séculos, eu ouso até dizer desde a descoberta do Brasil, nós trabalhamos com esse grau de desconfiança porque, de fato, o nível de punição daqueles que infringem as regras é muito baixo, então, a certeza da impunidade leva a que muitos medíocres, picaretas, criminosos apareçam no mundo dos negócios, principalmente em volta do Estado brasileiro. Por isso é que nós temos que ter um grau de desconfiança ainda elevado, mas esperamos reduzi-lo pouco a pouco.

Esse requerimento justamente visa que a sociedade conheça um pouco do que todos se perguntam, principalmente os que são vezeiros ou obrigados a utilizar o transporte aéreo – nós mesmos e outros. O País hoje, felizmente, evoluiu em duas décadas, muitíssimo, na questão das linhas aéreas, das rotas e dos serviços aéreos, porém nós sabemos, todos daqui, que temos aí, se não um duopólio, um triopólio de três empresas principais, agora entrando mais uma – e é salutar que se faça homenagem aqui à Itapemirim, que entra no mercado também. Então, temos Gol, Tam, Azul, Itapemirim e algumas regionais que ainda subsistem.

No entanto, nós que havíamos feito, Senador Amin, um pedido de investigação tarifária junto ao Cade antes da pandemia, em função de algumas discrepâncias que nós encontramos entre os mercados de João Pessoa e de Natal, depois fomos corroborados pelo Senador Jaques Wagner, pela Senadora Kátia Abreu e por outros Senadores que vieram também aduzir ao nosso requerimento de investigação tarifária, motivados justamente pelo desconhecimento – ousei chamar, inclusive, de certa caixa-preta – daqueles aplicativos ou, mais do que aplicativos, algoritmos das vendas de passagens, das tarifas. A gente quer conhecer por dentro quais são os critérios, qual é o *break down*, a divisão de gomos da composição tarifária de uma passagem aérea. É nosso direito todos nós conhecermos isso.

Então, pedimos isso ao Cade. Isso está correndo lá de uma forma que eu também hoje vejo com certa reserva, porque é segredo, está em segredo. Nem nós conseguimos informação sobre esse processo. Esse é outro assunto que nós vamos debater aqui algum dia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é! O Cade passa a fazer a investigação, nós perguntamos o que está acontecendo, e eles dizem: "Não, está correndo em segredo". Mas aí, em segredo, você não consegue cobrar agilidade, nada. Não aconteceu nada até agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o mais grave é que, nesse caso, eles vão ter um pretexto, uma desculpa ou uma justificativa, como queiram interpretar, para não terem terminado o trabalho, porque, no meio, veio a pandemia, e se cortou a série histórica, não é? Então, você não consegue comparar tarifa, comportamento, nada disso, porque tudo vai ser alegado: "Ah, houve a pandemia, parou, a rota parou de existir, e o movimento caiu, e houve prejuízo, etc., etc.". No entanto – este é o motivo desse requerimento –, neste momento, está restabelecido, há pelo menos três, quatro, cinco meses, certo grau de normalidade. As empresas começam a voltar às suas rotas normais, à sua lotação, e a gente comprova isso. Nós, aqui, somos a melhor amostragem, vimos de todos os lugares do Brasil para Brasília, a gente vai comprovando isso. E as tarifas, de novo, estão começando a ficar assustadoras, assustadoras! Não sei como é para vocês, mas para mim é assustador!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E a malha não está recomposta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E, tendo em vista que o turismo... O turismo também sofreu mudanças comportamentais, e a gente vai poder analisar isso em outras ocasiões também. Hoje, o turista consegue, com o trabalho remoto, solicitar ao seu chefe, eventualmente, para fazer uma viagem com os filhos, com a família, e para ficar ali por um pouco mais de tempo ou, até fora das férias, por algum tempo, até por conta das férias da mulher, por exemplo. Enfim, pode-se adaptar. E ir para um lugar como o Rio Grande do Norte... Nós já recebemos muitos desde a pandemia. Inclusive, houve gente que foi se isolar lá, porque estava trabalhando remotamente, e tanto fazia estar em um apartamento, trancafiado, em São Paulo, como em uma pousada segura, em um local de praia, com os filhos em volta, porque também eles estavam sem aula. Então, esse comportamento fez com que o movimento nas empresas aéreas não fosse tão grave. Isso eu também queria entender.

E, principalmente, há uma coisa que quero entender agora: como ficou esse procedimento? Qual é o protocolo? Servem refeição ou não servem refeição? Servem água? Um copo d'água, você tem que pedir? Isso gera um impacto no custo também da operação da empresa. Isso foi revertido para a tarifa em algum momento ou foi usado como reserva para compensar os prejuízos que tiveram no tempo em que ficaram parados?

Então, essa transparência... Veja que a gente não está criminalizando ninguém, incriminando ninguém; pelo contrário, estamos chamando as empresas.

Estou aduzindo um requerimento hoje, oralmente, para colocar a companhia Azul Linhas Aéreas, que não tinha sido incluída no início, porque ela saiu depois, por alguma razão que ela pode explicar, da tal Abear, que é a associação das empresas. Ela saiu dessa associação. E aí nós a estamos chamando, a pedido da própria empresa também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos mesmo que as empresas nos expliquem, conversem conosco sobre o que aconteceu durante a pandemia. Quais foram as entranhas daquele processo? Como é que vocês se viraram? A gente quer saber isso. E, dois, como é que vai ficar o futuro? O novo normal é como?

Não sei se está aqui, mas, se não estiver, podemos requerer que venha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso! É fundamental! Está indo a Natal também! É muito bem-vinda!

E colocamos também... Acho que pode ser colocado junto, no item 12, a Aneaa, que é a Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos, porque um dos mistérios que eu não entendo, por exemplo, é por que a passagem de João Pessoa a Brasília tem a metade do preço da passagem de Natal a Brasília. Será que é por causa do aeroporto? Não pode haver outra diferença. O percurso é o mesmo, o QAV é o mesmo que se gasta, o avião é o mesmo, enfim tudo é o mesmo, mas é metade do valor, ou pelo menos era antes da pandemia e agora vem se organizando de outra forma. Disseram, na época, que era porque o potencial turístico, a atratividade turística em Natal era maior. Não vejo a menor diferença entre João Pessoa e Natal. Acho que os dois têm a mesma atratividade. Até hoje, não entendi o porquê disso. E há outros casos no Brasil de capitais próximas ou de cidades próximas em que uma tarifa é o dobro da outra.

Outro mistério que a gente precisa esclarecer é: por que lugares mais remotos, difíceis, com rotas mais raras, como Rondônia, Roraima e o próprio Rio Grande do Norte, têm todos os voos no mesmo horário? Vai todo mundo no mesmo horário, com a mesma tarifa. TAM e GOL saem na mesma hora, praticamente, com cinco minutos de diferença pela manhã, e, de tarde, é a mesma coisa. Que diabo! Por que essa dificuldade em poder escolher, não é? Se um estivesse uma ou duas horas mais na frente... Não sei por que esse mistério, não sei se aproveitam a mesma estrutura do aeroporto que está aberto naquele horário, não sei o que é. Eu sei que isso prejudica o próprio aeroporto, porque o comerciante, por exemplo, quando não há voo, fecha as biroscas e vai-se embora. Se o aeroporto abre só às 5h da manhã, como é o nosso lá, e às 5h da tarde ou às 4h da tarde, para os dois voos que saem de lá para Brasília, para São Paulo, etc., no resto do período não há ninguém.

Então, esses mistérios, essas dúvidas e indagações é que são objeto da nossa audiência pública, para entender como foi a pandemia e, a partir dela, como é que vai ser a vida da aviação civil nacional para nós todos. Como é que ficou isso? Até quando vai durar esta questão de não servir comida? Qual é o impacto disso na tarifa? Isso é revertido ou não? Quais são os procedimentos novos que vão perdurar para sempre, em um novo normal do viajante de avião? Enfim, esse é o objetivo da audiência pública que nós estamos propondo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso basicamente, com os requerimentos da associação de aeroportos e com o requerimento da Azul, e, provavelmente, poderemos chamar a Itapemirim também, porque é interessante o caso, porque é um novo *player*, um novo agente que vai entrar aí, que já entrou no mercado.

É isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeitamente!

Então, se eu entendi, vamos agrupar aqui e aditar ao item 11 o item 12. Seria a Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos. Certo? O Requerimento nº 18, extrapauta, que convida os representantes ou um representante da Azul Linhas Aéreas. E há mais...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Podemos aduzir a esse, oralmente, além da Azul, a Itapemirim. Aí é só.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ela já faz parte da Abear. Então, já vindo a Abear, está atendida.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está atendida?

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 13, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a inclusão da ANEAA (Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos) entre os convidados da audiência pública solicitada por meio do REQ 9/2021-CI.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN).

Observações: *Adita o REQ 13/2021-CI.*

EXTRAPAUTA

ITEM 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 18, DE 2021

Requer o aditamento do Requerimento 9/2021 - CI, para inclusão da empresa Azul Linhas Aéreas.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN).

Então, em discussão os requerimentos do Senador Jean Paul Prates. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria mais discutir, submeto-os à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Senador Acir, nós temos ainda mais três requerimentos, mas eu vou conceder a palavra a V. Exa. Qual é o item da pauta de V. Exa.?

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Número 4.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Número 4.

Então, por solicitação do Senador Acir, vamos ao item 4 da pauta, que é terminativo, mas o Senador Acir já faz a leitura e faz a defesa do relatório e aí já é um passo adiante, já se desincumbe dessa importante responsabilidade.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3258, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1/CDH (substitutivo), com a subemenda que apresenta

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Matéria tem parecer da CDH, pela aprovação na forma da Emenda nº 1/CDH (substitutivo)

2. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF

3. Votação nominal

Portanto, concedo a palavra ao ilustre Senador Acir Gurgacz para proferir o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Dário Berger. Meus cumprimentos pela condução dos trabalhos desta Comissão, que é tão importante para o nosso País.

Antes de entrar no relatório, se V. Exa. me permitir, eu ouvi aqui o Senador Jean Paul falando, o Senador Esperidião Amin e V. Exa. sobre essa preocupação de geração de emprego, essa estagnação que nós estamos tendo no País, principalmente com relação às obras de infraestrutura. Eu vi, na agenda que será discutida na próxima semana, Senador Dário Berger, a questão dos pedágios, do valor dos pedágios. Eu acho que isso é da maior importância.

Está se discutindo o valor dos pedágios lá no Estado do Paraná, no Sul do País, e isso nos preocupa, porque é extensivo a todo o nosso País. O que acontecer lá – o valor do pedágio com a outorga, sem a outorga, valor mínimo, valor médio – é uma preocupação grande, porque isso vai chegar lá em Rondônia através da BR-364, aonde eu quero chegar.

Nós precisamos demais, Senador Jean Paul, da duplicação da BR-364. A 364 está para Rondônia como a 101 está para Santa Catarina. Depois de muitos anos, foi duplicada a BR-101, mas ela já não suporta mais. Em que pese as pessoas acharem que isso é ruim, eu penso o contrário: isto é um problema positivo. Por quê? Porque, se já estrangulou a BR-364, estrangulou a BR-101 mesmo duplicada, é porque a produção aumentou muito, tanto a produção quanto a industrialização.

Então, em nível de Governo, é um problema positivo. O que não pode é o Governo Federal transferir esta responsabilidade para iniciativa privada. Esta é uma responsabilidade de Governo. Essa ligação de Porto Alegre a São Paulo, que passa por Florianópolis, por Curitiba, precisa de uma outra pista, de uma outra via. Não adianta tentar fazer um paralelo porque não vai ter. Temos questões ambientais para discutir? Temos, mas é preciso fazer. E quem tem que fazer, Senador Dário Berger, é o Governo Federal. Não adianta você transferir essa responsabilidade: "Ah, eu vou concessionar e aí vai vir uma empresa que vai ganhar concessão e vai executar a obra". Isso não vai acontecer nos próximos 20 anos. Não vai. Essa é uma função do Governo Federal. E, volto a dizer, é um problema positivo.

É o caso da BR-364, que foi inaugurada em setembro de 1984. Naquela época, nós tínhamos uma quantidade de veículos que transitavam na BR-364. Hoje os tempos mudaram. A produção agrícola de Rondônia aumentou – e muito – graças ao trabalho da população. Em Mato Grosso não é diferente. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje a exportação de grãos do norte de Mato Grosso e de Rondônia é ligando a Hidrovia do Madeira, de Porto Velho a Itacoatiara, e lá se faz o transbordo para navios de grande calado. Por isso a importância da BR-364. E eu digo que isso é positivo, porque aumentou a produção, aumentou demais a produção e a exportação também.

Nós estamos insistindo sistematicamente já há muitos anos com a duplicação da BR-364. E essa duplicação estava, como se diz, na ponta da agulha em 2016. Depois, trocou de Governo, foi para a geladeira; trocou de Governo, foi para o congelador. Agora, querem terceirizar, fazer a concessão. A concessão será feita em 2022, o início da obra em 2023, para acabar em 2030. Não há condições, não há condições. Imaginemos nós: se hoje já está estrangulada essa BR o que se dirá em 2030? O quanto nós estaremos aumentando a produção de grãos, de carne, não só no Estado de Rondônia, mas nos Estados vizinhos também?

O Governo precisa investir. Nós não podemos ficar esperando e acreditando... Aliás, o Brasil está com uma credibilidade enorme lá fora para vir dinheiro para investimento no Brasil... A credibilidade está uma beleza... Esperarmos esses investimentos para resolvermos os nossos problemas internos...

Quanto mais for investido, Senador Jean Paul, nas obras de infraestrutura do nosso País, mais a economia vai crescer – a economia de grande escala e a geração de emprego e renda também. Então, esperamos que isso aconteça.

Não vamos esperar... Nós já falamos isso aqui nesta Comissão há muitos e muitos anos com relação à BR-364. Vamos aguardar que aconteça algo positivo, vamos trabalhar no Orçamento da União para que a gente possa colocar o dinheiro necessário ou fazer aquele sistema que estava previsto no Governo da época da Presidenta Dilma: o BNDES financia a obra; a concessão executa a obra; e, depois da execução da obra, começa a cobrar o pedágio e parte desse pedágio vai direto ao BNDES para pagamento do empréstimo. É um casamento perfeito. Eu não vejo outra forma de executar. Que não seja o BNDES, pode ser outro banco – o BNDES hoje não tem mais esse... É o Banco de Desenvolvimento, mas não tem mais essa função. Hoje a função é de um banco normal. Mas tem que haver esse casamento para que a gente possa avançar, avançar nas duplicações, nas obras de infraestrutura.

Eu falei da BR-101, porque V. Exa. vive lá, sabe muito mais do que eu. Eu quis fazer esse comparativo da 364 com a 101, porque lá está estrangulado, não passa mais, não vai mais. Se aumentar em 10% o nível de transporte de carga, vai travar o transporte entre Porto Alegre, passando por Florianópolis e Curitiba, e São Paulo. Então, tem que haver uma via alternativa. É claro que as ferrovias resolvem, mas... Seria uma solução? É claro que é uma alternativa, mas jamais deixaremos as estradas. Nós precisamos das estradas. No caso da 101 não é mais a duplicação, porque, depois de muitos anos, ela foi concluída, mas ali é necessária uma outra estrada para fazer essa ligação e dar escoamento à produção nossa, ligando aos portos: ao Porto de Itajaí, ao Porto de São Francisco, ao Porto de Paranaguá, ao Porto de Santos. Esses investimentos, Senador Dário Berger, Senador Jean Paul, são fundamentais, não vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer nem que o são para a retomada do crescimento, para fortalecer a economia neste momento, mas pensando em um Brasil no médio e longo prazo.

O Senador Jean Paul pede...

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para apartear.) – Eu pedi aqui um aparte – não sei nem se existe aparte a esse tipo de fala, mas, enfim, rapidamente, Presidente Dário – para corroborar as suas palavras em relação a essa questão do investimento público.

Há três fases basicamente em um empreendimento de infraestrutura para que o Estado – não só o Estado brasileiro, como o Estado de qualquer país – participe.

A primeira intenção, inclusive de outros tempos, era a seguinte: eu, Estado, invisto diretamente; eu tenho que fazer rodovia, eu tenho que fazer trem, eu tenho que fazer... Enfim, tudo me cabe. Vamos falar aí de cem anos atrás. Cabia ao Estado, porque ninguém tinha condição de fazer. Quando tinha, era uma empresa de fora, que vinha investir, com juro alto, na época do Barão de Mauá, de D. Pedro, enfim, todo aquele processo. Então, eu invisto ou eu deixo alguém investir, mas tem que estar muito competitivo, muito lucrativo para que se pague esse empréstimo etc., dívida externa, aquela coisa toda.

O outro passo é fomentar. Então, o Estado ou investe ou fomenta ou outorga, mas essas etapas têm a ver com a viabilidade, com a coisa já caminhando. Em novas fronteiras, lugares em que ainda existem várias dúvidas sobre escala, viabilidade etc., o Estado precisa investir diretamente. Em áreas onde há já um encaminhamento, atividade econômica, etc. e tal, ele precisa fomentar, que é o caso dos empréstimos do BNDES, financiamentos etc., coligar essa questão de um pedágio com o pagamento de um financiamento para haver mais segurança etc.

E, quando é uma coisa como a que nós estamos agora relatando das ferrovias, que diz respeito especificamente... Veja que não é uma panaceia. Eu tenho dito, não é uma panaceia. A lei organiza as concessões – as permissões para trens urbanos, as concessões para trens de carga – e, para trens ainda de carga e de passageiros, autoriza as autorizações, as outorgas desse novo instrumento. Mas isso é para os casos, também, onde já existe uma viabilidade tal que eu e Acir podemos chegar lá e dizer: vamos fazer uma ferroviazinha nossa aqui para escoar alguma coisa que a gente produz na região tal até uma linha maior aí ou um porto ou o que for. Então, são ferrovias privadas, sim, mas elas não vão, absolutamente, retirar – e aí é o ponto que o Senador Acir aborda muito bem –, não vão retirar o ônus, e é um ônus bom, é um ônus positivo, do Estado brasileiro de abrir caminhos, de continuar viabilizando áreas novas no Brasil, escoando produção, atendendo à universalidade do atendimento às vezes de passageiros; no caso do saneamento e da água, a mesma coisa; no caso da energia, a mesma coisa; no caso do gás natural, a mesma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, há um processo que começa da intenção ou da obrigação de investir; passa, depois, para o fomento; e, finalmente, numa terceira fase, aí sim, passa para a outorga – eventualmente, se não houver um interesse estratégico acima de tudo isso – para a outorga no privado.

No caso, eu conheço a 364, porque – poucos talvez saibam – eu trabalhei em Rondônia e no Juruá, para viabilizar aquela reserva de gás do Juruá. Estudei, na época de consultoria para empresas, uma alternativa de ligar o gás de Juruá até a BR-364, que eu acho que é a que liga Manaus e Porto Velho...

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – É a 319.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A 319, que liga Manaus a Porto Velho, e, a partir dela, fazer um gasoduto em que Porto Velho era meio que subsidiado pelo mercado de Manaus no momento inicial, nos cinco ou dez primeiros anos, de gás natural, mas receberia o gás de Juruá, que hoje está lá tamponado até hoje, está lá guardado para o futuro. Então, isso viabilizaria.

Eu fiz o levantamento, na época, dessas duas rodovias e pude comprovar a importância da 364 duplicada de lá para o mercado do Sul e Sudeste, como também dessa que se dirige para o Norte, para Manaus, então, para desentravar ali Porto Velho, o próprio Estado de Rondônia como um todo e o Acre também, porque, no caso da 364, ela se estende até a fronteira com o Peru. E ela também permite que a gente se coligue lá com aquela saída chinesa, que os chineses tentaram nos ajudar a fazer, pelo Pacífico, que é muito bem-vinda, diga-se de passagem. É muito bem-vinda: une o continente aos outros, à Ásia, praticamente diretamente.

E aí comparo – termino com isso – com a mesma intenção do Ministério da Infraestrutura assinalada para a nossa rodovia BR-304, Natal-Mossoró. Por que digo isso? Porque os governos anteriores, os Governos Lula, Dilma e tal, duplicaram todos os acessos às conexões entre as capitais do Nordeste. Hoje elas estão todas duplicadas, de Salvador a Natal, de Fortaleza em diante. No Rio Grande do Norte, como a gente é culpado por fazer a curva, a BR-101 acaba na ponta lá de Touros; há um momento anterior, que é em Natal, em que o grande fluxo de carga vira para a esquerda, em direção ao Ceará; e ela se transforma na BR-304, mas ela nada mais é do que a continuidade da conexão entre as capitais do Nordeste. E o único trecho que ficou sem duplicação é exatamente o trecho entre as duas principais cidades do Rio Grande do Norte: Natal e Mossoró. Porque está dentro do mesmo Estado, porque não é a 101, porque não tem a denominação... enfim, por várias pequenas razões. E aí, cada vez que a gente aborda o ministério, a resposta é esta: "Não, vamos botar para pedagiar"; "Não, vai ser a primeira concessão que vamos fazer". Não haverá viabilidade nisso. E não é um trecho tão complicado assim de se duplicar: um trecho retilíneo, relativamente barato, já foram feitos os quatro lotes, estava tudo pronto para fazer. Meteram na cabeça que vão fazer um teste lá com pedagiar. Não vai dar certo. E não é o papel. Neste momento, não é o papel colocar-se justamente nessa rodovia, que é a última conexão entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capitais do Nordeste, o ônus de ser a primeira rodovia de grande porte pedagiada do Nordeste. Não faz sentido.

Então, a esse tipo de experimento eu sou absolutamente contrário. Corroboro o que V. Exa. acabou de dizer. Acho que o papel do Estado é abrir caminhos, e é para isso que nós temos o próprio Ministério da Infraestrutura – mas para ajudar a abrir caminhos em áreas onde não há viabilidade. Para ajudar quem já está rico não adianta.

Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado.

Agradeço, Presidente, pela oportunidade, mas não poderia deixar de falar sobre esse tema que para nós é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Tem tudo a ver com a nossa Comissão.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sem dúvida, claro, totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não fugiu à regra, está dentro do escopo, não é?

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Aliás, só contribuindo bem rapidamente, se não estou equivocado, nós precisaríamos investir 5% do PIB durante 20 anos para chegarmos a um nível aceitável de desenvolvimento da infraestrutura no Brasil. No ano passado, nós investimos 0,8%. Então, isso significa dizer que, ao invés de nós estarmos avançando na melhoria da infraestrutura do Brasil, nós estamos regredindo, inclusive, estamos nos atrasando ainda mais.

Para se ter uma ideia, Acir, na BR-101, a duplicação entre Curitiba e Porto Alegre demorou, eu não sei exatamente, mas seguramente 25 anos. Eu me lembro bem, porque eu fui Prefeito em 1996, quando começou a duplicação na parte norte para a sul, que foi o primeiro trecho de Curitiba a Florianópolis, Palhoça, etc. Depois começou o novo trecho de Palhoça até a divisa com o Rio Grande do Sul. E, passados 25 anos, ainda não está completamente concluída. Foi concedida e, na concessão, estava prevista a obra de um contorno da Grande Florianópolis para eliminar os gargalos que hoje estão intransitáveis em determinados pontos, quase em tudo, o dia inteiro.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Todos os dias, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Quase o dia inteiro. Antigamente... Até pouco tempo atrás, era só em horários de pico. Agora é o dia inteiro. Para você chegar a Balneário Camboriú, para você passar por Itajaí, para você passar por Florianópolis, é um transtorno enorme.

E, na concessão do trecho norte da BR-101, estava prevista a construção de um contorno da Grande Florianópolis. Imagine que eu tenho até vergonha de dizer, como representante de Santa Catarina, que esse contorno era para ter sido concluído em 2012. Nós estamos em 2021, e a previsão para entrega é... É imprevisível. É imprevisível. Mas a obra agora está andando em ritmo bastante acelerado e a expectativa é de que, daqui dois, três anos, certamente nós tenhamos a obra de contorno, que vai resolver um grande problema de Florianópolis, mas não de Itajaí. Itajaí vai permanecer.

Então, só para colaborar, porque esse é um tema por que nós somos muito exigidos e muito cobrados...

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Somos, todos os dias. Na verdade, todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Todos os dias.

E me parece que nós não temos, além da nossa voz, a força suficiente para fazer a transformação que efetivamente precisa ser feita. Mas, quem sabe, um dia a gente possa ter uma infraestrutura desejável e, com isso, diminuir o custo Brasil, aumentar a competitividade das empresas, e nós passemos a ter mais autoestima, mais orgulho, com todo mundo trabalhando no mesmo sentido e com o mesmo objetivo.

V. Exa. tem a palavra para fazer a leitura e a defesa do relatório do item...

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Quatro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... 4 da pauta.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado.

Cumprimento a Senadora Daniella Ribeiro pela iniciativa desse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Acir, desculpa.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não. Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É que o Senador Wellington Fagundes, que é um dos maiores representantes da infraestrutura neste Senado Federal, já tinha me pedido a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Ah, pois não. Vamos ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ele me pediu a palavra e ele deu uma saída do ar, ele estava *off*, mas agora ele apareceu de novo, está ali sorridente e feliz. Se você me permitir...

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Claro, por gentileza, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... ouvir primeiro o Senador Wellington Fagundes – certamente, é com relação ao assunto que nós vínhamos discutindo –, depois, V. Exa. faz a defesa do seu relatório. Muito obrigado.

Senador Wellington Fagundes, V. Exa. tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar, já que V. Exa. me permitiu, para registrar que eu estou aqui no Mato Grosso, na cidade de Sinop, a nossa grande capital do Nortão de Mato Grosso, que faz hoje 47 anos. Inclusive, deveremos ter também aqui a Universidade Federal do Nortão, com a sua ajuda. O projeto já está bem avançado. Com certeza, essa cidade aqui, que já tem hoje a Embrapa, tem a universidade estadual, é uma das cidades que mais desenvolve do Brasil.

Mas eu quero também, Sr. Presidente... Há um requerimento aí que eu pedi para ser votado, um aditivo de convite a outras a outras pessoas já de um próprio requerimento meu. Eu gostaria de incluí-lo na pauta. V. Exa. poderia até fazer, se for o caso, sugiro, a votação em bloco, se for possível.

Então, eu agradeço imensamente. Estou aqui no interior do Mato Grosso, mas estou presente junto à nossa Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – As minhas homenagens a V. Exa. Já está aqui prevista a votação. Nós seguimos na nossa reunião. Vou passar a palavra para o Senador Acir; e, depois do Senador Acir, eu submeto à votação os requerimentos de V. Exa., tanto o extrapauta quanto o requerimento original, que já está aqui há algum tempo, na Comissão.

O.k., Senador Wellington?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Prazer!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Felicidades!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Estamos aqui, Presidente, inaugurando uma escola militar aqui em Sinop. E também, na segunda-feira, teremos a obra do avanço da ferrovia de Rondonópolis a Cuiabá até aqui no Nortão; e, na sexta-feira agora, também estaremos lançando a Ferrovia Fico, que é da integração do Centro-Oeste, saindo de Goiás, Mara Rosa, chegando ao Mato Grosso.

E V. Exas. estão convidados para ir ao maior terminal ferroviário, que é na minha cidade Rondonópolis – o maior terminal ferroviário da América Latina. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Isso que é um comercial!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rondonópolis é o centro do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Convenceste a todos os Senadores aqui, Wellington, entendeu?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Wellington não deixa barato, não.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O seu entusiasmo, a sua determinação e a defesa que você faz do Mato Grosso são de causar inveja. (*Risos.*)

Um abraço para você e felicidades!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Jean Paul, quem manda aqui no Mato Grossos são os catarinenses, são os sulistas, o povo que enriqueceu aqui, viu? (*Risos.*)

Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Um abraço!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Um abraço, Wellington! Também um abraço à população de Sinop, que faz aniversário hoje. É uma cidade realmente muito promissora.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, sem querer interromper e já interrompendo, mas acho que é um assunto importante para nós membros da Comissão de Infraestrutura. Infelizmente é uma notícia triste que acaba de sair aqui: um acidente aéreo em Piracicaba, em que morreram aqui a família, praticamente toda a família do Sr. Celso Silveira Mello Filho, que é sócio e um dos dirigentes principais do grupo Cosan Raízen. Ele é irmão também do conhecido empresário, importante para o País, Rubens Ometto Silveira Mello. Segundo o Corpo de Bombeiros, no avião bimotor, estava o sócio da Raízen, justamente Celso Silveira Mello Filho, 73 anos, com sua esposa, Maria Luiza Meneghel, 71, e os três filhos do casal, Celso Meneghel Silveira Filho, 46, Camila Meneghel Silveira Mello Zanforlin, 48 anos, e Fernando Meneghel Silveira Mello, 46 anos. Também morreram o piloto Celso Elias Carloni, 39 anos, e o copiloto Giovanni Dedini Gullo, 24 anos.

Portanto, aqui as nossas homenagens. Eu acho que devemos apresentar nossas condolências, em nome da Comissão de Infraestrutura, a essa família, em especial pela conexão do seu patriarca, que muito investe, trabalha e participa do nosso setor de infraestrutura, através do grupo Cosan Raízen.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu me associo a V. Exa. para apresentar o nosso voto de pesar a esse grande empresário e toda a sua família. Lamentavelmente, pegou-nos de surpresa a notícia desse acidente fatal, que é muito triste para todos nós.

Senador Acir, agora, finalmente, com as desculpas peculiares que lhe são merecidas.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Como Relator.) – Eu é que provoquei o debate, então? (*Risos.*)

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei 3.258, de 2019, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.

O PL conta com dois artigos. O primeiro altera a Lei 12.587, de 2012, para conferir o direito das mulheres, idosos e das pessoas com deficiência a solicitar o desembarque fora dos pontos de parada do transporte coletivo no período noturno. O segundo artigo é o prazo de vigência da lei resultante do projeto, que será de 15 dias após a publicação oficial.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificativa, a autora do projeto argumenta que o transporte coletivo noturno pode representar risco à integridade física, especialmente de mulheres, idosos e pessoas com deficiência. A autora afirma ainda que diversas cidades brasileiras inclusive já legislaram sobre o tema, como São Paulo, João Pessoa e Campina Grande.

O PL tramitou na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo recebido parecer favorável, na forma do substitutivo apresentado.

Para corrigir possível inconstitucionalidade do texto, a Emenda nº 1 da CDH modifica a Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000, por entender que este é o compêndio legal mais adequado ao tema, além de conferir aos entes responsáveis pela prestação do serviço a competência para regulamentar a matéria.

Após tramitação na CDH, a matéria foi distribuída à CI, em decisão terminativa.

Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CI pronunciar-se sobre transportes terrestres e, por força da tramitação terminativa nesta Comissão, compete-nos também a análise dos aspectos formais da proposição, como a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Iniciemos, pois, pela análise de constitucionalidade. Nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transportes. Assim, o Congresso Nacional e quaisquer de seus membros têm competência para a iniciativa da proposição. Ademais, a proposição não se insere no rol das iniciativas privativas do Presidente da República fixado pelo §1º do art. 61 da Carta Magna.

O projeto não apresenta problemas de regimentalidade. Quanto à juridicidade e técnica legislativa, concordamos com as ponderações da CDH. A Lei nº 12.587, de 2012, trata apenas de diretrizes gerais da Política Nacional de Mobilidade Urbana e, portanto, não é adequado modificá-la para tratar da operação dos veículos de transporte coletivo.

Para não ferir a competência dos entes federados para tratar de seus respectivos transportes coletivos, a CDH corretamente propôs alteração para sanar os problemas de constitucionalidade apontados. Ao alterar a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, o projeto apenas inclui o direito da população mais vulnerável de solicitar o desembarque fora dos pontos oficiais de parada no período noturno sem, contudo, entrar em seus pormenores, que continuam na competência de quem organiza esse transporte.

O substitutivo apresentado mantém as alterações propostas pela autora na Lei nº 12.587, de 2012, para incluir entre as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios, a competência para estabelecer políticas que aumentem a segurança do usuário do transporte público, especialmente no período noturno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, o projeto merece prosperar na medida em que cria uma política pública que vai aumentar a segurança da parcela mais vulnerável do usuário do transporte público em todas as esferas.

Faz-se necessário apenas corrigir um possível erro de digitação da emenda e alterar o termo "idosas" para "idosos", de maneira que toda essa parcela da população seja contemplada.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 – CDH, com a seguinte subemenda que apresentamos:

> SUBEMENDA Nº (à Emenda nº 1 – CDH)
> Substitua-se, onde houver, no Substitutivo da CDH ao Projeto de Lei nº 3.258, de 2019, o termo "idosas" por "idosos".

Esse é o parecer, que é pela aprovação do projeto.

Muito obrigado, Senador Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Como...

Bem, está em discussão o parecer elaborado pelo Senador Acir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como ele é terminativo, Senador Acir, fica encerrada a discussão, mas é preciso quórum qualificado. Fica sobrestado para uma possível votação na próxima reunião.

Senador Carlos Viana, honra-me a presença de V. Exa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu vou para o item 13 da pauta, que é um requerimento do Senador Wellington Fagundes.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 14, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a inserção de biodiesel no diesel.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Propõe para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: o Sr. Vander Costa, Presidente da Confederação Nacional do Transporte; o Sr. Luiz Carlos Moraes, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores; o Sr. Paulo Miranda Soares, Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes; o Sr. Roberto Ardenghy, Presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás; o Sr. Rodolfo Saboia, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; o Sr. José Mauro Ferreira Coelho, Secretário de Petróleo e Gás Natural e Biocombustível do Ministério de Minas e Energia; o Sr. Fernando Cadore, Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso.

E também...

Realmente essa audiência pública vai ser bastante demorada, pelo que eu percebo, porque ele ainda propõe, como extrapauta aqui, o Requerimento de nº 17, de 2021.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 17, DE 2021

Requer, em aditamento ao REQ 14/2021, a inclusão de novos convidados para a audiência pública.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Para acrescentar à audiência pública os Srs. André Nassar, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais; o Sr. Francisco Sérgio Turra, Presidente da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil; e o Sr. Juan Diego Ferrés, Presidente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene do Brasil.

Portanto, esses são os dois requerimentos do Senador Wellington Fagundes.

Submeto à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão aprovados os requerimentos do Senador Wellington Fagundes.

Agora vou para o requerimento do Senador Eduardo Braga, item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 16, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "a crise energética frente à crise hídrica atualmente enfrentada pelo País".

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Propõe para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério de Minas e Energia; representante da Agência Nacional de Energia Elétrica; representante do Operador Nacional do Sistema; representante da Agência Nacional de Águas. E...

Esses.

Está em votação o requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Braga.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As reuniões serão marcadas oportunamente.

Senador Carlos Viana, V. Exa. tem a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discursar.) – Obrigado, Senador Dário Berger.

Acompanhando a reunião agora, pela possibilidade tecnológica, remotamente, eu gostaria de reforçar aqui e dar os parabéns às palavras de V. Exa. sobre a questão da mobilidade em nosso País, da importância que nós temos hoje em deixar de fato uma política pública que defina com clareza os próximos anos, quem sabe a próxima década ou as próximas duas décadas, para que os brasileiros no futuro não vivam as agruras que nós estamos vivendo nas estradas brasileiras hoje, onde a política não foi definida corretamente.

Eu falo pelo meu Estado, que tem a maior malha rodoviária hoje do País, toda ela já lotada, sucateada em boa parte. Nós temos rodovias que já deveriam estar duplicadas há mais de 20 anos e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente agora é que estão recebendo a atenção do Governo Federal para que a gente possa fazer essa duplicação nos próximos dez anos.

Vejam V. Exa. e quem está nos acompanhando: quantas vidas nós poderíamos ter salvo? Quantas famílias não teriam sido marcadas pelos acidentes graves que temos nas rodovias brasileiras, em todos os cantos deste País, não só em Minas Gerais? Na terra de V. Exa., no Norte? E um País que quer crescer, um País que quer ter o desenvolvimento, já que escolheu o setor rodoviário, que infelizmente não teve a atenção devida.

E com relação à questão das concessões, é um assunto a que eu tenho me dedicado com muita atenção, Senador. Por quê, Senador Dário Berger? Porque duas das concessões principais em Minas são o exemplo claro de como não se deve fazer. Nós tivemos duas concessões: da BR-040, entre Juiz de Fora e Brasília, e tivemos outra, que é a BR-262, um complemento fundamental entre o centro-oeste mineiro, Belo Horizonte, e o Triângulo Mineiro, que é uma das regiões de maior desenvolvimento tecnológico no agronegócio. As duas fracassaram porque o modelo juntou os planos de pensão com empreiteiras que, à época do Governo, estavam todas envolvidas em uma série de processos e escândalos. Esses planos de pensão entraram por questões políticas; foi uma decisão política. Um prejuízo absurdo aos servidores da Petrobras, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, dos Correios.

Esses investimentos não se confirmaram. Por quê? Foram decisões tomadas não por questões técnicas ou por estudos que confirmassem, mas por uma questão apenas de se dizer o seguinte: o Estado tem de participar de qualquer maneira. E o resultado é que as duas rodovias – isso foi feito em 2014 –, que são fundamentais para nós mineiros e para aqueles que transitam entre São Paulo e Rio de Janeiro para acessar o Centro-Oeste brasileiro não foram duplicadas.

E aqui eu sempre coloco, Senador Berger, que, quando nós erramos na política pública, nós levamos dez anos para corrigir. Dez anos! Porque o senhor veja bem, nós estamos falando de 2014: oito anos depois! Agora é que uma das concessionárias devolveu o contrato, aceitou pacificamente entregar ao Governo para que uma nova empresa seja escolhida, e uma outra questiona na Justiça os valores que ela investiu e que quer ter ressarcidos por parte do Erário, do contribuinte. Não duplicou, cobrou pedágio e agora quer ressarcimento de um contrato que não foi cumprido. Se nós não tivermos muita tranquilidade, vai parar na Justiça, vai virar um imbróglio e essa rodovia não será duplicada.

Então, eu faço aqui o meu elogio à clareza e à maturidade de V. Exa. ao falar sobre a importância de nós definirmos uma política pública para a questão da mobilidade em rodovias brasileiras. E eu espero que nós possamos, nesses próximos meses – este ano ainda de pandemia, é muito difícil – ou pelo menos no ano que vem, discutir isso de uma forma cada vez mais ampla e aberta, dentro dos interesses do que o Brasil precisa.

Meus parabéns! Muito obrigado, Senador Berger.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa. e presto a minha homenagem a Minas Gerais, pela representação que tem aqui no Congresso Nacional e no Senado Federal, com três brilhantes Senadores, e que certamente dignificam muito o Estado de Minas Gerais e o Brasil inteiro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pelo menos um, como eu tenho aprendido todos os dias. (*Risos.*)

Uma hora dessa eu chego no patamar. Mas que eu aprendo aqui com os senhores todos os dias, não tenham dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O senhor chegou e já é professor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O senhor já é um professor nosso.

Realmente, eu tenho 28 anos de vida pública, participei de seis eleições consecutivas, e, desde quando eu entrei, as prioridades continuam sendo as mesmas.

Eu me lembro de que meu pai completou 90 anos agora no dia 12. Ele disse para mim, quando eu resolvi entrar para a política e ser candidato a Vereador, lá em São José, Santa Catarina divisa com Florianópolis.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ele disse assim: "Meu filho não te mete nisso! Isso é muito difícil!" Eu me lembro como se fosse hoje, ele me desaconselhando a entrar na política. Mas acabei entrando. E ele dizia que os assuntos eram os mesmos da época dele, foram os mesmos da minha época e certamente, lamentavelmente, serão os mesmos dos nossos filhos, para que possamos efetivamente criar uma logística adequada mínima necessária, para transportar nossa riqueza, para diminuir o custo Brasil e para aumentar a competitividade das nossas empresas.

Numa economia global como a que nós estamos vivendo, não há como nós termos esse custo do transporte e o modal do transporte quase que única e exclusivamente rodoviário. Realmente, vem Governo e passa Governo, e este Governo que está agora de plantão já está terminando, deu como prioridade, como eu posso perceber, a essa discussão. Mas falta, na minha opinião, um plano de integração, de união nacional, de valorização dos Estados brasileiros, de elencar umas prioridades essenciais que são aquelas mais emergenciais, para que efetivamente possamos avançar o mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rapidamente possível, seja com concessões, simplificando métodos, normas, agindo pelo princípio da confiança e não na desconfiança e encontrando pessoas de bem que possam fazer da sua responsabilidade do presente um compromisso com o futuro do Brasil. Senão, nós não vamos efetivamente avançar.

Santa Catarina é um Estado que prescinde muito de logística, de infraestrutura. É um Estado que contribui para o Brasil com cerca de R$70 bilhões, R$80 bilhões por ano e recebe em troca apenas um pouco mais do que 10% disso, o que significa dizer – eu não sei como é o Estado de Minas Gerais, mas certamente também deve ser um Estado superavitário – que, se nós fossemos um país em Santa Catarina, nós teríamos todos os nossos problemas resolvidos.

O que está acontecendo com Santa Catarina é que, através do pacto solidário entre os Estados federados, nós estamos contribuindo com os nossos recursos para o desenvolvimento de outros Estados da Federação. Por isso que o pacto federativo... Não é esse pacto federativo que nós temos que discutir, de definição de prioridades, recursos e responsabilidades dos entes federados, mas é, sim, uma distribuição mais justa da produção e dos recursos dos próprios Estados brasileiros. Se nós desejamos e precisamos investir nos Estados que são menos desenvolvidos hoje, que nós criemos, então, um orçamento próprio de desenvolvimento para essas regiões através de um tributo específico que poderia se criar para o desenvolvimento do Brasil.

Então, na verdade, são todos... O Brasil está muito atrasado em todas as áreas, por onde a gente passa a gente percebe, e parece que todos nós sabemos o que é preciso fazer...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Inovação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... mas a burocracia, o excesso de leis, de normas, de decretos, de instrução normativa, de licenças, sejam elas ambientais ou outras licenças, atravancam o desenvolvimento e fazem com que a gente passe o tempo e não avance da forma desejada, como gostaria de avançar.

Então, V. Exa. toca num ponto, na minha opinião, crucial. Nós teríamos que... Eu falei aqui, vou repetir, nós teríamos que investir 5% do PIB, se eu não me engano, durante 20 anos para que a gente pudesse chegar num patamar razoável de infraestrutura no Brasil. No ano passado, nós investimos menos de 1%. Então, significa dizer que, ao invés de nós estarmos avançando para reconstruir o futuro, nós estamos atrasando, retardando e aumentando o problema da infraestrutura brasileira, o que é muito difícil, é muito ruim para o Brasil, é muito ruim para todos: para os empresários, para quem produz, para quem trabalha, para quem lidera, para nós que somos políticos e que queremos fazer as coisas acontecerem, e elas acabam não acontecendo no tempo em que precisam acontecer.

De maneira que quero parabenizar V. Exa., mais uma vez...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... por levantar essa questão.

Parece-me que fazer estradas... Já dizia o Antônio Carlos Konder Reis, que era um ex-Governador de Santa Catarina, foi Senador, foi Parlamentar aqui nesta Casa, que governar era encurtar distâncias. Fazer estradas, na verdade, é encurtar distâncias de uma certa forma, melhorar a nossa locomoção para transportar a nossa riqueza.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu estive em Santa Catarina, tive o prazer de estar lá na virada do ano e passar alguns dias com a família e digo que fiquei impressionado, inclusive, com a questão da municipalidade dos Municípios que visitei, a estrutura das cidades.

E ali na 101, por exemplo, quando saí de Florianópolis em direção a Navegantes, um congestionamento absurdo, já numa pista duplicada, ou seja, há um atraso em relação ao que está acontecendo no Brasil.

E, Senador Berger, o que me preocupa é que nós precisamos aprender com as políticas erradas do passado, e parece que a gente não aprende. O senhor colocou bem: a gente sabe do problema, a gente tem o desafio, mas a gente não consegue criar uma política pública de planejamento para o País para 20 anos, 30 anos.

Eu lembro que, quando jovem, trabalhei na Lufthansa, nós discutíamos a empresa, o planejamento, para 10 anos, 20 anos de mercado. Era algo normal você fazer uma avaliação: "Daqui a 10 anos, 20 anos, qual é o planejamento que nós temos para isso e para aquilo?". E nós não conseguíamos fazer isso para o Brasil. Era o Brasil, a Argentina, o Peru e a Colômbia. Por quê? Porque o dólar era um absurdo, e você não tinha como planejar. Então, eu voltava para o Brasil das reuniões e dos estudos que fazia e ficava observando: "Olha, daqui a 30 anos, nós vamos ter outro País, outro panorama". E, hoje, como o senhor falou bem, nós temos 30 anos de desafios que não foram vencidos. As estradas estão atrasadas. Na habitação, nós temos milhões de famílias que vivem de maneira precária. Nós temos um sistema tributário que não funciona da forma como deveria, onera os brasileiros e não traz o retorno que nós precisamos. Nós temos que destravar isso no País.

Vou dar aqui um desenho rápido, já que V. Exa. me permitiu. Tenho visto muitas discussões, por exemplo, sobre vendas de estatais. Hoje mesmo, ouvi um comentário sobre a questão dos Correios, de que os Correios dão lucro, de que é uma empresa e tal... Olha, quando essas empresas estavam, lá atrás, com um prejuízo absurdo, porque eram cabides de emprego e eram usadas, como eu citei aqui, em políticas de complemento dos governos de plantão, usando o patrimônio da população para colocar em prática aquilo que determinados partidos entendiam, ninguém falava nada. Hoje, por exemplo, no aeroporto, nós fomos recebidos lá, eu fui recebido por uma manifestação gigante contrária. Mas, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Petrobras, quando outros bancos estavam sendo usados de forma incorreta, ninguém falava nada, ninguém se manifestava.

Nesse caso das rodovias, por exemplo, os planos de pensão foram usados e geraram um prejuízo absurdo para os aposentados do serviço público, e nós tivemos que votar recentemente o fim de um decreto que limitava, porque boa parte deles não estava dando conta nem de pagar mais o sistema de saúde. O Senado teve essa sensibilidade.

Mas o que está acontecendo? Nós não aprendemos. É uma discussão... Parece que nós viramos uma página, falamos "vamos começar a escrever outra" e vamos escrevendo outra totalmente errado, da mesma maneira. Falta – e aqui, até, quem sabe, do Executivo – um planejamento de fato de governo de quatro, oito anos, para que a gente possa estabelecer, com o próprio Parlamento, uma discussão efetiva de como nós vamos fazer para investir 5% do PIB em 20 anos em infraestrutura no Brasil, com meta de redução de acidentes e mortes, com meta de aprendizado dos nossos filhos e filhas nas escolas. A gente aqui vota 100% de aumento no Fundeb, mas a gente não cria, ao mesmo tempo, um padrão rigoroso de controle e de aprendizado dos professores, de qualidade das aulas. Não, nós só jogamos lá o dinheiro em um investimento. O discurso é: a educação precisa. Precisa! Mas a educação precisa, antes de tudo, de uma análise, de um raio-X. As estradas brasileiras precisam? Precisam! Mas qual é o modelo que nós vamos aplicar?

E, aqui, nesses últimos... Especialmente agora no edital da BR-381... Preciso colocar com clareza que participei desse edital, juntamente com a Empresa de Planejamento e Logística, que é uma estatal que funciona muito bem no planejamento das ações de governo. A EPL funciona muito bem! É uma empresa especializada em desenvolver soluções planejadas, estratégicas para o Governo. É muito interessante o trabalho deles. E nós conseguimos chegar a algumas conclusões. Por exemplo, pedagiado, mas não se cobra o pedágio de imediato, só se cobra o pedágio no valor maior depois de duplicadas as pistas. Você tem uma série de regras dentro de experiências passadas que não foram bem-sucedidas. Agora, eu espero que, como ano que vem há eleições, ficando governo, saindo governo, que venha governo novo, que venha governo velho, pelo menos esses erros se transformem num aprendizado para que a gente possa ajudar a construir tempos melhores aqui.

Muito obrigado, Senador Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Parabéns para V. Exa. Não falei que o senhor é um professor aqui? Então, agradeço a participação de V. Exa. aqui, Senador Carlos Viana, na nossa reunião.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e também a aprovação da ata da presente reunião.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada.

Por fim, agradeço a presença de todos, em especial dos Senadores, em especial do Senador Carlos Viana, que se encontra conosco até esta hora aqui, neste momento.

Está encerrada a nossa reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e treze minutos do dia cinco de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Luis Carlos Heinze e Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Jean Paul Prates, Paulo Rocha e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Elmano Férrer, Giordano, Roberto Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Lucas Barreto, Marcos Rogério, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 14/2021 - CI, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT), e REQ 17/2021 - CI, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Finalidade:** Debater a inserção de biodiesel no diesel. **Participantes:** Bruno Batista, Diretor Executivo da Confederação Nacional do Transporte - CNT; Henry Joseph Junior, Diretor Técnico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Anfavea; Fernando Cadore, Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso - Aprosoja; Paulo Miranda Soares, Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes – Fecombustíveis; Eberaldo de Almeida Neto, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP; Symone Christine de Santana Araujo, Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; André Meloni Nassar, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – Abiove; Julio Cesar Minelli, Diretor Superintendente da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil – Aprobio; Fábio Vinhado, Coordenador-Geral do RenovaBio - Ministério de Minas e Energia; e Donizete Tokarski, Diretor Superintendente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene – Ubrabio. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e seis minutos. Aprovada, a presente Ata é assinada pelo Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Wellington Fagundes

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 05ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e quatro minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Marcos Rogério, Sérgio Petecão e Carlos Portinho. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Eliane Nogueira, Izalci Lucas, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Alessandro Vieira e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Lançamento de Publicação**. **Finalidade:** Lançamento da publicação da Comissão intitulada "O Turismo Pós-Pandemia". **Resultado:** Livro lançado. Link para download: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/3e473ccf-75c0-4820-94f1-a12037ce1da2. **2ª Parte - Sessão Especial em comemoração ao Dia Mundial do Turismo**. **Finalidade:** Sessão Especial em comemoração ao Dia Mundial do Turismo, com o tema: "Investimento no Turismo para um crescimento inclusivo". **Participantes:** Sr. Daniel Diniz Nepomuceno, Secretário Executivo do Ministério do Turismo; Sr. Leonel Ribeiro, Coordenador do Progetto Forum Amerigo Vespucci; Sr. Virgílio Nelson Carvalho, Diretor da Confederação Nacional do Turismo (CNTur); Sra. Vanessa Chaves de Mendonça, Secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal (SETUR); e Sr. Manoel Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH). **Resultado:** Sessão Especial realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/27,

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, destinada à sessão especial em comemoração ao Dia Mundial do Turismo e também Dia do Turismólogo.

A presente reunião vai se dividir em duas etapas, mas contínuas. A primeira parte será o lançamento da publicação da Comissão intitulada *O Turismo Pós-Pandemia*, que aqui está. Essa publicação tem 140 páginas e traz todos os debates havidos nas audiências públicas realizadas no início deste ano e naturalmente é muito importante porque traz todas as perspectivas daquela ocasião do turismo no nosso pós-pandemia. Então, a primeira parte será o lançamento da publicação por parte da Comissão do livro *O Turismo Pós-Pandemia* e a segunda parte a realização da audiência pública em comemoração ao Dia Mundial do Turismo com o tema "Investimento no Turismo para um crescimento inclusivo".

É, portanto, com imensa satisfação que apresento ao público este relatório consolidado do primeiro Ciclo de Debates sobre Turismo, realizado no âmbito da Comissão de Desenvolvimento e Turismo do Senado Federal. O ciclo teve como objetivo discutir questões conjunturais e gargalos históricos enfrentados por diferentes segmentos turísticos no Brasil, na busca de soluções criativas e ações efetivas para a promoção do setor. Os debates se desenvolveram ao longo de sete audiências públicas, além da sessão de abertura, que contou com a participação do Ministro de Estado do Turismo, Dr. Gilson Machado Neto.

A publicação ora apresentada registra as contribuições de um conjunto selecionado de especialistas e também representantes de mais de 20 organizações do *trade* turístico, assim como de Parlamentares e autoridades do Poder Executivo nas esferas federal, estadual e municipal. Os temas discutidos abarcaram os segmentos expressivos da atividade turística, abrangendo desde hotéis e *resorts* até bares e restaurantes, passando pelo setor aéreo, eventos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corporativos, navios de cruzeiros, operadoras e agências de viagens e a retomada do turismo internacional.

Como não poderia ser diferente, os debates foram marcados pelo tema da pandemia da covid-19, que teve impactos negativos históricos sobre a indústria do turismo no Brasil e também no mundo. Em contraste, o cenário atual é felizmente alvissareiro. A vacinação avança com rapidez em todo o País, e a atividade turística dá sinais consistentes de saída da crise. Portanto, o momento é francamente apropriado para a concretização de iniciativas efetivas voltadas ao fortalecimento e expansão do setor.

Este relatório apresenta rico material de análise e inspiração nesse sentido. As belezas e os atrativos do nosso País – como todos nós sabemos e dos quais muito nos orgulhamos – são numerosos e incomparáveis; habilitam o Brasil às primeiras posições no turismo mundial. O desafio é grande; que a nossa determinação para enfrentá-lo seja maior. Mãos à obra!

Aqui está, portanto, já feito o lançamento do livro *O Turismo Pós-Pandemia*. Esse livro farei chegar às mãos dos principais institutos e principais representantes do setor em todo o Brasil e também às escolas de turismo no nosso País, para o acompanhamento de tudo aquilo que foi tratado nessa primeira parte, que nós dedicamos ao nosso turismo, sabendo dos seus problemas e as providências legislativas que poderiam ser tomadas para que o setor não sofresse tanto com a pandemia do covid-19. E agora, graças a Deus, nós estamos atravessando um período de transição para bem melhor, e nós já estamos vendo o recrudescimento do turismo em todo o nosso Brasil.

A segunda parte da nossa reunião é da audiência pública de comemoração, como disse, ao Dia Mundial do Turismo e do Turismólogo e tem a finalidade de debater o investimento no turismo para um crescimento inclusivo.

A participação dos cidadãos será recebida, como sempre, pelo Portal e-Cidadania, que pode ser acionado pela própria Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e também pela Ouvidoria do Senado, pelo número 0800-0612211.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, senhoras e senhores participantes desta audiência pública, estimados telespectadores que nos acompanham pela TV Senado e demais canais via internet – e aí eu me refiro muito especialmente aos nossos internautas, que têm contribuído decisivamente para o sucesso e o êxito de nossas audiências públicas –, hoje, o nosso debate abordará "Investimento no Turismo para um crescimento inclusivo". Esse tema foi escolhido com vistas à celebração do Dia Mundial do Turismo, anualmente promovida no dia 27 de setembro. A data foi instituída em 1979, pela Organização Mundial do Turismo (OMT), instituição integrante do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU).

Atualmente as solenidades do Dia Mundial do Turismo estão voltadas à conscientização sobre o valor social, cultural, político e econômico do turismo. Propõem-se, ao mesmo tempo, a reconhecer e valorizar a contribuição do setor para que sejam alcançados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável instituídos pela ONU em 2012.

Neste momento de retomada da atividade econômica, nada mais oportuno do que fomentar a reflexão e o debate sobre caminhos para conciliar os avanços do setor turístico com a urgência da inclusão social. Intensivo em mão de obra, o turismo tem potencial incomparável de geração de renda, de emprego, dinamizando e ampliando as economias locais. Ao mesmo tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratando-se de atividade desempenhada essencialmente por pessoas para pessoas, contempla importante dimensão humana.

Questões como investimentos em acessibilidade, em qualificação profissional, valorização das populações locais e dos povos tradicionais, preservação do nosso valioso e diversificado patrimônio imaterial estão no centro do nosso debate, e as pessoas estão no centro do nosso desafio: fazer do turismo também um instrumento de construção de uma sociedade mais justa, menos desigual, mais inclusiva e mais humana.

Quero informar que este tema da nossa audiência pública de hoje, "Investimento no Turismo para um crescimento inclusivo", é um tema único sugerido pela Organização Mundial do Turismo para todos os países que estejam comemorando, celebrando ou relembrando o Dia Mundial do Turismo, fazendo deste tema um tema planetário: "Investimento no Turismo para um crescimento inclusivo".

E, por falar na Organização Mundial do Turismo, um dos nossos convidados para a reunião de hoje, a Organização Mundial do Turismo ficou impossibilitada de participar ao vivo do nosso evento em virtude da diferença de horário com Madri, que é a sede da OMT. Então, eles nos enviaram um vídeo, mensagem do Secretário-Geral para o Dia Mundial do Turismo, especialmente para esta nossa reunião, esta nossa audiência pública da noite de hoje.

Eu solicito à Secretaria da Mesa que faça a reprodução do vídeo para conhecimento de todos aqueles que estão participando e acompanhando pela TV Senado e pelas nossas mídias.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a S. Exa. o Sr. Secretário-Geral da Organização Mundial do Turismo pela mensagem que nos deixa.

E, continuando nossa reunião de hoje, digo que somos honrados, nesta segunda-feira, com as presenças do Sr. Daniel Diniz Nepomuceno, Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, nesta oportunidade representando S. Exa. o Sr. Ministro do Turismo, Gilson Machado Neto; o Sr. Virgílio Nelson Carvalho, Diretor da Confederação Nacional do Turismo; o Sr. Leonel Ribeiro, Coordenador do Progetto Forum Amerigo Vespucci; a Sra. Vanessa Mendonça, Secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal; e o Sr. Manoel Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.

Antes de passar a palavra aos nossos palestrantes, eu gostaria de dar conhecimento a todos de algumas perguntas e comentários que nós selecionamos para fazer aos nossos palestrantes, de modo que os nossos palestrantes, na medida em que forem sendo chamados para emitir suas opiniões e fazerem suas explanações para a nossa audiência pública de hoje, possam, na medida do possível, responder a esses questionamentos dos nossos internautas e também fazer alguma avaliação dos seus comentários.

Como perguntas, foram selecionadas as seguintes:

De Mariana Azevedo, do Rio Grande do Sul: "Como o investimento no turismo afetará no mercado de trabalho?".

De Ricardo Louro, do Rio de Janeiro: "O turismo é um setor econômico muito forte. Qual a política do governo para incluir as populações locais neste processo?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De Paulo Henrique, de Santa Catarina: "O turismo foi muito afetado pela pandemia. O que é preciso ser feito para [...] [que volte] a crescer, quais medidas [...] [deveriam] ser adotadas?".

De Matheus Demetino, de São Paulo: "Como fomentar o turismo religioso, uma vez que, diante do atual cenário brasileiro, umas das coisas que marcou as pessoas foi a fé?".

De Elinadja do Nascimento, de Alagoas: "Como investir em um turismo inclusivo se há exacerbação nos [...] valores para viagens?".

Verdade.

De Vania Pinto, do Rio de Janeiro: "Quais as principais ações que estão sendo tomadas com relação à valorização dos projetos culturais locais?".

De Hellen Silva, do Paraná: "Como fomentar o turismo inclusivo em comunidades tradicionais, tornando-as uma espécie de atrativo turístico, sem explorá-las/prejudicá-las?".

E de Viviane Damasceno, do Rio de Janeiro: "Como emitir uma agenda para aumentar o turismo em um ano [...] pós-pandêmico? Visto que nem todos foram vacinados".

Comentários, temos o de Nicole Andreia, do Paraná: "Tendo em vista a riqueza de cultura da União, é passível abordar um grande investimento para o turismo, [...] gerando mais empregos e lucro!"; e de Jessica Dias, do Pará: "O Brasil tem potência turística, e essa temática é primordial para o investimento adequado baseado na sustentabilidade e acessibilidade".

Gostaria agora, portanto, de passar a palavra ao nosso primeiro palestrante, Sr. Daniel Diniz Nepomuceno, ele que é Secretário Executivo do Ministério do Turismo, nesta oportunidade representando S. Exa. o Ministro de Estado do Turismo, Dr. Gilson Machado Neto.

Tem a palavra o Dr. Daniel Diniz Nepomuceno.

O SR. DANIEL DINIZ NEPOMUCENO (Para expor.) – Presidente Collor, boa noite.

Queria manifestar minha honra de participar, em nome do Ministro Gilson, desta audiência pública. O Ministro está, numa data muito especial para o Governo, de mil dias, realizando várias atividades com o Presidente e com outros ministros, e cumprimentar a todos os participantes, Senadoras, Senadores, aqui os nossos convidados, em especial a Vanessa, Manoel.

Para não me alongar, porque são várias perguntas, eu queria deixar claro que, desde o início do nosso Governo, nós preparamos algumas ações para que o Brasil saísse do patamar dos 6 milhões de estrangeiros e aumentasse principalmente em relação a emprego e renda, alcançar o patamar de 10% do PIB. E, com isso, desde os primeiros dias do Governo Bolsonaro, nós ali criamos uma secretaria de novos investimentos, criamos também uma secretaria de inovação, trabalhamos junto com o Sebrae e outros ministérios para a celeridade das nossas promoções e, principalmente, como eu sucedi aqui a palavra do Sr. Zurab, Secretário-Geral da Organização Mundial do Turismo, nós alinhamos com a Organização Mundial políticas para colocar o Brasil num patamar que ainda a gente não conseguiu alcançar. A pandemia atrasou muito esse progresso que iríamos desenvolver, porque o setor... E está aqui o Presidente da ABIH Nacional, Manoel, que sabe que ele precisou de ter o máximo de esforço nosso do ministério para minimizar os impactos.

Agora, a gente chega a um momento de retomada, a um momento de total abertura e a um momento em que a gente vê os números bastante positivos. Recebemos um relatório da Associação Brasileira da Aviação e já se chega a 75% do número de voos de setembro de 2019. Também estamos bem otimistas com o relatório das operadoras de turismo, que já apresentam 67% da retomada. A gente sabe que isso não é suficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já adentrando as perguntas, que eu creio que a audiência vai ficar mais positiva, primeiro, o turismo é um tripé; não há como a gente alcançar os números de inclusão, nem de trabalhar com um país continental de centenas, milhares de destinos turísticos se a gente não trabalhar com infraestrutura, promoção e principalmente apoiando e trazendo investimentos para o *trade* turístico. Essa é a nossa função.

A promoção é fundamental, e a promoção tem de vir de forma inteligente. Com poucos recursos no ministério, que ainda devemos buscar junto ao Ministro Gilson mais recursos junto ao Governo Federal, para fazer uma promoção que seja compatível com países que têm as mesmas características e apresentam números maiores em busca em turismo internacional e nacional. A gente busca isso ao apoiar a iniciativa privada. E principalmente criamos o portal de investimento, para que – perdão, cortou o sinal –, para que déssemos celeridade e apoiássemos o investidor, a ponta da nossa indústria. A gente sabe que, sem o mercado, sem o número maior de companhias aéreas, sem o apoio, crédito para nossos hotéis, flexibilização também das normas para atrair novos cruzeiros, a gente sabe que esses números não serão alcançados.

Estamos bastante otimistas com o próximo verão. A gente acredita que a pandemia teve seu lado positivo, porque fez com que o brasileiro conhecesse mais o Brasil, que ele começasse a valorizar e saber que o País conseguirá, na América Latina, ser primeiro ou segundo destino não só de mercado europeu ou americanos, mas também com a valorização de atrativos e de investimentos em toda a nossa costa e no interior do País.

Eu não sei, Senador, eu queria ter uma instrução de qual é o meu tempo; se eu passo a palavra para novos participantes e depois respondo às perguntas pontualmente.

Queria voltar a palavra para o senhor para a instrução.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – O tempo de V.Sa. é o tempo que achar e julgar necessário. Tem todo o tempo necessário para, nesta data tão importante, representando o Ministério do Turismo, nós fazermos uma comemoração à altura do que a data representa para a economia brasileira e para todos nós brasileiros.

V.Sa. fique à vontade.

O SR. DANIEL DINIZ NEPOMUCENO – Perfeito, Senador.

Então, para concluir, o Ministro Gilson, junto com a Secretária Débora, principalmente têm nos cobrados uma ação muito efetiva para dar celeridade e desburocratizar o processo de instalação de novos hotéis. Nós estamos juntos com o meio ambiente numa política inovadora do Presidente Jair Bolsonaro na concessão dos espaços, da valorização dos atrativos naturais do Brasil, que sempre foram políticas muito tímidas para a atração de *players* do mundo e interno, para tentar colocar o turismo de natureza como número um do mundo aqui em nosso País.

Eu queria destacar também o apoio e principalmente a colaboração do *trade* turístico. O nosso conselho é bastante ativo e é responsável pela valorização deste ministério que represento e de todas as nossas políticas. Acho que é sabido por todos que o Brasil terá, a partir do ano que vem, o terceiro escritório da Organização Mundial do Turismo, uma conquista deste Governo. Além da sede de Madri e a sede em Riade, o Brasil será o país responsável por toda a política latino-americana vinculada à Organização Mundial do Turismo. Isso coloca o país em outro patamar. As discussões serão muito mais céleres. E como este ano tivemos até março pelo turismo rural... todo ano teríamos ali uma discussão direta com o mundo, para não só a atração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de empresas para virem ao Brasil e nos ajudar a impulsionar os nossos números, como também a busca de investimento, de crédito.

E, como eu abri a nossa palestra, a promoção deixa de ser uma promoção regional para ser uma promoção de muitos destinos. Políticas como atrair novos voos de mercados chineses ou indianos é algo que o Ministro Gilson tem trabalhado nas suas viagens internacionais. Estivemos em Madri e os pré-acordos com agências internacionais para nos ajudar a recuperar esse mercado... Promoção de multidestinos, incluindo Norte, principalmente o Nordeste, com parceria com outros países do Caribe e da América Central, para atrair mercado americano é uma das nossas metas. E não deixaria de destacar a qualificação. No Brasil hoje nós temos, junto ao Presidente Melles, do Sebrae, uma grande parceria que, pela primeira vez, acreditou num turismo 4.0 e que pode utilizar todas as políticas do Sistema S para dobrar o número de pessoas qualificadas. A gente tem uma preocupação com o jovem brasileiro, aquele que precisa de uma atenção especial, desde quando no mercado de trabalho e, com a pandemia, apareceu essa oportunidade.

Eu queria deixar a palavra para os nossos participantes e deixar aqui à disposição para novas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado ao Sr. Daniel Diniz Nepomuceno, sempre lembrando que o tema da nossa audiência pública, ditado e colocado mundialmente pela Organização Mundial do Turismo, é "investimento no turismo para um crescimento inclusivo".

Então, eu pediria aos nossos participantes, independentemente de outras áreas que queiram abordar, que acompanhem esse título, desse ditame da audiência pública de hoje, que é "investimento no turismo para um crescimento inclusivo". O que é que nós estamos fazendo, o que é que nós podemos fazer para que o nosso turismo tenha um crescimento inclusivo?

Passo agora a palavra ao Sr. Virgílio Nelson Carvalho, Diretor da Confederação Nacional do Turismo. (*Pausa.*)

Estou recebendo a informação de que o Sr. Virgílio Nelson Carvalho ainda não conseguiu acessar. Está com dificuldades com o seu aparelho. Enfim, vamos aguardá-lo proximamente, ainda nesta audiência pública, se for o caso.

Passo a palavra, então, ao Sr. Leonel Ribeiro, Coordenador do Progetto Forum Amerigo Vespucci.

O SR. LEONEL RIBEIRO – Alô?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – O senhor está sendo ouvido.

O SR. LEONEL RIBEIRO (Para expor.) – Eu me dirijo ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Senador Fernando Collor, pelo Estado de Alagoas, que, no dia 29 de setembro estará completando os 520 anos do Novus Orbis pelo fato histórico de 1501, e as demais autoridades presentes.

Senador Presidente da Comissão, como a abertura desta audiência sugere sugestões de proposituras legislativas – a gente está no âmbito de uma Casa Legislativa –, eu estou sugerindo umas proposituras que eu vou ler, uma síntese, na verdade.

O Progetto Forum Amerigo Vespucci apresenta à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, como resultado da participação na audiência pública realizada no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dia Mundial do Turismo, data da Organização das Nações Unidas em 27 de setembro de 2021, com o tema "investimento no turismo para crescimento inclusivo", inclusive soluções legislativas.

A primeira resolução, a primeira propositura, é formada por cinco artigos. É um projeto de resolução que eu estou enviando na íntegra para a Comissão agora, através do *e-mail* oficial de vocês, que cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Novus Orbis Interparlamentar dos Estados da República Federativa do Brasil no Continente Americano. Em 2007, criou-se uma comissão na tentativa de reunir esse polo interparlamentar junto às Américas e ele não deu seguimento. Observando e fazendo um estudo no seu art. 3º, essa comissão representará no Congresso Nacional o Fórum Novus Orbis Interparlamentar dos Estados da República Federativa do Brasil no Continente Americano, cabendo-lhes exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nessa organização.

Nesse terceiro artigo, há um parágrafo único, da função da comissão: a comissão mista terá caráter permanente e prazo indeterminado de funcionamento. A realização do Fórum Novus Orbis tem por objetivo geral da revisão histórica nacional tecnicamente e da jurisprudência documental para trazer por definitivo uma versão única oficial deste período com datas específicas dos fatos históricos anteriores e posteriores nos Municípios, Estados e países correlatos. Poderão ser criadas comissões nos Estados e Municípios correlacionados, objetivando a criação, junto ao Legislativo e Executivo locais, de uma campanha nacional – abre aspas – "REDEScobrimentos Novus Orbis", em formato padrão, fornecida por esta comissão que estamos sugerindo que seja constituída, para discutir um plano de ação nacional nesse sentido, tanto em curto quanto em médio prazo, ou seja, envolvendo os Parlamentos municipais e estaduais do País numa fala uníssona, numa fala única, através do Parlamento brasileiro, federal, quando será implementado um projeto, o projeto HistoriCIDADES, visando novas iniciativas de redução das desigualdades regionais no Brasil através da valorização do turismo histórico e do patrimônio cultural nacional.

O segundo artigo da propositura é formado por oito artigos, na verdade. É uma propositura sugerida. Isso tudo são proposituras, Senador. Não é uma exigência de nada. É porque a gente está no âmbito de uma audiência pública, então, a gente tem essa abertura de sugerir possibilidades legislativas, inclusive a própria Comissão assim permite. Então, vamos às leis, já que estamos numa Casa de leis. E que seja feito um estudo, através do jurídico de vocês, enfim, da Comissão, junto aos Senadores, que seja levada aos demais Senadores a possibilidade dessa fala, que institui, na verdade, uma propositura de decreto legislativo ou um projeto de resolução, cuja ementa seria: "institui o quadriênio comemorativo de redescobrimentos *novus orbis*, que são os 520 anos, que tramita de 20210, 2022, 2023, 2024 e dá outras providências".

Isso é só a ementa da propositura, porque não dá para lê-la toda. Então, eu já estou enviando. Acabei de enviar, inclusive, agora.

Faço saber a todos os habitantes da República Federativa do Brasil, de acordo com o art. 59, incisos VI e VII da Constituição Federal, que o Congresso Nacional promulga, para aprovar tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, o seguinte decreto legislativo ou resolução, no caso, o que venha a ser definido.

Art. 1º - Fica instituído(a) em âmbito nacional [esse decreto] [...] a ser conferido(a) e se faz necessário(a), objetivando o mapeamento técnico [coisa, Senador, que jamais foi feita] [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem, Senador Presidente da Comissão, várias versões desse momento do Tratado de Tordesilhas até as populações originais e a vinda aqui da Coroa Portuguesa e Coroa Espanhola. Enfim, são diversas versões.

A ideia era que se faz necessária, objetivando o mapeamento técnico e como resultado, uma versão jurisprudencial única e oficial para a comunidade internacional, uma legítima biografia geográfica desse período, com as nominações territoriais e datas específicas e identificadas, a origem dos interlocutores, ou seja, as personalidades que estiveram efetivamente nesse momento, porque na nossa educação, nas escolas, aprendemos diversas versões dessa história. Que a gente tivesse como Portugal...

Eu estive com o Presidente da Biblioteca Nacional de Portugal em Portugal, eu estive na Itália, na Espanha e em Portugal conversando com as instituições. Eles disseram que chegou um momento em que eles começaram a entender quais documentos eram verdadeiros e quais não eram e criaram uma questão de que isso deveria acontecer no Brasil. Foi daí que eu tive essa intenção de trazer isto para o Brasil: a origem dos interlocutores e os fatos históricos anteriores e posteriores.

E, no art. 3º desse decreto do quadriênio, apresenta a jurisprudência durante os quatro anos e, a cada ano, na região atual, porque daqui até 2024 são esses 520 anos que foram feitos pela costa brasileira, efetivamente, pela Coroa Portuguesa. Repetindo: apresenta a jurisprudência durante os quatro anos e, a cada ano, a região da atual República Federativa do Brasil, os Estados da costa que completam o ciclo de 520 anos.

Eu agradeço o acolhimento da sugestão da pauta no dia de hoje, que é o Dia Mundial do Turismo, data da Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil é país-membro – é importante lembrar isso. E o tema de 2021, que inclusive é o próprio tema da audiência, é: "Investimento no turismo para um crescimento inclusivo", inclusive soluções legislativas.

Eu solicito à CDR, através desta audiência pública, que encaminhe aos demais membros essas sugestões legislativas, porque, se a gente está num momento em que a gente pode averiguar essas questões...

E o mais importante, Senador: eu quero agradecer à CDR, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, porque, em 2010, foi lançado um selo, um edital, um carimbo e a emissão especial da Série Relações Diplomáticas, do Ministério das Comunicações, ECT, Ministério das Relações Exteriores, Embaixadas do Brasil na Itália, na Espanha e em Portugal, junto ao Ministério da Cultura, que realizaram o lançamento internacional, onde estive presente junto às instituições governamentais e privadas desses países, que, desde então, se apresentaram interessadas, e se apresentam até hoje, a criar um museu histórico e do patrimônio nacional no Brasil.

E trazemos agora no vídeo, que peço que seja apresentado, o local escolhido e a solicitação, obviamente, de apoio institucional, operacional e técnico para a sua efetiva implementação.

No mais, eu tenho este vídeo que eu já passei pra vocês. Podendo passar, ele é curtinho, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Quantos minutos tem o vídeo, doutor?

O SR. LEONEL RIBEIRO – Três minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Quantos?

O SR. LEONEL RIBEIRO – Três minutos, é bem curtinho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Podemos passar?

O SR. LEONEL RIBEIRO – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Peço ao Secretário da Comissão que passe o vídeo de interesse do Sr. Leonel Ribeiro, Coordenador do Progetto Forum Amerigo Vespucci.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito bem!

Muito obrigado ao Sr. Leonel Ribeiro pela apresentação do vídeo do Progetto Forum Amerigo Vespucci.

Lembro aos nossos palestrantes que o tema da nossa audiência pública de hoje, conforme o acordado com a Organização Internacional do Turismo, é "Investimento no turismo para um crescimento inclusivo". Vamos nos esforçar para, nas nossas falas, tratar especificamente desses assuntos, sem desmerecer qualquer outra questão que os senhores palestrantes desejem trazer à nossa audiência pública de hoje. E também não esqueçamos as perguntas dos nossos internautas que foram selecionadas para oferecer a eles respostas às indagações formuladas, bem como aos comentários feitos pelos nossos participantes internautas na tarde/noite de hoje.

Agora, sim, passo a palavra ao Sr. Virgílio Nelson Carvalho, Diretor da Confederação Nacional do Turismo.

O SR. VIRGÍLIO NELSON CARVALHO (Para expor.) – Boa noite a todos!

Parabenizo aqueles que já apresentaram suas propostas, mas, seguindo o tema, relembro o seu plano de governo como candidato à Presidência – tive oportunidade de participar de grandes conquistas da época, como a desregulamentação das companhias aéreas, a conversão de dívida –, assuntos que vieram a colaborar muito para nossa atividade.

E, neste pós-pandemia, Senador, eu queria muito lembrar que também nós temos muitas notícias tristes. Perdemos muitos postos de trabalho, mas estamos agora nos recuperando rapidamente, assim como o mercado de uma maneira geral, até preocupados com a possível inflação de preços no setor de turismo. Temos que lembrar que, nesse período, talvez até meados de 2022, o Brasil será destino dele mesmo. Ou seja, o Brasil é destino do seu próprio mercado, e é muito importante que a gente tenha consciência disso na gestão desses Municípios que são destinos e também dos empresários da área, que sofreram muito e aos poucos vêm se recuperando.

Dentre alguns itens que a gente pesca no passado e no presente para que a gente possa atingir o futuro, vem a ideia do que é o turismo do trabalhador. As férias são uma conquista social e trabalhista, e exercê-las tem que ser cada vez mais possível, e não, necessariamente, os 30 dias ou os 20 dias, e que, dentro de um planejamento entre empresários e trabalhadores da área, possamos ter o que seria um grande clube de férias dos trabalhadores, fazendo com que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colônias de férias, que atravessam uma fase muito difícil... Depois do fim do imposto sindical, a conservação delas ficou muito difícil para cada sindicato, mas elas são equipamentos turísticos de qualidade que podem ter um baixo custo e acessibilidade para todos os trabalhadores. E nós não vamos fazer nada diferente do que o mundo já fez também. A experiência da França com o *chéque-vacance* é um exemplo de como podemos entregar uma oferta no setor de turismo mais econômica e facilitar o acesso dos trabalhadores a essa área.

A minha visão é sempre de mercado, Senador, e as pessoas que se apresentaram também mostraram isso. Nós temos um setor de turismo que, em 2019, teve perto de R$200 bilhões movimentados dentro do País, com recursos nossos mesmos, de brasileiros viajando pelo Brasil, mas também muitos estrangeiros vindo nos visitar e trazendo novas reservas, novos recursos para isso.

Sofremos... Já em 2019 o turismo vinha colaborando, pôs para trabalhar perto de 125 mil novos trabalhadores no setor, e talvez seja o turismo... Talvez não, com toda a certeza desses últimos 50 anos de dedicação à atividade do turismo, inclusive como gerente de operações daquele Royal Palm Victoria Place, o RSVP, que foi sua residência em São Paulo por muitos anos.

Mas essa história nos mostra quanto essa atividade econômica pode gerar e que será grande geradora de empregos, porque a cada dia nós estamos vendo a indústria se robotizando, agricultura cada vez mais mecanizada... E, com o 5G, então, nós vamos administrar plantação a longas distâncias, mas no turismo não: é do homem para o homem. E, por esse bem receber que é nossa característica, nós brasileiros – e eu me incluo como brasileiro, um português que vive aqui já há 65 anos – vemos a importância do desenvolvimento do turismo.

E o senhor acompanhou de perto qual foi essa importância no seu Estado. Mesmo antes de ser Presidente, conviveu com descobertas, com destinos em que o equipamento hoteleiro era mais importante que o destino, afinal, o hotel que existia em Maceió fazia com que as pessoas conhecessem Maceió, e foi uma experiência de uma indústria de tecidos, de uma empresa de comércio que fez lá aquele primeiro hotel de extrema qualidade para o Brasil todo.

Então, essa flexibilização da atividade do turismo vai possibilitar a nossa retomada, e a retomada está clara. Eu vejo números... Eu falo até por São Paulo, onde acompanho mais de perto esses números. Nós temos R$20 bilhões economizados com toda a dificuldade da pandemia, economizados para serem gastos agora, e gastos em turismo. E cada vez mais as pessoas vão valorizar essa volta à natureza, ao tempo livre, gerando emprego e renda em lugares mais distantes, não naqueles a que foram sempre.

Nós que trabalhamos com eventos, trabalhamos com feiras e exposições, vamos sofrer um pouco mais, vamos ter que reduzir inclusive o número de participantes, que era crescente. Os centros de eventos serão mais utilizados, mas distribuindo o pessoal e com todos os protocolos necessários para realização dos eventos. Na área de esportes, a mesma coisa.

O que nos conforta, Senador, é que 75% da aviação já está de volta ao ar, pena ainda que com pouco mais de 60% de ocupação. Nós já praticamos números melhores e, com números melhores, nós conseguimos ter custos de viagem melhores, menores e melhores. Então, essa visão... Quero ser rápido, porque eu sei que o tempo está corrido, e vou ficar pronto para algumas respostas, mas queria focar muito o ponto positivo do turismo como gerador de emprego e renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada vez mais, será a atividade econômica que vai gerar mais que a agricultura, mesmo com o crescimento da agricultura, que foi a nossa salvação: não nos faltou alimento, a não ser àqueles que não tiveram acesso econômico mesmo ao alimento, mas a produção continuou ativa. A indústria, cada vez mais, robotiza a sua atividade, mas nós do turismo precisamos, cada vez mais, de profissionais no trabalho: as nossas arrumadeiras, os nossos garçons, *maîtres* e *barmen*, os nossos gerentes, os nossos guias serão pessoas que continuarão existindo.

É claro que a atividade de turismo não pode abandonar a inteligência na busca de mais clientes. Quanto mais eu posso ter de pessoas ocupando o mesmo espaço, com todo o protocolo, eu consigo diminuir o preço final individual. Então, esse é um pouco do que é o trabalho, essa é a importância.

A economia que foi feita nesse período voltará ao turismo e talvez volte com uma força maior. Eu estou, no momento, mais preocupado talvez em orientar que cada um vai voltar a ganhar e não precisa ter a pressa, inflacionando preços.

Aqui em São Paulo, nós já vivemos destinos de fim de semana, de sexta a segunda, porque isso mudou também na economia do turismo. Antigamente as pessoas iam sábado de manhã a um hotel de lazer e saíam domingo à noite. Agora, isso cada vez mais é feito de sexta a segunda. Em alguns deles, até há permanência por uma semana, 15 dias, fazendo com que a pessoa usufrua do turismo, mas ao mesmo tempo, continue trabalhando.

E fazendo isso, em relação aos hotéis, nós já temos de volta aí 70% dos hotéis em funcionamento, mas infelizmente ainda com baixa ocupação, o que, muitas vezes, não cobre o custo de operação.

E lembro isto: vamos criar oportunidades para todos. Numa experiência como o cheque vacância, da França, utilizando as colônias de férias dos sindicatos brasileiros, só para que o senhor tenha uma ideia, e quem nos está vendo e ouvindo aí também, apenas o litoral de São Paulo tem hoje perto de 150 colônias de férias, que são verdadeiros hotéis três vírgula cinco estrelas e que, se tiverem um rápido *upgrade*, uma rápida recuperação, sem luxo, serão hotéis quatro estrelas com pé na areia.

Outro aspecto também de recuperação são as propriedades do Governo Federal, não só as Forças Armadas, que têm mais de 400 empreendimentos de hospedagem pelo Brasil, desde pequenas pousadas no meio do mato, num lugar de acessibilidade difícil, até hotéis, verdadeiros hotéis três e quatro estrelas, que servem de apoio às nossas Forças Armadas. Então, essa oferta, que às vezes não está sendo aproveitada como deve, para todo o mercado, seria uma revolução do nosso turismo. E essa recuperação de propriedades de Governo talvez pudesse – talvez não, deveria! – seguir a experiência das pousadas de Portugal, que hoje são verdadeiros monumentos de hospedagem.

De uma maneira geral, desculpe, acho que até falei demais, mas fico aberto às questões, parabenizando todos que já tinham falado antes, principalmente o reencontro com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado, Sr. Virgílio Nelson Carvalho, pelas palavras, e meus cumprimentos pela sua explanação. Ele é Diretor da Confederação Nacional de Turismo.

Passo agora a palavra à Sra. Vanessa Mendonça, que é Secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA CHAVES DE MENDONÇA (Para expor.) – Quero cumprimentar S. Exa. o Presidente Fernando Collor de Mello, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e do Turismo, e parabenizá-lo por essa iniciativa neste dia tão importante.

Quero cumprimentar o Secretário-Executivo, o amigo Daniel Nepomuceno, representando aqui o Ministro do Turismo, Gilson Machado, que certamente está aí pelo Brasil promovendo e trabalhando pelo nosso turismo.

Quero cumprimentar o Sr. Virgílio Nelson Carvalho, Diretor da Confederação Nacional do Turismo; o meu amigo Manoelzinho Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, um guerreiro, um lutador pelo nosso setor – fico muito feliz em revê-lo! –; e o Sr. Leonel Ribeiro, Coordenador do Projeto Fórum Amerigo Vespucci.

Cumprimento a todos os que estão aqui acompanhando este dia tão importante e esta audiência tão relevante para todos nós.

A minha mensagem, Sr. Presidente, em primeiro lugar, é de esperança, é de fé, é de cumprimento a todos os profissionais do nosso setor de turismo, a toda a cadeia produtiva desse segmento que é tão importante para o mundo e tão importante para o nosso País.

Nós estávamos vivendo um momento único de enormes desafios, mas de enorme superação. O turismo mostrou, mais uma vez, que é a indústria que pode revolucionar a economia de qualquer País. Foi o primeiro a ser impactado, o que mais sofreu, mas está se recuperando numa velocidade monumental, e nós precisamos refletir sobre isso.

Quando nós temos um tema que trata – e muito bem aqui colocado – do "Investimento no Turismo para um crescimento inclusivo", eu gostaria de ressaltar o quanto isso foi realidade agora na pandemia, quando nós tivemos um crescimento no turismo rural acima de 60%, aqui em Brasília. Nós fomos visitar essas cidades aqui das regiões administrativas, que são como Municípios, e visitar cada produtor rural, aquele que tinha um pesque e pague, e dizer a ele: "O senhor está no eixo do turismo. O senhor pode acreditar, porque nós temos condições de estruturar o seu negócio. O senhor vai gerar emprego para a comunidade que está aqui".

Essas palavras, turismo e crescimento inclusivo... Eu gostaria até de abrir para esses dois eixos de se incluir a comunidade local, gerando emprego e renda, pois nenhum outro setor tem essa capacidade, como nós temos no turismo. No momento em que uma pequena propriedade rural, que até aquele momento só tinha um pequeno restaurante e um pesque e pague, se enxerga pelo setor do turismo, nós temos o que nós comprovamos aqui em Brasília: a inclusão de diversos trabalhadores. E, aí, mais uma vez, só a nossa indústria consegue gerar emprego para aquela pessoa da mais simples formação a um CEO de um grande grupo.

Nós conseguimos oferecer também oportunidades e preços acessíveis, porque é possível, sim, estruturar um destino com opções e rotas e mostrar para aquele pequeno Município, para o seu Prefeito, para os Governadores o quanto isso ressignifica uma cidade.

O turismo tem a capacidade de reinventar, e nós fizemos isso o tempo todo. Nós tivemos a oportunidade, aqui em Brasília, de descobrir que plantamos muito bem uva e produzimos vinhos, envolvendo o agricultor, gerando emprego. Formação em primeiro lugar: eu chamo também a atenção para isso nesse crescimento inclusivo, para a formação, para a qualificação, para o quanto ela é necessária, o quanto nós que estamos na cadeia produtiva do turismo precisamos nos preocupar com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um dado muito interessante da associação Fórum Turismo. O Presidente Antônio informou que agora, em 2021, nós batemos o recorde na procura em formação pelo turismo. Olha que maravilha! E dessa forma é que nós vamos conseguir criar, em cada um dos nossos destinos, novos segmentos.

Esses novos segmentos permitem a experiência que o mundo inteiro oferece. Muitas vezes, nós saímos daqui e vamos a Portugal ou a qualquer outro país no mundo para viver essa experiência, de andar no meio de uma fazenda, conhecer a produção de carneiros, um almoço que vai ser feito pela população local, por aquele senhor que mora ali, que cria a ovelha e que vai fazer o almoço. Isso é uma experiência em qualquer lugar do mundo. E nós temos, cada vez mais, que olhar para nossas comunidades, para essa capacidade que nós temos, pelo turismo, de fazer com que a geração de emprego seja constante e que nós possamos, sim, para cada um desses segmentos, do turismo rural, do turismo cívico-pedagógico, do turismo arquitetônico, do enoturismo, pensar na cadeia produtiva e fazer com que essa comunidade tenha condição de ficar na cidade dela, criando experiências para isso.

Nós conseguimos atingir, aqui em Brasília, resultados concretos nesse sentido. Eu tenho absoluta convicção de que, no nosso Brasil, com essa diversidade que nós temos, o turismo é a mola propulsora, e nós não temos nenhum outro setor que possa promover o crescimento inclusivo com tamanha capacidade.

Então, eu encerro, Presidente, aqui a minha fala, reforçando a importância do dia de hoje. Que nós tenhamos confiança no nosso País, nos nossos destinos e tenhamos a certeza de que o turismo é que vai fazer com que essa nossa condição possa, cada vez mais, se reverter em emprego no nosso setor.

Muito obrigada, Presidente Collor de Mello. É sempre uma alegria poder participar. Parabenizo o senhor por esta iniciativa neste dia tão importante e tão necessário para as reflexões, mas também para as constatações de que nós estamos vencendo. Juntos, eu tenho certeza de que venceremos.

Muito obrigada a todos, senhores, pela oportunidade.

E feliz Dia Mundial do Turismo para todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado à Sra. Vanessa Mendonça, Secretária de Estado do Turismo do Distrito Federal, pela sua explanação tão apropriada, tão pertinente para o Dia Mundial do Turismo, e, sobretudo, para o tema desta nossa audiência pública, que é "Investimento no Turismo para um Crescimento Inclusivo".

Tenho a satisfação muito especial de passar a palavra agora ao Sr. Manoel Linhares, ao Manoelzinho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.

O SR. MANOEL LINHARES (Para expor.) – Boa noite a todos! Quero cumprimentar o meu Presidente, Fernando Collor de Mello, esse guerreiro alagoano, que dá exemplo para o Brasil pela sua maneira determinada. Alagoas está de parabéns, meu Presidente, de ter um Senador tão ativo, tão presente nessa indústria que se chama turismo! Meus parabéns por essa iniciativa de celebrar o Dia Mundial do Turismo!

Quero cumprimentar o meu amigo Daniel Nepomuceno, um grande guerreiro também no Ministério do Turismo; a minha amiga Vanessa Mendonça, essa guerreira, essa mulher, que há vários anos caminhamos nessa defesa do turismo; o Sr. Virgílio Nelson Carvalho, representante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Confederação Nacional do Turismo (CNTur); o Sr. Leonel Ribeiro, coordenador do Projeto Fórum Amerigo Vespucci; e agradecer, meu Presidente, pela maneira como o senhor vem conduzindo esta Comissão. Mesmo no momento de pandemia, o senhor tem mostrado – mas não podia ser diferente, pois uma pessoa determinada como o senhor, uma pessoa, um brasileiro e um alagoano, um nordestino cabra da peste – como olha para esse turismo, num momento tão difícil com essa pandemia.

E o turismo, até 2019, estava indo muito bem. Quando chegou em março, essa pandemia foi brutal para a economia, mas foi devastadora para o turismo. No caso da hotelaria, como Presidente da ABIH Nacional, que representamos desde o micro, o pequeno, o médio e o grande hoteleiro, nós somos diferentes do agronegócio, somos diferentes da indústria. Nós não temos estoque. Cada noite não vendida é prejuízo total.

E por essa maneira como o senhor olha para essa indústria, meu Presidente, eu quero dizer que o senhor está de parabéns! Eu me orgulho de dizer que sou seu amigo.

Ouvi falar tanto sobre o turismo, e eu me recordo muito bem, antes da pandemia, eu estava dando uma palestra em Cuiabá, em Mato Grosso, onde estavam o Governador, o Prefeito, o Secretário estadual e o Secretário municipal, e vários participantes, e eu mostrava para eles que o Centro-Oeste olha muito para o agronegócio, e esquece um tesouro que eles têm na mão que é o Pantanal ou a Chapada. Uma grande fazenda hoje gera em torno de 80, de 100 empregos, devido à tecnologia. E dei o exemplo do Beach Park, o nosso parque – e estou te esperando aqui, para o senhor vir passar uns dias comigo – que gera em torno de 2.532 empregos. É isso que eu quero mostrar para qualquer Prefeito, para qualquer Governador.

E como o nosso Presidente tem olhado para o turismo, eu tenho certeza de que, se não fosse essa pandemia, o turismo no Brasil hoje estava dando exemplo a todo o mundo, porque nós somos um País imenso no turismo, meu Presidente. Nós temos o Norte, com o Amazonas; o Centro-Oeste, com o Pantanal; o Nordeste, com esse Caribe com essas águas quentes; e temos o Sul e o Sudeste, com essas belezas naturais.

Mas tenho certeza. Falaram aqui em viação, aviação. Hoje, o nosso maior gargalo, meu Presidente, se chama aviação ainda. Como eu digo, nós estamos vivendo os anos 70. Se você se recorda bem, nós tínhamos a Varig, a Vasp e a Cruzeiro, não tínhamos nem a Transbrasil, que surgiu em 1986, mas, com esse nosso Presidente da República, que fez a abertura do capital aéreo, esse homem determinado... Como eu digo, ele foi o primeiro Presidente, meu Presidente, que fez uma reunião com o *trade* turístico, com todas as entidades do turismo, para saber das necessidades. Ele foi o Presidente que teve a coragem de abrir o visto para os Estados Unidos, o México e o Canadá.

É como eu digo, meu Presidente: a cada R$1 investido no turismo, voltam R$5. E, agora, com essa pandemia, que o brasileiro dê valor ao que nós temos de mais belo. Nós somos o primeiro país do mundo de belezas naturais, somos o oitavo em cultura. Então, o que ocorre? Temos certeza, falando aqui do meu querido Ceará, de que muitos cearenses não conhecem o nosso Estado. Vamos conhecer o que nós temos de mais belo!

O brasileiro deixava lá fora, em 2019, US$19 bilhões, enquanto os estrangeiros deixavam aqui US$6 bilhões. Estamos falando de uma defasagem de US$13 bilhões. Mas tenho certeza de que tudo isso vai mudar, porque, com o valor do dólar hoje, com o valor do euro, o brasileiro vai ficar aqui dentro do nosso Brasil, conhecendo as suas belezas, porque nós temos gosto para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo. Prova disso é que, no seu Estado, Alagoas, hoje, há a retomada da hotelaria, que está com uma das melhores taxas de ocupação.

Temos que pensar com otimismo, porque, como eu falei, como bom cearense e como nordestino, nós somos cabra da peste, nós temos que pensar para a frente. Quem olha para o retrovisor já passa perdendo. E nós, como determinado, temos que sempre olhar para a frente. O brasileiro, agora, com essa pandemia, tenho certeza, vai mostrar ao Brasil o que nós temos de mais belo, porque o turismo, meu Presidente, só vende duas coisas: só vende felicidade, só vende sorrisos, não joga dejetos nos rios e nem fumaça nas nuvens.

Tenho certeza de que, como Presidente na Comissão do Senado, o senhor vai engrandecer muito o turismo brasileiro. Estamos precisando, sim, da aprovação da nova lei do turismo, que está aí no Senado. Nós a aprovamos na Câmara, mas tenho certeza de que o senhor, logo, logo, vai conseguir colocá-la em pauta.

Uma nova lei tributária é outra coisa muito importante. Falaram aí sobre a burocracia. O que emperra hoje este País se chama burocracia. Para vocês terem uma ideia, para se instalar aqui uma marina no Brasil são 13 anos e são 2 metros, 3 metros de papéis, quando, nos Estados Unidos, são três folhas e três meses. É disto que nós precisamos: desburocratizar! É disto que nós precisamos: trabalhar para essa indústria, essa indústria que gera emprego, essa indústria que não tem robô, não tem equipamentos, nós trabalhamos com pessoa, nós trabalhamos com gente! E é disso que nós precisamos.

Muito obrigado, meu Presidente!

Eu me coloco aqui à disposição de todos vocês e parabenizo todos os guerreiros neste dia tão importante para todos nós que é o Dia Internacional do Turismo!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado ao nosso amigo, ao meu amigo particular Manoel Linhares, o Manoelzinho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, que, com seu entusiasmo, com o seu valor, com a sua pertinácia tem tanto feito pelo turismo no nosso Brasil e sobretudo dando apoio, solidariedade a todos aqueles que fazem da hotelaria do Brasil uma das melhores do mundo. Nós temos que ter orgulho daqueles que se dedicam à hotelaria em nosso País.

Gostaria de saber – não sei se ele está conosco – do Sr. Daniel Diniz Nepomuceno se ele gostaria de fazer o encerramento dando alguma mensagem àqueles que fazem do turismo, no dia em que se comemora o Dia Mundial do Turismo, uma palavra especial àqueles que se dedicam com labor, com muito esforço, a essa área tão importante, e que é a área que cabe ao Ministério do Turismo tomar conta, como vem muito bem fazendo S. Exa. o Sr. Ministro de Estado do Turismo, Gilson Machado Neto.

Dr. Daniel Diniz Nepomuceno.

O SR. DANIEL DINIZ NEPOMUCENO (Para expor.) – Boa noite, Senador! Sim, com muita honra eu participo desta audiência pública. Quero deixar meu fraterno abraço a todos os turismólogos. É um dia muito especial para toda a nossa indústria. Agradeço as palavras de todos os participantes.

Quero destacar aqui algumas ações que nos foram perguntadas sobre esse tema tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria só destacar a presença do Ministro Gilson ano passado, na Organização Mundial do Turismo, entregando um prêmio para a primeira *startup* voltada para mulheres viajantes e moradoras dos destinos visitados. Isso foi uma cerimônia realizada em Madri. Foi a primeira *startup* que recebe um prêmio apoiado pelo Ministério do Turismo e pela Organização Mundial e que hoje inicia a sua segunda etapa. Através da Secretaria de Inovação, a gente qualifica e fomenta todas as *startups,* principalmente aquelas para o turismo inclusivo.

Queria também destacar a parceria do Ministério do Turismo com a Ministra Tereza Cristina, que através do MAPA promove a agricultura familiar, o turismo rural, o turismo que valoriza o que nós temos de melhor, que é a nossa culinária. Através dessa parceria, ele ajudou pequenos produtores, principalmente em cidades e vilas onde essa atividade ainda não está nem regulamentada.

Queria também colocar à disposição desta Casa o nosso Guia de Turismo Acessível e eu queria destacar que nossas linhas de crédito para toda hotelaria ou qualquer pessoa, empresário da indústria que queira investir. Há uma iniciativa em Maceió para cadeirantes que é espetacular. Então, vou deixar o *link* aberto para todos aqueles que tiverem acesso.

Também foi citado nas primeiras perguntas que realizamos o fórum que debateu os impactos da pandemia no turismo religioso. Para que vocês saibam, o turismo religioso movimenta 20 milhões de viagens e através da nossa secretaria de promoção, Secretário William, nesse fórum foram colocadas algumas diretrizes, numa promoção individualizada para todos os destinos.

Por último – claro que eu não estou colocando todas as nossas políticas –, queria a parceria com a Secretaria do Meio Ambiente através do André Germano. A gente começa a trabalhar o turismo dentro das Flonas brasileiras, com qualificação daqueles que vivem e necessitam do sustento da Flona. Então, há qualificação com todos os indígenas e aqueles que vivem ao lado desse patrimônio nacional e a que poucos brasileiros têm acesso.

Então, com essas palavras, eu queria agradecer demais a oportunidade de estar nesse ministério, agradecer ao Presidente Jair Bolsonaro; ao Ministro Gilson Machado; ao Deputado Federal Marcelo, que me fez o convite; e a todas as pessoas, porque este dia é um dia de comemorar, é um dia em que, como todos falaram, o mercado está muito otimista, porque passamos por um momento difícil, mas nós não temos dúvida alguma do maior crescimento da história da indústria nos próximos anos.

Muito obrigado.

E parabéns pelo trabalho, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado ao Sr. Daniel Diniz Nepomuceno, que é o Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, representando nesta oportunidade S. Exa. o Ministro Gilson Machado Neto, titular da pasta de turismo do nosso País.

Gostaria também de desejar a todos aqueles que fazem do turismo no nosso Brasil esta grande riqueza, este grande fomento de emprego e de renda, o nosso abraço, o abraço de todos os integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, pela passagem, pelo transcurso da data em que todos nós exaltamos a atividade a que se dedicam com tanto afinco, com tanto ardor; aos turismólogos também o nosso abraço, o nosso reconhecimento, a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, com gáudio, neste dia, celebramos o Dia Mundial do Turismo, com o agradecimento também à Organização Mundial do Turismo pela sua participação sempre decisiva nas questões que tangenciam a nossa atividade turística no Brasil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando que, na próxima segunda-feira, dia 4 de outubro, realizaremos reunião deliberativa às 17h, para votação de matérias, e, na sequência, retomaremos o ciclo de debates sobre turismo em sua 8ª Mesa, com o tema "O turismo na era da economia compartilhada: oportunidades e desafios para turistas e poder público". Este é um tema que é um pouco polêmico, mas é muito interessante nós podermos trazer à baila para ouvirmos as opiniões a favor e as opiniões que não são tão favoráveis ao chamado da economia compartilhada promovida pelo turismo.

Serão convidados um representante do Ministério do Turismo, um representante da empresa Trip Advisor, um representante da empresa Airbnb e um representante da Secretaria de Turismo de Maceió, Alagoas. (*Pausa.*)

Gostaria também de informar que mais dois outros convidados, que me chegam agora ao conhecimento, estarão presentes, que é o Diretor da Decolar no Brasil, o Sr. Sebastián Mackinnon, e o Sr. Nelson Antônio Quadros Vieira Filho, pesquisador e consultor em planejamento e desenvolvimento do turismo.

Agradecendo, mais uma vez, a participação de todos os nossos ilustres convidados, na noite de hoje, dou por encerrada a presente reunião.

Muito boa noite a todos!

(*Iniciada às 18 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 06ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezessete horas e quatro minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Eliane Nogueira, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Carlos Fávaro, Nelsinho Trad, Jean Paul Prates e, como Senador Não Membro, Mecias de Jesus. Deixam de comparecer os Senadores Flávio Bolsonaro, Nilda Gondim, Izalci Lucas, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Alessandro Vieira e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 8, de 2012 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação da Matéria. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 95, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor que os municípios com população superior a 300.000 (trezentos mil) habitantes devem instalar e manter pelo menos uma usina de tratamento de resíduos sólidos urbanos." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6579, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir o Município de Pacaraima, no Estado de Roraima, na Área de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação da matéria e rejeição da Emenda nº1. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 326, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento e dá outras providências, para instituir preferência na alocação de recursos federais para a conclusão das obras em andamento nos entes da federação." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda nº 1-CTFC. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3841, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, para estender, para a área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com exceção do Distrito Federal, benefícios previstos para as áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (MDB/MS). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5187, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Carlos Fávaro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Ofício "S" n° 54, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827/89, art. 20, § 4º, o Relatório de Gestão, integrante do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao Exercício de 2016." **Autoria:** Banco da Amazônia. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pelo conhecimento do Ofício "S" nº 54, de 2017, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente Parecer, ao arquivo. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo arquivamento. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 6, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5462/2019, que "dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados"." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Fica sobrestado o PL 5462/2019. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, destinada à deliberação de proposições.

Alguns comunicados: recebemos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) a Resolução Condel/Sudene nº 146, de 9 de agosto de 2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo, acompanhada do Parecer Técnico Conjunto nº 2, de 2021, e da Proposição nº 147, de 2021, referentes ao Relatório de Resultados e Impactos do FNE – exercício de 2020. Conforme prevê a Instrução Normativa nº 12, de 2019, após a divulgação do documento, estabelece-se o prazo de 15 dias para a manifestação dos membros da Comissão. Em caso de manifestação, o documento será encaminhado ao Plenário para autuação. Como não houve manifestação dos membros da Comissão findo o prazo de 15 dias após a sua divulgação, os seguintes avisos da Presidência do Tribunal de Contas da União serão encaminhados ao Arquivo, quais sejam: o Aviso nº 909, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.383, de 2021, que trata de auditoria nas Unidades de Conservação Federais dos Biomas Terrestres e Marinhos brasileiros, com os objetivos de avaliar suas gestões e analisar a implementação de metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 14 e 15 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e de metas da Convenção sobre a Diversidade Biológica; o Aviso nº 937, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.380, de 2021 – trata-se do relatório de acompanhamento com o objetivo de acompanhar e avaliar as ações empreendidas pelo Fundo Geral de Turismo (Fungetur), do Ministério do Turismo, no que tange à aplicação e ao controle dos créditos extraordinários abertos pela Medida Provisória nº 963, de 2020 –; e o Aviso nº 1.114, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.448, de 2021, que trata de relatório de levantamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), tendo por objetivo identificar objetos e instrumentos de fiscalização que possam contribuir para o aperfeiçoamento da governança e da gestão da referida política.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Quem estiver aqui no Plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações"; depois "votações abertas em Comissões" e, então, procurar a votação da CDR em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8, de 2021, após a autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR), escolhido o voto, é necessário enquadrar, de forma adequada, o rosto na área reservada à captura da foto, sob pena de não validação do voto.

O Parlamentar que não conseguir registrar o seu voto no aplicativo será chamado para que o declare verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no chat da ferramenta para os Senadores remotos.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mão poderão acessar a pauta cheia da reunião, disponibilizada no chat e nos computadores deste Plenário.

Item nº 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 8, DE 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação da Matéria.

Observações:

- Em 07/11/2017 a Comissão de Assuntos Econômicos - CAE aprova parecer contrário ao projeto;

- Matéria constou na Pauta da 32ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, no dia 18/09/2019;

- A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, após a deliberação da CDR.

S. Exa. o Senador Izalci Lucas, Relator desta, pede que ela seja retirada para reexame, e assim o faço.

Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 95, DE 2018
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor que os municípios com população superior a 300.000 (trezentos mil)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habitantes devem instalar e manter pelo menos uma usina de tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação

Observações: A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Meio Ambiente - CMA, após a deliberação da CDR.

Concedo a palavra a S. Exª a Senadora Eliziane Gama, que me parece não estar ainda lincada. (Pausa.)

Então, vamos deixar sobrestado este item 2 da pauta até que S. Exa. esteja lincada na reunião.

Passamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 6579, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir o Município de Pacaraima, no Estado de Roraima, na Área de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação da matéria e rejeição da Emenda nº1.

Observações:

- Em 24/09/2021 foi recebida a Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Chico Rodrigues;

- Em 29/09/2021 o relator apresenta novo relatório, pela aprovação da matéria e rejeição da Emenda nº 1;

- A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, após a deliberação da CDR.

Eu posso indicar um Relator ad hoc, eu próprio? (Pausa.)

Então, com a permissão de S. Exa. o Senador Mecias de Jesus, eu passarei a relatar esta matéria ad hoc.

O relatório, por favor. (Pausa.)

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, CDR, o Projeto de Lei nº 6.579, de 2019, de S. Exa. o Senador Mecias de Jesus, que altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir o Município de Pacaraima, no Estado de Roraima, na Área de Livre Comércio de Boa Vista.

O art. 1º da proposição altera a ementa da Lei nº 8.256, de 1991, para explicitar a inclusão do Município de Pacaraima na referida Área de Livre Comércio.

O art. 2º altera o art. 1º dessa lei com o mesmo objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por sua vez, o art. 3º modifica o art. 2º da Lei nº 8.256, de 1991, desmembrando o parágrafo único em dois parágrafos nos quais são definidas as superfícies territoriais integrantes da Área de Livre Comércio de Boa Vista e da Área de Livre Comércio de Bonfim.

Por fim, o art. 4º estabelece que a eventual lei decorrente da aprovação do projeto de lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor justifica a proposição argumentando que as empresas que operam comercialmente na área urbana de Pacaraima possuem, na sua maioria, inscrição estadual em Boa Vista. Com isso, essas empresas beneficiam-se dos favores fiscais da ALCBV no momento da aquisição de mercadorias, que logo são encaminhadas a Pacaraima sem a devida compensação fiscal.

Essa situação traria como resultado uma injusta distribuição do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que, quando recolhido no Posto Fiscal de Jundiá, em Roraima, favorece apenas o Tesouro municipal boa-vistense. Para corrigir o problema, seria necessário estender os incentivos fiscais concedidos pela Lei nº 8.256, de 1991, a Pacaraima, Município limítrofe do Município de Boa Vista.

A matéria foi distribuída à CDR e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última decisão terminativa.

Foi apresentado a Emenda nº 1, do Senador Chico Rodrigues, que acrescenta o Município de Cantá na Zona de Livre Comércio.

Análise.

Conforme estabelece... (Pausa.)

S. Exa. o Senador Veneziano Vital do Rêgo está online. Ele originalmente é o Relator deste projeto, apresentado por S. Exa. o Senador Mecias de Jesus. Peço a ele, então, que assuma, por gentileza, a relatoria que eu havia avocado para mim como ad hoc.

Seja muito bem-vindo, Senador Veneziano Vital do Rêgo. E a relatoria do Projeto de Lei nº 6.579, de 2019, de autoria de S. Exa., o Senador Mecias de Jesus, é de V. Exa., a quem concedo a palavra neste momento.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Boa tarde a todos os companheiros e companheiras que estejam ou na sala de reuniões da nossa Comissão ou que estejam virtualmente.

Quero saudar a todos os nossos colaboradores, servidores da nossa Comissão e pedir, se V. Exa. anuir também, tendo ouvido os demais outros integrantes da Comissão, para que eu possa acessar diretamente a leitura da análise, se assim V. Exa. permitir que eu o faça, em relação a este Projeto de Lei nº 6.579, de autoria do nobre Senador Mecias de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Por gentileza, como V. Exa. desejar, Sr. Senador.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. Por videoconferência.) – Conforme estabelece o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da matéria. Os aspectos de juridicidade, constitucionalidade e adequação orçamentária serão avaliados e analisados pela Comissão de Assuntos Econômicos, que deverá se pronunciar em decisão terminativa sobre a proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, Presidente Collor, quanto ao efeito sobre o desenvolvimento econômico e social da área beneficiada, as alterações normativas propostas teriam o poder de tornar mais justa a distribuição dos recursos arrecadados com a atividade comercial decorrente da demanda do Município de Pacaraima.

Nesse sentido, a proposição que ora debatemos tem, de fato, o mérito de corrigir distorções na distribuição dos recursos derivados da arrecadação tributária dos Municípios envolvidos. Isso permitirá que os governos locais atendam melhormente as necessidades da população e criará um ambiente mais favorável ao desenvolvimento econômico e social no Estado de Roraima.

Além da questão de justiça quanto ao aspecto distributivo, é oportuno ressaltar que a necessidade de recursos por parte de Pacaraima se torna mais aguda no cenário atual, em que a chegada de venezuelanos ao Município acaba por dar uma sobrecarga à estrutura local de serviços.

Por fim, é preciso considerar o fato de que a medida estaria restaurando incentivos que foram inicialmente conferidos ao então Distrito de Pacaraima, região fronteiriça que fazia parte do Município – a capital – de Boa Vista, quando foi publicada a Lei 8.256, do ano de 1991.

Quanto à emenda apresentada pelo nosso companheiro, o Senador Chico Rodrigues, entendemos que a adição de novos Municípios à zona de livre comércio objeto atual da análise que ora fazemos do presente projeto demandaria mais estudos, Presidente Fernando Collor, podendo ser eventualmente analisada em novo projeto de lei autônomo, portanto, motivo pelo qual peço escusas ao Senador Chico Rodrigues, mas opino, opinamos, respeitosamente, pela sua rejeição.

O voto, Presidente.

Diante do que nós expusemos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.579, de 2019, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Eis o nosso voto como pronunciei, Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Veneziano Vital do Rêgo, pela apresentação do seu relatório, que deixo no aguardo da configuração do quórum necessário para fazermos a deliberação sobre o mesmo.

E passo à leitura do item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 326, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento e dá outras providências, para instituir preferência na alocação de recursos federais para a conclusão das obras em andamento nos entes da federação.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CTFC

Observações:

- Em 21/05/2019 a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC, aprova parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1-CTFC;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Matéria constou na Pauta da 23ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, no dia 03/07/2019, tendo sido retirada para reexame pelo relator;
- Em 20/08/2021, é devolvido pelo relator, Senador Izalci Lucas, sem manifestação;
- Votação Nominal;
- Nos termos do Art. 14 do Ato da Comissão Diretora - ATC nº 8, de 2021, fica dispensado o turno suplementar na apreciação de matérias terminativas.

Como com relação ao projeto constante do item nº 1 da nossa pauta, S. Exa. o Senador Izalci Lucas pede a retirada da mesma matéria para o seu exame, o que, ato contínuo, estamos fazendo.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 3841, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, para estender, para a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com exceção do Distrito Federal, benefícios previstos para as áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Autoria: Senadora Simone Tebet (MDB/MS)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

- A matéria constou na Pauta da 04ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, no dia 16/08/2021, tendo sido retirada para reexame pelo relator;
- Em 20/08/2021, é devolvido pelo relator, Senador Izalci Lucas, sem manifestação;
- Votação Nominal;
- Nos termos do Art. 14 do Ato da Comissão Diretora - ATC nº 8, de 2021, fica dispensado o turno suplementar na apreciação de matérias terminativas.

O Senador Izalci Lucas também, do mesmo modo, como nos dois itens anteriores, pede a retirada de pauta para ser reexaminada esta matéria, o que faço em seguida.

ITEM 6
PROJETO DE LEI N° 5187, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Carlos Fávaro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
- Em 11/02/2020 a Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aprova parecer favorável ao projeto;
- Votação Nominal;
- Nos termos do Art. 14 do Ato da Comissão Diretora - ATC nº 8, de 2021, fica dispensado o turno suplementar na apreciação de matérias terminativas.

S. Exa. o Senador Carlos Fávaro informa que pede a retirada de pauta desta matéria para que seja melhor examinada, e o atendemos ato contínuo.

Antes de passarmos ao item 7, eu passo a palavra, pela ordem, a S. Exa. o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente Collor, muito obrigado pela deferência comigo e com o meu Estado de Roraima. Agradeço muito a V. Exa.

Fiz questão de vir aqui, pessoalmente, assistir a esta Comissão, tão bem presidida por V. Exa. E, como grande brasileiro que V. Exa. é, imediatamente, em deferência ao Estado de Roraima e por conhecer a realidade que vivemos, hoje, no Estado de Roraima, na ausência do Senador Veneziano Vital do Rêgo, avocou a relatoria ad hoc do projeto de lei de nossa autoria. E eu quero agradecê-lo pessoalmente por isso.

Quero também agradecer ao Senador Veneziano, que estudou o projeto, estudou a matéria e propôs um parecer com conhecimento de causa.

Hoje, Pacaraima vive uma das situações mais drásticas que já vivemos no Estado de Roraima. Cerca de 6 mil venezuelanos vivem nas ruas de Pacaraima hoje – vivem, dormem nas ruas ao relento, fazem as suas necessidades fisiológicas em plena via pública.

E, hoje, o grande comércio de Pacaraima é exatamente o que diz o nosso Projeto de Lei 6.579: as empresas que vendem em Pacaraima têm a sua inscrição na Área de Livre Comércio de Boa Vista, compram como se fossem para a Área de Livre Comércio de Boa Vista – têm, portanto, a isenção fiscal – e vendem lá no Município de Pacaraima, prejudicando, sobremaneira, os empresários locais do Município de Pacaraima. A Área de Livre Comércio de Boa Vista era anteriormente no Distrito de Pacaraima. Quando o Distrito de Pacaraima virou Município, foi transferida a área de livre comércio para o Município de Boa Vista. Nós fazemos fronteira com a Venezuela e vivemos momentos difíceis nos dias de hoje.

Esta Comissão, Comissão de Desenvolvimento Regional, através de V. Exa. que, como já disse, bem a preside, com bom senso e respeito à população brasileira e ao Estado de Roraima, aprova – espero – o relatório do nosso querido Senador Veneziano Vital do Rêgo, que, com certeza absoluta, V. Exa. submeterá, logo mais, à votação.

E eu quero aproveitar este momento para pedir a todos os Senadores desta Comissão o voto favorável ao relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Presidente Collor, uma vez mais, agradeço-lhe. Parabéns pela condução! Parabéns pelo exemplo de homem público e de conhecimento do País que V. Exa. tem!

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado também ao querido Senador Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Grato a V. Exa. Senador Mecias de Jesus, pelas suas palavras sempre generosas e atenciosas e também muito obrigado a S. Exa. o Senador Veneziano Vital do Rêgo, autor do relatório que suporta o Projeto de Lei nº 6.579, de 2019, de tamanha importância para o Estado de Roraima e particularmente para o Município de Pacaraima.

Continuando o expediente da tarde de hoje, temos o item 7.

ITEM 7
OFÍCIO "S" N° 54, DE 2017
- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827/89, art. 20, § 4º, o Relatório de Gestão, integrante do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao Exercício de 2016.

Autoria: Banco da Amazônia

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pelo conhecimento do Ofício “S” nº 54, de 2017, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente Parecer, ao arquivo.

Observações: A decisão da Comissão será comunicada ao Plenário do Senado Federal.

E, ato contínuo, concedo a palavra a S. Exa. o Senador Veneziano Vital do Rêgo para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Presidente, mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar podendo, modestamente, colaborar com a pauta desta segunda-feira, tendo recebido da Presidência a designação para leitura de praxe.

E, atendendo as exigências, que V. Exa. já mencionou, do relatório do Fundo Constitucional do Norte, eu pediria mais uma vez a sua compreensão, Presidente, até para que nós tenhamos condições de cumprir, rigorosamente, a pauta com as votações próximas e também na expectativa de que tenhamos o quórum para as apreciações anteriores, para que me dirija diretamente à análise desta matéria, no caso, deste relatório, se V. Exa. assim permitir que eu o faça.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Pois não, Senador Veneziano, como V. Exa. decidir.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. Por videoconferência.) – Obrigado, Presidente.

Conforme estabelece o art. 20 da Lei 7.827, de 1989, os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, anualmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas Superintendências Regionais de Desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as suas atividades desenvolvidas e os seus resultados.

O §4º, o qual V. Exa. já mencionou, do art. 20 determina que o relatório de que trata o caput do artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle. É, exatamente, o caso em espécie.

Assim, nos termos da legislação mencionada, compete ao Senado Federal, a esta Comissão, analisar a documentação relativa ao FNO, observando sua contribuição para a redução das desigualdades regionais no nosso País.

Os relatórios relativos aos Fundos Constitucionais de Financiamento periodicamente são enviados a esta Comissão. São documentos extensos, Sr. Presidente, que apresentam um grande conjunto de dados sobre as aplicações dos fundos em suas respectivas regiões. O Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no exercício de 2016, registra os resultados alcançados e o desempenho dos recursos do fundo durante o exercício mencionado.

O relatório é formado por 11 seções. Eu faço aqui as observações necessárias e, diminuindo um pouco a leitura, até porque a todos os Srs. e Sras. Senadoras integrantes desta Comissão é dado o acesso ao relatório, eu faço menções à aplicação dos recursos do fundo, no exercício de 2016, que foi realizada por meio de cinco programas de financiamento, Presidente Collor: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia; Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica; Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais.

Foram contratadas 19.691 operações de crédito, no valor superior a R$2,3 bilhões. As contratações mais expressivas foram dos Estados de Rondônia, depois do Estado do Pará, seguidos pelo Estado do Tocantins. As contratações no Estado de Roraima atingiram mais de R$70 milhões.

Menciono aqui as contratações pelo programa de financiamento, Programa do Fundo Constitucional da Amazônia Sustentável, cujas linhas de crédito contemplam todos os setores e empreendimentos regionais, e foi o que apresentou o melhor desempenho nas contratações realizadas no exercício de 2016.

Vou direto também a mais uma observação que friso como importante: os impactos macroeconômicos, como resultado da aplicação dos recursos do FNO. Estima-se que os efeitos multiplicadores dos financiamentos realizados poderiam incrementar em R$23 bilhões o valor bruto da produção regional e expandir o PIB da Região Norte em mais de R$11 bilhões. Além disso, os tributos a serem gerados pelos projetos financiados foram estimados em mais de R$3,2 bilhões, com a geração de, aproximadamente, 389 mil novos postos de trabalho diretos, indiretos ou induzidos no campo e nas cidades; a massa salarial, Sr. Presidente Fernando Collor, apresentou um crescimento estimado de R$2,2 bilhões.

Os resultados do fundo são avaliados utilizando-se os indicadores quantitativos e as metas de gestão de desempenho do FNO aprovados pelo Condel/Sudam com o objetivo de auxiliar no processo de tomada de decisão, bem como melhorar a qualidade das informações gerenciais.

Os resultados mostram que, no exercício de 2016, cujo relatório estamos a ler neste instante, as contratações do FNO atenderam, pelo menos parcialmente, a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudam para o período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na opinião dos auditores, as demonstrações financeiras do FNO para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 2.

A Nota Explicativa nº 2 informa que as demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da legislação societária, quando aplicáveis, da legislação federal aplicada aos fundos constitucionais.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo conselho de administração do fundo no dia 10 de fevereiro do ano de 2017.

Em suma, Presidente Fernando Collor, verifica-se que a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do Norte no exercício de 2016 está de acordo com os requisitos legais e demonstra que o fundo tem atuado de maneira relevante para o desenvolvimento e a mitigação dos problemas de sua Região de atuação. A sua contribuição para a redução das desigualdades sociais e regionais atende a um dos objetivos fundamentais da República Federativa do nosso País inscrito no inciso III do art. 3º da nossa Carta Magna.

Voto, Presidente.

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício S nº 54, de 2017, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao arquivo.

Presidente Collor, eis o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado, mais uma vez, a V. Exa. Senador Veneziano Vital do Rêgo, que tanto vem contribuindo com os trabalhos desta Comissão e apresentando sempre relatórios muito percucientes e muito dentro daquilo que todos nós esperamos de um Senador da estirpe de V. Exa.

Muito obrigado, mais uma vez.

Vamos deixar a votação do ofício e também do Projeto de Lei 6.579 para dentro de instantes, e passamos para o Item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 6, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5462/2019, que “dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados”.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Observações: Caso aprovado o Requerimento, ficará sobrestado o PL 5462/2019 até a realização da audiência pública.

Concedo a palavra a S. Exa. o Senador Jean Paul Prates para fazer o encaminhamento do seu requerimento.

Tem a palavra V. Exa. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar. Por videoconferência.) – Obrigado, Senador Presidente Collor. Agradeço pela oportunidade e o parabenizo pela sua condução à frente desta Comissão.

Aproveito para felicitar também o Relator, o Senador Veneziano, e o autor, Senador Mecias, aí presente, pela inclusão do Município de Pacaraima na área de livre comércio de Boa Vista, o que vamos votar daqui a pouco.

Trago aqui o Requerimento nº 6, de 2021, que requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 5.462, de 2019, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e a proteção da vegetação nativa e a política de desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados.

Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: representante do Ministro-Chefe da Casa Civil; representante da Câmara Temática do Meio Ambiente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste); representante do Instituto Pensar Agropecuária; representante da Rede Pouso Alto de Agroecologia; e o Sr. José Felipe Ribeiro, pesquisador da Embrapa Cerrados.

O Projeto de Lei do Senado 5.462, que se encontra em análise nesta Comissão, cria uma política de desenvolvimento sustentável do Cerrado mediante ações de proteção e utilização sustentável dos recursos ambientais. Entendemos que se trata de matéria extremamente relevante a merecer atenção e dedicação deste Colegiado.

De fato, o Cerrado é o segundo maior bioma do País e da América do Sul, ocupando cerca de 25% do Território nacional. É considerado um dos hotspots mundiais da biodiversidade, em virtude da heterogeneidade de espécies que abriga e do grau de ameaça a que está submetido. Além disso, é também conhecido como "berço das águas" ou "caixa d'água do Brasil" por conter nascentes de rios que alimentam as principais bacias hidrográficas do País, entre eles o Velho Chico, de importância inestimável para o desenvolvimento do Nordeste.

Não obstante a sua grande importância para o País, o Cerrado está sujeito a diversas ameaças, sobretudo o desmatamento e a expansão da fronteira agropecuária, cujos impactos se fazem sentir não apenas no bem-estar da população, mas também na economia.

Não podemos esquecer que o Cerrado é fundamental para a segurança hidroenergética do País e há especialistas que apontam forte correlação entre a crise atualmente vivenciada e a situação de degradação enfrentada pelo bioma. Não há mais espaço para se pensar em outra forma de presença humana na área que não uma pautada pela sustentabilidade.

Consideramos, portanto, urgente a discussão sobre a necessidade de conservação e preservação do Cerrado e a elaboração e a implementação de uma política de desenvolvimento sustentável desse bioma. Nesse contexto, propomos a realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado 5.462, de 2019, solicitando o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Uma consideração final: fica prejudicado o Requerimento nº 5, de 2021, que é de idêntico teor, desta CDR.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa. Senador Jean Paul Prates, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação do seu tão oportuno requerimento, e vamos deixar aqui, para dentro de poucos minutos, nós colocarmos à deliberação do Plenário desta Comissão.

Gostaria de informar a todos que, logo após esta reunião deliberativa, nós realizaremos uma audiência pública sobre turismo aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional. O nosso objetivo, como todos já conhecem, é contribuir, com essas discussões, para o processo legislativo.

O tema de hoje, que nós vamos tratar, será um tema muito importante, porque também controverso, polêmico: o turismo na era da economia compartilhada, oportunidades e desafios para turistas e poder público. É um tema que surge e surgiu com muita força nesse período da pandemia, e não há um consenso do trade turístico em relação a esse turismo chamado compartilhado.

Por isso, o debate de hoje será muito importante para ouvirmos pelo menos uma das partes, já que a parte do turismo compartilhado, por motivos vários e outros, não quis comparecer a esse debate. Mas é um debate de que fatalmente eles terão que participar em algum instante, em algum momento, porque é um assunto de muita importância para o futuro do nosso turismo no Brasil.

Informo também que no último dia 27, na última reunião de audiência pública que realizamos aqui na Comissão, nós destacamos o Dia Mundial do Turismo. Foi no último dia 27. E nesse último dia 27, nós entregamos, fizemos a divulgação deste livreto, O Turismo Pós-Pandemia, em que constam todas as audiências públicas que nós realizamos nesse período, tratando de como nós soerguermos o turismo nesse período pós covid-19.

Mais de 50 palestrantes fizeram-se presentes nas diversas audiências públicas, representando autoridades do Governo, autoridades da academia, autoridades políticas do Executivo e do Legislativo. E foi um êxito muito grande. Eu fico muito feliz de ter contado com a participação, sempre muito presente, sempre muito abnegada, de todos aqueles que puderam conosco participar desse projeto, sobretudo do Ministro do Turismo Gilson Machado Neto, que foi um grande entusiasta e teve uma participação muito importante ao longo de todas as audiências que nós realizamos.

Nós estamos seguindo... A essas audiências públicas sobre o turismo, nós seguimos com audiências públicas sobre desenvolvimento regional. Realizamos 11 audiências públicas sobre desenvolvimento regional, inclusive com a apresentação daqueles palestrantes que foram objeto de requerimentos apresentados por S. Exas. os Srs. Senadores e Senadoras. Então foram 11 audiências públicas tratando especificamente do desenvolvimento regional em suas diversas esferas, com suas diversas facetas. E foi também um período de muito estímulo para esse debate.

Estaremos, em breve, também, divulgando o resultado, em livro, deste ciclo de audiências públicas, que foram, como disse, 11, e, agora, nós estamos retomando o Ciclo sobre o Turismo, para complementar algumas lacunas que ficaram na discussão dessa primeira parte do debate nas audiências públicas sobre o turismo pós-pandemia. Um desses, por exemplo, é o turismo compartilhado, que é o objeto da audiência pública de hoje.

De modo que estamos continuando com o nosso trabalho e estamos procurando sempre manter todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores avisados dessas ocasiões, porque a participação de todos é muito importante. O tema desenvolvimento regional é um tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transversal. Ele não fica, especificamente, parado na observação de um determinado ponto do desenvolvimento de cada região, porque aí nós temos que integrar à questão da educação o desenvolvimento regional como um fator de diminuição das desigualdades sociais.

Então, V. Exas. podem imaginar a amplitude desse debate. Para nós conseguirmos diminuir as desigualdades sociais que tanto nos entristecem neste País, nós temos que basear a nossa discussão em termos, por exemplo, primordialmente, da questão da educação. A educação nos leva à questão – e agora muito próximos – do 5G, e isso nos leva à questão do 5G – do 4G hoje – já no próximo mês, de novembro, quando teremos o leilão da concessão. Nós teremos o acesso das nossas crianças a esse equipamento absolutamente fundamental, sobretudo no momento que estamos vivenciando, para que as nossas crianças tenham acesso a um conhecimento mínimo que lhes permita seguir nos seus estudos e chegar ao ensino técnico profissionalizante e até mesmo a um terceiro grau.

Temos também a saúde como fator de desenvolvimento regional e de diminuição da desigualdade social. Esse foi um tema que nos deixou muito mais à vontade, porque, com a implementação do SUS (Sistema Único de Saúde), esse foi um grande avanço que o Brasil deu e que permitiu hoje a mais de 100 milhões de brasileiros poderem ter acesso a um Sistema Único de Saúde que lhes proporcione o apoio necessário no momento em que dele necessitam.

Então, esse foi um tema também aqui discutido e sempre solicitando que o Governo – todos os Governos, não só esse, por ser o SUS uma política de Estado – não permita que o SUS tenha dificuldades, como teve no passado recente, em relação à sua estabilidade no sentido de, realmente, dar a medicação necessária para todos aqueles que o procuravam, e ainda procuram, nos postos de atendimento do SUS.

Também no âmbito do desenvolvimento regional, nós temos como fator da desigualdade social a questão do turismo, porque temos o turismo muito concentrado no centro-sul do País, no sul do País, e, no caso, por exemplo, do Nordeste, um pouco esquecido. Embora ultimamente tenha se recuperado, antes da pandemia o turismo do Nordeste veio dando mostras de um grande avanço, mas veio a pandemia, tivemos um problema muito sério, sobretudo no setor de serviços que o turismo traz consigo. Agora estamos percebendo que há uma maior movimentação, que está havendo uma maior curiosidade em conhecer as belezas que o Norte e o Nordeste brasileiros têm, e isso também nos tem deixado muito felizes.

Mas é para que todos entendam que o desenvolvimento regional atravessa inúmeros campos das atividades do Estado brasileiro, de qualquer Governo, e que, por isso, nós estamos nos dedicando a chamar a atenção e a fazer sempre essas audiências públicas sobre a questão, por exemplo, também da infraestrutura. A infraestrutura é fundamental para que nós reduzamos, possamos reduzir as desigualdades regionais – o investimento em infraestrutura –, principalmente na questão do saneamento, que nós temos que fazer, das vias férreas, enfim, da aviação regional, que aqui foi objeto também de uma audiência pública muito interessante, muito importante.

Alguns anos atrás ou vários anos atrás, nós tínhamos uma aviação regional pujante, uma aviação regional que atendia vários dos principais Municípios de vários dos Estados brasileiros em todas as regiões do País, e essa aviação regional foi desaparecendo, feneceu. Hoje já se fala no renascimento da aviação regional como algo factível pelos preços das aeronaves, que estão barateando, mesmo com o dólar alto, mas estão sendo barateados esses equipamentos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão sendo compartilhados com a iniciativa privada, com parcelas do Governo, enfim, isso tudo, essa parceria público-privada também na aviação regional, o que nos permite acreditar que, dentro em breve, nós possamos ter a aviação regional renascida.

Enfim, e discorrendo aqui sobre vários desses temas, apenas para justificar aos senhores como é importante a participação de todos, porque todos os senhores têm conhecimentos extremamente abrangentes e profundos sobre cada um desses temas que aqui tratamos. Então, com essa participação, isso somente engrandece as atividades da nossa Comissão, engrandece também o Senado da República e, sobretudo, a nossa população, que acompanha com muita acuidade e com uma presença muito assídua a todos esses nossos debates e a essas nossas audiências públicas, haja vista o número de internautas que enviam perguntas ao Portal e-Cidadania, enviam-nas também pelo telefone do Alô Senado, participam com suas perguntas e comentários, o que demonstra que há uma importância grande que os nossos internautas dão aos temas que aqui são abordados.

Por isso, eu gostaria de pedir, mais uma vez, às Sras. e aos Srs. Senadores, a S. Exas. que não se esquecessem de que, todas as segundas-feiras, a partir das 18h, nós temos as nossas audiências públicas ao lado das nossas audiências deliberativas, que são realizadas sempre também às segundas-feiras, às 5h da tarde, uma hora antes do início da nossa audiência pública, que deverá ter o seu começo dentro de mais alguns minutos. Eu indago à Secretaria... (Pausa.)

Bom, dito isso, vamos colocar agora em votação os dois itens.

Em primeiro lugar, gostaria de informar aos Srs. Senadores, que o item 2, que aqui foi lido, o Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2018, não terminativo, que altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos para dispor que os Municípios com população superior a 300 mil habitantes devem instalar e manter, pelo menos, uma usina de tratamento de resíduos sólidos urbanos, de autoria de S. Exa. a Senadora Rose de Freitas, cuja relatoria está entregue a S. Exa. a Senadora Eliziane Gama, foi solicitado por S. Exa. a Senadora Eliziane Gama, pela dificuldade que ela está tendo de acessar pela internet – todos nós sabemos que, hoje, a partir do meio-dia, houve uma pane geral e mundial no WhatsApp, no Facebook, no Twitter, enfim, em todos esses instrumentos de que dispomos e, até o presente momento, ninguém sabe explicar direito os motivos que levaram a esse colapso –, que, portanto, seja retirado de pauta para que, na próxima reunião, ela possa então apresentá-lo, já aqui de corpo presente.

Então, fica retirado de pauta o item 2, Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2018, que já havia sido apregoado aqui anteriormente.

Temos aqui o item 8, de autoria de S. Exa. o Senador Jean Paul Prates, e temos os itens 7 e 3.

Então, depois de apresentado o relatório por S. Exa. o Senador Veneziano Vital do Rêgo, coloco em votação o relatório de S. Exa. o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que conclui pela aprovação da matéria e pela rejeição da Emenda nº 1.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o item 7, Ofício "S" nº 54, de 2017, não terminativo, que encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827/89, art. 20, §4º, o Relatório de Gestão, integrante do Processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contas ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, também de autoria de S. Exa. o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que apresentou o seu relatório, que coloco agora em votação.

S. Exa. conclui, em seu relatório, pelo conhecimento e encaminhamento da matéria ao Arquivo.

S. Exas. as Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

E, finalmente, o item 8, Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 6, de 2021, de autoria de S. Exa. o Senador Jean Paul Prates, que apresentou o seu relatório, e, caso seja aprovado o requerimento de seu relatório, ficará sobrestado o PL nº 5.462, de 2019, até a realização da audiência pública.

Coloco em votação o relatório de S. Exa. o Senador Jean Paul Prates.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Fica sobrestado o PL 5.462/2019.

A audiência pública, para a sua instrução, será realizada no dia 25/11, Senador Jean Paul Prates, segunda-feira, às 17h, em reunião extraordinária da CDR.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN.) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Pois não, Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Por videoconferência.) – Rapidamente, Presidente, sem tomar muito tempo, mas apenas para homenageá-lo com a declaração que vou fazer aqui, porque sei da importância que o Presidente dá a esse tema também.

Eu sou Relator também de dois projetos de lei: esse do Cerrado e o da Caatinga, ambos preconizando planos de desenvolvimento sustentável para esses dois biomas. Estou tentando fazer um trabalho paralelo para dar consistência a esses dois planos, para que eles fiquem mais ou menos obedecendo a uma mesma ordem, a uma mesma metodologia.

Sei que o assunto lhe é caro. Quero aqui lembrar aos mais novos principalmente porque o Presidente Collor foi quem conseguiu colocar quase 200 Chefes de Estado no Rio de Janeiro, na ocasião da Rio-92. Portanto, o Presidente Collor, presidindo esta Comissão, também se afigura e, mais uma vez, consolida essa posição como um grande líder ambiental global.

Portanto, eu queria aqui deixar o agradecimento e a minha homenagem também de estarmos aprovando um mero requerimento, é bem verdade, mas aproveitar para dizer quão importantes são essas duas iniciativas legislativas, em que, pela primeira vez, coloco em pauta um plano de desenvolvimento sustentável para esses dois importantes biomas do Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa. Senador Jean Paul Prates, pela sua habitual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gentileza, quando o senhor se refere às questões que são tão importantes para o Brasil. Particularmente, eu lhe agradeço as menções feitas ao meu nome.

Mas, realmente, temos que nos lembrar sempre da Conferência Rio-92, que, como disse S. Exa. o Senador Jean Paul Prates, reuniu, no Rio de Janeiro, quase 200 Chefes de Estado e de Governo, em que debatemos assuntos da maior importância para a questão ambiental. Foi lá que nasceu a discussão, em primeiro lugar, sobre as mudanças climáticas. Vejam os senhores e as senhoras, Exmas. Senadoras e Senadores, senhores e senhoras que nos assistem: a quase 30 anos atrás, nós discutíamos, no Rio de Janeiro, com a presença dessa plêiade de Chefes de Estado e de Governo, assuntos da importância como mudanças climáticas e o tratado da biodiversidade, que hoje são temas tão atuais e tão recorrentes em todas as COPs que são realizadas pelo mundo.

Em todos os momentos em que discutíamos, quando alguma catástrofe acontece, ocasionada pela reação da natureza ao maltrato que nós humanos estamos dando a ela, sempre nós recorremos àquilo que foi discutido na Rio-92, entre eles, esse tema atualíssimo que é o da mudança climática.

Para que vocês tenham uma ideia, a Srta. Greta, a sueca, que hoje faz um grande proselitismo em torno da questão ambiental, não era sequer nascida, não era ainda nem projeto de nascimento; e agora ela já está discutindo questão de mudanças climáticas – ela, que acabou de fazer 18 anos. Então, é sinal de que nós estamos muito atrasados nos nossos debates e, sobretudo, atrasados nas implementações das nossas decisões. Esse que é o grande gap, essa que é a grande distância que nos separa: a distância que vai da palavra à ação. Nós precisamos, o planeta inteiro e as lideranças do planeta, tomar mais a sério este tema para que possamos salvar o nosso planeta, nós próprios e as futuras gerações. Por isso, obrigado a V. Exa. Senador Jean Paul Prates.

E faço uma correção: eu disse que a audiência pública para a instrução do requerimento de sua autoria seria no dia 25 de novembro. Não, é 25 de outubro; no próximo dia 25 de outubro, segunda-feira, às 17h, em reunião extraordinária da CDR.

Dito isso e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando que, logo mais, em seguida a esta nossa reunião, nós iniciaremos a 8ª Reunião do Ciclo de Debates sobre Turismo, com o tema "O Turismo na era da economia compartilhada: oportunidades e desafios para turistas e poder público".

Muito obrigado a V. Exas.

Muito obrigado a todos aqueles que nos acompanham pela TV Senado.

(Iniciada às 17 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 06 minutos).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Jayme Campos e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, comunica o recebimento dos seguintes expedientes: 1- Nota da Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica (RMA) sobre o PL 3729/2004 (atualmente tramitando no Senado Federal como PL 2159/2021), clamando ao Senado Federal que amadureça o importante debate sobre o licenciamento ambiental. 2 – Manifesto de diversas entidades de Minas Gerais, encabeçado pelo Movimento pelas Serras e Águas de Minas e pelo Instituto Cordilheira, requerendo um debate aprofundado sobre o PL 3729/2004 (atualmente tramitando no Senado Federal como PL 2159/2021). 3 – Correspondência da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente que encaminha sugestões de ajustes ao texto do PL 3729/2004 (atualmente tramitando no Senado Federal como PL 2159/2021). 4 – Ofício 143/2021, do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM, que encaminha proposta de alteração do texto do PL 2159/2021. 5 - Ofício 387/2021 da Federação da Agricultura do Estado do Paraná que encaminha moção de apoio à aprovação do PL 5829/2019. Nos termos do artigo 261, § 2º, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, o Presidente autoriza a anexação desses documentos pela Secretaria desta Comissão ao PL 2159/2021. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (Req 3/2021-CRA), atendendo aos requerimentos REQ 3/2021 – CRA. Autoria: desta Presidência, e PL 6417/2019. Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Finalidade: Instruir o PL 6417/2019, autoria dos Senadores Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze e Soraya Thronicke, que "altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA)". Participantes: Sibelle de Andrade Silva, Diretora do Departamento de Apoio à Inovação para Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa; Thiago Moraes, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI; Flávio Anastácio Camargo, Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes; Cláudio Vilar Furtado, Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI; e Liane Elizabeth Caldeira Lage, Diretora de Patentes, Programas de Computador e Topografia de Circuitos Integrados do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra os Senadores: Styvenson Valentim e Luis Carlos Heinze e o Presidente da Comissão Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há expediente sobre a mesa.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PL 6.417, de 2019, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim e Luis Carlos Heinze e da Senadora Soraya Thronicke, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2021, da CRA, de iniciativa desta Presidência e também Relator da matéria.

Essa audiência pública é interativa, por meio do portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800-0612211.

Recebemos também uma carta da Faep (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), que eu passo a ler:

> Produtores rurais do Paraná têm grande interesse em investir em geração de energia alternativa, especialmente a solar e bioenergética, razão pela qual esperam que o Senado Federal aprove, com urgência, o Projeto de Lei nº 5.829/2019 que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída. Além de se autoabastecerem de energia, produtores rurais terão oportunidade de uma nova fonte de renda através da rede distribuída, além de concorrerem para minorar a crise do abastecimento energético do País.
>
> Neste sentido, pedimos o empenho de Vossa Excelência e de vossos pares na Comissão de Agricultura para que o Projeto de Lei vá para a aprovação em plenário o mais rapidamente possível.
>
> Atenciosamente, Ágide Meneguette, Presidente do Sistema Faep/Senar-PR.

Eu entendo que essa é matéria da maior importância, sempre será, mas, num momento como este, em que nós estamos com falta de energia elétrica em todo o País, com essa crise hídrica, é oportuna a aprovação desse projeto.

Fica aqui o nosso também apelo ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para que coloque em votação o mais rápido possível o Projeto de Lei 5.829, de 2019.

Vamos estar em contato com o nosso Presidente e vamos pedir para que ele coloque esse projeto em votação o mais rápido possível, contribuindo não só com os nossos produtores, mas com a geração de energia elétrica brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço o envio do seu ofício. Pode contar sempre com o apoio desta Comissão. Tenho certeza de que os nossos pares, Senadores e Senadoras, também convergem com o nosso pensamento e com o pensamento da Faep. Um grande abraço a vocês.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas.

1 – Nota da Rede de Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica sobre o PL 3.729, de 2004, atualmente tramitando no Senado Federal como PL 2.159, de 2021, clamando ao Senado Federal que amadureça o importante debate sobre o licenciamento ambiental.

2 – Manifesto de diversas entidades de Minas Gerais encabeçado pelo Movimento pelas Serras e Águas de Minas e pelo Instituto Cordilheira, requerendo um debate aprofundado sobre o PL 3.729, de 2004, na Câmara, e, no Senado, 2.159, de 2021.

3 – Correspondência da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente que encaminha sugestões de ajuste ao texto do PL, agora, 2.159, de 2021.

4 – Ofício 143, de 2021, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que encaminha a proposta de alteração do texto do PL 2.159, de 2021.

Nos termos do art. 261, §2º, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, autorizo a anexação desses documentos pela Secretaria desta Comissão ao PL 2.159, de 2021.

Antes de iniciar o nosso debate, eu faço uma pequena introdução sobre o tema de hoje.

Projeto de Lei nº 6.417, de 2019, que tem como autores o Senador Styvenson Valentim, o Senador Luis Carlos Heinze e a nossa sempre Presidente desta Comissão, Senadora Soraya Thronicke. De minha autoria... Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária.

A pesquisa agropecuária, a ciência, a tecnologia e a inovação são a base do desenvolvimento da agricultura brasileira, que está entre as que mais cresceram no mundo nos últimos 50 anos.

Até meados do século passado, a agropecuária brasileira não apresentava muita inovação, prevalecia o trabalho braçal e menos de 2% das propriedades rurais contavam com máquinas agrícolas.

A fase de modernização da agropecuária brasileira iniciou-se entre 1960 e 1970 e caracterizou-se por significativos investimentos públicos em pesquisa agrícola utilizados em boa medida para capacitar pesquisadores no exterior e construir modernos centros de pesquisas dotados de laboratórios bem equipados.

Esse esforço resultou na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), lá em 1973.

Com o tempo, a Embrapa estabeleceu unidades de pesquisa em diferentes regiões do País, trabalhando com variadas culturas das principais regiões agrícolas brasileiras.

Mas a Embrapa não trabalha sozinha. A pesquisa agropecuária também se desenvolveu nas universidades públicas e privadas, nas empresas estaduais de pesquisa e extensão rural e também nas empresas privadas que atuam no setor, sempre contando com a participação dos principais interessados, os agricultores, os produtores rurais.

Como consequência desses investimentos, tecnologias apropriadas para a realidade brasileira foram desenvolvidas, particularmente adaptadas para as condições tropicais. O desenvolvimento da soja tropical, hoje viável para ser cultivada em todo o Território nacional, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um bom exemplo desses avanços que fizeram a produção de alimentos crescer, tornando a comida mais barata, contribuindo, assim, para a segurança alimentar do Brasil.

É notória a proeza que o Brasil realizou no correr do último meio século como resultado de melhorias tecnológicas nos processos produtivos. Há décadas o agronegócio é superavitário em suas trocas com o exterior, mesmo quando os demais setores da economia apresentam déficits. No entanto, o mesmo avanço tecnológico e institucional não tem ocorrido com a mesma velocidade na gestão e na governança do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária, que apresenta fragilidades no modelo de participação das entidades, o que tem dificultado seu desenvolvimento de forma plena, integrada e coordenada.

Portanto, foi com o objetivo de modernizar o sistema de gestão e governança do SNPA que foram desenvolvidos estudos iniciais pela Embrapa e pelo Conselho Nacional do Sistema de Pesquisas Agropecuárias, em 2016, com o objetivo de modernizar o modelo de governança do SNPA, à luz dos atuais e futuros desafios da agropecuária, promovendo maior interação entre as instituições de pesquisa e desenvolvimento voltadas para o setor.

O presente projeto de lei, que é o tema desta audiência pública, o PL 6.417, foi apresentado em 2019 pelos Senadores Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze e a Senadora Soraya Thronicke. Ele é resultado das contribuições iniciadas em 2016 pelas instituições que compõem esse sistema e também de diversas audiências públicas e reuniões de trabalho realizadas no âmbito da Comissão de Agricultura no Senado com representantes de mais de 20 instituições, reunindo um farto material sobre o tema.

Tive a honra de ser designado Relator da matéria, mas, por conta da pandemia, não avançamos muito na sua tramitação, sendo que esta audiência pública é o nosso ponto de partida para retomar e ampliar a discussão, elaborar o relatório e apresentá-lo para a aprovação nesta Comissão e, na sequência, no Plenário do Senado Federal.

Em linhas gerais, o PL 6.417 propõe a criação de um amplo sistema de informações sobre pesquisa agropecuária. Essa rede digital seria abastecida por universidades, públicas ou privadas, instituições públicas e empresas privadas de pesquisa agropecuária, além de organizações de trabalhadores rurais. A proposta visa permitir a implementação de arranjos organizacionais e estruturais inovadores e ousados que promovam integração e capilaridade para a promoção de ciclos virtuosos da pesquisa agropecuária, com disseminação mais ampla e efetiva de conhecimentos e tecnologias em benefício dos atores da cadeia produtiva agropecuária nas diversas regiões brasileiras.

Em síntese, a proposta pretende facilitar o acesso a informações oficiais, melhorando o processo de tomada de decisão sobre investimentos e adoção das inovações; gerar maior articulação interinstitucional no sistema de ciência, tecnologia e inovação para a agropecuária, resultando em processos de geração e difusão de inovação e de dados estatísticos, geoinformação mais eficiente e com menores custos, atendendo de forma mais efetiva as demandas reais dos nossos produtores; propiciar maior visibilidade da sociedade, incluindo logicamente os produtores rurais, sobre a produção de informação e, portanto, maior controle sobre os recursos públicos nela investidos.

Esses são apenas alguns aspectos que já estão presentes no PL 6.417. Portanto, para que a gente possa avançar e conseguir elaborar um parecer abarcando as contribuições dos principais atores envolvidos é que estamos promovendo esta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos agora às contribuições dos nossos convidados.

Antes de iniciar os debates, tenho o prazer de passar a palavra a um dos autores desse PL, o Senador Styvenson Valentim. V. Exa. tem a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia a todos participantes, Senadoras, Senadores, palestrantes.

Eu tenho a honra de dividir esse PL junto com o Senador Heinze e a ilustríssima Senadora Soraya Thronicke. Os dois pertencem aí ao Sul do País, Sudeste do País, centro do País, o qual é o maior celeiro que salvou o nosso País. E hoje a população, hoje o País tem a noção, Senador, Sr. Presidente, Relator – eu tenho certeza de que o senhor vai dar uma relatoria espetacular –, de algo, como eu já venho dizendo, que salvou o nosso País durante uma crise de pandemia, e que vem salvando ainda mais.

Então, eu estou juntamente com dois outros Senadores que vêm do agro, conhecem bem. O meu Estado não é essa potência no agro ainda, mas eu espero um dia que a gente tenha essa disponibilidade quando aqui chegar a água – água abundante para que se possam ocupar muitos espaços hoje do Semiárido nordestino.

Quero dizer para o senhor que o agro, que é o nosso maior ponto de economia, que alavanca a nossa economia junto com a tecnologia, e disso eu gosto...

Ouvi vários especialistas para que a gente pudesse realizar, trazer essa oferta de PL para esse setor, para que a gente possa inovar, melhorar, tornar eficiente o que já é bom.

Então, vou assistir a todos os palestrantes com toda a atenção, porque é um tema que me interessa, é um tema que hoje deve interessar a todo do nosso País: tecnologia, agricultura, educação, alimentação saudável, todos esses temas abordados num só PL.

E quero dizer que estamos felizes por ser o senhor o Relator desse projeto e por estar presidindo esta sessão hoje.

Muito obrigado e parabéns aos outros dois Senadores que pensaram igual a mim!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua participação e, mais uma vez, o parabenizo pela iniciativa de apresentar esse projeto tão importante para o nosso País. V. Exa. teve a iniciativa e foi apoiado pelo Senador Luis Heinze e pela Senadora Soraya Thronicke.

Passamos, agora, aos nossos convidados. Nós vamos fazer uma primeira rodada iniciando com a Sibelle de Andrade Silva; na sequência, com o Thiago Moraes; na sequência, Flávio Anastácio Camargo; na sequência, Cláudio Vilar Furtado e Liane Elizabeth Caldeira Lage. Depois, nós inverteremos a ordem: quem falar primeiro agora falará por último na segunda rodada.

Então, passo agora a palavra, já agradecendo a sua presença, a sua participação, à Sibelle de Andrade Silva, Diretora do Departamento de Apoio à Inovação para Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. V. Sa. tem 20 minutos e, se precisar de um tempo maior, é claro que nós daremos com o maior prazer. V. Sa. tem a palavra.

A SRA. SIBELLE DE ANDRADE SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia!

Agradeço, Senador Acir, a oportunidade de lhes falar aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para já parabenizar e cumprimentar também o Senador Styvenson, o Senador Luis Carlos Heinze e a Senadora Soraya pela propositora do projeto de lei e cumprimentar os nossos colegas convidados, que sei que promoverão um debate da mais alta relevância aqui, hoje: o Sr. Thiago Morais, o Sr. Flávio Anastácio Camargo, o Sr. Cláudio Vilar Furtado e a Sra. Liane Elizabeth Lage, do Inpi.

Bom, pessoal, a gente tem, nas palavras do nosso Presidente da CRA, clara a relevância da agropecuária, da ciência e da tecnologia e da inovação. Então, esse projeto de lei aborda um tema da mais alta importância para o cenário brasileiro e só o fato de esse PL provocar essa discussão, a discussão da reestruturação do nosso SNPA e provocar muitas outras discussões que seguirão já é um mérito inequívoco.

Aqui no Ministério da Agricultura, nós acreditamos que o SNPA e suas entidades trouxeram, como já muito relatado, inúmeros avanços para o nosso agronegócio nacional. Não por acaso, a gente partiu de uma nação importadora de alimentos para um Brasil que hoje é um dos principais produtores e exportadores do agro para todo o mundo. E as entidades que compõem o SNPA, principalmente a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que é uma empresa pública vinculada ao nosso Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi e é fundamental para essa contínua revolução do que a gente chama de agricultura tropical.

A nossa agropecuária é, sim, baseada em ciência, em tecnologia, em inovação. Nós somos, como a nossa ministra afirma, uma potência agroambiental que é sustentável e inovadora. E só é possível nós afirmarmos isso hoje em razão de muita pesquisa, muito desenvolvimento e, acima de tudo, em razão da inovação.

Todos esses temas, senhoras e senhores, são temas vivos, em contínuo aprimoramento. Nenhuma rede, nenhum sistema é estático, ele deve compreender uma evolução constante. E, por isso, sempre que possível, colocando todos os atores na mesa, é mais que relevante debater o assunto para que todas as redes que a compõem enquanto SNPA, possam, de fato, seguir nesse caminho crescente de melhoria e de aperfeiçoamento. E concordamos de pleno que, sim, o SNPA precisa ser revisitado, reestruturado e fortalecido.

E, mais do que isso, precisamos de uma discussão ainda mais ampla do que esta que aqui hoje ocorre sobre essas funções do novo sistema nacional de pesquisa, desenvolvimento e inovação agropecuária, incluindo aí suas instituições, todas elas sem exceção, incluindo o próprio setor privado, para que a gente possa também aproveitar as oportunidades do já não tão novo, mas do novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, a nossa Lei 13.243, de 2016, regulamentada pelo Decreto 9.283, de 2018.

Com isso, fica evidente a necessidade dessas inovações institucionais de plataformas eletrônicas digitais, mas também de inovações organizacionais no nosso SNPA, principalmente para atender à demanda do produtor, da sociedade e para manter uma conexão com as diretrizes de inovação agropecuária com que o nosso Ministério da Agricultura aqui também trabalha.

E é importante levar ao conhecimento dos senhores também que essas diretrizes de inovação para o desenvolvimento, para a pesquisa agropecuária, sobre as quais eu vou comentar na sequência, estão materializadas, formalizadas na Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil, que é relativa ao período de 2020 a 2031, consubstanciada naquele Decreto 10.531, de 2020. E, dentro desse decreto, falando em termos de diretrizes de inovação, já que estamos aqui falando do nosso SNPA, nós temos um item que trata do desafio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de aumentar a produtividade da economia brasileira, que é o item 1.3.2, que aborda esse tema, que aborda as diretrizes para a inovação agropecuária. Eu tomo a liberdade aqui com os senhores de ler o que consta desse item do decreto da nossa Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no tocante ao agro. Nesse item, nós observamos que:

> Para a ampliação dos esforços em educação, ciência, tecnologia e inovação, as orientações são:
> [...]
> - posicionar o [nosso] agronegócio brasileiro como referência na promoção de saúde e qualidade de vida para a sociedade mundial, por meio da produção eficiente e da entrega efetiva de produtos, serviços, processos e de seus derivados, com base em [vejam] sustentabilidade, bioeconomia, agricultura digital, inovação aberta e sistemas alimentares contemporâneos;

Além disso, senhoras e senhores, além desse decreto que indica essas diretrizes para o desenvolvimento econômico com foco no agro, nós temos também uma recém-publicada Estratégia Nacional de Inovação (ENI). Nessa estratégia, a gente tem inúmeras orientações também alocadas pelo nosso Ministério da Agricultura, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações bem como com o Ministério das Comunicações e vários outros atores, só para mencionar alguns.

E nós sabemos também, pessoal, que, em se tratando de inovação, de pesquisa e desenvolvimento, especialmente da vertente inovação, o nosso ministério completou aí nesse exercício 161 anos de existência. E as áreas que levam inovação no nome, embora já existisse inovação no DNA de todas essas áreas, têm entre dois e três anos de existência. Então, vejam, temos diretrizes recentes, mas temos também arranjos e articulações que continuamente se atualizam. Isso não é diferente no Ministério da Agricultura e certamente não vai ser no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

Eu não preciso discorrer aqui, o nosso Presidente da CNA falou muito bem a respeito do contexto: a nossa agropecuária é uma das mais importantes atividades econômicas do País, colocando-se lado a lado de várias outras também relevantes que envolvem temas absolutamente transversais: produção, logística, distribuição, abastecimento, comércio, cooperação internacional, que é muito relevante, informação e conhecimento, que precisam, sim, ter um efeito muito mais dinâmico, dada toda a revolução e evolução que a gente tem, especialmente das ciências digitais.

Diante disso, a modernização do SNPA se torna essencial, não apenas no contexto do agro, mas para o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. E, a respeito dessas diretrizes que podem nortear o próprio SNPA e já norteiam a ciência, desenvolvimento, pesquisa e inovação para o agro, a gente tem no Ministério da Agricultura a definição de grandes verticais para a inovação, e essas verticais podem ser elementos, porque elas já estão explícitas no decreto da estratégia federal, já estão explícitas em alinhamento com a Estratégia Nacional de Inovação, e vão poder conferir um novo dinamismo ao ecossistema do SNPA.

E, para que as senhoras e os senhores conheçam essas cinco grandes diretrizes que estão espelhadas no decreto, como eu mencionei, eu vou elencar alguns exemplos sobre cada uma delas, para mostrar o quanto elas vão ter que estar presentes no SNPA e o quanto o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Agricultura pode ter um papel preponderante de governança, de agente instituidor, de agente facilitador desse processo de evolução do nosso SNPA.

A primeira vertical, a primeira diretriz, é a sustentabilidade com competitividade, com uso responsável de todos os recursos naturais. Como a gente sempre fala aqui, somos, sim, uma potência agroambiental sustentável e inovadora. Nós temos aqui o conhecido plano para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura, o nosso conhecido Plano ABC. E o Plano ABC já contribuiu com mais de 150 milhões de toneladas de CO_2 equivalentes no período de 2010 a 2018, indicando que essa mitigação corresponde ao atingimento das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa já acordadas internacionalmente pelo nosso País. Temos o cumprimento dessas metas. E mais: neste ano o ministério atuou no lançamento do Plano ABC+, que vai nos permitir ir muito além. Então, esse é o primeiro tema, a primeira vertical, que é a sustentabilidade no agro.

O segundo tema é um tema profundamente conectado com o SNPA, que é a inovação aberta, a partir da qual a agropecuária pode crescer ainda mais por meio de parcerias estratégicas concretas que são nacionais e também internacionais.

Um exemplo concreto aqui, senhores, é que o ministério acompanha de perto o crescimento das *startups* do agro, as empresas nascentes da agricultura que a gente chama aqui de *agritechs*. E também acompanhamos e promovemos a aproximação dessas *agritechs* com a realidade rural, com o produtor rural.

No último Radar Agtech 2020/2021, que é esse censo que é realizado em parceria com a Embrapa e com vários atores, inclusive do setor privado, nós identificamos que, mesmo durante a pandemia, houve a criação de uma nova *startup* do agro por dia. E, nesse contexto, acompanhamos aqui todos os dias, rotineiramente, diversos ambientes regionais de inovação, inclusive no Nordeste – o Senador Styvenson mencionou a questão do Rio Grande do Norte –, e queremos acompanhar não apenas lá, como em todo o Nordeste essa evolução e em todo o País, de norte a sul, para promover exatamente um trabalho em rede para democratizar o acesso à inovação. Diferentes regiões, sabemos, estão em diferentes níveis de maturidade, mas todas elas precisam de inovação, e a efervescência da inovação no nosso agro é motivo de orgulho e a certeza de que a gente vai ter impactos ainda mais positivos num breve futuro.

Quando eu falo aqui de inovação, eu não me refiro apenas àquelas questões na fronteira do conhecimento, são também pequenas melhorias, acesso a tecnologias relativamente simples, mas que podem transformar a realidade do produtor rural, que leva informação útil, que pode se converter em renda ao produtor, que é, sim, apoiado por cooperativas, associações e diversos outros atores que precisam também se inserir não apenas no SNPA, mas nas redes que nós temos estabelecido. Então, esse tema da inovação aberta, construir em conjunto, sem privilégio de A, B ou C, mas construir em conjunto é um tema prioritário para o agro como segunda grande vertical aqui no nosso Ministério da Agricultura.

Por fim, temos o terceiro tópico, a terceira vertical de cinco, que é a bioeconomia. A bieconomia é calcada, no caso do agro, na nossa já robusta agricultura de base biológica. No ano passado, em 2020, nós tivemos um recorde de produtos fitossanitários sustentáveis registrados, entre os quais muitos são bioinsumos, que são aqueles considerados de baixo impacto. E, com isso, atualmente, a gente já tem mais de 400 produtos biológicos de baixo impacto disponíveis para os agricultores. E esse avanço só foi possível por conta de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programa conduzido, lançado aqui pelo nosso Ministério da Agricultura, por meio da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação, que é o Programa Nacional de Bioinsumos, que alavanca essas iniciativas de inovação e de desenvolvimento de novos insumos de base biológica. E, nesse contexto de bioinsumos, uma das inovações mais relevantes na história dos investimentos no agro nacional é a tecnologia que a gente chama de fixação biológica de nitrogênio, muito conhecida, mas eu preciso mencioná-la nesse importante contexto.

Essa tecnologia tem um impacto econômico que é crescente. No ano passado, por exemplo, a estimativa ficou que a fixação biológica de nitrogênio proporcionou uma economia que alcançou praticamente US$14 bilhões ao País. Além desse ganho econômico direto em 2020, a tecnologia também permitiu a redução na emissão de gases de efeito estufa, na emissão de CO_2. É uma bioinovação que gera impactos, gera ganhos e gera sustentabilidade, além de ter esse impacto positivo permanente para o planeta, para o nosso clima.

Então, a bioeconomia agropecuária tem nos bioinsumos um dos seus principais *locus,* mas vai muito além, vai na questão da agricultura de base biológica, uso de inoculantes e novos produtos absolutamente sustentáveis, em conexão com o primeiro dos cinco eixos, como eu coloquei.

E o quarto pilar, a quarta grande vertical é a área de *foodtech*, a área dos sistemas alimentares contemporâneos, que inclui aqui agregação de valor nas cadeias produtivas e é onde se centra uma das próximas fronteiras na área de tecnologia de alimentos, tanto as tecnologias de ponta, a colocação de uma fermentação de precisão, de agricultura de precisão no contexto das cadeias agroalimentares, como também mecanismos de tangibilizar os aspectos de sustentabilidade em selos, em marcas que possam ser colocadas para o consumidor, revisitadas por todo consumidor, e também incluindo tecnologias de *foodtech* que possam também ser objeto de exportação.

Temos aqui as questões inerentes à rastreabilidade: o consumidor que cada vez mais quer saber a origem e exige a origem sustentável dos seus produtos. Aqui a gente tem oportunidade para encurtamento de cadeias agroalimentares, inovações em logística, criação de novas formas de agregação de valor, inclusive oportunizando, como eu mencionei, novos mercados para exportação. Então, a evolução nas cadeias agroalimentares, a discussão sobre proteínas alternativas se concentra nessa quarta vertical e é um dos temas nos quais a gente também atua.

E o quinto pilar, senhoras e senhores, a quinta vertical não está por último por ser menos importante, porque ela permeia todos os demais e sustenta o futuro da tecnologia agropecuária. Esse quinto pilar é a agricultura digital. A digitalização dos serviços e o seu uso para o desenvolvimento de novos produtos estão contidos nesse eixo. O Brasil, dentro desse contexto, além da agricultura digital, dos sensores de ponta, vem também adotando estratégias ousadas para incrementar a conectividade rural, que possui uma lacuna muito conhecida: a gente sabe que quase 70% do campo têm deficiências de conectividade. Precisamos, como agro, também atuar nisso para termos a infovia por meio da qual vai circular a inovação.

Estamos aqui construindo programas, como o Comunidades Rurais Conectadas, conectando aí assentamentos, agrovilas. Estamos também trabalhando num programa chamado AgroNordeste digital, para levar as verticais de inovação e conectividade para toda a região no contexto do Plano de Ação para o Nordeste, o AgroNordeste, e queremos, assim, levar aos produtores – pequenos, médios e grandes – conhecimento, oportunidade do uso de dispositivos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sensores que permitam, acima de tudo, um controle em tempo real da produção, que permitam também a inclusão digital para o agro, com o acesso a, por exemplo, cursos a distância que possam promover uma assistência técnica para o pequeno produtor, para o médio e para o grande em tempo real, e que essa conectividade no contexto da agricultura digital seja um meio, um mecanismo para o avanço da inovação e, além das inovações em agricultura digital de ponta, possam elas também ser mais disseminadas, ser mais conhecidas, ser democratizadas. A digitalização do campo, senhores, a agricultura digital encurta distâncias. Ela pode fixar o jovem no meio rural, fazer com que ele inove no meio rural e promover, acima de tudo, a melhoria da qualidade de vida para o nosso produtor.

Então, pessoal, a gente tem esses cinco eixos para que vocês conheçam um pouco das ações do ministério. São cinco eixos claros, diretrizes inequívocas para a inovação agropecuária, que estão formalizadas nos documentos do Governo Federal, como eu mencionei: a sustentabilidade, a inovação aberta, a bioeconomia agropecuária, o *foodtech* e a agricultura digital. E eu digo isso, eu coloco essas cinco diretrizes aos senhores e senhoras para mostrar que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pode em muito e deve contribuir para a governança, para a instituição, para a estruturação e, acima de tudo, para a evolução do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, para que ele chegue, de fato, a um sistema nacional de pesquisa, inovação e desenvolvimento para a agropecuária.

O sistema de informação, a plataforma digital que está sendo proposta por meio desse projeto de lei será certamente uma ferramenta inovadora, sem dúvidas, e é um mecanismo, um meio para o fim maior que é a inovação, que é, digamos, o fortalecimento de toda a rede, com governança junto a todos os atores, promovendo uma ampla participação de todos os entes, universidades, institutos federais, Oepas, Embrapa, todas as instituições de ciência, tecnologia e inovação, empresas privadas, onde o ministério pode atuar nessa coordenação, nessa governança, colocando todos em pé de igualdade de contribuição, como é o nosso agro, absolutamente um multiverso de instituições que contribuem em prol da inovação agropecuária.

Então, eu parabenizo os Srs. Senadores pela propositura do projeto de lei, pela autoria de um tema que é da mais alta relevância para o agro, é sempre bom frisar. Contem conosco no Ministério da Agricultura para a implementação, para a instituição do SNPA – temos uma área aqui apta a contribuir – e que a gente possa fazer com que o nosso agro não apenas se firme, mas seja cada vez mais inovador, sustentável, para que a gente tenha, aqui no Brasil, essa potência agroambiental inovadora com muita sustentabilidade.

Agradeço muito a atenção de todos e fico aqui à disposição para os nossos debates.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Sibelle, pela sua participação. Meus cumprimentos pelo trabalho do Ministério da Agricultura.

Transmita um abraço à nossa Ministra Tereza Cristina, que faz um trabalho importantíssimo em prol do agronegócio brasileiro, cuidando dos pequenos, médios e grandes – todos são importantes. A agricultura familiar tem uma importância enorme para o nosso País. Eu acompanho o Ministério da Agricultura e sei da preocupação da Ministra e de todos os técnicos com a agricultura familiar.

Dando sequência, passo a palavra ao Thiago Moraes, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. tem 20 minutos para fazer as suas colocações, mais uma vez agradecendo a sua presença conosco.

O SR. THIAGO MORAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todos.

Primeiramente, eu que agradeço o convite da Comissão para poder participar.

Cumprimento o Senador Acir, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Senadores e demais colegas desta audiência pública.

Bom, eu tenho uma apresentação aqui. Deixe-me ver se consigo carregar. Só um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Já está autorizado.

O SR. THIAGO MORAES – Está aparecendo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Positivo.

O SR. THIAGO MORAES – O.k.

Bom, eu vou falar um pouco das ações que o MCTI tem desenvolvido para promover pesquisa, desenvolvimento e inovação em agropecuária sustentável e como, de certa forma, existe uma governança que conversa muito bem com o PL que a gente está discutindo aqui hoje.

Só para conhecimento, essa aqui é a estrutura hoje do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

O ministério possui 4 secretarias finalísticas: a gente tem a Secretaria de Articulação e Promoção da Ciência; a Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos, que cuida da questão de novos modelos de financiamento para ciência e tecnologia; a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação, que cuida mais da parte final do desenvolvimento e inovação de uma tecnologia, tem mais essa interlocução com o setor privado; e temos a Secretaria de Pesquisa e Formação Científica, à qual estou vinculado, que é a secretaria que cuida mais da questão de P&D, da *hard science*, digamos assim.

A secretaria é dividida em duas diretorias. A gente tem a Diretoria de Ciências da Vida e Desenvolvimento Humano e Social, à qual é vinculada a Coordenação de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias. E, além dessa, que é a coordenação de que eu estou à frente no momento, esse departamento tem a Coordenação de Bioeconomia; a Coordenação de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e a Coordenação de Infraestrutura e Formação em Pesquisa. Na outra diretoria, de Ciências da Natureza, nós temos a Coordenação de Biodiversidade; de Clima e Sustentabilidade; e de Oceanos, Antártica e Geociências.

Como já mencionei anteriormente, a Sepef atua no planejamento e articulação de políticas voltadas para a formação de recursos humanos, infraestrutura de pesquisa no País e promoção da pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas.

Só a título de ilustração, estes são alguns dos projetos que são tocados pela secretaria. Aqui a gente tem a Rede Vírus MCTI, que tem atuado no combate à covid-19 e atuado no desenvolvimento de vacinas e em uma série de iniciativas para o tratamento da covid; a gente tem a Iniciativa Brasil-Biotech, que tem muita aderência com o tema da agropecuária – a gente tem feito essa aproximação com o MAPA nesse tema, a Sibelle tem acompanhado as discussões junto com a gente. Enfim, há uma série de iniciativas, de conservação da biodiversidade, do clima, e temos a Coordenação de Bioeconomia, que também tem muita interlocução com o MAPA em diversas iniciativas, mostrando como a gente já vem trabalhando juntos e propondo iniciativas na área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é só para mostrar uma contextualização mais geral de como ocorre o ciclo de planejamento em ciência e tecnologia. A gente tem a Política Nacional de Ciência e Tecnologia, que é o documento que apresenta os principais desafios e diretrizes que norteiam as atividades da área. A partir dessa Política Nacional de C&T, é elaborada a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, que é o documento que aponta as áreas estratégicas para atender os desafios e diretrizes apontados lá atrás, na Política Nacional de Ciência e Tecnologia. E, derivados da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, nós temos os planos setoriais. Nesses planos setoriais a gente entra na especificidade de cada tema, o que o Ministério e seus parceiros entendem ser prioritário para cada tema específico apontado na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia.

Aqui é o histórico da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia. Nós tivemos primeiro o Pacti de 2007 a 2010, que se transformou na Encti de 2012 a 2015 e, depois, na Encti de 2016 a 2022, que se encerra no ano que vem, quando será preciso fazer uma atualização.

As dimensões da Encti. Como já foi mencionado pela Sibelle, tanto no agro como em outras áreas da ciência e tecnologia, a Encti aborda principalmente três aspectos – o aspecto social, o aspecto econômico e o aspecto científico e tecnológico – e como esses três eixos centrais se articulam com a promoção do desenvolvimento do País.

Os principais desafios apontados na Encti de 2016 a 2022 são: posicionar o Brasil entre os países com maior desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação; aprimorar as condições institucionais para elevar a produtividade a partir da inovação; reduzir assimetrias regionais na produção e no acesso à ciência e tecnologia; fortalecer as bases para a promoção e o desenvolvimento sustentável; e desenvolver soluções inovadoras para a inclusão produtiva e social.

Isso aqui é um retrato simplificado do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A gente vê que, apesar de ser um retrato simplificado, é um sistema complexo. A gente tem várias camadas e vários atores atuando ao mesmo tempo. E o grande desafio nosso – e acho que o PL contribui muito com isso – é organizar esse sistema e colocá-lo para trabalhar conjuntamente.

Aqui a gente tem o Poder Executivo... Na primeira faixa, a gente tem os atores políticos, que são divididos entre Poder Executivo, Legislativo e sociedade. Aqui a gente tem o ministério, agências reguladoras, outros ministérios, secretarias estaduais e municipais de ciência e tecnologia. No Poder Legislativo a gente tem o Congresso Nacional e as assembleias estaduais atuando no sistema também. E a sociedade é representada pela sociedade científica, bem como pelo setor empresarial.

Aqui na faixa do meio a gente tem as agências de fomento, CNPq, Capes, Finep, BNDES e as FAPs, que atuam no fomento desse sistema.

E na base a gente tem as instituições que executam os projetos de pesquisa e que, na verdade, são os executores da política de ciência e tecnologia, que são as universidades, os institutos de pesquisa, as incubadoras de empresas, os ICTs, as empresas inovadoras e os demais entes. Então, o grande desafio nosso aqui, bem como no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, é organizar esse sistema para que a gente consiga trabalhar conjuntamente e harmoniosamente, para evitar sobreposição de ações, e consiga acelerar o processo de desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu já mencionei anteriormente, estes são os pilares fundamentais da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Um dos principais é a ampliação do financiamento para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação. E, entre as prioridades, está a recuperação da capacidade de financiamento do FNDCT, cujo descontingenciamento a gente conseguiu este ano, graças aí ao trabalho do Congresso Nacional. Voltamos a operar o FNDCT este ano. Tivemos agora, no mês passado... Desde 2013 a gente não tinha reuniões do FNDCT. No mês passado a gente começou a ter as reuniões do FNDCT, a execução dos fundos verticais. A Sibelle acompanhou a reunião do CT-Agro. Já começamos a financiar projetos no âmbito do CT-Agro, e isso foi um avanço imenso que a gente conseguiu para o nosso sistema. Creio que a gente vai conseguir recuperar aí o atraso que a gente teve nos anos anteriores, em que o FNDCT ficou contingenciado, e alavancar o desenvolvimento do País.

Entre os pilares também, a gente tem a promoção da pesquisa científica e tecnológica; a modernização e a ampliação da infraestrutura de C&T; e a promoção da inovação tecnológica nas empresas, que é fundamental. A inovação só vai acontecer quando a gente tiver participação do setor empresarial, que é quem transforma o conhecimento gerado nas universidades em C&T em produto. Então, a gente precisa ter esses atores muito próximos ao sistema de pesquisa e inovação. É um desafio para o País.

A Sibelle já mencionou – e eu não preciso aqui ficar chovendo no molhado – a importância do agro para o País, a importância do agro para a economia do País, mas a gente tem um certo problema porque, apesar de toda essa pujança do agro no nosso País, a gente tem uma grande dependência de tecnologias externas, o que é um problema. Existe um paralelo muito grande entre o agro e a saúde nessa questão de dependência de tecnologia externa. Mas a gente tem conhecimento no País, a gente tem tecnologia para conseguir diminuir essa dependência externa. E acho que o grande desafio de um dos pilares, um dos principais desafios para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária é justamente este: diminuir a dependência do País em tecnologia, por exemplo, com fertilizantes e sementes, que são a base do agro. Então, a gente tem um grande desafio pela frente nesse sentido.

E aqui, entrando um pouco mais na questão da agropecuária sustentável, como eu mencionei, a Encti se desdobra em um plano de ação de ciência e tecnologia para agropecuária sustentável. Esse plano foi construído em 2016, conjuntamente, por MCTI e MAPA, e definiu quatro áreas prioritárias: fortalecimento da competitividade da agropecuária nacional, que, como eu mencionei, é a gente trazer a inovação, diminuir a dependência externa de novas tecnologias; promoção em agropecuária sustentável – a Sibelle já citou vários exemplos aí, como a questão dos insumos, por exemplo –; a formação, a recuperação e a renovação de áreas de pastagens e áreas degradadas, pois a gente tem, no País, uma imensa área de pastagem que está degradada, e a gente pode aplicar tecnologia, a gente pode aplicar ciência e tecnologia nessas áreas, recuperá-las e colocá-las para produção agropecuária novamente; e a questão dos insumos agropecuários, porque a gente tem uma dependência externa impressionante na área de fertilizantes e precisa trabalhar para diminuir essa dependência.

Como eu acabei mencionando, já ao longo da apresentação, qual é a problematização do sistema hoje? A gente tem um forte contingenciamento dos recursos de CT&I nos últimos anos, que já foi superado com a questão do descontingenciamento do FNDCT. Grande parte do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamado *boom* científico dos últimos anos ainda não se converteu em inovações e tecnologias para o País, e aí um dos grandes desafios nossos é transformar esse conhecimento gerado nas universidades em produtos. Para isso, a gente precisa trabalhar numa coordenação entre os setores públicos e privados. Aumentar o dispêndio privado em P&D é um grande desafio no nosso País também. Hoje, a grande maioria do investimento em ciência e tecnologia no Brasil é feito pelo Governo, seja ele federal ou estadual ou municipal. Por isso eu mencionei lá atrás que a gente tem uma secretaria de estruturas financeiras, que está trabalhando justamente nesse sentido de criar ferramentas de financiamento em ciência e tecnologia para atrair esse investimento privado em P&D. E como eu disse, o setor produtivo nosso ainda é pouco inovativo na área e acaba utilizando tecnologia desenvolvida em outros países. A gente precisa aumentar essa inserção de tecnologias desenvolvidas no País para o setor.

Aí os desafios da Encti, como eu já mencionei também: aumentar o dispêndio público e privado para C&T; acelerar a transformação do conhecimento gerado para a sociedade e a aproximação dos setores públicos e privados.

Essa aqui é uma mandala que traz um desenho gráfico daquilo que eu já contei lá atrás com relação ao pacto de agropecuária sustentável. A gente tem quatro eixos principais em que o Ministério tem atuado, que são a questão dos insumos agropecuários, a agropecuária competitiva, a agropecuária sustentável e a recuperação de área de pastagens.

Só a título de exemplo, no ano passado – no ano passado não, desculpem-me, foi em 2019 –, a gente lançou uma chamada pública, via CNPq, na área de biotecnologia agropecuária, que era justamente para o desenvolvimento de cultivares nacionais, o desenvolvimento de tecnologias nacionais para diminuir a nossa dependência nessa área.

Algumas outras ações em que o Ministério tem trabalhado e já conseguimos: o descontingenciamento do FNDCT; a Iniciativa Brasil-Biotec, que tem muita ação em agro. A gente tem muito produto, na área de agropecuária, que foi desenvolvido a partir de outras iniciativas que o MCTI apoiou anteriormente, como a Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio), a Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Bionorte), a SulBiotec e a Pró-Centro-Oeste. São quatro grandes redes de biotecnologia que o Ministério fomentou ao longo do tempo, que desenvolveram inúmeras tecnologias. Só que essas tecnologias acabaram ficando restritas ao ambiente universitário. E a Iniciativa Brasil-Bioctec veio, justamente, no sentido de resgatar esse conhecimento, essa tecnologia, e fazer a aproximação dessas universidades, dessas tecnologias, com o setor privado.

Uma outra iniciativa que a gente conseguiu aprovar agora recentemente no Fundo Setorial de Agronegócio é a Rede FertBrasil – vou falar um pouco mais à frente dela. A Sibelle também mencionou que a cooperação internacional é essencial para essa área. A gente tem trabalho em diversas frentes para promover a recuperação internacional de ciência e tecnologia e muitas outras.

Aqui, só a título de exemplo também, mencionei que existe uma grande dependência, no País, na produção dos fertilizantes – e a Rede FertBrasil vem nesse sentido; é uma rede que já existe há algum tempo. Com o descontingenciamento do FNDCT, a nossa ideia, juntamente com o MAPA, é apoiar a continuidade das ações dessa rede. Então, essa rede vem com o objetivo de propor soluções tecnológicas para o aumento da eficiência agronômica dos fertilizantes, da oferta e diversificação de matéria prima de nutrientes, de novos processos de transformação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mineral, pesquisa e sustentabilidade ambiental. Ela é um projeto que foi proposto pela Embrapa, mas traz uma série de outros atores envolvidos nessa rede que contribuem com os sistemas de pesquisa agropecuária, como por exemplo, a Federal Rural do Rio de Janeiro, a Federal de Lavras, a Federal do Mato Grosso, a Federal de Viçosa, o Centro de Tecnologia Mineral e o Serviço Geológico do Brasil.

Aqui eu trouxe mais para mostrar esse exemplo de como o sistema já está organizado, a gente já tem uma estrutura bem montada do sistema. Creio que, a gente conseguindo ter esse aporte de recursos, a gente vai conseguir acelerar muito o desenvolvimento de tecnologias.

Na verdade, o objetivo geral da Rede é consolidar a rede de pesquisa, que já existe, como mencionei, como referência nacional para desenvolver, avaliar, validar e transferir tecnologias adaptadas aos agroecossistemas tropicais que contribuam para o aumento da produção nacional de fertilizantes e insumos para a nutrição de plantas, da eficiência agronômica, para a introdução de novas fontes de nutrientes na agricultura brasileira e promover a sustentabilidade ambiental da cadeia de fertilizantes.

Ela tem grandes objetivos, que são: reestruturar a governança da Rede no Brasil; reativar e ampliar a rede nacional de ensaios agronômicos para a validação de novas tecnologias; desenvolver e implementar um sistema nacional de informações e dados que possibilite recomendações técnicas e estratégicas no aumento da eficiência e aproveitamento de nutrientes de plantas; introduzir uma matriz de produção de fertilizantes; desenvolver e validar novos métodos de fertilidade do solo e o estado nutricional do campo; e aumentar o conhecimento sobre os minerais estratégicos e novos nutrientes no Território brasileiro.

Como mencionei lá atrás, a Encti tem estes três aspectos que precisam ser trabalhados – e aqui eu acho que entra essa articulação com os demais Ministérios, tanto no aspecto social quanto no aspecto econômico –: a política de ciência e tecnologia tem que estar casada com a política econômica e tem que estar casada com a política social, para que a gente consiga atingir o objetivo e dar efetividade às três políticas e, dessa maneira, aumentar o interesse pela inovação no setor privado. Quando a gente consegue articular essas três dimensões, a gente consegue atrair o setor privado para essa área.

E, como eu mencionei, acho que aqui a gente entra mais nesta articulação de como a gente consegue promover a articulação entre o que já existe, o que já está estruturado no Governo, e o que está sendo proposto no PL. E eu acho que o Fundo Setorial do Agronegócio é um grande exemplo disso. O fundo tem como foco estimular a capacitação científica e tecnológica nas áreas de agronomia, veterinária, biotecnologia, economia e sociologia agrícola; promover a atualização tecnológica da indústria agropecuária, com introdução de novas variedades, a fim de reduzir doenças do rebanho e o aumento da competitividade do setor; estimular a ampliação de investimentos na área de biotecnologia agrícola tropical e de novas tecnologias.

Hoje o fundo já tem uma boa representação de diversos setores da sociedade. O fundo é presidido pelo MCTI, mas a gente tem a participação do MAPA; do Ministério da Economia; da Finep e do CNPq, que são as agências do ministério que acabam executando as ações atreladas ao âmbito do fundo; a gente tem representantes do setor industrial, que são dois representantes do CNI, bem como representantes do setor acadêmico, tanto da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e da Academia Brasileira de Ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, finalizo aqui, justamente deixando essa ideia de como a gente consegue aproveitar o que já tem, o que já está estruturado para conversar sobre o que está sendo proposto no PL 6.417, de 2019.

Mais uma vez agradeço o convite. Espero ter contribuído com a discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Thiago Moraes.

Passo a palavra agora ao Flávio Anastácio Camargo, Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

V. Sa. tem 20 minutos, já agradecendo a sua presença conosco. (*Pausa.*)

O seu microfone está fechado, Flávio. (*Pausa.*)

Nossa equipe está trabalhando para abrir o seu microfone, Flávio. Vamos aguardar um minutinho, que será resolvido. (*Pausa.*)

O SR. FLÁVIO ANASTÁCIO CAMARGO – Agora sim. Eu estava tentando aqui, mas não estava conseguindo, Senador. Não era culpa minha.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sem dúvida.

O SR. FLÁVIO ANASTÁCIO CAMARGO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado à sua equipe de apoio.

Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Acir, por este convite. O convite foi feito à nossa Presidente, a Professora Cláudia de Toledo, e ela pediu, então, que eu a representasse, em função não especificamente do meu histórico como Diretor de Avaliação, mas também, como nos últimos quatro anos também... o último ano como Diretor de Avaliação e os últimos três anos anteriores como coordenador da maior área disciplinar de cursos de pós-graduação da Capes, que é a área de Agrárias I.

Bom, eu também gostaria de cumprimentar todos os presentes, Senadores e Senadoras, os colegas, a minha amiga Sibelle e todos os convidados. Fica mais fácil a gente apresentar, mas a ideia é trazer um pouco de informações sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação e como ele pode contribuir para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária no sentido da formação profissional altamente qualificada, que é a missão da Capes desde 1951. Então, tanto a Capes quanto a pós-graduação nas Agrárias estão uma com 70 anos e a outra com 60 anos sendo completados este ano.

Eu também tenho – assim como o Thiago trouxe – uma apresentação... E eu não estou permitido de novo a... Por gentileza, eu gostaria que fosse habilitado dividir a minha tela com vocês. (*Pausa.*)

Vocês desculpem, é que é mania de professor sempre ter um PowerPoint do lado – já estamos bastante dependentes. E, de certa forma, para a gente dar um panorama desses 60 anos e do potencial que o nosso grupo pode trazer para o sistema, seria interessante apresentar alguns dados.

Continuo *disable to share the screen*. (*Pausa.*)

O.k. Vamos lá, então. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – O.k.

O SR. FLÁVIO ANASTÁCIO CAMARGO – Ele está em tela inteira?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ANASTÁCIO CAMARGO – Obrigado.

Bom, então, mais uma vez, agradeço por esta oportunidade para falar especificamente sobre a Capes e os seus programas de pós-graduação nesses 70 anos da Capes e nos 60 anos das ciências agrárias. Neste ano, nós estamos fazendo 60 anos do primeiro curso criado no País.

A ideia, rapidamente, é falar sobre essa retrospectiva de como chegamos a esses 60 anos, o que nós temos em termos de pessoal e de potencial para contribuir, alguns desafios e oportunidades, potencialidades que a área tem para oferecer e também para desenvolver, em parceria com os demais pilares do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária já elencados pelos nossos colegas da Embrapa e nossos colegas das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária.

Só para se ter uma ideia de como nos inserimos, como formadores de recursos humanos, nós nos inserimos também nesta construção temporal da ciência agronômica tropical, desde quando nós chegamos aqui, a Coroa chega, em que Botânica era a única ciência que havia na área de Agrárias. A Agronomia era considerada a arte dos cultivos, não era considerada ciência. Ela só começa a se estabelecer logo após o advento da Lei do Mínimo, na questão dos fertilizantes e da química agrícola que foi criada aqui no País. Posteriormente, houve as iniciativas de ensino de graduação em Agronomia, e, mais recentemente, em 1961, a criação dos nossos primeiros cursos de pós-graduação dentro dos moldes que são atualmente a partir do Relatório Sucupira. E, dentro dessa estrutura, a gente tem as fases, a princípio, que passaram essa agricultura tropical, que foi construída e da qual também temos parte nesse caminhar, nessa trajetória.

Em termos da grande área das agrárias, que hoje contempla uma grande área chamada Agrária Azul, que tem Agronomia, Ciências Florestais e Engenharia Agrícola, nós também temos a Zootecnia, Recursos Pesqueiros, Medicina Veterinária e Ciências dos Alimentos.

Então, conforme eu comentei com vocês, nosso primeiro curso começa em 1961 na Federal de Viçosa, o curso na área de Agronomia; de Zootecnia, também em Viçosa, em 1962; Ciências dos Alimentos na Unicamp; Medicina Veterinária na Federal do Rio Grande do Sul; Engenharia Agrícola em 1970; Recursos Florestais em 1973; e, mais recentemente, Recursos Pesqueiros. Então esse é um quadro das principais áreas que compõem esse grande grupo, a grande área chamada Agrárias, dos programas de pós-graduação da Capes.

Apenas para dar uma ideia de números e exatamente do potencial que a gente tem para contribuir com o sistema nacional, nós temos aí esse dado de 2020 – depois eu tenho um dado mais atualizado –, só para dar uma ideia da quantidade de programas que nós temos nesse momento, dessas quatro grandes áreas: 441 programas de pós-graduação; vejam aí o nosso quadro de docentes, de oito mil, e de docentes matriculados, de 24 mil, quer dizer, esse é um universo de 32 mil, 33 mil pessoas que estão neste momento em atividade. Desse universo de 24 mil estudantes, um pouco mais da metade com bolsas, sendo subsidiados, então é uma das áreas que mais conta com esse apoio, exatamente pela característica dos trabalhos.

O mais importante que eu quero destacar aí neste quadro é a quantidade de dissertações e teses que a gente produz na nossa área: em torno de oito mil por ano, quase três mil teses de doutorado e em torno de cinco mil dissertações de mestrado. Então, na realidade, nossa principal missão é a formação de recursos humanos, e é nesse sentido que a gente pode contribuir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobremaneira como parceiro no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, e também nesse sentido eu costumo dizer que, como efeito colateral, também temos a geração de conhecimento.

Aqui ao lado, as sete subdivisões dessa grande área que nós temos de Agrárias. Eu vou dar um destaque, e novamente tenho um dado mais atualizado, só para se ter uma ideia: em termos de cursos de mestrado e doutorado, nós temos 731 cursos esparramados por todo o País...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Você me permite, Flávio, por gentileza? Nós não estamos vendo o quadro, é preciso que o senhor faça um compartilhamento da sua tela para que a gente possa ver a sua explanação.

O SR. FLÁVIO ANASTÁCIO CAMARGO – Este quadro, estão vendo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Não, não estamos.

O SR. FLÁVIO ANASTÁCIO CAMARGO – Não estão vendo nada? Estranho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É preciso fazer um compartilhamento.

O SR. FLÁVIO ANASTÁCIO CAMARGO – Mas eu estou aqui... "*You are screen sharing*". "*Stop share*". Vamos parar, então. O senhor não assistiu a nenhuma das...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Inicialmente estava, depois saiu do compartilhamento e nós não vimos os quadros subsequentes, apenas o primeiro.

O SR. FLÁVIO ANASTÁCIO CAMARGO – Apenas o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Agora sim, agora está. Se puder maximizar, seria bom. (*Pausa.*)

Mas pode continuar dessa forma... Isso, agora sim, maximizou.

O SR. FLÁVIO ANASTÁCIO CAMARGO – O.k. Bom, então anteriormente... Isso aqui vocês viram?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sim.

O SR. FLÁVIO ANASTÁCIO CAMARGO – Perfeito. Então, aqui a ideia é só ressaltar algum montante de pessoas – em torno de 32 mil, 33 mil pessoas – e a quantidade de resultados produzidos em termos de teses e dissertação. Esses são os principais.

Aqui eu reforço um dado mais atual. Em relação aos cursos de mestrado e doutorado, nós temos em torno de 731, mas o universo de docentes e discentes se repete com pequenos acréscimos, assim como teses e dissertações, mas queria destacar neste quadro aqui a quantidade de projetos de pesquisa em andamento.

Este é só o quadro geral de todas as áreas e subáreas dentro dos programas de pós-graduação das ciências agrárias da Capes. E, aqui, especificamente a área que eu coordenei, que é exatamente a maior área disciplinar entre as 49 áreas do conhecimento da Capes.

Então, isso aqui é só para dar uma ideia da quantidade de programas e as subdivisões que nós temos: Agroecologia, Ciência do Solo, e assim vai, e um pouco menos, exatamente por conta de que ela é uma das quatro grandes áreas. E, ao lado, uma distribuição dos nossos programas pelo País, com destaque aqui para o investimento recente no aumento de cursos no Nordeste e no Centro-Oeste, mas, de um modo geral, nós estamos presentes, com programas, em todos os Estados da Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui, conforme eu comentei anteriormente para vocês, é o efeito colateral do processo formativo, que também é a produção de conhecimento. Isso aqui é um levantamento de dados mostrando a evolução do País na produção de documentos científicos. Nós passamos da 21ª posição para a 14ª, a mais recente – os dados mostram 13º – e, no mundo, as ciências agrárias brasileiras ocupam a terceira posição, só perdendo para a China e para os Estados Unidos, exatamente por conta do avanço do volume do investimento em ciência e tecnologia nesse setor específico. Mas já somos o primeiro na América Latina. Vejam, aqui no lado; em termos de Brasil: as Medicinas foram a principal produtora e, logo a seguir, as Agrárias. E vejam as demais áreas, a importância que a gente assume nesse segundo papel. E aí estão não só a pós-graduação brasileira, mas também os parceiros da Embrapa e das Oepas.

Aqui é um pouco mais específico. Considerando o papel da pós-graduação, vejam aí que a gente tem, só nesse ano de 2019, que foi o do último levantamento, a produção de 13,7 mil documentos que foram contabilizados nessa plataforma SciVal. Então, conforme eu disse para vocês, esse é o efeito colateral. Nosso principal objetivo, nossa missão é a formação de recursos humanos altamente qualificados e, nesse sentido, também decorrente dessa formação, a geração de conhecimento.

Esse é um quadro – porque todo mundo gosta de dividir, vamos dizer assim, a conquista – em que eu estou colocando a conquista em termos desses 60 anos, de 1961 até agora, exatamente esse período da criação dos cursos de pós-graduação em Agrárias no País. Então, nos sentimos parte dessa conquista, que é de todos nós. Como eu bem salientei, nós somos, digamos assim, o braço de formação do SNPA. A gente fez um levantamento.

Só para vocês terem uma ideia, na Embrapa, por exemplo, com seus quase 2,5 mil pesquisadores, nós verificamos que apenas 57 destes pesquisadores não fizeram ou mestrado e/ou doutorado. Nas Oepas, praticamente todos tiveram um pezinho dentro dos nossos programas de pós-graduação. Então, é nesse sentido que a gente gostaria também de dividir essas conquistas, que também já foram elencadas na abertura, na palavra inicial do Senador Acir.

Também há essas questões de cenários futuros que a gente tem pela frente como desafios tão bem discorridos pela colega Sibelle. Não vou comentar sobre eles, desafios emergentes que a gente tem para o País e para a agronomia brasileira. Mas queria me deter um pouquinho mais aqui especificamente em como a área está vendo este momento, no que fazer.

Então exatamente estamos com essa nova dinâmica do conhecimento: o conhecimento dobra, triplica, quadruplica a cada momento, então nós temos que estar atentos e nos readequarmos. Conforme eu disse, nós já estamos relativamente bem na produção de conhecimento, temos que dar o salto, mudar essa cultura da pesquisa pela pesquisa para a inovação, para um resultado mais efetivo na sociedade. Obviamente também temos que pensar em ciência de qualidade, que seja útil exatamente nesse sentido de um impacto real na sociedade, de um resultado com uma aplicação. E a avaliação do processo formativo também é um dos grandes pilares da Capes como um todo. Nos seus 70 anos, a avaliação acabou sendo um indutor de qualidade nos programas. Então a avaliação é extremamente importante. Hoje a avaliação é, em si, a missão da Capes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, nós temos também levantado um novo olhar para uma nova condição muito específica, para o caso da chamada nova agricultura ou da agricultura moderna, com todas essas coisas que estão batendo no nosso dia a dia e em que nós temos que estar inseridos.

Especificamente, eu gostaria aqui de salientar que esta é a missão da nossa área: formar mestres e doutores qualificados, com competências e habilidades aderentes a visões científicas, tecnológicas e conceituais à agricultura moderna, aprimorando os fundamentos das diversas especialidades da área, conforme eu já salientei para vocês, incorporando tecnologias intersetoriais, os conceitos da bioeconomia, a economia circular, os preceitos e estímulos à cultura da inovação, as principais excepcionalidades que afetam o setor e a visão empreendedora que integra o egresso ao novo mercado de trabalho e é modelo de negócios, sempre pautado nos princípios e compromisso da qualidade acadêmica, da ética e responsabilidade socioambiental. Esse é o documento da nossa área de Ciências Agrárias, que foi publicado em 2019, e em última análise, é a nossa diretriz.

Assim como a Sibelle comentou que temos dois anos de secretarias instaladas, nós também estamos nessa fase – não é, Sibelle? –: pelo menos estamos pensando um pouco mais no futuro e, obviamente, somos parceiros no sentido de, se houver uma demanda dos outros integrantes no sentido daquilo que a gente pode ajudar, que é formação, também podermos interagir para caminharmos juntos nesta direção: sempre aquela ideia de que, neste momento, inovação, nova agricultura, seja uma regra e não uma exceção.

Então, aqui dividimos com vocês esses avanços que a gente teve do impacto da área na produção de conhecimento em relação ao mundo.

Vejam que nós saímos de 1995, até o momento, da posição de 0,5, que significa que nós estamos a 50% da média mundial, para 0,7. Nós estamos abaixo da média mundial, como os três parceiros que a gente elencou, mas, de modo geral, estamos evoluindo. Também trago aqui para reflexão, não só para uma reflexão nossa da academia, mas também para os demais parceiros.

Em termos da área especificamente, conforme eu comentei, a avaliação é o carro-chefe. A avaliação é utilizada para indução de qualidade, indução de fomento. Então, na realidade, hoje a avaliação é o carro-chefe da missão da Capes. Estamos mudando já nesse quadriênio, dando enfoque às questões de formação – mais importante é a formação do que propriamente a produção –; dando um enfoque maior em qualidade, não em quantidade; avaliando resultados e não processos – há uma pesquisa inserida dentro desse universo da inovação, dos mercados e da demanda real pela sociedade –; e outros itens que a gente acrescentou. Então, neste momento, a gente tem algumas novas dimensões que foram incluídas no nosso sistema de avaliação e que estamos testando neste quadriênio.

Como sempre, nossa missão aqui na Capes é a formação de recursos humanos altamente qualificados, então é a inteligência nacional. Também temos essa percepção aqui na área de que a agricultura, em termos de conhecimento, está mudando muito mais que as demais áreas e de que nós precisamos nos adequar. Então, nós temos essa reflexão interna nossa aqui, mas, de qualquer forma, temos a contribuir principalmente nesse quesito de formação de recursos humanos altamente qualificados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de agradecer a iniciativa do Senador Styvenson, que eu não mencionei no início, do Senador Heinze e da Senadora Soraya. E quero dizer que, na Capes, na pós-graduação, podem contar com o nosso apoio.

De certa forma, eu quis trazer essa passagem por essa nossa história exatamente porque a gente conhece muito bem o trabalho da Embrapa e das Oepas, mas geralmente não temos uma noção da quantidade de pessoas envolvidas, de trabalhos sendo feitos dentro da academia. Então, eu gostaria de que essa ideia do sistema nacional permanecesse e que nós fôssemos também um parceiro mais efetivo junto aos demais pilares do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

Muito obrigado.

Desculpe-me pelas falhas na apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Flávio, pela sua apresentação, pelas suas colocações.

A integração dentro do Governo com relação à pesquisa, de fato, é muito importante. Espero que isso avance o mais rápido possível para o bem da população brasileira, não só dos agricultores, mas de quem consome o que o agricultor produz.

Agora nós vamos ouvir o INPI. Dividindo a tela, dividindo o tempo, estarão Cláudio Vilar Furtado, que é Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, e Liane Elizabeth Caldeira Lage, Diretora de Patentes, Programas de Computador e Topografia de Circuitos Integrados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Ambos poderão dividir da forma que acharem mais interessante. Terão 20 minutos, mas, se precisarem de um tempo maior, nós estamos à disposição.

Com a palavra Cláudio Vilar Furtado e Liane Elizabeth Caldeira.

O SR. CLÁUDIO VILAR FURTADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Acir, Senador Styvenson e Senador Luis Carlos Heinze. Meus parabéns, aplausos pela iniciativa desse projeto de lei para estruturar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária no formato de rede, com a criação de uma plataforma digital.

Eu vou compartilhar a nossa apresentação aqui com a Dra. Liane Lage, que é a nossa Diretora da Área de Patentes do INPI, e eu quero dizer que não apenas estou grato pelo convite a todos, ao tempo em que cumprimento os demais Senadores participantes aqui presentes e palestrantes anteriores, de quem eu tive o grande privilégio de obter informações extraordinárias sobre essa revolução verde que se passa em nosso País.

Em primeiro lugar, eu queria dizer a vocês o que é um pouquinho o INPI, de maneira muito didática: quando se fala em propriedade industrial no Brasil, normalmente, as pessoas pensam em patentes. Patente é um dos ativos de propriedade industrial. Nós temos também as marcas – nós recebemos atualmente 360 mil pedidos de depósito de marca por ano –; nós temos os desenhos industriais; nós temos as chamadas indicações geográficas, que têm muito a ver com a agricultura e com o agronegócio, em particular; temos os contratos de cessão de tecnologia, transferência de tecnologia; tudo isso faz parte do conjunto de registros e de proteções de propriedade que o INPI administra no Brasil.

O INPI foi, historicamente, conhecido, infelizmente, pelo atraso no processamento e na tomada de decisões sobre patentes. Nós herdamos, no início da nossa gestão, um estoque de 160 mil pedidos de patentes, que estavam com atraso médio de oito anos e meio no seu processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisório. Graças a um esforço inaudito da nossa organização, sob a liderança da Dra. Liane Lage, a quem eu dei o codinome de a grande general do combate ao *backlog*, ao final deste ano, nós teremos reduzido esse estoque em 80%. Nós já o reduzimos até agora em 67%, dois terços, e estamos caminhando celeremente para o cumprimento da nossa meta.

Então, o INPI hoje pode se apresentar a todos os participantes aqui com muito orgulho, dizendo que nós conseguimos decidir sobre patentes prioritárias – e todas as patentes do setor do agronegócio, da agropecuária em geral são consideradas prioritárias – em prazo inferior a um ano, que é a nossa estatística hoje. Nós conseguimos decidir sobre marcas e indicações geográficas em prazos iguais ou inferiores a nove meses.

Então, eu quero dizer que a economia brasileira hoje pode contar com um INPI diferente, um INPI que usa, em grande escala, a tecnologia da informação para suportar os nossos processos de trabalho, equipes altamente competentes e dedicadas e, mais do que isso, conta com um programa chamado INPI Negócios, que transforma o INPI daquilo que se imaginava ser um grande cartório de registro de propriedade industrial no vetor e no agente ativo do processo de inovação brasileiro. Nós fazemos isso utilizando tecnologia de ponta em parceria com diversos atores nos *clusters* de inovação brasileiros. Temos acordos de cooperação técnica com a Apex, com o Sebrae, e estamos rapidamente evoluindo para um acordo de cooperação técnica com a Embrapa não apenas na área de tecnologia de solos, como nós iniciamos, mas abrangendo todas as áreas e todos os institutos de inovação da Embrapa. E é com muito orgulho que eu quero, ao ter ouvido aqui as apresentações, dizer como o INPI pode cooperar com todos.

O INPI, falando um pouquinho da história... Eu vou voltar a um tema da história, porque isso é muito interessante: a primeira patente concedida no Brasil data também do Império. Foi uma patente concedida em 1822, que fará 200 anos no ano que vem. Sabe que patente era essa? Era a patente de uma máquina para descascar café, uma patente do setor do agronegócio brasileiro. O INPI adere à Convenção de Paris sobre patentes industriais por volta de 1883. O Governo Artur Bernardes cria a Diretoria-Geral da Propriedade Industrial do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio nos anos 1920. Em 1933, é criado o Departamento Nacional da Propriedade Industrial, ainda como um órgão ministerial da administração direta. E, finalmente, em 1988, a nossa Constituição reconhece a propriedade industrial como um elemento integrante da Carta Magna. Portanto, propriedade industrial é um instituto do Estado brasileiro inserido na Carta Magna.

Dado esse registro histórico, eu queria dizer o seguinte: fiquei extremamente entusiasmado com a exposição da Professora Sibelle, quando ela nos falou dos cinco eixos em que se desenvolve a ação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em particular, o tema da inovação aberta. Nós estamos diretamente apoiando a Agritex por meio de programas de telementoria. O que quer dizer isso? Nós estamos chegando às empresas que estão nos chamados *clusters* de inovação, mostrando, agindo, atuando junto com os empreendedores para que eles submetam o seu pedido de patente adequadamente, para que não venham a esbarrar em problemas formais e eventualmente serem recusados por formalidades no processo de pedido de registro. Nós estamos fazendo isso em vários segmentos, e o modelo que desenvolvemos foi em conjunto com a Universidade Federal de Campina Grande, que hoje é uma das campeãs nacionais em depósitos de patentes junto ao INPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por coincidência, a Dra. Sibelle mencionou o tema da fixação biológica do nitrogênio. É um pedido de patente a que nós estamos dando atenção absolutamente especial, como uma patente verde de caráter prioritário. Nós temos um enorme interesse em estar apoiando aquilo que se chama agricultura de base biológica, produção de bioinsumos. Desenvolvemos, na nossa Diretoria de Marcas, os chamados selos e as marcas de produtos certificados que têm rastreabilidade para que sejam rapidamente reconhecidos pelo consumidor. Isso é uma área de atuação específica do INPI, ou seja, *food tech* é contemplado com prioridade pelo INPI.

Nós precisamos continuar a fazer com que a comunidade de inovadores conheça o trabalho do INPI e efetivamente nos procure. Nós estamos indo a eles. Na área, por exemplo, de fertilizantes de base biológica, nós colaboramos inclusive com alguns países, como a Dinamarca, que tem investimentos, tem uma empresa importante mundial nessa área e tem contato direto conosco, tem depósitos conosco.

Eu queria colocar que o tema trazido pelo Professor Camargo do número de dissertações de mestrado e doutorado, as 8 mil dissertações de mestrado e doutorado de que o Brasil se orgulha, está sendo hoje tratado pelo INPI de forma muito especial.

É muito importante que os senhores acompanhem o Projeto 10.920, que foi aprovado na Câmara Federal e hoje está sendo pautado para deliberação pelo Senado Federal, em que nós instituímos o chamado "depósito provisório de patentes". Muito rapidamente, o que isso quer dizer? Isso quer dizer que esses 8 mil mestres e doutores que produzem as suas teses, as suas dissertações, se o trabalho deles for aplicado, se o trabalho deles significar um invento com utilidade industrial ou que venha a se transformar numa inovação, podem, durante o desenvolvimento do seu trabalho acadêmico, pedir um depósito provisório de patente no INPI, e, quando terminarem o seu trabalho, a sua publicação acadêmica não vai prejudicar o pedido feito. Se ele fizer a publicação acadêmica antes de pedir o registro, a patente não poderá ser registrada, porque ela não mais constituirá novidade, uma vez que o trabalho foi publicado num periódico.

Então, nós precisamos de uma aprovação do Congresso Nacional para que este modelo chamado de "depósito provisório de patentes", que é uma modificação da nossa lei de patentes, seja aprovado. Isso está em fase finalíssima. Eu estou vendo aqui o Senador Esperidião Amin, com quem eu conversei longamente sobre esse projeto, da mesma forma que eu conversei com o Senador Nelsinho Trad, e eles estão caminhando muito rapidamente para introduzir esse projeto na pauta de deliberações do Senado Federal.

Eu quero fazer, aproveitando a presença do Dr. Flávio Camargo aqui, uma sugestão à Capes: além dos incentivos dados para a publicação acadêmica, que seja criado também um incentivo para que aquela publicação acadêmica se transforme num pedido de patente e futuramente numa inovação. É sempre falado, é sempre mencionado o binômio pesquisa/inovação, mas não há inovação que deva prescindir de um registro da propriedade industrial, e isso é feito no INPI. Então, nós precisamos fazer com que os nossos acadêmicos – e o INPI tem condições de apoiá-los nisso – desenvolvam os seus trabalhos já pensando na futura atividade inovadora e já fazendo o registro provisório. E seria muito importante que as nossas instituições acadêmicas tivessem programas de incentivos na forma de acréscimos à bolsa ou da maneira que acharem mais adequado e mais eficiente fazer, para que os nossos futuros mestres e doutores fizessem também um registro provisório da sua propriedade industrial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Inpi está absolutamente aberto e está capitaneando a mudança da legislação brasileira, já em fase final, como eu disse, para que esse tipo de incentivo possa ser introduzido por meio das nossas autoridades que gerem a pós-graduação no Brasil.

Com essas palavras eu queria basicamente dizer o seguinte: nós vivemos hoje no mundo um aumento explosivo do valor de mercado desses chamados ativos de propriedade industrial ou ativos intangíveis. Existem trabalhos acadêmicos sérios que mostram que, das 500 maiores empresas integrantes do índice S&P 500 de ações transacionadas na Bolsa de Nova York, aproximadamente 85% do valor desses negócios é resultante dos ativos de propriedade industrial que estas empresas detêm.

O governo de Singapura recentemente introduziu uma política pública. Para empresas que vão abrir o seu capital no mercado de Singapura, o governo financia 75% do valor da abertura de capital, se esta abertura de capital estiver baseada em ativos de propriedade intelectual adquiridos ou registrados em nome da empresa.

Para os senhores verem a importância que esse tema tem, todo o comércio mundial, todo o investimento internacional... Ainda ontem discutimos isto com os Estados Unidos: US$100 bilhões de comércio mundial, de comércio entre Brasil e Estados Unidos; US$145 bilhões de investimento direto dos Estados Unidos no Brasil desde 2019 até agora estão assentados em proteção de propriedade industrial.

Isso, obviamente, é essencial para a agricultura exportadora brasileira. Então, nós estamos plenamente sintonizados.

Inovação crescente, internacionalização desses ativos de propriedade industrial, porque, à medida que nós exportamos produtos, nós estamos exportando propriedade industrial registrada no Brasil e reconhecida no mundo. Nós temos acordo de cooperação com vários países para trâmite rápido de reconhecimento de patentes, programa PPH.

E temos, inclusive, colaboração específica com alguns países. Acabamos de realizar um acordo e de executá-lo com o governo da Dinamarca, justamente para a área de agricultura, com apoio da Escola Luiz de Queiroz e da Universidade Federal de Viçosa, do qual decorreram 19 acordos de cooperação tanto em pesquisa quanto em desenvolvimento gerador de propriedade industrial. E nós estamos fazendo isso na área de saúde, estaremos fazendo isso daqui a um ano na área de energia limpa com o Governo da Dinamarca e já estamos expandindo para introduzir a Inglaterra e os Estados Unidos nesse mesmo modelo de cooperação.

Então, quero colocar à disposição do Ministério da Agricultura, da Embrapa, com quem nós teremos um acordo amplo de cooperação, a capacidade do INPI não apenas de fazer registros, mas de apoiar na gestão da propriedade intelectual, que é o elemento mais importante hoje.

As pessoas desconhecem, de maneira geral, o modelo de gestão de propriedade intelectual. E nós temos exemplos, no setor agrícola, sobretudo na área de máquinas agrícolas, de empresas que são absolutamente referências mundiais em uso de propriedade intelectual no seu processo de pesquisa, desenvolvimento e inovação em produtos. Eu não vou citar nomes aqui, mas certamente o Ministério da Agricultura e a Embrapa conhecem essas empresas e nós estamos perfeitamente articulados com elas.

Dito isso, fica aqui o meu agradecimento. E eu passo a palavra à Dra. Liane Lage, que vai falar sobre como o INPI trabalha com patentes e prioriza patentes verdes, patentes do setor do agronegócio brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Liane.

A SRA. LIANE ELIZABETH CALDEIRA LAGE – Senador, o Dr. Cláudio usou os 20 minutos. Tenho alguns minutos para falar?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – De fato, o Dr. Cláudio usou os seus 20 minutos, mas é claro que é importante a sua colocação. Use o tempo necessário para fazer a sua exposição.

A SRA. LIANE ELIZABETH CALDEIRA LAGE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Eu agradeço ao convite do Senador e cumprimento também os Senadores responsáveis pelo projeto. Acho que é uma oportunidade muito grande para o INPI trabalhar junto no sistema de inovação. E eu gostaria, sim, de uma forma bem rápida, de mostrar um pouco de como podemos trabalhar com as informações contidas no banco de patente. E, para isso, eu gostaria de compartilhar uma apresentação. Creio já ser possível. (*Pausa.*)

Estão vendo? A tela está disponível?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Está. Estamos vendo, sim.

A SRA. LIANE ELIZABETH CALDEIRA LAGE – Ah, o.k.

Eu queria, primeiro, mostrar um pouco das informações tecnológicas contidas no banco de patentes, considerando as tecnologias associadas. E aí, pegando a cadeia produtiva do agronegócio, nós temos o trabalho do solo, plantios, semeadura, manutenção da cultura, colheita e processamento e armazenamento. Essa é a linha central. Nessa linha central, nós podemos verificar o número de depósitos de pedidos de patente no Brasil e o número de depósitos correspondente dos residentes nesse conjunto.

Então, quando a gente pega essa linha central, nós podemos ver que, para cada uma dessa tecnologia, nós temos basicamente que 50% das patentes depositadas são correspondentes a residentes nacionais; no entanto, quando vamos para reprodução e melhoramento de plantas, nós verificamos que temos um número ínfimo de depósitos de pedidos de patentes comparado aos depósitos totais. E o mesmo acontece quando falamos no controle químico de pragas.

Então, esses dados são importantes para que a gente possa tentar entender um pouco como trabalhar o conhecimento que nós temos, que os colegas de mesa já demonstraram, para realmente chegar à inovação.

Em 2012, o INPI implementou um sistema de trâmite prioritário para aquelas tecnologias consideradas verdes. Foi o primeiro tramite prioritário no INPI, à época tínhamos um *backlog* grande, e esse tramite prioritário específico para patentes consideradas verdes considera as energias alternativas, transporte, conservação de energia, gerenciamento de resíduos e agricultura sustentável. Durante esse período todo, de mais ou menos mil requerimentos, na verdade nós só conseguimos conceder, mas já é um número grande, 386 patentes verdes. Essas patentes verdes... O selo Patente Verde agregou um valor grande a esses negócios, e a gente tem casos específicos que mostram qual a importância de associar uma agricultura verde a seu negócio.

Também fizemos, entre 2015 e 2016, vários radares tecnológicos específicos para as tecnologias associadas ao agronegócio. Isso está disponível no nosso *site. O* tempo foi curto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não deu para atualizar os dados, mas é possível, através do *site*, ter uma noção de como nós podemos trabalhar a informação contida num banco de patentes de forma estratégica. Nós podemos identificar tecnologias; nós podemos identificar os principais depositantes, os inventores, onde eles estão, em que países eles estão, além das empresas; nós podemos entender quais são os principais depositantes para cada área específica; a identificação de tecnologias que buscam proteção no Brasil – isso é importante também saber –, quais são os depositantes que estão interessados no Brasil; a liberdade de operação – a liberdade de operação é também muito importante –, aquilo que não está depositado no Brasil, que não está protegido no Brasil pode ser usado como domínio público ou para incentivar as inovações posteriores.

Um exemplo dessas tecnologias que a gente pode identificar separadamente, por exemplo, no trabalho do solo, nós temos máquinas e equipamentos, nós temos implementos manuais, arados, tudo isso é fácil de ser identificado; qual é a tecnologia que está associada a cada uma dessas categorias. Na parte de reprodução e melhoramento de plantas, nós temos modificações de genótipo, nós temos reprodução de plantas. Podemos identificar todas elas por meio deste documento de patentes, que é um documento padronizado, e nos permite ir direto à tecnologia que temos interesse.

Um exemplo foi quando, nesses radares tecnológicos que foram feitos entre 2009 e 2013, com dados dessa época, nós conseguimos identificar que, naquele período, por exemplo, para máquinas agrícolas, 93% das tecnologias estavam livres para serem operadas no Brasil. Isto é, essas informações nos dão base para que possamos caminhar e identificar qual a direção que o Brasil deve tomar.

Atualmente, estamos desenvolvendo um trabalho de agricultura sustentável e nos depósitos de patentes o Brasil aparece em nono lugar, com 1.121 patentes. E, se nós olharmos, estamos relativamente bem comparado a alguns países. Novamente a China e os Estados Unidos se destacam, mas a China se destaca muito mais. Enquanto temos 1.121 pedidos de patentes, nós temos, da China, 203.773.

Nesse mesmo estudo que estamos desenvolvendo, nós podemos verificar que nesses depósitos que são só do Brasil há uma concentração no serviço público, nas instituições públicas. Nas universidades, a Embrapa se destaca como sempre, mas, nas universidades – e olha aqui aparecendo o Nordeste –, a Universidade Federal do Sergipe em segundo lugar, temos a Universidade Federal de Pernambuco e várias outras universidades.

Isso aqui nos dá uma base complementar a essa proposta desta plataforma, porque não só induz à inovação aberta, à integração dessas instituições, como vai permitir também o modelo de inovação chamado tríplice hélice, que vai integrar essas instituições com as empresas para que a gente possa realmente inovar, que é chegar ao mercado.

Ainda estamos, atualmente, como o Dr. Cláudio falou, no Plano Nacional de Fertilizantes, o INPI tem atuado ativamente nesse sentido.

Nós podemos olhar, com esse gráfico aqui abaixo, o destaque da China nos últimos anos com relação ao depósito de pedidos de patentes de fertilizantes. A partir de 2010, dá um salto, um salto imenso. Isso nos faz pensar em nossa necessidade de proteção, o que vivenciamos agora em termos de IFA, podemos vir, no futuro, a ter problemas com fertilizantes. Então, o uso estratégico da propriedade intelectual é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse outro gráfico nos mostra que o Brasil aparece... Ele tem um certo destaque quando comparado aos países não considerando a China. Eu acho que, assim, para não tomar o tempo dos senhores, dentro deste tempo, é mesmo para mostrar como a informação tecnológica contida na base de dados de patentes pode nos orientar para desenvolvermos inovações no campo do agronegócio.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos à Sra. Liane Laje pelas suas colocações.

Antes de nós retornarmos aos nossos convidados, fica aqui o nosso pedido ao Ministério da Agricultura, Ministério da Ciência e Tecnologia, ao Capes e ao INPI que mandem sugestões que acharem necessárias para o aprimoramento do nosso projeto no sentido de nós avançarmos e colhermos as informações e as sugestões de todos para que a gente possa fazer o nosso relatório atendendo aquilo que é importante para desenvolver a ciência e a tecnologia no nosso País. Passo a palavra agora ao Senador Luis Carlos Heinze para fazer as colocações, agradecendo mais uma vez não só a sua presença conosco, mas também a iniciativa, junto com o Styvenson e a Senadora Soraya Thronicke, desse projeto tão importante para o nosso País.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Bom dia Sr. Presidente, aos nossos membros da Comissão que estão virtualmente, aos nossos convidados, é um prazer estar debatendo o projeto de alteração da Lei nº 8.171, do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para Agropecuária, do qual a Senadora Soraya e o Senador Styvenson são autores. Eu assinei com eles também; é muito importante.

Vi agora o pessoal do INPI falando sobre as inovações do campo e há um dado aqui, que eu fiz até uma apresentação na semana passada, de que nós temos hoje 350 *startups* do agronegócio no Brasil. Acho que no seu Estado eu não achei nenhuma, em Rondônia, e é importante a produção agrícola lá; 19 no Mato Grosso; 18 em Tocantins; 11 no Mato Grosso do Sul; 52 no Estado de Minas Gerais; 88 no Rio de Janeiro; 37 no Paraná; 29 em Santa Catarina e 45 no Rio Grande do Sul.

É importante essa lei e que a gente possa estimular a criação de Agtechs junto às nossas universidades. Há tantas universidades ligadas aos cursos de agronomia... Sou engenheiro agrônomo, Senador Acir. Os engenheiros agrícolas, os engenheiros florestais, os médicos veterinários, zootecnistas, enfim, todos aqueles que fazem parte das ciências agrárias, esses cursos todos de graduação e também de pós-graduação.

Chamo atenção aqui das empresas, as empresas de máquinas, as empresas de sementes, as empresas de fertilizantes, de defensivos, de medicamentos veterinários, as indústrias de carnes, indústrias de todos os ramos, que esse pessoal se ligue nessas universidades, em cada canto do Brasil, e eu citei o seu Estado. Hoje o Mato Grosso é o maior produtor do Brasil. Então, é importante que a gente dê atenção através das empresas e também através das universidades que nós temos, esses cursos da área das ciências agrárias.

Nesse sentido cumprimento a V. Exa., cumprimento a Senadora Soraya e também o Senador Styvenson pelo projeto. Nós estamos juntos no desenvolvimento da tecnologia em todo o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um trabalho que eu faço é justamente estimular que as universidades se aproximem das empresas, de todos os ramos do agro, e possamos estimular outras áreas. As *startups* são muito ágeis.

Eu estive inclusive ontem num debate com o Prefeito Melo, em Porto Alegre, para levar um evento que existe em Portugal – vai haver um grande evento da tecnologia mundial –; para fazer esse evento em Porto Alegre em 2023. No ano que vem acontece em Portugal, então é muito importante, não só as Agtechs, mas as *startups* de uma maneira geral.

Eu vi em Porto Alegre, no Instituto Caldeira, onde estivemos agora com o Ministro Tarcísio, uma maravilha que jovens estão fazendo com empresários. Assim nós temos o Tecnopuc, no Rio Grande do Sul, temos o Tecnosinos também, e as demais universidades. Eu tenho lá 14 universidades comunitárias, que têm hoje em torno de 11 mil professores, 170 mil alunos – vou aproximar, Senador Acir – da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, da Federação da Indústria, da Federação do Comércio, da própria Federasul. Enfim, nem as próprias entidades empresariais do meu Estado conhecem o que nós temos nas universidades privadas. Então, essas universidades, com capital humano excelente, espetacular, nós queremos aproximar das Agtechs, e de forma geral, não apenas do agro.

Então, parabéns, Senadora Soraya e Senador Styvenson, estamos juntos nesse processo! E parabéns a V. Exa. por estar presidindo esta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

De fato, ciência e tecnologia nos ajudaram muito a fazer avançar na produção de alimentos no nosso País e, neste momento de crise hídrica e diante da necessidade de ampliarmos ainda mais a produção de alimentos no Brasil buscando uma integração grande com a produção e o meio ambiente, tendo sempre em mente que nós não precisamos desmatar nada mais para aumentarmos a produtividade no nosso País, principalmente na Amazônia, fica clara a importância da ciência e da tecnologia para que a gente possa avançar ainda mais para produzir com sustentabilidade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só um lembrete.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quero fazer menção mais uma vez a algo que jamais me cansarei de mencionar: Luiz Fernando Cirne Lima, engenheiro agrônomo e hoje produtor rural no Rio Grande do Sul, que foi meu paraninfo quando me formei em 1973 engenheiro agrônomo, foi o criador da Embrapa. Na sequência, quando ele saiu, no outro governo, entrou Alysson Paolinelli, um jovem agrônomo que desenvolveu praticamente a Embrapa. Criada por Cirne Lima num ano, no outro ano o Paolinelli iniciou esse processo.

Veja, eles mandaram, Senador Acir, 1,3 mil técnicos brasileiros de todas as áreas das ciências da área da agricultura para fazerem especializações na Europa e nos Estados Unidos. Ali começou a revolução no Centro-Oeste brasileiro, quando Cirne Lima, num ano, e Paolinelli, no outro ano, iniciaram esse processo com a Embrapa, para esse centro de tecnologia que nós temos hoje. Foi então que se descobriu essa agricultura tropical, que no mundo não existia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou citar outro fato: tenho o orgulho de ter conhecido Norman Borlaug, um engenheiro agrônomo norte-americano que ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Ele esteve aqui com Paolinelli logo no início dos anos 70, quando iniciaram esse processo. Ele andou pelo Centro-Oeste e profetizou – um cientista conhecedor da agricultura! – que "essas terras não prestam e vocês não têm condições de produzir, isso vai virar deserto". Ele voltou em 2001/2002, e eu tive a honra de conhecê-lo e acompanhá-lo, e ele disse assim: "Eu tenho que me penitenciar junto a vocês, pelos produtores rurais que têm, pelos técnicos que vocês têm, pela tecnologia que vocês implementaram aqui; é uma fábula, é uma verdadeira façanha." Essas são palavras do cientista Norman Borlaug, Prêmio Nobel da Paz, reconhecendo o trabalho da produção brasileira, essa tecnologia que avançou fantasticamente num país que era, nos anos 70, importador de alimentos. Hoje exportamos alimentos com qualidade para mais de 200 países!

Então, é importante também que a sociedade entenda esse ponto.

Parabéns a todos que mexem com agricultura no Brasil!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Agradeço ao Senador Luis Carlos Heinze.

Temos algumas perguntas dos internautas, que eu passo a ler.

A Mariana Azevedo, do Rio Grande do Sul, pergunta o seguinte: "Quais serão os incentivos para o setor agropecuarista?"

O Matheus Alencar, do Maranhão, diz o seguinte: "Como o poder público pode incentivar o avanço tecnológico na agropecuária?".

O Marcos Teixeira, do Paraná, diz o seguinte: "Não seria possível a redução dos impostos sobre as os equipamentos como máquinas na agropecuária?".

A Francielly Martin, da Bahia: "Quais as atitudes efetivas para evitar o abuso do poder regulatório e ampliar os instrumentos de promoção da concorrência em órgãos de Governo?".

O Paulo Emanuel, da Paraíba: "Nessa inovação no agronegócio cabe algo reservado a preservação do solo e enriquecimento de nutrientes?".

Deixo essas perguntas para os nossos convidados.

E faço uma colocação aqui para o nosso...

Temos como saber que pesquisas estão em andamento vinculadas aos cursos de pós-graduação na área de ciências agrárias e de ciências sociais aplicadas ao agro? Temos como saber qual o volume de recursos aplicados nessas bolsas?

E ao INPI: o INPI tem atuado para tornar disponíveis para as instituições de pesquisas nacionais o conhecimento que deu origem a patentes concedidas no Brasil e no mundo? Poderia dar exemplos dessas ações e de como elas resultaram em novos produtos científicos e tecnológicos? Haveria como estimar quanto seria poupado com investimentos em pesquisas que não seriam necessários por já haver conhecimento disponível depositado nos órgãos de propriedade industrial?

Passo a palavra à Dra. Liane Lage – vamos inverter a ordem agora – para fazer as suas colocações e também as suas considerações, encerrando a sua participação nesse debate de hoje.

A SRA. LIANE ELIZABETH CALDEIRA LAGE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Acir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, o INPI disponibiliza todas as informações da sua base de dados através do nosso sistema *web*. Entrando pela página do INPI, é possível acessar e fazer as buscas na base de dados para saber quais são as tecnologias que estão disponibilizadas não só no Brasil, mas no mundo; é possível fazer uma busca booleana. Mas o trabalho de prospecção é um trabalho mais aprofundado e, aí, tem que se fazer um estudo maior.

Com relação aos investimentos, evidentemente que é um trabalho... Talvez o Presidente Cláudio possa responder um pouco melhor a questão dos investimentos, que envolve um pouco mais de economia, mas, efetivamente, reinventar a roda é um custo muito alto para o Governo e para o Brasil. Então, quando nós não analisamos o que já existe no mundo e iniciamos uma pesquisa sem fazer isto, esse custo é muito alto.

Então, nesse sentido, Dr. Cláudio, se o senhor quiser complementar, eu agradeço.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Passo a palavra ao Dr. Cláudio para as suas colocações finais também.

O SR. CLÁUDIO VILAR FURTADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito. Eu acho que o ponto levantado pelo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – O seu áudio... O senhor está sem áudio.

Agora, sim, Sr. Cláudio; agora, sim!

O SR. CLÁUDIO VILAR FURTADO – Primeiro, a pergunta feita é extremamente importante pela seguinte razão: não existe pesquisa e desenvolvimento hoje que possam prescindir de informações globais que existam a respeito de registros de patentes concedidas para aquela área em que se pesquisa. É isso que nós chamamos de gestão do conhecimento e gestão de pesquisa e desenvolvimento baseada em propriedade industrial.

Há modelos, e eu vou citar aqui dois modelos, um de empresa do setor agro, aliás, ambos. A empresa Jacto, daqui de São Paulo, associada à Abimaq, é um dos modelos de excelência em uso de propriedade industrial no processo de pesquisa justamente para se evitar investimento que já esteja devidamente patenteado e que possa ser trazido para o processo por meio de contrato de transferência de tecnologia. Então, isso é essencial e o setor privado faz isso e está conhecendo isso. É evidente que as nossas entidades... A Embrapa faz isto bem feito; a Suzano Papel e Celulose faz isso bem feito – são referências que nós temos.

Então, o que eu queria dizer é o seguinte: primeiro, as informações tecnológicas do INPI, das bases de patentes, estão disponíveis. Nós trabalhamos ativamente com os nossos estudos chamados radares tecnológicos em várias áreas do conhecimento e do desenvolvimento científico e tecnológico e divulgamos esses estudos. Isso pode ser feito até por encomenda, como temos encomenda de entidades governamentais para isso.

E mais: no caso de tecnologias ligadas ao tratamento de covid, nós criamos um grupo de trabalho, uma sala de guerra, para detectar todas as tecnologias e os avanços existentes no mundo, não apenas na área de vacinas, mas de todos os tratamentos, até de equipamentos hospitalares, e tornamos isso público – isso foi criado em abril do ano passado. Tornamos público todo o desenvolvimento existente no mundo nessa área – iniciativa do INPI. Publicamos mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cem artigos consolidando o desenvolvimento mundial no tratamento da pandemia da covid. Então, quando houve um caso de emergência, o INPI, espontaneamente, por um grupo de pesquisadores, fez isso e colocou à disposição do público. Foram mais de 3,5 mil fontes de referência mundiais utilizadas para a produção desse trabalho.

E ele está disponível em nosso *site*.

Então, a resposta era essa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado pela sua presença conosco. Tenho certeza de que V. Sa. vai atingir a sua meta de concluir 80% dos seus estoques de processos, não tenho dúvida que isso acontecerá, e, ano que vem, pelo visto, teremos 100% do estoque já resolvido. Isso é importante. E é um trabalho do Presidente do INPI e de toda a sua equipe, como muito bem colocou. Agradeço a sua presença aqui conosco.

Também agradeço a presença do Flávio Anastácio Camargo, a quem passo a palavra para suas considerações.

O SR. FLÁVIO ANASTÁCIO CAMARGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, mais uma vez, Senador.

Respondendo à pergunta que foi feita especificamente para os programas de pós-graduação em agrárias e sociologia, ou sociologia relacionada às agrárias, eu sugiro procurar a Plataforma Sucupira. Lá tem a presença de todos cursos avaliados e reconhecidos, um por um, por instituição, e, dentro desses cursos, toda a informação, o *site* do programa, o regimento do programa, as linhas de pesquisa e principalmente a quantidade de bolsas disponíveis, que foi a segunda pergunta colocada. Conforme eu disse, nós temos uma das áreas com maior quantidade proporcional de bolsas. Então, nós temos bastante disponibilidade, mas isso cabe a cada programa definir.

Em relação ao sistema nacional, Senador, eu estou me colocando também à disposição exatamente nessa linha que eu tentei destacar na minha fala, de que a gente pode colaborar intensamente para o processo formativo, porque não necessariamente a gente pode trabalhar apenas em nível de pós-graduação. Podemos treinar pessoas, capacitar, etc., em função desse corpo que já existe, desse contingente de 8 mil docentes. Então, seria interessante também nós termos, na minha opinião – e já não é de agora que eu partilho dessa ideia –, um sistema que seja um pouco mais ativo em termos de reconhecimento das suas parcerias e do uso das suas parcerias.

A minha preocupação é com a grande quantidade de sombreamento de atividades que a gente tem juntos, Senador. Nesse sentido, isso evita tempo, evita desperdício de tempo, desperdício de recursos, desperdício de potencial humano, etc. Então, a gente poderia estar construindo isso juntos e seguindo, de certa forma, uma diretriz única para todos os principais atores desse sistema. Eu acho que a gente poderia avançar nesse sentido. É esta a minha sugestão: de que o sistema seja realmente um sistema em que sejam ouvidos os parceiros e todo mundo trabalhe em consonância, cada um com as suas atividades, para lá e para cá, de forma que a gente consiga ter um aproveitamento mais efetivo das nossas atividades e, com isso, avançar o conhecimento, avançar a inovação, a troca de experiências, etc., entre os parceiros no sentido de direcionar todas as nossas iniciativas, todos os nossos esforços, para a gente... Na realidade, a gente fala desse sucesso, mas, conforme eu comentei anteriormente –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Sibelle também falou isto bem claramente –, nós estamos num novo mundo para a nossa agricultura e, se a gente não correr, ele vai nos deixar trás.

Então, com tudo aquilo que nós conquistamos nesses anos todos dessa nossa agricultura tropical de excelência, que a gente reconhece e enche a boca para falar, nós estamos diante de uma situação em que a gente pode perder, de certa forma, um pouco desse chão, um pouco desse reconhecimento internacional, principalmente a nossa soberania em termos de conhecimento e produção de inovação. Então, eu fico preocupado. Deveríamos ter, efetivamente, um sistema atuante e integrado, para a gente partir nessa direção do reconhecimento dessa nova agricultura, dessas novas demandas, desses novos cenários, para a gente não ficar para trás mais uma vez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Flávio Anastácio.

Se nós pudéssemos, além de termos os órgãos governamentais, nos utilizar das faculdades, dos centros universitários, das universidades, tanto privadas quanto públicas, no Brasil todo, minimamente concatenadas, eu tenho certeza de que nós poderíamos avançar e muito em ciência e tecnologia no agronegócio brasileiro.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Thiago Moraes, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Mais uma vez, agradeço a sua presença junto conosco.

O SR. THIAGO MORAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente, eu é que agradeço, mais uma vez, o convite e reforço aqui que o ministério está totalmente à disposição para poder colaborar e construir um trabalho conjunto com os demais atores do sistema para que a gente consiga articular e montar esse sistema.

Eu acho que ficou muito claro aqui, com a apresentação dos demais colegas, o desafio que a gente tem pela frente, o desafio de gestão, de gestão da informação, gestão do conhecimento, e como integrar isso às diferentes políticas de diferentes órgãos que compõem esse sistema. Eu acho que, do lado do Poder Executivo, a gente tem este grande desafio de conseguir integrar todas essas ferramentas, todas essas diferentes políticas, e eu acredito que o PL pode contribuir muito com isso. Como o Flávio colocou, evitar o assombramento de atividades, evitar a duplicidade de ações.

Então, para a gente conseguir isso é essencial que a gente trabalhe conjuntamente. O INPI deixou bem claro – o INPI, na verdade, porque pode ser confundido com o Inpe do MCTI, mas é o INPI – o trabalho que eles têm feito com relação à gestão de informação, à gestão de patentes. Esse trabalho é essencial para o delineamento de políticas públicas. A partir desse trabalho, a gente consegue identificar áreas e lacunas em que o Governo precisa atuar, precisa financiar. E, enfim, eu acho que o PL faz bem este trabalho de promover um sistema que articule as diferentes seções do Governo.

Por fim, não poderia deixar de agradecer, mais uma vez, o trabalho do Congresso Nacional frente ao descontingenciamento do FNDCT, um fundo essencial para o fomento de atividades em ciência e tecnologia, em diferentes áreas, em especial o agro. Era um fundo que estava contingenciado desde 2013. Então, iniciaram esse descontingenciamento para a gente conseguir apoiar novas iniciativas e desenvolver todo o sistema nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, quero parabenizar mais uma vez o Senador Styvenson, o Senador Arns e a Senadora Soraya pelo PL e também quero colocar o ministério totalmente à disposição para poder colaborar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Thiago.

Passo a palavra à Sibelle de Andrade Silva, Diretora do Departamento de Apoio à Inovação para a Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Mais uma vez agradeço a presença de V. Sa. junto conosco nesta manhã.

A SRA. SIBELLE DE ANDRADE SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada a V. Exa., Presidente da CRA, Senador Acir. É uma satisfação encerrar aqui a minha fala neste debate.

As perguntas foram muito pertinentes, bem como a colocação de todos os colegas.

Começando pelas perguntas que questionam acerca de como a gente pode avançar em benefícios para os produtores, em termos de incentivo para a inovação, eu preciso mencionar que o Plano Safra do nosso Ministério da Agricultura, que leva crédito a condições absolutamente competitivas de norte a sul do País. E, inclusive, falando em diretrizes de inovação, foi a primeira vez este ano em que o Plano Safra contemplou de forma objetiva, por escrito, a agricultura de base biológica. Há, inclusive, linhas de financiamento focadas na questão dos bioinsumos, na questão da produção e da construção de biofábricas. Então, o Plano Safra é um mecanismo que os produtores podem utilizar para alavancar não apenas a questão da produção em si, mas também em termos de inovação, de aumento da produtividade e de qualidade de vida para eles. Então, o Plano Safra é um mecanismo muito relevante para esse avanço.

Em termos de inovação também, a gente vai além, porque nós temos também buscado a promoção de vários editais. O próprio Ministério da Agricultura, em parceria com a ABDI e com outros entes, no ano passado, lançou editais, como o edital para o Agro 4.0, com valores da ordem de R$4,8 milhões, que beneficiaram uma série de projetos focados em agricultura digital. E queremos, junto com o Thiago do MCTI, como vimos falando e trabalhando nessa parceria, que tenhamos para o ano que vem, quem sabe, mais editais para beneficiar, para alavancar a inovação na agropecuária.

Além disso, em termos não só de incentivo, mas também de programas que são estruturantes e de base, o contexto dos bioinsumos é importante, mas eles têm uma matéria-prima ainda mais relevante, que é a biodiversidade. E, em termos de biodiversidade, nós temos aqui um programa em fase de estruturação, um programa nacional focado em recursos genéticos para alimentação e agricultura, que contempla o uso sustentável desses recursos como matéria-prima para a inovação. E uma das inovações que podem derivar deles – pode haver muitas outras – é justamente a dos bioinsumos, um mercado crescente e inequívoco, porque a gente vê que cresce a taxas de 30% ao ano a agricultura de base biológica no País.

E, para que isso tudo se mova – eu fico muito feliz em ouvir a fala de V. Exa., Senador Heinze –, para a promoção de novos arranjos, a gente tem aqui que aproximar o setor público, aproximar inclusive o apoio parlamentar regional, o setor privado com os *hubs*, aceleradoras, investidores nesses ecossistemas regionais de inovação. Esses também são mecanismos de incentivo em que a gente acredita e que a gente fomenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Heinze, por exemplo, a gente tem várias discussões na Região Sul que V. Exa. acompanha e apoia; temos ações também em outras regiões, como o Cerrado mineiro, Vale do São Francisco, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, enfim, de norte a sul do País. E é fundamental isto: fomentar a cultura empreendedora no agro. E para isso a gente acredita que a inovação é aberta. Inovação aberta já virou pleonasmo; a gente precisa atuar em conjunto, em rede. E isso só é possível incluindo todos os atores e com debates tão amplos e benéficos como este.

Há uma questão também, que foi levantada por um ouvinte que nos acompanha hoje, a respeito da preservação do solo. Essa questão também é muito importante. O nosso Ministério da Agricultura, por meio de um outro departamento, que é vizinho ao meu, o Departamento de Produção Sustentável, tem um grande programa chamado PronaSolos.

A gente sabe que o Brasil é muito carente de informações detalhadas sobre os solos brasileiros, é um problema, é um desafio, é uma lacuna, mas esse programa PronaSolos pretende, pelas próximas três décadas, mobilizar dezenas de instituições, inclusive a própria Embrapa, para investigar, documentar, inventariar e interpretar todos os dados dos solos brasileiros e, com isso, você ter uma escala de conhecimento dos solos de uma maneira nunca antes vista e, assim, beneficiar e muito a pesquisa, a ciência e a inovação agropecuária.

Eu convido também os senhores ouvintes a conhecer o nosso observatório nacional da agropecuária, que mostra uma visão territorial sobre vários aspectos, seja de sustentabilidade, seja da própria questão do PronaSolos, em que vai haver uma integração. Enfim, mostra vários números, inclusive do zoneamento rural, das perspectivas de plantio, de que os nossos produtores podem se beneficiar, já numa plataforma eletrônica que, com certeza, a gente vai precisar integrar junto ao nosso novo e moderno SNPA.

E, além dos solos, pessoal, a gente tem a questão da água. Carbono, solo e água vão ser paradigmas, já são paradigmas no agro. A questão da água: a nossa Ministra já anunciou o início dos trabalhos em um grande programa, o Águas do Agro, um grande programa nacional que é focado na proteção das microbacias hidrográficas. Então, o nosso agro tem todas essas discussões, respondendo as questões que foram colocadas. E a gente sabe que o agro só é o agro nacional e tem a pujança que tem porque teve um *locus* de ciência dedicado, como já foi muito bem pontuado, com toda a história de criação da Embrapa – e, não apenas da Embrapa: a gente tem um exército de pesquisadores, instituições públicas e também privadas dedicadas a essa questão.

Comentando brevemente, caminhando para o encerramento, a fala dos meus colegas. Flávio, a gente tem parcerias com o MEC, a gente tem parcerias estabelecendo parcerias com a Capes, inclusive a Capes é um ator estratégico no PronaSolos, mas queremos também estabelecer parcerias com o próprio Ministério da Educação, incluindo atuação dos institutos federais em prol da inovação no agro. A gente tem feito isso aqui rotineiramente e espero, em breve, anunciar ações concretas nesse sentido.

Presidente Cláudio, Diretora Liane do INPI, propriedade intelectual é um assunto riquíssimo, um assunto que me é muito caro também. É uma fonte inequívoca de informação para o futuro, para a prospecção tecnológica, e propriedade intelectual é o mundo. A gente tem muita tecnologia nacional, a gente tem não apenas as patentes, as marcas, mas, como foi lembrado, também as variedades vegetais, as nossas cultivares que também são em muito produzidas em parcerias público-privadas. O registro de cultivares, que é essa forma *sui generis*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de propriedade intelectual, é feito aqui no Ministério da Agricultura, na Secretaria de Defesa Agropecuária. Eu preciso dizer que o Brasil está entre os países que têm mais residentes que registram variedades vegetais. Isso confirma o crescimento mostrado pela Diretora Liane em termos da quantidade de patentes de fertilizantes, de tecnologias para fertilização, e mostra a pujança do agro, ou seja, a propriedade intelectual, esses dados confirmam que a gente está numa ascensão contínua.

As *agritechs*, como o Presidente Cláudio também colocou, precisam saber lidar com propriedade intelectual. Então, a gente pode atuar em conjunto com o Ministério da Agricultura, também com a Embrapa – como foi colocado que está sendo estabelecida uma parceria junto à autarquia, ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial. E além disso, a gente pode ter várias ferramentas, na propriedade intelectual como um todo, não só na propriedade industrial, para fazer essa roda da inovação girar. PI é meio, não é o fim; é um meio, mas é um meio fundamental para a inovação.

E a gente tem aqui no MAPA várias ações envolvendo indicações geográficas, selos, sinais distintivos também definidos em lei, como o próprio Selo Arte, que auxiliou e vai auxiliar sobremaneira o comércio de derivados de lácteos e carnes.

Eu fiquei muito feliz ao ouvir sobre os avanços em relação às marcas propriamente ditas, que também são mecanismos inequívocos de inovação, mecanismos que auxiliam os produtores rurais a se organizar em torno das marcas coletivas, auxiliam a colocar um ativo à materialização de um processo produtivo, conferir uma identidade, levar para o mercado, levar para o consumidor.

A gente já tem no agro inúmeras marcas-conceito, e eu os convido a conhecer aí o Carne Carbono Neutro, o Carne Baixo Carbono, que nasceram como uma marca de serviço, uma marca de produto também, e que vão evoluindo quem sabe até para uma certificação com rastreabilidade, que já está no mercado, como a gente pode ver. Convido-os a conhecer.

E, por fim, Presidente Cláudio, eu também o convido a se aproximar ainda mais do nosso Ministério, firmar conosco, de repente, algumas ações concretas. A gente tem uma convergência com o MCTI, com a Capes e com vocês, mas quem sabe a gente não consegue também ações concretas na seara da propriedade intelectual, na seara da propriedade industrial, para que possamos fazer o nosso agro se profissionalizar cada vez mais nesse tema.

Por fim, Thiago, do MCTI, nós somos parceiros de longa data e queremos tangibilizar essa parceria por meio, quem sabe, de novos editais, no fundo setorial do agro. Estamos juntos nesse nosso desafio.

E todos contem conosco, Srs. Senadores. É uma grande satisfação aqui falar um pouco do nosso trabalho. E a gente fica aqui à disposição, no Ministério da Agricultura. Vamos mandar contribuições ao projeto de lei, parabenizando e muito pelo debate, pela iniciativa para que a gente tenha um SNPA moderno e robusto para o nosso agro seguir avançando.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dra. Sibelle.

E é muito gratificante poder ver tanto o Ministério da Agricultura quanto o de Ciência e Tecnologia, a Capes, o INPI firmes nessa questão de ciência, tecnologia, inovação, principalmente na agropecuária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que fique muito claro, para todos nós, que nós estamos vendo a ciência e a tecnologia avançarem fortemente no nosso País. Volto a dizer: neste momento em que nós estamos com vários problemas, como questões hídricas, desmatamento, questões ambientais, a necessidade de aumentarmos a produção de alimentos, mais do que nunca nós precisamos e muito de ciência, inovação, tecnologia, para que possamos avançar. E avançar em recuperações de áreas degradadas, recuperações das nossas reservas, recuperação das nossas fontes de águas, isso é importante.

E fiquei muito satisfeito de ouvir tudo o que eu ouvi hoje de todos os nossos palestrantes. E aguardaremos as sugestões para que possamos fazer o nosso relatório dentro daquilo que realmente é importante, é preciso, no desenvolvimento do nosso País.

Agradeço mais uma vez a presença da Dra. Liane Lage; do Dr. Cláudio Vilar Furtado; do Flávio Anastácio Camargo, do Capes; do Thiago Moraes; da Sibelle de Andrade Silva, pelas suas participações. Assim como também agradeço a participação do Senador Jayme Campos, do Senador Esperidião Amin, do Senador Luiz do Carmo, do Senador Styvenson Valentim, da Senadora Zenaide Maia e do Senador Luis Carlos Heinze, com a sua participação aqui junto conosco.

Antes de finalizar, faço uma lembrança. Tenho sido demandado semanalmente por agricultores do Estado de Rondônia, produtores de hortifrutigranjeiros, produtores do nosso pescado do Estado. Estão preocupados com o fechamento da BR-319 – foi cancelada a manutenção dessa BR. Eu falo isso de Rondônia por conta de que os nossos produtos hortifrutigranjeiros, o nosso produto do pescado, o nosso tambaqui, são enviados a Manaus, que é o nosso grande consumidor, e isso é feito através da BR-319. Se hoje se leva 15 horas de viagem de Porto Velho até Manaus, sem ela nós teríamos que levar 7 ou 8 dias de balsa pelos rios. É impossível você fazer isso com os nossos produtos hortifrutigranjeiros.

Então, é uma preocupação muito grande. Fica aqui o nosso pedido ao Ministério de Infraestrutura. Nós somos da agricultura, mas a agricultura depende da infraestrutura – nós precisamos escoar a nossa produção.

Assim como a duplicação da BR-364: nós precisamos demais da duplicação dessa BR para que a gente possa escoar a produção, não só do Estado de Rondônia, mas do Estado do Acre, do Estado do Mato Grosso, integrando com a hidrovia do Madeira, para exportarmos as nossas produções. Essas são matérias importantes e recorrentes aqui na Comissão de Agricultura também.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 08 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e um minuto do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Alessandro Vieira e Marcos do Val, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa (Req 3/2021-CRA), atendendo aos requerimentos REQ 3/2021 - CRA, de autoria desta Presidência, e PL 6417/2019, de autoria Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Finalidade: Instruir o PL 6417/2019, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze e Soraya Thronicke, que "altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA)". Participantes: Guy de Capdeville, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; Reginaldo Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Evaldo Ferreira Vilela, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 9, de 2021 que: "Em aditamento ao Requerimento nº 03 de 2021-CRA e nos termos regimentais, requeiro Audiência Pública para instruir o PL 6417/2019 que “altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA)”, com a presença dos seguintes convidados: - Representante do Conselho Nacional das Entidades Estaduais de Pesquisa Agropecuária – CONSEPA; - Representante do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; e - Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE." Autoria: desta Presidência. Resultado: Aprovado. Usa da palavra o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SENADOR ACIR GURGACZ

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização da segunda audiência pública, nos termos do Requerimento nº 3, de 2021, da CRA, de iniciativa desta Presidência, para instruir o PL 6.417, de 2019, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze e Soraya Thronicke, que altera a Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária, o SNPA.

Esta audiência pública é interativa por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e também pelo telefone 0800-612211.

Os nossos convidados de hoje são: Dr. Guy de Capdeville, da Embrapa; o Dr. Reginaldo Minaré, da CNA; Dr. Evaldo Ferreira Vilela, do CNPq; e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, do Ipea.

Nós faremos da seguinte forma: cada um dos convidados terá 20 minutos para as suas exposições, inicialmente pela ordem que aqui foi citada. Depois, nós inverteremos, nas considerações finais. Quem for o último será o primeiro, quem for o primeiro será o último. As considerações finais serão em torno de 5 minutos para cada um.

Antes de iniciarmos com os nossos convidados, faço as nossas colocações nesta Presidência. A importância da ciência, da tecnologia, da inovação, do desenvolvimento da agricultura brasileira é inquestionável. Isso ocorre de norte a sul do País, em todos os biomas, com variedades de plantas adaptadas para cada tipo de solo, de clima e de tratos culturais locais. É o caso da nossa Rondônia, um dos mais jovens Estados da Federação que, desde a sua transformação de Território nacional, passou a contar com as pesquisas desenvolvidas por diversas instituições, como a Embrapa, que foi instalada no nosso Estado em 10 de junho de 1975; a Ceplac, centro de pesquisas voltado ao cacau, instalado em 1971 no Estado de Rondônia; a Emater, instalada em 1984; o Senar/CNA, que atua desde 1991 em Rondônia; a UNIR (Universidade Federal de Rondônia), com diversos cursos de graduação, pós-graduação, com diversas linhas de pesquisa voltadas para a agropecuária; o Ifro (Instituto Federal de Rondônia), com seus cursos técnicos de Agronomia, Aquicultura, Zootecnia, Agroecologia e Agronegócio; e tantas outras instituições públicas e privadas, como o Idaron, o Fefa, só para citar algumas que se dedicam à pesquisa, à assistência técnica, à extensão rural e à organização do setor agrícola em nosso Estado.

Ao citar essas instituições, saliento que foi graças às pesquisas desenvolvidas que Rondônia se tornou um grande produtor agrícola, se destacando no cenário nacional em várias culturas, como café, cacau, soja, milho, carne, leite, pescado e uma grande diversidade de produtos da agricultura familiar. Um exemplo disso é o nosso café clonal, desenvolvido pela nossa Embrapa, que fez a produtividade do café de Rondônia saltar de 9 sacas por hectare para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

35 sacas por hectare, em menos de dez anos. Foram anos de pesquisas até que a Embrapa conseguisse desenvolver um café genuinamente rondoniense, adaptado ao nosso solo, ao nosso clima e com alta produtividade. Esse café é chamado cientificamente de BRS Ouro Preto é composto pelo agrupamento de 15 clones de grãos com adaptações aos trópicos úmidos e à baixa altitude da Amazônia e, por isso, é chamado pelos agricultores de Rondônia como café clonal.

A certificação deste café no Ministério da Agricultura encontrou alguns entraves justamente por conta da falta de integração da base científica com a base institucional. Trabalhamos intensamente, desde 2009, para que as pesquisas sobre esta variedade fossem concluídas, experimentadas e aplicadas pela Embrapa em nosso Estado, inclusive com a destinação de recursos para a Embrapa através de emenda parlamentar na época. Também realizamos um trabalho institucional e político-estratégico para que esta variedade de café clonal fosse certificada pelo Ministério da Agricultura, o que ocorreu em 2012, depois de algumas audiências públicas que realizamos na Comissão da Agricultura aqui e lá em Rondônia, especificamente na cidade de Cacoal, quando nós discutimos o aumento da produtividade do café em Rondônia. O que faltava era apenas a articulação institucional entre a base científica dos nossos pesquisadores da Embrapa e a base institucional e política do Ministério da Agricultura. Creio que com a modernização do SNPA teremos uma sintonia mais fina entre essas esferas institucionais, pois teremos uma governança integrada. Outro exemplo é o cacau produzido em Rondônia de forma totalmente sustentável, no sistema agroflorestal cabruca, integrado à Floresta Amazônica, graças às pesquisas científicas da Ceplac.

Portanto, a ciência, a tecnologia e a inovação estão na base do desenvolvimento da nossa agricultura, tanto em Rondônia, como em todo o Brasil, e é por isso que este tema se reveste de grande importância para todo o País. A reorganização desse setor em um novo modelo de governança, numa rede digital conectada e cooperativa, como está propondo o PL nº 6.417, vai modernizar o SNPA, Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária, e dar condições para que ele contribua de forma ainda mais efetiva para o desenvolvimento da nossa agricultura.

Estamos buscando a interação entre todas as plataformas de pesquisa para que os resultados cheguem de forma mais célere aos nossos produtores rurais. Não podemos ter sobreposição de pesquisa nem entraves burocráticos e institucionais para aplicação imediata da pesquisa após a comprovação dos testes experimentais. Vimos com a experiência do café clonal de Rondônia o quanto as aplicações imediatas das pesquisas podem contribuir para o aumento da produção e da produtividade. Em dez anos, demos um salto muito grande. Repito: de 9 para 35 sacas por hectare. E é isso que interessa para o nosso produtor.

Temos excelentes pesquisadores e instituições sérias e comprometidas, conhecimentos e saberes acumulados que precisam de um sistema de governança moderno e eficiente, para produzirem resultados ainda mais efetivos para a nossa agricultura. Nesse sentido, os debates que estamos promovendo aqui na Comissão de Agricultura estão trazendo uma grande contribuição para o nosso parecer sobre esta matéria. E, na condição de Relator desse PL, agradeço por antecipação a todos os especialistas, pesquisadores, cientistas e gestores dessa área tão importante para a nossa agricultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, portanto, vamos começar ouvindo os nossos convidados. Passo a palavra agora ao nosso convidado Guy de Capdeville, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Na sequência, Reginaldo Minaré; depois, Evaldo Ferreira Vilela; e, por último, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho. E, no retorno, nós inverteremos a ordem, para que todos possam fazer as suas colocações.

Passo a palavra, então, para o representante da Embrapa, Dr. Guy de Capdeville. V. Sa. Tem 20 minutos para fazer a sua explanação.

O SR. GUY DE CAPDEVILLE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senador Acir Gurgacz. Em seu nome, Senador, eu gostaria aqui de cumprimentar todos demais Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão.

E eu gostaria de aproveitar esta oportunidade, Senador, ao iniciar, antes de entrarmos no tema da nossa audiência, e de agradecer imensamente o apoio de V. Sa. a todas as ações da Embrapa com emendas e a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que vem sempre se preocupando em nos apoiar com o nosso orçamento.

Como todos sabem, a Embrapa é uma instituição de Estado e ela depende dos recursos públicos, porque ela tem como sua meta principal, o seu objetivo principal o lucro social e trazermos soluções para o fortalecimento do agro nacional, que hoje, como todos sabem, tem uma participação importantíssima no PIB nacional.

Senador, quero também agradecê-lo aí pela chamada da audiência pública que se realizará no dia 07/10, em homenagem aos 48 anos da Embrapa. E, em nome do Presidente Celso Moretti, que infelizmente não pôde comparecer a essa audiência, por motivo de saúde, eu gostaria de agradecê-lo e de agradecer a toda esta Comissão por esse apoio.

Senador, eu vou compartilhar aqui a minha tela.

O meu objetivo principal...

Eu ficarei sem enxergá-los. Então, por gentileza, Senador, se houver algum problema aí, durante a minha fala, por favor, me interrompa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não. (*Pausa*.)

O SR. GUY DE CAPDEVILLE – Os senhores conseguem ver a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sim, já está compartilhada.

O SR. GUY DE CAPDEVILLE – O.k.

Bom, o que eu gostaria aqui de inicialmente falar, antes de entrar em algumas considerações em relação ao projeto de lei, é que algumas situações que foram postas foram importantes aí para chegarmos a este momento. A Embrapa, só para relembrar aqui, principalmente à nossa audiência, que está acompanhando pelo canal da TV Senado, a Embrapa é instituição de pesquisa composta de sete unidades centrais, que ficam localizadas aqui em Brasília, mais 43 unidades de pesquisas descentralizadas, que estão espalhadas em praticamente todos os Estados brasileiros. Essas unidades têm mandatos e atuação em temas distintos. E isso, por si só, estabelece uma grande rede no País. Junto da sua origem, aqui no País, da criação da Embrapa, na mesma época e até um pouco antes, foi estabelecida a ideia da construção do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Eu sei que todos os senhores conhecem bem este assunto. Eu só estou aqui tentando trazer um alinhamento, mostrando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância da Embrapa como coordenadora da relação com várias universidades nacionais e com as organizações estaduais de pesquisa agropecuária, que, junto com o setor privado e com fundações, estabeleceu essa estrutura organizada que nós chamamos de Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária.

A nossa relação com as Oepas, com essas Organizações Estaduais de Pesquisa, é muito intensa. Nós temos toda essa rede de instituições com as quais nós colaboramos, com várias universidades. Aqui, é só uma amostra do que nós temos em termos de relação com várias universidades públicas, apesar do arrefecimento, do enfraquecimento da estrutura do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, pois, quando da promulgação, a Constituição de 1988 nos tornou incapazes de fazermos a gestão orçamentária que era prevista para ser feita.

Para mostrar alguns números para os senhores aqui, para ver como a Embrapa ainda continua fazendo essa rede importante com a maioria dos atores desse sistema, que, por questões mais orçamentárias, acho que se enfraqueceu: com o setor produtivo, nós temos hoje, no modelo de inovação aberta, 178 projetos em parcerias diretas. Nessas parcerias, foram aportados em torno de R$122,5 milhões, e aproximadamente 86% desse montante foi aportado pelos parceiros do setor produtivo, pelos parceiros externos. No Governo Federal, aqui, cabe um agradecimento tanto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social quanto ao nosso Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq. Cumprimento o Professor Evaldo Vilela pela parceria que a Embrapa tem tido com o CNPq. Ao longo de uma década, o CNPq financiou mais de 550 projetos da Embrapa, totalizando cerca de R$53 milhões. E muitos, muitos desses projetos, em parceria com várias dessas instituições que compõem o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

Com as universidades, nós colaboramos ou já colaboramos com mais de 160 delas. Historicamente, a USP tem sido a nossa maior parceira, mas, recentemente, a Universidade Federal de Pelotas tornou-se a mais intensa em parcerias mais atuais. Em termos das nossas relações com as organizações estaduais de pesquisa, 70% do que nós fazemos acontece com três instituições: Epamig, Apta e Epagri, mas nós também ampliamos muito essa rede com parceiros internacionais. Hoje, nós temos vigentes mais de 40 projetos de parceria internacional, cujos principais países parceiros são França, Reino Unido e Estados Unidos.

Nós temos também, estabelecemos e formalizamos isso mais recentemente na Embrapa, o estabelecimento do que nós chamamos Unidades Mistas de Pesquisa e Inovação, UMIPIs. Elas são estruturas, que nós concebemos, que consistem em alianças estratégicas firmadas entre a Embrapa e outras instituições, sejam elas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, visando atender as necessidades regionais ou territoriais, resolvendo desafios de pesquisa, desenvolvimento e inovação que sejam específicos ou mesmo temporários, mediante ações de cooperação técnico-científica, buscando apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de pesquisa e inovação.

Aqui nós temos exemplos de unidades mistas que nós temos vigentes. Uma das mais importantes que consideramos é a Unidade Mista de Pesquisa em Genômica Aplicada a Mudanças Climáticas, que é uma parceria entre a Embrapa e a Unicamp. Temos uma também na área de automação e sustentabilidade na agropecuária, que tem a parceria da UFSCar e da USP. Temos, como o senhor mencionou, a Ceplac. Acabamos de criar uma unidade mista, junto com a Ceplac, para trabalharmos, principalmente no Pará e em Rondônia, o cacau e as iniciativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pesquisa, que estão crescendo muito na região Norte. E nós estamos também construindo novas, como por exemplo, estamos propondo a instituição de uma no Espírito Santo, junto com o Instituto Federal, com a Universidade Federal, estamos fazendo contato inicial ainda com as instituições, mas essa é uma demanda antiga de vários Deputados e vários Prefeitos do Estado do Espírito Santo. Apesar de já termos alguma atuação, principalmente em café, nós consideramos que esse Estado merece ter a presença da Embrapa, em parceria, já dentro dessa lógica que estamos discutindo aqui nesse Estado.

A nossa participação internacional se dá praticamente no mundo inteiro. Nós temos parceria com o Canadá, com os Estados Unidos... Aqui na América do Sul todos os países são parceiros da Embrapa. Na África, na Europa, na China, na Austrália, Japão, Coreia... Então, a nossa rede internacional é muito sólida e, para que os senhores tenham ideia, nós temos cerca de 151 acordos bilaterais estabelecidos com outros países, 47 países no total. São 127 instituições de pesquisa e participamos de seis acordos multilaterais entre três ou mais países.

Na cooperação científica, nós temos o que nós chamamos de Laboratório da Embrapa no Exterior, que são duas unidades que foram sediadas, uma nos Estados Unidos, no ARS/USDA, e a outra no Agropolis, na França, em parceria com o Cirad, que permitem um leque muito amplo da Embrapa em atuação internacional na fronteira do conhecimento científico.

Aqui algumas das instituições com as quais nós relacionamos no exterior, num programa que nós chamamos de Cientista Visitante, em que nós enviamos os nossos pesquisadores e nossos analistas de pesquisa para fazerem trabalhos de pesquisa, ganhando conhecimento, trocando experiência e fazendo intercâmbio de conhecimento com esses passeios.

Só para que os senhores tenham uma noção, em termos de contratos nacionais e internacionais, nós temos ativos hoje mais de 3,3 mil contratos nacionais, com parceiros privados e públicos, e mais de 186 internacionais. E, desses contratos e convênios, são cerca de 2 mil contratos e 1,4 mil convênios.

Bom, com relação ao PL propriamente dito, nós temos as seguintes considerações, Senador. Primeiro nós concordamos totalmente com a iniciativa de se reestruturar o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, incluindo os atores atuais e, eventualmente novos atores que surgiram desde a origem desse Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. E aqui nós propomos que tenhamos a definição de um novo modelo de gestão. E, como base, propomos seguir orientações contidas no relatório que o CGEE produziu por demanda da Embrapa e de parceiros, que tem orientações bastante interessantes ali e que nós consideramos que são importantes de serem levadas em consideração.

Com relação à coordenação do Sistema Nacional de Pesquisa, nós entendemos que não há mais necessidade de que a Embrapa faça esse papel. Nós já concordamos com o relatório do CGEE, no sentido de que nós podemos desenhar uma estrutura mais horizontal envolvendo as instituições que participam, o Estado brasileiro. E a proposta é que nós façamos uma discussão mais ampla desse novo sistema nacional, envolvendo todas as instituições que já participam dessas discussões desde o início, mais as novas instituições que poderiam vir a compor essa nova estrutura, esse novo modelo que nós estaremos desenhando.

Nós entendemos que o projeto de lei deva dar as orientações e diretrizes estratégicas, sendo que o modelo de funcionamento poderia ser proposto por portaria do próprio Ministério da Agricultura, que tem conhecimento, *expertise* em estabelecimento de políticas. Nós, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embrapa, somos fornecedores de informações técnico-científicas para suporte à estruturação e ao fortalecimento de políticas públicas. Porém, esse papel obviamente deve ser de um ministério. E aqui a nossa sugestão, pela própria ligação direta que existe com o setor produtivo, o Ministério da Agricultura poderia fazer o papel de estabelecer um modelo de funcionamento junto com essas instituições para termos um desenho final disso.

E, claro, aqui é importante, Senadores, demais participantes, demais colegas, nós precisamos estabelecer qual será a forma de fomento dessa rede. Na minha visão e na visão da Embrapa, um dos principais motivos de nós não termos tido um sucesso intenso, porque nós temos um sucesso parcial, foi a nossa incapacidade de distribuir os recursos a partir da promulgação da Constituição de 1988. E, por não termos recursos estabelecidos de uma fonte específica para vir para a rede, nossas instituições acabam – vou usar um termo, vamos dizer, *light* – concorrendo por recursos públicos e outras fontes de recursos, quando nós deveríamos estar desenhando juntos as iniciativas para o sucesso dessa rede. Não nos cabe aqui voltar ao passado e saber quais foram as motivações de ela ter sido mais enfraquecida ou menos. São vários fatores, inclusive, o enfraquecimento das nossas agências de transferência de tecnologia que aconteceram em alguns Estados. Isso tudo ajuda a desestruturar. Portanto, fica aqui uma sugestão aos senhores de que nós pensemos... O próprio CGEE, no seu relatório, aponta algumas oportunidades de captação de recursos, mas nós precisaríamos ter algo destinado à rede e não a cada uma das suas instituições, senão nós acabaremos competindo, quando nós deveríamos estar trabalhando juntos, uma vez que o recurso que fomenta, principalmente as instituições públicas, é recurso público e acaba saindo do mesmo pacote.

Então, senhores, era isso que nós tínhamos a falar. Parabenizo-o aqui novamente, Senador Acir Gurgacz, por essa iniciativa e agradeço imensamente o apoio que o senhor e esta Comissão têm dado à nossa empresa.

Um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós que agradecemos a sua presença e a sua explanação.

Passo a palavra agora ao Reginaldo Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). V. Sa. tem 20 minutos para fazer a sua explanação. Muito obrigado pela presença. (*Pausa.*)

O Reginaldo está conectado conosco ou não? (*Pausa.*)

Está, não é?

O SR. REGINALDO MINARÉ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bem, eu estava com dificuldade para abrir o som aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

O SR. REGINALDO MINARÉ – Um bom dia, Senador Acir Gurgacz, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Senadores presentes. Parabenizo-o pela iniciativa da audiência pública sobre esse projeto de lei, sobre esse tema, que é fundamental não só para o Brasil, mas para qualquer nação que queira se desenvolver e participar do mercado mundial no futuro. Agradeço o convite à CNA, em nome do Dr. João, nosso Presidente.

Enviei ao Senado uma apresentação – são seis no PowerPoint – e acredito que será breve, dentro do templo previsto.

Vou procurar compartilhar aqui... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não está subindo aqui. Vamos ver.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Está liberado, Reginaldo.

O SR. REGINALDO MINARÉ – Ela não está conseguindo carregar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós aguardamos. Não há preocupação.

O SR. REGINALDO MINARÉ – Está ótimo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pronto! Está compartilhado.

O SR. REGINALDO MINARÉ – Maravilha!

Muito bem, o projeto de lei sobre o qual estamos dialogando é uma iniciativa absolutamente interessante, procura trazer para o universo da ciência e tecnologia não a construção de uma rede, porque a rede já existe. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária no Brasil já está funcionando. O que o projeto traz é uma ferramenta para melhorar a interação desse sistema, talvez sistematizá-lo de fato, congregando todas as instituições que realizam pesquisas no campo da agropecuária brasileira. É uma proposta moderna, fala de uma plataforma digital, e precisamos mesmo ter essa ferramenta. O digital, hoje, é a ferramenta mais indicada para fazer esse tipo de aglutinação.

O País é continental, temos uma série de instituições que realizam pesquisas e realizam excelentes pesquisas, como o próprio representante da Embrapa apresentou o que a Embrapa faz. Temos universidades, como a USP de Pirassununga, no campo da pecuária; temos a USP de Piracicaba; temos Lavras; temos Viçosa e outras tantas, no Sul, Norte e Nordeste, cada uma com a sua especialidade. Temos instituições fantásticas como CNPq, Capes, Fapesp e outras mais. E congregar isso, esse volume de talentos e de iniciativas, dentro de uma plataforma, nós entendemos ser bastante pertinente e muito interessante. Ao final, faremos até pequenas sugestões ao projeto.

A importância do projeto talvez a gente consiga vislumbrar melhor com uma passagem de um livro de Martin Heidegger em que – escrevendo uma carta a um colega dele, no Japão, Professor Kojima, e procurando responder uma pergunta que o Professor Kojima fez sobre o que significa a europeização do mundo; de onde vem esse domínio; de que retira o seu poder; qual o elemento que nele se apresenta dominador – Heidegger argumentou que, como característica mais evidente, apresenta-se a técnica moderna, que está na base da edificação da sociedade industrial. E, de fato, o filósofo alemão não deixa de ter razão; ao contrário, a técnica moderna é um instrumento que faz com que as principais nações invistam forte parcela dos seus PIBs, as grandes empresas inovadoras invistam significativa parcela do seu faturamento, seus lucros, na pesquisa, porque esse é o caminho que facilita a produção, que melhora a produção, que garante a produção e garante a competitividade. E isso é muito importante para o Brasil, não só no campo da agricultura, mas como Nação, como preocupação com o futuro da Nação. A agricultura pode até ir bem vendendo *commodity*, hoje e amanhã, porque é importante vender soja, mas, talvez, o País não vá bem vendendo soja e comprando iPhone. Esse é um ponto que passa por uma estrutura de pensamento de futuro da Nação e não só da agricultura.

Mas, como Heidegger disse, a técnica é a grande força do que o professor japonês chamou de europeização do mundo. E o termo "técnica" tem origem no grego *téchne*, que significa ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento na produção. O conhecimento não pode ser, simplesmente, recebido, como se recebe um objeto, visto que, entre a capacidade de fazer alguma coisa e a capacidade de saber fazer alguma coisa, é, em particular, o elemento intelectual e fundamental do saber fazer que tem que estar presente. E, aqui, nós temos um diálogo direto com as grandes universidades do País que preparam mão de obra não só para instituições como a Embrapa, como outras instituições de pesquisa, mas para as empresas e o setor produtivo de uma forma geral. São elementos importantíssimos. Os recursos humanos são, efetivamente, prioridade para o desenvolvimento do País. Estando nessa plataforma, certamente, enriquece o nosso ambiente, promove o espírito dos cientistas, contribui com essa reforma institucional que tem um potencial gigantesco para a promoção e o desenvolvimento dos talentos que temos, inclusive para incentivar novos jovens para essa área. Esse é um ponto importante.

O PL aborda um tema fundamental, que é o estímulo ao desenvolvimento do saber fazer científico, do saber fazer tecnológico, e isso deve ser permanente. A técnica é fator fundamental para o desenvolvimento econômico das nações, e não só do setor produtivo, isoladamente. Então, parabéns pela apresentação do projeto e por essa série de audiências públicas, que, certamente, contribuirão não só com esse projeto, mas com vários outros que tramitam na Casa!

Especificamente sobre o campo brasileiro. A CNA não representa desenvolvedores de tecnologia; a CNA representa consumidores de tecnologia. Os agricultores são grandes consumidores de tecnologia, investem bilhões em tecnologia todos os anos. Diferentemente, talvez, de uma fábrica, que tem o seu investimento concentrado em um local e pode noticiar que investe R$500 milhões, R$1 bilhão, R$2 bilhões no País trazendo tecnologia, os agricultores, de forma dispersa – são milhares –, fazem isso anualmente, investem bilhões em tecnologia, a agricultura, a pecuária, e são, sim, consumidores de tecnologia, e, sempre que a tecnologia tem um balanço positivo na planilha de custo do agricultor, o agricultor adota. O agricultor tem que ter esse trabalho de avaliar se a tecnologia desenvolvida é interessante do ponto de vista competitivo, que o custo/benefício dela é interessante. A partir daí ele adota a tecnologia.

Mas nós somos um país que tem um mosaico de agricultura. Muitas vezes, principalmente para o público urbano, quando a gente fala em agricultura, muita gente pensa em grandes fazendas, em grandes produções, e essa não é a realidade do País, mas uma parcela da realidade do País. O censo do IBGE, em 2017, contou 5,073 milhões estabelecimentos rurais. Destes, 90,6% são propriedades com menos de 100 hectares. As Regiões Sul e Nordeste estão até acima da média nacional. A Região Nordeste tem 95% de estabelecimentos com menos de 100 hectares e a Região Sul, 92,3%. E aí são menos que são 100 hectares. Pode ter 99, mas pode ter 5, pode ter 2, 10... Estão todos dentro desse pacote.

E cada agricultor precisa desenhar o seu modelo de negócio para procurar ter um rendimento pelo menos semelhante ao que ganha, por exemplo, um delegado de polícia, um consultor do Senado, da Câmara, um trabalhador da área privada. O agricultor, como empresário rural, é como o dono da padaria, o dono do restaurante, ou seja, ele tem que produzir, ter renda para bancar as despesas da sua família, educação dos filhos e o seu investimento na própria estrutura produtiva. Como desenhar o modelo de negócio? Qual tecnologia o agricultor vai adotar ou, primeiro, o que ele vai produzir para ter uma boa renda? Dependendo do tamanho da propriedade, ele não ganha com escala, ele vai precisar de muita tecnologia e de agregação de valor, talvez produzindo queijos artesanais, produzindo mel, produzindo cogumelo, produzindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carnes com cortes especiais, temperos, e ele precisa de variedades, genética, técnicas, ferramentas para implementar sua produção, principalmente dentro da pequena e média propriedade rural. Os grandes têm mais acesso, os grandes conseguem ter assistência técnica, conseguem analisar melhor o cenário; os pequenos têm uma certa dificuldade. Então, temos um universo gigantesco de desenvolvimento de tecnologias, desde conectividade, desde modelos de negócios, desde embalagens para produtos para esse universo de pequena propriedade, propriedades com menos de 100 hectares. É claro que para as grandes também precisamos de novas tecnologias, mas aqui estamos falando de um público em que muitos estão na baixa renda e até na pobreza, mesmo sendo proprietários rurais.

Desses 4,5 milhões de estabelecimentos com menos de 100 hectares, 76% são estabelecimentos classificados como agricultura familiar, 79% dos estabelecimentos não receberam assistência técnica. Os 20% que receberam indicaram como principal fonte Governo Federal, estaduais e municipais e 30% iniciativa própria. Dos 5,073 milhões estabelecimentos, apenas 15% declararam que obtiveram financiamentos, empréstimos e garantias de preços. Aqui também tem um universo gigantesco para ampliar: ferramentas de linha de crédito, aplicativos, até mesmo a própria assistência técnica poderia ser robustecida porque talvez possamos até ter uma agricultura digital em vários aspectos, mas precisamos ter o agricultor digital também, ele precisa aprender a utilizar as tecnologias, precisa conseguir ter acesso às tecnologias.

O censo nos trouxe outro dado: 72% das propriedades rurais do País estavam *offline* em 2017. Isso é um ponto importante, há um universo para ampliar a conectividade no campo brasileiro. Da data da coleta dos dados, já se passaram cinco anos, certamente vários proprietários conseguiram conectar pelo menos a sede de suas propriedades, a sua casa no campo, mas a área rural não mudou muito. Estamos ainda numa era *offline* no campo. Passou o 2G, o 3G, o 4G, estamos caminhando para o 5G e temos 72% do campo *offline*. Talvez já tenha melhorado um pouco esse indicador, mas não muito, porque o censo foi de 2017. Agora, no que diz respeito à cobertura da área, e não só à conectividade ali, com *wi-fi* dentro da propriedade, da casa da propriedade rural, certamente ainda estamos num patamar semelhante ao que estávamos em 2017.

O projeto é extremamente interessante, como já disse. Tem o nosso apoio. Certamente vai ampliar o potencial de aproveitamento dos recursos, que não são muitos, evitar trabalho em duplicidade. Inclusive essa plataforma tecnológica poderá ser um verdadeiro banco de talentos para o nosso País, onde as pessoas possam encontrar um volume muito grande de informações dentro de uma única plataforma digital.

A sugestão que nós apresentamos é que o PL, no art. 11-C, que dispõe sobre a estruturação da rede, poderia, em seu §1º, conter a exigência de participação das instituições que realizam pesquisas e desenvolvimento utilizando recursos públicos. Não deixar de forma voluntária. Mas nesse caso que utiliza recurso de qualquer ente federado, deveria, sim, haver essa exigência de colocar as suas informações dentro dessa plataforma digital que o projeto de lei propõe criar.

Também no art. 11-C, sugerimos acrescentar um §6º, prevendo espaço na plataforma digital da rede para a disponibilização de tecnologias e processos já desenvolvidos e que ainda não contam com parceiros para fazer chegar o produto ou processo desenvolvido aos consumidores, que, nesse caso, em grande medida, serão os agricultores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas instituições desenvolvem bons produtos, bons processos e não têm um braço comercial para colocar esses produtos no mercado. É o caso da Embrapa. Nós não temos um braço comercial da Embrapa que possa comercializar produtos com a marca da Embrapa, como se uma empresa de mercado efetivamente fosse. Isso é importante.

Não estamos propondo esse tipo de criação dentro da plataforma, mas simplesmente um espaço onde o desenvolvedor da tecnologia, que tem o produto, que tem o processo, encontre a outra ponta, que seja um investidor que queira colocar esse produto, esse processo no mercado, fazendo-o chegar aos agricultores.

Acredito que melhoraria muito o desempenho do aproveitamento daquilo que a plataforma propõe desenvolver, que é produzir inovação. Ao produzir essa inovação, é interessante levar essa inovação para o mercado. E certamente, dentro dessa plataforma, caberia muito bem um espaço para onde os fios se encontrem, onde o desenvolvedor de tecnologias e processos encontre o investidor que vai criar, desenvolver esse produto e levar esse produto, criar uma rede de distribuição para esse produto.

A rede de distribuição no nosso País é muito importante. Só dentro do Mato Grosso, a gente coloca duas Alemanhas e meia; dentro do Pará, a gente coloca uma França vírgula nove. Então, o nosso território exige uma rede de distribuição robusta, porque senão o produto não chega nos agricultores que estão distantes dos centros desenvolvedores.

Então, são essas duas propostas que nós apresentamos, Senador Acir. Com relação ao modelo de gestão, nós pensamos até em propor uma forma compartilhada, mas esbarramos na possibilidade de tornar o projeto inconstitucional, porque, ao fazer sugestões na área da criação do modelo de gestão, nós estaríamos mudando o funcionamento de algum órgão público no Governo Federal, e aí me parece que a Constituição não permite que isso seja feito por via parlamentar. Talvez o projeto não tenha tratado desse aspecto, por conta dessa limitação constitucional.

Porém, nada impede, e aí é constitucional, que, no decreto regulamentador da lei, quando sancionada for, o Presidente da República abra um diálogo com todos os integrantes desse sistema de inovação e encontre a melhor forma de gerenciar essa rede. Entendemos que o importante é que essa rede, dentro de uma plataforma digital, efetivamente, aconteça. E o projeto tem o mérito de fazer isso. Na regulamentação, certamente, a questão da gestão e, inclusive, do fomento poderiam ser debatidos de forma mais detalhada.

Era o que tínhamos a comentar sobre o projeto.

Agradeço ao Senador Acir e agradeço a todos que nos ouviram. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Reginaldo, pela sua presença e sua bela explanação.

Passo a palavra, agora, para Evaldo Ferreira Vilela, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). V. Sa. tem 20 minutos para fazer a sua explanação.

O SR. EVALDO FERREIRA VILELA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, quero cumprimentar aqui o Senador Acir e todos os demais Parlamentares que nos acompanham nesta iniciativa de hoje, neste evento; cumprimentar, também, os colegas de apresentação, em particular o Guy, que foi nosso aluno, lá em Viçosa, então, tenho lembranças do seu tempo lá, Guy; cumprimentar aqui, também, todos aqueles que nos acompanham, o público em geral; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parabenizar, Senador, essa iniciativa muito importante, tendo em vista a relevância atual que nós temos da agricultura brasileira, particularmente do agro, para o nosso PIB, para a nossa condição de Nação soberana.

Eu trago, aqui, um pouco da visão, obviamente, da ciência, por estar no CNPq, essa instituição estratégica para o desenvolvimento do Brasil e que, obviamente, como todas as outras instituições, tem sofrido muito com as transformações a que nós temos assistido dessa nova era digital e, principalmente, em função da pandemia e do chamado pós-pandemia com que, certamente, a gente terá que lidar. Nesse contexto, o que chama muito a atenção e que nos traz aqui com muita propriedade a discussão sobre o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária... Eu não trouxe nenhuma apresentação, porque eu quero ser enfático em apenas alguns pontos que são essenciais para que nós possamos revigorar, como já foi dito, o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

Isso é um trabalho que não é só na agricultura. Nós estamos trabalhando a ciência brasileira, que é robusta. Em muitas áreas, como nas ciências agrárias, nós temos uma ciência que está entre as dez melhores do mundo, particularmente nas ciências agrárias, na matemática, na saúde, de uma maneira geral, e em outras áreas também, que são muito importantes.

Mas o que nos traz à mente aqui agora nessa discussão são questões que não podemos ignorar. O que vai fazer do Brasil uma Nação maior, uma Nação mais soberana... E nós precisamos trabalhar a questão da soberania tecnológica do Brasil, haja vista agora no caso da covid a gente não ter sido capaz de produzir, inclusive, respiradores artificiais. Hoje nós não produzimos antibióticos. Já produzimos no passado. Então, o Brasil carece hoje de uma plataforma tecnológica.

E isso na agricultura... Eu sou da área agrícola, então eu conheço um pouco o que acontece. Como já foi dito aqui, os nossos agricultores têm uma percepção muito clara daquilo que interessa a eles, o que é importante para eles. E eles absorvem isso com muita facilidade. Agora, nós precisamos ver que, inclusive por falta de um fortalecimento do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, nós temos perdido protagonismo. As nossas tecnologias hoje no campo têm um componente externo ao Brasil muito forte, o que não é problema para o agricultor particularmente, porque ele usa a tecnologia, usa o conhecimento muito bem, é muito empreendedor. O agricultor brasileiro é fantástico no uso de tecnologias e de conhecimento, mas isso acarreta uma dificuldade para o nosso País.

Então, o que eu trago aqui é exatamente essa preocupação que nós estamos tendo no CNPq e na ciência brasileira de constituir redes, redes de colaboração. A palavra mais procurada nos dias de hoje é exatamente a colaboração. Redes colaborativas de pesquisa. É isso que está levantando a ciência mundial, fazendo com que ela tenha mais relevância. E quando a gente fala em redes de colaboração, nós temos que ver aqui... As tecnologias são importantes, as plataformas são importantes, mas é a condição humana, é o ser humano, é o pesquisador, e obviamente trazer uma substituição.

Então, uma rede de pesquisa tem que cuidar para que haja um espaço permanente de interlocução entre os pesquisadores e desses com a sociedade. Então, não é uma rede simplesmente de pesquisa, de fazer pesquisa e fazer publicação. É uma rede num conceito atual. Nós temos no CNPq um exemplo muito bem pensado, que são os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, os INCTs, que foram pensados lá atrás, em 2008, e que hoje são uma realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos 102, dos quais muitos da área de agricultura, e que trazem uma riqueza muito grande porque eles têm um fator humano, uma atenção às necessidades do pesquisador no processo colaborativo, onde eu tenho um pouco e usufruo um pouco do que você tem, e você também me oferece um pouco.

Então, eu acredito que a rede de colaboração e o novo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária tem que se preocupar muito em dar confiança, em dar protagonismo a essa rede de pesquisadores, porque a partir dela nós conseguimos recursos. Nós não podemos ter a ideia de fazer uma rede e buscar recurso pra essa rede. É claro que nós temos que buscar recursos, mas a propriedade de termos a colaboração no início, no cerne da questão, resolve muito. Nós temos hoje redes colaborativas, dentro dos próprios INCTs, que sobrevivem com muito pouco. A pesquisa brasileira aprendeu a viver com pouco. Nós somos muito eficientes, muito resilientes, e isso é importante. Agora, a partir de uma rede que gera confiança, que tem um sistema de governança – isso é que é importante –, nós podemos alavancar recursos inclusive da iniciativa privada, não só dinheiro público, na iniciativa privada também.

Agora, eu lembro aqui uma questão muito importante de ser trabalhada, que foi exatamente o início da agricultura tropical sustentável, que foi iniciada por vários e a própria Embrapa, lá no começo, mas que teve a concepção de Alysson Paolinelli, hoje um ícone da nossa agricultura tropical, que foi aquela pessoa que, lá atrás criou, sem que tivesse esse nome, uma rede de colaboração entre universidades e o início da Embrapa. A Embrapa foi criada inicialmente dentro de uma rede, que nem tinha esse nome na época, uma rede de colaboração. Nós conseguimos, naquele momento, aliar, fazer uma aliança entre a pesquisa que existia na universidade e a pesquisa que nascia na Embrapa. Isso foi o motivo maior, no meu entender, que alavancou a pesquisa agropecuária no Brasil, transformou as ciências agrárias no Brasil. E aí veio depois o sistema nacional, com recursos, o que foi muito importante. O Guy mostrou muito claramente a perda de protagonismo dessa rede, do sistema nacional, a partir da Constituição de 1988 e a perda de orçamento, que estrangulou o sistema e ele passou a ser pontual, como o próprio Guy mostrou. A Embrapa tem algumas parcerias, algumas alianças hoje, mas é um sistema que precisa ser revigorado. Por isso, essa iniciativa aqui do Senado é fantástica. É a hora do Brasil reagir nesse sentido.

Agora é importante isso que o CGEE falou e que o Guy mostrou aqui: é preciso ter uma governança horizontal, plana. Isso aí é uma questão muito séria. Nós não podemos, na era digital pós-pandêmica ou pandêmica, querer buscar exemplos no passado, a não ser para uma reflexão, mas o que nós fizemos no passado está no passado, foi feito, ótimo, não serve mais. Hoje, se você não tiver uma de plana de colaboração entre pesquisadores, obviamente trazendo as suas instituições, não funciona. Não funciona. Não adianta você querer colocar esses pensadores, por uma questão legal, ou como queira, fazendo pesquisa junto. Não funciona mais assim. Hoje o mundo se transformou muito, a gente precisa prestar atenção nas modificações. Eu estou vivendo isso muito, como agência de fomento, espelhando no que as agências de fomento fazem lá fora, como elas fazem com que os pesquisadores e a sociedade participem de um processo de construção de conhecimento, onde não existe mais essa dicotomia entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, onde o foco da pesquisa é na solução de problemas e o problema exige pesquisa básica, exige pesquisa aplicada, que é simplesmente o quê? Ele exige

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento – conhecimento já existente, que a pesquisa aplicada usa, ou conhecimento novo. Sem conhecimento novo, a gente não avança na inovação. Não existe isso.

A gente precisa prestar muita atenção em como o mundo... O que aconteceu na China. O desenvolvimento da China foi todo centrado em ciência, uma ciência que nem conheciam e que aprenderam conosco, e fazem muito melhor do que a gente hoje, porque apesar do sistema autoritário, ditatorial, que eles têm, eles construíram uma coisa que é impressionante, como as redes de pesquisa funcionam com liberdade entre os pesquisadores – não liberdade política, que eles não têm, mas a liberdade de colaboração entre pesquisadores e instituições com foco na solução de problemas, porque o mundo hoje foca na relevância do trabalho de cada um. A relevância é que é importante. E, para ter relevância, precisa ter foco.

Aí eu acrescento a outra coisa que eu gostaria muito de ver nessa iniciativa, que é foco. Por que a Embrapa deu certo? Por que a agricultura brasileira se tornou a agricultura tropical que não existia? Porque teve foco, porque teve um plano, teve planejamento. Naquela época, se fazia ainda muito planejamento. E Alysson Paolinelli concebeu, juntamente com Eliseu Alves, com outros da Embrapa, Cecília Lima, enfim, uma plêiade de pessoas, de intelectuais de altíssima qualidade, pessoas que pensam o futuro, que fizeram um trabalho essencial, de constituir aquilo que mais eleva a categoria humana, que é a colaboração. Então, eu deixo aqui uma questão que eu gostaria muito de ver nesse projeto, que é uma rede com uma governança horizontal, focada na colaboração, que pressupõe dinheiro, claro que pressupõe dinheiro. Não se faz ciência, não se faz tecnologia, não se faz desenvolvimento sem dinheiro, mas não é o dinheiro que faz a questão humana, e sim a questão da colaboração entre pesquisadores, entre intelectuais, a liberdade de contactar pessoas, ver a relevância das pessoas.

Eu trabalhei muito, até chegar ao CNPq, com sistemas de *startups* e *spin-offs* trazidos de universidades. É impressionante como o mundo hoje valoriza o ambiente de trabalho, o ambiente de colaboração. Uma rede não pode ser criada sem levar em consideração a possibilidade de as pessoas conversarem, terem um ambiente. Isso é importantíssimo numa rede de colaboração.

E aí, por trás de tudo isso, nesse plano, é ter um planejamento, um plano. Aonde nós queremos chegar com essa rede? Qual é o foco do novo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que deve ser chamado de rede colaborativa de pesquisa agropecuária? Visando à inovação, claro – não se faz mais nada, não se faz ciência hoje sem focar na inovação –, porque a inovação é exatamente aquilo que traz o benefício para a sociedade. Não tenho a menor dúvida.

Nós fazemos muita inovação hoje no agro brasileiro – nós estamos de parabéns por isso –, mas nós precisamos ver que estamos perdendo protagonismo em relação ao que vem do exterior e o que nós fazemos aqui. Isso é muito perigoso. A soberania tecnológica do Brasil está em risco em várias áreas, em particular na área da saúde e na área do agro. Nós precisamos reagir a isso, porque nós temos talentos – não faltam talentos –, nós temos resiliência, nós temos instituições fortes como a Embrapa, as universidades públicas. Temos um sistema que já deu muito certo no passado e que precisa agora ser revigorado dentro dessa concepção mais atual, prestando atenção que nós mudamos de era, não estamos mais na era industrial.

Quando o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária foi criado, nós ainda vivíamos num sistema da era industrial, em que as relações eram diferentes. Hoje, nós temos relações completamente diferentes, de um protagonismo individual muito grande e de uma valorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito grande dos talentos e do propósito. Uma rede tem que ter propósito e seus elementos constituintes têm que ter propósitos firmes de fazer avançar a pesquisa e a aplicação da pesquisa.

Aqui foi falada a questão do Vale da Morte, e é realmente uma questão muito séria, mas o Vale da Morte não será sobreposto, resolvido simplesmente com um decreto. Isso não existe. O principal problema do Vale da Morte é exatamente a falta de colaboração entre a pesquisa nacional e o setor e a dificuldade em alavancar investimentos, principalmente privados, porque aí você consegue transformar conhecimento em nota fiscal. Isso pressupõe confiança e uma rede nacional de pesquisa agropecuária nos moldes atuais, como existe por todo lado no mundo – a China é o exemplo maior hoje. E o CNPq tem os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, que funcionam como redes colaborativas, inclusive com a iniciativa privada, e têm resultados fantásticos, só que os resultados não aparecem ao público porque muitas vezes notícias boas não são divulgadas, mas nós temos hoje indústrias dentro de universidades públicas no Brasil trazidas pelos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, como agora, por exemplo, na vacina. O Brasil vai ter a sua primeira vacina para covid graças à existência de dois Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, que já são redes e que colaboram entre si. São redes que se sobrepõem, em determinados aspectos, e colaboram de uma maneira muito eficiente. Certamente será a vacina mais barata do mundo, a que nós estamos produzindo aqui, agora, no Brasil, e que vai sair até o início do ano que vem.

Bom, eu finalizo aqui, mas com essa chamada de que nós precisamos de uma nova rede de colaboração que gere confiança entre os parceiros e que tenha uma governança completa. Como o Guy mesmo falou, o CGEE já apontou isso, não é uma questão de ter uma cabeça, como a Embrapa foi – deu muito certo, graças a Deus, no passado, mas deixou muito ressentimento por conta da aplicação dos recursos. Então, uma rede de governança plana, horizontal, tem uma transparência que o mundo exige hoje: o pesquisador quer saber muito claramente o papel que ele desempenha e o que ele obtém de recursos. Então, a transparência é absolutamente necessária numa rede como essa e ela vem através de uma colaboração, inclusive nos investimentos, e de uma discussão ampla de governança muito bem estruturadas.

Eu fico por aqui. Agradeço muito a oportunidade de estarmos aqui, discutindo essa importância de uma rede colaborativa em pesquisa no setor agrícola do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dr. Evaldo Ferreira Vilela.

Nós ouvimos já três palestrantes, e uma coisa que converge é planejamento. Ciência, pesquisa, tecnologia e inovação são muito importantes, mas realmente, de fato, como diz novamente o Dr. Evaldo, planejamento é fundamental para que a gente possa avançar, como outros países avançaram. No passado, esses países que avançaram mais do que o Brasil utilizaram o Brasil como exemplo, e hoje nós estamos fazendo o inverso, por isso que nós precisamos usar da tecnologia para progredirmos e atualizar as nossas leis para darmos condições para que os nossos centros de pesquisa possam avançar e ajudar a agropecuária brasileira.

Passo a palavra agora ao Dr. José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. tem 20 minutos para sua explanação. Se precisar de mais um tempo, como de costume, será concedido, evidentemente.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO RIBEIRO VIEIRA FILHO – Eu só gostaria de saber se meu áudio está saindo perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Está bom, está bem.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO RIBEIRO VIEIRA FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – É um prazer enorme participar desta audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Na pessoa do Senador Acir Gurgacz, eu cumprimento todos os demais Senadores e participantes desta audiência e também cumprimento aqui os colegas de mesa, o Guy de Capdeville, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa; o Reginaldo Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; e o Evaldo Ferreira Vilela, Presidente do CNPq.

Eu vou fazer uma apresentação, que vou compartilhar com vocês, e essa apresentação está dividida em duas partes. Eu não sei se vocês estão vendo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Ainda não.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO RIBEIRO VIEIRA FILHO – Ainda não?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Agora está abrindo. (*Pausa.*)

Pois não, agora compartilhou.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO RIBEIRO VIEIRA FILHO – Eu coloquei um título, "Sistema nacional de inovação agropecuária: instituições e recursos humanos".

Eu sou pesquisador do Ipea, professor de Pós-Graduação em Agronegócio da UnB e em Economia Aplicada da UFV.

A minha apresentação, como eu estava falando, está subdividida em dois blocos. No primeiro bloco, eu faço um retrospecto do que foi, ali na década de 70, a reestruturação da pesquisa. Eu vou falar brevemente e mostrar... Acho que a fala do Evaldo focou três questões que eu acho que são muito importantes: a primeira, instituições fortes – o Evaldo tinha comentado isso –; redes colaborativas; e planejamento. Eu acho que essas três coisas são importantes dentro desse contexto.

A minha fala em relação ao projeto de lei é mais em termos de defender, e talvez eu vá fazer algumas colocações no intuito de pensar o futuro, como deveria ser e como articular essa rede colaborativa.

Então, nessa primeira apresentação, um gráfico de curva de oferta e de demanda, em que o aumento da produção se dará de duas formas: seja um deslocamento da curva ao longo da curva de oferta, que seria um resultado de curto prazo, de eficiência duvidosa, em que a gente poderia inclusive ter aumentos inflacionários; seja um deslocamento da curva de oferta, que é um investimento de médio e longo prazo. Isso demanda investimento público e privado em extensão, ciência e tecnologia e isso pode ter resultados mais efetivos, inclusive com redução de preço. Basicamente, a formulação das políticas públicas nesse sentido, para fazer o deslocamento da curva de oferta, deve focar capital humano e mudanças tecnológicas. Isso valeu no passado e isso vale também nos dias atuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A construção do sistema de pesquisa no Brasil. No passado, em finais da década de 60, o País passava por um crescimento muito vigoroso. Delfim Netto, Ministro da Fazenda, junto com Cirne Lima, Ministro da Agricultura, formaram um grupo de cientistas sociais com sólida formação econômica para pensar no problema: por que a agricultura brasileira, a despeito de ter um bom serviço de extensão e um avançado programa de crédito, não evoluía? Esse grupo era formado por José Pastore, Eliseu Alves, Aloísio Campello, Affonso Celso Pastore, Carlos Langoni e Guilherme Dias.

Entre 1971 e 1972, Guilherme Dias elaborou uma pesquisa de campo em que ele mostrou o seguinte: o estoque de conhecimento existente não seria suficiente para municiar extensão rural por mais de três anos na disseminação das tecnologias. Então, com esse estudo, rejeitou-se a tese de que havia tecnologia suficiente e o problema produtivo estava na ausência de difusão. Delfim Netto usou este argumento e outras evidências para apoiar a pesquisa pública. Então, em 1972, o grupo sugeriu a criação de um arranjo institucional de pesquisa e, em 1973, a Embrapa foi criada.

Por que a gente fala muito da Embrapa? Porque o setor agropecuário brasileiro, antes e depois da década de 70, são dois setores distintos. Antes a gente dependia exclusivamente de poucos produtos, economia pouco diversificada, havia um atraso tecnológico muito grande, e, depois da década de 70, a reestruturação da pesquisa, a extinção do antigo DNPEA e a criação da Embrapa e suas unidades descentralizadas e o foco na pesquisa, o que propiciou que houvesse um aumento exponencial da produção. Mais recentemente, depois da década de 90, a gente também tem um *boom* de crescimento muito grande, aliado a transformações institucionais que aconteceram.

Em 1974, Alysson Paolinelli é nomeado Ministro da Agricultura, e, apesar das mudanças de Governo, o caminho da mudança institucional continuou o caminho que havia sido traçado. Então, houve a consolidação da Diretoria da Embrapa (Irineu Cabral, Eliseu Alves, Almiro Blumenschein e Edmundo Gastal). É bom lembrar que – talvez o Evaldo tenha comentado – a criação desse sistema surge através de uma rede de pesquisa, então pessoas que já trabalhavam na área de extensão rural saem da extensão justamente para criar o sistema de pesquisa agrícola brasileiro na década de 70.

Os resultados. Primeiro, nós tivemos deflação dos preços dos alimentos ao longo do tempo, então, com a modernização agropecuária, verificou-se a expansão da oferta e a queda dos preços – talvez isso tenha sido o maior programa de redistribuição de renda no País desde a década de 70. Ao mesmo tempo, as políticas de substituição de importações, que visavam beneficiar o setor industrial, geravam uma tendência à valorização cambial que deprimia os preços dos produtos agropecuários exportados e beneficiava o processo de industrialização, em detrimento da agricultura. Na verdade, se o setor industrial compreendesse a reformulação que foi feita na década de 70, talvez a indústria também tivesse tido uma guinada ao longo desses anos, tal como nós observamos no setor agropecuário.

A incorporação do Cerrado à produção foi a primeira entrega de alto impacto de investimentos em pesquisa da Embrapa. Com esse mapa aí a gente observa – década de 70, 80, 90, 2000 – que a produção agropecuária adentrou no Cerrado brasileiro, e hoje o Cerrado, que no passado era considerado uma terra improdutiva – inclusive alguns livros mostravam esse bioma de forma caricaturesca –, as árvores eram retorcidas, com baixa produtividade do solo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impróprio à produção agropecuária, hoje, com o uso de ciência e tecnologia, esse território foi incorporado à produção, o que beneficiou a expansão exponencial da oferta produtiva.

Bom, essa aqui é a história que todos nós já conhecemos: da década de 70 até hoje, a área plantada praticamente duplicou, ao passo que a produtividade triplicou. No ano passado, em tempos de pandemia, o agronegócio foi o único setor de atividade econômica que cresceu (2,5%), em detrimento da retração dos demais setores de atividade econômica (indústria, serviço e comércio). Em 2020, a participação no PIB estava estimada aí em torno de um quarto do PIB total do País, e no ano atual estima-se uma safra de 254 milhões de toneladas, algo muito próximo do que foi no ano passado. Em compensação, com os preços elevados, com a taxa de câmbio mais elevada, o valor bruto da produção aumentou a ponto de chegar a R$1,1 trilhão, a despeito também das secas e geadas que nós tivemos no presente ano.

O que motivou o sucesso da mudança institucional? Primeiro, a análise dos problemas com sólida base econômica – e aí eu, como economista, tendo a entender que a questão da base econômica foi central dentro desse planejamento – e a avaliação empírica para definir bons diagnósticos – o diagnóstico feito pelo Guilherme Dias justificou os investimentos em pesquisa agropecuária na década de 70 e depois. E o problema era muito claro: reduzir a dependência das importações e evitar o risco de desabastecimento interno de alimentos. E o foco era aumentar a produtividade agropecuária.

Então, era necessário investimento em capital humano: naquela época, na década de 70 e depois, havia programas de capacitação, e mais de 2 mil técnicos foram enviados ao exterior para fazer esse processo de transformação. Em conversa com o próprio José Pastore, ele comentou que lá em finais da década de 60 eles imaginavam fazer um programa de capacitação de 400 pesquisadores, mas ele nunca imaginava os audaciosos 2 mil pesquisadores com que a Embrapa fez na década de 70. A manutenção do orçamento público ao longo dos 15 anos, principalmente os anos iniciais, foi preponderante para o sucesso e as primeiras entregas, e os resultados, observáveis, com uma estratégia bem definida de divulgação. Esse acho que foi o panorama.

Nos tempos atuais, muda-se o contexto – não é? –, e aí eu acho que as questões das redes colaborativas são importantes.

Então, pensando em talvez contribuir com essa discussão, primeiro, acho que a denominação deve mudar. Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária a gente pensava ali na década de 90, mas talvez, ajustando, a minha opinião seria Sistema Nacional de Inovação Agropecuária. Então, eu acho que a nomenclatura é muito importante.

Eu definiria também três estágios de coordenação dentro desse sistema. A gente teria um órgão superior, com entidades governamentais, organismos não governamentais e setor privado, lembrando: a Embrapa, dentro desse processo, é central, em toda essa transformação. A forma de redes colaborativas que o próprio Guy apresentou mostra que a Embrapa tem muito a contribuir dentro desse processo. Ela não seria uma única instituição a coordenar, mas ela tem papel central em termos de pensar e definir esse planejamento.

Em termos da inteligência estratégica, que seria um segundo ponto, a gente colocaria a Embrapa, e aí eu sugeriria a gente começar a pensar na criação de uma secretaria de economia agropecuária. Eu participei da equipe de transição do Governo entre final de 2018 e início de 2019, e uma das sugestões que eu havia feito na criação do novo Ministério da Agricultura era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

incluir um departamento de economia e avaliação de políticas públicas dentro da Secretaria de Política Agrícola. E eu acho o seguinte: diante da discussão do projeto de lei a que a gente está se referindo, eu acho que a gente tem que começar a pensar na estruturação de uma secretaria de economia agropecuária. Essa secretaria teria a função de elaborar, reformular e avaliar as atuais políticas públicas e, é claro, conciliar esse novo arranjo colaborativo com diversas instituições. Eu coloco aqui o exemplo do Ipea – mais para frente eu vou explicar como isso pode acontecer –, mas isso não se restringe exclusivamente ao Ipea, isso pode acontecer com outras instituições.

E o terceiro nível seriam as instituições executoras da pesquisa: Embrapa, organizações estaduais de pesquisa, instituições de ensino e pesquisa, e faltaram aqui também as instituições privadas, seja empresas, seja instituições de pesquisa, que também contribuiriam com essa análise.

O fomento. O fomento deve ser público e privado, e aí eu coloco duas palavras: otimização e complementação. Quando eu falo em otimização, refiro-me a, pensando no cenário de escassez de recursos públicos, pensar em soluções inteligentes para otimizar o gasto público. E a complementação é atrair cada vez mais o setor privado dentro desse processo. Para isso, é claro que a gente também tem que manter uma atenção: quanto mais a gente atrai recurso privado, a gente tem que entender que o Estado não pode também ser capturado pelas instituições privadas.

A secretaria de economia agropecuária. A Emenda Constitucional 109 inseriu, no art. 37, §16, a importância da avaliação pública, das políticas públicas. Não é possível... Vou dar um exemplo: vamos pensar em política de crédito, política de seguro. A gente sempre tende a demandar mais recursos, mas a gente não tem uma avaliação correta dessas políticas.

Só para dar um exemplo: na questão do seguro rural, a gente não tem avaliação se a política de seguro está surtindo o efeito correto ou não. A gente verifica que são poucas empresas que estão dentro desse setor ofertando crédito, os beneficiários das políticas estão naquelas regiões onde os riscos são menores e a gente não tem as avaliações corretas dessa política pública. Eu não estou dizendo que a política de seguro é equivocada, mas eu estou dizendo que é importante ter a avaliação das políticas públicas a partir do momento em que os recursos são escassos e a gente tem que otimizar esses investimentos.

Então, é necessário definir o projeto, avaliar esse objeto e os resultados alcançados. A partir do momento em que nós tivermos as avaliações das políticas públicas, nós teremos condições de falar se a gente deve ou não aumentar recurso na política A, B ou C.

A equipe... Eu tinha mencionado que eu tinha sugerido a criação desse departamento, mas, infelizmente, no primeiro retorno que nós tivemos do Ministério da Economia para fazer um corte e um ajuste do orçamento, a primeira coisa que foi cortada foi esse departamento. É engraçado que a criação do Ministério da Agricultura fundiu diversos órgãos – sistema florestal, o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, enfim, várias instituições foram juntadas –, mas, no final, as caixas que vinham das outras instituições entraram dentro do sistema do Ministério da Agricultura e não tiveram reformulações como essa que eu estou falando.

Eu participei do Ministério da Agricultura nos dois primeiros anos e acho que uma das atividades muito louváveis foi a tentativa de se criar o observatório do setor agropecuário, com oferta e integração de base de dados; mas esse observatório também ainda não está em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionamento. Então, mais um motivo, que é o seguinte: a criação de uma secretaria de economia agropecuária vai ser extremamente importante para fazer a elaboração, a reformulação e a reestruturação dessas bases de dados, que eu acho que têm muito a ver com a plataforma que o projeto de lei pretende criar e disponibilizar.

No que se refere à integração das bases de dados, é necessário repensar e democratizar o acesso às informações. Primeiro, IBGE, Bacen, e não somente INPI. Então, quando eu falo IBGE e Bacen, o IBGE tem uma sala de sigilo; essa sala de sigilo você só pode utilizar se você for ao Rio de Janeiro. Com as tecnologias a gente não consegue... As novas tecnologias poderiam permitir o acesso dessas bases via remota ou mesmo em outras instituições, como Ipea ou dentro do próprio MAPA ou mesmo da Embrapa, mas a gente ainda está no modelo arcaico de que a gente só pode ir ao IBGE. Qual é o problema disso? Nós não conseguimos cruzar diferentes bases de dados. Exemplo: no Banco Central, eu tenho base de dados de crédito, de seguro, mas não tenho base de dados de produção. Como eu vou avaliar política pública se eu não tenho dados produtivos que eu vou conciliar com as políticas de dispêndios? Então, a gente não consegue fazer a avaliação das políticas, logo a gente tende sempre, quando há demanda de aumentar recursos para política A, B ou C, a aceitar devido ao *lobby* que existe diante dessas políticas.

Os novos arranjos colaborativos. Eu tinha mencionado o Ipea como um exemplo desses novos arranjos. Quando eu estava no Ministério da Agricultura, eu fiz a proposição da criação do núcleo de estudos de economia agropecuária, que era uma interação entre o Ipea e o MAPA. Foi uma ação muito bem-sucedida.

Primeiro, a Emenda Constitucional 95, conhecida como teto dos gastos, mostra a importância de a gente pensar em formas de equilibrar o gasto público por meio da sustentabilidade das despesas públicas, no intuito de reestruturar as despesas. A Emenda Constitucional 95 trouxe, então, nesse cenário, a restrição das despesas públicas com pessoal, as chamadas despesas de custeio, impactando as nomeações de novos servidores pelos órgãos públicos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Então, como pensar em estruturar uma rede colaborativa com otimização de recursos e complementação de novos? A complementação, como eu tinha falado, deve vir junto com as associações entre o setor privado. E a otimização deve vir através das avaliações que a gente faz, definindo as prioridades das políticas, mas também criando soluções inteligentes.

Esse modelo que foi criado junto com o Ipea foi um modelo que utilizou um orçamento muito enxuto. Nós contratamos praticamente oito, nove pesquisadores, e esses pesquisadores conseguiram oferecer, em menos de um ano, um novo diagnóstico do setor agropecuário. Esse novo diagnóstico foi lançado no final do ano passado junto com a Ministra Tereza Cristina. É um documento que pode ser baixado no *site* do Ipea, cujo título é "Uma jornada pelos contrastes do Brasil", que envolveu 28 capítulos, 64 pesquisadores ao todo, de diferentes instituições. Não tenho dúvida de que é um rico e profundo estudo sobre o setor agropecuário e posso dizer que foi um embrião de arranjo colaborativo bem-sucedido.

Eu também arrisco dizer que essa iniciativa foi um microambiente, mas, com o atual projeto lei em questão, iniciativas desse tipo com diferentes instituições podem alcançar um macroambiente. E aí eu não tenho dúvida de que a nova secretaria de economia agropecuária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junto com a *expertise* que a Embrapa tem, vai ser fundamental para organizar esse novo arranjo colaborativo.

Então, a gente pode facilitar o acesso de informações estratégicas, unindo a ideia do Observatório da Agropecuária dentro desse contexto, unindo a questão da integração das diferentes bases de dados de diferentes instituições, e assim vai, levando informação não somente do lado do gestor público, mas também dos agricultores em geral.

Desafios – e aqui eu já parto para a finalização da minha apresentação – para se pensar o SNIA, que seria o Sistema Nacional de Inovação Agropecuária. É preciso haver um núcleo de economistas com sólida formação econômica no Ministério da Agricultura e dentro da Embrapa. E eu falo com a minha experiência: no Ministério da Economia e no próprio Ipea, instituição à qual eu pertenço, é necessário haver bons economistas com formação de economia rural. Às vezes, a demanda vem do Ministério da Agricultura, a gente não tem as avaliações correta das políticas, mas o Ministério da Economia, por também não compreender exatamente como as questões funcionam dentro da agricultura, tende a devolver os recursos para se fazerem as políticas e, no final, a gente gasta mais sem fazer o uso mais otimizado dos recursos. Remodelar o Sistema Nacional de Inovação Agropecuária deverá acompanhar uma ampla política de capacitação de pesquisadores em diferentes áreas, sobretudo em economia e áreas finalísticas que envolvem o setor agropecuário.

A captação de recurso, como eu já tinha falado, também visa buscar estratégias e soluções inteligentes, seja otimizando os recursos públicos de um lado e maximizando a atração de recursos privados de outro. Incluo aí não só recursos dentro do Território nacional, mas também facilitar o acesso a recursos externos.

Deve-se também pensar... É preciso evitar, pensando aí no projeto lei, que os projetos plurianuais e anuais não incorram em rigidez do sistema de pesquisa. A minha experiência que eu tenho com os planos plurianuais dos últimos anos: às vezes a gente enrijece e cria a sistemática mais burocrática, ao invés de permitir uma agilidade dentro da pesquisa agropecuária, que, em última análise, é o que a gente quer fomentar.

E é importante estimular a participação do setor privado, inclusive no financiamento, contudo a gente também tem que ter a atenção de que o Estado não pode ser capturado por interesses particulares.

E, por fim, eu acho o seguinte: tal como no passado, em que existiram aquelas várias lideranças, o próprio José Pastore, Delfim Netto, Cirne Lima, Alysson Paolinelli, entre outros que eu mencionei anteriormente, Dr. Eliseu Alves, fundamental dentro da criação da Embrapa e na consolidação da Embrapa ao longo dos 15 anos iniciais, a gente tem que promover novas lideranças dentro desse cenário. Enquanto a gente ficar rediscutindo o passado com as lideranças antigas, a gente não promoverá uma transição entre a atual sociedade e a sociedade do passado. Então, eu acho que as lideranças atuais devem ter consciência nesse sentido de que jovens pesquisadores devem entrar com maior participação nesse processo.

Por fim, eu agradeço. Deixo aí meus contatos e minhas redes sociais no Instagram, no ResearchGate e no Telegram.

Agradeço a participação e fico aí aberto a questionamentos e qualquer contribuição que eu possa acrescentar nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dr. José Eustáquio, pela sua explanação e a sua presença junto conosco.

Passo a ler alguns comentários dos nossos internautas que participaram desta audiência pública.

Joel Martins, do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "A tecnologia e inovação no agronegócio deveria ser disponibilizada para a agricultura familiar, seria uma [...] [simbiose] com a tecnologia".

O Jose Stenio, do Ceará, diz o seguinte: "No Brasil, são liberadas mais substâncias agrotóxicas que estão relacionadas ao aumento do câncer. Acesso ao orgânico e alimento saudável já".

E o Weverton Dias, de São Paulo, diz: "No Brasil, assim como em outras nações, [...] [dever-se-ia] investir em energias renováveis para o agro, visando um método orgânico desde sua concepção".

E o Joel Martins, do Rio de Janeiro, fala o seguinte: "Grande oportunidade de conciliar desenvolvimento com aumento de produtividade e minimização do desemprego e da insegurança alimentar".

São algumas perguntas que eu também peço para que os nossos debatedores possam escrever para oportunamente também fazer as suas colocações sobre essas perguntas.

A Pamella Ferreira, de Minas Gerais, pergunta: "Quais os benefícios que a inovação agropecuária vai trazer para a sociedade?".

E o Bruno Pires, de São Paulo, pergunta: "Em questão da tecnologia empregada nos meios agropecuários, [como o] Brasil se encontra [...] em relação a outros países de mesmo porte?".

O Brunno Phillipi, de Pernambuco, pergunta: "Qual benefício que a tecnologia tem a favorecer na exportação de produtos agropecuários?".

Katharine Fortunato, de Minas Gerais, pergunta: "Será desenvolvida alguma técnica voltada para melhorar a qualidade do solo e intensificar a preservação ambiental?".

Essas são algumas perguntas que nós recebemos dos internautas e observações feitas pelos mesmos.

Eu, mais uma vez, antecipadamente, ao final da nossa audiência, agradeço aos autores desse projeto, a Senadora Soraya Thronicke, o Senador Styvenson e o Senador Luis Carlos Heinze.

Agora, para fazer as suas colocações finais, as suas considerações finais, nós inverteremos a ordem. E, se, por acaso, algum de vocês quiser fazer alguma pergunta para os demais debatedores, fique à vontade.

Para as suas considerações, passo a palavra ao Dr. José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, do Ipea, mais uma vez agradecendo a sua presença, a sua participação junto conosco nesta audiência pública.

V. Sa. tem cinco minutos para as suas colocações.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO RIBEIRO VIEIRA FILHO (Para expor.) – Acir, eu coloquei aqui dois pontos, porque são várias perguntas e eu acho que, se for responder a todas, a gente poderia se perder. Então, vou pegar a questão da agricultura familiar, que muitos tentam entender que o desenvolvimento tecnológico não beneficia o pequeno agricultor.

Eu acho que a tecnologia, quando ela é disponível no sistema como um todo, beneficia o grande, o médio e o pequeno produtor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, os estudos que nós estamos fazendo no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mostram o seguinte: lá no passado, havia uma atenção muito grande em relação à extensão rural e, depois, no período mais recente, a gente observa que a extensão rural não é o gargalo principal da difusão tecnológica. Os agricultores conseguem interpretar e entender essas informações que vêm do sistema e aplicar dentro do processo produtivo.

O importante talvez nessa equação é que os pequenos produtores são desorganizados. Então, talvez as redes colaborativas possam pensar em reestruturar formas organizacionais e produtivas coletivas – aí eu falo em associações produtivas e friso a importância do cooperativismo dentro desse processo. Aliado a todo desenvolvimento de novos conhecimentos que a plataforma vai gerar e ofertar ao público, eu acredito que a agricultura familiar vai ser beneficiada. Ela não será beneficiada se as imperfeições de mercado, por causa das questões de escala, não a permitirem adentrar dentro desses mercados.

E aí eu entro no segundo ponto, que foi o questionamento de um dos internautas: a questão das exportações. Por que é importante exportar? Ao exportar, você mantém os preços dos produtos num nível que remunera o investimento produtivo, ou seja, você aumenta a renda do produtor; e você contribui para que você tenha continuação desses investimentos ao longo do tempo. Agora, se você não tem o setor externo dentro dessa equação, aí a gente volta naquelas análises do Ruy Miller Paiva, que foi um colega meu do Ipea, que falava que existia um mecanismo de autocontrole e que esse mecanismo de autocontrole iria criar um problema de depreciação de preços. A inovação tecnológica simplesmente aumenta a oferta, e o aumento da oferta faz com que os preços caiam, mas a queda dos preços não consegue remunerar esses investimentos. Então, eu acho que a estratégia de adentrar os mercados externos, que são aqueles que remuneram melhor, é importante nessa equação.

Eu acho o seguinte: a plataforma que está sendo discutida, a organização do Sistema Nacional de Inovação Agropecuária, tem a contribuir com o sistema de forma a democratizar as informações e levar, inclusive diminuindo as imperfeições de mercado, ao ponto de o pequeno agricultor ser inserido nessa dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, José Eustáquio.

De fato, a agricultura familiar tem uma importância muito grande para toda a população brasileira e é necessário que o Governo passe a investir cada vez mais na agricultura familiar. É evidente que a exportação é muito importante para o País, mas produzir alimentos mais baratos para os brasileiros é ainda mais importante, principalmente neste momento de crise que atravessamos, não só o Brasil, mas o mundo inteiro. Investir na agricultura familiar para que possamos produzir mais alimentos com menor preço para a população brasileira é de fundamental importância.

Agradeço ao Dr. José Eustáquio por sua participação conosco.

Passando a palavra ao Dr. Evaldo, faço-lhe um questionamento: o que o Brasil investe em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação é suficiente para atender aos interesses nacionais? Não é uma questão do Governo, mas uma questão de Estado. Não é este Governo ou aquele Governo, não é esse o ponto, mas uma questão de Estado. O Estado brasileiro investe suficientemente para que a gente possa ter as nossas pesquisas para inovação, ciência e tecnologia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Dr. Evaldo Ferreira Vilela, do CNPq.

O SR. EVALDO FERREIRA VILELA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Não, Senador, não investe o necessário e o suficiente, e não em termos só de quantidade de recursos, mas um dos problemas que afeta muito a pesquisa brasileira, em nível federal e também estadual, é a falta de fluxo. Às vezes, nós temos recursos suficientes num dado momento, mas no ano seguinte aquilo desaparece, perde-se no tempo. Então, a falta de um planejamento, a falta de continuidade no fluxo de recursos... Porque uma vez que você para uma pesquisa, você não consegue continuá-la depois, você tem que voltar à estaca zero. Então, o dano causado ao desenvolvimento científico e tecnológico por falta de planejamento e por falta de continuidade de apoio é absolutamente crucial. E o Brasil hoje merece, porque ele construiu – aos trancos e barrancos, mas construiu – uma base científica muito forte nas universidades, na Embrapa, nos institutos, como o próprio Ipea, e nós precisamos aproveitar isso.

Agora, respondendo a uma das perguntas – e acho que o José Eustáquio foi muito correto nas suas afirmações com relação às tecnologias e à questão da agricultura familiar –, a tecnologia é extremamente importante, inclusive para nós levantarmos recursos para a agricultura familiar.

Veja que, na Itália, por exemplo, a agricultura biológica floresceu de uma maneira espetacular, e baseada toda em produção de pequenos agricultores, na agricultura familiar. O potencial da agricultura familiar no Brasil para produzir alimentos de qualidade, inclusive na bioeconomia, é fantástico. Então, a tecnologia não favorece só as exportações – esse pode ser momentaneamente o caso –, sem tecnologia nós não iremos alavancar a agricultura familiar no nosso País. E existe essa possibilidade de produção biológica, dentro da bioeconomia, com potencial absurdo, enorme. Precisamos prestar atenção a isso.

Com relação ainda à tecnologia: a tecnologia é extremamente importante para produzirmos quantidade de alimentos e qualidade para os alimentos, principalmente dentro de uma vertente sustentável. A questão ambiental não vai desaparecer do horizonte, claro que não. Nós precisamos produzir com sustentabilidade ambiental inclusive, ambiental e humana, mas muito fortemente ambiental. E não é possível fazer isso sem tecnologia.

Lembro que a falta do alimento contribui muito para a mortalidade, para o óbito de pessoas, e também para guerras e migrações. As migrações a que nós assistimos hoje na Europa decorrem muito da falta de alimentos para as pessoas em seus países. Então, alimento, como Roberto Rodrigues sempre fala, é paz. Você não obtém uma sociedade com paz sem alimento. Então, a tecnologia tem a ver com a paz, tem a ver com a convivência pacífica entre os povos, porque gera condições para a produção de alimentos.

Eu quero, então, agradecer muito e louvar aqui esta iniciativa. Espero que a gente consiga restabelecer um sistema ou uma rede de colaboração nacional muito importante e que não seja muito burocrática. Acho que está no momento de a gente pensar como o mundo está pensando: eliminando passos burocráticos que muitas vezes só dificultam. Brasília tem muito esta característica de pensar o Brasil a partir de regras e normas estabelecidas aqui no Planalto sem observar o Brasil real. Isso cria muita dificuldade para o processo produtivo e para o processo de democratização das oportunidades para todos os brasileiros. Menos regras e mais colaboração, mais ênfase no foco, no benefício para a sociedade!

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dr. Evaldo, por sua presença e por sua explanação.

De fato, não podemos criar mais burocracia. Ao contrário, temos que diminuir a burocracia para que a gente possa avançar e usar toda a tecnologia a favor e não contra. Nós estamos recebendo nos próximos meses o 5G no Brasil e temos que usar toda essa tecnologia em favor da produção, em favor da melhoria da qualidade de vida, e a burocracia é uma coisa que não combina com a tecnologia, muito pelo contrário.

Agradeço as suas colocações e também a sua presença conosco, que foi de muita valia para o nosso trabalho, para que nós possamos fazer esse relatório o mais rapidamente possível. Nós queremos receber todas as informações, as experiências e todas as sugestões possíveis para que a gente possa, de fato, fazer um relatório que venha trazer inovação e tirar a burocracia ao máximo possível para que os centros de pesquisas possam trabalhar com mais tranquilidade para trazer benefícios para o nosso País.

Passando a palavra para o Dr. Reginaldo, pergunto: como a CNA tem investido em ciência e tecnologia para ajudar a produção agropecuária brasileira?

Com a palavra o Dr. Reginaldo Minaré, da CNA.

O SR. REGINALDO MINARÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Acir.

A CNA, estando em Brasília, tem a sua rede distribuída pelo Brasil com as federações e mais de dois mil sindicatos atuantes. A gente funciona muito como uma ouvidoria no que diz respeito tanto à questão de necessidade de inovação quanto de assistência técnica. Ao receber esse retorno dos representados, nós procuramos as instituições de pesquisa – somos grandes parceiros da Embrapa e de diversas universidades – para levar as demandas dos agricultores por necessidade de inovação e também para verificar o que as instituições têm de produtos já na forja que poderiam ser disponibilizados aos agricultores.

Recentemente fizemos uma excelente reunião com a Embrapa Agrobiologia de Seropédica, no Rio de Janeiro, que tem ótimos produtos e processos desenvolvidos, mas alguns com dificuldade de encontrar parceiros para chegar ao campo. Este é um trabalho que vamos procurar fazer, e estamos já fazendo: procurar esse tipo de parceria para tirar esse produto da prateleira e levá-lo, de fato, para o campo. Esse é um exemplo rápido do que a CNA faz.

Agora, o que a agricultura faz de mais relevante é consumir tecnologia, e, quando a tecnologia é boa, o agricultor investe, ou seja, ele coloca o dinheiro dele no produto que foi desenvolvido, e isso faz o fomento da cadeia, isso é interessante.

Senador, com relação aos comentários que foram feitos, a gente fala sobre se essa tecnologia na agricultura vai trazer benefícios para a agricultura familiar.

Eu até arriscaria uma resposta bastante assertiva: a tecnologia vai ser a solução de hoje em diante para melhorar a renda e até a sobrevivência da agricultura familiar, a existência da agricultura familiar. Isso é necessário. O agricultor, para ele produzir em pequena área, tem que escolher um produto, tem que ter um bom modelo de negócio, tem que ter as melhores tecnologias e conseguir agregar valor. Temos que ter essa transição na agricultura familiar, temos que ter um gestor que entenda a necessidade de produzir com regularidade e com qualidade para ter a sua renda no campo como se estivesse trabalhando num ótimo trabalho na cidade. Isso é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a tecnologia não vai melhorar, ela vai permitir a sobrevivência da agricultura familiar. E aí não se trata de tecnologia de grande envergadura, não, de química, física, talvez até no próprio processo, mas de como – usando a palavra "colaborativa", que foi utilizada e eu gosto muito dela – comprar insumos em grupo, em associação, como vender o seu produto em associação, como criar rede de venda, inclusive venda direta, com portais, não só individualmente, mas um grupo de produtores.

Isso tudo precisaremos levar ao campo, tornar o agricultor de fato um agricultor digital. O grande foco é a pessoa. A tecnologia é um detalhe que vai ajudar a pessoa, mas o grande foco é a pessoa, o grande foco é o cientista, não é a instituição, é o cientista, a pessoa. E o agricultor é assim, a agricultura também é assim, o agricultor precisa estar bastante capacitado. Então, o conhecimento e a técnica são fundamentais.

Liberação de uso de agrotóxicos: não foi excessivo. No Brasil nós temos um histórico de represamento de liberação de defensivos agrícolas. Tudo o que foi liberado nesses últimos anos, mais de 90%, são produtos genéricos, produtos que nós já utilizávamos aqui há mais de 20 anos, que já não têm nem proteção de patentes mais, e são produtos utilizados no mundo todo, porque, se utilizarmos um produto aqui que não é utilizado ou não tenha limite de resíduos estabelecido em outros países, nós não conseguimos exportar. Isso é fato. Então, o agricultor brasileiro utiliza o defensivo agrícola – ou o agrotóxico, como a lei o nomina – exatamente dentro daquilo de que ele precisa para proteger a sua lavoura, como fazem os agricultores do Japão, da Alemanha, da Holanda, da Bélgica, dos Estados Unidos.

A ciência e a tecnologia ainda não apresentaram à agricultura um produto que substituísse 100% o uso dos agrotóxicos. Se fosse assim, países como Alemanha, Estados Unidos e Japão, que estão na linha de frente da inovação tecnológica, não utilizariam esses produtos mais, mas eles os utilizam tal qual o agricultor brasileiro – muitos até mais, como é o caso do Japão.

A sociedade brasileira não precisa se preocupar com essa liberação. Ela está ocorrendo de forma absolutamente razoável e adequada, e o uso que o agricultor faz desses produtos é um uso extremamente consciente. É um produto caro, e o agricultor não utiliza esse produto além da necessidade, assim como todos os agricultores do mundo – não é um produto que utilizamos só no Brasil.

A Pamella Ferreira faz uma pergunta sobre os benefícios para a sociedade do uso da tecnologia na agricultura.

O benefício é gigantesco e começa com a geração de emprego especializado nos centros urbanos. A tecnologia é produzida nas universidades e nas empresas por pessoas, por talentos que nós temos espalhados pelo Território brasileiro. Então, o benefício começa com a geração de empregos especializados, continua com a rede de distribuição, com a rede de assistência técnica e chega ao agricultor, que vai produzir com mais qualidade, com mais regularidade, com mais garantia para assegurar a sua produção. Isso vai distribuir renda dentro da família e para os trabalhadores da agricultura. Então, é um processo fantástico, é uma indústria que o Brasil tem e que domina muito bem.

No Brasil de hoje, eu diria que agricultura está para o Brasil assim como a indústria está para a Alemanha. Nós temos uma agricultura de padrão mundial que é um excelente mecanismo de distribuição de renda. Nas cidades onde a agricultura é forte há bastante vida, elas têm um fluxo de capital bem maior. Então, Pamella, é fundamental para o Brasil o desenvolvimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologias para fortalecer a nossa agricultura, principalmente as pequenas e médias propriedades, que poderão exportar também os seus produtos com maior qualidade e valor agregado.

O Bruno Pires fala de um estudo comparando outras nações, que mostra como o Brasil está nesse universo.

Olha, considerando os países que têm um padrão de desenvolvimento semelhante ao do Brasil, nós estamos, se não liderando, entre os que lideram no que diz respeito à evolução da nossa agricultura. Como já disse, a nossa agricultura tem padrão mundial, é uma excelente agricultura. E ela tem o respaldo das tecnologias que nos trouxeram até este momento e certamente vão fazer crescer muito ainda o setor.

O Bruno, de Pernambuco, comenta algo semelhante ao que a Pamella Ferreira comentou sobre o que a tecnologia na agricultura pode favorecer a sociedade.

Como já disse, isso gera renda tanto na cidade quanto no campo, distribui renda tanto na cidade como no campo, além de garantir a segurança alimentar em dois momentos: primeiro para que tenhamos um alimento seguro, como temos até agora e vamos ter no futuro, e, segundo, com a regularidade necessária. A segurança alimentar não é só termos o alimento seguro, mas é termos o alimento, é irmos ao supermercado e encontrarmos o alimento para comprar e levar para casa. Isso é fundamental, e nós estamos proporcionando isso. E, quando digo "nós", refiro-me a todos os envolvidos nessa grande rede de produção agrícola, não só o agricultor. Nós vamos ao supermercado e encontramos os alimentos lá.

Por fim, a Khatarine Fortunato fala sobre melhorar a qualidade do solo.

Esse é um ponto pouco falado no Brasil, mas o plantio direto foi uma revolução para o melhoramento do solo no Brasil. Antes se fazia a aragem da área a ser plantada, expunha-se o solo à erosão pela chuva e pelo vento, podendo até causar assoreamento em lagos, em rios e em nascentes. O plantio direto eliminou esse processo. O solo, além de ficar seguro sob a palha, tem sua microbiota muito enriquecida. Então, a tecnologia para melhorar o solo já está sendo utilizada e, certamente, ainda tem espaço para melhorar.

Os insumos biológicos estão ajudando. Por exemplo, grande parte da nossa soja já não utiliza ureia mais para que as plantas tenham acesso ao nitrogênio; temos a inoculação, que é um processo muito mais amistoso para o nosso solo. Então, temos, sim, essa preocupação, e o Brasil nesse ponto está muito à frente, está muito à frente.

Outro ponto que nós temos que é fantástico no Brasil é a recolha de embalagens de agrotóxicos. Temos a melhor rede de recolha e reaproveitamento de embalagens de agrotóxicos do mundo. Isso é muito importante. E pouco se conhece sobre essa rede que nós temos. As indústrias de defensivos investem muito nesse segmento.

A nossa agricultura está sendo desenvolvida de uma forma robusta, de uma forma muito sustentável. E temos um universo para o futuro, principalmente no que a gente vem chamando de agricultura de boutique, que é aquela produção de produtos em menor escala, de produtos com alto valor agregado e que poderia diversificar a nossa pauta de exportação, como mel, frutas, lácteos, peixes e, inclusive, produtos como a castanha baru – poderíamos investir muito no desenvolvimento do cultivo dessa planta que é originária da nossa flora e que nos traz já um indicador de que temos, sim, um potencial muito grande de exploração dessa castanha.

Senador Acir, era o que tinha a colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já também agradeço ao Senador Styvenson, ao Senador Luis Carlos Heinze, à Senadora Soraya pela apresentação deste projeto e ao senhor, Relator da matéria, que solicitou e está conduzindo estas audiências públicas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dr. Reginaldo Minaré, pela sua presença junto conosco e pelas suas explanações.

Passando a palavra para o representante da Embrapa, o Dr. Guy de Capdeville, faço uma pergunta: o que V. Sa. acha de a Embrapa ter um braço comercial para comercializar os seus produtos? V. Sa. tem a palavra.

O SR. GUY DE CAPDEVILLE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Eu quero aqui, primeiramente, agradecer esta oportunidade e este convite para participarmos desta excelente audiência.

Eu quero cumprimentar aqui os colegas: o Reginaldo, da CNA; o Professor Evaldo Vilela, do CNPq; o Sr. José Eustáquio, do Ipea. Foram excelentes considerações. Eu acho que nós convergimos aqui com a maioria das ideias e das formas de pensar.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer dois comentários. E aí eu passo à sua resposta. Senador.

O Sr. José Eustáquio propôs a criação de uma secretaria de economia. Eu concordo com a ideia de que nós devamos ter no Ministério da Agricultura um grupo dedicado a isso, mas, na Embrapa, nós já temos um grupo bastante grande de socioeconomistas. E eu defendo a visão do Professor Evaldo Vilela: essa poderia ser uma iniciativa bastante interessante, mas estabelecida em rede, com parceiros de cada uma das instituições que comporão o sistema nacional de inovação agropecuária, como o José Eustáquio está chamando, e eu concordo com esse nome. Hoje em dia, o que nós fazemos, de fato, é o avanço no conhecimento para chegar à inovação. Então, eu defendo que isso seja trabalhado no formato de rede, com profissionais de cada instituição, porque isso abriria o leque de visão que nós poderíamos ter.

Senador, a Embrapa já vem fazendo uma série de movimentos – e aí eu faço também comentário ao que o colega Reginaldo falou – no sentido de termos a capacidade de fazer a gestão financeira de ativos gerados pela Embrapa. Nós acabamos de aprovar, na nossa diretoria e no nosso Conselho de Administração... E aqui cabe ressaltar que o Conselho de Administração tem dado um apoio enorme a esse movimento. Nós estamos estabelecendo um Núcleo de Inovação Tecnológica dentro da Embrapa que terá uma fundação terceirizada contratada para poder fazer a gestão dos *royalties* que a Embrapa capta com as suas tecnologias. Isso é um movimento completamente novo dentro da Embrapa, porque nós conseguimos... Ao contrário de, ao captarmos *royalties*, colocarmos isso na Fonte 100 do Governo – o que não retorna para a Embrapa, porque o teto orçamentário é estabelecido –, esse valor deveria ser adicional para que ele pudesse ser retornado para dentro da empresa, para dentro da Embrapa, que é uma empresa totalmente sem fins lucrativos. Isso é importante frisar. Porém, esse formato de termos captação de *royalties* em tecnologias produzidas pela Embrapa é o que vai fortalecer ainda mais a pesquisa agropecuária nacional. E aí o estabelecimento desse NIT... E nós já aprovamos a contratação, já foi validado pelo Conselho de Administração, de uma fundação que fará a gestão. Até o ano que vem, nós estaremos com esse modelo estabelecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que eu citei aqui na minha apresentação é esse modelo de inovação aberto que nós fazemos com o setor produtivo. Hoje, nós temos um modelo de projetos que nós chamamos de projetos tipo 3, que são parcerias na lógica da inovação aberta em que nós, dependendo do porte do agricultor ou da associação que esteja nos procurando para resolvermos uma solução, talvez até pontual, de alguma demanda de um dado setor produtivo ou de um dado produtor rural... Quando se trata de grandes *players*, nós estamos num modelo muito similar ao modelo Embrapii, que foi estabelecido... Quando eu fui Chefe-Geral da Embrapa Agroenergia, nós aprovamos uma unidade Emprapii, e essa unidade Emprapii propõe que a gente divida em terços a relação financeira e de exploração de tecnologia, de desenvolvimento e exploração de tecnologias. Então, o parceiro comercial aporta até um terço ou no mínimo um terço; a Embrapa aporta um terço econômico, não financeiro, que é seu pessoal e infraestrutura, e aporta também um terço financeiro, com os recursos do orçamento Embrapa. Nós temos adotado esse sistema dividido em três para a agricultura familiar e para médios produtores, com essa contrapartida financeira da Embrapa. Com os grandes *players*, nós temos buscado não fazer essa contrapartida financeira, porque nós precisamos de um aporte mais robusto, uma vez que grandes *players*, em geral, têm demandas tecnológicas mais avançadas e mais complexas. Isso é importante de ser dito.

Então, nós estamos movimentando. Estamos fazendo uma série de movimentos para ver se conseguimos estabelecer fundos junto com o setor produtivo. Temos feito ações junto às câmaras setoriais do Ministério da Agricultura e até mesmo da CNA, que é uma grande parceira nossa agora. Temos intensificados fortemente as nossas iniciativas junto à CNA para desafios de grande porte. E isso é atendimento específico ao produtor rural.

Entretanto, cabe ressaltar aqui, senhores, que a Embrapa tem um papel estratégico de País que vai na direção do que o Senador Acir Gurgacz mencionou: da segurança alimentar. E aí entram os nossos programas de melhoramento. Os nossos programas de melhoramento... Hoje, o grande desafio que nós enfrentamos é lembrar... E, na Embrapa, nós temos buscado orientar nossa programação – inclusive, iniciamos um projeto corporativo dentro da empresa – em que estamos reavaliando e fortalecendo os programas de melhoramento pelo seguinte aspecto: são os programas de melhoramento que garantem a continuidade do agro nacional no padrão em que ele está. Os programas de melhoramento... Hoje, a minha grande preocupação, que eu tenho levado a nossas equipes, é: o que nós estamos fazendo para não ter que reagir às questões de mudanças climáticas e, sim, para antecipá-las?

Senhores, alguém tem dúvida de que as mudanças climáticas já estão nos assolando? Olhem o que acontece na Califórnia, na Austrália, na Turquia: incêndios de larga proporção. Olhem o que está acontecendo no Brasil! O degelo das calotas polares: na região antártica, estão surgindo ilhas que nunca apareceram antes devido ao degelo. Está chovendo no pico da Groenlândia, quando não se tem recorte na história da humanidade de que tenha tido alguma água naquele local, a não ser gelo. Esses impactos, como os vulcões que estão em erupção jogando cada vez mais emissões, vão afetar a agricultura, afetarão a agricultura no perfil de pragas... O Professor Evaldo Vilela, um entomologista, é uma pessoa que conhece profundamente esse tema, e tenho certeza, Professor, de que o senhor comunga comigo: mudanças climáticas mudarão o perfil de pragas, mudarão o perfil de doenças. E as nossas cultivares estão preparadas para esse impacto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma colega do público pergunta: quais os benefícios da inovação para a sociedade? Eu vou dar um exemplo. Nós temos tido uma preocupação enorme, na Embrapa, com as questões de mudanças climáticas, porque nós somos, junto com as universidades, quem fará o trabalho que vai trazer as soluções para quando elas forem demandadas. E nós temos que estar prontos de forma preventiva e não de forma reativa. Nós descobrimos recentemente microrganismos que vivem associados ao mandacaru, que é uma cactácea, um cáctus muito comum na Região Nordeste, e essa espécie de bactéria que nós isolamos tem um efeito muito positivo no milho quando associada às raízes do milho para reduzir o impacto de períodos de déficit hídrico. Isso pode ajudar muito a estiagens que venham a acontecer, dada essa questão de mudanças climáticas. Quando nós falamos em bactérias fixadoras de nitrogênio, a famosa tecnologia FBN, em que a Embrapa vem evoluindo há décadas... Ela começou lá na década de 70 com a pesquisadora Johanna Döbereiner, mas hoje nós temos microrganismos combinando o efeito de fixador de nitrogênio que, só na cultura da soja, traz uma economia de seis vezes o orçamento da Embrapa por ano, ao se evitar a necessidade de adubação com nitrogênio. O BiomaPhos, que é outro insumo que nós acabamos de produzir, recupera aquele fósforo que foi usado na adubação e que fica imobilizado no solo. Esse microrganismo ajuda a diminuir a necessidade de adubação com fósforo. E fósforo é explorado do ambiente, ele é tirado do solo. E isso ajuda muito a mitigar esses impactos.

E aí eu faço a relação com a próxima pergunta: o que nós vamos fazer em termos de solo? O colega Reginaldo mencionou o plantio direto. Eu vou mencionar o programa que o Ministério da Agricultura, sob coordenação da Embrapa, lançou, que é o PronaSolos. O objetivo deste PronaSolos é avaliarmos, analisarmos e conhecermos o perfil, a química, a composição de todos os solos que compõem o sistema produtivo nacional. E vamos também, numa próxima etapa, estudar toda a microbiota de microrganismos que vivem no solo, porque, senhores e senhoras, quem faz a verdadeira fixação de carbono atmosférico no planeta são os microrganismos que vivem no solo, seguidos pelas plantas. Acreditem se quiserem. O grande estoque de carbono que nós temos está no solo. E esse trabalho deste PronaSolos terá um papel importantíssimo. E aí nós temos parcerias com CPRM e várias outras universidades. E nós teremos total controle e conhecimento sobre os nossos solos, podendo usar tecnologias como plantio direto, fixação biológica e várias outras para garantir a fertilidade em longo prazo. Então, isso mostra claramente a nossa preocupação.

E, falando em agricultura familiar, a maior parte dos trabalhos que são feitos pela Embrapa é voltada para o pequeno e o médio produtor. O grande produtor hoje também se beneficia dos trabalhos da Embrapa, sem dúvida, mas eles têm acesso a tecnologias mais evoluídas que são conhecidas pelo setor privado. Empresas como Bayer, Basf, Syngenta são empresas que trazem tecnologia que a Embrapa tem olhado e não vai fazer ações de competição com isso, porque são movimentos de mercado que devem acontecer e são importantes para o Brasil. Agora, para a agricultura familiar, eu convido a todos a visitarem o Portal Embrapa e a Agência Embrapa de Notícias. É só entrar na internet e digitar: Portal Embrapa ou Agência Embrapa de Notícias. Lá os senhores verão uma série de iniciativas feitas para a agricultura familiar.

Vou dar só um pequeno exemplo para concluir a minha fala. Nós estamos, na Região Nordeste do País, levando a integração lavoura-pecuária-floresta, que é enxergada muito como um sistema altamente sustentável de produção, mas não para os grandes: nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhando para os pequenos, para o agricultor familiar. E como é que a gente pensa isso? Vou dar um exemplo. Nós estamos fazendo um trabalho de integração com a macaúba. A macaúba é uma palmeira que muitos conhecem, que tem uma produção de óleo elevada que pode chegar até 4 mil quilos de óleo por hectare, mas ela é uma planta perene que demora de cinco a sete anos para produzir, para ficar em nível de produção comercial. Como um produtor familiar vai produzir uma planta desta, se ele tem que fazer os tratos culturais e, por sete anos, ele não vai ter nada retornando desse cultivo? Integrando com lavouras de ciclo curto, como o amendoim, como o milho, como a soja, como o algodão... Algodão, não, mas... Talvez até o algodão, mas outras que sejam de importância para a agricultura familiar, em que o produtor consegue ter a renda anual, consegue executar os tratos culturais, mas, quando essa planta se tornar produtiva, o *big money* chega para ele, quando ele terá volume de produção a ser vendido. E nós da Embrapa estamos trazendo outras soluções para agregar valor a essas cadeias, não só explorar a *commodity*, mas explorar o valor agregado – no caso do óleo da macaúba, produção de biodiesel, produção de diesel verde, os resíduos da macaúba para produção de nanofibras, para produção de açúcares, na lógica da produção de etanol de segunda geração ou de químicos renováveis.

O nosso papel é desenvolvermos a tecnologia, o sistema de produção, ofertar a genética, mas, ao mesmo tempo, trazer outras soluções que possam agregar valor, trazer crescimento econômico para esses produtores rurais. E, com isso, fortalecemos ainda mais o nosso agro, que não é dependente única e exclusivamente do agro de exportação. O mercado interno é fortemente abastecido pela agricultura familiar nacional.

Senador, era isso.

Eu gostaria de agradecer imensamente esta oportunidade.

E gostaria de parabenizar os colegas: Reginaldo, da CNA; Professor Evaldo Vilela, do CNPq; e o José Eustáquio, do Ipea. Contem com a Embrapa, e a Embrapa conta muito com as suas instituições. Nós temos e acreditamos muito no que o Professor falou: o trabalho em rede. É isto que nós temos estimulado na nova administração da empresa: fazermos um trabalho em rede não só de instituições, mas rede de laboratórios e rede de pesquisadores, como nós temos, por exemplo, como o Professor Evaldo falou, nos INCTs do CNPq.

Obrigado a todos.

Obrigado, Senador e demais membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária por esta oportunidade.

Ficamos à disposição para sempre que precisarem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado a V. Sa.

Agradeço, mais uma vez, a todos os palestrantes: Sr. Guy de Capdeville, Reginaldo Minaré, Evaldo Vilela, José Eustáquio. Muito obrigado pelas suas presenças e pelas suas colocações.

Nós tínhamos destinado duas audiências públicas para instruir o relatório do PL 6.417, mas, em função de pedidos de várias entidades para que nós fizéssemos mais audiências públicas, nós estamos marcando mais uma audiência pública com este tema para a próxima quarta-feira.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 9, DE 2021

Em aditamento ao Requerimento nº 03 de 2021-CRA e nos termos regimentais, requeiro Audiência Pública para instruir o PL 6417/2019 que "altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA)", com a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Conselho Nacional das Entidades Estaduais de Pesquisa Agropecuária – CONSEPA;

- Representante do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; e

- Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agradecendo, mais uma vez, aos nossos convidados, também agradeço aos Senadores que participaram desta audiência pública: Senador Esperidião Amin, Senador Angelo Coronel, Senador Luiz do Carmo, Senador Roberto Rocha, Senadora Rose de Freitas, Senador Rodrigo Cunha, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Nelsinho Trad e Senador Paulo Rocha.

Lembro que, na próxima terça-feira, nós teremos audiência pública da CRA junto com a CMA para debater o marco legal do licenciamento ambiental. Na quarta-feira, portanto, nós teremos outra audiência pública para debater este mesmo tema de hoje. E, na próxima quinta-feira, nós recebemos o nosso convidado o Presidente da Embrapa para fazer uma explanação sobre o trabalho que a Embrapa vem fazendo para o nosso País.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (15ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (24ª REUNIÃO), EM 05 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às oito horas e quatro minutos do dia cinco de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Marcelo Castro, Jaques Wagner, Plínio Valério e Vanderlan Cardoso, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Mecias de Jesus. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (regularização fundiária), atendendo aos requerimentos REQ 6/2021-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) e REQ 45/2021-CMA, de autoria do Senador Jaques Wagner (PT/BA). Finalidade: Debater a regularização fundiária e instruir os seguintes Projetos de tramitação conjunta: - PL 2633/2020, de origem da Câmara dos Deputados, que "altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências"; e - PL 510/2021, do Senador Irajá, que "altera a Lei n° 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências". Participantes: Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira, Bispo da Prelazia de Itacoatiara (AM) e Presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); José Henrique Bernardes Pereira, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Júlio José Araújo Júnior, Procurador da República no Rio de Janeiro e Coordenador do Grupo de Trabalho de Reforma Agrária e Conflitos Fundiários da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (representante de: Márcia Brandão Zollinger); e Julia Bittencourt Afflalo, Consultora Jurídica da Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra os Senadores: Carlos Fávaro (Relator único), Jacques Wagner (Presidente da CMA) e Acir Gurgacz (Presidente da CRA). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e treze

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 24ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, que ocorrem conjuntamente, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a regularização fundiária e instruir os seguintes projetos de tramitação conjunta:

- PL 2633/2020, de origem da Câmara dos Deputados, que "altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências"; e

- PL 510/2021, do Senador Irajá, que "altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências.

Esta audiência pública é interativa, por meio do portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e também pelo telefone 0800-612211.

Os nossos convidados de hoje são Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira, Bispo da Prelazia de Itacoatiara, Amazonas, e Presidente da Comissão Pastoral da Terra, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; também Dr. José Henrique Bernardes Pereira, da CNA; Dr. Júlio José Araújo Júnior, Procurador da República no Rio de Janeiro e Coordenador do Grupo de Trabalho de Reforma Agrária e Conflitos Fundiários da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, representante de Márcia Brandão Zollinger; e também Dra. Julia Bittencourt Afflalo, Consultora Jurídica da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Nós daremos a palavra nesta ordem, depois nós inverteremos: o primeiro será o último e o último será o primeiro. Cada um terá 20 minutos para as suas colocações.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública sobre a regularização fundiária, faço algumas considerações sobre o que é importante para avançarmos com o nosso trabalho e sobre a realidade da regularização fundiária, que é um tema dos mais importantes para a agricultura e também para a economia brasileira.

Em primeiro lugar, partimos do pressuposto de que é necessário atualizar a legislação sobre o tema. Para isso, temos duas propostas em debate, mesmo reconhecendo que é possível avançar com a legislação que já temos. Isso foi dito por vários Senadores e palestrantes que estiveram aqui na primeira audiência pública que realizamos sobre este tema e depois da retomada dos trabalhos da reforma semipresencial do Senado.

O próprio Presidente do Incra, Dr. Geraldo José de Melo, disse que o trabalho está a pleno vapor em todo o País, com muitos servidores municipais sendo capacitados para trabalhar junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Incra no programa Titula Brasil. Ele também disse que é possível avançar com a atual legislação e que o alcance do trabalho pode ser maior e melhorar muito com as propostas em tramitação no Congresso.

É por isso que estamos realizando esta audiência pública, de forma conjunta, da Comissão de Agricultura com a Comissão de Meio Ambiente, pois além de ser importante atualizar, melhorar ou modernizar o atual marco legal da regularização fundiária, também é importante que façamos isso o mais rápido possível, justamente para que o efeito dessa melhoria possa ser sentido de imediato na vida das pessoas, dos nossos agricultores e da economia brasileira. Eu considero, inclusive, que a regularização fundiária pode ser a ação desse Governo com muito impacto na economia do País no curto e médio prazo. Ela garante acesso ao crédito, aos programas governamentais e às inovações tecnológicas, para os produtores investirem na ampliação da lavoura, no aumento da produção de alimentos e na geração de emprego e renda. Se queremos realmente diminuir o desmatamento, o caminho é esse. Com isso, temos o aumento da competitividade e da sustentabilidade dos negócios sem deixar de lado a conservação ambiental, ou seja, a regularização fundiária é também um caminho para sairmos mais rápido da crise que atravessamos.

O impacto na economia será grande, uma vez que temos em todo o País cerca de mais de 80 milhões de hectares de terras da União sem regularização. Segundo o Incra, temos 1,2 milhão de posses precárias, incluindo cerca de 970 mil famílias assentadas que ainda não obtiveram título de propriedade e outros 300 mil posseiros em áreas federais não destinadas. Além disso, só na Amazônia existem 109 mil imóveis georreferenciados e registrados no sistema do Incra com requerimento de regularização correspondendo a 16 milhões de hectares aptos para a regularização, tudo dentro da legalidade e com procedimentos em estágio avançado. Isso equivale a 40% de toda a área possível de regularização na região pelas atuais normas, ou seja, se avançarmos com a legislação, poderemos regularizar muito mais, pois um cruzamento de informações do IBGE e do CAR (Cadastro Ambiental Rural) identificou quase 60 mil propriedades fora do sistema do Incra, o equivalente a 10 milhões de hectares.

O Estado de Rondônia possui um total de 17 milhões de hectares de terras públicas divididas em 92 e duas glebas. Destes, 10 milhões de hectares são de terras destináveis, ou seja, passíveis de destinação ou regularização, e 7 milhões de hectares são de áreas não destinadas. Em Rondônia, são mais de 120 mil proprietários rurais que já possuem o termo de posse de terras da União, que já solicitaram a regularização e aguardam o tempo da burocracia e dos pareceres técnicos e jurídicos para terem o título definitivo de propriedade do imóvel. Além disso, existem pelo menos outras 300 mil pessoas em assentamentos e acampamentos da reforma agrária, aguardando a posse e o título da terra. E há também pelo menos outras 200 mil pessoas reivindicando a posse da terra que ocupam, mas que também sonham novas possibilidades na regularização fundiária rural. Isso acontece em Rondônia, porque somos um Estado novo, fruto da reforma agrária que, como muita coisa em nosso País, foi feita pela metade.

Sem título da terra, sem o registro do imóvel, os agricultores de Rondônia veem limitações do seu crescimento. Falta segurança jurídica para investir, cidadania, dignidade para essas pessoas que foram ocupar o Estado nas décadas de 60, 70 e 80, atendendo o chamado do Governo Federal. Essa insegurança prejudica esses agricultores, prejudica a nossa economia e tem alimentado muitos conflitos agrários em Rondônia e toda a Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais de 70% dos proprietários de imóveis de Rondônia não possuem o título definitivo dos seus lotes. Segundo dados do relatório de desempenho do Terra Legal, esse programa emitiu, em oito anos, 12 mil títulos rurais em Rondônia. Depois disso, poucos títulos foram emitidos, mesmo tendo sido colocado como meta a emissão de 2 mil títulos até 2018, o que não se confirmou.

Pelo Titula Brasil, programa que, em 2020, substituiu o Terra Legal, poucos títulos foram emitidos, mas o fato positivo é que temos a adesão de 70% das prefeituras do Estado de Rondônia a esse programa. Dentre os 52 Municípios de Rondônia, 70% já aderiram ao Titula Brasil; 14 assinaram um acordo de cooperação técnica para iniciar o programa, que esperamos possa conferir mais celeridade e eficiência a processos envolvendo a regularização fundiária em assentamentos da reforma agrária e em terras públicas rurais da União e do Incra.

Estamos otimistas com esse novo trabalho e esperamos que a atualização da legislação possa trazer ainda mais celeridade e efetividade para esse trabalho de regularização fundiária, mas lembrando sempre que todo o trabalho nesse momento, Senador Jaques Wagner, de regularização no Estado já pode ser feito sem a atualização da nossa legislação. É um fato importante, já muito discutido nesta Comissão, principalmente por V. Exa. e outros debatedores e também dito pelo Presidente do Incra. Nós podemos nesse momento fazer a regularização fundiária de muitas áreas, não só do Estado de Rondônia, mas do Brasil inteiro.

Antes de iniciar o debate, pergunto a V. Exa. se gostaria de usar a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discursar.) – Apenas para cumprimentá-lo, estimado Senador Acir Gurgacz, cumprimentar a todos os nossos convidados, que daqui a pouco já começarão a falar, a todos que nos acompanham, e para reafirmar a minha posição original – evidentemente sou um homem de negociação, de busca de entendimento – de que, com a lei que nós temos, se houvesse celeridade – e aqui não estou apontando o dedo, mas estou dizendo que é preciso dar mais musculatura ao Incra, e a tecnologia que eles estão adotando agora seguramente facilitará –, já poderíamos regularizar.

E eu sei, Senador, que o seu sentimento é pelos pequenos, é realmente pelo pessoal que foi levado para Rondônia para fazer exatamente a expansão da nossa fronteira agrícola, então são pessoas de três, de quatro módulos, e é isso que eu acho que é preciso separar, o joio do trigo: quem é de três, de quatro de quem é de quarenta, cinquenta ou cem módulos de terra.

Então, eu concordo, só reafirmo minha posição original, a cautela, mas acho que o Senador Fávaro está tendo essa cautela com o marco temporal, em que ele já se comprometeu a não mexer, no sentido de que a gente atenda... Vamos pela fila, vamos começar dos pequenos, depois a gente chega aos grandes.

Mas era só isso.

Obrigado e boa reunião para nós.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jaques Wagner.

Iniciando, então, cumprimento os nobres convidados e passo a palavra ao D. José Ionilton Lisboa de Oliveira.

V. Sa. tem 20 minutos para fazer as suas colocações. É evidente, se precisar de um tempo a mais, nós estamos aqui à disposição. Muito obrigado mais uma vez pela sua presença conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ IONILTON LISBOA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, participantes desta audiência pública. Agradeço a oportunidade, como Igreja católica, como representante aqui de um bispo da Amazônia e também como membro da Comissão Pastoral da Terra, de participar desta audiência.

Gostaria de começar, como eu fiz numa outra audiência lá na Câmara dos Deputados, com a palavra de Deus. A palavra de Deus, no Profeta Amós, diz o seguinte: "Ouvi isto, vós que pisais o indigente, e exterminais os humildes da terra, dizendo: 'Quando passará a lua nova, para vendermos o grão, e o sábado, para abrirmos o trigo, diminuindo o *efa* aumentando o *siclo*, e enganando com balanças fraudulentas para comprar com dinheiro o pobre e o humilde por causa de um par de sandálias e para vender o refugo do trigo'. Jura o Senhor pelo orgulho de Jacó: 'Acaso me esquecerei para sempre de todas as suas obras?'". É uma palavra do Profeta Amós que nos impulsiona a estar sempre do lado dos pequenos, dos mais pobres.

Quero me valer aqui de um posicionamento dos bispos da Amazônia Legal. Agora em maio passado, nós fizemos um encontro virtual e elaboramos um documento que foi divulgado também em toda a imprensa. Mas eu quero me valer aqui de um parágrafo desse nosso posicionamento. A gente disse assim:

> Percebemos [...] que a crise [...] [ambiental] denunciada em 2019 durante o Sínodo [para a Amazônia], acentuou-se durante a pandemia e revela os limites de um sistema que está sendo rapidamente destruído e que tende a perecer se a crise não for detida. Preocupa-nos a cadeia de iniciativas em vista do desmonte e fragilização da legislação socioambiental e fundiária [Aqui está como PL, acho que algum já foi aprovado na Câmara, mas foi escrito em maio.]: o PL 3729/2004 que desmonta o sistema de licenciamento ambiental; o PL 2633/2020 [que é esse que já se transformou, que está em discussão] e PL 510/2021 [outro que está em discussão também] que abrem as "porteiras" para a grilagem de terras; o PL 191/2020 permitindo a mineração e atividades econômicas em terras indígenas; o PL 6299/2002 que flexibiliza fabricação e uso de agrotóxicos.

Essa é a posição que nós, os Bispos da Amazônia Legal, tomamos, ali em maio, e que depois foi referendada por uma outra manifestação da comissão permanente da CNBB, do Conselho Permanente da CNBB, que pedia ao Presidente do Senado – inclusive, foi uma carta dirigida diretamente ao Presidente do Senado – para que pudesse não avançar com o Projeto 510, de 2021.

Nós temos consciência, como Igreja, como a Igreja na Amazônia, como CPT, de que o Projeto de Lei 2.633 não favorece, como disse aí o Senador Jaques Wagner, os pequenos. A nossa preocupação é essa, e nós, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras precisamos estar bastante atentos quanto a isso.

Primeiro, porque a nossa Constituição, quando fala dos Poderes, e aí o Poder Legislativo entra como um deles, diz que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. No caso, aqui, por meio dos representantes eleitos: V. Sas. ou V. Exas. – não sei qual o nome correto pelo qual devo chamá-los. Mas é importante que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se pense nisso, no que está por trás desses dois projetos de lei que estão em discussão aí no Senado, para ver se beneficiam o povo ou prejudicam o povo. E pensar que a função do eleito, como disse aqui a Constituição, é garantir aquilo que faz bem para o povo brasileiro na sua maioria, os que mais precisam inclusive da proteção da lei.

Se nós vamos novamente à nossa Constituição, lá no capítulo IV dos direitos sociais, vai falar do... No capítulo VI, melhor dizendo, Do Meio Ambiente, aqui está muito claro que o ambiente precisa ser considerado quando se modifica qualquer lei e se faz qualquer lei. Aqui diz, por exemplo, no inciso VII, no §4º:

> A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de recursos naturais.

Então, precisamos ter esse artigo também da nossa Constituição quando se considerar a votação desses projetos.

Vou me valer aqui do Projeto de Lei 2.633, de alguns posicionamentos de setores da nossa sociedade civil, para considerar a nossa posição também como igreja, como CNBB, como bispos da Amazônia Legal, como CPT.

O Greenpeace fez uma manifestação, logo que foi aprovado lá na Câmara dos Deputados, e a nota diz o seguinte:

Foi uma lei aprovada durante a pandemia, diante de um escândalo de corrupção que estava sendo discutido lá na CPI da Covid, com desmatamento e queimadas na Amazônia batendo recordes. E se considera que esta lei, ao invés de prevenir e combater o crime ambiental, vai incentivar. Portanto, legaliza o que é ilegal.

A coordenadora de políticas pública afirma que de alguma forma os Deputados, ao aprovarem essa lei lá e passarem isso para o Senado, passam um recado para nós, para o povo brasileiro, de que vale a pena invadir, desmatar, queimar terra pública, porque depois vem a lei e favorece a regularização daquilo que já foi destruído no nosso meio ambiente.

Portanto, a gente considera que esse projeto de lei, que está também igual ao outro, ao 510, abrirá caminho para a invasão de terras públicas por grileiros e criminosos ambientais e facilitará a legalização de invasões onde há comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.

Nós que estamos aqui na Amazônia acompanhamos sempre com apreensão o crescimento do desmatamento na Amazônia. Só, por exemplo, nos últimos 11 meses, com dados que eu tenho aqui somente de até junho de 2021, foi 51% a mais de desmatamento na Amazônia nos últimos 11 meses, dados que se encontram na página do Imazon. Foram 8.381 quilômetros quadrados de desmatamento, 51% a mais do que houve de desmatamento já em 2020.

Então, nós acreditamos que esse Projeto de Lei 2.633 – e o outro que está em discussão no Senado, o 510 – não vai, na minha opinião, ajudar a resolver os problemas do campo, os problemas dos pequenos agricultores, dos assentados, dos posseiros; pelo contrário, vai fazer com que haja risco de que um pequeno agricultor, um posseiro, um assentado que está lutando pela terra sofra mais ainda, perdendo espaço para o que disse o Senador Jaques Wagner, para os grandes, para aqueles que querem conquistar um maior pedaço de terra, assim como o projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de lei que foi agora aprovado na Câmara dos Deputados e que está com os senhores e com as senhoras no Senado.

Inclusive eu vou ler aqui o que está na página da própria Câmara. Está escrito lá na agência Câmara de notícias:

> [...] [Essa proposta] aumenta o tamanho de terras da União passíveis de regularização sem vistoria prévia, bastando a análise de documentos e de declaração do ocupante de que segue a legislação ambiental.

Isso, para nós, é muito perigoso, ou seja, basta a pessoa dizer "eu sou o dono desta terra e eu quero regularizar esta terra" e não ter nenhum tipo de acompanhamento nem algo que prove que de fato ele é possuidor daquela terra. A declaração simplesmente de garantir já a regularização vai trazer, com certeza, muitos problemas para os pequenos agricultores, aqueles que estão buscando a terra, lutando pela terra.

Ainda está na agência Câmara de notícias:

> A proposta passa de 4 para 6 módulos fiscais o tamanho da propriedade ocupada que poderá ser regularizada com dispensa de vistoria pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).
> [...] estabelece novas regras para a Lei 11.952 [...] de 2019, que valerão para imóveis da União e do Incra em todo o País em vez de apenas os localizados na Amazônia Legal, como [...] [está até agora].
> [...] [Portanto], a regularização de imóveis com base nessa lei poderá beneficiar inclusive posseiros multados por infração ao meio ambiente, se for atendida qualquer uma destas condições [...] [que a própria lei já cita lá para poder fazer a regularização].

Então, quero também aqui dizer que nós concordamos plenamente com o que foi postado pelo Observatório do Clima, de que esta Lei 2.633 é "totalmente desnecessária, uma vez que a legislação atual [a 11.952, de 2009 – eu falei 2019, mas é de 2009] já prevê regras mais flexíveis para ocupações de até quatro módulos", como lembrou o Senador Jaques Wagner. É uma lei que a gente considera ser "irresponsável, que estimulará novas ocupações de áreas públicas e mais desmatamento". Diz aqui o Observatório do Clima, e nós concordamos, que é uma lei criminosa porque é direcionada a respaldar a grilagem de terras.

Então, a nossa posição vai também de acordo com o que está na posição do SOS Mata Atlântica, que disse que esse Projeto de Lei 2.633 continua nos mantendo na contramão da história. Nós fomos deslocados da ciência, da participação da sociedade, não houve uma discussão, quer dizer, no projeto de lei, aprovado na Câmara e que está em discussão agora no Senado, está havendo essas audiências públicas com um número limitado de pessoas, mas ele requereria uma discussão mais ampla, mais aberta, com a participação da população e, no tempo da pandemia, isso não era possível. Então, o que foi feito na Câmara, aprovando essa lei, passando para o Senado e, agora, estando com V. Exas., esse projeto de lei deveria ser interrompido, tirado de pauta e ser feita uma ampla discussão no Brasil, ouvindo, inclusive, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão buscando a terra, os pequenos agricultores, repito, os posseiros, aqueles que esperam a reforma agrária e não conseguem a posse da terra oficialmente.

Aliás, a reforma agrária está parada já há um bom tempo, assim, em termos de regularização mesmo de terras.

Então, acho que a nossa posição com relação a isso tem sido de que o Senado deve devolver, vamos dizer assim, esse projeto de lei para a Câmara dos Deputados, não deve levar adiante, deve interromper esse processo e deve fazer uma abertura depois maior para uma discussão para que, de fato, os pequenos, como disse também o Senador Jaques Wagner, possam ser os primeiros beneficiados. Como está, a gente avalia que não serão os pequenos os beneficiados, porque se fossem, os pequenos, até quatro módulos, já teria sido feito, pela lei atual que já permite isso. Não é necessário ampliar o tamanho de módulos agora.

Sobre o Projeto de Lei 510, que está também em discussão no Senado, a CNBB fez já uma manifestação, como eu dizia antes, no mês de junho, dirigindo uma carta ao Congresso brasileiro, mediante os grandes retrocessos na pauta agrária e socioambiental.

Aqui nós dizemos que esse Projeto 510 é uma atualização daquela Medida Provisória 910, de 2019, que veio lá do Governo Federal e que foi derrubada, vamos dizer assim, não foi votada, caducou e, de repente, eles pegaram a medida provisória do Governo Federal e transformaram em um projeto de lei na Câmara e no Senado. Portanto, é mais uma resposta para que a medida provisória volte e seja aprovada por outro caminho, então, aqui, na nota da CNBB, nós fazemos uma série de considerações para indicar a nossa posição contrária a esse Projeto de Lei 510 também.

> Considerando que o caráter de urgência à tramitação [na época] do PL 2633/2020 e do PL 1720/2021 [que estavam em discussão conjuntamente lá na Câmara] retira a possibilidade de sua necessária ampla discussão com todos os setores da sociedade brasileira;
> Considerando a necessidade de dar voz aos povos da terra e das florestas, sobretudo aos agricultores familiares e comunidades tradicionais que seriam afetados diretamente com os termos do Projeto de Lei 510/2021, no Senado Federal, e os Projetos de Lei 2633/2020 e 1730/2021, na Câmara dos Deputados, que objetivam instaurar novas regras para processos de regularização fundiária, favorecendo a grilagem de terras no Brasil, como também o Projeto de Lei 490/2007, na Câmara dos Deputados, que visa restringir as demarcações de terras indígenas com base na tese do marco temporal [que está em discussão no Supremo Tribunal Federal];
> Considerando que a pandemia prejudica o debate das populações vulneráveis mais afetadas, sujeitos de direitos dos projetos de lei em tramitação;
> Considerando que a grilagem de terras públicas é responsável por 1/3 (um terço) do desmatamento no Brasil, além de ser promotora de violência no campo brasileiro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Considerando que os projetos de lei [em discussão, 2.633 e 510, de 2021] atinentes à regularização fundiária flexibilizam procedimentos para a titulação de terras, por meio da autodeclaração e dispensam a exigência de vistoria para a regularização dessas áreas;
> Considerando que o crescimento do desmatamento ilegal na Amazônia precisa ser combatido de forma urgente [...];
> Considerando que os projetos de lei em pauta possibilitam a titulação de terras com pendências ambientais e alvo de conflitos fundiários, o que favorece pessoas com maiores recursos financeiros em detrimento [dos mais pobres] dos mais vulneráveis;
> Considerando que o Projeto de Lei 510/2021 e o Projeto de Lei 2159/2021, no Senado Federal, e os Projetos de Lei 2633/2020 [que está, agora, em discussão com V. Sas.] [...] tratam de patrimônio público que será entregue à iniciativa privada, com tamanho ataque aos biomas [não só aqui ao bioma Amazônia, mas a todos os biomas do Brasil, já que a lei agora amplia, sai da Amazônia Legal para os outros Estados brasileiros, outras regiões; amplia esse ataque aos biomas] e aos seus repetitivos povos [onde esses biomas estão, que são os] verdadeiros guardiões da natureza, sem audiências públicas;

E aí concluímos a nota da CNBB, de 17 de junho, pedindo aos senhores do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado:

> Nós, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, conscientes de nossa missão de pastores comprometidos com a vida de todos os seres da Criação, respeitosamente, reivindicamos encarecidamente que se proceda à retirada [desses projetos de lei que estão no Senado] [...] e se favoreça um debate amplo a respeito da regularização fundiária e do licenciamento ambiental, e da preservação da vida das populações indígenas nos seus territórios [e dos que ficam, também dos posseiros, nas suas pequenas posses], considerando, sobretudo, os pleitos apresentados na Carta dos Bispos da Amazônia [a que eu acabei de me referir, no início da minha fala].

Então, quero concluir dizendo que nós, como Igreja Católica, nós CNBB, nós Igreja Católica aqui na Amazônia, os bispos da Igreja Católica aqui na Amazônia, somos contra esses Projetos de Lei 2.633 e 510. E solicitamos que esta Comissão, as duas Comissões que aqui se encontram e os demais Senadores e Senadoras pensem na responsabilidade que têm ao aprovarem isso, essas leis, o mal que isso vai fazer à população brasileira, principalmente para a destruição do meio ambiente, porque, como dissemos aqui, regularizar as terras simplesmente pela apresentação de uma pessoa que diz que é proprietário é incentivar realmente que se desmate, que se queime e depois se regularize, e fica assim do mesmo jeito. E a grande parcela da população que precisa da terra e que quer trabalhar na terra fica descoberta, sem proteção e sem amparo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Papa Francisco, para encerrar aqui esta minha fala que está dentro dos 20 minutos, na querida Amazônia, afirma que todas as operações econômicas que visam à destruição – ele falava aqui do bioma Amazônia –, todas essas operações ele diz: "Só tem um nome que a gente pode chamar: injustiça e crime".

E eu gostaria, então, de dizer que esperamos do Senado que ajude a essa injustiça, a esse crime parar aí e não avançar mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, D. José Ionilton, pelas suas colocações.

E volto a colocar aqui a nossa preocupação, que é exatamente com os pequenos, com a agricultura familiar, com o não desmatamento. Com o marco temporal de 2008, de lá para cá não se pode fazer nenhuma regularização fundiária, ou seja, há uma convergência muito grande do que o senhor comentou, o senhor falou, com aquilo que nós esperamos desse relatório. E eu tenho certeza de que o Relator, que está assistindo junto conosco, está muito atento a essas preocupações que V. Sa. muito bem colocou nesta manhã.

Muito obrigado pela sua presença. Depois nós voltaremos para mais uma rodada de conversações.

Passo a palavra agora ao Dr. José Henrique Bernardes Pereira, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

V. Sa. tem 20 minutos para fazer as suas colocações, mais uma vez agradecendo a sua presença junto conosco nesta manhã de terça-feira.

O SR. JOSÉ HENRIQUE BERNARDES PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia a todos!

Meu nome é José Henrique, sou Assessor Técnico da Comissão de Assuntos Fundiários aqui da CNA. Primeiramente, gostaria de agradecer, em nome da CNA, a entidade máxima representativa dos produtores rurais de todo o Brasil, na pessoa do nosso Presidente, Dr. João Martins. Agradecer ao Senador Acir, ao Senador Jaques Wagner.

Para a gente, da CNA, é muito importante este debate, este tema que é fundamental para os produtores rurais, que precisam dessa regularização. Muitos produtores já estão há mais de 30, 40, 50 anos esperando esse título da terra.

Então, eu preparei uma rápida apresentação aqui, Senador, que vou compartilhar aqui com vocês. Por favor, vocês me falem se estão sendo... se está aparecendo aí. (*Pausa*.)

Todos estão vendo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Já está aparecendo.

O SR. JOSÉ HENRIQUE BERNARDES PEREIRA – Vou colocar só em modo apresentação aqui.

Foi? (*Pausa*.)

Então, o que a gente está discutindo no debate aqui na Comissão de Agricultura e na Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal são os projetos de lei de regularização fundiária que tramitam. Eu fiz um quadro comparativo aqui, Senadores, sobre os dois Projetos de Lei: o PL 2.633, do Deputado Zé Silva, que foi aprovado na Câmara em agosto, e o PL 510, de 2021, do Senador Irajá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente entende que o PL 2.633, que foi aprovado na Câmara, passou com alguns pontos positivos, até a CMA propôs emendas a ele. E aqui eu destaquei alguns pontos como: a questão da ampliação da possibilidade de estabelecer contratos e convênios com outras instituições, por exemplo, com as Forças Armadas, com entidades de assistência técnica, no seu art. 32; a criação de um sistema informatizado, com vistas a assegurar transparência e o produtor rural ter acesso a todo o seu processo, isso é de suma importância; a autorização da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) de regularizar imóvel de sua propriedade de até quatro módulos fiscais, e isso dá celeridade à regularização fundiária; a questão também da dispensa de assinatura dos confrontantes, quando tem indicação das coordenadas e vértices, que também dá uma celeridade; e a questão principalmente também muito importante que passou foi a revogação do art. 36, da Lei 11.952, de 2009, do Programa Terra Legal, que falava que tinha que ter Zoneamento Ecológico-Econômico para celebrar contratos com a União e regularizar. Então, a gente sabe que o zoneamento é importante, mas muitos Estados não avançaram, a grande maioria, no zoneamento. Então, você lincar isso à questão da regularização fundiária não seria o ideal. Então, isso também foi revogado no PL que passou agora na Câmara.

A gente também trouxe aqui alguns pontos positivos do PL 510, de 2021, que tramita aí no Senado, do Senador Irajá, principalmente em relação ao inciso XI do seu art. 2º, que define a questão da infração ambiental – que é conduta lesiva ao meio ambiente, depois de esgotadas as vias administrativas; a questão da alteração do marco legal para maio de 2012, e a gente entende que essa alteração é benéfica. Por quê? Porque maio de 2012 foi quando foi editado o novo Código Florestal, que é a nossa principal lei de ordenamento territorial no Brasil aprovada. É a Lei nº 11.951, de 2012. Então, você lincar o marco temporal da lei, que é maio de 2012, à regularização fundiária é de suma importância. Ademais, a gente sabe que, de acordo com o Incra, já existem famílias que entraram após o marco temporal atual, que é julho de 2008. Então, têm aproximadamente 7 mil famílias. Seria um problema social. São famílias que já estão produzindo lá. Então, como a gente faria com essas famílias que entraram um pouco depois do marco temporal? Geraria um grande problema social. Então, a gente, o setor produtivo defende desse marco temporal de maio de 2012, que é a data da edição do Código Florestal.

Outra coisa que é de suma importância para a gente é a ampliação do uso da tecnologia do sensoriamento remoto para imóveis de até 2,5 mil hectares. A gente sabe que a tecnologia veio para ficar. Hoje em dia a gente tem imagem de satélite de alta resolução, que a gente consegue verificar se possui cultura efetiva, se possui ocupante e toda a questão de ocupação anterior ao marco temporal, se já havia. Então, é muito importante a gente poder ter essa tecnologia para regularizar tanto os médios, como os pequenos produtores rurais.

Então, a gente, como CNA, destaca esses dois pontos do 510, de 2021.

Aqui, eu preparei também uma tabela para a gente ver, porque muita gente fala que os projetos de lei que estão tramitando aí no Senado vão flexibilizar as salvaguardas ambientais.

Aqui, eu fiz um quadro comparativo, rápido, com a lei atual, que é a 11.952, de 2009, que foi regulamentada pelo Decreto 10.592, de 2020, do final do ano passado. Essa é a legislação atual. Aqui, os PLs 2.633, de 2020, e 510, de 2021.

O que a gente pode notar, Srs. Senadores, é que todos os PLs exigem, continuam mantendo a vistoria presencial nestes casos: área embargada ou com infração ambiental. Todos os projetos de lei mantêm essa vistoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conceitua infração ambiental, apenas o 510 o faz, como a gente tinha falado.

Obrigatoriedade de inscrição no CAR ou adesão aos PRAs, se o produtor tiver algum passivo ambiental, todos os PLs contemplam.

Vistoria presencial em casos de indício de fracionamento fraudulento – é obrigatória a vistoria presencial do técnico do Incra.

Vistoria presencial em caso conflito declarado ou registro na Câmara de Conciliação Agrária. Se houver um conflito lá, deve haver a vistoria.

No caso também de ausência de indícios de exploração anterior ao marco temporal, que atualmente é julho de 2008, também todos têm de ter essa vistoria obrigatória.

Então, o que está mudando nos PLs? É só a possibilidade de sensoriamento remoto. Todos podem utilizar sensoriamento remoto até 2,5 mil hectares, que é o quê? É o limite constitucional para um produtor poder requerer terras da União. Depois, pode, mas deve ter anuência do Congresso Nacional, para áreas maiores que 2,5 mil hectares.

Porém, na legislação atual, acima de quatro módulos fiscais, já deve haver a vistoria.

A gente sabe que a Região Amazônica é uma região enorme, com altas extensões de terra, grandes extensões de terras, e é muito difícil. A gente sabe que o Incra tem uma limitação de pessoal.

Então, o que a gente propõe? O 2.633, de 2020, aumentou um pouco esse limite do uso do sensoriamento remoto para até seis módulos fiscais. Só que a gente considera modesto. A gente acha que pode usar, até 2,5 mil hectares, a tecnologia de sensoriamento remoto. Porém, se houver alguma destas questões – infração ambiental, casos de parcelamento irregular da terra, conflito –, há que se fazer a vistoria presencial. Então, isso não, por nenhum motivo, flexibiliza as salvaguardas ambientais.

Outro ponto muito discutido aqui – a gente usou esta tabela com dados do Incra atualizados – é que a gente pode notar aqui o potencial de regularização na região da Amazônia Legal, que é onde concentra o maior número de terra a ser regularizada. O que a gente pode ver aqui, eu destaquei aqui para vocês: até quatro módulos fiscais representam 88% dos títulos. É uma grande quantidade. Então, a Lei 11.952 conseguiria regularizar. Porém, ela representa, como vocês podem notar, apenas 39% da área, ou seja, ficariam 61% da área sem regularização de forma remota.

Se a gente quer o ordenamento territorial da área, se a gente quer realmente destinar essas glebas públicas para a regularização fundiária, para aquele produtor que produz de forma mansa, pacífica e de boa-fé, a gente deve dar essa celeridade, essa regularização, aumentar esse escopo da governança fundiária, que é regularizar os pequenos e os médios produtores rurais.

Aqui, como a gente pode notar, são aproximadamente 160 mil títulos de propriedades que podem ser dados, fornecidos, em uma área de aproximadamente 26 milhões de hectares – esse número apenas na Amazônia Legal.

E por que são importantes os projetos de lei também? Porque eles ampliam. A Lei 11.952, de 2009, fala da regularização de glebas públicas apenas na Amazônia Legal.

Os dois Projetos de Lei, tanto o 2.633 como o 510, ampliam para a posse fora da Amazônia Legal, porque a gente sabe que tem aproximadamente 1 milhão de hectares a serem regularizados na Bahia, no Paraná, em Minas Gerais. Então, é importante também essa ampliação, totalizando quase 1 milhão de hectares para serem regularizadas 185 mil ocupações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rurais. Por isso que também é importante essa ampliação do número de hectares a serem regularizados.

Eu trouxe para vocês também... Muita gente fala que a regularização fundiária vai incentivar a grilagem de terra, vai incentivar o parcelamento irregular. A Amazônia, pessoal, a gente sabe que tem 500 milhões de hectares. O que a gente está propondo aqui, de acordo com dados do Incra, é regularizar aproximadamente 5% dessa área, que seria em torno de 26 milhões de hectares. Porém, a gente sabe que, de acordo com o Código Florestal, um imóvel na Amazônia tem que preservar 80% da sua área, ou seja, a área real, que seria regularizada com os projetos de lei, representa 1,2% da área da Amazônia Legal, ou seja, 6 milhões de hectares. Então, o que a gente está falando aqui, pessoal? A gente está falando de regularizar, não é derrubada de floresta, não é legalizar grilagens, e sim áreas já consolidadas, muitas glebas públicas já georreferenciadas pelo Incra, com produtores rurais aguardando o seu título, há, pelo menos, muitas vezes, 30, 40, 50 anos, e que precisam receber esse título.

Então, o que a titulação promove, a entrega desse título? Na verdade, ela promove justamente a preservação ambiental. Você vai identificar aquele ocupante, você vai dar o título para ele, vai dar o título da sua propriedade, e ele vai ser responsabilizado. Então, você vai agregar tanto a regularização fundiária como a própria regularização ambiental. Ele vai poder aderir ao CAR, ele vai poder homologar o seu CAR, ele vai poder entrar nos pagamentos de serviços ambientais, ele vai regularizar a sua propriedade como um todo. Mas, para isso, ele precisa regularizar a questão fundiária.

Aqui a gente pode ver – essa é feita pela nossa querida Embrapa territorial – o uso e a ocupação das terras do Brasil. Esse é um dado atual. A gente pode ver que as áreas destinadas à preservação de vegetação nativa, dentro das propriedades rurais, aumentaram aqui: estão em 26,7%. Antigamente, eram aproximadamente 25%, ou seja, os produtores rurais preservam, dentro da sua área – a gente sabe que, na Amazônia Legal, 80% têm que ser preservada –, 26% da vegetação nativa presente no nosso Brasil. E o Brasil ainda preserva 66% da sua mata nativa. Então, o Brasil é um País que preserva e o produtor precisa desse título para continuar preservando.

Então, do que a gente precisa para dar celeridade? A gente precisa da aprovação de uma lei que dê celeridade à emissão de títulos e verbas públicas. Qual é o objetivo disso? Promover a utilização de tecnologias, principalmente o sensoriamento remoto. O Incra lançou, por meio da sua Portaria 1.423, agora em setembro, a sua Plataforma de Gestão Territorial, que vai agregar todos os seus cadastros dentro dessa plataforma. O produtor vai poder dar entrada ao seu pedido de regularização de forma informatizada, de forma digital. Ele vai poder ver lá quais são os documentos que faltam, se falta o georreferenciamento, se falta o documento do Incra na Receita. Então, é um programa muito bom, vai ser um marco para dar celeridade à regularização e a gente tem que usar essa tecnologia a nosso favor.

A gente já utiliza a tecnologia para a questão de multa, para a questão de supressão de vegetação nativa de forma irregular; e por que não utilizar também para a questão da regularização fundiária?

Ela favorece a aplicação da legislação ambiental aos ocupantes, porque você vai conhecer e você vai responsabilizar esses ocupantes que vão receber o título; mantém essa vistoria presencial, conforme eu falei para vocês, em caso de fracionamento fraudulento, em caso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infração ambiental ou embargo ambiental na área – vai continuar a vistoria presencial do Incra – ; proporciona maior segurança jurídica e transparência a todo processo de regularização fundiária – essa transparência continua, porque o produtor vai poder ter acesso ao seu processo, então, de forma digital, e o Incra está digitalizando os processos antigos também do Programa Terra Legal –; e aumenta a governança de terras e o ordenamento territorial. A gente sabe que no Brasil a gente tem aproximadamente 55 milhões de hectares não destinados ou sem posse definida. O que isso significa? Significa que são terras de ninguém. Então, é importante para a governança de terra no País e para o ordenamento territorial a gente emitir títulos para esses produtores que possuem a posse mansa, pacífica, de boa-fé dentro do marco temporal, justamente para dar destinação a essas glebas, porque terra sem lei facilita a invasão de grileiros, de pessoas que querem trabalhar à margem da lei. Então, se a gente destinar essas terras aos produtores rurais, àqueles que trabalham, que mantêm sua terra de forma digna, que querem continuar produzindo, que querem ter acesso ao crédito, a gente precisa fornecer o título a esses produtores rurais.

Então, aqui, eu coloquei este eslaide final, Senador Acir, Senador Jaques Wagner: prioridades do agro brasileiro. Por que eu coloquei a regularização fundiária em cima? Porque a regularização fundiária, como fala o nosso querido Evaristo de Miranda, Chefe da Embrapa Territorial, é a mãe de todas as batalhas. Se a gente não consegue a regularização fundiária, o produtor não consegue o quê? Acesso ao crédito. O produtor não consegue a valorização da sua terra, a diminuição da pobreza. O IDH da Região Amazônica é baixo. Se você pegar o IDH da região rural da Amazônia Legal, é muito baixo, é nível de países da África. Então, o produtor precisa ter essa valorização do seu patrimônio. Com o título da propriedade, ele vai valorizar o seu patrimônio.

Regularização ambiental. O produtor pode realizar o CAR com a posse? Pode, mas, quando ele começar a ter acesso ao pagamento de serviços ambientais, acesso à cota de reserva legal, ele vai precisar, em algum momento, quando for homologar, do seu título de propriedade.

Combate ao desmatamento ilegal. É fundamental ter o título, conhecer aquele ocupante para ver se ele está suprimindo de forma irregular a vegetação nativa. Você vai responsabilizar o produtor rural.

Assistência técnica e gerencial. O produtor rural, muitas vezes, utiliza técnicas rudimentares na Amazônia porque ele não tem assistência técnica. Com o título da propriedade, ele vai ter a sua assistência técnica.

E, principalmente, também a redução da sua insegurança jurídica. Hoje o produtor tem extremamente essa insegurança por quê? Porque ele não possui o título da sua propriedade, porque muitas vezes tem uma posse ou tem um contrato de gaveta, está lá há muitos anos trabalhando, tentando, mas não consegue evoluir por conta... Como eu falei aqui, tudo vai depender da regularização fundiária.

Então, Senadores, a mensagem final que eu passo aqui para vocês é que a gente não pode fazer uma lei pensando em quem trabalha à margem da lei, quem grila terra, quem faz crime, quem invade terra pública. A gente tem que pensar na lei para aquele produtor de boa-fé, que possui a sua posse mansa e pacífica. Então, esse é o recado final aqui da CNA. Coloco-me à disposição dos Senadores para possíveis dúvidas no final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós que lhe agradecemos, José Henrique, pela sua participação.

Passo a palavra agora ao Dr. Júlio José Araújo Júnior, Procurador da República no Rio de Janeiro e Coordenador do Grupo de Trabalho de Reforma Agrária e Conflitos Fundiários da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

V. Sa. tem 20 minutos para fazer as colocações, mais uma vez, agradecendo a sua presença junto conosco.

O SR. JÚLIO JOSÉ ARAÚJO JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Um bom dia a todos e a todas.

Eu queria, inicialmente, agradecer ao Senador Acir, agradecer ao Senador Jaques Wagner e a todos os Senadores e Senadoras pela oportunidade de debater com os senhores e as senhoras um tema tão importante e tentar dialogar e contribuir para alguns pontos que nós consideramos fundamentais nesta discussão.

Quero saudar aqui os colegas e a colega que debatem comigo, que trazem pontos aqui sobre os PLs, sobre a discussão da regularização fundiária. Eu entendo que é fundamental no debate legislativo que a gente tenha oportunidades como esta e, infelizmente, já faz algum tempo que não temos a condição de dar uma amplitude à participação e ao aprofundamento das discussões, apesar de todos os esforços que vêm sendo feitos em todas as Comissões.

Como foi dito, eu sou Coordenador do Grupo de Trabalho Reforma Agrária e Conflitos Fundiários da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Nós temos acompanhado esse debate desde antes, mas, a partir da MP nº 910, com muita atenção. Elaboramos já três notas técnicas sobre o tema, temos organizado discussões sobre isso. E, também, eu sou Diretor da Associação Nacional dos Procuradores da República e nós temos, também, promovido encontros e discussões sobre a questão da grilagem, da regularização num enfoque mais amplo, mas pensando, principalmente, na Região Amazônica. Recentemente, nós fizemos um encontro sobre a proteção socioambiental da Amazônia e o papel do Ministério Público Federal.

Alguns pontos que eu vou trazer aqui acho que são fruto, um pouco, dessa discussão que nós fizemos recentemente com especialistas, com os povos da floresta e refletem um pouco alguns problemas do debate. Às vezes, parece que estamos falando a mesma língua, mas não exatamente estamos. Embora eu respeite muito as finalidades, as percepções de todos e todas aqui, é necessário, no meu entender, e é fundamental dar um passo atrás para que a gente pense essa questão à luz de alguns pontos e, principalmente, à luz das diretrizes constitucionais sobre essa matéria e à luz duma situação fática que é um cenário histórico de omissão dos órgãos e falta de governança e transparência no enfrentamento à grilagem, recolocando e posicionando adequadamente o tema da regularização fundiária à luz de outras políticas públicas constitucionais.

É natural que a gente discuta o amplo papel a ser adotado na efetivação de preceitos constitucionais, e, hoje, aniversário da Constituição, da promulgação da Constituição, 33 anos, eu não posso deixar de colocar o debate nesses termos. E aí, é claro, sem deixar de analisar questões concretas e pontuais que foram mencionadas aqui, como as políticas que já estão em curso, inclusive o próprio Titula Brasil.

Então, eu pensei em organizar e trazer aqui três partes na minha exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira ressaltando alguns aspectos da Constituição que nos guiam, que são necessários. A gente não pode abrir mão desse debate para pensar a produção normativa e a produção legislativa. Então, esse é o primeiro ponto.

Na sequência, vou colocar todo esse debate sobre o chamado caos fundiário, como o Professor Jerônimo Treccani ressalta, da Universidade Federal do Pará, e a necessidade de um ordenamento territorial; e problemas clássicos e sérios da fiscalização, esses, sim, um problema central nessa discussão.

E, como terceiro ponto, quero ressaltar, aí sim, a análise concreta de alguns pontos, de algumas propostas, que estão no 2.633 e no 510, e relatar algumas experiências nossas do GT no debate sobre o Titula Brasil, que é um programa cuja execução nos preocupa pela falta de certos parâmetros normativos e reguladores que nós gostaríamos de compartilhar aqui com os senhores. Imagino que a discussão do PL também seja fundamental para isso.

Bom, pensando aqui na Constituição de 88, a nossa jovem aniversariante, como eu disse, é fundamental para a gente pensar a realidade, a destinação das terras públicas e o programa constitucional do ordenamento territorial. Não tem como fugir da orientação constitucional e do princípio republicano que nos orienta, enquanto análise criteriosa, na destinação do patrimônio público.

É fundamental a gente pensar aquilo que nós chamamos de regularização, que é algo importante, principalmente pensando nessa lógica que nós mencionamos aqui dos pequenos, daqueles que produzem, e ninguém é contra esse tipo de perspectiva, mas pensarmos isso como uma lógica restritiva, uma lógica de exceção, no sentido de que existe todo um programa constitucional de ordenamento territorial, de ordenação territorial, e a regularização fundiária deve estar focada no atendimento dessas situações que transbordam nesse cenário, por conta de situações consolidadas ao longo do tempo. E isso é importante para a gente reorientar esse debate e não pensar a questão a partir da regularização fundiária como um programa ou como uma diretriz, e sim como um aspecto complementar nessa discussão em que as políticas públicas e as ordenações territoriais previstas na Constituição, essas sim, devem ser encaradas como prioridade.

E aí é inevitável a gente diferenciar que regularização fundiária, nos termos da 11.952 e dos próprios PLs, não se confunde com assentamento ou com o atendimento dos beneficiários da reforma agrária, por exemplo. E esse programa constitucional de ordenação territorial nos coloca, no campo das terras públicas, no enfrentamento à chamada realidade do estoque de terras. Afinal, qual é o estoque de terras públicas que nós temos para destinação e atendimento dos programas constitucionais?

E nisso é fundamental a gente pensar numa ideia, num conceito jurídico, que é o dever de proteção suficiente aos bens jurídicos fundamentais que a Constituição enuncia e, principalmente, na questão da função social da propriedade privada ou pública, para que a gente pense as políticas de reforma agrária, a demarcação dos territórios, populações tradicionais, a proteção ambiental dos espaços diferenciados... Tudo isso é fundamental para a gente olhar e pensar como o fato de que as áreas não destinadas são justamente os espaços onde o ataque e as violações ambientais têm ocorrido mais. A não destinação de áreas, nos termos da ordenação territorial prevista na Constituição, tem relação intrínseca com os desmatamentos e com as violações ambientais, conforme mostram os estudos do Imazon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais do que estimular a regularização fundiária, que é a chancela de processos de invasão e ocupação ilegais de terras públicas, é necessário que a gente prestigie e garanta a ordenação territorial. Mas, para isso, é necessário que a gente identifique o quantitativo de terras incorporadas ao patrimônio público, que a gente identifique a destinação constitucional, a quem foram destinadas e qual o tamanho.

E, aí, a gente entra num problema crucial, que acho que o PL não resolve, que deveria ser a prioridade, que é justamente a questão da governança e da organização dos dados, a transparência nas informações e a participação e o controle social. Eu vejo que, quando a gente deixa de pensar a questão à luz da Constituição e à luz das indicações da Constituição, a gente acaba focando e invertendo a lógica para pensar na legitimação de cenários que, muitas vezes, não mereceriam esse tipo de chancela, principalmente pelo fato de gerarem tanto vulnerabilidade ao patrimônio público como ao meio ambiente.

Isso nos leva ao segundo ponto, esse ponto do chamado caos fundiário do ordenamento territorial. A grilagem de terras, como a gente conhece, é um problema conhecido e que até indica possibilidades de enfrentamento pela própria legislação. A gente pode citar, inclusive, a Lei nº 10.267. Mas o fato é que, apesar da existência da legislação, hoje a gente tem um problema na fiscalização, que é ineficaz, e na organização da governança e do enfrentamento desse cenário, tanto na identificação de terras como na adoção de medidas para a destinação dos territórios.

E, na Amazônia, como eu disse, nas palavras do Professor Jerônimo Treccani, reina o caos fundiário, em que boa parte desses territórios não está georreferenciada, cerca de 50%, e que há mais papel do que terra em muitas regiões. E isso são levantamentos de Corregedorias de Tribunais de Justiça que indicam que há sobreposições, que há indicações de cenários em que todo esse caos acaba favorecendo uma situação em que nós não sabemos, afinal, de quem são e a quem se destinam esses territórios, isso associado a um cenário de omissão na concretização de políticas extremamente relevantes.

Com a governança fraca, como eu disse, que é muito mencionada, por exemplo, pelo Instituto Imazon, a gente acaba ficando num cenário de fragilidade nesses pontos, o que nos impõe justamente ter esse ponto como prioridade. Nosso principal desafio, nós entendemos, está em trabalhar a governança, em trabalhar a fiscalização para garantir efetivamente a destinação das áreas, efetivamente um mapa concreto e adequado sobre o tema. Isso sob pena de, ao ficarmos trabalhando numa lógica de chancela de situações irregulares, a gente acabar estimulando, cada vez mais, a invasão de terras públicas e a violação de questões ambientais.

E, aí, não tem como não discutir, não debater as conclusões que o Tribunal de Contas da União já teve sobre o Programa Terra Legal, ao analisar a questão da Amazônia Legal, e rebater uma ideia de que o projeto, de certa forma, seria uma forma de atender as recomendações do TCU.

O TCU falou justamente da falta de providências para a recuperação de recursos em áreas irregularmente ocupadas, destacou a falta de providências para a retomada e destinação de terras em imóveis rurais do Programa Terra Legal, a falta de fiscalização das cláusulas resolutivas e o desmatamento como um problema extremamente atrelado a esse fenômeno.

Então, não dá para a gente pensar como solução para um problema já constatado e já consolidado a gente empurrar a marcha para criar novas leis que facilitem ainda mais a regularização. Eu não consigo imaginar como uma lógica de desregulamentação pode ser eficaz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no fortalecimento da fiscalização e da garantia da integridade dessas terras públicas. Entendo, sim, a necessidade de debatermos e discutirmos e concretizarmos os processos de regularização fundiária pendentes em discussões sobre as áreas com até quatro módulos fiscais, mas não consigo imaginar como a manutenção desse ciclo em que se ocupa, se invade uma terra pública, há o desmatamento para sinalizar essa ocupação, na sequência, os pedidos de titulação e, depois, a tendência de mudar a lei para chancelar esses processos, não entendo como isso, como a manutenção desse ciclo pode nos ajudar a enfrentar esse problema. E essa frente é a que está presente na Medida Provisória 910 e nesses projetos de lei.

A outra frente que eu considero também complicada diz respeito ao Programa Titula Brasil e a medidas que vêm sendo adotadas pelo Incra no âmbito da regularização, da certificação de regularidades em ocupações. À margem do processo legislativo se tenta intensificar e acelerar e estimular esses processos, e eu acho que, como a gente vai ver na sequência, o fato de não termos uma engrenagem, uma regulação muito clara sobre tudo isso, na verdade, não atinge esse objetivo de garantir a regularização fundiária dos pequenos como enfrentamento do cenário de grilagem.

É por isso que eu digo que nós não estamos falando, infelizmente, as mesmas coisas. Entendo todas as preocupações com os pequenos, e elas são fundadas e relevantes, e acho que ninguém é contra isso, mas acho que temos que olhar para a destinação constitucional como uma prioridade, a partir dali, identificar os problemas históricos que estão documentos e são apresentados por órgãos oficiais, para, na sequência, aí, sim, discutirmos as propostas, discutirmos os efeitos que os projetos de lei têm nessas realidades.

E tanto no projeto de lei como no próprio Titula Brasil, como a gente vai discutir, eu posso adiantar aspectos extremamente complicados que a gente precisa estudar: a capacidade institucional dos Municípios para conduzir esse tipo de trabalho, o que não se resolve pela capacitação, dada a expertise e a necessidade do acompanhamento de órgãos federais; a necessidade de impessoalidade na condução desses programas; e a observância de critérios socioambientais claros, além da observação e respeito aos territórios de povos e comunidades tradicionais.

Tudo isso me parece extremamente relevante para discutir desde já, porque são temas que estão regulados de forma infralegal e, de certa forma, acabam por fragilizar todo esse regime a que a gente está assistindo e fragiliza o próprio debate da legislação que está sendo discutida aqui, no Senado.

Eu passo, então, para a última parte da minha exposição para analisar alguns pontos dos Projetos, o 2.633, aprovado na Câmara, e o 510, de certa forma levantando alguns pontos e tentando dialogar com os senhores e com as senhoras.

Como eu disse, essa lógica da substituição de normas, que é um tema que a gente já vem abordando em outras reuniões e audiências, não traz segurança jurídica nem constitui uma medida de justiça de transição, tendo em vista que o incentivo do passado do Estado brasileiro é a ocupação, o que não significa que as normas de regularização fundiária já existentes não devam ser aplicadas. Acho que uma coisa é essa lógica de sucessão de normas, outra coisa é a gente pensar a adequação do atendimento dessas finalidades juntamente com a ordenação territorial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse ponto, aí a gente entra em alguns aspectos que são sempre muito debatidos nos projetos de lei e que eu considero aqui relevantes. Um deles é a chamada dispensa de vistoria que aparece e é estímulo ao sensoriamento remoto e a dificuldade que nós temos aqui de colocar esse debate nesse momento, ainda mais num contexto, infelizmente, em que os conflitos possessórios, os conflitos que estão colocados muitas vezes como um critério para a vistoria não vêm sendo tratados dessa forma e de forma adequada pelo Poder Executivo.

É importante a gente levar em consideração que hoje muitas vezes o Poder Executivo Federal não desenvolve interlocução com diversos grupos que estão atingidos pelos conflitos possessórios, o que torna, o que transforma esses chamados conflitos possessórios em não conflitos. Então, nós temos uma massa e um mapa de casos de território que, se a gente subordinar as câmaras de conciliação agrária e a Câmara de Conciliação Agrária do Incra, simplesmente vai estar invisível.

Então, eu penso que, em relação a essa lógica da dispensa de vistoria para além do que a gente já debateu sobre o sensoriamento remoto e as dificuldades que se colocam, nós temos que olhar com muita serenidade esse debate sobre a dispensa de vistoria e sobre o impacto que isso gera em relação a esse processo simplificado, ainda mais pensando nessa lógica até seis módulos fiscais, o que claramente, no nosso entender, é um excesso.

Em relação ao marco temporal, a Câmara avançou em relação ao reconhecimento até 2008, porém é necessário também destacar o art. 38 e a possibilidade de alienação de terras públicas, sem considerar esse marco temporal que para nós pode configurar uma anistia por tempo indeterminado. E esse tema que está presente no art. 38, inciso I, §1º, eu acho que é um tema extremamente importante.

Outro tema que nos preocupa, e também à luz da diretriz constitucional que eu mencionei, é a realidade dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais, porque nós vivemos hoje um cenário em que se tenta restringir o conceito dos territórios, de terras indígenas, por exemplo, como se o reconhecimento desse direito só ocorresse ao final de processos administrativos de titulação, de demarcação, o que contraria a jurisprudência, a Constituição, claro, nossa aniversariante, mas também a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal nessa matéria, já que há um direito originário, há o reconhecimento de situações que limitam e que de certa forma têm preponderância sobre a propriedade privada, de modo que toda a regulação que foi pensada para o PL em relação aos direitos territoriais, em que há uma afetação dos direitos dos povos de comunidades tradicionais, gera um risco.

Por que gera um risco? Se você não tem esses territórios formalmente titulados ou demarcados – isso já vem acontecendo no Titula Brasil e é uma preocupação da gente –, se você não tem isso formalmente demarcado ou reconhecido ou até tratado sob uma lógica, como a Funai apresenta na Instrução Normativa nº 9, que restringe o conceito desses territórios, há grande chance de eles ficarem num limbo e não serem considerados na hora em que houver a titulação e a destinação de glebas.

Com isso, nós vamos reproduzir um processo histórico em que se avança sobre esses territórios, e, lá na frente, quando se buscar a titulação, o registro – e esperamos que as políticas voltem a caminhar neste campo –, que isso seja tratado como fato consumado, porque a presença de pessoas muitas vezes de boa-fé, legitimada pelo Estado, vai impedir a demarcação desses territórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um ponto importante para o que eu acho que não podemos deixar de olhar.

Outro ponto diz respeito à consulta aos órgãos no âmbito das câmaras de destinação e regularização fundiária. O prazo fatal é em relação à presunção de oposição contra regularização. Nesse contexto, para nós, é muito cruel, é muito duro dada uma situação em que esses órgãos adotam e vêm adotando conceitos restritivos e inconstitucionais em relação a esses territórios.

Mas ainda que não houvesse concretamente esse tipo de postura, é temerário você subordinar o reconhecimento desses territórios e dessas áreas a manifestações da burocracia, como se a mera omissão da burocracia pudesse implicar a negação desses direitos.

Além disso, a previsão de um prazo para a conclusão em relação à questão, no caso, um prazo de 180 dias, para que se resolva a questão do território, da mesma forma não atende a esse cenário, já que são direitos que independem dessa constituição, desse caráter constitutivo.

Então, reconheço alguma preocupação em resolver esses problemas, mas é necessário ter como premissa um reconhecimento prévio no campo dos direitos territoriais e não só nos direitos territoriais, mas também no âmbito dos projetos de assentamento, da implementação da reforma agrária, dada a proteção da confiança legítima que envolve o sistema.

Por fim, encaminhando para o final, quero falar um pouco de Titula Brasil. O PL indica uma transferência a um regulamento para lidar com esta questão. O problema é que o nosso regulamento, que existe hoje, é um regulamento extremamente vago, a partir da portaria que instituiu o Titula Brasil, além da Instrução Normativa 105, do Incra, em que há pontos muito complicados para os quais a lei pode muito bem apontar diretrizes claras para evitar furos e problemas, que nós já constatamos.

Várias recomendações do Ministério Público Federal, no Brasil inteiro, já têm apresentado aos Municípios a necessidade de observar critérios, direitos e deveres extremamente relevantes. Primeiro, a publicidade na condução do programa, que é precária; segundo, na questão da necessidade de manifestação expressa dos órgãos antes da destinação das glebas; há a necessidade de atuação por agentes públicos efetivos do quadro, para evitar a contaminação desses processos por interesses locais ou a tentativa de tratar a questão da destinação do patrimônio público de forma não republicana; a aplicação de regras de suspeição e impedimento dos agentes; e a participação social no controle dessas atividades.

O Titula Brasil, do jeito que está hoje, associado a esse projeto de lei, representaria uma clara fragilização nesse controle em relação à grilagem e à destinação das terras públicas no ordenamento territorial.

Só para fechar, com o perdão mais uma vez, em relação ao PL 510, nós não concordamos com a discussão sobre alteração de marco temporal e sobre a flexibilização de requisitos para a regularização. Entendemos que o conceito de infração ambiental tenta inovar num tema que já tem uma consolidação de conceituação, além disso, a necessidade do esgotamento de vias administrativas no campo ambiental também representaria uma clara fragilização.

O Brasil precisa reforçar o seu compromisso com a proteção ambiental e a proteção da Amazônia, e vejo que a questão do procedimento simplificado, para imóveis até 2,5 mil hectares, certamente vai enfraquecer essas salvaguardas ambientais.

Meu tempo esgotou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço muito esta oportunidade. Estamos à disposição para esse debate. Entendemos os diversos pontos que estão aqui, mas peço aos Senadores e às Senadoras que, de fato, considerem diversos pontos que são trazidos aqui para que realmente o projeto de lei, um projeto de lei sobre esse tema, de fato, beneficie os pequenos e atenda as diretrizes da nossa Constituição de 88.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua presença, Dr. Júlio.

Passo a palavra agora à Dra. Júlia Bittencourt Afflalo para fazer as suas colocações, Consultora Jurídica da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

V. Sa. tem 20 minutos para fazer as suas colocações, mais uma vez agradecendo a sua presença junto conosco.

A SRA. JULIA BITTENCOURT AFFLALO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia ao senhor! Bom dia ao Senador Jaques Wagner, também Presidente de uma das Comissões aqui em que estamos debatendo.

Inclusive quero ressaltar o amplo debate que a Casa está permitindo, discordando um pouco do que foi trazido, já nesta reunião, a respeito desse debate. O debate tem sido amplo e tem se dado inclusive desde a edição da MP 910, não apenas pelos Parlamentares, mas também por entidades da sociedade civil, tanto nesta Casa, como na Câmara dos Deputados também.

O próprio Senador Acir mencionou dados que o Presidente do Incra trouxe, inclusive em uma das audiências públicas realizadas sobre o tema. Então, não há uma carência de debate, a meu ver, ao menos.

Bom, eu vou, a fim de começar aqui a minha fala, pegar um gancho do que foi dito a respeito da necessidade de se analisar o tema sob a perspectiva de diretrizes e preceitos constitucionais a respeito dessa distribuição territorial, por assim dizer.

Eu acho que é importante esse aspecto, mas a gente tem que analisar também por que o tema é tão importante para o País. Por que que hoje temos o citado caos fundiário? Por que que o tema de regularização fundiária é até hoje tão debatido? E isso não pode ser feito a partir de uma análise simplesmente do Direito e da Constituição, o que, obviamente, é bastante importante, mas a gente tem que analisar uma situação fática, que vem, desde os primórdios, realmente, desde a colonização do País.

As nossas terras, como todos devem imaginar, ou quem tem familiaridade com o assunto, eram todas concentradas na Coroa; posteriormente, todas concentradas no Império. Então, sempre houve, pela própria história, pelo próprio histórico de colonização do País, uma concentração de terras no poder público. E essa concentração de terras evidentemente traz impactos e consequências até hoje, isso porque essa concentração de terras na União, dado o tamanho continental realmente do País, causou não apenas uma distribuição deficitária da terra, mas uma incapacidade natural e fática do poder público de organizar, de gerir, de explorar e efetivamente fiscalizar esse tanto de terra que ele próprio concentrava.

Então, realmente, eu acho muito importante a gente analisar esse ponto, até para fazer um paralelo e rechaçar, no caso, o que vem sendo muito dito a respeito de grilagem de terra e de ações criminosas nesse ponto. Essa incapacidade da União de gerir todas as suas terras, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar presente em todas as suas terras e de explorar tais terras causou, nos próprios entes da Federação, uma atuação no sentido de incentivar o particular a explorar, o que já foi dito – inclusive, acho que foi o Senador Acir que trouxe isso, pela fala do Presidente Geraldo, do Presidente do Incra. Sempre houve de parte do poder público esse incentivo de exploração e de ocupação do particular nessas terras da União, justamente pela ausência de destinação adequada que a União efetivamente enfrenta nas suas terras. Esse ponto, inclusive, é bem evidenciado e exemplificado no que diz respeito aos títulos que os próprios Estados davam ao particular em terras da União. Isso é, inclusive, um problema grave em alguns Estados. E um dos projetos, o PL 510, vem tentar resolver esse problema. Então, o particular adquiria do próprio ente público, mas, no caso, do Estado, um título que lhe conferia um aparente direito de estar nas terras da União. Então, isso demonstra efetivamente que sempre houve esse aparente respaldo do poder público para essa ocupação do particular em suas terras.

Isso tudo gerou, e é importante que se diga isso a respeito dessa questão novamente de grilagem... Tem que haver uma diferenciação do ocupante para o grileiro. O ocupante tem que atender a diversos requisitos da lei. Inclusive, os projetos trazem uma descrição maior desses requisitos, dessas exigências. Não há, a meu ver, uma desregulamentação, como foi dito aqui. Há, na verdade, uma maior especificação de exigências e de requisitos que o particular deve atender. Mas, de toda forma, esse ocupante, que não se confunde com o grileiro novamente e que muitas vezes vem parar na terra da União por incentivo do poder público, se vê sem título, se vê ocupando a terra de forma adequada, se vê respeitando a legislação, se vê explorando de forma direta e se vê sem título. E como foi dito, inclusive pelo representante da CNA, sem título, há uma grande dificuldade, senão impossibilidade, de acesso ao crédito. Quem tem familiaridade, novamente, nesse assunto sabe que, sem acesso ao crédito, o produtor não financia a sua produção e, sem financiar a sua produção, a atividade econômica efetiva de exploração da terra fica completamente prejudicada, isso sem contar as dificuldades de acesso lá, como, por exemplo, quando é exigido um licenciamento ambiental. E são esses os problemas que os projetos, efetivamente, tentam consertar.

Inclusive, acho importante trazer nesse ponto o que o próprio Senador Acir trouxe, da fala novamente do Presidente do Incra: que hoje já seria possível essa regularização a partir da legislação que já está em vigência.

Mas aí a gente tem que refletir o seguinte: se isso já é possível, por que existem tantos gargalos, tantos problemas, tantas terras – foi dito que há milhões de hectares – ainda sem titulação e sem regularização? Há algum problema nesse processo. A meu ver, o que caberia realmente ao Congresso Nacional é tentar dar facilitação, celeridade, maior simplificação do processo para que o Poder Executivo, efetivamente, consiga dar vazão a essa demanda, que é imensa e que, às vezes, demora anos, décadas para ser atendida.

Bom, a respeito dos projetos em si, eu acho que é importante a gente pensar, inicialmente, na atualização do texto para que a lei se torne efetivamente uma lei de regularização das terras da União, e não apenas de terras da Amazônia Legal. Foi dito realmente do caos que é vivido de forma mais intensa na Amazônia Legal, mas esse problema da regularização fundiária é um problema nacional. E isso deve ser tratado dessa forma. E os projetos trazem justamente uma atualização da redação nesse sentido, no sentido de unificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a respeito de alguns pontos importantes do mérito, principalmente na questão ambiental, eu acho importante que a gente tenha em mente que é impossível que se relacionem esses projetos a algum retrocesso ambiental, isso por várias razões.

Inicialmente, os projetos de lei trazem de forma, como eu já disse, mais específica os requisitos ambientais que o ocupante deve atender para ter direito a essa regularização fundiária. Então, traz a exigência de inscrição no CAR, traz a exigência de que não tenha infração ambiental ou embargo ambiental. E muito foi dito de estimular o desmatamento. Veja, em uma terra sem título, você não tem o responsável por aquela terra. Não havendo um responsável pela terra, aquele desmatamento não é imputável a ninguém. Eu não vejo como que não titular uma terra ajuda no combate ao desmatamento. Realmente, para mim, é um pouco incongruente.

De toda forma, nesse sentido inclusive, eu acho que é importante a gente ter em mente – com o perdão da palavra – que grileiro é criminoso. O criminoso não quer se responsabilizar por uma terra. O criminoso não quer ter que fazer licenciamento ambiental, não quer ter que fazer inscrição no CAR, não quer ter que fazer plano de manejo ou reflorestamento da vegetação nativa. Nada disso é pauta de criminosos ou grileiros, como é bem trazido aqui.

Essa questão ambiental é muito importante para que a gente tenha uma visão mais clara, no meu ponto de vista, sobre o projeto, que não vem sendo discutido de uma forma muito adequada, a meu ver.

Outro ponto também muito trazido que é muito debatido e que, inclusive, contribui para o argumento de grilagem é a respeito da extensão dos imóveis a serem regularizados. Acho que é muito importante que a gente deixe bem claro que, atualmente, pelas disposições constitucionais e pela Lei 11.952, o poder público, no caso, o Incra, tem o poder, por meio do processo de regularização administrativa, de regularizar terras com até 2,5 mil hectares, e isso não é, de forma alguma, discutido ou ampliado ou inovado por nenhum dos projetos. Esse poder já existe, inclusive em razão de disposição constitucional que concede a este Congresso Nacional a competência efetiva para conceder regularização fundiária em terras superiores a 2,5 mil hectares, e isso não é alterado por nenhum dos projetos. O que se discute efetivamente – e é muito importante que isto fique claro – é a forma como é feita a vistoria das áreas. E eu vou aqui ser bem clara: não existe dispensa de vistoria. O que existe é uma diferenciação entre vistoria presencial e vistoria por sensoriamento remoto.

Foi trazida aqui a necessidade de atualização e modernização da lei justamente para andar junto com a modernização do próprio Incra, que hoje conta com instrumentos e medidas muito mais modernos e que tendem a acelerar o processo de regularização. Há, efetivamente, apenas esta diferenciação: vistoria presencial e vistoria por sensoriamento remoto. Não há uma automática regularização apenas por declaração do ocupante. Esse ocupante declara e junta documentos. O próprio Incra pode instruir o processo com documentos. O Presidente do Incra já trouxe aqui a integração entre os sistemas, que tem sido cada vez mais forte, entre os sistemas de órgãos ambientais com o próprio sistema do Incra.

Então, a eventual inadequação de documentos ou insuficiência de documentos pode ser sanada pelo Incra, mas, novamente, nessas hipóteses de inadequação de documentos ou de aparente irregularidade, aparente não atendimento dos requisitos, é nessas hipóteses que, efetivamente, seria necessária uma vistoria presencial, porque, se o ocupante, desde o começo, tem capacidade de demonstrar, por meio de documentos que a lei exige, por meio do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sensoriamento remoto, se ele consegue comprovar desde o começo sua exploração efetiva da terra, sua ocupação mansa e pacífica – que, inclusive, é o ponto auge da discussão –, se ele consegue demonstrar tudo isso sem que um servidor do Incra tenha que se deslocar pessoalmente à sua terra ou que isso seja feito via convênio com algum órgão estadual, não me parece... E talvez o próprio princípio da eficiência, que deveria reger a administração pública, desaconselharia essa exigência de vistoria presencial.

A exigência de vistoria presencial não me parece que deva ser vinculada ao tamanho da área ou algo nesse sentido, e, sim, a uma incapacidade ou insuficiência de indícios ou de provas que demonstrem o atendimento efetivo dos requisitos legais.

Foi mencionada a grande demanda que o Incra acumula de processos que tramitam durante anos. Então, na minha percepção, se há algo que o Congresso Nacional pode fazer para dar celeridade a esse tipo de processo – isso sem considerar as deficiências do Poder Executivo, que realmente são grandes, são muitas, mas que infelizmente não cabe ao Poder Legislativo resolver –, o que o Poder Legislativo pode fazer efetivamente é conferir maior celeridade a esse processo. E é, a meu ver, o que tem sido feito.

Só para finalizar, eu anotei alguns pontos que os debatedores trouxeram.

A respeito, primeiro, de terras indígenas, esse efetivamente não é um ponto central na discussão. O projeto de regularização fundiária não permite qualquer regularização de particular em terras indígenas, a legislação a respeito disso permanece inalterada e salvaguardada. Realmente, o que tem que ser tido como foco é a celeridade, a simplificação e a modernização da legislação, a fim de que esse problema que já se arrasta por anos e que vem sendo amplamente debatido nesta Casa seja efetivamente resolvido.

Eram esses os meus apontamentos, ressaltando novamente a importância dessa questão da regularização fundiária do setor.

Agradeço novamente o tempo e a disposição que este Congresso Nacional tem dispendido a esse tema.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dra. Julia, pela sua presença e pela sua fala muito oportuna, como as dos demais também.

Pede a palavra o nosso Líder Mecias de Jesus, Senador pelo Republicanos.

Se V. Exa. estiver logado tem a palavra. (*Pausa.*)

Enquanto isso, eu passo às colocações dos nossos internautas.

O Dr. Angelo Maniero, de São Paulo, pergunta o seguinte: "Por que não colocar novo marco regulatório para REURB para DEZ/2020? Abrangeria mais pessoas, especialmente de baixa renda!"

Deixo para os nossos debatedores responderem.

E os comentários. Ruan Pinheiro, do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "A regularização deve ser feita, contudo sem privilégios!"

Angelo Maniero, de São Paulo: "Quando da edição da Lei 13.465/2017 (Lei da REURB) a população não foi devidamente esclarecida sobre o marco regulatório. Necessita revisão!" Bruno Pires, de São Paulo: "Espero que a regularização possa ser feita da forma mais justa e benéfica, para todos os envolvidos, possível."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Joel de Oliveira, do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "Que seja benéfica aos grandes e pequenos 'proprietários'."

São alguns dos comentários que nós recebemos dos nossos internautas, agradecendo a todos pelas suas menções, pelas suas colocações junto a nós.

Muito bem, eu volto agora, numa última rodada, invertendo as falas. Falará primeiro a Dra. Julia, depois o Dr. Júlio, na sequência, o Dr. José e finalizando com D. José Ionilton.

Eu faço uma pequena colocação aqui para os nossos debatedores: se nós criarmos um cronograma de regularização fundiária, começando com os menores, chegando a quatro módulos, depois que terminarmos a regularização de todos aqueles que estão até quatro módulos, nós começarmos a trabalhar com aqueles que ultrapassam os quatro módulos.

Porque a nossa grande preocupação, e eu falei aqui no começo sobre o nosso Estado de Rondônia, é com relação à agricultura familiar. Aqueles agricultores, os pequenos principalmente, de até quatro módulos, que estão assentados há mais de 20, 30, até 40 anos, que não têm ainda a regularização da sua área. Essa é a grande preocupação que todos nós temos.

E é claro que temos um marco regulatório que tem que se manter, 2008. Eu entendo que isso é importante para que a gente possa avançar. E a regularização vai nos dar uma tranquilidade com relação ao meio ambiente também. Quando nós colocamos o CPF de uma pessoa naquela terra, é evidente que o cuidado com relação ao meio ambiente será muito maior. Por isso a importância da regularização fundiária também para a preservação do meio ambiente, para o não desmatamento ilegal.

Isso tudo é muito importante, além de trazer cidadania à nossa população que está nas suas áreas já há muito tempo e precisa dessa regularização. Não é só uma questão de economia, mas é uma questão de reconhecimento do trabalho, é uma questão de cidadania a essas famílias que, no nosso caso de Rondônia, vieram de vários outros Estados e foram atender um chamado do Governo Federal para ocupar e fazer a transformação nas áreas, nesse caso, no Estado de Rondônia. Acontece que foi uma grande reforma agrária na época, só que não houve a última etapa, que é exatamente dar o título ou fazer a regularização fundiária para essas famílias. Essa é a nossa grande preocupação.

Então, se nós pudermos colocar, nesse relatório, e aí, é claro, o Relator, que é o Senador Fávaro, que está nos ouvindo neste momento, se nós fizermos um cronograma, começando dos menores aos maiores, primeiro até os quatro módulos fiscais, e a partir daí, avançar nas demais áreas, que são também importantes para a regularização fundiária.

Bom, volto, então, para fazer as suas colocações finais, e se também tiver, Dra. Julia, alguma pergunta entre os senhores e senhoras debatedores, que possam fazê-lo, sem nenhum problema.

Passo a palavra à Dra. Julia Bittencourt Afflalo, para as suas colocações.

Agora, com cinco minutos, doutora.

A SRA. JULIA BITTENCOURT AFFLALO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Bom, eu queria só pontuar a respeito dessa questão dos módulos.

Eu acho importante a gente pautar esse dito cronograma. Realmente, nas informações que o Incra já trouxe em reuniões passadas, que a CNA destacou, novamente, aqui nesta sessão, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito efetivamente da demanda relacionada a cada faixa, digamos assim, de áreas que estão aguardando por regularização, considerando também que o módulo fiscal varia no País, assim, de 5 a 110 hectares, se eu não me engano.

Então, esses pontos têm que ser efetivamente levados em conta, considerando também que o projeto traz um procedimento simplificado para regularizações de até um módulo, o que, realmente, nesse sentido, tem sido trazido pela Comissão e pelo Senador, de priorizar aqueles menores e, depois, assim ir seguindo. Mas os dados do Incra, efetivamente, são muito importantes nesse sentido, para que esse trabalho seja feito de forma a atender de forma efetiva àqueles que aguardam há muitos anos na fila aí do processo de regularização fundiária.

Foi feita uma pergunta, não sei se alguém responderá, a respeito da questão da Reurb. Eu só queria destacar que o foco desses projetos que tramitam no Senado é, efetivamente, a regularização de áreas rurais. Então, a Reurb é instrumento diverso, que trata, efetivamente, da regularização urbana, que não é menos importante, de fato, mas que foge um pouco do escopo dessa discussão, hoje, da regularização fundiária em áreas da União.

Bom, são esses os pontos que eu queria trazer, destacando, novamente, a importância de se atender a esses critérios técnicos do Incra a respeito da priorização aí proposta sobre esses processos que aguardam nessa fila.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dra. Julia.

De fato, o debate aqui é mais abrangente com relação à regularização fundiária das áreas rurais. A urbana também é muito importante, precisa acontecer, mas o debate aqui, principalmente, é das terras rurais.

Eu passo a palavra agora ao Senador Fávaro, que é o Relator desta matéria, que pede a palavra para fazer as suas colocações.

Mais uma vez, agradecendo, também, Senador Fávaro. A sua presença é muito importante neste debate para que a gente possa avançar nesse relatório, sendo que esta, na nossa conta, é a última audiência pública e, a partir deste momento, o relatório vai para V. Exa. para fazer o relatório. Depois, nós vamos debater o relatório, com toda paciência e calma.

É importante que todos os Senadores possam ter acesso ao relatório antes do próprio debate, para que a gente possa mostrar toda a transparência com relação a este tema, que é muito importante para todos nós.

Com a palavra o Senador Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sem sombra de dúvida.

Bom dia, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

Desde já, reitero que faço aqui das suas palavras as minhas considerações. Muito provavelmente serei redundante nos meus posicionamentos, com todas as cautelas que o senhor teve com relação ao assunto.

Quero agradecer a todos os debatedores, que trouxeram as suas opiniões e os seus entendimentos para que nós possamos aprimorar o nosso parecer, o nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de mais nada, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, se a legislação atual já fosse suficiente, nós não teríamos centenas de milhares de famílias à espera do título da sua propriedade para poder tocar a sua vida com dignidade, fazer um custeio, um financiamento e avançar. Portanto, é papel do Plenário do Senado Federal, do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado debater os temas para que a sociedade tenha a evolução nos problemas relevantes para a sociedade e eles sejam, de fato, solucionados.

Segundo, quero dizer que eu tenho pleno conhecimento do assunto, primeiro, porque sou um agricultor, cheguei a Mato Grosso há 35 anos em um assentamento de reforma agrária, vivi na pele a ausência do poder público e os efeitos que causa a falta do título da terra numa pequena propriedade. Portanto, eu sou conhecedor, na minha história, na minha vida, do que significa a falta do título de propriedade.

Também quero ressaltar, Sr. Presidente, que, em hipótese alguma, no nosso relatório, nós vamos, primeiro, favorecer grileiros, favorecer latifundiários; nós vamos fazer um relatório para ressalvar os direitos de pequenos e médios produtores à regularização fundiária. Até porque a Constituição Federal, como já foi dito aqui no debate, tem o regramento próprio para aqueles que podem, acima de pequenos e médios, adquirir terras públicas, tem um regramento próprio até 2,5 mil hectares.

Segundo, quero deixar também muito claro que não vamos, em hipótese alguma, em hipótese alguma, precarizar o meio ambiente. O mundo todo exige do Brasil e de todos os produtores mundiais responsabilidade ambiental, produzir com sustentabilidade. Portanto, em hipótese alguma, nós vamos, no nosso relatório, empregar qualquer assunto que venha a precarizar o meio ambiente. E isso não é nenhum incômodo, até porque nós devemos, é possível produzir com sustentabilidade. Não há divergência nisso. É mais que isso; é uma obrigação fazê-lo dessa forma.

E, terceiro, nós não pretendemos, no nosso relatório, alterar a linha de corte, o marco temporal. Por mais que eu tenha entendido o grande trabalho feito pelo autor do nosso projeto, o Senador Irajá, fui a fundo estudar esse assunto. Inclusive, tive a oportunidade, conversando com a Bancada do Partido dos Trabalhadores, grandes amigos que tenho, de mostrar ao Senador Paulo Rocha uma preocupação. Eu verifiquei no Pará, por estudos que foram apresentados com imagens de satélite do ano de 2009, por exemplo, do ano de 2010, pequenas propriedades com roçados de um, de um e meio hectare, só que depois do marco temporal de 2008.

Portanto, eles... "Não, porque eu vou manter o marco temporal de 2008". Já estou aqui adiantando uma parte do meu relatório. Só que para onde vão essas pessoas? Não vai ser possível regularizá-los. E para onde eles vão? Para a periferia de Belém? Para a periferia de Santarém?

Mas eu entendo que, se nós mudarmos o marco temporal, nós vamos dar um sinal ao mercado: "Continuem invadindo terras públicas que, logo adiante, o Congresso Nacional muda a data de novo, e nós vamos poder fazer nova regularização". Por isso, eu pretendo manter em 2008. Mas nós temos que ter a consciência de que isso pode prejudicar microprodutores, pequenos produtores.

Por último, quero ressaltar que fiquei muito feliz com todas as considerações, me engrandeceu muito ainda mais – já tinha ouvido vários desses debatedores em outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade – e tenho certeza de que, ao final desta reunião da Comissão de Agricultura e de Meio Ambiente, nós vamos estar mais tranquilos a apresentar um relatório aos nossos pares Senadores para que nós possamos fazer justiça com a regularização fundiária neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Carlos Fávaro. Importantes as suas colocações. Tenho certeza de que o seu relatório será bastante equilibrado, como é da sua natureza. E, como conhecedor desta matéria, eu tenho certeza de que nós teremos um relatório que, realmente, vai atender a todos, a toda a população brasileira.

O Dr. Júlio José Araújo Júnior pede desculpas, mas teve que se ausentar. Portanto, passo a palavra, agora, ao Dr. José Henrique Bernardes Pereira, da CNA, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ HENRIQUE BERNARDES PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Acir; obrigado, Senador Carlos Fávaro, Relator do projeto de lei.

É importante essa questão que o Senador falou do marco temporal. A gente, em nenhum momento, quer incentivar as pessoas a invadirem terra pela mudança do marco temporal, de julho de 2008 para maio de 2002, mas é justamente por conta dessas famílias que o Senador falou aí, que são pequenos e médios produtores, pequenos produtores, na verdade – de acordo com dados do Incra, são aproximadamente 7 mil famílias –, que estão fora do marco temporal. Então, realmente, vai gerar um problema social essa questão do marco temporal. Então, a gente tem que ficar atento a isso, e era justamente para a gente atrelar a questão ambiental à questão fundiária, porque essa data é a data de edição do Código Florestal.

Mas entendo também a preocupação do Senador Carlos Fávaro em manter também o marco temporal de julho de 2008. É importante também passar essa mensagem.

Em relação também à questão que o Senador Acir falou do cronograma, eu entendo igualmente. Conforme a Dra. Júlia falou, as micropropriedades de até um módulo fiscal já vão ter preferência na tramitação e na regularização. Porém, se a gente for fazer um cronograma e falar: "Ah, primeiramente, vai ser até quatro, até seis, até oito", o grande problema é que a gente sabe que existem áreas que têm conflitos, de quatro módulos fiscais, e, muitas vezes, um vizinho dele que tem seis, sete, oito módulos fiscais e não vai ser regularizado. Então, vai ficar... Ou, então, você vai ver seu vizinho, que tem quatro módulos fiscais, ser regularizado, e você, que é vizinho e tem seis, não vai ser.

Então, eu não sei se seria interessante fazer esse cronograma. Eu acho que a gente pode focar os aspectos técnicos, ou seja, há a questão do embargo, na forma da lei; a questão de fracionamento irregular; a questão de a gente ver se há indícios de se há mesmo ocupação anterior ao marco. Então, em tudo isso já há esse corte.

Ademais, nessa nova plataforma do Incra, o Incra vai poder fazer também esses cruzamentos. Se a pessoa estiver dentro de unidade de conservação; se estiver dentro de terra indígena; se tiver no CPF alguma questão de problema com a questão de trabalho de escravo, ele não vai poder regularizar, ele já vai ser cortado ali na parte que é a parte digital da análise. Então, nem vai prosseguir seu processo e isso já faz um corte.

Eu creio que a gente pode manter essa questão da possibilidade do sensoriamento remoto até os imóveis de 2,5 mil hectares. A gente sabe que varia o módulo fiscal da Amazônia, de 40 hectares a 110 hectares, com a média de 70 hectares na região. Então, o imóvel de 2,5 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hectares da Amazônia não tem a mesma dimensão de um imóvel de 2,5 mil na Região Sudeste, por exemplo.

Seriam essas as minhas considerações.

A gente só quer deixar claro, a CNA, que a regularização fundiária é muito importante para os produtores rurais. É uma demanda que já vem de anos. A gente sabe que houve a Lei 11.952, de 2009, mas ela não conseguiu emitir uma gama grande de número de títulos. A gente sabe que ficaram aproximadamente 27 mil títulos a serem emitidos.

Então, é preciso dar celeridade nas emissões. O Governo Federal está fazendo isso. Já há projeto de emitir, até o final de 2022, 300 mil documentos titulatórios, que seriam títulos de domínio e títulos provisórios, que seriam a CRO e o CCU, que podem vir a ser títulos de domínio.

Então, a gente tem que dar essa oportunidade ao produtor que tem a posse mansa, pacífica e de boa-fé de ter esse documento, que é tão importante. Ele é o documento base para ele ter acesso, conforme a gente falou aqui, ao crédito, à assistência, à valoração do seu patrimônio e da sua terra. Isso vai beneficiar a todos, o Estado, o Governo Federal e o Brasil como um todo, e dar destinação também a essas áreas.

Obrigado, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Senador Acir, só para fazer um comentário sobre a fala do representante da CNA.

Em primeiro lugar, eu acho que ninguém daqui seria leviano de dizer que a CNA, que é uma entidade nacional, de tradição, estaria estimulando qualquer tipo de invasão.

Mas eu gosto sempre de dizer que, às vezes, o ótimo é inimigo do bom e amigo do péssimo. Nós já temos uma lei com 12 anos de existência, que, pelo consultei aqui, é de 2009. Então, são 12 anos de existência. E ainda temos, como foi a sua própria explanação, 88% de títulos demandados com até quatro módulos rurais.

Então, nós estamos falando de uma amplíssima maioria. Eu não estou dizendo que, amanhã ou depois, depois que estiverem regularizados os 88% – eu sei que não são 88% das terras, mas 88% das pessoas –, nós poderemos discutir.

Se a intenção da CNA, na sua exposição – eu não estou contra ela, a princípio, é preciso aprofundar –, é de estender um pouco, esses que estão demandando estão há 30 anos na terra, como acontece em Rondônia, como o Senador Acir falou. Então, até por uma questão de justiça, vamos começar pelos que estão lá já aguardando esse título há tanto tempo e estão no módulo, vamos dizer, previsto, no módulo menor, e, depois, nós podemos fazer.

Eu não estou querendo contestar, nem utilizar do privilégio de estar aqui na mesa, mas só fazer a ponderação, porque me chama a atenção que 21% terras estão em 3% ou 4% dos que pedem título de terra.

Então, era só para esclarecer, porque a gente tem que buscar um processo de conciliação aqui e eu acho que a gente tem a virtude de ter um Relator que é uma pessoa que conhece a área e é extremamente ponderada e equilibrada.

Então, só estou querendo esclarecer, não vamos começar a estabelecer antagonismos, vamos tentar ver o que andará mais rápido, porque o que falta é o Incra, e eu não o estou culpando, ter mais gente e ter mais tecnologia, para acelerar esses 88% de títulos que são ainda demandados.

Obrigado, Senador Acir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jaques Wagner. De fato, é importante a gente dar preferência àquelas pessoas, como eu disse há pouco, que já estão nas suas áreas há muito tempo e que são, na maioria absoluta, falando do Estado de Rondônia, Senador Jaques Wagner, 99% até quatro módulos fiscais; 99% daqueles que precisam do título, que precisam da regularização fundiária, no Estado de Rondônia, 99% são agricultura familiar até quatro módulos – da agricultura familiar, do pequeno, até quatro módulos fiscais.

Então, é importante dar essa preferência, porque são essas pessoas que estão precisando de cidadania, não é só a questão de economia. É claro que, através do título, ele vai ter condições de investir mais na sua área, de recuperar as áreas degradadas, de combater o desmatamento ilegal que, para nós, é prioridade. Aquilo que a gente sempre tem colocado, Senador Jaques Wagner, Senador Carlos Fávaro e os nossos convidados: grilagem é crime. Quando se tem grilagem, desmatamento ilegal, invasão de terras da União, tudo isso é crime, e tem que ser combatido, independentemente de qualquer debate que nós estamos fazendo aqui. Então, é importante todos esses esclarecimentos e também promovermos esse debate nessa linha.

Agradecendo mais uma vez a presença, passo a palavra a D. José Ionilton Lisboa de Oliveira, Bispo da Prelazia de Itacoatiara e Presidente da Comissão Pastoral da Terra, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Mais uma vez agradecendo a sua presença, passo a palavra para V. Exa.

O SR. JOSÉ IONILTON LISBOA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Presidente da Mesa e demais participantes. Uma saudação ao Senador Jaques Wagner. Eu sou baiano e estivemos juntos em algumas atividades lá no interior da Bahia, em Araci.

Quero dizer... Peço aos demais Senadores e Senadoras que também vejam a nota técnica do Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas da PUC-Rio, se é que os senhores e as senhoras não tiveram acesso, eles fazem uma análise muito boa. Esse comparativo que o representante da CNA apresentou aqui também traz um comparativo justamente classificando entre o que é mais retrocesso e menos retrocesso.

Depois a pergunta que a gente pode fazer é quem está por trás desses dois projetos de lei? Quem é que está querendo que isso aconteça de qualquer jeito? Seriam os pequenos agricultores, esses que foram ditos agora, que vão até os quatro módulos, que já está previsto na lei? E aí eu me somo mais uma vez a isso. Eu acho que não precisa de uma nova lei. Vamos aplicar a lei que já existe, já alcança esse número de 88% das terras que estão esperando regularização.

E aproveitando os dados da CNA, 88% corresponde a 39%, ele mesmo apresentou isso, de pequenos agricultores. E os 12% restante vão para 61%, quer dizer, só aí já dá para perceber o grande perigo que existe.

E a preocupação nossa vai continuar sendo exatamente esta: não seria esse projeto de lei resposta ao que o então Ministro do Meio Ambiente disse lá na reunião ministerial, que se deveria aproveitar a pandemia para passar a boiada e modificar a legislação para facilitar o avanço para as terras, especialmente aqui na Amazônia? Eu acho que cabe a nós essa reflexão, aos Srs. Senadores e Senadoras. Preocupa-nos a questão do Matopiba, aquela situação de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A Igreja sempre tem se posicionado contra o avanço nessas terras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses quatro Estados. E solicito que o Senado, a Câmara dos Deputados – o Congresso – possam, aí sim, arquivar esses dois projetos de lei e fazer com que o outro, o 11.952, de 2009, seja então cumprido e alcance o que está previsto ali para depois se discutir o restante.

E concluo dizendo assim: não é hora também de o Congresso – Câmara Federal e o Senado – buscar meios para agilizar então o processo de reforma agrária, fazendo com que as terras cheguem às mãos realmente de quem nelas já está ou quem quer trabalhar na terra, e não favorecer as empresas agrárias, mas favorecer os trabalhadores realmente, os pequenos trabalhadores?

Então, cabe ao Congresso, ao Senado essa importante responsabilidade. Até na fala do Sr. Presidente desta Mesa, agora, neste momento, foi no sentido de que há assentados em Rondônia, salvo engano, esperando há 20, 30, 40 anos, mas a lei já está possibilitando realizar a legalização. Por que não fez? Está na hora de a gente dizer um basta a essas leis que são para a passar a boiada, vamos dizer assim, manter a lei que ainda tem validade e tem mecanismos de apoio na regularização fundiária para os pequenos agricultores e evitar que a gente, aprovando essa lei, abra mecanismos que venham ainda mais facilitar de fato a devastação dos biomas, a invasão das terras dos pequenos agricultores que correm o risco muitas veze de serem expulsos, porque aparece alguém dizendo que é proprietário. Aí vêm as decisões judiciais que fazem com que as pessoas saiam das suas terras.

Eu acho que o Congresso, Senado nesse momento tem uma grande responsabilidade de começar pelos pequenos. Foi dito isso aqui diversas vezes por V. Exas.

Eu quero terminar dizendo: pensem nas pessoas que estão na terra e que têm um pequeno pedaço de terra, que vivem ali, que trabalham ali e que preservam o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, D. José Ionilton.

Nós já fizemos a última rodada, mas o Dr. José Henrique Bernardes Pereira pede a palavra e, a bem do debate, eu concedo e, se algum outro debatedor quiser usar da palavra, até para contradizer o que o José Henrique vai falar, nós estaremos à disposição aqui. É só pedir a palavra.

Com a palavra José Henrique Bernardes Pereira.

O SR. JOSÉ HENRIQUE BERNARDES PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Acir.

Só para fazer uma rápida colocação na fala do D. José – obrigado pela fala, D. José; é muito importante o debate aqui, eu creio que isso é a democracia. Aquela tabela que eu apresentei em relação aos 88% é que 88% das ocupações têm até quatro módulos fiscais, mas os 39% são em relação ao tamanho da área. Ou seja, 88% representam 39% da área, ainda faltarão regularizar 61% do quantitativo da área em relação aos 26 milhões de hectares plausíveis de regularização. Então, aqueles 39% são só em relação à área que representa os 88% de ocupações. Seria só esse comparativo. Ainda faltariam para o ordenamento territorial 61% da área a ser regularizada.

Somente essa colocação, Senador Acir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – E esses 61% seriam até 2,5 mil hectares? Seria isso, Dr. José Henrique?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ HENRIQUE BERNARDES PEREIRA – Exatamente, exatamente, na verdade seriam até 15 módulos fiscais. Até 2,5 mil hectares, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Porque é até onde chega a autorização da Constituição, até 2,5 mil hectares. Só para deixar claro, é isso mesmo?

O SR. JOSÉ HENRIQUE BERNARDES PEREIRA – Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Passo a palavra a D. José Ionilton, que pede para fazer o contraponto.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ IONILTON LISBOA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – É só para dizer que está entendido isso mesmo, apenas eu quis mostrar que 88% estão com os pequenos agricultores, pelos próprios dados apresentados aqui, o restante ficaria para as médias e grandes propriedades.

E eu acho que nós da Igreja, nós da CPT, nós que trabalhamos junto aos pequenos agricultores queremos que a lei não seja agora alterada e que permaneça com condições de fazer a regularização fundiária sem precisar alterar essas outras coisas que nós consideramos realmente, neste momento, bastante perniciosas para a nossa população, o nosso povo, e para a preservação do meio ambiente, pelo que nós temos tanto que fazer para melhorar a nossa imagem fora do Brasil, que, no momento, está muito desgastada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, D. José.

Passo a palavra, também a pedido, para a Dra. Julia Bittencourt.

A SRA. JULIA BITTENCOURT AFFLALO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Eu só queria novamente deixar bem esclarecido este ponto: tanto o PL 2.633 quanto o 510 – no caso, o 2.633 até seis módulos e o 510 até 2,5 mil hectares –, não há qualquer expansão ou ampliação da área a ser regularizada. Acho importante que a gente entenda isso. O que vai ser alterado diz respeito aos procedimentos internos do Incra, procedimentos de vistoria, procedimentos nesse sentido. Então, tem que haver este esclarecimento, este entendimento por parte de todo mundo que está debatendo esse assunto: nenhum dos projetos amplia, aumenta ou tem a intenção de privilegiar os grandes lotes fundiários ou algo nesse sentido. Inclusive essa priorização de terras a serem regularizadas pode ser debatida num regulamento do próprio Incra, mas para deixar esclarecido que não há por parte de nenhum dos projetos essa pretensão de aumento ou de favorecimento dos maiores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dra. Julia.

Mais uma vez agradeço as presenças e as falas de D. José Ionilton Lisboa de Oliveira, Dr. José Henrique Bernardes Pereira, Dr. Júlio José Araújo Júnior e da Dra. Julia Bittencourt Afflalo. E também agradeço a presença dos Senadores: Senadora Rose de Freitas, Senador Esperidião Amin, Senador Carlos Fávaro, Senador Izalci Lucas, Senador Plínio Valério, Senador Angelo Coronel, Senador Luiz do Carmo, Senador Mecias de Jesus, Senador Wellington Fagundes, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Nelsinho Trad e Senador Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também, claro, dividindo esta Mesa, o Presidente da CMA, Senador Jaques Wagner, ao qual eu pergunto se tem alguma colocação. (*Pausa.*)

Não.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e um minuto do dia seis de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Jean Paul Prates e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa), atendendo ao requerimento REQ 9/2021 – CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz. Finalidade: Instruir o PL 6417/2019, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze e Soraya Thronicke, que "altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA)". Participantes: Octavio Costa de Oliveira, Coordenador de Agropecuária da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Antônio Carlos Machado, Presidente do Conselho Nacional das Entidades Estaduais de Pesquisa Agropecuária - Consepa; e Sérgio de Zen, Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 10, de 2021 que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiências Públicas para avaliar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), com a presença de especialistas a serem oportunamente indicados." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização da terceira audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 3 e 9, de 2021, da CRA, de iniciativa desta Presidência, para instruir o PL 6.417, de 2019, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze e Senadora Soraya Thronicke, que "altera a Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA)".

Esta audiência pública é interativa por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800-0612211.

Os nossos convidados de hoje são: Dr. Octavio Costa de Oliveira, Coordenador de Agropecuária da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Dr. Antônio Carlos Machado, Presidente do Conselho Nacional das Entidades Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa); e Dr. Sergio De Zen, Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A CGEE justifica a ausência, por motivos próprios não comparecerá a esta audiência pública. É o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Antes de iniciarmos faço algumas considerações.

A ciência, a tecnologia e a inovação aplicadas na agricultura são de fato instrumentos poderosos para o aumento da produção e também da produtividade. A agricultura brasileira é uma prova incontestável de como a pesquisa científica aplicada no campo pode transformar nossa realidade. De uma lavoura arcaica sem mecanização e com muita pobreza, passamos, em menos de 50 anos, para modernos sistemas produtivos, que nos levaram a ser o maior produtor de alimentos do mundo, usando tecnologia de ponta na mecanização, biotecnologia nas plantas e melhorando, em muito, a vida do agricultor.

Evidente que muitos ajustes ainda precisam ser feitos tanto na ciência como nas políticas públicas para termos um modelo de agricultura sustentável e inclusiva. E esse é um dos motivos pelo qual estamos aqui para debater esse novo modelo para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária através do Projeto de Lei nº 6.417, de 2020, do qual sou Relator nesta Comissão. Estamos ampliando esse debate iniciado pelos Senadores Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim e pela Senadora Soraya Thronicke, autores do projeto, justamente para centrar foco no que considero mais importante, que é a integração das diversas instituições e plataformas de pesquisa numa única rede digital acessível aos difusores de tecnologia, técnicos, extensionistas e agricultores e com um modelo de gestão e governança eficientes e voltado para as necessidades dos nossos agricultores, do mercado e para a segurança alimentar da população brasileira. Em síntese, é isto que queremos com a modernização do SNPA: fazer a tecnologia chegar na ponta, torná-la mais acessível aos agricultores, e, para isso, precisamos de uma governança mais eficiente, eficaz e efetiva.

Temos muitos pesquisadores espalhados pelo Brasil, com trabalhos científicos de excelente qualidade, que devem estar trabalhando de forma integrada, com esforços e custos reduzidos, potencializando assim o conhecimento aplicado nas suas comunidades, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

resultados mais expressivos do que os já conquistados. Na semana passada, eu citei o exemplo do café de Rondônia como um resultado prático da ciência aplicada. O café clonal desenvolvido pela Embrapa nada mais é do que uma melhoria genética do café conilon, que se planta em regiões tropicais de baixa altitude. Com isso, saltamos de uma produção de nove sacas por hectare para 35 sacas por hectare em menos de dez anos.

Outro exemplo é o cacau. Temos muitas pesquisas, excelentes pesquisadores e o maior banco de germoplasma de cacau do mundo, mas quase perdemos tudo isso por conta da falta de uma política pública de valorização dessas pesquisas e de vontade política do Governo em continuar investindo nas instituições e nos pesquisadores. Com isso, quase perdemos a Ceplac, que é o maior centro de excelência e produção científica sobre o cacau do mundo. Nossos pesquisadores da Ceplac, da Embrapa, das Oepas e de muitos outros centros de pesquisas do Brasil estão ansiosos por essa reforma do SNPA, que certamente lhes trará mais oportunidades para desenvolverem e aplicarem suas pesquisas.

É bom que se diga que o Brasil é o terceiro maior produtor de pesquisas científicas voltadas para agricultura no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Não podemos perder e nem desperdiçar esse capital científico. Precisamos, sim, integrá-lo numa grande rede digital e com um sistema de governança moderno e mais eficiente; só assim vamos conseguir resultados mais expressivos em nossa agricultura e democratizar o acesso à ciência e à tecnologia, para que todos, e principalmente os pequenos agricultores, possam usufruir dos avanços da ciência.

Precisamos tornar a nossa agricultura ainda mais sustentável e recuperar as áreas degradadas, ampliando, assim, a cobertura florestal da zona rural e também ampliando a área produtiva sem promover a transformação da floresta em pasto ou em lavoura. A recuperação das áreas degradadas para o uso agrícola com a integração floresta-lavoura-pecuária é uma forma de estimular o aumento da produtividade sem abrir novas áreas. Isso é possível com a aplicação de novas tecnologia e com assistência técnica com essa finalidade.

Foi com esse objetivo que é apresentei um projeto importante para a Amazônia, que está tramitando no Senado desde 2017: o Projeto de Lei 403, de 2017, instituindo o Programa de Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia, ou simplesmente Restaura Amazônia, que estabelece incentivos fiscais para a restauração ambiental de áreas degradadas ou em vias de degradação na Amazônia Legal.

A estimativa da Embrapa é de que mais de 140 milhões de hectares em todo o Brasil sejam de terras degradadas, que poderiam ser usadas para a agricultura e a pecuária se forem recuperadas. Metade dessas áreas, ou seja, 70 milhões de hectares, estão exatamente na Amazônia.

Em Rondônia, também segundo a Embrapa, existem aproximadamente 3,6 milhões de hectares de pastos em processo de degradação e aproximadamente 1 milhão de hectares de outras áreas já degradadas. São áreas que podem ser recuperadas e servir para a expansão da área agrícola, ou seja, podemos ampliar a área produtiva sem desmatamento de novas áreas. Especialistas apontam que cada hectare recuperado com tecnologia aplicada poderia alimentar até dez pessoas, ou seja, só com as áreas degradadas, podemos alimentar mais três brasis e ainda sobraria alimento para exportação. Ora, se nós temos áreas desmatadas, sem produção, na Amazônia e se nós colocarmos essas áreas para produzir, nós vamos aumentar a renda do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtor, vamos aumentar a produção de alimentos e, junto com isso, vamos preservar a Amazônia, socializar os custos de conservação da Amazônia e promover a inclusão de muita gente no campo.

Para isso acontecer, são importantes as pesquisas, a ciência, a tecnologia, e é claro, vontade política para fazê-lo. Nós temos que aumentar a produtividade, aumentar a produção, sem promover nenhum tipo de desmatamento, preservando as nossas florestas, conservando as nossas áreas de conservação, e dessa forma ajudando o planeta nesse momento de tantas transformações que nós vamos vendo acontecer em todos os cantos do planeta. É o fogo tomando conta das florestas, é vulcão voltando à erupção, são chuvas extensas em outro canto, falta de chuva em outro ponto do planeta. De fato, é um momento muito delicado na vida de todo o planeta. É preciso que todos nós nos conscientizemos de que algo precisa ser feito e nós temos que fazer a nossa parte, cuidando das nossas reservas, cuidando das florestas, principalmente da Floresta Amazônica.

Iniciando os nossos trabalhos, agradecendo já a presença dos nossos convidados, eu passo a palavra para o Dr. Octavio Costa de Oliveira, Coordenador de Agropecuária da Diretoria do IBGE.

V. Sa. terá 20 minutos para as suas colocações. Se precisar de um tempo maior, é claro que nós estamos à disposição. O importante é ouvi-lo e que V. Sa. traga a sua experiência para que a gente possa juntar com os nossos pensamentos, as nossas informações, para podermos fazer o nosso relatório com relação a esse projeto de lei. V. Sa. tem a palavra.

Muito obrigado.

O SR. OCTAVIO COSTA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado. Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz, Exmo. Sr. Senador Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Luis Carlos Heinze, Exmos. Srs. Senadores e demais presentes, bom dia.

Em nome do Presidente do IBGE, Dr. Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto, agradeço o convite para participar desta audiência sobre um tema tão relevante, que é o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para Agropecuária (SNPA). O IBGE parabeniza esta Comissão pela iniciativa e entende que ela tem uma grande importância, favorecendo o desenvolvimento da agropecuária nacional através de uma rede organizada, permitindo assim uma maior articulação entre as diversas entidades envolvidas em ciência e tecnologia agropecuária.

O IBGE, como coordenador do Sistema Estatístico Nacional, pode contribuir com a plataforma digital ora proposta. As informações estatísticas e geográficas que o instituto produz ou que venha a produzir, disponibilizadas gratuitamente à sociedade em seu sítio, podem subsidiar planejamento dos diversos projetos de ciência e tecnologia, bem como permitir a análise e a evolução da agropecuária ao longo do tempo com o acúmulo e a adoção dessas inovações. Entendemos que a plataforma digital proposta permitirá uma maior disseminação e uso das informações científicas em conjunto com a estatística aos usuários, pesquisadores, gestores de políticas públicas, academias, sociedade em geral, de uma maneira ágil e focada na ciência e tecnologia agropecuária.

A participação do instituto na plataforma e a interação com as demais entidades participantes do sistema oferece ainda uma oportunidade de um intercâmbio mais eficaz de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações e de registros administrativos com potencial de incrementar as estatísticas agropecuárias.

Tão importante quanto a pesquisa tecnológica, a implantação efetiva de uma tecnologia resultante de sua habilitação ou a inovação tecnológica tem que se refletir nas estatísticas oficiais através das pesquisas estatísticas. A pesquisa estatística é a área de atuação do IBGE, coordenador do Sistema Estatístico Nacional, cuja missão institucional é retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade para o exercício da cidadania.

Para cumprir esta missão, a credibilidade institucional é elemento-chave. O informante do IBGE que legalmente é obrigado a prestar informações, pela mesma lei tem a garantia do sigilo dos seus dados e nenhum dado individual é divulgado, e nem mesmo é compartilhado com outras instituições públicas, seguindo recomendações internacionais de boas práticas estatísticas. Os dados disponíveis no portal são agregados e refletem estas considerações.

O IBGE segue os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, da Organização das Nações Unidas, e o Código de Boas Práticas do IBGE, garantindo sempre o sigilo da informação e a imparcialidade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se constitui no principal produtor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. O IBGE é responsável pelas estatísticas oficiais da produção agropecuária, através de levantamentos estatísticos contínuos e do Censo Agropecuário. Produz ainda produtos geocientíficos como mapas, o Atlas Rural, a plataforma geográfica interativa, entre outros. Esse conjunto de informações é de grande valor para os participantes do sistema proposto.

Essas pesquisas estatísticas geram dados que refletem o nível tecnológico da agropecuária brasileira em seus mais diversos níveis de divulgação. Entretanto, não existem divulgações estatísticas contínuas sobre inovação tecnológica pelos produtores agropecuários. Somente o Censo Agropecuário apresenta informações sobre algumas tecnologias adotadas nos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Entendemos que, para o acompanhamento do SNPA, é necessária a geração de indicadores estatísticos que reflitam a inovação tecnológica pelos produtores agropecuários. Nesse sentido, o IBGE avalia que uma pesquisa estatística probabilística de inovação tecnológica na agropecuária seria adequada. Temos estudado a adoção de pesquisas por amostragem probabilística para suprir demandas crescentes de informações nos períodos intercensitários, como por exemplo a geração de indicadores de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Finalizando, este marco regulatório do SNPA, agregando entidades e organizando diversas informações dos entes participantes é um instrumento importante para a participação colaborativa com a finalidade de impulsionar a ciência e a tecnologia agropecuária.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de participar desta audiência. Muito obrigado pela atenção e um bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Dr. Octavio da Costa de Oliveira.

Passo a palavra ao Dr. Antônio Carlos Machado, Presidente do Conselho Nacional das Entidades Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a sua presença, passo a palavra, por 20 minutos, para fazer as suas colocações. (*Pausa.*)

O Dr. Antônio Carlos Machado está conectado? (*Pausa.*)

Está, não é? (*Pausa.*)

Eu consigo vê-lo aqui na... (*Pausa.*)

É importante, Antônio Carlos, você liberar o seu microfone; não está liberado ainda no seu equipamento. (*Pausa.*)

Ainda não está liberado, Dr. Antônio Carlos.

Aqui está liberado? (*Pausa.*)

Está; aqui está liberado, Antônio. (*Pausa.*)

Eu acho que ele não está conseguindo acessar o nosso sistema. (*Pausa.*)

Agora fechou o vídeo também, não é? Não? (*Pausa.*)

Você está nos ouvindo, Dr. Antônio Carlos? Pelo menos, dá um positivo ou um negativo, só para... (*Pausa.*)

O Sergio De Zen, da Conab, está...? (*Pausa.*)

Bom, não temos... (*Pausa.*)

Tecnologia é muito importante, mas, de vez em quando, nós temos problemas com a tecnologia de ponta. Vamos aguardar um pouco mais para ver se nós conseguimos.

O Sergio De Zen não conseguiu conectar ainda, da Conab, e o Antônio Carlos Machado não consegue colocar o seu vídeo, aliás, o seu áudio, para participar da nossa reunião.

Temos algum requerimento para colocar em votação ou em discussão? Eu recorro aqui aos nossos universitários para saber qual a nossa providência. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Vamos ler aqui as informações enviadas pela população através do e-Cidadania.

O Fernando Claudino, de Rondônia, diz o seguinte: "Deve ser influenciado por meio de ações dentro dos Municípios brasileiros, saber pontos e produtos-chave de serem implantados, sem segredos".

A Fátima Cordeiro, do Espírito Santo, comenta o seguinte: "É preciso incluir possibilidades de implementar a pequena agricultura urbana com o objetivo de diminuir a insegurança alimentar". "Mapeamento regional dos territórios vulneráveis, reserva de espaço para a agricultura comunitária, visando enfrentar a insegurança alimentar."

O Rogério Meira, do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "A produção não deveria visar ao abastecimento interno e exportar o excedente? Alimentamos o mundo e morremos de fome. É isso?". O Rogério Meira, do Rio de Janeiro, tem toda a razão. E o que nós estamos debatendo aqui, nesses últimos dias, Rogério, é exatamente essa questão: temos que ter uma política pública de Estado, de iniciativa do Governo Federal, para atender a necessidade da população brasileira de ter acesso à cadeia alimentar. Estamos trabalhando nesse sentido, para que a gente possa ter, de fato, essa política para atender a população mais carente do nosso País. Não basta nós exportarmos a nossa produção e deixarmos a nossa gente passando fome em muitas cidades, em muitos cantos do nosso País. Essa é uma verdade, Rogério.

A Fátima Cordeiro, do Espírito Santo, diz o seguinte: "Os espaços ociosos, no meio urbano, que acabam servindo de depósito de lixo poderiam ser aproveitados para implementar a agricultura urbana".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Geová Chagas, de Minas Gerais, comenta o seguinte: "Toda inovação para a agropecuária é positiva, visto que beneficia toda a nossa população". De fato, Geová.

O Bruno Pires, de São Paulo, diz o seguinte: "Qualquer melhora na agropecuária, que no Brasil nem sempre emprega grandes tecnologias e inovações, é estrategicamente benéfica". Concordamos com você, Bruno.

A Katharine Fortunato, de Minas Gerais, diz o seguinte: "Precisamos de mais investimentos na agropecuária, com o intuito de melhorar a qualidade e a agilidade no campo". Muito bem, Katharine, você tem toda a razão.

O Ruan Pinheiro, do Rio de Janeiro: "A agricultura precisa de investimentos para crescer mais a cada dia; contudo, sem prejudicar o meio ambiente".

Ruan Pinheiro, do Rio de Janeiro, esse é o grande desafio nosso nesse momento: aumentar a produção, melhorar a qualidade da produtividade, sem afetar o meio ambiente; pelo contrário, dando uma atenção especial ao meio ambiente. E o Brasil tem uma política de produção agrícola, de produção de alimento sustentável, e é exatamente nesse caminho que nós estamos caminhando.

Temos um requerimento.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 10, DE 2021

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiências Públicas para avaliar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), com a presença de especialistas a serem oportunamente indicados.

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO).

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nós vamos debater a política nacional de segurança alimentar e nutricional, sendo que dia 16 é Dia Mundial da Alimentação. Nós temos muito a comemorar, mas temos muito a trabalhar com relação à segurança alimentar do nosso País, que, como dizem aqui algumas pessoas que nos mandaram os seus comentários, nós exportamos muito alimento, mas ainda não temos condições de levar alimento à toda a população brasileira.

Amanhã, nós teremos aqui na nossa Comissão de Agricultura, o Presidente da Embrapa, no Plenário, para que a gente possa debater e saber o que que a Embrapa está fazendo, quais são as conquistas da Embrapa. Nós sabemos que são muitas as conquistas da Embrapa, e o Presidente da Embrapa virá aqui conosco, amanhã, para comentar sobre todos os avanços que a Embrapa tem conseguido nos últimos anos.

Bom, parece que nós temos de volta aqui o Dr. Sergio De Zen, Diretor-Executivo da Conab. Vamos ver se nós conseguimos agora fazer o *link* com S. Sa.

Dr. Sergio tem a palavra por 20 minutos, para fazer as suas explanações.

Vamos ver se conseguimos o contato com Sergio De Zen agora. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não. Não temos o contato com o Dr. Sergio De Zen e também não temos contato com o Dr. Antônio Carlos Machado.

O SR. SERGIO DE ZEN (*Por videoconferência*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Opa! Bom dia, Dr. Sergio.

O SR. SERGIO DE ZEN (*Por videoconferência*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Bom dia.

O SR. SERGIO DE ZEN (*Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Bom dia, Sergio.

O SR. SERGIO DE ZEN – Bom dia.

Em primeiro lugar, queria me desculpar, porque primeiro não entrou o computador, eu tive de sair do prédio para poder fazer, porque o *wi-fi* caiu.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Esta semana não tem sido uma boa semana para as redes sociais e para a internet, não só no Brasil, mas em todo o Planeta. Então, temos tido muitas dificuldades com a internet e com as redes sociais.

É um alerta inclusive para todos os países que dependem das redes sociais e da internet. Nós temos que ter a nossa independência das redes sociais e, para isso, precisamos investir em ciência e tecnologia.

O SR. SERGIO DE ZEN – Bom dia. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Bom dia. Bom dia, Sergio.

O SR. SERGIO DE ZEN – Vocês estão me ouvindo? Eu saí do prédio agora, estou aqui no 4G. Agora parece que está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Estamos ouvindo.

O SR. SERGIO DE ZEN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de estar com vocês.

Antes de mais nada, antes de ser Diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, eu sou professor da Universidade de São Paulo e tive a oportunidade de presidir a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz. Então, minha contribuição aqui não é só em relação à Conab, mas espero que em relação ao nível acadêmico e da minha experiência na gestão da ciência e tecnologia.

Bom, em primeiro lugar, a ciência, em algum momento, não só no Brasil, mas em vários países, chegou a perder uma ligação direta com as necessidades, com aquilo que temos necessidade de construir, em termos de solução de problemas. Essa desconexão entre a realidade a qual nós buscamos auxiliar e aquilo que nós temos para oferecer fez com que, em muitos momentos, muitos recursos fossem, vamos dizer, mal aplicados em termos de ciência. De outro lado, a gente vê que conseguimos avanços pequenos diante dos grandes investimentos que nós tivemos em ciência e tecnologia.

Agora, dentre tudo, o que mais me preocupa é como atrair novas e melhores cabeças para a ciência e tecnologia. Eu vejo isso na universidade, vejo isso aqui na Conab... Como é que eu crio instituições, como é que eu crio atratividade para o jovem pesquisador? Esse é o grande desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando você não tem metas, você não tem grandes problemas para resolver e você não tem atratividade para o jovem, é uma situação muito preocupante para a ciência, e isso não é uma situação apenas no Brasil, mas é de todo o Planeta.

Trazendo isso para as ciências agrárias e dividindo-a, porque as ciências agrárias... Parece que a pesquisa agrária tem apenas um viés só, só o tecnológico, mas ela tem várias facetas, principalmente a faceta econômica... A faceta tecnológica eu posso dividir em área biológica, área química, área genética, área fisiológica, em várias áreas de conhecimento que precisam ser organizadas e coordenadas, de forma que o conjunto delas traga soluções. Uma variedade, por exemplo, de soja usada no Brasil hoje passou por um longo período de adaptação, um longo período de criação que não se iniciou hoje, é fruto da pesquisa dos últimos 20, 30 anos.

O que que eu encontrei na Conab? Onde está a ligação dessa Companhia Nacional de Abastecimento com a pesquisa? Ela é executora de várias políticas públicas, mas, dentro da diretoria que eu estou à frente, ela é eminentemente uma diretoria de ciência e tecnologia, porque é através dela que nós conseguimos coordenar toda a ação de inovação, em termos de políticas públicas, em termos de dados econômicos e sociais da agricultura brasileira. As grandes decisões tomadas por outras áreas de governo dependem da pesquisa primária dos dados da agricultura brasileira.

Então, esta é a principal função dessa organização: ela busca, ao longo da história... Ela é o grande elo da história da economia agrícola brasileira que está aqui dentro dessa solução que temos buscado.

Então, diante de toda essa necessidade de organização, de pesquisa primária, a gente tem um quadro de pessoas não só no escritório, mas que estão andando meio milhão de quilômetros todos os dias, todos os anos.

Então, quando a gente tem um número de safra que vocês observam, ele é fruto da pesquisa diária de 120 agrônomos, veterinários, zootecnistas e economistas que estão visitando lavouras, contando plantas, verificando pragas. E todo esse patrimônio da sociedade brasileira pode ser ampliado.

Qual seria o mecanismo funcional mais adequado para essa organização? Seria que essa equipe de campo trouxesse não só esses números que são evidentes, mas trouxesse alertas de pragas, de doenças de plantas, que, no tempo certo, cheguem aos órgãos sanitários e eles encaminhem às universidades, aos centros de pesquisa, à Embrapa, que podem trazer soluções rápidas, que evitam grandes perdas para toda a sociedade brasileira.

Então, usar essa rede de informação de campo, de geração de pesquisa primária e de conexão dos problemas do campo com a sociedade é essencial e valoriza todo esse sistema, bem como, por exemplo, levantamentos mais profundos do sistema produtivo, que podem nos dar a dimensão de certas ações que o Brasil faz, em termos ambientais, que passam despercebidos pela sociedade.

O Brasil, há pelo menos 20 anos, é um exemplo de tratamento do solo, porque ele faz o plantio direto: uma técnica na qual nós não mexemos com o solo. Se você não mexe com o solo, você, na realidade, está mantendo as características físico-químicas e biológicas do solo e incorporando matéria orgânica, ou seja, elevando a retenção de carbono. Esse é um exemplo daquilo que a pesquisa e que essa organização, da qual estou fazendo parte, pode muito bem executar e valorizar todos os trabalhos para a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ciência e a tecnologia na agricultura não é só uma questão de investimento, mas é uma questão de organização, de determinação de metas, de determinação de objetivos muito claros. Também, neste mesmo item, é importante a gente destacar a ciência e a tecnologia com orientação, com determinação e, principalmente, com a aproximação da ciência com a sociedade, com a sociedade real, com os reais problemas do agricultor e do consumidor brasileiro ou mundial, pode-se dizer, porque a agricultura brasileira não é um patrimônio só do Brasil. Hoje, é um patrimônio da humanidade, porque muita gente depende daquilo que produzimos. Então, quando conseguimos coordenar esses sistemas e direcionar esse sistema no sentido de buscar as informações, de construir um sistema de informação integrada que traga os problemas, busque soluções e devolva ao campo soluções, nós temos um sistema funcionando com muita seriedade.

A minha experiência, como gestor da Fundação de Amparo, que é a entidade que liga o público e o privado, é rica no seguinte sentido: essas fundações têm uma capacidade de gestão de recursos e agilidade muito interessante para a pesquisa. Por exemplo, nós não tínhamos condições de esperar uma licitação para a compra de ração para as vacas ou de um medicamento, coisas do gênero. Então, nesse momento, a fundação entra de uma forma muito necessária. Só que o que acontece? Essas fundações precisam estar num grau elevado de *compliance*, num grau elevado de transparência que façam com que elas funcionem de maneira exata.

Então, um pedido e um alerta é que essas organizações tenham uma legislação adequada ao século XXI, que elas tenham, vamos dizer, uma caracterização em termos de funcionamento, de relação com as instituições mais claras. Por exemplo, a fundação em que eu estou é da USP, mas não é da USP; é pública, de direito privado. E o que significa isso? Todo *o overhead* e todo o lucro dela é revertido para a universidade. Então, a razão da existência dela é a universidade. E ela é a razão de bolsas, de complementação. Hoje, um pesquisador que ganha um prêmio, um A3, de publicação internacional, precisa ter recursos para participar dessa publicação. E esses recursos, geralmente, advêm dessas fundações.

Então, a regulamentação e a regularização, através de uma legislação que exija *compliance*, transparência e que crie regras claras dessa inter-relação entre o público e o privado, são fundamentais para a ciência brasileira, seja ela no nível que for. Não podemos nos afastar da sociedade. Não podemos nos afastar da iniciativa privada. Temos que integrar a iniciativa privada, a ciência, a sociedade. Quando eu falo isso, não é a grande empresa, não é o grande investidor. É o pequeno, é o médio, são todos os níveis de investimento. Então, da minha parte, o que eu gostaria de deixar aqui é: primeiro, a necessidade de que tenhamos objetivos claros, necessidades claras daquilo que precisamos resolver através da ciência. A ciência, antes de mais nada, deve resolver problemas, não fazer ciência por fazer, por simples objetivo. Segundo ponto, que essa ciência seja feita de maneira transparente e objetiva, correspondendo às demandas da sociedade; que as instituições, como a que eu estou na diretoria, possam contribuir, buscando problemas, participando da geração de insumos para a solução desses problemas. E o terceiro é que a gestão da ciência tenha uma relação com a sociedade mais clara, chamando a sociedade para participar não só das necessidades, mas também dos recursos e também das cobranças de resultado por cientista.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Sergio De Zen, principalmente pelo seu esforço de estar conosco e fazendo aqui as suas colocações. E, de fato, nós necessitamos de ciência e tecnologia para avançarmos na agricultura, principalmente os pequenos. A agricultura familiar precisa ter acesso, quer dizer, todo o trabalho de ciência e tecnologia tem que chegar até a ponta, tem que chegar até o nosso produtor, o nosso agricultor, que está espalhado por vários cantos do nosso País. Não que...

O SR. SERGIO DE ZEN – O senhor me permite uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Claro, com certeza, Sergio.

O SR. SERGIO DE ZEN – Quando eu vim para a Conab, eu observei uma coisa: nós temos o pequeno agricultor, que está dentro de programas sociais, aquele minúsculo, que gera poucos excedentes e que, portanto, precisa da proteção social. Nós até temos alguns programas, podemos ampliá-los, mas existem. E nós temos o grande produtor, que é aquele que consegue contratar uma consultoria, consegue contratar funcionários e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Claro.

O SR. SERGIO DE ZEN – Mas existe a massa da produção, que é o médio produtor, que é esse de 20 hectares, 30 hectares, 50 hectares, que representam 60% da produção brasileira, que estão necessitando do Estado como provedor de soluções, de tecnologia e de informações para que eles tomem decisão correta e não sejam penalizados. Então, é nesse sentido que eu vejo que podemos ser muito e dependemos muito para eles, podemos muito por eles.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Você comentou, Sergio, que nós estamos com um problema de técnicos ou de pesquisadores. Aí eu lhe pergunto: é falta de pesquisadores no Brasil, ou falta de atrativos dos Governos, federal, estaduais e municipais, para tê-los trabalhando no serviço público, ou falta mesmo de quantidade de pesquisadores no Brasil, qual é a sua opinião, Sergio?

O SR. SERGIO DE ZEN – Nós não temos problemas de quantidade. Nós formamos mais de 16 mil doutores e temos emprego para 2,5 mil. O que falta é motivação, no meu ponto de vista, e falta a orientação necessária para a solução de problemas. Para mim é uma questão de gestão e coordenação do sistema.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Qual é o ponto principal para nós conseguirmos atrair esses pesquisadores para trabalhar no serviço público? Qual a sua opinião? O que que nós poderíamos fazer de pronto, a curto prazo, ou médio prazo, para que a gente possa trazê-los para nos ajudar na agricultura brasileira através dos serviços públicos, tanto federal, quanto estaduais e municipais?

O SR. SERGIO DE ZEN – Olha, existem programas que podemos reativar. Eu vejo com muito bons olhos um programa do CNPq que se chama Recursos Humanos para Atividades Estratégicas, o qual atrai jovens doutores para as organizações públicas por um período de tempo. Então, esse jovem doutor vem para uma instituição como a Conab, fica durante o período de dois anos, aprimora e coloca em prática muito do que ele tem, faz a pesquisa e é liberado para outra organização, que pode ser pública ou privada, para que ele se insira de uma maneira mais madura na sociedade.

Então, a ampliação desses tipos de programas de entrada do jovem doutor nas instituições é fundamental para que ele adquira a prática. Um jovem doutor pode ter passado 11 anos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida dele só estudando. Então, ele fica desligado da sociedade, desligado dos problemas que ele vai ter que resolver. Então, essa integração é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É, de fato, a integração é muito importante, voltando, lembrando, mais uma vez, que os nossos agricultores estão espalhados por todo o País. Em todos os cantos do Brasil, nós temos agricultores, principalmente os pequenos, que precisam, como você muito bem colocou, Sergio, da ação do Governo, de programas para o Governo. E é evidente, como você muito bem colocou, que nós temos que também olhar para os médios, que são 60%, como você colocou, 60% dos produtores brasileiros. Esses, sim, levam alimentação à mesa dos brasileiros e também com o excedente para exportação. Então, essa integração é de fundamental importância, lembrando sempre que nós produzimos, com o agricultor da agricultura familiar, ou o médio, lá no Rio Grande do Sul, porque é um dos centros do País, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, passando por Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins, enfim, todos os Estados brasileiros, no Nordeste. E são agriculturas diferentes, não é? O que se planta no Nordeste não se planta na Amazônia e que talvez não se pode plantar no Centro-Oeste, não se pode plantar no Sudeste.

Então, é através da pesquisa que nós vamos identificar o que cada região pode produzir com mais eficiência, com custo menor, atendendo a necessidade do País, atendendo a necessidade da população brasileira e trazendo renda para o produtor também. Tudo isso é muito importante. A cadeia alimentar tem toda essa influência, tem toda a sua responsabilidade de levar alimentação para os brasileiros, exportar aquilo que nós podemos exportar e também fazer com que os nossos agricultores tenham uma qualidade de vida melhorando a cada vez, a cada dia mais.

Eu sempre coloco aqui, Sergio, que nós temos que levar ao homem do campo a mesma qualidade de vida que temos nas cidades, ou seja, nas cidades, nós temos que ter internet de qualidade, nós temos que ter acesso a postos de saúde, à escola, tudo muito rápido, asfalto passando em frente das residências. E isso, é importante que a gente leve também ao homem do campo. Hoje o homem do campo... Os seus filhos estão estudando nas cidades, muitas vezes fazendo um curso técnico ou fazendo uma faculdade, e, para voltar de novo para o campo, nós temos que dar condições para eles que possam ter acesso ao atendimento de todas essas necessidades do dia a dia que temos na cidade, temos que ter isso no campo também. Somente assim nós vamos poder atrair esses novos técnicos e esses novos pesquisadores para ficarem no campo trabalhando, desenvolvendo: com a tecnologia que temos na cidade. Se não levarmos essa tecnologia ao campo, de fato nós vamos estagnar na produtividade e vamos continuar tendo o êxodo rural, as pessoas saindo do campo e vindo para as cidades, o que não é bom para a agricultura, não é bom para o campo e também não é bom para as cidades.

Sergio...

O SR. SERGIO DE ZEN – Senador, se o senhor me permite uma colocação...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não.

O SR. SERGIO DE ZEN – Dentro da Conab, minha função é justamente saber a área, levantar estimativas de área e de produtividade das principais atividades agrícolas do Brasil. Durante esse período todo que passei aqui, esse ano e meio, nós tivemos um problema gigantesco, que a gente acha que é brasileiro, mas é global: a pandemia fez com que as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ficassem mais em casa, os governos fizessem uma política de proteção social, necessária para manter as atividades, manter a demanda das pessoas, mas, por outro lado, isso gerou um desequilíbrio global entre oferta de produtos, principalmente alimentos, e consumo.

A agricultura brasileira vai plantar quase 70 milhões de hectares em 40 milhões de hectares de terra, porque a gente tem duas safras no mesmo local. Veja bem, Senador, até dois anos atrás, o Brasil não sabia com exatidão o que plantava e onde plantava. Este ano nós estamos entregando para a Ministra, agora, em parceria com o Inpe, 19 milhões de hectares de soja georreferenciados. O que significa isso? Nós temos a certeza de que naquele local tem soja. Nosso desafio é entregar 100% da área de soja, ter 100% da área de milho, que são duas culturas extremamente essenciais, e depois partir para as pastagens, porque esses três produtos ocupam uma área muito grande do Brasil, e é extremamente necessário para o País saber onde eles estão e qual é a produtividade que eles têm, já que o fator de produção terra, para o mundo, é cada vez mais escasso.

Então, o Brasil tem um grande desafio: aumentar a produtividade da terra e aumentar sua capacidade de devolver para sociedade alimentos a um custo baixo, de qualidade elevada e com rentabilidade para quem produz. Então, é uma equação extremamente difícil, aqui na Conab, a gente vê isso diariamente. Essas estatísticas são fundamentais para a segurança alimentar não só do Brasil, mas do mundo, e isso fica evidente.

Eu lhe agradeço muito, porque a gente vê isso daí aumentar a produtividade, o nosso grande desafio da terra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É verdade, Sergio.

Eu lhe pergunto também se vocês têm mapeado as áreas que estão para serem melhoradas, áreas degradadas que nós temos no País. Em Rondônia, nós temos, aproximadamente, 30% das áreas já transformadas degradadas. Essas áreas são áreas que são produtivas, mas não estão produzindo por alguns fatores. Um deles é a falta de regularização fundiária, que é o que nós estamos trabalhando já há muito tempo, e agora com esse programa Titula Brasil talvez a gente consiga avançar. Existe esse mapeamento da Conab com relação às áreas degradadas brasileiras?

O SR. SERGIO DE ZEN – Está no programa. Nós estamos começando pela soja, depois o milho e depois a pastagem, porque grande parte da área degradada está na pastagem. Então, isso estaria na programação para 2023.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Sergio. Eu agradeço a sua presença junto conosco.

E pergunto ao Octavio, do IBGE, se ele gostaria de fazer mais alguma colocação com relação às nossas falas agora desta manhã. (*Pausa.*)

Não sei se o Octavio está conectado.

O SR. OCTAVIO COSTA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim, Senador. Estou conectado, sim.

Agradeço a oportunidade.

Eu só queria complementar aqui o que já falou...

O SR. SERGIO DE ZEN – Bom dia, Octavio.

O SR. OCTAVIO COSTA DE OLIVEIRA – Bom dia, Sergio. Tudo bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como agrônomo, há uma outra ponta também. Nós estamos falando da produção de ciência e tecnologia, mas há a questão da inovação e da assistência técnica e extensão rural.

O senhor havia perguntado sobre o estímulo aos profissionais na área de ciência e tecnologia, e o que percebemos nas funções que tivemos ao longo da extensão e da pecuária é a questão que, na parte de assistência técnica e extensão rural, não se tem estimulado os novos profissionais a atuarem nesse setor por vários motivos. Temos observado que algumas instituições que são parceiras do IBGE no levantamento de dados têm perdido a capacidade de atrair por questões econômicas, ou por perda do seu potencial junto ao Governo local. São basicamente entidades estaduais e são extremamente importantes nesses processos, porque a geração de tecnologia depende da adoção pelos produtores. Então, o extensionista rural, uma pessoa que está lá na assistência técnica, faz esse papel que é relevante. Infelizmente o modelo que nós tínhamos de assistência técnica e extensão rural, que era o sistema Sibrater, foi substituído; para o bem ou para o mal, foi atualizado.

E aí temos que refletir também se hoje o modelo que nós temos de assistência técnica necessita ser estimulado, impulsionado para que haja realmente a adoção das tecnologias. Então, a geração é importante. O papel da Embrapa é fundamental em todo o crescimento da agropecuária brasileira, como nós temos observado, mas a assistência técnica também merece uma atenção especial nas políticas públicas.

Era isso o que eu gostaria de acrescentar.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Octavio pela sua colocação.

Passo a palavra ao Sergio De Zen, para fazer as suas considerações, mais uma vez, agradecendo o seu esforço para estar junto conosco.

A imagem ficou boa, viu, Sergio? Você, aí fora do escritório, acabou trazendo uma imagem de fundo de umas árvores, e está tudo combinando com a nossa agricultura. (*Pausa.*)

O seu vídeo está desligado, Sergio.

O SR. SERGIO DE ZEN (Para expor.) – Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui com vocês nessa discussão, coloco-me à disposição para continuar, para ampliar essa discussão. Eu acho isso fundamental para o futuro do País, para aquilo que queremos para o nosso País, para a nossa sociedade e para a segurança alimentar, não só do Brasil, mas do mundo.

Muito obrigado pela oportunidade e desculpem-me pelos atrapalhos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Imagina, Sergio, pelo contrário. Foram muito importantes a sua participação e o seu esforço, foram interessantes para que a gente pudesse fazer esse bate-papo.

A Senadora Soraya Thronicke está aqui presente, junto conosco, é uma das autoras desse projeto, e nós vamos, a partir de agora, encerrar esta audiência pública. Nós estamos encerrando esse ciclo de debates sobre esse tema. Essa matéria volta ao Relator, que é de minha relatoria, para que a gente possa fazer o nosso relatório, e a nossa intenção é que, na próxima semana, final da próxima semana, nós possamos entregar esse relatório e, na semana seguinte, distribuí-lo aos membros da Comissão para que a gente possa votar aqui e, depois, talvez levar ao Plenário para que a gente possa votar essa matéria em regime de urgência, lembrando que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amanhã nós teremos, portanto, o Presidente da Embrapa, Dr. Celso Moretti, para debatermos sobre exatamente ciência, pesquisa, tecnologia, inovação e como a Embrapa está atuando para fortalecer a agropecuária, o agronegócio, a agricultura brasileira. Então, convido os demais Senadores para estarem conosco amanhã.

Em função desses problemas de tecnologia que nós estamos enfrentando ultimamente, eu fiz questão de pedir ao Dr. Celso Moretti que viesse pessoalmente aqui amanhã e ele estará conosco amanhã, pessoalmente aqui, para evitarmos esse problema que tivemos hoje de falta de conexão, cair a conexão. E, como o tema é muito relevante – não que esse não seja, evidentemente; esse também é muito relevante –, nós teremos amanhã a presença, então, do Presidente da Embrapa, Dr. Celso Moretti.

Eu convido os Senadores para estarem presentes virtualmente pelas nossas redes sociais. Aqueles que estiverem no Senado será um prazer tê-los pessoalmente aqui, mas, senão, participem junto conosco para ouvir o Presidente Celso Moretti, Presidente da Embrapa.

Agradeço a presença dos Senadores nesta audiência pública: a Senadora Rose de Freitas, a Senadora Soraya Thronicke, o Senador Carlos Fávaro, o Senador Esperidião Amin, o Senador Luiz do Carmo, o Senador Izalci Lucas, o Senador Jayme Campos, o Senador Wellington Fagundes, o Senador Angelo Coronel, o Senador Jean Paul Prates e a Senadora Zenaide Maia; a Senadora Zenaide Maia sempre conosco. Muito obrigado pela presença de todos e também muito obrigado ao Dr. Octavio Costa de Oliveira e ao Dr. Sergio De Zen, que participaram hoje da nossa audiência pública. O Dr. Antônio Carlos Machado não conseguiu se conectar, e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos também, mas já não estaria, justificou a sua ausência.

Concluídas as exposições e realizadas as audiências públicas para a instrução do projeto, a matéria retorna ao exame da relatoria para o prosseguimento da sua tramitação.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores, dos nossos oradores participantes e de todos os presentes e também aos internautas, que nos enviaram várias questões e também sugestões e comentários. Muito obrigado a todos.

Amanhã, no mesmo horário, nós iniciaremos com a presença do Presidente da Embrapa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 8 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 9 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e um minuto do dia sete de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues, Paulo Rocha e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das Reuniões anteriores, que são aprovadas. Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa: – Aviso nº 1577/2021, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2287/2021 para conhecimento dos autos de auditoria operacional destinada a avaliar as ações do governo federal desempenhadas conjuntamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na sistemática federal para o registro de agrotóxicos e, assim, identificar as eventuais necessidades de correções em face das disfunções burocráticas. Conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na Internet. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Comparecimento do Presidente da Embrapa (Req 4/2021-CRA), atendendo ao requerimento REQ 4/2021 – CRA. Autoria: desta Presidência. Finalidade: Comparecimento do Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Senhor Celso Luiz Moretti, para apresentar os resultados e as contribuições da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura sustentável no Brasil no transcurso dos 48 anos desde sua criação; e as perspectivas para o futuro. Participante: Celso Luiz Moretti, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 11, de 2021 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a ameaça de falta de insumos para o plantio da safra 2021/2022. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; - Ministério das Relações Exteriores; - Ministério de Minas e Energia; e - Aprosoja Brasil - Associação Brasileira dos Produtores de Soja." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Jayme Campos, Esperidião Amin, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e o Presidente da Comissão Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião às dez horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa:

Aviso 1.577, 2021, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.287, de 2021, para conhecimento dos autos de auditoria operacional destinada a avaliar as ações do Governo Federal desempenhadas conjuntamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na sistemática federal para o registro de agrotóxicos e assim identificar as eventuais necessidades de correções em face das disfunções burocráticas.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet.

A presente reunião destina-se ao comparecimento do Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Dr. Celso Luiz Moretti, para apresentar os resultados e as contribuições da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura sustentável no Brasil no transcurso dos 48 anos da sua criação e também quais são as perspectivas para o futuro.

Esta audiência pública é interativa, por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800-0612211.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, faço alguns comentários com relação à segurança alimentar.

No próximo dia 16 de outubro, celebraremos o Dia Mundial da Alimentação. A data foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1981, para ampliar a reflexão sobre as questões e políticas públicas relativas à nutrição e à alimentação, visando à segurança alimentar de todos os povos. A data, que já foi instituída em 150 países, também foi escolhida para lembrar a criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 1945. Portanto, no próximo dia 16 de outubro, comemoraremos 76 anos da FAO, que lidera esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza em todo o mundo.

Para marcar essa data, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, realizaremos uma audiência pública, no próximo dia 21 de outubro, com o objetivo de avaliar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como as ações do Governo Federal para garantir aos cidadãos brasileiros o direito básico da alimentação.

É bom que se diga que o Brasil deixou o chamado Mapa da Fome da ONU em 2013, quando atingiu a marca de 3,6% da população com fome, resultado do amplo alcance de ações da sociedade civil e também de programas governamentais como o Fome Zero, o Bolsa Família, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e da articulação em redes do Consea (Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) em todo o Território nacional, ou seja, foi preciso um grande esforço nacional e uma articulação em rede que surgiu no âmbito da sociedade civil, tendo como marco a criação da Ação da Cidadania contra a Fome, pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em 1993, e uma série de políticas públicas para que o Brasil saísse do Mapa da Fome.

É lamentável, no entanto, que o Brasil tenha ficado fora desse mapa por apenas cinco anos, de 2013 a 2018, quando voltou a ultrapassar novamente a marca dos 5% da população com fome no nosso País. E a situação só piorou de 2018 para cá.

O relatório mais recente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) estima que 23,5% da população brasileira tenha vivenciado insegurança alimentar moderada ou severa entre 2018 e 2020, um crescimento de 5,2% em comparação com o último período analisado, entre 2014 e 2017. É uma situação realmente muito preocupante.

Neste cenário de crise sanitária, econômica e social, a inflação de produtos básicos da alimentação tem obrigado as pessoas mais vulneráveis a mudar radicalmente os costumes alimentares e estabelecer um padrão de vida muito inferior aos níveis aceitáveis.

A falta de distribuição da merenda escolar na pandemia e o enfraquecimento da agricultura familiar afetam a nutrição e a saúde de milhares de crianças e adultos no Brasil. Por esse motivo é que a Comissão de Agricultura vai analisar, com cuidado e muito rigor, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como as demais estratégias que os Governos Federal, dos Estados e dos Municípios têm adotado para combater a fome e também a pobreza, pois de nada adianta nós ampliarmos a produção agrícola dia após dia e sermos o maior produtor de alimentos do mundo se o nosso povo não tem condições de comprar os produtos da cesta básica, se não conseguirmos colocar comida na mesa dos brasileiros. E nada é mais importante para a produção agropecuária e o combate à fome do que a atuação da Embrapa ao longo dos seus 48 anos de existência, que é o tema da nossa audiência pública de hoje aqui na Comissão de Agricultura.

A Embrapa é a instituição de pesquisa responsável pela transformação e pelo sucesso da agricultura brasileira, que colocaram o Brasil entre os três maiores produtores de alimentos do mundo. O Brasil deve muito aos pesquisadores, colaboradores e dirigentes da Embrapa, que trabalharam dia após dia para o desenvolvimento da nossa agricultura. A Embrapa é sinônimo de ciência e tecnologia aplicada no campo, que resultam numa produção alimentar de qualidade para atender à demanda nacional e mundial por alimentos. Portanto, a Embrapa tem colaborado e tem muito a colaborar no combate à fome, para garantir a segurança alimentar de nossa população e para manter o País entre os maiores produtores de alimentos do mundo.

Ao parabenizar a Embrapa pelos seus 48 anos de existência, cito, mais uma vez, um exemplo que sintetiza a importância dessa empresa de pesquisa para a agricultura brasileira.

Lá em 2012, quando fui Presidente da Comissão de Agricultura do Senado pela primeira vez, nós realizamos uma audiência pública no Município de Cacoal, em Rondônia, para discutir a produção do café. Na época, os agricultores de Rondônia produziam 9 sacas de 60 quilos de café por hectare. Foi quando alguns pesquisadores da Embrapa de Rondônia revelaram que tinham desenvolvido uma variedade de café clonal adaptada ao solo e ao clima do nosso Estado de Rondônia, que poderia produzir até 50 sacas por hectare, mas faltava a certificação junto ao Ministério da Agricultura para que essa variedade clonal de café robusta pudesse ser produzida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos viveiros e plantada por nossos cafeicultores. Foi então que iniciamos um trabalho político e institucional junto ao Governo Federal para que essa certificação ocorresse o mais rápido possível.

Em seis meses, obteve-se a certificação, e, em 2013, os agricultores começaram a renovar os seus cafezais com a variedade BRS Ouro Preto, que, em Rondônia, é popularmente conhecida como café clonal, um café genuinamente rondoniense, adaptado ao nosso solo, ao nosso clima, às nossas culturas, o melhor café da Amazônia e, quem sabe, do Brasil. E o mais importante, em dez anos, aumentamos a produtividade, de 9 para 35 sacas de café por hectare, um crescimento de 400%. Com isso, a produção subiu de 1,4 milhão de sacas/ano, em 2010, para 2,3 milhões de sacas, em 2020.

Eu poderia citar muitos outros exemplos como esse, em todo o Brasil, em diversos setores que podemos acompanhar no campo e também aqui na Comissão de Agricultura do Senado, pois foi, certamente, esse trabalho de pesquisa e tecnologia da Embrapa, aliado ao trabalho de nossos agricultores, que transformou o Brasil em um dos maiores produtores mundiais de alimentos.

E quem vai nos falar, com propriedade, sobre esta história, sobre a trajetória da Embrapa até aqui e as perspectivas para o futuro, é o Diretor-Presidente da Embrapa, Dr. Celso Luiz Moretti, que já está aqui conosco.

Celso Moretti é engenheiro agrônomo, mestre e doutor em Produção Vegetal e especialista em Engenharia de Produção com ênfase em Gestão Empresarial. Pesquisador da Embrapa, desde 1994, dedica-se à gestão pública desde 2008. Como gestor, foi Chefe-Geral do Centro Nacional de Pesquisas, na pesquisa de hortaliças, aqui em Brasília, entre 2008 e 2013; Chefe do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD) da Embrapa, entre 2013 e 2017; e Diretor-Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, entre 2017 e 2019. Possui treinamento gerencial da Fundação Dom Cabral e da Escola Nacional de Administração Pública e é Professor Convidado da Universidade da Flórida desde 2006. Também é membro do Conselho Superior do Agronegócio, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e está como Presidente da Embrapa desde 2019.

Eu agradeço, mais uma vez, a sua presença aqui conosco, Presidente.

Antes de passar a palavra a V. Exa., pede-me pela ordem, aqui, o Senador Líder Zequinha Marinho.

Senador Zequinha, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Saudações ao Dr. Moretti, Presidente da Embrapa.

Quero cumprimentar a todos os que estão presencialmente aí e os que estão remotamente, como eu, aqui no Estado do Pará.

Primeiro, cumprimento a Embrapa, por esses 48 anos, e toda a sua equipe, o Presidente, que está conosco aqui, para esta reunião de audiência pública. É indiscutível o papel da Embrapa, o avanço que o Brasil teve nos últimos anos. As conquistas que alcançamos jamais poderiam acontecer não fosse uma casa tão importante quanto a Embrapa. Parabéns!

Mas, Presidente, eu solicito esta oportunidade para apresentar um requerimento solicitando audiência pública aqui na CRA, para que a gente possa debater essa ameaça de falta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de insumos, porque podem comprometer a safra 2021/2022 – fertilizantes e também herbicidas, como o glifosato e outros extremamente usados aqui no Brasil.

No Brasil, em que pese ser uma potência na produção, ainda somos dependentes da importação desses insumos que, para nós, é vital. Nós não temos, neste momento, como suprir essa grande demanda num país de dimensão continental como o nosso, com a produção que temos, e isso nos preocupa bastante. Nós da Frente Parlamentar da Agropecuária, estamos preocupados. Eu falo aqui em nome de todos os colegas, do nosso Presidente, o Deputado Sergio Souza. Todo mundo está muito atento a tudo isso.

Então, eu gostaria de, conforme já anunciado, solicitar a audiência pública, pedindo a V. Exa. que, no extrapauta, pudéssemos aprovar esse requerimento, para a gente fazer um debate rápido com o Ministério da Agricultura, com o Ministério de Minas e Energia e o seu departamento ligado à questão mineral, para a gente poder, também, pensar em que medidas o Governo pode tomar para o futuro, que investimentos a gente pode fazer.

Queremos também, depois, adicionar ao convite o Ministro das Relações Exteriores. De que forma o Brasil vai se articular com esses países que nos vendem e o porquê disso tudo? Parece que há uma combinação de dificuldades, mundo afora, com relação a esse abastecimento aqui para o nosso País.

Então, diante desses fatos, Presidente, eu apresento o requerimento e solicito a V. Exa. a aquiescência, nesta reunião, para que a gente possa convidar autoridades e Parlamentares e todo mundo, porque esse é o interesse geral do País. O agronegócio tem sustentado a nossa economia, todos nós sabemos da importância e todos nós temos que nos unir, neste momento, para lutarmos por isso, a fim de que se possa encontrar caminhos; senão, certamente, teremos um prejuízo imensurável nesta safra que já iniciou, que é a safra 2021/2022.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Senador Zequinha.

Acompanho o trabalho de V. Exa., sei da sua preocupação com relação à produção de alimentos no nosso País e parabenizo-o, cumprimento V. Exa. pela iniciativa de trazer a esta Comissão esse debate da maior importância.

O requerimento já está comigo, já está em nossa mesa e, assim que nós concluirmos a nossa audiência pública, nós o colocaremos em votação hoje ainda e, com certeza, o aprovaremos para que nós possamos fazer essa audiência o mais rápido possível, como V. Exa. muito bem colocou. É um tema da maior importância para a produção agrícola brasileira.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Vamos continuar, portanto, agora, com a palavra, pelo tempo que V. Sa. achar necessário, o Sr. Diretor-Presidente da Embrapa, Dr. Celso Luiz Moretti, já, mais uma vez, agradecendo a sua presença conosco.

E, como nós estamos num distanciamento social, Dr. Moretti, se o senhor quiser tirar a máscara, esse distanciamento nos dá uma grande garantia e é claro que é mais confortável falar sem a máscara do que com a máscara. Mas isso é possível por conta do distanciamento social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de todo o aparato que foi construído aqui na Comissão, nas Comissões, para nos dar essa garantia.

Com a palavra V. Sa.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz. Muito bom dia ao senhor, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Quero, em nome da Embrapa, em nome dos nossos 8,1 mil colaboradores, distribuídos em todo o Território brasileiro, agradecer pela oportunidade de estar aqui, com o senhor hoje e com os demais Senadores membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Nós temos, nesta Casa, no Congresso Nacional, parceiros extremamente importantes para o desenvolvimento do trabalho da Embrapa, para o desenvolvimento da agricultura brasileira, para o desenvolvimento do Brasil. Então, é sempre uma grande satisfação poder voltar aqui ao Senado, principalmente em um momento como este, para falar um pouco do trabalho que nós vimos, ao longo desses 48 anos, desenvolvendo na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que eu tenho hoje a honra de dirigir, de conduzir os caminhos.

Quero também aqui, Senador Acir Gurgacz, na sua pessoa, agradecer o apoio que o Senado e a Comissão de Agricultura vêm dando nas discussões do orçamento público, do orçamento da Embrapa. Todos os anos, nós contamos com esse apoio, com essa parceria. Então, quero aqui, publicamente, agradecer o empenho do senhor, dos demais Senadores, enfim, do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, pelo apoio, junto com o Governo. Nossa Ministra Tereza Cristina também é uma pessoa que tem grande sensibilidade para com o nosso trabalho, para termos os recursos que são necessários e suficientes para cumprir a nossa nobre missão de contribuir com o desenvolvimento sustentável e competitivo da agricultura brasileira.

Eu quero também cumprimentar os demais Senadores que participam desta audiência pública, na pessoa do Senador Zequinha Marinho, que acabou de apresentar um requerimento para uma nova audiência pública, cumprimentar os demais Senadores que acompanham esta audiência pública e dizer aqui, Senador Acir Gurgacz, que colocamos a Embrapa à disposição, caso a Presidência desta Comissão entenda como uma das instituições que poderá vir aqui discutir essa questão dos fertilizantes. Temos pesquisadores, temos técnicos que têm grande competência no tema, e entendo que vai ser mais uma audiência pública extremamente importante.

Acho que, realmente, como o Senador Zequinha Marinho disse, o nosso setor, o agro, quer dizer, o agronegócio responde por 26%, quase 27% do PIB, e nós temos uma dependência enorme da importação de fertilizantes – mais de 60% do nitrogênio, mais de 80% do fósforo e quase 100% do potássio. Para um setor tão importante, ter uma dependência dessa, realmente, é um risco que nós corremos no Brasil. Então, estaremos à disposição para participar, se assim for o desejo aqui da Comissão.

Cumprimento aqui todos os presentes na nossa audiência pública; também os colegas da Embrapa que nos acompanham aqui presencialmente – está aqui o Felipe Cardoso – e os demais colegas da Embrapa que nos acompanham virtualmente; todos que estão acompanhando pelo canal e-Cidadania. E, em nome do Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Bastos, e da engenheira agrônoma Cristina Fontes, quero cumprimentar também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os colegas da Turma Porcaria, da UFV/1990, que estão também aqui acompanhando esta audiência pública.

Bom, a nossa ideia, nesses próximos minutos, é falar sobre cinco décadas de inovação agropecuária e como o Brasil, ao longo dessas últimas cinco décadas, foi capaz de se transformar, sair de um país que era dependente da importação de alimentos para se transformar numa das maiores potências mundiais de produção de alimentos, fibras e bioenergia.

Então, eu vou percorrer aqui, durante esses próximos minutos, o motor da economia brasileira. Nós vamos falar sobre o agro como o motor da economia brasileira; vamos apresentar a agricultura movida a ciência – a agricultura brasileira é movida a ciência, e nós vamos falar como fomos capazes de transformar a agricultura brasileira por meio da ciência –; vamos falar sobre a Embrapa, como hoje estamos estruturados, como trabalhamos, quais são as unidades, quais são os temas que nós, enfim, trabalhamos na nossa empresa; na agricultura de baixo carbono, como o Brasil tem avançado de forma sistemática, Senador Acir Gurgacz, demais colegas que nos acompanham e Parlamentares, como a agricultura brasileira, além de ser competitiva e sustentável, tem contribuído para a descarbonização da economia brasileira; e, ao final, algumas perspectivas futuras.

Bom, eu digo que a agricultura, a pecuária, o agronegócio são o motor da economia brasileira hoje e amanhã. Então, nós vemos aqui que, no ano de 2021, nós devemos ultrapassar... (*Pausa.*)

Saiu do modo apresentação.

No ano de 2021, nós devemos ultrapassar o valor bruto da produção da ordem de R$1 trilhão. Pela primeira vez na história, Senador, nós vamos passar dessa marca de R$1 trilhão, e esses são números realmente que nós devemos comemorar. O Brasil, no ano de 2021, vai bater esse recorde do valor bruto da produção.

É importante dizer também que estamos aqui ainda – felizmente, espero – no fim dessa pandemia da covid-19, mas o produtor e o agro não pararam, a Embrapa não parou. Nós seguimos desenvolvendo tecnologias, o produtor seguiu produzindo. Chegaram alimentos aos supermercados, enfim, os consumidores brasileiros não tiveram problema de abastecimento. E eu entendo que ter alimento à mesa, segurança alimentar é sinônimo de paz social, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Não querendo interromper e já interrompendo – e vamos fazer uma coisa interativa, Presidente –, esse aumento em reais, até para esclarecer para as pessoas que nos acompanham, é em função da atualização do dólar ou também do aumento da produção?

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Dos dois. São duas...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Dos dois. Não é só o dólar...

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Não, nós aumentamos a nossa eficiência. Aliás, ano após ano, nós temos conseguido aumentar a produtividade, a produção por área. Mais à frente, eu vou até falar sobre o recorde mundial que nós batemos na produção de trigo. O Brasil ainda é um importador de trigo, mas batemos o recorde mundial na produção de trigo recentemente. Eu vou falar um pouquinho sobre isso. Mas existem esses dois fatores. Obviamente tem a questão do dólar, mas tem também a questão da produção. Nós estamos batendo recordes aí de produção. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que nós estamos com...

Eu vou pedir sempre para você passar, porque eu acho que não está funcionando bem aqui.

Bom, o seguinte é só para mostrar esse crescimento recorde do PIB, do agronegócio, em 2020, da ordem de 24%.

Próximo.

Para nós termos uma ideia, esses são dados compilados agora, em julho de 2021, de como é que se distribui toda essa produção agrícola brasileira. Nós estamos falando ali de mais de 252 milhões de toneladas de grãos; de 28 milhões de toneladas de carne, de proteína animal; entre frutas e hortaliças, 60 milhões de toneladas; e mais de 35 bilhões de litros de leite. A agricultura brasileira é baseada em mais de 300 espécies de cultivo. E nós enviamos 350 tipos de produtos diferentes para mais de 200 mercados em todo o planeta. Então, esses são dados agora de julho de 2021.

Próximo, por favor.

E, como o senhor bem colocou, todo esse trabalho, Senador, que foi feito, ao longo desses últimos anos, de se investir em pesquisa, em desenvolvimento, em geração de conhecimento, em geração de tecnologias possibilitou que o Brasil saísse de uma situação de insegurança alimentar e passasse a ser um grande produtor e exportador de alimentos. E, obviamente, nós, primeiro, alimentamos a nossa população e exportamos os excedentes. Essa produção em grande escala contribuiu, segundo estudos que nós desenvolvemos, para reduzir o preço da cesta básica em quase 50%, ao longo dos últimos 40 anos. Então, você reduzir o preço da cesta básica em 50% equivale a dobrar o salário mínimo no bolso do brasileiro, no bolso do trabalhador. Então, essa é uma contribuição que está aí, está posta. Quer dizer que, ao longo desses últimos 48 anos, houve quase 50% da redução de valor da cesta básica, o que possibilita que o trabalhador tenha mais recurso ali à sua mão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Ou seja, o resultado de todas as pesquisas que foram feitas pela Embrapa resultou nesse ponto, que eu diria dos mais importantes na história do País.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Diminuiu em 50% o custo da cesta básica. É evidente que não estamos falando de inflação, que é outra história, é outro momento.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Isso aí é valor presente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É o valor básico, o valor real...

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – O básico.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É o valor de produção.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Exatamente.

Então, eu sempre coloco, Senador e todos que nos acompanham aqui nesta audiência pública, que nós, como empresa pública que desenvolvemos soluções para resolver os problemas da agricultura, da pecuária e do setor florestal brasileiro, temos que ter a capacidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de demonstrar o impacto do nosso trabalho junto à sociedade. E esse aqui é um dos números que eu reputo importante.

Próximo, por favor.

Muito bem, próximo.

É, mas a situação era bem diferente há cinco décadas. Então, eu falei um pouquinho como nós estamos hoje e, agora, eu gostaria de falar o que era este País há cinco décadas, antes de nós começarmos todo este trabalho.

Próximo.

O Brasil, como vocês veem, a maior parte do território dele, está localizado no cinturão tropical do globo, que é uma das áreas mais desafiadoras para se produzirem alimentos, fibras e bioenergia. Nós não temos, aqui no Brasil, como, por exemplo, nos Estados Unidos, Canadá e Europa, um inverno rigoroso e neve, que ajudam a controlar pragas e doenças. Aqui nós temos 365 dias por ano de temperatura adequada, luz, água para o desenvolvimento das plantas, mas também para o desenvolvimento de pragas e doenças. Em função de estarmos na zona tropical, nós temos solos que sofreram, durante centenas de milhares de anos, um processo de desgaste. Então, nós temos solos pobres. Então, produzir na região tropical do globo realmente é um dos maiores desafios que nós temos no mundo.

Próximo, por favor.

Bom, esta era a situação do Brasil na década de 70: nós éramos conhecidos como produtores de café, açúcar e cacau; éramos importadores de leite dos Estados Unidos; importávamos carne da Europa. Aqueles mais experientes que estão nos acompanhando hão de se lembrar, Senador, que, em 1986, nós tivemos que importar carne da Europa. Foi o ano do desastre de Chernobyl e havia a preocupação de que estivéssemos importando carne contaminada com radiação. Então, acho que os jovens que hoje apreciam uma carne bovina nem imaginam que, há poucos anos, em 1986, nós estávamos trazendo carne da Europa. Importávamos feijão do México. O feijão que estava no nosso prato, no dia a dia, era importado do México. Só para ficar nessas três grandes cadeias.

A pobreza rural era ainda muito distribuída e é um problema ainda no Brasil. Nós temos um problema sério de pobreza rural e nós tínhamos um limitadíssimo conhecimento dos biomas que existiam no Brasil.

De lá para cá, então – próximo, por favor; próximo –, nós decidimos, em 1973, estabelecer, no Brasil, uma instituição de ciência, tecnologia e inovação dedicada 100% do seu tempo a desenvolver soluções para a resolução dos problemas da agricultura, da pecuária e do setor florestal brasileiro. O Brasil foi capaz de desenvolver um modelo de agricultura tropical sustentável e competitivo, sem paralelo em nenhum outro lugar do mundo. Não existe, Senador Acir Gurgacz, prezados que nos acompanham aqui nesta audiência pública, nenhum outro país, no cinturão tropical do globo e, quiçá, nas zonas temperadas, que produz com tanta eficiência e com tanta sustentabilidade como é o caso do Brasil.

Próximo.

E nós conseguimos isso porque, além da Embrapa, que foi criada em 1973, conseguimos estabelecer um robusto sistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação, em que nós temos as universidades: as universidades federais, as universidades estaduais e as universidades privadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um sistema estadual de pesquisa e extensão estruturado, em boa parte do Brasil. Em Minas Gerais, nós temos a Epamig; nós temos, no Espírito Santo, o Incaper, nós temos, em Santa Catarina, a Epagri; e as EMATERs em outros Estados. E nós temos um setor produtivo, temos produtores, que empreendem, que investem, que desbravam e desbravaram o Brasil nessas últimas cinco décadas, sobretudo, os gaúchos, os paranaenses e os catarinenses que foram para o Brasil e fizeram história, como a que o senhor colocou aqui, na produção de café no Estado de Rondônia. E a gente vê isso acontecendo ainda.

Quem conhece a região do Matopiba, que é uma das últimas fronteiras agrícolas do Brasil, vê ali o que está acontecendo, com produtores que investem, que empreendem e que acreditam no desenvolvimento do Brasil. Então, foi esse grande arranjo que realmente transformou a realidade da produção de alimentos, fibras e bioenergia do Brasil.

Próximo, por favor.

Bom, se eu pudesse sumarizar aqui, Senador Acir Gurgacz, o que aconteceu para que nós saíssemos daquela situação que eu disse anteriormente para agora, eu sumarizaria em três grandes pilares. A pesquisa pública feita na Embrapa, pelas universidades e pelas organizações estaduais funcionou como uma locomotiva, que veio limpando os trilhos e tirando do caminho os problemas, as dificuldades, resolvendo as questões para que o setor produtivo, os produtores, as cooperativas, enfim, as empresas viessem ali desenvolver a agricultura, a pecuária e o setor florestal brasileiro.

E, sumarizando, acho que são três grandes pilares. O primeiro, à esquerda do eslaide, foi a transformação de solos ácidos e pobres em terra fértil. Nós transformamos o Cerrado brasileiro. E há uma história bastante curiosa. Em 1972, o Norman Borlaug, que foi Prêmio Nobel da Paz em 1970, um agrônomo americano, que, inclusive, foi um dos pais da Revolução Verde, esteve aqui no Cerrado, olhou, em 1972, aquela situação e falou: "Olha, desistam. Vocês não vão conseguir produzir nada aqui, solo pobre, solo ácido, teor de alumínio muito elevado, essas plantas retorcidas, falta d'água... Vocês não vão conseguir". Em 2002, ele voltou ao Estado do Paraná, na região de Londrina, e conheceu a pujança do agro brasileiro, conheceu a pujança da produção brasileira e falou: "Felizmente, para vocês e para o mundo, eu estava errado". Ele fez esse mea-culpa. Então, houve essa transformação dos solos ácidos e pobres, sobretudo, aqui no Cerrado. Nós estamos aqui em Brasília, no Cerrado, são 204 milhões de hectares. O Cerrado hoje responde por 50% da produção de cana, quase 60% da produção de bovinos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – No Cerrado de Mato Grosso, também foi a mesma coisa. Era um areião puro, nem tinha árvore. Eu lembro que nós passávamos, de Cuiabá para Rondônia e, no meio dessas áreas, era areião puro. Na chuva, era um problema porque atolava os carros, por causa da lama; na seca, atolava por causa da areia. E aquilo ninguém imaginava que hoje seria um dos maiores produtores de soja que nós temos no nosso País, graças a pesquisas evidentemente.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Exatamente, Senador.

O Estado do Mato Grosso, salvo engano, responde por quase 30% da produção de soja no Brasil e 10% da produção de soja no mundo, para se ver a potência, o que a tecnologia, o que o empreendedorismo trouxe para aquela região.

O segundo pilar, à direita, na parte superior, foi a capacidade de tropicalizar plantas e animais. Nós tropicalizamos a soja. A soja é uma planta originária da China, da região da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manchúria. Nas décadas de 40, 50, foi levada para os Estados Unidos; na década de 60, foi trazida para o sul do Brasil, começou a ser introduzida ali pelos gaúchos. E, com tecnologia, com melhoramento genético, com adaptação, hoje nós produzimos soja até acima da Linha do Equador. Quem conhece o lavrado de Roraima... Quem está nos acompanhando nesta audiência pública e está aí em Roraima conhece o lavrado. Inclusive, os materiais da Embrapa, da genética Embrapa vão muito bem no lavrado de Roraima.

Fizemos isso com as pastagens. Trouxemos pastagens da África, diferentes tipos de pastagens, de capins, braquiária e outros da África e adaptamos para o Brasil nas diferentes regiões produtoras. E hoje nós temos, no Brasil, 170 milhões de hectares de pastagens plantadas ou nativas, 110 milhões aproximadamente plantadas. Tropicalizamos também bovinos da raça europeia e da raça indiana. Adaptamos esses animais aqui ao Brasil. Desenvolvemos um híbrido, que é o girolando, uma mistura do gado gir e do gado holandês. Enfim, estamos agora fazendo, como vocês vão ver a seguir, a tropicalização do trigo.

E, por último, na parte inferior, nós adaptamos e desenvolvemos uma plataforma de produção sustentável com fixação biológica de nitrogênio, integração lavoura, pecuária, floresta, controle biológico, tratamento de dejetos e sistema de plantio direto, entre outras tecnologias.

Próximo, por favor.

Esse eslaide mostra, principalmente, no mapa do Brasil, à direita, o que está acontecendo com o trigo. Nós estamos trazendo o trigo do sul do Brasil. O Brasil ainda importa trigo. Nós temos uma demanda anual de algo em torno de 11 milhões, 11,5 milhões de toneladas de trigo, e só conseguimos produzir 5,5 milhões, 6 milhões, ou seja, quase 50% do trigo consumido no Brasil é importado. Mas, por meio da tecnologia, por meio do melhoramento genético, por meio da adaptação de cultivo, nós estamos trazendo o trigo para o Cerrado. Então, como vocês veem ali, nós já temos trigo no Cerrado goiano, no Cerrado mineiro; aqui no Entorno do Distrito Federal, há produtores de trigo. Nós vamos falar um pouquinho mais sobre isso, sobre essa evolução.

Próximo, por favor. Pode clicar até o final agora.

Então, sumarizando o que aconteceu em cinco décadas, nós incrementamos a produção em mais de 500% e aumentamos apenas em duas vezes ou 100% a área plantada, ou seja, o nome do jogo aqui é tecnologia. Nós aumentamos a produção de trigo e milho em mais de 200%, a produção de arroz em mais de 300%. O rebanho bovino dobrou o plantel com redução da área de pastagens.

A cafeicultura, nesses últimos 25 anos, triplicou a sua produtividade. Hoje temos produtores que colhem mais de 40 sacas por hectare. E um número realmente salta aos olhos: nos últimos 40 anos, nós aumentamos a produção de frango em mais de 65 vezes. Saímos de 200 mil toneladas/ano para algo em torno de 13 milhões de toneladas de carne de frango. Foram ganhos de produtividade e, como eu vou mostrar a seguir, com sustentabilidade.

Próximo, por favor.

Vou falar um pouco da nossa Embrapa.

A Embrapa é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. São 8,1 mil colaboradores e 2,2 mil pesquisadores distribuídos em 43 centros de pesquisa em todo o Território nacional: de 4 graus de latitude norte, em Boa Vista, já no hemisfério norte, onde temos a Embrapa Roraima; até 32,4 graus de latitude sul, lá em Pelotas, no Rio Grande do Sul, a Embrapa Clima Temperado; no extremo oeste do Brasil, a Embrapa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acre, em Rio Branco; no extremo leste do Brasil, a Embrapa Algodão, em Campina Grande. São 43 centros de pesquisa.

Nós temos 34 portfólios de pesquisa trabalhando com todos os temas de grande importância e relevância para o agro brasileiro: grãos, café, cana-de-açúcar, laranja, fruticultura tropical, fruticultura irrigada, gado de leite, gado de corte, enfim, todo esse espectro da produção de alimentos. Temos uma plataforma de cooperação científica nos Estados Unidos. Então, temos um laboratório nos Estados Unidos, para trabalhar junto com os americanos no desenvolvimento da fronteira do conhecimento, e também na Europa, em Montpellier, na França, para trabalhar junto com as instituições europeias, e cooperação técnica na África e na América Latina.

Próximo, por favor.

Aqui uma das nossas unidades, a Embrapa Agrossilvipastoril, que fica em Sinop, no Mato Grosso, que é, como mencionamos aqui com o Senador, uma das regiões que vêm se desenvolvendo na produção de soja e de outros grãos. E, nos sistemas integrados lavoura, pecuária e floresta, temos uma unidade nossa que tem se dedicado muito a essa área.

Próximo.

A nossa unidade que fica aqui no Distrito Federal, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia –próximo, por favor –, é onde está colocado o maior acervo de recursos genéticos do Brasil, que é o Banco Genético da Embrapa, que eu costumo dizer, Senador, que é a arca de Noé da sociedade brasileira. É uma estrutura que guarda mais de 120 mil acessos de plantas e animais e é uma estrutura de segurança nacional, Senador, porque é ali que nós temos cópia de toda a coleção genética de soja, de trigo, de arroz, nós temos a cópia genética do banco genético de soja dos Estados Unidos, a cópia do banco genético de arroz dos Estados Unidos.

Se, porventura – Deus nos livre! –, tivermos uma praga, uma doença que venha a causar grande prejuízo à agricultura brasileira e não tivermos nenhum fungicida, nenhum inseticida, nenhum medicamento veterinário que possa cuidar dessa praga, é ali naquele banco genético que o Brasil vai buscar variabilidade para enfrentar esse problema. Então, é uma estrutura do Estado brasileiro que tem que ficar na mão do Estado brasileiro, porque é uma questão de segurança alimentar. E, como eu disse, segurança alimentar é sinônimo de paz social.

Então, Senador, eu gostaria aqui, inclusive, de estender o convite ao senhor e a todos os membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para fazer uma visita. Fica aqui em Brasília e é uma estrutura fantástica, que vale a pena visitar. Gostaria de tê-los lá.

Próximo, por favor.

Bom, aqui, como eu disse, são os portfólios de pesquisa da Embrapa.

Próximo, por favor.

A Embrapa faz entregas. O nosso negócio na Embrapa é resolver problemas da agricultura brasileira. Então, uma mensagem que eu dou diariamente para os nossos pesquisadores: nós temos que conhecer os problemas da agricultura brasileira, traduzir esses problemas em projetos de pesquisa, e a saída do projeto de pesquisa tem que ser uma solução para resolver o problema. Então, o nosso trabalho não acaba na publicação de um artigo, não acaba na orientação de um estudante de mestrado e doutorado; ele finaliza quando uma solução para um problema foi desenvolvida e é colocada na mão do produtor, é colocada no sistema produtivo.

Eu cito aqui cinco grandes entregas que nós fizemos recentemente.

A primeira, no canto superior esquerdo, é a Carne Carbono Neutro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este ano é ano de COP 26, lá em Glasgow, agora em novembro. O mundo todo tem falado muito sobre a questão da sustentabilidade, da descarbonização – mais à frente eu vou falar isso – das economias. Os países e as empresas têm feito o seu compromisso de descarbonizar. E, se há um setor da economia num país que pode fazer isso, é o agro no Brasil. Nós estamos prontos para avançar, e prova disso é que, no ano passado, nós disponibilizamos, junto com uma grande empresa do setor de proteína animal, a Carne Carbono Neutro. Hoje você já vai aos supermercados do Brasil e compra essa carne, que é produzida no sistema de integração lavoura-pecuária-floresta. O metano, que é o "arrotozinho" ali dos bois, é neutralizado pelo componente florestal e pela lavoura, que está no mesmo ambiente. E nós já fizemos os cálculos. Para cada boi que nós temos nesse sistema, nós precisamos de 20 árvores plantadas para ter o desenvolvimento da Carne Carbono Neutro.

Estamos avançando em outros produtos de outras cadeias, que vou falar mais à frente.

Uma segunda entrega é esse bioinsumo BiomaPhos. Ainda no começo, o Senador Zequinha Marinho trouxe a demanda para discutirmos fertilizantes. A Embrapa, ao longo dessas últimas cinco décadas, vem se preocupando com a questão da nossa dependência de fertilizantes, Senador Acir Gurgacz, e esse bioinsumo foi desenvolvido e foi colocado no mercado em 2019. E aqui é importante dizer que a Embrapa é uma empresa pública que coopera com o setor privado. Nós temos contratos de cooperação com todas as grandes empresas nacionais e multinacionais. E esse bioinsumo é fruto de um trabalho de 17 anos. São duas bactérias: uma que atua no solo e outra que atua na planta. E ele libera o fósforo que está preso no solo para as plantas. O fósforo – não sei se todos aqueles que nos acompanham sabem – é um nutriente que a planta precisa em grande quantidade e tem baixíssima mobilidade no solo. Então, todo ano, o produtor precisa colocar fósforo nos solos.

O Brasil tem hoje uma poupança de algo em torno de US$40 bilhões de fósforo. Então, nós temos que achar maneiras de mobilizar, porque o fósforo é importado – como eu disse, mais de 80% são importados. E esse bioinsumo vem, então, ajudar o produtor nessa mobilização do fósforo que está preso no solo.

Na safra 2019/2020, foram 300 mil hectares, principalmente de milho plantado com esse bioinsumo; na safra 2020/2021, 1,5 milhão; e agora, na safra 2021/2022, a nossa estimativa é que chegue aí a quase 3,5 milhões de hectares, o que dá 5% da área por produção de grãos. Nós estamos falando de 70 milhões de hectares em primeira e segunda safra plantados com esse bioinsumo.

Nós temos também – e é para avançar aqui – a plataforma digital chamada PronaSolos. O Brasil, por incrível que pareça, conhece em detalhes apenas 5% dos seus solos. Os americanos, desde a década de 60, conhecem quase 80% dos solos deles no detalhe, o que permite, inclusive, estabelecer políticas públicas não só para a área da agricultura, mas para outras áreas, de mineração, de defesa, para o próprio desenvolvimento da economia de outros setores. E agora, recentemente, a Embrapa, em trabalho coordenado pelo Ministério da Agricultura, vem conduzindo o projeto PronaSolos, em que nós vamos mapear os solos do Brasil.

Então, imagine, Senador Acir Gurgacz: conhecendo apenas 5% dos nossos solos, nós já somos um dos maiores produtores de alimentos, fibras e bioenergia; imagine, quando nós conhecermos 50% dos nossos solos, o que nós vamos fazer. É por isso que eu sou um grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

otimista – sou realista, mas sou otimista – em relação ao futuro da agricultura, em relação ao futuro do nosso Brasil.

Trigo nos cerrados. Como eu disse, nós tropicalizamos o trigo, trouxemos o trigo para o Cerrado.

Próximo, por favor.

O Brasil ainda importa trigo.

Pode passar, por favor.

O trigo vem se expandindo no Cerrado.

Próximo, por favor.

Aqui há duas matérias – uma do *Correio Braziliense* e uma do jornal *O Estado de S. Paulo* – falando sobre a expansão e a possibilidade da autossuficiência do trigo no Brasil.

Próximo.

E aqui, nessa matéria de duas semanas atrás, o produtor Paulo Bonato, que é um produtor aqui de Cristalina, Goiás, plantando o material da Embrapa, o BRS 264, bateu o recorde mundial de produtividade de trigo – mundial: 9.630kg/ha de trigo num ciclo de 119 dias. Isso equivale a 80,9kg/ha/dia. Então, imagina: você vai, num dia, e há lá uma determinada produtividade; no dia seguinte, aumenta mais 80kg; no dia seguinte, mais 80kg. Então, 9.630kg. Esse é um material genético da Embrapa, o que mostra que o Brasil tem totais condições de se tornar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Trigo irrigado.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Trigo irrigado.

No Brasil, nós já mapeamos áreas do Cerrado, áreas consolidadas – eu acho que é importante colocar isso. Nós não vamos derrubar Cerrado para produzir o trigo. São áreas consolidadas. O Brasil tem mais 2 milhões de hectares para produzir trigo no Cerrado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É importante que se diga que são já áreas consolidadas. Não haverá transformações – hoje não se pode falar em desmatamento, Senador Jayme; é transformação. Não há necessidade de fazer transformações em áreas para que a gente possa aumentar a produtividade, além de termos muitas áreas degradadas, como no caso do Estado de Rondônia, onde nós temos muitas áreas degradadas que precisam melhorar o solo para que se volte a produzir nesta média que se produz no País.

Estamos precisando e aguardando a regularização fundiária para que essas pessoas possam ter legitimidade, garantia jurídica para investir na sua terra, ter crédito, ter acesso a toda essa tecnologia.

Cumprimento V. Sa. por essa explanação, chegando a este ponto de nós termos a maior produtividade mundial do trigo aqui no nosso País.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Muito bem.

Próximo.

Aqui também, este ano, nós lançamos vários produtos. Eu trouxe aqui cinco exemplos, mas eu vou falar sobre o bioinsumo Auras.

A gente sabe que hoje nós vivemos uma das piores secas da história. Temos regiões no Brasil, como o Semiárido, que têm baixíssima disponibilidade de água. E os nossos pesquisadores, observando o mandacaru, que é uma planta típica da Caatinga... Quem já ouviu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a música O Xote das Meninas, do Gonzagão, que fala do mandacaru, conhece essa planta. Os nossos pesquisadores, olhando e estudando o mandacaru, observaram que, nas raízes do mandacaru, existiam bactérias que ajudavam o mandacaru a passar pelos períodos de maior seca. Nós isolamos aquelas bactérias, desenvolvemos um bioinsumo e o colocamos, este ano, no mercado, junto com o setor privado, de tal forma que foi testado já em áreas de milho safrinha. Nós estamos colhendo os resultados agora. E os primeiros resultados que nós tivemos são que aquelas plantas que receberam esse bioinsumo conseguiram atravessar com melhor qualidade e maior produtividade esse período de seca. Então, é um bioinsumo que vai, realmente, ajudar o produtor brasileiro, principalmente aquele produtor que vive em áreas secas, a atravessar esses momentos de dificuldade, Senador.

Próximo, por favor.

Muito bem.

Próximo.

Como eu disse, como empresa pública, que recebe subvenção do Tesouro, nós precisamos demonstrar para a sociedade o que fazemos com o recurso que recebemos na Embrapa. E aqui eu apresento o nosso balanço social, que é um estudo que nós fazemos todos os anos. Mostramos que, no ano de 2020, para cada real que foi aplicado na Embrapa nós devolvemos para a sociedade R$17,77, por meio de tecnologia, por meio de conhecimento, por meio de impacto.

Esse trabalho, Senador Acir Gurgacz, demais Senadores e todos os que nos acompanham aqui pelo e-Cidadania, é um trabalho científico, com base científica sólida, que foi inclusive já premiado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que é um trabalho de monitoramento dos impactos que nós fazemos há 24 anos. Então, há 24 anos que nós monitoramos um conjunto de 220 tecnologias e 170 cultivares e calculamos o benefício que isso gera para o setor.

Só para o senhor ter uma ideia, somente a fixação biológica de nitrogênio, no ano passado, que é utilizada em 36 milhões, quase 37 milhões de hectares de soja; somente a fixação biológica de nitrogênio trouxe uma economia para o produtor brasileiro da ordem de R$28 bilhões – R$28 bilhões –, quer dizer, é a quantidade de nitrogênio que nós não importamos, porque são bactérias que estão ali na raiz da soja que capturam o nitrogênio da atmosfera e entregam para a planta. Então, esse é um estudo que nós fazemos anualmente, que mostra o impacto do trabalho da Embrapa.

Próximo, por favor.

Vou falar um pouco sobre a questão das mudanças climáticas, da COP26 e da agricultura de baixo carbono, que também é um tema extremamente atual e em que nós temos avançado fortemente.

Próximo.

Bom, pode passar.

Laurence Fink é o gestor de um fundo chamado BlackRock, e ele coloca o seguinte: risco climático é risco de investimento, e "não existe nenhum negócio, nenhum setor da economia que não será afetado pelas mudanças do clima até 2050". Então, é muito importante que os países, as empresas e, no nosso caso, o agro estejam muito conectados à necessidade de descarbonização, de redução da emissão de gases de efeito estufa. E, como eu disse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anteriormente, o agro brasileiro está preparado para isso, nós temos tecnologia, nós temos conhecimento para apoiar esse compromisso que as nações, que os países têm feito de descarbonizar.

Próximo, por favor.

Nós recebemos, aqui em Brasília, agora no mês de agosto, o Presidente da COP26, que é o britânico Alok Sharma, e o levamos para conhecer o Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta aqui na Embrapa Cerrados. E este eslaide aqui é bastante emblemático, Senador Acir Gurgacz, porque tanto ele quanto o Embaixador do Reino Unido ficaram impressionadíssimos com o que nós estamos fazendo, aqui no Brasil, do ponto de vista de produzir alimento, de produzir proteína, de produzir fibras e bioenergia de forma sustentável e sequestrando, ainda, gases de efeito estufa da atmosfera.

Muitas vezes, nós vemos, por desinformação, tanto do público urbano quanto do internacional, o Brasil ser criticado. Obviamente, temos problemas que precisam ser resolvidos, mas os nossos produtores que adotam a melhor tecnologia fazem uma produção sustentável. E esta é uma prova do que foi mostrado nessa visita. Então, acho que nós precisamos mostrar, não só para o público urbano, para o brasileiro, mas nós temos que mostrar lá fora a qualidade do trabalho que é feito aqui.

Próximo.

Nós temos o Plano Agricultura de Baixo Carbono, onde a Embrapa trabalha de forma muito forte. Esta é uma foto, para quem não conhece, do plantio direto. É uma tecnologia de plantio sobre a palha, que protege o solo, incorpora carbono e economiza água.

Próximo, por favor.

Aqui, a fixação biológica de nitrogênio. Como eu disse, essas bolinhas aí na raiz da soja são as bactérias, os rizóbios, que fixam o nitrogênio da atmosfera. E, como eu disse, além de economizar R$28 bilhões no ano passado, por utilizar uma fonte biológica, nós deixamos de emitir 100 milhões de toneladas de CO_2 equivalentes na atmosfera. Então, quer dizer, nós contribuímos, para as NDCs, para as Contribuições Nacionalmente Determinadas do Brasil, e economizamos recursos para a nossa sociedade.

Próximo.

Como o Senador bem colocou, o Brasil pode produzir e pode aumentar a produção de alimentos, fibras e bioenergia incorporando pastagens degradadas, Senador.

O Brasil tem algo em torno de 90 milhões de hectares com pastagens com algum grau de degradação. Então veja, nós temos 70 milhões de hectares, que hoje são produzidos em primeira e segunda safra, e temos 90 milhões de hectares de pastagens degradadas e, com tecnologia, nós estamos incorporando essas pastagens ao sistema produtivo, à nossa matriz produtiva, em áreas degradadas.

Então, o mundo precisa saber que o Brasil pode dobrar a sua produção de alimentos sem cortar uma árvore. Sem entrar na Floresta Amazônica, na Mata Atlântica, nós podemos dobrar a produção de alimentos e eu não estou falando ainda em aumento de eficiência, eu estou apenas falando em incorporação de áreas degradadas. E essa foto aqui mostra um pasto degradado e, depois, o pasto recuperado.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos avançando em toda essa questão da pecuária e dos sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta. Então, o Brasil hoje tem mais de 17 milhões de hectares em sistemas de ILPF.

Próximo.

E acho que essa foto aqui é belíssima e mostra o que é o ILPF. Nós temos aí 17 milhões de hectares, 80%, obviamente, ainda é integração lavoura-pecuária, mas nós temos 15 a 20% de lavoura, pecuária e floresta, onde, na mesma área, você tem a produção de milho, você pode ter a produção de soja, depois você entra com a pastagem, você entra com o boi e você tem ali o seu componente florestal. Isso, além de dar uma maior sustentabilidade para o produtor, porque ele não depende de apenas uma cadeia, traz conforto para os animais, porque tem sombra e quem já visitou uma propriedade dessa vê os animais ali embaixo, nas sombras das árvores, e possibilita a produção da carne carbono neutro. Estamos avançando agora no leite de baixo carbono, o leite carbono neutro e o café de baixo carbono. Brevemente vai chegar às gôndolas.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – O senhor acha que nós vamos ter, lá na frente, um preço diferenciado por essa produção? Porque diminui a produtividade na carne com esse sistema. Haverá de ter uma compensação.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Sem dúvida, Senador, e, na verdade, já existe. Existe uma grande marca de proteína animal no Brasil que está colocando isso no mercado nacional e internacional com um preço diferenciado. Então, é um produto que é destinado para aquelas pessoas que não querem deixar de comer a sua picanha, mas querem comer uma picanha que tem carbono com a emissão dos gases de efeito estufa neutralizado. Então, com certeza, é um preço diferenciado, que obviamente também ajuda a agregação de valor para a própria produção.

Próximo, por favor.

Estamos chegando já aqui ao fim. Aqui é só o crescimento da produção do ILPF no Brasil. A ideia é de que até 2030 cheguemos a 30 milhões de hectares neste sistema.

Próximo, por favor.

A descarbonização está na agenda da Embrapa. É um trabalho que, desde a década de 90, nós viemos trabalhando com essa descarbonização.

Próximo, por favor.

A Embrapa tem uma tradição também, desde a década de 90, de estabelecer seu planejamento estratégico, estabelecer métrica, estabelecer metas para o seu planejamento estratégico. Então, o nosso Plano Diretor, lançado ano passado, colocou um compromisso da Embrapa junto com o setor produtivo de, até 2025, aumentar em dez milhões de hectares os sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e em um milhão de hectares das florestas plantadas, por meio da tecnologia, por meio da parceria com o setor produtivo.

Próximo.

Bom, essa aqui é a carbono neutro, que eu já havia mencionado anteriormente.

Próximo.

Aqui é a soja de baixo carbono. Então, a soja brasileira utiliza plantio direto, e, como vocês viram anteriormente, é uma tecnologia que aprisiona carbono no solo. Um terço do carbono da nossa atmosfera está aprisionado nos solos e isso foi outra coisa interessante. Quando eu falei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso para o Presidente da COP-26, ele disse que não sabia que os solos aprisionavam carbono. Então, para vocês verem, Senador Acir Gurgacz, Senadores participantes aqui desta audiência pública e todos que nos acompanham no e-Cidadania, como nós precisamos comunicar, comunicar e comunicar, para o Brasil e para o mundo, esse trabalho de excelência da tecnologia agropecuária brasileira. Quer dizer, um terço do carbono da atmosfera, Senador, está aprisionado nos solos brasileiros. É por isso que o plantio direto é uma fantástica revolução na forma de preparo de solo. Quando eu estudei Agronomia, na década de 80, o professor ensinava que a gente tinha que passar o arado e depois passar duas vezes a grade para quebrar os torrões. Só que aquilo liberava o carbono que estava ali aprisionado. E aí, na década de 90, veio o plantio direto.

A soja brasileira. Este ano nós iniciamos o Programa Soja de Baixo Carbono, porque há plantio direto, porque há fixação biológica de nitrogênio, porque há controle biológico, entre outras coisas. Então, logo, logo a soja brasileira vai estar com esse selo de soja de baixo carbono, e isso, com certeza, vai dar mais competitividade ainda para a soja brasileira.

Próximo.

O leite de baixo carbono, o leite carbono neutro. Nós já estamos em parceria com uma grande empresa de laticínios desenvolvendo esse leite. E a ideia também, Senador, é na mesma linha de esse leite ter um preço diferenciado para chegar na gôndola do consumidor brasileiro. Então, é um leite que vai ser produzido em condições em que toda a produção de carbono para se obter aquele leite vai ser mitigada por uma série de outras tecnologias ali em desenvolvimento.

Próximo, por favor.

Bom, então, além da soja, do leite e da carne, nós temos aí o café de baixo carbono. Nós já temos os primeiros resultados. Nós fizemos consórcio de Brachiaria com café e medimos a produção, o balanço de carbono, e vimos já que a produção de carbono desse sistema de café integrado com Brachiaria é menor, então, nós já estamos reduzindo a pegada de carbono do café brasileiro.

Algodão. Nós já iniciamos junto com a Abrapa (Associação Brasileira dos Produtores de Algodão). Os americanos e os australianos já estão trabalhando com o algodão de baixo carbono ou carbono neutro, e nós competimos, são competidores nossos que vão colocar ali no Sudeste Asiático esse algodão. Então, é importante que avancemos.

O couro carbono neutro é outro processo e bezerros de baixo carbono. Então, a adoção de tecnologias vai permitir a redução de gases de efeito estufa no desenvolvimento de novos produtos e novas oportunidades de financiamentos e benefícios para a agenda ESG. A agenda ESG, hoje o mundo todo está falando nessas três letrinhas que são sustentabilidade ambiental, social e governança corporativa. Existem fundos hoje que estão financiando projetos que têm o selo ESG, e a Embrapa vem trabalhando para contribuir com todo esse processo.

Próximo.

Chegando ao fim aqui, algumas perspectivas futuras.

Próximo.

Bom, aqui os cenários para 2030. Nós vamos ter quase 8,5 bilhões de pessoas, quer dizer, a população vai crescer em todo o mundo, com exceção da Europa, que é o único continente que aparentemente está estagnado ou até vai diminuir.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ter aumento populacional, aumento de urbanização, aumento de renda, aumento de longevidade e mudança de padrões de consumo. Esse é o cenário que está nos esperando e obviamente, em função disso, nós vamos ter aumento de demanda por alimentos, demanda por energia e demanda por água. E eu não tenho dúvidas de que o Brasil, tendo em vista a sua capacidade de produzir alimentos, fibras e bioenergia, a tecnologia existente para produzir com menor uso de energia, menor uso de água, vai, cada vez mais, ocupar um espaço mais central nessa arena global da segurança alimentar, Senador Acir Gurgacz e demais que nos acompanham.

Pode passar até o fim. Eu coloco aqui alguns pontos que nós vamos perseguir daqui até 2030.

Tecnologias com foco em sustentabilidade em todas as suas vertentes. Então, a sustentabilidade está no centro da nossa agenda e vai seguir dentro dessa agenda.

Agricultura de baixo carbono e mitigação de mudanças climáticas. Essa é outra agenda que o agro brasileiro e a Embrapa seguirão trabalhando e perseguindo.

Intensificação sustentável, os sistemas integrados, a integração lavoura, pecuária e floresta vão seguir crescendo, nós vamos avançar no desenvolvimento de tecnologias.

Bioinsumos, biofertilizantes, biopesticidas. Nós falamos mais uma vez aqui nesse problema hoje do custo dos fertilizantes, da dependência do Brasil, da importação de fertilizantes, do desenvolvimento de biofertilizantes, de bioinsumos, de biopesticidas. O Brasil é o País que tem a maior biodiversidade do mundo. Então, nós temos a bioeconomia, que pode nos ajudar a desenvolver soluções para resolver problemas não só na área da agricultura...

Para o senhor ter uma ideia, Senador Acir Gurgacz e demais que nos acompanham, ano passado nós fizemos uma expedição – na verdade, em 2019 –, uma expedição em 7 mil quilômetros de rios da Bacia Amazônica. Coletamos micro-organismos do leito dos rios, levamos para o laboratório, isolamos e identificamos uma série de micro-organismos que produzem diferentes enzimas que podem ser utilizadas na indústria têxtil, na indústria farmacêutica, na indústria de alimentos, dentre outras. Então, vejam a riqueza do que está ali, do que está na natureza e o que nós podemos fazer nessa transformação da bioeconomia da Amazônia no desenvolvimento e na exploração sustentável da floresta em pé. Nós não precisamos derrubar uma árvore sequer para dar desenvolvimento, para dar dignidade, para dar geração de renda, geração de emprego naquela região. A bioeconomia é uma dessas saídas e nós temos hoje, na Região Amazônica, 9 centros de pesquisa da Embrapa, 1,3 mil colaboradores e 90 laboratórios na Amazônia brasileira, inclusive em Rondônia.

Tecnologias voltadas à defesa agropecuária. Existem 400 pragas que estão batendo à porta do Brasil, para entrar no Brasil. Existem pragas que são chave para algumas culturas. A nossa Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério, o nosso sistema Vigiagro tem feito vigilância da nossa fronteira. O Brasil tem uma fronteira seca grande com outros países na América do Sul, e é muito importante que nós estejamos preparados, não é? A Embrapa tem um programa de melhoramento genético preventivo. O que é isso? Nós desenvolvemos materiais resistentes a doenças que ainda não chegaram ao Brasil mas que estão batendo à nossa porta. Nós acabamos de desenvolver um feijão que é resistente a uma doença chamada fogo selvagem do feijoeiro, e é uma doença bacteriana que já está aqui na Colômbia e na Venezuela. Quer dizer, imagine se essa doença dá do lado de cá, imagine se essa doença entra no Brasil, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode acontecer com a produção de feijão? E isso impacta no preço da cesta básica, impacta, enfim, em todo o agro brasileiro. Estamos fazendo a mesma coisa com o arroz: uma doença que está no sudeste asiático, uma doença bacteriana que não chegou ao Brasil ainda. Então, é a questão de defesa agropecuária e de desenvolvimento de saídas.

O uso de tecnologia de edição genômica para adaptação climática e resistência a pragas e doenças, são essas tesouras biotecnológicas. Nós vamos editar o genoma para dar resistência a pragas e doenças.

E por último, a agricultura digital e *big data*.

Nós estamos avançando a passos largos no uso de *drones*, de sensores, de internet das coisas, de visão computacional, de simulação computacional, mas o Brasil precisa, Senador Acir Gurgacz, avançar a passos largos na conectividade. Apenas 30% das nossas propriedades, segundo o último dado do IBGE, têm conectividade, e não adianta nós desenvolvermos tecnologia se não existe conectividade no campo.

O próximo, por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pelar ordem.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Por gentileza, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para interpelar.) – V. Exa. me permite fazer uma pequena intervenção ao nosso querido Presidente da Embrapa, o Dr. Celso?

Só acompanhando essa linha de raciocínio do senhor em relação a essas possíveis pragas que estão aqui batendo às nossas portas, eu quero fazer uma indagação ao senhor. O Ministério da Agricultura mudou a época de plantar soja em determinadas situações. Por exemplo, lá em Mato Grosso estavam querendo fazer duas safras de soja: plantavam uma, colhiam, e, de imediato, um grupo de produtores queria plantar a segunda safra. Resumindo aqui: era uma safra extemporânea, não é? Nós sabemos que tem que haver o vazio sanitário. Pode plantar soja, plantar milho, e depois haver um período do vazio sanitário. Qual é a opinião da Embrapa em relação a esse assunto? – que, inclusive, está sendo discutido esta semana aqui na Secretaria do Ministério da Agricultura. Qual a opinião de V. Exa., como Presidente da Embrapa, em relação a essa minha indagação?

O SR. CELSO LUIZ MORETTI (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, Senador.

Nós nos manifestamos... Aliás, nós vimos acompanhando esse assunto há três anos, discutindo com lideranças, com produtores, com associações de produtores, com cooperativas, com o próprio ministério, e a Embrapa já se manifestou. Inclusive a nossa posição está colocada ali na página da Embrapa com um esclarecimento oficial de que nós somos contrário ao tamanho dessa janela enorme que está sendo colocada para alguns locais – especificamente no Mato Grosso, nós nos manifestamos contrários ao plantio em fevereiro.

Para controlar a grande doença que é o grande problema da soja, que é a ferrugem, você tem algumas estratégias, não é? Ou você desenvolve a genética e dá um material resistente, o que nós não temos ainda; ou você desenvolve moléculas para controlar o fungo que causa a ferrugem – e as moléculas têm mostrado que têm reduzido cada vez mais a sua eficiência; nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos em 70% –, que são duas estratégias. E a terceira estratégia é o escape. No escape, você reduz a janela de plantio, faz o vazio e faz o calendário. O ministério está colocando uma portaria no sentido de que cada Estado vai ter essa oportunidade. Alguns Estados já definiram, e a discussão continua ainda sendo travada no Mato Grosso.

Eu digo sempre, Senador, que a posição da Embrapa é sempre balizada pela ciência. A ciência é a nossa baliza. Podem não concordar, podem não gostar, mas a ciência é a nossa baliza...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Deixe-me fazer um pequeno aparte a V. Exa.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O senhor sabia que há um pequeno grupo lá – V. Exa. tem conhecimento – que já está fazendo, de forma extemporânea, esse plantio.

O que me causa preocupação é que nós temos a ferrugem, que já é conhecida na praça, mas, na medida em que acontecerem essa planta extemporânea, ela pode atrair outras pragas, certamente, e isso vai trazer um prejuízo enorme. O Ministério da Agricultura estava nessa possibilidade de dar a autoridade para cada Estado fazer essa definição.

Particularmente, eu acho que, como o senhor disse que já fez manifestação em relação a essa matéria, teria de ser feita de forma mais contundente, porque isso pode causar um prejuízo imensurável que nós não sabemos o tamanho do rumo que vai dar no futuro... Vamos imaginar que você a plante no Mato Grosso e surja uma nova praga... Ela não vai ficar só no Mato Grosso, porque aqui é muito mais fácil. Nós estamos preocupados com a Colômbia, sei lá com quantos países aqui na América do Sul, que fazem divisa com o Brasil... Imagine aqui no próprio território brasileiro!

Então, acho que o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, tem que ser mais duro nessa situação. Não podemos transformar isso, em hipótese alguma – vamos imaginar aqui –, quase num instrumento político... Está saindo da ciência, da técnica, isso nos traz muita preocupação e a preocupação é da maioria absoluta, porque é um pequeno grupo, com todo respeito e admiração que eu tenho, mas nós não podemos dar um prejuízo que poderá eventualmente, num futuro bem breve... Não há nada na ciência, comprovadamente, que permita fazer essas duas safras, não é isso? Uma, e, depois, a segunda, de forma extemporânea.

Estou fazendo isso aqui... E a Embrapa, como órgão respeitado, um órgão que certamente todos os brasileiros admiram... Particularmente, eu tenho a maior admiração pela Embrapa e inclusive sempre estou colaborando com uma emendazinha lá para a nossa Sinop... Já esteve conosco o diretor do *campus* lá e falei para ele contar comigo aqui, porque eu sei o serviço que ela presta na elaboração, antevendo já o futuro e o que poderá acontecer.

Então, eu acho que tinha de haver uma intervenção mais dura e não aceitar, não. Isso que estão fazendo nesse negócio lá é um verdadeiro caça-níqueis – é bom que se esclareça aqui – para encher o bolso de uma meia dúzia e, daqui a pouco, prejudicar 99% de quem está produzindo. Essa é a minha intervenção, a título de colaboração, mostrando a minha preocupação e a de milhares de produtores rurais daquele Estado.

V. Exa. tem autoridade suficiente, como Presidente desse órgão de pesquisa que é a Embrapa, para certamente levar, de forma mais contundente, essa opinião da maioria absoluta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos produtores junto ao Ministério da Agricultura, lá na Secretaria de Defesa, que é o órgão competente e responsável na atuação, naturalmente, naquelas políticas que certamente não são corretas e não correspondem à ciência que nós estamos defendendo todos os dias.

Muito obrigado.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Obrigado, Senador.

Então, aqui finalizando, eu sempre gosto de citar essa frase do nosso fundador, o decano, Dr. Eliseu Alves, que aos 90 anos ainda continua muito ativo. É meu assessor, inclusive, puxa minha orelha de vez em quando – viu, Senador? –, e é bom ter alguém experiente assim. Ele disse o seguinte: que os cérebros – cérebros, e não tratores – são o símbolo dessa agricultura brasileira movida à ciência.

Com isso, eu encerro aqui esta apresentação, mais uma vez agradecendo ao Sr. Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e a esta Casa pela oportunidade de fazer essa apresentação, essa explanação.

Fico agora à disposição de mais questionamentos. Imagino que no e-Cidadania possamos ter algumas perguntas e vai ser um prazer respondê-las.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a V. Sa. por estar conosco.

Pede a palavra pela ordem, já há algum tempo, o Senador Esperidião Amin.

V. Exa. tem a palavra, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, bom dia! Bom dia a todos!

Eu considero que esta reunião, Presidente, é uma sessão de gala. Não sei se eu estou sendo ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Positivamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu considero uma sessão de gala porque não bastasse o que foi realçado pelo Presidente da Embrapa, que este esforço iniciado... Não vou mencionar o nome de todos os ministros, mas não posso deixar de mencionar os Ministros Cirne Lima e Alysson Paulinelli. É uma legião de brasileiros legitimamente – podemos denominar assim – patriotas que nos tirou dessa situação de dependentes – vamos resumir, o próprio Presidente da Embrapa falou – de importação em um grande supridor do mundo em matéria de alimentos, de proteína. Então, eu quero considerar, por isso, esta uma reunião de gala.

Não posso deixar de mencionar também, até por uma questão de legítimo bairrismo, o legado de Senadores, como de técnicos e de pessoas que se transformaram em nosso exemplo, como por exemplo o Dr. Glauco Olinger. Acho que o Presidente da Embrapa deve tê-lo conhecido. Glauco Olinger está com 99 anos de idade. Foi o criador da Acaresc, que foi sucedida pela Epagri em Santa Catarina. Por isso, o que eu celebro nessa longevidade do Sr. Glauco Olinger é que agora ele está lançando um livro sobre a água, a água como fonte da vida, e devemos muito a ele, não apenas no aspecto da pesquisa, mas principalmente na valorização e na sobrevivência, e até certo ponto na relativa prosperidade da pequena propriedade rural de Santa Catarina. Acho que esse conjunto de ensinamentos faz parte do legado atual da Embrapa. No nosso Estado, temos sido beneficiados por pesquisas no desenvolvimento do suíno, da soja...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, eu estou aqui para aplaudir e para dizer que, numa reunião como esta, a gente sente, Senador Acir Gurgacz, como nós devemos priorizar a Embrapa no orçamento da União. Nenhuma empresa pública, nenhuma atividade atuou, produziu resultados tão exuberantes quanto a Embrapa. De forma que eu acho que esta Comissão, presidida por V. Exa., que promove esta reunião – e eu ouvi também o que falou o nosso Senador Jayme Campos com grande conhecimento de causa; o nosso Senador Zequinha Marinho –, deveria estabelecer como ponto final deste encontro prioridades que nós devemos reclamar no orçamento da União, no orçamento anual, no plurianual, para que a Embrapa possa desenvolver sustentavelmente esses programas que foram aqui tão bem expostos, ainda que resumidamente, pelo Sr. Presidente da Embrapa.

Essas são as minhas palavras, cumprimentando-o, e ao próprio Presidente da Embrapa, pela iniciativa e pelo desenvolvimento dessa reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Senador Esperidião Amin. Todo ano nós votamos aqui na Comissão de Agricultura emendas para o orçamento da União, o Senador Jayme Campos sempre conosco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sempre apreciamos, e, salvo alguma falha de memória, todos os anos nós colocamos sempre uma emenda da Comissão para a Embrapa. Isso vai ser discutido novamente este ano e vamos, com certeza, colocar, mais uma vez, por parte da nossa Comissão, uma emenda no orçamento para tentar ajudar – ajudar, não tentar –, para ajudar a nossa Embrapa, que fez um trabalho importante, mas tem que continuar fazendo. O futuro está aqui, como muito bem colocado pelo nosso Presidente Moretti, nós temos que continuar avançando em pesquisa. O mundo está se transformando, nós temos que avançar, como muito bem colocou aqui o Senador Jayme Campos. Nós não podemos, em detrimento de se ganhar uma graninha extra, colocar em risco toda a produtividade não só do Mato Grosso, mas de toda a região. Então, é a pesquisa que vai nos orientar.

Com prazer, passo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para interpelar.) – Senador Acir Gurgacz, ilustre Presidente da Embrapa, Dr. Moretti, serei muito rápido, até porque há vários colegas Senadores, imagino, inscritos, para fazer alguma indagação. Eu fiz aquela pequena intervenção até para mostrar minha preocupação em relação ao que possivelmente poderá acontecer lá no meu Estado de Mato Grosso, mas a minha indagação eu imagino que será muito fácil para V. Exa. responder.

É indiscutível a importância da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para o desenvolvimento da agropecuária nas últimas décadas. Passamos da condição de países importadores líquidos de alimentos para figurarmos entre os maiores produtores e exportadores de produtos agropecuários, como bem disse aqui o ilustre Senador Esperidião Amin, tudo isso graças ao desenvolvimento de tecnologias adaptadas às nossas condições de solo e clima. Vivemos, contudo, uma realidade em que as mudanças ocorrem de forma cada vez mais veloz, exigindo das pessoas e das instituições um constante esforço de adaptação às novas condições que se impõem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse contexto que estou fazendo ao senhor, Dr. Moretti, eu gostaria de saber o seguinte: como a Embrapa tem se preparado para continuar sendo relevante do ponto de vista social em um contexto no qual a produção científica de ponta aplicada à agropecuária é cada vez mais dominada por grandes conglomerados de multinacionais, exigindo investimentos crescentes?

Essa é a primeira.

Quais os esforços têm sido feitos pela Embrapa para atender a demanda por tecnologias que promovam a sustentabilidade socioambiental da produção, bem como a adaptação e a resiliência de processos produtivos agropecuários às mudanças climáticas?

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Sr. Presidente, do Senado Federal, tem promovido recentemente diversas audiências públicas com vista a instruir o Projeto de Lei nº 6.417, de 2019, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze e Soraya Thronicke, que reformula o atual Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária que passaria a denominar-se Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária, sob a mesma sigla no SNPA. Entre outras medidas, o referido PL busca inserir no art. 11, da Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, conhecida como Lei da Política Agrícola, que busca autorizar os participantes do novo SNPA a estabelecerem parcerias com vista ao financiamento de pesquisas, inclusive com os recursos internacionais.

Com relação a esse ponto, eu gostaria de perguntar a V. Exa., como nosso convidado: diante da escassez de recursos orçamentários para o financiamento de pesquisa agropecuária, a Embrapa tem conseguido cooptar outras fontes de recursos para o financiamento de suas atividades? Na mesma linha: o atual marco regulatório de pesquisa agropecuária cria entraves para a celebração de parcerias, bem como para a celebração de acordos de cooperação financeira com vista à execução de pesquisa agropecuária. Concluindo: qual aperfeiçoamento pode ser proposto a essa legislação que me refiro para que a Embrapa consiga alocar recursos de forma mais eficiente com vista à realização de sua atividade fim?

Essa é a minha indagação em relação a este nosso projeto que está aqui sendo encaminhado, tramitando no Congresso Nacional.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu peço uma gentileza para o Senador Zequinha Marinho, que a gente possa ouvir o Presidente da Embrapa responder ao Senador Jayme Campos para a gente ter um debate mais próximo. Eu entendo que é importante um debate direto.

Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Passo a palavra ao Dr. Moretti.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI (Para expor.) – Obrigado, Senador Jayme Campos, pela pergunta.

Vou dividir aqui, então, em três partes: uma sobre a questão do desenvolvimento de tecnologia, o atendimento de demandas de pequenos produtores, quer dizer, a questão do papel social *vis-à-vis* dos grandes produtores que nós temos no Brasil; segundo, como nós estamos avançando no desenvolvimento de tecnologias que contribuem para uma maior sustentabilidade, uma maior resiliência e uma maior competitividade do agro brasileiro e obviamente também aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos pequenos produtores que estão envolvidos em todo o processo, e depois eu vou tecer alguns comentários aqui sobre o PL 6.417, que fala sobre o Sistema Nacional de Inovação para a Agropecuária.

No Brasil hoje, algo em torno de 85% da... Quando nós olhamos a quantidade de estabelecimentos rurais que nós temos, algo em torno de 6 milhões, 85% senão mais são de pequenos produtores, pequenos estabelecimentos rurais. E nós colocamos ali de forma muito clara, no nosso compromisso público de planejamento estratégico, a inclusão produtiva como um dos nossos grandes objetivos estratégicos.

Nós temos hoje centros de pesquisa na Embrapa, eu vou dar dois exemplos aqui, que trabalham sobretudo no desenvolvimento de soluções tecnológicas para esses pequenos, para os pequenos proprietários de terras. O Centro Nacional de Hortaliças, do qual eu sou egresso, hoje, com exceção da cultura de tomate industrial e talvez um pouco do melão, todas as demais hortaliças são realmente produzidas por pequenos proprietários de terra.

E nós desenvolvemos tecnologia, e junto com os órgãos de Ater – infelizmente, em 1991 nós tivemos esse sistema, vamos dizer assim, desestruturado no Brasil e alguns Estados conseguiram levar... Aqui no Distrito Federal, por exemplo, a Emater do Distrito Federal funciona muito bem, a gente sabe que em outros Estados também, Minas Gerais, no Rio Grande do Sul...

Então, nós temos essa... Para o senhor ter uma ideia, dentro do Centro de Hortaliças nós temos um escritório da Emater, lá dentro, que faz essa ponte entre o produtor, a pesquisa e essa transferência de tecnologia. Não obstante o Brasil ser um país de dimensões continentais, nós já temos feito parcerias com o Sistema S, então: o Senar, o Sebrae, as secretarias de agricultura estaduais e as secretarias de agricultura municipais. Na semana passada, estivemos no Nordeste dando andamento ao Programa AgroNordeste para acompanhar esse trabalho de transferência de tecnologia. Nós temos residência zootécnica onde nós recebemos estudantes principalmente das regiões carentes do Brasil. Então, eu cito aqui um outro centro de pesquisa, que é a Embrapa Caprinos e Ovinos, que fica em Sobral. E a caprinovinocultura no Semiárido brasileiro é muito desenvolvida e feita também por pequenos produtores.

Lá atrás, Senador Jayme Campos, quando não existia ainda um investimento das grandes multinacionais, das grandes empresas no desenvolvimento de genética de soja, de milho e de algodão, a Embrapa fazia esse papel. A partir da década de 90, com a Lei de Propriedade Intelectual, e a Lei de Proteção de Cultivares, essas empresas vieram, assumiram esse protagonismo da genética e não cabe, na nossa visão, a uma empresa como a Embrapa ficar competindo com o setor privado para levar genética. Nós não temos obviamente essa missão.

Então, aí nós saímos dessa frente e fomos desenvolver outras tecnologias que ainda estão para ser feitas, como é o caso da integração lavoura, pecuária e floresta. Bom, em suma, nós temos uma clareza de que a tecnologia que é desenvolvida deve se prestar para o pequeno, para o médio e para o grande, porque a gente sabe que o grande contrata consultor, contrata empresas para assessoria, e o pequeno e o médio dependem muito ainda desse setor de transferência de tecnologia. Então, nós temos clareza de que o agro vai avançar. Quem quer ir rápido vai sozinho, quem quer ir longe vai junto. Então, esse é um trabalho que nós temos feito para tentar fazer essa inclusão produtiva.

Do ponto de vista de desenvolvimento de tecnologia para dar mais sustentabilidade, mais resiliência ao produtor, eu mencionei aqui uma série de tecnologias de agricultura de baixo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carbono, de desenvolvimento de variedades com resistência a pragas e doenças. Isso tudo contribui para essa maior sustentabilidade e resiliência.

Por último, Senador, a questão do PL nº 6.417. Nós temos hoje uma dependência bastante grande da Embrapa em relação aos recursos públicos, ao Tesouro. Obviamente é uma empresa pública, que tem um papel social muito importante a cumprir, mas nós estamos nos movimentando para tentar reduzir essa dependência do Tesouro. Existem hoje mecanismos, estabelecimento de parcerias com o setor privado, por meio de fundações de apoio. Nós fazemos projetos, captamos o recurso e esse recurso vai para essa fundação; a fundação gerencia o recurso e esse recurso é aplicado na pesquisa. Esse é um mecanismo.

O marco legal de ciência e tecnologia de 2016 trouxe a oportunidade de se criar o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Esse NIT é colocado fora das ICTs (Instituições de Ciência e Tecnologia), como é o caso da Embrapa, e ele permite que, por exemplo, nós façamos o desenvolvimento de um ativo, coloquemos esse ativo no NIT, e esse NIT funcione quase como um braço privado da Embrapa, negociando com o setor produtivo inclusive a formação de empresas de propósito específico ou de sociedades de propósito específico. Então, esse é um outro mecanismo.

Em relação a essa questão do PL nº 6.417, do Sistema Nacional de Inovação Agropecuária – tivemos até agora uma audiência pública recente, da qual o nosso Diretor Executivo Guy De Capdeville participou –, eu acho que é muito importante esse setor estar organizado, estar trabalhando de forma conjunta. Nós não podemos ter duplicidade de ações, não podemos desperdiçar recursos públicos. Trabalhos que nós fazemos na Embrapa, acho que deveriam ser feitos de forma complementar em outras instituições de pesquisa.

Agora, nós precisamos, Senador, fazer um chamamento realmente ao setor privado. Eu, por exemplo fiz meu treinamento nos Estados Unidos e quem financiou meu treinamento lá foi o setor privado. Eu trabalhei com tomate. Os produtores de tomate, cada caixa eles colocavam alguns centavos da caixa num fundo que era gerenciado por eles. E no final do ano tinha um bolo enorme de recursos e esse recurso é então direcionado para financiar essa pesquisa. São os chamados fundos *checkoffs*. O pessoal da soja, no norte dos Estados Unidos, faz isso. Eu tenho dito nas interlocuções com o setor privado, Senador Jayme Campos, que o Brasil tem uma instituição como a Embrapa, que tem pessoal altamente qualificado, tem laboratórios montados com equipamentos de altíssimo nível, de ponta.

Agora, nós precisamos que o setor privado venha a contribuir com isso. Outros países – eu tenho andado pelo mundo, não tanto agora por causa da causa da pandemia, mas estamos voltando agora, graças a Deus, a circular –, nós recebemos missões de outros países, Senador Esperidião, e eles falam: "Nós queremos ter uma Embrapa aqui. Como é que a gente faz?". E às vezes eu falo para os nossos empresários: "O Brasil tem uma Embrapa, mas vocês precisam nos ajudar a tocar isso para a frente".

Então, obviamente, existe o Estado brasileiro ali comparecendo, mas nós precisamos ter uma maior presença do setor privado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Permite-me uma complementação?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não, Senador Esperidião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu acho que isso aí é um foco muito pouco explorado. Nós todos sabemos o quanto o setor agropecuário e o agroindustrial têm significado para a nossa economia, mas, convenhamos, quem exporta nunca ganhou tanto dinheiro – nunca! Quer dizer, vender em dólar, por mais dolarizados que sejam os insumos... Não sei se isso vai se conservar, porque as cadeias produtivas da China, dos Estados Unidos e de outros países muito afetados pela pandemia vão se refazer. Elas estão quebradas ainda ou pelo menos não estão *full*. Então, nós estamos vivendo um momento exuberante – e por isso é que somos atacados também: quando você não pode concorrer com o sujeito que está... Se você não pode correr junto com ele, você dá um calço, não é? Bota uma casca de banana. Nós estamos vivendo esse momento internacionalmente.

Mas eu acho que alguma espécie de contribuição sobre o lucro, alguma espécie de cota, um fundo, eu acho que, se não for adotado agora em face de reforma tributária e tudo o mais que está aí e vinculando – vinculando!... Nem falo em tributo, eu falo em vinculação...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Amigo Esperidião Amin, é rapidinho...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... para financiamento a projetos específicos, eu acho que isso...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Olhe só, na verdade, os fundos no Brasil não funcionam.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Está aí o Fundo de Telecomunicações: bilhões e bilhões de reais, e lamentavelmente é feito para cobrir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para pagar dívida. Para pagar juros, aliás.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – A questão do ajuste fiscal, de rombo do Tesouro, etc.

Agora, uma coisa que seria de bom alvitre, Presidente. O Mato Grosso, particularmente, tem dez fundos, vinte fundos, nem sei quantos, alguns fundos riquíssimos – é o caso do Fundo de Apoio à Cultura da Soja que existe lá, com muito dinheiro; o do próprio Pantanal lá, etc. Eu acho que diante... Nós temos que entender que nós vamos viver um novo momento na ordem econômica do mundo. Vemos que isso é claro. Se nós não aprimorarmos o sistema produtivo do Brasil, com tecnologia, de forma sustentável, nós vamos ficar lá no chinelo – pode preparar aí, prepare o lombo! Os indicativos hoje que estão aí, só nessa tremidinha lá na China que deu, já está afetando os nossos negócios aqui, haja vista a carne, que caiu nesses últimos 30 dias quase 20%, não é? Quem estava exportando na faixa de 340, 350 viu cair para 310 e olhe lá, porque o mercado está fechado e, por sinal, nem abriu de novo a compra; abriu oportunidade agora e nós estamos exportando para o Irã, há 15 dias, que é um bom mercado. E outros produtos, se é soja, se é algodão, se é milho...

O Brasil, lamentavelmente, Senador Amin, está importando milho nestes últimos dias. Falta uma política agrícola decente, que já tivemos com certeza aqui, com um mínimo de estabilidade de mercado. Saiu um descompasso muito grande...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Mas não é... A bomba de gasolina...

Eu acho que a Embrapa tem um papel preponderante, até pela tradição, pelo número de pessoas competentes e técnicas que há lá. Eu acho que é papel não só do poder público, mas, sobretudo, do setor produtivo, que tem que participar mais. O sucesso do campo vai ser baseado em pesquisa, na ciência. Caso contrário, não sei onde vai parar. Hoje, está muito bom o mercado, mas a gente precisa ver nos próximos três, quatro, cinco, seis anos. Eu acho que tem que haver uma tratativa melhor com os segmentos produtivos do País para termos recursos suficientes para avançarmos, porque só o poder público aqui, Moretti, não tem a capacidade. Lamentavelmente, ele é impotente para atender à demanda dos problemas.

Só vou dar um exemplo, para encerrar a minha participação aqui. Nós temos umas comunidades em Mato Grosso em relação à questão de internet. Lá há um Município chamado Santo Antônio do Leverger, que fica a 28km da capital. Lá há uma comunidadezinha que se chama Santo Antônio do Leverger, que é o Município, e há um distrito chamado Mimoso, onde nasceu o Marechal Rondon, patrono das comunicações, e lá não tem internet! E tem o dinheiro do fundo aqui, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O Fust.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O Fust. Esse Fust não sei para onde vai. E com mais um atenuante...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Desde que nasceu...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Já é isso aí. O dinheiro... Cadê esse dinheiro, amigo? Fizeram uma remota com o Presidente da agência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Esse tem voto de castidade!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Onde tem o patrono das comunicações, Marechal Rondon, grande homem – e há homenagem para ele no mundo inteiro, aqui é que ele não é tão reconhecido, é bom que se esclareça aqui –, lá não tem! Então, cadê o dinheiro? Para onde foi? E ele não é dinheirinho qualquer, são bilhões de reais – bilhões de reais! Esse dinheiro você não vê, parece que o gato comeu – sumiu e desapareceu.

Eu fico assim... "Ah, vamos criar mais alguma coisa." Hoje já existe fundo para dar, vender, emprestar, alugar, fundo para tudo quanto é lado, mas precisa ver o dinheiro deles, onde está essa grana, não é isso? Eu pago os tributos certinhos, sou produtor rural, pago dentro da lei e da ordem. Entretanto, esse dinheiro não sei para aonde vai.

Mato Grosso, particularmente, tem dez fundos: fundo do produtor bovino, fundo da carne, fundo do não sei do quê, fundo da soja, fundo do algodão... De tudo tem!

Eu acho que, em um trabalho bem feito, bem articulado, é possível conseguir alguns recursos, naturalmente, desses fundos para atender à Embrapa. A Embrapa, com certeza, é que fez a diferença no Brasil. Hoje, há as fundações aí que nós sabemos, mas... Contem com o meu apoio, no que depender da gente aqui, do Amin, do nosso querido Acir Gurgacz, e fazer com que essas emendas da Comissão aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Nós somos devotos da Embrapa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Exato.

As emendas de Comissão têm que prevalecer, têm que ser acatadas pelo Relator lá. Não é possível! Todas as vezes... Estou aqui no segundo mandato meu como Senador. Encaminham lá, e me parece que eles jogam na lata de lixo! Não! Vamos fazer prevalecer o que é de direito constitucional destas Comissões nossas aqui, que têm muito a ver... Então, eu quero me solidarizar com o senhor. Quando formos fazer aqui as emendas, vamos destacar, se possível, já que é direito de bancada, 80% e exigir – não vamos pedir, não, vamos exigir – que o Relator setorial acate as emendas de Comissão para ajudar a Embrapa, com certeza, a desenvolver esse trabalho belíssimo que tem, ao longo da sua história, feito pelo nosso Brasil.

Muito obrigado, não vou falar mais.

Fique à vontade, Moretti.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado.

Nós é que agradecemos. Quanto mais V. Exa. fala, mais o senhor nos ajuda a entender melhor o agronegócio, com toda a sua experiência e a sua dedicação não só com a produção do Mato Grosso, mas a produção nacional, porque a Embrapa trabalha para todo o nosso País. Então, quando V. Exa. fala, a gente para ouvir, porque nós sabemos que a sua fala é muito importante para todos nós e, principalmente, para o agronegócio.

Agradeço aqui a espera do Senador Zequinha Marinho.

Passo a palavra para V. Exa.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente.

Minha saudação ao Dr. Celso Moretti pela bela exposição.

Só uma consideração, Dr. Celso... É um comentário, não é pergunta.

Nós somos aqui da Amazônia, estou aqui no Estado do Pará, estou aqui neste momento na região de Marabá. Todo mundo sabe a pressão existente sobre a Amazônia, a questão do desmatamento, etc., etc., e o potencial da biodiversidade, essa coisa toda. A gente nunca vai sair, talvez, dessa briga toda ou dessa pressão internacional toda, se a gente não transformar, não estudar, não pesquisar, para descobrir exatamente o que que a gente pode aproveitar de todo esse potencial aqui da região. São sete Estados mais um pedaço do Mato Grosso, mais um outro do Maranhão, uma região muito grande... Há a região do Estado do Tocantins, que pega muito Cerrado, que já está, de certa forma, incluída nas Embrapas temáticas. Praticamente, a Embrapa tem um polo para cada tema: Embrapa Cerrado, Embrapa isso... E eu fiquei contente quando o senhor falou de hortaliças, que é egresso do trabalho da Embrapa dentro desse setor.

Então, nós temos aqui, na Amazônia, uma problemática total da região com relação a uma exploração mais civilizada, mais científica. A cobrança é muito grande. Nós temos, por exemplo, aqui no Pará... Não precisamos desmatar no Pará para plantar soja, para plantar milho ou para criar gado; o que existe aberto já nos ajuda a ser um dos grandes produtores do Brasil, e é só utilizar isso com tecnologia.

O que que o senhor acha – e aí eu emendo a minha conversa, o meu trabalho e o meu apoio com o que disse o Senador Jayme Campos ainda há pouco, no sentido de apoiar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embrapa, mas ela precisa avançar, para que a gente venha juntos – com relação a essa questão toda na Amazônia?

Nós temos a Embrapa Oriental em Belém, eu estive lá recentemente, conversando com a equipe do Dr. Walkymário, uma equipe muito boa, são interessadíssimos. Estão... Mas, claro, dentro das suas limitações para um universo muito grande. Só o Pará aqui assombra, em termos de espaço.

Eu queria só citar duas coisas bem aqui embaixo, sem falar na grande pesquisa, no redirecionamento da questão econômica, da utilização desse espaço, só duas coisinhas.

Questão gado de leite. Aqui, por exemplo, no meião do Pará, no sul e sudeste, há um potencial extraordinário, assim como também há na região oeste do Pará e no resto da Amazônia, mas não temos praticamente estratégia ainda, isso acontece por conta e risco do produtor, coitado, muitas vezes sem muita informação.

A Embrapa, por um tempo, fez um programa chamado Balde Cheio e botou, parece-me, o Sebrae para executar, mas toda a questão da estratégia foi construída pela Embrapa. Seja lá com que nome for, aqui na Amazônia a gente precisa muito desenvolver essa questão da cadeia da do gado leiteiro e avançar com isso, porque temos espaço para isso, não é? É claro que há um clima diferente, mas as raças vão se adaptando, o Girolando aqui se adaptou muito bem, dá para avançar, e outras estão chegando.

A outra questão é a questão das hortaliças, e o senhor é especialista nisso. A gente come coisa aqui do Centro-Oeste, lá da região de Goiânia, Anápolis, Goianápolis, às vezes vem de São Paulo também, às vezes vem lá do Nordeste também, é muito longe. Tudo isso anda muito para chegar aqui, em cima do caminhão, o que encarece o custo disso. E a gente tem condições de produzir aqui, eu tenho certeza, desde que essa estratégia aí da pesquisa e a assistência técnica que a Emater pode fazer possam chegar ao produtor.

Aqui no Pará, Dr. Celso, nós temos hoje, parece-me, se eu não estou enganado, 1.132 projetos de assentamentos. Aqui no Pará nós temos três superintendências do Incra, porque o Estado tem uma dimensão, graças a Deus, muito boa, muito grande. Essa agricultura familiar do Pará não está praticamente produzindo quase nada, por falta exatamente de um trabalho de pesquisa, de um trabalho científico e, depois, da transferência desse conhecimento através da assistência técnica para chegar a esses assentamentos, não é?

Então, é muito importante tudo isso, e, nesse momento em que a gente recebe do senhor essas informações tão importantes do trabalho da Embrapa, que tal olharmos um pouco diferenciadamente para a Região Amazônica e para esses potenciais daqui?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Por gentileza, Dr. Moretti.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI (Para expor.) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho pelas perguntas e pelas ponderações.

A Amazônia é realmente é uma das nossas prioridades. Eu, ao longo desses 27 anos de Embrapa, que estou completando agora em dezembro, entendi que existem várias Amazônias. São várias Amazônias, e, por isso, nós temos hoje nove centros de pesquisa instalados ali no bioma Amazônia; então, nós trabalhamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As cadeias produtivas que o senhor traz, Senador, são cadeias produtivas estratégicas para vários locais do Brasil, mas, como o senhor bem colocou a questão da pecuária de leite, o programa Balde Cheio é um programa de grande sucesso em vários locais do Brasil. Então, eu teria o prazer de, assim que fosse possível, conversar especificamente com o senhor ou com as lideranças que o senhor quiser indicar, para falar sobre o avanço aí do Balde Cheio, que é, mais uma vez, um programa que desenvolvemos com grande sucesso em vários locais do Brasil, lembrando que nós temos 1,2 milhão de estabelecimentos que produzem leite no Brasil e temos vários que são vinculados ao Balde Cheio.

O trabalho no Estado do Pará, especificamente a nossa unidade em Amazônia Oriental, que fica em Belém, que é liderada pelo Walkymário, tem uma quantidade enorme de desafios. Em 2019, nós lançamos o açaí BRS Pai d'Égua, e ele tem esse nome, Senador Zequinha, porque dizem que tudo que é "pai d'égua" no Pará é bom, não é? Então, por isso é que nós demos o nome de BRS Pai d'Égua, que é um açaí que produz entre safra, com plantas menores e com alta produtividade.

Existe toda a questão da produção de hortaliças, e também coloco o nosso centro de pesquisa em hortaliças, que fica aqui em Brasília, que é liderado pelo colega Warley Nascimento, à disposição do senhor, dos demais Senadores e das lideranças aí do Estado.

Temos tecnologia. Inclusive, no início de 2000, ajudamos ali na produção de pimentão em Iranduba, do outro lado ali do Rio Negro; produção de folhosas no entorno de Manaus; produção de melancia em Roraima; e, obviamente, no entorno dos grandes centros, em pequenas áreas, a Embrapa desenvolve, inclusive, materiais adaptados a clima tropical. A Embrapa recentemente lançou uma variedade de alface que é a BRS Mediterrânea, que é adaptada aos trópicos. É um material, inclusive, de grande desempenho.

Então, nós estamos à disposição, Senador Zequinha, Senador Acir Gurgacz, Senador Jayme Campos e demais participantes aqui, a atender a essas demandas e seguir contribuindo para o desenvolvimento sustentável, não só da Amazônia, mas do Brasil como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Moretti.

Lembro sempre que a Amazônia corresponde a 61% do Território brasileiro. Talvez as pessoas não saibam, mas é 61% do Território brasileiro são a nossa Amazônia. Por isso é que a gente fala tanto da Amazônia. Agora, de fato, ainda não conhecemos o potencial da nossa Amazônia, não temos esse conhecimento amplo, técnico. Como muito bem disse o nosso Presidente da Embrapa, conhecemos apenas 5% do solo brasileiro, e, de fato, com certeza esses 5% não estão na Amazônia; devem estar fora da Amazônia. Imaginem a hora em que nós tivermos exatamente o conhecimento do solo e do potencial da nossa Amazônia? Nós poderemos produzir ainda muito mais.

Atendo aqui ao nosso Senador Chico Rodrigues, que pede a palavra.

V. Exa. tem a palavra, Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Chico Rodrigues, creio que caiu a sua ligação. O seu microfone não está aberto no seu equipamento. (*Pausa.*)

Acho que perdemos a conexão.

Enquanto isso, quero dizer que eu tenho acompanhado, nesta semana, Dr. Moretti, que está havendo uma exposição nos países árabes unidos, aliás, nos Emirados Árabes Unidos. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a acompanhava, nesta semana, e um dos temas que foi colocado lá por eles é que o Brasil tem um potencial muito grande para exportar para os Emirados Árabes, mas não *commodities;* produtos já elaborados. E, segundo a informação dos próprios técnicos de lá, dizem que o Brasil ainda não está preparado para exportar o produto acabado, e esses países não querem importar *commodities,* eles querem importar a carne já congelada, cortada, pronta para ir para o fogo, ou outros, quaisquer produtos lácteos também.

Eu gostaria que o senhor falasse sobre isso e também sobre a nossa crise hídrica.

Há algumas pessoas que dizem, Senador Jayme, que a irrigação tem contribuído para a crise hídrica, mas, pela explanação do Dr. Moretti, há um desenvolvimento grande para que nós, as nossas plantas cultivares, necessitem cada vez menos de irrigação. Confere isso, Dr. Moretti?

O SR. CELSO LUIZ MORETTI (Para expor.) – Sem dúvida, Senador Acir Gurgacz.

Eu vou começar de trás para a frente.

Nós temos investido, ao longo dessas últimas décadas, por meio de melhoramento genético e adaptação de cultivo, em desenvolver cada vez mais plantas mais bem adaptadas a ambientes de baixa disponibilidade de água. Então, nós temos milho, nós temos hortaliças, nós temos outros grãos, enfim, que estão sendo conduzidos, estão sendo melhorados, estão sendo adaptados para se desenvolver em regiões com menor disponibilidade de água. Nós temos um milho que é o chamado milho saracura, que é o milho plantado em regiões do Nordeste do Brasil, que consegue avançar muito bem com baixa disponibilidade de água. E, como eu mencionei aqui anteriormente, nós temos também investido em bioinsumos para serem aplicados ali na planta para ela atravessar esse período de seca.

Então, é um conjunto, na verdade, de estratégias, de tecnologias, para desenvolver materiais, para desenvolver sistemas de produção, para desenvolver bioinsumos, para ajudar o produtor brasileiro a passar por esses momentos de indisponibilidade de água, de mudanças climáticas.

Em relação aos Emirados Árabes Unidos, nós temos uma parceria que vem sendo construída ao longo desses últimos três anos. Eu já estive lá três vezes, inclusive, e é um país que importa grande parte dos alimentos que consome – salvo engano, 90% dos alimentos que são consumidos ali são importados, e eles colocaram realmente de forma muito clara que, primeiro, gostariam de produzir algumas coisas localmente. Então, por exemplo, frutas e hortaliças. É que é difícil você, por exemplo, imaginar que vai exportar alface do Brasil lá para o outro lado do mundo, 15 mil quilômetros lá para o outro lado. Entretanto...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Se nós diminuirmos o transporte interno, isso já é um avanço muito grande, não é, Moretti?

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Sem dúvida, sem dúvida. Isso pode ser conseguido.

Eles colocaram realmente o desejo de comprar, de adquirir produtos com valor agregado mais elevado – sucos de frutas, leite, como o senhor bem colocou, e vários outros produtos.

Um ponto que é importante aqui mencionar – e eu acho que isso poderia ser inclusive foco de uma audiência pública futura – é que o sudeste asiático e o Oriente Médio ali – eu estive ali nos Emirados, estive no Catar também – têm uma preocupação muito grande com segurança alimentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já há alguns anos eles vêm investindo na África para produzir. E a China vem investindo fortemente na África já há alguns anos. Daqui a pouco, a gente vai ver alguns países que vão avançar mais fortemente na produção ali e vão se tornar competidores com o Brasil.

Então, eu entendo que – a gente estava falando aqui, o Senador Jayme Campos estava falando um pouco sobre essa questão de planejamento, de visão de futuro – a Embrapa tem trabalhado ao longo desses anos com visão de futuro e eu acho que o Brasil, o setor público e o setor privado precisam estar atentos a esses investimentos que vêm sendo feitos por outros países ali. E nós temos genética adaptada à região tropical da África, a Savana africana tem o dobro do tamanho da Savana brasileira, são 400 milhões de hectares. E existem países que estão conquistando já a estabilidade institucional. Depois que você tem estabilidade institucional, você começa a pensar em produzir comida. Eles estão recebendo... Segundo dados a que eu tive acesso, em 2019, os Emirados Árabes investiram algo em torno de US$20 bilhões na África.

Então, acho que é chegada a hora, Senador Acir Gurgacz e demais Parlamentares, de o setor público e o setor privado – principalmente o setor privado brasileiro – fazerem como os americanos fizeram, por meio da aliança para o desenvolvimento, na década de 50. A Usaid veio para o Brasil e nos ajudou a desenvolver, mas trouxe as empresas americanas junto. A Jica fez da mesma forma, a ajuda da Jica, agência japonesa de cooperação, veio com o setor privado japonês. Que nós façamos o mesmo movimento, que o Brasil, o setor privado brasileiro, use inclusive a Embrapa como *soft power* para nós ocuparmos espaço no continente africano com genética animal, com genética vegetal, com máquinas... A Abimaq pode contar conosco. Porque eles querem tecnologia, mas a gente pode levar tecnologia junto com as empresas brasileiras, captar recurso e reinvestir no Brasil.

Então, esse é um projeto. Nós estamos em negociação com os Emirados Árabes, inclusive pretendemos abrir um escritório da Embrapa em Abu Dhabi. A gente vem negociando e vem discutindo sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Presidente Moretti.

Agora sim, passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Ainda não estamos ouvindo o seu áudio, Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Deve ser no seu equipamento, ainda está fechado o seu equipamento. (*Pausa.*)

Continua fechado o equipamento seu de áudio, Senador Chico. (*Pausa.*)

Segundo informação aqui dos nossos universitários, é no seu equipamento, Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Talvez aumentar o volume do seu celular, Senador Chico Rodrigues. Talvez esteja no volume baixo, pode ser isso, porque aqui também consta como aberto, mas não o ouvimos. (*Pausa.*)

Então, passo a palavra ao Senador Paulo Rocha, enquanto nós tentamos resolver a questão do áudio do Senador Chico Rodrigues.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito importante esse debate com o Presidente da Embrapa, não só para a gente reconhecer e valorizar esta grande empresa estatal, mas também pelos feitos que os nossos pesquisadores da Embrapa têm produzido ao nosso País, riqueza para o nosso País. E eu sou um daqueles, Presidente, que sabe que essas empresas assim, às vezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependendo da visão de Governo, não têm a prioridade orçamentária devida para dar conta das suas tarefas.

Então, Presidente, aqui, nesta Casa e nesta Comissão, há um conjunto de Senadores, Parlamentares, muito comprometido com o fortalecimento e, cada vez mais, no que a gente puder ajudar no desenvolvimento técnico e científico dos cientistas da Embrapa.

Eu faço isso muito lá no Pará com a Embrapa local, que tem sido parceira, inclusive na aproximação, diria, e dando prioridade também à agricultura familiar, que é uma das minhas bandeiras do meu mandato, pelo nosso Estado, as características do Estado, que sempre foi pensado a partir do grande projeto agropecuário, enfim. E essa visão que a Embrapa também tem de incluir, e qualificar, e melhorar a produtividade da agricultura familiar é fundamental.

Há um feito muito importante da Embrapa lá na região, o senhor sabe. Nós somos da região, e uma das riquezas muito fortes lá foi a castanha, não é? O pessoal ali do Acre, de Rondônia não gosta de chamar muito castanha-do-pará, mas foi conhecida mundialmente com essa questão, mas...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Não tem como mudar esse nome, não é, Senador Paulo Rocha? Castanha... A nossa castanha é a castanha-do-pará, não tem jeito. Mudaram o nome para castanha-do-brasil, mas é conhecida como a castanha-do-pará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, eles têm um feito lá em que reduziram, através da modificação genética, para que a produção que é na floresta, na época do extrativista, dá em torno de 15 a 16 anos. Agora, a Embrapa reduziu para seis anos, e sem perder a qualidade, o gosto, isso e aquilo. Seis anos. Não é, Presidente?

Então, isso aí é um dos feitos muito...

Imaginem se – eu tenho falado para o pessoal – o agricultor familiar, no seu lote, colocar, plantar cem pés de castanha, em cada lote. Isso aí é uma renda...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Para o resto da vida.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É.

Então, parabéns, Presidente, e conte com a nossa Comissão, com a gente aqui, no... (*Falha no áudio*.)

... e na valorização da Embrapa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Presidente, por gentileza.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI (Para expor.) – É só agradecer, Senador Paulo Rocha, pelas suas palavras e dizer que esse trabalho com a castanha-do-pará – ou castanha-do-Brasil, como dizem lá fora – é um trabalho extremamente importante e estratégico para nós. Nós sabemos da importância social para a inclusão produtiva, e eu ainda mencionava aqui, antes da chegada do senhor, o trabalho que nós fazemos com o açaí, também lá no Estado do Pará, que é o maior produtor do Brasil, mais de um milhão de hectares, e eu quero aqui agradecer ao senhor e aqui ao Senado pelo apoio, e a esta Comissão, pelo apoio que sempre dá à Embrapa.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Vamos, então, ao Senador Chico Rodrigues... Talvez tenha conseguido resolver o problema de áudio.

V. Exa. tem a palavra. (*Pausa.*)

Esta semana, Presidente, nós temos tido muito problema com conectividade, não só aqui no Senado, no Brasil, mas no Planeta inteiro. Então, não estamos num bom momento para interatividade. Esse foi um dos motivos pelos quais eu pedi para que V. Sa. viesse aqui, realmente, presencialmente, para podermos evitar esse tipo de problema.

Temos aqui, Presidente, alguns comentários...

O Geová Chagas, de Minas Gerais, diz o seguinte: "Parabenizo o Sr. Celso Moretti pelo brilhante trabalho à frente da Embrapa, instituição importantíssima no desenvolvimento do Brasil".

O Augusto Posser, do Rio Grande do Sul, diz o seguinte: "A Embrapa é motivo de grande orgulho para nós, brasileiros. Aprendi muito quando estagiei lá e vivenciei a seriedade dos trabalhos".

O Bruno Pires, de São Paulo, diz o seguinte: "Em qualquer área, o desenvolvimento sustentável é sempre um desafio. Também parabenizo os possíveis resultados alcançados".

E o Brunno Phillipi, de Pernambuco, pergunta: "O que podemos esperar para o futuro, com o desmatamento no Brasil de forma ilícita?"

Essa é a pergunta do Brunno, Presidente Moretti. Se o senhor quiser comentar, por gentileza.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI (Para expor.) – Muito bem.

Obrigado aí ao Geová Chagas, de Minas, ao Augusto Posser, do Rio Grande do Sul, ao Bruno Pires, de São Paulo, e ao Brunno Phillipi, de Pernambuco, que traz a questão do desmatamento.

O desmatamento ilegal é um problema que precisa ser atacado com toda a veemência, com toda a força. Noventa e nove vírgula nove por cento dos produtores brasileiros são cumpridores da lei, produzem de forma adequada, de forma correta, respeitando a legislação, respeitando o Código Florestal, e, infelizmente, uma pequena fração desses produtores, maus produtores, maus brasileiros, acabam desmatando e fazendo o desmatamento ilegal.

Então, isso não é um caso de agricultura, isso é um caso de polícia e precisa ser coibido, precisa ser resolvido. E os produtores, os 99,9% de produtores que fazem corretamente, não podem ser culpados, não podem ser incriminados, não podem ter a sua produção prejudicada por uma minoria que, como eu disse, é um caso de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Concordo com o senhor, Dr. Moretti. Tanto a grilagem de terra quanto o desmatamento ilegal são uma questão de polícia, nós temos leis para isso. Então, não há nenhuma preocupação... Não, tem que mudar a legislação, tem que fazer algo... O que deve ser feito é exatamente a polícia agir com a grilagem de terra e com o desmatamento ilegal também.

Agora sim estamos novamente com o Senador Chico Rodrigues. Vamos insistir, Senador Chico Rodrigues, porque a sua participação é importante para nós. V. Exa. que tem um conhecimento amplo, principalmente da produtividade, da produção na Amazônia, especialmente em Roraima. V. Exa. tem um compromisso grande com os produtores rurais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente com a agricultura familiar em Roraima. A sua participação é importante para o nosso debate. V. Exa. tem a palavra. (*Pausa.*)

Olha, só se nós aqui conseguirmos fazer uma leitura labial, Senador Chico Rodrigues. O seu som, o seu áudio não está chegando até nós. Vamos tentar. Vamos ficar tentando aqui, porque é importante a sua participação junto conosco nesse debate tão importante, nessa manhã de quinta-feira, aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Vamos continuar tentando. (*Risos.*)

Se V. Exa. tentar de outro equipamento ou talvez desligar a imagem e ficar só com o som, talvez nós consigamos fazer com que o seu som chegue até nós. Talvez desligando a imagem.

Acho que agora parece que conseguimos.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. *Por videoconferência.*) – V. Exa. me ouve agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Ah! Agora sim! Muito bem, Senador Chico Rodrigues. É um prazer ouvi-lo.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Que maravilha! Que maravilha, então! Aqui é a tecnologia vencendo o homem.

Mas é importante, meu caro Presidente, Senador Acir Gurgacz, V. Exa. que tem, nas manhãs de quinta-feira, presidido com uma precisão cirúrgica todas essas reuniões que têm na verdade um alcance enorme para o Brasil, por se tratarem especificamente desse tema, que é o tema mais recorrente da economia brasileira hoje, que é a nossa agricultura. E ao seu lado o senhor tem o Dr. Celso Luiz Moretti, que preside a Embrapa, essa empresa que na verdade é orgulho nacional, a Embrapa que não precisa mais de adjetivos, porque na verdade transformou o nosso País nessa grande potência agrícola que é hoje, em pouco mais de 40 anos. Isso para nós... E eu, especialmente, que sou engenheiro agrônomo, vi, lá nos rincões do Nordeste, quando ela começou a gestar ali e implantar a unidade na margem do São Francisco, onde eu trabalhava, no Governo do Estado de Pernambuco, com o saudoso e querido Marco Antônio de Oliveira Maciel, quando Governador.

Hoje, obviamente, eu faço esse rápido resumo para dizer que a Embrapa é fundamental para o desenvolvimento nacional; aliás, o seu PIB, o PIB nacional hoje tira o chapéu para a Embrapa, porque foi lá atrás, em tempos pretéritos – e por que não dizer? –, com a figura emblemática da agricultura nacional, o nosso querido amigo Alysson Paolinelli, que foi dado o grande salto para o futuro. Então, hoje o mundo inteiro conhece a importância, a estratégia, a política, a pesquisa séria, os produtos desenvolvidos ao longo de tantos anos. E isso, na verdade, nos dá uma alegria muito grande, porque, em qualquer lugar do mundo... Eu estive, Presidente Moretti, como Presidente da Comissão Parlamentar Brasil Cazaquistão, e a Embrapa já está com o seu braço lá no Cazaquistão, porque eles conhecem e reconhecem a importância dessas pesquisas. O Cazaquistão é um país gigante também – é um país de quase três milhões de quilômetros quadrados, que alguns nem conhecem muito –, que fica, como eu digo, na Ásia central, na porta dos grandes países, como China, Rússia, enfim, todos aqueles países que são importantes como demanda de mercado. Ali está praticamente a metade da população do planeta: China, Índia, Rússia etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero tratar aqui, querido Presidente Acir Gurgacz, apenas de um tema, para não tratar de tantos temas... Sei que vocês já estão... Ao longo do tempo, colegas já se pronunciaram de uma forma muito clara, cada um com a sua *expertise* própria, e eu tenho certeza de que esses comentários que foram feitos aí com a propriedade de um Jayme Campos, com a experiência de um grande produtor e de um Parlamentar exemplar; do nosso querido colega Paulo Rocha, do Pará, que se manifestou também; do querido Espiridião Amin, que é outra expressão da política nacional e conhece também esses problemas enormes da agricultura e da pecuária brasileira; além do nosso querido Marinho, lá do Pará, enfim...

Mas, Dr. Moretti, basicamente uma questão que vem me assustando, vem me preocupando, e tenho certeza de que vem preocupando a comunidade científica nacional, ligada especificamente ao setor da pesquisa agropecuária, é exatamente a questão de quadro de servidores. A Embrapa tem hoje 8.263 servidores – 8.263 servidores –, dos quais 2.261 são pesquisadores; 2.359 são analistas; 1.371 são técnicos; 2.270 são assistentes; e cargos de comissão são dois apenas. Mas o que chama mais atenção em tudo isso é exatamente em relação ao quadro dos pesquisadores, especialmente.

Nós temos 1.731 pesquisadores com ensino médio, 1.196 com ensino superior, 1.161 com especialização, 978 com mestrado, 2.001 com doutorado e 319 com pós-doutorado.

O certo é que essa preocupação é recorrente, e na verdade ela nos inquieta porque grande e expressiva parte desses servidores já tem mais de 30 anos de serviço, portanto estão entrando na linha do tempo para iniciar o seu processo de aposentadoria. Entre os servidores que têm entre 26 e 30 anos e acima de 30 anos de serviço, nós temos aproximadamente 3 mil pesquisadores – há pesquisadores e servidores nas diversas áreas a que me referi aqui.

Então, nós estamos recorrendo ao Governo Federal, ao Ministério da Economia, em um grito de alerta, para que tomem logo a iniciativa da promoção de concurso público, para nós começarmos a absorver novos técnicos, engenheiros, zootecnistas, veterinários, biólogos, bioquímicos etc., para que a Embrapa possa, na verdade, ir preparando novos quadros que são fundamentais para dar sequência às pesquisas de altíssimo nível, que o mundo inteiro conhece e que nós na verdade sabemos que são fundamentais.

Inclusive, eu gostaria que o senhor realmente só confirmasse: eu soube que em algumas unidades, até de pesquisa em soja, já se fala até em fechar essas unidades por falta de técnicos e de recursos. Isso é um absurdo! O Governo Federal tem que acordar para vida, tem que ver exatamente o que é essencial neste País. A Embrapa é o grande catalizador de recursos com a geração da pesquisa, com a transferência de tecnologia, com a disseminação dessas tecnologias. E, obviamente, os campos aí estão aos milhares, há milhões de hectares sendo trabalhados, cultivados e produzindo por conta exatamente das pesquisas altamente abalizadas da Embrapa.

Portanto, vi não toda, mas boa parte, parte expressiva – não estava conseguindo falar – da sua explanação, a participação dos Senadores e os questionamentos do nosso querido Presidente Acir Gurgacz, mas esse é um assunto que não cala, esse da questão de concurso público para começar a repor os quadros dos cientistas da Embrapa. Essa aí tem que ser uma discussão intermitente de todos nós Senadores. Essa aí é uma questão de Estado, não é de governo, não. Governos bons ou ruins passam, mas essa é uma questão de Estado, do Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos nos aproximando agora, neste mês de outubro, já da elaboração da peça orçamentária para 2022, e não é justo que a Embrapa fique mendigando recursos, créditos suplementares para que possa realmente ser atendida. Isso aí é um absurdo. Eu acho que isso aí não é justo. Eu acho que está faltando aquilo que existia no passado, que eram os planos diretores, a elaboração de planos diretores de curto, médio e longo prazo.

E, agora, é aquela euforia do fazer e apresentar resultados, resultados políticos, enfim...

Há setores estratégicos, e a Embrapa é um setor extremamente estratégico, porque o mundo tem fome, o mundo reclama por alimentos. Nós vamos chegando a quase oito bilhões de almas para se alimentarem. Eu até costumo dizer, Presidente Moretti, que, de toda soja produzida no Brasil para esses quase oito bilhões de pessoas, se tivéssemos que dar 2kg de soja para cada alma que existe no Planeta, para cada ser humano, nós atenderíamos todos esses quase oito bilhões com 2kg de soja para cada um, produzidos exclusivamente aqui no nosso País, para ver a dimensão, para ver a potencialidade, para ver, nas pesquisas, o ganho de produtividade que nós temos, para ver, na verdade, a tecnologia gerada em todas as áreas, seja na área de preparo de solo, seja na área de manejo, seja na área de semente, seja na área de mecanização, seja na área de armazenamento... Enfim, em todos os setores, a Embrapa trabalha e pesquisa de uma forma científica extremamente invejável. Portanto, não é justo que o Governo... E sabemos dos esforços da nossa querida Ministra da Agricultura, a Ministra Tereza Cristina é uma gigante, uma pequena gigante, todos sabem, com a sua visão geoestratégica, geopolítica da inserção do Brasil no mundo, para produzir cada vez mais alimentos.

Nós temos ainda milhões de hectares em que não se precisa derrubar uma árvore, como esse povo da Ásia e principalmente da Europa fala, na verdade, de desmatamento. Nós não precisamos derrubar uma árvore. O que nós já temos de área antropizada, o que nós já temos de Cerrado... O meu Estado, por exemplo, o Estado de Roraima, tem mais de 1,2 milhão de hectares de Cerrado, que lá nós chamamos de lavrado – mais de 1,2 milhão de hectares de Cerrado –, para serem cultivados. As produtividades altíssimas... O Governador do Estado atualmente, o Antonio Denarium, está incentivando cada vez mais a atividade econômica do setor agrícola no nosso Estado, ela está se expandindo.

E, com esses investimentos, olhando internamente para a Embrapa, para a geração de pesquisa, para a descoberta... O senhor está falando aí de tudo... Você pergunta sobre alguma espécie agrícola, de valor econômico ou não, e a Embrapa está pesquisando! Então, ela tem no seu portfólio informações fantásticas para atender o agricultor pequeno, o médio e o grande produtor brasileiro.

Eu gostaria de saber o que está sendo feito. A Embrapa... Acredito que o senhor está debruçado sobre essa questão que inquieta não o senhor apenas, mas todos os servidores e principalmente nos inquieta – nós da sociedade brasileira. O que está sendo feito para que o Governo Federal acorde para a necessidade urgentíssima de promover concurso público para a Embrapa ir completando seus quadros e diminuindo os efeitos da falta daqueles que já prestaram muito serviço e que já estão próximos de se aposentar?

Era basicamente isso que eu gostaria de deixar manifesto aqui nesta manhã de quinta-feira, porque a Embrapa, em alguns momentos, pode ser maior do que o Brasil.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues. É por isso a nossa insistência em fazer o *link* com V. Exa., é porque sabíamos que as suas colocações sempre são muito importantes para o agronegócio brasileiro. Não foi diferente agora com a sua manifestação.

Com a palavra o Sr. Celso Luiz Moretti.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI (Para expor.) – Muito bem.

Caro Senador Chico Rodrigues, muito obrigado pelas suas ponderações e pelas suas questões, todas extremamente relevantes e que me dão a oportunidade de fazer esses esclarecimentos.

Acho que o principal ponto aqui – eu dividi aqui a fala do senhor em quatro grandes pilares – é a questão do concurso público, da recomposição dos nossos quadros. Sem sombra de dúvida, Senador, o senhor tem toda a razão, nós precisamos seguir trabalhando para recompor o quadro de colaboradores da Embrapa.

Aqui eu quero deixar bastante claro para todos que nos acompanham aqui nesta audiência pública, presencialmente ou no e-Cidadania, que a Embrapa vem cumprindo o seu papel de enxugar custos onde é possível enxugar, de melhorar a sua eficiência e contribuir para os ajustes fiscais que precisam ser feitos no Brasil. Foi por isso que, em 2019, nós concluímos um plano de demissão incentivada, no qual saíram 1,2 mil colaboradores que, enfim, já tinham cumprido o seu papel, tinham cumprido a sua jornada na empresa, o que trouxe, então, a redução do nosso quadro para algo em torno de 8,2 mil colaboradores. Nós negociamos, Senador Chico Rodrigues e demais Parlamentares, demais Senadores, com o Ministério da Economia, à época, que poderíamos repor 70% dessa força de trabalho que saísse nesse programa, nesse plano de demissão incentivada. Então, nós temos, hoje, disponíveis algo em torno de 700 a 750 vagas para a elaboração de um concurso público. Em função de força de lei, nós não podemos abrir esse concurso público no ano que vem, 2022, mas nós já estamos trabalhando para que, assim que a vedação legal deixe de existir, nós possamos fazer o concurso público para recompor a nossa força de trabalho, para contratar pesquisadores, para contratar os colegas da área de apoio.

Então, é extremamente relevante, Senador Chico Rodrigues, esse ponto que o senhor trouxe aqui da recomposição dos nossos quadros. Nós seguiremos contando com o apoio de V. Exa. e aqui desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nesse diálogo com o Governo, com o Executivo, para trabalhar na questão do concurso público que devemos, oxalá, ter no ano já de 2023. Já estamos trabalhando nessa questão.

O segundo ponto, Senador Chico Rodrigues, da sua fala, que o senhor traz: Roraima. Eu tive a satisfação de conhecer o lavrado de Roraima, e é muito interessante, Senador Acir Gurgacz, que nós, quando estamos aqui no centro-sul do Brasil e olhamos para a Amazônia, a gente pensa que é floresta, toda coberta por florestas, mas, como eu disse, há várias Amazônias. Lá, no lavrado, eu conheci produtores, Senador Chico Rodrigues, de melancia que produzem uma melancia de excelente qualidade e sabemos também a produção de milho, a produção de mandioca e a de soja. Nós temos materiais da Embrapa, num trabalho conduzido aqui pela Embrapa Cerrados, com o chefe da unidade, Sebastião Pedro, em parceria lá com a nossa unidade, que fica em Boa Vista, desenvolvendo um trabalho excelente para a produção de grãos, para a produção de frutas e para a produção de hortaliças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro ponto aqui é que o senhor mencionou a parceria com o Cazaquistão. Nós, inclusive, encontramos recentemente, o Senador Chico Rodrigues no aniversário da independência dessa ex-República Soviética, o Cazaquistão, que fica ali na Ásia Central. Estamos discutindo a parceria para apoiar o desenvolvimento do Nasec, que é como se fosse a Embrapa lá do Cazaquistão, e existe aqui, Senador Acir Gurgacz, um interesse muito grande para o Brasil nessa parceria.

Primeiro, o Cazaquistão é o centro de origem da maçã. Então, veja, a produção de maçã no Brasil, hoje, é uma grande indústria, inclusive nós exportamos maçã para os Estados Unidos, exportamos para Europa, e você ter contato com o centro de origem de uma cultura como esta da maçã é muito importante, inclusive para nós buscarmos material genético, variabilidade genética para guardarmos em nosso banco genético, caso haja algum problema na maçã.

O segundo ponto interessante é que o Cazaquistão é um grande produtor de potássio e, então, nos interessa muito. Nós vamos, Senador Chico Rodrigues, aqui apoiá-los nessa estruturação do Nasec, que é essa instituição similar à Embrapa lá, mas existem coisas muito interessantes que nós podemos trabalhar juntos nessa parceria.

E, por último, o senhor falou muito sobre a questão da segurança alimentar, sobre a questão da fome no mundo, do Brasil estar alimentando o mundo. Nós já alimentamos 800 milhões de pessoas, e eu falei aqui mais cedo, Senador Chico Rodrigues, sobre o trigo tropical. O senhor imagina que hoje o Brasil é o único país do mundo que tem trigo tropical. Trigo é sinônimo de alimento, é pão, é massa, quer dizer, é segurança alimentar. Então, pense, Senador Acir Gurgacz, o trigo tropical do Brasil alimentando milhões de pessoas na África, no sudeste asiático, na América Latina, o que o Brasil pode fazer em prol da segurança alimentar global. Eu acho que esse é um ponto, mais uma vez, que o Brasil precisa ocupar mais fortemente, esse espaço nessa arena internacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Muito obrigado ao Senador Chico Rodrigues e ao nosso Presidente da Embrapa.

Nós não conversamos, não falamos sobre o milho de Rondônia, não é, Presidente?

Eu não sei se já houve um contato lá com a Embrapa de Rondônia para que a gente possa avançar, evoluir, produzindo uma semente adaptada ao clima, ao nosso solo.

Como o senhor muito bem colocou, e eu tenho colocado sempre aqui, dentro da Amazônia, nós temos várias Amazônias, e, dentro do Estado de Rondônia, nós temos vários climas também, vários tipos de solo. No sul, no centro, no norte, no leste, no oeste, o que se planta no sul de Rondônia é diferente do que se planta no norte, então, há, claro, uma diversidade grande, o Estado não é pequeno, é um Estado grande, um pouquinho maior que o Estado do Paraná, em área territorial. É claro que a ocupação do solo em Rondônia é muito menor por conta das nossas reservas, das nossas florestas, e nos orgulhamos muito das nossas reservas e das nossas florestas. Nós fazemos um trabalho em conjunto com os produtores, com os governos municipais, com o governo estadual para a preservação das nossas reservas.

Como colocou muito bem aqui o Dr. Moretti – e eu também tenho colocado, Dr. Moretti, por várias vezes, aqui na Comissão –, o Brasil pode aumentar muito a sua produtividade; como o senhor colocou, podemos dobrar a nossa produção sem desmatar sequer uma árvore, só com as áreas que já foram transformadas. Para isso, é preciso haver uma ação de Estado, um programa de Estado, que é recuperar as áreas degradadas em todo o País, principalmente na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia. Nós temos muita área degradada. Se nós investirmos em recuperar, fazer essas áreas degradadas produzirem como a média nacional, nós vamos aumentar e muito a produção brasileira.

Nós temos um projeto, que está tramitando nesta Casa, que é uma forma de contribuir para isso: chama-se Restaura Amazônia, criando incentivos fiscais para que os produtores possam investir na sua terra. Quanto mais ele investir na sua terra, nós vamos aumentar a produtividade, aumentar a renda do trabalhador, e ele não terá que se pegar a cortar uma árvore para melhorar a sua renda. Nós queremos que ele melhore a sua renda melhorando a sua produtividade. Portanto, esse programa Restaura Amazônia é uma contribuição para a gente avançar nesse tema, mas entendo que tem que ser uma política de Estado a restauração das áreas degradadas.

Isso também é uma resposta a toda essa celeuma que existe no mundo com relação ao desmatamento ilegal da Amazônia. E nós somos totalmente contra. Voltamos a dizer: desmatamento ilegal, grilagem de terra é uma questão de polícia. A polícia tem que agir para que isso não aconteça. É importante deixar bem claro que todos os produtores rurais brasileiros – todos, sem exceção – são contra o desmatamento ilegal, são contra essa prática que tem atrapalhado muito o Brasil, principalmente nas relações exteriores.

Portanto, Dr. Moretti, nós agradecemos a sua presença conosco. Passo-lhe a palavra para que o senhor faça suas considerações finais e para que nós caminhemos para o encerramento da nossa reunião.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Quero apenas falar sobre a questão do milho em Rondônia. Eu já havia solicitado aos nossos colegas da Embrapa Rondônia, lá em Porto Velho, o Alaerto Marcolan, que é o chefe da unidade, e os nossos colegas da Embrapa Milho e Sorgo, que é a nossa unidade que fica em Sete Lagoas, que trabalha com a cultura do milho, e eles já fizeram uma análise rapidamente aqui. Nós temos, como é sabido, o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para várias culturas no Brasil, inclusive para o milho, e eles fizeram esse mapeamento para o Estado de Rondônia: para cultivares de ciclo precoce, existe uma janela de plantio de 10 de janeiro a 28 de fevereiro, para o milho de segunda safra, na região de Vilhena, em Rondônia, com risco de 20%. O zoneamento agrícola coloca janelas de plantio e localidades e calcula o risco de você ter sucesso ou insucesso nessa produção. Então, nessa janela até 28 de fevereiro, é um risco de 20%; na janela até 10 de março, é um risco de 30% de probabilidade de perda.

Para o cultivo do milho de ciclo precoce normal – eu estava falando do superprecoce – existe uma janela de 10 de janeiro a 20 de fevereiro com 20% de risco, e até 28 de fevereiro com 40% de risco. Depois a gente pode encaminhar para o senhor esses detalhes, mas isso já está mapeado e entendo que pode ser mais uma contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Estado.

Eu gostaria aqui, em nome da Embrapa e de todos os nossos mais de 8,2 mil colaboradores, agradecer a oportunidade, agradecer a Presidência aqui do Senador Acir Gurgacz, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, pela oportunidade que nos foi dada hoje de trazer ao conhecimento desta Casa e da sociedade brasileira a importância que foi, que é e que será o investimento em ciência, tecnologia e inovação agropecuária. A Embrapa, o seu trabalho, o trabalho dos nossos parceiros é uma prova cabal, Senador Acir Gurgacz, de que investir em pesquisa e desenvolvimento, investir em ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia traz retorno para a sociedade e um retorno que é infinitamente maior em relação aos investimentos que foram feitos. A história hoje aqui apresentada, os dados que foram mostrados, os impactos gerados demonstram que, sim, vale a pena investir em ciência, tecnologia e inovação. A Embrapa é uma empresa do Estado brasileiro, da sociedade brasileira.

Eu quero aqui, mais uma vez, reforçar os meus agradecimentos a V. Exa. pela oportunidade e colocar a nossa instituição, os nossos 43 centros de pesquisa em todo o Território brasileiro, toda a nossa equipe à disposição da agricultura, à disposição do Brasil.

Muito obrigado, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua presença e eu faço coro com todos os Senadores que aqui passaram dizendo que a Embrapa é um orgulho nacional. De fato é, e vamos, sim, como colocou muito bem o Senador Jayme Campos, não apenas colocar uma emenda de Comissão no orçamento da União, mas vamos conversar com o nosso relator setorial para que se mantenha essa emenda, pois é muito importante para nós.

Temos aqui um item extrapauta que eu passo a ler, a pedido do Senador Zequinha Marinho.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 11, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a ameaça de falta de insumos para o plantio da safra 2021/2022.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

- Ministério das Relações Exteriores;

- Ministério de Minas e Energia; e

- Aprosoja Brasil - Associação Brasileira dos Produtores de Soja.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

As. Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Zequinha, nós temos várias matérias a serem discutidas nas próximas semanas, mas esse tema é de tamanha importância que nós vamos colocar isso como prioridade. A próxima reunião que nós vamos ter será dia 21 de outubro. Na semana que vem, nós não teremos as reuniões desta Comissão. Nós fizemos três reuniões nesta semana para suprir as da semana que vem. Na próxima semana, no dia 21, nós teríamos vários outros temas, mas deixamos aberta e confirmamos, da nossa parte, a realização desta audiência pública, e V. Exa. pode se preparar para participar – é importante a sua participação como autor desse requerimento –, para que a gente possa debater este tema que é a ameaça de falta de insumos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o plantio da safra de 2021/2022. Não podemos perder tempo. Por isso, já, da nossa parte, está marcado para o próximo dia 21.

Agradeço também a presença da Senadora Zenaide Maia, da Senadora Soraya Thronicke, do Senador Jayme Campos, do Senador Esperidião Amin, do Senador Izalci Lucas, do Senador Nelsinho Trad, do Senador Zequinha Marinho, do Senador Carlos Fávaro, do Senador Luiz do Carmo, do Senador Wellington Fagundes, do Senador Chico Rodrigues, do Senador Paulo Rocha, do Senador Luis Carlos Heinze e do Senador Angelo Coronel. Todos eles participaram, Presidente Celso Luiz Moretti, da nossa audiência pública.

E, mais uma vez, agradeço a presença do senhor conosco, e deixamos aqui a nossa Comissão à disposição. Tudo que é de interesse da Embrapa é de interesse desta Comissão. Tudo que nós pudermos fazer para colaborar com a nossa Embrapa, nós estamos à disposição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 08 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e quatro minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Carlos Fávaro, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa: 1 – Ofício nº 9238.624/2021-51, do Ministério das Relações Exteriores, sobre projeto conduzido pela Embaixada do Brasil em Ottawa (Canadá) em conjunto com a empresa CTRS Solutions, para a elaboração de estudo sobre o mercado canadense de agritechs. Conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na Internet. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa (Req 11/2021-CRA), atendendo ao requerimento REQ 11/2021 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Finalidade: Debater a ameaça da falta de insumos para o plantio da safra 2021/2022. Participantes: Sérgio de Zen, Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab (representante de: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa); Embaixador Alex Giacomelli da Silva, Diretor do Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Enir Sebastião Mendes, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia - MME; Antonio Galvan, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja – Aprosoja Brasil; e José Carlos Polidoro, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 12, de 2021 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2021 - CRA (debater a ameaça de falta de insumos para o plantio da safra 2021/2022) sejam incluídos os seguintes convidados: o Senhor Deputado Federal Sérgio Souza, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA; o Senhor Pedro Paulo Dias Mesquita, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; o Senhor Christian Lohbauer, Presidente da CropLife Brasil; o Senhor Antônio da Justa Feijão, Geólogo e Presidente da Fundação Amazônica de Imigrações de Meio Ambiente -Finama; Representante da Companhia Norte de Navegação e Portos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Cianport)." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 13, de 2021 que: "Considerando a manifestação externa da ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS MARGARIDA ALVES - ASPRUMA, por meio de requerimento de seu procurador a esta Comissão, relativa à necessidade de levantamento, para fins de regularização fundiária, da situação social, socioeconômica e ambiental dos agricultores da área denominada Margarida Alves II, na zona Rural do Município de Nova União do Estado de Rondônia. Considerando a situação de insegurança e vulnerabilidade das famílias nesta região, quanto à questão agrária e socioeconômica. Considerando a mútua cooperação republicana entre os poderes e a vinculação finalística entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Requeiro, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento forneça informações sobre a regularização da situação das famílias na referida área, constante do processo administrativo SEI n.° 01094.000109/2019-26." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Usam da palavra os Senadores: Zequinha Marinho, Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Chico Rodrigues, Deputado Estadual, Xuxu Dal Molin e o Presidente da Comissão Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa: Ofício nº 9238.624/2021-51, do Ministério das Relações Exteriores, sobre projeto conduzido pela Embaixada do Brasil em Ottawa (Canadá) em conjunto com a empresa CTRS Solutions para a elaboração de estudos sobre o mercado canadense de agritechs.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet.

Requerimento de apoio à comunidade de agricultores. Recebemos este ofício: pedido de apoio à Comissão de Agricultura. Comunidade de pequenos agricultores. Pedido de providências ao Incra do Estado de Rondônia.

> A Aspruma (Associação de Produtores Rurais Margarida Alves), associação de direitos privados com finalidade pública, constituída por tempo indeterminado e sem fins lucrativos, vem, por meio do seu procurador, que esta subscreve, cumprimentar V. Exa. e, oportunamente, requerer apoio e diligência desse colegiado (Comissão de Agricultura do Senado Federal), junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para que o mesmo realize levantamento da situação socioeconômica e social dos agricultores da área Margarida Alves II, no Município de Nova União, Estado de Rondônia.
>
> Encaminhamos em anexo o requerimento desta associação endereçado ao protocolo do Incra no Estado de Rondônia, nos termos de que a autarquia proceda ao estudo e apresente soluções para fins de regularização fundiária dos agricultores.

Ao receber esse ofício, nós temos já feito várias audiências públicas e temos uma preocupação muito grande com relação à regularização fundiária. É um dos temas que a gente tem mais debatido aqui nesta Comissão e também em reuniões feitas tanto no Ministério da Agricultura, com o Incra, para que aconteça de fato a regularização fundiária. Desse modo, nós vamos aprovar, ao final desta audiência, um requerimento que diz o seguinte:

Considerando a manifestação externa da Associação de Produtores Rurais Margarida Alves (Aspruma), por meio de requerimento de seu procurador a esta Comissão, relativa à necessidade de levantamento, para fins de regularização fundiária, da situação social, socioeconômica e ambiental dos agricultores da área denominada Margarida Alves II, na zona Rural do Município de Nova União do Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando a situação de insegurança e vulnerabilidade das famílias nesta região, quanto à questão agrária e socioeconômica.

Considerando a mútua cooperação republicana entre os poderes e a vinculação finalística entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Requeiro, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento forneça informações sobre a regularização da situação das famílias na referida área, constante do processo administrativo SEI nº 01094.000109/2019-26.

Sala das sessões, 20 de outubro de 2021.

Esse requerimento será aprovado hoje e será encaminhado ao Ministério da Agricultura, para que o Ministério da Agricultura acione o Incra para que a gente possa avançar nessa questão da regularização fundiária, especificamente desse ofício que nós recebemos. Vamos acompanhar toda a tramitação, para que a gente possa avançar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Um aparte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Como V. Exa. acaba de mencionar, regularização fundiária é um dos temas mais caros para todo brasileiro que trabalha com o campo.

Está me causando uma certa preocupação o desdobramento do Titula Brasil, programa do Governo Federal que orienta um convênio de cooperação técnica com os Municípios para que esses possam representar o Incra no caso de terras do Governo Federal, ou o instituto de terras daquele Estado no caso das terras de domínio do Governo do Estado.

O que eu estou observando neste momento, e já preocupado? Acho que é importante a Comissão – e de repente a gente faria um requerimento posterior – para ouvir a Presidência do Incra sobre as Prefeituras... Todas, lá no meu Estado, quase 100%, já estão trabalhando. Isso vai jogar na sede das superintendências... Lá nós temos três superintendências, porque o Estado é um pouco vasto, muito assentamento. O que o Incra vai fazer com esse volume imenso de processos de elaboração de títulos? Porque não vai ser pouco, não está sendo pouco, não será pouco. Meu temor é que a Prefeitura faça todo o sacrifício, com todo o interesse. Nossos Prefeitos estão muito interessados, comprometidos, porque esse é um problema seríssimo lá no Pará – na Amazônia toda, em Rondônia.

Quer dizer, se esse volume imenso de processos de pedidos de regularização fundiária chegam à Superintendência e de lá devem vir para cá, como é que vai ser isso? Como é que vai ser essa resposta? Tem gente para analisar processo a processo? O que nós vamos fazer com isso?

Então, eu queria me manifestar no sentido de que a Comissão pudesse ficar atenta com relação a esse volume imenso que o Brasil todo vai estar jogando e que vai, certamente, alcançar um volume recorde de pedidos de regularização fundiária por todos os Estados brasileiros, especialmente na Região Norte, na Região Amazônica, que é onde se tem os maiores problemas relacionados a esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há Estados por aí, como o meu, que são o bicho-papão. A falta de segurança jurídica no campo tem trazido tragédias no campo. A gente precisa se livrar disso. E repito: os Municípios estão com toda a boa vontade, mas me preocupa a retaguarda que o Incra possa dar para poder analisar esses processos e emitir esses documentos, pelo menos nesse período até que se tenha um projeto de lei que possa facilitar isso – temos aqui o 510, já veio o 2.633, lá da Câmara – e descomplique um pouco mais esse processo de regularização.

É a minha observação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Nós tivemos uma audiência pública aqui com o Presidente do Incra, na qual ele fez uma grande exposição sobre o novo sistema que o Incra colocou à disposição para, junto com as prefeituras, fazer a regularização fundiária, mas é sempre oportuno e vamos convidá-lo novamente para nos explicar como avançou nesses últimos meses. Foi logo no começo do ano de 2021 que nós tivemos essa audiência pública, e é oportuno nós fazermos novamente. Vamos fazer esse requerimento para que a gente possa avançar.

Esse tema realmente é muito caro para nós na Amazônia. No seu Estado do Pará, no nosso Estado de Rondônia, essa situação desse requerimento aqui da Aspruma, que é o PA Margarida Alves, é uma das preocupações que nós temos no Estado de Rondônia, nós temos que avançar para resolver esses problemas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a ameaça de falta de insumos para o plantio da safra 2021/2022, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2021, da CRA, de autoria do Senador Zequinha Marinho.

Esta audiência pública é interativa, por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800-612211.

Os nossos convidados são: Dr. Sérgio De Zen, Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que estará interativamente conosco; também o Embaixador Alex Giacomelli da Silva, Diretor do Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura do Ministério das Relações Exteriores; Dr. Enir Sebastião Mendes, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia, que também estará interativamente conosco; Dr. Antonio Galvan, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), que eu convido neste momento para sentar-se à mesa, já que o senhor está presente – e agradeço a presença junto conosco – , acompanhado do Dr. Fabrício Rosa, Diretor-Executivo da Aprosoja; e também José Carlos Polidoro, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A crise global de fertilizantes pode ter um efeito direto no agronegócio nacional e no bolso dos brasileiros. Os produtores brasileiros enfrentam um cenário desfavorável para conseguir fertilizantes, pois as indústrias de fertilizantes da China, do Canadá, da Rússia e da Bielorrússia, principais países exportadores dos insumos, passam por dificuldades operacionais e colocam a cadeia de suprimentos mundial em risco neste momento.

Até junho de 2021, o mercado brasileiro já utilizou 23,9 milhões de toneladas desses insumos, no entanto apenas 3,7 milhões foram produzidos no Brasil. Todo o restante foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importado, segundo os dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos. Como vemos, a produção nacional de fertilizantes está muito aquém das nossas necessidades.

Com a demanda em alta e a oferta em baixa, o preço dos insumos tem subido demais, com o agravante da cotação do dólar, que supera a marca de R$5,50. Isso terá reflexo na agricultura em todo o País e, além de aumentar os custos de produção, deve ser repassado ao consumidor, aumentando o preço dos alimentos na mesa dos brasileiros.

A situação é preocupante para a agricultura e também para a nossa segurança alimentar. Portanto, temos que buscar alternativas aos fertilizantes importados para baixar os custos de produção e garantir a produção deste ano. Isso porque, apesar da dependência dos insumos importados, não temos ainda uma estratégia nacional para baratear a importação nem uma política para estimular a produção desses insumos no Território nacional.

Portanto, é muito oportuna a iniciativa do Senador Zequinha Marinho, do Pará, para discutirmos hoje, aqui na Comissão de Agricultura, os aspectos técnicos e econômicos, de registro, controle e uso dos fertilizantes e agroquímicos importados, que devem ser aperfeiçoados, mas principalmente a adoção de medidas que estimulem a produção nacional, com a localização e exploração de nossas jazidas. O Brasil precisa adotar medidas que estimulem a produção de fertilizantes e agroquímicos pela indústria nacional. Temos matéria-prima, capacidade industrial e tecnologia suficientes para isso.

Atualmente a principal mina de potássio do Brasil encontra-se no Sergipe, a qual é explorada pela companhia Vale do Rio Doce, com capacidade de triplicar a sua produção. Além disso, temos iniciativas que poderiam ser ativadas, como a fábrica de fertilizantes de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, que está pronta, mas ainda não entrou em funcionamento e deve ser vendida pela Petrobras. A Petrobras, por sinal, detém o direito de explorar as reservas de potássio na Amazônia, que detém a terceira maior jazida de silvinita do Planeta, rocha da qual é extraído o potássio. A jazida está localizada numa área que abrange 14 Municípios, no Estado do Amazonas e no Estado do Pará, na confluência dos Rios Amazonas e Madeira.

Temos questões ambientais e indígenas e de logística para exploração dessa jazida, mas é um projeto viável e temos que superar essas questões com responsabilidade social e principalmente ambiental. As concessões de lavra pertencem à Petrobras, portanto, se a empresa não quiser explorá-las, tem que vender a concessão para uma empresa privada, preferencialmente para uma empresa nacional.

Esse é um grande gargalo da nossa agricultura e creio que devemos unir todas as forças para superar os entraves e colocar o Brasil nessa condição de destaque também na produção de fertilizantes para a agricultura de todo o mundo.

Faço essa contextualização para introduzir o tema e passar a palavra ao nosso colega, Senador Zequinha, para fazer as suas colocações como relação a essa audiência pública, saudando também o Senador Amin, sempre presente juntamente conosco, e para debater esse tema tão importante.

Na sequência, V. Exa. tem a palavra. Primeiro o Zequinha...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Também saudando o Deputado Estadual Dal Molin, Presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio, do Mato Grosso. Seja bem-vindo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Adivinha de onde é que ele é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Não é catarinense também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Não é possível! (*Risos.*)

Seja bem-vindo, Deputado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente.

Cumprimentando a todos, vou cumprimentar o Galvan, que aqui representa todos aqueles que levantam de madrugada para encarar a dureza, fazendo do Brasil uma potência na produção de proteína animal, de grãos, enfim, de tudo o que representa o agro brasileiro. Muito obrigado. Sua presença aqui prestigia muito esse momento, e um momento que nos traz muitas preocupações.

Cumprimento o Senador Amin. Cumprimento o nosso Deputado que representa aqui a frente parlamentar do agro, no Mato Grosso. É uma alegria poder tê-los aqui. Saúdo todos que estão remotamente conectados.

O requerimento, como V. Exa. já fez uma exposição inicial, trata exatamente desse tema. E resumidamente aqui, eu gostaria de dizer da nossa preocupação. A gente precisa aqui apontar para dois pontos focais desse momento, primeiro, a questão emergencial. Nós precisamos trabalhar muito para que esses insumos possam chegar ao campo. Por isso, a nossa solicitação da presença do Ministério da Agricultura, que estará se pronunciando dentro de alguns minutos, e também aqui a presença e a participação do Ministério das Relações Exteriores. Isso é uma questão diplomática também. Nós entendemos que o Ministério precisa vir para dentro e ajudar o Brasil na sua articulação diplomática, a fim de que se possa manter, mesmo que com sacrifício, essa importação, e não deixar o agro padecer por falta de insumos que são essenciais. Sem insumo, todo mundo sabe que a produtividade cai violentamente, de repente até inviabilizando economicamente o plantio. E isso preocupa e está fazendo parte do imaginário de todo produtor rural no Brasil neste momento. Esse é um foco em que a gente precisa atuar, meu caro Senador Esperidião – que é nosso professor aqui dentro –, de forma muito eficiente e muito urgente, no meu ponto de vista.

Segundo, nós precisamos começar a olhar o futuro, e olhar o futuro é trabalhar com o Governo e com o setor privado a produção para a autossuficiência nesses produtos, tanto no que diz respeito ao setor que vai explorar, porque o Brasil, graças a Deus, tem – e eu não sei porque é melhor importar do que explorar um produto nosso – e, de repente, você cai num momento de tanta fragilidade: a China se enrola não sei com que, o Canadá, a Bielorrússia, não sei quem, e aí fica difícil, e o preço, que era 300, passa para 1,1 mil ...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O americano não deixa o Irã mandar ureia para cá.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pois é. Parece bola de arame liso, que era R$300 e hoje é R$1,1 mil.

Não posso acreditar que isso também vá lá para a questão dos insumos, fertilizantes e defensivos. Então, isso é muito preocupante.

Então, essa audiência pública solicitada... E eu tenho aqui um requerimento para apresentar no final, uma outra mesa para tratar especificamente desse problema relacionado com a exploração que o Brasil precisa fazer, implementar um programa, acionar BNDES ou qualquer um outro banco, enfim, buscar empreendedores, articular uma política voltada para esse setor.

Portanto, aqui está convidado alguém que vai representar a geologia brasileira. A CPRM tem esse mapa geológico do Brasil, que sabe exatamente onde estão essas minas, a mina do fósforo, do potássio, porque o nitrogênio vem da questão do petróleo, e nós somos bons disso, é só trazer isso para perto.

E o resto são coisas menores, são micros, que a gente pode, com a tecnologia que temos, ir suprindo tudo isso. Mas quanto ao grosso, à massa de tudo isso, é preciso que a gente entre em campo, que o Governo se comprometa com isso, porque não é possível que um setor da economia que tem mostrado eficiência e competência para valer, que é competitivo em qualquer lugar do mundo, mesmo aqui, com toda a dificuldade de logística, possa ficar de lado nessa hora.

A gente tem que avançar com isso, e a coisa não é para longo prazo, é para curto e médio. Esses investimentos e essa política precisam ser trabalhados.

Muito obrigado, Presidente.

Eram essas as minhas considerações iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Zequinha.

Passo a palavra ao Exmo. Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, a minha primeira palavra é para me congratular com o Senador Zequinha pela feliz iniciativa, muito oportuna.

Espero que não fiquemos apenas no imediato, no curto prazo, na crise, como ele mesmo salientou, o Senador Zequinha, e pensemos um pouco na redução dessa nossa dependência ingênua. Vamos ser bem claros, todo mundo nos inveja. Se alguém puder colocar uma casca de banana ou tirar ou afrouxar o degrau de uma escada, não tenha dúvida de que fará isso. É a concorrência.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Botar o dedo no suspiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim. Ajudar a ficar mais tempo afogado, também o fará; deixará o cotovelo descansando na cabeça do freguês. Faz parte do jogo. Então, é um pouco de ingenuidade nossa não acreditar que é do interesse de outros essa precariedade nossa. É uma ingenuidade. "Mas como eles não vão nos ajudar?" É claro que não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sugiro duas coisas. Primeiro, didaticamente, listar quais são esses fertilizantes, os defensivos e as suas respectivas matérias-primas, e qual é o respectivo gargalo. Por isso é que eu falei da ureia, Senador Zequinha. Nós vivemos, há dois anos, o embaraço internacional com relação aos navios iranianos, que não podiam ser abastecidos porque o governo americano não concordava que a Petrobras os abastecesse. Vocês não se lembram disso? Foi ao largo da Costa de Santa Catarina, senhor. Foi em São Francisco do Sul, que o senhor conhece. Não pode... Quer dizer que o navio não pode vir para cá? E eles hoje, o Irã, já têm dispositivo para fazer a exportação em contêiner, grandes contêineres. Então, ele manda para você a cota que você quer. É um expresso. É uma ponte aérea... Não, marítima, não é? Então, esse é um caso específico. Mas não adianta nós ficarmos discutindo sobre um. Então, é fazer a lista dos respectivos insumos e sobre isso trabalhar com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Agricultura. E a lista da nossa dependência... Quer dizer: o que é que falta? Falta a mina, a origem, como foi salientado aqui no caso de Sergipe, que é, digamos, a mais útil e em condições de produzir.

E devemos reduzir dramaticamente essa nossa dependência, não apenas nesse curto prazo, emergencialmente, como o Senador Zequinha muito bem enunciou didaticamente. Uma coisa é a emergência e outra coisa é a inteligência, que nos tem faltado para a gente tentar, com o apoio da Embrapa, finalmente, formas mais modernas de fertilizantes e de defensivos. Não é repetir. É fazer coisas mais sustentáveis e, do ponto de vista ambiental, mais recomendáveis, porque tudo isso está sofrendo uma dinâmica muito grande, como o nosso Presidente bem sabe.

Então, emergência, lista: quem é que supre? O que é que nós fazemos? Nós recebemos a matéria-prima? O semiprocessado? E a relação com os respectivos volumes, é claro, para atender a emergência e para atender estruturalmente o setor. Nós somos responsáveis pela alimentação de 1 bilhão de pessoas. Nem temos o direito de brincar. Mas o Brasil não pode perder a sua competitividade. Então, tem que projetar isso para frente.

Eu quero saudar também o Presidente da Aprosoja, que aqui representa os pacientes, no caso dessa terapêutica, não é verdade? E dizer que a saúde do setor é a própria saúde do Brasil, umbilicalmente ligado e dramaticamente dependente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu faço questão de passar a palavra e de cumprimentar, mais uma vez, o nosso Deputado Estadual Xuxu Dal Molin, que é paranaense, ouviu, Esperidião Amin? Não é catarinense.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A confirmar... Está confirmado que os pais foram beneficiados pelos ares férteis e fertilizantes do Vale do Rio do Peixe. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Eu não poderia deixar de passar a palavra para V. Exa., agradecendo a sua presença junto conosco nesta audiência tão importante.

O SR. XUXU DAL MOLIN (Para expor.) – Senador Acir, muito obrigado.

Parabéns pela condução na Presidência desta tão renomada Comissão de Agricultura, onde eu tive a honra de trabalhar aqui como assessor parlamentar com o ex-Senador Gilberto Goellner, membro desta Comissão e da de Infraestrutura, e fizemos grandes avanços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer ao nosso colega, amigo e Senador de partido Zequinha Marinho. Parabéns! Você está sendo extremamente estratégico e patriota neste momento de chamar todo o Governo, principalmente Relações Exteriores e MAPA, para a gente já buscar alternativas, como o nosso brilhante Senador Esperidião Amin falou. Nós temos questões agora a curto espaço de tempo e a médio, que são coisas mais pensadas um pouquinho ali na frente.

Em nome do Galvan, Presidente da Aprosoja Brasil, saúdo a todos os produtores e as produtoras do Brasil, que estão neste momento, mesmo com dificuldades, mais uma vez no campo semeando a safra 2021/2022.

A questão da pandemia no mundo não está pior porque o produtor brasileiro não deixou de trabalhar. E nós pagamos com vidas. O Mato Grosso é o Estado maior exportador do País e o que mais teve mortes por covid. Então, nós pagamos com vidas para manter a segurança alimentar do mundo, Senador Zequinha. Isso é fato. Agora nós precisamos que o poder público faça a sua parte. Nós estamos aqui representando a Frente Parlamentar da Agropecuária do nosso Estado do Mato Grosso, em que eu sou coordenador.

Rapidamente aqui eu quero só trazer que a safra da soja que está sendo plantada tem algumas dificuldades pontuais, mas a do milho e a da soja ali na frente aí, sim, o buraco é mais embaixo. As empresas já sinalizam o não cumprimento da entrega de nitrogenados, glifosato, acefato, entre tantos produtos que vão garantir uma quantidade adequada, porque isso significa produção, não tem o que fazer. E aí nós temos alguns meses ainda para tentar compensar de uma forma ou de outra, através de importação, discutir isso com o mundo, porque, quanto mais o Brasil produzir, isso pode amenizar a questão da inflação mundial dos alimentos, a segurança alimentar, que é mais importante, e também depois uma política pública aí de incentivar a Petrobras e a iniciativa privada a explorar o que nós já temos. Então, não temos muito o que falar. O Governo está vendo, o mercado já está todo, vamos dizer assim, estressado com isso, a inflação já começa a aumentar. Porque, só com o fato de sinalizar, já há uma resposta negativa que é o aumento. E aí, para amenizar isso, requer muitos movimentos do Governo, os sinais positivos para a gente combater tudo isso. Então, quero desejar sucesso ao Senado.

Amanhã nós vamos estar debatendo na Câmara dos Deputados também não só a questão de fertilizantes, mas também a de insumos, como defensivos agrícolas e toda a cadeia do agro, fora os aumentos descabidos que tivemos nas máquinas, implementos. Hoje a inflação está aí nas nuvens por quê? Caiu o preço de muitos produtos, como a carne, mas lá na gôndola do mercado não cai: existem os atravessadores que ganham em cima da desgraça dos outros, o produtor não fica com isso, e o nosso mercado paga a conta através dos seus clientes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. XUXU DAL MOLIN – Perfeitamente. Principalmente com um custo de vida maior para os brasileiros.

Então, quero parabenizar o Senado.

O Mato Grosso se coloca à disposição, através das suas instituições, da Assembleia Legislativa, que nós estamos representando aqui.

Que Deus abençoe a todos! E viva o homem do campo!

O Brasil que tem esta missão divina que é ajudar alimentar o País e o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputado, pela sua presença.

Passamos, então, aos nossos convidados, já agradecendo a presença de todos.

Passo a palavra ao Dr. Sergio De Zen, Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Dr. Sergio, V. Sa. tem 20 minutos para fazer as suas colocações.

O SR. SERGIO DE ZEN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, agradeço o convite de estar aqui participando com vocês e gostaria de colocar alguns pontos.

Eu preparei uma apresentação, na qual... Um momentinho. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Estamos sem ouvi-lo, Sergio.

O SR. SERGIO DE ZEN – Estou com dois equipamentos ligados. Um é...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Opa, agora voltou. (*Falha no áudio.*)

O SR. SERGIO DE ZEN – Os senhores estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Agora sim.

O SR. SERGIO DE ZEN – Bom dia! Os senhores estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Bom, eu não estou ouvindo os senhores, mas vamos tocar assim.

O que eu tenho a manifestar com os senhores é o seguinte: em primeiro lugar, eu fiz uma apresentação, não sei se eu vou conseguir carregá-la. Eu já passei e disponibilizei para os senhores essa apresentação, na qual eu destaco alguns pontos que são essenciais na nossa conversa aqui.

Bom, como é bem sabido de vocês, de todos os brasileiros – eu fiquei muito impressionado com as palavras dos Srs. Senadores e do Sr. Deputado –, o primeiro destaque que existe é que, nos últimos 20 anos, com exatidão nós não sabemos quanto de defensivos, quanto de insumos nós precisamos para produzir. O primeiro passo: nos últimos dois anos, nós estamos georreferenciando as áreas de produção e, com isso, estamos tendo a estimativa correta da área produzida.

O segundo ponto são as coletas dos coeficientes técnicos. Os coeficientes técnicos que dão a dimensão da demanda são desencontrados. Há várias fontes, vários tipos de cálculo, e isso dificulta consideravelmente a gente ter uma visão global daquilo que é feito. Eu já passei, disponibilizei para os senhores a apresentação, na qual eu mostro o trabalho que estamos fazendo com essa mensuração disso daí. Então, o primeiro passo é saber quanto precisamos e a que ponto estamos.

Na outra face, o próprio Ministério da Agricultura, a Ministra Tereza, solicitou um estudo da visão estratégica do insumo, do fator de produção, de quem compramos, de quem dependemos e quais são as alternativas. Então, já está em curso esse estudo.

Então, dentro desse contexto, estamos construindo o que temos para mostrar. E isso não começou com a crise atual, mas começou antes da crise. Nós não começamos a fazer isso agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, veio a crise, a crise tem suas razões. Primeiro ponto, a gente tem um choque de demanda internacional. O que é esse choque de demanda internacional? É um choque no qual nós temos um aumento de demanda internacional. De onde vem esse aumento de demanda internacional? Ele vem basicamente da situação na qual os Governos sabidamente ofereceram recursos, esses recursos chegaram aos agentes, às pessoas de uma maneira que está favorecendo o consumo e não está favorecendo a oferta. Então, a oferta responde aos incentivos de preço, mas as duas coisas não acontecem no mesmo momento. E, dentro desse sistema, a gente vem vendo uma reorganização dos sistemas econômicos. As economias de empresas não retornam às atividades no mesmo ritmo.

Nesse contexto, a gente tem uma crise na China, por questão de energia. Os chineses se comprometeram com reduções ambientais, nas quais eles pressupunham que não havia uma disponibilidade de recursos energéticos num ritmo tão grande quanto se esperava. Isso prejudica principalmente a produção de nitrogênio. E isso daí afeta sobremaneira esse tipo de problema que a gente está tendo.

A Bielorrússia é uma questão geopolítica em que há o boicote, vamos dizer, sanções econômicas dos países europeus e dos Estados Unidos. Só que esses países dependem, em aproximadamente 5% do volume importado, enquanto que no Brasil, nós dependemos em 25%, e o volume nosso é grande. Então, esses são bem macronutrientes, são aqueles que mais ascendem no nosso principal problema.

Essa discussão remete à questão da dependência de produtos importados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Fechou o áudio de novo.

O SR. SERGIO DE ZEN – ... a gente tem, daquilo que a gente pode avançar, mas é notório que nós nos acostumamos a esse processo de importação, porque a produção de fertilizantes e de insumos de uma maneira geral exige grandes investimentos, e eles vêm com uma economia de escala. E o Brasil nunca criou uma política bem definida de tributação, de favorecimento de produção doméstica. Então, nós não tivemos, ao longo dos últimos 30 anos, nada dirigido, nada dirigido estrategicamente para termos essa produção interna. Então, isso é um outro ponto que causou essa dependência.

E a gente tem enormes possibilidades de produção, não só de maneiras tradicionais, mas de uso de certos produtos os quais nós temos em larga escala, que a gente pode citar a vinhaça, que é uma fonte de potássio inexplorada. Você tem uma série de subprodutos que podem gerar algum tipo... Lógico, isso não vai substituir integralmente o fertilizante, o insumo importado, de forma alguma. A gente tem é que ter uma política clara nesse sentido.

O choque cambial também vem e afeta substancialmente o custo de produção. Como é que a gente está vendo isso? Foi muito bem dito pelo Deputado que a safra de soja que está no campo, que está sendo plantada, essa já está com insumo entregue – isso daí não é problema. A segunda safra de milho tem aproximadamente 60% dos insumos entregues, e temos 40% que faltam ser colocados no campo.

Fora isso, nós temos um monitoramento que poderia ser um pouco melhor, e isso é o que a gente preconiza dentro da própria equipe de campo da Conab, que é sobre pragas. No ano passado, a gente teve uma perda, nos Estados do Sul do Brasil, considerável com cigarrinha no milho, que é relativamente novo, relativamente novo – não, não é novo, mas é relativamente uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novidade – e que veio a causar prejuízos, combinados ainda com seca, com geada e tudo mais, que aumentam a coisa, aumentam a intensidade dessas perdas.

Do outro ponto, o que é que preocupa sempre essa segunda safra de milho? Nós estamos conseguindo plantar, nós temos acompanhamento do ritmo do plantio, nós estamos plantando mais rápido e mais cedo que o ano passado a soja. Isso é uma excelente notícia. Por quê? Porque nós temos a perspectiva de colher essa soja mais cedo do que no ano passado e plantar o milho de segunda safra mais cedo. Como o Brasil, lembrando sempre, em 40 milhões de hectares, planta 68, ele tem uma necessidade de ter um sincronismo da safra de soja com a próxima safra de milho num ritmo muito acelerado. Então, a gente precisa que isso funcione bem, não é?

E a gente vê, olhando pelos custos, nessa apresentação que eu disponibilizei aos senhores, a gente acompanha, a gente vê que os custos estão subindo. Por quê? Porque esses fatores de produção estão tendo uma elevação de preços não só no Brasil, mas no mercado internacional, dado esse desencontro entre a oferta e a demanda que a gente tem.

E os preços agrícolas, os produtos agrícolas aparentemente estão no seu limite, no seu patamar. Eles não caíram, mas eles se estabilizaram. Por isso que a inflação hoje já não é, a inflação de alimentos, já não é, porque uma inflação seria um movimento de elevação de preço, e ele parou de subir, está estagnado. E aí a gente vem com esse problema.

A gente está falando isso e a gente está muito focado na soja e no milho. Um dos produtos que estão no campo e que têm um momento complexo é, por exemplo, o café. O café precisa também ser observado, porque o café vem de uma seca, uma geada e vem no momento em que ele também teve, nessa seca e geada, o uso de corretivos e ele tem uma suplementação de fertilizantes, que também precisa ser feita nessa época. E nós vemos, ouvimos, em alguns momentos, através da nossa equipe de campo, alguns problemas.

E o terceiro ponto, que não foi mencionado aqui, acho que também temos que olhar com carinho, é a questão dos insumos para a produção pecuária, principalmente leite e corte – bovinos de corte. Por quê? Porque também é outro segmento que está interligado aos insumos. No caso da pecuária, o fósforo é essencial no processo de mineralização e você tem os controles endo e ectoparasíticos, que dependem de muito material importado e há um fluxo.

Até o momento não temos nenhum grande problema em termos de ruptura de fornecimento, mas as empresas mencionam que, quando da reposição, lá para julho do ano que vem, elas estão encontrando alguma dificuldade.

E um terceiro ponto, que é interessante, é a questão da oferta de material genético, que também entra nesse jogo, porque alguns insumos podem faltar. Então, nós temos um cenário hoje, não de ruptura, mas temos um cenário muito preocupante e eu acho – na minha opinião, que eu posso dar aos senhores – que, um primeiro ponto, é importante nós observarmos as soluções de curtíssimo prazo que passam por esta questão de negociação, que fazem muito sentido nesse momento; passam por uma parcimônia no uso de insumos, por parte do produtor, que ele precisa ter isso; e passam pelo debate da situação.

Agora isso abre espaço para termos mais uma visão estratégica do que é produzir no Brasil e do problema que nós temos ou da solução, que é nós produzirmos com um espaço, com uma sincronia de tempo muito curta. Então, nós necessitamos, para fazer isso, de um fornecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constante de insumos, um planejamento antecipado e um plano estratégico, sempre, e contingência ao nosso sistema.

Eu tenho agora conduzido aqui dentro alguns estudos que são mais aprofundados em relação à questão dos fertilizantes, dos insumos, de uma maneira geral, no sentido de estudar mais com profundidade as quantidades necessárias, a evolução do uso, dado que a gente tem uma evolução das lavouras e, principalmente, a decomposição dos custos desses insumos. O que é decomposição? É saber... Porque uma coisa pode ser o choque de demanda, outra coisa pode ser o choque cambial, provavelmente os dois têm afetado o preço, nós precisamos saber qual é o foco do problema: se é cambial, é mais simples, é mais sólido; se é de oferta, é outro ponto a ser estudado.

Para finalizar, eu disponibilizo os impactos de custo na soja e milho. São estudos preliminares. Eu volto a reforçar, nós temos que investir na qualidade da informação. Não podemos aceitar informações sem bases, informações que levam a decisões errôneas.

No Brasil, nós precisamos saber, com exatidão, a área em que nós estamos plantando, o local em que nós estamos plantando, o que nós estamos plantando, a que tempo nós estamos plantando e quanto nós precisamos de cada um dos fatores de produção. Sem isso, é a gente falar com bases muito pouco sólidas, como uma casa sem alicerce, e é esse o nosso trabalho aqui.

Coloco-me à disposição, disponibilizo os dados. Fiquem à vontade para usar os dados. Os dados da Companhia Nacional de Abastecimento não são meus, não são da Ministra, são do Estado brasileiro. Nós estamos trabalhando para o Estado brasileiro, com muito apoio da Ministra Tereza e do Presidente Bolsonaro. Temos feito o melhor possível para recuperar o sistema de informações da agricultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Sergio.

Pedindo pela ordem, passo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Presidente Acir Gurgacz, quero cumprimentar V. Exa. e também o Senador Zequinha Marinho, por ter proposto esse debate, muito importante; Senador Chico Rodrigues, que também é agrônomo; o Senador Esperidião é quase agrônomo também, vamos aceitá-lo. Está aqui o Xuxu, que veio lá do Mato Grosso, e o nosso Senador Izalci, que é membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, mas interessa a ele também este assunto aqui. Quero saudar o Galvan; estou vendo agora o colega Sergio De Zen, que já falou; o Embaixador Alex; o Antonio Galvan, que eu já falei; o Enir; o Polidoro; e o Fabricio, que é o Secretário-Executivo da Aprosoja.

Colegas Senadores e os que estão expondo aqui, desde quinta-feira da semana passada, nós estamos ligados nesse assunto com a Aprosoja, com a Confederação Nacional da Agricultura, com a Organização das Cooperativas Brasileiras, com a Associação das Revendas de Insumos e também com as cerealistas brasileiras, debatendo primeiro com o Ministério da Economia e Agricultura.

No segundo dia, forçou as indústrias a representação das indústrias com o Governo também e, na segunda-feira, nós juntamos Governo, produtores e as indústrias, neste amplo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate que estamos fazendo neste instante, porque é um problema sério. O Galvan sabe, porque representa os produtores aqui, todos, não apenas da Aprosoja.

Para vocês verem, essa questão do fertilizante, por exemplo – primeiro, o fertilizante que eu quero colocar –, o que nós já estamos olhando, Senador Esperidião, fertilizante a R$240 a ureia, não tinha ureia, foi para 300, 400, 500, 600, hoje está em R$800, assim, em questão de pouco tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É. Agora tem ureia, a US$800 tem ureia, a tonelada. Então, veja que também há um problema de aproveitamento dessa situação.

Discutimos bastante, Senador Acir, a questão dos defensivos. Eu acho que, nesse instante, o Governo está interessado e a proposta que nós deixamos para a Ministra Tereza e também para o Carlos Costa, já que estava coordenando esse assunto, em nome do Ministro Paulo Guedes, que é a secretaria dele que cuida dessa concorrência, enfim, de nós fazermos... Além do problema de hoje, que é urgente, porque vai faltar produto, está faltando produto.

Agora, o diretor de uma cerealista do Rio Grande do Sul, que é lá do interior de Itapeva, veio me falar: "Oh, eu fiz um pedido e a empresa disse que é 40% menos", pediu 100 e está levando 60.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estão fazendo isso, estão desmanchando os processos que existem ali. Então é muito sério, nós corremos o risco de não termos a área plantada de soja, de milho, primeira safra, segunda safra, e também a do arroz, que são culturas plantadas nesta época aqui.

Então, o debate é importante, eu cumprimento V. Exa. e o Governo, que está aqui.

Aqui também a parte de fertilizantes... Galvan, tu que representas os produtores e que está aqui, um debate nós temos que fazer com o Governo e com as próprias empresas e montar, sim, um plano. É um plano de como é que a gente pode fazer um plano maior para não ficarmos totalmente na dependência da importação. O que nós temos de fosfato no Brasil? O que que nós temos de potássio no Brasil, nitrogenado, na questão dos fertilizantes? O Almirante Rocha, a pedido do Presidente Bolsonaro e da Ministra Tereza, já fez um levantamento sobre os fertilizantes, e a Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo já tem um plano. E nós podemos... Também no tempo do Ministro Stephanes havia um projeto, naquela ocasião eu trabalhei naquele assunto lá atrás, com o Stephanes, e retomamos esse assunto de fertilizantes e, da mesma forma, a questão dos defensivos agrícolas. É muito importante fazer esse debate.

Quero agradecer a quem está presente aqui em nome do Governo, dos ministérios que estão presentes, para gente tratar desse tema. E é preocupante, Senador Acir. Pois parabenizo a Comissão de Agricultura por estar trazendo esse tema, porque imagina nós reduzirmos 10%, 15%, 20% da produção do ano que vem por falta de insumos? – o que está na iminência de acontecer. Então, há pressão hoje sobre as indústrias. E aí quem manda é quem pode.

Galvan, uma proposta aqui no ar... Nós debatemos esse assunto em 2019, e estou levantando aqui para você no ar, nesta audiência pública: vamos retomar, Galvan, aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversa com os argentinos, com os paraguaios e até com os produtores americanos. A soja está na mão do Brasil, que é o maior produtor; e o segundo, os Estados Unidos; depois, a Argentina; e o Paraguai também tem uma parte expressiva; o Uruguai entra conosco de carona, é um pouquinho, mas também ajuda no processo, para nós formarmos, Galvan, uma Opep da soja. O mundo precisa de soja, e hoje nós estamos correndo atrás de defensivo, de fertilizante, de peça, de máquina, enfim. O pessoal todo é cartelizado. Nós somos milhares de produtores, milhares de produtores pelo mundo inteiro e não dominamos. Chega este momento e estamos correndo atrás, com pires na mão, pagando o preço que eles colocarem. Daqui a pouco, se nós botarmos a mão – "a soja é nossa, é do produtor rural!" –, ponto: sem as multinacionais que compram do nosso produtor que são meia dúzia também. Então, Galvan, vamos voltar àquela conversa, nós conversamos em 2019 – o Galvan foi conosco, o Bartolomeu, o nosso Secretário-Executivo se lembra bem, Fabricio, de que nós estivemos na Argentina, e com os argentinos e paraguaios começamos essa conversa em 2019. Esse tema tem que voltar de novo: a soja é nossa – se nós somos o maior produtor do mundo, e o mundo precisa da soja –, para num momento desse, nós não estarmos com o pires na mão correndo atrás deles. Saibam que vai faltar soja, vai faltar soja para a China, para a Índia, para qualquer país que compra nossa soja aqui também. Se faltar insumo, nós não vamos ter plantio suficiente, e, no ano que vem, o problema de alimentos.

Também aqui existe um aspecto político que nós temos que examinar, pelas eleições do ano que vem. Parece que tem alguém torcendo para que essas coisas deem errado. Felizmente, Galvan, graças a você e aos produtores rurais brasileiros, o produtor rural não parou de trabalhar em 2020 e em 2021, trabalhou todos os dias – entendeu, Xuxu? Você que também é produtor como eu sou, como Galvan é. Não paramos de produzir e temos alimentos suficientes: a safra foi muito boa em 2020 e também em 2021. E não sei como é que será a safra, Zequinha, para o ano que vem. Então, esse é o debate que temos que fazer neste instante na Comissão, e deixo este alerta de que nós temos que estar organizados.

Quero parabenizar, mais uma vez, o Zequinha pelo requerimento, e por nós trabalhamos com a Frente Parlamentar de Agricultura, Zequinha, alinhados com os produtores da Aprosoja, da Abrapa, da CNA, da OCB, da Cerealistas, das empresas de insumos, porque, afinal, nós precisamos discutir esse plano.

E quero deixar também... Nós podemos fazer um requerimento, Senador Acir, para montarmos uma discussão com o Governo e as indústrias de fertilizantes, as indústrias de defensivos.

O que é que falta fazer? Claro que eles alegam, Senador Esperidião, que o custo Brasil... Não posso competir com eles, o.k.; nós temos que resolver esse assunto para não ficarmos sempre com o chapéu na mão correndo atrás do pessoal, principalmente num momento de desespero que nós estamos vivendo neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Continuamos, então, com os nossos convidados.

Passo a palavra ao Embaixador Alex Giacomelli da Silva, Diretor do Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura do Ministério das Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez agradecendo a presença de V. Sa., passo-lhe a palavra por 20 minutos.

O SR. ALEX GIACOMELLI DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer o convite dirigido ao Ministério das Relações Exteriores para estar aqui neste importantíssimo e oportuno debate. E também gostaria de saudar o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão, bem como o Senador Zequinha Marinho, a pedido de quem esta audiência foi convocada. Saúdo igualmente todas as Senadoras e os Senadores presentes. E eu não posso deixar de fazer uma saudação também especial ao Senador Espiridião Amin, que é representante do meu Estado, o Estado de Santa Catarina.

Eu aproveito a oportunidade também para cumprimentar meus colegas dos Ministérios da Agricultura e de Minas e Energia, bem como o Sr. Antonio Galvan, Presidente da Aprosoja, uma entidade que, desde os anos 90, vem defendendo o setor produtivo rural nos mais diversos temas do seu interesse.

Certamente a questão dos fertilizantes é um tema que interessa a todo o setor agrícola brasileiro e a toda a sociedade brasileira, sobretudo diante da presente crise internacional que se observa em um dos principais produtores de cloreto de potássio do mundo, que é a Belarus.

Esse problema surge, é interessante notar, exatamente da pujança do agronegócio nacional, que, ao produzir muito, também precisa de muitos fertilizantes. Isso acho que é um dado muito importante e vem, creio eu, corroborar o que disse há pouco o Senador Luis Carlos Heinze.

Minha intenção é discorrer sobre esse tema do ponto de vista das relações internacionais, destacando sobretudo as origens do problema, a situação atual, as perspectivas das sanções que vêm sendo aplicadas e os seus impactos no Brasil. Além disso, eu pretendo mencionar o que o Itamaraty tem feito para enfrentar esse grave problema que nós estamos enfrentando.

Antes até de discorrer especificamente sobre a questão da Belarus, que é a questão central para a questão do potássio, é importante mencionar que as preocupações quanto ao aumento nos preços do cloreto de potássio inserem-se em contexto mais amplo, de elevação dos preços dos fertilizantes em geral. E esse contexto tende a estar relacionado não apenas a questões de desabastecimento das cadeias de suprimentos, mas também a impactos da elevação dos custos globais de energia. Estima-se que os custos com energia equivalem a mais de 70% dos custos de produção de fertilizantes.

Então, para a gente conseguir contextualizar a questão e mencionar alguns agrupamentos regionais e países, especificamente, seria interessante nós começarmos pela União Europeia.

A União Europeia vem aplicando medidas restritivas contra o Governo do Presidente Aleksandr Lukashenko pelo menos desde 2006, quando foi adotada a *Council Regulation* 765, que é a base, até hoje, das medidas contra a Belarus. Desde outubro de 2020, a União Europeia tem ampliado o regime de sanções contra a Belarus inicialmente por não reconhecer os resultados das eleições presidenciais naquele país, que foram realizadas em agosto de 2020, e também pela repressão violenta das manifestações públicas que se seguiram a essas eleições.

As sanções foram depois incrementadas e tiveram a sua natureza alterada quando do episódio do pouso forçado de uma aeronave da Ryanair, em maio passado, com a finalidade de deter o jornalista Roman Protasevich, opositor ao Governo Belarus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em junho, o último conselho da União Europeia, reunido no que se chama de formato relações exteriores e em movimento coordenado com o Canadá, com os Estados Unidos e com o Reino Unido, decidiu, uma vez mais, expandir a lista dos indivíduos e entidades submetidos a medidas restritivas e introduzir sanções de natureza econômica e dirigidas a setores produtivos daquele país, controlados por empresas estatais ou por empresários próximos ao Governo de Lukashenko.

De acordo com o regulamento adotado pelo Conselho da União Europeia, em 24 de junho deste ano, ativos da indústria de fertilizantes, assim como dos setores financeiros de petróleo e de tabaco foram atingidos pelas decisões comunitárias.

Especificamente em relação ao setor de fertilizantes, é importante destacar um artigo que proíbe importar, comprar ou transferir tanto diretamente quanto indiretamente cloreto de potássio da Belarus. E há uma lista, foi feita uma lista chamada Lista do Anexo VIII, em que são estabelecidas as linhas tarifárias atingidas por essa medida. Essa decisão também estabeleceu uma data de corte, que é dia 25 de junho de 2021, ou seja, contratos anteriores a essa data não são atingidos por essas sanções.

Até o presente momento, quatro pacotes de medidas restritivas receberam o endosso do Conselho da União Europeia. As sanções comunitárias aplicam-se hoje a um total de 166 pessoas e 15 entidades da Belarus.

Essa, então, de forma resumida, é a situação com a União Europeia.

Com o Canadá, o Canadá também tem adotado medidas, desde outubro de 2020, inicialmente direcionadas ao congelamento de ativos de indivíduos ligados ao governo. Depois, agora em agosto de 2021, a natureza das sanções canadenses foi ampliada, de modo a incluir atividades econômicas relacionadas a instrumentos bancários e financeiros, produtos de petróleo e de cloreto de potássio, que nos interessa.

Especificamente no caso do cloreto de potássio, a normativa canadense proíbe cidadãos canadenses, dentro ou fora do país, de importarem produtos de cloreto de potássio exportados pela Belarus.

Hoje, é preciso salientar, as maiores dificuldades canadenses são logísticas, o que nós enfrentamos em relação ao comércio com o Canadá, sobretudo em questões de problemas, de questões operacionais nos portos canadenses. Esta é a maior dificuldade, apesar das sanções e de tudo isso: a questão logística com o Canadá, eu diria, é o nosso principal entrave hoje.

Em relação ao Reino Unido, o Reino Unido também tem incrementado o seu regime de sanções contra a Belarus. Esse regime no começo se centrava apenas em indivíduos específicos, sobretudo aqueles ligados à detenção do jornalista bielorrusso no episódio do voo da Ryanair que eu mencionei. As sanções britânicas incluem agora também a proibição de voo, de sobrevoo e aterrissagem de linhas aéreas da Belarus, restrições de natureza financeira e bancária – isso é muito importante e vários países têm adotado isso –, e o comércio de produtos de cloreto de potássio, petróleo, tabaco, tecnologias de uso dual.

Quanto aos Estados Unidos, isso realmente é outro fator preocupante, porque é um ator fundamental nesse setor, em 9 de agosto, o Presidente Biden assinou uma ordem executiva que ampliou as sanções contra a Belarus, a serem aplicadas contra pessoas e entidades que atuem ou tenham atuado em vários setores: defesa, segurança, energia, e aí entram os fertilizantes potássicos, tabaco, construção e transporte. Além do bloqueio de ativos sob a jurisdição dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos, as chamadas *US Persons* estão proibidas de se engajar em qualquer tipo de transferências de fundos, bens e serviços com os indivíduos e entidades listados pelo Office of Foreign Assets Control (Ofac). Enfim, só para ficar mais clara a definição de *US Persons,* o que são? São cidadãos americanos, entidades legais constituídas sob jurisdição norte-americana, incluindo afiliadas no exterior, e indivíduos residentes ou com residência fiscal nos Estados Unidos. De modo que as sanções são bem amplas nesse sentido.

A lista divulgada pelo Tesouro americano inclui a empresa estatal Belaruskali, que é uma das líderes mundiais no comércio de potássio. No caso específico da Belaruskali, foi autorizado o período de transição de 120 dias para a conclusão de contratos negociados antes da divulgação da ordem executiva; portanto, há aí um prazo, um período de graça.

Cabe ressaltar que a empresa Belarusian Potash Company, que atuaria como um braço comercial da Belaruskali, e, portanto, intermediaria as operações de exportação, não foi incluída na lista, nessa lista por enquanto. Embora a Belaruskali possua participação nessa empresa, sua cota de capital não alcança o limiar de 50%, que, de acordo com essa ordem executiva, estenderia automaticamente as sanções para essa empresa.

Em relação à China, aí o problema realmente é a crise energética, como bem assinalou o Sr. Sérgio de Zen A produção de fertilizantes requer muita energia, como eu havia mencionado no começo da minha exposição – isso, aliás, vale também para outra questão que nos preocupa, que é a questão dos defensivos, como bem mencionou o Senador Luis Carlos Heinze, e nos preocupa especialmente a questão do glifosato, que nós importamos também.

Bom, em relação aos impactos no Brasil – eu vou falar rapidamente porque há pessoas na Mesa, colegas de outros Ministérios que podem falar sobre isso com mais autoridade do que eu –, o Itamaraty tem sido contactado por autoridades estaduais, por Parlamentares, por representantes do setor produtivo nacional que têm externado a preocupação com os impactos das sanções internacionais nas nossas importações de potássio.

O tema preocupa também pela importante posição que a Belarus ocupa no mercado internacional desse produto. De acordo com a International Fertilizer Association, a Belarus responde por cerca de 20% do fornecimento global do produto. E a produção de potássio na Belarus é monopólio dessa estatal que eu mencionei, a Belaruskali, e o setor é considerado obviamente estratégico, recebendo, inclusive, subsídios do governo, de modo que não é à toa que esse setor específico tem sido objeto das sanções da União Europeia e de outros países.

Nós sabemos que grande parte dos fertilizantes utilizados no Brasil são importados, cerca de 80%. Essa situação de dependência do mercado externo é mais marcante ainda no caso do cloreto de potássio, que aí chega a 94%. E isso tudo dentro de uma estrutura oligopolizada de produção no mundo: são poucos países que produzem em quantidade suficiente para abastecer o mercado internacional. Eu acho que essa situação também foi muito bem exposta pelo Presidente da Comissão e pelo Senador Zequinha Marinho na abertura do debate. E é uma questão que realmente nós temos de debater porque nós, no passado, chegamos a ser exportadores de potássio.

E essa questão de que poucos países dominam a produção e sobretudo a exportação, dominam, enfim, o mercado internacional também é uma questão preocupante em termos de concorrência. E, aí, eu creio que o Senador Esperidião Amin já mencionou muito bem essa questão da competitividade, da concorrência internacional, e todos estão ali no mercado para,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de alguma maneira, obter benefícios e ganhar. E, com essa estrutura, digamos, oligopolizada desse mercado, isso se torna até mais fácil.

Cerca de 80% da produção mundial provém de apenas cinco países: Alemanha, Belarus, Canadá, Israel e Rússia. As importações brasileiras concentram-se no Canadá, com 32,5%; depois vem a Rússia, com 26%; Belarus, com 18%, e Israel, com 11%.

Bem, a partir dos contatos com importadores brasileiros do produto, o Itamaraty foi informado de que as empresas exportadoras da Belarus vêm encontrando dificuldades para a contratação de armadores para o transporte marítimo do produto até o Brasil.

Essas dificuldades têm gerado atrasos nos embarques já contratados, porém agora, segundo informações que nós temos, ainda não têm impedido esses embarques.

Os importadores brasileiros, segundo contato que fizeram conosco, receiam que o agravamento das sanções venha a impor restrições ao escoamento do produto pelo Porto de Klaipeda, na Lituânia. Isso tornaria o comércio ainda mais complicado.

Outra dificuldade que nós identificamos também junto aos exportadores da Belarus diz respeito à recusa de bancos europeus de procederem a operações financeiras com empresas do país. Por enquanto, essas dificuldades têm sido superadas pela contratação de bancos fora da União Europeia, mas eu mencionei várias sanções que foram anunciadas e que vão começar a ser aplicadas pelos países, como o Reino Unido e, sobretudo, os Estados Unidos. E essas sanções incluem as operações bancárias. Então, essas operações financeiras para a importação de produtos da Belarus vão ficar ainda mais complexas, porque haverá restrições ainda maiores, por causa das sanções, e isso é um dado também preocupante.

Bom, diante desse quadro, como tem sido a nossa articulação diplomática? O que nós temos feito em busca de alternativas, de soluções e de mapeamento também das dificuldades e da identificação dos gargalos, etc.? Eu gostaria de falar um pouco disso – e obviamente esta ação nós temos tomado em estreita coordenação com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, com o Ministério da Agricultura, com o Ministério de Minas e Energia e outros órgãos do Governo.

O Itamaraty tem estado em contato constante com as nossas embaixadas nos países relevantes para esse tema, bem como com a representação brasileira junto à União Europeia em Bruxelas. A atuação do ministério tem sido centrada em duas frentes. Primeiro é a identificação de possíveis mercados alternativos para compra de cloreto de potássio, e também consultas sobre o regime de sanções aplicadas, de forma a compreender o seu escopo, seus possíveis impactos no mercado de fertilizantes e estimar as perspectivas sobre o tempo. Quanto à primeira vertente de atuação, sobre mercados alternativos, foi possível apurar que, de fato, o mercado internacional sofre o impacto das referidas sanções, porém ainda há disponibilidade do produto em exportadores importantes, embora obviamente com preços muito mais altos – não é? –, significativamente mais altos.

O nosso levantamento indica que há disponibilidade de cloreto de potássio, por exemplo, na Alemanha, com disponibilidade extra, cujas empresas exportadoras aguardam inclusive o contato dos importadores brasileiros para a definição dos parâmetros técnicos do produto e a negociação de preços e quantidades. Há também possibilidade de fornecimento, embora em escala mais reduzida, por parte da Jordânia e da Argentina – no caso da Argentina, seria até reexportação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, obviamente, compilamos esses dados todos das empresas que poderiam exportar mais para o Brasil e repassamos aos demais órgãos do Governo e também ao setor privado que nos contatou.

Há também bom potencial para exportação adicional por parte de empresas russas. O Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, esteve em Moscou, semana passada, missão de que eu também participei. Na ocasião, obteve-se das autoridades daquele país a informação de que o Governo russo está pronto a apoiar eventual aumento no fornecimento de fertilizantes para o Brasil.

O nosso Embaixador em Moscou, o Embaixador Rodrigo Baena Soares, deverá, inclusive, deslocar-se à província de Perm, onde se localizam os maiores produtores russos de potássio, a Uralkali e a EuroChem.

Por fim, nós estamos também recebendo algumas respostas das nossas Embaixadas em Israel e no Chile, que fizeram uma apuração preliminar e estão fazendo uma apuração mais aprofundada para identificar possíveis oportunidades de importação daqueles países.

Quanto à segunda vertente de atuação, relativa ao regime de sanções, nós temos um dado interessante.

Foi possível apurar que, com relação às sanções da União Europeia, os códigos da chamada "nomenclatura combinada" europeia afetados pelas sanções não afetariam as especificações da maior parte das importações brasileiras de cloreto de potássio.

O código – aí é uma questão mais técnica –, enfim, a nomenclatura europeia, o código NC, como é chamado, mais exportado pela Belarus é o cloreto de potássio. A gente se refere ao cloreto de potássio, que contém entre 40% e 62% de óxido de potássio, que não está incluído nas sanções e que tem, no Brasil, historicamente, seu principal cobrador, com importações na casa dos US$500 milhões por ano.

Obviamente, também me referindo à intervenção inicial do Senador Esperidião Amin, essa exclusão da União Europeia não se deve a nenhum gesto de bondade, digamos assim. Acho que podemos dizer que a razão é o fato de que essa faixa ou essa nomenclatura, o cloreto de potássio que está nessa nomenclatura é o mais importado pela própria União Europeia. Então, naturalmente, a União Europeia não gostaria que as sanções afetassem em demasia suas próprias importações, embora também, como foi dito pelo colega do Ministério da Agricultura, essas importações são pequenas no caso da União Europeia, correspondem a 5%.

Falando agora para concluir: quais são as perspectivas para o regime de sanções e como isso pode ainda afetar o Brasil? E como nós podemos proceder para melhorar a situação das exportações para o Brasil.

Segundo as informações que nós obtivemos nas nossas representações brasileiras no exterior, a tendência é de agravamento das sanções impostas à Belarus.

A União Europeia prevê uma quinta rodada de medidas, que está em fase de preparação, e autoridades europeias têm criticado veementemente o atual cenário de pressões migratórias nas fronteiras dos estados membros, como a Belarus, sobretudo na Lituânia e na Polônia.

A União Europeia deverá aprovar um pacote financeiro equivalente a 3 bilhões de euros em benefício da Belarus, desde que o País, abre aspas, "reencontre o caminho da democracia", fecha aspas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui nós vemos um movimento duplo. Ao mesmo tempo, há um movimento para aumentar as pressões e incrementar as sanções, mas há também, por outro lado, uma oferta, digamos, de saída honrosa, de começo de saída honrosa, para a Belarus, se certas medidas internas forem tomadas e se a União Europeia considerar que essas medidas são suficientes. Nesse caso há até a oferta de um pacote financeiro para a Belarus.

A tese mais comentada entre os especialistas é de que eventuais novas sanções deverão ser motivadas por essa crise migratória. Quer dizer, seriam dirigidas principalmente ao setor aéreo da Belarus, uma vez que parece dominar o atual debate a questão da persistência da prática do *leasing* de aeronaves por empresas europeias, sobretudo irlandesas, em benefício da empresa estatal daquele país, a Belavia, que tem sido instrumentalizada para o transporte de imigrantes a partir de países como Iraque, Síria e Afeganistão.

Na hipótese de que o escoamento do produto pelo porto de Klaipeda, na Lituânia, como eu mencionei, também venha a ser prejudicado pelas sanções, sabe-se que o Governo da Belarus tem discutido a possibilidade de utilização do porto russo de Murmansk. O trânsito pela Rússia, porém, acarretaria prováveis aumentos nos preços já elevados do insumo.

Em suma, Sr. Presidente, do ponto de vista das sanções da União Europeia, se observa que as restrições não são impostas diretamente aos produtos importados pelo Brasil. Não obstante, observam-se efeitos secundários em termos de logística e de operações financeiras. Da mesma forma, no que diz respeito às sanções norte-americanas, que vão entrar em vigor no dia 8 de dezembro, apesar da expectativa de baixo impacto comercial, especialistas em geral avaliam que as medidas acrescentam instabilidade em um setor que já se encontra com a demanda aquecida e preços inflacionados.

E mesmo atores não sujeitos às restrições do regime norte-americano de sanções e do regime europeu, tendem a adotar cautela nos negócios com as empresas e indivíduos listados nesse processo de sanções, em função da percepção do que podemos chamar de sanções secundárias. Seria uma espécie do que se chama de *over compliance,* o ator, a empresa, fica com medo de sofrer, de que a sua atividade venha a ser objeto de sanções futuras ou de que a empresa que a contrata não possa pagá-la em razão dessas restrições bancárias que eu mencionei e prefere não fazer negócio com essas empresas que exportam e que vendem o potássio.

Então, o regime de sanções dos Estados Unidos pode gerar entraves relacionados a pagamentos, na hipótese de envolvimento de instituições financeiras norte-americanas em operações comerciais, o que potencialmente pode ser também um novo elemento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Embaixador, se o senhor me permite, por gentileza.

O SR. ALEX GIACOMELLI DA SILVA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – O Senador Esperidião Amin pede a palavra pela ordem.

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu serei muito breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu quero cumprimentar o ilustre Embaixador Giacomelli, um nome ilustre e familiar de Santa Catarina, pela sua exposição, acho, muito alentada, muito importante, nos esclareceu sobre vários aspectos essa encrenca internacional.

Eu só queria lhe pedir, com a ajuda do nosso Dal Molin, que o senhor se detivesse um pouquinho a mais na questão dos chamados nitrogenados e especialmente da ureia, porque eu fiz menção a um incidente que colocou a lume a questão Irã-ureia-Brasil-Petrobras. Como todos nós sabemos, a Petrobras tem ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York. Portanto, é mais uma vulnerabilidade que nós temos: uma sanção – dentro do conjunto de sanções dos Estados Unidos, a Petrobras tem uma preocupação a mais.

Então, eu queria que o senhor discorresse sobre esse ponto de sensibilidade e de vulnerabilidade relacionado aos chamados nitrogenados. Eu falo particularmente sobre a ureia, porque nós temos depósitos, inclusive em um deles ocorreu um acidente grave, há alguns anos, em São Francisco do Sul. O nosso vizinho do Paraná se lembra disso. É até curiosa essa forma de inflamabilidade.

Então, eu queria, sobre o aspecto de relações internacionais, que o senhor se detivesse, por favor, nesse caso do Irã, que eu sei que tem uma proposta de linha expressa de suprimento e troca – pode ser por frango, pode ser por milho, ou seja, produtos nacionais –, para que o barco que traga a ureia já saia daqui abastecido de carga nacional. O Irã é um potencial grande interlocutor comercial brasileiro, só que as sanções americanas afetam dramaticamente essa relação comercial, e é sobre isso que eu queria a sua informação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião.

Passo a palavra, então, ao Embaixador e peço que seja bem específico nas suas colocações, porque nós já avançamos bastante no seu tempo.

O SR. ALEX GIACOMELLI DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Senador Amin.

Coincidentemente eu estava exatamente terminando a minha exposição, mas peço desculpas por ter me excedido um pouco no tempo.

Eu creio que o exemplo que o Senador Esperidião Amin mencionou ilustra muito bem essa questão que eu mencionei no final, que é o fato de que essas sanções têm um efeito que pode ser considerado até psicológico nas empresas. Mesmo empresas que podem fazer negócios preferem não os fazer, porque entendem que o risco das sanções não compensa.

O caso da ureia, que eu acompanhei também, ilustra muito bem isso. Não havia nenhum problema com aquela transação. Aquela transação não fazia parte das sanções aplicadas ao Irã, mas, mesmo assim, por excessiva prudência, a Petrobras preferiu não fazer aquela transação. Por quê? Porque a empresa, enfim, além de ser listada em bolsa, além de ter ações, inclusive, na bolsa americana, tem dívidas no sistema financeiro americano. E o que a Petrobras, inclusive, temia, naquela época, entre outras coisas, é que, por exemplo, essa dívida que deveria ser paga ao longo do tempo, que houvesse uma exigência de que essa dívida fosse paga imediatamente. Haveria essa possibilidade lá, haveria essa cláusula nos contratos, e isso, obviamente, colocaria a Petrobras numa situação complicadíssima.

Então, esse exemplo da ureia com o Irã ilustra muito bem a situação que nós estamos vivendo hoje, quer dizer, mesmo no caso, como eu citei, da União Europeia, o cloreto de potássio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós importamos não está em sanções, mas muitas empresas não querem fazer negócio com Belarus, temendo serem punidas, mesmo que isso não esteja nas sanções.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Embaixador.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Chico Rodrigues.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Acir Gurgacz, V. Exa. sempre ativo todas as manhãs de quinta-feira, a semear...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não deu tempo nem de preparar o chimarrão.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pois é.

... temas extremamente recorrentes da vida nacional.

O nosso querido Senador Marinho, em boa oportunidade, discute esse tema. Ele propôs a discussão desse tema, que é absolutamente relevante para o Brasil nessa quadra.

Eu vejo, Sr. Presidente, que nós estamos falando hoje, e talvez o Presidente da Aprosoja, Sr. Antonio Galvan, tenha absoluta consciência de que nós estamos vivendo, essencialmente, um momento em que prevalece a geopolítica, a geopolítica mundial em vários assuntos, em que essa transversalidade de interesses se faz presente. Nós vimos aqui: o Embaixador fez uma apresentação sensacional de relações internacionais, em que detalhou, com uma precisão extremamente admirável, o motivo da ocorrência de todas essas questões com que nós estamos aqui hoje nos deparando no Brasil.

O Brasil tem uma coisa que o mundo não tem. Nós temos área para produção. Hoje o Brasil produz em aproximadamente 70 milhões de hectares. A China, a Rússia, a Índia, os Estados Unidos produzem em uma área superior a 150 milhões de hectares. Portanto, a área cultivada nesses países a que eu acabo de me referir é mais que o dobro da área cultivada pelo Brasil. Só que nós temos duas, até três safras por ano, quando você utiliza, na época de sequeiro, a irrigação. E, logicamente, essas questões de política internacional com sanções, muitas vezes, duras sobre produtos que são fundamentais para a agricultura, e aí nós estamos falando, exatamente, no momento em que o mundo está faminto, o mundo, com quase 8 bilhões de habitantes que precisam de alimento, e nós, o Brasil, hoje, já alimenta, praticamente, um em cada cinco habitantes do planeta. Portanto, inicialmente, eu quero dizer que a geopolítica é que está prevalecendo no concerto das nações.

Eu gostaria de pedir licença a V. Exa. para ler, aqui, algum trecho sobre a questão, especificamente, do potássio. O potássio tem, no Brasil, só nos Estados do Amazonas e do Pará, uma reserva superior a 3,2 bilhões de toneladas. Vou repetir: 3,2 bilhões de toneladas, na região de Autazes, onde questionamentos de ordem ambiental, de ordem indígena, etc., estão se sobrepondo a essa necessidade reprimida de um insumo fundamental para a atividade agrícola, porque, como todos sabem, o potássio é o nutriente mais importante para o desenvolvimento das plantas, ficando atrás apenas do nitrogênio, mas o potássio tem uma característica que é importantíssima, que é transportar os açúcares para a formação dos frutos, das sementes. Enfim, portanto, é um mineral extremamente necessário e fundamental para o aumento de produtividade, para a atividade agrícola como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, há uma mineradora PDB, que é controlada pela Forbes & Manhattan, uma gigante canadense na produção de fertilizantes, ela se propôs e fez um complexo de exploração de potássio lá em Autazes, a 120km de Manaus, com contrato de, aproximadamente, US$2 bilhões para explorar em torno de 750 milhões a 800 milhões de toneladas desses 3,2 bilhões já identificados. E o que nós verificamos é que essa decisão para que houvesse a exploração, o licenciamento ambiental, as autorizações das áreas indígenas, etc., isso prejudica, sobremaneira, a oferta desse insumo que é fundamental para a agricultura brasileira. E, hoje, com a Belarus, com toda a crise política que está havendo, dificulta-se a exportação desse... e com sanções internacionais, inclusive dos Estados Unidos, obviamente, não é? Dificulta-se a exportação para o Brasil, já ameaçando nós ultrapassarmos os 300 milhões de toneladas de grãos que poderíamos atingir nos próximos dois ou três anos. Hoje, está em, aproximadamente, 270 milhões de toneladas de grãos.

Então, nós entendemos, Sr. Presidente, que o mundo não vai viver na paz celestial a vida inteira. Logo, hoje, amanhã, quem sabe daqui a alguns anos – oxalá não aconteça! –, o mundo vive constantemente em conflito, e, no momento de um conflito terrível, em que as fronteiras serão fechadas, em que o comércio vai ser paralisado, etc., como nós vamos produzir com esses insumos estratégicos?

Aliás, foi dito aqui que mais de 90% dos fertilizantes brasileiros são importados. Um país que tem reserva de absolutamente todos os fertilizantes! E aqui está um exemplo clássico: o caso do potássio. Só uma reserva, em Autazes, no Estado do Amazonas, tem em torno de 3,2 bilhões de toneladas identificadas. E isso é um problema de Estado, não um problema de governo, e nesses últimos não vimos avançar um passo por parte dos governos no sentido de potencializar e criar mecanismos de acompanhamento e controle para viabilizar a exploração do potássio, que é fundamental para a agropecuária brasileira. É um fertilizante, como já disse, fundamental para aumento de produtividade.

Então, nós entendemos que essa é uma questão recorrente, infinitamente importante, porque, se o fornecimento por parte de Belarus, do Canadá e dos demais países que exportam para o Brasil esse fertilizante importantíssimo for suspenso, como nós vamos atingir aquele que é o grande marco da agricultura brasileira, que é exatamente nos tornarmos o que já quase somos, que é sermos o maior produtor de grãos do planeta? Há, como todos sabem, interesses geopolíticos envolvidos. Claro que tem! E, se o Governo brasileiro, através da sua diplomacia, através da decisão de Estado, não se antecipar, nós viveremos crises profundas. Esses 65 milhões, 70 milhões de hectares cultivados vão ser seriamente ameaçados.

Então, eu vejo, hoje, como um ponto de discussão permanente essa questão do potássio especificamente, porque está ali na nossa região, ali na Amazônia. Nós estamos à margem do Rio Amazonas e do Rio Madeira, com porto, com toda a infraestrutura. A distância da mina para as comunidades indígenas chega a quase dez quilômetros! Não, não pode instalar a mina porque vai fazer barulho para os indígenas, as máquinas, a estrutura de usinagem, etc. Então, é aquela história: jabuti não sobe em árvore. Ou foi enchente, ou mão de gente.

Então, no contexto internacional, a gente sabe que há impedimentos gravíssimos para que a produção brasileira não continue se expandindo. Nós não precisamos, o Brasil não precisa desmatar uma árvore sequer, porque as áreas antropizadas – somente as áreas antropizadas – já podem proporcionar ao Brasil uma ampliação de 20% a 30% da sua produção agrícola, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contarmos os Cerrados. O nosso Estado, por exemplo, o Estado de Roraima, tem mais de 2 milhões de hectares de Cerrados virgens para a produção agrícola e pecuária. Está havendo um impulso enorme agora, estamos ali na fronteira com a República Cooperativista da Guiana, uma localização importante, porque estamos a menos de 700km do mar, do Atlântico.

Eu tenho certeza de que a preocupação dos produtores nacionais, dos dirigentes das instituições, como o Antonio Galvan, que está aqui, Presidente da Aprosoja, realmente não pode ficar só nesse debate frio de uma comissão como a CMA, que é importantíssima, e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que é importantíssima. O Governo tem que tomar a dianteira, o Governo da República tem que tomar a dianteira, para que explorações como essa do potássio, especificamente na Amazônia, possam vir a se consolidar.

Então, Presidente, eu acho que essa iniciativa do nosso colega foi muito oportuna – eu diria que milhares de produtores devem estar assistindo a esta reunião –, mas, sinceramente, ou o Governo toma a dianteira para resolver questões políticas de Estado, ou nós vamos ficar realmente chorando esse leite derramado em função da dificuldade que têm os exportadores brasileiros dessa *commodity,* que é fundamental para a expansão e a manutenção – principalmente a expansão – da agricultura brasileira.

Era esse o comentário que eu gostaria de fazer, até porque tenho certeza de que nós estamos hoje num momento de extrema preocupação, de norte a sul do País, porque os produtores estão vendo virar exponencial a curva de crescimento do preço dos fertilizantes, exatamente por conta da redução da oferta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Chico Rodrigues.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Eu sugiro diminuir o tempo para dez minutos, para a gente avançar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Obrigado, Senador Zequinha.

Passo a palavra ao nosso convidado Enir Sebastião Mendes, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia. V.Sa. tem a palavra.

O SR. ENIR SEBASTIÃO MENDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Agradeço a oportunidade de participar deste importantíssimo debate.

Cumprimento os nobres Senadores aqui presentes e saúdo os representantes de instituições aqui também, que hoje vieram dar sua colaboração a este debate.

Eu vou compartilhar uma apresentação aqui, fazendo uma abordagem principalmente sobre aqueles insumos minerais para a produção de fertilizantes. (*Pausa.*)

Bom, já estão vendo a apresentação aí?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Afirmativo.

O SR. ENIR SEBASTIÃO MENDES – Então, vou fazer uma breve introdução aqui, apresentando alguns dados, só para introduzir o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, o Brasil responde por cerca de 8% do consumo global de fertilizantes. Ele ocupa a quarta posição, atrás de países como a China, a Índia e os Estados Unidos.

A participação dos macronutrientes (formulação NPK), que são os chamados fertilizantes convencionais, no consumo total de fertilizantes é: nitrogênio, 29%; potássio, 38%; e, fósforo, 33%.

Bom, a cadeia produtiva de fertilizantes é uma cadeia complexa. Ela interage com setores de mineração, energia, indústria química, óleo e gás, produção de alimentos, comércio exterior, infraestrutura e logística, entre outros.

O conceito normativo dos fertilizantes, pela Lei nº 6.894, de 1980, é de que são uma substância mineral ou orgânica, natural ou sintética, fornecedora de um ou mais nutrientes vegetais. São os macronutrientes primários, secundários e os micronutrientes.

Sobre os insumos para a produção de fertilizantes nitrogenados, o nitrogênio é obtido principalmente a partir do gás natural e, hoje, atualmente, no Brasil, são quatro unidades de fertilizantes nitrogenados: uma unidade na Bahia; uma em Sergipe, a Unigel Agro; a Yara Brasil; e a Araucária Nitrogenados, que atualmente está paralisada.

Em 2020, foram produzidas 224 mil toneladas de fertilizantes básicos nitrogenados no Brasil, o que, em termos de nitrogênio contido, representa um valor capaz de suprir apenas 4,3% da demanda nesse ano de 2020.

O Programa Novo Mercado de Gás é um programa que foi implantado e visa à formação de um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo. Ele estimula a livre concorrência para resultar em preços menores, beneficiando não apenas o setor de fertilizantes, como outros.

Os instrumentos legais são a Lei 14.134, de 2021, que é a Nova Lei do Gás, e o decreto que regulamentou essa lei. É uma legislação recente. Então, ainda não houve tempo hábil para analisar os resultados e possíveis correções de rumos que este Programa Novo Mercado de Gás trouxe.

Eu vou abordar agora as políticas públicas para o segmento, para o setor de agrominerais e fertilizantes. O programa...

Acho que eu pulei um aqui. Eu avancei um pouco aqui.

Vou fazer um breve histórico.

Em 2008, o MME já tinha essa preocupação. Ele instituiu um grupo de trabalho, o GT de Fertilizantes, por meio de uma portaria. Como resultado desse trabalho, foi criado o Grupo de Trabalho de Remineralizadores. Ele iniciou, em 2009, como Grupo de Trabalho de Rochagem e vem atuando na regulamentação, pesquisa e disseminação do uso de remineralizadores na fertilização dos solos nacionais. Tem a participação do MME, MAPA, MCTI, Serviço Geológico do Brasil, Embrapa, Cetem e universidades.

Mais adiante eu vou dar um pouco mais de detalhes sobre a contribuição dos remineralizadores hoje na fertilização do solo.

Muito importante foi o decreto das atividades essenciais no período da pandemia. Isso possibilitou que as atividades de lavra e beneficiamento não parassem. Seria uma situação muito precária, muito desconfortável desativar essas atividades ou não serem consideradas atividades essenciais, que são a base de toda a nossa indústria, a base da agricultura. A mineração é uma atividade essencial e geradora de todas as oportunidades de evolução da produção e consumo no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2020, foi lançado o Programa Mineração e Desenvolvimento, que é o PMD 2020-2023. Uma portaria aprova o Programa Mineração e Desenvolvimento e o Plano Nacional de Fertilizantes, com cenários para 2025, 2030, 2040 e 2050. Foi instituído por um decreto que criou o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de desenvolver o Plano Nacional de Fertilizantes, que visa fortalecer as políticas de incremento à competitividade da produção e da distribuição dos fertilizantes no Brasil de forma sustentável. Esse grupo de trabalho continua atuando. O trabalho está em fase final, esse do plano, mas agora começam aquelas ações para a implementação do plano e o foco hoje também nessa questão dessa crise que está havendo aqui no setor de fertilizantes para a agricultura. Ele é coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. O pesquisador José Carlos Polidoro, acredito, vai apresentar com mais detalhes esse plano. E a Política Pró-Minerais Estratégicos, que institui o apoio ao licenciamento ambiental de projetos e investimentos para a produção de minerais estratégicos, que é o Pró-Minerais Estratégicos, dispõe sobre a sua qualificação no programa de parcerias e investimentos, e instituiu também o Comitê Interministerial de Análises e Projetos Estratégicos, que é o que recebe e analisa esses projetos que estão chegando. É uma política bastante recente, mas já está começando a apresentar alguns resultados.

Vou falar um pouco rapidamente sobre o Programa Mineração e Desenvolvimento. Ele tem metas relacionadas à produção de fertilizantes. São metas como: fomentar o uso de tecnologia e inovação nas múltiplas etapas da atividade mineral, que são as rotas tecnológicas alternativas para o aproveitamento econômico de fontes de insumos agrominerais de aplicação direta no solo, remineralizadores de solo, subprodutos estéreis e rejeitos de mineração. Aqui é muito importante essa questão do desenvolvimento tecnológico e da inovação para um aproveitamento de forma sustentável dos recursos minerais, podendo ser aplicados na fertilização dos solos. E também tecnologias para o aproveitamento de rochas fosfáticas e potássicas. Um dos entraves, hoje, para o aproveitamento de alguns recursos, principalmente fosfato, está relacionado ao desenvolvimento de tecnologia.

Outra meta é aprofundar o conhecimento geológico das bacias sedimentares brasileiras. Esse é um trabalho que está sendo planejado e realizado pelo Serviço Geológico do Brasil. Essas bacias sedimentares são fontes de rochas sedimentares fosfáticas e potássicas.

Como citado aqui anteriormente pelo Senador, uma bacia sedimentar do Norte, da Região Amazônica, tem grandes reservas de potássio, que são uma nova fonte para se poder ter esses recursos sendo bem aproveitados, de forma sustentável, com tecnologia e todos os cuidados socioambientais. E as rochas fosfáticas também. Existe uma grande possibilidade de novos descobrimentos de rochas fosfáticas. Hoje, o fosfato no Brasil não tem... É pouca a contribuição, ainda, das rochas fosfáticas sedimentares e das bacias sedimentares. Eles são de rochas ígneas, que têm baixos teores e demandam um processo de beneficiamento, com geração de um volume muito grande para aproveitar esse fosfato. Essas rochas sedimentares, como são de teores mais altos, possibilitam a aplicação direta no solo, como já vem acontecendo hoje, principalmente na região de Bonito, no Mato Grosso do Sul. Além do fosfato, carrega também, beneficia com micronutrientes. E é um aproveitamento integral dessa rocha, que é um processo bem mais sustentável.

E ampliar o zoneamento agrogeológico, utilizando integração de dados de geologia e solo, que é um trabalho que foi desenvolvido pelo Serviço Geológico do Brasil e Embrapa, na escala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um para um milhão, e agora está sendo feito esse detalhamento com foco em alguns alvos com potencial de agrominerais.

A outra meta é realizar a oferta pública de títulos minerários. O edital de licitação do Projeto Fosfato Miriri já foi arrematado em 10 de junho, e a BF Mineração já iniciou, já está no planejamento do trabalho de pesquisa, com previsão, se tudo andar bem, de, em 2025, já estar iniciando uma produção. Aqui também é aquele fosfato de aplicação direta no solo.

Outra meta é promover a pesquisa tecnológica e a inovação na produção de remineralizadores e sua aplicação na agricultura.

Na Política Pró-Minerais Estratégicos já existem dois projetos muito importantes para o Brasil, que é o de fosfato e o de potássio, que já foram habilitados nessa política e agora já estão lá na secretaria do PPI. Aquela secretaria faz exatamente essa articulação para resolver esses entraves. São entraves de licenciamento, são entraves socioambientais, como é a questão do Projeto de Autazes, da empresa Potássio do Brasil, que está em fase de projeto. Esse empreendimento está localizado no Município de Autazes e tem como finalidade a produção de fertilizantes de potássio destinados ao mercado brasileiro. Ele pode contribuir com 20% da produção de cloreto de potássio no Brasil.

A implantação desse projeto vai possibilitar que outros projetos naquela região, que tem um grande potencial, inclusive, incluindo aquelas áreas, hoje, que são concessão da Petrobras. A Petrobras já tem um planejamento de desinvestimento e vai colocar aqueles ativos. Então, a viabilidade desse projeto pode abrir caminho para outros projetos, e isso está sendo feito, essa articulação, também no PPI, dentro dessa Política Pró-Minerais Estratégicos.

Um outro projeto importante é o de fosfato. A produção prevista é de 300 mil toneladas/ano de fosfato natural e o tempo de vida útil da mina é de 18 anos. Também é um fosfato de aplicação direta, com aquelas condições de sustentabilidade bem avançadas. Existe uma articulação também no PPI – o PPI está fazendo essa articulação, já iniciou essa reunião com as entidades, com a empresa – para levantar quais são os entraves. São entraves socioambientais também, e a previsão é de que, se correr bem, a partir do licenciamento ambiental, essa empresa também, até 2025, já poderia estar colocando essa produção no mercado.

Falando um pouco sobre remineralizadores de solo, que é aquele grupo de trabalho que iniciou em 2009, aqui é um exemplo de uma política pública. Essas políticas públicas não são políticas imediatas, o resultado delas demanda algum tempo. E aqui está um exemplo que foi iniciado com aquele grupo de trabalho, em 2009 – que continua atuando –, que conseguiu dar o apoio para que se fizesse a regulamentação.

Em 2013, foi instituída a Lei 12.890, que inseriu os remineralizadores de solos em uma categoria de insumos agrícolas. A regulamentação IN MAPA que estabeleceu as garantias mínimas dos remineralizadores é a Instrução Normativa MAPA 05/2016. As empresas são obrigadas a ter o seu registro, seguindo essas normas estabelecidas nessa instrução normativa, com a possibilidade de produzir e comercializar os produtos remineralizadores.

O Brasil está na frente nessa tecnologia, é uma tecnologia nacional, desenvolvida no Brasil, e já vamos para o quarto Congresso Brasileiro de Rochagem, que trata dessa questão dos remineralizadores e que traz o estado da arte, da pesquisa e desenvolvimento desse setor. É um evento importante, que ajuda também a trazer a inovação, a pesquisa e a disseminar o uso de remineralizadores na agricultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São 27 empresas com registro no MAPA, das quais 20 estão em fase de produção e comercialização de remineralizadores. A produção de remineralizadores, em 2019, foi de 276 mil, aproximadamente 277 mil toneladas; em 2020, 457,8 mil; e a previsão para 2021 é próxima da casa de 1 milhão. Ou seja, os remineralizadores já estão trazendo essa contribuição para essa questão crítica, hoje, dos remineralizadores, e é uma produção que já está sendo executada, ou seja, ela já está podendo atender numa situação imediata.

Os mineradores têm uma condição característica: são soluções locais, regionais, em que a aplicação do volume é maior, então, tem um raio de economicidade em torno de 300km.

Esse mapa mostra hoje onde estão localizadas essas empresas próximas de centros agrícolas, e que vão atendendo, que podem atender essa região.

Muito obrigado.

Eu fico à disposição aí para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Enir Sebastião Mendes, pelas suas colocações.

Mais uma vez agradecemos a presença do Galvan conosco.

A sua deferência em estar pessoalmente, Galvan, nós agradecemos. Como estamos num distanciamento social tranquilo, o senhor pode tirar a máscara para fazer as suas colocações sem nenhum problema. Passo a palavra a V. Sa. E não vamos nos preocupar com o tempo, porque essa é uma matéria importante e que tem que ser debatida. Por isso a vinda dos senhores a esta audiência pública.

O SR. ANTONIO GALVAN (Para expor.) – Bom, quero agradecer aqui ao Presidente desta Comissão, Acir Gurgacz.

Acho que, quando a gente fala em agricultura, e não somente em agricultura, mas na própria pecuária, nós estamos falando em alimentos. Eu acho que toda atividade econômica, toda atividade que existe neste Planeta é importante, mas acredito que a alimentação ainda mais para quem já tem dificuldade, a gente sabe disso, e a gente está num risco muito grande.

Quero agradecer também, em especial, ao Senador Zequinha por ter proposto essa audiência aqui para a gente poder discutir realmente o campo, isso aí está gravado; ao Deputado Xuxu, aqui também, Presidente da nossa comissão do Estado de Mato Grosso, onde a gente reside.

Nasci no Rio Grande, e há essa disputa de catarinense aí, que não surgiu, com o gaúcho. Hoje a turma me pega e diz: "Você é gaúcho?". Eu digo: gente, vamos mudar um pouco o termo, porque, com mais da metade da vida morando no Mato Grosso, a gente, no mínimo, tem que ser "matucho", tem que ter um tanto de mato-grossense também. Então, a gente tem muita honra, é lógico, de ter nascido no Rio Grande do Sul também.

Agradeço o Heinze, que passou aqui rapidamente, o próprio Senador Amin também, o Chico.

Como bem colocado, o Chico Rodrigues aqui salientou muito essa questão de Autazes, salientou muito a questão ambiental, indígena, que tem tudo, ainda, para se agravar muito mais, mas também para se fazer a solução. E sabe-se que está dentro da Casa, Presidente. Aqui hoje está-se discutindo a lei do licenciamento ambiental. É ridículo o que nós temos no Brasil: a dificuldade que é criada para compra... E existem ideias de n outros países e ONGs que querem atrapalhar o nosso crescimento. E nós falamos em produção de alimento. Por isso que, às vezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu fico até preocupado com o que será que esses cidadãos... Recentemente, vejam o abuso que fizeram na nossa sede aqui, dizendo que soja não enche o prato, que o agro é fome. Eu gostaria de saber do que essas pessoas se alimentam realmente, se não têm nada de agro no prato, ou no garfo, ou na colher, ou na mão. O agro é o mais fácil com que se alimentar. Quando a natureza chegou, o homem, o ser humano... Era no dedo, na unha. E o que é que você faz sem o agro?

Então, nós temos aqui, sim, esse licenciamento ambiental que, Senador, a gente pede, em especial... E só depende hoje do Senado e de ir para a sanção presidencial.

Outro tema também que tem tudo atrapalhar essa nossa possível extração que nós temos nessas jazidas aí – e não vou dizer que a curto prazo consiga suprir a demanda nacional, porque nós temos muito a crescer, mas é muito grande o potencial do Brasil hoje, principalmente nesses Estados nossos, porque a briga... Às vezes, eles falam tanto da Amazônia, mas, dentro da Amazônia Legal, propriamente dito, fora do centro mesmo da Amazônia, como é o seu Estado, Rondônia, há milhões de hectares que podem ser implementados para a agricultura, consorciando com a atividade pecuária, o que é a própria integração.

Como o Senador Chico colocou aqui, em Roraima e em Mato Grosso, em áreas hoje já utilizadas para a pecuária, nós temos condições de fazer hoje 120%, 130%, até, de repente, 140%, porque já se produz.

Estamos lá utilizando em torno de 11 milhões de hectares hoje, fazendo duas safras em cima desses 11 milhões. Esse é o ciúme do mundo aí fora. Como você colocou, os três países que mais consomem os fertilizantes, com certeza, são os três países que mais produzem: Estados Unidos, China, Índia, e, depois, vem o Brasil como quarto produtor, mas com o potencial de se igualar aos Estados Unidos facilmente, só com as áreas que nós já temos hoje utilizadas pela pecuária brasileira, que é a expansão que Mato Grosso, Rondônia e Roraima têm condição de fazer. O Pará, o seu Estado, Zequinha, hoje praticamente não explora nada agricultavelmente mecanizado, a própria soja. Sabe-se da sua importância pelo tamanho e pela proximidade, principalmente para tirar essa produção. Você veja o quanto o Pará está próximo de rios hoje potencialmente navegáveis, hoje já utilizando o Tapajós, o Amazonas e outros tantos rios. Temos que terminar aquele trabalho, aquele pedral do Lourenço também do Rio Tocantins, que abastece e ajuda muito até o próprio nordeste de Mato Grosso, e assim se sucedendo.

E esse marco temporal, que, pelo amor de Deus, gente, se nós deixarmos isso passar... Eu acho que tem que dar uma celeridade aqui no Senado – isso aqui está na Casa – para definir exatamente que, em um país em que nós temos praticamente o dobro em áreas indígenas do que em áreas utilizadas hoje para a produção agrícola, é impensável você não sustentar um marco temporal desse, principalmente sabendo – porque a gente está nessa briga grande, nessa luta, principalmente o Mato Grosso, onde a gente reside há tanto tempo e hoje representando, vamos dizer, o produtor de soja nacionalmente – que os indígenas querem utilizar parte dessas áreas deles para fazer a produção, para ter melhoramento de padrão de vida. Não há sentido existirem reservas indígenas aí de 1 milhão de hectares, 2 milhões de hectares, 500 mil hectares – e pedindo aumento de áreas indígenas – se os índios não podem utilizar essa área até para buscar a própria sobrevivência e a melhoria do padrão de vida deles.

Então, esse marco temporal a gente vê como também prioridade número um dentro da Casa, e estão os dois aqui: o licenciamento ambiental e esse marco temporal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem aqui listados alguns assuntos que já são corriqueiros do produtor rural brasileiro em todo o sentido. A gente deu uma pontuada e quero falar aqui rapidamente da nossa própria classificação de grão.

É uma vergonha o que acontece no Brasil, Presidente Acir, onde você classifica, por exemplo, um grão de soja ou de milho. O grão de milho é triturado, a grande maioria é triturado; o grão de soja é esmagado. E você classificar um grão desses pelo aspecto físico da planta! Nós sabemos que esse grão, se sofrer um problema climático por falta de umidade, fica, de certo modo, deformado, muda a coloração. Se ele sofrer com o excesso de chuva, principalmente em nossos Estados – Rondônia e, principalmente, também o Pará, que não tem aquela produção expressiva –, mas acontecendo também no Paraná e no Rio Grande do Sul excesso de chuva, esse grão sofre uma deformação, muda o aspecto físico. E você classificar esse grão pela aparência dele – não é um grão de feijão que vai para a gôndola do supermercado e vai inteiro para a panela, não é um grão de arroz que vai inteiro – é absurdo! É ridículo!

Então, nós fizemos um trabalho muito sério dentro do Mato Grosso, quando eu estava ainda como Presidente da Aprosoja/MT e hoje dando continuidade a esse trabalho com a Universidade Federal de Mato Grosso, em que mostramos que aquele grão, por mais que tenha sofrido uma deformação – é o dito e chamado grão avariado –, mantém a mesma qualidade daquele grão bonitinho que está lá olhando e não é consumido *in natura*.

Se ele fosse consumido *in natura*, nós não íamos discutir, mas as grandes retiradas de dentro desse grão são para o óleo, que é hoje tanto utilizado também para consumo humano; para o biodiesel, que está numa escassez hoje – ouve-se falar no mundo todo dos óleos –; e para a proteína vegetal, que é indispensável para se fazer a proteína animal.

Para saberem os caras que invadiram a nossa casa e fizeram aquela pichação que o prato deles enche, sim... Em qualquer tipo de carne que vai para dentro do prato deles, em qualquer óleo em que eles vão fazer uma fritura, um ovo, eles têm a soja dentro do prato deles. Para eles saberem, porque eu acho que não é nem falta de conhecimento, é sem-vergonhice demais o que aconteceu lá sobre isso.

Outro assunto preocupante, Senador – e a gente já quer deixar um alerta aqui, até uma denúncia, para dizer a verdade –, é um princípio ativo hoje que está fazendo a falta e a desconfiança nossa no próprio glifosato. Falou-se muito do fertilizante, Senador Zequinha, mas eu falo que muito mais grave é o remédio da planta. Se você tiver um câncer e você for à farmácia, você sabe que vai ter um problema se não achar aquele remédio na farmácia, você vai morrer. E a nossa planta vai morrer por falta do remédio, que são os nossos herbicidas usados no início do plantio.

A gente percebe claramente que já é uma pressão feita, porque é meia dúzia de empresas. Quando a gente usa a expressão "meia dúzia", é porque são as enormes – pequenas são muito poucas e não conseguem atuar nesse mercado – que nos vendem o fertilizante. É meia dúzia que nos vende os defensivos, nossos remédios das plantas e dos animais, e é meia dúzia praticamente de grandes empresas e complexos multinacionais que compram a nossa produção, as chamadas *trades*, e fazem gato e sapato do produtor rural, do jeito que eles queiram, do jeito que você possa pensar.

E hoje estão trazendo uma molécula, que já foi banida, deixada de ser usada, que tem mais de meio século que foi colocada e é extremamente problemática. Estão querendo colocar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no mercado brasileiro – nos Estados Unidos, já houve até morte entre vizinhos, milhares e milhares de ações de indenização – o dito e chamado dicamba, que está dentro desse material, do Xtendicam, hoje propagado pela Bayer aos quatro cantos como a solução de produção. Isso vai trazer uma gravidade tão grande para dentro do Brasil, um País onde nós sabemos que, no nosso período de produção, nós temos temperaturas, em média, de 35ºC, 40ºC. Não há como alguém dizer: "Ah, o Rio Grande do Sul é..." Não é mais frio do que Mato Grosso, não, nesse período de chuva. O Paraná é quente, todos os Estados são quentes. E uma molécula que é considerada e é recomendada para uso único e exclusivo abaixo de 29ºC, dizer de temperatura, podendo ter inversão térmica. É um produto que tem uma volatilização tão grande, que, até 72 horas depois, pode desprender de onde aquela molécula assentou. Se a água em que a molécula assentou secar, ela sai para o ar e faz danos em tudo que é vegetação de folha larga.

As nossas fruteiras estão condenadas, de repente, por um produto desse que querem colocar no mercado. Nossas hortaliças vão ter problema. Nossas sojas, que hoje têm nichos de mercado, a soja convencional, e não podem ter nada de transgenia dentro desses materiais, nós vamos perder tudo. Em função do quê? De uma empresa colocar uma molécula dessa; são duas empresas, na verdade, que há no mercado hoje.

E a gente nota flagrantemente que a falta do glifosato é para forçar a entrada no mercado, como foi feito com as outras tecnologias deles, como aconteceu com o próprio RR, que acredito que foi a revolução. Mas, quando da entrada da Intacta para a resistência de pragas, já não foi mais aquela solução que a gente esperava.

E hoje, com essa mercadoria, com essa molécula dicamba, que já vem misturada junto com glifosato, isso nada mais é do que essa falta de glifosato, para você começar a forçar, porque ela está indo para o campo comercialmente nessa safra. Então, quero deixar registrado aqui como denúncia, porque isso vai trazer morte no campo entre produtores, de um atingir a lavoura do outro pela deriva que existe nessa molécula aqui chamada dicamba e, principalmente, pela volatilidade. Qualquer inversão térmica que possa acontecer, você pode pegar uma temperatura de 25 graus para aplicar, mas, se, em até 72 horas, ela tiver uma inversão térmica e for a 35 graus ou 40 graus, ela pode se desprender da onde ela está – aquela molécula só é consumida depois disso – e sair para o ar, aonde o vento levá-la, e onde ela sentar vai dar danos a qualquer atividade que tenha folha larga, como a gente propriamente diz – parreira, qualquer tipo de fruta e as próprias hortaliças de um modo geral. Então, quero deixar registrado aqui na Casa. É gravíssimo o que está acontecendo. Por força do império financeiro, eles conseguem colocar qualquer coisa no mercado. E essa molécula vai trazer transtorno, briga, guerra entre os produtores rurais.

Nessa regulamentação também de semente, nós temos uma briga muito grande, porque as sementes são de quem também, Senador? A grande maioria é dessas mesmas empresas que vendem os defensivos, a mesma coisa. Hoje você aceitar uma soja no campo com até 80% de germinação é um absurdo, não tem vigor. A exigência de vigor foi uma luta árdua nossa das APROSOJAs e outras entidades, onde a gente conseguiu instituir também o vigor agora obrigatório, mas aí está se demorando muito para fazer a regulamentação, subir, vamos dizer, no mínimo, para 90% a garantia de sementes que germinam, com 80%, 90% de vigor dessa planta, porque, quando vocês olham uma lavoura, quem conhece mais ou menos, há um pé de soja bonito e um pé de soja miúdo, pequeno no meio. Aquela semente que germinou, aquele pé

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de soja ou aquele pé de milho ou qualquer outra cultura, foi uma semente que tem germinação potencial de germinar, mas não tem vigor, não tem força. É igual pegar uma pessoa mais robusta e outra mais esquelética. É o tal do vigor que você tem dentro da semente. Então, nós temos que buscar essa regulamentação com urgência.

E, para piorar um pouco, Senador, para poder cobrar os *royalties* dessas tecnologias, que hoje estão surgindo de outras empresas, criaram uma *joint venture* de todas as megaempresas. São cinco megaempresas maiores do mundo – não vou citar nomes – que entraram no Cade pedindo para se fazer uma *joint venture* para elas cobrarem dentro do mesmo sistema. E nós já vínhamos contestando há anos com ações judiciais a forma como são cobrados esses *royalties*. O Cade, simplesmente, aceita, não analisou nada do que nós colocamos lá, que a Aprosoja colocou lá, falando que isso aqui nada mais é do que um cartel, formado com o aval do Cade hoje, para poder cobrar do produtor rural esses *royalties*, com ou sem benefício, porque grande parte hoje já do que está no mercado, dicamba, muitos milhos e materiais que estão aí, hoje a biotecnologia é colocada em cima, já não segura mais, principalmente a lagarta-do-cartucho do milho, lagartas hoje na soja, mas continua sendo cobrado do produtor. E agora formaram um cartel das cinco maiores empresas mundiais, multinacionais com o aval do Cade, tendo que nós, da Aprosoja, levarmos o assunto para a Justiça, para questionar na Justiça essa independência aí que não foi dada, e, sim, a união dessas empresas para cobrarem do produtor rural essa situação, sem contar, depois, os próprios contratos de vendas futuras.

Hoje, por exemplo, nós compramos o nosso fertilizante e não nos entregam. O que nos dão na mão, Xuxu? Um pedidozinho dizendo: fulano comprou tanto, valor tal, vencimento para você pagar. Mas não há nem vencimento para entrega nos pedidos deles. E assim vai no defensivo agrícola, e assim vai para todo lado. Só que, se eu for pedir esse defensivo agrícola, esse fertilizante lá, fiado, como se diz popularmente, com prazo para pagar, os caras vêm com um catatau, uma montoeira de papel escrito lá dentro: você está penhorando a mulher, os filhos e tudo o que você tem.

E, quando nós vamos comprar, é um papelzinho simples escrito lá, assinado, e boa. E, quando nós formos vender a nossa produção, quando é antecipado, é o mesmo calhamaço de papel, com mil e uma regras. E o pior de tudo é que percebemos que, quando se entra na Justiça para questionar uma empresa dessas, nós não sabemos se vai levar cinco, se vai levar dez, se vai levar quinze anos para decidir e, quando é contra o produtor rural, em 99%, sai no dia uma liminar para tomar o produto do produtor ou tomar alguma coisa do produtor. Então, é uma discrepância muito grande, é uma perseguição muito grande que a gente tem no campo. E nós falamos aqui, principalmente, do pequeno e do médio produtor rural, porque muita coisa está acontecendo.

A própria semente salva hoje. São itens aí que nós brigamos muito – por exemplo, os remineralizadores que foram colocados aqui. Há uma guerra dessas empresas que são donas das grandes jazidas no mundo para não deixar acontecer nem pesquisa. Há briga interna na Embrapa: uns dizendo que funciona, outros dizendo que não funciona, não conseguem se entender. A própria produção de bioinsumos... Estamos com o PL nº 528, na Câmara Federal. Essas megaempresas são totalmente contra que o produtor produza, a nível da propriedade, para ele, para consumo próprio, o bioinsumo, que é a coisa mais simples de se fazer. O enfrentamento dessas megas, multinacionais, com o *lobby* que elas têm dentro aqui do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional. Nós podemos pegar hoje, por exemplo, o campo. Nós reduzimos em quanto já o uso hoje de inseticidas químicos, fungicidas químicos para você poder fazer a produção? E eles fazendo de tudo para proibir que o produtor faça a nível de fazenda e possa vir a economizar e ter um alimento mais barato, com certeza absoluta, para acesso do próprio consumidor. E isso acontece com a própria semente salva. Vocês devem ter acompanhado, visto a guerra, o enfrentamento que eu tive que fazer no Mato Grosso, Ministério Público, tudo, dizendo que nós queremos acabar com a soja brasileira, mudar essa calendarização, que veio para nada mais do que favorecer o obtentor e o multiplicador das sementes, porque não deixa usar o melhor período do produtor para poder fazer, a nível de Brasil, a sua própria semente, que é aquela que você quer plantar na sua área, que você faz o pedido. Em seguida, vem a empresa dizer que aquela semente não tem mais, que aquela semente deu problema no campo. Aí o produtor pode fazer. A qualidade da semente, como eu já falei, é muito baixa ainda, números de 10%, 15% ainda de semente até abaixo do padrão mínimo, que já é 80%.

Então, a gente tem esses enfrentamentos. E todas são donas desses megaimpérios. Aí que a gente vê em nível mundial, que são as multinacionais que estão aí. Então, estamos numa guerra grande para a gente tentar ver se sai fora, usar esses remineralizadores, o bioinsumo para você poder produzir na propriedade e ter o direito e a garantia de você fazer no melhor momento a sua semente, para você poder garantir a produção, garantir o alimento, porque ninguém nos garante, e está aqui a prova hoje.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO GALVAN – Estão faltando os nossos fertilizantes. O pior de tudo é que estão faltando os nossos defensivos. O ano passado já faltou na safra uma molécula chamada diquat. Quando cancelaram o paraquat, vocês viram a confusão que deu, porque eram duas, uma concorria com outra. Hoje o diquat está valendo em torno de 120%, 130% de acréscimo em dólar, em dólar, e não há no mercado para suprir a demanda brasileira, porque faltou para mim, no ano passado, na hora em que eu precisava. E este ano já há ameaça da empresa que é dona dessa molécula aqui no Brasil. Ela ficou – vamos dizer – mais abrangente, só dela, uma das multinacionais. Ela não te garante o fornecimento. E a gente tem muito mais preocupação com o que vem para o ano que vem.

Assim como estão faltando muitos, já há cancelamentos de pedido ou parte de pedido das próprias outras moléculas aí para você combater, principalmente, o próprio percevejo, que é outra praga que dá muito dano dentro da nossa atividade rural, dentro disso aí.

Então, nós temos aqui também esse PL dos defensivos. Hoje ele está ainda na Câmara Federal. Ele é superimportante, em que você define o que o produtor pode fazer. E o PL nº 528 também, que é dos bioinsumos, que autoriza o produtor a fazer o seu próprio bioinsumo. Isso é uma economia enorme, porque se fala toda hora que o que se usa na agricultura é veneno, veneno, veneno. O que nós compramos na farmácia também é veneno. E alguém de vocês ou qualquer um que esteja nos escutando toma cinco litros de água potável agora para ver se não acaba morrendo também. Então, todo excesso do que você fizer é veneno, tanto daquilo que você compra na farmácia para o ser humano usar, chamado de remédio. O que nós usamos lá no animal, usamos na planta também é o remédio da planta. Tudo é questão de dose. Então, essa venda que fazem aí, essa parafernália, essa lei dos defensivos é mais veneno na nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comida, gente! Não tem nada de veneno. Ninguém é otário lá no campo. O produtor rural não é otário de colocar além daquilo que precisa para você poder combater a praga, porque são produtos muito caros. Quando você vai a uma farmácia, você sabe que, conforme o produto que você vai comprar, ele te custa o olho da cara. Qualquer tratamento de câncer, de alguma coisa custa o olho da cara. Ninguém vai lá comprar aquela caixa de remédio para querer jogar fora ou querer tomar dois, três por dia sem recomendação. É um comprimido. Isso acontece também no campo, gente! Então, esse uso desta expressão de que estão colocando mais veneno na nossa comida, isso é uma mentira. Você usa o necessário para poder controlar e assegurar que você vai ter a produção e vai ter o alimento garantido, seja ele lá para animais, seja ele diretamente ao ser humano, porque a grande maioria é transformada dentro do item, principalmente, que nós representamos aqui, como Presidente da Aprosoja Brasil, que é a soja, o carro-chefe hoje até da nossa economia de exportação, de consumo e de produção. Ela é transformada, sim, nas proteínas animais. Ela está nos cosméticos. Ela está em qualquer item que você possa imaginar. Lá dentro daqueles remédios da farmácia, se você ler a bula, há alguns subprodutos que têm origem na soja. Hoje são milhares de produtos que levam algum subproduto da soja. O principal, logicamente, é o óleo de soja, aquele que você consome no dia a dia, a dona de casa. Há aquele óleo de soja que vai hoje para os biocombustíveis e, principalmente, a proteína vegetal, que você utiliza aí principalmente para tratamento de animais ou peixes ou coisa nesse sentido.

Eu queria aqui também deixar para o nosso Embaixador Giacomelli esse problema realmente do fertilizante. A gente tem acompanhado a questão da própria Bielorrússia. E eu acredito que deve haver um comitê internacional, porque tem que ser tratada diferente essa questão de embargos econômicos de país, ou por A, ou por B, ou por C, porque eu não gostei da cara, como foi citado aqui pelo Esperidião Amin, a questão do Irã. A gente sabe de vários problemas. Mas, quando se trata de produtos necessários para a produção do alimento, que a gente sabe que é indispensável para todo mundo e no mundo inteiro, que não haja boicote em cima de produtos de que você dependa para poder fazer a produção dos alimentos. Então, eu acredito que uma comissão internacional possa ver essa situação. A gente sabe lá da Bielorrússia, que hoje é fornecedora. Como colocado aqui pelo Ministério de Minas e Energia, 18% – fala-se aí em 20% – de todo o KCl usado no Brasil têm origem da Bielorrússia. Eu não tenho dúvida nenhuma disso. Então, acredito eu, Embaixador Alex Giacomelli, que pode ser feita, sim, acho, alguma coisa a nível mundial para buscar um entendimento para que esses produtos extremamente necessários para poder manter a segurança de você fazer a produção agrícola ou pecuária sejam assegurados de alguma forma, e que não seja um embargo de um país A ou B ou C que vá tirar essa oportunidade, porque, diretamente, está atingindo o ser humano.

Se há algum motivo de existir um país, se existir um motivo de ter um mundo, se existir um motivo da existência, eu acho que tem que ser em favor de nós que estamos aqui. Porque eu já cansei muito, também, de ouvir falar, discutimos muito essa questão ambiental, Senador Aziz, que nós temos que pensar no futuro. Isso eu ouço desde pequeno. Aí toca a parte ambiental. Que futuro é esse que nunca chega? Nós estamos indo embora daqui a uns dias, já estou mais criadinho, aí vêm os nossos filhos, lá no meio, vêm os nossos netos, tem que pensar no futuro de quem? Qual futuro? Quando é que vai chegar o futuro de alguém? Eu acho que nós temos que pensar no presente, sim, preservando-o para o futuro, nós temos que usar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo lá em Mato Grosso, onde a gente vive, com tantas belas paisagens onde você pode fazer empreendimento, explorar turisticamente... Ah, mas não pode, a causa ambiental, o nosso Pantanal não pode. O que é que tem aqui nos Estados Unidos, em Miami, como é que é o Estado? Califórnia, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO GALVAN – Flórida! Se você fosse depender de meio ambiente, não podia ter montado nada lá dentro, porque tem muito mais água que o nosso Pantanal o ano inteiro.

Então, você tem que achar uma forma, e esse ambiental tem que saber disso, que você tem que fazer investimento para aquelas famílias que estão lá, para aqueles munícipes que estão naquelas regiões mais paupérrimas, que eles tenham uma chance de ter uma economia lá dentro.

Porque eu acho que foi muito infeliz o nosso Governador passado lá querendo comparar Sorriso, a cidade do Xuxu, com o próprio Poconé, que fica na boca do Pantanal. Aí eu pedi para o Governador: "você quer que faça o quê?" Porque fazer do Poconé um Sorriso até é fácil, mas fazer Sorriso virar Poconé, aí você não vai conseguir fazer não.

Então, você tem que dar oportunidade de criar lá dentro, e esbarra tudo nesse ambiental. O que é que se adapta a Poconé, para poder desenvolver a economia do Município ou outros tantos Municípios? Estou citando porque o nosso ex-Governador falou isso. Porque não pode! Porque Sorriso tinha tudo o que tinha, e lá em Poconé não tem nada! Aí você vai fazer uma de D. Quixote... D. Quixote não. Como é que é o que tirava do... O Robin Hood! Isso não existe, gente! Isso não existe. Então, nós vamos tirar de todo mundo que mora em Sorriso, que é uma cidade pujante, cresce e vamos levar lá e não vamos fazer as pessoas de lá trabalhar e produzir, achar uma forma.

Então, o que eu quero deixar aqui é agradecer essa oportunidade sim. É muito assunto aí que a gente relatou, como coloquei, 8% a produção agrícola, mais ou menos 20% para a produção pecuária, são praticamente dois terços do nosso território brasileiro preservados no seu estado natural de quando chegaram aqui em 1500s. Não sei se vocês já decidiram a briga de Pedro Álvares Cabral e Cristóvão Colombo. Acho que foram as brigas que tiveram lá no passado. Mas, enfim, está em estado natural.

E a gente tem que ficar ouvindo esse *lobby*, principalmente de grandes empresas, que o europeu não quer, porque o europeu não quer, o europeu não quer. Se ele não quer, ele que plante as árvores lá na área deles, eles têm as terras deles. Vocês derrubaram 200 anos atrás, fizeram a conversão, mas a terra aceita uma árvore em qualquer época, em qualquer dia. Eles podem plantar muito bem, fazer as APPs e, principalmente, adotar o nosso Código Florestal lá, se eles querem muito e achar que essa árvore é tão importante para a sobrevivência. Façam no território deles.

Agora, o que eu não admito são empresas aqui, sem citar o assunto da própria moratória da nossa produção, hoje, em nível de Brasil, antes instituída só na Amazônia, na região de vocês, também, Rondônia, dizer que o Europeu não vai comprar mais nada, do teu direito que você tem de abrir uma área, desde 2008 para cá, hoje estendida em todo o Cerrado brasileiro, e, com certeza, vai chegar nos Pampas do Sul, porque a gente sabe que está entrando soja, também, descendo mais, e a produção vai indo. Porque a tecnologia está aí para ser aplicada, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisas existem. Hoje, conseguimos produzir com menos umidade do que se produzia antigamente. O Matopiba, de modo geral... Inclusive, na segunda-feira, vou participar de um evento na Assembleia, lá no Piauí, em Teresina. Quando alguém falaria, há 15, 20 anos, que o Piauí produziria alguma coisa em escala comercial? E, hoje, está lá produzindo e muito! E assim veio o Maranhão, e assim veio a Bahia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO GALVAN – Ah, Mato Grosso! Bom, se tu fosses atrás de pesquisas, o Cerrado brasileiro estava condenado a não ser, a não ter nada, e é onde está se produzindo.

Então, a grande inveja é esta: a cada hectare que você faça dentro da Amazônia Legal, principalmente onde você tem mais umidade, você tira duas safras por período chuvoso – duas safras! E também na maioria desses Estados que eu falei: Rondônia; a própria Roraima; o próprio Pará; parte hoje do próprio Matopiba já consegue fazer duas safras; aqui, Goiás; parte do Paraná. E é o que inveja o mundo, porque em qualquer um daqueles três países, são raras as exceções, em algum canto, que se consiga fazer duas safras em um ano, porque o clima deles não favorece, não favorece.

Então, Senador, eu quero elogiar aqui, novamente, o Senador Zequinha, pela sua propositura. O problema é grave. A falta, hoje, do fertilizante vai ajudar a quebrar a nossa safra, mas o defensivo agrícola é muito mais essencial, porque você pode perder 100%. A praga pode vir e comer toda ela, a doença pode, também, matar a sua planta com certeza. E se você não tiver o principal produto, porque já se falou tanto neste mundo para querer aboli-lo, o glifosato, aí os caras vão saber o que é fome. Porque a agricultura moderna que a gente faz, hoje, essa agricultura com o plantio direto que é feita, praticamente, em 100% do Território brasileiro, não é possível ser feita em grande parte do mundo lá fora, mas aqui é feita. Ele ainda é o item principal que nós temos para poder fazer a nossa agricultura. E a gente vê mais como boicote o fornecimento dele em cima disso.

Então, hoje, o defensivo é o nosso remédio das plantas, ele é o grande risco de a gente ter uma quebra muito grande de safra se realmente se configurar a falta dele nesse período. E se pensar, como falou, na nossa segunda safra, que já vem na sequência. Quando é final de dezembro, o Mato Grosso já está plantando. Este ano, plantamos cedo o algodão, o milho. Em Janeiro inteiro, nós vamos ter aí uma grande safra, se Deus quiser, por conta de clima, nesta próxima safra que está aí.

Agora, se nós não recebermos, principalmente, os nitrogenados, aquele que vai, hoje, nas panículas, porque o milho é uma panícula, que vai no nosso arroz, como foi colocado, lá no Sul do Brasil, mesmo o Mato Grosso plantando e outros Estados, aí o problema vai se agravar muito, nessa segunda safra, tanto em relação ao defensivo como em relação ao fertilizante. Porque o fertilizante, o nitrogenado, é muito mais fundamental do que o que você usa na soja, o fósforo ou o potássio, porque nesse você tem economia. O nitrogenado não tem economia: você coloca, e ele vai embora. A planta utiliza-o na hora, e você não consegue retê-lo no solo – nada, zero. Você usa, coloca na planta e é na hora, no momento; em poucos dias, já sumiu aquele nitrogenado e a planta tem que absorver. Se ele não estiver, compromete muito a nossa safra de milho brasileira, que já sofreu um baque grande por falta de chuva, por falta de umidade, agora, nessa safra recém-terminada e colheita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador. Eu sei que o tempo urge, mas o assunto de que nós falamos, hoje, aqui, trata da garantia e sustentabilidade de alimentar, hoje, a população mundial, porque o Brasil não produz só para ele, nós produzimos alimentos para mais 1 bilhão de pessoas, mais ou menos, fora do Brasil ainda.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua presença, Galvan, e, de fato, o tema é importante. Nós agradecemos ao Senador Zequinha pela propositura desta audiência pública tão importante para o nosso País.

Passo a palavra agora ao José Carlos Polidoro, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

V. Sa. tem a palavra. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ CARLOS POLIDORO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia!

Vocês me ouvem? O microfone ainda não tinha sido aberto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Ah, muito bem! Estamos ouvindo, sim.

O SR. JOSÉ CARLOS POLIDORO – O.k.

Senhoras e senhores, bom dia!

Em nome do nosso Presidente da nossa querida Embrapa, Celso Moretti, quero agradecer ao Senado brasileiro. Vou aqui mencionar o nome dos Senadores Acir Gurgacz e Zequinha Marinho, que proporcionaram mais esta oportunidade de a nossa empresa trazer nossos 48 anos de experiência para tentar resolver problemas da agropecuária brasileira, que é a nossa missão desde a nossa fundação.

Eu vou aqui colocar uma exposição também. Espero que todos estejam vendo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Positivo.

O SR. JOSÉ CARLOS POLIDORO – O.k.

Portanto, nós consideramos que esta audiência pública, como todos colocaram aqui, é extremamente oportuna, porque trazer para a Casa do Senado assuntos como este nos dá a expectativa de que soluções serão providenciadas de forma nacional.

De fato, nós estamos à beira de uma nova crise de insumos, como todos colocaram. Eu quero só lembrar que, há pouco mais de dez anos, nós passamos pela mesma crise, com alta de preços, risco de desabastecimento de fertilizantes, principalmente, e, naquela época, houve uma mobilização nacional. O próprio ex-Ministro Reinhold Stephanes tentou implementar, junto com outros ministérios, um plano nacional de fertilizantes, e, infelizmente, o preço arrefeceu, e nós não conseguimos seguir com uma política pública de Estado que resolva problemas de longo prazo. Creio que o cenário atual vai nos levar a isso por dois motivos, e é o que eu quero trazer aqui.

Primeiro, eu queria trazer uma proposta, baseado naquilo que a agricultura brasileira sempre fez, que é avançar com a base científica, colocar algumas proposições emergenciais para que a gente possa minimizar o impacto dessa alta de fertilizantes aí no campo brasileiro. E a segunda, como já foi mencionado pelo colega do MME Enir Mendes, é expor para vocês o que, felizmente, o Governo Federal, junto com a cadeia de fertilizantes – e quero cumprimentar aqui o colega Fabrício Rosa, da Aprosoja, que fez parte desse trabalho desde o início –, fez: uma proposta de uma política pública de plano nacional de fertilizantes que está prestes a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oferecida para a sociedade e que, certamente, só sairá do papel caso, por exemplo, esta Casa, o Senado brasileiro dê todo o apoio para que ela seja implementada.

A primeira coisa que eu quero confirmar aqui, agora, com o fundamento científico que foi falado, é que o Brasil não consegue produzir sem fertilizantes com a competitividade que tem. A base, claro, aqui, é que o Brasil, ao contrário dos seus competidores, tem solos naturalmente pobres em nutrientes. Então, ele precisa de adubo todo ano, e em grandes quantidades, como é aqui a relação do ganho de produção com o consumo de fertilizantes com pouco aumento de área. Isso é produtividade. Ao contrário da China, dos Estados Unidos, da Rússia e da Argentina, que têm solos férteis, o Brasil precisa muito mais de fertilizantes do que esses países. E, mesmo assim, eles são os maiores produtores.

O Brasil figura entre os maiores consumidores. Portanto, hoje, ele é o maior importador de fertilizantes do mundo. Então, significa que, ao olhar para esse mercado, os grandes produtores de fertilizantes são grandes produtores de alimentos também. O único que é e não é grande produtor de fertilizantes é o Brasil. Então, imagine o risco que nós estamos correndo não só no momento de crise. Ao mostrar o cenário, nós concluímos que o Brasil cometeu um erro estratégico grave quando abriu mão de investir na sua produção nacional de fertilizantes, desde a década de 90, quando nós tivemos uma diminuição da produção relativa aos anos 2000 de 30% com um aumento da demanda de 66%.

Além de tudo, todos esses países, obviamente, também importam fertilizantes, mas eles têm uma produção, no mínimo, da metade do consumo deles, os países que são grandes produtores agrícolas. Por quê? Porque é um caso de segurança nacional. Porque, ao faltar fertilizantes – tudo que eu falar aqui, certamente, como foi bem colocado pelo Antonio Galvan, é muito mais grave para os defensivos –, o Brasil abre mão de ter uma segurança, ao fazer esse desinvestimento, e, também, ao importar 80%, ele, entre aspas, perde divisas de US$9 bilhões por ano, que poderiam ser investidos no País.

E, obviamente, com esse aumento de preços que ocorreu, absurdo e repentino, neste ano, dá para se pensar o seguinte: será que o Brasil não tem alternativas a essa matriz de fertilizantes, como o Enir bem colocou, NPK, que é uma matriz que tem quase cem anos de tecnologia? Será que o Brasil não tem tecnologia para sair dessa matriz e ter sua tecnologia própria para os insumos não só fertilizantes, mas também defensivos? No momento em que se tem um aumento de preços desses, dá para se refletir que é preciso ter um olhar mais forte para essas iniciativas brasileiras.

Como eu coloquei, é uma cena que se repete num cenário muito mais crítico, porque, em 2008, 2009, nós tivemos uma crise que fez com que o preço de fertilizantes nunca mais voltasse ao que era nos anos anteriores, mas lá nós trabalhávamos com o dólar a R$2,23, e hoje nós trabalhamos com o dólar a R$5,28 e com uma subida de preços muito mais intensa. O que eu quero dizer com isso? É que nós podemos trazer aqui, de forma emergencial, ações com que a ciência, a tecnologia e a inovação podem arrefecer esse impacto negativo para o agricultor, principalmente, de cara no campo. O que nós podemos fazer no campo que nos permita diminuir esse impacto nos custos de produção?

A primeira coisa que eu vou lembrar aqui é que o Brasil é muito bom em inovação. Então, dá para acreditar que tudo que a ciência leva para o campo causa efeito imediato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, eu tenho dois exemplos. Um foi um invento do Sr. Paulo Abib, Professor da USP. Se não tivesse ocorrido esse invento na década de 60, nós importaríamos 100% do fósforo. E o outro invento é a fixação biológica de nitrogênio da soja. E eu quero lembrar que, se não fosse apenas essa invenção brasileira, nós teríamos que consumir três vezes mais ureia do que consumimos hoje.

Portanto, há de se confiar que o Brasil tem esse potencial de criar um mercado próprio com tecnologias tropicais. E o Brasil já conta com a maior rede de PDI do mundo, tropical. Foi fundada em 2009 e está pronta para ajudar o produtor.

E como nós queremos fazer isso? Se o País investir em ciência e tecnologia, principalmente descontingenciando os recentes recursos que foram contingenciados, que seriam aplicados aí na pesquisa científica do Brasil... Os R$500 milhões vão fazer falta? Eu vou dar um exemplo aqui: a curto prazo, nós podemos claramente usar tecnologias para o aumento da eficiência de fertilizantes NPK importados no campo. Eu vou dar um exemplo aqui de como nós podemos fazer isso com pouco dinheiro. Nós temos novas fontes de nutrientes nacionais. O Enir citou uma muito importante aí, que é de remineralizadores. O Sr. Antonio Galvan citou os bioinsumos, que são realidades brasileiras e tecnologias genuinamente brasileiras e tropicais, adaptadas ao nosso ambiente. Nós temos hoje inoculantes, micro-organismos que, no caso do fertilizante, são verdadeiras mineradoras de nutrientes no solo. Além do exemplo da fixação biológica de nitrogênio, que é uma verdadeira fábrica que acontece debaixo da terra.

Então, no curto prazo, creio que a maioria dos senhores lembra quando nós tivemos uma caravana, Embrapa com todos os parceiros da ciência e tecnologia, setor privado e Governo, que resolveu, que atuou fortemente naquele problema da helicoverpa, que aconteceu com as lavouras de soja, e essa caravana teve um impacto tremendo na diminuição do prejuízo. Portanto, aqui, com uma estimativa bem superficial, com US$1 milhão para fazer essa caravana, que nós certamente teríamos facilidade de encontrar aí na cadeia, no setor privado, no Governo, juntos, nós poderíamos proporcionar potencialmente uma economia de um US$1 bilhão no campo, na eficiência dos fertilizantes. Nós consumimos US$19... US$18 bilhões, por ano, em fertilizantes. Com uma economia de 10%, que é possível de se conseguir, com boas práticas, com essa caravana, o produtor vai poder, de imediato, na próxima safra, melhorar as suas práticas com essa mobilização onde precisa, adotar as tecnologias que podemos e tentar minimizar esse impacto da alta de fertilizantes.

Aqui eu trago um exemplo de dois produtos que estão mostrando que nós podemos usar com mais eficiência o próprio fósforo que já foi depositado no solo brasileiro e aumentar a fixação biológica de nitrogênio. E além da soja, ir para o feijão, ir para a cana-de-açúcar, ir para o milho, com muito mais impacto, minimizando a necessidade de usar fertilizantes importados, como, por exemplo, ureia.

Então, são medidas práticas, que podem ir para o campo, onde já estão. Nós precisamos é de estimular essas indústrias para produzir mais, não só essas duas aqui, que são exemplos simplesmente, para nós termos ideia, mas estimular essa indústria nacional de imediato, que está pronta para crescer, seja ela na indústria fora, seja ela dentro da fazenda, no caso do insumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa importante aqui já foi colocada. Nós temos uma bacia cheia de potássio, de silvinita, na Bacia Amazônica, a terceira maior ocorrência do mundo, que está aí com estudo pronto para poder produzir potássio.

Por outro lado, nós temos novas fontes, Enir colocou muito claro, espalhadas no Brasil inteiro, que estão prontas para ter mais avanços científicos na pesquisa mineral, na pesquisa agronômica, para que nós possamos ter esses insumos cada vez mais utilizados no Brasil, com mais segurança, com mais eficiência agronômica sempre, porque nós sempre fizemos isso baseados em ciência. E sempre foi com toda a cadeia, não é?

E, por fim, não menos importante nesse aspecto de ciência, tecnologia e inovação, é por isso que eu fiz aqui o meu lamento, como cientista, de que nós, quando tivemos o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia voltado de novo para ciência e tecnologia, somente no agro, nós olhamos aí, olha, para a produção científica, porque nós temos que produzir, por trás disso, gente, especialistas de todos os níveis, para ir para o campo e fazer com que essa eficiência não precise de caravana, que essa eficiência no campo melhore, porque é possível, sim, melhorar. A tecnologia dos fertilizantes importados não é muito boa para os trópicos, então nós temos que atuar com muita fineza na prática do campo e nós temos conhecimento para isso, mas nós temos que formar gente. E, sem esse contínuo fluxo de formação de pessoas, nós não vamos conseguir. Evidentemente é essa a nossa observação de todo o aspecto científico.

E por fim, nós precisamos ter realmente um centro de excelência em fertilizantes para resolver os problemas de longo prazo, o.k.?

Então, de imediato, eu acho que nós podemos fazer essas ações. Nós contamos com o apoio do Senado Federal para que o que nós estamos prontos para fazer tenha viabilidade, não é? Mas o problema, em 2022-23, como foi colocado muito bem pelo Embaixador Alex Giacomelli e por todos vocês, perdura, porque a nossa dependência externa continua, o consumidor mundial quer produtos cada vez mais de qualidade certificada, então tem muito a ver com os defensivos, ou agrotóxicos, tanto faz aí a maneira de se usar esse termo. E, por fim, o Brasil tem disponibilidade de matérias primas até alternativas na matriz industrial que nós conhecemos. Então, nós temos que transformar essa ameaça em oportunidade.

E eu quero ter, ou tenho o maior orgulho em dizer, aqui, que, nesse caso dos fertilizantes, o Brasil se antecipou à crise, porque a competente equipe da Ministra Tereza Cristina, autorizada por ela, por meio do então Diretor Luís Rangel, procurou-nos na Embrapa, nós fizemos um grupo, junto com a Aprosoja, na pessoa do Fabrício Rosa, e outros membros da Câmara Temática de Insumos Agropecuários, e fomos aonde? Junto com o Ministério de Minas e Energia, até a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, porque é um assunto estratégico, como todos nós aqui concordamos, não é? Então, precisaria de se ter uma política de curto, médio e longo prazo, para que nós, daqui a dez anos, não nos sentemos de novo aqui com problemas talvez piores, por conta até de pressões ambientais que nós vamos enfrentar aí para a frente. E um plano de fertilizantes, assim como um plano nacional de defensivos e de quaisquer outros insumos precisa ser pensado para o País.

Houve um decreto, no início do ano, pelo Presidente da República, que nos autorizou a ir à liderança do Almirante Flávio Rocha, com a coordenação aí... E aqui eu vou vestir mais uma camisa, não só a camisa da Embrapa, mas a camisa desse grupo de trabalho de que o Enir faz parte, não é, Enir? E nós estamos há dez meses trabalhando com essa composição, liderados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Joanisval Gonçalves, Secretário Adjunto de Assuntos Estratégicos, e o Bruno Caligaris, Diretor de Projetos Estratégicos. E nós temos dois focos: superar a dependência tecnológica e aumentar a produção e o abastecimento desses insumos, de fertilizantes e insumos para nutrição de plantas.

Nós falamos com cada cadeia, estipulamos a ciência e tecnologia, a sustentabilidade ambiental como base, fizemos um movimento com 91 órgãos, mais quase 300 pessoas. Foi uma busca incansável dos pontos críticos, um diagnóstico muito bem feito, que reuniu um número sem fim...

Aqui eu quero dizer que eu tenho orgulho de ser do Estado brasileiro, porque foi uma mobilização nacional mesmo, com intensa participação da cadeia, com todas as entidades privadas, algumas das quais estão aqui presentes, discutimos incessantemente e chegamos a essa estrutura, em que nós temos que aumentar a competitividade nacional da cadeia de fertilizantes, nós temos que melhorar o ambiente de negócios, porque o custo Brasil é um dos grandes pontos, a infraestrutura é outro grande ponto e a matéria prima, conhecer a matéria prima e disponibilizá-la, é outro ponto. Por trás, aqui, ainda há uma questão de diplomacia dos fertilizantes ou dos insumos. Não é, Embaixador Alex? É mais um termo que a gente tem que ter como estratégia no País. Tudo o que o senhor falou tem a ver com essa diplomacia. Isso tem que ser contínuo, tem que ser planejado, tem que ser junto com a cadeia, para nós não ficarmos, aqui, da mão para a boca. E a base científica e tecnológica. Então, isso é o que nós queremos até 2050, o que está sendo elaborado.

Com esses objetivos – e vou passar o mais rápido que eu puder aqui: modernizar, reativar e ampliar os projetos que já existem no Brasil – e nós temos aqui, que foi citado pelo Enir, uma planta de nitrogenados, que está parada, com capacidade para mais de 1 milhão de toneladas de ureia, em Três Lagoas –; melhorar o ambiente de negócios com todas as questões burocráticas, em termos de legislação, em todos os aspectos. Então, nós precisamos muito daqui do Senado Federal e das Assembleias Legislativas, não só no Governo Federal, mas nos Estados. Precisamos também ampliar os investimentos em P&D – acho que isso é fundamental, nós falamos aqui e eu repito – e adequar a infraestrutura para a integração de polos logísticos. É o que está acontecendo já no agro brasileiro em todo o País.

Para se ter uma ideia do que pode impactar... Nós temos certeza de que esse plano precisa ser feito. Inclusive, vocês todos viram ultimamente, na mídia, o Presidente da República Jair Bolsonaro encomendar que nós tirássemos desse plano de fertilizante, que tem um período de 30 anos, um plano emergencial, para que encarássemos essas situações, e o Almirante Flávio Rocha está nos liberando para fazer esse tipo de trabalho.

Então, se nós tivermos, por exemplo, um plano nacional bem implantando, nós vamos ter aquilo de que eu falei antes: cerca de metade da produção de nitrogenados em 2030 e em 2050, ou seja, aquilo que todo o mundo já faz. Você importa, quando é importante importar, e tem segurança na produção nacional. E olha a quantidade de emprego e renda que nós geraríamos para os Estados e Municípios!

No caso do fósforo, melhor ainda. Nós poderemos ter, em 2050, quase que capacidade de exportar fósforo para a América Latina, sem contar que nós temos jazidas internacionais, na própria América Latina, que poderiam servir para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso do potássio, que eu acho que é o mais incrível, em 2050, com toda essa pujança do Brasil – em Sergipe, na região do Recôncavo Baiano e principalmente no Amazonas e com, ainda, jazidas que há na Argentina, por exemplo, que poderíamos utilizar –, nós poderemos ter um excedente de potássio, ou seja, passaremos de maior importador, importando 95% do potássio, como é hoje, para, com um plano bem adotado, bem sério, público-privado, uma pujança de sobra nesse fertilizante. Isso, se for interessante para o País; se for interessante fazer esse investimento. Aí, envolve um aspecto de geopolítica até regional, de a América do Sul ter segurança, porque a América do Sul é importadora de fertilizantes. Se o Brasil corre esse risco, imaginem países que não têm nem essa infraestrutura de indústria que nós temos, que não têm nem esses recursos minerais que nós temos. É muito mais arriscado ainda para toda a América do Sul.

Portanto, eu gostaria de, aqui, encerrar a minha apresentação – espero ter sido o mais claro possível – e de nos colocar à disposição, falando aqui em nome da Embrapa e falando em nome do grupo de trabalho interministerial.

Como eu disse no início, está no papel o Plano Nacional de Fertilizantes, quase pronto, mas ele só sai do papel, principalmente, se nós tivermos a iniciativa privada, que já está fortemente acreditando nesse plano porque o construiu junto, mas com o Congresso Nacional formalizando, em termos legais, aquilo que precisa ter perenidade.

Muito obrigado. Estou aqui à disposição das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Polidoro.

Pelo que eu ouvi dos debatedores, dos Senadores, Galvan, há uma convergência de que nós precisamos investir na produção nacional. Temos de destravar as questões que estão travando a produção e os licenciamentos ambientais.

Agora nós vamos inverter a ordem. Quem respondeu primeiro vai ficar por último e quem falou por último vai ser o primeiro.

Antes de passar a palavra ao Senador Zequinha, deixo aqui uma pergunta, Polidoro: já que há essa convergência, isso não tem que ser liderado pelo Governo, a questão da produção de fertilizantes nacional? O que é, de fato, que a Embrapa está fazendo para nos ajudar com relação a isso?

Antes de passar a palavra ao Polidoro, passo a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, é porque o avião, daqui a pouco, sai. Ontem à noite, quase que a gente decola, mas, graças a Deus, não decolamos. O piloto cortou os motores e freou o avião, que teve um problema. Voltamos e esse voo foi reprogramado para hoje, daqui a um pouco mais.

Quero agradecer muito a oportunidade de a gente estar discutindo esse assunto que é tão relevante para o Brasil.

Eu gostaria de fazer alguns pedidos, porque vou ter que me retirar.

Com relação ao Dr. Alex, ao Embaixador Alex Giacomelli, ele nos trouxe aqui importantes informações. Só queria fazer-lhe um pedido, Embaixador: novos parceiros comerciais dessas matérias-primas de que a gente precisa. De repente, pode haver alguém por aí. Tenho certeza de que o Ministério pode fazer essa interlocução e boa parte, de repente, vir de novos países, de novos parceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo é aquilo que ele mesmo falou com relação à Rússia. Nós importamos de Israel, importamos da Rússia e tal. Ele falou do Chile também. De repente, aumentar essa cota, negociar um aumento da cota. Se é de "x" mil toneladas ou "x" milhões de toneladas, de repente, aumentar isso para suprir aqueles que não estão podendo mandar. É o caso do embargo lá da Bielorrússia. Isso é muito interessante.

Há outra coisa que eu quero pedir ao Embaixador também. Nós focamos muito na questão dos fertilizantes, mas o professor – quem calça o sapato, sabe onde aperta realmente – veio aqui dizer que tão importante ou quase mais é a questão do defensivo, que é o remédio da planta. E a gente precisa pautar isso. Nós gostaríamos de provocar o Embaixador no sentido de que ele pudesse aumentar esse item e exatamente saber aqui, com uma Aprosoja, com todo mundo, o que se importa em termos de defensivo agrícola, de glifosato e assim sucessivamente.

Aproveitando o embalo do que estamos mencionando aqui, falando da pessoa do Galvan, que é tão conhecido neste País, ele ontem esteve conosco numa reunião como Presidente do Senado; ele e diversos outros seus colegas de organizações do setor. Nós nos comprometemos de atendê-los, mandando para lá a relação dos projetos de interesse da Aprosoja. Só vai faltar aqui essa questão dos bioinsumos, certo? Os outros já estão listados e, daqui a pouco, serão entregues no Gabinete do Presidente Rodrigo Pacheco. Está certo?

Uma outra coisa também, Galvan, é com relação a essa questão do cartel ligado às sementes com a complacência do Cade. Nós não vamos perdoar ninguém, porque nós não podemos passar a mão na cabeça. A gente precisa ouvi-los aqui, para tentar ver por que estão permitindo uma coisa que é nociva ao setor, nociva ao Brasil.

Com relação à questão da molécula também, estava vendo algumas reportagens aqui, nós vamos ouvir a Anvisa e nós precisamos ouvir vocês também ou alguém que possa representá-los aqui, num bom debate sobre o que a Anvisa pode estar fazendo neste momento. Pressão internacional... E você colocou um negócio muito perigoso: quer dizer, segura, porque, daqui para a frente, só vai se puderem incluir a molécula. Isso é meio esquisitinho para um mundo moderno. Cobram da gente aqui tudo, mas, quando se trata da relação para lá, temos que nos submeter a certas situações que, no meu ponto de vista, são até constrangedoras, com toneladas de prejuízos que podem vir pela frente.

Então, nós vamos aqui conversar com o nosso Presidente, organizar algumas reuniões – não é, Presidente? –, porque não podemos deixar passar isso em brancas nuvens – absolutamente não! Está certo?

E eu quero aqui o cumprimentar. Ele ontem falou assim: "Eu não gosto muito de negócio de paletó, gravata". Esse é o seu paletó, um homem que produz. Na sua pessoa, nosso reconhecimento, nossa estima e nosso respeito ao produtor brasileiro, pequenininho, maior, médio e grande, que fazem este País andar, que, no meio da pandemia, que, no meio da dificuldade, que, no meio da luta, superam tudo para fazer a economia brasileira continuar crescendo, criando divisas e fazendo o Brasil. Seu paletó é esse, em qualquer lugar que você estiver. Quero dizer, mais uma vez, que nós o respeitamos muito, o estimamos muito e que esse negócio de paletó não faz diferença. Eu queria falar tão rápido e tão bem como você fala. Faz uma defesa brilhante, da forma como é e como faz.

Por último, Presidente, me permita, deixar aqui um requerimento, que é uma sequência desse trabalho, na forma regimental, para que sejam incluídos na nossa próxima audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública sobre o tema o Sr. Deputado Federal Sergio Souza, que é o nosso Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária; o Sr. Pedro Paulo Dias Mesquita, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral da CPRM, que é o homem que vai ter e mostrar aqui o mapa geológico do Brasil – a gente precisa ver isso de perto, muita informação importante chegou hoje, mas a gente precisa que o Governo diga: "Olha, está aqui. Nós temos isso", para podermos, então, avançar; o Sr. Christian Lohbauer, Presidente da CropLife do Brasil, uma organização que tem um olhar muito diferenciado; e o Sr. Antônio da Justa Feijão.

Além disso, convidar também o representante da Cianport. O que é a Cianport? É a Companhia Norte de Navegação e Portos, só que, lá dentro, tem um cidadão que comanda esse grupo, extremamente preparado nessa área, que pode nos ajudar e pode trazer muitas contribuições.

Esse é um requerimento para uma próxima audiência pública que vai dar sequência a este trabalho.

Por último, e agora, sim...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Senador Zequinha, eu gosto de ser muito prático nas nossas audiências.

Como V. Exa. já colocou o requerimento e já leu os convidados, eu o coloco em votação imediatamente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Então, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Senador Zequinha Marinho permaneçam como se encontram.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 12, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2021 - CRA (debater a ameaça de falta de insumos para o plantio da safra 2021/2022) sejam incluídos os seguintes convidados:

• Sua Excelência o Senhor Deputado Federal Sérgio Souza, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA;

• Senhor Pedro Paulo Dias Mesquita, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia;

• Senhor Christian Lohbauer, Presidente da CropLife Brasil;

• Senhor Antônio da Justa Feijão, Geólogo e Presidente da Fundação Amazônica de Imigrações de Meio Ambiente - Finama;

• Representante da Companhia Norte de Navegação e Portos - Cianport.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA) (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós teremos, portanto, já na próxima audiência, esses convidados para fazerem parte deste debate.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Correto, meu Presidente.

Agora, para ir embora mesmo, para sair, a esta Comissão eu quero fazer uma sugestão, a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Claro.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Nós temos a Secretaria Nacional de Assuntos Estratégicos fazendo um plano. Eu fiquei muito feliz quando o Dr. Enir colocou ali. A gente está trabalhando aqui sem saber, e Governo já está se adiantando nisso.

Então, o Dr. Enir, o Dr. Carlos Polidoro, que acabou de dar um show aí pela Embrapa, o Sérgio de Zen, e, depois, o General, digo melhor, o Almirante Flávio Rocha, para a gente fazer uma reunião de trabalho, sob a sua coordenação, aqui ou lá, onde, de repente, escolherem, para a gente poder dar uma conversada com esse grupo, porque eu tenho certeza de que esse é o núcleo do Governo que toca esse tipo de coisa, para que a gente possa avançar.

No mais, eu quero agradecer a todos os Senadores que passaram por aqui e que trouxeram a sua contribuição.

Agradeço, de coração, aqui ao Deputado Xuxu, meu colega de partido. Somos vizinhos, mas agora que estamos nos aproximando, pelas circunstâncias – não é? –, por estar ali trabalhando, ajudando e fazendo o enfrentamento na defesa do agro no Mato Grosso e, por tabela, no Brasil.

Agradeço, mais uma vez, ao Galvan, pelo atendimento tão gentil de estar conosco aqui presencialmente.

Muito obrigado, Presidente.

Eu fico por aqui, porque preciso pegar essa carona de avião para Belém.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Agradecemos ao Senador Zequinha e peço aos nossos assessores que nós possamos marcar essa reunião para a semana que vem, para a próxima semana, Senador Zequinha Marinho, para que a gente possa avançar neste debate.

Eu acho que é, realmente, importante nós fazermos esta reunião. Vamos reunir as pessoas que têm a capacidade de resolver essas questões, para que a gente possa, de fato, avançar neste tema.

Antes de passar a palavra ao Polidoro, nós temos aqui algumas questões que eu faço questão de ler, dos nossos internautas.

O Ivan Souza, da Bahia, diz o seguinte: "Será que é preciso doer no bolso da bancada do agronegócio para entenderem a importância da agricultura familiar no Brasil?". Ivan, nós sabemos muito bem da importância da agricultura familiar no País e não há concorrente dentro da produção agrícola brasileira entre a agricultura familiar, o pequeno produtor, o médio produtor e o grande produtor. Não há concorrência. Há, sim, uma convergência e há uma preocupação grande desta Comissão com relação à agricultura familiar. Sabemos da importância e, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância que tem, há também ações do Congresso Nacional para fortalecer e ajudar a agricultura familiar.

A Lucelia Correa, do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "A falta de insumos comprometerá a qualidade e produção dos alimentos?". Certamente que sim, Lucélia.

A Adma Silva, de São Paulo, diz o seguinte: "A ameaça com a falta de insumos tende a aumentar o preço dos alimentos?". Infelizmente, certamente, Adma.

Plínio Santos, de São Paulo: "O Brasil tem tais insumos em seu solo. Deve-se incentivar a produção no País e não importar, como vem sendo feito". De fato, o nosso grande objetivo, Plínio, é fazer com que nós possamos ficar menos dependentes dos insumos importados, de que nós dependemos hoje para fazer a produção e exportar.

Passo a palavra ao Polidoro para as suas conclusões.

Temos cinco minutos para as suas conclusões e as suas considerações finais, Polidoro.

O SR. JOSÉ CARLOS POLIDORO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Acir.

Primeiramente, essa reunião proposta pelo Senador Marinho vai ser realmente um passo incrível. Para o grupo que está formulando a política pública, vai ser muito boa a interação.

Sobre o que a Embrapa está fazendo de fato, você me deu uma oportunidade muito grande, porque a Embrapa... No caso específico dos fertilizantes, mas nós podemos estender ao uso racional de defensivos também.

No caso dos fertilizantes, nós estamos com essa rede trabalhando há mais de 10 anos, produzindo muita tecnologia, desde boas práticas para o uso dos fertilizantes importados, até introduzindo essas novas tecnologias com muito fundamento. Entretanto, a Embrapa não tem o braço de chegar ao produtor nem pode fazer isso diretamente, porque nós temos que ter toda a cadeia funcionando: a extensão rural, os consultores e essa interligação. O dia a dia no campo é uma coisa que é toda hora, é contínuo. Por isso que nós propusemos a caravana, porque é uma oportunidade de nós mostrarmos que... Fazer a caravana e mostrar que essa conectividade, se ela for perpétua ou perene, dá muitos bons resultados.

A caravana é mais ou menos assim: vamos mostrar que temos que conectar todos os elos, e, depois, a gente vê quem vai poder se conectar melhor. Mas eu lhes garanto, Senador e todos que estão ouvindo, que estas tecnologias que nós produzimos nesses 10 anos nessa caravana vão fazer uma grande diferença. Muitas delas ainda não são totalmente conhecidas pelos produtores, haja vista essa questão dos bioinsumos. Há muita dúvida ainda sobre como aplicá-los, em que cultura, como é que você combina isso com o adubo mineral. Nós estamos aí para isso. Dúvidas simples sobre como aplicar o fertilizante, se é no sulco de plantio, se é em toda a toda área. Essas são coisas que a gente pode melhorar muito. Então, de fato, levar isso tudo empacotado numa caravana é o melhor primeiro passo.

E, sobre a questão da produção de fertilizantes pelo Governo, posso dizer, em nome do grupo de trabalho e de todo o consenso, é que esse não é o papel do Governo; o papel do Governo, certamente, é prover meios, porque o setor privado, as grandes companhias, inclusive as que já existem no Brasil... Não é por falta de capacidade de investimento, não é por falta de interesse no Brasil, porque o Brasil é o maior consumidor de fertilizantes do mundo; é porque, realmente, nós temos que melhorar o ambiente para que haja investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso dizer, com toda certeza, que todas as grandes corporações e também as empresas nacionais precisam de financiamento, fomento e, principalmente, de desburocratização. Aí, o Governo tem que ter esse papel, porque nós temos certeza de que o setor é capaz de investir quantos bilhões de dólares sejam necessários se tiver uma boa condição para produzir no Brasil. Nós não temos nenhuma dúvida.

Eu volto a dizer: a Unigel, que retomou as fábricas de fertilizantes nitrogenados que a Petrobras hibernou por um programa de desinvestimento, é uma empresa brasileira. Para se ter uma ideia de que não é uma coisa exclusiva de multinacionais. O capital está aí para que se tenha condições de investir.

O plano tem este foco: vamos melhorar o ambiente de negócios, vamos dar condições específicas que o processo vem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Polidoro, pelas suas colocações.

É evidente que nós não queremos que o Governo produza fertilizantes, mas ele tem que comandar, tem que puxar a fila para resolver esse problema e incentivar: usar o BNDES para financiamento, usar a Embrapa para pesquisa, ciência e tecnologia, para desenvolver os produtos para que sejam produzidos no nosso País.

Mais uma vez, agradeço a sua presença junto conosco.

Passo a palavra, mais uma vez agradecendo pela presença, ao Galvan, para fazer as suas considerações finais.

O SR. ANTONIO GALVAN (Para expor.) – Bom, Presidente Acir, quero só fazer uma correção aqui. Na verdade, na questão de Autazes, a gente falou em licenciamento ambiental, mas ele já existe. Na verdade, o problema criado lá é indígena. E, se vier o marco temporal para dobrar essas áreas, aí eu imagino o que pode acontecer.

Então, a gente acredita que, sim, em nível de país, com um tamanho de território desse, que a gente tenha, sim, no nosso subsolo o suficiente. Acreditamos que deva modernizar. Como você colocou aqui, até 2050, acredito que nós consigamos dobrar, sim, a nossa produção nacional ou até mais, porque nós temos território para isso. Só temos que buscar, logicamente, as condições.

Como foi colocado, realmente, o Governo não tem que estar se envolvendo na exploração direta. Acredito que estatais já temos demais, a gente tem é que se desfazer de uma grande parte delas e deixar isso tudo para a iniciativa privada. O que se tem de ter é uma regulamentação para que, realmente, não aconteça, como eu já falei aqui, que venha meia dúzia de empresas e nós ficamos aí, milhares e milhares, para não dizer milhões de pessoas, reféns de meia dúzia de empresas. Então, a gente tem que ter uma regulamentação muito grave, como foi colocado já aqui.

Estamos tentando aprovar aqui uma lei para justamente fazer a questão dos bioinsumos, e temos aí essas empresas trabalhando contrariamente para que fiquemos sempre dependentes deles.

Então, acredito que tudo que se fizer, se conseguir economizar e se fazer no campo, além de ser melhor, porque nós estamos falando em seres vivos, no caso dos bioinsumos, você o prepara e já aplica. Quando sai da própria indústria, vão colocar aqui dúvidas sobre se está funcionando ou não está, porque é um ser vivo que está lá dentro ou se aquilo realmente já não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está morto. Porque, se cada litro que você vai usar, cada litro que você comprar, você tiver que fazer teste em laboratório, acabou-se a situação. Então, a gente sabe disso.

Então, o que a gente tem que fazer, sim, é na iniciativa privada que tem que ser feito. Só que tem que ter uma regulamentação muito séria sobre isso. Porque, quando você tem alternativa para buscar, para você poder fazer isso, que não apareça aí meia dúzia com *lobbies* potentes, enormes, políticos ou mesmo financeiros, que consigam inviabilizar que isso seja feito.

Como você colocou aqui sobre a própria agricultura familiar, a gente é oriundo, sim, de uma pequena área lá do Rio Grande do Sul, mas a gente tinha vontade... Nós éramos seis irmãos, cinco fugiram para a cidade; eu fugi também, depois voltei. Então, como a gente acaba tendo no sangue a atividade agrícola, a gente acabou permanecendo. Então, a gente não vê não essa diferenciação. Agora, com certeza, tem que se ter uma atenção mais especial quanto menor o tamanho do produtor.

Eu não digo que o Governo tenha que ir lá e dar dinheiro para a pessoa, porque isso aí tem custo. Mas tem que facilitar a vida delas sim. Isso porque a gente viveu como leiteiro, tirador de leite, fazendo as nossas rocinhas, aquele arado de boi, aquela matraquinha, com tudo isso a gente trabalhou lá quando a gente era moleque e eu abandonei a lavoura por causa disso. Aí, como Deus me quis no Mato Grosso, a gente conseguiu restabelecer, sim, essa vontade.

Então, tem que se dar uma diferenciada. Agora, o produto não pode ser diferenciado se produziu um saco, dez sacos, mil sacos, um milhão de sacos. Eu acho que tudo é alimento e tudo vai na somatória do que o Brasil produz hoje.

Agora, tem que se dar uma atenção mais especial, sim, ao pequeno produtor, porque a gente sabe da dificuldade. Principalmente, quando se tem problemas climáticos envolvidos no meio – e a gente sabe que isso acontece –, quando você perde toda a produção e você não tem condições praticamente para a sobrevivência. Tem que se criar um mecanismo com que se consiga salvar essa pessoa naquele momento.

Quero agradecer aqui, mais uma vez, a oportunidade. Sempre dentro do necessário, que a gente possa trazer contribuições e esclarecimentos. A gente está à disposição, sim, a entidade ou a pessoa que estiver à frente. Hoje, casualmente, estou aqui como Presidente; o Fabrício Rosa já é nosso eterno Diretor-Executivo, não é Fabrício? Junto conosco aqui, o Xuxu, também nosso Deputado Estadual lá do Mato Grosso, de Sorriso, vizinho de Sinop, onde a gente mora há tantos anos, vendo ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO GALVAN – ... o que foi feito desse Brasil todo, nessa área da agropecuária nossa, que não é só agricultura. A nossa pecuária avança e avança forte e pesado, principalmente, no consórcio da integração, em que a gente pode utilizar muito espaço para fazer a produção agrícola e manter o mesmo rebanho bovino.

Obrigado a todos aí.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Galvan, pela sua presença e, como diz o nosso querido colega Marinho, pela aula que o senhor nos deu com relação à agricultura brasileira, aos problemas que nós temos enfrentado e o que temos para resolver também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E podem contar sempre com esta Comissão, a Comissão de Agricultura, e também com o Congresso Nacional. Nós temos um compromisso com a sociedade, com a população de levar alimentos à mesa de todos os brasileiros. E não há como levar alimentos à mesa dos brasileiros se nós não produzirmos. Então, temos que produzir, temos que produzir ao custo o mais baixo possível; transportar – e um dos grandes gargalos do Brasil, hoje, é o escoamento da produção, não é, Deputado? É um problema sério que nós temos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... a infraestrutura.

Eu costumo dizer, Galvan, que isso é um problema positivo, é um problema positivo nós temos que investir em infraestrutura. Nós precisamos de infraestrutura porque nossa produção está aumentando; esse é um problema bom.

O SR. XUXU DAL MOLIN (*Fora do microfone.*) – Se está havendo o que transportar, é porque está tendo produção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Claro! Está havendo produção. Graças a Deus temos essa produtividade grande e estamos exportando, aumentando, contribuindo para o saldo positivo da balança comercial brasileira! O mínimo que o Governo pode fazer é dar condições para que nós possamos escoar a produção que acontece no País.

Pede-me a palavra aqui... Não é usual, Deputado, mas esta Comissão ela é bastante flexível, e nós procuramos fazer um trabalho bastante objetivo, e é um prazer tê-lo conosco nesta audiência.

Portanto. V. Exa. tem a palavra.

O SR. XUXU DAL MOLIN (Para expor.) – Muito obrigado. Senador Acir. Na sua pessoa, quero cumprimentar o Senado. Eu acho que a Comissão de Agricultura vai dar um grande passo, junto com o Governo Federal, para criar uma política de Estado. Temos os números, temos os gargalos e nós temos que dar uma resposta. Agora é trabalhar.

Eu quero aqui, em nome do Galvan, parabenizar a todos os produtores e produtoras do nosso Brasil e, em nome do Senador Zequinha, parabenizá-lo e nos colocar à disposição.

O Mato Grosso é uma locomotiva que precisa de trilhos mais modernos para continuar cumprindo a missão, como o seu lindo Estado de Rondônia, o Pará e tantos outros que estão aí iniciando grandes áreas de produção, integração e tudo o mais.

Eu quero dizer aqui que o que ficou definido tem que ser uma política de Estado e, realmente, ser implementado. Isso é fato, é para ontem.

E nós estivemos em Bonn, na Alemanha, na COP 23, e falamos para o mundo lá que o pior inimigo do meio ambiente é a pobreza, a miséria, a falta de emprego. Desenvolvimento sustentável. Então, a Amazônia Legal responde por uma produção; sabemos que tem vários biomas lá dentro, mas o nome Amazônia é isso, e o povo da cidade tem que respeitar a técnica, a prática sustentável e vocês tem que liderar isso aqui no Senado, não ter medo desse enfrentamento e de votar essas regulamentações e tudo mais.

Quanto mais desenvolvimento para um pai de família humilde lá, que hoje passa um arrastão, que faz carvão para dar de comer para o seu filho, menos dano ambiental ele vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

causar. Isso é algo que se tem que deixar bem claro. Os maiores problemas ambientais do País hoje estão nas cidades, que é o esgoto e o lixo. Isso é fato.

E, para encerrar, nós temos, hoje, uma grande inflação mundial dos alimentos, que está tirando o sono de muita gente. Mas pior que a inflação alimentar que o mundo tem hoje é a falta da comida. E se nós não tomarmos providências com relação aos fertilizantes e, principalmente, como o nosso amigo e Presidente da Aprosoja falou tão bem, o Galvan, é a questão dos remédios das plantas que são os defensivos. Isso é fato. E eles estão criando cada vez mais, através de narrativas, uma reserva de mercado. Usando políticas ambientais, usando estratégias de governo, questões de *lobby*, como fizeram com alguns países, essas questões geopolíticas em que eles criam embargos.

Então, é muito importante.

Eu moro em Sorriso, que é o maior produtor de grãos do mundo, com a maior frota agrícola do mundo, e lá nós somos um grande produtor de abelha... de mel, desculpe, e quem produz o mel são as abelhas, que não têm partido político e não têm, graças a Deus, ideologia. Elas cumprem a missão da natureza, que Deus deu para elas, de produzir mel.

Então, como as pessoas criam narrativas, que não pode isso, não pode aquilo, para inventar mentiras? E quem perde com isso é o emprego, é um alimento com preço justo e tudo mais.

Para não me alongar, eu acredito que o recado está dado. Nós temos que talvez já pensar na privatização da Petrobras, Senador. É uma empresa que fez o papel dela. Hoje, a composição dos preços basicamente é em real... do custo, aliás; a composição do custo é em real, mas a formação do preço é em dólar, para atender investidores e tudo mais.

Eu acho que isso é importante, explorar nossas jazidas de fertilizantes, nós vamos criar um ambiente mais competitivo para o agro brasileiro, que é a nossa principal locomotiva e vocação econômica.

Então, seria pontualmente isso.

Temos outras questões como os produtos biológicos. Você sabia que o Mato Grosso pode produzir e doar o BTI para o controle da dengue de forma biológica? Há anos eu estou tentando fazer isso e eu não consigo! Biológico: nós podemos controlar a dengue em toda a Amazônia e no resto do Brasil gratuitamente, sem gastar nada, de forma biológica. Não polui, não joga o Temefós nos rios, e a gente não consegue, Acir, por narrativas, por reserva de mercado, por interesses econômicos. E a nossa saúde, como outras questões que a gente pode discutir muito aqui...

Então, é só agradecer. A Assembleia Legislativa é parceira de vocês. Parabéns à Aprosoja! Ministério das Relações Exteriores, coloque realmente que o Brasil é o salvador da Pátria hoje. Ajude-nos! Da Embrapa não temos o que falar. E o Senado hoje está com a caneta na mão para fazer o Governo Federal, com certeza, agilizar ainda mais essa política de Estado, que tem que ser implementada.

Parabéns, homem do campo!

Viva o produtor brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputado Xuxu Dal Molin, Deputado Estadual do Mato Grosso. Obrigado pela sua presença e pelas suas colocações nesta manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora ao Enir Sebastião Mendes, para fazer as suas considerações finais.

Muito obrigado pela presença, Enir.

O SR. ENIR SEBASTIÃO MENDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Acir. Essa é uma grande oportunidade. Esse debate traz muitas propostas, muitas sugestões para irmos aos encaminhamentos.

Eu queria fazer primeiro uma observação em relação ao requerimento do Senador Zequinha. Ele citou o Pedro Paulo Mesquita como presidente do Serviço Geológico Brasileiro. O Pedro Paulo Mesquita é Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia. O Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil é Esteves Conalgo.

E também uma outra...

Em referência também, retomando lá, porque eu havia falado da questão da licença ambiental do projeto da Potássio do Brasil, de fato, o licenciamento ambiental está paralisado, porque ele depende dessa licença social, que é essa interlocução, essa oitiva com as comunidades indígenas na região. Assim que for resolvida essa questão social, aí será dado seguimento ao licenciamento ambiental.

Aí, a partir dessas observações, eu queria fazer um outro comentário. O setor mineral é um setor que demanda altos investimentos, investimentos de riscos. E a maturação de um projeto, desde o seu início, é longa. O que tem atraído investimentos ao Brasil... O Brasil precisa desses investimentos. As empresas brasileiras não têm totalmente essa capacidade; dependem de investimento externo, desde que seguindo todas as normas e a legislação nacional. Mas a atração de investimento está muito relacionada à segurança jurídica. Nos últimos anos, a legislação mineral avançou, a partir de 2016 e 2017, com a criação da Agência Nacional de Mineração, com a nova lei da Cfem, que é a contribuição financeira, e com a lei de segurança de barragens, que hoje é considerada a lei de segurança mais restritiva, mais completa no mundo.

E o decreto de 2018 modernizou, o decreto-lei que é o Código de Mineração, de 1967, e isso já começou a apresentar resultados, com a atração de investimentos, com essa segurança jurídica. E essa é uma posição, é uma preocupação do setor com a segurança jurídica e é uma visão também do Ministério de Minas e Energia, porque hoje depende mais das regulações, de resoluções, regulações e normas infralegais. E, com isso, a gente manteria essa atração de investimentos, que é uma necessidade muito grande, precisa-se de muita tecnologia, inovação. É um setor que demanda muito, demanda investimento e investimento de risco.

Então, nós contamos aí com o apoio do Congresso.

E esse trabalho de fertilizantes vai avançar exatamente com essa parceria, com esse trabalho colaborativo, com essa interlocução que hoje está sendo coordenada e está dentro do GTI sobre o Plano Nacional de Fertilizantes, e que agora, também com o apoio do Congresso, nós acreditamos que podemos avançar muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a presença do senhor nesta reunião tão importante para todos nós.

Passando a palavra ao Embaixador, eu lhe faço uma colocação aqui, Embaixador. Sendo a Rússia e a China os grandes fornecedores de insumos ao nosso País, o crescente aumento de sanções internacionais à China, por questões geopolíticas e também por atividades no Mar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sul da China, a questão de Taiwan também; e à Rússia, pelas interpretações sobre atividades internas e pela política externa do Governo russo, essas sanções poderão interferir, em curto prazo, nas importações de fertilizantes e insumos para o nosso País?

Eu gostaria que o senhor fizesse um comentário sobre isso.

Com a palavra o Embaixador Alex Giacomelli da Silva, para as suas considerações finais, mais uma vez agradecendo a sua presença junto conosco.

O SR. ALEX GIACOMELLI DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu é que agradeço a V. Exa. a oportunidade de participar deste debate.

Em relação à sua pergunta especificamente, essas questões de política internacional e de sanções envolvendo China e Rússia atualmente não têm um impacto direto nessa questão dos fertilizantes.

A questão da China é mais uma questão de crise energética mesmo. Eu até gostaria de falar disso também ao responder aos comentários do Senador Zequinha Marinho, sobretudo quando ele mencionou a questão dos defensivos, sobretudo do glifosato. Nós importamos 80% da nossa necessidade de glifosato, e grande parte disso da China. E nós estamos tendo dificuldade exatamente porque a China tem uma crise energética agora e está produzindo menos; portanto, está reservando a sua produção para o consumo interno. Essa é a nossa dificuldade com a China hoje. Mas nós estamos tentando buscar novos parceiros. Estamos em contato, por exemplo, com os Estados Unidos e com Índia, para essa questão específica dos defensivos agrícolas.

Também o Senador Zequinha Marinho mencionou a questão dos fertilizantes e a necessidade de nós buscarmos novos parceiros. Isso também estamos fazendo e vamos dar continuidade a isso. Identificamos boas possibilidades de aumentarmos nossas exportações da Alemanha e da própria Rússia. E, embora seja um setor em que há um oligopólio, nós estamos tentando identificar também novos parceiros e novos países, dos quais possamos importar.

Eu gostaria também de fazer uma breve observação em relação ao comentário do Sr. Galvan sobre essa questão de sanções unilaterais. Eu não poderia concordar mais com o senhor, já que o Itamaraty, o Brasil sempre defende, tradicionalmente, que sanções internacionais sejam aplicadas de modo multilateral através dos órgãos competentes para aplicá-las. Sanções unilaterais acabam criando esses distúrbios, essas turbulências no mercado, desnecessariamente, e atingindo não só o Brasil, mas o mundo.

Aqui, eu me reporto ao comentário que o Deputado fez, na sua intervenção: nós somos grandes produtores e grandes fornecedores de produtos agrícolas para o mundo todo. Então, se isso atinge o Brasil, também atingirá o mundo. Eu acho que isso é um fator que todos temos que levar em conta.

Mais uma vez, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de participar deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Somos nós quem agradecemos, Embaixador, a sua presença.

Passo a palavra, agora, ao nosso último convidado, Dr. Sérgio De Zen, Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento, representando o Ministério da Agricultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. tem a palavra para as suas considerações finais, mais uma vez agradecendo a sua presença conosco.

O SR. SÉRGIO DE ZEN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Acir, sou eu quem agradeço o convite.

Mais uma vez, coloco-me à disposição para discussão, como foi pedido pelo Senador Zequinha.

O que eu posso falar, de certo ponto, é: primeiro, a Conab tem uma rede nacional de engenheiros agrônomos, de engenheiros agrícolas que visitam as propriedades para fazer levantamentos dentro da lavoura. Então, a gente poderia fazer o melhor uso desse pessoal, inclusive com amostragens de solo, porque nós estamos debatendo a falta de fertilizantes, mas nós não estamos debatendo outro ponto muito importante, que é a retenção de fertilizantes pelo solo através de matéria orgânica com plantio direto, sobre o que o Galvan muito bem falou, que geraria subsídios importantes na captura de carbono e coisas do gênero, o que pode fazer muita diferença nas discussões internacionais sobre esse balanço de emissão que tanto se debate neste momento.

Outro ponto que eu reforço é sabermos com exatidão quanto consumimos, onde consumimos e quais os produtos que consumimos. A gente tem uma deficiência básica com relação à exatidão das áreas plantadas.

A Conab está terminando a primeira etapa do georreferenciamento da área plantada de soja. Num Estado que não é o maior produtor de soja da Região Centro-Oeste, nós encontramos uma diferença de 900 mil hectares entre aquilo que nós achávamos que havia e aquilo que, verificando em campo, *in loco*, georreferenciado, nós achamos. Isso faz muita diferença na hora das estimativas, das previsões e de traçar qualquer política de longo prazo. Então, é importantíssimo, e ressalto isso para os senhores.

A Conab faz todo o serviço de levantamento de safra, movimentando 500 mil quilômetros e 120 engenheiros agrônomos e tem um orçamento hoje de R$980 mil para fazer isso. Soja, milho, arroz, feijão, cana de açúcar, café são os produtos que a gente tem. Então, precisamos de tecnologia, de treinamento das pessoas que estão indo a campo, para que a gente otimize o trabalho e gere mais informações estratégicas para o País.

Inclusive, há um outro ponto importantíssimo que é o desenvolvimento da planta. Hoje, nós acompanhamos, o organismo brasileiro que acompanha o desenvolvimento da planta, que pode ser uma inferência importantíssima para a deficiência do uso dos fatores de produção dos fertilizantes, dos defensivos, tudo isso nós temos feito, esses indicadores. E nós estamos no meio de um processo de nacionalização disso.

Vejam bem os senhores: os senhores estão falando estrategicamente. Esse cálculo de desenvolvimento de plantas, que se chama NDVI, como é feito hoje? Os dados do Brasil são colocados numa universidade norte-americana, os modelos matemáticos são gerados lá, e, uma semana depois, eles nos devolvem. Nós estamos trabalhando para a nacionalização disso. Quem é que está trabalhando nisso? A Conab, o Inpe e a Universidade de São Paulo, que são os órgãos que têm capacidade de processamento e trabalham com isso há muitos anos. Então, é a junção dessas instituições. A gente está começando o trabalho também de envolvimento com a Embrapa, a Embrapa Informática, que também está participando desse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um sentido de reorganização que estamos fazendo. E nós não estamos conseguindo, de certa forma, ter o sucesso que gostaríamos de ter no tempo. Temos sucesso nos resultados. Eles já estão aí. Só que nós gostaríamos de estar com toda a área de soja, com toda a área de milho, pelo menos, georreferenciada e com esse movimento de NDVI já totalmente feito no Brasil. Mas isso demanda investimento, demanda pessoas e demanda tecnologia.

Vejam bem: há três anos, a Conab não tinha um instrumento básico para a equipe de campo, que é um *tablet*, para cada um dos seus agrônomos. Hoje, nós temos.

Então, são pontos que a gente...

A Conab, nos últimos 40 anos, nunca fez um curso de treinamento com os seus técnicos de campo. Nós acabamos o primeiro e já estamos programando o segundo. O que é esse curso de treinamento? É chamar essas pessoas para que elas vejam o resultado, dando treinamento básico de estatística, de geoeconomia, de custos de produção, de mercado, de geoprocessamento, de georreferenciamento para esse povo. Isso, praticamente, foi feito com recursos da empresa, 100% da empresa. Isso qualifica esses técnicos.

Então, a Conab é um instrumento extraordinário de ligação entre a informação do campo, capilaridade nacional, com os agentes que podem trabalhar na solução de muitos problemas, que é o caso da Embrapa, das universidades. Eu acho que toda integração de uma rede nacional de pesquisa tem que buscar soluções aplicadas e palpáveis para os agricultores, muito bem aqui representados pelo Galvan.

Eu endosso uma outra fala do Presidente Acir e reitero o que eu falo para a minha equipe. Nós não trabalhamos nem no pequeno, nem no grande. Nós trabalhamos para todos os agricultores do Brasil.

E eu gosto muito de enfatizar. Eu sou filho de agricultor, de pequeno agricultor do interior de São Paulo, vivi até 22 anos dentro de uma propriedade. Tenho essa cara de alemão, mas sou filho de italiano. Então eu peguei na roça, como o Galvan, e sei da necessidade de informação. Tecnologia sem informação e informação sem tecnologia, nós não chegamos a lugar nenhum.

O grande, o megaprodutor tem grandes consultorias nacionais e internacionais em que ele vai buscar informação, embora ninguém tenha a informação básica que só o Governo brasileiro gera e tem. Então, as consultorias usam nossa informação para dar outros resultados. Nós precisamos fazer uso disso, usando todos os organismos que o Estado tem, para devolver para o pequeno e médio produtor que precisa dessa informação.

Convido os senhores toda segunda-feira, às 18h, a entrar no *site* da Conab, e vocês terão a evolução das lavouras de soja e de milho lá instantaneamente. Isso é fruto de 120 pessoas no campo, de imagem de satélite, um trabalho conjunto com o Inmet e com a Embrapa e está à disposição de todos os agricultores, gratuitamente. Muitos agricultores pagam por isso, e isso está gratuito.

Muito obrigado, mais uma vez, por estar aqui com os senhores. Aprendi muito nessa discussão e me coloco à disposição do que for preciso para a agricultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Sérgio De Zen, pela sua participação junto conosco.

Na próxima quinta-feira, no mesmo horário, às 8h da manhã, nós daremos continuidade à discussão desse tema com os convidados que ora foram apresentados pelo Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o seguinte requerimento.

Considerando a manifestação externa da ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS MARGARIDA ALVES - ASPRUMA, por meio de requerimento de seu procurador a esta Comissão, relativa à necessidade de levantamento, para fins de regularização fundiária, da situação social, socioeconômica e ambiental dos agricultores da área denominada Margarida Alves II, na zona Rural do Município de Nova União do Estado de Rondônia.
Considerando a situação de insegurança e vulnerabilidade das famílias nesta região, quanto à questão agrária e socioeconômica.
Considerando a mútua cooperação republicana entre os poderes e a vinculação finalística entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).
Requeiro, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento forneça informações sobre a regularização da situação das famílias na referida área, constante do processo administrativo SEI n° 01094.000109/2019-26.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 13, DE 2021

Informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

As Sras. e os Srs. que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O requerimento de informação vai à Mesa do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Agradecemos aos Senadores pelas suas presenças conosco, Senador Esperidião Amin, Senador Carlos Fávaro, Senadora Rose de Freitas, Senadora Soraya Thronicke, Senador Izalci Lucas, Senador Zequinha Marinho, Senador Chico Rodrigues, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Luiz do Carmo, Senador Wellington Fagundes e o Deputado Estadual Xuxu Dal Molin pela presença nesta audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 8 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Rose de Freitas, Angelo Coronel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Aviso nº 1.179, de 2021, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.784/2021, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo, que trata de acompanhamento, com vistas a acompanhar a governança das estratégias de transformação digital da administração pública federal; Aviso nº 1.419, de 2021, do Tribunal de Contas da União, encaminhado para conhecimento dos autos do Processo do Tribunal de Contas 350, de 2021, da relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, que trata de desestatização relacionada à licitação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a conferência de autorizações de uso de radiofrequências nas faixas 700MHz, 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz associadas à prestação do serviço móvel pessoal, também conhecido como serviço de telefonia móvel, destinadas à implantação de redes móveis de quinta geração, ou seja, tecnologia 5G; Ofício nº 17, de 2021, subscrito pelo Deputado Luciano Bivar, 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando para conhecimento do Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, o comunicado de transparência direta da concessão relativa à CAC nº 1, de 2021, que comunica aos membros do Congresso Nacional que foi autorizada, conforme Portaria nº 1.543, de dezembro de 2020, publicada no *Diário Oficial da União*, a transferência direta da concessão outorgada originalmente à Rádio Imprensa S.A. para a Rádio Imprensa Madureira de Anápolis Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptada para frequência modulada, no Município de Anápolis, Estado de Goiás. Os expedientes lidos serão disponibilizados na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse dos senadores membros, a fim de que a matéria seja analisada pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Apreciação da proposta de Plano de Trabalho para avaliação da Política Pública no exercício de 2021**. **Finalidade:** Apreciação da proposta de Plano de Trabalho para avaliação das Políticas Públicas relativas à quinta geração de redes móveis (5G) no Brasil no exercício de 2021, conforme REQ 5/2021-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

CCT. Relator: Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3804, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o Art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Rejeitado o projeto. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 86, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Rejeitado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5653, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de parâmetros internacionais nas pesquisas de emprego e desemprego." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório pela rejeição do projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 8, de 2021,** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a extinção do CEITEC - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelos Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 11, de 2021,** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, informações sobre a Lei de Informática." **Autoria:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Resultado:** Aprovado o requerimento de informações, que será apresentado ao Plenário do Senado Federal. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 9, de 2021,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as soluções tecnológicas para atender as demandas do setor do agronegócio." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 10, de 2021,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre inovações tecnológicas na prevenção, diagnóstico e tratamento do Câncer." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 7, de 2021,** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer, com especialistas e representantes do governo, a situação atual do processo de licitação de radiofrequências já iniciado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as expectativas para implementação dessa tecnologia no país, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado o requerimento, como parte do processo de avaliação da Política Pública (5G) no Brasil. O Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Rogério Carvalho solicita consignar seu voto “não” aos projetos constantes dos itens 1 e 2 da pauta, em razão de já haver sido encerrada a votação no painel eletrônico. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Leitura do expediente.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes externos.

Aviso nº 1.179, de 2021, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.784/2021, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo, que trata de acompanhamento, com vistas a acompanhar a governança das estratégias de transformação digital da administração pública federal.

Também o Aviso nº 1.419, de 2021, do Tribunal de Contas da União, encaminhado para conhecimento dos autos do Processo do Tribunal de Contas 350, de 2021, da relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, que trata de desestatização relacionada à licitação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a conferência de autorizações de uso de radiofrequências nas faixas 700MHz, 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz associadas à prestação do serviço móvel pessoal, também conhecido como serviço de telefonia móvel, destinadas à implantação de redes móveis de quinta geração, ou seja, tecnologia 5G.

Registro o recebimento do Ofício nº 17, de 2021, subscrito pelo Deputado Luciano Bivar, 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando para conhecimento do Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, o comunicado de transparência direta da concessão relativa à CAC nº 1, de 2021, que comunica aos membros do Congresso Nacional que foi autorizada, conforme Portaria nº 1.543, de dezembro de 2020, publicada no *Diário Oficial da União*, a transferência direta da concessão outorgada originalmente à Rádio Imprensa S.A. para a Rádio Imprensa Madureira de Anápolis Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptada para frequência modulada, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias para manifestação de interessados, Senadores e Senadoras, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme a nossa Instrução Normativa nº 12, de 2019.

Esta reunião está ocorrendo de modo semipresencial e, além dos Senadores presentes, conta também com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores participarem ativamente das votações terminativas por meio também do aplicativo Senado Digital. O Senador ou Senadora que estiver presente pode utilizar os computadores disponíveis nas bancadas e aqueles que não estiverem podem fazer a inscrição através do uso da função "levantar a mão" ou pelo *chat* do próprio sistema.

Indo diretamente à nossa pauta, na primeira parte, nós iremos agora fazer uma inversão. Gostaria aqui de dar uma prioridade, por ter solicitado, ao Líder Senador Jean Paul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui com oito Senadores que registraram sua presença – o Senador Styvenson também deve estar, já, já, registrando sua presença.

O Senador Jean Paul apresentou aqui, na primeira parte, sua proposta, uma proposta de plano de trabalho para avaliação das políticas públicas – semana passada foi designado Relator –, que se refere justamente à apreciação da proposta de Plano de Trabalho para Avaliação das Políticas Públicas relativas à quinta geração de redes móveis no Brasil, no exercício de 2021, conforme o Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 5, de 2021.

Sendo assim, eu já passo a palavra, inicialmente, ao Senador Jean Paul, para fazer a leitura da proposta do plano de trabalho, aqui assinalando também a presença do Senador Styvenson, que acaba de registrar.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente Rodrigo, muito obrigado.

Eu vou resumir muito aqui. O trabalho foi feito de uma semana para cá. Nós nos esforçamos bastante para montar a proposta de plano trabalho que envolve as redes móveis de quinta geração, o 5G. O plano de trabalho é mais extenso, já está no sistema, mas, em breve síntese, eu quero dizer que esta avaliação vai ter o objetivo de examinar os seguintes quesitos. Tentei resumir em perguntas, para que as pessoas compreendam de forma bem simples o que nós vamos fazer.

As perguntas que a gente tenta responder aqui são: quais são as consequências da implementação da tecnologia 5G no Brasil? Quais os benefícios e os desafios que seguirão à sua implementação? Como o Estado brasileiro deve se preparar nos diversos aspectos econômicos e sociais, tais como a geração de emprego e renda, com a substituição cada vez mais acelerada do trabalho manual mecânico por esses processos automatizados?

Essa disputa, esse debate vem desde a revolução industrial – a mecanização, a automação e agora a automatização –, mas temos que falar sobre isso porque senão vamos gerar um *gap* enorme, ainda maior do que o *gap* social que nós já temos.

Outras perguntas: como está o modelo – isso, sim – de regulação e o estágio de implantação da tecnologia 5G no Brasil em comparação com outros países? Quais são os principais obstáculos enfrentados pelo Governo e pelas empresas? Qual a situação atual da cobertura de acesso da população a serviços móveis de comunicação nas tecnologias existentes?

Nós acabamos de falar pelo telefone aqui, eu e o Presidente Rodrigo, e tivemos dificuldade, caiu a ligação duas vezes, pelo sistema digital, pela internet. Depois, ligamos por telefone e tivemos dificuldade de novo.

Então, como é que está hoje o estágio do 3G e do 4G, e como será a convivência desse 3G e 4G com o 5G implantado a futuro? E, por fim, como a defasagem da implantação da tecnologia 5G no Brasil, em relação a outros países, impacta no desenvolvimento nacional? Quais são as políticas do Governo brasileiro para desenvolvimento da tecnologia em Território nacional? Quais são as questões da tecnologia 5G relacionadas à manutenção da soberania nacional?

Portanto, essas são as questões que nós estamos nos propondo a responder e outras certamente surgirão nos debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para a execução desses trabalhos, nós apresentamos uma proposta de programação das atividades que envolve desde o dia 7 de outubro, com a apresentação do requerimento ao Ministério das Comunicações; uma primeira audiência pública em 07 de outubro com representante dos órgãos públicos do Governo Federal; uma segunda audiência no dia 14 de outubro com acadêmicos especialistas do setor, representantes das prestadoras de serviço e de usuários; uma terceira audiência pública dia 21 de outubro, que seria a audiência com o Ministro de Estado das Comunicações; uma quarta audiência com o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, que é responsável também pela política 5G, no dia 28 de outubro; visita externa – pelo menos uma será feita – ao polo de desenvolvimento tecnológico de redes móveis, que será no dia 8 de novembro; e, por fim, a consolidação das informações pela Consultoria Legislativa no dia 22 de novembro, com a apresentação do relatório preliminar no dia 25 de novembro e, no dia 2 de dezembro, apresentação e votação do relatório final.

Esse é o cronograma proposto.

Já adiantando, peço logo que nós votemos e aprovemos o Requerimento nº 7, que é justamente o da primeira audiência pública, a fim de cumprir esse plano de trabalho relativo à avaliação da política pública de implementação das redes móveis de quinta geração, que trará os seguintes convidados: a Exma. Deputada Perpétua Almeida, membro da Subcomissão de 5G da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, que já se debruçou sobre o tema; o Sr. Leonardo Euler de Morais, Presidente da Anatel; o Sr. Uriel Papa, Secretário de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e Mineração (SeinfraCom) do Tribunal de Contas da União; o representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Então, esse é o requerimento que nós temos para colocar em pauta hoje, que tem a ver com esse plano de trabalho.

É isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Jean Paul por rapidamente ter apresentado um cronograma de atividades, um plano de trabalho efetivo para contribuir com a chegada do 5G ao nosso País.

Senador Jean Paul, V. Exa. solicita que seja colocado logo em votação. Nós aqui queríamos colocar em discussão. Para a votação, ainda é necessário mais um Senador se registrar. De qualquer forma, os assuntos extrapauta também serão lidos e colocados em votação. V. Exa. tem um compromisso externo, mas aqui não será prejudicado de maneira alguma.

Então, está lido.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, posteriormente colocaremos em votação.

Darei sequência à segunda parte desta reunião, indo diretamente aos itens 1 e 2, que são terminativos e serão votados, nominalmente e em bloco, após a leitura do relatório.

Faço uma inversão aqui, indo diretamente para o item 2.

2ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 86, DE 2017
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Styvenson Valentim
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Para dar sequência, passo a palavra ao Relator para a leitura do seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Sr. Presidente, bom dia!

Ouve-me bem?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Estou ouvindo bem, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Sras. Senadoras, Senadores, todos que assistem, com a autorização do senhor, com a permissão da Presidência desta Comissão, eu pediria para não ler o relatório, algo que já é corriqueiro, e passar para a análise, para o sétimo parágrafo, não desprezando o Regimento interno, de que já faço menção na análise, e também os dispositivos da Constituição, a qual tem prerrogativa nesta Comissão. Já pularia para o principal desse projeto, que é a outorga à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM. Se o senhor me permitir, já faço essa leitura.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Styvenson, claramente V. Exa. pode dar sequência, sem problema algum.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – O.k.

Então, partindo para a análise: a primeira outorga de autorização à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco, foi promulgada em 8 de outubro de 2001, por meio do Decreto Legislativo nº 389, de 2001. A duração da outorga aprovada foi de três anos, de modo que a autorização expirou em 9 de outubro de 2004.

Contudo, a proposição sob análise renova a outorga a partir de 9 de outubro de 2011. Consequentemente, permaneceria um período de sete anos durante o qual a autorização não teria estado vigente, contrariando o disposto no art. 33 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, que exige renovações por períodos sucessivos.

Além disso, o início do processo de renovação da outorga em questão ocorreu em 19 de janeiro de 2012, quando a autorização já teria expirado por decurso do prazo. Não se alteraria essa conclusão ainda que se considerasse a eventual dilação do prazo da outorga para dez anos, pois, mesmo nesse caso, a outorga teria expirado em 9 de outubro de 2011. Dessa maneira, consumou-se a expiração da outorga, não sendo viável sua posterior renovação.

O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto – o curto exposto na análise, que é o que interessa, que seria a outorga –, o voto é pela rejeição do PDS nº 86, de 2017.

Grato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Styvenson. Não sei, aqui pela imagem, se está em Manhattan – é Manhattan que está aí ao fundo? – ou se está no Rio Grande do Norte.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu estou olhando isto aqui, estou olhando fardamento de escola. Deixe-me mostrar aqui para o senhor: estou aqui olhando o fardamento da escola da qual eu tomo conta, da qual eu sou o padrinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Parabéns! O Brasil inteiro acompanha, Senador Styvenson, o seu trabalho numa escola que está sendo modelo no seu Estado.

Coloco em discussão a matéria lida pelo Senador Styvenson. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, iremos aguardar um pouco ainda para colocar em votação, mas vamos encerrar a discussão.

Temos aqui o item 3, que também é não terminativo.

Pergunto ao Senador Jean Paul se ele consegue ter acesso ao relatório de onde V. Exa. se encontra agora – Senador Jean Paul, V. Exa. consegue ter acesso à leitura do relatório do item 3? – para que seja designado Relator *ad hoc.*

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O item 3 é o requerimento do Senador Izalci?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Não, ainda não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Qual é o item 3 aí?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – O item 3 é o Projeto de Lei 5.653.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, mas eu posso conseguir em cinco minutos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito. Então, enquanto isso, passo a palavra a V. Exa., acredito que a solicitou, para fazer também a leitura do requerimento do Senador Izalci Lucas, que não pôde comparecer aqui.

É importante esclarecer isto: nós estamos trabalhando de maneira remota. Várias sessões estão acontecendo ao mesmo tempo. Os Senadores estão se dividindo entre as salas e também cada um trabalhando em seu local de trabalho, de maneira virtual. Então, alguns Senadores que poderiam, neste momento, estar lendo aqui o seu relatório estão participando de outras discussões neste momento. Eles se dividem. Os Senadores que aqui estão também terão como missão fazer essas leituras.

Então, nós temos aqui, como assunto extrapauta, o requerimento do Senador Izalci Lucas, o qual está subscrito pelo Senador Jean Paul.

Também solicito, Senador Jean Paul, que, logo em sequência, se possível, faça a leitura do item 3, que também é não terminativo.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 8, DE 2021

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a extinção do CEITEC - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 5653, DE 2019
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de parâmetros internacionais nas pesquisas de emprego e desemprego.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Jean Paul Prates
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais após a deliberação da CCT.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente. Vai chegar aqui para mim a informação do item 3. Enquanto isso, eu vou fazer o a leitura do requerimento do Senador Izalci. Como eu tinha feito um em paralelo, nós juntamos. O Senador Paulo Rocha está a caminho aí, Presidente Rodrigo, pessoalmente, porque eles vão indicar alguns nomes para essa audiência pública que não estão no requerimento original.

Parece que também o Senador Lasier Martins deseja indicar alguns nomes. Nós temos aí a indicação do ex-Ministro Miguel Rossetto e há outros que já estão listados aqui pelo Senador Izalci.

Então, deve haver alguma alteração nesses nomes, mas de qualquer forma podemos aqui tratar, nos termos do art. 58, §2º, item II, da Constituição Federal, e do art. 93, item II, do Regimento Interno do Senado Federal, da realização de audiência pública com o objetivo de debater a extinção do Ceitec, que foi proposta pelo Governo Federal. Extinção do Ceitec. O Ceitec é o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, a empresa de microeletrônica vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Portanto, está proposta audiência com a presença do próprio Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes; do Sr. Marcos Pontes, Ministro da Ciência e Tecnologia; da Ministra do TCU Ana Arraes; do Governador Eduardo Leite, do Estado do Rio Grande do Sul; de representantes da universidade, da academia; de um representante, o Secretário da Associação de Colaboradores do Ceitec, dos próprios funcionários, dos empregados colaboradores do próprio Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada; e demais representantes de institutos da tecnologia da informação, bem como o Presidente da Associação do Ceitec e o próprio Sr. Miguel Rossetto, ex-Ministro da área, mestre em Políticas Públicas.

O Ceitec foi criado em 2008, sediado em Porto Alegre, e é o mais avançado centro de microeletrônica da América Latina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

> Trata-se da [...] única empresa no Brasil que atua na produção de circuitos integrados e o único centro da América Latina capaz de produzir tecnologia de ponta para a fabricação de microchips para passaportes, componentes de satélites que usam a tecnologia 5G [da qual acabamos de falar] e para o monitoramento também de armas e veículos [e outros produtos]. Desenvolve, ainda, sensores eletroquímicos miniaturizados, que detectam substâncias presentes em fluídos orgânicos e podem ser usados em testes para detecção de doenças.
> É o único centro no país com processamento de "wafers" em sala ultra-limpa. Wafers são fatias finíssimas de material semicondutor, empregadas na fabricação de processadores para computação. As chamadas "salas limpas" são ambientes onde se mantém sob controle severo os níveis de umidade, pressão, temperatura, luminosidade e partículas em suspensão.
> O CEITEC, portanto, detém os instrumentos para produzir soluções tecnológicas destinadas às áreas de saúde, segurança, identificação pessoal e veicular e de mercadorias, além de sistemas antifraude. Sua extinção poderá comprometer o posicionamento estratégico do Brasil na manutenção da vanguarda e do domínio tecnológico. A liquidação do CEITEC é um sinal de que o Brasil não deve ser visto como capaz de desenvolver tecnologia própria.

Esse é o argumento e a justificação do requerimento do Senador Izalci Lucas conosco, Senador Jean Paul Prates e demais componentes da Comissão, para que a gente chame, então, essas pessoas que eu listei para debater a proposta de extinção do Ceitec.

É esse o requerimento que está em pauta.

Obrigado, Presidente.

Temos o item 3 aqui também.

O item 3.

Chega para análise desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Antes, Senador Jean Paul, apenas para finalizar, gostaria aqui de colocar em discussão.

Acredito que todos concordam com a inclusão extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem discorde, aprovamos a inclusão do item extrapauta.

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 5653, DE 2019
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de parâmetros internacionais nas pesquisas de emprego e desemprego.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Jean Paul Prates
Relatório: Pela rejeição do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais após a deliberação da CCT.*

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Requerimento de discussão sobre o Ceitec.

Agora, chega à análise desta Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei 5.653, de 2019, de autoria da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de parâmetros internacionais nas pesquisas de emprego e desemprego e é resultado de discussões do Projeto de Lei 2.126, de 2015, do Deputado Daniel Coelho, que determina que os órgãos responsáveis pelas pesquisas de emprego e desemprego no Brasil sigam os parâmetros adotados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em sua Resolução nº 1, bem como o que estabelece a CLT, em seu art. 463.

O art. 1º do PL apresenta os objetivos da proposição. O art. 2º da proposição define que, para fins estatísticos, todos os órgãos responsáveis pelas pesquisas de emprego e desemprego no Brasil são obrigados a observar parâmetros adotados pelas resoluções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que ali são arrolados.

Passo diretamente à análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a acordos de cooperação e inovação com outros países de organismos internacionais e assuntos correlatos, conforme incisos IV e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal.

O PL 5.653, de 2019, de autoria da Câmara dos Deputados, dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de parâmetros internacionais, pesquisas de emprego e desemprego, ou seja, os definidos pela Organização Internacional do Trabalho.

Quanto ao mérito, é relevante criar padrões básicos para as pesquisas de emprego, evitando-se sua alteração indiscriminada, o que tornaria as séries contínuas de emprego e desemprego não comparáveis, sempre na consistência de números. Vale notar que, na apresentação do projeto, o intuito era incorporar as definições de resolução sobre estatísticas de trabalho, ocupação, subocupação, da força de trabalho adotada na 19ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, em outubro de 2013.

Na época, a Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio Contínua, a Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), havia sido implementada há poucos anos. Essa pesquisa, em 2016, adotou uma nova metodologia, incorporando definições da referida resolução. Atualmente, a Pnad Contínua inclui dados, tabelas e gráficos variados que estão conforme as resoluções da OIT.

Cabe ainda destacar que, desde 2013, houve a 20ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, de outubro de 2018, que adotou, entre outras, a resolução sobre estatísticas das relações do trabalho. Também pode se ressaltar que, ao contrário dos conceitos adotados na Pnad Contínua, alinhados com a 12ª Ciet, a proposição utiliza os termos empregado e desempregado em lugar de ocupado e desocupado, que são os termos corretos. Não se deve confundir esses conceitos.

Os empregados constituem uma das quatro categorias que compõem o contingente de pessoas ocupadas, ao passo que os desempregados são as pessoas que foram desligadas de um trabalho no qual eram contratadas como empregadas. Infelizmente, observamos que o PL 5.653, de 2019, contraria os parâmetros da 12ª Ciet, restringindo a população ocupada apenas à parcela constituída pelos empregados celetistas e cria uma definição de desemprego que deixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dúvidas sobre o que pode abranger e que entra em contradição com o que é de fato, ou seja, o desligamento de um emprego.

Apesar de não observarmos óbices quanto à constitucionalidade e à juricidade da proposição, assim como tampouco consideramos que não há problemas, aliás, que há problemas quanto à boa técnica legislativa e à redação, observamos que a proposição traria retrocessos a Pnad Contínua, como atualmente é apresentada.

Portanto, o voto do Relator, diante do exposto, é pela rejeição do Projeto de Lei 5.653, de 2019.

Esse é o relatório do Senador Izalci Lucas sobre este Projeto de Lei 5.653.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Após a leitura do relatório pelo Senador Jean Paul, Relator designado *ad hoc,* em substituição ao Senador Izalci, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir e já havendo o quórum necessário, encerro a discussão e coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passarei agora, Srs. Senadores... Retornarei à primeira parte da nossa reunião, em que foi lido a proposta de plano de trabalho de avaliação de política pública pelo Relator Jean Paul, que foi colocada em discussão. Não aconteceram discussões.

E agora eu coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho apresentado para avaliação de política pública.

Dando sequência, passarei à leitura dos itens apresentados que estão sobre esta mesa, extrapauta. São quatro itens.

Passo, primeiramente, à leitura do Requerimento nº 11, de 2021, de minha autoria.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 11, DE 2021

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, informações sobre a Lei de Informática.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações informações sobre a Lei de Informática.

Nesses termos, requisita-se:

1. Relação de empresas beneficiadas pela Lei de Informática por Estado da Federação; e
2. Valor investido em P&D (pesquisa e desenvolvimento) por Estado da Federação.

Isso baseado nos últimos dois anos.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão como item extrapauta.

Passo à leitura, também, dos Requerimentos nº 9 e nº 10, ambos também de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 9, DE 2021

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as soluções tecnológicas para atender as demandas do setor do agronegócio.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 10, DE 2021

Requer e debater sobre inovações tecnológicas na prevenção, diagnóstico e tratamento do Câncer.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal a realização de audiência pública. Os dois são para realização de audiências públicas para debater as soluções tecnológicas para atender as demandas do setor do agronegócio.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• a Sra. Tereza Cristina, Ministra de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

• o Sr. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações;

• o Sr. Celso Luiz Moretti, Presidente da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária);

• um representante da Universidade Federal de Alagoas;

• um representante também do Instituto Federal de Alagoas;

• um representante dos pequenos produtores rurais;

• um representante também do Google;

• solicito também um representante da ABDI para esta audiência de extrema importância;

• e também o Sr. Givaldo Teles, que é Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

Requeiro a apreciação desses itens como extrapauta.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão como item extrapauta.

O outro requerimento é para a realização de audiência pública. Eu gostaria até de solicitar ao Senador Jean Paul, se estiver presente... Ainda há um requerimento de autoria de V. Exa. sobre a mesa. Então, seria necessária a leitura.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre inovações tecnológicas na prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• um representante do Ministério da Saúde;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

• um representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações;
• um representante do Hospital de Amor de Barretos;
• um representante Instituto Federal de Alagoas;
• um representante especialista no assunto de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer.

Consulto o Plenário desta Comissão se aprova os projetos, os requerimentos apresentados como itens extrapauta.

Quem aprova permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda sobre os assuntos sobre a mesa, há um último item, é o item apresentado pelo Senador Jean Paul.

Senador Jean Paul, V. Exa. apresentou o requerimento de mais um item extrapauta.

Eu passo a palavra a V. Exa. para dar conhecimento aos Srs. Senadores.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu acho que esse item, se não me engano, se puder pedir à assessoria de quem está aí, é o mesmo requerimento da Ceitec que nós juntamos com o requerimento do Senador Izalci, passou a ser o mesmo requerimento.

Realmente, existia aqui um requerimento independente. Como eles versam sobre o mesmo assunto, nós juntamos os dois. Eu até li uma parte da justificação de um e outra do outro. Eu acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, não era exatamente esse Senador Jean Paul, mas V. Exa., quando fez a leitura inicial da proposta de trabalho, também fez a leitura do que se refere à Anatel.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso, já é o requerimento que eu li...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Já tinha feito a leitura.

Então, eu coloco aqui em discussão. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram ou se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dando sequência, agradeço a presença física do Senador Chico Rodrigues, que aqui se faz presente, para fazer a leitura do item 1 da pauta. Nós tivemos, Senador Chico Rodrigues, uma inversão da ordem. V. Exa. chegou aqui e eu sei que tem que se dividir entre várias Comissões, mas se faz presente aqui para fazer a leitura do Projeto de Lei 3.804, de 2019.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 3804, DE 2019
- Terminativo -

Altera o Art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Chico Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Eu passo a palavra a V. Exa., como Relator do projeto.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Meu caro Senador Rodrigo Cunha, parabéns pela condução dos trabalhos nesta importante Comissão.

Eu sou responsável pela relatoria desse Projeto de Lei nº 3.804, de 2019, do saudoso Senador Major Olimpio, que altera o art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Eu gostaria de pedir permissão a V. Exa. para ler a parte conclusiva deste relatório, porque nós entendemos que, em função da decisão na sua votação final, pode ter a compreensão de todas as Sras. e Srs. Senadores e dos que nos assistem, obviamente, porque a intenção era muito importante, era recheada de um compromisso com aqueles, na verdade, que são autores, que fazem suas obras etc.

Vem à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa, o Projeto de Lei 3.804, de 2019, do saudoso Senador Major Olimpio, que altera o art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei dos Direitos Autorais, a qual altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

A proposição contém três artigos, o primeiro dos quais explicita o objeto da lei, em consonância com sua ementa. O art. 2º muda a redação do art. 68 da LDA, acrescendo a exigência de que obras teatrais, composições musicais ou literomusicais e fonogramas, "quando utilizadas", "deverão ser precedidas de anúncio do título da obra e seu autor".

O art. 3º prevê a entrada em vigor da lei resultante na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor frisa a importância da regular divulgação do nome dos autores das obras teatrais, composições musicais e fonogramas quando de sua apresentação ao público, em especial para a carreira artística dos autores, assinalando que essa prática frequentemente não é adotada pelos meios de comunicação.

Não foram apresentadas emendas. A matéria foi distribuída à CCT, para análise exclusiva e terminativa.

Como o tema requer, Sr. Presidente, até uma compreensão maior daqueles que fazem a cultura, eu vou voltar atrás e vou ler a análise completa para a compreensão, em função do parecer final e do voto final, que vai contra, infelizmente, o projeto.

Na análise, nos termos do art. 104-C, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar em proposições relativas ao tema da propriedade intelectual, ramo do Direito que compreende os direitos autorais.

Não há dúvida de que é louvável a intenção do autor do projeto em garantir que, na representação e execução públicas de obras teatrais, musicais e literomusicais, o nome de cada autor seja devidamente anunciado, o que, de fato, nem sempre ocorre.

Cumpre ressaltar, contudo, que a necessidade de anúncio do nome do autor de uma obra, quando de sua utilização, está previsto entre os direitos morais – os direitos morais, vou repetir – do autor, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei 9.610, de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 24. São direitos morais do autor:
> [...]
> II – o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;

De tal modo, a inovação trazida pela proposição restringe a determinar que o anúncio do nome do autor, acompanhando o do título da obra, se dê anteriormente à utilização desta obra.

Conforme consta no trecho acrescido ao final do art. 68 da LDA, na nova redação proposta.

> Art. 68. Sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, não poderão ser utilizadas obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas, em representações e execuções públicas [e, quando utilizadas, deverão ser precedidas do anúncio do título da obra e do seu autor].

É um grifo que fazemos.

Para prosseguirmos em nossa análise, convém que sejam definidas a representação e execuções públicas referidas no citado *caput* do art. 68, conforme os parágrafos que lhes sucederem.

> §1º Considera-se representação pública a utilização de obras teatrais no gênero drama, tragédia, comédia, ópera, opereta, balé, pantomimas e assemelhadas, musicadas ou não, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, em locais de frequência coletiva ou pela radiodifusão, transmissão e exibição cinematográfica.
> §2º Considera-se execução pública a utilização de composições musicais ou lítero-musicais, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, ou a utilização de fonogramas e obras audiovisuais, em locais de frequência coletiva, por quaisquer processos, inclusive a radiodifusão ou transmissão por qualquer modalidade, e a exibição cinematográfica.

Segue-se, no §3º, uma extensa lista dos locais de frequência coletiva citados nos parágrafos acima transcritos, mas basta a leitura destes para percebermos que é grande a diversidade de situações em que ocorre a representação e a execução pública de obras artísticas. Mesmo em uma situação das mais corriqueiras, que é a da radiodifusão de fonogramas musicais ou lítero-musicais, observamos que a prática comumente adotada pelas rádios é a de anunciar o nome dos compositores antes ou depois de sua execução, tendo o anúncio *a posteriori*, inclusive algumas presumíveis vantagens para o ouvinte interessado em identificar a autoria.

Em outras situações como a representação de uma peça ou exibição de um filme que contém música de diferentes autores ou simplesmente um *show* musical mostra-se injustificadamente arbitrária a exigência de que os nomes dos autores sejam anunciados sempre previamente à sua utilização.

É de se supor que uma regulamentação razoavelmente minuciosa sobre as hipóteses de indicação ou anúncio do nome do autor ou autores da obra, conforme a regra estabelecida no art. 24 da LDA, possa trazer maior segurança na garantia desse direito, o que de algum modo é sugerido na justificação do projeto sob análise.

Tal regulamentação, se realmente julgada proveitosa, caberia, sem dúvida, ao âmbito de uma norma infralegal. Determinar que esse anúncio do nome do autor deva necessariamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

preceder a utilização da obra, como consta da nova redação proposta ao art. 68, revela rigor e pode causar artificialismo desnecessário e excessivo durante sua representação ou execução pública, como nos exemplos supracitados.

Concluímos, assim, que, não obstante a justa intenção de valorizar e ampliar o reconhecimento dos autores das obras artísticas, a proposição não logra obter um consistente aperfeiçoamento da norma que regula o tema, sendo seu objeto passível de regulamentação mais detalhada sobre o assunto.

O voto, Sr. Presidente.

Conforme o exposto, concluído neste momento, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei 3.804, de 2019.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Chico Rodrigues.

Primeiro, vou deixar claro a intenção de estar sempre valorizando os autores das suas obras, os artistas. Então, quero deixar claro aqui que a intenção é aprimorar sempre que possível, mas, quando observa que, no nosso plano real, podem acontecer entraves que, mesmo a gente querendo ajudar, podem atrapalhar a execução de algumas obras, aqui se faz essa observância, ao passo que faz o seu relatório que está aqui concluso.

Então, dessa forma, foram lidos o item 1 e o item 2, nos termos dos relatórios apresentados.

Eu solicito à Mesa da Comissão que seja aberto...

Coloco em discussão antes, desculpa. (*Pausa.*)

Ninguém se manifestou nem presencialmente, nem virtualmente.

Então, encerrada a discussão.

Coloco em votação.

Solicito que a Mesa abra o painel eletrônico para a votação dos itens 1 e 2, nos termos dos relatórios apresentados.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Deixando claro que quem concorda com os Relatores deve votar "não" aos projetos. Então, os dois relatórios, do item 1 e do item 2, foram contrários ao que foi apresentado nos projetos. Então, quem concorda com os Relatores deve votar "não" aos projetos.

A votação está aberta e estamos aqui colhendo os votos. (*Pausa.*)

Bem, eu solicito à Mesa que abra o áudio e o vídeo para o Senador Wellington Fagundes, que pede a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É isso, Presidente. Eu gostaria de manifestar o meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Está registrado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – (*Falha no áudio.*) ... votar eletronicamente. Então, está aí. Estamos acompanhando e votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Tenho certeza, Senador Wellington. V. Exa. está se dividindo sobre vários temas, em várias Comissões. E aqui também é permitido que sejam registrados os votos de maneira virtual,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

através da voz e do vídeo. Então, está registrado o voto contrário também do Senador Wellington Fagundes.

Eu agradeço.

Senador Styvenson Valentim também solicita a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu estou na mesma situação do Senador Wellington, Senador Rodrigo Cunha. Eu estou procurando aqui a senha para fazer a votação e não estou localizando, então a minha votação vai ser por aqui, nominal, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Vou votar também junto com os Relatores, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Exatamente.

Então, está registrado também o voto do Senador Styvenson Valentim, que, ao mesmo tempo, também está participando de várias Comissões, de maneira onipresente. E isso faz com que também os trabalhos desta Casa sejam multiplicados, tendo em vista a produtividade que está sendo dada também de maneira remota, permitindo que os Senadores, através de suas assessorias, também possam municiar-se de informações para acompanhar os projetos de interesse do nosso País.

Muito obrigado, Senador Styvenson.

A assessoria do Senador Jean Paul está presente aqui? (*Pausa.*)

Ele vai conseguir voltar? (*Pausa.*)

Senador Plínio Valério também registrou a presença.

Senador Plínio, o voto de V. Exa. também está sendo muito aguardado.

Lembrando que quem vota com o Relator deve votar "não". (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – O Senador Plínio Valério solicita a palavra. Eu solicito também que abram o áudio para ele.

Senador Plínio Valério, V. Exa. está com a palavra para declarar o voto ou qualquer outro posicionamento.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Não, para declarar o voto e para vê-lo aí, presidindo a Comissão, para mandar um abraço para o meu correligionário. Tudo bem, Rodrigão?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Um abraço!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – É exatamente para votar, amigo. Eu estou hoje votando aqui de Manaus, em três reuniões em Comissões ao mesmo tempo, porque a gente não consegue destravar aquele erro, está bom? É para declarar o voto "sim", Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Plínio, agradeço a participação de V.Exa. Mesmo no seu Estado, sempre atuante, acompanhando o que acontece no País. Gostaria de apenas esclarecer que os dois relatórios foram com voto contrário ao projeto, ou seja, quem vai de acordo com o Relator, com o relatório apresentado, deve votar "não". Foi esse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Ah, então tá. Que bom esclarecer, Presidente. Eu estou votando com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito. Perfeito. Então está registrado o voto do Senador Plínio Valério, diretamente de Manaus.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Um grande abraço, amigo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Até mais. (*Pausa.*)

A Senadora Daniela também não registrou. (*Pausa.*)

O Senador Paulo Rocha também, se alguém puder fazer contato. Inclusive o Senador Jean Paul informou que ele estaria aqui presente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Paulo Rocha?

Bem, conseguindo a quantidade necessária de votos registrados, encerro a votação e solicito à Secretaria que seja aberto o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Nós tivemos 06 votos NÃO; e 02 votos SIM.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Posso votar?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – O Senador Rogério acaba de registrar sua presença, mas já encerramos a votação, Senador. Acabamos de divulgar o placar, mas tenho certeza de que está de acordo com o que V. Exa. e seu partido também já haviam manifestado aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Gostaria de registrar o meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Está registrado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Pode ser, pode ser. Aqui o Senador tem total prestígio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Para não ficar no vazio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Sendo assim, a Comissão aprova por 07 votos NÃO, incluindo o voto do Senador Rogério, que chegou aqui um pouco antes, os itens 1 e 2, os projetos que foram lidos aqui e debatidos, nos termos dos relatórios que foram apresentados. Na verdade, rejeita o projeto; aprova o parecer e rejeita o projeto. Dessa maneira, as matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Não havendo mais assuntos para serem debatidos nesta manhã, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação do Senado Federal.

Boa tarde.

(*Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e quinze minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Rodrigo Cunha e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Izalci Lucas, Flávio Arns, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Maria Eliza, Styvenson Valentim, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 7, de 2021-CCT, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), com a finalidade de esclarecer a situação atual do processo de licitação de radiofrequências já iniciado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as expectativas para implementação dessa tecnologia no país, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas, com a participação de Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), representante de Leonardo Euler de Morais, Presidente da Anatel; Rubens Caetano, Coordenador de Pesquisa e Desenvolvimento da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); Fábio Luis Mendes, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, representante da Deputada Perpétua Almeida; e Paulo Sisnando Rodrigues de Araújo, Diretor da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração do Tribunal de Contas da União (SeinfraCOM/TCU), representante de Uriel Papa, Secretário da SeinfraCOM. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial com a utilização do sistema de videoconferência que está sendo adotado pelo Senado Federal. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estão no modo remoto e que desejarem fazer uso da palavra podem solicitar sua inscrição através da ferramenta "levantar mão" ou registrar no *chat* o seu pedido para falar.

O público interessado em participar da audiência pública pode enviar perguntas ou comentários para o Portal e-Cidadania do Senado Federal ou também através de ligações do 0800 0612211.

Então, nós estamos hoje numa sessão especial, uma sessão que se destina exclusivamente à realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer a situação atual do processo de licitação de radiofrequências já iniciado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e as expectativas para a implementação dessa tecnologia no País, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas, em cumprimento ao Requerimento nº 7, de 2021, aqui da CCT, de autoria do Senador Jean Paul Prates, Relator da avaliação de política pública de implementação das redes móveis de quinta geração (5G) no exercício de 2021.

Nós ainda estamos vivendo um período em que ainda param muitas dúvidas acerca da chegada do 5G no Brasil, e tenho certeza de que, num momento deste, em que o País inteiro está acompanhando com grande expectativa o acontecimento dos leilões, ter essas discussões realizadas nesta Casa, nesta Comissão, que é de ciência, tecnologia, inovação e comunicação, tem tudo a ver com o momento atual.

O Senador Jean Paul, logo no início dos trabalhos desta Comissão, apresentou um requerimento para que seja adotada como política pública desta Comissão a atenção direcionada para a chegada do 5G ao nosso País. Com certeza, a intenção é a melhor de todas: é fazer com que possamos viver num ambiente de segurança jurídica, num ambiente de respiro, de inovação tecnológica e de expectativas positivas. Então, será esse o nosso intuito durante esse ciclo de palestras. Hoje não termina, com a audiência pública, essa discussão. Pelo contrário, repito: foi escolhido, como política pública desta Comissão, tratar desse tema, e estaremos muito bem representados pela condução que será dada pelo Senador Jean Paul, que vai assumir a Presidência desta Comissão durante esta reunião e durante as próximas também.

Então, Senador Jean Paul, agradeço a V. Exa. por estar aqui presencialmente e acredito que essa também deva ser uma tônica nossa: estar, sempre que possível, presencialmente nesta Comissão. Apesar de, neste mesmo momento, estar a Comissão de Educação em funcionamento e várias outras Comissões – por isso os Senadores precisarem se dividir –, nós temos hoje, neste momento, um quórum de nove Senadores que estão acompanhando a audiência pública de maneira remota.

Com certeza, o resultado dessas discussões também irá a Plenário, pela atitude de V. Exa., sempre ativo, sempre prestando contas da sua atuação Parlamentar junto aos demais colegas. Dessa forma, será possível tornar de conhecimento geral os temas e assuntos debatidos neste dia de hoje e nas próximas sessões.

Sendo assim, convido V. Exa. a assumir a Presidência. Se preferir ficar onde está ou querendo ficar aqui, já transmito a V. Exa. a condução desta reunião.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jean Paul, como ainda vai começar, eu gostaria que V. Exa. se sentasse aqui mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente Rodrigo Cunha.

Quero agradecer também e nominar as presenças dos Senadores Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, além de nós, Jean Paul Prates e Rodrigo Cunha, presentes aqui à audiência.

Presidente, talvez seja um pouco repetitivo, mas, para contextualizar um pouco e aproveitando para agradecer os nossos convidados que já estão *online*, vou passar umas informações gerais aqui para quem nos assiste.

Esse leilão do 4G está marcado para 4 de novembro, portanto o nosso trabalho tem uma limitação de tempo e, por isso, temos acelerado aqui. Isso ocorre sem prejuízo da qualidade dos debates, mas temos um cronograma também a cumprir aqui na avaliação dessa política.

O valor total do certame será de pelo menos R$49,7 bilhões, portanto praticamente R$50 bilhões, segundo a Anatel, e as empresas vencedoras vão pagar R$10,6 bilhões pelas outorgas – isso é no mínimo, porque é um leilão, então presume-se que pode ser mais – e outros R$39,1 bilhões, que serão investidos em infraestrutura para atender os compromissos previstos no edital.

Serão leiloadas quatro faixas de radiofrequência: 700 MHz; 2,3 GHz; 3,5 GHz e 26 GHz. A meta do Governo estabelecida no edital é de que todas as capitais do País recebam o 5G até julho de 2022, mas em grandes centros, como São Paulo, a tecnologia, segundo o Governo, pode chegar já em 2021.

Já foi incluída no edital a obrigação de conectividade nas escolas públicas, a partir da pressão da Comissão de Educação da Câmara e do grupo de trabalho do 5G. Para acompanhar a implementação da obrigação, será formado um grupo de trabalho composto por representantes do Governo, das operadoras e da Anatel.

Nós, quando propusemos este acompanhamento aqui pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, tínhamos justamente, como disse o Presidente Rodrigo Cunha à abertura desta reunião, o objetivo de contribuir com ideias para a modernização e a produção legislativa no que fosse necessário para facilitar a implantação da política do 5G, que é, como todos sabem, estratégica para o desenvolvimento de qualquer nação, mormente o nosso País como um todo, na área social, na área econômica, na área educacional, na logística, no transporte público. Várias são as consequências, e os nossos convidados serão capazes aqui de nos descrever muitos desses aspectos.

Em termos de PIB (Produto Interno Bruto), o 5G pode proporcionar um aumento de 1% a 1,25% do PIB, no curto prazo, em produtividade e eficiência, segundo o setor do agronegócio por exemplo. Entre outros setores, esse declara essa possibilidade de aumento de PIB, de produtividade e de eficiência.

O grande debate, na verdade, que nós propomos fazer já de início, é justamente sobre a interiorização do 5G, a capilaridade e a acessibilidade dessa tecnologia. Eu e todos nós ouvimos falar das maravilhas do 5G, da possibilidade de ter veículos autônomos, robotização, internet das coisas, mas nós todos – não é, Rodrigo? – temos uma preocupação também, que é não aumentar o fosso de diferença social. Se isso chegar para poucos, poderemos ter – eu sempre dou esse exemplo – um camarada chegando a uma festinha em Campos do Jordão com seu Porsche autônomo e com o 5G conectado e, lá no interior da Amazônia ou no interior dos nossos Estados do Nordeste, pessoas que não acessam o 5G – hoje mal acessam o 3G, que dirá o 5G ou o 4G! A tendência, inclusive com a velocidade que é peculiar às grandes tecnologias e às evoluções

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais recentes, é de que esse fosso social, que já não é desprezível no Brasil, aumente com rapidez quilométrica, com uma rapidez absurda, porque há pessoas que vão dar um salto tecnológico, um salto de produtividade, um salto de qualidade de vida, e outras que vão ficar abandonadas, para trás. Nós não queremos isso, e essa é uma grande preocupação nossa.

Todos sabemos dos grandes benefícios do 5G, todos sabemos e vemos aí vídeos de chineses, americanos e europeus com as maravilhas disso, mas isso tem que chegar pra todos. É até melhor que chegue menos, mas que chegue pra todos, como uma grande onda numa praia aberta, do que um rio supercaudaloso para poucas pessoas. Então, a imagem que eu faço é, numa das nossas praias aí de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, de uma praia aberta e aquela onda grande chegando para todos, em vez de um canalzinho ali pra poucos privilegiados. Então, essa é uma grande preocupação que nós temos.

E aí, obviamente, não posso me furtar a falar da área pública, da educação, da segurança, da saúde, das maravilhas que o 5G nos trará e como o Estado brasileiro deverá – sem o menor pudor de falar isto – subsidiar mesmo essas políticas para que cheguem ao serviço público, para que o Estado brasileiro possa atender as áreas sociais.

Enfim, não quero me alongar aqui porque quero deixar também que nossos palestrantes pontuem sobre o processo e a gente faça um debate. Eu quero dar início portanto.

Há aqui um procedimento básico, mas eu quero logo chamar – as pessoas estão *online,* não é? – pela ordem aqui, só para que já se preparem aí no remoto.

O primeiro palestrante será Nilo Pasquali, da Anatel; o segundo, Rubens Caetano, do MCTI (Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações); o terceiro, Fábio Luis Mendes, que é da Câmara dos Deputados, Consultor Legislativo, e o quarto é o Paulo Sisnando Rodrigues de Araújo, que é do TCU.

Portanto, Nilo, se estiver *online* aí, eu acompanho aqui o procedimento de apresentação.

O Nilo Pasquali é Superintendente de Planejamento e Regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações.

Nilo Pasquali, nos ouve?

O SR. NILO PASQUALI – Sim, estou escutando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Nilo. Fique à vontade por favor.

Acho que posso estabelecer um tempo de 10 minutos ou de 15 minutos. De quanto tempo vocês precisam? Quinze minutos?

O SR. NILO PASQUALI (*Fora do microfone*.) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quinze minutos pra cada intervenção, totalizando, portanto, uma hora de intervenções. Depois faremos aqui um debate.

Obrigado, Nilo. Com a palavra.

O SR. NILO PASQUALI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador, muito obrigado.

Quero, primeiramente, em nome do Presidente da agência e do nosso Conselho Diretor, agradecer esta oportunidade de falar um pouco do leilão, de como está o andamento dele e de quais são as previsões que a gente tem pra sua execução.

Eu tenho uma apresentação e vou tentar colocá-la aqui na tela.

Eu estou com uma dificuldade: o aplicativo está dizendo que eu não posso compartilhar a minha tela. (*Pausa.*)

Não sei se é possível resolver...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ah, resolvido.

Muito obrigado.

Espero que todos estejam vendo.

Vou falar rapidamente de como é que está o processo de leilão, até pra dar mais oportunidade pra gente poder fazer o debate.

Vou começar com a nossa figura de como é que está a situação da tecnologia móvel no Brasil. Esse é o nosso perfil de acessos.

Temos mais de 200 milhões de acessos de telefonia no País, e esse é o perfil à medida que a tecnologia foi sendo alterada. Então, rapidamente, o 4G já supera as demais tecnologias há muito tempo. Inclusive, no período de pandemia, a gente viu um leve incremento do perfil de crescimento do 4G também, um encontro de migrações de outros acessos, principalmente do 3G e do restante de 2G que a gente ainda tem, mas muito por conta de novos acessos também, novas ofertas que foram sendo apresentadas no setor.

E o nosso panorama do 5G? Isso eu acho que já foi dito muitas vezes, acho que todos conhecem bastante inclusive essa figurinha, porque é a figura base do perfil tecnológico do 5G e é o que se espera do 5G no fim das contas.

O 5G é baseado numa nova estruturação de arquitetura de rede e numa nova estruturação de potenciais de serviços também. Então, ele não é apenas aquele aumento da banda larga que a gente tem no celular; não é só aquela migração 3G pra 4G, em que a gente viu uma grande diferença na capacidade de transmissão e nos acessos. Ele é bem mais do que isso inclusive, ele permite um novo ecossistema de novos prestadores e novos agentes de mercado, ofertando novas funcionalidades dentro das redes móveis. Ele é baseado essencialmente em três grandes vertentes, ou três grandes tripés, na parte de ampliação da banda larga móvel. Isso, com certeza, é um dos requisitos dele, pra casa dos gigabits por segundo, dentro dos celulares; mas as outras duas vertentes, que são provavelmente as grandes novidades, são o que mais se espera desse novo ecossistema, que é a parte de comunicação massiva de terminais e as aplicações de baixíssima latência, em ultravelocidade, que são as aplicações que estão atreladas, por exemplo, a carros autônomos, como foi mencionado há pouco, a questões como telemedicina, infraestruturas críticas e serviços críticos de emergência, que geralmente vão se utilizar muito dessa parte das características do 5G pra operar também.

Isso aqui tudo é possível por conta da implantação de novas tecnologias, seja o fatiamento de rede, seja uso massivo de antenas MIMO ou a virtualização, e não tem como fazer tudo isso acontecer sem maior espectro de radiofrequências disponível para operar tudo isso, principalmente nas ondas milimétricas, que, no caso do nosso leilão, é a faixa de 26 GHz. Vou falar um pouquinho mais lá na frente sobre o que isso representa, mas toda essa cadeia e todo esse ecossistema só são possíveis com uma combinação equilibrada de faixas de radiofrequências baixas, médias e altas – altas: leiam-se as ondas milimétricas; as médias são as faixas de 3,5GHz por enquanto; e as baixas, nas faixas de 700 ou 850MHz que temos disponíveis.

A adoção de serviço móvel no Brasil começa desde a década de 80, com a telefonia ainda analógica, com aqueles celulares maiores. A gente caminhou para o 2G com o tempo, a partir de 1993 já – aí foi a digitalização do celular e o início do SMS –; a gente teve o 3G a partir de 2001 – a tecnologia surgiu em 2001, mas a gente conseguiu fazer o primeiro leilão para o 3G em 2007, quando começou essa tecnologia no Brasil –; o 4G surgiu com suas especificações todas em 2009, a gente fez o primeiro leilão para as faixas que possibilitaram o atendimento *online* em 2012, e foi uma ampliação significativa: banda larga no celular, com alto tráfego de dados, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mudança de perfil muito interessante no uso do tráfego do serviço móvel, fazendo uma migração da telefonia tradicional para aplicações com tráfego de internet, com tráfego de dados; e o 5G foi disponibilizado desde 2017 ou 2016, se não me engano.

Estamos estruturando agora os nossos leilões, os primeiros leilões para faixas que possibilitam já boa gama dos espectros do 5G, que começaram cerca de dois anos atrás no mundo, com a Coreia e com os Estados Unidos, e isso vem se propagando para os demais países. O Brasil ainda está num momento bastante positivo de realização desse leilão frente ao restante do mundo também.

Aqui, uma perspectiva do que muda do 4G para o 5G. O IMT Advanced é o termo tecnológico para o 4G e o IMT-2020 é o termo tecnológico para o 5G, e aqui são os grandes elementos de avaliação de tecnologias, raios de cobertura, taxas de transmissão de dados, eficiências espectrais, níveis de mobilidade – quão rápido você pode mexer no terminal e ele permanecer conectado –, níveis de latência etc., etc. Isso aqui é só para manter como referência, pra gente ter ideia de que o 5G se propõe a melhorar todas essas características intrínsecas às tecnologias móveis. Ele, essencialmente, é um habilitador para essa transformação digital em todos os aspectos da vida cotidiana e não só para o usuário tradicional, o usuário comum, o cidadão, mas para a indústria, o agronegócio, a medicina, a segurança pública, a educação. Ele permite, com a estrutura do seu ecossistema, funcionalidades e capacidades de aplicações que não são possíveis, na sua grande maioria, nas tecnologias atuais e nas infraestruturas atuais. A gente precisa fazer essa evolução, e ele é um grande habilitador para todas as outras vertentes e aspectos da economia também.

Em que pé nós estamos? A gente começou a discussão desse leilão cerca de dois anos atrás, ela se iniciou em final de 2018, se não me engano, para 2019. Então, passamos por várias etapas de discussão da proposta de leilão, passamos por consultas públicas, análises das contribuições, pareceres da nossa procuradoria federal especializada, deliberações do conselho diretor. Esse processo foi avaliado pelo Tribunal de Contas da União, tanto a minuta de edital quanto o estudo de precificação, e a gente está agora na fase de entrega de documentação, é o que a gente está aguardando. A gente fez a publicação para a sessão de recebimento de propostas, a gente publicou isso no último dia 27. Então, no dia 27 de outubro, a gente tem a primeira sessão vinculada a esse leilão, que é a sessão de entrega de propostas e da documentação de todos aquelas proponentes interessadas em participar da licitação. Dia 4 de novembro é o dia agendado para o julgamento das propostas, então é o processo de leilão em si. Ele vai acontecer no dia 4, depois de recebidas todas as propostas na semana anterior, no dia 27. Esse é o nosso cronograma que temos estabelecido por enquanto.

O que tem nessa licitação, o que a compõe? É a maior licitação de radiofrequências que a Anatel já conduziu desde a sua criação, em 1997 ainda. Então, a Anatel já conduziu oito ou nove certames, mas esse, sem dúvida, é o maior em termos de complexidade, quantidade de compromissos que as proponentes vencedoras vão assumir e quantidade de radiofrequências sendo disponibilizadas. Como já foi comentado inclusive pelo Presidente da sessão, são quatro faixas de radiofrequência distintas: a faixa de 700 é uma faixa baixa; há uma faixa de 2,3GHz, que é uma onda média; faixa de 3,5GHz, que também está na categoria das faixas médias; e a faixa de 26GHZ, que é uma faixa alta e está na categoria das ondas milimétricas, que são essenciais para as aplicações de baixíssima latência, por exemplo, que o 5G se propõe a fazer.

Como esse leilão está dividido com essas faixas todas? Na faixa de 700, a gente tem até quatro rodadas, isso depende da dinâmica do leilão, de como o leilão vai funcionar. A primeira rodada é um bloco nacional de 10+10 MHz, então, esse lote sendo arrematado, a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

passa para as rodadas seguintes; as rodadas seguintes são tentativas de disponibilizar o espectro o máximo possível na oportunidade do leilão. Então, inexistindo interesse por esse bloco nacional de 10+10, a Anatel vai proceder à segunda rodada, que são blocos regionais em que a gente vai pegar esse 10+10 nacional e dividir em 7 regiões no Brasil e ver se regionalmente existe interesse pela faixa. Aqueles blocos que sobrarem nesse processo vão para a terceira rodada com blocos nacionais de 5+5, se a gente ainda não conseguir fazer nenhuma disponibilização de segunda rodada com os blocos regionais de 10+10. E numa quarta rodada, se ainda sobrarem pedaços dos blocos nacionais de 5+5, a gente vai tentar novamente segmentá-los em blocos menores regionais e ver se existe interesse nisso. Então, é uma escadinha para tentar ao máximo disponibilizar o espectro para o setor.

Quais compromissos estão previstos para essa faixa? Desde o início das discussões, uma das diretrizes para esse leilão era evitar que se tornasse meramente arrecadatório, o objetivo era que a grande maioria dos recursos dele fossem levados para compromissos e obrigações de expansão da infraestrutura brasileira. Esta foi diretriz desde o começo do processo do leilão, que foi claramente estabelecida pelo Conselho Diretor da Anatel: que pelo menos 90% do que seriam os recursos vinculados às faixas fossem convertidos para compromissos. Então, por isso é que eu disse anteriormente: esse é o leilão com a maior quantidade de compromissos que a Anatel já construiu e todas as faixas têm compromissos específicos estabelecidos para aqueles que vencerem os lotes.

A faixa de 700 tem compromissos de localidades. É importante a gente ter em mente que o Brasil tem mais de 21 mil localidades. Localidade é um conceito que o IBGE estabelece e envolve áreas urbanas, aglomerados, vilas, vilarejos, são áreas onde existe população. Hoje existem, categorizadas pelo IBGE, pouco mais de 21 mil delas, desde os grandes centros urbanos, que são localidades também, até localidades bem remotas, localidades que têm dez habitantes, cem habitantes, coisa desse tipo.

Então a gente já tem nas capitais todas. Nos distritos que são sede de todos os 5.570 Municípios brasileiros, a gente tem infraestrutura móvel, inclusive de quarta geração na grande maioria deles. A gente tem cobertura em várias das localidades que não são sedes. Então, das outras 16 mil que existem no Brasil, em torno de 6 a 7 mil delas têm cobertura móvel 4G também. Mas temos mais de 9 mil localidades em que não há cobertura 4G nem disponível ou, se há alguma coisa, ela não está razoável, ela não atende suficientemente a localidade. Então o objetivo do leilão, um deles, é trazer conectividade para todas essas localidades no interior do Brasil. A faixa de 700 vai tentar cobrir um pedaço desse *gap* de localidades que não têm cobertura. Mais precisamente, ela tenta cobrir em torno de 625 localidades com cobertura 4G no mínimo – essas são sempre obrigações mínimas de cobertura.

E temos também, dentro da política pública, uma necessidade de cobertura de trechos de rodovias federais. Então a Anatel fez um esforço de levantamento de tudo isso junto aos órgãos oficiais de transporte, no Dnit principalmente, com bases compreensíveis e manejáveis de se poder trabalhar. O Brasil tem mais de 70 mil quilômetros de rodovias federais pavimentadas. Desse total, na metade aproximadamente existe algum tipo de cobertura 4G já. Então a gente está focando em todo o resto que não tem cobertura 4G ainda, e o objetivo, no fim das contas, é termos uma malha rodoviária coberta com tecnologia móvel e 4G. Esse compromisso significa mais de 31 mil quilômetros de estradas pavimentadas a serem cobertas.

E a gente tem, em todas as faixas, essa possibilidade de conversão de ágio em compromissos adicionais. Significa que, mesmo havendo no processo de leilão lances maiores do que o preço mínimo, essa diferença do preço mínimo para o lance ofertado não vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cobrada como um boleto para o Tesouro Nacional, ela vai ser convertida em mais compromissos para a proponente. Então, na prática, o que vai ser cobrado no leilão vai ser o que está estabelecido nos preços mínimos. Esse é o máximo de arrecadação possível com o leilão, já que todo o resto tem previsão de conversão em compromissos adicionais, caso haja ágio dentro de cada um dos blocos.

A faixa de 2,3GHz é uma faixa hoje para 4G também. Eles são blocos regionais de 50MHz e de 40MHz, são sete blocos em 50MHz e sete blocos em 40MHz. É disponibilizada uma rodada única. Essa faixa tem bastantes compromissos, é uma faixa que a gente espera que seja totalmente arrematada exatamente por conta do grande potencial de expansão de infraestrutura que ela vai trazer, pelos compromissos que estão atrelados.

Então, como eu falei, a gente ainda tem alguns Municípios que são distritos sede no Brasil que estão com 3G. A gente já quer fazer essa evolução para o 4G. Nesse caso, são em torno de 415 Municípios que estão nessa condição no Brasil. A gente tem a obrigação de atender as localidades – é aquele mesmo conceito que há na faixa de 700.

Aqui são as demais localidades não previstas no bloco dos 700MHz, e aqui são 9.019 localidades, que são as demais localidades mapeadas pelo IBGE e que, pelas avaliações da Anatel, não têm cobertura 4G adequada. Então a gente tem, no total aí, mais de 9,6 mil localidades a serem atendidas com compromissos de, no mínimo, 4G, além dos 415 Municípios que são distritos-sede e dos 31 mil quilômetros de rodovias pavimentadas que serão cobertas com 4G também.

A faixa dos 3,5GHZ, que é uma faixa pioneira para o 5G – então é a faixa de entrada para o 5G mais puro ou pelo conceito mais tecnológico que se imagina dele –, está dividida em duas rodadas também. O objetivo aqui novamente é tentar disponibilizar o máximo possível dessa faixa. Então a gente tem uma primeira rodada com quatro blocos nacionais de 80MHz e um bloco regional, que está dividido em sete regiões dentro do Brasil, de 80MHz também. O que sobrar desse processo da primeira rodada vai ser segmentado em bloquinhos de 20MHz para uma segunda rodada e colocado novamente à disposição.

Os compromissos na faixa de 3,5GHz são compromissos de *backhaul*. *Backhaul* é uma parte tecnológica da infraestrutura de redes de telecomunicações que faz o escoamento do tráfego de um Município para o *backbone* nacional, ou seja, é o que conecta o Município com o resto do mundo. E a gente tem o mapeamento disso na Anatel, de *backhaul*, que é feito com fibra ótica, que é feito com sistemas de micro-ondas, com sistemas de satélite. O ideal para um *backhaul* é que o tenhamos em fibra ótica. Sendo em fibra ótica, a gente tem um mapeamento já, e 530 Municípios não estão nessa situação. Eles estão como compromissos a serem atendidos com fibra ótica, então haverá melhoria significativa da capacidade de transporte desses Municípios.

A gente tem os compromissos do próprio 5G. Então, os lotes nacionais vão fazer atendimento de Municípios acima de 30 mil habitantes, numa escada de adensamento de... E os lotes regionais vão fazer todo o atendimento do 5G nos Municípios abaixo de 30 mil habitantes. Isso significa 1.174 Municípios acima de 30 mil habitantes e significa 4.396 Municípios abaixo dos 30 mil habitantes.

A gente ainda tem os custos de limpeza da Banda C, a gente tem um processo técnico de limpeza da faixa – parte dela é ocupada hoje por sistemas de satélite. Então a gente tem que garantir convivência, e o leilão aloca recursos para garantir a convivência de sistemas.

E a gente tem a construção das redes públicas, seja o programa Amazônia Integrada e Sustentável, que são as infovias de leitos de rios previstas, e há a Rede Privativa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Comunicação da Administração Pública Federal, todas previstas dentro da política pública estabelecida pelo Ministério das Comunicações.

E a última faixa, a faixa de 26GHz. As ondas milimétricas são dez blocos nacionais de 20MHz, outros seis blocos regionais de 200MHz nas sete regiões, aí são 42 lotes. A gente tem bastante espectro disponível na faixa de 26. Numa primeira rodada, isso tudo vai ser disponibilizado com um prazo de outorga de 20 anos. Caso tenhamos sobras nesse processo, haverá uma segunda rodada com esses mesmos lotes, mas com prazos de outorga de dez anos.

Todos os recursos vinculados a essas faixas de 26GHz vão ser alocados para os compromissos de conectividade em escolas públicas no ensino básico, atendendo aí a recomendações do Tribunal de Contas da União e das próprias discussões que aconteceram no Congresso Nacional nesse sentido também.

Esse aqui é o cronograma de implantação do 5G no Brasil previsto no edital. É possível termos adiantamentos com relação a tudo isso aqui. Isso aqui são os prazos finais de atendimento pelas prestadoras, pelos proponentes vencedores. É uma escadinha, que vai desde julho do ano que vem, de 2022, até o final de 2030, quando a gente terá todos os Municípios brasileiros com cobertura em 5G, nos distritos-sede pelo menos.

E aqui é o escalonamento de como isso está dividido ao longo do tempo. Eu coloquei aqui, mas não vou entrar em cada um especificamente porque vai ficar de referência para a Comissão e eu não quero gastar muito mais tempo, porque eu já fui instado a terminar.

Era isso o que eu tinha para apresentar, Presidente.

Eu queria agradecer novamente o espaço e a oportunidade de apresentar e fico à disposição para as perguntas e para o debate que vem na sequência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Nilo. Parabéns pelo trabalho da Anatel!

Nós, aqui no nosso mandato, sempre – pode ter certeza – estamos reforçando a importância das agências reguladoras e nos colocando sempre à disposição, na defesa de vocês todos, que têm, como carreira de Estado ou como nomeados, inclusive, nas diretorias, passando por sabatinas aqui neste Senado Federal, toda a força nossa aqui do mandato, pela importância que têm as agências reguladoras.

Muito obrigado, Nilo.

Eu saliento, inclusive... Vejam como é curioso: eu falo que a gente está almejando o 5G, mas se consegue, mal e porcamente, uma conexão aqui para o Nilo fazer a apresentação dele! Em alguns períodos aqui houve cortes, e estamos falando da agência reguladora das telecomunicações e do Senado da República em conexão direta. Mesmo assim, a gente tem picotes aí de sinal.

Na verdade, Nilo, estou dizendo isso porque esse é um grande desafio de convencimento da opinião pública. A pessoa pergunta: "Poxa, mas eu não tenho... Mal e porcamente aqui consigo falar num 3G miserável, nem o 4G eu consigo, como é que vocês vão trazer um 5G?" Então, esse é um dos objetivos aqui da explicação.

Quero passar aos demais palestrantes.

Há algumas perguntas chegando aqui. Vou lê-las aos poucos, porque aí, ao longo das apresentações, aqueles que quiserem já incluir algum comentário a respeito delas já podem fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Emilia Rebeca, do Amazonas, pergunta: "Como ficará a implantação no Estado do Amazonas, já que, até hoje, somente a capital, Manaus, recebe os sinais 4G e 5G?" Portanto, Amazonas.

Elinadja Targino, de Alagoas, pergunta: "Quais são as expectativas para a implantação dessa tecnologia nas Regiões Norte e Nordeste?" – mais ou menos na mesma linha, não é? "Como ocorrerão as licitações?" – está, aqui, sendo explicado – "De forma transparente?" Ou não, sim e tal... Estamos explicando aqui justamente isso, Elinadja.

Brunno Phillipi, de Pernambuco, também fala: "Muito se fala no sinal 5G, quando teremos de fato um sinal de qualidade?", mais ou menos, sobre o que eu estava, também, falando aqui.

O segundo palestrante aqui nosso, muito obrigado pela sua presença, é Rubens Caetano, Coordenador de Pesquisa e Desenvolvimento da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Aproveitando, Rubens, para mandar aqui um abraço para o Ministro astronauta Marcos Pontes, que gosta muito lá do meu Estado e que tem um relacionamento muito bom, produtivo, construtivo com o nosso mandato.

Obrigado.

Rubens, com a palavra, por dez minutos, não, quinze minutos, na verdade, com a tolerância de mais dois que a gente concedeu ao primeiro palestrante.

Obrigado.

O SR. RUBENS CAETANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Obrigado.

Agradeço, em nome do Ministro Marcos Pontes e do Secretário de Empreendedorismo e Inovação, Paulo Alvim.

Agradeço a oportunidade de estar aqui, debatendo com vocês sobre este tema tão importante.

Antes de tudo, quero desejar um bom dia aí para todos os Senadores e Senadoras que estão nos acompanhando, à sociedade que está nos acompanhando também sobre esse tópico tão importante e que está tão evidente neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rubens.

Rubens, só um minutinho, rapidinho.

Se você puder aproximar o microfone aí de você, porque está um pouco abafada a voz. A gente não está ouvindo bem aqui.

Só para...

Agora não é o sinal. Agora é o microfone mesmo. (*Risos.*)

Vamos lá.

O SR. RUBENS CAETANO – Me escutam bem?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, melhorou.

O SR. RUBENS CAETANO – Melhorou, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Melhorou – melhorou.

O SR. RUBENS CAETANO – Está o.k. Vou falar um pouquinho mais alto. Então, tá.

Então, bom dia a todos, a todos os Senadores e Senadoras.

Obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe uma apresentação para tocar em alguns pontos específicos sobre este tema importante que é o 5G. (*Pausa.*)

Eu não estou conseguindo fazer a apresentação.

Se puderem me liberar aqui o acesso, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto, já foi aí.

O SR. RUBENS CAETANO – O.k., obrigado.

Bom, é importante, antes de tudo, destacar, trouxe uma pauta com agenda, falar um pouco sobre esse ecossistema de 5G no Brasil, as perspectivas econômicas e os impactos econômicos do 5G tanto no mundo, quanto no Brasil, as aplicações e desafios que teremos que enfrentar aqui no desafio – o colega Nino já tocou em alguns dos pontos específicos –, ações do MCTI. E eu trago aqui o MCTIC, porque essas ações começaram, se iniciaram desde 2017 e, naquela época, era um ministério só, o da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. E também trazer alguns pontos observados da nossa visão aqui do Ministério sobre o próprio leilão do 5G.

Bom, falando um pouco sobre esse ecossistema, a gente costuma apresentar essa figura, é uma figura macro, uma ideia macro sobre esse ecossistema, quem são os atores que participam desse processo, que vêm participando e continuam participando desse processo das tecnologias de comunicações móveis no País. Cito, como uma das primeiras vertentes aqui, o Ministério, o MCTI e o Ministério das Comunicações, no tocante ali às competências das políticas digitais. Foram trabalhados, desde 2017, a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, o E-Digital, o Plano Nacional de IoT, a estratégia brasileira de 5G e legislações e regulamentações acerca desse tema. Então, é importante destacar que esses atores, os Ministérios, têm essa competência específica nesse trabalho relacionado com a política em si. E essa política deriva em outras ações como, por exemplo, ações de pesquisa e desenvolvimento e inovação no País.

Uma outra vertente desse ecossistema. A gente tem a Anatel com a competência de regulação desse setor de telecomunicações, precisando promover essa concorrência, a fiscalização e o acompanhamento dessa etapa regulatória.

Uma outra vertente: a gente tem as indústrias de telecomunicações, as operadoras de telecomunicações, e eu destaquei agora sobre esse ponto, o 5G, as indústrias de TICs, de tecnologia da informação e comunicação. A gente vê, com essa tecnologia, com essa quinta geração de comunicação móvel, que as indústrias de telecomunicação, as indústrias de TICs, de uma maneira geral, vão ter também mais espaço para participar desse processo, desse mundo de telecomunicações que o 5G vai permitir, trazendo ali consigo o desenvolvimento de aplicações e inovação sobre esse aspecto no desenvolvimento de novas tecnologias.

E ainda outra vertente, fechando, a gente sintetiza a própria sociedade civil, que carrega as demandas que todos esses outros atores tentam endereçar, por meio de políticas, por meio de atividades de regulação e por meio de desenvolvimento.

Bom; essa figura o colega Nilo já chegou a apresentar. É a figura tradicional, o triângulo tradicional dos requisitos do 5G. Eu não vou falar muito mais sobre ele. O Nilo, a meu ver, trouxe os pontos principais de cada um desses tópicos. Só vou ressaltar aqui um aspecto específico: desde 2017, o Brasil, sobre o grupo de trabalho que foi criado e chamado 5G Brasil, um grupo de discussão que primou pelo processo de participação da discussão mundial sobre o 5G, tentou fazer com que esse triângulo virasse enquadrado, que tivesse mais um pilar, mais uma vertical nos requisitos estabelecidos, que seria um cenário específico para áreas rurais ou áreas extensas. Depois eu vou entrar um pouco mais em detalhe sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Falando um pouco sobre os aspectos econômicos. O IHS Markit desenvolveu um estudo frisando que o 5G, no mundo, vai habilitar em torno de US$13,2 trilhões, até 2035, em termos de bens e serviços, e em torno de US$3,5 trilhões em termos de receitas líquidas, até 2035, no mundo. Então, a gente está falando, sim, de uma nova revolução; estamos falando, sim, de uma injeção significativa e substancial de recursos que serão alavancados com essa nova tecnologia.

Falando um pouco sobre as ondas milimétricas, que o Nilo chegou a mencionar, que será uma das faixas de frequência a serem licitadas nesse leilão do dia 4. A de 26GHz pertence a esse aspecto das ondas milimétricas. Ainda tem outras faixas de frequência que, de acordo com a definição do 5G, são outras faixas que estão em estudo ainda, acima inclusive dos 26, que vão impactar também no processo, na questão econômica e na questão financeira do 5G.

Então, trazendo um aspecto das ondas milimétricas: até 2034 – e aqui eu destaco a América Latina –, a gente está falando também de um aumento de 1,2% no PIB, até 2034, especificamente só nessa faixa de ondas milimétricas. E quanto ao Brasil? A Omdia, em parceria baseada com a Nokia, elaborou também um estudo que previu, até 2035, uma injeção de algo em torno de US$1,2 bilhão na economia brasileira, em termos de receita, e, em termos de produtividade e serviços, algo em torno de US$3,1 bilhões de dólares, e isso dentro dos diversos setores que foram utilizados por desse estudo. A gente vê que até o próprio Governo, as ações do meio governamental, com um aumento de economia na ordem de US$189 bilhões até esse ano.

E como a gente consegue chegar lá? Como é que a gente, de fato, vai conseguir alcançar esses números? Nós temos que, de fato, como foi apresentado até pelo próprio Senador Jean Paul, os desafios são enormes. A gente tem um Brasil... De fato, a gente tem que falar de uma escala continental quando se fala de Brasil. Nós temos desde uma característica, que foi aqui uma fonte do IBGE, um número, um dado que é muito significativo: cerca de 85% da população brasileira ocupa menos de 1% do território nacional, ou seja, estamos concentrados nos grandes centros. Prova disso é o que mostra aqui essa figura: a cidade de São Paulo altamente densa populacionalmente; Brasília, que tem uma densidade demográfica não tão grande quanto São Paulo, o centro da cidade de São Paulo, mas que tem também uma densidade alta. E, aí, algumas disparidades: por exemplo, o Município de Serra da Saudade, em Minas Gerais, que é bem afastado e tem uma população bem menor. Então, a gente tem, digamos assim, vários brasis dentro do próprio Brasil.

Neste mapa, trazido por uma fonte do próprio mapa da Anatel sobre a cobertura de comunicações móveis, a gente vê, de fato, uma evolução da cobertura 4G. Embora esse mapa aqui, lá em 2020, esteja quase que predominantemente pintado de azul, denotando aí a cobertura da tecnologia 4G, nós sabemos que nós temos vários pontos no País em descoberto, porque a Anatel utiliza, para a confecção dessa informação, o dado de que, se 80% do Município estiver com a sua sede com a cobertura 4G, com a cobertura móvel, ela considera aquele Município, de uma maneira geral, com a cobertura.

A gente sabe que há alguns cenários que não retratam muito bem essa pintura do mapa. A prova disso é o que a gente traz aqui: hoje, com a tecnologia 4G, cerca de 15km afastados da cidade, onde a gente tem aquela estação rádio base, a gente já começa a ter a perda de sinal, já não tem a cobertura daquela tecnologia de comunicação móvel. Então, a gente sabe, na prática, que essa é uma realidade: ao se afastar dos grandes centros, ao se afastar das torres cerca de 10 a 15km, a gente já não tem a qualidade, já não tem o sinal de cobertura móvel.

Além disso, um grande desafio, até para o próprio agronegócio, é que a gente tem as grandes áreas rurais, áreas com amplo diâmetro de raio, digamos assim, para a qual não basta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

você colocar uma estação rádio base, com a tecnologia 4G existente atualmente, somente na sede, porque, na borda daquela fazenda, daquela grande área, a cobertura já não vai estar disponível. Então, nós temos essas características no País, essas características dos cenários do nosso País.

E também não podemos deixar de falar sobre o outro aspecto, que é a própria desigualdade social, como o próprio Senador apresentou e tocou nesse ponto, que é tão fundamental. Não adianta a gente falar que a população, que 85% da população brasileira que reside ali – menos de 1% – que está localizada nos grandes centros vão ter acesso à tecnologia, sem contar que aquela população que está um pouco mais distante, afastada ali dos grandes centros, vai ficar órfão, sem ter acesso, sem ter o mesmo equilíbrio, digamos assim, digitalmente, sobre o uso dessas tecnologias.

O Nilo colocou um dos pontos importantes dos compromissos que vêm dentro do edital do leilão. É importante destacar, é importante colocar que esse é um desafio que nós temos que percorrer também, não é só trazer a tecnologia para os grandes centros, é pensar também naqueles que estão mais afastados.

Bom, e o que o Governo e o MCTI têm feito sobre isso? No âmbito ainda de MCTI, desde 2017, como eu citei, alguns instrumentos: a Estratégia Brasileira de Transformação Digital, a Estratégia Brasileira de 5G, ações relacionadas, incentivos ao setor para proporcionar e ampliar as ações relacionadas à pesquisa, desenvolvimento e inovação no País.

Esses são os pontos principais que eu destaco aqui da Estratégia Brasileira de Transformação Digital. Foi um documento elaborado em 2017, é um documento que tem a participação, que foi elaborado com a participação de vários setores, várias outras entidades governamentais e da sociedade civil também. Ele procurou construir, dentro de vertentes, todos os aspectos relacionados à transformação pela qual nós estamos passando e, em especial, também tem tópicos relacionados à comunicação móvel no País. Esse documento procurou diagnosticar e trazer ações para que a gente pudesse combater ou tratar o diagnóstico levantado sobre cada uma dessas vertentes.

Um outro documento, a Estratégia Brasileira de Redes Móveis, também foi um documento elaborado ainda no âmbito de MCTI, hoje ele é acompanhado e tocado pelo Ministério das Comunicações. Ele também procurou definir cinco eixos temáticos relacionados ao 5G no País e traçou também alguns diagnósticos sobre eles e o que é importante ser acompanhado no tocante ao 5G.

Bom, falando um pouco mais sobre as ações do Ministério, do MCTI, nós temos que o nosso Ministério tem a competência de fazer a gestão da Lei de TICs, a tão conhecida Lei de Informática, desde 1991. Essa legislação procura dar um incentivo para as empresas de tecnologia do País, que desenvolvam bens e serviços de TICs e, em contrapartida, ela exige que essas empresas invistam em pesquisa, desenvolvimento e inovação no País.

Eu destaco esse ponto porque – trouxe até alguns números, falando em termos dessas empresas que investem, que tem essa obrigatoriedade de investimento – trouxe aqui, nos últimos três anos de acompanhamento que a gente tem dos relatórios, prestação de contas das empresas. Especificamente, nas áreas, nos temas relacionados às TICs e telecomunicações, a gente viu um número expressivo de investimento em pesquisa e desenvolvimento sendo realizado no País por essas empresas, sejam investimentos realizados por meio de convênio com instituições de ensino e pesquisa, ou com centros de pesquisas ou com incubadoras no País sobre esses temas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, a gente vê que, em 2019 – foi o relatório que foi entregue no ano passado, em 2020 –, a gente vê algo em torno de R$660 milhões, R$670 milhões sendo investidos, aplicados em pesquisa e desenvolvimento no País no ano de 2019. Isso é cerca de 1/3 do que foi investido em todo o ano de 2019. Então, a gente vê a importância desse tema de telecomunicações e de TICs, dos investimentos que têm que ser feitos no País.

Por que eu destaco a questão dos investimentos e do PDI, dos projetos de PDI? É porque é com pesquisa e desenvolvimento que a gente consegue se engajar nas discussões mundiais, nos fóruns mundiais de discussões sobre a tecnologia; é com pesquisa e desenvolvimento que a gente consegue tratar temas específicos ou pontos específicos ou necessidades específicas que o Brasil precisa tratar dentro de um processo de discussão, de um processo de difusão de uma tecnologia.

Aqui, eu cito alguns projetos que foram realizados também sobre o tema especificamente 5G, desde 2017: o Projeto 5G Range, que foi um projeto de acordo de cooperação bilateral Brasil e União Europeia. Nós tivemos mais de, cerca de 11 instituições, sete brasileiras e quatro europeias, participando desse processo de discussão, um projeto da ordem de R$10 milhões, pelo lado brasileiro, e o equivalente também pelo lado europeu. Ele buscou justamente tratar ou focar nas pesquisas de desenvolvimento para prever o 5G, um alcance maior do que o 4G tem hoje em termos de célula. A gente está falando de um alcance de cerca de cinco vezes maior do que o 4G possui, com capacidade de alcance de célula, que é aquele alcance da estação rádio base até a ponta do sinal, de onde que se consegue ter o sinal. Isso foi algo que foi tratado.

Por que eu estou citando esse projeto especificamente? Porque foi esse projeto que usou, foi um dos projetos que balizou também o processo de discussão que o Brasil se engajou na própria discussão mundial, prevendo, tentando trabalhar sobre essa vertente, uma quarta vertente do 5G. Não foi possível, porque o 5G já estava muito maduro em 2017, em 2018. Então, isso ficou para as próximas gerações.

Então, ressalto a importância de trabalhar com pesquisa e desenvolvimento. Tem que ser trabalhado muito antes, porque a gente consegue trazer pontos específicos. Chamo a atenção – porque pode estar causando a surpresa de alguns que estão acompanhando aqui a apresentação – para o Projeto 6G. Sim, Rubens, estamos falando de 6G. As pesquisas mostram que cada geração de comunicação móvel, as pesquisas iniciais sobre cada geração levam em torno de dez anos. Então, a gente está falando que as expectativas mostram que o 6G vai estar em escala de comercial em 2030. E se a gente quiser participar, trazer à tona, participar do fórum das discussões mundiais sobre quais são os requisitos que a próxima geração de comunicação móvel tem que ter, nós temos que iniciar as pesquisas por agora.

Então, nós já iniciamos também um projeto de pesquisa e desenvolvimento de 6G. Na ordem de – começamos neste ano, a primeira fase dele –, em torno de R$6 milhões, estamos pegando mais R$30 milhões de investimento em projeto até 2025 e teremos também, provavelmente, mais uma terceira fase após 2025.

Então, é só para citar um pouco aqui sobre os temas de projetos que o Ministério tem se engajado nas ações de coordenação desses projetos junto com entidades do setor do ecossistema nacional de 5G.

Bom, falando agora, vamos finalizar um ponto importante, que é o que está à tona, o próprio leilão 5G. Primeiramente, na nossa visão como Ministério, entendemos que foi de grande valia ter essa predominância de o leilão não ser totalmente arrecadatório, para facilitar ou promover ou induzir que as próprias concorrentes entrem, as próprias vencedoras do leilão empreguem investimentos no País. Precisamos ter investimento em todas as áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Nilo já chegou a destacar como que está a perspectiva do escalonamento da cobertura do 5G. Nós teremos, de fato, um escalonamento, o que não significa que, em julho de 2022, todas as áreas dos grandes centros estarão com cobertura 5G. Não é isso. Existe uma fase de escalonamento que vai ser seguida, que está prevista. As faixas de frequência o Nilo também chegou a abordar. E aqui eu destaco um ponto importante que é justamente o que o edital trouxe, que são os compromissos.

O Senador Jean Paul também ressaltou: precisamos também ter a base, precisamos também falar das outras gerações, porque, como a gente tem uma fase escalonada do 5G, antes de tudo, a gente precisa ter um 4G também. E outras aplicações não necessariamente precisarão de 5G. Algumas aplicações com 4G já funcionam muito bem. Então, a gente precisa de cobertura para que essas aplicações cheguem a todos.

Bom, essa foi uma mensagem do debate sobre o 5G. Desculpa o tempo estourado. Acho que nós teremos ainda mais algumas oportunidades para tratar das perguntas que a sociedade tem apresentado, está apresentando aí para nós.

E agradeço novamente a oportunidade de estar aqui, Senadores e Senadoras, trabalhando e debatendo esse tema com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Rubens.

Eu vou passar diretamente ao terceiro palestrante, e ao quarto palestrante em seguida, para depois fazer uma colocação geral aqui para quem nos assiste, para o entendimento sobre essa questão da licitação – o que é o *spectrum*, enfim, essas faixas.

Passo imediatamente, sem mais delongas, ao Fábio Luis Mendes.

Fábio, muito obrigado.

O Fábio é consultor legislativo da Câmara dos Deputados e está aqui na árdua função de substituir a Deputada Perpétua Almeida, que é justamente quem está à frente, presidindo lá a Subcomissão de Avaliação do 5G da Câmara. E nós pretendemos, Fábio, juntar esforços aqui, trabalhar juntos. Portanto, seja bem-vindo aqui conosco!

O Deputado Vitor Lippi é o Relator lá. Você, portanto, trabalha com eles. Eu gostaria que você fizesse, portanto, a sua apresentação, se possível dentro do tempo, sem sacrificar você, mas apenas para compensar um pouquinho e para a gente ter aquele papo final para não ficarem só as quatro apresentações e a gente ter que encerrar.

Obrigado, Fábio.

O SR. FÁBIO LUIS MENDES (Para discursar. *Por videoconferência*.) – Bom, bom dia, Sr. Senador Jean Paul Prates! Bom dia aos demais Senadores, Senadoras e demais participantes!

Eu estou aqui representando a Deputada Perpétua Almeida. Ela atualmente é Presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia. Então, tenho uma apresentação rápida aqui. Eu prometo que eu vou ser rápido para compensar.

Deixe-me compartilhar aqui a minha tela. A janela é essa daqui. Muito da minha apresentação já foi abordada por outros participantes. Então, eu vou passar.

Eu estou representando a Deputada Perpétua Almeida. Eu sou consultor legislativo da área de ciência e tecnologia da Câmara.

Então, a Câmara dos Deputados já vem atuando na questão do 5G, desde 2020. Foi criado um grupo de trabalho 5G em dezembro de 2020. Aí, até julho 2020, foram feitas dez audiências públicas, uma série de Reuniões. Os Parlamentares exteriorizaram algumas preocupações em relação às minutas de edital. Uma das questões foi exatamente a questão de não haver, na proposta inicial da Anatel, a conectividade das escolas. Então, foi por meio do Congresso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nacional, em gestões junto ao TCU, que isso foi incluso, e também a questão da rede *standalone*. Foi a primeira vez que a Anatel colocou um requisito técnico de adotar na rede 5G uma especificação tecnológica que é o Release 16 do 3GPP. Então, existia uma preocupação pelos Parlamentares relativamente a custo. Poderia até eventualmente atrasar um pouco a implementação, mas isso foi dirimido ao longo do período, ao longo das discussões. Então, as próximas etapas o próprio Senador Jean Paul Prates já colocou. Não vou me estender.

Já há a previsão do leilão aí para o dia 4 de novembro. Há a perspectiva de implantação, em São Paulo, já em dezembro. Em julho de 2022, em 27 capitais; e, em 2028, a implementação final, caso haja aí uma antecipação.

Em relação às faixas também já foi falado e não vou abordar.

A questão principal com que acredito a gente pode contribuir é em relação à conectividade das escolas. Era um compromisso de abrangência que não estava previsto inicialmente no leilão. Foi colocado por gestão do Congresso Nacional e do TCU. Hoje, ela está prevista como contrapartida da faixa de 26 GHz. O modelo adotado pela Anatel será por meio de uma entidade específica, entidade administradora da conectividade das escolas, que será feita pelas operadoras nos moldes da entidade administradora da faixa de 5G, mas haverá um grupo de acompanhamento, que será presidido por um conselheiro da Anatel com representante do Ministério das Comunicações e do Ministério da Educação.

Nós acreditamos que o Congresso Nacional, como foi partícipe importante na implementação dessa política de conectividade de escolas, talvez fosse importante dispor de algum assento nesse grupo de acompanhamento. A Deputada Perpétua Almeida já externalizou esse desejo.

Em relação ao mercado, como o próprio Senador Jean Paul Prates já colocou, há um leilão aí na faixa de R$50 bilhões. Ele deve ter aí em torno de 39,1 de compromissos, em torno de 10 bilhões de arrecadação, que vai para o Fistel.

O que a gente está observando é que existe um processo de consolidação, principalmente dos pequenos operadores, para poder participar ou eventualmente melhorar. Então, existe uma consolidação. Alguns provedores regionais, principalmente em São Paulo e em algumas outras regiões, estão comprando provedores menores para ganhar escala. Um exemplo aí é uma operadora regional de São Paulo, a Desktop, que fez uma aquisição recente da LPNet, também uma outra aquisição menor. Então, isso é um processo de consolidação que deve se ampliar após a efetivação do leilão do 5G, no dia 4 de novembro. Então, deve haver uma concentração maior aí de mercado.

O que a gente está observando é que a Vivo Telefônica é a empresa que está mais bem estruturada para implementar. Então, a operação em São Paulo do 5G, caso venha a ocorrer em 2021, provavelmente será da Vivo Telefônica. A TIM Brasil, exatamente no dia em que saiu o leilão, no dia 24 de setembro, quando foi aprovado pela Anatel, no mesmo dia a TIM já manifestou oficialmente, por meio dos seus canais institucionais, que iria participar do leilão e tem preferência na faixa de 3,5 GHz. Existe uma série de modelos de negócios aí que estão sendo colocados.

Há outros participantes do leilão que a gente percebe que podem vir a acontecer. O setor financeiro deve participar no leilão por meio de fundos de investimentos e há também algumas empresas e alguns fundos de Private Equity. Existem, por exemplo, algumas consultorias, alguns fundos de investimentos internacionais, a Digital Colony; a Alberta, do Canadá; a Highline, no Brasil, que inclusive chegou a aventar a hipótese de comprar uma parte da Oi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

De todos esses fundos de investimentos, alguns são fundos de investimentos imobiliários que investem em frequências, fazem redes e operam em rede. Então, devem participar. Seria importante que participassem até mesmo para elevar o valor do arrecadado e também das contrapartidas.

Existia uma questão também, no âmbito da Câmara dos Deputados, do que foi discutido. Foi em relação aos pequenos e médios provedores. Esses pequenos e médios provedores criaram uma entidade denominada Iniciativa 5G Brasil. Eles têm algumas demandas que, no final das contas, não foram atendidas pela Anatel. Uma delas era a aglutinação da faixa de 703,5 GHz, que, segundo eles, seria importante para que eles permitissem uma melhor competição, porque, se eles vencerem uma faixa de 3,5 GHz e não obtiverem uma de 700 MHz, fica complicado para eles executarem as contrapartidas. Ficaria muito caro.

Então, eles estavam pedindo isso, pedindo alguns outros pleitos. Eles participaram de algumas audiências públicas na Câmara, mas, no final das contas, acabaram não sendo adotados, o que até era previsível, porque, se fossem adotadas algumas dessas premissas, teria que ser refeito todo o modelo econômico-financeiro do leilão, e, evidentemente, não era isso que estava previsto.

Então, em relação a modelos de negócios, a empresa Ericsson, uma grande fornecedora de equipamentos de telecomunicações, elaborou um relatório, 5G Business Potential, e aponta, para 2030, haver um nível maior de digitalização da economia brasileira. Há um potencial de gerar até R$390 bilhões de receitas adicionais para as empresas, e R$150 bilhões seriam decorrentes, única e exclusivamente, do 5G.

Obstáculos existem realmente. O Brasil é muito grande, tem muita desigualdade regional e social, e muitos Municípios, hoje, não contam nem com tecnologia 4G. Mas isso deve ser resolvido com algumas contrapartidas do leilão.

Perspectivas de serviço: a gente já vem, em âmbito mundial, por exemplo, com *drones* autônomos para entregas. Isso demanda tecnologia 5G, demanda a integração desses *drones* no espaço aéreo convencional. Então, demanda ainda um desenvolvimento de *software,* o que está sendo feito em algumas empresas nos Estados Unidos e também em outros países. Mas será também um serviço muito importante, mas demanda ainda também algum desenvolvimento adicional em termos de *software*. Por exemplo, a Verizon, nos Estados Unidos, prevê em torno de um milhão de voos conectados, via tecnologia 5G, desses *drones* totalmente autônomos.

O que a gente pode ver aqui no Brasil, diretamente? As empresas de aviação Gol e Azul já anunciaram a aquisição dessas aeronaves que são eVTOL. Então, são aeronaves elétricas de voo, de pouso e de decolagem vertical. Elas seriam uma espécie de Uber aéreo. Elas têm um custo de implementação muito mais baixo e dependem de tecnologia 5G de alta confiabilidade.

Pode ser que o Brasil venha a se tornar, exatamente porque a gente está adotando a tecnologia Release 16, um dos pioneiros a adotar. As duas empresas anunciaram já a aquisição de cerca de 200 aeronaves, 250 aeronaves, cada uma.

É um desafio, porque você tem, principalmente nesse modelo, aeronaves operando no espaço aéreo convencional, aeronaves de transporte autônomas e até mesmo esses eVTOL, que seriam aeronaves autônomas também, dependendo muito dessa conexão 5G para a questão de segurança.

No agro, o 5G também foi muito abordado pelos palestrantes no âmbito do GT. Deve ocorrer um grande avanço em termos disso. E também na questão de saúde, diagnóstico remoto, cirurgias a distância, isso demanda essas tecnologias.

A estimativa de tempo também já foi colocada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso.

Muito obrigado pela oportunidade, Senadores, Senadoras.

Estamos à disposição, na Câmara dos Deputados, para contribuir com o que for necessário.

Muito obrigado.

Bom dia.

Eu encerrei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Fábio. Vamos trabalhar, com certeza, juntos.

Eu vou aguardar o final das apresentações para fazer uma colocação, como eu disse, geral, para a gente debater juntos, rapidamente.

O Paulo Sisnando, Diretor da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração, do Tribunal de Contas da União, está conosco aqui também.

Paulo, muito bem-vindo.

Você tem também 15 minutos, com a tolerância que dei aos demais, para conversar conosco sobre o 5G.

Obrigado.

O SR. PAULO SISNANDO RODRIGUES DE ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, a Senadoras, a Senadores, a todos que nos assistem pelo YouTube ou, de forma presencial, na Comissão.

Agradeço o convite, em nome da Presidência do TCU, da Ministra Ana Arraes, para participar desta audiência e coloco o TCU à disposição deste importante trabalho da Comissão, desta avaliação de política pública relacionada à implantação da política de rede móvel 5G, cujo Relator será o Senador Jean.

Neste trabalho do 5G, o papel do TCU é analisar os estudos e a precificação realizados pela Anatel.

Por meio da Instrução Normativa 81, de 2018, e da delegação constitucional que é dada ao Tribunal de Contas da União, a gente faz análise dos processos de desestatização, sejam privatizações, sejam parcerias público-privadas, sejam outorgas e concessões, sejam autorizações de serviços públicos, entre os quais se classifica a questão desta licitação de outorga de frequências pela Anatel, pelo período de 20 anos.

Então, o TCU analisou os documentos encaminhados, as planilhas, a minuta do edital frente às leis, aos normativos vigentes, verificando se existiam algumas ilegalidades ou problemas que precisavam ser corrigidos e também fez uma análise da eficiência e do alcance dos objetivos das políticas públicas a serem alcançadas por meio do edital, fazendo proposta de melhorias, por meio de recomendações, justamente com o objetivo de reduzir a exclusão digital – hoje, cerca de 25% da população brasileira ainda não tem acesso à internet. Esse foi o último número da pesquisa realizado no contexto da internet – e também a reduzir as desigualdades regionais e sociais, porque Norte e Nordeste são as regiões com menos acesso *per capita* à internet, tanto do ponto de vista das escolas, dos hospitais e em geral, em todos os dispositivos públicos.

Houve bastante discussão com os diversos autores envolvidos, com as empresas, com o Congresso, como o colega Fábio comentou, com a Comissão de Educação, com a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Então, após o encaminhamento de todas as informações completas, que ocorreu no final de junho, o TCU fez sua análise, a área técnica fez sua análise, e foi encaminhado o relatório ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ministro-Relator, Ministro Raimundo Carreiro, que preparou seu voto, levou-o ao Tribunal, e, no dia 25 de agosto, o TCU deliberou sobre o edital do 5G, fazendo deliberações, entre elas determinações, recomendações e dando ciência, que abordavam, em suma, aspectos da minuta do edital de licitação, dos comandos do edital, pontos do texto do edital que precisariam ser mudados, algumas recomendações relacionadas a aspectos de especificação das faixas de frequência, como quantitativo de Erbs, a questão da faixa de 26 GHz também. Também fez recomendações e determinações quanto aos compromissos de abrangência, esses compromissos que foram listados pelo colega Nilo, da Anatel. Fizemos recomendações e deliberações nesse sentido, de forma a torná-los mais abrangentes e mais aderentes às políticas públicas em vigor. Também fez deliberações de ciência sobre a rede do Programa Amazônia Integrada e Sustentável e a rede privativa do Governo Federal. E, por fim, fez a recomendação no tocante à conectividade das escolas, ao atendimento às escolas, por meio dos recursos da faixa de 26 GHz.

Então essas foram, em suma, as deliberações que o TCU apontou, por meio do Acórdão 2.032, de 2021. E, no momento, está-se realizando o monitoramento dessas deliberações relacionadas ao edital em si.

A Anatel, como colocado aqui, no dia 27 de setembro, publicou o edital, e a partir daí se iniciou o nosso monitoramento. Então nós temos três processos de monitoramentos abertos para verificar essas deliberações relacionadas ao edital, não sendo verificadas, neste momento, aquelas deliberações relativas aos futuros editais, a futuras novas outorgas, como foi colocado por colega do MCTI e pelo BCG, ou outra anterior a essa.

Então temos esses três processos, em que vai ser verificado se as determinações foram cumpridas, se as recomendações que o TCU fez foram acatadas ou, se não foram acatadas, se a Anatel justificou a contento, mostrando qual a alternativa utilizada e se essa alternativa atende ao interesse público ou não, e verificado se foram observadas as ciências colocadas pelo TCU também em seu acórdão.

Então, este é o momento em que se encontra hoje. A equipe do Tribunal está fazendo essa análise em cima dos documentos que a Anatel encaminhou. Se necessário, vamos pedir mais documentos para a Anatel, e, após essa análise, será proferida uma instrução e encaminhada novamente para o Ministro Relator, Raimundo Carreiro, uma análise sobre se a Anatel atendeu ou não as deliberações do tribunal.

Após essa fase, faremos um acompanhamento da execução contratual do 5G. Há muitos compromissos e, como foi colocado, 90% do valor arrecadado, na ordem de quase R$40 bilhões, foram convertidos em compromissos. Então faremos o acompanhamento dessa execução contratual, dos compromissos de abrangência: se os compromissos são realmente referentes a políticas públicas; se estão sendo levados aos lugares onde não existe sinal; se está havendo uma priorização para atender primeiro aqueles lugares que não têm sinal, que são desprovidos totalmente de conexão à internet; verificar como está sendo realizada a limpeza da faixa de 3,5 GHz e a migração dos sistemas de TVRO, das antenas parabólicas, para banda Ku; se está sendo atendida a população alvo, dentro do que foi projetado pelo Ministério das Comunicações e pela Anatel; a questão da rede privativa do programa Amazônia Conectada, e a governança da EAF, se esses projetos estão sendo feitos no prazo e nos preços, a contento, com os objetos determinados; e também a questão do atendimento às escolas públicas, como mencionou o Fábio. É muito importante a participação de todos, da sociedade civil e desta Casa, para o acompanhamento desse atendimento, até porque esse é um projeto que vai ser definido ainda pelo Ministério da Educação. Há só a previsão do orçamento, digamos assim, a ser feito por essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

entidade, por esse grupo, que cuidará exclusivamente da implantação da conectividade nas escolas.

Então esse papel é muito importante e a gente coloca também o TCU à disposição desta Casa e do Congresso, em geral, da Câmara e do Senado, para auxiliar também no que for preciso, caso desejem assim o Senado Federal e esta Comissão.

Então é importante também verificar que, como mencionado por alguns participantes, a questão da qualidade e tal... E eu já gostaria de entrar um pouco no plano de trabalho da Comissão, apesar de não ser objeto desta audiência, mas gostaria de contribuir.

É importante destacar que o 5G é uma das ferramentas necessárias para que as tecnologias de informação e comunicação promovam todo esse avanço e melhoria na sociedade, esse incremento econômico. Ele é uma das ferramentas. Então é um conjunto de ferramentas que vão ser feitas. O próprio leilão, a maioria das frequências, a princípio, vão ser usadas por 4G. Então o 5G é uma das ferramentas necessárias. Temos também essa questão... Então temos que olhar todo o universo das ferramentas, com a Anatel, com o Ministério das Comunicações, as fibras óticas, as redes 4G, porque sem as fibras óticas 5G também não vai funcionar. Então é necessário que haja um bom escoamento de fibra ótica também, como mencionado pelo Nilo, a questão do *backhaul*.

As faixas de frequências também, com o Release 16 é importante fiscalizar se está sendo cumprida essa obrigação. E o 5G abre uma série de possibilidades que têm que ser aproveitadas. O 5G é um meio para se obter os objetivos fins, que são a agroindústria, a melhoria da educação, a melhoria da saúde, a melhoria da prestação dos serviços públicos...

Então não é só instalar a ERB, mas outros meios e quantidades que atendem a cobertura. Então vamos mencionar, assim, a qualidade vai melhorar? A princípio, sim, mas é necessário que, ao se instalar as ERB 5G a infraestrutura 5G, elas sejam instaladas com uma estrutura básica necessária, as fibras óticas na capacidade ideal, e que cubram as cidades e as demandas, para não haver problema de qualidade das redes.

Então é importante esse acompanhamento, até porque não existe nenhum compromisso de cobertura, em termos percentuais para o 5G, de cobertura percentual em relação ao Município, como foi mencionado, de 80%, 95% do Município. O que existe é exigência de número de estações rádio base por Município ou por localidade.

Então, o 5G, é importante fazer o acompanhamento para garantir a qualidade.

Como que o Estado brasileiro pode ajudar, para a implementação do 5G? Eu acho que a regulamentação é importante, a tramitação pós-edital. E aí é um aspecto muito importante a questão, como já mencionado pelo Fábio também, a questão dos pequenos provedores e o acesso deles às frequências.

Então a questão do *roaming*, que é a facilidade de um usuário, ou de uma empresa, acessar a rede de outra empresa, para não precisar deslocar da sua área, foi objeto de recomendação do TCU. A gente vai analisar ainda se a Anatel acatou ou não essa recomendação, mas, de qualquer forma, eu acho que é importante esta Casa, junto com o TCU e toda a sociedade, acompanhar de perto a regulamentação da Anatel quanto à questão do espectro de frequência, do mercado secundário, da possibilidade de ampla utilização das frequências, não só pelas empresas vencedoras do edital, mas por todas as empresas, para evitar uma concentração de mercado, porque a concentração de espectro na mão de pequenas empresas pode se tornar uma barreira de entrada para os novos competidores. E a competição é que induz à qualidade, à melhoria do serviço e do preço também. Então, é importante que tenha competição. Então, essa regulamentação da oferta de espectro de frequência para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

empresas não vencedoras é muito importante e também a questão do *roaming* no mercado secundário.

Acho importante também fazer uma análise junto com o Plano Nacional de Internet das Coisas, mencionado também pelo representante do MCTI, para que se garanta a quantidade... O TCU fez um trabalho, por meio do Acórdão 1.480, de 2021, sobre o Plano Nacional de Internet das Coisas. Verificamos que são importantes as questões relacionadas com a coordenação dos agentes, a continuidade dos programas, a questão tributária, que vem sendo bem trabalhada pelo Congresso, que é a redução da onerosidade tributária para os dispositivos máquina-máquina, que pertencem ao universo da Internet das Coisas também.

E também um ponto importante para que haja sucesso na implementação do 5G é a questão da coordenação de todos os setores, porque o 5G vai propiciar a inclusão digital e a inclusão digital não é só infraestrutura. É necessário que além da infraestrutura se tenha conteúdo adequado, no caso das escolas ou da área de saúde, capacitação dos profissionais e da população para utilizá-los. E uma coordenação é importante, porque, por exemplo, vamos implantar o 5G na indústria agro. Então, é importante que o Ministério das Comunicações, que o Ministério da Agricultura, o Ministério da Indústria estejam, em conjunto, trabalhando nisso; na educação, a mesma coisa; na saúde. Então, é importante essa coordenação entre os vários entes, como foi o ecossistema apresentado pelo colega do MCTI.

Então, meu tempo já está esgotando e gostaria de finalizar falando que o 5G, também como foi colocado pelo Fábio, o 4G e outras tecnologias são importantes para reduzir essa desigualdade regional e social que existe no Brasil. Então, o 5G é um dos meios. Inclusive, duas das frequências a serem licitadas são mais propícias do que o 5G e as outras, por enquanto, mais que o 4G. Mas, no futuro, todas serão propícias, serão utilizadas pelo 5G.

E há a questão também da possibilidade de se analisar o modelo de licitação, esse modelo de compromisso para os próximos editais, conforme recomendação do TCU. E o próprio Conselheiro Vicente, da Anatel, quando submeteu à consulta pública o edital de licitação, no seu voto, pensou em fazer uma inovação nesse modelo para torná-lo mais ágil, mais voltado para os pequenos provedores, mas o Conselho da Anatel votou por manter esse modelo mais tradicional para essa licitação e colocou isso numa agenda para ser discutida posteriormente. Então, existem várias possibilidades de modelo de licitação, podendo até atender melhor os pequemos provedores, as pequenas empresas até por meio de incentivos.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar desta audiência e colocar o TCU à disposição desta Casa, desta Comissão e desse trabalho específico de avaliação da política, quando for necessário.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Paulo.

Eu gostaria de pedir a permissão a vocês de fazer rapidamente aqui uma simulação do entendimento desse problema para um brasileiro comum. O.k.? E eu queria que vocês me corrigissem depois sobre os entendimentos aqui. Vou fazer realmente uma simulação, vou tentar entender o que está em pauta aqui hoje.

Mas, antes disso, eu quero dizer do que eu já apreendi desse processo, muitas vezes eu vejo e me incomoda muito a inversão dos exemplos e dos acenos que essa tecnologia faz perante a opinião pública brasileira.

Não é que eu condene os exemplos de *drones*, aviões autônomos, veículos autônomos, nada disso. Pelo contrário, eu sou uma pessoa que estou aqui tentando relatar o marco da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eletromobilidade, converso com o setor de petróleo e gás em relação à transição energética, um setor do qual eu sou originário; trouxe, contribuí para o desenvolvimento da energia renovável no meu Estado, Rio Grande do Norte, no Nordeste em geral. Então, eu me considero, com todas as minhas limitações, uma pessoa que tenta estar na vanguarda desse processo evolutivo da humanidade como um todo e na inserção do Brasil e suas mazelas dentro desse processo.

Eu acho bonito, acho legal, vou à feiras de tecnologia e tal, acho bacana *drones* autônomos lá, a logística, mas sempre prefiro ver os exemplos que nos ajudam a, de fato, promover a inclusão digital. E eles estão em setores públicos, como eu disse aqui na entrada desta Comissão. Na educação, para gerar agilidade, capilaridade, acessibilidade, universalização, conforto – falar em conforto, ensino remoto, é, entre outras coisas, conforto e acessibilidade – e, por fim, eficiência. Na segurança pública, eu não vejo os exemplos trazerem coisas para a realidade da segurança pública. No transporte público... Eu recentemente tive a experiência de ser candidato a prefeito de Natal e, dentro dessa programação dos planos que apresentei à população natalense, estava justamente o uso da eletromobilidade, da automação e, por que não dizer, já prevendo a chegada do 5G para o transporte público. Mas sabe com que objetivo, pessoal? Convergir, em dez anos, para a gratuidade total da tarifa, porque eu tenho certeza de que isso é possível. Da mesma forma que nós temos educação gratuita pública de qualidade; temos saúde pública de qualidade dentro das limitações do Estado brasileiro, da sua população e das suas dimensões, claro – mas estamos todos aplaudindo o SUS, a educação nos IFs, nas universidades, nas escolas públicas, que atendem o que é possível –; segurança pública que tem falhas, mas tem o seu sistema funcionando; o transporte público também deveria tender à gratuidade, porque nós vamos ter que pensar fora da caixa. Com as tecnologias, com a eletromobilidade, uma manutenção muito mais baixa, com o preço do insumo principal, que seria o combustível, mais baixo e com o 5G, não é possível que a gente não consiga. E eu não estou falando em estatizar nada. As empresas continuam operando, só que as receitas virão de outras possibilidades: propagandas, serviços, frete, combinar frete com esses aviões de *drones*. Por que não o transporte público também contribuir com o serviço de fretes nas cidades?

Enfim, tem que se pensar fora da caixa porque o 5G obriga a pensar fora da caixa. Então, da mesma forma que a gente pensa em *gadgets* e coisas bacanas do ponto de vista comercial, de entregar produtos para grandes grupos de atacado, de varejo, etc., temos que pensar no segmento público. E como o Estado normalmente é mais pobre do que a sociedade como um todo no mundo privado e no mercado, é a hora em que o Estado faz um *trade off*, faz uma troca. Ele estabelece uma troca: olha, eu te dou o espectro, o direito de cobrar das pessoas serviços maravilhosos para ter uma casa toda automatizada, um carro autônomo, um aviãozinho que vai entregar o seu iFood, mas eu peço coisas em troca, e não são poucas – aqui a gente já tem isso –, não podem ser poucas, porque, se há de um lado uma pressão pela austeridade contra a qual também nos insurgimos, em geral, mas isso é da democracia, então ela fica ali no limite.

Se o Estado tem que ser extremamente austero e não tem condição de pagar essas novas operadoras que vão surgir nesses novos espectros para ter esse serviço, então, neste momento agora – por isso, a importância do TCU, da Comissão na Câmara, do trabalho do Ministério de Ciência e Tecnologia, sem ideologismos, sem achismos, e principalmente do trabalho da Anatel –, é preciso assegurar que o Estado brasileiro possa ter, neste momento apropriado, que é quase um "fale agora ou cale-se para sempre", as contrapartidas devidas e em tamanho, dimensão proporcional às suas necessidades, concordam? Se a gente deixa passar esse momento, depois há a insegurança jurídica: "Ah, não pode, eu comprei a concessão desse jeito, não pode mais mexer". Aí é aquela história: joga-se a insegurança jurídica, o argumento da insegurança jurídica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para cima do Estado brasileiro, embora ele seja soberano para colocar novas condições à medida que as tecnologias forem evoluindo e principalmente à medida que os compromissos 3G e 5G não sejam cumpridos, que é uma das perguntas que há aqui, porque o cara pode simplesmente... Pergunto ao Nilo, da Anatel: o que acontece se o cara cumprir todos os compromissos do 5G maravilhosamente e deixar para trás o 3G, o 4G? Será que a gente vai caçar a autorização dele? Ou o cara vai dizer: "Eu já investi, vou ser prejudicado, o Brasil vai quebrar contratos"? É complexa a situação, não é fácil.

Então, não adianta a gente acenar com maravilhas tecnológicas do mundo privado e acessíveis apenas a poucas pessoas se nós, neste momento imediato, mesmo a custo de adiar leilão, mesmo a custo de demorar mais, pensar mais, refletir melhor, não assegurarmos os compromissos e contrapartidas que garantam telemedicina no interior. São estas imagens que eu gostaria de ver nesses exemplos: o cara lá em Picos, no Piauí, sendo operado com ajuda de telemedicina 5G; o transporte público tendendo à gratuidade em função dos veículos autônomos, transporte público, e não o aviãozinho da GOL só; a segurança pública com robôs e com monitoramentos cada vez mais evoluídos em tempo real; e, principalmente, a educação com o que eu falei: agilidade, capilaridade, conforto assegurados ao aluno inclusive quando está remoto, e não apenas nas escolas. Esse é o grande compromisso nosso, pessoal, como brasileiros. Eu não estou falando aqui como um partido, de um lado ou de outro, de oposição, de Governo, nada. Todos nós nos arrependeremos amargamente se tivermos dado contratos em que 90% da outorga são convertidos em investimento, que é o que o cara precisa para justamente faturar. Então, já é *sui generis* por aí.

Eu acabei de relatar o Marco das Ferrovias, e, no Marco das Ferrovias, autorizações, eu não converto outorga nenhuma em investimento. Investimento vai por si só. Se eu não investir, não há ferrovia. Se eu não investir, não vai haver o 5G, eu não vou poder cobrar dos meus consumidores. Então, já me causa espécie essa história de que apenas 10% virão para o Estado e 90% serão convertidos em investimento. Depois quero uma colocação sobre isso.

São autorizações e não concessões, não é isso?

Autorizações são títulos que têm uma certa precariedade, mesmo quando convertidos em contrato. Aí vem essa questão do compromisso parcialmente concluído. Se o cara vai só no mercado do rico, que interessa, e não cumpre a contrapartida, como serão essas penalidades? Serão severas o suficiente para que a gente também não descontinue? Porque essa atividade tem outra coisa delicada: uma vez estabelecida a relação com os consumidores, a precariedade da autorização se perde porque você não pode simplesmente: "Olha, você não fez o 3G na cidadezinha tal, eu vou desligar você de tudo o que você tem, em São Paulo, em Salvador, eu desligo você". Aí é o consumidor que é o penalizado, não é nem o cara.

Então, é complexo. Eu sei que vocês conhecem bem o assunto. Eu também milito nessa área de regulação, permita-me, e sei mais ou menos as consequências desse tipo de coisa, porque, às vezes, o cara diz: "Não é autorização; o Estado caça quando quiser. Se o cara não tiver cumprido, ele perde a autorização". Não é bem assim, porque do outro lado haverá milhares de consumidores, e, obviamente, precisa haver uma razão muito forte para você desligar todo o sistema e tirar o cara da autorização.

Pelo que eu entendi, pessoal que está em casa nos assistindo, o que acontece é o seguinte: isso aqui trata-se de radiofrequência. Existem faixas no ar. É como se fossem, muito mal comparando, aerovias, onde os aviões trafegam, ou, melhor dizendo, até como se você estivesse olhando para um espectro de cores, várias faixas de cores diferentes – só para as pessoas visualizarem, porque espectro é uma coisa que ninguém consegue imaginar o que é –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e essas faixas estão sendo leiloadas. Então, empresas vão comprar o direito de transitar com sinal naquelas faixas e, com isso, oferecer o serviço a consumidores finais. É disso que se trata, não é isso, pessoal? (*Pausa.*)

É disso que se trata. Essa autorização é, portanto, para usar uma coisa de domínio público, que é esse espaço para transitar com radiofrequência.

Eu tenho algumas perguntas técnicas aqui, talvez, para a Anatel responder e outras para o TCU, para finalizar aqui minhas colocações.

A primeira é se esses lotes ou blocos – aí são realmente diferenças técnicas – têm características diferentes a ponto de ter valores diferentes. Então, por exemplo, entre o de 700 e o de dois e pouco, e tal, se eles são diferentes, ou seja, a qualidade da aerovia, digamos assim, se uma é melhor do que a outra, etc. e tal, se os valores são diferentes nesses lotes.

A outra questão é se as contrapartidas valem para todos, quer dizer, se mesmo por lote – eu perdi os números, deixe-me ver aqui –, se o lote 700MHz tem contrapartidas ou, assim, equivale a 26 GHz. Enfim, qual é a diferença desses números aí quando se fala nesses lotes e mesmo nos lotes regionais?

A outra pergunta rápida é a questão das penalidades. Como elas serão aplicadas? Serão apenas multas? Serão suspensões? Há um *backup* ou uma redundância para que, se um operador de uma determinada faixa for punido, sendo tirado do ar, o outro entre? Como funciona isso? Para que não fique apenas entre a multa, que é uma pena de um tamanho, e a pena máxima, que é a cassação da autorização. O que tem no meio disso aí?

Latência é um critério para qualidade, desempenho, etc.? Quem vai averiguar isso? Porque a latência é um termo técnico – corrijam-me se eu estiver errado –, que é, basicamente, o tempo de resposta. E aí o que aconteceu aqui na nossa conexão com o Nilo, por exemplo, não pode acontecer jamais numa rede de ônibus autônomos, porque um vai bater no outro. Se der um pico qualquer de sinal, um bate no outro, e é um acidente. Imagine isso na telemedicina, imagine isso tudo... Porque a gente vê essas imagens bonitas, mas imaginem as imagens feias daquilo falhando: o cara com o bucho todo aberto, o sujeito fazendo uma cirurgia, e o sinal cai – não dá, não é? –; carro autônomo; o bicho voando ali perto do Pão de Açúcar, cai o bicho lá de cima porque perdeu o sinal. Então, latência, basicamente, é menos do que perder o sinal, mas é a diferença do tempo, e isso é calculado. Talvez isso tenha que ser medido *online*, em tempo real, o tempo todo, e acompanhado pela Anatel. A Anatel tem preparo para isso, está preparada para amanhã já colocar isso?

E, por fim, em relação ao TCU, que é quem controla esse processo, mas vocês podem levantar aí para responder, houve aquele papo todo da Huawei, da China... Aqui não tem papa na língua, esse negócio de esconder assunto. A ideia aqui é exatamente debater as coisas antes que elas aconteçam e depois seja tarde demais. Que debate era esse afinal? O que era isso, para o público, para um leigo entender? É China, é tecnologia da China, sueca, alemã, americana... Essa concorrência por fora desse processo... Porque, para mim, é uma concorrência para comprar espectros. Onde entrou essa discussão, se vocês puderem explicar para leigos, de, eventualmente, "ah, não queremos chinês, estamos mais próximos desse ou daquele"? Como isso pode influenciar esse debate ainda? Porque me parece que meio que caiu no esquecimento isso, mas houve uma época em que se falava muito nessa história, para o público entender.

E, finalmente, em que outros países a gente tem um modelo desse, exatamente igual a esse, de leilão com a outorga 90% direcionada para compromissos de investimento? É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Talvez o Nilo possa começar, e, depois, o Paulo falaria dessa questão do TCU, de como ele vê esse processo da outorga. E, aí, se o Fábio e o Rubens quiserem pontuar alguma coisa...

Desculpem-me fazer essa confusão toda, mas é porque o assunto eu não sei exatamente a quem direcionar. Com certeza, o Nilo pode nos ajudar na primeira parte, que é a explicação do espectro.

Obrigado.

Nilo.

O SR. NILO PASQUALI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador, pela oportunidade.

São diversas questões muito interessantes. Eu acho que o senhor foi muito preciso na explicação de tentar tornar um pouco mais leigo um assunto tão técnico. Eu acho que foi perfeita sua comparação. Até lhe agradeço. Da forma que foi apresentado, ficou muito claro, inclusive.

Eu vou tentar abordar as questões todas. Eu já peço perdão se esquecer alguma. Eu tentei anotar tudo que foi levantado, mas pode ser que eu tenha esquecido alguma coisa.

Vou começar comentando os exemplos de aplicações, que o senhor mencionou bem. Eu sinto falta de questões do serviço público, das coisas para a população. O que o 5G traz que poderia ser aplicado a isso? A gente fala de carro autônomo, a gente fala de coisas mais futuristas, às vezes, de realidade virtual ou coisas desse tipo, mas e o que mais? A verdade é que a gente tem, com o 5G, um ecossistema e uma nova plataforma que ninguém sabe tudo que ela faz ainda. Na verdade, as aplicações estão todas sendo desenvolvidas, mas há uns exemplos muito interessantes, muito interessantes mesmo, que eu acho legal a gente comentar.

Por exemplo, na parte de transporte público e mobilidade urbana. Quando a gente fala de utilizar o 5G dentro desse ambiente de cidades inteligentes, por exemplo, a gente não está falando em conectar os ônibus da malha urbana, por exemplo, para você poder saber, quando você está lá na parada de ônibus, o tempo que ele vai demorar para chegar até onde você está e esse tipo de coisa. Não é só isso. É isso também, mas, quando a gente olha a potencialidade toda, o que se está dizendo é o seguinte: a gente tem, virtualmente, a possibilidade de acabar com o congestionamento nas cidades. Por quê? Uma vez que todos os veículos estejam conectados, você consegue criar mecanismos de coordenação dos veículos. Então, eles nunca precisarão parar. Você vai colocar na rota o veículo em que você está, e ele já vai saber que rota seguir e vai saber, inclusive, onde os veículos estão para evitar todos eles. Então, é um cenário em que, na prática, você, virtualmente, acaba com o congestionamento dentro dos centros urbanos. Para quem está em centros urbanos densos, isto, com certeza, é quase música: imaginar que você conseguiria evitar congestionamento, principalmente em horários de *rush* e coisas desse tipo. Mas por que é possível? Porque, sabendo as condições da via em que você vai passar, você evita... Um carro mais automatizado vai mais devagar para não chegar naquele momento em que há mais veículos, mas quando já não existem tantos carros parados, coisas nesse sentido. Então, você consegue levar a um nível de coordenação da mobilidade urbana de um jeito inimaginável hoje para a gente. E você conseguiria ter precisão inclusive, na parte, por exemplo, de transporte público urbano, seja de ônibus, seja de trem, de segundos em relação a quando aquele ônibus vai chegar à sua parada. Você vai poder consultar e, quando estiver se dirigindo para a parada, vai saber se o ônibus vai chegar dali a um minuto, daqui a 30 segundos ou se você já perdeu, se ele já está lá e você vai ter que esperar o próximo, sabendo exatamente quando será o próximo, etc.

Então, esse é o nível de potencialidade, por exemplo, para a mobilidade urbana, que é muito interessante. O 5G permite... O que faz isso acontecer? É todo esse ecossistema. São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

várias faixas de radiofrequência, é a conexão de todos os dispositivos mesmo. São dispositivos massivos. Imaginar todos os veículos, dentro de uma cidade, conectados também, fora todos os *smartphones* de todo mundo... Então, a gente está falando de uma malha e uma capacidade de processamento de dispositivo muito grande, mas isso é o que o 5G se dispõe a fazer, a disponibilizar e fazer acontecer. É um sonho para as grandes cidades você conseguir chegar a uma modelagem dessa, e é o que se espera que vá acontecer mesmo. Ao longo dos anos, é isso que se imagina.

No caso da medicina, para trazer outro exemplo, da área da saúde, além de questões de cirurgias autônomas, em que há muito dessas questões controversas como: se você está num momento ultradelicado, ali não pode existir falha nenhuma, é um sistema em que não pode existir uma queda de conexão ou uma latência, como o Senador bem mencionou. A latência não pode chegar a dez milissegundos quando você está fazendo uma cirurgia. Ela tem que ficar abaixo ou em torno de um milissegundo, no máximo, para ele ser totalmente transparente e dar a sensação de vida real às coisas.

Então, esses níveis de delicadeza são importantes, mas um aspecto da saúde pública que é muito importante, por exemplo, é a manutenção de equipamentos dedicados e exclusivos, como o tomógrafo. Quando um tomógrafo, no interior, quebra, o especialista em consertar isso não está na cidade do interior; ele está no grande centro. Então, hoje, o que você tem que fazer? Você vai ter que acionar a assistência técnica e o técnico vai ter que ir lá. Você já gastou aí alguns dias só nesse processo em que o tomógrafo está parado, você não está fazendo exame de ninguém, não está ajudando ninguém nesse processo.

O que o 5G permite? Com realidade aumentada, por exemplo, você tem um técnico com bem menos conhecimentos especializados no local já e o especialista disso remotamente auxiliando o técnico em toda a manutenção. Então, você consegue fazer isso praticamente *online* no mesmo dia em que há a falha. É algo muito mais difícil de fazer hoje, porque a gente não está imaginando o técnico olhando um vídeo e falando: "Abre aquela caixinha, faz isso, faz aquilo"; é o especialista do grande centro essencialmente mexendo em braços robóticos ou coisas desse tipo e guiando o técnico lá no local sobre como fazer toda a manutenção. Isso é outro potencial muito grande, por exemplo, na parte de saúde.

Na parte de educação, acho que ninguém tem dúvida. Você conseguir levar níveis de conectividade adequados para as escolas permite um nível de aumento na capacidade de ensino muito grande. A gente tem um ponto nessa discussão que eu acho que o Paulo falou muito bem: não vai adiantar só conectar, a gente precisa disso atrelado a outras políticas públicas de como usar essa conexão em prol do ensino ou que tipo de conteúdo você vai abordar dentro disso; como você ensina os alunos, utilizando essa conexão, com formas mais inovadoras de educação para as crianças também. Então, na parte educacional, o potencial é enorme, mas precisa de muito mais vertentes, muito mais agentes engajados para fazer o aproveitamento completo de tudo que essa tecnologia possibilita. Como eu falei na apresentação, é um habilitador muito grande, mas a gente precisa de outras políticas públicas em cima disso também.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nilo, antes de passar para o Paulo, sobre a latência: na Anatel, vocês terão a função de acompanhar isso como se fosse uma auditoria em tempo real? Porque eu fico imaginando como é que funciona um negócio desse, de em cada um desses espectros você ficar acompanhando se o cara teve latência ou não; ou é ele que vai indicar quando tiver? Como é esse acompanhamento da agência reguladora para poder depois provar: olha, você falhou aqui e provocou um acidente? Quem vai auditar pelo Estado brasileiro quando o autorizatário falhar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NILO PASQUALI – Perfeito, Senador. Quem vai avaliar tudo isso é a Anatel. A Anatel tem um processo de avaliação de qualidade, a gente está mudando toda a forma de acompanhamento disso. Ele deve começar a partir do ano que vem em novas métricas de avaliação da qualidade. Até então a Anatel criava indicadores específicos com uma métrica específica, recebia os dados das empresas, no que não se cumpria aplicava-se uma multa, etc., mas essa modelagem a gente discutiu por alguns anos na Anatel e entendeu que não é a melhor. O melhor é que a gente faça um acompanhamento muito mais próximo das variáveis que realmente interessam para o serviço.

Então, latência é uma das principais variáveis. Ela não é tão relevante para navegação na *web*, fazer *streaming* de vídeo, coisas desse tipo, coisas de entretenimento, conhecimento, essas coisas. Então, uma latência de 30 milissegundos, por exemplo, é mais do que adequada, é o que o 4G entrega tradicionalmente. Quando a gente está falando de aplicações críticas de serviços de emergência e coisas desse tipo, a gente está falando de latências abaixo de 10 milissegundos. Isso o 4G não entrega por características tecnológicas. Isso é natural da tecnologia. Ela não vai fazer isso. A não ser em condições muito específicas, é possível, mas, de forma geral, não, ela não vai fazer isso. O 5G vai fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. NILO PASQUALI – E vai fazer isso por causa de faixas adicionais. As ondas milimétricas do 26GHz são a faixa que possibilita boa parte desses níveis de latência. É a primeira vez que uma faixa tão alta assim – isso, mundialmente, não é? –, uma faixa tão alta é usada na rede de acesso, na parte da "ERBzinha", da torre até a pessoa mesmo que usa o serviço. Essas faixas, até então, eram faixas médias e baixas, eram 700MHz, 850, até 2,5. O 26GHz é uma faixa muito mais alta, mas a característica dela é que ela tem uma banda muito grande, então são... Só ali, a gente tem 3GHz de espectro sendo disponibilizados para as prestadoras. Para se ter uma ideia de comparação, 3GHz são 3 mil megahertz de bloco de espectro para ser disponibilizado. No 700, a gente tem 20MHz. Então, o salto de capacidade de uma faixa para a outra, e isso responde inclusive a um dos questionamentos que o senhor mencionou, a diferença é muito grande entre as faixas, sim, porque elas se dispõem a coisas muito diferentes. Uma faixa baixa, de 700, por exemplo, tem pouco espectro, mas tem capacidade de atender áreas muito grandes. Então, quando a gente está falando do agronegócio, a gente está falando de usar faixas de 700MHz, faixas de 850MHz. A gente não está falando de usar faixas de 26GHz. Faixa de 26 vai ser usada onde? Em áreas muito densas, ou em áreas que precisam de aplicações de tempo real, como essas todas que a gente mencionou.

Essa é a diferença da característica das faixas. Isso é uma diferença física, da própria física da coisa. Isso é intransponível, não é a tecnologia que vai fazer isso se alterar. O que a gente tem que fazer, em termos tecnológicos, é se aproveitar de todos esses pedaços e fazer uma combinação. O 5G junta todas as qualidades dessas faixas ao mesmo tempo, para poder prover as baixíssimas latências, prover capacidade em áreas muito maiores e prover altas velocidades e dispositivos massivos. Ele faz tudo isso, porque ele tem várias faixas de radiofrequências diferentes previstas. E você não faz nada disso com uma faixa só. Isto é impossível de ser feito: pegar, por exemplo, só os 700 e tentar fazer baixíssimas latências com ele, coisas desse tipo. Isso não acontece.

Respondendo diretamente à sua pergunta, Senador, a Anatel já tem indicadores dentro desse processo novo de qualidade, e um deles é avaliação de latência, porque esse é um dos requisitos que o 5G vai trazer. Então, a gente já se antecipou à necessidade de estruturar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

processo de avaliação disso também. A gente pode, inclusive, em uma outra oportunidade, trazer como todo esse processo de qualidade está sendo construído dentro da agência, porque ele está ficando bastante diferente do tradicional. Ele vai criar uma lógica de selos por Município, de ranqueamento de prestadoras. Então, é bastante diferente do que a gente estava acostumado a fazer no setor e é muito interessante. Ele começa no ano que vem, mas a gente está totalmente à disposição para trazer aqui na Comissão se o senhor achar oportuno, em algum momento, para explicar tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Nilo. Obrigado. E espero que os recursos também sejam suficientes, porque é um processo que... E você pode contar com nosso apoio para poder se equipar e ter todas as condições para essa auditoria e fiscalização.

Queria uma palavrinha do Paulo, se puder, sobre a questão do modelo do leilão, já que analisou isso profundamente, é função. E os demais, se quiserem pontuar também... Mas, enfim, basicamente, para cobrir essa primeira questão, esse primeiro grande questionamento aqui nosso.

Obrigado, Paulo.

O SR. PAULO SISNANDO RODRIGUES DE ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Acho que um ponto importante, antes até de comentar essa questão do modelo, é o que o senhor comentou, do 5G na vida real, porque, hoje, 25% das pessoas não têm acesso nem a internet ainda.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é.

O SR. PAULO SISNANDO RODRIGUES DE ARAÚJO – Existe uma diferença grande dessas aplicações que envolvem baixa latência e a vida real da maioria dos brasileiros, a quase totalidade, digamos assim. Então, o importante é levar a conexão a todos os brasileiros, a todas as escolas, a todas as Unidades Básicas de Saúde. Acho que esse é o ponto mais importante desse edital. E também a gente tem que tomar cuidado, porque uma coisa é o mundo teórico, outra é o mundo prático. O 4G, teoricamente, alcança a velocidade de 100 megabits ou maiores e as medições dizem que a média brasileira é de 20, vinte e poucos megabits por segundo. E, em alguns testes que foram feitos, o 5G também varia de país para país, qual seria essa velocidade que o 5G alcançaria, essa questão da latência, isso é muito importante.

Como o Nilo mencionou também, a nova forma de regulação de qualidade pela Anatel envolve selo de qualidade, qual é o nível de qualidade que vai ser exigido das empresas, qual a velocidade mínima, qual a latência mínima que vai ser exigida para elas terem um selo de qualidade A, B, C ou D, esses critérios que a Anatel emprega.

Em relação às penalidades, à precificação também, realmente, como o Nilo comentou, cada faixa tem uma precificação diferente, porque tem uma quantidade de espectro diferente e aplicações diferentes. Então, a Anatel calcula um valor para a faixa de 700 e, a partir desse valor, ela calcula quais as contrapartidas que cabem dentro desse valor calculado. Então, as contrapartidas também são associadas por parte. As contrapartidas da faixa de 700 só serão cumpridas pelas empresas que ganharem os 700. As contrapartidas da faixa de 3,5 só serão cumpridas pelas operadoras que ganharem a faixa 3,5. Não há uma passagem de contrapartidas de uma faixa para outra.

Em relação ao modelo do edital... Ah, sim, se a empresa, por exemplo, não cumprir o compromisso de abrangência, até o TCU exigiu isto para os outros compromissos: a questão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma garantia de execução do compromisso. Então, o que acontece? Ela tem que apresentar uma garantia para a Anatel após ganhar o edital, o leilão, dizendo que, caso ela não cumpra o compromisso, vai ser executado um valor junto ao banco, uma fiança equivalente ao montante necessário para aquele compromisso. E aí, também, há as multas etc.

Sobre a questão que o senhor comentou, da essencialidade do serviço, até o Marco Civil prevê isto: que o acesso à internet é essencial. Eu acho que é importante a gente lutar, trabalhar a regulação, nós todos do Estado brasileiro, para um ambiente competitivo no setor, com várias empresas, para que não se dependa apenas de uma empresa. Realmente, se você depender apenas de uma empresa, ou de poucas empresas, ficará meio associado a essa empresa e não poderá nem cassar a autorização dela. Então, um ambiente que propicie o acesso ao espectro a várias empresas, a vários provedores, aos pequenos provedores, para que, no interior, possa prestar o serviço de forma adequada, o serviço móvel também, assim como eles prestam o serviço de banda larga, é muito importante.

A questão do modelo do edital. Como eu comentei, foi uma proposta do Conselheiro Vicente mudar um pouco o edital, porque, por exemplo, nos Estados Unidos, no exterior, o modelo do edital de licitação é um pouco diferente, porque eles não licitam por uma única vez, como aqui, em que se apresenta um preço no edital, abre-se o envelope e o preço está lá. É uma coisa contínua. Eles vão aumentando o valor a ser leiloado, que as empresas vão dando, e também dividem por regiões menores. A gente até questionou a FCC na viagem que foi feita, e eles falaram que fazem isso para justamente atender os pequenos provedores, para que os pequenos provedores tenham mais vez nisso. Então, eles fazem lá como se fosse um conjunto de uma microrregião nossa do IBGE, que é um conjunto de Municípios, mais ou menos; eles licitam por microrregiões, geralmente não licitam nada nacionalmente. Então, é um modelo que pode ser aprimorado pela Anatel se o objetivo da política pública for ter mais provedores, pequenos provedores. Vai depender aí... Cabe à Anatel e ao Ministério das Comunicações definir qual é o objetivo da política pública a ser alcançado.

Acho que a última pergunta que havia é sobre a questão da Huawei, que o senhor comentou... Ah, da latência, se a Anatel pode exigir a latência. A Anatel pode exigir das empresas o que está no compromisso do edital. O compromisso que está no edital é que ela tem que atender para a faixa de 3,5, e somente para essa faixa, as Estações Radiobases, em algumas quantidades, teria que atender com uma Release 16, que traz ali alguns requerimentos de latência. Mas, para as outras faixas, não existe essa obrigação. Aí vai ser uma questão de selo de qualidade, uma questão de imagem da empresa. Mas, pelo edital, não tem como exigir a questão de latência para a faixa de 700, para faixa de 26GHz, para a faixa de 2,3, e mesmo para as ERBs que não são obrigatórias na faixa de 3,5. Existe uma quantidade obrigatória que você tem que atender com Release 16.

E a última questão que eu acho que o senhor comentou, a questão da Huawei. Na verdade, essa questão não chegou para o TCU. Nos documentos encaminhados oficialmente, não foi tratado nenhum aspecto de restrição a qualquer *player*, qualquer fornecedor. Então, os documentos encaminhados não foram na questão da licitação da Anatel, porque a Anatel vai licitar a faixa para as empresas privadas e as empresas vão contratar os fornecedores. Então, não existe nada no edital em relação a isso; o que existe é um regulamento da Anatel sobre segurança cibernética. Acho que, talvez, o Nilo possa falar melhor depois, mas eu acho que não existe nenhum impedimento em relação a país de origem de qualquer fornecedor. E, mesmo na rede privativa, não existe formalmente nada escrito lá sobre restrição a nenhum fornecedor de acordo com a origem do país. Então, na nossa análise, não foi visto esse ponto. Caso isso aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

seja decidido num caso concreto, pode ser que o TCU se debruce sobre esse ponto. Mas, até o momento, isso não foi encaminhado de forma oficial, não está no edital, não está nas normas, não está em lugar nenhum essa questão da restrição a empresas de acordo com a origem do país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Paulo. Obrigado.

Então, só para esclarecer, porque audiências públicas são exatamente para essa função: não existe essa questão de chineses comprarem o espectro brasileiro, essas teorias conspiratórias de que a Huawei vai espionar e que o chinês vai espionar as pessoas.

Essas empresas, corrijam-me se eu estiver errado, são empresas de equipamentos tecnológicos. Então, quem vai comprar o espectro é que vai comprar esses equipamentos e vai escolher da Ericsson – para não dizerem que estou fazendo propaganda de uma só –, da Ericsson, da Siemens ou das americanas – não sei exatamente os nomes –, mas, enfim, das chinesas, de quem tiver tecnologia, seja empresa francesa, seja empresa indiana; vai vender componentes e equipamentos para, justamente, operar o espectro, prover o serviço final aos consumidores finais. E aí não há, como diz o Paulo aqui, nenhum elemento no edital, pelo menos visível aqui para nós – e estamos todos aqui numa função de vigilância –, que direcione, a partir do edital do espectro, para determinada tecnologia. Não é como aquela história do videocassete antigamente, que tinha um padrão tal, o padrão japonês, chinês, americano. Eles vão poder usar livremente o espectro, a avenida de sinal de radiofrequência, e eles vão montar esse processo.

A questão do valor arrecadado no investimento ainda me incomoda um pouco, mas a gente vai ter outras audiências públicas aqui.

Eu queria, se os quatro participantes não tiverem nada a aduzir em relação a essas duas perguntas ou também quiserem aproveitar esses momentos finais, como nós temos uma limitação de tempo, dar a oportunidade de dois minutos para cada um de vocês, meus queridos amigos – agradecendo mais uma vez pela presença, pela ajuda que vocês nos prestam –, para as considerações finais e, eventualmente, alguma coisa que vocês queiram levantar aqui e que a gente possa trazer para a próxima audiência.

Obrigado.

Vou colocar a ordem aqui. Começando pelo Fábio; depois, Rubens, Paulo e Nilo, para fechar.

Fábio, por favor.

O SR. FÁBIO LUIS MENDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, muito obrigado novamente pela oportunidade.

Acredito que o senhor fez todas as considerações. A única questão que eu colocaria em relação a esse posicionamento do senhor é que existe a Instrução Normativa 1.924, do SEI, Ministério das Comunicações, que estabelece que, especificamente para a rede privativa do Governo Federal, as empresas têm que provar que têm uma governança igual à exigida pelas empresas listadas na Bolsa de Valores brasileira. Eventualmente, empresas que não são listadas em bolsa têm alguma dificuldade de fornecer especificamente para essa rede privativa, mas esse é o único questionamento.

Era isso que eu tinha a colocar.

Muito obrigado, Senador. Estou à disposição do senhor, da Comissão, para o que for necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado Fábio.

Rubens, se quiser fazer as suas considerações, por favor, fique à vontade.

O SR. RUBENS CAETANO BARBOSA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Novamente, eu gostaria de agradecer em nome do Ministro Marcos Pontes, do Secretário Paulo Alvim e quero dizer que, sim, é sempre importante pesquisa, desenvolvimento e inovação, quero ressaltar esse ponto. A gente precisa, como o Brasil também, estar ali na vanguarda do desenvolvimento das próximas gerações.

Há alguns outros temas relacionados ao 5G, à comunicação móvel. Eu destaco aqui até o tema de OpenRAN, que vem tratar de um aspecto importantíssimo desse tema de comunicações móveis, que está relacionado à interoperabilidade. Esse tema figura em diversos instrumentos, em diversos atos normativos, até na Instrução Normativa 04, do GSI, e em outros instrumentos da própria Anatel. Essa interoperabilidade é justamente para diminuir a dependência de um único fornecedor, exclusivamente, sobre toda a tecnologia, aquele conjunto de equipamentos de comunicação móvel. Então, são ações de pesquisa e desenvolvimento em que o Brasil também está se engajando. E precisamos nos engajar cada vez mais e juntar todos os instrumentos, todos os atores envolvidos para que a gente possa desenvolver melhor essa tecnologia e desenvolver competência nacional. Eu acho que isso é importantíssimo para que a gente ganhe espaço nas discussões mundiais e também que a gente consiga retratar os nossos aspectos e necessidades primordiais aqui.

Muito obrigado novamente.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado Rubens. Também vamos conversar mais aí, ao longo desse período. É importante essa questão que você levantou, da interoperabilidade, que justamente tem a ver também com essas questões das discussões de marcas e tal. É importante a gente estar atento a isso.

Paulo, se quiser, por favor, dois minutos. (*Pausa.*)

Está desligado o microfone. (*Pausa.*)

Agora sim.

O SR. PAULO SISNANDO RODRIGUES DE ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado. Não estava conseguindo tirar o *mute*, aqui.

Eu gostaria de agradecer, Senador, por participar da Comissão.

Uma preocupação nossa, do TCU, que se alinha muito com a preocupação do senhor, é em relação às contrapartidas, porque, na verdade, os compromissos colocados no edital nada mais são do que subsídios públicos, feitos com recursos públicos a serem arrecadados para a União, para serem usados em outras políticas públicas, e são destinados às empresas para, no nosso entendimento, atender pontos e localidades para onde as empresas não iriam normalmente. Então, a definição pela Anatel e pelo Ministério de Comunicações de quais são os locais e quais são os compromissos tem que ser muito bem feita, muito bem fiscalizada, porque eles têm que ser colocados em pontos onde as empresas não iriam, porque não se pode usar recursos públicos para subsidiar empresas em locais que têm atratividade econômica ou que já estariam no planejamento natural das empresas.

Então, esse é um ponto que a gente sempre persegue. E uma das recomendações que a gente fez justamente nesse sentido é que, caso a empresa – e existe uma lista de localidades e estradas a serem atendidas – já atenda a essa localidade, que seja trocada por outras. É como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o caso de que ontem houve o anúncio: a TIM tem um projeto lá em Minas, chamado Alô, Minas!, com desconto de ICMS, que vai atender várias localidades de Minas, quase todas.

Então, é importante que a Anatel e o Ministério das Comunicações façam sempre esse batimento para verem se alguma localidade que está ali com compromisso já está atendida ou está sendo naturalmente atendida pelo planejamento das empresas.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Paulo.

Exatamente. Nós vamos também atuar nesse sentido. Acho que você colocou bem o conceito. É um "conceito", entre aspas, porque não é subsídio cruzado, mas é um alcance cruzado, uma possibilidade de investimento cruzado ou obrigação de investimento cruzado, que é justamente o que leva, para quem está nos assistindo, à universalização do serviço. É o mesmo conceito que vale para saneamento, para distribuição de energia elétrica, para distribuição de gás natural canalizado. É o mesmo conceito. Apesar de serem comparados com 5G, parece que a gente está falando de uma coisa pré-histórica. Mas é o mesmo conceito: universalizar energia, o atendimento de energia e o atendimento de saneamento.

Então, é para você ver como a gente está longe, como há coisas aí abissais entre o mundo do 5G e a realidade brasileira.

Quando a gente fala em saneamento, é o mesmo processo, é o mesmo pensamento: existem lugares para onde o privado não irá naturalmente. E é natural que faça isso. Ninguém aqui é obrigado a...

Enfim, é dever do Estado exigir isso, cobrar isso, fazer isso valer, afinal, é o Estado brasileiro que concede aquele direito, às vezes até monopolista, monopolista por concessão, porque ali é mais eficiente operar com um do que com vários, para, dentro de um espectro, dentro de uma faixa, seja dentro de uma cidade, seja dentro do alcance de um Estado, no caso da distribuição de gás, é uma obrigação suprir. Ao monopólio instituído corresponde a obrigação de suprir. É diferente daquele monopólio do capitalismo, em que o sonho de consumo de qualquer capitalista é ganhar de todos os concorrentes e eliminá-los todos. Esse, paradoxalmente, é combatido pelos órgãos de defesa da concorrência, ou seja, o cara, quando chega no sucesso total, é decapitado. Mas o monopólio instituído não; a ele corresponde uma obrigação de suprir. E isso é o que nós queremos ver que seja instituído desde o início, porque, do contrário, é aquilo que eu disse: o cara alega: "Ah, mas isso não estava no meu contrato no começo; essa obrigação eu não tinha, não sabia que tinha que fazer isso".

Então, vejam, digo a quem está nos assistindo mais uma vez, a responsabilidade dessas pessoas que estão aqui conosco falando do Ministério, da política setorial, do Ministério das Comunicações, do Ministério da Inovação, da agência reguladora, do TCU, é uma responsabilidade grande, porque você precisa antever praticamente tudo numa tecnologia de que – acho que o Rubens falou – nós não conhecemos todas as potencialidades. Talvez tenhamos até que pensar numa forma de deixar, de fato, lacunas abertas – a gente usa aqui muito a expressão quando legisla: "conforme regulamento", etc., etc. –, para que a gente não tenha, no futuro, a possibilidade de o cara dizer: "Ah, não, isso aí não estava na regra; vocês estão descumprindo a regra". Nós teremos que abrir essas possibilidades.

Certamente, nos Estados Unidos e em outros lugares onde já estão implementadas estas autorizações ou outorgas, isso também deve ser considerado.

Por fim, Nilo, por favor.

O SR. NILO PASQUALI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, eu acho que o senhor foi preciso na questão de compromissos e em como se traduz, num edital, a maneira como a gente constrói essas coisas. As preocupações de todos aqui são as mesmas da agência. A gente tem muita preocupação em sobreposição de compromissos, em evitar que a gente tenha uma duplicação de esforços do Estado, no fim das contas, para fazer a mesma coisa. Isso é um desperdício inexplicável, no fim das contas.

Então, a gente deve, ao máximo, tentar ser preciso nisso. A gente tenta fazer isso constantemente. A gente tem levantamentos periódicos sobre isso. Inclusive, no caso do Alô, Minas!, que o Paulo mencionou, a gente estava em contato com a Secretaria de Estado sobre esse programa exatamente para saber o que ia ser feito lá, para a gente poder tirar essas localidades que vão ser atendidas por esse programa do edital do 5G. Então, isso foi feito. A gente não tem sobreposição do programa deles com o nosso edital, exatamente por causa dessa parceria e dessas conversas.

Infelizmente, o Brasil é muito grande, e a gente não consegue alcançar todos ao mesmo tempo. Por mais que a gente desejasse que fosse assim, às vezes, a gente pode ter uma ou outra falha, e a gente tem que corrigir em momentos específicos essas coisas. Mas podem ter certeza de que é a vontade e é o esforço da Anatel que esse tipo de coisa não aconteça, para a gente otimizar ao máximo os recursos e levar o máximo de conectividade para o Brasil.

Como última palavra, quero só dizer que este leilão é o maior leilão que a Anatel já conduziu. Ele é o maior leilão em compromissos. Então, a gente tem uma expectativa de um *boom* de investimentos no País de conectividade para o interior do País. Como eu mencionei na apresentação, são mais de nove mil localidades espalhadas pelo Brasil, e localidades minúsculas, com dez habitantes, cinco habitantes, pelos levantamentos que o IBGE faz. E a gente colocou o compromisso para atendimento de todas essas localidades.

Esse reconhecimento da necessidade de conectividade para o cidadão brasileiro, isso já é de muito tempo, é uma política pública, é uma discussão, existe na legislação. Então, não há como a Anatel se furtar de levar isso como mais um item de extrema importância quando está construindo um edital. E eu acho que este edital reflete muito bem essa preocupação e essa necessidade toda.

Por fim, agradeço novamente o convite, Senador. Pode ter certeza de que estamos sempre à disposição. Sempre que a Anatel for convidada, nós vamos nos representar, em todas as audiências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado a você, Nilo, a todos os demais, Paulo, Rubens, Fábio. Saibam que também, aqui, têm o apoio para cumprir esta difícil missão que é justamente prever as coisas e escrever, obrigar e, depois, fazer a fiscalização e assegurar a execução destes importantes empreendimentos.

Espero, evidentemente, que a gente inclua, faça incluir e faça valer o compromisso de não criar mais desigualdades com esta tecnologia. Ao contrário, que a gente tente eliminar desigualdades ou pelo menos reduzir desigualdades a partir do acesso universalizado, capilarizado, interiorizado. E aí eu quero dizer também que a questão da barreira não é apenas geográfica, é de mercado, tipo de mercado, tipo de serviço. Não é só uma questão geográfica, embora o próprio estudo da Ericsson, que vocês mencionaram, coloque essas dimensões brasileiras e as diferenças sociais como desafios. Isso é praticamente um recado, para a gente, de fato, ter esse cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente vai se comparar com a Alemanha, por exemplo, é a mesma coisa que essa questão da discussão dos Correios agora. Vamos dizer, correio alemão e correio brasileiro não dá para comparar. E, mesmo lá, a privatização levou anos até que os correios estivessem capazes de fazer... Aliás, o papel dos Correios, se uma revisão, eventualmente, for derrotada aqui, é o que esperamos, essa privatização tresloucada da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos brasileira, talvez possa ser esse de os Correios terem uma função, nesse processo, de estatal de apoio, para essa universalização. É uma coisa que nós vamos também aqui macerar um pouco, com a ajuda de vocês.

De novo, sabemos que temos um papel aqui não só de fazer oposição sistemática, mas de construção conjunta. Então, Ministérios e mesmo quem está aí compondo o Governo, não nos vejam como oposição deletéria. Ao contrário. Temos proposições que podem até fazer com que o Governo volte atrás em algumas propostas a tempo e reveja, por exemplo, o papel da empresa dos Correios neste novo universo aqui do 5G.

Eu queria conferir aqui se há algum Senador ainda que queira fazer uso da palavra.

Tivemos aqui, *online*, a participação dos Senadores: Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Izalci Lucas; Rodrigo Cunha, Presidente desta Comissão, que abriu esta sessão; eu mesmo, Jean Paul Prates; Flávio Arns e Fabiano Contarato.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Obrigado a todos que participaram.

Obrigado a quem nos assistiu de casa, do escritório, ou por aí, pelo Brasil.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e seis minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Plínio Valério, Zequinha Marinho e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 7, de 2021** que: "Requer realização de Audiência Pública para debater o complexo econômico-industrial da saúde no Brasil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 8, de 2021** que: "Requer Audiência Pública para debater a superação da escassez de recursos humanos para a transformação da economia brasileira." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 9, de 2021** que: "Requer Audiência Pública para debater a legislação brasileira sobre patentes." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado com acréscimo do convidado: representante do Ministério da CIência, Tecnologia e inovações - MCTI. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 10, de 2021** que: "Requer audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater o Ensino à Distância e o acesso gratuito à internet." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/09

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data de 9 de agosto de 2021.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada no dia 06/08/2021.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos.

Primeiro, agradeço muito a presença dos nossos Senadores e Senadoras e quero dizer da minha alegria em estar presidindo mais esta reunião. Fizemos belas reuniões aqui. Na última, falamos sobre bioeconomia, um assunto realmente importante, relevante. Falamos de educação profissional e do agronegócio do futuro também, com a presença do nosso querido ex-Ministro Paulinelli, que é uma referência internacional, e do ex-Presidente da Embrapa Maurício. São audiências que visam realmente olhar rapidamente o futuro e preparar os nossos jovens, preparar as nossas empresas, preparar o nosso País para superar e, de fato, entrar na era digital, no século XXI, inclusive na educação, em que é muito relevante isso. Então, agradeço a presença de todos.

Esta Comissão tem este objetivo: audiências, debates, discussões. Então, o que precisamos aprovar aqui hoje são requerimentos de novos debates, de novas audiências. Inclusive hoje participamos – alguns membros aqui participaram também – da reunião na Comissão de Educação, e foi aprovado um requerimento de audiência pública na Comissão de Educação. É uma audiência proposta pelo Senador Paim e, através da solicitação do Senador Esperidião Amin, foi pedido que se fizesse uma audiência em conjunto com a Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ciência e Tecnologia e também com a própria Comissão Senado do Futuro para discutir a questão do ensino a distância e do acesso gratuito à internet. São matérias relevantes que envolvem essas Comissões. Portanto, nós vamos também ler daqui a pouco os requerimentos para aprovar todos os requerimentos, inclusive esse.

Os requerimentos. Vou fazer a leitura de todos os requerimentos, e aí a gente discute cada um deles.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 7, DE 2021

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para debater o complexo econômico-industrial da saúde no Brasil.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o complexo econômico-industrial da saúde. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Reginaldo Braga Arcuri, Presidente Executivo do Grupo FarmaBrasil; o Sr. Carlos Augusto Grabois Gadelha, Pesquisador da Fiocruz; o Sr. Luís Lamb, Secretário de Inovação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Justificativa deste requerimento: a produção de insumos para atender às demandas da área da saúde tem importância destacada entre as cadeias industriais para um país.

No caso do Brasil, entre outros fatores estratégicos, atende aos requisitos de assegurar autonomia para fornecimento ao SUS e ao mercado interno mesmo em momentos de escassez, como ocorre na emergência da pandemia de covid-19; fortalecer a balança comercial brasileira, reduzindo gastos com importação e permitindo o aumento da exportação de produtos industrializados; e constituir um enorme espaço para desenvolvimento tecnológico e inovação, em cooperação com a forte base técnico-científica brasileira.

Então, o requerimento visa exatamente debater esse assunto.

Nós estamos acompanhando aí na CPI da Covid a falta de controle, a falta de botar o controle digital aí; o GovTech é um sistema único que precisa muito entrar na era digital. A questão das importações. Nós estamos importando mais de 40 bilhões, afetando diretamente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

balança comercial. O Brasil tem todas as condições de produzir insumos, material de alta tecnologia, mas precisa contar com o poder de compra do Estado. E nós temos aí muitas empresas que têm condição de desenvolver e produzir. A nossa própria indústria precisa do poder de compra do Estado para poder se desenvolver.

Então, o requerimento tem esse objetivo. É o Requerimento nº 7.

O Requerimento nº 8, também baseado nos mesmos artigos da Constituição e do Regimento Interno, tem objetivo de debater a superação da escassez de recursos humanos para a transformação da economia brasileira.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 8, DE 2021

- Não terminativo -

Requer Audiência Pública para debater a superação da escassez de recursos humanos para a transformação da economia brasileira.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Propõe, então, para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Sergio Piza, Diretor de Gente, Comunicação e TI da Klabin; o Sr. Heitor Mello Peixoto, fundador da Eyesonfuture, empresa de gestão de talentos; o Sr. Paulo Passaro, consultor sênior da Korn Ferry, consultoria organizacional internacional; a Sra. Dalva Moreira, Diretora de Recursos Humanos da International Flavors & Fragrances.

É também objetivo desse requerimento discutir esse desafio da digitalização, da inovação, do preparo profissional, da escassez de recursos humanos, como a gente tem colocado.

Nessa reunião mesmo da inovação, de ciência, tecnologia e pesquisa, a gente está vendo aí: metade dos nossos pesquisadores já estão em idade de aposentar. Nós já temos aí um déficit muito alto de recursos humanos nos institutos de pesquisa do Brasil como um todo. Então, a gente não pode deixar ninguém... Não tem pesquisador na prateleira para você contratar na hora. Você tem que ter transição, anos e anos de transição, porque essa experiência é valiosa. Não dá para você simplesmente, daqui a pouco, quando todo mundo aposentar, abrir um concurso para pesquisador. Não é assim que funciona. Da mesma forma, nessa área de tecnologia e inovação que a gente precisa discutir isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o objetivo do Requerimento nº 8, também de minha autoria, é para debater esses temas de suma importância.

O Requerimento nº 9, da mesma forma, é baseado nos mesmos artigos da Constituição e do Regimento e também de minha autoria. O objetivo da audiência pública é debater a legislação brasileira sobre patentes, seus benefícios e seu aprimoramento.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 9, DE 2021

- Não terminativo -

Requer Audiência Pública para debater a legislação brasileira sobre patentes.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Então, a gente está propondo aqui, no caso da patente: o Sr. Rogério Cerqueira Leite, Professor Emérito da Unicamp; o Sr. Paulo Bastos Tigre, Professor da UFRJ; o Sr. Sérgio Queiroz, Professor da Unicamp.

Essa matéria eu posso garantir a V. Exas. que, como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, nós conseguimos fazer grandes mudanças no marco regulatório de ciência e tecnologia, na inovação da Constituição, mas um tema que ficou em aberto e a gente não conseguiu avançar muito foi exatamente a legislação na área de patentes, e a gente precisa resolver isso. Inclusive, já temos algumas propostas em andamento de mudança na legislação, porque realmente não tem sentido. O Brasil é hoje o 13º país em artigos científicos, mas o que interessa é transformar esse conhecimento em patentes, em emprego, renda. E a gente precisa modificar muita a legislação para aperfeiçoar esse aspecto das patentes.

Se alguém tiver depois alguma sugestão para convidar mais alguém, a gente pode, depois, adicionar, mas a proposta são esses dois professores da Unicamp e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Eu, particularmente, vou convidar ainda, para esta audiência, o nosso representante também nessa área de ciência e tecnologia. Não sei quem é que está lá na Presidência da instituição, mas eu vou... Já pediria a autorização dos Senadores e Senadoras para incluir aqui também, porque eu esqueci de colocar no requerimento, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Requerimento nº 10 – que eu falei há pouco – também baseado na constituição do Regimento, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Ela já aprovou na reunião da Comissão hoje, às 14h, esse requerimento, mas foi sugerido que fizéssemos em conjunto, a Comissão Senado do Futuro com a Comissão de Ciência, Tecnologia e a Comissão de Educação.

Portanto, a proposta é aprovar aqui na Comissão também para que a gente possa, junto com a Comissão de Educação e a de Ciência e Tecnologia, fazer, então, essa audiência pública que tem como objetivo debater o ensino à distância e o acesso gratuito à internet. Então, são esses os requerimentos.

Coloco, então, em discussão os requerimentos.

Se alguém quiser fazer alguma discussão, mas, não havendo quem queira discutir esses requerimentos, eu coloco em votação em bloco.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão na aprovação dos Requerimentos nº 7, nº 8, nº 9 e nº 10. O nº 10 vai ser em conjunto com a Comissão de Educação e a de Ciência e Tecnologia e os demais pela Comissão Senado do Futuro.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

A Comissão, então, aprova os Requerimentos 7, 8, 9 e 10 colocados na pauta.

Eu queria, também, aproveitar esta reunião, pois fiz uma colocação hoje, a pedido, inclusive, da Mara Gabrilli, que também fiz na Comissão de Educação, principalmente, mas também, depois, na de Direitos Humanos, para que nós discutíssemos essa questão das Comissões na segunda-feira.

Já tive conversa com alguns Senadores, grande parte deles acha que a segunda-feira é um dia importante para o planejamento da semana. Não há tradição de reuniões de Comissões na segunda-feira.

Há a CDR, com o Senador Collor, que sempre faz o debate, a gente também, na segunda-feira, mas, na Comissão de Educação a gente precisa de ter 15 Parlamentares para aprovar requerimentos de mérito. Não é o caso daqui, porque aqui a gente tem mais mesmo é o debate, são requerimentos, mas, nas Comissões maiores, que precisam de uma presença maior, segunda-feira é um dia muito ruim. E, normalmente, segunda-feira é destinada também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às audiências públicas de temas que precisam ser discutidos no Plenário. Então, é uma discussão que nós vamos fazer na próxima reunião de Líderes para a gente rever essa questão das Comissões.

Quero, mais uma vez, apelar para os nossos Senadores e Senadoras, fiz esse apelo hoje nas Comissões de que participei, sobre a questão da banda larga na Medida Provisória 1.060. Só para lembrá-los que nós aprovamos no Plenário do Senado, por unanimidade, o projeto que destina parte do Fust, 3,5 bilhões, para banda larga nas escolas. Foi aprovado por unanimidade, porque é o óbvio, e sabedoria é reconhecer o óbvio, porque uma das prioridades hoje, como a comida, é a internet nas escolas. Aprovamos no Senado por unanimidade, aprovamos na Câmara, foi vetado, o Congresso derrubou o veto, nós derrubamos o veto, a lei foi, então, aprovada, e agora vem uma medida provisória modificando a lei e não colocando a internet banda larga nas escolas com esses recursos do Fust agora, de acordo com a lei aprovada.

Então, fiz uma questão de ordem, pedi ao Presidente da Casa que devolvesse essa medida provisória e estou fazendo um apelo a todos Senadores para que conversem também com o Presidente do Senado, como eu já fiz a questão de ordem e ele ficou de estudar, para que devolva essa medida. Não tem sentido, não tem lógica a gente deixar uma matéria que já foi discutida este ano – a lei é de 2021. Senão, tudo o que a gente aprovar aqui daqui para a frente não será respeitado, virá imediatamente uma outra medida mudando tudo aquilo que nós aprovarmos aqui.

Então, lembrando: foi aprovado no Senado, na Câmara, foi vetado, foi derrubado o veto pelo Congresso, e agora vem uma medida tratando do mesmo assunto. Então, quem puder aí reforçar com o Presidente, é um apelo que faço, porque internet nas escolas é fundamental.

Bem, quero agradecer mais uma vez. Aprovados os requerimentos e nada mais havendo a tratar, então, eu vou declarar já encerrada a presente reunião.

Boa noite a todos e até amanhã

(*Iniciada às 18 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus e Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater o tema "O complexo econômico-industrial da saúde", conforme Req 7/2021 - CSF. **Participantes:** Sr. Reginaldo Braga Arcuri, Presidente Executivo do Grupo FarmaBrasil; Sr. Luis Lamb, Secretário de Inovação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul; e Carlos Augusto Grabois Gadelha, Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antônio Ivo de Carvalho. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data de 20 de agosto de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "O complexo econômico-industrial da saúde".

Foram convidados a participar: Reginaldo Braga Arcuri, Presidente Executivo do Grupo FarmaBrasil; Luís Lamb, Secretário de Inovação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul; e Carlos Augusto Grabois Gadelha, Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho.

Bem, nós temos feito, praticamente todas as semanas, reuniões aqui na Comissão Senado do Futuro exatamente para a gente poder pensar o Brasil pós-covid e, mesmo durante essa pandemia, o que é possível fazer numa nova visão de uma educação de qualidade, voltada aí para a educação profissional, que está começando agora a ser implantada no Brasil em função da reforma do ensino médio, cuja Comissão eu tive o privilégio de presidir. Da mesma forma, o avanço que tivemos agora – e que está em fase final de completarem, pelo menos – na garantia dos recursos da ciência e tecnologia através do FNDCT. A gente tem discutido muito a questão do agro do futuro. Então, é uma Comissão importante. Nós estamos sentindo agora, na pandemia, a falta que fez investimento na indústria brasileira. Perdemos, talvez em função do custo Brasil e da mão de obra barata no exterior, a capacidade de produção – está aí o exemplo do IFA, dos medicamentos e também dos equipamentos farmacêuticos. Então, a gente está muito dependente. E o Brasil tem todo o potencial para desenvolver tudo isso.

Então, é uma honra muito grande recebê-los nesta Comissão.

Esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, ou no senado.leg.br, ou também pelo 0800-612211. Então, você que está nos assistindo pode mandar aí suas perguntas, suas observações. E agradeço aí aos internautas, às pessoas também que acompanham aí pelo portal e-Cidadania e pelo senado.leg.br.

Na exposição inicial, os convidados usarão a palavra por até 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar as suas considerações finais por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou passar, imediatamente – depois a gente fala um pouco dos currículos –, já a palavra ao nosso querido Reginaldo Braga Arcuri, Presidente Executivo do Grupo FarmaBrasil, para suas considerações.

Se for utilizar a apresentação é só preparar aí, viu, Andréia?

Com a palavra, Reginaldo.

O SR. REGINALDO BRAGA ARCURI (Para expor.) – Bom dia, Senador; bom dia, Secretário Luís; bom dia, Dr. Gadelha.

Primeiro, quero fazer o elogio do exercício do mandato que o senhor tem feito, Senador, porque, se há algo que marcou positivamente para a ciência e a inovação no Brasil, foi o trabalho que o senhor fez de liberação definitiva dos recursos do FNDCT. Se o Brasil realmente precisa que alguma coisa tenha constância, é o fluxo de recursos públicos para o desenvolvimento estrutural da ciência no Brasil. Isso é condição também para que se possa ter continuidade de políticas, que têm que ser cada vez mais políticas de Estado, e não apenas políticas de governo.

Também, se o senhor me permite, Senador, quero fazer aqui o elogio do trabalho de uma vida inteira que tem feito o Dr. Gadelha, não só como especialista da área, mas uma pessoa que construiu coisas essenciais para o desenvolvimento da indústria farmacêutica inovadora no Brasil. Ele não só elaborou o conceito do complexo industrial da saúde, mas também foi quem implementou as decisões do então Ministro Temporão e do Ministro Padilha, para que nós tenhamos hoje a produção de biotecnológicos, de anticorpos monoclonais no Brasil, através do programa das parcerias para o desenvolvimento produtivo. E também o elogio ao Governo do Rio Grande do Sul, na pessoa do Secretário Luís, que tem feito um trabalho excepcional de recuperação do Estado, exatamente para criar essas precondições de transformação estrutural.

Eu vou aproveitar aqui esse início para fazer uma rápida consideração com base em algumas informações que nós fomos compilando ao longo do tempo. O Grupo FarmaBrasil é um grupo que reúne empresas brasileiras – todas de capital e controle nacional – que têm foco na inovação. São algumas das maiores empresas brasileiras, grandes fabricantes de medicamentos, genéricos, similares, algumas delas inclusive com produção verticalizada, ou seja, fabricando os próprios IFAs; trabalham também com o desenvolvimento de uso da biodiversidade brasileira para produção de medicamentos e de fitoterápicos; enfim, cobrem todos os aspectos da produção de medicamentos. E isso é uma coisa fundamental para o País porque, como nós vimos agora, um país do tamanho do Brasil, com uma população de mais de 210 milhões de habitantes, não pode prescindir de ter, instalada no Brasil, uma indústria farmacêutica – e uma indústria farmacêutica capaz de produzir o que é necessário, digamos, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portfólio mais consolidado, mas também capaz de inovar. Esse é um desafio que foi respondido agora, mas virão outros, e também terão que ser capacitados para serem atendidas as necessidades da população brasileira.

E aí um pouco de números essenciais. Quer dizer, o Brasil é um grande mercado, por essas circunstâncias, mesmo considerando no mundo, e é um mercado que cresce muito, inclusive porque, como nós temos o Sistema Único de Saúde, por garantia constitucional, cada vez mais o acesso da população a medicamentos é ampliado, tanto pela busca de você estar sempre, por meio da concorrência, reduzindo preço, mas também pela capacidade que o Estado brasileiro tem de suprir gratuitamente aquilo que são as necessidades dos pacientes brasileiros.

E eu acho que é muito importante – a gente pode ver nessa parte de baixo aqui desse eslaide – que, cada vez mais, são as empresas brasileiras de capital nacional, as do Grupo FarmaBrasil e algumas que ainda não estão no Grupo FarmaBrasil, que ocupam esse mercado. Tem sido um fenômeno estrutural o fato de que as empresas multinacionais, cada vez mais, concentram a sua produção em medicamentos de tecnologia mais avançada, com proteção patentária, e concentram também a produção desses medicamentos fundamentalmente nos seus sítios industriais, onde elas têm a sua sede ou têm um conjunto de, enfim, decisões negociais mais constantes.

E as brasileiras têm ocupado cada vez mais esse espaço. Então, hoje, mais de 60% dessas empresas são, das que estão suprindo o nosso mercado, de capital nacional e a gente já tem mais de 70% do mercado suprido – e, aí, incluindo as nacionais e as de capital internacional – por produção no Brasil. Então, de novo, isso é uma coisa extremamente relevante.

E me permita, Senador, só mencionar que nós tivemos agora – infelizmente ainda está no extremo –, no desafio de enfrentamento da covid, não apenas a questão de ter as vacinas – e eu acho que a Fiocruz, por exemplo, tem sido decisiva, assim como o Butantan, em fornecer essa, aspas, "arma fundamental" –, mas também foi necessário tratar os brasileiros que, infelizmente, tiveram que ser internados. E, aí, esse tipo de medicamento foi produzido fundamentalmente pelas empresas brasileiras de capital nacional, como, por exemplo, o *kit* intubação. Embora tenha havido divulgação de alguns problemas de coordenação entre a demanda e o fornecimento, o mercado esteve sempre suprido pelas empresas brasileiras fundamentalmente. Houve também um grande esforço das produtoras internacionais de trazer de outros mercados para cá, o que foi necessário para complementar isso, mas a base produtiva estava aqui no Território nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí o que nós vemos é que, se esses números são muito positivos, nós temos ainda um problema muito estrutural que esse dado aqui da balança comercial de medicamentos nos demonstra. E é muito interessante... Se a gente pega aqui o ano de 2004, a gente começa a ver, a partir daí, os esforços extremamente positivos do Ministério da Saúde na época, com a operacionalização mais avançada da Conitec e com a incorporação de medicamentos, fundamentalmente os anticorpos monoclonais, que são medicamentos vitais no tratamento muito avançado para doenças que são características de uma população que envelhece, como é o caso da brasileira, e que são, enfim, em noventa e tantos por cento dos casos, adquiridos pelo setor público para a distribuição hospitalar na rede pública.

Isso mostra que um país como o Brasil tem que produzir mais aqui e tem que produzir aqui os medicamentos não só de ótima síntese clínica, repito, de portfólio já consolidado, mas tem que produzir aquilo que a população brasileira demanda, que é sempre o melhor tratamento, o tratamento mais eficaz. E esse é um processo de desenvolvimento no mundo inteiro que não se interrompe e nem vai se interromper, porque, aliás, é muito positivo.

Então, o que a gente vê é que há um espaço enorme para a ampliação daquilo que nós já temos no Brasil, e aqui eu queria de novo citar o trabalho feito pelo Dr. Gadelha no Ministério da Saúde, consolidando isso, que é a melhor experiência que nós temos de fazer uma política de desenvolvimento – pode-se chamar de política industrial, há aí idiossincrasias em relação a esses nomes –, mas que fazem... No Brasil, há essa política das PDPs, que é o que o resto do mundo faz. Os Estados Unidos são o país que mais usa isso, quer dizer, você coordenar as necessidades do país, principalmente da área pública, com o uso do poder de compra do Estado.

Então, o grupo FarmaBrasil tem sempre se preocupado – e temos tido um diálogo muito importante com o Senador Izalci sobre isso – em não apenas apresentar problemas, mas, ao contrário, a nossa postura tem sido sempre a de articular com o setor público a construção de políticas que sejam políticas de longa duração, sejam políticas de Estado. E o que é realmente um grande diferencial da indústria farmacêutica brasileira é que nós temos empresários que aceitaram esse desafio, foram chamados pelo Governo para participar desses programas e, mesmo com todas as turbulências dos últimos tempos, mantiveram seus investimentos. E hoje nós temos, enfim, só do grupo FarmaBrasil, cinco fábricas absolutamente novas sendo construídas, além das que foram construídas nos últimos cinco anos.

Por isso, já caminhando para concluir essa primeira intervenção, é que nós consideramos – e isso é parte do nosso diálogo com o Senador Izalci – que precisamos que haja um marco legal mais amplo do que existe agora – ou seja, haver alguma lei pelo menos –, que estabeleça a indústria farmacêutica e o complexo industrial da saúde, para ser mais abrangente, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte da estratégia nacional de desenvolvimento, como parte inclusive dos mecanismos de segurança sanitária do País, porque – e aí de novo nós estamos infelizmente vivendo esse exemplo – o País não pode ficar – o Senador mencionou isso no início – temerário, como nós estivemos no início da pandemia. Nós temos que ter uma visão de longo prazo e saber equilibrar as questões. É claro que o Brasil não pretende e nem poderia pretender ter um desenvolvimento do complexo industrial da saúde autóctone, porque o conhecimento em si é partilhado pela humanidade inteira, e, nesse caso, o mundo desenvolve em conjunto essas coisas, mas você tem que ter uma base de cientistas e de empresas no país.

Por isso, as nossas propostas têm sido sempre nesta linha, quer dizer, o mecanismo básico seria nós aperfeiçoarmos o uso do poder de compra do Estado na área pública; termos uma regulação focada na inovação – e isso significa que a Anvisa precisa ter, como um norte constante da sua ação, a inovação, para que a gente possa minimizar essa vulnerabilidade, que ficou patente no sistema de saúde brasileira; que esse complexo industrial da saúde realmente cumpra o seu objetivo maior que é ser um motor extremamente importante para o desenvolvimento nacional. A gente costuma dizer que a indústria farmacêutica ou mesmo a indústria de equipamentos pode ser uma nova Embraer brasileira. Nós já estamos a meio caminho disso. E, fundamentalmente, é necessário dar segurança jurídica e previsibilidade aos investimentos privados. Então, isso é um conjunto que se articula para que a gente possa ter um desenvolvimento efetivo disso, cumprindo estes objetivos: ampliar o acesso à população a medicamentos e contribuir para o desenvolvimento econômico do País e para um salto tecnológico.

Por isso, eu não vou me estender muito, mas, apenas para dar uma ideia, nós construímos um conjunto de diretrizes e ações que traduzem o que concretamente nós esperamos. Cada uma dessas ações está detalhada – isso foi tudo apresentado já ao Congresso e ao Governo: algumas coisas têm andado; outras, nem tanto –, e estamos capacitados para fazer – e apenas à guisa de exemplo – um debate detalhado no nível de se estabelecer o que, com quem, para que e quando, o que achamos que é uma contribuição relevante para que o debate sobre isso não fique apenas circunloquial, em torno de conceitos ou de expectativas, mas possa descer a um nível de concretude muito grande.

Então, Senador, querendo basicamente poder ouvir os nossos outros debatedores, que certamente, para nós do Grupo FarmaBrasil, trarão lides muito importantes, e, de novo, ressaltando e agradecendo o seu trabalho no Senado, nós ficamos à disposição para o debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Reginaldo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reginaldo Braga Arcuri é graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e possui especialização em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense.

Atualmente, é Presidente Executivo do Grupo FarmaBrasil, associação formada pelas empresas farmacêuticas: Achè, Althaia, Biolab, Bionovis, Biomm, Blanver, Cristália, EMS, Eurofarma, Hebron, Libbs, ReceptaBio, todas de capital e controle nacional, com foco na pesquisa e desenvolvimento de medicamentos de qualidade e inovadores; Presidente da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB); Vice-Presidente do Conselho do Movimento Brasil Competitivo (MBC).

Também é titular do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. É membro da Diretoria da CNI; do Conselho Temático de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico (Copin), da CNI; do Fórum Nacional da Indústria (FNI), da CNI; do Comitê de Líderes pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI); e também do Conselho Temático da Indústria de Defesa (Condefesa), da CNI.

Exerceu a Presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Também integrou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES). Foi Secretário Nacional de Desenvolvimento da Produção no MDIC; Secretário de Estado da Indústria de Minas Gerais; Presidente da Cohab; Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado (Indi); e Diretor da Secretaria do Mercosul.

Passo imediatamente a palavra, então, ao nosso querido Luís Lamb, que é Secretário de Inovação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul.

Aproveito para falar também que o Luís Lamb é Secretário de Inovação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul. Formado em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem mestrado em Computação pela mesma instituição e PhD pelo Imperial College London.

Antes de assumir a secretaria, foi Pró-Reitor de Pesquisa e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; também coordenou o Comitê Gestor da Aliança para Inovação, da Universidade Federal com a PUC do Rio Grande do Sul e a Unisinos.

Nascido em Porto Alegre, foi um dos agraciados com o Prêmio Pesquisador Gaúcho 2018, na categoria de Pesquisador Destaque na área de Computação.

Com a palavra, então, Luís Lamb.

O SR. LUÍS LAMB (Para expor.) – Bom dia, Senador Izalci. Eu gostaria de cumprimentar o senhor pelo trabalho que tem realizado em prol da ciência, tecnologia e inovação no nosso País; tem sido fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar também os convidados – o Dr. Reginaldo e o Dr. Carlos Gadelha – pela referência que são em ciência, tecnologia e inovação.

Eu trago aqui, Senador, uma experiência em que nós estamos trabalhando no Estado do Rio Grande do Sul e também uma visão global de por que esse setor é fundamental para o nosso crescimento. Nós veremos que, no centro deste desenvolvimento, está o foco justamente no investimento em inovação e tecnologia, que, na verdade, hoje em dia, se traduz em investimento no conhecimento das pessoas que possam transformar a nossa realidade.

Daí essa imagem inicial da Escola de Atenas, dos pensadores, filósofos. Isso tem a ver, Senador – o senhor, que tanto apoia o setor de ciência, tecnologia e inovação, a economia do conhecimento, por todas as suas iniciativas, todos os seus trabalhos, toda a sua defesa do conhecimento, da economia do conhecimento –, porque o ser humano aqui passa a ser central. Nós, que viemos do mundo tecnológico, muitas vezes as pessoas nos associam – não é, Reginaldo? Não é, Gadelha? – a pessoas que desenvolvem dispositivos, mas na verdade o que a gente faz é transformar conhecimento em tecnologia, inovação e riqueza. Esse é o nosso trabalho.

Bem, o senhor já me apresentou: sou professor universitário e trabalho de fato com tecnologia e inteligência artificial há bastante tempo.

Neste mundo... Achei muito interessante o que foi comentado aqui pelo Reginaldo e também pelo Gadelha, Senador, quanto ao papel que tem o conhecimento da saúde, a área de saúde, principalmente para nós nos darmos conta dessa crise global, dos desafios que temos e também das gigantescas oportunidades que o Brasil tem. E a saúde trabalha também com conhecimento, com dados, é isso que nós fazemos.

Essa reportagem antiga já se tornou uma espécie de lema do século XXI, dizer que os dados são o novo petróleo, ou seja, eu vou além disso, o conhecimento na verdade sempre foi o mais relevante na economia. O conhecimento é o novo petróleo. Isso fica também demonstrado aqui, Senador. Então, se a gente for olhar as grandes empresas, corporações do mercado, enfim, da economia internacional, nós temos as empresas, as corporações da economia do conhecimento como aquelas que mais têm valor hoje em dia. São empresas cujo capital é eminentemente intelectual. Não são depósitos, não são patrimônios naturais; são patrimônios intelectuais. E isso que nós temos que trabalhar aqui no nosso País.

Também vemos um investimento muito agressivo na economia do conhecimento. E, quando eu acompanho... Nós trabalhamos na defesa de mecanismos, como o FNDCT, que são mecanismos extremamente importantes para a economia brasileira. A gente tem que defender o FNDCT também, como tem sido feito pelo senhor e por todas as lideranças nacionais, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um mecanismo de desenvolvimento econômico, desenvolvimento da inovação, desenvolvimento do nosso País. Quando a gente compara com os investimentos que são feitos mundo afora, a gente percebe que a gente poderia investir ainda mais em relação a um fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico de apoio à inovação, de apoio na verdade ao crescimento econômico. Isso tem que ser compreendido.

E, quando nós analisamos também os grandes cenários – por exemplo, o Governo americano, outros Governos são muito bons em fazer esse planejamento de cenários futuros –, nós temos que colocar essas previsões no nosso planejamento, tendo em vista possíveis cenários, possíveis consequências, possíveis acontecimentos globais e como aquilo que nós fazemos hoje vai se refletir ali na frente em dez ou vinte anos, que é um tempo que passa relativamente rápido. E o Governo americano impõe, através do seu Conselho Nacional de Inteligência, alguns cenários para 2040, em que a incerteza é algo muito presente. E essa questão de alguns cenários do mundo à deriva, de uma competição e de uma coexistência competitiva de grupos e países separados em silos e a influência das tragédias, das mobilizações, tudo tem a ver com a nossa capacidade de gerar conhecimento, de gerar tecnologias de saúde, de gerar produtos, insumos aqui no nosso País.

Como foi muito bem colocado pelo Reginaldo, nós temos uma capacidade e também um patrimônio intelectual representados por universidades, representados aqui pela Fiocruz também, que podem, sim, ser um patrimônio, ser um *asset* fundamental nesse desenvolvimento do setor.

E nós percebemos cada vez mais que as tecnologias tendem a ser convergentes. Nós não podemos pensar em tecnologias estanques, que têm finalidades apenas específicas, com que algum específico setor terá um impacto positivo apenas de forma isolada, mas o que a gente percebe é que, neste mundo hiperconectado através da comunicação, através das tecnologias pervasivas e verticais, como inteligência artificial, surgimento de novos materiais que são fundamentais na indústria de saúde, a computação avançada, todas essas tecnologias têm um papel fundamental aqui no nosso setor de ciência, tecnologia e inovação e, particularmente, na área de saúde, porque é um setor que afeta todas as pessoas, os milhões de brasileiros, mais de 212 milhões de brasileiros.

Quando nós pensamos no impacto global setorial dessas tecnologias, áreas como inteligência artificial têm um impacto multitrilionário. Mas o que que isso tem a ver com saúde? Tem tudo a ver. Nós vimos, recentemente, toda a parte de análise de dados, toda a questão de projeções, desenvolvimento de drogas, desenvolvimento de medicamentos, o quanto a análise de dados e os modelos baseados em computação são fundamentais para o setor de saúde. O próprio trabalho que foi feito, o esforço global nas vacinações, não teria sido possível sem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade de tecnologia da análise de dados que temos hoje em dia, por exemplo, e muito virá pela frente – espero dar umas pinceladas sobre isso.

Outra questão em que o Brasil tem um posicionamento que eu diria estratégico, muito bom, em termos de posicionamento atual é a questão da nova economia, a economia sustentável. Já se fala em várias questões de *net zero*, de emissões zero para 2050. O Brasil tem uma matriz energética, basicamente, das mais limpas do mundo ocidental, se não for a mais limpa. E todo esse posicionamento estratégico e tecnológico vai fazer uma enorme diferença ao longo do século XXI, ao longo das próximas décadas.

Então, quando nós pensamos em qualquer ecossistema, qualquer setor da economia, nós temos que aproveitar também esse posicionamento geopolítico que o Brasil tem, que é, sim, vantajoso no cenário internacional. E, quando se pensa, quando se avalia a inovação, novamente, o que a gente traz aqui – e o Índice Global de Inovação é muito olhado na NDC, Reginaldo, é muito olhado em todos os comitês de inteligência estratégica da Fiocruz, e o Gadelha participa de inúmeras iniciativas nesse sentido –, o que a gente percebe na inovação é que, hoje em dia, na economia moderna, um dos fatores essenciais é nós termos instituições sólidas, evidentemente, mas o capital humano, a pesquisa, os *outputs*, quer dizer, os produtos do conhecimento e da tecnologia e os produtos criativos são fatores que têm uma influência direta no desenvolvimento dos países, e isso é refletido nesses índices de inovação, e os índices de inovação hoje em dia estão refletindo as economias mais avançadas. Então, esse é um ponto em que a gente deve prestar muita atenção.

Todo esse trabalho de capital humano e de pesquisa que as... (*Falha no áudio.*)

Perdão. Então, aqui é a tecnologia sendo muito inteligente. Perdão. O Apple aqui, Senador, está sendo mais inteligente do que o usuário, então ele tentou intervir na minha apresentação.

Continuando aqui, a questão dos índices de inovação reflete a inteligência organizada nos países e o índice de inovação é visto com muita relevância hoje porque os países mais inovadores são aqueles mais desenvolvidos, e a inovação está concentrada no capital humano. A indústria da saúde é uma indústria essencialmente de capital humano em pesquisa. Essa é a essencialidade da indústria, do complexo industrial da saúde, pela evolução que a gente percebe da saúde global, da saúde pública e dos desafios.

Então, todas essas questões são vinculadas, as habilidades do futuro têm tudo a ver, não há estudo sobre inovação que não fale também nas habilidades necessárias para nós termos uma indústria de inovação, nós termos um ecossistema de inovação, nós termos um país inovador. Essa capacidade, isso tem que ser trabalhado, sem dúvida, num sistema vertical de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alta qualidade de ensino e pesquisa, iniciando nas escolas até os centros de pesquisa das empresas.

Em suma, para lidar com esse caminho, lidar com esse desafio da ciência e tecnologia, da economia moderna, nós precisamos de uma estratégia. E, se nós não temos estratégia, como dizia o Lewis Carrol em *Alice no País das Maravilhas*, se a gente não sabe para onde está indo, a gente pode pegar qualquer estrada, qualquer caminho, mas não é isso que nós queremos. Nós já temos pontos, nós já temos estudos e temos planejamento que mostram que é, sim, possível fazer mudanças significativas a partir de um planejamento voltado para as necessidades, voltado para os cenários do século XXI.

Só vou ilustrar um pouco o exemplo do Estado do Rio Grande do Sul, cuja experiência a gente traz aqui como Secretário. A ideia é justamente colocar o conhecimento em prol do desenvolvimento. O Rio Grande do Sul tem em torno de 5% da população brasileira, 6% do PIB e 12% da produção científica.

E como colocar a inovação para gerar valor? É isso que nós queremos, por exemplo, na cadeia de saúde; nós queremos no agronegócio brasileiro, que é pujante; nós queremos na indústria nacional. Enfim, nós queremos que, no Brasil, a nossa economia tenha, cada vez mais, um componente de agregação de conhecimento, que antigamente nós falávamos ser uma economia *high-tech*, que, na verdade, é uma economia cada vez mais baseada no conhecimento para que geremos valor e tenhamos melhor qualidade de vida para as pessoas.

Então, para a gente ter uma estratégia de desenvolvimento regional, no caso do Rio Grande do Sul, e uma estratégia nacional de desenvolvimento... No caso do Rio Grande do Sul, nós temos programas que foram planejados com metodologia a partir de 2019, quando nós assumimos a Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do Estado, e nós temos um grande programa chamado Inova RS, que é um dos maiores programas de inovação regional que nós conhecemos. E nós temos programas que dão suporte a esse programa de inovação do Estado, entre eles eu vou descrever o programa de Tecnologias Portadoras de Futuro, porque tem relação com o setor de saúde, em particular, além do programa de *Startup Lab*.

Então, esse programa Inova RS visa incluir o Rio Grande do Sul no mapa global da inovação através de uma articulação do modelo quádrupla hélice e da metodologia de especialização inteligente – *smart specialisation* da União Europeia. Esse modelo visa, principalmente, transformar o desenvolvimento das diversas regiões no Estado do Rio Grande do Sul através da inovação, ou seja, a inovação é utilizada como estratégia de desenvolvimento local, desenvolvimento das cidades e das regiões em nosso Estado. Isso pode ser transposto também para o nosso País, pode ser extrapolado para várias regiões, porque é uma metodologia que foi adaptada aqui e foi utilizada por diversos países da União Europeia para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reduzir as disparidades regionais em termos de desenvolvimento. E o que se faz aqui é uma orquestração de vários atores: academia, empresários, empreendedores, lideranças regionais, Governo municipal, lideranças da sociedade. A partir dessa articulação, nós desenvolvemos, então, projetos que colocam a inovação no centro da estratégia de desenvolvimento.

Esse projeto, esse programa, na verdade, de desenvolvimento do Estado baseado na inovação tem alguns princípios, alguns valores. Tem que ser um programa transversal, tem que conectar muitos setores, muitas pessoas, muitas lideranças e também organizações da sociedade, como a gente comentou – academia, empresas, governos locais, prefeituras, associações comercias e industrias, Senai, Senac, enfim, lideranças que trabalham no desenvolvimento das regiões. O programa tem uma estratégia colaborativa de cocriação, orquestrada pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia, e deve incluir diversos setores. E também precisou de um componente que nós consideramos fundamental, que é audácia para nós mudarmos a partir dos potenciais regionais, a partir da capacidade de empreendedorismo e inovação que nós temos no Brasil

Nós fizemos, então, ao longo de 2019, essa orquestração, esse trabalho em eventos nas oito regiões do Estado, com centenas de participantes, para desenhar inicialmente a metodologia desse programa de inovação. E, só para dar uma ideia, nós envolvemos mais de 180 cidades, mais de 600 pessoas diretamente envolvidas inicialmente, em 2020 – esse número, hoje em dia, já é bem maior –, apoiamos o desenvolvimento das ideias, do planejamento, dos desafios das cidades e das regiões do Estado e formamos, então, oito ecossistemas regionais de inovação implantados em oito regiões do Estado numa divisão territorial e de desenvolvimento, que, a partir dos comitês estratégicos e técnicos organizados nessas oito regiões, foi capaz de definir os 23 projetos estratégicos de desenvolvimento das regiões.

E é aqui que eu quero chegar: eu trouxe isso para mostrar que, a partir de uma orquestração ouvindo as representações locais, as entidades, as organizações locais das regiões, nós fomos capazes de desenvolver, então, projetos que vão colocar setores da economia como prioritários para a alavancagem de projetos inovadores.

A gente percebe aqui, no Rio Grande do Sul, que várias regiões colocaram o setor de saúde como um setor que tem um potencial inovador muito significativo, muito significativo. No caso, a região da produção no norte, no entorno da cidade de Passo Fundo e Erechim; a região sul, no entorno de Pelotas e Rio Grande; a Região dos Vales, que é a região de Santa Cruz, Lajeado e Estrela, no Estado do Rio Grande do Sul; a região metropolitana e litoral norte, no entorno da capital gaúcha, têm uma quantidade muito significativa de indústrias, de hospitais e de serviços de saúde apoiados no Estado, e, a partir desse apoio, o Estado do Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sul, então, apoiará e apoia, através de editais de fomento, o desenvolvimento tecnológico desse setor em vários setores da economia gaúcha, que – vocês conhecem – é uma economia que tem uma arquitetura muito forte baseada no agronegócio, mas também tem uma matriz produtiva da saúde, da tecnologia da informação, metalmecânica muito fortes. Nós trabalhamos para a agregação de projetos que agreguem valor, agreguem conhecimento à matriz produtiva, e, através de outros programas complementares, como o programa de Tecnologias Portadoras de Futuro, o Estado apoia, financia, capacita, divulga e articula ações de incremento do conhecimento na economia gaúcha.

Então, nós temos uma matriz que tem os setores principais da economia gaúcha, por exemplo, a agroindústria e o setor de saúde, número seis aqui, em que se faz um *match* das tecnologias que podem apoiar o desenvolvimento industrial, no caso do setor da saúde, e, a partir de editais de fomento, a partir da divulgação, a partir da própria formação de projetos e da articulação de empresas, universidades, centros de pesquisa e organizações locais, nós incentivamos a produção de tecnologias locais para os diversos setores da economia gaúcha, sempre tendo em mente o objetivo de agregar valor.

Então, a partir desse planejamento do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, que identificou tecnologias estratégicas para a aceleração da matriz econômica gaúcha, nós estamos desenvolvendo vários projetos que dão apoio ao crescimento da nossa matriz econômica, mas alicerçado na inovação, que é, sem dúvida nenhuma, conhecimento que as pessoas trazem para agregar produtos, processos e serviços.

Enfim, nós sabemos que globalmente o setor de tecnologia e saúde – basta nós consultarmos as grandes publicações de tecnologia e até mesmo a grande mídia, como *The Guardian* e como outros jornais, que publicam diariamente, desde o início da pandemia, sobre o impacto da tecnologia na saúde – é uma gigantesca oportunidade para um país como o Brasil.

Nós temos um setor farmacológico, uma biodiversidade que têm um potencial gigantesco de aceleração e de incorporação de valor às nossas matrizes econômicas. E o que foi visto e que tem sido estudado, inclusive, pelo Fórum Econômico Mundial é o impacto de tecnologias verticais, como o caso da inteligência artificial, em diversos setores. E o Brasil, Senador, tem também uma grande vantagem competitiva: nós temos mais de 212 milhões de pessoas, 213 milhões de pessoas. O que gera riqueza e o que gera escala no século XXI é uma população educada, uma população capaz de realizar as transformações. E, aliado a isso, nós temos um mercado consumidor – não é, Reginaldo, não é, Carlos? – que a gente pode utilizar, justamente com o poder de compra do Governo, para acelerar as nossas matrizes econômicas estratégicas, em que a saúde é provavelmente uma das mais relevantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da questão da segurança alimentar, que o Brasil tem condições de garantir não só para nós, mas para vários países do planeta, a questão também da segurança em saúde, da segurança em saúde global é vital para nós, para um país de 200 milhões de pessoas, e nós temos como conduzir isso em Território nacional, através de universidades e instituições, como a Fiocruz, e do capital intelectual que nós temos aqui.

E a tecnologia e o conhecimento têm impactos geopolíticos hoje em dia, Senador. O senhor tem visto diversas – fazendo uma digressão aqui, Reginaldo – empresas e organizações sendo atacadas por *hackers*. Enfim, isso mostra o quanto, inclusive, digamos assim, a geopolítica vai migrar para o mundo virtual e para o mundo tecnológico no século XXI. Nós precisamos, com urgência, convencer o nosso País, Senador... E o senhor já está convencido, o senhor é uma pessoa que prega para todos que os investimentos em ciência, tecnologia e inovação não são meramente investimentos em pesquisa, que, eventualmente, pode ter algum resultado futuro. Eu falo isso tranquilamente porque eu sou pesquisador, eu sou também uma daquelas pessoas que escrevem *papers*, que o senhor conhece muito bem também, todas as nossas lideranças – nós temos orgulho disso –, mas tecnologia e ciência são estratégicas na economia e na geopolítica global hoje em dia.

Só para trazer um outro resultado aqui recente, nós temos agora essas tecnologias como inteligência artificial resolvendo grandes desafios da biologia molecular, grandes desafios da biotecnologia, que podem levar a posicionamentos estratégicos dos países em produção de medicamentos, produção de vacinas e assim por diante. Recentemente, uma tecnologia de inteligência artificial foi o que permitiu aqui resolver um grande desafio de mais de 50 anos da biologia estrutural. E eu sei que o pessoal da Fiocruz sabe muito bem o quão é importante a gente trabalhar com – desculpa, é uma terminologia técnica – a predição de estrutura de proteínas na indústria biotecnológica e farmacêutica. Então, isso mostra o quanto o investimento em tecnologia e em ciência é crucial também para a segurança dos países em termos de saúde pública.

Enfim, eu não vou expandir muito mais, porque eu já ocupei muito o meu tempo aqui. A gente poderia comentar também sobre os avanços tecnológicos em termos de áreas como a cirurgia robótica, em termos de equipamentos, em termos de insumos para a Medicina. Existem inúmeros estudos de consultorias globais: por que a tecnologia em saúde é crucial e quais os setores que cada vez mais receberão investimentos nesse cenário nos próximos anos. Vários países participam e têm produzido relatórios nesse sentido. Nós temos uma enormidade de usos de tecnologias, por exemplo, como a inteligência artificial, que impactam na saúde pública, desde a questão de gestão da saúde à produção de insumos, passando também por assistentes virtuais, passando por tecnologias assistivas. E nós não podemos mais ignorar que o Brasil agora está passando a ter uma matriz demográfica que não é mais uma matriz demográfica de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países em desenvolvimento, Senador. A nossa matriz demográfica começa a se aproximar mais de países já desenvolvidos. Nós temos que trabalhar isso aqui.

O Brasil não pode depender, para tecnologias assistivas, por exemplo, que vão lidar com uma grande massa, com dezenas de milhões de brasileiros, de importações internacionais. No nosso cenário, isso passa a ser crucial – eu sei que o Reginaldo conhece esse tema também. A gente precisa desenvolver uma indústria nacional de tecnologias assistivas para pessoas portadoras de deficiência, também para as pessoas acima de 60, 70 anos, porque o Brasil passa a ter uma matriz demográfica que vai exigir esse tipo de investimento.

Em suma, o que eu digo e o que a gente tem trabalhado é que o Brasil precisa de um grande projeto de nação para o setor de inovação e tecnologia, porque esses projetos são decisivos. Alguns enxergaram o valor do conhecimento, alguns séculos atrás, e se posicionaram, não é? A gente pode citar o exemplo aqui do Império Britânico: Francis Bacon, o proponente do método científico, já enxergou lá atrás que conhecimento era poder e eles enxergaram isso. Não é à toa que a Revolução Industrial aconteceu naquele país. Não é à toa, isso foi planejado, isso não aconteceu por acaso. E também, no século XXI, nós vivemos a predominância dos Estados Unidos pelo investimento que foi feito em ciência, tecnologia e inovação. Muito se esquece do quanto os desafios estratégicos, desafios nacionais, como o projeto Apollo, foram decisivos no domínio tecnológico e domínio geopolítico que esse país teve no século XXI.

Agora, no século XXI, nós vivemos também novamente, como cenários apontam, uma disputa entre silos ou entre eixos globais, cujo decisivo fator será aquele que detiver o conhecimento para transformação da realidade e que possam vir a dar dignidade econômica para as suas populações.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. Eu fico sempre à disposição para colaborar com a Casa da República, com o Senado Federal, que é a Casa da democracia no Brasil.

Muito obrigado, Senador, fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Luís.

Passo a palavra agora ao Carlos Augusto Grabois Gadelha, nosso querido Gadelha, que é Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho; líder do grupo de pesquisa Desenvolvimento, Complexo Econômico-Industrial e Inovação em Saúde na Fiocruz; doutor em Economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz (2007-2011); Secretário de Programa de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (2003-2006); Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (2011-2015); e Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Mdic (2015-2016).

Então, com a palavra nosso querido Gadelha.

Obrigado, Gadelha, pela presença.

O SR. CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. É uma honra estar aqui no Senado e o chamado do senhor é uma convocação. Seu nome é um pouco da história da ciência e tecnologia no Brasil; esteve à frente desse processo de descontingenciar o FNDCT, mas isso não é apenas uma medida administrativa, é uma visão estratégica que reconhece que um país do futuro não vive sem ciência, tecnologia e inovação.

Eu agradeço aqui, em nome de toda a Fiocruz, do Brasil e da comunidade científica, a sua ação de liderança.

Quero também saudar meus colegas, Reginaldo Arcuri – muitas parcerias fizemos para o desenvolvimento – e o Secretário Luís Lamb – eu acabei de saber ontem que o centro de estudos que coordena tem uma forte interação das equipes com o Rio Grande do Sul. Vamos fazer belos projetos juntos.

Na verdade, eu fiquei muito gratificado em poder falar depois das duas falas que me antecederam, porque eu vou tentar juntar um pouco essas peças do quebra-cabeça.

A gente tem, de um lado, a questão da indústria farmacêutica, da transformação 4.0, que o Luís Lamb colocou, e eu vou, Senador, colocar aqui uma visão que a gente desenvolve na Fiocruz há cerca de 20 anos, mas que estamos renovando e reatualizando para o contexto da revolução tecnológica em curso. E eu me arvoro a dizer – eu trouxe uma apresentação, mas eu não queria deixar de dizer isso antes – que eu acho que a saúde e o complexo da saúde 4.0 estão para o Brasil, no século XXI, da mesma forma que esteve o petróleo e o aço no século passado.

Então, nós estamos falando de uma frente, de um motor do desenvolvimento, que articula conhecimento, inovação e bem-estar social. Eu acho que até é uma certa mudança de paradigma. E o envolvimento do Senado, a conformação dessa iniciativa e a organização desta Mesa, eu confesso – tenho um lado latino –, fico emocionado com essa perspectiva que não deixa a gente perder a esperança no futuro. Eu acho que, quando o Poder Legislativo, os representantes do povo brasileiro têm essa percepção, isso nos enche de alegria, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esperança, e a Fiocruz está aqui, junto e presente, para ajudar em tudo o que for necessário, através do Centro de Estudos Estratégicos e de toda a instituição.

Eu vou compartilhar aqui a minha apresentação, mas dialogando muito com os meus colegas que me antecederam.

Bom, a ideia é um pouco esta, de a gente pensar a saúde como um complexo econômico industrial, o sistema produtivo de inovação que interfere e direciona talvez a parte mais dinâmica da economia. Um assessor do Presidente Obama falou isto: "Um economista que não entende de saúde não entende de 40% da parte mais dinâmica do PIB mundial", porque ela incorpora e ela se dissemina para um conjunto de atividades que – vão constar aqui – é absolutamente estratégico para o nosso País. E nós estamos em risco – nós estamos em risco –, como a pandemia da covid nos mostrou.

Mas a ideia, então, é a gente pensar a saúde a partir de um novo paradigma de políticas públicas. É fundamental a atuação do Congresso, do Senado, para a gente repensar e reconstruir uma estratégia de desenvolvimento para o século XXI.

Eu parto aqui duma definição mais clássica, do Celso Furtado, mas é impressionante que, de 1964, quando ele associa o desenvolvimento econômico...

Eu vou aqui tentar colocar a minha ponteira. Deixe-me ver se consigo. Não estou conseguindo. Eu não vou colocar... Ah, agora apareceu aqui, deixe-me ver. Pronto! Apareceu! Sempre ajudado com essas tecnologias!

Ele associa o desenvolvimento econômico com a inovação tecnológica. Isso vários já estão fazendo, mas ele coloca na definição de desenvolvimento a mudança social – que é o que a gente está discutindo aqui – e institucional para atender às necessidades humanas com uma diferenciação no sistema produtivo.

Então, o desenvolvimento econômico envolve, ao mesmo tempo, inovação, mudança social e atendimento das necessidades humanas. Ele não falava de saúde na época, mas, por trás, se a gente olhar o campo da saúde, ele é, ao mesmo tempo, inovação – eu costumo dizer inovação na veia –, ele está inerentemente ligado às necessidades humanas, ele passa pela necessidade de uma profunda mudança no sistema produtivo.

A saúde, de um lado, é um direito, isso é tradicional, mas é uma vitória o Brasil ter o Sistema Único de Saúde, é o maior sistema público universal de saúde do mundo em termos de população. Não podemos deter esse sistema, e a geração de riqueza e renda não estar dentro do nosso País para atender esse mesmo sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De outro lado, no âmbito econômico, a saúde se configura uma área líder da quarta revolução tecnológica, é a porta de entrada possível para o Brasil na quarta revolução tecnológica. Não tenho a menor dúvida, pela dimensão que ela mobiliza de atividades econômicas e pela sinergia que ela tem com a ciência, tecnologia e inovação.

Eu tenho alguns dados. Nós estamos num contexto – o Secretário falou de globalização assimétrica –, numa disputa global. Mais de 100 países fecharam as portas de produtos para o Brasil no meio da pandemia, todos desenvolvidos. Ela se torna, também, não apenas uma questão de vulnerabilidade, mas de soberania mesmo – a gente tem que assumir que foi uma questão de soberania. Eu vi, Senador, ventiladores que vinham para a Fiocruz sendo tirados do avião; eu vi, ninguém me contou. Então, acho que se torna uma questão... mas também é uma questão de oportunidade de desenvolvimento.

E a perspectiva ambiental? Não dá para falar de saúde sem ambiente. A pandemia da covid mostra toda essa interface entre a saúde humana, a saúde ambiental e a questão ambiental. Saúde é qualidade de vida, e não a ausência de doença; portanto, ter um ambiente saudável é uma questão de saúde. Então, a saúde dialoga com as três vertentes estratégicas do desenvolvimento: o direito social, a inovação e o ambiente.

A ideia é que a gente não pode fazer uma discussão, não podemos discutir o sistema social separado da ciência, da tecnologia, da inovação e da transformação econômica. São dois lados de uma mesma moeda. Se nós não temos capacidade produtiva e econômica para medicamentos, para inteligência artificial, para *big data*, nós vamos entrar na dependência do século XXI: seremos fornecedores de dados para comprar informação e pacotes tecnológicos no exterior. A dependência que a gente tem hoje de medicamentos vai se ampliar também para o mundo 4.0. Então, esses mundos são interdependentes.

Nessa perspectiva, a gente tem que olhar esse sistema... E olha, Reginaldo e Secretário, eu juro que não sabia o enfoque que vocês iriam dar, podia ter alguma percepção, mas quando a gente olha o sistema como um todo, está aqui o sistema da saúde, medicamentos, vacinas, equipamentos como ventiladores, todo o subsistema de serviços, vão desde o serviço tecnológico, mas, por exemplo, nós não temos nenhum medicamento novo que não passe por pesquisa clínica em hospital. Inteligência artificial hoje tem que ser utilizada na atenção básica para a gente ter uma vigilância epidemiológica para a gente chegar antes da doença. Qual é a variante do vírus? Qual é a caracterização genética daquela população, a caracterização social? Então, hoje não dá para a gente conversar apenas sobre vacina, equipamentos e serviços: eles estão interligados.

E aqui a inovação que a gente traz no próprio conceito do complexo, o subsistema de informação e conectividade. Não haveria a vacina da Fiocruz, a vacina da Pfizer, a da Moderna

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem inteligência artificial e sem uso de *big data*. Elas não teriam valor nenhum no Brasil, por exemplo, se nós não tivéssemos um programa nacional de imunização e uma atenção básica, que está sofrendo, mas que é a base para as pessoas manterem o distanciamento social e para terem uma alta adesão à vacina – o Brasil tem uma alta adesão à vacina.

Esse sistema produtivo mobiliza 9% do PIB, 9% dos empregos, 20 milhões de empregos diretos e indiretos – quando a gente está numa tragédia de desemprego, a saída da crise, o enfrentamento passava por um forte investimento na saúde, que a gente não podia parar na saúde, tinha que investir, gerando emprego e renda, inclusive reduzindo o desemprego –, e 30% da pesquisa e do desenvolvimento brasileiro. Eu diria que é mais porque muitas das pesquisas que não são classificadas como saúde, mas que estão nas matemáticas, na inteligência artificial, na computação, são de saúde. Então, eu diria que de 30% a 40% da pesquisa brasileira está na saúde, e isso tem que se transformar em riqueza. E é uma maravilhosa e talvez uma das mais possíveis portas de entrada do Brasil na quarta revolução tecnológica, inclusive rejuvenescendo e criando sinergia para outras atividades econômicas. Muitas dessas tecnologias, assim como é na área de defesa, na saúde também, são pervasivas, elas contribuem para o sistema econômico como um todo.

E aqui vem o nosso dilema, não é? Enquanto o SUS se amplia, aqui são as importações brasileiras. Olha o que ocorre em valores reais, Senadores e quem está nos assistindo: em valores reais, o nosso déficit comercial sai de US$5 bilhões para US$15 bilhões. Desafortunadamente, minha estimativa para 2021, com as vacinas, é de que as nossas importações vão chegar a US$20 bilhões. Isso significa o orçamento inteiro do Ministério da Saúde, o equivalente a um orçamento inteiro do Ministério da Saúde sem gerar um emprego, uma renda e sem aproveitar uma capacidade científica nacional. Essa situação com um país do tamanho do Brasil, que tem o maior sistema universal do mundo em termos de população, é insustentável. O Presidente Macron, por exemplo, falou na França que não era razoável que a França não produzisse os produtos mais essenciais para a sua população cuidar da saúde no meio da pandemia. O Presidente Biden lança um pacote, o do Buy America Act, pela primeira vez colocando os termos americanos – porque a denominação é diferente –, colocando o complexo da saúde com altíssima prioridade, inclusive na geopolítica. Olha o que ocorreu na farmacêutica: 75% das importações estão na área farmacêutica, e 90% dos insumos farmacêuticos ativos – como falou o Reginaldo aqui, não é apenas a vacina, mas é uma sindemia. A gente tem que pensar, ao mesmo tempo, em câncer, doenças do coração, diabete. Para quem chega para ser tratado pela covid e tem diabete e problema cardiovascular, o risco é muito maior. Então, a gente está tratando de um sistema produtivo.

Na área de equipamentos e materiais, olha o que ocorre; triplicam as importações de ventiladores – triplicam! –, e são produtos de péssima qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na área de equipamentos e materiais, olha o que ocorre: triplicam as importações de ventiladores, triplicam produtos de péssima qualidade.

Eu queria dizer uma coisa aqui: quem não tem conhecimento não sabe nem comprar produto – não sabe nem comprar produto. Eu não estou falando dos malfeitos. Eu estou falando que, mesmo as compras com boas intenções, quando a gente não sabe fazer, a gente compra mal.

A Fiocruz, em algum momento, importou produtos, mas ela sabia fazer isso. Ela começou o processo de fornecimento de vacinas, mas sabendo avaliar a compra que estava fazendo.

Nos equipamentos de proteção individual, as nossas importações superam US$1 bilhão. Nossos profissionais de saúde estão sofrendo para cuidar das pessoas por falta de base econômica e tecnológica, num contexto em que mais de cem países, e todos desenvolvidos, estabeleceram barreiras, barreiras comerciais, para vender produtos de saúde em geral, de medicamento a máscara, para países menos desenvolvidos.

A ideia aqui central – para suavizar um pouco até o meu tom, Senador, que é um pouco, como eu falei, latino, brasileiro – é que a gente sabe que, sem o meio de campo do complexo econômico-industrial da saúde, da base material, industrial e produtiva, não se transforma conhecimento em desenvolvimento econômico e social. A gente produz *paper*. A ciência brasileira em saúde é forte, é dinâmica, é capaz, tem que ser apoiada, mas um time sem meio de campo não ganha o jogo.

E, no contexto da revolução tecnológica 4.0 – até utilizei a mesma terminologia do Secretário –, no contexto de hiperconectividade sistêmica, a gente precisa de um espaço translacional que tire o conhecimento que está na USP, que está na CoC, que está na Paraíba, que está no Rio Grande do Sul, que está no Sul do País, ou seja, a gente... Eu fui a laboratórios de inteligência artificial na Paraíba para cuidar de zica de excelente qualidade. A gente só consegue tirar isso dos laboratórios e transformar em riqueza e desenvolvimento se a gente tem esse meio de campo, essa base produtiva tecnológica e industrial mais voltada à inovação.

Aqui, uma figura que eu sempre trago. Às vezes, como eu costumo dizer, uma imagem fala mais do que mil palavras – isso é conhecido pelos fotógrafos. A gente está com um risco de entrar numa revolução tecnológica, num mundo altamente automatizado e robotizado, em que a população fica excluída e dependendo de esmola. A gente poderia ler isto aqui como vacina, Senador. Hoje, 75% das doses administradas estão apenas em dez países. Se o Brasil, ainda que com defasagem, não tivesse a Fiocruz e o Butantan em parceria com o setor privado, a gente estaria nessa situação. Cerca de 50% das vacinas administradas no Brasil – 47% – vêm da Fiocruz; junto com o Butantan, 80%. Então, a gente tem que articular a revolução tecnológica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em curso para um forte programa de inclusão social pelo conhecimento, pela inovação e também pela economia.

Aqui, a situação das patentes. O que está ocorrendo? Primeiro, um aumento brutal nas patentes, o que reflete a inovação em saúde, mas também a crescente apropriação e a dificuldade de entrada no campo de saúde. São 90% das patentes apenas em dez países.

Eu não iria trazer, mas eu vou trazer este eslaide, para mostrar o desafio da revolução 4.0. O algoritmo daquelas empresas que o Secretário mencionou aqui, quando vê esta figura, que é o sabão, o sabonete de 90% da população brasileira, pensa que é um hambúrguer, lê como um bife, como uma madeira. Este sabonete ele lê como um sabonete, ou seja... Essa frase não é minha. É uma frase que vem do próprio Facebook, ou seja, não há ideologia aqui, mas se fala: os desenvolvedores normalmente são pessoas brancas, bem educadas, de países de alta renda, que não olham esse... O mesmo vale para os medicamentos que a gente precisa das doenças que a gente precisa e da inteligência artificial e do uso do *big data* que a gente precisa. Como é que a gente vai cuidar de zica, de dengue, de chicungunha? Como é que a gente vai trabalhar nos problemas de câncer, de altíssima tecnologia, mas que acomete a população de modo dramático?

Hoje eu vou estar organizando um seminário sobre câncer, que é uma questão de saúde pública no Brasil e que depende de alta tecnologia. A gente não pode lidar sem ter capacidade tecnológica para interagir com essas empresas de modo digno, até pegando também o eslaide aqui que o Secretário mostrou.

O campo aqui da inteligência artificial.

Mais uma vez, poucos países dominando a inteligência artificial e transformando a inteligência artificial em riqueza.

Essa aqui, Senador, acho que justifica um pouco o esforço do FNDCT. O tamanho da bola é o gasto em ciência e tecnologia.

Aquela geopolítica da ciência, tecnologia e inovação aparece de modo muito gritante. Mais uma vez, Estados Unidos, China, países europeus liderando o investimento em ciência e tecnologia no contexto da pandemia. O Brasil ainda tem um gasto relevante, mas não fosse a decisão do FNDCT e a tendência, ainda arriscada, que eu vou falar ao final, essa bola poderia estar sendo apontada para um terço.

Olha o retrato do Brasil hoje. Esses são os principais produtos de exportação de cada Estado nosso: soja, carne bovina, minério de ferro, petróleo cru – não é nem petróleo processado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, a gente tem que ter uma agricultura pujante, a gente tem que aproveitar nossos recursos minerais, mas a gente está se tornando uma grande fazenda primária exportadora, voltando ao século XIX.

Então, a gente não pode, ao mesmo tempo em que tem aquela capacidade produtiva, estar nessa situação em que um setor essencial para a vida e para a tecnologia é tão dependente e necessita tanto de investimento, de avançar.

Olha como essas questões são interdependentes: aqui é o campo da vacina. Aqui é onde se produz vacina.

Da Moderna: pouquíssimos países. Oxford/AstraZeneca: graças a Deus o Brasil está dentro, pela Fiocruz, mas pouquíssimas regiões. SinoVac é da China. Graças a Deus o Brasil está com o Butantan, mas pouquíssimos lugares. Pfizer: pouquíssimos lugares produzem. O que que isso significa? Há uma desigualdade na cobertura da primeira dose inaceitável no mundo. Alguns países africanos não administraram sequer uma dose.

Há aquela tese que foi mencionada, que a base econômica dialoga com a base social, e o campo da vacina mostra: quem não tem capacidade produtiva e de inovação não garante a vida para a sua população sequer na primeira dose de vacinas.

Esse é um dado que economista gosta de mostrar, mas eu acho que é importante: é o índice de Gini. Quanto mais próximo de 1, mais desigual é um país. Países primários exportadores são mais desiguais do que países que investem em ciência, tecnologia e inovação. O mundo da produção e da tecnologia é interdependente do mundo social, e a saúde nos ensina isso. Temos que investir nos sistemas sociais e, ao mesmo tempo, em ciência tecnologia e inovação.

Isso requer uma nova geração de políticas públicas, que articule poder de compra do Estado – olha o diálogo aqui com o Secretário, com o Reginaldo –, a ciência e tecnologia como pilar estruturante, o financiamento, a política comercial, a educação em todos os níveis e todo o aparato regulatório e a estabilidade institucional. Políticas como essas têm que ser políticas de Estado que tenham permanência. Daí a importância central do Congresso nesta conversa.

Nós fizemos um modelo no passado, e acho que pode ser – é – um modelo que ainda sobrevive, em que se articulavam as compras do SUS com instituições de C&T e com empresas privadas. Em vez de tratar o mercado brasileiro apenas como um mercado incapaz, apenas como comprador de produtos acabados, começava-se a tratar – e cumprir a Constituição, porque o mercado é parte do patrimônio nacional – para que ele pudesse alavancar as instituições de ciência e tecnologia e as empresas privadas. Faziam-se encomendas tecnológicas na forma de parcerias para o desenvolvimento produtivo – mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modernamente, das ETECs – para que as compras públicas fossem associadas com o desenvolvimento tecnológico nacional – e pasmem: mais barato. Barateava o SUS.

Isso foi feito para vacina, foi feito – o Reginaldo conhece isso – para os biofármacos, o Brasil entrando nas tecnologias de câncer pela Fiocruz, em parcerias com empresas privadas nacionais. Esta base tecnológica construída na Fiocruz foi que permitiu à Fiocruz fazer acordo com a AstraZeneca, senão 47% das vacinas administradas não teriam sido administradas no Brasil.

O mesmo ocorre com o Butantan. A vacina para a gripe – e eu me orgulho em dizer que recebi um PAD, um processo administrativo disciplinar, porque falei que não compraríamos da Sanofi, e sim do Butantan, em parceria com a Sanofi, para produzir no Brasil. Se não fosse isso, Senador, o Butantan não produziria vacina para a Sinovac hoje. Se não fosse essa trajetória de 20 anos de investimento em tecnologia da Fiocruz e do Butantan, 80% das vacinas que os brasileiros já tomaram não estariam disponíveis. Seriam 80% a menos de vacina que nós teríamos.

Esse é meu último eslaide. Eu trago aqui elementos para a gente discutir uma agenda para o Brasil. Primeiro, a saúde como parte de uma nova agenda de desenvolvimento, como motor para o século XXI.

Segundo, a criação de uma base institucional sólida para políticas estruturais, o que requer uma ação interministerial com participação da sociedade civil e do setor produtivo.

O fortalecimento das instituições de ciência e tecnologia e da produção local: músculo e cérebro. Precisamos dos dois, músculo e cérebro, e cada vez um músculo que dialogue mais com o cérebro e com a inteligência.

A centralidade do complexo no Poder Legislativo para viabilizar um Estado comprometido com a inovação e com acesso: nesse sentido, o fortalecimento, estabilidade, transparência para o uso estratégico do poder de compra.

O fortalecimento da base de ciência e tecnologia e do FNDCT. Senador, eu faço parte do comitê, do Conselho Diretor do FNDCT. Nós estamos em risco de perder a vitória que se conseguiu, sob sua liderança, da Lei 177, porque, na operacionalização do FNDCT, os recursos estão indo em 50% para recursos reembolsáveis, e, com essa taxa de juros, o setor empresarial não pega os recursos. Está havendo uma forma indireta de contingenciamento dos recursos que estavam previstos, que foram descontingenciados por lei. Por outro lado, a seis organizações sociais de alta relevância do Ministério da Ciência e Tecnologia foi alocado o dobro do recurso que foi para todo o sistema científico e tecnológico brasileiro. A gente tem que atuar no Congresso para que o ganho da lei não seja perdido na sua operacionalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A convergência dos instrumentos de financiamento, de regulação, incentivos fiscais e tarifários: não se pode, de um lado, dar incentivo para um setor, financiar outro setor e comprar de outro setor. Ou seja: a convergência dos instrumentos de financiamento, regulação e incentivos para a produção e a inovação no País.

E, por fim, eu, como gestor público, queria passar esta mensagem: a criação de um marco normativo para o gestor inovador, que toma risco sobre o futuro, que, por definição, é incerto e arriscado. O futuro tem este defeito: ele é sempre incerto e arriscado. Se não fosse a Presidente da Fiocruz, a primeira mulher Presidente da Fiocruz, ter comprado cem milhões de doses por encomenda tecnológica de um produto que não existia, o Brasil hoje estaria em uma situação ainda pior. Imaginem o risco da solidão da caneta para fazer uma encomenda tecnológica sobre um futuro que era incerto, sobre um produto que poderia não existir! Graças a Deus, deu certo, mas podia não ter dado.

Então, a gente tem que criar um ambiente institucional para não se confundir um gestor inovador com um gestor corrupto. A gente tem que separar o joio do trigo. Isto é fundamental: haver um ambiente institucional para o inovador privado e o inovador público estarem de braços dados.

Eu agradeço muito a oportunidade. Saúde é desenvolvimento. Eu não falo "saúde e desenvolvimento". A saúde alavanca a produção, a inovação, o conhecimento; é chave para a gente retomar o crescimento do PIB e para, ao mesmo tempo, garantir a vida, os direitos, o meio ambiente e a cidadania.

Eu quero só dizer esta frase de Oswaldo Cruz, para fechar aqui a apresentação: "Sem esmorecer, para não desmerecer". Essa frase está na frente do nosso castelo. E eu acho que ela é a marca para a gente manter a esperança e a luta em um País inovador, solidário e inclusivo para a sociedade, para a população que aqui habita, que pode, inclusive, estabelecer cooperações globais pautadas pela solidariedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Gadelha. Foi uma ótima apresentação.

Há aqui algumas considerações do e-Cidadania, que eu já vou colocar para vocês. Depois, faço também alguns comentários.

Geovane Rocha, de Mato Grosso do Sul, diz: "Com o advento da pandemia e o papel fundamental da saúde pública na vacinação, não ficou patente a urgência de mais investimentos no SUS?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há comentários também aqui. Essa foi uma pergunta, mas há vários comentários, como o de Geová Chagas, de Minas Gerais: "Neste momento de pandemia, nossos serviços de saúde mostraram sua força, salvando muitas vidas".

Matheus Figueiredo, de Minas Gerais: "É necessário avançar no debate sobre questões estruturais que impedem a superação desta crise sanitária e humanitária".

Raquel de Azevedo, de Tocantins: "O serviço de saúde em meio a pandemia revelou a grande fragilidade que temos para arcar com um evento [...] [desse tipo]".

Eu também quero ressaltar aqui a importância da política de Estado em todas as áreas. O Brasil tem essa dificuldade. Eu acho que o último plano que eu vi, um plano de metas de Estado, foi ainda na época de JK. Juscelino Kubitschek estabeleceu algumas metas, construiu Brasília em mil dias. E, hoje, a gente vê realmente a falta de políticas de Estado. O que a gente percebe é que cada ministério ou cada secretaria de Estado é um governo diferente; você não vê uma integração entre eles.

Da mesma forma, ainda não há essa... Eu me lembro de que participei de algumas transições.

Agora mesmo, nessa transição do Temer, aqui no DF, diversas vezes, as pessoas fazem questão de acabar com tudo, apagar tudo, deletar tudo e começar tudo de novo. Então, isso é um desastre, e a gente precisa avançar.

Eu tive agora também a oportunidade de avaliar algumas questões das universidades na área de pesquisa. A gente colocou a inovação na Constituição, mudou todo o marco regulatório de ciência, tecnologia e inovação, e eu ainda... Não deu para avançar muito em patentes; nós estamos trabalhando agora. Mas eu não vi a agilidade que eu achei que haveria com a aprovação do marco regulatório. Identifiquei, inclusive, agora, no mês de julho, conversando com um pesquisador e professor da Universidade do Rio Grande do Sul, que foi para Alagoas agora... Ele estava me dizendo que aquelas horas que nós colocamos na lei, disponibilizando a participação do pesquisador nas indústrias, nas empresas... Alguns estão sendo processados pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público, porque, talvez, um termo... O pessoal não viu o espírito da lei. Eles olham, realmente, a norma ali como se fosse... Não valorizam mais o resultado. Então, eu estou apresentando, inclusive mudando um pouco também o magistério nas universidades, porque continua ainda... A forma de crescimento no plano de carreira ainda é somente por artigo científico. Então, a gente precisa avançar um pouco nessa questão.

Eu posso, Gadelha, adiantar que eu já tive várias reuniões no Ministério da Ciência e Tecnologia. A expectativa nossa era a de receber uma medida provisória, já há um mês e meio, mudando a taxa Selic, porque esse dinheiro que está lá... Metade do recurso que colocaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não está disponível. Mas não vai ser usado, porque a taxa é inviável. É melhor pegar em um banco comum. Não é atrativa. Então, há o compromisso do Governo de substituir a taxa de juros. Estou aguardando a medida provisória, mas vou já apresentar um projeto e tentar aprová-lo no Senado. Talvez, isso seja até mais rápido, porque é uma coisa tão simples, tão óbvia, que todo mundo reconhece. No próprio Ministério, fizemos reuniões já sobre isso. Então eu vou cobrar. Se não vier na semana que vem, eu vou apresentar um projeto.

Ontem, nós aprovamos um projeto que eu tive o privilégio de relatar na Câmara, que veio da Câmara, do Jordy, permitindo também a doação de pessoas físicas e de empresas para a pesquisa, a doação de pessoa física, para deduzir também dos impostos. Estamos forçando a barra lá, para ver se o Governo... O Governo tem que ver essa questão da pesquisa como investimento. Não dá para só olhar como despesa! Então, a gente tem muita dificuldade.

Ontem, houve também uma grande reunião do Cern. A gente está vendo aí alguns problemas sérios, como a questão dos pesquisadores. Nós temos hoje, nos institutos de pesquisa também, um grande número de pesquisadores – acho que é mais da metade dos que estão atuando hoje – já em idade de aposentadoria. E não há o chamamento de novos pesquisadores para fazer uma transição, porque não há na prateleira pesquisador disponível. Você tem que fazer toda uma transição, que leva anos e anos. Então, são desafios do óbvio, que a gente tenta falar todo dia, para ver se a gente consegue avançar um pouco.

Os institutos nossos – são muitos os institutos de alto nível – estão com muita dificuldade de sobrevivência. Há instituto que não consegue pagar a conta de luz, a energia. Aquele computador... Aquele instituto – esqueci o nome dele – que tem o maior computador do Brasil estava com dificuldade de pagar a conta de energia. Daqui a pouco...

O SR. LUÍS LAMB – É o LNCC.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é.

A gente está aí com uma redução orçamentária muito grande do CNPq, da Capes, do próprio ministério, não é? Aí, como a gente aprovou a lei, eles buscam alguns artifícios para justificar que estão cumprindo a lei, mas especificamente o objetivo não era esse. Então, agora, com a posse do Conselho de Ciência e Tecnologia, a gente tem que pressionar mesmo para melhorar a aplicação.

O Governo ficou agora de mandar um PLN – deve mandar na semana que vem –, repondo já grande parte do recurso do fundo, mas, ontem mesmo, na Comissão Mista do Orçamento, antes de ontem, eu cobrei lá do Ministério da Economia a recomposição do fundo imediata, porque não dá! Está na lei! Eles estão descumprindo a lei que nós aprovamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É duro, ouviu? Não é fácil falar em ciência, tecnologia e inovação. É uma coisa tão óbvia, e a gente está avançando muito devagar.

Agora, um comentário que eu queria dizer aqui é que o desenvolvimento das vacinas aqui contra o covid mostrou realmente a importância cada vez maior do setor público como agente financiador do Sistema Nacional de Inovação. Eu falei ontem que o Governo dos Estados Unidos, por exemplo, destinou US$15 bilhões para investimento em pesquisa e desenvolvimento de vacinas e tratamento contra o covid em 2020. Eu acho que para a Moderna foram US$2,5 bilhões, só para o desenvolvimento da vacina da Moderna. É aquele negócio: quando a gente fala em fundo nosso, que foi um grande feito, mas que não chega a R$7 bilhões, ou seja, US$1 bilhão, a gente fica assim, comparado com China e com Estados Unidos...

O financiamento público, antes voltado principalmente para o financiamento de pesquisas básicas, mudou seu foco para o desenvolvimento e a fabricação de produtos em estágio avançado. O Governo utilizou ativamente o poder de compra do Estado como mecanismo de diluição dos elevados riscos econômicos envolvidos no desenvolvimento de uma vacina em tempo recorde.

Com relação ao Brasil, lembramos que o art. 200, inciso V, da Constituição Federal define que compete ao Sistema Único de Saúde incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação. Está na Constituição, no inciso V!

Então, nesse contexto, eu pergunto, nas considerações que vocês farão: primeiro, quais projetos tecnológicos os senhores elegem como prioritários para um eventual uso do poder de compra do Estado por meio do SUS para induzir inovações na área de saúde? Quais são os projetos? É viável e desejável o uso do poder de compra do Estado para desenvolver a plataforma tecnológica das vacinas com base em RNA mensageiro? Essa é uma pergunta aqui.

O que o desenvolvimento da capacidade tecnológica nacional em vacinas e outras terapêuticas com base em RNA mensageiro podem trazer de benefício para institutos de pesquisa como a Fiocruz e para as empresas na área de saúde?

Então, são algumas considerações.

Também quero dizer que é uma honra para nós recebê-los aqui, na Comissão Senado do Futuro, neste momento tão importante, nessa luta que fizemos.

Ontem, eu também relatei a questão garantindo recurso para vacina, para o teste das vacinas. Nós estamos já com R$400 milhões previstos no Orçamento, mais R$600 milhões, colocamos agora mais R$400 milhões para 2023, para a gente garantir a aplicação dos testes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque até isso... A gente tem aí três grandes vacinas já em nível nacional – a Universidade de São Paulo, Minas –, e aí tem que fazer o teste. Isso aí fica o quê? Oitocentos milhões. Então, até nisso a gente tem dificuldade, porque, lógico, nós vamos ter que dominar isso, não dá para ficar comprando vacina a vida toda. Quantos bilhões nós investimos agora em compra de vacina? Se tivéssemos investido mais na questão da pesquisa, do incentivo às nossas instituições de pesquisa, teríamos já um resultado muito melhor e dominado a questão da vacina, que é o fundamental. Não dá para a gente ficar comprando vacina a vida toda. E há a produção do IFA, modernizando aí também a compra de equipamentos, como foi dito por vocês aí na exposição.

Então, eu vou passar para vocês fazerem algumas considerações, respondendo essas perguntas, e já fazerem também essas considerações finais.

Eu vou fazer agora na ordem inversa, Gadelha. Primeiro, eu quero passar para você, então, agradecendo já a sua participação, parabenizando toda a equipe da Fiocruz. A gente tem muito orgulho dos nossos pesquisadores, dos nossos lutadores, guerreiros. São heróis no Brasil hoje, se você falar em educação, ciência e tecnologia, pesquisa. Tem que ter muita paciência, muita disposição para a gente continuar ainda nessa luta, mas eu ainda acredito que é possível, acho que o Brasil tem muita gente boa. A gente precisa talvez mudar esse foco na economia. A gente só fala em reduzir custos, reduzir custos. A gente tem um potencial imenso de produção na própria saúde, e a gente fica patinando, com falta de educação de qualidade. Nós perdemos agora mais uma geração aí, porque essa educação pública nossa realmente está um caos.

Eu passo, então, Gadelha, para você, agradecendo-lhe já, para suas considerações. Se você puder também responder e comentar essas questões do e-Cidadania, dos nossos internautas, telespectadores e ouvintes também da Rádio Senado, agradeço.

Com a palavra, então, Gadelha.

Obrigado.

O SR. CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA (Para expor.) – Eu vou aqui tentar... Obrigado pelos comentários, Senador. Acho que ajuda muito.

Eu também queria agradecer aqui. Foi aprovado no Senado a lei torna Fiocruz e Butantan patrimônios da sociedade brasileira. Isso nos deixou muito emocionados. Estamos aguardando aqui a sanção presidencial. Também queria agradecer.

Eu vou tentar aqui dialogar um pouquinho com as perguntas que foram feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Espero que não haja veto nessa matéria, viu?

O SR. CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA – Não vai haver, não, Senador. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu sei que não, mas é que estou tão acostumado a inventarem questões nessa área, que eu fico meio já...

O SR. CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA – Eu vou confessar, Senador, eu também fico com um pouco de tensão. (*Risos.*)

Mas, assim, eu acho que o reconhecimento é muito grande, porque, realmente, os profissionais, trabalhadores que estão na linha de frente, na coisa da vacina, é uma coisa importante. A gente tem um videozinho – depois eu vou disponibilizar – dessa luta, que dá muito orgulho de estar até na área pública.

Mas eu vou passar aqui a algumas questões.

Falou-se aqui do investimento no SUS, e também a sua última colocação, Senador, do Keynes, que é o grande teórico deste momento que a gente está, o Biden, todos o seguem, redescobriram o Keynes. Há uma frase dele que eu descobri, em que ele fala: "A economia tem que estar no banco traseiro da história". O Keynes! Porque a economia tem que sustentar a sociedade. Você optar por saúde ou economia ou fazer escolhas, isso não cabe, porque a razão de ser da economia é a sociedade.

Mas o que a gente fala dá um alento. Veja que o Reginaldo pode pensar: o que o Gadelha vai querer dizer aqui? A sociedade alavanca a economia. (*Risos.*)

E permite a gente sair de 2% de crescimento do PIB, de quando o preço da *commodity* está alta, a gente cresce um pouquinho, depois volta.

Então, a chave é: ambiente e sociedade talvez sejam a economia do futuro. Certo? Eu acho que é o...

E aí a gente volta ao Keynes, que falava: "Que maluquice é essa, de a sociedade a serviço da economia? É a economia a serviço da sociedade". E a gente pode sair desse jogo de...

Ele também falava; não sei por que lembrei agora. Foi ele falando para os netos deles, era um texto dele, da expectativa que ele tinha para os netos dele, e ele mencionava que o gasto social, assim como o gasto de investimento, tinha que ter um orçamento paralelo, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fosse permanente e estruturante, ou seja, ele tinha que estar na contabilidade do investimento. Saindo dessa contabilidade de custeio e investimento, como um é máquina e o outro é... Educação é investimento, ciência é investimento, ainda que na rubrica esteja dentro do custeio, e o Keynes propunha isso nos anos 30, para sair da crise, que o gasto social e o gasto com educação e ciência deviam estar... Ele falava: "Olha, o custeio da máquina pode variar, mas o gasto com a proteção das pessoas e com o conhecimento tem que ser tratado como investimento e, inclusive, ser contracíclico" – era o que ele falava.

Então, eu digo: a gente tem um Sistema Único de Saúde que é o único caso de sistema universal da saúde em que o Estado financia menos de 50% – o único caso do mundo. O piso é Portugal, Grécia, com 70%. Mas isso a gente tem que olhar diferente, porque, senão, vira... Senador, eu detesto essa posição. Não são os gastadores. Eu digo, se a gente, no meio da pandemia, fizesse um grande programa de atenção básica, com inteligência artificial, de ampliação de acesso, a gente geraria mercado, geraria renda, geraria emprego. Então, não é um jogo. Não é gasto; é investimento.

Então, eu acho que isso... E aí eu coloco junto o SUS e a ciência, tecnologia e inovação, como duas...

Então, conversando aqui com a urgência, há uma urgência de investimento no SUS. Gente, há algumas áreas que vão declinar o gasto. Saúde... Preparem seus corações: nós vamos chegar a 15% do PIB, porque a população está envelhecendo. Nós queremos viver – viver! E queremos viver com qualidade. E, se não chegar a 15% do PIB, nós vamos ter tristeza e uma sociedade cindida entre quem pode pagar e quem não pode pagar. Então, acho que é preciso a gente arbitrar prioridades, e haveria toda uma agenda. Arbitrar prioridades, rever a questão dos incentivos e, ao mesmo tempo, ter uma visão de que saúde e ciência e tecnologia não podem... Um laboratório científico que fecha, gente, são 20 anos que se perdem! Não é um ano. A gente não está na feira, em que, se a banana ficou cara, a gente compra maçã. Se a gente fecha um laboratório científico, são 20 anos de estudos que são jogados fora. A gente já viu isso, inclusive, na área empresarial, no caso da insulina, da Biobras, e poderia dar vários outros exemplos aqui.

Quanto às questões estruturais que o Matheus perguntou aqui, eu também quero dizer que o que a gente conversou aqui é isso mesmo: é uma mudança no padrão de desenvolvimento. A gente está conversando aqui no Senado do Futuro... Aliás, eu adorei! Eu não sabia, não, Senador. Que iniciativa bacana, não é? No meio da crise é que a gente tem mais ainda que pensar na mudança estrutural, e não o contrário, senão a gente fica enxugando gelo. Então, a gente está conversando sobre como é que a gente não volta a ser um país do século XIX, e sim um país do século XXI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do marco regulatório, eu queria dizer que é uma agenda importantíssima. E eu tenho que dizer: gente, o gestor honesto e comprometido com a inovação ainda está com muito medo. Existe o apagão da caneta. Eu digo: olha, a qualquer evento de órgão de controle, para conversar, dar aula, palestra – pode ser para uma, duas, vinte, dez pessoas –, eu vou, porque existem pessoas bem intencionadas. Agora, temos que saber lidar com o risco e com a incerteza. Eu não posso prender a pessoa que investiu na vacina para a Aids e não conseguiu chegar lá. O processo tecnológico, nas parcerias que nós fizemos, mais de 50% deu certo. Isso é uma taxa de sucesso imensa – imensa! Então, eu digo: é preciso preparar o nosso mundo para lidar – o Harari fala isso, o historiador – com o erro, com a incerteza e com o risco. Insisto: se não tivéssemos feito isso, hoje não teríamos vacina para 47% da população vacinada. Mas isso, independente do que foi falado... Quando a Presidente da Fiocruz assinou, falaram: "A assinatura é só da senhora, não é?". Assim! E eu aqui, além de ser subordinado só a mim, rezando, porque podia não dar certo – podia não dar certo.

Então, ainda, Senador, acho que a gente tem que abrir. O marco regulatório é um avanço, todos reconhecem. A Fiocruz, inclusive, está se preparando e tem parcerias, mas ainda é muito arriscado. Por exemplo: a gente tem estabilidade... Eu não quero o preço mais alto, mas o preço do desenvolvimento. Eu não posso chegar e ter um preço... Eu digo: quem investiu em ventilador, Senador, ficou com o mico na mão – desculpa dizer assim –, com a brocha na mão. Quem investiu em ventilador não teve uma garantia de que o mercado do ano que vem é dele. Então, eu tenho que dar horizontes de mercado. E eu juro que é mais barato! Porque quando você dá um horizonte de mercado longo... Qual é o maior gasto da indústria farmacêutica, Reginaldo; um dos maiores? É *marketing* e comercialização. Se eu dou garantia de mercado, eu posso reduzir a margem de *marketing* e comercialização; eu posso fazer jogos positivos.

O gasto para a vacina para HPV, por exemplo, do Butantan, com a Merck... Olha só: houve um primeiro movimento com a Merck, que foi quebra de patente; nós fizemos um outro, que foi cooperação. Os dois tiveram seu papel e seu momento. A vacina para HPV, o valor dela reduziu para 10%, só que o mercado da Merck, que era de 7 mil meninas, passou para 7 milhões. Olha o poder do SUS aí! Perguntem se a Merck está arrependida; perguntem se alguma empresa – de que o Reginaldo participou e acompanhou – está arrependida! E sempre com preços... Nenhuma, eu garanto! Só está arrependida se isso não virou verdade. Não é isso, Reginaldo? É só isso! (*Risos.*)

Bom, então, sobre a coisa do marco regulatório, eu acho... E aí eu incluo a coisa da taxa Selic.

A última menção que eu queria fazer aqui, Senador: a Fiocruz, por estar ligada à saúde, ao SUS, está numa situação mais estável, mas é difícil manter a energia vendo a situação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema científico e tecnológico brasileiro. Se a gente atravessa a rua e vai à UFRJ, se a gente passa... E aí há o valor da ciência, porque, quando a gente vai olhar a vacina... Eu estive numa mesa em que se falava: "Não, na universidade...". Eu falei: como é que chamam a vacina AstraZeneca mesmo? "Oxford." E a vacina da Pfizer e BioNTech? Por trás disso, estão as universidades. A gente não pode matar a galinha dos ovos de ouro.

Hoje, eu vejo que há um risco de substituição de fonte, desculpem a tecnicidade. Descontingencia-se o FNDCT e se reduz o orçamento. Não se pode deixar isso acontecer, não se pode deixar isso acontecer! Senador, infelizmente a nossa luta nunca termina; a gente ganha uma, e a batalha do dia seguinte continua, não é? Então, a substituição de fonte...

E eu quero dizer o seguinte: o sistema científico brasileiro está na UTI, está sem respirar. Os grupos de pesquisa que fazem as redes nacionais de pesquisa... Para diagnóstico e para testagem, está faltando recursos; para vacina, está faltando recursos. O FNDCT, inclusive, é uma grande fonte para essas redes já constituídas.

Então, eu queria, nesse diálogo com os empresários... Aliás, estamos tendo uma atuação muito convergente – academia e setor empresarial – nessa luta pela ciência e pela tecnologia. Mas a gente vê que, às vezes, alguma pesquisa pode até parecer que não tem uma aplicação mais imediata, mas, por trás do GPS, da vacina, do DNA recombinante, do RNA mensageiro, houve pesquisa e houve formação de recursos humanos para os quais, no momento inicial, a gente não via exatamente a aplicação. Isso não é um descomprometimento, não; eu acho que todo cientista tem que se comprometer com a sociedade brasileira, inclusive informando à sociedade que a gente está numa onda de *fake news* e de ignorância. Mas eu queria fazer esse alerta sobre o risco de substituição de fontes e a necessidade de a gente oxigenar o sistema de ciência e tecnologia, porque ele pode... É aquela bola que eu mostrei: a gente ainda está vivo, mas a gente está em risco, está em risco!

E a última, do RNA mensageiro, eu acho que é uma frente em que a gente está... A Fiocruz tem projetos de cooperação em vacina para RNA mensageiro, mas, na inovação, há muita incerteza. A gente tem que investir. Não é como aquele investimento em produtos já existentes; a gente tem que ter um portfólio de investimento.

Vocês sabiam que a vacina da AstraZeneca da Fiocruz foi feita numa base tecnológica que, quando o produto ficou pronto, deixou de ser usada? Deixou de ser usada! Olha só, a gente investiu, mudou o protocolo da doença, o produto deixou de ser usado, mas há aquele conhecimento científico e tecnológico que permitiu à Fiocruz produzir a vacina para a AstraZeneca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que, hoje, a gente está com dados, por exemplo, em que a vacina que a Fiocruz produz está apresentando uma durabilidade boa, coisa que a gente não sabia. Sobre os dados científicos, saiu ontem o *paper* tratando da durabilidade da proteção da vacina. Então, no caso da tecnologia, a gente não pode trancar todo o sistema só numa plataforma, e a do RNA mensageiro está sendo considerada.

Desculpe-me porque falei, talvez, um pouquinho a mais, porque as perguntas eram muito boas, mas eu quero aproveitar aqui para agradecer muito esta oportunidade de interação, inclusive com colegas que eu prezo tanto, como o Reginaldo quanto o Luís.

Estamos juntos, Senador, nessa luta pela ciência, tecnologia e inovação, para além da lógica da política pequena e, sim, da política grande, para a gente retomar o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Gadelha, eu quero aproveitar e fazer um pedido, pela sua experiência, assim como ao Luís, que tem ligação com as universidades: eu estou apresentando um projeto para corrigir essas distorções com relação aos pesquisadores que querem ajudar na empresa, no processo...

O SR. LUÍS LAMB – Ótimo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E estão sendo processados.

Foi até no Rio Grande do Sul, Lamb, o professor da Universidade de Pelotas, que agora foi para Alagoas. Vários colegas dele foram processados pelo tribunal, porque foram para a empresa. Não sei se usaram o nome consultoria, assessoria, e esses termos acabam dando margem a processo. Então, a gente está mudando. Encaminhem se tiverem alguma sugestão para a gente poder dar segurança para os pesquisadores, não só inclusive ter progressão na universidade, para além das publicações científicas...

O SR. LUÍS LAMB – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... mas também nessa produção de patente...

O SR. LUÍS LAMB – Tecnologias, projetos. Sem dúvida!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A gente está vendo isso lá. Se vocês puderem olhar, Gadelha, o que está atrapalhando. É para dar segurança, porque hoje todo mundo tem medo. Hoje o pessoal...

O SR. CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA – Senador, um caso desse tem um efeito muito, muito...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Um desastre...

O SR. CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA – E, ao mesmo tempo, se a gente protege e dá uma solução, também tem efeito.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu também acho. Isso também acaba... Os caras colocam o nome de alguém, botam alguém e pronto. Acabou com o negócio. Muitas vezes acaba desestimulando.

Hoje para ter alguém para assinar alguma coisa... Entendeu? Não sei como faz lá no ministério para assinar alguma coisa hoje.

Então, a gente está trabalhando nisso. Seria bom depois a gente discutir um pouco.

O SR. CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA – Excelente, excelente!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agora, para as considerações, o Luís, agradecendo a sua presença e parabenizando pelo trabalho no Rio Grande do Sul, que a gente tem acompanhado.

Para suas considerações, Luís Lamb.

O SR. LUÍS LAMB (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Eu fico sempre à disposição para essas pautas que o senhor colocou ao final. Também posso colaborar como professor universitário. Eu fico à disposição para colaborar com o senhor. A sua assessoria tem os contatos.

Eu gostaria de agradecer ao Gadelha e ao Reginaldo pelos ensinamentos, mas eu vou colocar aqui, me atrevendo um pouquinho... O Gadelha respondeu muito bem, Reginaldo, às questões. Eu vou pegar outro viés, que é justamente o da inovação, do que o Brasil precisa para inovar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Gadelha tem um conhecimento de economia maior que o meu. Eu nunca me esqueço de uma palavra básica das minhas poucas aulas de Economia que eu cursei. Eu jamais esqueci isto: para mim, o termo mais importante em Economia é escassez, e a gente está, Senador, em termos de prioridade, com escassez de cérebros, escassez de recursos e escassez de priorização, digamos assim.

A gente não tem um grande projeto nacional – você colocou muito bem – estruturante do País, e este projeto tem de passar pela educação, pela modernização. Ali na ponta, os poucos laboratórios ou os laboratórios que temos também já passam a sofrer, tenho certeza de que o Gadelha percebe isso e que o Reginaldo na própria indústria, de escassez de cérebros e de pessoas bem formadas para essa economia do século XXI, isso é patente, é visual. Não há setor da economia tecnológica que não sofra com a falta de cérebros. E isto vem do fato, Senador, de a nossa educação, infelizmente, não ter acompanhado a evolução do mundo ao longo das últimas décadas. Nós não estamos, infelizmente, educando as crianças para o século XXI, educando as crianças para enfrentar esses desafios que elas terão na economia do conhecimento.

Então, se eu fosse humildemente propor uma estratégia nacional, sem dúvida, a educação moderna, a educação teria a prioridade central, porque o fator preponderante do domínio econômico de tudo aquilo que o Gadelha colocou, no século XXI, serão os cérebros, serão as pessoas bem educadas, as pessoas que vão ser capazes de produzir, de pensar, de elaborar os melhores fármacos, elaborar os melhores insumos da indústria farmacêutica, de trabalhar com tecnologias com inteligência artificial, vindo desse domínio em que a escassez maior aqui, Senador, não é de equipamentos – não é, incrivelmente não é –, a escassez maior de pessoas para a economia do século XXI, a maior escassez, a maior necessidade é de pessoas dessa economia moderna do século XXI. Por isso que tanto se fala de fuga de cérebros, por isso que tanto se fala nas organizações de perdas de talentos, então, este deveria ser o nosso foco.

Vindo um pouco para essa questão que o senhor coloca, o século XXI é o século da inovação. Há um famoso livro, o livro mais famoso de inovação é o *Dilema do Inovador*, do Christensen. E o nosso dilema, no País, é como fazer a transição para a economia da inovação. E tudo isso que o senhor fala, dessas amarras legais, elas são ortogonais à necessidade da inovação, porque a inovação pressupõe o risco.

Eu gosto também de um outro livro de um pensador, de um escritor, o Nassim Taleb, que é um dos grandes papas da probabilidade do risco no mercado financeiro. Não é keynesiano – viu, Gadelha –, mas ele escreve muito bem, o Taleb. Eu gosto muito porque ele fala de risco, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele coloca que as pessoas que mudam o mundo arriscam a própria pele. Um dos livros dele é *Arriscando a Própria Pele.*

Senador, as pessoas que mudaram o mundo foram pessoas que causaram disrupções. Para quem é religioso, os santos colocaram a pele... Hoje os santos referenciados na igreja foram pessoas que inovaram e colocaram em risco a própria pele. As pessoas que inovaram, que mudaram o mundo como Oswaldo Cruz, como Carlos Chagas, colocaram em risco a própria pele. A gente sabe da história da revolta da vacina, de tudo o que ocorreu no Brasil na ciência brasileira. Grandes cientistas arriscaram a própria reputação, eles não reproduziram o modelo usual da ciência, eles foram capazes de mudar paradigmas. Então, Senador, se nós queremos mudar o Brasil para o século XXI, sim, o Senado tem um papel fundamental nisso que o senhor coloca, que é mudar a forma como nós enxergamos os marcos regulatórios de ciência, tecnologia e inovação. Nós temos que fazer essa transição para a economia da inovação e essa economia da inovação pressupõe uma palavra que é fundamental, com que a gente ainda não sabe lidar, que é o risco. Tudo isto que o Gadelha colocou, de quem vai colocar assinatura no final, é o risco.

E o americano – aí cabe um elogio aqui – sabe lidar muito bem com isso. Eles sabem que um projeto público pode dar errado. Eles sabem que, no projeto Apollo, para o homem chegar no Apollo 11 à Lua, do Apollo 1 ao 10, vários deles não funcionaram, quebraram, faliram e bilhões de dólares... Alguém assinou a conta, viu, Gadelha? E não foi preso porque o foguete caiu. Imaginem o projeto Apollo no Brasil: cada vez que o foguete caísse, o que aconteceria com quem assinou o projeto do foguete que caiu e se perdeu o recurso?

Então, é claro que é um exagero retórico aqui. É evidente que é um exagero retórico, é evidente que ninguém está propondo arriscar recursos públicos de forma irresponsável, não. O que a gente está colocando é, sim, sentarmos todos a uma mesa e propormos uma mudança desses marcos regulatórios, que tenham em vista as necessidades da economia inovadora do século XXI.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado ao Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bacana. Obrigado, Luís Lamb. Foi muito bom. Parabéns pelo trabalho desenvolvido na Secretaria do Rio Grande do Sul.

Passo, então, a palavra para o Reginaldo Arcuri, que é o Presidente do Grupo FarmaBrasil, também para fazer suas considerações finais, já agradecendo pela participação.

O SR. REGINALDO BRAGA ARCURI (Para expor.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que eu vou me manter concordando com o que o Gadelha e o Professor Luís falaram com relação a essas questões. Eu não tenho nenhuma divergência, acho que é exatamente o que eles disseram.

Eu queria aproveitar aqui esses minutos finais para tratar do presente. E aí, de novo, não só agradecer, mas ressaltar o papel que o senhor está fazendo. Nós estamos aqui reunidos, pessoas com experiências de vida variadas, mas que, de qualquer forma, numa posição ou noutra, sempre buscando o desenvolvimento e a transformação do País. E o senhor fez uma coisa que, nesses tempos presentes que estamos vivendo, é rara, que é construir espaço para trabalhar os consensos e buscar construir aquilo que, esperamos todos, venha a ser o futuro, mas construir hoje.

E isso é mais importante ainda, pelo menos na minha limitada opinião, porque nós estamos vivendo um período histórico que dificilmente acho que poderemos comparar com outro. E o Parlamento brasileiro é a força decisiva, neste momento, para a condução do País. Isso é uma mudança muito grande em relação às últimas décadas. E nós precisamos aproveitar esse mecanismo, porque daí deriva efetivamente a possibilidade de construirmos o futuro a partir de agora. Então, não só com esse conjunto de projetos que o senhor já conduziu, esse da possibilidade de, sem culpa e sem risco, os cérebros das nossas universidades poderem trabalhar com as empresas, o que é uma coisa que as empresas precisam desesperadamente, isso é essencial.

Agora, o mais fundamental é o espaço de debate junto com quem é capaz de tomar decisões, quer dizer, nós estamos aqui compartilhando as nossas visões com o senhor, que é quem pode conduzir isso na Casa Alta do Congresso.

Então, eu gostaria não só, repito, de agradecer, mas, se me permite, estimular que o senhor amplie esse tipo de discussão, como essa que o senhor está fazendo agora no final. Há um problema com relação ao marco jurídico em que os professores podem estar trabalhando desenvolvendo inovação nas empresas? Há. Então, vamos trabalhar juntos e vamos desenvolver. Eu acho que isso é o que é o mais fundamental. Nós não podemos só ficar agora nas expectativas e nas intenções. Temos que todo dia continuar construindo as soluções.

E, repito, eu estou realmente muito impressionado com isto: é hoje, no Parlamento, que está a possibilidade de nós transformamos o País.

Então, é o meu ponto de vista, de novo agradecendo aí a essa excepcional oportunidade de compartilhar aqui e aprender. Eu sempre tenho aprendido muito com o Gadelha, com o Professor Luís, que eu tive o prazer de conhecer hoje, mas fundamentalmente compartilhar com o senhor uma experiência de construção do País na prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está ótimo.

Eu também quero, mais uma vez, então, agradecer a participação de todos vocês: Gadelha, obrigado; Luís Lamb, Reginaldo.

E também cumprimentar todos os internautas aí, os nossos telespectadores e ouvintes da Rádio Senado também.

Nada mais havendo a tratar aqui, eu declaro, então, encerrada esta presente reunião, agradecendo a todos.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dezesseis horas e oito minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e um, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença do Senador Mecias de Jesus. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 8/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater o tema: "A superação da escassez de recursos humanos para a transformação da economia brasileira". **Participantes:** Sr. Adolfo Furtado, Gerente de Remuneração, Benefícios e Segurança do Trabalho na Empresa Klabin; Sr. Heitor Mello Peixoto, Sócio-Diretor da Eyesonfuture; Sra. Dalva Moreira, Diretora de Recursos Humanos da International Flavors and Fragrances-IFF; e Sr. Paulo Pássaro, Consultor sênior da Korn Ferry. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de agosto de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema: "A superação da escassez de recursos humanos para a transformação da economia brasileira".

Foram convidados a participar o Sr. Adolfo Furtado, Gerente de Remuneração, Benefícios e Segurança do Trabalho da empresa Klabin; o Sr. Heitor Mello Peixoto, Sócio-Diretor da Eyesonfuture; Sra. Dalva Moreira, Diretora de Recursos Humanos da International Flavors & Fragances (IFF); e Sr. Paulo Passaro, Consultor Sênior da Korn Ferry.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no senado.leg.br, ou também pelo telefone 0800-0612211.

Na exposição inicial, os convidados usarão a palavra por até 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar suas considerações finais em 10 minutos.

Agradecendo a participação dos convidados, eu já passo a palavra ao Sr. Adolfo Furtado Gonçalves Junior, Gerente de Remuneração, Benefícios e Segurança do Trabalho da Klabin. É advogado, com pós-graduação em gestão das relações trabalhistas e sindicais pela Fundação Dom Cabral, em Direito Material e Processual do Trabalho, pela ESA-OAB; MBA em gestão de recursos humanos pela Fundação Getúlio Vargas. É membro do Núcleo de Relações Trabalhistas e Sindicais do Rio de Janeiro, foi Gerente de Relações Trabalhistas da Vale S.A e Gerente de Relações Trabalhistas da Companhia Siderúrgica Nacional.

Com a palavra o Dr. Adolfo Furtado.

O SR. ADOLFO FURTADO (Para expor.) – Primeiramente, Senador Izalci, eu gostaria de agradecer o convite. Agradeço estar aqui junto com os colegas, Paulo Passaro, Heitor Peixoto e Dalva Moreira.

Acho que é importante este debate, é importante discutirmos sobre a escassez de recursos humanos e as soluções, os caminhos que a gente tem que adotar para melhorar, para que a gente mais desenvolvimento e ajude com o desenvolvimento do País. E aproveito o momento para dizer que fico muito feliz que o senhor esteja propondo esse tipo de discussão, que só tem a agregar ao nosso País e ao desenvolvimento das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o tema, eu preparei uma breve apresentação só para ilustrar como a gente tem feito na Klabin para avançar nesse tema, para desenvolver pessoas. Eu vou falar um pouco disso. A gente recebe bastante gente com deficiência no preparo, na educação e no conhecimento técnico, e a gente tem de fazer o preparo dessas pessoas para que a gente possa desenvolver as nossas operações.

Eu vou compartilhar com vocês e vou seguir. (*Pausa.*)

Vocês já veem a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está ótimo.

O SR. ADOLFO FURTADO – Vamos lá.

Eu parti de breves premissas: nós temos profissionais com formação insuficiente, deficiente no País; nós temos profissionais sem conhecimento básico em tecnologias digitais; baixa quantidade de profissionais capacitados e uma grande disputa por profissionais qualificados no setor. Acho que não é muita novidade para as pessoas. Nós temos várias pesquisas – tenho certeza de que os colegas vão falar bastante sobre isso – que mostram essa deficiência na formação técnica que a gente tem no País.

Então, olhando aqui para o cenário que a gente vive na Klabin, a gente vem com vários projetos: o projeto de celulose, que foi finalizado em 2016; temos um projeto que finaliza a primeira parte agora e uma segunda parte em 2023, que junta esse Puma I e o Puma II, a gente dobra a companhia de tamanho, mais que dobra a companhia; também estamos lá trabalhando na expansão do Porto de Paranaguá e construindo as nossas armazenagens; e, para suportar todo esse crescimento, ainda há uma expansão muito forte da base florestal, além de projetos em outras regiões do Brasil que temos previstos para os próximos anos. Ou seja, a gente tem um forte ciclo de crescimento, que vem acontecendo desde 2011, com essa entrega da máquina de celulose em 2016, e, para esse forte crescimento, a gente carece de muita mão de obra e mão de obra técnica.

Então, as principais profissões e formações, para ilustrar aqui como é difícil e complexo a gente buscar essas pessoas, esses profissionais no mercado, nas universidades e em centros tecnológicos, a gente tem demandado muito profissional do setor florestal, que é um setor em que a gente tem pouca formação no País. Então, a gente acaba tendo de formá-los no dia a dia mesmo, a gente tem pouquíssimas escolas que preparam exclusivamente para esse setor. Também há muita demanda por técnicos especializados – e aí estou falando de celulose, papel, técnicos em química, técnicos em elétrica – e por profissionais de tecnologia da informação – aí estou falando muito de dados e *analytics*. Aqui eu puxo para esses outros de que já falei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive para os outros que estão logo abaixo, que são mecânicos e manutentores: a formação básica hoje requer um conhecimento de tecnologia da informação e de *analytics* muito forte. Hoje a gente encontra máquinas, quando falo do setor florestal, que são altamente automatizadas, e a gente tem pouca gente com formação para operar essas máquinas. Então, eu acabo demandando mais tempo para a formação dessas pessoas. E também muitos mecânicos, técnicos mecânicos são raros no mercado, a gente tem uma formação muito *on the job*, ou seja, dentro das empresas, e os manutentores, que são os que atuam dentro das operações e também nas manutenções.

Sobre esse tempo para essas formações, eu estou falando que saí de 2013, com 10 mil trabalhadores, aproximadamente, para agora, em 2022, com aproximadamente 20 mil colaboradores, ou seja, eu tenho uma demanda por mão de obra que dobra há quase dez anos, e a formação disso é extremamente necessária. A gente busca com isso apoio nas entidades de formação, como o Senai – eu vou falar um pouco mais à frente sobre isso –, mas ainda carece de muita energia nesse setor.

O que nós temos feito? Essa é uma parte importante da contribuição que eu vejo das empresas. Falo aqui em nome da Klabin, obviamente, mas tenho certeza de que todas as empresas têm feito isso, principalmente no setor que eu conheço um pouco mais. A gente busca a formação: busco ter estágios técnicos, busco, junto com a aprendizagem técnica, a formação química, de que eu tenho necessidade pelo tipo de empresa, atuo com *trainees,* com projetos internos como Academia do Conhecimento; trato com bolsas, qualificações e cursos, aperfeiçoamento em outros cursos.

Então, tudo isso a empresa faz em dois pilares: usando o público externo, em que a gente busca novas pessoas que a gente vai contratar – e isso eu busco na comunidade, faço formação com a comunidade do entorno onde nós estamos instalados –; e também com o público interno, porque a gente chega com algumas pessoas que vêm, começam em operações mais básicas, e eu preciso desenvolver e avançar no conhecimento dessas pessoas ao longo do tempo para que elas possam crescer, continuar crescendo dentro da companhia e também atender às novas tecnologias que chegam a todo momento dentro da indústria.

Um ponto bem relevante aqui, e acredito que é muito afim com o tema dessa escassez que a gente tem de mão de obra, a gente ouve muito falar sobre o custo Brasil e a gente nunca sabe exatamente que custo é esse. E um pouco desse custo é esse tempo que a gente precisa de fazer uma nova formação, ou de melhorar a formação, melhorar o desenvolvimento das pessoas para que então eu possa atuar nos meus projetos e fazer projetos de novas operações para o futuro e melhoria das operações que nós também temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um resumo aqui, para a gente entender bastante como é feito, como as empresas têm feito isso para suprir essa necessidade. De 2015 a 2021, nós tivemos ali – eu até coloquei em vermelho ali – 538 mil horas de formação, ou seja, a companhia, a empresa teve de buscar isso, fazer isso. É claro que a gente buscou apoio de entidades. A gente trabalha muito forte com o Senai, com as universidades tecnológicas, com o Sesi. Agora há esse Ceep, que é um centro de educação voltado para técnico florestal, que existe no interior do Paraná. Então, a gente busca desenvolver isso, mas ainda é pouco para a necessidade das empresas, para a necessidade do que o mercado precisa.

Como eu falei numa das premissas, lá no início, além daqueles pontos, a gente ainda tem a necessidade de todo o setor, ou seja, você faz uma formação e outro setor ou outra empresa do mesmo setor vem ali e busca aquela mão de obra que você formou. É claro que é melhor formar e correr esse risco do que não formar a pessoa, mas a gente acaba tendo essa troca de mão de obra entre as empresas e acaba não tendo uma formação que vá dar sustentabilidade no mercado de trabalho para essas pessoas.

Então, de forma bem resumida, esse é um tempo que nós temos de investir. Ou seja, entre 2015 e 2021, nós investimos muito tempo, muito dinheiro, muito conhecimento para ter uma formação ou até uma reciclagem de formação de pessoas, para que pudessem então ingressar na companhia, ingressar nos projetos e seguir com empregabilidade.

A demanda por profissionais no setor, que é um pouco do que eu estava dizendo, visa a buscar essa formação das pessoas, visa a melhorar, ajudar, contribuir fornecendo profissionais para que as escolas e centros tecnológicos possam melhorar os professores e melhorar a formação, mas a demanda continua muito alta. Iguais aos nossos, nós temos projetos, no interior de São Paulo, de celulose, de papel, no Triângulo Mineiro, em Santa Catarina, e em quase todos eles há expansão de capacidade de operação fabril e florestal, e eu identifico uma carência ainda maior no setor. Então, a demanda é muito alta e, quando a gente olha para o que a gente recebe do mercado de formação, das universidades, dos centros tecnológicos, ainda é muito pouco e ainda vem com muita deficiência para as empresas.

Era um pouco do que eu queria passar aqui, só para dar o contexto para os debates e conversas. É um tema extremamente relevante sobre o qual nós devemos nos preocupar, porque realmente é um tema que atrasa um pouco o desenvolvimento das empresas: toda essa formação ou uma formação deficiente das pessoas.

Então, deixo um pouco para debatermos ao longo das conversas com os demais colegas.

Agradeço aqui pela oportunidade para a apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Adolfo.

Imediatamente eu passo a palavra ao Heitor Mello Peixoto, Sócio-Diretor da Eyesonfuture. É fundador e é formado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie; tem Mestrado em Administração da PUC, São Paulo; MBA pela BSL; concluiu formação também no ICF; foi fundador do BSP, da Escola de Negócios, empresa de gestão de carreiras; atuou no projeto de governança e estratégia para empresas familiares em diversos setores, da MCCI à governança e estratégia. É autor do livro *Empreendedorismo de A a Z – Casos de quem começou bem e terminou melhor ainda.* E ministrou o curso de Empreendedorismo e Inovação em programa de pós-graduação. Foi diretor-executivo em conexões com o mercado de DHR internacional, como vice-presidente executivo. Tem mais de 25 anos de experiência na gestão de talentos, incluindo recrutamento, seleção e desenvolvimento de lideranças e transição de carreiras.

Agradecendo, já passo a palavra, então, ao Dr. Heitor Mello Peixoto.

O SR. HEITOR MELLO PEIXOTO (Para expor.) – Obrigado. Faço minhas as palavras do Adolfo ao agradecer o senhor pela oportunidade, Senador, de a gente debater esse tema. Agradeço também a presença dos colegas Dalva Moreira, Paulo Passaro e Adolfo Furtado.

Optei por não fazer uma apresentação, fazer só verbal.

Eu trouxe três aspectos que acho muito importantes para essa questão da mão de obra.

Ao longo desses 30 anos de carreira, eu atuei durante um bom tempo no setor de educação e, nos últimos oito, no setor de recrutamento e seleção. Então, eu estou na ponta do cliente que está buscando profissionais e muito da minha atividade é focada no recrutamento e seleção para educação, para instituições de ensino nos diversos níveis: educação básica, ensino superior, editoras, escolas de idioma.

Eu vou começar a minha apresentação dizendo que eu tive uma oportunidade muito interessante, em 1992, quando fui fazer um MBA fora, na Suíça, e de lá deu para perceber que o mundo tinha uma visão do Brasil muito diferente da que nós mesmos, brasileiros, tínhamos. Isso se deu imediatamente após o *impeachment* do Senador Collor, com inflação de 70% ao mês, mas nós tínhamos pontos muito interessantes, como, por exemplo, um mesmo idioma: 200 milhões de pessoas que falam o mesmo idioma e, à época, praticamente a mesma religião. Enfim, terras em abundância, recursos naturais, um povo pacífico. Isso para a gente era tudo dado. Eu tive colegas da Índia, por exemplo, onde você tem 20 dialetos diferentes. Para você fazer uma embalagem, é um grande problema: qual dos 20 dialetos você vai usar? Ou seja, o mundo inteiro estava de olho no Brasil para investimentos, por todas essas características e por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sermos uma democracia já com uma infraestrutura. Só que a gente precisava, literalmente, falar o mesmo idioma do resto do mundo e, aí, surgiu a ideia de criarmos uma escola de negócios – foi uma das primeiras do Brasil – com o MBA em inglês. Isso foi em 1995.

Tive oportunidade de ter alunos das três empresas aqui representadas, tanto da Korn Ferry quanto da IFF e da Klabin. Enfim, eu atuei durante 15 anos em educação, com este MBA em inglês basicamente e, depois, em outros cursos. Essa escola foi vendida para um grupo americano em 2007 e, no ano passado, foi vendida para um outro grupo.

Então, a minha primeira pontuação aqui é a respeito do inglês, da necessidade do inglês, e isso nos diferentes níveis. Eu não estou falando só de altos executivos, que era o caso da nossa escola, que realmente estavam se preparando para alçar voos mais altos e hoje estão em posições de direção, literalmente no mundo todo, vários inclusive expatriados. O inglês hoje é uma demanda nos vários níveis de empresas e até em atividades – vamos dizer assim – em que o falante pode ser um pequeno empresário, pode ser um guia turístico, pode ser dono de um pequeno restaurante num destino turístico; pode ser uma pessoa de uma empresa de pequeno porte que fornece para uma multinacional. Ou seja, o inglês é cada vez mais demandado.

Para a nossa empresa, na qual atuamos no recrutamento e seleção para empresas brasileiras essencialmente ou para multinacionais de pequeno e médio porte, o inglês tem sido uma das principais barreiras para a contratação de profissionais. E a gente nota isto: a demanda para o inglês está sendo não só para posições diretivas e posições gerenciais, como foi no passado, mas também passando a ser para posições de coordenação, de supervisão, até por conta de uma das coisas de que vamos falar: as deficiências tecnológicas, a formação.

O Adolfo citou muito as horas investidas na formação de profissionais. Muitas vezes essa formação necessita de auxílio de pessoas de fora ou de conteúdo vindo de fora. Então, o inglês passa a ser demandado nos diferentes níveis. Felizmente, hoje, praticamente 30 anos depois da fundação da nossa escola, a gente está assistindo a um *boom* de escolas bilíngues e internacionais, mas essas próprias escolas estão sofrendo com a falta de mão de obra, que são os professores. E, aí, o dilema dessas escolas costuma ser: "Bom, nós pegamos um professor de matemática e ensinamos inglês para que ele dê aula de matemática em inglês" – isso vale também para qualquer outra matéria – "ou pegamos alguém que fale inglês e ensinamos a dar aula de matemática, como um engenheiro por exemplo?"

Então, esse *boom* de escolas bilíngues internacionais está sendo, de uma certa maneira, retardado pela falta de professores. Então, o lado bom é que acho que estamos acordando para essa necessidade. E quando a gente fala em *boom* de escolas bilíngues internacionais, não só em iniciativas para elite, mas também hoje iniciativas para classes C e D, para que isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja estendido para um volume maior de pessoas que tenham acesso ao idioma. Então, eu acho que esse é um dos pontos para mim primordiais para que a gente avance no tema.

O segundo, o próprio Adolfo já mencionou, que é a tecnologia, a baixa qualificação em termos de tecnologia. Eu não sei se por sorte, a pandemia trouxe uma série de desgraças, de perdas, de dificuldades, mas ela trouxe um ponto positivo, que foi a gente avançar na agenda da tecnologia dez anos em um ano. Nós, no começo da pandemia, tínhamos clientes, por exemplo, que nunca tinham feito uma entrevista por vídeo, sendo que nós, da nossa empresa, fazemos 100% das nossas entrevistas por vídeo desde 2018. Clientes que precisaram recrutar profissionais sem nunca terem visto esse profissional, essa profissional. Essa escassez de tecnologia – eu queria só me aprofundar um pouco mais que o Adolfo –, a gente vê desde a quantidade de profissionais, que é em número insuficiente, mas também na defasagem na formação desses profissionais, muitos saídos do ensino superior, que leva de quatro a cinco anos – cinco anos, em termos de tecnologia, é uma eternidade –, então aquilo com que o profissional sai ao terminar a formação superior na área de tecnologia, dos anos iniciais, já está praticamente quase tudo obsoleto. Então, a gente precisa de um outro tipo de formação mais rápida, com as tecnologias atuais.

E a gente também combina isso, além da quantidade, da escassez, da defasagem pela formação, a gente também associa que os jovens, que têm maior facilidade com a tecnologia – em tese, porque eu também já vi que isso é em tese, não necessariamente – eu diria que são, como a gente fala na nossa área, mais voláteis em termos de carreira, mais instáveis em termos de carreira. Então, é muito comum as empresas perderem facilmente esses jovens para outras empresas por conta de ofertas melhores, às vezes por pequenas quantias a mais de remuneração, enquanto a gente tem, de um outro lado, profissionais da faixa dos 50 a 55 anos com muita energia, com muita experiência, com muito gás ainda no mercado com dificuldade para encontrar uma posição.

Já participei de várias conversas de como qualificar esses profissionais da faixa dos 50+ para que eles atuem também no setor de tecnologia, complementando essa nova geração que já vem atuando.

E acho que, para finalizar, o terceiro ponto que eu gostaria de colocar é o empreendedorismo. Por que o empreendedorismo? A gente sabe que o maior empregador do País são as pequenas e médias empresas. As grandes empresas oferecem condições de trabalho excelentes, oferecem benefícios, oferecem treinamento, oferecem, enfim, uma carreira, muitas vezes uma carreira internacional, mas muita gente não vai ter acesso a essas empresas e vai ter que montar o seu próprio negócio, vai ter que montar o seu pequeno negócio e vai ter que tocar isso à frente. E o que a gente nota é que faltam também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimentos muito básicos sobre o empreendedorismo. Nós falamos que o Brasil é um País de empreendedores, mas é um empreendedorismo muito por necessidade, muito sem base, muito no *feeling*, muito no "achômetro", sem o preparo adequado de coisas básicas, como o fluxo de caixa, entender uma necessidade de capital de giro, entender um pouquinho de *marketing* e entender um pouquinho de recursos humanos. Do lado acadêmico, eu fiz um mestrado *strictu sensu* em Administração, minha dissertação foi sobre empreendedorismo e se transformou num livro, que é o *Empreendedorismo de A a Z*, que conta história de quatro empreendedores que foram da ideia do negócio até a venda do negócio. Mas, infelizmente, na minha dissertação de mestrado, eu utilizei poucos autores brasileiros. A gente tem poucos autores. Apesar de sermos o País do empreendedorismo na prática, na academia ainda são poucos os autores que são realmente relevantes no tema. Há algumas exceções óbvias, mas a maioria dos autores que citamos numa dissertação de mestrado são autores internacionais, estrangeiros, que vivem uma realidade completamente diferente da nossa. Então, até nisso eu acho que é importante estimular o aprendizado de questões básicas do empreendedorismo já para as crianças em fase de formação, cursos técnicos, noções pelo menos, mas também reforçar o estudo do empreendedorismo na academia, porque nós infelizmente, com algumas exceções, não temos, vamos dizer assim, uma relevância no mundo acadêmico no que tange ao empreendedorismo.

Então, eu acredito que esses três pontos – para a gente concluir: o inglês, o ensino de inglês; o da tecnologia e o empreendedorismo são fundamentais para a gente avançar, para gente conseguir fazer com que o País cresça e gere os empregos que todos buscam, que todos querem.

Eu acho que encerro por aqui minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Heitor. Parece até o óbvio, não é? Mas sabedoria é reconhecer o óbvio. Realmente, as coisas são tão claras da necessidade. Parece até que são coisas simples, mas a gente tem essa defasagem toda.

Há aqui muitas mensagens já dos nossos internautas. Só para reforçar, aqueles que quiserem participar, está chegando muito aqui: senado.leg.br ou pelo 0800-0612211. É um assunto que desperta muito interesse, principalmente para os jovens.

Bem eu vou passar... Agradecendo já ao Heitor, passo imediatamente à Dalva Moreira, que é Diretora de Recursos Humanos do IFF. A Dalva Moreira é Diretora global de Recursos Humanos do IFF, formada em Marketing e Administração de Empresas, com especialização em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral. Possui também formação em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Universidade Michigan, nos Estados Unidos, e é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certificada em Coaching e Gestão de Mudanças. Além do Brasil, teve experiência internacional em Moçambique; há mais de dez anos, trabalha com diversos mercados na América Latina; tem experiência em gestão de talentos, cultura organizacional, iniciativas de diversidade e inclusão, programa de desenvolvimento de liderança e em projetos de fusão, aquisição e integração de empresas.

Com a palavra, já agradecendo, a Professora Dalva Moreira.

A SRA. DALVA MOREIRA (Para expor.) – Obrigada!

Assim como meus colegas, eu agradeço a oportunidade, é um prazer estar aqui. E espero contribuir um pouco para essa discussão, porque é um assunto de extrema relevância que precisa e deve realmente ser amplamente debatido.

Eu gostaria de trazer talvez dois aspectos um pouco mais holísticos para colaborar com essa discussão. Eu quero falar um pouco sobre competências digitais, alinhando com o que o meu colega falou antes sobre tecnologia. E eu acredito também que essa temática é uma grande oportunidade para a promoção de equidade e de inclusão social. Então, ao final, eu quero falar um pouco sobre isso também.

Bom, eu trouxe alguns dados que eu fui buscar de algumas pesquisas. Eu verifiquei que, de acordo com dados recentes, existe uma pesquisa, na verdade, do Google com a Consultoria McKinsey, que mostra que o Brasil tem a quarta maior população *online* do mundo, ou seja, sete entre dez brasileiros estão conectados e, em média, passam, às vezes, até nove horas por dia conectados. É um grande número, considerando a população que a gente tem.

Entretanto, tem um outro dado que pode nos trazer algum tipo de preocupação e que colabora com essa discussão. Essa mesma pesquisa determina um índice de maturidade digital. Esse índice tem uma escala de zero a cinco, e o Brasil alcança uma nota três. Basicamente, o que significa isso? Os usuários no País são muito familiares com as habilidades básicas digitais, como acessar a internet, fazer uma busca, usar um aplicativo e usar mensagens. Entretanto, o que falta – e eu acredito que está em desenvolvimento no País? Faltam aquelas competências que são mais necessárias para criar essas ferramentas, para criar esses aplicativos e esses sistemas. A gente vê países como Argentina e México se tornando grandes polos de tecnologia, tendo várias empresas já criando centros de serviço e suporte. O Brasil, sim, vem avançando nesse quesito, mas é como se a gente estivesse falando aqui de algo que eu vou conectar com a fala do Heitor. Eu me lembro de, há pouco mais de vinte anos, ver as pessoas – e eu, inclusive – passando da datilografia para aprender a digitar num computador e usar um computador. A gente está falando aqui, hoje em dia, não só de usar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um computador mais; a gente está falando de criar tecnologia; a gente está falando de inovação, e inovação vem com criatividade.

Em relação a isso, foi interessante que essa pesquisa me trouxe outra informação, que vale a pena compartilhar: as desigualdades no domínio dessas competências digitais, de certa forma, espelham as desigualdades de gênero, de raça, de idade que ainda existem no País, ou seja, uma coisa está correlacionada com a outra, de certa maneira, porque, no final, a gente volta a falar do aspecto de educação, de treinamento e de qualificação das pessoas para que elas possam ter oportunidades profissionais.

Basicamente, essa mesma pesquisa aponta que as respostas mostram que as pessoas com mais idade e a população com mais baixa renda têm menos habilidades digitais. Nessa lista também entram as mulheres mais jovens, o que justifica uma grande dificuldade que eu tenho – e alguns colegas no mercado de tecnologia me contam muito sobre isso –: a grande dificuldade de se contratarem mulheres no mercado de tecnologia. A cada dez candidatos que se apresentam, uma ou duas são mulheres nesse mercado.

Um trabalhador poderia agregar cerca de R$400 a mais numa renda mensal e também aumentar a empregabilidade com mais competências digitais. Está claro isso, e não me deixa mentir tudo o que o Adolfo apresentou no início desta sessão.

Essas habilidades, entretanto, não são, nem sempre, só relacionadas a aspectos técnicos, mas também a capacidades humanas, que são – eu acredito – desenvolvidas num ambiente educacional, mas também dentro das organizações. Refiro-me a capacidades como: de colaboração, empatia, resiliência e também a algo de que a gente fala muito hoje em dia: a capacidade de aprender e desaprender, que é uma das principais competências exigidas para os profissionais que realmente trabalham com o digital e com a tecnologia, porque o nível de atualização é tão alto que, se a pessoa não puder ter esse grande potencial de aprendizagem para aprender e desaprender, ela acaba ficando desatualizada muito rapidamente.

Os impactos da pandemia trouxeram, então, maiores desafios quanto a essa falta de profissionais com as competências de que as empresas necessitam. E, por mais que as empresas possam realmente desenvolver e investir em treinamento e em capacitação, ainda assim, há um atraso para atender as demandas das organizações.

Há uma estimativa do Fórum Econômico Mundial de que cerca de 40% dos trabalhadores precisarão de requalificações dentro de seis meses a um ano. A gente sabe que o custo disso é alto, tanto para os indivíduos que tentam se capacitar quanto para as organizações, e não menos para o Governo, em termos de educação pública. E encontrar uma equação que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viável eu creio que é o grande desafio para a gente realmente ter competitividade, não só no mercado dentro do País, mas no mercado internacional.

Ainda há pouco, eu falei dessa pesquisa que fala das desigualdades e o quanto elas refletem aí e espelham outros tipos de desigualdades no País. Pois bem, o que a gente acaba presenciando no dia a dia é que a oferta das melhores oportunidades de trabalho está concentrada em um pequeno grupo de profissionais com uma formação e uma capacitação acima da média, e, muitas vezes, há uma guerra entre as empresas para contratar e para reter essas pessoas.

Diversas pesquisas apontam – inclusive a da consultoria Korn Ferry, de onde o Paulo Passaro, meu colega, é consultor – e confirmam o quanto empresas que têm realmente mais diversidade em sua força de trabalho têm melhores e maiores resultados, assim como ampliam a capacidade de criatividade e inovação.

Aonde eu quero chegar com essa correlação? A gente está falando que uma grande potência que é realmente a questão da tecnologia e da educação tem sido um ciclo vicioso de exclusão social no País. Enquanto as empresas, na verdade, buscam somente esses candidatos com uma formação diferenciada, elas estão deixando de fora várias outras pessoas e deixando de fora a possibilidade de gerar oportunidades para um grupo ainda maior de pessoas, se tivesse maior acesso a essa educação.

É claro que existe também o outro lado, como foi falado pelo Adolfo: a empresa de que ele fala, a Klabin, e várias outras empresas têm trabalhado para oferecer cursos de formação não só para os seus funcionários, mas também abertos ao público em geral, podendo essas pessoas ser contratadas, inclusive, por outras empresas. Do que a gente chama isso? A gente chama isso de ações afirmativas, que são medidas políticas que podem ser de um governo, de uma empresa, de organizações ou da soma dessas três partes juntas, através de um esforço em conjunto que visa realmente a reduzir esse tipo de exclusão não só social, mas de certa forma cultural e econômica de grupos que de alguma maneira são menos favorecidos e mais vulneráveis ou que até já sofreram ou sofrem algum tipo de discriminação.

Essas ações afirmativas são uma alternativa que tem sido amplamente usada pelas empresas. Acho que um dos exemplos que eu posso trazer para colaborar realmente com a lista que o Adolfo trouxe no início desta sessão são, por exemplo, os programas que têm sido implementados pelas empresas para aumentar a representatividade de pessoas negras dentro das empresas, principalmente de jovens, sejam estagiários, sejam *trainees*, aprendizes. Por quê? Porque, a depender, hoje em dia, da organização em que você entra, ou no momento em que a gente entrava em um escritório ou em uma sala virtual como esta... Apesar de a população deste País ser predominantemente negra ou autodeclarada como parda, você entra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em certas organizações e não vê isso, você não vê refletida dentro da empresa a sociedade que a gente vê do lado de fora.

São muitas as empresas – eu poderia aqui dar uma lista delas – que têm feito essas ações afirmativas e que realmente já começaram a visualizar uma diferença no porcentual de pessoas dos ditos grupos de minoria, uma diferença para realmente aumentar essa representatividade e, com isso, voltar a falar da criatividade, da inovação e de como isso pode criar um diferencial competitivo para essas empresas.

Esses investimentos são sempre de longo prazo, mas, enquanto as empresas não tiverem esses investimentos, elas não vão colher os resultados. Eu acredito realmente em que, quanto mais empresas, organizações e também entidades públicas somarem esforços nesse sentido – e acho que hoje em dia há também vários exemplos de parcerias sob esse ponto de vista –, maior será o impacto para a transformação da economia do País, para a transformação na renda das pessoas, na própria educação e na empregabilidade.

Esses eram meus principais pontos. Eu finalizo aqui a minha exposição, devolvo a palavra ao Senador e fico à disposição para perguntas ao final.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Professora Dalva Moreira.

Já passo imediatamente ao nosso convidado Dr. Paulo Passaro, que é Consultor Sênior da Korn Ferry, consultoria organizacional internacional, e Líder Regional de Práticas da Korn Ferry da América do Sul. É formado em Engenharia Agronômica pela Unesp. É Master of Arts (MA) em Psicologia Organizacional e Liderança de Mudanças, do Teachers College, da Universidade de Columbia. Possui MBA. É executivo do Insead e tem certificado de Coach Executivo pela Lominger, Inc., da Universidade de Columbia. Atuou anteriormente como Diretor do IFF. Além do Brasil, tem experiência em mercados como os da América Latina, dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia.

Eu passo imediatamente a palavra ao Dr. Paulo Passaro.

O SR. PAULO PASSARO (Para expor.) – Boa tarde!

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

Boa tarde, demais membros da Mesa, prezados colegas!

É um prazer estar aqui!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A dificuldade de falar por último é que a gente tem que tentar evitar repisar alguns dos assuntos, mas a experiência de consultoria vai tentar fazer com que isso seja, pelo menos, um pouco mais atrativo a todos.

Acho que alguns dos elementos já foram muito bem tratados; outros, entretanto, merecem algum destaque. Eu vou começar de trás para frente.

Dalva, você acabou de falar da diversidade, e saiu uma matéria, hoje ainda, a respeito da diminuição do número de inscritos no Enem, sobretudo das minorias. O quanto isso vai afetar a inclusão das minorias no ensino superior e, por consequência, no futuro, a inclusão dessas minorias no mercado de trabalho?

O Adolfo traz isso, no começo, também, quando fala de formação e de qualificação, não é, Adolfo? Eu gosto de olhar isso sob a perspectiva do funil para a contratação, de que o Heitor também fala.

Se a gente pensasse... Eu usei isso como argumento dentro de empresas por muitas e muitas vezes. A gente olhava... Seja na formação acadêmica, seja na formação de ensino médio, isso já limita o recurso que você tem disponível no mercado de trabalho, não é verdade? Se pensarmos a população economicamente ativa brasileira, nós estamos falando de quanto? De 70 milhões, 80 milhões? Desses 70 milhões, 80 milhões, quantos teriam, então, esses requisitos básicos que as empresas, então, demandam do mercado de trabalho, seja ensino médio, seja ensino superior?

O Heitor repisa muito bem: se a gente determinar o inglês... Sobre o inglês, infelizmente, a gente não tem uma estatística muito confiável. Eu me lembro da época de IFF, não é, Dalva? A gente falava que 7% teriam o inglês. Se são 7%, então, a população que tem o requisito da formação e que está ativa, nós estamos falando de uma população realmente muito pequena. Ainda adicione-se a isso a questão da localidade. Você quer contratar essa pessoa no polo de Camaçari, ou em São Paulo, ou no interior de São Paulo, ou em Curitiba, ou no sul do País? Então, você provavelmente não vai ter essa disponibilidade no lugar onde você quer.

Eu me lembro também de um exemplo, Adolfo, do nosso colega Sergio Piza, quando a gente estava formando uma fábrica em Curitiba e precisava justamente fazer uma grande contratação de recursos ali para uma fábrica de alimentos que ia se instalar em Curitiba, no polo industrial. Ele, muito habilmente, fez uma parceria, Senador, com a universidade para promover o que hoje se chama, muito "bonitamente", em inglês, de *reskilling*, que é recapacitar a força de trabalho com melhores práticas de higiene, melhores práticas de manuseio de produtos alimentícios, para poder se abastecer, então, dessa força de trabalho e contratar essa população localmente. Chamava-se até de Universidade do Alimento, como se denominou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que este termo está um pouco repisado, Senador – na época, a gente talvez não usasse isso –, mas é uma parceria público-privada, é uma parceria da empresa com a universidade ou com o setor educacional para realmente adequar o conteúdo, adequar aquilo que é oferecido para o recurso, para que ele se torne mais atrativo, para que ele se torne mais efetivo, para que ele seja mais feliz depois no ambiente de trabalho. O que hoje a universidade, infelizmente, não necessariamente tem.... Não posso usar a tábula rasa, mas, por vezes, ela está distante do mercado de trabalho. E, aí, acontece o que o Adolfo trouxe no começo: a empresa tem um custo adicional para adequar o recurso àquela que é a sua necessidade, provavelmente também diminuindo a sua competitividade, porque isso é um custo, não é verdade?

A Dalva também fala *en passant* de uma coisa que a gente chama de *soft skills* ou de competências, algo que a gente infelizmente não ensina na faculdade, muito menos no ensino médio. A gente não ensina acerca do autoconhecimento e da autogestão, a gente não ensina como gerenciar ambiguidade. Hoje, o nosso mundo... Quando a gente pensou, Senador, que estaria fazendo esta audiência via vídeo, sem estar em Brasília, sem estar interagindo, sem estar tomando um cafezinho? Hoje, estamos interagindo aqui absolutamente de outra forma, num contexto em que temos todos os nossos desafios, e estamos tendo que conviver com isso. Como é que a gente aprende a lidar com isso? As coisas precisam também ser administradas pelos recursos.

Muito se falou sobre as competências digitais. Eu acho que elas são ótimas, mas existem outros sem-número dessas competências mais *soft* que a gente não aprende na faculdade. Como é que a gente vai interagir com os outros, não é verdade?

E a Dalva também fala sobre um outro ponto muito bom, e eu traduzo isso para a agilidade de aprendizagem: saber o que fazer quando a gente não sabe o que fazer. Outro exemplo clássico na pandemia: não sabíamos o que fazer, as empresas não sabiam o que fazer. Eu ainda me lembro do dia 17 de março, quando a gente declarou não o *lockdown*, Senador, mas o *lockdown* da empresa. Deixamos de ir para o escritório e fomos para casa. "Como é que a gente faz?" Esqueci o computador, ou eu tinha o computador, não tinha a fonte do computador. Nós tínhamos que aprender no meio do caminho e fomos reaprendendo como lidar com a situação.

O nosso contexto eu acho que só tem trazido mais desafios nesse sentido, e também precisamos ensinar a garotada a como se faz isso.

Hoje, ainda, a universidade ou o ensino médio focam muito na conformidade. E está o.k. que seja assim, viu, Senador? Não é, amigos? Às vezes você precisa realmente que a pessoa saiba operar a máquina, não há nada de errado com isso. Se ela não souber operar a máquina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Adolfo não contrata, não é? Ai de mim se, na minha época lá de roça, eu não soubesse dirigir o trator, mas hoje eu dirigir o trator não me garante nada, subir no trator... Ele mudou 200 vezes, não é? Você precisa saber operar a máquina. Agora, você precisa também adicionar uma camada aí de o que fazer quando a tecnologia não funcionar, por exemplo. E aí, vem dessa capacidade que a gente pode desenvolver de aprender e reaprender, como bem falou a Dalva.

Legal? Eu quis fazer de forma resumida e não repisar nos assuntos que já foram tratados.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Paulo Passaro.

É uma audiência de suma importância, essa questão da superação da escassez de recursos humanos para transformar a nossa economia. Eu tive o privilégio de ser Secretário de Ciência e Tecnologia, avoquei a educação profissional nessa secretaria e pude conhecer um pouco essa questão da educação profissional. E vejo os desafios que nós temos, porque, primeiro, essa dificuldade de aproximação das universidades, dos institutos federais, técnicos, das escolas profissionais do mercado.

O maior problema, talvez, inicia-se logo na grande diferença entre a gestão pública e privada. No setor privado, vocês fazem o que quiserem – não é? –, a empresa pode fazer o que quiser, só não pode fazer o que é proibido, mas, no serviço público, você só pode fazer o que é permitido. Então, isso faz uma diferença enorme. E esse talvez tenha sido um grande desafio que tive aqui como Deputado e agora no Senado, porque sou muito ligado à educação, ciência e tecnologia, exatamente para aproximar essa universidade do setor empresarial e do Governo, porque sem essa aproximação você não vai a lugar nenhum.

Então, falta na educação, principalmente na educação básica primeiro, uma formação que não temos hoje, de empreendedorismo, de administração financeira. A gente não tem... As crianças não sabem o que é poupança, não sabem o que é economia, o que é economizar, o que é isso, o que é aquilo. Depois, se entra no ensino médio, não há... Na minha, eu ainda peguei um pedacinho. Na minha época, havia ainda a escolha entre o científico e o curso técnico.

E agora eu tive o privilégio também de relatar, de ser o Presidente, aliás, da Comissão da Reforma do Ensino Médio – e já deveriam estar oferecendo os itinerários profissionais, desde o ano passado, mas veio a pandemia. Mas não adianta também oferecer os itinerários profissionais se você não tem o professor que tem a prática. Não adianta professor só com teoria e, principalmente, se não estiver muito lincado ao mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito comum as escolas também, as poucas escolas que temos, prepararem os jovens para uma coisa que já não existe mais, que não tem mais demanda no mercado.

Então, é um desafio imenso essa questão dos recursos humanos. Vocês falaram muito bem, começando aí pelo Adolfo: a empresa está se virando e ela mesma capacitando, porque ela não encontra no mercado. E na área de tecnologia é gritante, não é? Acho que estão faltando aí 600 mil profissionais neste mercado, porque não tem. E as pessoas ainda se formando em coisas de que o mercado já não precisa mais.

Eu nunca vi... Eu criei aqui em 98, vai fazer vinte e tantos anos, o cheque-educação, que depois virou o Prouni. Você ainda tem as bolsas do Prouni financiando Administração, e aí a pessoa se forma e fica desempregada. Então, não há um foco, não é? O Governo é o indutor das políticas públicas. Então, é óbvio que, se está faltando engenheiro, se está faltando médico, se está faltando químico, cabe ao Governo induzir isso, quer dizer, direcionar os programas para aquilo que é necessário para que os jovens...

O desafio da educação profissional, você vê a maioria dos países aí com 50%, 60% de jovens fazendo curso técnico, e no Brasil a gente não atingiu ainda 10%. E agora eu não sei como é que vai fazer, porque as escolas públicas terão que oferecer o itinerário. Onde há esses professores que conhecem realmente as necessidades do mercado? Foi dito muito bem, o Heitor falou muito bem também com relação a essa questão da tecnologia, e essa audiência de hoje é mais ou menos o que aconteceu na pandemia. O que aconteceu foi que se botou uma luz nos problemas, e a gente percebeu agora. Por isso, a gente avançou em dez anos não na capacidade de fazer, mas pelo menos as pessoas tiveram que se virar para, de alguma forma, poder participar minimamente. Eu mesmo estava preparando, antes da pandemia, reuniões em todas as regiões aqui, presenciais, aquelas que você faz em diversas salas, um auditório grande para fazer os debates na cidade, e aí veio a pandemia. Tivemos que fazer... Aí, nesse ponto, o Senado fez aqui uma revolução, acho que foi o primeiro Parlamento a ter o voto e as audiências remotas. Então, foi um exemplo.

Mas, na realidade, ficou mais claro, deu uma luz aí nas diferenças que nós temos, diferenças regionais, diferenças realmente de a grande massa dos nossos jovens não terem acesso. Por mais que a Dalva tenha colocado que o Brasil tem sete que estão conectados, nove horas quase que de internet e tal, mas nem escola, nós não temos banda larga nas escolas. Quer dizer, nós temos ainda uma formação analógica. O próprio Governo é analógico, as escolas são analógicas, não têm sequer conteúdos digitais. Então, é um grande desafio.

Mas, como fazer? Eu coloquei inovação na Constituição, porque não tinha isso. A gente conseguiu fazer o marco – todo o marco regulatório, a mudança do marco regulatório de ciência e tecnologia, inovação, pesquisa –, mas percebi agora, também, que ainda falta mudar muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa. As universidades ainda valorizam os artigos científicos sem se preocupar muito com a questão da transformação desse conhecimento em algo concreto no mundo real, de levar esse conhecimento para a população, para transformar isso em patente, em geração de renda e tudo.

Então, ainda é um desafio, não é? Muitos professores que se aventuraram a cumprir a intenção do marco regulatório estão respondendo agora o Tribunal de Contas, porque o Brasil é assim, ainda não valoriza resultado, ainda é analógico. É muito difícil, mas esse é o grande desafio. Acho que a pandemia trouxe ainda maiores desafios, como foi dito, inclusive, com relação às escolas bilíngues mesmo, não é? Onde é que estão os professores para dar aula de matemática, de ciências, de química, de inglês, português, espanhol, e agora também mandarim?

Então, é um desafio grande, mas é um mercado aberto. De fato, a gente precisa discutir muito o óbvio, apesar de ser óbvio tudo isso, não é? É incrível. Se alguém, assistindo a essa audiência, disser: "poxa, não é assim?", alguém de fora deve estar imaginando – se pegar esses países mais desenvolvidos –: "caramba, o Brasil não...". É incrível, e é verdade. Realmente estou cobrando aqui já faz um mês. Nós aprovamos aqui no Senado uma lei de banda larga nas escolas, aprovamos no Senado, aprovamos na Câmara, o Governo vetou, o Congresso derrubou o veto. É uma coisa óbvia banda larga nas escolas. E agora vem uma medida provisória desfazendo o que nós fizemos, uma coisa maluca, porque, de fato, é isto: educação, ciência e tecnologia não se fazem com discurso; tem que se fazer com recurso e com ações, que é o que falta.

Eu vejo realmente as empresas com muitos problemas. Há uma concorrência muito grande. Hoje é uma luta, o cara que tem realmente um nível de conhecimento bom de tecnologia é disputado a tapa no mercado. E muita gente desempregada, quer dizer, grande parte da população. Hoje talvez o nosso maior desafio seja geração de emprego e renda, porque, como se diz, de seis em seis meses muda tudo. Antigamente, você se formava em Medicina, ia para o interior, ficava 30 anos lá, médico. Hoje, não; toda hora muda.

Então, de fato, é um assunto de muita relevância. E eu quero agradecer muito a participação de todos vocês. Eu sei que não é fácil. A gente teve alguns momentos aí, e eu participei disso, quando se lançou o Pronatec, um incentivo à educação profissional, mas foi feito em ano eleitoral, abriram não sei quantas mil vagas e depois não houve continuidade. Aí você tem hoje uma das poucas coisas que funcionam bem, que é o Sistema S, em termos de qualificação, o Senai, o Senar, o Sesc, que são instituições que têm o conhecimento, têm a capacidade de formação técnica, e, de vez em quando, tem alguém querendo acabar com isso, quer dizer, é uma coisa incrível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui no DF nós temos uma coisa que funciona, é um exemplo para o País, que está sendo destruída agora, que é a Escola de Medicina do DF. A Escola de Medicina do DF não é federal, é local, e ela tem uma metodologia em que, no primeiro semestre, os alunos de Medicina estão nos hospitais, no primeiro semestre. E os professores são exatamente os médicos, os enfermeiros e os profissionais da saúde do hospital. Então, você tem a prática e a teoria juntos. Funciona maravilhosamente. Agora, o Governo já aprovou na Câmara Legislativa um projeto de lei criando a Universidade Distrital. Aí vai abrir concurso, vai passar para a Secretaria de Educação, porque hoje é da Saúde, ou seja, vai destruir a única coisa que funciona bem, porque não existe qualificação profissional teórica. Então, isso me assusta.

Conversando um pouco agora sobre esse desafio do novo ensino médio, que está na lei – e o Conselho Nacional também já definiu tudo isso –, como será o itinerário profissional nas escolas públicas se a gente não tiver autonomia, liberdade para fazer parcerias e trazer, do mercado, os profissionais, os professores? Pegar os professores concursados e dar a eles a tarefa de dar cursos técnicos é um desastre, porque o professor de educação profissional tem que estar no chão da fábrica, tem que estar no mercado, tem que estar trabalhando, senão não adianta, muito menos se não estiver lincado com o mercado de trabalho. Não adianta!

Alguém disse – não sei quem falou – sobre a questão da tecnologia. Para concluir o curso, são quatro, cinco anos. Eu falo: quando terminar o curso, já está tudo desatualizado, não tenha dúvida. Eu me lembro de algumas linguagens da minha época – não sou dessa área, não, mas havia várias linguagens –: dBase... não, antes era Cobol, sei lá o quê. Aí o cara faz o curso, e, na hora em que ele aprende, já mudou há muito tempo, quer dizer, já nem usam mais essa linguagem.

Então, educação continuada hoje é fundamental. E o custo Brasil hoje tem isso mesmo. Hoje, se as empresas quiserem profissionais qualificados, ela mesma tem que se virar e fazer uma universidade corporativa, fazer um curso corporativo, senão não funciona.

Este é o desafio e também o objetivo desta audiência: exatamente colocar luz nesse problema, um problema sério que afeta diretamente a nossa economia. Nós temos ainda... Basta ver que nós estamos sobrevivendo da exportação do agro, exportando soja, minério, e importando... Exporta-se café e importa-se café solúvel – bota um navio de café e depois pega um... Uma loucura! A gente tem que botar valor agregado, mas como fazer isso se nós não temos essa educação, essa formação, que é necessária?

Há aqui algumas perguntas e alguns comentários dos nossos internautas que eu vou passar para vocês. Nas considerações finais, vocês também procurem responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer uma pergunta geral: como vocês acham que a gente consegue resolver essas questões? Depois da pandemia, eu fico até assustado. Dificilmente, vai-se conseguir trazer para a escola o aluno do ensino médio, para essa escola que não tem internet, não tem laboratório, não tem esporte, não tem cultura. O cara vai voltar para quê? Qual é a expectativa, qual é a perspectiva que essas escolas, de um modo geral – eu estou falando de escolas públicas no Brasil –, podem oferecer hoje? Sabe o que vai acontecer e que já está acontecendo? São Paulo já fez isto – e eu vi agora em Maceió também e em outros Estados –: estão criando o "Bolsa Poupança". Aluno que voltar para a escola de ensino médio vai receber uma bolsa de mil reais, vai sacar no final do ano do curso. Se não pagar... Eu lembro que, quando estudei na escola pública aqui, eu acordava de manhã doido para ir para a escola, brigando e dizendo: "Eu estou atrasado, quero chegar, quero ir". Havia um entusiasmo danado para ir para a escola. Hoje, parece até que é um castigo. Quando chega a hora de ir para a escola, o menino... Fazer o quê? Não há computador, não há internet, não há laboratório de nada. Hoje mal... Antigamente, havia laboratório de ciência, em que se aprendia um monte de coisa. Agora, devem botar um algodãozinho com água e um feijãozinho, e essa talvez seja a maior experiência hoje nessas escolas.

Então, qual a perspectiva desse jovem? Esse é um grande desafio! Mas por quê? Exatamente pela falta de aproximação do setor empresarial, do setor acadêmico, do Governo e pela falta de política de Estado, que não existe neste País. Cada Governo que entra faz questão de acabar com tudo e começar tudo de novo.

Então, nós ficamos, de certa forma, um pouco decepcionados, revoltados até, indignados, mas temos que estar juntos. Se as empresas não participarem, não cobrarem políticas públicas de Estado e que aquilo que está dando certo precisa continuar... É preciso investir realmente na formação, na qualificação, na qualificação do professor, dos alunos; na educação, aliás. Estão comprando bilhões de vacinas, mas nós temos uma capacidade imensa de produzir tudo. Temos os melhores pesquisadores, temos estrutura, mas não se investe em pesquisa porque só se pensa na próxima eleição; ninguém está preocupado com a próxima geração.

Quero aqui colocar algumas perguntas.

Amanda de Oliveira, do Rio de Janeiro, pergunta: "Quais os projetos estratégicos de médio e longo prazo para superar essa escassez [de recursos humanos para a transformação da economia brasileira]?".

Maria Eduarda, do Espírito Santo: "[...] [Instruir] os jovens para uma [...] compreensão sobre o assunto não seria o primeiro passo para uma maior transformação na economia?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Samuel Rodrigues, de São Paulo: "A desigualdade educacional, a falta de oportunidades e a exclusão social corroboram para escassez de recursos humanos? Como superar [isso]?".

Nathyelle Mayara, de Minas Gerais: "Quais os projetos necessários para conter a escassez de recursos humanos?".

Há alguns comentários aqui, e eu vou ler alguns.

Eu fico imaginando: nós temos hoje também uma escassez imensa de mão de obra, de recursos humanos na pesquisa. Nós temos vários institutos de alto nível no Brasil, mas, primeiro, estão funcionando com metade do contingente; e, segundo, essa metade, que ainda frequenta, que está lá, já está passando da idade de aposentadoria. Não há mais chamamento nenhum de pesquisadores, e isso não está na prateleira. O cara vai embora, e se coloca o menino novo concursado. Tem que haver uma transição de experiência. Infelizmente, a gente tem essa escassez nessa área.

Geová Chagas, de Minas Gerais, comenta: "Acredito que essa escassez será superada quando os governantes observarem a importância dos investimentos na educação".

Patrícia Barros, do Distrito Federal: "A escassez de recursos humanos ligados às novas tecnologias digitais é um dos maiores entraves para o desenvolvimento da economia nacional".

Geovane Rocha, de Mato Grosso do Sul: "Talvez haja escassez de recursos humanos porque os humanos são tratados como recursos".

Bianca Moura, de São Paulo: "O ensino público é desigual e estagnado, contribuindo para esse quadro de poucas pessoas especializadas em tecnologias digitais".

Katharine Fortunato, de Minas Gerais: "A escassez será superada quando os nossos governantes enxergarem a importância do investimento na educação da população".

Esses são alguns comentários e algumas perguntas.

Eu vou, agora, na ordem inversa, passar para as considerações finais, para comentarem essas perguntas, já agradecendo a cada um de você pela participação, pela presença, em um tema tão importante, relevante, que a gente tem que encarar rapidamente.

Passo ao Paulo Pássaro para responder a alguma coisa, ser for possível, e para fazer suas considerações finais.

O SR. PAULO PÁSSARO (Para expor.) – Vou tentar fazer um apanhado, Senador.

Um comentário afetou-me um pouco mais, porque são 30 anos de carreira em recursos humanos. Eu custo a acreditar que a gente trate humanos como recursos. Eu vejo as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizações fazendo um trabalho que o Governo não faz. Eu vejo as organizações carregando um custo com que o Governo deveria arcar. As organizações são responsáveis, hoje em dia, pela alimentação dos funcionários, por benefícios aos funcionários, como plano de saúde, por exemplo, como transporte, que deveriam estar cobertos pelos impostos que todos nós recolhemos, sejamos nós pessoas físicas, sejamos nós pessoas jurídicas. Além disso, nós também oferecemos ótimos ambientes de trabalho, nós também oferecemos desenvolvimento, treinamento, oportunidades. Então, eu, como profissional da área, me sinto afetado pela colocação. É óbvio que existem também empresas que têm situações análogas a da escravidão por aí. Existem bons exemplos e maus exemplos, mas, na minha experiência, existem...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não foi nenhuma censura. Caiu aí a nossa? (*Pausa.*)

É? Então, enquanto... Paulo, está voltando?

O SR. PAULO PÁSSARO – ... de empresa...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Paulo, deu uma fugida aí...

O SR. PAULO PÁSSARO – Oi? Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... no último minutinho, mas...

O SR. PAULO PÁSSARO – Acho que a gente tem que aproximar a empresa do setor educacional e do setor público, Senador. A gente tem que se apoiar. Esse é um problema do Brasil. Esse não é um problema só da empresa ou só do Governo ou só do jovem; é nosso. E, se a gente ficar tentando empurrar a sujeira para o lado de lá, não vai resolver muita coisa, não. A gente tem que tentar se apoiar, porque vamos construir um país melhor. Essa é a minha crença. Talvez seja um pouco por minha idade: a gente começa a pensar num bem maior, mas eu quero crer que existe, sim, um bem maior para a gente poder construir neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É isso, Paulo, obrigado.

É isso mesmo. Temos de estar juntos, porque a inovação acontece nas empresas, o conhecimento científico e tecnológico está também nas universidades, e o Governo tem que contribuir com tudo isso. Nós estamos discutindo agora a reforma tributária, um novo Imposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Renda, mas é o que eu digo... Ontem, eu discuti isso com o Ministro da Economia. É revoltante... Pela minha formação – eu sou contador, sou auditor, dei consultoria para várias empresas –, a gente vê que existe realmente uma especialidade forte de arrecadação. O Brasil é especialista em arrecadação, mas nunca se preocupou com o gasto público, com o resultado. E há mais a questão burocrática. Acho que foi uma herança que nós recebemos aí e que a gente não consegue superar. A gente não valoriza resultado nenhum.

Eu me lembro, ainda como Secretário de Ciência e Tecnologia, na minha época, 2004, de que lançamos o Parque Tecnológico – se ele tivesse ido para frente, hoje Brasília seria uma outra cidade. Eu me lembro de que, se o pesquisador apresentasse um projeto e, no meio do projeto, com um determinado reagente, mudasse o reagente, tento um resultado maravilhoso, ele seria punido, porque mudou o regente. Agora, se ele fizesse tudo certinho, na burocracia e não tivesse resultado nenhum, aí ele estaria bem, 100%, para pegar mais recursos no ano seguinte. É assim que funciona!

E fizemos mudanças radicais aqui com relação a isso, permitindo, inclusive, que o professor de dedicação exclusiva pudesse – o pesquisador – trabalhar 400 horas nas empresas. Aqueles que se aventuraram – e está claro que o espírito da lei foi esse – agora estão respondendo ao TCU por questão de uma palavra: se é assessoria, se é consultoria, se é sei lá o quê. E aí é um negócio, assim, em que a gente fica... É uma burocracia!

Eu sou contador, podia estar torcendo aqui para fazerem uma reforma para ficar mais complicado, porque, quanto mais complicado... Se bem que o contador não ganha muito com isso, não, é o advogado tributarista hoje que ganha dinheiro.

A gente precisa, realmente, aproximar isso – política de Estado tem que estar junto –, porque não adianta: não vai haver inovação no Governo, a inovação está lá nas empresas. A universidade precisa colaborar com isso, participar de tudo isso, e o Governo precisa apoiar.

É o que você está falando. A empresa hoje paga uma tributação, as pessoas físicas também pagam um absurdo no Imposto de Renda e no consumo – nunca se pagou tanto sobre o consumo também –, e não há contrapartida nenhuma. Tem que ter plano de saúde, tem que pagar escola particular, tem que contratar segurança privada, para aquilo que o Governo devia estar garantindo.

É por isso que a gente está aí nessa luta, por falta de políticas públicas. Você não vê ninguém... Você não vê o Ministro ou o Secretário de Educação conversar com o da Cultura, com o do Esporte. O desenvolvimento econômico é outra coisa, é uma briga entre meio ambiente e desenvolvimento econômico, parece que são inimigos. É uma loucura o negócio aqui! Se a gente não estiver todo mundo junto, nós não vamos a lugar nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado aí, Paulo, pela participação.

Realmente, essa colocação do Geovane aqui, do Mato Grosso do Sul, pode ter lá suas razões mesmo, porque há empresas também com dificuldades, pois há autuação todo dia aí também de trabalho escravo. Aqui mesmo, em Brasília, já houve isso. Sabemos e respeitamos.

Eu tenho falado sempre que acho que todo aquele que tem poder de fazer alguma coisa, seja Governo, seja Senador, seja Deputado, seja Governador, seja fiscal, tinha que ser empresário pelo menos por um ano para saber o que é isto: o que é gerar emprego, o que é arriscar seu capital, o que é pagar o salário no quinto dia útil e pagar os impostos em dia e não ter nada em troca. Isso aí, então, é um desafio.

Obrigado aí, Paulo, pelas considerações.

Passo para a nossa querida Dra. Dalva Moreira, que também falou aqui muito sobre as questões das dificuldades da equidade social, da igualdade de oportunidade, que nós não temos ainda.

Dra. Dalva. **A SRA. DALVA MOREIRA** (Para expor.) – Eu acredito que algumas políticas públicas criadas há muitos anos, como a cota que nós temos para incluir pessoas com deficiência, que são milhares e milhões no Brasil, são algumas das ações que o Governo pode fazer. A cota, por vezes, pode ser um assunto polêmico, mas existem outros incentivos que, realmente, do ponto de vista governamental, podem acontecer para que as empresas possam promover essa inclusão de maneira mais efetiva.

Além disso, eu queria trazer um outro ponto. Eu trabalho numa empresa química, onde formação e qualificação profissional são muito importantes, e um dos cargos mais especialistas que nós temos lá é um perfumista. Não existe formação para perfumista no mercado e talvez vá ser difícil de existir, porque é uma formação complexa, que dura mais de cinco anos. Até a pessoa realmente começar na profissão, já são quase dez anos desde que ela começa a carreira. Mas existem outras formações do ponto de vista da química, da farmacêutica e talvez um pouco mais da área científica que não necessariamente sejam uma formação acadêmica, universitária; são formações curtas, são qualificações profissionais mais técnicas, de curto prazo.

E a gente tem o que a se chama, no inglês, de *gap* no mercado em relação a isso. É como se houvesse uma lacuna realmente, tanto do ponto de vista de educação pública e também privada quando a gente está falando de qualificações que são mais práticas e de mais curto prazo. Eu acredito realmente, em contato com algumas pessoas do ramo de educação, que tem a ver muito com o que vai direcionar o nosso futuro, não só a qualificação acadêmica, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro, cinco anos de universidade, mas qualificações mais específicas e mais práticas. Essa é uma área que tem essas deficiências.

Eu espero, de alguma maneira, ou através de cursos técnicos, ou através de outras formas – eu não sou especialista na área para aqui propor –, que a gente consiga oferecer para a população, porque isso, por si só, juntamente com os investimentos das empresas em treinamento e formação, pode realmente proporcionar que as pessoas possam ter outro nível de trabalho, outro nível de renda, voltando no aspecto da inclusão social de uma maneira que seja mais justa, que seja mais equitativa.

Então, acho que essa era a minha contribuição final para essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bacana.

Eu acho, com relação a essa questão da formação, que é muito difícil o Governo, no primeiro momento, oferecer uma educação profissional de qualidade, a não ser que seja através de parcerias. Mas as empresas podem e deveriam formar e deduzir, ter um incentivo no sentido de não só formar os seus funcionários, mas também outros jovens, aproveitando a estrutura de formação, a própria estrutura educacional, espaços, etc., porque, de fato, é urgente essa questão da formação técnica principalmente.

No Brasil, existe a cultura de que toda mãe – os pais também, mas mais as mães – quer ver o filho com um canudo de curso superior e não abre mão e tal. E, hoje, é uma decepção. O cara faz um esforço danado, faz um curso e fica desempregado, enquanto o mercado está precisando de muitos profissionais. Existem cursos técnicos hoje que remuneram muito mais até do que o curso superior. Então, tem essa questão cultural. Esses governos, em vez de ficarem fazendo essas propagandas enganosas de qualificação, de não sei o que, deveria fazer propaganda institucional, mostrando essas questões e conscientizando. Mas faz parte.

Obrigado, Dalva. Foi bacana a sua contribuição!

Heitor Mello Peixoto, também para as suas considerações.

O SR. HEITOR MELLO PEIXOTO (Para expor.) – Bom, eu acho que até pelo viés de educação durante quase 15 anos, Senador, eu acho que uma das coisas importantes é justamente o estímulo à carreira docente.

Nós temos uma coisa aqui no Brasil... Um dos pontos é complexo, mas eu acho que um dos pontos importantes é esse estímulo. Nós temos uma coisa no Brasil, que só acontece aqui: na iniciativa privada, alguns professores escondem a titulação – um doutorado, por exemplo –, porque, com isso, se tornam mais caros e, num corte de custos, são os primeiros a serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispensados. Então, a pessoa faz um doutorado e, ou não diz que fez, ou, se tinha planos, desiste, porque pensa: "Bom, eu vou ser o primeiro a ser cortado no corte de custos". Então, isso é uma aberração para que a pessoa se desenvolva tecnicamente. Nunca vi isso em nenhum outro lugar. Obviamente, na carreira pública, isso é diferente, mas, no setor privado, isso é comum.

Eu acho que, depois disso, há recursos públicos direcionados corretamente, como o próprio Senador comentou; falta de internet das escolas; falta de equipamentos. Isso, aliado a um corpo docente que não tem estímulos, que tem uma baixa remuneração, cria uma situação muito difícil para o professor, para o aluno. Às vezes, há até a falta de segurança física para esses professores, especialmente, na educação básica.

Investimentos de pesquisa, combinados com o que o Paulo falou sobre pesquisa próxima à iniciativa privada, que possam render frutos tanto para o pesquisador, para a universidade quanto para a iniciativa privada, uma pesquisa mais direcionada, mais prática para resolver os problemas reais da economia, e não a pesquisa pura, que tem o seu papel, mas que tem seu custo também... Às vezes, a gente vê, lê dissertações, teses de doutorado em que você fala: "S*o what*? E daí?". O que isso realmente está contribuindo para alguma coisa? A pessoa recebeu uma titulação, teve todo um investimento naquilo, mas eu faço o que com isso? Está bom, pesquisa pura, como eu disse, tem o seu papel, mas a aplicada eu acho que, na fase em que a gente se encontra, é mais adequada. Basicamente, é isso.

E sobre conteúdos adequados, como o próprio Senador falou, como vários colegas também disseram, há conteúdos que hoje são dados que não têm demanda e, por outro lado, como a Dalva mencionou, há conteúdos ou necessidades que não existem no mercado. Simplesmente, não se formam profissionais naquelas áreas. Então, uma calibração do que é ensinado em instituições privadas, ensinado em instituições públicas, em cursos técnicos, que, como o Senador também mencionou, são muito difundidos lá fora e pouco difundidos aqui, com a crença de que o ensino superior é realmente a salvação. E não necessariamente: muitos profissionais da área técnica têm uma remuneração muito maior do que outros advindos de cursos superiores.

Eu acho que é uma combinação de fatores, mas eu acho essencial um estímulo à carreira docente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Heitor.

É isso. A gente percebe mesmo. Bem, para vocês terem ideia, hoje, uma bolsa de doutorado no Brasil é de R$2,5 mil com dedicação exclusiva – R$2,5 mil; de pós-graduação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$1,5 mil é a bolsa da Capes e tal. E, quando você tem a bolsa no exterior, ele é obrigado a ficar lá e depois a ficar aqui no Brasil para pagar essa conta. E aí chega aqui e não tem mercado, fica desempregado. Não há nenhum programa de continuidade disso. Então, é falta realmente de uma política de Estado que tenha início, meio e fim, porque não dá, está tudo desintegrado, cada um fazendo o seu.

Mas eu acho que a universidade ainda está muito distante do mundo real. Ela detém muito conhecimento, mas esse conhecimento está dentro da universidade só, e fica lá na gaveta. Então, a gente precisa trazer esse conhecimento. Veja você que os jovens do interior se formam e vêm para a capital. Aí ficam desempregados aqui. É um potencial imenso do seu Município, que poderia estar sendo aproveitado lá, para o desenvolvimento, de acordo com a própria vocação do Município. E a gente não tem isso.

Além disso, a Constituição atribuiu o ensino superior à União e, talvez, a parte mais importante da educação, que é a estrutura, que é a educação infantil, ficou com os Municípios, que não têm recursos. Então, a gente constrói a casa pelo telhado. Há o ensino superior da União, que tem dinheiro para o telhado; depois o Estado fica com a responsabilidade do ensino fundamental e médio, e o Município, que está quebrado, é a educação infantil.

E aí você pega o Plano Nacional da Educação, que ainda é um plano de intenções, que permite a alfabetização e tal com oito anos. Aos oito anos, quem está no ensino privado já é quase doutor, porque alfabetizou com três anos, com quatro anos, que é a fase mais importante da formação. Então, a gente não tem isso. E aí você não pode reprovar mais ninguém, porque agora é tudo automático. Eu vi um pai, outro dia, entrando na Justiça para reprovar o filho, e acho que não conseguiu. Aí você vê como é que está. Aí a pessoa não tem uma fundação, a base da casa, que é o ensino infantil; vai para o ensino fundamental totalmente com dificuldade, e aí vai embora. Quando chega no ensino médio, 90% não sabe português, não sabe matemática. Aí vai para a universidade, onde também não tem reprovação, e vai embora. Aí vai para o mercado e sabe muito pouco. Esse é o problema.

E a educação profissional, que é o que a gente está discutindo aqui, não tem, não tem mesmo, à exceção dos institutos federais, que têm aí uma estrutura boa, que têm uma estrutura de remuneração muito parecida com a das universidades. É preciso realmente investir mais na parte técnica, pois é muito pouco para a população o que nós temos. Mas é isso.

Obrigado, Heitor.

Eu passo imediatamente também, para as considerações, ao nosso querido Adolfo Furtado.

Obrigado a todos pela presença!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adolfo.

O SR. ADOLFO FURTADO (Para expor.) – Bom, assim, eu reitero as palavras dos colegas. Acho que todos foram muito felizes aí em apontar alguns caminhos – as deficiências e alguns caminhos.

Eu começo, rapidamente, falando dessa questão da graduação. A graduação é um sonho de todo mundo, e eu acho que isso é genuíno. Que bom se a gente tivesse muito mais pessoas graduadas no País.

Mas o fato é que no caminho até o início de uma graduação, ou até o fim da graduação, você tem um abismo de possibilidades, de aquisição de experiência, que é o *gap*, que Dalva muito bem falou. Tem muita coisa para ser trilhada, muita coisa para ser apreendida, para que eu chegue na graduação com pelo menos um mínimo de experiência e, depois, quando eu adquira essa graduação eu não vire um graduado desempregado e sim alguém com experiência, que possa buscar o mercado.

E um outro ponto que eu chamo a atenção, até tentando fazer um pouco um apanhado dos comentários e perguntas, a gente pensa, a gente sempre ouve falar que a empresa precisa se aproximar da universidade, do Governo e que a gente tem que fazer aí um *mix* para atingir um objetivo comum. Mas o que é isso? O que é se aproximar? É simplesmente patrocinar? É simplesmente estar ali? Não, eu acho que é mais do que isso. Eu cito um exemplo de aproximação que eu acho que funciona, mas é um trabalho de formiguinha mesmo, na base.

Na nossa unidade do Paraná, na cidade lá de Telêmaco Borba, nós temos um instituto tecnológico federal que é muito bom, tem uma formação muito boa. Mas o fato é que a gente observa que alguns alunos, tendo ali aquela formação, miram e falam assim: Ah, como é que eu vou virar o diretor dessa empresa? Como é que eu vou ser o cara, como dizem? E nós começamos a fazer umas *lives* com eles e levar alguns gerentes de manutenção, gerentes de operação e mostrar para eles. Olha, deixa eu te falar quem eu sou, quem eu fui, e mostrar o caminho. Eu entrei aqui estagiário, eu fui *trainee* numa outra empresa, depois eu voltei um supervisor, depois eu fui técnico, depois eu fui coordenador, aí um dia eu virei gerente e aí eu comecei também, como gerente, a proporcionar isso para outras empresas.

Acho que essa aproximação é importante para mostrar para as pessoas que existe um caminho da experiência. O aluno, quando entra, quando consegue ir para o instituto tecnológico, onde a gente tem uma boa formação, ele entra ali já mirando o alto, e é genuíno também; mas a gente tem que mostrar para ele que existe um caminho de experiência muito forte para ele percorrer, e é difícil você trazer a empresa para dentro de uma instituição dessa sem você causar alguns melindres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que eu vejo e também, de novo, a Dalva falou sobre isso, sobre cotas. Eu acho que o sistema de cotas que as empresas acabam tendo que cumprir foram jogadas para a empresa: Está aí a cota. Cumpra. E, se você não cumprir, eu vou te multar, eu vou te fiscalizar e vou te multar.

Ok. É uma forma de percorrer, de buscar alguma formação das pessoas, mas o fato é que a gente recebe esses aprendizes e a gente tenta fazer alguns desenvolvimentos com eles, e o sistema é muito engessado.

Eles têm deficiências. Quando a gente olha para a formação de base, eu tenho alunos com deficiências fortes em português, em matemática, em ciências... Então isso atrasa o desenvolvimento e aí eu não estou falando mais de atraso das operações ou de projetos, estou falando de formação e desenvolvimento de pessoas.

Quando eu atraso esse desenvolvimento, eu atraso até aquele sonho da graduação.

Mas, se eu quiser colocar esse aprendiz mais tempo dentro do Senai, por exemplo; depois, uma experiência dentro da fábrica, já buscando um conhecimento mais técnico, voltar o conhecimento teórico ali para o técnico e, depois, do técnico para o prático, eu já encontro muita dificuldade em cima disso.

Então, em alguns momentos, a gente recebe, em função de cota, uma horda de aprendizes, mas que a gente acaba não conseguindo capacitar, em função de custos, em função de tempo, em função de que eu não posso expô-los a qualquer operação, e eu não tenho também uma formação mais básica. E, além dessa formação básica que eu disse, das questões mais básicas – português e matemática, enfim –, há as questões de relacionamento, de comunicação, de negociação, de empreendedorismo.

Acho que foi o Paulo ou a Dalva, alguém falou sobre empreendedorismo. Quando a gente usa essa palavra, parece que alguém vai criar um negócio, vai criar... Não! O empreendedorismo também funciona dentro da indústria, o empreendedorismo funciona dentro das universidades. Então, quando a gente propaga isso e fomenta o empreendedorismo dessa forma, isso é bom para a indústria, isso é bom para a universidade, isso é bom para a sociedade. Então, esse é um caminho.

Outro ponto que eu vejo é, em função disso, criar um projeto de país, de educação. O senhor falou, Senador, muito bem: às vezes, a gente tem alguma intenção. Muda o Governo, muda alguma coisa, aquilo muda completamente, e a gente na indústria fica perdido: "E agora? O que eu faço?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do que a gente realmente precisa é que, de alguma forma, a gente tivesse um projeto que levasse do ponto A ao ponto B de forma urgente, porque a gente tem uma transformação tecnológica para fazer no nosso País que não pode esperar mais. O mundo já é digital. Não há como a gente continuar formando pessoas apenas com formações científicas – e aí estou dizendo também das disciplinas básicas –, até que a pessoa chegue à graduação e, então, escolha um caminho mais técnico ou o caminho que ela decidir.

Essa transformação digital é urgente e não pode ficar só na mão das empresas. Ela tem que ser um pacto entre todo mundo, ou seja, quase que um pacto pela educação. E aí nós temos que achar algum meio de passar essas burocracias que realmente existem quando a gente fala de educação.

E, para finalizar, eu acho que educação... A gente sempre ouve falar assim: educação é o futuro. Se a gente educa as pessoas, a gente vai ter um futuro melhor. O fato é que o futuro é hoje, e a gente precisa educar as pessoas para agora, para que a gente possa ter, então, um desenvolvimento industrial, um desenvolvimento de país e um desenvolvimento de nação de que a gente tanto precisa e com que a gente tanto sonha para o nosso Brasil.

Então, finalizo dizendo que fico muito feliz de estar aqui discutindo sobre esse tema, um tema caro, um tema importante para o País. Rogo para que a gente tenha mais oportunidades como esta e que a gente encontre de vez um caminho para ter uma educação de qualidade e uma transformação digital e tecnológica no nosso País.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu acho que foi uma fala importante com relação a essa questão da aproximação das empresas, das universidades e do Governo, porque a gente tem essa cultura, o Governo tem uma cultura fiscalista, punitiva e não de informação, de orientação. O fiscal já chega para autuar, não quer nem saber se o cara se equivocou, se tem dúvida, porque é tudo complexo.

O que mais há no mundo hoje é dinheiro para investir. Como é que vai investir num País que não tem segurança jurídica, em que cada Município tem uma legislação, em que o ICMS todo dia tem uma regra? A questão tributária é complexa. E é o que foi dito. Falou-se aqui em pesquisa. Lógico, a pesquisa básica é fundamental, a gente tem que incentivar, e temos aqui milhares de bons pesquisadores, mas a pesquisa aplicada, a pesquisa induzida é fundamental.

Você tem os Estados e os Municípios que não têm... O que a universidade tem feito para resolver os problemas do Município ou da sua região? Muito pouco. Não há essa integração entre o Governo municipal, o Governo estadual e a universidade. A universidade cuida lá do conhecimento, e isso fica lá na universidade. As cidades estão cheias de problemas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessibilidade, emprego, formação, e o Governo totalmente analógico... Aqui, em Brasília, capital do País, não há controle do estoque de medicamento da Secretaria de Saúde – em qualquer boteco de qualquer esquina, você encontra um sisteminha de controle de estoque –, porque é tudo analógico. Você tem países já totalmente digitais. E aqui... Cara, é loucura! Isso é porque eu estou falando do orçamento da saúde de R$150 bilhões. O da educação deve ser também de R$140 bilhões. E é tudo analógico. Você não tem controle de nada. Agora, a Secretaria da Receita Federal tem todos os mecanismos de arrecadação, sabe cada coisa.

Então, são essas coisas... Eu acho que a universidade pode contribuir muito. Aí fica na dúvida... Se o pesquisador vai ajudar, já é punido, o Tribunal de Contas acha que não podia. O cara já fica achando que vai responder a um processo. No Brasil, hoje, ninguém mais quer assinar nada, porque quem faz alguma coisa vai responder. Então, fica aí esse troço do jeito que está.

Mas é um desafio. Eu acho que a gente está colocando aqui alguns aspectos que têm que realmente ser encarados, enfrentados. A gente está tentando fazer a nossa parte aqui no Senado, e não é fácil. Aqui, todo dia há um discurso bonito de educação, de ciência e tecnologia, de vacina, de não sei o quê, mas, na hora de resolver mesmo, de botar a mão na massa, de botar a grana no orçamento, deixa de ser prioridade. Mas, também, se não estiver todo mundo junto...

Essas audiências são importantes para que a gente possa refletir. Espero que as pessoas que estão nos vendo possam também começar a refletir um pouquinho, porque a gente precisa saber, primeiro, aonde queremos chegar, porque eu acho que o último planejamento de governo que eu vi foi o de JK. JK estabeleceu metas, construiu Brasília em mil dias, menos de quatro anos, menos de um mandato. Imagine construir a capital do País, no interior, porque aqui não tinha... Era carro de boi. E ele fez uma coisa que é patrimônio da humanidade. Hoje, aqui, demora-se cinco anos para se tirar um "habite-se", se você conseguir, se for premiado. Então, são desafios imensos.

Mas eu quero agradecer muito a participação de vocês. Naquilo que vocês puderem contribuir... Eu estou vendo a Klabin. De vez em quando, eu participo das reuniões da MEI, que é o Movimento Empresarial pela Inovação, e inovação, é bom esclarecer, não é só tecnologia, porque tem processo, e a gente precisa avançar muito. Aprovamos, agora, e estamos brigando todo dia, inclusive, ontem eu briguei com o Ministro sobre o FNDCT, que é um fundo... Eu vi agora que os Estados Unidos, só na vacina da Pfizer, se não me engano, investiram US$2,5 bilhões. Aqui, nós temos um fundo que está contingenciado há 30 anos. No ano passado, executaram 10% do recurso, mas 90% foram contingenciados, quer dizer, não foram aplicados em ciência, tecnologia e inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovamos o fundo – é lei! –, mas até agora estamos esperando o recurso entrar, por questão burocrática. Vejam que são R$7 bilhões, que, em termos de dólares, equivalem a US$1 bilhão – só em vacina, eles gastaram US$2,5 bilhão.

A nossa prioridade é em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação. Então, o reflexo disso é um país analógico, em que metade dos jovens está desempregada, sendo uma geração que não estuda e não trabalha, que não tem igualdade de oportunidade, que não tem perspectiva. O Governo terá um desafio grande, e a população também, de trazer esses meninos de volta para a escola. Nós perdemos... Já estava muito ruim a educação, e a gente deve ter regredido, pelo menos, cinco, seis anos, dando seis passos para trás.

Agradeço, mais uma vez, a participação de todos.

Sucesso para nós!

Um abraço para todos.

Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, então, eu declaro encerrada esta audiência pública.

Um abraço.

(Iniciada às 16 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 49 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Carlos Portinho e Daniella Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - 1ª parte**, atendendo ao requerimento REQ 9/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater a legislação brasileira sobre patentes, seus benefícios e seu aprimoramento. Haverá outra audiência pública sobre o tema, com os demais convidados que foram indicados. **Participantes:** Sr. Paulo Alvim, Secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI; Sr. Gustavo de Freitas Morais, Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI; Sr. Bernardo Gradin, Diretor-Presidente da GranBio; e Sr. Rogério Cézar de Cerqueira Leite, Engenheiro Eletrônico, Físico, Professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas –Unicamp. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/24

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão do Senado do Futuro, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nessa data, 24 de setembro de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema: A legislação brasileira sobre patentes, seus benefícios e o seu aprimoramento.

Foram convidados a participar o Secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Sr. Paulo Alvim; o membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), Sr. Gustavo de Freitas Morais; o Diretor-Presidente da GranBio, Sr. Bernardo Gradin e o Sr. Rogério Cézar de Cerqueira Leite, engenheiro eletrônico, físico e professor emérito da Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no senado.leg.br, ou também pelo telefone 0800-0612211.

Na exposição inicial, os convidados usarão a palavra por até 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar suas considerações finais em dez minutos.

Então, agradecendo já a presença de todos, eu já passo a palavra inicialmente para o Dr. Rogério Cézar de Cerqueira Leite, que é graduado em Engenharia Eletrônica e Computação pelo ITA, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, e também Doutorado em Física de Sólidos pela Universidade de Paris, Sorbonne. Trabalhou como pesquisador nos Laboratórios da Bell, dos Estados Unidos, de 1962 a 1970. Lecionou no ITA, na Unicamp, na Universidade de Paris.

Recebeu a Comenda Ordem Nacional do Mérito da França, a Cátedra da Universidade de Montreal, Canadá, e a Ordem Nacional do Mérito Científico da Classe da Grã-Cruz. Foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretor dos Institutos de Física e Artes e Coordenador-Geral das Faculdades da Unicamp. É professor emérito dessa mesma Universidade, da qual foi professor titular. É pesquisador emérito do CNPq. Publicou 80 trabalhos em revistas especializadas, foi editor da Solid State Communications, editada em Oxford, Inglaterra, e refere-se a cerca de 20 revistas internacionais. Obteve cerca de 3 mil citações em revistas científicas de impacto. Foi presidente criador da Codetec e da Ciatec e de outras empresas que atuam no setor de intensivos em tecnologia. Foi Vice-Presidente Executivo da Companhia Paulista de Força e Luz. É membro do Conselho Editorial da *Folha de S.Paulo* e escreveu, além de textos técnicos, livros sobre diversos assuntos. É membro da Comissão de Energia da União Internacional de Física Pura e Aplicada e Presidente de Honra do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais que inclui o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, de Biotecnologia de Nanotecnologia e do Bio-Etanol.

Passo a palavra, então, ao Dr. Rogério Cézar de Cerqueira Leite.

O SR. ROGÉRIO CÉZAR DE CERQUEIRA LEITE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Senador Izalci Lucas, Presidente da Comissão do Senado do Futuro, pela oportunidade. Quero cumprimentar os meus colegas, inclusive o grande amigo Bernardo Gradin, que está presente.

Bom, eu vou fazer uma discussão sobre princípios, está certo, e não sobre detalhes de legislações diferentes. A patente é uma recompreensão dada para um inventor, permitindo a ele que use com exclusividade, digamos, o seu invento. Isso parece ser uma coisa absolutamente lógica, mas tem nuances. Em primeiro lugar, a contribuição do conhecimento acumulado, que é muito grande para qualquer invenção. A invenção nunca é feita a não ser sobre uma base de conhecimento que está estabelecida há séculos e que é de domínio público. Muitas vezes se esquece esse pequeno detalhe. Também esquecemos que ainda continuamos usando uma linguagem que coloca o inventor numa posição completamente diferente do que ela tem hoje. Antigamente os inventores atuavam sozinhos em suas casas ou com alguns discípulos. Hoje, entretanto, as invenções são feitas em grandes laboratórios e grandes corporações e são feitas em comunidade praticamente. E quem recebe os benefícios já não são mais os inventores, mas são as empresas que pagam o salário dos inventores. Essas coisas são esquecidas nas discussões gerais.

Eu queria agora começar com uma tese que tenho defendido há algum tempo. É que a patente concorre para a diferença de igualdade. Ela concorre para a desigualdade entre as nações. Isso, digamos, é inevitável. E vou explicar por quê. Consideremos dois países: um, adiantado, e outro, em desenvolvimento. O país adiantado terá, obviamente, maiores recursos tecnológicos, maiores recursos financeiros e, se entrar em disputa por um mesmo mercado, deverá suplantar facilmente os países em desenvolvimento, mesmo que o mercado seja interno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao país em desenvolvimento. Muito bem. Isso faz com que, se ele conseguir dominar esse mercado, ele receba mais proventos, cresça mais – cada vez estabelece-se um círculo vicioso no qual vai se desenvolvendo quem tem maior potencial tecnológico – e acabe dominando completamente os mercados. É claro que existem mecanismos que amenizam isso, mas basicamente o conflito entre um país em desenvolvimento e um país desenvolvido resulta sempre no avanço e no ganho do país desenvolvido. Bom, acho que isso é mais ou menos lógico e não precisaria ter sido explicado.

Aliás, recentemente, nós vimos, durante o Governo Collor e depois no Governo Fernando Henrique, um grande esforço e grandes pressões de países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, para que aceitássemos a atual legislação. É pouco provável que esses países estivessem pensando nos países em desenvolvimento. Eles estariam pensando muito mais nos interesses deles próprios. Tá? Nós temos que, portanto, considerar a patente como de interesse maior do poderoso e não daquele que está em desenvolvimento.

Alguns sofismas são correntes e merecem ser considerados.

A patente é um estímulo ao inventor. Isso não é bem verdade. O pesquisador nunca busca recompensas financeiras. O que ele busca continuamente e, às vezes, até de maneira obsessiva, é prestígio, é reconhecimento dos seus pares. É bastante conhecido o conflito que existe entre pesquisadores e departamentos de patentes em grandes empresas.

Enquanto os pesquisadores querem publicar, imediatamente, os seus resultados para obterem reconhecimento, os departamentos de patentes querem segurar os resultados até que possam conseguir, digamos, fazer o depósito da patente. Isso é conhecido no mundo inteiro, certo?

Então, a patente não é um grande estímulo para o pesquisador. É possível, depois, ele ganhar um dinheirinho. Além do mais, os recursos provenientes da patente vão para as empresas e não para... De vez em quando, algumas instituições, universidades, principalmente, dão um certo percentual dos benefícios financeiros para o pesquisador, mas nem sempre. Grandes empresas não fazem isso.

O segundo sofisma é que a patente melhora a produtividade. Foi feito um relatório, nos Estados Unidos, pelo Senador Churchill, que prova, justamente, o contrário; isto é, a patente é mais usada para impedir os demais concorrentes de entrar no mercado, está certo? Com mais frequência, e funciona por algum tempo, pelo menos, embora, muitos países tenham uma legislação que reduza isso ao mínimo. Mas não há, de fato, um reconhecimento de que a produtividade seja o que é buscado pelos países em desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, não é possível quebrar a potente. Isso é uma outra lenda, porque é possível e é comum. Nos Estados Unidos, a legislação anticartel derruba, com frequência, patentes que podem lesar o interesse público. Eu me lembro bem da empresa em que eu trabalhava, nos Estados Unidos, que inventou um sistema chamado *float-zone refining*, e esse sistema permitia, digamos, purificar semicondutores e era essencial para a produção de dispositivos de semicondutores. Não durou seis meses, o governo americano quebrou essa patente. Imediatamente depois, essa mesma empresa descobriu o transístor, que foi o grande desenvolvimento do semicondutor, o grande evento da época. Não durou dois meses, e a patente foi liberada. Muito bem: então, patentes podem ser quebradas.

O que acontece é que o Brasil não quebra patentes, simplesmente, pelo medo de sanções. Existe a fábula de que foi quebrada a patente da aids. Nunca foi quebrada a patente da aids. O que houve foi uma grande encenação que permitiu uma pequena redução de preços, mas, de fato, não foi quebrada. O Brasil não tem esse hábito, mesmo que seus interesses estejam sendo lesados.

Então, o que eu proponho é que uma nova legislação se interesse muito mais, veja muito mais os interesses nacionais do que os interesses das grandes corporações internacionais, principalmente no setor de medicamentos e alimentos.

Bem, senhores, era isso o que eu queria dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado. Quero agradecer ao nosso querido Dr. Rogério Cézar. E já passo, imediatamente, a palavra ao Gustavo de Freitas Morais, representante da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI).

Ele é graduado em Engenharia Eletrônica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em Direito pelas Faculdades Metropolitanas, com especialização em propriedade intelectual no Franklin, nos Estados Unidos, e em *artificial intelligence*, aplicação também. É professor do programa de pós-graduação *lato sensu* da Fundação Getúlio Vargas, da Escola Superior de Advocacia, a ESA, da OAB-SP, tem experiência em litígios judiciais, negociações de propriedade intelectual, patentes, desenho industrial, transferência de tecnologia, marcas, acesso a recursos genéticos, regulatórios e ciências da vida e prática no âmbito internacional, representando empresas sediadas no Brasil e na América, Europa e Ásia. Atende a clientes de uma indústria farmacêutica, de agroquímicos, automotiva, biotecnologia química e petroquímica de fabricação eletrônica e tecnologia, alimentos, bebidas e tabaco, farmacêutica, entre outras. Participa constantemente de eventos sobre a indústria de ciência da vida e tecnologia, quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como palestrante ou moderador, e é coautor, também, dos livros da área, e participa de associações como ABPI, AIPLA, AIPPI e ASPI.

Com a palavra, então, o Dr. Gustavo de Freitas Morais.

O SR. GUSTAVO DE FREITAS MORAIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Izalci Lucas. Muito obrigado por esta oportunidade. É um prazer estar aqui e ouvir uma palestra como esta do Dr. Rogério Cerqueira Leite, que é, eu diria, um dos decanos da inovação no nosso País, um observador sempre atento e, inclusive, não apenas à inovação em si, mas também às leis de propriedade industrial, notadamente de patentes, e nos fez, aqui, um panorama, parece-me, bastante interessante sobre a lei de patentes e os seus efeitos.

Talvez, da minha parte, como membro da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, dedicada a estudos nessa área e também a debates sobre como se pode melhorar a legislação e as regras relativas à propriedade intelectual, vou fazer – tenho aqui apenas dois eslaides para mostrar –, e também como profissional. Sou um profissional de propriedade intelectual, advogado, engenheiro há mais de 35 anos, e venho observando, não sei se do camarote, mas, pelo menos, de dentro do estádio, como se processa essa questão da inovação dentro e fora do Brasil.

Nesses 35 anos, que não é tão pouco tempo assim, vi alguns países saírem de uma posição, em termos de inovação, bastante modesta e alcançarem uma posição de destaque em nível global, às vezes países que eu não chamaria de potências mundiais, mas que, paulatinamente, vêm se tornando potências na área de inovação. Não sei se o número de depósito de patentes representa, denota uma maior capacidade de inovação de determinado país. Não, não sei; já vi estudos para um lado e para o outro, mas, olhando na pratica, na estatística, eu vejo que normalmente os países que são capazes de maior inovação acabam depositando muitas patentes.

E não posso deixar de notar a corrida e o destaque que a China conseguiu nos últimos dez anos. A China, que tinha uma posição relativamente modesta em termos de depósito de patente, em termos de inovação e em termos de presença mundial, a gente nota que, nos últimos dez anos, passou, assim, ultrapassou todo o mundo, especialmente no que se refere a depósito de patente. E temos que dizer que em termos de inovação também, a presença da China e das empresas chinesas no dia a dia de todos nós é realmente um fato.

Noto também, ao longo desses 35 anos, como a coisa funciona um pouco em ciclos no Brasil. Observei empresas, grupos empresariais brasileiros investirem muito em inovação, pararem um pouco, voltarem a inovar. Vi também o crescimento das universidades brasileiras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em termos de depósito de patente. Mais uma vez, não sei se isso é um sinal de maior inovação, mas, pela estatística, pelo menos em termos de países, parece ser, sim.

Vejo que essas universidades brasileiras, que hoje são as maiores depositantes de patentes no Brasil, talvez tenham um grande desafio, que é transformar esse conhecimento, essa inovação em algo de prático, mais útil para nossa sociedade. Não sei exatamente qual é o gargalo aí, mas me parece que seria alguma coisa em termos de procedimentos contratuais e procedimentos negociais, tanto por parte das empresas, como por parte das universidades, que talvez pudessem ser um pouco mais – como é que eu vou dizer? –, um pouco mais simplificados e um pouco mais direcionados ao resultado, resultado esse talvez sendo a execução de um contrato de licença que permita, mais uma vez, colocar que o produto ou o processo objeto da inovação seja efetivamente colocado no mercado.

Nós temos a nossa Lei de Propriedade Industrial, que inclui a parte de patente. É a Lei 9.279, de 1996. Considero, como um operário do Direito, como consultor de empresas, como um estudioso desse assunto, como professor desse assunto, e vendo leis de outros países, considero uma lei bastante boa. É uma lei até, de certa forma, didática. Muitas vezes, quando eu dou aula, eu simplesmente uso a lei, porque ela é bem organizada, ela é bem sistematizada e sem talvez ser muito longa, mas acaba indo direto ao ponto, facilitando a vida daquele juiz amanhã que vai ter que julgar o caso relativo a infração de patente, por exemplo, relativo a um juiz que vai ter que julgar um caso de nulidade de patente e também aqueles entes interessados em inovação, como universidades e empresas, a atingirem seus objetivos. Talvez o que falte nessa interação entre universidades e empresas somente seja definir efetivamente qual é o objetivo.

Em termos, pelo que eu entendi, existe uma iniciativa do Senado que, entre outros campos a serem abordados, visa a analisar possíveis melhorias na nossa lei. E eu separei três melhorias.

Nós temos aqui o art. 10, inciso IX. Ele proíbe a patenteabilidade de material biológico isolado da natureza. Não são todos os países que assim são, que têm legislações nesse sentido. Na minha vida prática, semanalmente, eu encontro algum pesquisador, alguma empresa brasileira, alguma universidade brasileira, que isolou algum material da natureza e que não pode patenteá-lo no Brasil, acaba indo pateá-lo Estados Unidos, na Europa e no Japão. Parece-me que isso é uma incongruência, exatamente no País que tem – muitos dizem – uma das maiores biodiversidades do Planeta, ou seja, temos uma legislação restritiva aí impedindo aqueles que isolam um material biológico da natureza de patenteá-lo e quase como indicando que aquilo seria uma coisa muito óbvia. Nós sabemos que não, sabemos que extratos da natureza, vegetais por exemplo, são como se fossem uma sopa de letrinhas de moléculas diferentes. É identificar aquela molécula que faz, por exemplo, crescer cabelo, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um material analgésico, que é um produto que pode ter aplicação contra o câncer ou um produto que pode até ter aplicação antibactericida, de que hoje em dia precisamos tanto. A identificação dessa molécula e o seu isolamento e, a partir daí, fazer algum produto que pode ser útil para a sociedade, isso não seria patenteado. Então, parece-me que seria uma modificação bastante simples, enquanto existe até projeto de lei no Senado, inclusive, nesse sentido.

O art. 32. O art. 32 entrou na nossa lei na época, lá em 1996. As pessoas, os interessados, ficaram até um pouco surpresos. Mas, basicamente, há uma etapa, no Brasil: depositado um pedido de patente, deve ser requerido o exame. É basicamente a confirmação de que o depositante daquele pedido de patente realmente quer que o INPI o analise. Paga-se uma taxa e confirma-se o interesse naquele pedido de patente para evitar que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) venha a examinar um pedido de patente em que ninguém tem mais interesse, trabalhando inutilmente. Muito bem, fazer o requerimento de exame não tem problema, há muitos países que fazem. O problema é que qualquer emenda no pedido de patente, a maior parte das emendas, deve ser feita antes desse exame que ocorre, obviamente, que logo lá no início, no processamento administrativo do pedido de patente. Então, impõe-se uma camisa de força ao depositante do pedido de patente, a meu ver desnecessariamente, numa prática que é contrária à grande maioria dos países do mundo, e, talvez uma modificação, um pequeno ajuste legislativo aí nesse art. 32, facilitaria bastante e tornaria mais simples o processamento de um pedido de patente aqui no Brasil.

A nossa lei, a novíssima Lei 14.200, na verdade é uma lei que inclui modificações ao art. 71 da 9.279, da lei atual de propriedade industrial. Esse art. 71 é um dos poucos artigos que tratam de licença compulsória no Brasil. É verdade o que falou o Dr. Rogério Cerqueira Leite: houve muito poucos episódios de licença compulsória no Brasil. Aconteceu apenas um, envolvendo o medicamento anti-HIV, anti-aids, lá nos idos de 2007, e no que talvez fique a dúvida, pelo menos a minha, pode ser ignorância minha, mas fica a dúvida se esse medicamento, realmente, conseguiu, houve sucesso na fabricação local deste País. A licença compulsória não foi por causa disso, foi por emergência, foi por interesse público – isso foi o que foi divulgado na época. Então, fica essa dúvida se o medicamento efetivamente foi fabricado no Brasil.

Agora, tivemos, então, essa modificação da Lei nº 14.200 no intuito de facilitar a licença compulsória, especialmente quando houver situações de emergência, como, por exemplo alguns citam, a pandemia de covid. O fato é que houve alguns vetos nessa lei, principalmente aqueles relativos a uma transferência de tecnologia forçada daqueles detentores de patentes que sofreram a licença compulsória. No meu humilde entender, obrigar, não apenas fazer a licença compulsória de uma patente, mas também obrigar o detentor dessa patente a transferir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a tecnologia de fabricação me parece, com todo o respeito, mas me parece uma grande violência.

Sabemos que alguns desses produtos, principalmente na área biológica, objetos dessas potentes têm um processo de fabricação extremamente complexo: fazer uma grama na bancada é uma coisa; fazer 50kg daquele princípio ativo todo mês, com segurança e com eficácia, é algo completamente diferente. Provavelmente, colocar o foguete em Marte talvez seja mais simples do que fazer isso; ou seja, são tecnologias extremamente complexas, muitas vezes, dependendo do produto, existe uma ou duas fábricas no mundo. Então, obrigar essa transferência de tecnologia me parece uma questão bastante difícil de se compreender e aceitar.

O fato é que houve vetos presidenciais nesse sentido. Então, fica aqui o pleito de que esses vetos sejam mantidos. Aparentemente, serão examinados por esta Casa na semana que vem.

E o meu último eslaide aqui é relativo ao número de depósitos no Brasil. O Brasil, lá em 2013, em 2010, o Brasil era o décimo maior país em termos de número de depósitos de patentes. Mais uma vez, eu não sei se isso é um distintivo de capacitação em termos de inovação, mas é um sinal interessante da atratividade deste País em termos de depósito de patentes. Boa parte – Dr. Rogério está correto –, boa parte desses depositantes são empresas e entidades globais, não são brasileiras, e eu acompanho isso, tenho até gráficos, no sentido de qual o percentual do que é, se são depósitos autóctones, depósitos que vêm de empresas e entidades brasileiras.

É realmente uma quantidade pequena – eu não diria que não é nem 10% disso, e não cresce. É quase como uma linha, uma coisa assim que não tem grande variação. Infelizmente, como brasileiro, eu me ressinto um pouco disso. Mas o fato é que, em termos globais, o Brasil vem caindo, caindo acentuadamente. Em torno de 34 mil, 35 mil, que nós já tivemos no passado, hoje é apenas 27 mil.

Essa parte de baixo do eslaide é o acumulado do ano e que, se continuar na toada atual, nós estaremos até – vamos cair, mais uma vez – abaixo, provavelmente, dos 27 mil, que vai ser um recorde que o Brasil não tinha, um recorde negativo que o Brasil não tinha há muito tempo; ou seja, tínhamos um problema enorme, no nosso Instituto Nacional da Propriedade Industrial, de demora de exame de pedidos de patentes. Com o trabalho magnífico que o INPI tem feito, esse problema tem diminuído muito. Então, o depósito e a decisão do INPI estão já saindo, em tempo razoável, a partir da data do depósito e, talvez, com algumas modificações na lei, o Brasil passe a ser atrativo novamente para o depósito de patente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado pela atenção. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Gustavo.

Eu quero já passar imediatamente a palavra ao Bernardo Gradin, que é Presidente da GranBio. Ele é formado também em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, com M.A. na Universidade da Pensilvânia. Após a carreira nas áreas de construção e petroquímica, em 2011, o Bernardo fundou e tornou-se Presidente da GranBio S/A, empresa de biotecnologia industrial, e é sócio do grupo Graninvestimentos Holding, da família Gradin, com investimento nas áreas de óleo e gás, infraestrutura e logística.

Com a palavra o Dr. Bernardo.

O SR. BERNARDO GRADIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Izalci! Bom dia, Senadora Zenaide Maia! Bom dia a todos os presentes!

Meu caríssimo Professor Rogério, é sempre um prazer revê-lo. O senhor é um ídolo acho que para todo brasileiro.

Professor Gustavo, é um prazer estar aqui presente também na reunião com o senhor – eu não o conhecia –; muito boa a apresentação. Talvez eu possa trazer, Senador e colegas aqui, uma visão do empresário que se dedica a registrar conhecimento como parte do seu negócio.

Quando a GranBio foi estabelecida, nós víamos no Brasil o melhor lugar para estar no novo segmento que é o da renovabilidade do carbono, substituindo o carbono fóssil. Então, o futuro que nós vimos em 2011 e está se materializando era o de que, como o Brasil tem uma capacidade de geração agrícola, uma abundância de fotossíntese, água, terra fértil e muita produção agrícola, o resíduo agrícola ou biomassa dedicada poderia tornar ou poderá tornar o Brasil uma verdadeira Arábia Saudita do carbono verde. E, quando hoje o resto do mundo cria as políticas públicas para zerar a emissão de carbono e trazer novas tecnologias que demonstrem que é possível substituir boa parte da emissão de carbono fóssil com carbono renovável, o Brasil tem um lugar absolutamente magnífico nesse futuro; da mesma forma, como foi citado pelo Professor Gustavo, na aplicação da biologia sintética. A revolução genômica permite que novos organismos sejam construídos em laboratório, desde antivírus e vírus novos até micro-organismos que processem açúcar e outros produtos em eficiência maior do que processos anteriormente usados químicos e mecânicos. Então, nós temos, na nossa mão, como brasileiros, um potencial gigantesco que talvez ainda não tenhamos sido capazes de implementar por uma circunstância que envolve não só a legislação, mas também envolve nossa cultura. Eu concordo com o Professor Gustavo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a Lei de Patentes brasileira é uma lei bem didática e positiva. Pode haver algum ponto em que talvez nós divirjamos, mas, de novo, é sempre bom fazer a ressalva de que grupos de interesse pensam de maneira diferente em função de cada parte da lei. Então, cabe certamente aos legisladores pensarem como o Brasil, em segurança jurídica e segurança estratégica, é mais bem representado.

Com respeito ao que o Professor Gustavo falou, a Lei de Patentes, por exemplo, americana, que permite que descobertas sejam patenteadas – então, se nos Estados Unidos alguém descobre um micro-organismo novo ou um organismo novo, pode patenteá-lo –, é uma faca de dois gumes, porque dá às empresas mais fortes ou às empresas que chegam primeiro o direito sobre uma descoberta que não necessariamente é uma invenção. Então, nós podemos cair numa armadilha se reconhecermos invenção ou descoberta – desculpem-me – como patente de que micro-organismos ou organismos descobertos no Brasil, essencialmente da fauna ou da biodiversidade brasileira, sejam impedidos de serem usados por brasileiros ou pelo meio brasileiro, porque um estrangeiro patenteou antes o que foi descoberto, por exemplo, na Amazônia.

E, como empresário ou como empresa, a patente serve muito como mecanismo de vantagem competitiva. Então, como eu garanto que meu concorrente não chegue ao mesmo processo ou custe mais para ele chegar ao processo que eu tenho? Para isso, obviamente, precisa haver, além de uma boa lei, um ecossistema de segurança jurídica, para que a minha patente seja protegida de forma ágil, e uma cultura para inovar que incentive não só o cientista, mas também quem aplica a ciência em tecnologia, a fim de que se sinta seguro de fazer, primeiro, no Brasil.

Permitam-me dar um exemplo da GranBio. A GranBio tem hoje, mais ou menos, 420 patentes. Apesar de boa parte das patentes, nós termos tido a iniciativa de fazer no Brasil. Sobretudo as patentes agrícolas, a maior parte das patentes nós fizemos, primeiro, nos Estados Unidos e na China, que também já reconhecem essas patentes. E viemos para o Brasil depois não porque a lei não é a lei mais positiva, mas porque a segurança jurídica no esboço, na verdade, INPI acelerou muito a velocidade de resposta das patentes. Mas nós ainda não temos um arcabouço nem um ecossistema jurídico que permitam que uma boa lei seja implementada com agilidade pelo Governo e na cultura de inovar.

Então, se me permitem, para encerrar, acho que nós temos uma boa lei – talvez um ou outro argumento precise um pouco mais de debate. Dei só um exemplo, Professor Gustavo, mas também é opinativo. Eu acredito que, se o Brasil permitir que a nova Lei de Patente permita que descoberta seja patenteada, nós correremos o risco de ficar na mão de grandes multinacionais e de países que têm mais agilidade para registrar isso. Na verdade, nós já estamos, de certa forma, reféns. Alguns micro-organismos nativos ou descobertos no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram patenteados, sobretudo no Japão e nos Estados Unidos, que aceleraram essa corrida depois do Projeto Genoma. Se alguma empresa brasileira resolver aplicar isso em seu processo industrial, tem que pagar patente nos Estados Unidos, porque parte, obviamente, da estratégia de quem faz patente não é só proteger a descoberta, mas é proteger mercado. Então, quando se patenteia nos Estados Unidos, independentemente de ser a empresa brasileira ou ser americana ou ser chinesa, e o sistema americano reconhece aquela patente, se eu quiser exportar o meu produto para os Estados Unidos eu tenho que pagar a patente para quem fez o registro lá.

Bom, eu quis trazer um exemplo, Senador. Obviamente a minha contribuição é uma contribuição muito limitada, de um empresário. Acredito que este debate é só um início, e me coloco à disposição para servi-los quando eu puder trazer o exemplo de quem pensa do lado do balcão de quem inventa – não de quem inventa como cientista, mas de quem tenta trazer tecnologia para o mercado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Bernardo.

Quero passar agora a palavra ao Paulo César Rezende de Carvalho Alvim, que é Secretário Nacional de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC).

É Engenheiro Civil, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre em Ciência da Informação, formado pela Universidade de Brasília; foi analista de projetos das áreas de transporte e energia; foi analista técnico da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, atuando nas áreas de energia e tecnologia industrial básica; atuou também como técnico do Sebrae, nas áreas de apoio tecnológico aos pequenos negócios, e Superintendente da área de modernização e cooperação técnica; foi Secretário-Geral Adjunto do MEC; foi técnico da Finep e trabalhou na coordenação de modernização tecnológica da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Paraná, na área de prospecção tecnológica, PBQP e PACTI; foi Secretário Adjunto aqui do Governo do Distrito Federal; foi Secretário Adjunto de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do GDF; foi Presidente da FAP-DF e foi técnico da Finep, atuando na área de negócios internacionais de tecnologia; Vice-Diretor do IBICT; foi Chefe de Escritório da Finep em Brasília; foi Diretor do Departamento de Setores Intensivos em Mão de Obra da Secretaria de Desenvolvimento da Produção, do Ministério do Desenvolvimento (MDIC); foi Analista III do Sebrae Nacional, onde exerceu as funções de Gerente de Acesso à Tecnologia e Inovação, Gerente de Agronegócios, Gerente de Acesso a Mercados, Gerente de Acesso a Mercados e Serviços Financeiros; Coordenador do CRAB e assessor da diretoria;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analista da Unidade de Cultura Empreendedora, além das participações como Conselheiro dos CDE dos Sebrae PA, AC, RO, RJ e MG e como representante do Sebrae em conselhos e fóruns nacionais e internacionais.

Com a palavra o Dr. Paulo César Alvim.

O SR. PAULO ALVIM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Izalci.

Primeiro, em nome do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e do Ministro Marcos Pontes, quero agradecer o convite para participar desta audiência.

Como já foi bem relatado aqui e citado pelo nosso professor, que é referência, o Professor Rodrigo Cerqueira Leite – ah, desculpe-me: Rogério –, é fundamental perceber que nós não temos a cultura, como também foi colocado aqui pelo Bernardo, da patente como um instrumento de inovação. Ela ainda é percebida, na realidade brasileira, como um instrumento de proteção de mercado, como também foi aqui colocado pelo Bernardo. É algo que é fundamental.

Quando se fala na questão de atualização de uma legislação – aí vou fazer, Gustavo, você me permita, algumas referências à sua apresentação –, em 1996, quando foi aprovada a Lei de Propriedade Industrial, era uma legislação de vanguarda. Isso, inclusive, criou algumas dificuldades na sua implementação. E diversas legislações posteriores, como o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, criaram condições para melhor implementação, principalmente num ambiente acadêmico, onde, hoje, a gente começa a ter uma melhor percepção do papel da proteção do conhecimento nesses ambientes.

Sobre as nossas universidades – aí, Professor Rogério, eu quero corroborar com a sua fala –, poucas, poucas, mas muito poucas universidades brasileiras, em especial as universidades públicas, conseguem transformar a sua capacidade de geração de conhecimento em renda para os universitários e para os seus pesquisadores, por diversas razões. Há uma variável de segurança jurídica muito complexa, em que nós não conseguimos avançar, muito mais por conta de uma legislação que cria dificuldades na gestão de recursos humanos do que pela legislação da área de ciência, tecnologia e inovação e pela legislação de propriedade intelectual. A percepção de que o conhecimento pode ser transformado em reconhecimento e ganho para o seu gerador é algo que a gente ainda não conseguiu incorporar na legislação brasileira.

Aí, Gustavo, você não apontou esse ponto, mas é algo em que a gente precisa avançar. Não se trata da área de proteção do conhecimento, mas é fundamental para disseminar o uso dos instrumentos de proteção do conhecimento o reconhecimento de quem gera aquele conhecimento, aquela patente, aquele instrumento de registro de propriedade intelectual, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se beneficie do fruto do seu trabalho. Estou falando em reconhecer o pesquisador, reconhecer o grupo de pesquisa, o departamento de pesquisa, num processo de uma cadeia de reconhecimentos e valoração. Então, isso é algo em que a gente precisa avançar, que não é apenas na legislação de proteção do conhecimento, mas é algo fundamental para acelerar o uso desses instrumentos.

A gente deve registrar que o maior uso, principalmente, pelos instrumentos dos núcleos de inovação tecnológica nas universidades, dessas práticas de reconhecimento foi muito em decorrência de passar a ser considerado como um item, para a progressão de carreira e não apenas para a produção científica, que é clássica, a questão da produção de patente. A gente vê muito mais um esforço de registro do que efetivamente do uso desse instrumento para inserção no mercado e, aí, sim, se transformar num instrumento de inovação.

Hoje, a gente tem percepção de que inovação não se mensura apenas pelo número de patentes. Há diversos outros mecanismos e indicadores que permitem isso, mas eles, historicamente, continuam sendo um instrumento que – aí eu vou falar muito numa posição pessoal – é muito mais capacidade inovativa, capacidade de pesquisa e de desenvolvimento de corporações. Nesse sentido, Bernardo, a sua empresa é uma empresa exemplar pelo número de patentes, inclusive pela estratégia de proteção de mercado, porque esse talvez seja um grande papel do instrumento de patente.

Eu acho que, na linha que o Gustavo nos trouxe aqui, por exemplo, a redução do número de patentes no Brasil, na contramão de um esforço que o INPI vem conduzindo de agilizar os seus processos, é extremamente preocupante. É extremamente preocupante, como país que busca a necessidade de transformar... Nós falamos aqui no Ministério sobre a redução do GAP 1.357, 13º país do mundo na produção de conhecimento científico e tecnológico e 57º país no Índice Global de Inovação.

Um país que persegue, cada vez mais, avançar na geração de riqueza baseada em agregação de conhecimento científico e tecnológico na sua produção, que persegue fortalecer a base empresarial, numa estratégia de inovação para essas empresas, que, como foi bem colocado aqui, tem janelas de oportunidades em diversas áreas... Aqui foi muito citada a questão do material biológico, em decorrência da situação diferenciada que o País tem, dos seus biomas. Mas nós temos materiais avançados, nós temos diversas áreas em que temos um diferencial que pode ser potencializado.

Essa redução do número de patentes, é algo que preocupa. E aí é uma janela de atenção, Senador Izalci, que merece, com certeza, um amplo processo de discussão. E aí eu o parabenizo pela discussão desse tema, neste momento, que se torna estratégico para que a gente pense em atualizações e modernizações da legislação, mas sempre com um olhar muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significativo de percepção pela nossa comunidade acadêmica, de como eles podem contribuir, de como eles podem perceber isso como um ganho para o esforço de ciência e tecnologia do País, mas principalmente pelo olhar das empresas, dentro de uma estratégia não só de proteção do conhecimento, mas principalmente com um olhar de mercado, que é fundamental.

É possível fazer pontos de melhoria, como foi colocado aqui pelo Dr. Gustavo, mas esse é um processo que tem, em função de um impacto nas relações internacionais, no comércio internacional, que precisa de muitos pontos de atenção. E isso é algo que a gente também gostaria de ressaltar, é um movimento às vezes de palavras, que criam dificuldades de transações, dificuldades de relacionamento em nível internacional, principalmente para as empresas.

Então, é nesse sentido que a gente parabeniza mais uma vez a iniciativa. É importante atualizar a legislação, mas com essa preocupação dos impactos que ela pode causar, e sabendo que é fundamental a presença e o uso dessas ferramentas.

Hoje nós podemos dizer que o instrumento de patentes ainda é muito pouco utilizado, muito aquém da nossa capacidade de pesquisa e desenvolvimento, e muito aquém da oportunidade de inovação e da capacidade inovativa das empresas.

Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao meu querido Paulo Alvim.

Quero colocar aqui já alguns pontos para que vocês possam responder, mas temos aqui também algumas perguntas que chegaram dos nossos internautas.

O Elio Camargo, aqui de São Paulo, diz: "O INPI não poderia disponibilizar ofertas classificadas de patentes aprovadas, para transferências e aproveitamento nas diversas áreas?".

O Matheus Alencar, do Maranhão: "Como a legislação de patentes pode fomentar o processo criativo?".

O Elio Camargo, também de São Paulo: "Poderiam implantar um eficiente sistema de comunicação eletrônica para cada etapa e evitar o cancelamento de pedidos de patentes por prazos?".

E um comentário da Elinadja Nascimento, de Alagoas: " O aprimoramento da legislação brasileira sobre patentes, torna-se necessário esse debate, principalmente no nosso contexto de saúde pública".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E antes de passar para a Senadora Zenaide, eu gostaria também de fazer aqui algumas considerações. A lei de patentes sofreu alterações significativas recentemente. Em agosto, entrou em vigor a Lei 14.195, de 26 de agosto, de 2021, que revogou o seguinte dispositivo da Lei de Propriedade Industrial, a Lei 9.279, de 1996: primeiro, o parágrafo único do art. 40, impossibilitando a ampliação exagerada da vigência de patentes em caso de demora de análise por parte do INPI; e o dois, o art. 229-C, que determinava a anuência prévia da Anvisa para a concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos em suas opiniões.

Pergunto: a revogação do parágrafo único do art. 40 prejudica a inovação no País? Porque é essa exatamente a impossibilidade de ampliação exagerada das patentes em caso de demora de análise por parte do INPI.

Dois: a revogação da anuência prévia da Anvisa para a concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos foi uma medida acertada ou pode prejudicar a saúde da população? Essa é a segunda indagação.

No início de setembro deste ano, o Presidente sancionou a Lei 14.200, de 2021, que altera o art. 71 da Lei de Propriedade Industrial para dispor sobre a licença compulsória de patentes ou de pedidos de patentes nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, ou de interesse público, ou de reconhecimento de estado de calamidade pública no âmbito nacional. Entretanto, o Presidente da República vetou diversos dispositivos que tratam dos detalhes do procedimento de licenciamento compulsório, como, por exemplo, o titular da patente ou do pedido de patente objeto de licença compulsória deverá fornecer as informações necessárias e suficientes à efetiva reprodução do objeto protegido pela patente ou pelo pedido de patente e dos demais aspectos técnicos aplicáveis ao caso em espécie, assim como os resultados de testes e outros dados necessários à concessão de seu registro pelas autoridades competentes.

Entre as razões do veto, o Poder Executivo destacou que, apesar de meritória a intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que pode trazer caos ao sistema patentário nacional, podendo suscitar conflitos com as indústrias farmacêutica e farmoquímica. Destaque-se ainda que o *know-how* é de titularidade exclusiva da empresa, a qual terá a prerrogativa de licenciar ou não. No entendimento dos senhores, tal veto inviabiliza a lei? Caso sim, quais outros vetos à referida lei merecem ser derrubados no Congresso?

Eram essas as minhas indagações.

E passo imediatamente à minha querida colega, uma referência para nós aqui na área de saúde e educação, Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, quero já parabenizá-lo porque, aparentemente, pode ser um assunto que para muitos não tem uma importância fundamental, mas a gente sabe da importância fundamental de qualquer Governo no mundo em investir em ciência, tecnologia e inovação.

Quero aqui cumprimentar e já falar. Eu queria dizer que vocês, palestrantes, Sr. Paulo Alvim, Sr. Gustavo de Freitas Morais, Sr. Bernardo Gradin e Sr. Rogério Cézar de Cerqueira Leite, eu queria já me dirigir... Eu acho que o meu colega Izalci já fez várias perguntas, mas eu queria dizer ao Sr. Rogério Cézar de Cerqueira Leite que o senhor mostrou... Eu não sou da área de ciência e tecnologia, sou médica de formação, mas quero dizer o seguinte: qualquer país – a gente sabe – que queira crescer tem que investir nessa área. Então, qualquer falha que a gente está vendo aqui... A Anvisa deliberar medicamentos são decisões políticas. O que todos apresentaram aqui é que precisa haver vontade política para isso. A gente sabe, como foi mostrado... Eu acho que foi o Sr. Gustavo que disse que mesmo países menores que não tivessem a importância resolveram investir em ciência, tecnologia e inovação. Mostrou a China, mas nós temos outros, mais uma vez mostrando que é vontade política do Congresso e da Presidência da República.

Sobre a questão de liberar, como foi falado aí, eu queria dizer aos senhores – o atraso da Anvisa na análise de patente, seja ele para medicamento, que, no caso de liberar o que foi dito aí, acho que a Anvisa só tem, atualmente, a análise rápida para a liberação de agrotóxico. São 1.330 novos agrotóxicos em dois anos e oito meses. Deve estar faltando tempo dessa análise para medicamentos, para a indústria farmacêutica, como se diz.

Outra coisa que me chamou a atenção também foi quando o Sr. Gustavo disse que aqui as universidades, quando eles descobrem, como a gente diz, o produto na própria natureza, mas a lei não permite que elas o transformem em patente. Então, mais uma vez a decisão é política, é política, sim. E digo mais: não acredito que o Brasil não tenha recurso para investir em ciência e tecnologia. Nós temos muitos lugares onde podemos investir nisso aí.

A gente tem aí uma reforma tributária em que a gente vê perfeitamente que o Brasil faz isenção de tributos. Eu citaria aqui, como exemplo, que, em dezembro de 2017, houve a MP 795, que liberou os tributos de todas as petroleiras que estivessem fazendo exploração do petróleo no Brasil – essa era a famosa MP de um trilhão –, durante 25 anos.

Então, eu queria mostrar aqui que essas dificuldades que todos vocês mostraram, como o Sr. Bernardo, são decisões políticas, e esse debate eu acho uma coisa muito enriquecedora, porque estamos dando visibilidade, porque nós não precisamos estar atrás de vários países e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos, por decisão política, que incluir as universidades nisso daí, elas não podem só produzir as patentes.

Eu queria dizer que aqui, no Rio Grande do Norte, na semana passada, eles falaram sobre isso. Aqui a gente tem energia renovada, tanto no mar como na terra, e agora apresentou-se uma empresa que quer produzir o hidrogênio verde, usar a tecnologia. E, na hora, quando falaram de hidrogênio verde, eu fiquei fora do conhecimento, mas só mostraram que já vão usar energias limpas e produzir esse hidrogênio, que pode ser usado em vários setores.

Por fim, como eu não sou uma grande conhecedora – reconheço –, a vocês eu, mais uma vez, quero agradecer por terem mostrado como isso funciona. Meu colega Izalci, que é um grande defensor, a gente está sempre aí, nessa defesa de ciência e tecnologia, de recurso, porque a gente sabe que, sem recurso, também você não faz nada: você não faz educação, você não faz ciência, você não faz tecnologia. Não adianta, a gente não está inventando a roda aqui, todos sabem que quem quer desenvolver, quer chegar a um patamar e ter uma soberania que os outros países respeitem, tem que investir nisso aí e dizer o seguinte: "Isso aqui a gente já sabe". Quer dizer, os senhores mostraram o diagnóstico e sabem como tratar. Então, cabe a decisão política aqui: há alguma lei que a gente tem que modificar, outras que a gente tem que aprovar?

Com esta questão de retirar a Anvisa na hora de liberar, de não analisar as coisas, eu sou contra. Eu acho que isso é um risco e acho que não precisamos dessas decisões. Como vamos lutar por um novo quimioterápico, radioterápico, para as pessoas usarem, sem avaliação da agência sanitária? Eu acho que, no mundo todo, existe isso.

Mais uma vez, quero agradecer – fico muito feliz por estar aqui, nesta sexta-feira – e dizer o seguinte: vontade política. O que estamos fazendo aqui é dar visibilidade à população brasileira um assunto que a maioria não entende, mas mostrando que é possível, sim, a gente caminhar, agregar valores aos nossos produtos, ter mais facilidade de concorrência externa, se o Governo, juntamente com o Congresso Nacional, se os Poderes resolverem priorizar isso aí.

Eu não vou nem perguntar, porque eu acho que vocês enriquecerem o debate e as perguntas do Senador Izalci já me contemplam também.

Obrigada a cada um de vocês e obrigada, Izalci, pelo convite para a participação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Bem, eu vou fazer agora, na ordem inversa, para poder responder aos nossos internautas e, também, as indagações que fiz e também aos comentários da Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar, então, para as considerações finais já na ordem inversa.

Passo, agora, a palavra, então, ao nosso querido Secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Sr. Paulo Alvim.

O SR. PAULO ALVIM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Em relação àquelas questões que o senhor nos colocou antes de partir para as considerações finais, primeiro, a questão da anuência prévia da Anvisa.

Esse foi um assunto amplamente discutido, e, dentro do Governo Federal, inclusive na relação com o setor empresarial envolvido à época, foi conseguido que essa era uma posição de consenso, e é muito difícil, numa discussão de ajuste de legislação, esse consenso. Esse era um dos poucos pontos que eram consenso. Em relação aos demais pontos, como o senhor bem pontuou, havia posicionamentos técnicos favoráveis e desfavoráveis, e, na questão dos vetos, também é algo que faz parte da prática da construção de legislações ter pontos fortes e pontos fracos.

O que eu quero colocar é, como o Gustavo bem colocou na sua fala, que é sempre possível melhorar, e essa construção tem que ser não a ideal, mas a possível, e essa tem sido uma prática que a gente tem praticado. É necessário avançar? Sim, precisamos avançar nesse processo da legislação de proteção do conhecimento porque, cada vez mais, a construção do futuro passa pela contribuição da ciência e tecnologia para a oferta de produtos e serviços intensivos e com maior valor agregado, de que o Bernardo, com empresário, é um exemplo, mas é fundamental que haja dois olhares: proteção do conhecimento e proteção de mercado. A proteção de mercado é fundamental para que as empresas tenham sustentabilidade dos seus negócios e consigam gerar nota fiscal e postos de trabalho.

Mais uma vez, Senador Izalci e Senadora Zenaide, agradeço a oportunidade de estarmos aqui com vocês. Esse é um assunto que precisa, cada vez mais, transbordar a ambiência dos técnicos, porque isso tem impacto na sociedade, no incremento de custos, no incremento de preços, e é fundamental que isso seja amplamente debatido em benefício da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Secretário Paulo Alvim. Obrigado pelas colocações.

Passo já, também, para as colocações finais e também para responder aos nossos internautas e comentar o que disse a Senadora Zenaide, ao membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual Gustavo de Freitas Morais.

O SR. GUSTAVO DE FREITAS MORAIS – Eu acho que, pela ordem, seria o Bernardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Desculpe-me. É porque eu inverti, né?

Então, por favor...

O terceiro foi o Bernardo.

Bernardo.

O SR. BERNARDO GRADIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Mais uma vez, obrigado pelo convite.

Eu entendo, também, que parte das respostas eu gostaria de enviar depois, por escrito, porque eu gostaria de consultar a CNI e a MEI, que me indicaram para esta reunião. Eu entendo, também, que parte das respostas eu gostaria de enviar depois, por escrito, porque eu gostaria de consultar a CNI e a MEI, que me indicaram para esta reunião. Talvez eu tenha mais propriedade, com o conhecimento que já foi analisado pela equipe da CNI e da MEI.

Senadora, achei que a senhora tem toda razão. Nós precisamos ter a vontade política integrada da sociedade. Não é só a política de quem exerce a política com o mandato. Nós precisamos mudar a forma de pensar e a cultura de que a inovação vale a pena. E nós temos uma capacidade criativa no brasileiro, que é muito pouco utilizada e empregada.

O fato de nós termos a maior parte das patentes pedidas no INPI de universidades públicas federais é parte do contexto, porque nós temos as universidades federais com um investimento muito grande feito até hoje. Muitos professores e cientistas estão nas universidades federais.

E talvez, como sugestão, nós precisamos repensar, para responder à pergunta do internauta do Maranhão, como fomentar o processo criativo, como podemos agilizar o ecossistema e a cooperação entre professores, cientistas, tecnológicos e empresários. Como é que nós trazemos a ideia para a tecnologia, para que vire patrimônio econômico e patrimônio de conhecimento.

Esse é um desafio, porque como as universidades federais têm que proteger, de certa forma, essa interface com as empresas, nós não temos ainda um ambiente de agilidade, que permita que a universidade, junto com as empresas, cooperem para que essa ideia vire tecnologia e produto rápido.

A iniciativa do CNPEM, liderada pelo Prof. Rogério, idealizada pelo Prof. Rogério, é um exemplo excepcional do que pode ser feito, porque via ONS, nós podemos agilizar a interface da criação para a interface do emprego, da ideia em tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, muito obrigado pela oportunidade. Eu queria pedir o obséquio de preparar as respostas para parte dessas perguntas com o embasamento da CNI. Envio para o senhor na próxima semana. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Bernardo.

Passo então, para as considerações finais e também para responder e falar sobre as nossas questões levantadas pela Senadora Zenaide e por mim, ao Sr. Gustavo de Freitas Morais.

O SR. GUSTAVO DE FREITAS MORAIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Senador, a minha mente aqui está um pouco num turbilhão, porque eu ouvi realmente considerações extremamente importantes e extremamente pertinentes, que me fazem pensar um pouco.

Aproveitando aqui o gancho da Senadora Zenaide, do Secretário Paulo Alvim e, de certa forma, ecoado aqui pelo Bernardo, vejo o seguinte: temos fatos, os maiores depositantes de patentes do Brasil são as universidades.

Dois, temos um cabedal de conhecimento, principalmente na área de biologia, principalmente na área da agricultura, que torna o Brasil medalhista olímpico no mundo. Isso não é toda hora que a gente vê, não. Em muitas áreas, nós estamos lá atrás. Nessa área, não estamos.

Bernardo, você não me conhece, mas eu te conheço, eu sei a caminhada, já estive lá na GranBio, falando com o Prof. Gonçalo, e vejo a caminhada interessantíssima que vocês trilham.

Temos aí já os ingredientes para uma vitamina mista. Isso me faz lembrar, algumas décadas atrás, acho que não era na época de vocês, uma lei chamada Bayh-Dole. Eram dois Senadores lá dos Estados Unidos, dois partidos diferentes.

Aquela lei modificou essa relação da propriedade da inovação dentro das universidades, entre outras coisas. Leis americanas, em geral, são muito complicadas, mas há essa parte principal. Ela basicamente diz o seguinte: inventou, depositou a patente, é um professor universitário, é um pesquisador? A detentora da patente é a universidade. Mas, começou a demorar a coisa – há prazos ali –, a patente pode passar ao pesquisador, para aquele grupo de pesquisadores, sim. Estou simplificando uma coisa extremamente complexa.

A meu ver – eu andei assistindo de espectador –, isso deu uma explosão de criatividade, de produtividade e de utilidade nessas invenções feitas no ambiente de pesquisa universitária. Hoje em dia a gente vê medicamentos, a gente vê produtos da agricultura, a gente vê produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tecnologia da informação, que vieram, sim, lá de universidades americanas. Hoje em dia estão no mercado e, muitas vezes, tocados por empresas cujos donos fundadores eram antigos pesquisadores ou, às vezes, pessoas que até ainda estão lá. Uma sugestão fica: é dar uma olhada nessa legislação americana Bayh-Dole.

Senador Izalci, muito rapidamente. Acho que tirar a Anvisa do processo administrativo de exame de patente foi uma boa medida. O fundo que a gente tinha eram dois exames e até um certo desprestígio ao INPI, que sempre fez um bom trabalho. Houve um problema na época, que aumentou o atraso, mas isso daí já foi resolvido.

A questão do art. 40. Essa é uma decisão da Suprema Corte. A lei, de certa forma, só corroborou o que o nosso STF já tinha decidido. Então, acho que nem tem muito o que conversar. E com o INPI funcionando bem, isso vai entrar no metabolismo e acho que não vai ter problema nenhum. O problema, realmente, é daqueles que acreditaram na legislação brasileira, conseguiram as suas patentes e tiveram os seus prazos reduzidos, mas isso é uma outra coisa.

Finalmente, quanto aos vetos do Presidente. Eu sei que é algo extremamente difícil de se falar, ainda mais com o que a gente vê nos jornais hoje em dia. Mas forçar a transferência da tecnologia de fabricação me parece algo bastante extremo, ainda mais diante do fato de que isso já existe na nossa legislação, ou seja, não apenas chove no molhado, mas como, pela legislação atual, o Decreto nº 3.470, na parte de licença compulsória, já existe essa possibilidade. Então, colocar mais uma possibilidade, mais agressiva, parece-me que não é o momento.

Fico muito agradecido por participar desta discussão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Gustavo.

Eu passo já, imediatamente, então, a palavra ao Dr. Rogério Cézar, que é o nosso engenheiro eletrônico, físico e professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O SR. ROGÉRIO CÉZAR DE CERQUEIRA LEITE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Inicialmente eu queria agradecer. Aprendi muito com os senhores, com todos os meus companheiros de exposição, aprendi bastante coisa. Queria agradecer também ao Senador Presidente da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu sou uma pessoa já de uma certa idade, inconfessável aliás, vou começar por uma história. O recurso dos velhos é a história.

Muito bem. Com a guerra das Malvinas, a Inglaterra, junto com os Estados Unidos, boicotaram o envio de fármacos e remédios para a Argentina. Foi um dos motivos pelo qual a Argentina se rendeu. Com medo de que isso acontecesse com o Brasil, no Governo Figueiredo, foi feito um grande estímulo para a produção de fármacos, bioquímicos, produtos bioquímicos e química fina.

Muito bem. Logo depois, durante o Governo Fernando Henrique, com a adoção da legislação atual, que mudou muito pouco depois disso, o que se viu foi que 1.050 estações de produção na área de química fina se fecharam e mais 350 projetos que estavam, digamos, aprovados, já em andamento, foram também interrompidos. O que isso nos mostra é que a patente é uma arma de dois gumes: pode fazer muito bem para um país e pode fazer também muito mal. O grande problema é como usar as patentes. O grande problema está em como, realmente, organizá-las de tal maneira que não ofendam os interesses do país.

Hoje, se nós estamos numa dependência tão grande em relação às vacinas para a covid, talvez seja, em grande parte, porque a indústria que estava se desenvolvendo naquela época tenha se desmoronado por causa do sistema de patentes. E lembrem-se de que esses dados que dei não são meus, são do próprio Governo Fernando Henrique. Foi o Ministro Bresser-Pereira que fez esse levantamento, hoje reconhecido e indiscutível.

Então, o que eu acho, senhores, é que temos que tomar muito cuidado com um sistema patentário para que ele não prejudique os interesses do País.

Era só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu quero já antecipando aqui, agradecer a cada um de vocês pela participação. Este tema é um tema super importante.

Eu, que tive o privilégio, ainda como Deputado, de trabalhar a mudança do Marco Regulatório de Ciência e Tecnologia e achava, inclusive, que tínhamos resolvido quase todos os problemas, confesso que a questão de patente foi postergada quando aprovamos o marco regulatório. Foi um dos poucos itens que ficou fora do debate, ficou para depois, mas a gente vê a importância de nos debruçarmos sobre isso, no sentido de, primeiro, lincar as universidades, os pesquisadores do mundo real. A gente tem, é lógico, que continuar incentivando os pesquisadores a fazerem artigos científicos, até porque, ainda hoje, é o que faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que ele possa progredir na carreira, mas nós precisamos mesmo é que o conhecimento que existe dentro das universidades seja aplicado na vida real, no mundo real.

Então, nós já estamos trabalhando aqui num projeto, para que não haja dúvida, porque a inovação acontece nas empresas, não é na universidade. Mas a gente tem que ter este conhecimento da universidade junto com as empresas. E, por mais que a gente tenha aprovada a mudança do marco regulatório, ainda existem algumas dúvidas, alguns questionamentos dos nossos sistemas de controle, questionando ainda se essa permanência temporária do pesquisador na empresa é assessoria, se pode participar, se não pode. Então, a gente tem que dar mais segurança jurídica para esse processo. Então, nós estamos preparando isso. Se houver alguém que queira sugerir algumas alterações para que a gente possa, de fato, levar esse conhecimento não só para o mundo real, mas, principalmente, fazer com que as universidades possam ajudar os Municípios a se desenvolverem, de acordo com a vocação de cada Município, e fixar os jovens que estão se formando, para que eles não vão para as capitais, que eles fiquem no seu *habitat* natural, na sua cidade, no seu Município, para a gente poder realmente levar o desenvolvimento ao País como um todo.

Nós sabemos a importância da inovação, da tecnologia, e, evidentemente, da patente, porque é evidente que as pessoas e as empresas têm investido muito. Determinados segmentos consomem – investem, aliás, porque é investimento – muito recurso em pesquisa.

Então a gente também não pode penalizar quem investe. Há que se ter muito cuidado. É um tema muito importante e tem que ter muito cuidado para não fazer com que os pesquisadores, as pessoas envolvidas em inovação diminuam o pouco recurso que já é aplicado em pesquisa.

Então, eu quero muito agradecer a participação de todos. A gente tem feito um trabalho conjunto, pela Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia e Inovação em Pesquisa, com o Ministério e também com o movimento empresarial pela inovação, com o Sistema S todo, com as universidades.

Então, eu quero agradecer a presença de vocês todos pela disponibilidade de estarem discutindo essa matéria conosco.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro, então, encerrada esta brilhante reunião de audiência sobre a questão das patentes.

Obrigado pela presença de todos!

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dois minutos do dia hum de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus e Plínio Valério, e ainda da Senadora não membro Maria Eliza. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - 2ª parte**, atendendo ao requerimento REQ 9/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Para debater a legislação brasileira sobre patentes, seus benefícios e seu aprimoramento. **Participantes:** Sr. Sérgio Robles Reis de Queiroz, Professor Titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Sr. Antônio Márcio Buainain, Professor livre docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; e Sra. Elizabeth Carvalhaes, Presidente Executiva da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – INTERFARMA. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/01

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data de 1º de outubro de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema: a legislação brasileira sobre patentes, seus benefícios e seu aprimoramento.

Foram convidados a participar: Sr. Sérgio Robles Reis de Queiroz, que é Professor Titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Sr. Antônio Márcio Buainain, Professor livre docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Sra. Elizabeth Carvalhaes, Presidente Executiva da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma).

Esse tema nós chegamos a discutir inclusive na audiência passada, mas é um tema que merece toda a nossa atenção, todo o nosso empenho, porque, desde a época em que fui Deputado Federal já há alguns anos – fui Secretário de Ciência e Tecnologia por dois mandatos aqui desde 2004 –, venho trabalhando no sentido de aperfeiçoar o marco regulatório de ciência e tecnologia, inovação e pesquisa. Avançamos muito, mas, nessa questão das patentes, nós não avançamos muito como em outros temas, ficou para discutirmos depois. Fizemos já algumas alterações, mas é um assunto que é muito sensível. É muito fácil... As pessoas ainda não têm noção do que é e do que significa investimento em pesquisa, em inovação, em ciência e tecnologia.

Vocês devem estar acompanhando a nossa luta para colocarmos recursos... Não adianta fazer pesquisa e inovação com discurso, tem que ser com recurso. Conseguimos avançar um pouco agora, com a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico, mas, mesmo assim, ainda não foi colocado aquilo que já deveria estar no Orçamento.

Eu espero que, na semana que vem, na reunião do Congresso, a gente conclua a inclusão dos recursos para lançar os editais, porque não adianta liberar o recurso sem que haja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo de lançar os editais de pesquisa, apesar de que agora também a gente aprovou que passa a ser um fundo financeiro. Então, é diferente do que ocorria nos anos anteriores, quando o que não era aplicado era devolvido para o Tesouro. Agora, não. Para aquilo que não der tempo de fazer edital ou de investir no próprio ano, fica no fundo para ser usado no ano seguinte também. E isso é só para se ter uma ideia, porque a gente precisa cada vez mais passar para a população que não existe mágica. Vacina não é uma descoberta feita da noite para o dia. A inovação surge de experiências e mudanças que vêm de anos e anos de aperfeiçoamento etc. A gente precisa mostrar para a população, para os Parlamentares, para os governantes, para quem decide as coisas, que, se não houver investimento em pesquisa, a gente não vai a lugar nenhum. E também não adianta fazer grandes investimentos e ser punido com isso: aí vem alguém e copia aquilo em que você investiu anos e anos.

Então, esse é um debate que a gente precisa realmente colocar de uma forma mais pedagógica para as pessoas entenderem, principalmente os Parlamentares que vão votar e que votaram agora, recentemente, algumas alterações que têm consequências. Temos que ver quais são as consequências. Algumas coisas foram vetadas. Quais vetos nós vamos derrubar? O que nós vamos mudar na lei para aperfeiçoá-la? Então, esta reunião tem esse objetivo.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br, ou pelo telefone 0800-0612211.

Para a exposição inicial, os convidados usarão da palavra por até 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar suas considerações finais para responder aos internautas algumas indagações que vão surgir. Para as considerações finais, 10 minutos.

Eu quero aqui já passar a palavra para o Professor Sérgio Robles Reis de Queiroz, que é Professor Titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp; também Engenheiro Civil; bacharel em Filosofia pela USP (Universidade de São Paulo); mestre e doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp; realizou estudo de pós-graduação na Universidade de Nice, na França; foi pesquisador visitante na Universidade de Sussex, na Inglaterra; Coordenador de Ciência e Tecnologia e Secretário adjunto da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo; e Coordenador adjunto de Pesquisa para Inovação da Fapesp.

Com a palavra, Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO ROBLES REIS DE QUEIROZ (Para expor.) – Obrigado. Bom dia a todos!

Eu queria, inicialmente, agradecer ao Senador Izalci Lucas o convite para participar desta audiência pública aqui na Comissão Senado do Futuro, agradecer também e cumprimentar os meus colegas participantes: a Elizabeth Carvalhaes e meu caro amigo Antônio Márcio, colega

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Unicamp também. A minha apresentação aqui eu queria basicamente concentrar em três tópicos, fazer uma primeira discussão inicial sobre alguns conceitos relacionados a patentes, apresentar alguns dados aí com o objetivo de estabelecer um contexto geral da discussão sobre patentes: qual é o papel das patentes no processo de inovação e difusão, a relação que tem com diferentes setores da economia, a importância relativa disso como fator de atraso da inovação no Brasil. Então, falar inicialmente disso. Em seguida, destacar alguns aspectos sobre a legislação de patentes: a questão da estabilidade das regras, do funcionamento do sistema. E, finalmente, falar de alguns pontos que o Senador Izalci mencionou aqui, que é essa discussão presente sobre as mudanças na legislação, essas mudanças que estão em curso. Já foi aprovada uma lei, existem ainda vetos a serem discutidos. Vou comentar sobre esse ponto.

Então, começando pelo primeiro tópico aqui, conceitos e alguns dados básicos relativos a patentes, eu queria lembrar que patente é um instrumento que visa garantir a apropriabilidade dos resultados da inovação pelas empresas inovadoras, ao mesmo tempo em que garante ao restante da sociedade acesso ao conhecimento produzido pela empresa, a livre exploração desse conhecimento a partir de um certo tempo, que é o tempo de duração da patente. Então, para isso é que serve a patente, fundamentalmente.

E o primeiro aspecto que a gente deve considerar aqui é que toda a legislação de patente busca equilibrar esse *trade-off*, entre balanço entre o interesse do inovador de um lado e o interesse da sociedade em explorar esse conhecimento, o interesse entre você estimular a inovação – e aí, quanto maior for o prazo concedido para esse monopólio, maior é o estímulo – e, de outro lado, estimular a difusão – e aí, quanto menor for o prazo, mais rápida vai ser a difusão. Uma duração longa demais prejudica a sociedade, uma duração curta demais desestimula o investimento da empresa em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Um outro aspecto que é importante considerar é que patente não é o único mecanismo de garantia da apropriabilidade dos resultados da inovação, isso depende muito claramente do setor considerado. Existem setores, por exemplo, em que o segredo de fabricação é um mecanismo muito melhor do que a patente. Se a Coca-Cola tivesse patenteado sua fórmula lá atrás, hoje haveria milhares de copiadores de Coca-Cola. Então, isso varia. Para todos os setores a patente tem alguma importância, mas para alguns ela tem muita importância, para outros ela tem muito menos importância. Então esse é um ponto importante também a observar.

Como regra geral, a patente é importante exatamente em setores em que o custo da imitação é muitas vezes menor do que o custo da inovação. O setor farmacêutico é um claro exemplo disso. E essa é também uma razão para a patente não refletir com muita precisão a capacidade de inovação de uma certa economia, porque vai depender justamente da estrutura industrial dessa economia, da composição setorial, de qual é o peso de determinado setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro dessa economia. Então, se a patente varia em função das características setoriais, dependendo da composição setorial dessa economia, a importância da patente também vai variar.

Se nessa questão da patente a gente precisa sempre equilibrar o interesse das empresas inovadoras, que querem esticar o prazo do monopólio, e o interesse geral da sociedade, que é encurtar esse prazo, a gente também deve observar quem são essas empresas que inovam. No Brasil, no setor farmacêutico por exemplo, só muito recentemente a gente passou a ter empresas grandes o suficiente, empresas avançadas o suficiente para incorporarem, em suas estratégias de crescimento, investimentos em inovação. Se a gente fizer um rápido histórico, um apanhado histórico, verá que, 35 anos atrás, lá na década de 80 por exemplo, mais de 80% do mercado farmacêutico nacional estava nas mãos de empresas multinacionais; as pequenas empresas brasileiras, que ocupavam menos de 20% do mercado, só tinham como opção uma estratégia de cópia dos medicamentos que eram lançados pelas grandes multinacionais farmacêuticas, aquilo que a gente chama de *big pharma*.

Eu diria que foi a partir da legislação de genéricos que isso começou a mudar. Essa legislação propiciou o crescimento das empresas nacionais, que se tornaram grandes empresas. Hoje a gente tem grandes empresas nacionais fabricantes de genéricos, e essas empresas que hoje ocupam uma parcela muito mais substantiva do mercado brasileiro, praticamente metade do mercado brasileiro, começam a ter estratégias de internacionalização, estratégias de inovação, inclusive em novas moléculas, algo que era, no passado, impensável. Quer dizer, o que se buscava lá na década de 80, por exemplo, era simplesmente uma estratégia de cópia de processos farmacêuticos, basicamente. A pesquisa em novas moléculas era uma coisa completamente fora do horizonte. Hoje começa a aparecer no horizonte. Então, se lá atrás podia até fazer sentido uma certa legislação de patentes fraca – fraca no sentido de não oferecer muita proteção às empresas inovadoras –, hoje isso faz bem menos sentido. As próprias empresas nacionais começam a investir mais em inovação e começam a defender uma legislação de patentes forte.

Bem, isso significa que a gente está mudando de patamar em termos de inovação? O quadro geral não é esse. Eu diria que, infelizmente, a gente está longe disso. O País tem tido um desempenho bastante limitado tanto em termos de esforços para inovar, os gastos em P&D, como em termos de resultados, que são os resultados concretos em termos de inovação. Se a gente for olhar, por exemplo, os gastos de P&D como percentagem do PIB, verá que eles permanecem ali num patamar estável desde o começo do século praticamente, em torno de 1,2% do PIB. Isso contrasta fortemente com o nível de gastos dos países da OCDE, que é 2,4% do PIB, para não falar de países que gastam muito mais do que isso. Mas mesmo países que estavam atrás do Brasil... Se a gente olhar, por exemplo, a China: no início do século, gastava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em P&D um percentual do PIB menor que o percentual brasileiro, e hoje a China já está ultrapassando os 2% de gastos em P&D como proporção do PIB, e de um PIB significativamente maior que o PIB brasileiro. Não é à toa que a China tem tido esse desempenho espetacular em termos de inovação nos últimos anos.

E não só em termos de esforço: quando a gente olha também para o resultado, a gente vê que, Pintec após Pintec, os resultados em termos de inovação são muito pífios. Quais as razões? Não vamos discutir isso aqui – é uma longa discussão –, mas eu diria que não é por conta da legislação de patentes que nós temos esse quadro. As causas, do meu ponto de vista, têm muito mais a ver com o nosso modelo de desenvolvimento, que se tornou obsoleto, fechado ao exterior, sem competição. Isso, para mim, explica muito mais esse desempenho pífio em P&D e inovação no Brasil.

Na verdade, as empresas gastam pouco. O Governo até gasta razoavelmente. Se a gente pensar em termos do percentual do gasto atribuído ao Governo – desse gasto total de 1,2%, mais ou menos metade desse gasto é gasto governamental –, está em linha com o que outros países do mundo gastam: o Japão gasta mais ou menos 0,6% do PIB, o governo japonês gasta mais ou menos 0,6% do PIB; o governo britânico gasta mais ou menos isso. Então, não está distante. O problema são as empresas, que gastam muito pouco, as empresas investem muito pouco em P&D. E como estimular as empresas a investir em P&D? Esse é um grande desafio que eu acho que a gente deve endereçar.

Passo ao segundo tópico que eu queria abordar, os aspectos relacionados que eu queria destacar sobre a legislação de patentes em geral. O primeiro aspecto é sobre a importância desse tema das patentes.

Na década de 70, por exemplo, 83% do valor de mercado das 500 maiores empresas da Standard & Poor's correspondiam a ativos tangíveis; só 17% a ativos intangíveis, isto é, ativos imateriais. Em 2015, isso se inverteu completamente: 87% correspondiam a ativos intangíveis e só 13% a ativos tangíveis. Boa parte desses ativos intangíveis, desses ativos imateriais, corresponde evidentemente a marcas e patentes. A gente vê aí empresas como Nike, Coca-Cola, para não falar das... Essa mudança, na verdade, significa a mudança do mundo da GM, das grandes empresas de manufaturas, para o mundo, hoje, do Facebook, da Microsoft, da Nike, enfim, dessas empresas todas. Então, é um mundo em que o peso da propriedade intelectual cresceu enormemente; a parte dos ativos intangíveis como responsável pelo valor das empresas cresceu enormemente. Então, só isso dá uma medida clara para mim da importância do tema.

Outro aspecto a destacar aí é que, se 30 anos atrás fazia sentido, ou podia fazer sentido, uma estratégia de cópia de tecnologia, hoje não faz mais. As grandes empresas nacionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claramente já perceberam isso, as *startups* inovadoras certamente têm clareza com relação a isso. E, se o objetivo das empresas for olhar para o mundo e não olhar para o Brasil, como deve e precisa ser, faz menos sentido ainda uma estratégia de cópia. Desse ponto de vista, eu diria que a gente deve mirar uma legislação de patentes forte, e não fraca, no sentido que eu falei anteriormente. Um terceiro ponto aqui é que a estabilidade da legislação é fundamental. As regras do jogo não podem ficar mudando a toda hora, não podem sofrer ameaças de mudança a toda hora. Estabilidade institucional, do meu ponto de vista, é o que separa países avançados de países atrasados.

Eu tenho o entendimento de que a atual legislação patentária é boa. A gente certamente podia ter aproveitado melhor o período de carência para aderir ao Trips, quando a legislação foi mudada, lá em 1996, mas isso são águas passadas, isso não adianta mais. Então, a gente tem uma legislação razoavelmente boa. Acho que só mudanças absolutamente necessárias devem ser feitas. Por exemplo, uma mudança recente, a revogação do parágrafo único do art. 40 me parece que foi na direção correta de limpar esse assunto, até em função da decisão que o STF tinha tomado e invalidado esse parágrafo. Mas são ajustes desse tipo que eu acho que se justificam.

Um último ponto aqui é que tão importante quanto a legislação é o funcionamento do sistema de proteção. Não adianta a gente ter uma lei se não houver um *enforcement* da lei, se os tribunais não julgarem os conflitos em tempo razoável, se o INPI não analisar em prazo razoável os pedidos, conceder ou negar de forma fundamentada e assim por diante. Então, houve uma melhora substancial no período recente com a redução do *backlog* do INPI, mas isso foi facilitado pela queda do número de depósitos. A questão é: se o Brasil progredir como a gente espera que em algum momento aconteça, o INPI vai dar conta? Acho que essas questões sobre o funcionamento do sistema são outro aspecto que a gente devia levar muito em consideração.

Finalmente, o último tópico que eu queria tratar, das mudanças na legislação existente. O primeiro foi esse que eu já mencionei da eliminação do parágrafo único do art. 40, que eu entendo que vai na direção correta. Não me parece muito cabível esse questionamento sobre o prejuízo causado a empresas que teriam patentes expiradas, porque essas empresas, em princípio, deveriam gozar de uma proteção de 20 anos, como está na lei, e isso não mudou na lei.

A segunda mudança, que foi a eliminação da anuência prévia da Anvisa, essa não me parece que foi uma boa mudança. Eu entendo que esse é um papel que cabe à agência. Faria sentido preservar esse papel. Eu sei que é mais uma barreira regulatória. Isso pode atrapalhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o processo de concessão se não funcionar direito, da mesma forma que o INPI atrapalha quando não funciona direito, mas me parece necessária no caso das patentes farmacêuticas.

E um terceiro ponto sobre isso, as mudanças no licenciamento compulsório me parecem que fazem sentido também. Eu acredito que os vetos presidenciais podem ter corrigidos alguns exageros nessas mudanças, mas esse é um detalhe, é um ponto que eu acho que a gente precisaria discutir em mais detalhe. Eu também gostaria de ouvir o que os demais colegas têm para dizer a respeito.

Basicamente são esses pontos que eu queria trazer aqui para a nossa conversa de hoje. Mais uma vez eu agradeço o convite e a participação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Dr. Sérgio.

Eu passo imediatamente a palavra ao Antônio Márcio, que é professor livre-docente também do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador sênior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED) e do Núcleo de Economia Aplicada Agrícola e do Meio Ambiente, o NEA+, vinculado ao Instituto de Economia da Unicamp. É também graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Economia na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, com especialização em Economia Política, na Universidade de Londres; mestrado também em Economia, Sociologia, programa integrado de mestrado da Universidade Federal de Pernambuco; doutorado em Economia, também pelo Instituto de Economia da Unicamp. É autor, coautor e organizador de 45 livros, 80 capítulos de livros e 99 artigos em revistas acadêmicas e foi agraciado como segundo lugar do 58º Prêmio Jabuti da edição 2016.

Com a palavra, nosso mestre Antônio Márcio.

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN (Para expor.) – Bom dia, Senador Izalci Lucas. Obrigado pelo honroso convite. Cumprimento meus colegas, meu amigo Sérgio, que acaba de nos dar uma aula excelente sobre o tema, confirmando a fama que tem entre os alunos de ser um excelente professor e muito didático. Bom dia também à Elizabeth.

Esse tema é muito importante, Senador. E me deixou muito contente que ele esteja colocado na Comissão no Senado do Futuro, porque nós precisamos pensar mesmo o futuro do País. Nós temos pensado, discutido muito o passado, tomado decisões sempre ao sabor da conjuntura, sem levar em conta o futuro. Essas decisões que nós tomamos em conta sem ter clara visão de futuro, sem ter claros a estratégia, os meios para chegar e construir esse futuro desejado, nos levam a ir tomando decisões erráticas que, em muitos casos, têm nos afastado do caminho que poderia nos levar a um futuro de desenvolvimento, a uma sociedade, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos, menos desigual, a uma economia movida pela inovação, e não pela depredação dos recursos que nós temos. Então, eu acho muito oportuno que a gente volte a debater esse ponto.

O professor Sérgio já antecipou alguns elementos-chave. A propriedade intelectual, Senador, causa muita polêmica. Causa muita polêmica e é natural que cause. Eu imagino que, quando, em outras épocas, foram se afirmando propriedades de outros ativos, também se causou polêmica, também foram processos de conflitos, porque a propriedade delimita e exclui. Então, ela atribui a alguns e exclui outros. E isso, por si só, é algo que gera conflito.

No entanto, a história também nos mostra que, sem uma delimitação clara do instituto da propriedade, nós teríamos muitos mais conflitos e não teríamos desenvolvimento. Por isso é que uma das instituições-chave do processo de desenvolvimento – isso está em todo o arcabouço teórico-conceitual – é que tenhamos definições claras do instituto de propriedade. A propriedade privada tem funções sociais, e a nossa Constituição assegura isso. Não é uma propriedade absoluta, é uma propriedade regulada pela sociedade, com funções sociais.

Assim é também, Senador, no caso da propriedade dos ativos intangíveis, que nós chamamos genericamente de propriedade intelectual, dentro da qual se insere a propriedade industrial, a patente comum, uma modalidade muito importante.

A nossa legislação é uma legislação que abraça esta filosofia: ao mesmo tempo que protege o inovador, o inventor, protege o proprietário dos ativos intangíveis, ela também procura equilibrar os interesses da sociedade. E é um mecanismo muito engenhoso, como comentou o Professor Sérgio Queiroz, atribuindo um monopólio, um direito de monopólio transitório ao proprietário que, em contrapartida, libera as suas informações, informações importantíssimas, para a utilização da sociedade – durante o período de monopólio, de forma limitada, mas é conhecimento, conhecimento riquíssimo que está depositado nas cartas-patente e depois para livre utilização após o decurso desse monopólio transitório.

Então, nós temos um equilíbrio. É natural que os diferentes agentes busquem, numa sociedade democrática, os seus interesses e às vezes até querendo estender os seus direitos para além daquilo que foi inicialmente pactuado. Se isso é feito dentro do processo legal, dentro da lei, não há nenhum problema, faz parte do jogo. E nós precisamos, sim, ter instituições fortes que garantam esse equilíbrio. Então, quando um força aqui a barra, nós temos que ter instituições: "Opa, espera lá. Aqui você está forçando a barra. Vamos aliviar porque a regra é essa". Então, restabelecemos o equilíbrio. Então, eu, com isto, remeto a um ponto também já comentado sobre a importância das instituições que regulam o instituto da propriedade intelectual e da propriedade industrial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, Senador, uma excelente legislação ambiental, isso é reconhecido no mundo inteiro – nenhum país tem um Código Florestal como tem o Brasil –, mas a lei simplesmente não é suficiente para assegurar o respeito às regras ali estabelecidas. Então, nós precisamos de mecanismos, sim, de *enforcement,* nós precisamos de instituições que façam respeitar e que disseminem a cultura da proteção ambiental, do desenvolvimento sustentável, assim como precisamos de boas instituições e fortes que garantam, digamos, o bom funcionamento do sistema de propriedade industrial, tanto a proteção dos direitos atribuídos aos detentores da propriedade como também a proteção da própria sociedade contra eventuais abusos que possam ocorrer.

Então, eu acho que, neste debate, nós precisamos muito valorizar o sistema, Senador. Temos que olhar também para a legislação – vou fazer alguns comentários sobre isso –, mas nós precisamos olhar para o sistema.

O INPI, que é o cabeça do sistema de propriedade industrial, foi uma instituição de alguma maneira abandonada por bastante tempo. E isto se traduziu em uma grande distorção, que foi o acúmulo dos *backlogs*, gerando inclusive essa distorção que transformou em uma polêmica o art. 40, recentemente revogado e pacificado, inclusive, por decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas isso foi resultado de uma distorção, e uma distorção por dificuldade que tinha o INPI de dar conta do seu trabalho em um momento, em uma conjuntura de grande crescimento do pedido de registro de patentes, de registros de marcas, de busca por proteção aos ativos de propriedade industrial. Então, ficou abarrotado, como, aliás, estava e está abarrotado o nosso sistema de saúde e outros sistemas públicos que não dão conta das suas funções. Então, de nada adianta uma preocupação excessiva com a legislação se nós não temos um sistema que faça valer, que possa acompanhar, que possa regular, que dê as respostas em tempo.

Então, eu chamo a atenção, porque nós estamos vivendo uma conjuntura agora, Senador, em que o INPI, em função de mudanças de procedimento, até uma certa modernização tecnológica, mas também da queda do volume de pedidos, parece que está dando uma resposta. Então, nós vivemos aquele momento como se fosse de euforia: "Olha, estamos diminuindo o *backlog*. Está tudo resolvido". Não, não está tudo resolvido. Eu até diria que não está nada resolvido, porque o aumento da produtividade do INPI com base nas instalações, no corpo de funcionários, sem um plano de carreira, sem pensar no futuro, não resolve nada. Daqui a pouco, examinadores que estão lá há 15, 20 anos estão se aposentando. E o que nós vamos fazer? Outra baixa, etc. Então, esse é um ponto que eu acho muito importante.

Ainda ligado a isso, Senador, eu queria fazer um segundo comentário. Nós precisamos aumentar a produtividade sem perda de qualidade do serviço prestado pelo INPI. Qual é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefício que a sociedade tem, a grande contrapartida? A primeira grande contrapartida é a própria inovação, que resolve problemas, que coloca produtos novos no mercado, serviços, mais eficiência; mas, do ponto de vista da patente, a contrapartida é a própria carta da patente, que contém informações tecnológicas valiosíssimas, que nós não estamos utilizando como deveríamos. E, depois que caem em uso público, podem ser amplamente utilizados. É a base, fundamentalmente, da indústria de genéricos, que fez muita diferença no mercado farmacêutico, que teve um impacto substantivo no bem-estar da população. Agora, se estas cartas de patente são mal elaboradas, se nós aprovamos patentes de baixa qualidade, nós estamos cometendo um duplo erro: estamos concedendo um monopólio a quem não merecia por não atender precisamente aquilo que está estabelecido em lei, como também estamos prejudicando a sociedade, porque cartas de patentes mal desenhadas, mal escritas, incompletas, etc., não atenderão aos requisitos necessários.

Nesse sentido, isso está, inclusive, vinculado à mudança recente que foi feita e ao próprio veto da Presidência da República em relação ao licenciamento compulsório. Até me adianto, na mesma linha do Professor Sérgio Queiroz, dizendo: olha, o licenciamento compulsório já estava previsto na legislação. Eu acho que foi um pouco redundante essa decisão sobre o licenciamento compulsório, porque ele está previsto na nossa legislação, já está previsto na legislação internacional, de forma que o licenciamento compulsório em si não agregou nada, fez um pouco de carnaval, um pouco de resposta, de enganação até, eu diria, Senador, com a permissão e todo o respeito que tenho pelo Congresso Nacional, mas, de fato, a ideia de obrigar as empresas a entregar detalhadamente o procedimento para produzir me parece equivocada por várias razões.

Primeiro, porque uma inovação não é apenas uma patente. Então, eu posso estar licenciando uma patente, licenciando uma tecnologia, mas a minha inovação conter um conjunto de patentes, conter um *know-how*, uma experiência, um conhecimento, uma maneira de fazer que eu não posso entregar assim e que vai muito além do que está na carta de patentes. Não posso entregar a todos os meus concorrentes, às vezes, segredos que passam por anos de investimento e de exploração do mercado.

Segundo: se a carta de patente for bem desenhada e for bem analisada, o necessário para reproduzir a invenção que é objeto daquela patente terá que estar na carta de patente. Isso já está previsto na legislação.

Então, eu vejo essa necessidade de pensarmos o sistema e fortalecê-lo junto com a ideia de também olharmos para a legislação e o que é possível aperfeiçoar. Eu acho que talvez a gente tenha, sim, pontos para discutir, para aperfeiçoar, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na primeira sessão dessa audiência pública, nós vimos a questão do patenteamento de seres vivos, de moléculas, vimos, como também é muito natural, atores com posicionamentos distintos. Um deles era o Dr. Gustavo, dizendo: "Olha, nós deveríamos, sim, permitir o patenteamento como se faz em muitos outros países no mundo, inclusive, porque o Brasil detém uma enorme biodiversidade e não faz muito sentido que a gente não possa patentear, principalmente quando se tem essa base de recursos naturais tão importante que poderia se transformar em riqueza. E vimos também um outro comentário do Dr. Bernardo, empresário, ele mesmo inovador nessa área, dizendo: "Olha, uma boa parte disso que nós patenteamos são descobertas e, ao permitir o patenteamento de descoberta e não de invenção, nós podemos estar criando uma barreira que, de fato, atrapalha a inovação, o que mostra a importância que há, sim, em discutirmos esse ponto. Isso é fundamental e está na ordem do dia do debate.

Eu poderia perguntar: mas será que nós teríamos conseguido essa agricultura tão pujante, que nos orgulha, se nós tivéssemos continuado usando sementes piratas, importadas da Argentina ou produzidas ilegalmente? Daria? Os pirateadores teriam capacidade de inovar para, digamos, ocupar as áreas que têm sido ocupadas, novas, com climas diferentes, regimes de temperatura e de chuva particulares, terras? É evidente que não. E, aí, a outra pergunta: nós teríamos atraído investimentos desta indústria se não tivéssemos uma legislação que dá alguma proteção e que permite, portanto, a distribuição dos ganhos? Também não. Então, nós temos que discutir essa questão porque é uma área de tensão, é preciso discutir olhando o futuro e não olhando o imediato.

Outra questão que eu poderia levantar agora, Senador, é a questão da inteligência artificial. Qual o impacto que terá a inteligência artificial sobre a legislação de propriedade industrial? Aqui mesmo, no Senado, e na Câmara dos Deputados há alguns projetos tratando da inteligência artificial. Eu olhei, posso ter olhado de uma maneira rápida, mas não vi nenhum artigo, nenhuma referência ao tema de propriedade intelectual e de propriedade industrial nesses projetos. A China, que é um país líder, e nós temos que olhar para o que está fazendo a China, num período mais recente, introduziu duas mudanças na sua legislação de propriedade industrial contemplando este assunto. Eu não tenho, digamos, conhecimento e capacidade para avaliar a extensão das mudanças introduzidas pela China, mas é um tema que nós temos que discutir. O sistema de patentes, tal como está, tal como funciona hoje, será suficiente para regular essa propriedade? Inclusive, do ponto de vista filosófico mesmo, porque no nosso sistema a base é estimular e premiar a inventividade humana; todas as modalidades de proteção de propriedade intelectual têm como base esta inventividade humana. E agora, que, com a inteligência artificial, as máquinas já estão criando elas próprias coisas novas? Então, é só para mostrar o tamanho da complicação. Nós temos que pensar nisso, esse é o futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós hoje, por exemplo, temos a revolução na área da biotecnologia com a edição genética, com a tecnologia Crispr. Então, já começam a chegar aos mercados produtos Crispr, que, pela nossa legislação, não podem ser patenteados porque são, digamos, material vegetal, etc. Recentemente, esta semana mesmo, houve o lançamento de um tomate no Japão que não poderia ser patenteado aqui. É um tema que nós precisamos discutir se estamos pensando no futuro: como nós vamos lidar com essa questão na área da genética, na área da inteligência artificial, na área de *big data* do ponto de vista da propriedade intelectual? Como nós vamos redesenhar uma legislação, numa trajetória de estabilidade, para manter os incentivos e, ao mesmo tempo, manter a proteção da sociedade? Como será feito isso?

Então nós temos que manter essa discussão, mas temos que manter essa discussão, Senador, com este olhar do futuro. Nós temos tido essa discussão olhando o passado, olhando, lá nos anos 90, o que poderia ter sido feito e não foi feito, como disse o Professor Sérgio, mas aquilo é passado e não resolve, hoje, voltar a uma legislação do passado – uma legislação de propriedade intelectual fraca vai contra os interesses do País, no meu modo de ver. E, ao mesmo tempo, temos que tomar decisões olhando o futuro e buscando a criação de instituições que, de fato, garantam esse equilíbrio entre incentivos e o desenvolvimento da sociedade.

Então, eu vou parar por aqui nessa primeira etapa, Senador. Deixo algumas considerações mais específicas para a minha segunda intervenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Professor Antônio.

Para não esquecer, na sequência, foi aprovado na Câmara, agora, o marco regulatório da inteligência artificial. Antes desta reunião, eu estava participando da reunião de Líderes e até pedi ao Presidente, avoquei a relatoria aqui no Senado – como Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Inovação e Pesquisa –, porque deve estar chegando para votar no Senado. Então, se tiver alguma sugestão para que a gente possa aperfeiçoar o projeto, encaminhe para nós as sugestões de alteração.

Bem, eu vou passar a palavra agora à Elizabeth Carvalhaes, que é Presidente Executiva da Interfarma, que é a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, desde 2018. Anteriormente, esteve à frente da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), desde a sua fundação, em 2014. Por outros sete anos, liderou também a Associação Brasileira de Celulose e Papel, uma das quatro entidades que se uniram para formar a Ibá. Atuou também em fóruns internacionais na FAO, no ICFPA, do qual foi presidente, inclusive, de 2015 a 2017. Iniciou sua carreira na Volkswagen do Brasil, onde exerceu o cargo de Diretora de Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governamentais. Foi vice-presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores.

Então, passo à Dra. Elizabeth a palavra.

A SRA. ELIZABETH CARVALHAES (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Izalci. Muito obrigada por esse convite.

Cumprimento também os Doutores Sérgio Queiroz e Antônio Márcio por estarem aqui comigo neste painel. Agradeço também a brilhante explanação dos senhores, que realmente é muito valiosa.

Falo rapidamente sobre a Interfarma. A Interfarma se insere 100% nesse contexto. A Interfarma é uma das cinco associações farmacêuticas sediadas no Brasil. Nós temos 50 associados, todos de capital multinacional, e o grande DNA da Interfarma é exatamente a pesquisa, o investimento em pesquisa, o investimento em ciência.

Na área terapêutica, nossas empresas cuidam exatamente das ciências mais complexas, que levam de 15 a 20 anos para trazer uma solução aos mercados, ciências protegidas por um prazo determinado pelas patentes. Então, são os oncológicos de extrema complexidade, são as doenças raras, são as doenças crônicas sistêmicas que acompanham a vida inteira um paciente.

Falando em patentes, nós estamos, a indústria farmacêutica está num momento extremamente importante para a humanidade. A indústria farmacêutica, em um futuro muito breve, estará entrando nas chamadas terapias avançadas. Entre as terapias avançadas, no momento, a mais estudada, comentada, com investimento grande de todas as grandes multinacionais são as chamadas terapias gênicas. Ou seja, sabe-se já, hoje, que a intervenção na estrutura genética de um paciente pode curá-lo de doenças gravíssimas, pode ter um significado de longevidade que hoje ainda não existe.

Bom, dito isso, eu gostaria, aproveitando a fala dos senhores, que foi extremamente valiosa para nós que somos indústria, investimento, de comentar um pouco essa questão das patentes no sentido de que nós temos um olhar para o mercado brasileiro. Nós falamos aqui muito de renovar a legislação, de modernizar, com tudo isso nós estamos obviamente de acordo, mas o Brasil, como mercado, é um País que tem sua legislação desde 1996. O Brasil, como política e como mercado, faz parte dos Trips, nós somos signatários da OMC, nós somos signatários de acordos latino-americanos. Então, todo esse mundo de conectividade com as regras globais, com os mercados internacionais, por natureza, traz muito mais segurança ao investidor. Quer dizer, o investidor diz: "Conheço as regras, as regras são semelhantes, adaptáveis a cada região, então, conheço as regras e vou garantir o investimento".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mercado brasileiro, no entanto, por natureza, não é um mercado primoroso em segurança jurídica em diversas frentes. E, dentro dessa situação, eu preciso usar a pandemia, porque acho que é a serviço dela também que estamos aqui, a motivação de todo esse diálogo é essa situação que vivemos aí há quase dois anos. Então, contrariamente, o setor que prover sejam soluções temporárias, porque é uma doença que ninguém sabia como lidar com ela, então, há muitas tentativas, alguns acertos, muitos erros; posteriormente, as vacinas; futuramente – e dizer "futuramente" já é muito próximo, já é errado, já está num prazo médio –, os antivirais, que são a cura, justamente esse setor, em lugar de estar protegido para se desenvolver e garantir o acesso do paciente brasileiro, é o setor que passa por um dilema por dia para conseguir avançar, em lugar de se concentrar exclusivamente na terapia. Somente este ano – os senhores, acredito, toda esta audiência conhece bastante esse detalhe –, as patentes passaram por dois grandes momentos. O primeiro deles é o próprio parágrafo do art. 40...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dra. Elizabeth, por favor, V. Sa. quer que eu coloque a apresentação, que disponibilize a apresentação?

A SRA. ELIZABETH CARVALHAES – Não, Senador, eu lhe agradeço. Não precisa, não. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom. O.k..

A SRA. ELIZABETH CARVALHAES – Então, essa é uma discussão lícita, não tenha dúvida nenhuma, mas seria uma discussão, a nosso ver, para acontecer dentro da Casa legislativa, que é de onde veio a legislação. E, na sentença, o efeito retroativo da perda do parágrafo único do inciso XL recai com exclusividade sobre a indústria farmacêutica. Então, alguma coisa... E depois, agora, também há a questão da licença compulsória, sobre o que estamos aqui justamente, neste momento, no debate.

Então, nós temos a legislação que permite a pesquisa, o desenvolvimento e o investimento, no entanto, o que nós não temos é segurança jurídica do nosso próprio marco legal. Acho que essa é hoje uma carência muito séria num estado sanitário da gravidade do que nós enfrentamos até que ele esteja concluído. Esse hoje é um dos maiores problemas do Brasil, principalmente na área de patentes, devido a todo esse ambiente.

Eu vou me permitir, rapidamente, pedindo licença ao Professor Sérgio Queiroz, falar da anuência prévia, porque nós pensamos um pouquinho diferente. O que, na realidade, nós entendemos, professor, é que, de fato, a anuência prévia não era devida pela natureza das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas agências. O que é a Anvisa? A Anvisa é uma agência dedicada ao registro do medicamento, do produto, com vistas à eficácia, segurança e eficiência. Então, ela foca o produto. Por sua vez, o INPI, ou o mundo patentário, não tem qualquer relação com o produto, qualquer relação com a viabilidade ou não do produto, mas sim com a proteção ao inventor, à ciência constituída. E esses conhecimentos não se cruzam. Nós podemos fazer um caminho inverso se o INPI devesse opinar sobre alguma coisa no registro de medicamentos. Então, é nesse sentido que nós entendemos que, do ponto de vista burocrático, era um entrave... Nós já temos o *backlog* do INPI, e passamos a ter o *backlog* da Anvisa para liberar para o INPI.

Então, esse é um ponto importante, porque, se nós falamos em renovar a legislação, se nós vamos voltar ao nosso Congresso Nacional por um Brasil mais seguro ao investimento, eu acho que um dos grandes focos do Congresso poderia ser: a ciência ou a patente não pode ser vista como uma garantia exclusivamente comercial, quase uma reserva de mercado. Ela tem que ser olhada para o outro lado: ciência de descoberta de selo num prazo de aprofundamento científico de última geração, que essas licenças mereçam ser protegidas por um prazo – dez anos não é alguma coisa tão difícil, não no mundo farmacêutico, em termos de prazos – em lugar de você explodir um mercado de cópias que, na realidade, podem até, como comentou o Professor Antônio Márcio, às vezes, não estar de acordo.

Também acho que é uma decisão do Estado brasileiro, que o Estado brasileiro precisa saber decidir não só criar a lei, mas fazê-la operar. Qual é a ambição do Estado brasileiro? Fazer deste País um polo de inovação, tecnologia e ciência? Porque essa é uma decisão do Estado, em primeira mão.

Então, esse é um mercado para o setor farmacêutico – e eu acredito que, para grande parte da indústria, eu conheço bastante bem a indústria brasileira –, é um mercado fabuloso, chamemos assim, de 212, 215 milhões de consumidores ou potenciais 200 milhões de pacientes, um mercado muito fértil para pesquisa clínica. Então, não é só uma decisão do investidor. O investidor irá onde ele tiver uma plataforma segura, principalmente se nós pensamos em marcas, laboratórios, invenções que se globalizam.

Então, eu acho que, se nós estamos dentro do Congresso Nacional, isto é o *kick off* da grande conversa: qual o apetite do Estado brasileiro para fazer desse território um *hub* realmente sério de inovação complexa de longo prazo?

O nosso maior problema é – para fechar este meu primeiro momento – a insegurança jurídica. Se a gente apenas aplicasse a lei vigente, já estaria muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outros países – eu acho que os senhores estão obviamente informados – dispõem também desse *Patent Term Adjustment*, que é uma medida jurídica que pode mitigar eventuais atrasos na concessão de patente.

Nós temos, evidentemente, uma tarefa muito importante pela frente – eu digo nós, brasileiros, nós que lidamos com patente, nós que queremos investimento neste País, então, eu falo das autoridades legislativas, eu falo do Executivo, eu falo do capital privado, dos cientistas, dos professores, dos especialistas – que é, naturalmente, não só ter uma solução pontual para o *backlog*, porque a nossa grande ambição está em 2022, não só isso, mas seja equipar do ponto de vista de capacitação do INPI, seja equipar financeiramente com o verdadeiro usufruto da receita gerada, que nas agências de Governo não necessariamente fica nas suas próprias origens de geração de caixa. Mas do que o Brasil precisa para ser realmente esse portfólio de atração de investimento é, naturalmente, um INPI eficaz, eficiente.

No mundo farmacêutico – vamos pegar um pouco os mercados de primeira linha ou linha média –, essas patentes farmacêuticas são concedidas entre medianamente quatro e sete anos. Entre o depósito, o dia do depósito de uma patente, e a concessão da mesma, a média do setor farmacêutico é de 14 anos. Em 14 anos, esse mesmo medicamento já tem até outras gerações dele próprio, a ciência já está lá na frente. Então, é muito importante entender a velocidade, dada até toda a tecnologia embarcada para exploração da ciência, a velocidade da inovação e da ciência hoje, e a distância do processo – eu não quero chamar burocrático, porque burocrático pode parecer pejorativo –, o processo de análise, de avaliação. Ele é correto, ele é justo, mas esses mundos precisam chegar um pouco mais perto.

Hoje, o Brasil... Eu chamo a atenção – e não quero ser pejorativa do ponto de vista diplomático, porque até, como multinacionais... Mas, quando eu digo que a decisão do investimento em inovação e ciência é uma questão de Estado, a nossa preocupação é esta: nós temos um entorno de América Latina, você tem diversos modelos no mundo de avanço científico – vou me concentrar na América Latina, posto que o Brasil é a primeira economia, o país mais populoso –, quer dizer, o Brasil é um território absolutamente fértil para muitas coisas, para diversas frentes, e o Brasil tem, no nosso ver, os elementos, o ferramental necessário, até o conhecimento para se tornar realmente o grande, grande líder da América Latina e – temos que ser ambiciosos –, um dia, equiparado aos mercados de primeira linha do mundo ocidental.

Então, o que nós queremos evitar são as economias que são nossos vizinhos de fronteira que se tornaram mercados exclusivamente de cópias – exclusivamente de cópias. Nossas empresas estão em outros países, estão aqui na Argentina, estão em outros países da América Latina, mas são um pequeno escritório e são mercados que não dão visibilidade de desejarem entrar no mundo científico mais aprofundado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não só o Brasil tem todos os elementos para fazê-lo, como quer o destino que tenha pouco concorrente ao seu entorno, tem mais essa colaboração. Quer dizer, sequer há disputa ferrenha, desculpe o vocabulário mais popular, pelo capital, pelo aprofundamento em ciência. Por isso, nós enfatizamos que é uma decisão do Estado brasileiro mesmo.

Eu entro um pouquinho... Voltando à nossa Anvisa, eu queria tratar paralelamente da Lei de Proteção de Dados, porque essa é outra fragilidade do mercado brasileiro. Numa invenção científica dedicada a um futuro medicamento, todas as ANVISAs do mundo – FDA, onde quer que se vá no mundo –, essas agências têm uma proteção de dados da pesquisa clínica, e aí está o grande desenvolvimento científico, o que também não há no Brasil. Então, hoje a Anvisa, na realidade, não oferece uma proteção desses dados, o que é fundamental se a gente quer continuar a trazer e desenvolver essas patentes, desenvolver essa ciência no Brasil. O próprio mercado nacional, que se desenvolve rapidamente, nós temos certeza de que vai ambicionar, com certeza, alguma proteção maior que garanta o seu próprio investimento.

Por último, eu queria entrar um pouco no Projeto de Lei nº 12. Eu quero comentar, lembrar aos senhores que nós da Interfarma, na realidade, nesse momento dramático de pandemia, realmente dramático, mas, ao lado disso, nós temos bastante orgulho, muita satisfação e trabalhamos diuturnamente para que as vacinas chegassem ao Brasil. A Interfarma possui três grandes empresas – a Pfizer, a Janssen e a AstraZeneca – que trouxeram as vacinas para o Brasil. Foi a segurança das patentes que permitiu que essas empresas fizessem parcerias, como foi feita a da AstraZeneca/Fiocruz, quer dizer, ao final da transferência dessa tecnologia, é a Fiocruz a detentora da patente; e a relação Pfizer/Eurofarma é uma grande inovação no mercado brasileiro, essa parceria entre dois privados.

Então, o que nós vemos, Senador Izalci – e aí nós gostaríamos que de alguma maneira o Congresso Nacional, o Senado Federal pudesse entender essa visão –, é que foi a segurança da proteção à inovação das vacinas que exatamente as trouxe ao mercado, e não o contrário. O Brasil é entendido hoje como um mercado seguro para que cheguem as patentes. O objetivo mais importante, que é o da indústria farmacêutica, mas é o do Governo também e tem que ser o do Congresso Nacional também, é que o paciente tenha acesso ao tratamento, à vacina. Então, hoje qualquer movimentação que fragilize essa estrutura, na realidade, é muito indesejada, porque o momento está calmo, as vacinas estão chegando – chegando agora em quantidade expressiva –, e os senhores podem ter a segurança – isso é um comentário; isso não é uma informação oficial – de que os retrovirais, que são a cura desse vírus, estão à porta.

Falta muito pouco, mas muito pouco mesmo. Então, várias empresas vão entrar com os retrovirais no mundo. Eles serão disputados, como são ainda disputadas as vacinas. O Brasil deve estar preparado, o Brasil deve estar pronto para a aquisição desses retrovirais, ao mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo em que adquire as vacinas, e, para tudo isso se precisa desta segurança, que é a proteção dessa ciência.

Então, nós estamos num momento de fragilidade mercadológica quando se tem uma demanda abusiva – aliás, nunca vista – em relação à oferta. Então, qualquer fragilidade no mercado não colabora nesse momento. Não obstante citar que as patentes, por exemplo, das vacinas ou dos próprios antivirais tampouco estão no Brasil. Então, além do quê, uma medida inócua, completamente sem efeito.

Os medicamentos para covid, hoje, todos esses que se escutam, não são patenteados. Eles são medicamentos antigos, das décadas de 40, 50. As vacinas, sim, porém não estão aqui. E os retrovirais tampouco estarão, num primeiro momento. Nós temos que passar essa fase.

Outro ponto importante para o qual eu gostaria de chamar a atenção dos senhores é que o Brasil foi um mercado importantíssimo na pesquisa clínica das vacinas. O Brasil tem uma população do número que nós conhecemos e, para o nosso grande benefício, uma população altamente miscigenada. Esse é um dos mercados mais ambicionados do mundo para a pesquisa clínica. E nós, inclusive, ainda dentro do Congresso, estamos trabalhando pela votação final da nova lei de pesquisa clínica.

Então, a patente, a inovação e a pesquisa clínica são um único elo – um único elo. Se nós tiramos o Brasil como um território seguro em pesquisa clínica, por força, lá na frente, das patentes, isso é uma perda muito séria, do ponto de vista do Brasil participando... Esses testes são globais, não é? Então, participando desses testes, a pesquisa clínica é, por si só, um grande atrativo para a produção do medicamento no Brasil, para a chegada do medicamento ao mercado brasileiro.

Então, a nosso ver, para eu finalizar, nós pedimos ao Congresso que realmente não derrube esses vetos, porque será mais uma mensagem, a terceira, de total insegurança jurídica ao mercado mundial. Falou-se muito em licença compulsória no mundo inteiro, vários governos, mas, na realidade, nenhum deles aplicou. Só por um fator nenhum deles fez isso: porque é inócuo. Não existe o produto. Copiar o produto, copiar uma vacina? Não acredito. No Território nacional, quase posso afirmar que não vai acontecer.

Então, vamos patrocinar, Senador, esse movimento de repasse da tecnologia. Esse é o caminho correto de trazer a produção para o Brasil. Agora, os laboratórios públicos que mergulharam no esforço, no investimento, que serão os futuros detentores dessas patentes, já estão correndo risco. Então, nós entendemos que o Senado Federal, o Congresso Nacional devem revisar a não derrubada desses vetos. Esses vetos são os que realmente garantem a continuidade da vacinação, da cura do povo brasileiro. Não é o momento, não é a hora e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

francamente, é inócuo. Não há como fazê-lo aqui, porque que patentes se vão quebrar e como se vão quebrá-las? Isso ninguém disse.

Então, esse é um apelo que nós fazemos. Eu quero agradecer ao senhor a grande oportunidade de estar aqui e agradecer aos professores com os quais muito aprendi. Foi muito valioso ouvi-los.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Elizabeth.

Bem, eu vou, primeiro, fazer a leitura aqui de algumas perguntas dos internautas e também vou fazer alguns comentários para depois a gente passar para as considerações.

O Elio Camargo, lá de São Paulo, pergunta: "O INPI não poderia disponibilizar ofertas classificadas de patentes aprovadas, para transferência e aproveitamento nas diversas áreas?".

O Matheus Alencar, do Maranhão: "Como a legislação de patentes pode fomentar o processo criativo?".

Também o Elio Camargo, de São Paulo: "[...] poderiam implantar um eficiente sistema de comunicação eletrônica, para cada etapa [e evitar o cancelamento de pedidos de patente por prazos]?"

Eu queria fazer um breve comentário também sobre a fala do Dr. Sérgio. Essa é uma preocupação que nós temos aqui. Primeiro, essa questão do plano de carreira, a questão de pessoal. Nós temos hoje diversos institutos com mais da metade dos servidores já em idade de aposentadoria e há anos não se faz concurso nem para o INPI nem para diversos institutos de pesquisa. E você não tem, na prateleira lá para substituição imediata, um pesquisador. Você tem todo um processo de transição que pode comprometer muito a nossa pesquisa.

Então, nós temos aí um Governo analógico. O Brasil é analógico. O INPI não é diferente. Agora que está introduzindo novas mudanças. A gente aprovou, essa semana, aqui a questão do CPF único, como cadastro único. Esperamos que o Governo eletrônico Digital seja imediatamente implementado, porque tudo isso agiliza o processo em termos de rapidez. A fundamentação também, pelo que eu percebi, é importantíssima. Não adianta aprovar lei se não houver execução correta e a fiscalização também na execução disso. Então, um comentário rápido.

E, com relação ao Dr. Antônio também, de fato o INPI ficou abandonado anos e anos. Agora, está começando... Mas, mesmo assim, em função da falta de tecnologia, da falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plano de carreira, da falta de abertura de concurso para novos servidores, isso compromete bastante.

É evidente que dá a impressão de que melhorou, mas, como foi dito aqui, de fato, caiu muito, diferentemente de outros países em que estão crescendo muito os investimentos. Conosco, caiu muito a produção, os pedidos de patentes. Isso é muito claro. Perdemos, inclusive, posições.

Eu queria até aproveitar o conhecimento de vocês com relação a isso, porque eu trabalhei, durante muitos anos, na mudança do Marco Regulatório de Ciência, Tecnologia e Inovação. Achei, inclusive, que tinha resolvido quase tudo e percebi, lamentavelmente, que ainda estamos muito distantes daquilo que eu imaginei que poderíamos ter alterado. Um exemplo são as universidades, aproveitando aqui, porque quero sugestões. É lógico que inovação acontece nas empresas, e nós conseguimos aprovar, na última legislação, a possibilidade de o pesquisador estar dentro das empresas, mas tive várias informações ainda de questionamentos do Tribunal de Contas, do Sistema U, no Brasil, questionando os pesquisadores que estão nas empresas e interpretando, de forma equivocada – pelo menos o espírito da lei não era esse –, que consultorias não poderiam... Então, há uma insegurança, e acaba que se perde o interesse de trabalhar fora da universidade.

As universidades têm muito conhecimento, mas a valorização desse conhecimento em função dos artigos científicos ainda... Você não vê muito ainda a universidade, a pesquisa sendo, no mundo real, aplicada. Então, a gente não vê esse conhecimento que existe nas universidades se transformado não só em patentes, mas em soluções dos problemas dos Municípios, dos Estados.

Porque o objetivo era exatamente este: se não houver integração entre Estado, universidade – que é o conhecimento –, e as empresas, a gente não consegue avançar muito nessa questão da inovação. Então, como fazer? Estou aqui fazendo alterações na carreira das universidades para a gente ver se consegue levar esse conhecimento para o mundo real, o que é muito importante.

Também quero fazer aqui algumas perguntas e, nas considerações finais, se puderem contribuir respondendo ou questionando alguma coisa...

Eu criei, recentemente, a Frente Parlamentar em Apoio aos Investimentos Estrangeiros no Brasil. Como nós temos aqui 180 representações diplomáticas, em reuniões diversas que fizemos, o grande problema é exatamente segurança jurídica. Os investidores não sentem segurança para investir no Brasil. Então, esse tema é importante e merece toda uma atenção especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu colocaria aqui: a Lei de Patentes sofreu alterações significativas recentemente, como foi colocado. Em 26 de agosto de 2021, entrou em vigor a Lei 14.195, que revogou os seguintes dispositivos de Lei de Propriedade Industrial, a Lei 9.279, de 1996: o parágrafo único do art. 40, impossibilitando a ampliação exagerada da vigência de patentes em casos de demora de análise por parte do INPI; e também o item 2, art. 229, "c", que determina a anuência prévia da Anvisa para concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos. Na opinião de vocês – se cada um puder responder alguma coisa, eu pergunto – , a revogação do parágrafo único do art. 40 prejudica a inovação no País? Essa é uma pergunta que nós queremos saber. Segunda: a revogação da anuência prévia da Anvisa para a concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos foi uma medida acertada ou pode prejudicar a saúde da população?

No segundo item, no início de setembro deste ano, o Presidente sancionou a Lei 14.200, de 2021, que altera o art. 71 da Lei de Propriedade Industrial, para dispor sobre licença compulsória de patentes ou de pedidos de patentes nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, ou de interesse público, ou de reconhecimento de estado de calamidade pública no âmbito nacional. Entretanto, o Presidente da República vetou diversos dispositivos que tratam dos detalhes do procedimento de licenciamento compulsório, como, por exemplo, que o titular da patente ou do pedido de patente objeto de licença compulsória deverá fornecer as informações necessárias e suficientes à efetiva reprodução do objeto protegido pela patente ou pelo pedido de patente e os demais aspectos técnicos aplicáveis ao caso em espécie, assim como os resultados de testes e outros dados necessários à concessão de seu registro pelas autoridades competentes.

Entre as razões do veto, o Poder Executivo destacou que, apesar de meritória a intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que pode trazer caos ao sistema patentário nacional, podendo suscitar conflitos com as indústrias farmacêutica e farmoquímica. Destaque-se ainda que o *know-how* é de titularidade exclusiva da empresa, a qual terá prerrogativa de licenciá-lo ou não.

No entendimento, então, dos senhores, tal veto inviabiliza a lei? Caso sim, quais outros vetos da referida lei merecem ser derrubados pelo Congresso?

Nós teremos, agora na quinta-feira, a reunião do Congresso e fatalmente iremos tratar desse assunto. Então, é muito importante a opinião de cada um sobre essas questões. Se puderem contribuir, agradeço, também já agradecendo muito a participação de vocês.

Então, já para responder e fazer suas considerações finais por até dez minutos, agradecendo a participação, eu quero passar a palavra ao Dr. Sérgio para que ele possa responder àquilo que for com relação ao que foi colocado aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, Dr. Sérgio, sua presença nesta importante audiência pública.

O SR. SÉRGIO ROBLES REIS DE QUEIROZ (Para expor.) – Obrigado, Senador Izalci.

Agradeço novamente pelas questões. Para mim foi uma satisfação participar dessa reunião. Eu vejo que nós temos muitas convergências entre nós – eu, o Antônio Márcio, a Elizabeth – e algumas divergências pontuais.

Quanto a um ponto, por exemplo, que a Elizabeth levantou, sobre a questão da anuência da Anvisa, eu entendo que, na verdade, como eu até mencionei inicialmente, isso de fato significa uma barreira regulatória a mais, mas o ponto para mim – e é evidente que isso pode ter um custo, por exemplo, em termos... Como a Elizabeth mencionou, isso significa somar dois *backlogs*: somar o *backlog* da Anvisa com o *backlog* do próprio INPI. Então, eu acho que isso, é claro, não é desejável, mas eu entendo que a gente deve fazer a legislação em função de certos princípios. A questão de como viabilizar e implementar, isso é outra discussão. A gente não deve ser refreado na implementação da legislação correta pela dificuldade de implementação. Acho que é preciso cuidar disso. A pergunta que eu me faço, quando vejo a revogação dessa questão da anuência da Anvisa, é se de fato não competiria à Anvisa, previamente à análise do INPI, opinar sobre se o direito de exclusividade que a patente vai dar, por exemplo, não pode conflitar com questões de saúde pública. Eu acho que esse é o ponto que estava presente. Então, por que mudar isso?

E aí vem um ponto justamente em que eu concordo inteiramente com as questões levantadas aqui pela Elizabeth e também pelo Antônio Márcio, sobre a importância da estabilidade das regras. No fundo – e aí respondo diretamente às outras questões colocadas pelo Senador Izalci – eu acho que a mudança do parágrafo, a eliminação do parágrafo único do art. 40 deveria acontecer mesmo, porque, afinal de contas, o que a lei prevê são os 20 anos de monopólio. Isso está garantido, isso não foi mudado, e a decisão do STF de fato tornou obsoleta essa questão. Então, limpar a lei ali me pareceu ser o que devia ser feito de fato. Eu concordei que essa mudança foi na direção correta.

E também há outro ponto: na medida em que a gente faça o sistema funcionar... Todos nós aqui – esse é outro ponto de convergência absoluta entre nós – entendemos que o sistema precisa funcionar, o INPI precisa receber investimentos, e isso deve ser resolvido. Não tem cabimento a gente levar 14 anos para tomar uma decisão sobre concessão de patentes, não é? Então, num tempo normal de concessão de patentes, com o INPI funcionando em condições normais, esse parágrafo único seria totalmente desnecessário, nem caberia, como não existe nada semelhante em outro lugar, quer dizer, isso foi colocado lá justamente para prevenir um risco associado a um problema de funcionamento do sistema, o que nunca deveria ser algo que define a maneira como a gente faz a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não deve fazer a lei em função desse problema que você vai enfrentar na hora de, por exemplo, avaliar, analisar as patentes no tempo hábil, etc.

Sobre a questão do último ponto, do ponto da licença compulsória, eu acho que ele permite aí também uma convergência entre nós. Acho que o Antônio Márcio foi muito feliz em mostrar por que essas mudanças são abusivas no sentido de cobrar das empresas coisas que não caberia cobrar. Existem conhecimentos tácitos, inclusive, que as empresas acumulam no processo de produção de conhecimento e patentes, e não caberia cobrar que as empresas agora tornem esse conhecimento público. Então, acho que esse argumento é muito bom. E com o argumento da Elizabeth também eu concordo no sentido de que essas mudanças só fragilizam essa posição do Brasil como um país de regras estáveis.

Então, eu acho que nesse sentido – quer dizer, concordando com a posição dela – deve ser mantido o veto para não haver essa alteração, porque essa alteração prejudica, do ponto de vista de instabilidade das regras. E, sobre as consequências que ela apontou, eu também concordo muito com isso. Eu tenho uma avaliação de que o Brasil perde uma grande oportunidade de ser um grande polo de atração de investimentos em P&D, inclusive de grandes empresas multinacionais, por conta de não lidar direito com isso, de não oferecer, digamos, essa estabilidade das regras, um marco regulatório, porque eu acho que tem. A lei funcionava perfeitamente. A minha avaliação é que a lei estava boa, não precisava mexer. Então, essas mexidas têm essa consequência apontada aqui pela Elizabeth, quer dizer, isso fragiliza a posição do Brasil nesta disputa por investimentos.

Uma outra coisa interessante foi isso de dizer que nós não temos concorrentes nas proximidades, quer dizer, esses investimentos viriam mais naturalmente para cá e a gente não tem por que fazer mudanças que só causam esse tipo de distúrbio e esse tipo de confusão.

Em suma, eu diria que a primeira mudança foi uma limpeza necessária. As outras duas mudanças, a gente não deveria ter feito: nem a da Anvisa nem a da licença compulsória.

E eu encerro aqui. Obrigado.

Agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Dr. Sérgio.

Passo, então, agora para as considerações finais também, ao Dr. Antônio Márcio.

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN (Para expor.) – Obrigado. Obrigado, Senador. Obrigado aos colegas pelas contribuições. Também aprendi muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma visão muito clara sobre as questões que foram colocadas aqui, Senador. Já antecipei algumas delas. Eu vejo que, indo direto ao ponto, a questão do parágrafo único – eu acho – já está superada, não cabe mais voltar.

É preciso, digamos, reconhecer que isso foi resultado, inclusive a distorção que se criou, de aspectos operacionais da dificuldade que o INPI teve para dar conta do recado, porque, naquele momento dos anos 90, quando foi aprovada toda a renovação do marco regulatório de propriedade intelectual – porque não foi apenas a propriedade industrial, aprovou-se, naquele momento, uma nova lei de direitos de autor também, a lei dos cultivares... Então, foi bastante grande...

Estou com algum problema de...

Já resolvi...

Então, isso está superado. Os 20 anos regulamentares são um prazo suficiente, é preciso ser respeitado. E é muito mais importante nós focarmos esforços em garantir os direitos do detentor da patente durante esse período e garantir os direitos da sociedade após esse período do que voltarmos a essa discussão.

Eu respeito, naturalmente, as agências, as empresas que tinham essa expectativa de ter o seu direito prorrogado porque era parte da lei. E, inclusive, não sou, naturalmente, juiz, mas entendia até mesmo que deveria ter sido revogado para depois, mas aquelas empresas que já estavam no gozo daquele direito, daquela prorrogação em função da lei, poderiam ter os seus direitos preservados. E era coisa pequena, porque não havia ninguém com direitos por muitos e muitos anos adiante. Mas tudo bem, isso já passou.

Quanto ao assunto da Anvisa, eu alinho-me aqui inteiramente com a Dra. Elizabeth. Eu acho que as funções da Anvisa são muito nobres, muito precisas e não dizem respeito à análise de patenteabilidade. A análise de patenteabilidade é feita com base em critérios muito objetivos e, de fato, cabe ao INPI analisar. Não haveria nenhum problema que outra instituição analisasse, mas não há razão para que isso ocorra, isso apenas complica o processo e gera insegurança, porque uma instituição analisa os critérios de patenteabilidade, e os critérios de patenteabilidade são objetivos.

O INPI, quando avalia se uma invenção tem direito à patente, olha objetivamente e olha por aqueles critérios definidos na lei: tem atividade inventiva? Tem novidade? Tem aplicação industrial? Tem aplicabilidade para a sociedade? Concedida a patente, isso pode ou não se transformar em parte de um produto. Se for de medicamento, se for de agroquímicos para utilização na agricultura, então, caberá ao órgão competente analisar se este produto pode ou não ser licenciado. E aí é outra coisa, não tem nada a ver com a patente, é um produto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabe à Anvisa analisar se, digamos, oferece segurança para a saúde pública ou se não oferece segurança, autorizar ou não autorizar.

Então, são competências completamente distintas. Portanto, eu sou inteiramente favorável à decisão, que inclusive já havia sido tomada no âmbito do Judiciário, de pacificar essa questão. Depois de muitos debates, eles se entenderam e chegaram àquela conclusão de que a Anvisa não precisava participar desse processo. Isso exige, Senador, competências específicas. Vamos focalizar as competências da Anvisa para ela desempenhar a nobre e importantíssima função que ela já tem e, como temos visto, está fazendo muito bem no caso das vacinas. E vamos também capacitar o INPI para desempenhar com igual competência essa também função muito importante de analisar os direitos, isto é, se tem ou não direito a esse monopólio, a esse benefício de exploração exclusiva da invenção.

Então, eu sou totalmente favorável à mudança, eu acho que Anvisa no seu canto, o INPI no seu canto, trabalham harmonicamente e sem nenhum problema. Eu acho que foi equivocada a inclusão da Anvisa nesse processo, porque não está na lei, como critério de patenteabilidade, a questão de saúde pública, a questão de utilidade para o SUS. Não, isso aí é outra coisa, é importante analisar, e a Anvisa vai falar quando a empresa colocar eventualmente o produto no mercado.

E, em relação à licença compulsória, Senador, é como o senhor mesmo disse. Dos 180 membros que participam aqui deste grupo da Frente em Apoio a Investimentos Estrangeiros, o principal problema é a insegurança institucional, a insegurança jurídica, e vemos isso cotidianamente se refletindo, inclusive, nos mercados, no dólar, em falta de investimento etc. E, como eu comentei e depois foi reafirmado pela Dra. Elizabeth, será que nós teríamos uma agricultura que temos com uma insegurança na área de geração de sementes e de insumos para a agricultura? E ela colocou muito bem colocado: nós só temos o licenciamento para dois laboratórios públicos e agora para um laboratório privado porque temos essa legislação. A legislação é a segurança que permite esse licenciamento. Eu, se fosse uma empresa e estivesse ameaçado por esta lei sem o veto, nunca traria para o Brasil nada relevante. Como eu posso trazer ativos meus relevantes se eles estão sujeitos a uma expropriação dessa natureza; se eu sou obrigado a revelar segredos que eu guardo, tudo o que eu aprendi para fazer? O que nós precisamos é zelar para que a carta de patente tenha qualidade, porque esse é o benefício que a sociedade tem. Tudo deve estar explicado na carta de patente referente à patente.

Agora, a inovação é outra coisa, Senador. A inovação pode incluir muitas patentes, inclui *know-how,* conhecimento. Eu, inclusive, duvido que as empresas fossem capazes de escrever isso. Elas precisariam contratar uma consultoria, que ficaria meses tratando de escrever para que alguém pudesse repetir. Então, revela, inclusive, um desconhecimento do processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inovação, do lançamento do produto, de tudo que implica interação de cadeias globais, fornecedores etc., etc., etc.

Além do mais, tem razão, Dra. Elizabeth, é inócuo. Com todo respeito, é uma politicagem inócua. Eu não sei a quem atende isso. Atende a setores que de fato são às vezes saudosistas de um passado... Inclusive, quando vivíamos o passado, era ruim, mas depois que passa fica bom, como diz o poeta: "Outrora fui feliz agora". Mas não atende. É inócuo. Imagina se tivessem quebrado patente! Teríamos essas vacinas? Teríamos algo em produção? Até hoje, com contrato, licenciamento, etc., etc., vemos as dificuldades da Fiocruz, as dificuldades do Butantan de acelerar, porque ainda estamos numa fase de dependência de insumos importados.

Então, de fato, aqui, com muita clareza, eu acho que a justificativa para o veto pode ter sido mal elaborada, quando menciona interesse público e se refere ao caos no sistema patentário, então a justificativa poderia ter sido mais bem elaborada, mas o veto em si é um veto pertinente e eu acho que não é o momento de nós criamos seguranças adicionais.

O Sérgio e a Elizabeth têm razão. O Brasil tem potencial de ser um *player* relevante nessa área, tanto da agricultura quanto da área farmacêutica. E nós devemos criar condições para que o Brasil seja um *player* relevante. Se a gente ficar mexendo na legislação, criando muita jabuticaba, criando inseguranças, nós não vamos ser um *player* relevante, nós vamos, aí sim, manter uma dependência que nós todos criticamos.

Hoje, quando a gente vê – o Sérgio comentou – a indústria de medicamentos renascendo, nós vemos a mesma situação com a indústria de sementes, por exemplo, na agricultura, com dezenas e dezenas de pequenas e médias empresas nacionais articuladas às grandes, produzindo e atendendo o mercado com competência que só é possível porque temos essa base legal de segurança para investir em inovação, desenvolver novos produtos, colocar no mercado, etc., etc..

Então, eu encerro por aqui, Senador, também dizendo que sou plenamente favorável à manutenção dos vetos, ou seja, da exclusão da Anvisa no processo de análise de patentes, e também dos vetos feitos em relação ao licenciamento compulsório.

Muito obrigado pelo convite que me honrou muito, Senador. Aprendi muito durante as duas reuniões a que assisti, na semana passada e hoje.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Dr. Antônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante – antes de passar para a nossa convidada Elizabeth –, porque muitos Parlamentares, seja na Câmara, seja no Senado, às vezes não têm o conhecimento científico da situação; é muito técnico. Como foi dito aqui e é verdade, as razões do veto não são de certa forma convincentes para que uma decisão política seja alterada. Eu acho que precisa de uma resposta pedagógica que seja bem simples de entendimento dos não especialistas. Então, é muito importante que recebamos, porque vamos tratar desse assunto, que é muito sério... E, pelo que eu entendi, já me havia manifestado algumas vezes sobre isso, mesmo quebrando a patente, é impossível produzir, porque não é só a patente, é todo um processo em que nós não teremos, como muitos pensam, a facilidade de produzir a vacina, mesmo quebrando a patente. A patente não é um instrumento único que vai determinar a possibilidade da produção.

Então, é muito importante que vocês, técnicos e professores, possam didaticamente fazer uma justificativa, possam mostrar que... É verdade, há muitas decisões demagógicas, vamos dizer assim, talvez por desconhecimento outros, por politicagem mesmo, mas, quando você tem uma explicação didática, pedagógica, simples de conhecer, fica fácil de a gente justificar. Eu vejo aqui muita facilidade quando você tem argumentos para convencer os colegas a manter a opinião correta. Neste caso específico aqui, eu não vi, por parte da maioria, argumentos que pudessem justificar a derrubada. Por isso, eu apelo a vocês que são não só pesquisadores mas também pedagogos – a gente pôde perceber tanto pelo Sérgio, aqui, que é professor, e pelo Antônio Márcio, que também é professor – que consigam explicar de uma forma didática bem simples o que significa isso, porque pode acontecer na quinta-feira da quebra, da derrubada do veto, por outras questões ou muitas vezes por desconhecimento maior... Então, eu pediria até a vocês, de uma forma simples, para que a gente pudesse distribuir para os 81 Senadores para eles entenderem que, mesmo quebrando, não vai resolver o problema, que eles acham que vão resolver. Pelo menos foi o que eu entendi, porque a Elizabeth colocou muito claro isso. Então, por favor, de uma forma bem curtinha, numa laudazinha, para a gente poder realmente mostrar o óbvio, porque sabedoria é reconhecer o óbvio. Então, é importante isso.

Vou passar, então, para a Dra. Elizabeth também fazer as suas considerações finais. (*Pausa.*)

Está fechado o áudio.

A SRA. ELIZABETH CARVALHAES (Para expor.) – Agora acho que abriu, não é? Obrigada.

Eu vou fazer uma pequena complementação ao que já foi dito e vou retornar à Anvisa só com poucas considerações sobre essa anuência prévia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que uma lembrança que eu me esqueci de trazer aqui e quero citar, no mundo, nessa relação patente e registro de medicamentos, o Brasil é o único país do mundo, o único que trouxe... É como trazer o FDA ou qualquer outra agência de registro para atuar junto às patentes. Então, o Brasil é um caso totalmente isolado no mundo patentário nessa relação.

O segundo ponto, que é curioso, nós trabalhamos e tentamos muito junto à Anvisa que seja criada, então, uma proteção de dados, principalmente dos estudos clínicos, porque aí está, realmente, entre aspas, todo "segredo" científico e industrial do desenvolvimento do medicamento e de como ele vai reagir. À sua vez, a Anvisa não o faz, não se interessa muito. Então, eu entendo incompatível uma coisa com a outra. Quer dizer, se a patente trata da produção da ciência, exatamente isso que está lá, o ensaio clínico de detenção do conhecimento da Anvisa, conduzido pela Anvisa, tem parte desses dados, que, à sua vez, não se interessa por protegê-los. Então, eu acho um pouquinho incompatível nesse sentido, razão pela qual a gente entende que então fica reforçado o fato de, de fato, não ser uma interferência que contribua no processo de análise patentária.

Eu vou aproveitar as citações da agricultura, que o Senador gentilmente citou rapidamente da minha experiência, passando pela área florestal. Então, eu queria chamar a atenção que, Senador, quando no projeto de lei da licença compulsória, um dos dispositivos prevê que o próprio detentor da patente vai passar todos os dados, ou seja, vai abrir as portas e entregar inteiramente a sua invenção, o próprio projeto de lei fala nas células máster – célula máster é a origem de todas as coisas; digamos assim que o grande alcance da ciência está na célula máster...

Senador, eu não lhe pergunto, porque não é delicado, mas eu comento que, na nossa proficiente agricultura – o Brasil é o segundo país do mundo em transgenia, em engenharia genética, exatamente a modificação de um gene, terapia gênica –, as árvores do Brasil, por exemplo, a soja do Brasil ou o algodão são os primeiros produtos de maior produtividade no mundo – no mundo! Quer dizer, estaria a nossa proficiente agricultura disposta a passar para os chineses como se fazem todos esses produtos e se resolve o seu problema territorial em resistência hídrica? A China não tem água. Em resistência de solo? Porque a terra da China também é bastante precária... Quer dizer, qual é a disposição do nosso País em fazer a China ser autossuficiente, por exemplo – dando um exemplo um pouco extremado –, em toda agricultura que nós fornecemos? Onde está essa lógica? Quer dizer, isso é patrimônio intelectual? Isso é patrimônio financeiro? Isso é patrimônio nacional? Isso é patrimônio do Estado? Então, é preciso... Quer dizer – eu não quero, pelo amor de Deus, ser desrespeitosa, absolutamente, trabalhamos com o senhor todo o tempo –, mas me pareceu até um pouco inocente esse artigo, porque eu não consigo prever no mundo quem o fará, não consigo. Então, a transferência de uma célula máster está equivalente à transferência de toda a engenharia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

genética brasileira – na agricultura, que não tem concorrentes no mundo – a quem quer que seja. É disso que falamos. Então, aí acho que houve quase que também um equívoco.

A questão também da produção é inviável, porque, como falamos, há muita demanda e a China é o único fornecedor de matérias-primas – por razões de 35 anos atrás, de levar-se para a China bases de produção por uma série de razões –, então, nós vamos aumentar a demanda, aumentar, a demanda vai subir muito mais do que o que ela já é, mas de pessoas com muito menos proficiência. Quer dizer, até a eficácia do produzir não parece viável, seja pelo fornecimento, seja pelo *know-how*.

Acho que um comentário que vale a pena é: vacinas, Senador, estão na escala de produção farmacêutica como um dos mais complexos produtos da indústria. Eu tenho um exemplo para dar ao senhor: nos últimos 27 anos, o mundo – o mundo todo – produziu apenas seis vacinas, não mais do que isso, imagine quantos medicamentos foram criados e quanta ciência foi desenvolvida, porque é extremamente complexo, é muito difícil. O que se fez nessa pandemia – quem está de fora, é natural, não tem como imaginar – foram empresas, foram todas as *startups* do mundo, toda a biociência do mundo, todos os bilhões de dólares do mundo. Sem isso, não sairia, sem isso, não tem como.

Então, nós não estamos falando só de repassar uma tecnologia. Vou repetir a frase do então Presidente da Pfizer: a vacina da Pfizer leva mais de 200 produtos, aquele frasquinho pequenininho assim. Leva mais de 200... Estou falando de insumos, produtos acho que é um pouco varejista demais, mas são insumos, me desculpem. É preciso, de fato, como disse o senhor, conhecer um pouquinho mais do que significa a decisão, até para não haver uma frustração, uma decisão tomada num grande colegiado, debatida.

E, por último, eu entendo que a nossa tarefa – e acho que aí o Congresso pode nos ajudar e ajudar a todo o País – é: como dar condições para termos uma agência como o INPI realmente proficiente. Este País tem conhecimento. O Brasil tem patentes na agricultura, o Brasil tem patentes na indústria, na academia, então, o Brasil precisa muito levantar o nível de ciência trazida para o País, porque não era de tanta visibilidade e ainda caiu mais de 8% nos últimos poucos anos. Quais são as condições para que o nosso País realmente seja um centro atrativo do ponto de vista de investimento em inovação, tecnologia e ciência, tendo órgãos regulatórios proficientes, seguros? Este País tem tudo para ser um exportador de produtos como ninguém, Senador. Nós temos que um dia ser exportadores dessas vacinas, não é isso?

Então, vamos olhar os próximos 30 anos do nosso País. É esse o objetivo. Quando a gente mexe numa lei dessas... Porque essa lei passa pelo conhecimento científico, passa pelo investimento, passa pela indústria, pela agricultura, ela passa pelo produtor. Então, qual é o Brasil que nós queremos nos próximos 30 anos? É por aí que vai a decisão sobre ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa era a colaboração que eu gostaria de dar à nossa conclusão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu quero muito agradecer a participação de vocês, convidados, também agradecer aos nossos internautas.

Acho que é um tema que merece ainda muita discussão, um acompanhamento, mas eu aguardo aí as sugestões com relação à questão dos vetos, para poder convencer aqueles que ainda não conhecem o sistema, como funciona, para que a gente possa tirar dúvidas, porque, quando você fala em vacina, é um tema que as pessoas acham que, quebrando simplesmente, imediatamente alguém vai produzir, vai distribuir, e não é bem isso. Por isso que é necessário essa justificativa.

Aqui eu aprendi isto, tanto na Câmara quanto no Senado: se você tem realmente argumentos, exemplos que as pessoas entendam, a situação fica mais fácil. Então, eu quero...

A Elizabeth pediu para fazer uma consideração, Elizabeth? (*Pausa.*)

Pois não. (*Pausa.*)

Está fechado o seu áudio.

A SRA. ELIZABETH CARVALHAES – É muito rápido, Senador.

Eu acho até, atendendo ao pedido do senhor, nós já demos vários documentos, mas, se os senhores que cá estão, os professores, se eles assim concordarem, nós, da Interfarma, estamos dispostos a estar com os senhores na construção de um produto único. Temos todo o tempo para isso, estamos à disposição, já é semana que vem, e eu gostaria, se nós pudéssemos trocar dados, saindo daqui, seria bastante valioso. Se os senhores concordarem, nós estamos muito dispostos à colaboração dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está ótimo.

Dr. Antônio... (*Pausa.*)

O Dr. Antônio e o Dr. Sérgio pediram para... (*Pausa.*)

Pois não.

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN (Para expor.) – Não, eu estou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elizabeth, agradeço o convite. Eu estou totalmente à disposição. Na verdade, tinha inclusive pensado nisso, em procurá-los, para que a gente pudesse apresentar uma visão única e ainda mantendo as divergências, se for o caso, para colaborar com essa resposta. Eu acho muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou passar os dados de vocês, para que vocês possam compartilhar...

A SRA. ELIZABETH CARVALHAES – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu até sugiro, Elizabeth, que você faça o texto básico...

A SRA. ELIZABETH CARVALHAES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... e depois, didaticamente, os professores sabem traduzir isso numa linguagem bem pedagógica, não é?

A SRA. ELIZABETH CARVALHAES – Perfeito. Com muito prazer, com muito prazer!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não, Dr. Sérgio. (*Pausa.*)

Está fechado o áudio; pode ir. (*Pausa.*)

Aí.

O SR. SÉRGIO ROBLES REIS DE QUEIROZ (Para expor.) – Eu também só queria reafirmar, da mesma forma que o Antônio Márcio, a minha disposição em participar disso. Eu acho que esse é um ponto em que houve uma convergência total entre nós três aqui a respeito da conveniência de manter esses vetos, e não modificar a lei, como estava sendo pretendido.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Fico aguardando, então.

Agradeço muito a participação de todos e, não havendo mais nada a tratar, vou declarar, então, encerrada a nossa presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Paulo Rocha e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Plínio Valério, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2020 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), REQ 11/2020 - CMA, de autoria Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), e REQ 4/2020 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Finalidade:** Debater o "Uso de agrotóxicos no Brasil: impactos ambientais e na saúde e os mitos e verdades sobre estes produtos". **Participantes:** Sra. Antônia Ivoneide (representante de: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)); Sr. Carlos Alexandre Oliveira Gomes, Gerente Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e especialista em Regulação e Vigilância Sanitária; Sra. Eloisa Dutra Caldas, Professora Titular do Curso de Ciências Farmacêuticas da UnB. Membro do grupo de peritos em resíduos de pesticidas da OMS e FAO (JMPR); Sra. Regina Sambuichi, Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e Sra. Silvia do Amaral Rigon, Professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná - UFPR (representante de: Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN)). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atenção aos Requerimentos nºs 1, 4 e 11, de 2020, desta Comissão, de autoria dos Senadores Fabiano Contarato e Luis Carlos Heinze, com o objetivo de debater o "Uso de agrotóxicos no Brasil: impactos ambientais e na saúde e os mitos e verdades sobre estes produtos" e perspectivas do agronegócio.

Estarão conosco, como convidados, no dia de hoje, em ordem alfabética: a Sra. Antônia Ivoneide, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra; o Sr. Carlos Alexandre Oliveira Gomes, Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e especialista em Regulação e Vigilância Sanitária; a Sra. Eloisa Dutra Caldas, Professora Titular do Curso de Ciências Farmacêuticas da Universidade de Brasília, membro do grupo de peritos em resíduos de pesticidas da OMS e da FAO; a Sra. Regina Sambuichi, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e a Sra. Silvia do Amaral Rigon, Professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná e representante do Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional.

Foram convidados também, mas, por questões de agenda, não puderam estar conosco nesta oportunidade as Sras. Larissa Mies Bombardi e Marisa Zerbetto.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial com o uso do sistema de videoconferências adotado pelo Senado da República.

Após as exposições iniciais, será dada a palavra aos Srs. Senadores inscritos.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Solicito à Secretaria que, neste momento, abaixe todos as mãos de quem se encontra remotamente, silencie os microfones e monitore as inscrições.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até 15 minutos.

Para quem estiver em modo remoto e optar por usar material de apoio será autorizado o compartilhamento da tela ao longo da exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao fim das exposições, a palavra será concedida ao Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários em até cinco minutos.

Na verdade, nós vamos fazer uma ordem primeira, que vai respeitar a ordem alfabética, e, ao final, nos comentários finais e eventualmente respostas, nós inverteremos essa ordem para os comentários finais.

Portanto, eu concedo a palavra, por até 15 minutos, para sua exposição, à Sra. Antônia Ivoneide. Com V. Sa. a palavra.

A SRA. ANTÔNIA IVONEIDE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos os outros Senadores aqui presentes. Bom dia aos outros participantes.

É uma honra grande para nós estarmos participando aqui, queremos agradecer já pelo convite e trazer aqui talvez as angústias e as questões trazidas pela agricultura familiar, pelos trabalhadores do campo e principalmente pelos assentados, que é a minha condição. Eu sou assentada no Ceará, sou militante do MST, atuo no setor de produção do movimento. Aqui, por esse convite, quero trazer presentes algumas questões a esta audiência que para nós é importante debater.

Quero dizer que não sou pesquisadora; sou agricultora, camponesa. Portanto, o que eu trago aqui é do que eu estudo, do que eu vejo, dos debates e do que também eu sofro como consequência. Primeiro, quero dizer que os impactos dos agrotóxicos no campo não ocorrem só nessas duas linhas, ambiental e da saúde, mas também social e inclusive econômica para os agricultores.

No que se refere aos impactos ambientais, nós temos estudos demonstrados e também comprovamos que os agrotóxicos contaminam tanto a água que está sobre o solo, ou seja, nos lagos, açudes, minas e nascentes, como também a água que está no subsolo. Tem se comprovado, através de estudos, que a água que está a muitos metros de profundidade tem resíduos dos agrotóxicos usados sobre as lavouras nessas regiões. Eu estou falando de casos estudados ali no Rio Grande do Norte e no Ceará, que são regiões mais próximas, inclusive onde eu atuo, em que existe comprovação sobre isso. Tem também muitos estudos e outras apresentações da contaminação dos solos em várias regiões e contaminação de animais, inclusive de abelhas, o que tem causado mortes e prejuízos para os apicultores nas regiões onde há grande uso intensivo de agrotóxico.

Nas questões sociais, o que eu quero trazer presente é que os impactos sociais são a desagregação ou o expulsamento de famílias que moram em regiões muito afetadas pelo uso do agrotóxico, porque as famílias não resistem e não aguentam o processo de levarem banho de chuva ou de serem contaminadas nos constantes agravamentos do uso dos agrotóxicos. Portanto, têm que abandonar suas terras, na sua grande maioria, abandonando também a sua lavoura e a sua produção, vindo a compor a periferia de cidades grandes ou mesmo cidades nas regiões aproximadas, como é o caso de Limoeiro do Norte, no Ceará, que é uma das cidades que tem sido muito afetadas com o uso de agrotóxicos, por conta da lavoura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da fruticultura nos perímetros irrigados daquela região. E isso tem, então, provocado um crescimento grande na cidade e um maior empobrecimento das populações daquela região.

Na questão econômica, o que eu trago também como um impacto é a contaminação das lavouras dos agricultores perto dessas áreas em que existe grande contaminação por agrotóxico, ou seja, muitos agricultores que poderiam estar produzindo agroecológico, orgânico têm suas lavouras contaminadas com o uso do agrotóxico. Isso causa prejuízo econômico, por exemplo, por não conseguirem vender as suas lavouras e terem alguns processos com essa questão da contaminação.

O mais grave de tudo isso é que essas pesquisas e esses estudos não são feitos, na sua grande maioria, por pesquisadores de entidades públicas, mas individualmente ou em grupos de quem se propõe a fazer. Não há uma preocupação do poder público estadual, municipal e principalmente federal para averiguar, para acompanhar esses impactos causados pelos agrotóxicos. Não há uma definição clara, inclusive, das agências de fiscalização sobre todo o processo, que tenha investigado esse processo a fundo, mostrado e divulgado para as populações quais são esses impactos. Outro elemento é que pesquisadores, na sua grande maioria, que têm feito isso têm sido perseguidos e ameaçados por conta de estarem divulgando e trazendo presentes essas pesquisas. Então, por isso que a gente precisa tomar providências, para que, além disso, se tenha clareza e para que a população seja informada da questão dos riscos dos agrotóxicos nas suas lavouras.

Sobre a questão da saúde, estudos têm mostrado o grande processo de intoxicação grave, que causa problema na pele, causa problema respiratório e outros casos, em função dessa questão das contaminações com o uso do agrotóxico nas regiões mais próximas das comunidades, como no caso que a gente viu agora, mais grave, no Maranhão, que provocou contaminação de comunidades, de crianças e de famílias.

Quer dizer, quantas escolas não têm tido agravado o risco por estarem sendo pulverizados agrotóxicos muito perto? Também estudos têm mostrado – e aqui no caso do Ceará há alguns – a ocorrência de puberdade precoce em crianças por conta do uso da água contaminada por agrotóxicos, inclusive leite humano sendo contaminado já desde o início, como no caso do estudo que foi mostrado no Mato Grosso e demais regiões.

Um grande problema é que, em grande parte, para uso dos agrotóxicos, também são concedidos incentivos fiscais, ou seja, não existe imposto, na sua grande maioria, sobre isso, para cobrir os custos do próprio poder público, que tem assumido os gastos. Porque, por exemplo, quando existe o adoecimento das pessoas com o uso do agrotóxico, quem é que atende essa população? O SUS. Portanto, causa um custo maior para o SUS esse processo da contaminação e do adoecimento das pessoas. No entanto, há incentivo fiscal, como é o caso do meu Estado, em que há 100% de isenção fiscal para o uso do agrotóxico. E o SUS tem assumido um gasto muito grande em função da contaminação por agrotóxico nas regiões que são mais afetadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão da saúde que tem se mostrado, inclusive pesquisa e estudo mostram o aumento do câncer nessas regiões mais contaminadas. Muitos estudos e tudo, o que eu quero dizer é o estudo de comparação que foi feito com a mesma população, com a mesma região, mesma densidade: regiões que usam pouco agrotóxico e regiões que usam muito agrotóxico. A incidência de câncer é totalmente diferente nessas regiões, como foi o caso do estudo feito pelo grupo do Núcleo Tramas da Universidade Federal do Ceará, que pesquisou lá na região.

No entanto, há muitos outros casos que têm agravado o processo da saúde por várias questões, por dificuldade de respiração, por muitos outros agravamentos. Isso é comprovado e existe estudo feito. O que nós não temos é divulgação constante disso pelos poderes públicos responsáveis por esse processo, por não estarem divulgando, não estarem trazendo presente o que são esses agravamentos.

Aqui, para já ir concluindo o meu processo, quero trazer o processo dos mitos. Nós estamos envolvidos com muitos mitos sobre o uso da agrotóxico. Um deles é o uso de agrotóxicos para acabar com a fome ou para baratear o produto que vai para a mesa dos trabalhadores. Se isso fosse verdade, nós não teríamos tantos milhões de pessoas passando fome no Brasil, no País que mais consome agrotóxicos no mundo; nós não teríamos também o preço da comida como está com o tanto de agrotóxicos que estão sendo usados. Então, esse é um mito muito grande dizer que agrotóxico é para baratear o preço e para acabar com a fome.

De fato, o uso de agrotóxico é uma política assumida pelos governos que tem que ser avaliada, porque se dá incentivo, se dá um monte de questões que não são dados para a agricultura familiar. Não existe uma política de redução do agrotóxico. Não se incentiva a agricultura familiar. Nós estamos num período de pandemia e a agricultura familiar não teve nenhum apoio, nenhum incentivo nesse processo de produção. No entanto, os vários incentivos são dados para a agricultura patronal e empresarial, e a gente não tem.

Tem na Câmara o processo da política de redução de agrotóxico. O Brasil precisa trabalhar constantemente sobre isso, mas o que está em jogo, por conta dos comprometimentos de muitos Parlamentares, é o avanço e o aumento do uso de agrotóxicos, inclusive com mudança nos rótulos e na classificação de toxicidade. E isso precisa ser resolvido, porque aí há uma enganação da população, que está comendo veneno sem saber. Isso é outro processo que precisa ser esclarecido. Na medida em que a gente não coloca com clareza, puramente, de que está sendo composto, o que está sendo usado de toxidade nessa produção, quem come isso não sabe o que está comendo, não sabe o quanto de veneno está comendo ou está bebendo, na sua grande maioria, das nossas lavouras e do nosso campo.

Portanto, é fundamental que uma audiência como esta traga o debate, principalmente quando está em jogo aprovar o PL, que é o pacote do veneno na Câmara, que vem para aumentar cada vez mais a liberação de veneno e prejudicar tanto socialmente, como a saúde e economicamente as populações do campo. Portanto, eu acho importante, Senadores, os dois Senadores que pautaram essa proposta aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, que sejam feitos esses debates em todas as instâncias deste País sobre os agrotóxicos e suas contaminações.

Portanto, quero, desde já, dizer que é fundamental que a gente tenha clareza e tenha a divulgação e o comprometimento dos órgãos de pesquisa sobre a questão dos agrotóxicos. E, acima de tudo, nós precisamos mudar esse modelo de consumismo de veneno, porque não é defensivo agrícola; é tóxico mesmo, é agrotóxico, que intoxica, que adoece as populações.

Muito obrigada, Senador.

Devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu é que agradeço pela sua intervenção, Sra. Antônia Ivoneide.

E, agora, convido o Sr. Carlos Alexandre Oliveira Gomes, para fazer uso da palavra. V. Sa. tem até 15 minutos. Com a palavra. (*Pausa.*)

É só abrir o seu microfone, por favor.

Pronto.

O SR. CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não estava sendo permitido utilizar.

Então, bom dia a todos! Quero agradecer o convite, agradecer ao Senador Jaques Wagner.

Eu teria uma apresentação também para realizar. Eu não sei se eu tenho essa possibilidade de disponibilizar.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Tem, é só o senhor compartilhar que a gente autoriza aqui. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES – Aqui está informando que eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está aberto para ele? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES – Agora sim. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pronto, a sua exposição já está na tela.

O SR. CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES – Está aparecendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está.

O SR. CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES – Muito obrigado.

Então, eu agradeço o convite para a gente participar dessa discussão. Acho que é muito importante realmente discutirmos esse assunto. A questão do uso do agrotóxico no Brasil é um tema muito polêmico. Entretanto, é importante nós salientarmos que é um assunto...

Deixe-me ver aqui como faço a troca da... (*Pausa.*)

Gente, eu não sei se está passando o eslaide. Passou o eslaide?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não. O pessoal aqui da técnica está pedindo para o senhor colocar em modo apresentação.

O SR. CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES – Vamos ver. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES – Pronto. Agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pronto.

O SR. CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES – Agora sim. Vamos aprendendo aqui com essas novas tecnologias.

Vamos passar rápido. Nós temos tempo.

É importante nós sabermos que o uso do agrotóxico é legalmente estabelecido no Brasil. Desde 1989, nós temos a Lei 7.082, que foi logicamente decretada, houve o Decreto 4.074, de 2002. E, já nesse momento, você vê a importância da participação de três órgãos do Governo para trabalhar sobre esse assunto, uma vez que cada órgão desse do Governo tem um olhar para garantir, no caso da Anvisa, a saúde e a segurança não só dos consumidores que consomem os alimentos provenientes de uma agricultura convencional mas também dos trabalhadores rurais, uma vez que esses produtos, pelo seu objetivo, necessitam de um trabalho especial na operação do dia a dia, inclusive a utilização de equipamentos de proteção individual. Temos também logicamente outros órgãos envolvidos. Hoje somente a Anvisa está aqui para falar, mas nós também temos o Ibama envolvido, que faz todas as análises necessárias para garantir que o meio ambiente possa ter condições de reagir à utilização dessa tecnologia, ou seja, são utilizados produtos que não tenham forte impacto no meio ambiente ou, se tiver, que possa ser revertido; e o Ministério da Agricultura, logicamente, com a questão da eficiência agronômica desses produtos, ou seja, esses produtos, para serem utilizados, precisam ser eficientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos a questão da competência da Anvisa. Então, a Anvisa faz todas as avaliações toxicológicas necessárias para que você consiga extrair os parâmetros de referência toxicológica, como, por exemplo, a dose de referência aguda e a ingestão diária aceitável, que são parâmetros de saúde. Deixo aqui bem claro que nós também estabelecemos os limites máximos de resíduos, que são os famosos chamados LMRs, e intervalos de segurança. Isso aqui é um parâmetro agronômico, seria a quantidade de agrotóxicos necessária para você controlar determinada praga ou doença e o resíduo que fica depois desse tratamento fitossanitário. Nesses resultados, esses resíduos remanescentes nos alimentos são depois confrontados com esses parâmetros toxicológicos agudos ou crônicos, como nós falamos aqui, que são provenientes das avaliações toxicológicas, e são validados para serem estabelecidos como boas práticas agrícolas. Então, isso aqui acho que é importante a gente ressaltar. Muitas vezes, nós temos uma certa confusão quando se fala que passou o limite máximo de resíduo. Com isso, a pessoa pensa logo que poderia haver um impacto na saúde da pessoa e não é bem assim.

De outra forma, também são realizados os estudos agudos toxicológicos, principalmente nos produtos formulados, ou seja, aquele produto que chega do campo e que possibilita a classificação desses produtos. Foi realizada até atualmente uma harmonização com o GHS, em que o Brasil passa a falar uma linguagem como todo mundo. Todo mundo atualmente utiliza o GHS, e o Brasil era o único que tinha uma classificação diferenciada. Com isso, a comunicação do perigo era feita completamente diferente para o mundo inteiro.

É importante também ressaltar que essa comunicação é para o trabalhador rural e para aqueles profissionais habilitados que realizam o receituário agronômico, uma vez que a embalagem não chega ao consumidor, é uma comunicação direta para separar produtos que têm uma classificação de toxicidade maior daqueles produtos que têm uma toxicidade menor, lembrando que, como o termo já diz agrotóxico, todos esses produtos têm um certo grau de toxicidade.

Vamos passar rapidamente por algumas ações também pós-registro que são realizadas, como alteração de pós-registro, inclusão de cultura, monitoramento do PARA e reavaliações. Então, vamos falar rapidamente sobre o PARA inicial, o controle de resíduos de agrotóxicos em alimentos, mas também sobre a questão de segurança alimentar. É extremamente importante a gente levantar esse assunto por quê? Porque, num conceito mais amplo, segurança alimentar é a produção de alimentos em quantidade e qualidade satisfatória.

Eu consegui recuperar aqui um jornal, na página da Embrapa, que diz que, em 1968, houve uma conferência latino-americana sobre produção alimentar e, como indicativo dessa conferência, foi informado que o Brasil necessitava aumentar pelo menos dez vezes a produção de alimentos, porque o País estava tendo problema inclusive de divisas importando alimentos. Então, num país desse tamanho, realmente você ter que importar alimento é um problema sério, principalmente se você já tem problemas para produzir você terá problemas muito maiores ainda para a distribuição. Então, essa é uma grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complicação, porque, na verdade, a falta de alimento é uma das principais doenças, um dos principais problemas de saúde de uma população, em que você não tem aqueles nutrientes necessários para ter saúde propriamente dita.

Mas logicamente também a segurança alimentar está ligada com a questão de qualidade e segurança do alimento. A qualidade vai vir direto com a conformidade ao limite máximo de resíduos estabelecidos. Todo mundo quer um alimento, principalmente frutas e hortaliças frescas e saudáveis, alimentos extremamente importantes para o consumo da população... Há diversos trabalhos associados em que, com uma alimentação adequada de frutas e hortaliças, você consegue reduzir uma série de doenças crônicas não transmissíveis. Acho que logo haverá uma fala do conselho que provavelmente vai abordar mais profundamente esse tema. Então, não podemos, de maneira nenhuma, sujar, denegrir a questão do consumo de frutas, hortaliças e outros vegetais, que são importantíssimos para a saúde da população. Esse mesmo monitoramento possibilita também verificar a segurança do produto, através da exposição dietética, através da avaliação do risco dietético.

Então, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos é um programa que vem, desde 2001, gerando dados, gerando conhecimento, orientando políticas públicas de governo, de forma a melhorar cada vez mais a segurança e a qualidade dos alimentos.

No resultado do último ciclo, depois de análise de 4.616 amostras, nós obtivemos os seguintes resultados: em 49% das amostras coletadas não havia nenhum tipo de resíduo encontrado, ou seja, não foi detectado resíduo; 28%, dentro do nível de limite máximo permitido, do limite permitido, o que mostra que esse alimento é seguro para ser consumido, uma vez que, para registrar determinado agrotóxico são necessários todos os estudos toxicológicos; 23% com inconformidade. E essas inconformidades, na sua maioria, foram de utilização de produto não permitido para determinada cultura, aproximadamente 17,3%; acima do limite máximo de resíduo, 2,3%; proibido, ou seja, um contrabando de produto não registrado no Brasil, 0,5%; e, com uma ou duas inconformidades, 2,9%.

Toda vez que nós soltamos esses resultados da Anvisa, que saem desde 2001, nós nos deparávamos com um problema, com uma pergunta muito séria: essas inconformidades detectadas no PARA causam problema para a saúde? Então, foi desenvolvido... A agência se debruçou na metodologia internacional de avaliação do risco dietético, uma metodologia que começamos a trabalhar e a divulgar em 2015, 2017. Fizemos, primeiramente, a avaliação do risco agudo e, posteriormente, esse último resultado já saiu com a avaliação de risco crônico também, utilizando amostras coletadas desde 2013 até 2018.

Nós podemos responder claramente a essa pergunta atualmente, porque, com os dados, com os parâmetros toxicológicos estabelecidos pela Anvisa, tivemos 0% de impacto na ingestão diária aceitável na vida, que seria aquela alimentação durante toda a sua vida. Tivemos um percentual de 0,89% com potencial de risco agudo. O que quer dizer isso? Isso quer dizer que 0,89% dessas amostras apresentavam um teor de resíduos de agrotóxicos em que você poderia ter dado um certo impacto em alguma enzima,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em alguma dificuldade de o organismo excretar aquele produto naquele dia. Entretanto, pela quantidade de amostra coletada, a gente percebe 0,89%, mas o nosso objetivo é chegar a 0%. Para isso, nós temos diversos trabalhos ainda correndo em paralelo. Mas tranquilizo a população porque não seria todo dia que a mesma pessoa iria consumir uma amostra com potencial de risco agudo. Então, a gente percebe que a saúde da população está garantida quando você faz essas avaliações de risco.

É importante aqui atestar que, com a questão da pandemia, o PARA foi paralisado em 2020 e também em 2021. Estamos aqui em tratativas para, no ano que vem, reiniciarmos esse programa.

Essas inconformidades só podem ser resolvidas da seguinte forma: você precisa organizar e profissionalizar todas as cadeias produtoras de alimentos. É essencial que você tenha produtores treinados em boas práticas agrícolas, pessoas envolvidas no processo de aplicação de agrotóxicos treinados, porque são produtos em que é necessário ter um certo cuidado.

Foi também, no caso, trabalhada na Anvisa a questão da INC 02, de 2018, que traz a obrigação da rastreabilidade, ou seja, uma vez monitorado, detectado qualquer tipo de problema, hoje em dia é possível regressar até a região de produção primária e fazer os controles necessários.

A meu ver também, uma questão muito importante de ser trabalhada é a questão do receituário agronômico. Muito já foi feito, o Brasil se destaca nesse controle; entretanto, é preciso corrigir esse receituário. Ele precisa estar ligado a uma assistência técnica real, em que você faça uma indicação de determinado agrotóxico que seja necessário e que siga as boas práticas agrícolas.

Essa questão da comercialização precisa ser atuada. Temos problemas ainda de receituário agronômico de balcão. Isso, sim, são problemas que devem ser pontuados e trabalhados para que não ocorram. Quando um receituário agronômico for indicado, que ele tenha respaldo por um profissional habilitado que se responsabilize pela prática que foi receitada.

Então, é basicamente essa questão da rastreabilidade e da necessidade e que você valorize os produtores que seguem as boas práticas agrícolas de uma maneira em que a qualidade e a segurança do produto que chega ao consumidor sejam as melhores possíveis.

Temos também um trabalho muito importante na Anvisa, que seria a reavaliação. Vou ser breve, não vou falar de cada reavaliação que foi realizada, mas o ponto importante é que, de 2009 a 2021, foram reavaliados 16 ingredientes ativos e, desses, 9 foram proibidos. Então, quando a gente fala de agrotóxico, eu acho que também a gente precisa ter um certo cuidado, nós não podemos botar todos os agrotóxicos do mesmo balaio. Nós precisamos saber que existem agrotóxicos mais tóxicos, agrotóxicos que podem ter problemas que não foram percebidos no momento do registro e que precisam ser retirados e existem agrotóxicos também com menor potencial de toxicidade que auxiliam na produtividade do produtor rural, sem causar perigo não só para a população consumidora, mas também de menor risco para o uso do trabalhador rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma coisa importante também é que, independentemente do sistema de produção, é necessário que se siga o protocolo mínimo. Então, uma vez que o Estado vem, inclusive, fomentando a agricultura de baixo impacto, a agricultura orgânica para principalmente determinados segmentos da sociedade, esses segmentos da sociedade poderão muito bem se adequar e utilizar esses sistemas de produção que causam menos impacto.

Passando aqui rapidamente, nós já temos outros produtos também, como carbendazim, tiofanato e epoxiconazol, já sendo reavaliados e também estamos fazendo um trabalho sistemático de retirada de monografias. Então, em quatro anos, nós já conseguimos tirar 62 monografias de agrotóxicos que não estavam sendo mais utilizados. E isso, sim, também é um avanço. Não só os agrotóxicos que estão sendo reavaliados estão sendo retirados, mas também estamos trabalhando na retirada de outros que já não têm uso no País.

No último eslaide, eu tenho que apresentar que o grande crescimento de registro do Brasil vem também na questão de produtos de baixa toxicidade. A gente percebe aqui que, em 2018, foram aprovados 14 produtos para agricultura orgânica e, em 2020, essa aprovação foi de 40 produtos para a agricultura orgânica. Em 2018, 35 produtos biológicos foram registrados e, em 2020, 50 produtos.

Então, juntando todos esses trabalhos realizados pelo Estado, a gente acredita que o produtor tem que ter disponibilidade, seja ele produtor de agricultura convencional, em que nós estamos trabalhando para que ele se exponha cada vez menos a agrotóxicos mais tóxicos, seja ele produtor que tenha a característica de se associar a uma agricultura mais próxima da agricultura orgânica.

Então, é basicamente essa a minha apresentação.

Eu gostaria de agradecer e tentar respeitar o tempo que foi estabelecido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado pela sua exposição, Sr. Carlos Alexandre Oliveira Gomes.

Eu passo a palavra agora à Sra. Eloisa Dutra Caldas.

V. Sa. tem também 15 minutos para sua exposição.

Antes de começar a sua palavra, eu passo temporariamente a direção dos trabalhos para o nosso querido Senador Fabiano Contarato, que já foi também Presidente desta Comissão nos dois primeiros anos desta Legislatura e é o autor do requerimento pedindo esta sessão.

Sra. Eloisa Dutra Caldas, com V. Sa. a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELOISA DUTRA CALDAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada pelo convite.

Foi muito bom eu ficar depois do Carlos Alexandre, porque ele falou várias coisas que eu gostaria de falar.

Carlos Alexandre, você poderia descompartilhar a sua apresentação?

O SR. CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES – Vou tentar aqui, gente.

A SRA. ELOISA DUTRA CALDAS – Apesar de que eu não vou, na verdade, apresentar nenhum PowerPoint...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas, se a senhora quiser, eu posso colocar na tela a partir daqui. É só dizer qual é o eslaide que a senhora quer ou quais são.

A SRA. ELOISA DUTRA CALDAS – Na verdade, eu não programei nenhuma apresentação aqui, porque eu acho que a minha apresentação é sempre com muitos dados científicos e talvez a comunicação para uma audiência mais ampla não seja a melhor maneira.

O que eu queria ressaltar aqui... Bom, eu sou professora de toxicologia da Universidade de Brasília, temos um laboratório cujo principal foco é a análise de pesticidas em alimentos e água, onde se dá a nossa rotina e nossos alunos fazem as suas dissertações e defendem projetos nessa área, onde são defendidos mestrados e doutorados.

Eu trabalho com isso há mais de 20 anos, e o que eu venho observando ao longo desses anos... E nós utilizamos também... O nosso foco, além de analisar os pesticidas nos alimentos – meu foco, definitivamente, é a toxicologia de alimentos relacionada a pesticidas –, além de a gente analisar os pesticidas nos alimentos, nós também utilizamos os dados que o Carlos Alexandre falou, os dados do PARA de resíduos de pesticidas em alimentos, mas não só os dados do PARA; nós utilizamos também os dados do PNCRC, que é o programa de monitoramento do Ministério da Agricultura. Então, nós trabalhamos com os dados desses dois programas do Governo e publicamos artigos científicos com os resultados desses estudos de avaliação de risco, que é o que importa.

Então, inclusive, ressaltando a fala da Sra. Antônia, no início, é importante destacar que o fato de alimentos conterem resíduos de pesticidas ou de os resíduos desses pesticidas estarem como contaminantes na água e como contaminantes no leite humano não necessariamente significa um risco para a saúde.

Para responder a essa pergunta – e a Anvisa responde a essa pergunta quando ela faz o seu processo de avaliação de risco –, você precisa considerar não só a quantidade da substância que está no alimento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na água ou no leite, mas também o tanto que é consumido por uma dada população – no caso, leite humano pelo bebê que está amamentando, pela população geral que consome os alimentos tratados com a agricultura convencional, a quantidade de água que nós consumimos – e também a característica toxicológica de cada uma dessas substâncias.

Então, quando a gente utiliza todos esses dados, considera o que está presente nos alimentos, o quanto desse alimento a população consome e a característica toxicológica dessas substâncias, o que os 20 anos de estudo e de trabalhos publicados e teses e dissertações defendidas me mostraram com clareza – e a gente não para nesse trabalho, estamos agora nos preparando para fazer uma nova avaliação com os últimos dados da Anvisa e do Ministério da Agricultura – é que o risco, a relação risco-benefício do consumo de alimentos tratados com pesticidas na agricultura convencional é muito baixa, considerando os benefícios que o consumo de um bom prato de salada pode trazer para o indivíduo e, em uma visão mais ampla, para toda a população.

A minha preocupação é com a forma como, muitas vezes, uma visão muito restrita da informação é passada para a população geral: os alimentos estão contaminados com pesticidas, encontrou-se pesticida na água, ou leite humano contém pesticida. A minha preocupação é com uma comunicação errada para essa população. É fato que pesticidas podem estar presentes nos alimentos, na água e no leite. Isso é fato, mas representa um risco para a saúde? Para mim, essa é a resposta mais relevante. E a minha resposta é que o risco é irrelevante, considerando o benefício do consumo de um bom prato de salada, o benefício da amamentação e que os níveis ambientais encontrados realmente são muitíssimos baixos.

É muito difícil a gente detectar pesticidas na água, porque essas substâncias são facilmente degradadas no meio ambiente. Não se utilizam mais substâncias que permaneciam no meio ambiente por um tempo muito grande. A maioria dos pesticidas que são utilizados, todos os pesticidas que são utilizados hoje são facilmente degradados no meio ambiente, na água; então, os resíduos dessas substâncias como contaminantes são muito raros de se encontrar na água e, quando se encontram, os níveis são muito baixos e os que são encontrados não representam nenhum risco para a saúde humana, o que é, na verdade, o meu foco.

Agora, fechando essa questão do risco da exposição na dieta pelo consumo dos alimentos e ressaltando novamente a preocupação que eu tenho com relação a como os dados, por exemplo, que o PARA publica da presença de resíduos nos alimentos são comunicados para a população toda – porque em alguns meios o foco é na presença dessas substâncias no alimento, sem considerar que somente a presença dessas substâncias no alimento não representa um risco para a saúde –, eu queria chamar a atenção, principalmente com relação à população que a Antônia representa de alguma maneira, mas a toda a população dos pequenos agricultores – e têm relevância os pequenos agricultores – de que a exposição ocupacional a pesticida é realmente um problema que pode ser grave, principalmente para os pequenos agricultores que muitas vezes utilizam como equipamentos para aplicação de controle de praga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas suas propriedades aplicadores costais, muitas vezes não utilizam equipamento de proteção individual. Então, realmente, a exposição ocupacional a pesticida pode, sim, ser um problema em algumas populações agrícolas, e essa realmente precisa de um trabalho muito grande, principalmente dos órgãos de extensão agrícolas nas pequenas comunidades, para orientar os agricultores a utilizarem os pesticidas de maneira adequada, utilizarem os equipamentos de proteção individual, para que esses agricultores possam estar protegidos durante a atividade agrícola.

É muito fácil, talvez, para alguns interlocutores falar que a solução do problema todo seria eliminar o uso de agrotóxico na agricultura. Só que eu acredito que essa solução a curto, médio e, talvez, a um prazo muito longo não seja possível.

Existem ações do Governo, como o Alexandre comentou, que incentivam... O Ministério da Agricultura tem departamento específico para agricultura orgânica, para incentivar a agricultura orgânica. O número de produtos biológicos que têm sido registrados para utilização não só pelo agricultor orgânico, mas por todos os agricultores para minimizar o uso de pesticidas sintéticos tem aumentado bastante, como o Carlos Alexandre mostrou. Quer dizer, é uma opção viável que pode, sim, diminuir o uso dessas substâncias sintéticas na agricultura e, como tal, diminuir a exposição do agricultor e também diminuir a exposição do consumidor de alimentos.

Então, eu acho que a minha preocupação aqui, a principal mensagem que eu quero deixar aqui é que realmente tem de haver um cuidado muito grande com falas que muitas vezes acontecem. Existe um movimento no País chamado "O veneno está na mesa". Eu fico muito preocupada com esse movimento, porque o símbolo dele é um prato de salada com o símbolo do veneno em cima desse prato de salada. E qual é a comunicação que é feita para a população em geral? Um prato de salada é veneno para sua saúde, o que não é verdade. Então, eu tenho uma preocupação muito grande com a comunicação de risco feita por alguns grupos relacionada à presença de pesticidas nos alimentos, porque essa comunicação pode levar outros grupos populacionais a pensarem que não devem consumir frutas e vegetais porque essas frutas e vegetais estão "contaminados", entre aspas, com pesticidas.

Na verdade, os órgãos de saúde, o Ministério da Saúde – nós teremos uma nutricionista a nos falar mais tarde –, a Organização Mundial da Saúde ressaltam a importância de se consumir pelo menos cinco porções de frutas e vegetais por dia para poder garantir o aporte necessário de vários nutrientes presentes nesses alimentos que previnem uma série de doenças crônicas – e aí vai desde câncer a doenças cardiovasculares –, enquanto, por outro lado, os estudos não existem – eu não os conheço; se alguém os tem, por favor, me envie –, não conheço nenhum estudo que mostre com clareza e que faça o nexo causal entre o consumo de alimentos tratados com pesticida e que contenham resíduos desses produtos e a possibilidade de aumento de câncer na população pelo consumo desses alimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, novamente, eu gostaria de enfatizar que a população rural realmente deve ser olhada de uma maneira bem especial pelos órgãos de saúde, pela extensão rural, porque muitos desses agricultores inclusive se recusam a usar equipamentos de proteção individual, porque acham que não é necessário.

É engraçado que – eu faço trabalho de campo também –, enquanto você tem alguns agricultores que chamam os pesticidas de veneno – obviamente não os agricultores orgânicos, mas os agricultores da agricultura convencional –, outros agricultores chamam os pesticidas de remédio para planta. Então, esses agricultores que chamam os pesticidas de remédio para plantar devem realmente ser alvos para serem orientados a utilizarem os equipamentos de proteção individual de maneira adequada.

Então, com isso, eu fecho a minha fala.

Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Agradeço a fala da Sra. Eloísa Dutra Caldas.

Eu não posso perder a oportunidade de fazer um parêntese aqui, Professora Eloisa. Ninguém me contou o que eu vou falar. Antes da pandemia, eu estive em Mato Grosso do Sul visitando os guaranis kaiowás, que estão cercados por latifundiários. Eu presenciei a aplicação de agrotóxicos por aeronaves, o que atinge a comunidade indígena, e eles sofrem com febre, vômito, dor de cabeça e diarreia.

Tenho também estudos – e vou remetê-los posteriormente – até mesmo do Sistema Único de Saúde falando dessa relação de causalidade, desse nexo causal e até mesmo o número de mortes, de abortamento, de deformidades da vida humana intraútero e também da possibilidade de câncer.

Neste momento, eu quero passar para a Sra. Regina Sambuichi, a quem concedo a palavra por até 15 minutos.

Por favor.

A SRA. REGINA SAMBUICHI (*Por videoconferência.*) – Olá!

Eu posso compartilhar a tela?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeitamente.

A SRA. REGINA SAMBUICHI (Para expor.) – Está compartilhando aí?

Eu quero cumprimentar todos. Bom dia aos Srs. Exmos. Senadores, aos colegas de Mesa e a todos e todas que estão nos assistindo.

Está aparecendo a apresentação? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trabalho no Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), sou pesquisadora, e trabalho especificamente na área de avaliação de políticas públicas voltadas principalmente à sustentabilidade da agricultura. Então, eu vou falar principalmente da questão relacionada às políticas públicas voltadas para o uso de agrotóxico.

Estou tentando compartilhar a tela. Está havendo algum problema, não está compartilhando.

Estão conseguindo ver?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Por gentileza, coloque modo de apresentação.

A SRA. REGINA SAMBUICHI – Estou tentando fazer isso aqui, mas não estou conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Aperta o F5, por favor.

A SRA. REGINA SAMBUICHI – Consegui.

Então, vou falar um pouco a respeito dessa parte de políticas públicas e vou ressaltar alguns pontos principalmente relacionados a isso.

Para começar, quero falar um pouco sobre o conceito de agrotóxico, porque a lei que regulamenta agrotóxicos atualmente no Brasil é de 1989. É importante a existência dessa lei, mas ela considera, para efeito da lei, que os agrotóxicos e afins são todos os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos que têm a finalidade de alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.

Dentro desse conceito, incluem-se desde pesticidas de alta periculosidade para a saúde como também agentes utilizados no controle biológico de pragas, como vespas e parasitoides que são desenvolvidos para atacar lagartas que atacam os produtos. Então, todos os tipos de produto que for desenvolvido, tanto aqueles de baixa periculosidade quanto os de alta periculosidade, são considerados dentro dessa lei. Há uma influência dentro disso.

Também quero ressaltar outro ponto importante: nós precisamos de políticas públicas quando nós temos casos em que existe externalidade negativa. Quando a gente fala em economia, a gente fala da relação dos agentes em uma transação, geralmente o que acontece? Espera-se que os agentes farão uma transação que seja a melhor para todos os envolvidos e, assim, espera-se que o mercado se autorregule sempre na maneira de haver melhor equilíbrio na interação do bem-estar de todos os envolvidos. Só que, muitas vezes, a gente tem externalidades negativas que vão atingir outras pessoas, e não são os agentes que estão fazendo esse tipo de transação. E, quando isso acontece, não é possível deixar que se regule simplesmente por conta do mercado; é preciso que exista uma intervenção, de fato, por meio de políticas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, por exemplo, no caso dos agrotóxicos, a gente sabe que existem prejuízos à saúde, ao meio ambiente, que afetam outros agentes que não estão envolvidos diretamente.

Quando um produtor vai colocar um pesticida na sua plantação, porque ele quer produzir melhor e ele vai ganhar com isso, aquele que produz aquele pesticida também ganha com isso, vendendo aquele produto. Só que uma população que vive do lado, que recebe um banho de veneno que foi aplicado de avião pelo outro que o está aplicando, vai ser prejudicada, embora não esteja envolvida nessa transação. Então, é preciso que haja políticas públicas para coibir esse tipo de situação, no sentido de que haja um bem-estar de toda a população.

Quando a gente pensa nessa questão das políticas públicas, a gente vê que existem políticas públicas conflitantes que geram incentivos perversos. Por exemplo, no caso de agrotóxico, foi falado até, em uma das falas, sobre a renúncia fiscal para agrotóxicos. O que acontece? A renúncia fiscal para agrotóxicos está dentro de uma política agrícola que visa incentivar a produção agrícola – todos os países têm políticas agrícolas que apoiam a agricultura, isso é natural. Só que, no momento em que essa renúncia se faz para todos os produtos que vão apoiar essa agricultura, incluem-se aí todos os agrotóxicos, tanto os de maior risco quanto os de menor risco, e essa renúncia então traz também um efeito negativo em nível ambiental no momento em que o poder público está deixando de receber aquele recurso que deveria estar recebendo em prol de um produto que pode estar impactando o meio ambiente e causando efeitos negativos para outras populações que não estão envolvidas ali. Então, o que acontece? Essa renúncia não diferencia os produtos por grau de toxicidade, e isso faz com que também não existam incentivos para aqueles produtos de menor toxicidade, o que também é um problema.

Temos também a questão da dificuldade para o registro de novos produtos. A gente sabe que a lei precisa ser rigorosa, aqui já falaram das exigências para o registro de produtos, o que é necessário para minimizar os riscos, os perigos ao meio ambiente, à saúde, muitas vezes a gente quer até que seja mais rigoroso, só que, por outro lado também, a gente ter um marco regulatório rigoroso e difícil de ser cumprido só favorece as grandes empresas internacionais, porque o que acontece? É preciso investimento em pesquisa e desenvolvimento para poder atender essas exigências de registro, de fiscalização e isso contribui para maior concentração do mercado de produção de agrotóxico, diminui a competitividade entre as empresas e também gera problema, na medida em que se fica refém de poucos produtos disponíveis, e não se tem nem como escolher esses produtos, porque, na verdade, só se tem aquele, o produtor tem que usar aquele porque não tem outro.

Também o sistema favorece pacotes tecnológicos de alto impacto ambiental, na medida em que se concentra em poucas empresas multinacionais que já produzem todo esse pacote que precisa ser usado com aquele produto – desde a semente vai precisar daquele produto, porque foi modificada geneticamente para ser usada com aquele produto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso exige um custo elevado de investimento em pesquisa e desenvolvimento para novas substâncias, é preciso uma rede de distribuição, é preciso propaganda, *marketing*. E geralmente essas empresas mesmas já fornecem assistência técnica para que o produtor as utilize. Então, o produtor opta por esses pacotes, porque é mais vantagem para conseguir isso aí. E acontece que essas empresas têm menos interesse também em produzir outros produtos menos impactantes, na medida em que o interesse dela é produzir um produto que lhe dê mais dinheiro e mais rendimento.

Eu vou falar aqui só um pouco sobre a linha histórica das políticas que vêm sendo desenvolvidas nessa questão dos agrotóxicos no Brasil, começando pela Lei dos Agrotóxicos, que é um marco importante, e também o decreto de 2002 que regulamenta essa lei. Esse decreto, ao mesmo tempo em que facilitou um pouco mais o registro – alguns até falam que ele facilitou o uso de agrotóxico –, por outro lado, também traz a necessidade de que haja uma diferenciação entre os produtos de baixa periculosidade e os produtos de alta periculosidade.

Outro marco importante é a Lei da Produção Orgânica, de 2003, que trouxe a regulamentação da produção orgânica do Brasil, muito importante para poder regulamentar esse mercado. A partir daí, também temos vários regulamentos que foram feitos – e aí eu falo também do esforço do Ministério da Agricultura no sentido de regulamentar todos esses outros produtos de baixa periculosidade, de também buscar um sistema de registro mais facilitado para esses produtos, de todo o esforço vem sendo feito nesse sentido.

Eu quero também pontuar a importância da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que foi criada em 2012 e, na sequência, vieram os dois planos nacionais de agroecologia e produção orgânica. Eu acho que a importância dessa política foi principalmente fazer essa articulação entre tudo o que vinha sendo desenvolvido nessa visão de tentar fazer sistemas de agricultura ecologicamente mais sustentáveis. Então, houve também toda uma busca de interação de diferentes setores do próprio Governo, porque, às vezes, há aquelas políticas conflitantes: o Ministério da Agricultura tem uma política, o Ministério do Meio Ambiente tem outra que, às vezes, conflita. Colocar todos esses ministérios para trabalhar em conjunto nesse sentido foi importante. E também houve a participação da sociedade civil, que foi fundamental em todo esse processo.

Dentro dessa política nacional, no primeiro plano, houve a elaboração da proposta do Pronara, que era a proposta de fazer um programa nacional de redução de uso de agrotóxicos. Esse programa foi elaborado pelo GT, e a ideia era que ele iniciasse em 2016. Só que, em 2016, houve um impasse: o Ministério da Agricultura não aceitou assinar esse programa, porque havia alguns pontos polêmicos, principalmente com relação a essa questão de redução de uso de agrotóxicos, principalmente essa questão da redução fiscal, de não se utilizar determinado tipo de agrotóxicos, havia também a preocupação de isso atrapalhar o crescimento da agricultura, atrapalhar a questão econômica, e o Brasil também depende muito da exportação. Diante dessa falta de consenso... Esse Pronara foi encaminhado por um projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei para a Câmara dos Deputados, já foi aprovado na Comissão Especial, mas ainda não foi aprovado no Plenário; está, no momento, esperando a aprovação do Plenário.

E o que acontece? Todo esse trabalho, ao longo de cada Planapo, foi um trabalho também importante, houve muito esforço em vários sentidos para se conseguir construir uma maneira de se ter esses temas agrícolas, principalmente para incentivar a produção orgânica. E uma coisa importante do Planapo II, que foi muito impactado pelas mudanças de Governo, pelo fim do MDA naquele momento, é que ainda conseguiu... Havia previsão de duas metas nesse Planapo II, que era a criação de um Programa Nacional de Bioinsumos, esse grupo de trabalho foi implementado ainda no final do Planapo em 2019, e, em 2020, esse Programa Nacional de Bioinsumos foi lançado. Então, foi um avanço importante nesse sentido.

Aqui é só para falar um pouco dos avanços desse processo. A gente vê aqui – o colega trouxe dados mais atualizados, essas nossas pesquisas foram até 2018 – o aumento do registro de produtos de baixa toxicidade. Isso também é resultado desse esforço para se conseguir facilitar o registro desses produtos, mas, quando a gente compara com o registro de outros tipos de produtos, perigosos e de alta periculosidade, a gente vê que, na verdade, esses produtos de baixa toxicidade ainda são muitos poucos.

Então, só para finalizar aqui, eu enfatizo que a gente precisa avançar numa agenda positiva nesse sentido. É preciso buscar consensos, buscar uma agenda "ganha-ganha", porque, na verdade, a gente tem que se conscientizar de que a sustentabilidade é o melhor, e eu digo até o único caminho para a gente permitir o desenvolvimento do setor agropecuário como um todo, tanto incluindo o agronegócio, a exportação – porque cada vez os mercados estão mais exigentes e, se não houver uma mudança nesse sentido, a gente vai perder mercado –, como também para a pequena agricultura, de média e pequena escala, a agricultura familiar, porque é justamente a que atende o nosso mercado interno. E essa questão da segurança alimentar e nutricional, que já foi falada aqui, é muito importante.

Então, é preciso ter uma visão estratégica nesse sentido, é preciso ter vontade e ação política para poder se pensar no futuro, porque é preciso que a gente avance nessa área da sustentabilidade. Precisamos ver maneiras de reduzir esses incentivos perversos, é preciso diminuir essa questão da isenção fiscal, estimulando a competitividade, e que se possa ter produtos alternativos que sejam viáveis de serem utilizados para que os produtores possam seguir esses outros caminhos; isso precisa ser incentivado. Por isso a importância do investimento no programa de bioinsumos, que é uma questão estratégica, tem que se criar, porque é uma dinâmica diferente da dos grandes pacotes tecnológicos, pois tem que ser construída em cada região, tem que ser construída uma estratégia de produção de vespinhas, por exemplo, tem que haver uma fábrica em cada região. Para você poder liberar determinados tipos de produtos, eles têm que ser feitos localmente, e isso tudo exige uma infraestrutura para se desenvolver esse tipo de tecnologias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É necessário também investimento em Ater, porque se se deixar a Ater por conta das grandes empresas multinacionais acontece como a gente vê, pelo Censo Agropecuário de hoje, que está ligada a assistência técnica ao maior uso de agrotóxicos. Por quê? Porque é uma assistência técnica que vai justamente incentivar o uso daqueles produtos. E também investimento nas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, que são fundamentais para a gente pensar na nossa segurança alimentar nutricional e atendimento ao mercado interno.

São alguns pontos que eu coloquei aqui e de que posso, se tiverem algumas dúvidas ou alguma coisa, falar mais posteriormente.

Eu agradeço a atenção de todos.

Está aí o meu *e-mail.* Temos alguns estudos a respeito dessas políticas. Se houver interesse, podemos encaminhar.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sra. Regina Sambuichi, pela sua exposição.

Eu passo a palavra agora para a Sra. Silvia do Amaral Rigon.

V. Sa. também tem 15 minutos para a sua exposição. Vai compartilhar a tela?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não. O.k.

Então, V. Sa. está com a palavra.

A SRA. SILVIA DO AMARAL RIGON (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todas e a todos!

Gostaria de agradecer, em nome do nosso FBSSAN (Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), o espaço para participar desta audiência. Quero cumprimentar o Senador Jaques Wagner, o Senador Fabiano, as demais autoridades presentes, as convidadas que estão participando do debate, os convidados também e as pessoas que estão assistindo pela internet este debate, que é importantíssimo.

Gostaria de começar a partir de onde eu falo justamente da abordagem que nós iremos trazer enquanto fórum, que é uma abordagem que vai tentar trazer uma perspectiva mais sistêmica para os debates que envolvem a questão do uso dos agrotóxicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a gente entender justamente a relação que existe entre os agrotóxicos e a produção de comida e as consequências que esse processo tem para a saúde humana, para a saúde animal e para a própria saúde do nosso Planeta, nós temos que retornar um pouco na história, no cenário mundial do pós-guerra, no contexto da guerra fria, no momento em que o mundo discutia as causas da pobreza, buscando explicações para esse processo. Aí vamos ver justamente os países do hemisfério norte, principalmente Estados Unidos, defendendo uma ideia de que a pobreza existente deveria ser atribuída à falta de alimentos suficientes para uma nutrição adequada por parte das populações mais pobres, e a proposta para o enfrentamento desse problema seria aumentar a produção de alimentos, porque isso contribuiria para a nutrição, para o aumento da produtividade, para o crescimento econômico e, consequentemente, para uma redução desse quadro de pobreza.

A proposta que foi apresentada nesse período, então, será um pacote tecnológico denominado de "revolução verde", que justamente irá propor o aumento dessa produção a partir do uso de sementes híbridas selecionadas, adubos químicos, uso de agrotóxicos – naquela época chamados de pesticidas – e também a utilização da mecanização, que é aquilo que a gente chama de modernização ou industrialização da agricultura. E essa mesma perspectiva que foi trazida para a produção vegetal foi utilizada também para a criação animal no sentido de trazer uma perspectiva industrial, o manejo em grande escala, com uma interferência bastante importante no comportamento das espécies, no bem-estar animal.

Esse processo irá acontecer nesse período pós-guerra, iniciar nesse período. E as primeiras denúncias sobre os desdobramentos, os impactos que esse processo terá para o ambiente e para a saúde das populações virá com a bióloga e escritora Rachel Carson, que irá lançar, em 1962, o famoso livro *Primavera Silenciosa*, no qual ela irá denunciar os impactos do DDT sobre os sistemas da vida. Nos 16 anos seguintes, a Rachel Carson vai se dedicar, de forma incansável, a denunciar o perigo do uso de tais pesticidas. E acho interessante aqui a gente considerar uma fala dela, porque ela vai dizer justamente que DDT, de fato, se torna uma substância extremamente perigosa. E coloca assim: "Pode alguém imaginar que seja possível instituir semelhante barragem de venenos sobre a superfície da Terra, sem torná-la inadequada para a vida toda? Tais substâncias não deveriam ser denominadas de 'inseticidas' e, sim, de biocidas". E ela vai escrever no seu livro: "Os efeitos no homem, onde já são conhecidos, demonstraram ser destruidores. Para além desses, encontra-se perspectiva ainda mais avassaladora dos danos que só podem ser detectados no fim de longos anos, e dos possíveis efeitos genéticos que não podem ser [somente o serão] conhecidos durante gerações".

Em 1972, finalmente o DDT será banido. E o livro *Primavera Silenciosa* será considerado, em 1992, uma das obras mais importantes no País e também em termos internacionais dos últimos 50 anos, porque, com o banimento, irá se desenvolver nos Estados Unidos uma revolução ecológica e de reflexão sobre as práticas de produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse trabalho que a Rachel Carson efetivou será corroborado e complementado pelo trabalho do pesquisador francês Francis Chaboussou, que, a partir do seu doutorado, na década de 1970, irá elaborar a chamada teoria da trofobiose. Eu até tenho aqui uma das edições, não sei se vocês conseguem ver. Essa obra está publicada e é mundialmente consultada, porque justamente o Francis Chaboussou vai identificar que o uso intensivo do solo, que justamente é propósito dentro desse grande pacote, com as monoculturas, sem o devido manejo e adubação orgânica, vai levando a uma perda da fertilidade do solo, e isso, de uma certa forma, induz o uso de fertilizante químico solúvel, o que, por sua vez, faz com que a planta tenha uma modificação no seu metabolismo, fazendo com que as suas proteínas sofram um processo de proteólise, liberando aminoácidos essenciais e açúcares que vão ficar numa suspensão ao redor da planta, atraindo insetos e outros organismos vivos que virão se alimentar dessa planta. Consequentemente, com isso, com o aumento da vinda de insetos para atacar essas plantas, serão aplicados mais venenos; e esses venenos irão, tanto na superfície foliar quanto também nas raízes, fazer com que haja uma destruição na microvida do solo, o que também vai afetar o próprio processo da fertilidade desse solo e da nutrição das plantas que estão aí, demandando novamente mais fertilizantes químicos, porque há uma perda dessa fertilidade e, consequentemente, nesse círculo vicioso, uma maior atração para os insetos. Esse processo também vai levar a uma supernutrição desses insetos, que vão intensificar os seus ciclos reprodutivos, a sua longevidade, o que faz com que haja maior ataque à integridade das plantas. Por isso que o Chaboussou vai chamar de – um dos seus títulos – *Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos*, porque vai denominar esse processo de iatrogênese, como se o médico fosse justamente causar a doença a partir das suas práticas.

Uma outra coisa muito importante para a gente entender o impacto dos fertilizantes químicos foi trazida por um grupo de pesquisadores – Chalk, um pesquisador alemão, com a equipe do Hubert, um outro pesquisador, francês –, na década de 1970, sobre as consequências verificadas sobre o uso desses fertilizantes químicos na redução de matéria seca, que é a base dos organismos vegetais, fazendo com que haja o quê? Uma redução de vitaminas minerais. Em muitas situações, com a utilização do NPK – nitrogênio, fósforo e potássio, que são as bases dos fertilizantes solúveis –, haverá uma redução também dos aminoácidos essenciais, empobrecendo esse alimento e alterando a sua qualidade nutricional. E também, em todos esses estudos e em estudos mais atuais, há relacionamento desses processos com alteração das características sensoriais dos alimentos vegetais, como cor, sabor, odor, durabilidade, demonstrando uma degeneração na sua qualidade e o aumento de substâncias indesejáveis como nitritos e nitratos, que se transformarão no interior do nosso corpo nas perigosas nitrosaminas, que são compostos carcinogênicos.

Então, o que a gente vai perceber é que a produção de fertilizantes artificiais é extremamente danosa e extremamente intensiva no uso de energia, estando vinculada aos preços do gás e do petróleo.

Se a gente for ver a produção mundial no período de 2015 a 2020, segundo estimativas da FAO, nós vamos passar de 246 milhões para 273 milhões de toneladas, e a perspectiva é de que a África, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países africanos se tornem os maiores consumidores desses produtos, seguidos da América Latina, Sudeste Asiático e Leste Europeu.

Na sequência desses trabalhos todos, nós teremos, no final da década de 1990, a publicação do livro *O Futuro Roubado*, em 1998, por três autores, Colborn, Dumanoski e Myers, que justamente irão demonstrar – eles são biólogos e trabalham na área da zoologia – que, com a síntese de substâncias químicas nos últimos 50 anos, houve uma interferência dessas substâncias químicas nos sistemas da vida, sobretudo nos processos hormonais, vinculados aos animais e aos seres humanos, porque os organismos humanos não dispõem de mecanismos de detoxificação dessas substâncias, que de certa forma vão se acumulando nos tecidos gordurosos, fazendo uma forma de bioacumulação e de biomagnificação, de forma que os animais que estão no topo da cadeia vão ter uma concentração muito mais elevada de substâncias químicas do que os animais, os organismos vivos que estão no começo da cadeia. Prova disso é a questão justamente do DDT encontrado no leite materno, conforme já foi comentado.

E esses pesquisadores vão encontrar, através de pesquisas científicas, problemas de infertilidade e deformações genitais, cânceres desencadeados por hormônios, como câncer de mama e de próstata, desordens neurológicas, sobretudo em crianças, como hiperatividade e déficit de atenção, além dos problemas de desenvolvimento e problemas de reprodução em animais silvestres. Isso vai acontecer porque ocorre um mecanismo de disrupção endócrina, seja por essas substâncias serem mimetizadores hormonais – ou seja, elas irão de uma certa forma ter uma ação similar à do estrogênio, e nós sabemos da relação do estrogênio com câncer –, seja por essas substâncias serem consideradas bloqueadores hormonais no sentido de serem agentes químicos antiandrógenos, e com isso ocorre a interferência nos processos de fertilidade e o aumento dos cânceres.

Eu acho que temos vários episódios na história da humanidade que mostram que, além dos problemas de contaminação aguda e contaminação crônica, os desastres ambientais mostram o risco que é a existência e o desenvolvimento dessas substâncias, como ocorreu no desastre de Bhopal, em 1984, em que houve mais de 500 pessoas expostas a uma substância tóxica perigosa utilizada como agroquímico e que resultou na morte de pelo menos 4 mil pessoas. E aí vem a pergunta: se essas substâncias são tão perigosas, por que ainda se insiste na sua utilização? E vai haver aí muitas justificativas para isso, mas o que a gente percebe é que isso nada mais é do que a questão de que a revolução verde foi de fato um pacote tecnológico, mas, sobretudo, um pacote comercial, ou seja, o que existe é um grande interesse realmente em que os países, sobretudo do hemisfério sul, absorvam esse pacote porque ele é extremamente rentável.

Só para a gente ter uma ideia, em 2015, a venda de sementes atrelada ao uso de agrotóxicos girou em torno de US$85 bilhões, e há previsões de que esse montante chegue, em 2025, a 120 bilhões – e sempre lembrando que, das sete maiores produtoras de semente do mundo, cinco são originárias da indústria química, mostrando essa conexão justamente entre as sementes e o uso de agrotóxicos. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece porque, dentro desse pacote, a ideia é justamente aumentar a produtividade e estimular, gerar uma dependência do uso de determinados agroquímicos. E a partir da introdução das sementes transgênicas, nós vamos observar que esse processo se complicou cada vez mais. A promessa era de reduzir o uso de agrotóxicos, mas os estudos de séries históricas, inclusive nos Estados Unidos, vão mostrar que foi exatamente o contrário: com a introdução das sementes transgênicas, o consumo de agrotóxicos, principalmente do glifosato, aumentou.

E sempre é bom lembrar que essas sementes, as sementes transgênicas que são utilizadas, de uma certa forma trazem todo um risco. Já existem estudos mostrando que o consumo de sementes de alimentos transgênicos na ração animal levou... Em 2005, um relatório feito pela própria Monsanto e que foi encaminhado para a imprensa por uma gerência mostrou o problema de redução de órgãos vitais nessas cobaias alimentadas por transgênicos, problemas dermatológicos e também câncer e outros problemas de fertilidade.

E há essa apropriação indevida das nossas sementes crioulas, sementes nativas, por estas mesmas grandes corporações, porque o objetivo de tudo isso é fazer a privatização dessas sementes, o que, de uma certa forma, traz um grande risco para nós porque passa a haver, com esse processo, uma ditadura, digamos assim, do que será possível comer e do que poderá...

Por esse processo acho que já está sendo possível perceber que a revolução verde influenciou a estrutura do sistema agroalimentar mundial, gerando um processo que hoje é considerado insustentável, por conta do pacote da produção vinculado às grandes indústrias de transformação desses alimentos e também aos alimentos ultraprocessados, que hoje estão cada vez mais sendo consumidos, e todo o gasto energético, todo o consumo de combustíveis fósseis que está aí na origem desses produtos, a degradação do ambiente, o desflorestamento e também toda a produção animal, principalmente de gado e aves em grande escala, que, além de atentar contra o comportamento geral natural da espécie, está vinculada ao consumo de energia, água e emissão de gases, que contribuirão para o efeito estufa e o aquecimento global.

Por isso hoje essa condição do nosso sistema agroalimentar está intrinsecamente ligada à chamada sindemia global, um processo que foi discutido a partir de 2019 e publicado na *The Lancet,* que fala de uma má nutrição pelo convívio da pandemia vinculada à magreza, a pandemia vinculada ao sobrepeso e obesidade e a pandemia dos problemas de saúde vinculados ao aquecimento global, responsáveis por mais de 19% das doenças registradas. E isso por quê? Porque justamente os sistemas alimentares de hoje geram de 25% a 30% das emissões de gases de efeito estufa. Então há necessidade da reformulação desse sistema...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sra. Silvia, só para lhe pedir para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SILVIA DO AMARAL RIGON – O.k., Senador, já estou concluindo.

Então, é urgente a reformulação desses sistemas de alimentação, de agropecuária e transporte. A proposta hoje seria a construção de sistemas sustentáveis e saudáveis baseados no trabalho da agricultura familiar, que é quem realmente produz comida de verdade, e nos princípios da agroecologia, da própria agricultura orgânica, fortalecendo o trabalho da agricultura familiar, que é quem hoje produz mais de 70% dos alimentos que nós consumimos.

Obrigada. Desculpe ultrapassar o tempo. Depois, nas discussões, a gente pode voltar a alguns assuntos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sem problema. Eu lhe agradeço sua contribuição.

Antes de passar a palavra ao nosso querido Senador Fabiano Contarato, que é o autor do requerimento, eu quero só fazer a leitura, agradecendo a participação, de perguntas e comentários que vieram pela nossa internet.

Élvis Luiz, de São Paulo: "De qual forma o Brasil regula o uso de agrotóxicos em suas plantações, a fim de maior qualidade para serem consumidos?".

Gabriela Luiza, de Goiás: "Qual a melhor forma de incentivar a utilização de agrotóxicos legais ou defensivos naturais?".

Patrícia Benther, do Rio de Janeiro: "Por que o Brasil, tendo como uma de suas bases econômicas o agronegócio, não investe mais em métodos sustentáveis de produção?".

Roberto Costa, da Bahia: "Quais são os agrotóxicos mais perigosos utilizados no Brasil? Quais seriam as alternativas sem prejuízos para o abastecimento e economia?".

José de Sousa, do Ceará: "Por que as boas práticas de combate às pragas, de forma orgânica e com preservação da natureza, não são apoiadas de forma mais efetiva pelos bons produtores?".

Anísio Leite, do Mato Grosso: "Existe legislação no Brasil que regula o uso de agrotóxicos [...]? Se existe, é cumprida na íntegra? Se não [é cumprida], por quê?".

Leonardo Toledo, de São Paulo: "É possível ligar a utilização de agrotóxicos a quais doenças?".

Lucélia Correa, do Rio de Janeiro: "Existem alternativas ao uso de agrotóxicos?".

Juliana Backes, do Rio Grande do Sul: "Quais serão as alternativas para a geração de economia e rentabilidade com o impasse da não utilização dos [...] [agrotóxicos]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fábia, da Paraíba: "Existem pessoas autorizadas por órgãos competentes para a fiscalização do uso dos agrotóxicos nas várias regiões do nosso País? [...]".

E aqui alguns comentários.

João Alberto, do Rio Grande do Sul: "A agricultura feita de forma inteligente, usando simples conhecimentos da biologia das espécies daninhas e de seus predadores, resolve!!!".

Laura Lopes, do Paraná: "Chega de agrotóxicos nos pratos dos brasileiros".

Sílvia Scholant, do Rio Grande do Sul: "O uso de agrotóxicos de uso proibido em outros países faz do Brasil um país desumano e o transforma em pária junto às demais nações".

Alpha Trix, de Goiás: "Produções autossustentáveis economizam gastos e garantem a saúde dos trabalhadores, evitando insalubridade, problemas ambientais e anomalias".

Alícia Barros, do Distrito Federal: "Interessante a discussão, me pergunto se as pessoas entendem os prejuízos que o uso de agrotóxicos irá dar futuramente na área da saúde...".

Gesse Barreto, da Bahia: "Hoje temos no agronegócio uma mola para propulsão da economia, mas sem controle de agrotóxicos não vale nada".

Demétrio Luís, do Rio Grande do Sul: "Não faz sentido permitir no Brasil agrotóxicos que vêm sendo progressivamente proibidos em outros países".

Senador Contarato, antes de passar a V. Exa., eu vou deixar também uma pergunta para a fase final de participação. É óbvio que os palestrantes não são obrigados a responder a essas perguntas, nós depois buscaremos a resposta para enviar. Eu faço questão de fazer a leitura para mostrar o interesse que desperta o tema.

A minha pergunta é: nos estudos estão consideradas as sobreposições desses produtos, dado que sabemos que não se utiliza apenas uma variedade, bem como o efeito cumulativo dessas substâncias no organismo? Porque às vezes a análise feita de um só pode nos dar uma resposta, mesmo que científica, e a sobreposição seguramente pode agravar esse processo. Por isso eu deixo essa pergunta.

Passo agora a palavra ao autor do requerimento, Senador Fabiano Contarato.

V. Exa. com a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade e parabenizar V. Exa. por presidir esta audiência pública sobre um tema que eu reputo de extrema importância, tendo em vista que este ataque sistematizado ao meio ambiente tem encontrado terreno fértil em vários segmentos. Na área do agrotóxico isso é muito claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já falei e volto a repetir: essa utilização, essa aplicação desses agrotóxicos por aeronave, por exemplo, agrotóxicos como a atrazina, o acefato, o herbicida da agro brasileira, que é 300 vezes mais prejudicial, são agrotóxicos que estão sendo retirados e são proibidos no Reino Unido e na União Europeia.

Então eu quero agradecer e quero fazer uma fala aqui simples: nos últimos cinco anos, o consumo de agrotóxicos no Brasil cresceu 25%. É um dos mercados que mais cresce no mundo, porém não há relação entre o aumento do consumo desses produtos e o aumento da produtividade nas lavouras, ou seja, quilograma ou tonelada de produção por unidade diária. Já são cerca de 2,3 mil produtos registrados – 2,3 mil! Usamos 500 mil toneladas de agrotóxicos por ano, ao custo de 35 milhões, sendo 35% desse uso em plantações de milho e soja.

No Brasil, a aplicação de agrotóxicos por avião é liberada. A pergunta é: você ficaria próximo ao local onde está ocorrendo uma pulverização em área por agrotóxico? Estou falando porque isso eu presenciei nas comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul. Elas são atacadas com febre, vômito, dor de cabeça e diarreia. Isso ninguém me contou, Presidente; eu vi. Pois é, muitas pessoas, incluindo diversos povos indígenas, não têm escolha.

Dentre os dez agrotóxicos mais utilizados no Brasil, três são proibidos na União Europeia, um deles à base de acefato, que foi proibido em 2003 porque é extremamente neurotóxico. Em 2013, a Anvisa reavaliou esse produto, e o resultado foi conferido em nota técnica, atestando sua neurotoxicidade. Apesar disso, o uso do acefato continua sendo permitido no Brasil.

Sr. Presidente, agora, neste momento, devemos passar para... Transmito ao senhor... Só quero agradecer a oportunidade, agradecer aos convidados e colocar, humildemente, como membro desta Comissão – tenho certeza de que é o comportamento de V. Exa. –, que a Comissão de Meio Ambiente está aberta à comunidade científica, à comunidade acadêmica, às ONGs, à sociedade civil e, obviamente, ao próprio poder público, que tem este dever, esta obrigação de implementar medidas para mitigar os danos resultantes da má utilização do agrotóxico.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato, pela sua intervenção.

Agora, conforme combinado, eu vou devolver a palavra aos palestrantes em ordem inversa da que houve na primeira parte, pedindo que se limitem a cinco minutos para os comentários finais.

Cedo a palavra à Sra. Silvia do Amaral Rigon para suas considerações finais e eventual resposta a alguma pergunta.

A SRA. SILVIA DO AMARAL RIGON (Para expor. *Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, voltando aqui, infelizmente não foi possível a gente discutir as questões referentes ao Brasil porque o assunto é bastante longo. Então só quero reforçar realmente... Eu acho que o Senador Fabiano trouxe questões importantíssimas. A questão do uso dos agrotóxicos se intensificou no Brasil substancialmente a partir do início dos anos 1990, tornando o nosso País o segundo, depois o terceiro e hoje o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Essa utilização é concentrada em lavouras especialmente de soja, milho e cana-de-açúcar, principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Sul e no Estado de São Paulo, e praticamente cinco dos maiores produtores respondem por mais de 50% do total dos agrotóxicos consumidos no Brasil. Entre 2007 e 2013, o uso de agrotóxicos dobrou, enquanto a área cultivada cresceu apenas 20%, que é exatamente a informação que ele trouxe, e isso se deu com o aumento dos casos de contaminação, as contaminações crônicas e as contaminações agudas, e de situações que nós já comentamos, além do caso de suicídios.

Por exemplo, a cultura do fumo hoje, no Brasil, está vinculada à associação de dívidas, a intoxicações, problemas neurológicos, depressão e suicídios. No meu Estado, que é o Paraná, nós tivemos já muitas citações notificadas no Sistema Único de Saúde por mortes por enforcamento, situações de suicídio em função da vinculação a agrotóxicos utilizados nas culturas do fumo. E, dos Estados que hoje mais utilizam essas substâncias, nós temos Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo e meu Estado, o Estado do Paraná, que respondem por mais de 58% desse consumo.

O que eu queria comentar é que eu fui buscar inclusive a atualização dos dados do PARA justamente para poder trazer aqui, a este debate na audiência. A minha preocupação ou até o meu espanto foi justamente com essas últimas modificações que ocorreram na forma de desenvolvimento do PARA, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos, que sempre foi bastante respeitado tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Houve, então, uma modificação na metodologia do trabalho do PARA. E, no nosso Estado, o Estado do Paraná, houve toda uma preocupação com essa mudança, porque o Paraná foi um dos Estados que, desde o início do programa, participou diretamente desse processo. Dessa forma, a partir de 2016, em função de não concordar com a atual metodologia e de se preocupar realmente com os desdobramentos desse processo, o Estado do Paraná não participa mais do PARA nacional e instituiu o PARA no Estado do Paraná. E já há informações muito interessantes do relatório de 2018 e 2019, que deveriam ser compartilhadas. Então, fica aqui a sugestão para que as equipes da Sesa e do PARA Paraná sejam convidadas para as próximas sessões que irão compor a audiência, porque eu sei que ela irá continuar, para que possam ser explicados os fatores de discordância e para que sejam trazidas essas informações.

Por fim, eu gostaria também de sugerir aqui nomes de redes que eu considero que são importantíssimas para virem participar: a Campanha Permanente contra Agrotóxicos e pela Vida, que lançou o novo *Dossiê contra o Pacote do Veneno e em Defesa da Vida*; a Abrasco; a Associação Brasileira de Agroecologia. Também acho importantíssimo serem convidados para participar a Fundação Oswaldo Cruz; o Luiz Cláudio Meirelles; a Articulação Nacional de Agroecologia; o Ministério Público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Trabalho, que, em parceria com o Ministério Público Federal, articula o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos.

Também seria importantíssima a ABA (Associação Brasileira de Agroecologia); o Instituto Nacional de Câncer; o Conselho Federal de Nutricionistas, porque tem um trabalho também em relação a isso; a equipe do PARA Paraná anterior, que participou do PARA nacional – temos alguns nomes como Alfredo Benatto e Eliana Scucato –; o grupo Tramas; o Greenpeace do Brasil; a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, como importantes participantes.

Eu gostaria, finalmente, de comentar que, infelizmente, o Brasil retroagiu muito nas suas políticas de soberania e segurança alimentar e nutricional. Nós tivemos a extinção do nosso Conselho Nacional de Segurança Alimentar em 2019. O Consea faz muita falta porque debate todas essas questões como órgão do nosso Sistema Nacional de Segurança Alimentar. E, agora, justamente pelo fato de o Consea ter sido extinto, nós não pudemos realizar a nossa 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Então, a sociedade civil mobilizada se articulou e está para realizar, ainda neste ano, uma conferência popular autônoma pela soberania e segurança alimentar no Brasil e realizou, no primeiro semestre de 2021, seus encontros regionais. Em todos os encontros, a questão dos agrotóxicos aparece como algo de grande preocupação, por conta de tudo que já foi comentado aqui. E os encontros regionais trouxeram também a preocupação com a questão de o Brasil entrar novamente no Mapa da Fome, e muito disso tem a ver com esse grande sistema sobre o qual nós estamos falando aqui, esse sistema alimentar no qual o Brasil está inserido.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Para concluir...

A SRA. SILVIA DO AMARAL RIGON – Também os encontros trouxeram a conversa da retomada das políticas públicas, a Pnapo e a própria Pnara, o fomento à agricultura familiar, a agroecologia e a produção orgânica como caminhos possíveis e importantíssimos de serem trilhados.

Seria isso.

Obrigada. Desculpe novamente por passar do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Por nada! Obrigada, Dra. Silvia do Amaral Rigon.

Eu passo a palavra agora a Sra. Regina Sambuichi. (*Pausa.*)

Abra seu som.

A SRA. REGINA SAMBUICHI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não está abrindo. Ah, abriu agora! Ele não estava permitindo abrir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero me concentrar, principalmente, na pergunta sobre o que podemos fazer. Eu penso que existem caminhos, e essas decisões precisam ser tomadas logo. Eu acho que uma grande questão que está relacionada a esta situação dos agrotóxicos é que o Brasil depende muito da produção agrícola na sua economia, e qualquer solução que possa ameaçar isso realmente vai ser difícil seguir em frente. Então, o que nós precisamos é trazer alternativas, e essas alternativas existem. Existe já tecnologia para se desenvolver outro sistema para continuar a produção inclusive com mais sustentabilidade e com mais aceitação até dos mercados internacionais.

Então, o que é preciso fazer? Investir justamente nas alternativas. É preciso investir no Programa de Bioinsumos, é preciso investir em alternativas que o produtor possa escolher. Eu penso que, se o produtor puder escolher, não tendo prejuízo, ele vai escolher uma condição mais sustentável, porque isso é melhor para todos. Então, o que é preciso... As grandes empresas internacionais são as únicas que ganham com isso e não têm interesse em investir nisso. Quem tem que investir nisso é a política pública. Tem que existir uma vontade de governo para trabalhar nesse sentido. Se nós tivermos uma maneira de incentivar que haja competitividade, que seja possível desenvolver alternativas tecnológicas mais sustentáveis, isso é possível. Mas, para isso ser possível, é preciso que haja uma condição econômica para isso, e, para haver condição econômica, tem que haver apoio de política pública, senão isso não vai acontecer, se for de outra maneira.

Então, é preciso que haja vontade política neste sentido de investir, porque o agronegócio... Na verdade, às vezes, as pessoas acham que ele não quer perder com isso, mas ele vai perder se continuar desse jeito. Por quê? Com essa maneira que se está fazendo hoje na agricultura, tende a, cada vez mais, haver venenos piores, porque as pragas vão se tornando mais resistentes, e, cada vez mais, tem que se usar mais produtos químicos, causando mais problemas para o meio ambiente.

É preciso se conscientizar que a sustentabilidade é o único caminho para se desenvolver nesse sentido. Então, se continuar dessa maneira, é um tiro no pé do próprio agronegócio brasileiro e da própria população brasileira, quando você pensa na sustentabilidade e na segurança alimentar e nutricional. Então, esse é um ponto muito importante a ser visto e decidido.

Eu peço aos legisladores, aos tomadores de decisão de política pública: é preciso investir e também pensar nesses incentivos perversos e começar a mudar isso, para haver distinção entre os agrotóxicos, para haver um incentivo maior aos que gerem menos impacto no ambiente. Então, tiram-se os incentivos daqueles que têm mais impacto, e se dá mais incentivo àqueles que têm menos impacto, e, assim, você consegue fazer com que esses que dão menos impacto possam estar mais disponíveis.

Também é preciso investir em assistência técnica e em transferência de tecnologia. A palavra transferência de tecnologia nem é adequada mais hoje em dia, quando a gente não pensa em pacotes tecnológicos. A gente tem que pensar na disseminação dessas tecnologias. É preciso que elas surjam e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possam ser criadas, cada vez mais, para cada região, com soluções para cada ambiente. E isso existe. Pode ser assim em política pública. Isso pode ser incentivado, isso pode ser fomentado.

É muito importante também o fato de que a agricultura familiar precisa de apoio. A assistência técnica não pode ser deixada por conta das grandes empresas transnacionais porque isso não vai desenvolver um tipo de produção mais sustentável. Então, nesse sentido, é preciso realmente de assistência técnica pública, é preciso também de políticas de apoio ao desenvolvimento rural, para que todo esse sistema possa mudar. Se isso for deixado por conta dos agentes que hoje comandam, não vai mudar, porque alguém está ganhando muito dinheiro com isso, e, com certeza, não é o Brasil nem a população brasileira.

Então, quem é responsável por ter as melhores soluções para o Brasil e para população brasileira tem que ter uma visão estratégica e tomar as melhores decisões, pensando nisto: no melhor para todos, que é o melhor para a economia, o melhor para a saúde, o melhor para o meio ambiente e para todos, porque esse é o objetivo das nossas políticas públicas.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu é que agradeço, mais uma vez, a sua participação, contribuindo com o debate do Senado.

Eu passo a palavra agora a Sra. Eloisa Dutra Caldas.

A SRA. ELOISA DUTRA CALDAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Fico grata novamente pela participação neste debate.

Eu captei alguns comentários feitos pelos palestrantes e também pelo Senador que estava aí presente – não sei se ele já se foi. Eu queria só ressaltar alguns pontos. Não vou repetir minha fala, mas vou só ressaltar alguns pontos que foram colocados pelos palestrantes ou comentários que vieram da população.

Alguém mencionou que os pesticidas não são metabolizados pelo organismo humano. Isso não é verdade, isso não é fato. Os pesticidas são altamente metabolizados pelos mamíferos, inclusive os humanos. Os pesticidas utilizados hoje não são persistentes, não se acumulam no organismo. Nós passamos da era dos organoclorados persistentes, que permaneciam no meio ambiente por muito tempo e se bioacumulavam na cadeia alimentar. Nós estamos falando hoje de substâncias que se metabolizam rapidamente nos organismos dos mamíferos e no meio ambiente e que não se acumulam. Então, esse é um ponto que tem que ficar bem claro, para que essa comunicação não seja passada de maneira equivocada.

Acho que o Senador comentou... Logo após a minha fala, fez um comentário fora do contexto, na minha opinião, sobre a aplicação aérea, sobre como essa aplicação aérea atinge populações indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Definitivamente, a aplicação aérea não deve ser utilizada quando existe o potencial de atingir populações humanas. Isso é indiscutível! Eu, em nenhum momento, falei sobre isso na minha fala. Então, definitivamente, isso não pode acontecer.

Outra coisa também que foi colocada é que o Brasil – novamente é uma fala que é repetida, repetida, repetida, sem ver os dados – é o maior consumidor – a palavra "consumidor" não é a mais correta – de pesticida no mundo. Isso não é verdade. Justificadamente, por causa da grande área, quem é o maior usuário de pesticida no mundo é a China, o que é justificado pela área desse país. O Brasil e os Estados Unidos utilizam em torno de um terço do que a China utiliza, os dois países trocam entre o segundo e o terceiro lugar, o que também é justificado porque são dois países agrícolas.

Então, eu só queria ressaltar esses três pontos que foram falados, para ajustar realmente com o dado real que se tem.

Novamente, a minha mensagem final é que a comunicação para a população com relação a isso deve ser feita de maneira adequada, principalmente para se garantir que a população tenha um consumo adequado e garanta a segurança alimentar de frutas e vegetais, para reduzir a obesidade e as consequências da obesidade, pelo consumo maior de carboidratos e pelo consumo menor de frutas e vegetais, e para prevenir o desenvolvimento de doenças crônicas. Eu tenho certeza de que a professora da Universidade Federal do Paraná, como nutricionista, tem consciência disso e sabe muito bem da importância do consumo de frutas e vegetais para diminuir o desenvolvimento de doenças crônicas, inclusive cânceres e doenças cardiovasculares.

Muito grata!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu é que lhe agradeço, Professora Eloisa Dutra Caldas.

Passo a palavra agora ao Sr. Carlos Alexandre Oliveira Gomes.

Está com V. Sa. a palavra.

O SR. CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.! Muito obrigado.

Então, vamos iniciar aqui a fala.

Eu também fiz algumas anotações, e, primeiramente, seria interessante a gente colocar a questão da aplicação aérea. Existe uma previsão por lei de que ela tem que respeitar a distância de 500m, ou seja, 0,5km, para poder ser utilizada. Caso não seja respeitada essa distância, logicamente haverá que se chamar as autoridades para a tomada de medidas e, inclusive, a própria polícia, porque não se está respeitando uma lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, também nós temos essa questão de agrotóxicos proibidos. Foi feita recentemente uma reavaliação do acefato. Foram feitas algumas restrições nesse tipo de produto. Ele só é considerado agora para aplicação tratorizada. É um produto que, embora não tenha registro na Europa, porque ela tem uma estrutura fundiária completamente diferente da de países como Brasil, Austrália, China etc., que têm esse agrotóxico registrado também, preferencialmente com a utilização por equipamentos para se evitar a exposição... Então, aqui a gente acaba querendo atacar um produto que está sendo direcionado para determinado segmento, de forma que ele não pode ser utilizado para o segmento, por exemplo, da agricultura familiar. Não é permitida a utilização de pulverização costal. Logo, se qualquer tipo de produtor está usando, quem está ilegal é o produtor. Inclusive, não há embalagens pequenas autorizadas desse produto.

Foi muito bem colocada pela fala da professora a questão da quantidade imensa de produtos químicos que existe no mundo, de uma maneira geral. São milhares de produtos químicos no dia a dia da pessoa, desde que ela acorda até que ela vá dormir, a que ela vai ter exposição. E justamente o agrotóxico, pelo fato de ser um produto que exige certa atenção especial, já vem sendo tratado pelo Ministérios da Agricultura e da Saúde, por meio da Anvisa, e pelo Ibama. Agora existem milhares de produtos, botando um olhar crítico, que podem passar por um trabalho inclusive de reavaliação, como foi muito bem demonstrado aqui, porque vem sendo retirada uma série de moléculas nos últimos anos.

É importante também ressaltar a fala da Dra. Eloisa Caldas sobre a questão da importância do consumo de frutas e hortaliças. Como foi aqui colocado, foi aberta a possibilidade de a gente explorar um pouco mais isso. Nós temos dados comprovados pelo Ministério da Saúde: um consumo de 400g por dia pode diminuir 20% dos casos de câncer – nós estamos aqui, inclusive, diminuindo a quantidade de câncer, o que é importante a gente ressaltar –; 31% de casos de doenças do coração; e 11% de casos de derrame. Então, realmente, não podemos fazer uma comunicação errada de programas de monitoramento.

Então, uma modificação na metodologia não do programa, do PARA, e, sim, da comunicação do PARA foi fundamental, pela primeira fala que eu trouxe a este Plenário. O limite máximo de resíduos é uma medida agronômica, e nós precisamos responder se uma alteração, ou seja, um nível a mais ou então a utilização de LMR não presente para aquela cultura podem ser ou não um problema para a saúde da população. Então, nós avançamos, estudamos, fizemos nosso dever de casa e demos uma resposta muito importante para a sociedade, para ela saber se os resíduos de agrotóxicos a que ela está exposta na comida causam ou não problema para a sua saúde. E a resposta pode ser encontrada no relatório do PARA, que nós vimos que precisa melhorar sim.

Na vida nós precisamos melhorar. Qualidade, segurança do alimento é fundamental. E a Anvisa trabalha na legalidade, utilizando esta visão: saúde do consumidor e saúde do trabalhador rural. Precisamos melhorar muita coisa. Existem muitas moléculas que foram registradas no passado que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam ser reavaliadas; nós estamos fazendo isto, mas, como foi comentado aqui, não podemos mudar a coisa da noite para o dia.

Então, basicamente – nem vou usar todo o meu tempo –, acho que essa era a mensagem que eu queria deixar.

Quero agradecer aos senhores e dizer que a política do uso de agrotóxico realmente precisa ser discutida, e é um assunto para todos nós.

Existe a possibilidade, por exemplo, de no futuro estreitarmos a utilização para a agricultura familiar, sendo uma agricultura de base orgânica. Ninguém é contra isso, e o Estado já tem uma série de tecnologias registradas e de produtos de baixa toxicidade. É só o produtor migrar do sistema convencional para o sistema orgânico de produção, ou de base orgânica. Como foi muito bem falado, é necessária toda uma política de Estado para que haja essa migração de maneira gradativa, sem essa ideologia exagerada e a politização de um tema que precisa ser abordado com base na ciência e na legalidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado ao Sr. Carlos Alexandre Oliveira Gomes por sua contribuição nesta fase final.

Passo a palavra para a nossa última palestrante neste momento, que é a Sra. Antônia Ivoneide.

Está com V. Sa. a palavra.

A SRA. ANTÔNIA IVONEIDE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, rapidamente, quero dizer que, a partir do que a gente foi ouvindo e das questões que foram colocadas pelos palestrantes, surgem algumas questões. Uma delas é a fome e a escassez de alimentos.

Eu quero dizer que eu passei fome em 1968, quando eu tinha 3 anos de idade. Eu passei fome nos anos 70, nos anos 80 e nos anos 90. Não sei se vocês aqui sabem o que é passar fome. Eu sei o que é passar fome. Mas não foi o veneno que acabou com a fome. Foi o acesso à terra, a políticas públicas, a crédito, à assistência técnica e a políticas de beneficiamento e de comercialização que fez com que milhares de pessoas tivessem o aumento da sua produção e a diminuição da fome. Para acabar com a fome e para aumentar a produção neste País, é preciso que se faça a reforma agrária, que se tenha acesso e que se tenha política e conhecimento, para que os trabalhadores possam se desenvolver, com o aumento da produção, inclusive de comida.

Outro elemento sobre comida é: nós aqui não somos contra a que se coma verdura, até porque somos nós, os agricultores familiares e camponeses, que produzimos verdura. Quem produz a verdura e a comida que vai para o prato somos nós, os trabalhadores rurais e camponeses. O agronegócio produz soja, milho, *commodities*, e não alimentação direta. Nós somos contra a que essas verduras e essa produção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam banhadas por veneno ou a que sejamos obrigados a usar veneno, inclusive quando vamos ter acesso a crédito e à própria assistência técnica.

Outro elemento é que eu não aceito, como agricultora, como camponesa, ser culpada pelo meu próprio adoecimento. É muito fácil culpar o sujeito quando acontecem essas políticas, principalmente quando se está em um escritório ou em um gabinete com ar-condicionado, porque não é você que está exposto, inclusive obrigado pelas grandes empresas a misturar e a usar coquetéis de vários venenos. Quando a gente pesquisa um produto, é uma coisa, mas quando se pesquisa... Não se pesquisa, não se analisa quando se juntam três ou quatro produtos, como é o caso dos coquetéis. São obrigados os trabalhadores a usar isso, e têm acontecido mortes e um adoecimento muito grande por causa disso. Eu não sou médica, mas posso dizer que o veneno causa doença, sim, porque a cirrose e outras doenças que afetam o fígado... Inclusive, quem está usando e monitorando isso vê adoecimento, sim, por conta do uso do veneno. É preciso que se pesquise sobre isso.

Há outra coisa, um dado do Censo de 2017 que comprovou que os agricultores que têm menos terra, ou seja, até dez hectares, usam menos de 50% de veneno; já os que possuem acima de 500 hectares usam mais de 90% de veneno. Portanto, não somos nós, os agricultores, os principais responsáveis pelo uso de veneno neste País.

Outra questão é que nós, camponeses, somos grandes defensores da pesquisa, mas uma pesquisa que tenha autonomia e que tenha, principalmente, financiamento público, para que tenha autonomia. Nós somos contra pesquisas pagas por empresas para defenderem seus próprios méritos, que, inclusive, aqui dizem que não há resíduos em alimentos que são banhados de seis a oito, desde a flor até dois dias antes da colheita. Dizem que não há resíduo de agrotóxico. Então, eu tenho muita dúvida. Eu não sei se vocês que estão aqui acompanhando têm dúvida também, mas eu tenho dúvida em relação a essa pesquisa.

Eu tenho dúvida também sobre poderes... Em vez de a gente estar caminhando para um processo de redução do uso de agrotóxicos, a gente caminha para o aumento, conforme as políticas que estão sendo propostas neste País, como é o processo de liberação pelo MAPA de veneno a cada dia. Quantos venenos já foram liberados desde que essa atual administração assumiu? Então, é um processo que não tem critério razoável. Desculpem-me, mas acho que as agências reguladoras estão a serviço da própria política, e é uma política de negação, inclusive de negar a contaminação e negar o adoecimento por causa dos venenos.

Outra questão que eu quero trazer aqui é que há proposta, sim, de redução do agrotóxico, como é o caso da Lei Assis Carvalho, ou melhor, da Lei Zé Maria do Tomé, lá no Ceará, que proibiu a pulverização aérea. Como a gente sabe, onde os ventos são fortes, não são 400 metros que impedem o veneno de chegar aonde estão as famílias, as escolas ou as lavouras dos produtores que não querem usar veneno. Não é isso, porque, quando se joga veneno dessa distância e quando o vento está forte, ele cai a muitos quilômetros de distância. Portanto, esse é um processo que a gente precisa ir reduzindo, e a Lei Zé

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maria do Tomé, que proibiu em todo o Estado do Ceará a pulverização aérea, não diminuiu a produtividade nem a produção das grandes; inclusive houve aumento.

Portanto, não é sobre isso que a gente está falando, mas de como se propõe uma política de redução dos agrotóxicos. Não estamos aqui nem propondo o fim, mas uma política de redução, e não se aceita que pesquisadores, estudiosos, Parlamentares e outros não proponham essa diminuição.

E também se questiona: por que produtos que não são utilizados na Europa ou em outros países são liberados aqui no Brasil? "Ah, não, é porque o clima é diferente." Mas e a água e a situação não são as mesmas? Então, para mim não há clareza de que existe seriedade quanto às políticas e à questão social, do povo, e de que não se está em busca do lucro, que é o que tem acontecido neste País.

Há ainda outra questão: por que a gente paga imposto sobre a comida e não paga imposto sobre o veneno? Por que não há a redução desse imposto? É preciso que se tenha um processo de redução disso, que se debata política pública sobre esse processo da redução dos agrotóxicos.

Como eu não gastei meu tempo todo no início, Senador, eu queria trazer mais outra questão, que é a seguinte. É preciso que a gente discuta – e nós estamos trabalhando e, inclusive, judicializando – a situação de muitos trabalhadores que estão tendo prejuízo em suas lavouras pela contaminação de venenos que eles não usaram. Há, por exemplo, o caso de Nova Santa Rita, lá no Rio Grande do Sul, e o caso de muitas outras comunidades que estão ali e que produzem agroecológicos, mas que receberam banho de veneno por empresas que estão ali perto. É preciso, então, a gente ver quem paga pelo prejuízo que eu estou levando, quem paga pela água da minha cisterna que foi contaminada porque a poeira do agrotóxico caiu no telhado da minha casa e contaminou a água da cisterna que eu guardei ali, quem paga pela minha vida, pelo processo como um todo que eu estou vivendo. Portanto, não sejamos coniventes e responsáveis pelo adoecimento e pelo envenenamento da população brasileira.

É isso.

Muito obrigada por esta oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Ivoneide, por sua participação, também aqui enriquecendo o nosso debate.

Eu queria fazer alguns comentários antes do encerramento.

Eu trabalhei, na Bahia, em Camaçari, no polo petroquímico de Camaçari e, evidentemente, trabalhei de perto com vários desses produtos, alguns deles até, do ponto de vista do seu processo produtivo, letais, até porque, para chegar ao produto final, muitas vezes você começa usando um produto muito mais violento e vai depurando. Já trabalhei em áreas em que era preciso usar máscara o tempo todo, porque a inalação por 30 segundos de determinado gás poderia significar a perda de uma vida, assim como já trabalhei com benzeno, que sabidamente é altamente cancerígeno. Eu estou falando isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque é evidente que a tecnologia avançou, assim como hoje vários produtos, como, por exemplo, o plástico, que pode ter representado um avanço e um conforto, em tese, para as pessoas hoje... E não sou eu que estou dizendo, mas a ONU, que colocou 2021 a 2030 como a Década dos Oceanos, porque a previsão é que, se continuar nessa mesma marcha que nós estamos hoje, nós teremos mais peso de plástico nos oceanos do que de seres vivos, no caso peixes, crustáceos etc.

Então, é evidente que o exagero... Na verdade, vários aqui já colocaram que os próprios produtores foram modificando o tipo de agrotóxico e mesmo de adubo que usam por reconhecerem, depois da utilização, o que eles efetivamente provocam. Essa é uma afirmação, na minha opinião, inconteste. Não é à toa que países desenvolvidos estimulam cada vez mais, ao preço de você ter um incentivo, o produto orgânico, oriundo da agroecologia. Com o selo de orgânico, efetivamente, ele tem, às vezes, 15%, 20% ou até mais de valorização no mercado. Isso é um fato. Isso significa dizer que, com as informações que as pessoas têm, elas estão cada vez mais optando, na medida em que tenham poder aquisitivo para isso evidentemente, por um produto que é mais caro, mas as pessoas com menor poder aquisitivo dificilmente chegarão lá.

Mas eu não vou falar nem de veneno nem de agrotóxico. Foi a pesquisa, a ciência e a medicina que nos apontaram a intolerância de pessoas à lactose e ao glúten e quanto dano esses produtos produzem internamente. Eu nem estou falando de agrotóxico, estou falando de componentes normais da alimentação. Então, eu acho que qualquer tipo de justificativa do tipo "não precisamos, porque não produz isso, não produz aquilo"... É evidente que a ciência está aí para fazer pesquisas isentas, para provar o que se pode e o que não se pode.

Agora, eu insisto, e não é este Senador que está falando, eu estou constatando... Hoje, por exemplo, eu li matéria em jornal de economia dizendo que o Brasil está perdendo janela de oportunidade, por exemplo, em bioinsumo. Não foi um jornal ideológico nem um jornal de nenhum tipo de tendência, mas foi um jornal cujo nome prefiro não citar porque não quero fazer propaganda, um jornal nosso, nacional, que analisa os movimentos da economia no Brasil e no mundo. Ontem, por exemplo, eu estava na Embaixada da Noruega exatamente discutindo essas questões do bioinsumo. Por enquanto, como diz a própria reportagem, estamos bem atrás daqueles que se adiantaram.

Então, esse movimento é irreversível na busca de termos uma convivência com o planeta menos agressiva. E as pessoas estão entendendo isso por consciência ou pela emergência que nós estamos vivendo. Creio ser difícil que alguém que milite na ciência, na pesquisa, na tecnologia possa fazer a afirmação de que nós não temos aquecimento global. Está aí a queima do Pantanal, está aí a desertificação de áreas, estão aí os acidentes climáticos. Eu não estou dizendo que é a mesma coisa da discussão dos pesticidas, dos agrotóxicos, dos adubos, eu estou dizendo que são partes da agressão que o modo de vida humano no planeta Terra tem produzido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui agradecer a presença de todos, agradecer a presença de cada um que trouxe suas informações, formações e convicções. Evidentemente, todos trouxeram aspectos importantes, e é para isto que a audiência pública é feita: para que haja o salutar confronto de ideias e de argumentos, porque essa é a única forma que eu conheço de superar problemas e de construir democracia, buscando o consenso produtivo.

Eu só queria me associar a uma das palestrantes no sentido de que eu, pessoalmente, considero um absurdo a postura do atual Governo, seja no negacionismo absoluto, seja na eliminação das conferências e conselhos, que, para mim, sempre foram parte importante da democracia, que se exerce pela representatividade, como eu faço aqui, a chamada democracia representativa, e que, na minha opinião, se exerce paralelamente com a democracia participativa ou direta. Para mim, a abertura para a sociedade dessas conferências é fundamental.

Portanto, eu acho que nós estamos perdendo o bonde da história quando suprimimos essas possibilidades, e vou repetir que não sou eu quem está falando isso. Alguém já disse aqui que as pessoas se convencerão pela consciência ou pela emergência, seja a emergência climática, seja a emergência comercial, porque o nosso comércio bilateral neste momento é prejudicado pela postura da atual administração, do atual Governo Federal, que acaba, ao contrário do que imagina, não ajudando mesmo o agronegócio, em relação ao qual eu pessoalmente não tenho nada contra. Aliás, convidamos sempre pessoas do agronegócio para fazer esse debate salutar. A postura negacionista vai fazendo com que as restrições a produtos nossos, nacionais, tragam cada vez maiores dificuldades.

Então, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a participação e a atenção de todos e declaro encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia vinte de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Plínio Valério, Carlos Fávaro e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Jaques Wagner, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 84/2019 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), REQ 49/2021 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), e PLS 208/2018, de autoria Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Dário Berger (PMDB/SC). **Finalidade:** Instruir o PLS 208/2018, que redefine o traçado do Parque de São Joaquim e altera seu nome para "Parque Nacional da Serra Catarinense". **Participantes:** Sr. Erionei Mathias, Presidente da Associação dos Vizinhos do Morro da Igreja - AMI (representante de: Proprietários e Moradores do Interior e Entorno do PARNA de São Joaquim, membro do Conselho Consulti); Sr. Glender Soares Lopes, Coordenador Geral de Consolidação Territorial (representante de: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)); Sr. Marcelo Salvador, Presidente do Conselho da Cidade de Lauro Muller/SC e Engenheiro Agrimensor; e Sr. Pedro Volkmer Castilho, Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (representante de: Representante da UDESC no Conselho Consultivo do PARNA São Joaquim). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Fabiano Contarato

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e cinco minutos do dia hum de outubro de dois mil e vinte e um, no Reunião remota, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Plínio Valério, Izalci Lucas e Giordano, e ainda da Senadora não membro Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Jaques Wagner, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (avaliação da PNMC)**, atendendo aos requerimentos REQ 29/2021 - CMA, de autoria da Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), REQ 30/2021 - CMA, de autoria da Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), REQ 36/2021 - CMA, de autoria dos Senadores Zequinha Marinho (PSC/PA) e Sérgio Petecão (PSD/AC), REQ 37/2021 - CMA, de autoria dos Senadores Zequinha Marinho (PSC/PA) e Sérgio Petecão (PSD/AC), e REQ 2/2021 - CMA, de autoria dos Senadores Jaques Wagner (PT/BA), Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Fabiano Contarato (REDE/ES) e Jayme Campos (DEM/MT). **Finalidade:** Avaliar a política climática executada pelo Governo Federal, com ênfase nas políticas de prevenção e controle de desmatamentos e queimadas nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, com o objetivo de identificar falhas, omissões e propor recomendações. **Participantes:** Sr. Alexandre Berndt, Chefe Geral da Embrapa Pecuária Sudeste (representante de: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.); Sra. Ane Alencar, Diretora de Ciências do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) (representante de: Sr. Paulo Moutinho); Sr. Carlos Nobre, Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP; Sr. Felipe Nunes, Pesquisador do Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG (representante de: Sr. Raoni Rajão); e Sr. Muni Lourenço Silva Júnior, Vice-presidente (representante de: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atenção aos Requerimentos nºs 29, 30, 36 e 37, de 2021, da Comissão de Meio Ambiente, de minha de autoria e de autoria do Senador Zequinha Marinho, com o objetivo de avaliar a política nacional sobre a mudança do clima executada pelo Governo Federal, com ênfase nos instrumentos de prevenção e controle de desmatamento e queimadas nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, para identificar falhas de omissões e propor recomendações.

Esta é a segunda audiência desse ciclo de avaliação e, em função das agendas e da emergência apontada pelo último relatório do IPCC, precisamos ampliar as abordagens inicialmente previstas para os dois encontros num só. Na primeira audiência, ouvimos as contribuições das organizações civis socioambientais. Para o debate de hoje, convidamos representantes do setor privado e das instituições de pesquisa.

Eu vou ler aqui a lista dos nossos convidados, em ordem alfabética: Sr. Alexandre Berndt, Chefe-Geral da Embrapa Pecuária Sudeste, representando a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Sra. Ane Alencar, Diretora de Ciências do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, representando o Sr. Paulo Moutinho; Sr. Carlos Nobre, Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo; Sr. Felipe Nunes, Pesquisador do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais, representando o Sr. Raoni Rajão; Sr. Muni Lourenço Silva Júnior, Vice-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Também enviamos convite à Amata, mais precisamente à Sra. Ana Leite Bastos, mas ela ainda não está presente aqui conosco. Também foram convidados os Srs. Marcelo Brito, da Associação Brasileira do Agronegócio, e Márcio Nappo, da JBS.

Nós vamos iniciar – alguns estão tentando, com dificuldades, entrar – os nossos trabalhos, assegurando que, quando os demais entrarem, participarão normalmente da nossa audiência pública.

Essa reunião ocorre de modo exclusivamente remoto, por meio do sistema de videoconferências adotado pelo Senado.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, e pelo telefone 0800-612211.

O relatório completo com todas as manifestações está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até 15 minutos. Caso opte por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela ao longo da exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários em cinco minutos.

Para inscrição, usem a função "levantar a mão" no aplicativo ou registrem o pedido no bate-papo da ferramenta.

Solicito à Secretaria que, neste momento, abaixe todas as mãos, silencie os microfones e monitores as inscrições.

Vamos iniciar, então, aqui a nossa roda de debates com os nossos convidados. A gente vai aqui ouvir inicialmente o Professor Alexandre Berndt, que é Chefe-Geral da Embrapa Pecuária Sudeste, que representa, aqui nesta audiência pública, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Sr. Alexandre, o senhor tem o tempo de até 15 minutos.

O SR. ALEXANDRE BERNDT (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Bom dia a todos os presentes.

Eu vou fazer uma exposição verbal aqui, bem rápida e objetiva, para começar os trabalhos.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer à Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal pelo convite para participar desta audiência e trazer um pouco da experiência da Embrapa na busca de soluções sustentáveis para a produção de alimentos no País.

A Embrapa é uma instituição federal de pesquisa que cumpre o seu papel ao compartilhar informações técnico-científicas qualificadas para subsidiar discussões e permitir tomadas de decisões com base em ciência. Nós produzimos soluções para evitar o fogo e o desmatamento nos biomas brasileiros e trabalhamos para ofertar tecnologias sustentáveis para a produção de alimentos. A Embrapa faz um trabalho intenso de comunicar o que a ciência tem feito para contribuir em alto nível com a mitigação dos efeitos de mudanças climáticas e com aspectos relacionados à produção sustentável de alimentos. A Embrapa, provavelmente, é a única instituição de pesquisa brasileira com presença em todos os biomas.

A Embrapa tem alternativas para a produção sustentável de alimentos, como, por exemplo, tecnologias para agricultura sem queima na Amazônia ou corta fogo; o Projeto Tipitamba, que desenvolveu um triturador para evitar o processo de corte e queima; pastagens consorciadas com o amendoim forrageiro; pastagens nativas enriquecidas; a Fazenda Pantaneira Sustentável; enfim, várias tecnologias de produção sem desmatamento e em sintonia com o ambiente.

Eu gostaria de trazer aqui um destaque para as mudanças climáticas, cuja relação é direta com desmatamento e queimadas. É evidente o esforço de governos e empresas no sentido da descarbonização das economias. As mudanças climáticas são concretas, deixam seus impactos e reflexos em todas as regiões do País. Para impulsionarmos a produção sustentável, é fundamental a colaboração de políticas públicas, como o Plano ABC e o ABC+, com esforços privados, especialmente do setor financeiro, como fundos de governança social e ambiental, conhecidos como ESG, créditos de carbono e outros fundos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdes. Políticas internacionais como o Green Deal, europeu também, e sua estratégia "*from farm to fork*", com foco em agricultura, bem como em estratégias do Governo americano também para inovação agrícola, essas políticas têm forte impacto no comércio internacional, especialmente de *commodities* de ingredientes de rações para alimentação animal. Então, esses assuntos serão ampla e profundamente discutidos na próxima reunião da COP (Conferência das Partes), em novembro, realizada no Reino Unido.

Foi comentado brevemente aqui pela Senadora o Sexto Relatório de Avaliação do IPCC, divulgado agora em agosto de 2021, que destacou alguns pontos que vão afetar a produção de alimentos no mundo. Por exemplo, houve um destaque para os aerossóis, que são partículas muito finas emitidas pela queima de combustíveis. De certa forma, esses aerossóis estão contendo, freando o aquecimento global por constituírem uma barreira física para a radiação. Quando as economias passarem a adotar outros combustíveis mais sustentáveis, mais renováveis, a concentração de aerossóis na atmosfera deve cair e, provavelmente, o aquecimento global será potencializado. Nesse relatório também o metano entrou em foco, especialmente porque é um gás de vida curta, entre dez e vinte anos. Com a expectativa e a necessidade de uma intervenção imediata para a redução de emissões e o controle do aquecimento global, o metano, por ser um gás de vida curta, entrou em pauta e ganhou mais destaque, porque, se controlarmos o metano, não precisaremos esperar cem anos para reverter os efeitos do aquecimento, e esses efeitos seriam mais imediatos, em vinte anos.

Outro ponto importante que tem relação com a pecuária é o destaque para o metano, a emissão de metano global decorrente do potencial e possível descongelamento do permafrost, que é uma camada de solo orgânico que passa o ano todo praticamente congelado, principalmente no hemisfério norte, nos países como Rússia, Canadá e Alasca, e que, em função do aquecimento global, está descongelando. Nesse processo, a matéria orgânica entra em fermentação e produz uma quantidade muito grande de metano. Essa grande quantidade de metano liberada pelo descongelamento do permafrost aumentaria significativamente o aquecimento global, e isso traz junto a discussão sobre o metano da pecuária, porque o metano é o principal gás emitido pela pecuária global.

Existem diferentes instituições, associações, empresas discutindo critérios e diretrizes para uma produção de alimento de baixo carbono no Brasil e no mundo. Várias cadeias estão discutindo isso internacionalmente. Uma delas, que eu trago como exemplo aqui, é o trabalho da cadeia do leite junto com a FAO. Foi criado um comitê internacional no final de 2020, que conta com a presença de grupos como a Global Dairy Platform, da International Dairy Federation, da International Livestock Research Institute e da Global Research Alliance, que são instituições internacionais preocupadas em discutir e fortalecer os compromissos do setor de leite para alcançar a meta climática. Desse comitê também a Embrapa participa, compartilhando as suas informações técnico-científicas.

Para quantificar os fatores de emissão e o potencial de remoção de carbono em sistemas de produção, houve um grande esforço nas últimas décadas de diferentes instituições de ensino e pesquisa, entre elas a Embrapa, em todos os biomas brasileiros. Esse trabalho da Embrapa começou com a Rede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agrogases e depois foi continuado pela Rede de pesquisa Pecus, que determinou vários fatores de emissão. Os resultados dessas pesquisas estão publicados em diferentes formas, entre eles, artigos científicos, teses, dissertações, relatórios técnicos, resumos e congressos.

Em abril de 2021 agora, há pouco tempo neste ano, o Ministério da Agricultura lançou dois documentos com coletâneas desses resultados de pesquisa com fatores de emissão para a agricultura e a pecuária brasileiras. Esses documentos foram escritos em linguagem acessível para técnicos de extensão e produtores e estão disponíveis no *site* do Ministério da Agricultura. Nessas coletâneas, é possível encontrar fatores de emissão para sistemas de produção em todos os biomas, inclusive Amazônia, Cerrado e Pantanal, que são focos desta audiência.

Eu encerro aqui esta fala inicial destacando que a Embrapa desenvolve várias tecnologias para a produção sustentável de alimentos no Brasil.

Fico aqui à disposição para responder as perguntas no momento da discussão.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Sr. Alexandre, pela sua participação.

A Ane já está presente conosco, então, nós vamos...

Ane, a gente está aqui seguindo a ordem alfabética.

Agora, com a palavra, a Ane Alencar, que é Diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, que representa aqui, nesta audiência pública, o Sr. Paulo Moutinho.

Ane, você tem 15 minutos.

A SRA. ANE ALENCAR – Bom dia, Senadora.

Eu gostaria de mostrar alguns eslaides. Então, vou compartilhar a minha tela. Tudo bem? (*Pausa.*)

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR – Está autorizado, Ane.

A SRA. ANE ALENCAR – Ótimo. Obrigada. (*Pausa.*)

Vocês estão vendo ou ainda não?

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR – Ainda não.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ainda não.

A SRA. ANE ALENCAR – Então, deixe-me tentar de novo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Agora sim, estamos vendo.

A SRA. ANE ALENCAR (Para expor.) – Está ótimo.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite em nome do Dr. Paulo Moutinho. Eu sou sua colega de instituição, mas eu venho trabalhando diretamente com esse tema, principalmente de fogo, de incêndios, de queimadas e desmatamentos na Amazônia.

Vou fazer um recorte para o bioma Amazônia dos dados que a gente tem observado, das análises e das pesquisas que a gente tem desenvolvido na região.

Começo aqui por este dado do MapBiomas Fogo, que a gente lançou no início de agosto para todo o Brasil. Este dado revela uma coisa muito importante: em 36 anos, de tudo o que queimou no Brasil, 41% queimaram na Amazônia. E a gente se pergunta: como? Porque a Amazônia, a Floresta Amazônica, naturalmente, é um bioma sensível ao fogo, não deveria ter fogo naturalmente se não fossem o ser humano e as suas ações atuando sobre o bioma. Então, hoje, quando a gente olha para o Brasil, 41% do que foi queimado nas últimas três décadas ocorreram nesse bioma. Isso representa cerca de 16% do bioma.

A gente fica com essa informação, e vamos trabalhar uma coisa conceitual, que é bem importante para a gente entender o fogo na Amazônia. Não existe fogo se não tivermos uma consonância destes três elementos: condições ambientais favoráveis, material combustível suficiente e de qualidade para queimar e fonte de ignição.

No caso da Amazônia, a gente pode ter condições ambientais que favoreçam o espalhamento e a ocorrência do fogo, essas condições ambientais podem gerar condições em que o material combustível fique de qualidade para queimar, mas as fontes de ignição são humanas. Então, isso é superimportante, Senadora e demais Senadores, porque, se a gente quiser conter o fogo na Amazônia, a gente tem que conter a fonte de ignição, tem que conter quem risca o fósforo.

Aí, nesse sentido... Claro, existem vários outros tipos de fogo, mas eu estou falando dos principais tipos de fogo na Amazônia, que a gente classificou aqui em três: o fogo que segue o desmatamento, o fogo que é usado como manejo agropecuário para limpeza de pastagem, e esses dois tipos de fogo geram um terceiro, que são os incêndios florestais.

Enfim, ao que isso nos leva? Onde estamos hoje em relação ao desmatamento e ao fogo da Amazônia? Eu trouxe aqui os últimos dados, os dados, enfim, a que eu tive acesso até ontem.

Os dados de cima representam a curva de focos de calor que representam o fogo ativo. E o vermelho mais escuro é 2021. Então, a gente tem uma curva muito parecida, no caso do fogo, com o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu em 2019, um pouco menor e atípica no que diz respeito a 2020 para setembro, mas, se vocês olham os outros anos, a gente também ainda está com um nível alto de fogo.

No caso do desmatamento, apesar de ter havido uma redução em agosto e provavelmente uma redução agora em setembro, que é essa linha pontilhada, porque ainda não fechou o mês nos dados do Deter, quando a gente olha o acumulado do ano, a gente vê que a curva está muito próxima ao que aconteceu em 2020 e 2019 e muito diferente dos outros anos.

Isso significa, no caso do fogo... Vamos falar do fogo primeiro. Esses são os dados de focos de calor de janeiro a setembro nos últimos cinco anos. E a gente vê que 2021 está mais baixo do que 2020 e 2019, mais alto do que 2018 e um pouco mais baixo do que 2017, que foi um ano de uma, vamos dizer, ressaca de uma seca superextrema que ocorreu desde o final de 2014, 2015 e 2016.

Para mostrar para vocês o que será que está acontecendo, por que o fogo reduziu, aí eu tenho que dizer para vocês que, na minha opinião, infelizmente ou felizmente, nesse caso... E infelizmente porque a gente não sabe qual é o papel do Governo, mas felizmente porque a gente viu que por questões divinas a chuva ajudou bastante. Esta é uma diferença entre os mapas: uma anomalia de chuva para 2021 no mapa de cima e uma anomalia de chuva para 2020 no mapa de baixo. Então, vocês veem que tem muito mais azul na Amazônia, o que significa uma anomalia com áreas que tiveram mais chuva. E é justamente a parte da Amazônia que começa a queimar agora, mais para o final de setembro. A chuva, de fato, teve um impacto considerável na redução do fogo.

No caso do desmatamento, a gente já não pode dizer a mesma coisa. Claramente, nós estamos num outro patamar de desmatamento a partir de 2019, consolidando aí 2020 e 2021. Esses são os dados do Deter ajustados para o período do Prodes, de agosto a julho. E a gente vê o quanto que esses desmatamentos têm aumentado em tamanho também. Eu peguei essa foto do *site* do MapBiomas Alerta, que mostra os desmatamentos na região de Lábrea, por exemplo, numa das vicinais de Lábrea, em que foram mais de 3 mil quilômetros quadrados em dois anos. Assim, são desmatamentos muito grandes.

E aí não há como a gente entender o desmatamento e o fogo se a gente não entender onde é que eles estão acontecendo. Quando a gente olha para a Amazônia como um todo, quando a gente pega o bioma, metade do bioma – que está em verde, aqui nessa pizza – são áreas protegidas, terras indígenas e unidades de conservação; cerca de um quarto são imóveis rurais e assentamentos; o outro quarto são terras públicas, entre florestas públicas não destinadas e áreas sem uma informação cadastral clara. Quando a gente olha os dados de 2019 para fogo e desmatamento e 2020 para fogo e desmatamento, a gente vê que a maior parte do fogo e do desmatamento – pelo menos 50%, metade, um pouco mais da metade – ocorre em terras públicas. Isso não deveria ser aceito pela sociedade brasileira! E, quando a gente olha o dado pelo menos até junho de 2021, a gente vê que esse dado está aumentando e está aumentando em florestas públicas não destinadas, principalmente. Então, é muito... Se a gente fechasse os olhos para o que ocorre nos imóveis rurais e nos assentamentos e lidasse com desmatamento e fogo somente em terras públicas, ou seja, só combatendo a ilegalidade, a gente chegaria à mínima taxa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmatamento que nós tivemos em 2012, cerca de 5 mil quilômetros quadrados. Então, isso é muito importante, Senador, isso tem que estar no topo da cadeia das prioridades, para o combate do desmatamento e do fogo na região.

E aí, quando a gente olha onde isso está acontecendo em termos de domínio fundiário, grande parte do desmatamento está ocorrendo em terras públicas federais. E isso também chama a atenção, porque, nos Estados, de uma certa maneira, isso está sendo controlado.

E aqui, quando a gente olha para as terras indígenas... E eu trouxe isso, porque eu acho superimportante mencionar que, apesar de o desmatamento em terras indígenas ser um pequeno percentual do desmatamento da Amazônia, esse desmatamento é bem concentrado em algumas terras indígenas. Então, a gente olha que, de todo o desmatamento que ocorreu em terras indígenas, 70% ocorreram em dez terras indígenas. Então, é muito concentrado. É um pouco mais, 50%, dos focos de calor.

E algumas dessas terras indígenas estão sofrendo com garimpo ilegal, exploração madeireira ilegal, invasão de terras ilegal.

E aqui, trazendo um pouco a história do garimpo, com recorte aqui para TI Kayapó... Esses são dados do MapBiomas Mineração, lançados também em agosto. E a gente vê o aumento do garimpo ilegal em terras indígenas, mostrando aí neste gráfico abaixo. E a gente consegue ver aí, nesta animação, o quanto o garimpo estava aumentando no final da década de 90; na década de 2000, começou a diminuir; e aí, no final da década de 2010, a gente vê o negócio crescendo de novo. Então, há um incentivo muito grande à mineração em terras indígenas e unidades de conservação também.

Uma outra coisa que chama atenção e que grita – e é importante que as terras indígenas passem logo por todo seu processo de homologação – é que, em muitas terras indígenas, está havendo muito CAR em sobreposição com terra indígena. Esse é o caso da Terra Indígena Ituna/Itatá, que está aí no *top* 10 das terras indígenas mais desmatadas da Amazônia. Quando você olha para o dado de CAR nessa área, em 97% da terra indígena, há CAR em sobreposição com terra indígena.

Passando para as unidades de conservação, também é um processo muito localizado nesta região da BR-163, da Terra do Meio. E aí eu trouxe aqui para vocês uma foto da Flona do Jamanxin, na região da BR-163, mostrando o quanto o desmatamento está entrando dentro dessa floresta. Esse é o desmatamento de 2019-2021, também do Mapbiomas Alerta.

Por fim, eu acho que o mais importante é a gente olhar para as florestas públicas não destinadas. Quando a gente pega o escopo do total das florestas públicas não destinadas, a maioria é estadual – 56%, estadual; 44%, federal –, mas, quando a gente olha para o desmatamento, a gente vê claramente aqui neste gráfico que deu uma subida de 2018 para 2019, permanecendo alto em 2020, e que grande parte desse desmatamento ocorre em florestas públicas não destinadas federais. O desmatamento que ocorreu nessas áreas ocorreu principalmente em áreas de sobreposição com o CAR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta é uma foto de uma área que a gente sobrevoou há umas duas semanas, mostrando esse processo de ocupação ilegal de terras públicas, muitas com o CAR, como eu mostrei anteriormente, mostrando aqui, por exemplo, o processo de cadastramento, o aumento dos cadastros de CAR nessas áreas públicas. Aqui a gente vê por tamanho. E parte disso em áreas federais.

Para finalizar, a gente trouxe algumas recomendações que são bem importantes. E eu as dividi em dois grupos.

Um grupo eu até coloquei em vermelho para destacar, porque eu acho que é a prioridade da prioridade, prioridade zero. É de fato investir no comando e controle inteligente. Isso pode reduzir mais da metade do desmatamento e do fogo, como a gente viu nos dados. É o resgate do PPCDAM. É importantíssimo o desmatamento passar a ser uma prioridade para este Governo. E eu não estou dizendo nem só para conservar florestas; eu estou dizendo também para conservar a reputação do nosso agronegócio. E também é apoiar as pautas dos povos de comunidades tradicionais, que têm um relacionamento mais harmonioso com a floresta.

Para isso é preciso fortalecer e articular melhor as agências de comando e controle, com lideranças muito claras, com processos de fiscalização e operações mais permanentes. Que essas operações, o resultado delas, tenham uma transparência para a sociedade, para as pessoas ficarem atentas: "Olha, está rolando investigações, uma investigação...". E o combate ao crime organizado, que vai muito além do roubo de terras: existe tráfico de drogas, existem comercializações ilegais, entre outras coisas.

A destinação de florestas públicas é fundamental para áreas de produção sustentável; e cancelar o CAR nessas áreas; e também uma agenda positiva que inclua a consolidação das áreas protegidas, economias de base florestal, conservação dos ativos privados, implementação, de fato, do Código Florestal, suspender o CAR nessas áreas, em áreas que desmatam reserva legal e APP; e, por fim, apoiar economicamente e prover assistência técnica para os assentamentos na linha de produção sustentável.

Obrigada e estamos aqui disponíveis para perguntas e respostas.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Ane. Excelente contribuição e preocupante. A gente vê os dados, e realmente isso nos faz fazer a grande reflexão de que a gente precisa fazer muito pelo nosso País.

Vamos agora aqui, com o Carlos Nobre, que é Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – o Professor Carlos Nobre.

Antes eu queria cumprimentar, de forma muito especial, a querida Senadora Zenaide Maia, que está nos acompanhando. Que Deus te abençoe! Uma Senadora muito atuante, muito presente, muito dedicada e médica muito competente.

Quero cumprimentar também o nosso Presidente Jaques Wagner, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e agradecer pela confiança que ele nos dá para a condução desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Professor Carlos Nobre, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Professor, o senhor tem 15 minutos.

O SR. CARLOS NOBRE (Para expor.) – Bom dia, Senadora, um bom dia a todos.

Eu vou complementar bastante o que a Ane falou no sentido de que eu vou olhar mais os aspectos climáticos e os riscos que a Amazônia vem sofrendo.

O relatório do Grupo de Trabalho 1 do IPCC, lançado em agosto, demonstrou claramente que o que nós estamos vendo, o aumento da frequência dos eventos climáticos extremos, ondas de calor, secas, queimadas, inundações, entre outros, já ultrapassou e muito o que seria a variabilidade natural do sistema climático. E é decorrente, sim, do aquecimento global, resultado das emissões antropogênicas dos gases de efeito estufa.

E o que nós estamos vendo realmente acontecer, com um aumento muito preocupante desses eventos climáticos extremos, na Amazônia, no Cerrado, no Pantanal, no planeta todo, isso é, em primeiro lugar, resultado dessas mudanças climáticas globais.

Cito alguns dados aqui.

Na Amazônia, secas extremas em 2005, 2010, 2015 e 2016, que causaram aquelas enormes queimadas em 2016 e 2017, que a Ane mostrou, e de novo uma megasseca em 2020.

Inundações em 2009, 2012, 2017 e 2021. Recorde histórico do nível de vazão do Rio Solimões e do Rio Negro em 2021.

No Pantanal. Secas, no sul do Pantanal, em 2019; secas recordes em 2020 e 2021, com enorme número de áreas queimadas em 2020 e também em 2021.

No Cerrado foi essa megasseca de 2021, 2020, com um recorde histórico também no Sudeste e no Centro-Oeste neste ano e também no sul do Brasil, com secas consecutivas em 2020, 2021.

E, no Nordeste, nós tivemos a maior sequência de secas de 2012 a 2018, sete anos de secas consecutivas.

Então, muito disso tem a ver com as mudanças climáticas globais. Então, é importante destacar isso, porque nós temos que criar políticas de convivência com esta realidade que é a mudança climática que já está acontecendo. Nós estamos ainda longe de atingir as metas do Acordo de Paris, mas esses extremos já são uma realidade do dia a dia.

Eu vou falar um pouco mais da Amazônia. O Brasil, vamos lembrar, mostrou um pioneirismo muito grande, lá atrás, em 2009, na COP 15, em Copenhague. A COP 15 não deu muitos resultados, não houve compromissos dos países em reduzir fortemente as emissões, mas o Brasil se saiu bem quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anunciou um plano de reduções e emissões, que se tornou o marco legal aprovado pelo Congresso em 2010. E voluntariamente o Brasil colocava uma meta de redução das emissões até 2020, e essa meta era muito ambiciosa para a Amazônia, de 80% de redução do desmatamento, em 2020, em relação à média do período de 1996/2005, e de 40% no Cerrado. Isso significaria que a Amazônia, em 2020, teria que ter menos de 4 mil quilômetros quadrados de desmatamento. A Ane já falou: o menor ano foi o de 2012, com 4.600 quilômetros quadrados totalmente desmatados. Só que o desmatamento, como a Ane também mostrou, vem crescendo nos últimos anos, desde 2015, acentuadamente nos últimos dois anos, três anos, e, em 2020, passamos de 11 mil quilômetros quadrados, muito longe do marco legal que foi aprovado pelo Congresso em 2010.

Em 2015, no Acordo de Paris, o Brasil se comprometeu com reduções totais de emissões de 43% até 2030, em relação às altas emissões do ano-base de 1995. Entretanto, nós estamos na contramão. As emissões vêm aumentando nos últimos anos. Devido à pandemia – veja bem este dado importante –, as emissões globais caíram 7% em 2020, devido à diminuição das emissões do setor de transporte e outros setores, e o Brasil foi um dos únicos países do mundo a ter emissões aumentadas em 2020 e também em 2021. Os níveis de desmatamento, como a Ane também já mostrou, estão muito altos, estão no mesmo nível praticamente de 2020. E, além disso, devido ao recorde dessa crise hídrica de geração hidrelétrica, todas as termelétricas estão funcionando e emitindo gás de efeito estufa. Certamente o Brasil terá um aumento nas emissões em 2021. Então, vamos lembrar que, para o atingimento do Acordo de Paris, nós temos que cortar as emissões globais em 50% até o final de 2030, um desafio global, o maior desafio talvez enfrentado pela humanidade.

Deixe-me voltar mais à questão da Amazônia também, como a Ane, porque existe um enorme risco que nós estamos realmente vendo acontecer. A Bacia Amazônica engloba a maior floresta tropical do planeta, é a região da maior riqueza de biodiversidade, mais de 10% de toda biodiversidade, única e insubstituível. Essa enorme biodiversidade confere estabilidade e resiliência aos ecossistemas terrestres e aquáticos, que são produtos de uma dinâmica complexa que coevoluiu há milhões de anos e que também recebeu os seres humanos há 12 mil anos, os indígenas, que conseguiram manter essa floresta em pé e se beneficiar muito desse maravilhoso ecossistema. Ele é um dos elementos essenciais do sistema climático terrestre, para a sua estabilização, desempenhando um papel decisivo nos ciclos globais de águas, regulação da variabilidade climática. Também exporta água para fora da Amazônia, auxiliando sistemas de formação de chuvas ao sul da Amazônia, nos Andes e, principalmente, na Bacia do Rio Paraná. Então, é um dos mais importantes. E também não vamos nos esquecer: a Amazônia hoje, mesmo com esse grande desmatamento, armazena entre 150 e 200 bilhões de toneladas de carbono no solo e na vegetação.

Mas, infelizmente, a gente está vendo que inúmeros estudos científicos mostram que estamos muito próximos de um, chamado em inglês de *sticking point*, ponto de inflexão, um ponto de não retorno. É extremamente preocupante, porque nós estamos cada vez mais próximos desse ponto de não retorno, que é uma espécie, entre aspas, que eu chamo de "savanização", é uma mudança da rica floresta, que é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vulnerável ao fogo – e a Ane mostrou isso muito bem, como ela está ficando cada vez mais vulnerável ao fogo –, o que pode acontecer se nós continuarmos nesse ritmo de desmatamento e degradação.

Para a Floresta Amazônica como um todo – originalmente 6,2 milhões de quilômetros quadrados –, nós já desmatamos mais de 1 milhão de quilômetros quadrados, cerca de 18% da floresta, com esses 20% de desmatamento ocorrendo na Amazônia brasileira, e uma porção quase idêntica, cerca de 17% da Floresta Amazônica, se encontra em diversos estágios de degradação. E todo ano, como a Ane mostrou muito bem, dezenas de milhares de hectares de floresta são queimados, o fogo penetra nessas florestas degradadas. Antes, o fogo não conseguia se propagar por mais do que alguns metros, e hoje ele se propaga por centenas de metros e quilômetros no chão da floresta.

E o sul da Amazônia está mostrando todos os sinais desse risco, entre aspas, de "savanização" de degradação florestal, que vai desde a Bolívia, da Amazônia na Bolívia, ao Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará, até o Oceano Atlântico. São mais de 2 milhões de quilômetros quadrados. E todos os sinais são evidentes. O que nós estamos vendo ali? A estação seca já ficou três a quatro semanas mais longa nessa região. O início da estação chuvosa era no final de setembro e agora está na terceira semana de outubro em grande parte dessa região.

Ali, durante a estação seca, as temperaturas são até três graus mais quentes. Houve uma redução da chuva na estação seca de 20% a 30%, tornando-a muito mais vulnerável aos incêndios. E também nessa região, estudo recente da pesquisadora Luciana Gatti e de vários outros coautores – eu sou um deles – mostrou que ali nessa região, até na estação chuvosa, a floresta já é uma fonte de emissão de carbono. A floresta perdeu sua enorme capacidade de retirar gás carbônico da atmosfera.

Então, nós temos realmente quase que lançar uma moratória de desmatamento, degradação florestal e uso do fogo, quer dizer, realmente não há mais tempo a perder. Se nós não conseguirmos frear os desmatamentos, zerar os desmatamentos, a degradação e as queimadas, muito possivelmente todo esse sul da Amazônia vai se "savanizar", vai se degradar entre 20, 30 anos. Isso lançaria cerca de 250 a 300 bilhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera, algo que tornaria o atendimento dos objetivos do Acordo de Paris... Veja bem, para nós mantermos a temperatura do planeta abaixo de 1,5 grau, que é essencial, o maior desafio da humanidade, nós podemos emitir, no máximo, 500 bilhões de toneladas de carbono, até zerar as emissões de gás de efeito estufa. Se nós perdermos toda essa região, 50%, 60% da Amazônia, para esse processo de degradação... Aqui, veja bem, se isso acontecer, pode até parar o desmatamento, mas o clima vai se tornar um clima de savana, e aí, em 20, 30 anos, grande parte da floresta desaparece. Então, nós precisamos realmente construir uma resiliência para a Amazônia.

Então, torna-se urgente a restauração dos ecossistemas terrestres e aquáticos, conservação da biodiversidade em áreas naturais, manejadas, manutenção da diversidade cultural, bem como aperfeiçoar cada vez mais os sistemas de monitoramento do risco de incêndios florestais na Amazônia. Então, essas ações são muito importantes. Portanto, os tomadores de decisão, o Congresso de todos os países

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amazônidas e o Congresso do Brasil, têm que tomar medidas urgentes, realmente, para diminuir esse risco de desaparecimento de 50%, 60% da Floresta Amazônica.

O atual modelo de desenvolvimento ainda alimenta e acelera essas práticas de desaparecimento da floresta. O MapBiomas também mostrou, nos últimos anos, que acima de 95% dos desmatamentos são ilegais, a degradação florestal. O Governo emite uma lei federal proibindo as queimadas, mas é completamente ignorada em todo o Brasil, no Pantanal, no Cerrado, na Amazônia.

Então, nós precisamos, realmente, ter uma mudança radical de atitude perante a Amazônia.

E eu reforço também os pontos finais que a Ane colocou, que é como, realmente, parar essa velocidade de degradação que nós estamos impondo na Amazônia. O maior potencial socioeconômico da Amazônia está na floresta em pé – é o que nós chamamos de desenvolver uma bioeconomia de floresta em pé e rios saudáveis, beneficiando todas as populações amazônicas, os povos indígenas, as populações tradicionais, os ribeirinhos, os quilombolas e também beneficiando as populações urbanas com o enorme potencial que os produtos da floresta têm. E aumentar muito o número de sistemas agroflorestais, agroecológicos. Por exemplo, temos algumas cooperativas na Amazônia, e o melhor exemplo que nós temos é a Cooperativa de Tomé-Açu (Camta), que produz mais de 120 produtos de 64 diferentes espécies da floresta em pé, em sistemas agroflorestais. Essa cooperativa já até começa a gerar pessoas na classe média, que é o sonho de qualquer país em desenvolvimento sustentado, gerar uma classe média.

A floresta em pé tem um maior potencial de gerar essa bioeconomia que vai melhorar muito a qualidade de vida das populações amazônicas e manter, salvar a Amazônia. Então, esse é um grande desenvolvimento sustentável para a Amazônia, e ela depende, realmente, de esforços combinados, colaborativos, de formuladores de políticas para a Amazônia, implementação dessas políticas em nível nacional, em nível subnacional, e também de trazer o setor financeiro, o setor privado, junto com a sociedade civil e com o apoio de toda a comunidade internacional. Então, essa é uma transição que nós temos obrigação, como brasileiros, que dominamos, temos 60% da Floresta Amazônica, de salvar o futuro da Floresta Amazônica e de todas as suas populações.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Professor Carlos Nobre, pela sua contribuição.

Eu queria pedir à Ane e aos demais, se puderem, deixar disponibilizado à Comissão o conteúdo da apresentação, que é, realmente, muito importante para nós.

Nós vamos, agora, seguir com o Professor Felipe Nunes, que é pesquisador do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais e representa o Sr. Raoni Rajão.

Felipe, você tem até 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar aqui, rapidinho, Felipe, o Senador Izalci Lucas, que também acompanha a nossa audiência pública.

O SR. FELIPE NUNES (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Bom dia a todos.

Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite e dizer que é uma honra participar de um debate de tão alto nível, como demonstrado pelas palestras que nos sucederam e também por ser conduzido pelo Senado Federal, tão importante no monitoramento e controle das políticas públicas.

Eu aqui represento um grupo de pesquisadores da UFMG, são mais de 15 pesquisadores como o Professor Raoni Rajão, o Professor Britaldo Soares Filho, que vêm se debruçando, há mais de 20 anos, fazendo uma ciência robusta em apoio a políticas públicas. Aqui a contribuição esperada é um recorte para as políticas climáticas e ambientais do Brasil, com um recorte geográfico mais para a Amazônia, para a gente discutir a questão do desmatamento, complementando, de certa forma, as apresentações aqui colocadas.

Eu vou pedir licença para compartilhar a minha tela. (*Pausa.*)

Já está sendo visualizada? (*Pausa.*)

A tela já está compartilhada?

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR – Sim, está tudo bem. Estamos ouvindo bem.

O SR. FELIPE NUNES – Obrigado.

Então, não há como a gente dissociar as políticas climáticas e ambientais das emissões de gás de efeito estufa e desmatamento, porque, basicamente, temos como principal emissor o setor de mudança de uso da terra e florestas. O perfil brasileiro de emissões está muito relacionado a esse setor que, basicamente, está trazendo a questão do desmatamento, bem colocada aí pelo Professor Carlos Nobre e pela Ane.

Então, nosso desafio, se formos colocar as prioridades, é o sucesso da nossa política climática. O sucesso, ou insucesso, das metas estabelecidas está ligado a uma trajetória de combate ao desmatamento, necessariamente.

E, ao falar de desmatamento, principalmente na Amazônia, nós não temos como não mencionar o principal instrumento de política pública aplicado historicamente no Brasil, na Amazônia, específico, que é o PPCDAm, que foi lançado a partir de 2004 e tem uma trajetória que está ligada à trajetória do desmatamento. A partir de diferentes eixos de políticas públicas, o PPCDAm pode ser definido como um conjunto, um *mix* de políticas públicas para combate ao desmatamento, às ilegalidades, aos crimes ambientais em geral, e já foi reconhecido, inclusive, como um dos principais instrumentos de política pública pelo mundo, um dos mais eficientes no combate a crimes ambientais. Infelizmente, parece que foi esquecido ou mesmo está descontinuado, seja em termos legais, seja, então, na prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas algumas lições são importantes para trazermos à tona, à luz da ciência, buscando a série histórica, por exemplo, do desmatamento, e a atuação do PPCDAm.

No seu início, nas primeiras fases, o PPCDAm teve uma ênfase muito forte no ordenamento territorial e no monitoramento e controle do desmatamento, em sua grande maioria, ilegal. Ou seja, a criação de áreas protegidas, um planejamento territorial e um monitoramento, a fiscalização ambiental e a autuação de infratores ligados ao desmatamento foram essenciais para a redução do desmatamento, que atingiu um pico aí, de 2004 a 2012, de cerca de 80% a 84% de redução do desmatamento, e agora nós ganhamos, a partir de 2012, um aumento, chegando a picos acima de 10 mil quilômetros quadrados, em 2019, com tendência de continuidade de alta.

E, ao falar das primeiras fases, a literatura científica mostra que, sim, precisamos de um *mix* de políticas públicas para tratar de um tema tão complexo como o desmatamento na Amazônia e as emissões de gás de efeito estufa resultantes. Contudo, esse *mix* é baseado no controle, monitoramento da legislação. Se você não tem um regramento e aplicação, um *enforcement*, em inglês, para que você tenha o controle das atividades legais e inibir as atividades ilegais, você não tem um arcabouço eficiente para dar o sinal a todos os atores econômicos de que você precisa seguir a lei e o padrão estabelecido pelo Governo, que, no caso, é o combate ao desmatamento.

Então, quando olhamos esse recorte de 2008 a 2020, nós vemos uma trajetória de queda nos autos de infração contra crimes contra a flora, que são, basicamente, o desmatamento, a conversão irregular de áreas de floresta para outros usos, e vemos, além dessa redução drástica, nos últimos anos, uma redução mais acentuada, após uma elevação de 2012 até 2016.

Para entender melhor isso, a gente precisa colocar também outro elemento, que é o custo e a efetividade da fiscalização. A fiscalização ocorre, deve ocorrer, mas tem um custo e leva a uma autuação ser efetiva ou não, a depender dos instrumentos de punição que o Estado tem para dissuadir, levar esse elemento de dissuasão para que os novos infratores não cometam crimes ambientais, como por exemplo o desmatamento ilegal.

E o que vemos é que, além de os autos de infração na Amazônia estarem caindo, menos autos de infração estão sendo lavrados, o custo por auto de infração tem aumentado drasticamente, ou seja, estamos inserindo elementos, principalmente a lei de garantia da ordem, as operações militares, que são extremamente custosas. O que a gente precisa ter na visão é que, sim, há um custo, mas também é preciso olhar a efetividade. Então, a gente precisa balancear custo e efetividade para definir uma boa política de combate ao desmatamento.

A gente vê historicamente também os embargos caindo, principalmente ali de 2013 para cá, com uma drástica redução em 2019 e 2020. A legislação brasileira estabelece que o embargo é uma medida cautelar importante para conter desmatamentos em andamento e crimes ambientais continuados, assim como a destruição de equipamentos em áreas remotas da Amazônia são essenciais para que os fiscais, o Estado apure para descontinuar o crime, uma vez que você pode autuar o desmatamento e logo depois, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano seguinte, você já verifica nas imagens de satélite se esse desmatamento está, por exemplo, continuado.

Se a gente coloca sob um recorte geográfico, aqueles Municípios que tiveram redução nos autos de infração também combinam com os *top* 10 do desmatamento, ou seja, aqueles Municípios que estão tendo aumento do desmatamento, em geral, estão sendo também menos fiscalizados, tendo menos autuações em termos de fiscalização ambiental, principalmente federal.

Mas também não basta só autuar na fiscalização lavrando autos de infração, você tem que conduzir um processo, um rito sancionador para que esses autos de infração sejam julgados. Há recursos para que esteja presente o contraditório, a ampla defesa, mas esse processo precisa ser célere e baseado em critérios técnicos, para que você tenha realmente o efeito de dissuasão esperado, para que o infrator realmente pague pelo crime e isso gere uma sensação de punição, para que se evitem novas infrações no caso do desmatamento, por exemplo. E o que a gente vê, buscando a série histórica, é que os processos em andamento para pagamento dessas multas ligadas a crimes contra a flora, ou seja, desmatamento, estão caindo, com uma redução muito drástica nos últimos anos, inclusive o valor das multas pagas, no total, que financia de certa forma a continuidade da fiscalização.

E também os julgamentos. Quando a gente olha, a gente vê uma redução drástica, principalmente de 2015 para cá, no número de julgamentos. Isso é resultado das mudanças infralegais, normas e instruções normativas, em sua grande maioria, que estabelecem as instâncias de julgamento, que recentemente levaram a um processo com núcleos de conciliação e a uma maior morosidade. Com isso, a gente tem a sensação de que os julgamentos não são realizados na velocidade esperada, e é uma sensação de impunidade que afeta, por sua vez, e incentiva novos desmatamentos.

Nesse contexto de atuação fragilizada historicamente e acentuada nos últimos anos, das agências federais, principalmente o Ibama e o ICMBio, os Estados, a gente percebe que tendem, estão tentando responder a esse vácuo gerado. Por exemplo, os embargos lavrados pela Secretaria de Meio ambiente do Pará tiveram um aumento visando compensar, vamos dizer assim, a ausência de atuação do Governo Federal. Apesar disso, o desmatamento continua a crescer.

Rondônia, mesma situação. Naquela curva laranja ali, por exemplo, a atuação do Ibama no Estado caindo drasticamente em termos de embargos lavrados. E há certa compensação de embargos por parte da Secretaria de Meio Ambiente. E da mesma forma, e ainda de forma mais acentuada, o Mato Grosso, que também tem atuado com o aumento dos embargos, principalmente ligados ao desmatamento ilegal, para compensar também, de certa forma, essa falta de atuação, o vácuo gerado pelas agências federais.

E aí, já caminhando para a conclusão, para permitir também o debate, os dados hoje que temos disponíveis sob uma análise científica. A gente já consegue atribuir que parcela significativa do aumento do desmatamento está relacionada ao desmonte das agências ambientais, ou seja, à falta de atuação, à burocratização, à morosidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Estados, em termos de níveis federativos, estão buscando cobrir o vácuo deixado, principalmente pelo Ibama, mas com um sucesso limitado, porque além de o Ibama ter uma série de recursos, *know-how*, *expertise* para trabalhar a fiscalização, que não é uma atuação simples, leva junto tecnologia, imagens de satélite, atuação junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e uma série de fatores que exigem mão de obra qualificada. Esse vácuo não consegue ser compensado rapidamente no tempo.

E ultimamente temos visto as leis de garantia da ordem conduzidas pelo Governo Federal. É importante deixar claro que as Forças Armadas e as forças policiais sempre atuaram em conjunto com Ibama, ICMBio e as agências federais no combate ao desmatamento ilegal. Só que atualmente o novo modelo traz essa centralidade, esse protagonismo maior no planejamento e execução às Forças Armadas, em detrimento dos analistas e cargos já com experiência na fiscalização ambiental das agências federais. E isso leva, além de um alto custo, a um aumento da ineficiência, porque, muitas vezes, o desmatamento ilegal, você não... Muitas vezes, não, você sempre vai precisar, é claro, de uma *expertise*, de uma inteligência territorial, de uma experiência para combate ao desmatamento ilegal, ao invés de simplesmente colocar toda a máquina militar para...

Então, já em termos de recomendações para contribuir com o debate, a gente propõe reverter as mudanças normativas pós-2019, para simplificar o rito sancionador, que são os julgamentos administrativos, na esfera do Ibama e do ICMBio; recompor o quadro de analistas e fiscais do Ibama e do ICMBio, as notícias que temos são de que estão em andamento, o que é um risco; restringir o acesso aos cargos de gestão para os analistas de carreira ou com comprovada experiência na área, por exemplo, como acontece na Polícia Federal, a ser conduzido no Ibama, no ICMBio; e apoiar os Estados para que tornem os ganhos nessa governança ambiental permanentes, porque, a partir do momento em que você tem um vácuo no Governo Federal, os Estados estão investindo nessa governança ambiental, e é importante que sejam apoiados, porque a atuação será mais eficiente se for conduzida e coordenada na esfera federal, estadual e também municipal.

Eu agradeço aqui a atenção – aqui, os meus contatos – e fico à disposição para eventuais questionamentos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Professor Felipe, pela sua contribuição. Também peço que, se tiver algum escrito, que possa realmente nos enviar aqui à Comissão, ficaremos muito gratos.

Com a palavra agora o Sr. Muni Lourenço Silva Júnior, que é Vice-Presidente da confederação nacional da agricultura e pecuária do Brasil, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. MUNI LOURENÇO SILVA JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senadora Eliziane Gama! Saúdo V. Exa. e, da mesma maneira, saudamos o Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Senador Jaques Wagner e também todos os eminentes Senadores e Senadoras da República que estão participando desta importante audiência pública. Quero cumprimentar também os demais expositores que estão participando desta audiência pública e a todos que estão acompanhando virtualmente esse debate sobre questões climáticas, hoje tema cada vez mais central e prioritário para os debates nacionais e mundiais.

Quero aqui, Senadora Eliziane Gama, agradecer em nome da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), na pessoa do nosso Presidente João Martins, pelo honroso convite que foi a nós formulado para participarmos dessa audiência pública e podermos expressar os nossos pontos de vista em nome do setor agropecuário brasileiro.

O desenvolvimento da produção de alimentos no Brasil é caracterizado pela garra e pelo talento empreendedor dos produtores rurais brasileiros. Aliando-se a esses fatores políticas públicas de crédito rural, pesquisa agropecuária e assistência técnica que fizeram do Brasil hoje um país de grande destaque no contexto da segurança alimentar mundial.

Nosso País soube como poucos potencializar sua atividade agropecuária com base na incorporação de novas tecnologias, aumento de produtividade, em um exemplo de crescimento verticalizado, de produção de alimento nos trópicos. Tudo isso compatibilizado com a sustentabilidade ambiental e uma das legislações ambientais mais completas e rigorosas do mundo. Em nosso País, a produção de alimento caminha de mãos dadas com a sustentabilidade ambiental, sendo a harmonia entre a produção de alimentos e a conservação ambiental prioritária para os produtores rurais brasileiros.

O bioma Amazônia tem estado no topo da agenda da temática ambiental mundial. A nosso ver é extremamente relevante ser destacada a desafiante dimensão social relacionada a essa Amazônia. O bioma Amazônia é o lar de 25 milhões de brasileiros, que vivem distribuídos em mais de 500 cidades. Os Índices de Desenvolvimento Humano da região, quando descartadas as zonas urbanas, são considerados como baixos e muito baixos, sendo que no bioma existe pouco mais de 1 milhão de produtores rurais, dos quais 89% são pequenos produtores. Esses brasileiros merecem cidadania, saúde, educação, segurança, infraestrutura, presença do Estado nos três níveis da administração pública e as mesmas condições de vida oferecidas aos demais brasileiros. E é sabido que miséria, pobreza e degradação ambiental andam juntas. Por isso é tão fundamental contínuos investimentos em educação, saúde, financiamentos e assistência técnica, não sendo aceitável imaginar que somente as ações de comando e controle bastarão para melhorar a questão ambiental na Amazônia.

Consideramos que os mecanismos e sistemas de monitoramento e controle de desmatamento ilegal precisam permanentemente ser implementados pelos governos, tanto em nível federal, como pelos Estados e Municípios, visando ao controle do desmatamento ilegal e dando transparência às informações. Tais ações são imprescindíveis para que se possam separar e segregar as atividades legais das ilícitas, garantindo, assim, a tranquilidade e a normalidade à maioria absoluta dos produtores rurais brasileiros, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais trabalham em consonância com a legislação, não só de natureza ambiental, como também as boas práticas agropecuárias, visando à sanidade e à qualidade dos nossos produtos.

É necessário o aprimoramento dos mecanismos de detecção, de monitoramento, permitindo a identificação de desmatamentos legais, ilegais e irregulares. Para o desmatamento ilegal em áreas privadas, ou seja, para aqueles que descumprem o previsto pela Lei 12.651, promovendo corte de vegetação em APPs e reservas legais, deve-se aplicar os dispositivos do próprio Código Florestal, independentemente das sanções cabíveis na Lei nº 9.605, de 1998, a Lei de Crimes Ambientais. Os desmatamentos em propriedades privadas vêm reduzindo a cada ano. A caracterização total de desmatamento por categoria fundiária permite orientar as ações e políticas de controle e joga luz sobre as origens e causas do desmatamento.

Com efeito, é extremamente importante se qualificar o desmatamento, separando os dados de desmatamento legal e ilegal. É necessária a integração dos bancos de dados do Governo Federal e dos Estados, responsáveis pelas concessões das licenças de desmatamento, agilizando a classificação para fins de fiscalização e promoção da regularização ambiental.

Com a ampla adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos proprietários rurais, o Brasil alcançou 6.472.624 cadastros, compondo 63,8% do Território brasileiro. Com os dados declarados, foi possível identificar que 4% do Território nacional está protegido sobre Área de Preservação Permanente e 25% sobre reserva legal. São 192.999.579 hectares em remanescente vegetação nativa sob responsabilidade da propriedade privada, 35,5% do total de área declarada. O bioma Amazônia possui 220 milhões de hectares cadastrados em mais de 1.058.666 imóveis. Esses imóveis possuem todos os dados necessários à sua identificação, além dos polígonos que definem seu perímetro, áreas protegidas e áreas de uso econômico, ou seja, esses produtores rurais possuem endereço fixo e responsabilidade direta sobre qualquer infração ambiental ocorrida dentro de suas divisas.

É necessária a ação pró-ativa dos órgãos ambientais, ressaltando que o dever de licenciar e fiscalizar desmatamento ilegal é dos Estados, e o Ibama tem obrigação supletiva, conforme a Lei Complementa nº 140, de 2011, e que os órgãos ambientais precisam acelerar a análise dos Cadastros Ambientais Rurais e implementar o PRA. Aliás, o nosso sistema CNA/Senar, em parceira com várias instituições, está implementando o programa Pravaler, que, em seu projeto piloto, está possibilitando a regularização ambiental e produtiva de produtores rurais do Município de Boca do Acre, aqui no Estado do Amazonas, auxiliando a que o produtor resolva o seu passivo ambiental e obtenha mais renda, iniciativa esta que começa a ser estendida para outros Estados. Aliás, em relação aos Estados, verifica-se que há dificuldade no acesso dos produtores rurais às autorizações de supressão, o que expõe o empreendedor a abrir áreas, abre aspas, "irregularmente", pois sem autorização, embora muitas aberturas de área estejam de acordo com o que o Código Florestal permite.

É necessário avançar para garantir e certificar essa contribuição por meio da análise de dados declarados, ratificando os ativos, identificando os passivos e construindo políticas para que todos tenham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições de atingir a regularidade ambiental. O CAR é um instrumento que permitirá aos órgãos públicos ampla transparência e monitoramento sobre as áreas dos produtores rurais, trazendo segurança para todos que agem na legalidade e permitindo que os produtores possam produzir e comercializar a sua produção sem pressões.

Pautados pela legalidade, os proprietários rurais, em sua maioria absoluta, aderiram à legislação ambiental cumprindo as exigências do novo Código Florestal, inscrevendo-se no CAR, identificando-se como responsáveis pelas áreas cadastradas. Isso permite separar proprietário rural responsável e cumpridor das leis daqueles que usam a terra apenas para exaurir os seus recursos naturais. Com o CAR analisado, os produtores poderão implementar o programa de regularização ambiental, instrumento do Código Florestal que visa a recuperação de passivos com regras aplicáveis e viáveis para a retomada da conformidade ambiental. No entanto, para que esse benefício do Código Florestal ganhe escala, o CAR precisa ser analisado.

Acreditamos ainda que o Congresso Nacional tem muito a contribuir com a temática da redução dos desmatamentos e incêndios florestais, principalmente a partir da aprovação de marcos legais para superarmos problemas criados no passado, cujos debates estão em curso de questões fundamentais, como a regularização fundiária e ambiental, em especial a partir da necessária aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, Licenciamento Ambiental, aprovado na Câmara e pendente de apreciação no Senado Federal. A aprovação do marco legal sobre a regularização fundiária, para que nós possamos acelerar a regularização fundiária não só de pequenos imóveis, mas também de médias e grandes propriedades rurais, dentro dos marcos legais. É necessária a aprovação de uma política sobre o manejo do uso do fogo. Há diversos PLs em tramitação na Câmara dos Deputados sobre esse assunto.

No âmbito da questão de políticas climáticas, temos como importante o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que depende da implementação de mecanismos e arranjos de mercado ainda em estudo, já que as fontes de recursos são escassas e as demandas ilimitadas, visto que os países desenvolvidos, responsáveis pelas mudanças climáticas, não estão cumprindo as suas obrigações referentes ao repasse de recursos aos países em desenvolvimento, notadamente quando, em 2009, os países desenvolvidos prometeram financiamento de US$100 bilhões até 2020, que se tornariam anuais após 2020, visando financiar o desenvolvimento sustentável dos países emergentes, entre os quais o nosso Brasil.

Esses repasses, até o momento, foram irrisórios, e a aplicação desses recursos à parte que cabe ao nosso País será de grande valia, no sentido de acelerar o pagamento e a remuneração pelos serviços ambientais prestados pelos produtores rurais e todos aqueles envolvidos na questão ambiental, e também de grande valia no sentido de acelerar o processo de regularização ambiental e fundiária da Amazônia – e quem fala aqui é um filho do Amazonas, nascido no Amazonas, de que eu muito me orgulho –, bem como financiar o desenvolvimento científico, tecnológico e, em consequência, social, principalmente da nossa Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizando, Senadora Eliziane Gama, a CNA reitera o seu compromisso com respeito à legislação, bem como ao uso racional dos recursos naturais, visando ao desenvolvimento sustentável do País, garantindo-se às presentes e às futuras gerações uma sadia qualidade de vida, com o desenvolvimento econômico e social da nossa população.

Muito obrigado e bom dia a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Bom dia, Professor Muni! Eu lhe agradeço profundamente pela sua participação conosco na nossa audiência pública.

Eu queria cumprimentar aí a Professora Ana Leite, que infelizmente não conseguiu entrar aqui para participar conosco, por problemas da internet, da tecnologia, enfim, absolutamente normal.

Bom, pessoal, eu quero cumprimentar aqui a Senadora Zenaide Maia. Eu gostaria de saber se a Senadora Zenaide Maia quer fazer a sua intervenção. Estou vendo que ela não fez inscrição, mas eu acho que ela quer participar.

Senadora Zenaide, se V. Exa. quiser fazer o uso da fala, V. Exa. tem o tempo para fazer.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Presidente, eu posso ouvir os expositores. Ainda faltam alguns, não é, ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, já terminaram todos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Ah, é só para formular questão.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Agora é para as perguntas dos Senadores, participação dos Senadores, e também a manifestação pelo e-Cidadania. Eu estou aqui com algumas perguntas, mas eu faço as perguntas depois de você.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Bom dia a todos e a todas!

Quero aqui parabenizar a Comissão de Meio Ambiente por promover esta audiência pública de um assunto que envolve vida.

Gente, nós estamos falando de vida, de todas as formas de vida! Quanto se destrói uma Amazônia e um Cerrado, está-se destruindo a vida vegetal e a animal, para chegar também à gente, aos humanos.

O que me chamou a atenção foram as primeiras exposições, que mostraram os dados, as fotografias. Aqui, eu já queria deixar claro, gente, que contra fatos não existem argumentos! Não queiram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me convencer de que o que foi mostrado aí, com este mapa mostrando o índice de desmatamento e o fogo matando o resto...

Agora, eu tenho uma pergunta ao Sr. Muni Lourenço, que representa a CNA. O senhor falou que o agronegócio brasileiro é responsável pela segurança alimentar do mundo. Primeira pergunta, Muni: não são responsáveis pela segurança alimentar do nosso País? Porque nós temos um país em que 100 milhões de habitantes estão em insegurança alimentar. Estou falando aqui de fome, uma coisa difícil de explicar, Senadora Eliziane, a quem está nos assistindo. Como, num país que é o terceiro maior produtor de alimento do mundo, de grãos, de proteína animal, o segundo maior exportador do mundo, temos 30 milhões com fome e, em insegurança alimentar, praticamente a metade da população?

Sr. Muni, a gente sabe que a maioria do extrativismo... O extrativismo que a gente tem são mineral, vegetal e animal. E, na verdade, o agronegócio é um extrativismo, porque ele usa a terra e a água e não deixa de extrair. A maioria desses produtos são exportados e não pagam imposto sobre exportação, e o ICMS também não é pago pelo agronegócio devido à Lei Kandir, em que o Governo Federal tem o compromisso de repor esses impostos e nunca devolveu esses recursos aos Estados.

E queria lembrar o seguinte aqui: não tem como explicar! Por isso, estou perguntando: como a CNA...

Quanto a essa questão de dizer aqui que não desmatou, isso seria dizer que a gente está vendo aquelas árvores derrubadas, mas que a gente está tendo ilusão ótica quando se mostram as fotografias, que, com todo o respeito, foram mostradas.

Nada contra o agronegócio. Agora dizer que é segurança alimentar do mundo e deixar o nosso povo com fome fica difícil de os senhores explicarem, gente!

Lembro mais: a Amazônia, o Cerrado, os nossos biomas são a vida, gente! São vida! Está aí esse desmatamento... Quando eu vejo, no Pantanal, aquele Rio Araguaia seco, aquilo dói! E não há saída se não esbarrar...

E essa história de marco legal, isso aí não é simples como querem mostrar, porque já existem determinadas leis que a gente nem regulamentou. E, agora, está aumentando...

Outra coisa para o que eu queria chamar a atenção da Comissão: já há um projeto de lei do Senado, que eu não sei o número, que prevê que terras que foram degradadas possam ser utilizadas também pela agricultura, pelo agronegócio.

A pergunta, Dr. Muni, é esta: são responsáveis pela segurança alimentar do mundo, mas, no País onde ele tira a água, utiliza o solo e desmata, ele não é responsável pela segurança alimentar do nosso povo, que está aí morrendo, muitos de fome? Só tenho essa pergunta, Sra. Presidente.

Obrigada pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, querida Zenaide.

Eu pediria só que o Professor Muni fizesse aí as anotações. O que nós vamos fazer? Eu vou ler agora as perguntas aqui do e-Cidadania, que eu vou compartilhar com vocês, e vou retornar a uma rodada para que vocês façam as falas, na verdade, referentes a essas perguntas que eu vou fazer agora – da mesma forma que a Zenaide, vou fazer também aqui duas perguntas. E aí a gente já entra nas considerações finais.

Nós vamos aqui às perguntas do e-Cidadania.

A Katharine Fortunato, de Minas Gerais, diz o seguinte: "Quais as atitudes tomadas pelo Governo Federal para o combate ao desmatamento e às queimadas no País?".

A Carmen Santos, do Paraná, faz aqui algumas perguntas: "Com o cenário atual, ainda é possível reverter a destruição, uma vez que o Governo favorece o agronegócio responsável por danos ambientais? Alguém tem certeza da existência de tal política? As áreas de proteção ambiental tornam-se cinzas atualmente. Qual a política climática do Governo? Desmantelamento dos órgãos de proteção ambiental?". Ela ainda continua: "Não acredito em uma política pública para proteção ambiental. O dinheiro é mais importante do ponto de vista do Governo".

O Geova Chagas, de Minas Gerais, pergunta o seguinte: "Preservar os biomas é preservar as vidas. Creio que a destruição dos mesmos é algo irreversível. O combate às queimadas é urgente devido à escassez de água que estamos vivendo".

Foram as perguntas aqui selecionadas.

E eu quero colocar aqui, na verdade, o seguinte – vou ler exatamente como está aqui no meu *script*. Antes de devolver a palavra aos convidados para as suas respostas e considerações finais, quero comunicar que, no intuito de aprofundar os debates e valorizar o interesse e a participação dos cidadãos nas audiências públicas, assim como ajudar a tarefa dos Relatores nas Comissões, a Secretaria vai encaminhar outras perguntas que recebemos diretamente aos convidados. Se quiserem responder, poderão fazê-lo remetendo de volta à Secretaria a resposta gravada em vídeo, que será anexada à gravação desta reunião e ligada à pergunta do cidadão lá no Portal e-Cidadania, em que estarão também marcadas todas as perguntas que lemos ao longo da reunião com indicação exata do momento dessa leitura.

E eu queria aqui fazer dois questionamentos, na verdade, que todos vocês podem responder na medida em que acharem, de fato, importantes.

O primeiro deles – e eu queria, inclusive, trazer aqui os meus cumprimentos ao nosso mestre o Professor Carlos Nobre – é referente, Professor e colegas, a um estudo internacional que foi divulgado agora, no mês de agosto, que trata especificamente sobre os efeitos das queimadas, do desmatamento, enfim, e o que isso pode resultar na precipitação na Amazônia – algo em torno de 55% a 70%, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um percentual de fato muito alto. E uma das coisas que, na verdade, foi colocada e que tem um impacto muito maior do que se imaginava é exatamente essa variação da umidade interna dentro da Amazônia. Então, eu queria que os senhores na verdade nos fizessem um comentário acerca dessa pesquisa que foi divulgada agora, uma pesquisa internacional, no mês de agosto.

E o outro é referente exatamente às metas do NDC brasileiro. Quando você pega, por exemplo, o desmatamento que a gente está vivenciando hoje, no Brasil, com o programa, digamos assim, do Governo Federal em relação ao enfrentamento do desmatamento e também das queimadas e, ao mesmo tempo também, como é o comportamento dos setores econômicos em relação ao cumprimento dessas metas, a gente acaba vendo aí de forma muito intensa a dificuldade do estabelecimento de uma política pública do Governo Federal para que de fato essas metas possam ser cumpridas. O que isso pode significar e qual a contribuição que o setor econômico tem em relação à responsabilidade com o cumprimento de metas do Acordo de Paris?

Pronto. A minha assessora está pedindo aqui... Se os senhores puderem responder à Zenaide, fazer um comentário sobre o que eu falei e também em relação aos nossos internautas, tudo isso, gente, em cinco minutos para cada um de vocês...

Nós vamos iniciar com quem a gente começou que é o Alexandre Berndt. Você, Alexandre, tem a sua primeira participação, já colocando, inclusive, as suas considerações finais.

O SR. ALEXANDRE BERNDT (Para expor.) – Obrigado, Senadora

Tanto a questão da Senadora Zenaide quanto a resposta a essa publicação sobre precipitação da chuva eu vou deixar para os especialistas, como o nosso Professor Carlos Nobre.

Houve uma pergunta também no *chat* comentando sobre como a gente pode contribuir para novas políticas públicas e para melhorar essas políticas. Eu trago aqui uma experiência que eu recebi da equipe Embrapa Pantanal, que estabeleceu parcerias com o Governo do Estado do Mato Grosso, via Assembleia Legislativa e Secretaria do Estado, para desenvolver, subsidiar e regulamentar ações no Pantanal em relação às atividades de restauração de áreas de campo colonizadas por espécies lenhosas e também com parâmetros para a realização do manejo da vegetação nativa utilizando o fogo eventualmente, com todas essas ações visando diminuir a incidência dos incêndios. Existem também notas técnicas que a equipe da Embrapa Pantanal vem entregando e pretende entregar até o fim do ano para definir critérios para substituição de pastagens no Pantanal, também levando em conta a sustentabilidade. Os critérios de formação de pastagens cultivadas devem observar que o desmatamento ou a formação de áreas de campos seja feito dentro de parâmetros que garantam a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. A Embrapa tem uma parceria com a Famato e o Senar do Mato Grosso e está aplicando também a ferramenta que eu mencionei rapidamente, a Fazenda Pantaneira Sustentável, em 15 propriedades rurais no Pantanal. Essa ferramenta permite realizar um diagnóstico para avaliação das fazendas de maneira sistêmica, complexa, para avaliar qual seria o potencial produtivo de cada uma delas e comparar com o desempenho das propriedades em relação ao potencial de produção, especialmente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gado bovino, que é uma atividade importante para o Pantanal. Além disso, a Fazenda Pantaneira Sustentável também permite avaliar o grau de sustentabilidade ambiental e social por meio de alguns indicadores. No fim dessa análise, é possível ter uma visão da propriedade, indicar pontos onde é possível melhorar a produção com a colaboração da extensão rural, via Senar, nesse caso, com a adoção de boas práticas pecuárias e de gestão da propriedade rural. Então, esse é um exemplo que eu trago para dizer como a ciência e a pesquisa, especificamente da Embrapa na produção de alimentos, podem contribuir com as políticas públicas.

E eu já deixo, então, meus agradecimentos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada.

Vamos, então, agora, seguindo ao próximo.

Eu queria pedir aqui ao Professor Muni – e vou passar aqui para ele – exatamente para atender aí à pergunta da Zenaide.

Professor Muni.

O SR. MUNI LOURENÇO SILVA JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

Eu agradeço pela pergunta da Senadora Zenaide Maia e quero aqui colocar à senhora, Senadora, que os produtores rurais brasileiros não produzem alimentos somente para a exportação. Não há só produção de *commodities* para fornecimento para outros países. O setor agropecuário brasileiro mostrou que atende, primeiramente, ao consumo da população brasileira. Isso ficou patente, inclusive, durante a pandemia, em que alguns cogitavam a possibilidade de desabastecimento de alimentos para a população brasileira, e isso não ocorreu. Então, a produção rural brasileira tem compromisso, em primeiro lugar, com o abastecimento do nosso País. Agora, é fato – e isto é reconhecido, inclusive, pela própria ONU – o papel determinante da produção de alimentos brasileira, inclusive para saciar a fome de outros países, de quase 1 bilhão de seres humanos que hoje não têm acesso a uma alimentação básica diariamente.

E eu registrei e quero reiterar aqui o exemplo da importância, inclusive, da produção de alimentos, da produção rural realizada na Amazônia por mais de 1 milhão de produtores rurais na Amazônia, inclusive para a segurança alimentar da população amazônida de mais de 500 cidades existentes na Amazônia. Então, isso é um exemplo claro da importância da produção rural, do produtor rural para a segurança alimentar de uma região como a Amazônia.

Eu quero aqui também em relação à colocação da Senadora Zenaide registrar e reiterar aqui a posição nossa, da CNA e, por extensão, de todos os produtores rurais brasileiros, de absoluta observância da legalidade – isso é um princípio, para nós, inarredável – e, nesse sentido, a nossa posição contrária ao desmatamento ilegal e a tudo que esteja à margem da legalidade. Agora, deixo muito claro que as infrações e o desmatamento ilegal são uma situação residual, são exceção. A maioria absoluta e maciça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos produtores rurais brasileiros cumpre a legislação ambiental, o Código Florestal, trabalha honestamente e merece todo o respeito e o reconhecimento da população brasileira, inclusive pelo papel cada vez mais importante e central na geração de emprego e renda no nosso País, principalmente no campo.

E eu quero aqui – já finalizando, me parece, as participações – agradecer, mais uma vez, em nome da CNA, pela oportunidade de participarmos desta importante audiência pública.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Professor, pela sua participação.

E eu queria, na verdade, até fazer aqui também um adendo à querida Zenaide: se os projetos hoje que são defendidos pela Confederação Nacional da Indústria forem aprovados, nós teremos ainda mais dificuldade, Zenaide, em relação ao cumprimento das metas do Acordo de Paris.

Vamos passar aqui ao próximo.

Eu estou com uma pergunta do André. Eu vou sair aqui do vídeo, porque ele a passou no meu celular. Então, como eu estou usando o meu celular, eu vou ficar sem imagem, mas eu vou precisar sair aqui – não é sair, mas só vai sair a imagem – e ler a pergunta do André Lima, que é uma pessoa que tem participado muito ativamente nos nossos debates. E eu vejo que o questionamento dele, de fato, é muito importante. Ele diz o seguinte: "Vocês acham que é possível e necessário que o Ibama e o Serviço Florestal Brasileiro possam cancelar automaticamente o CAR (Cadastro Ambiental Rural) em terras indígenas e florestas públicas e em imóveis com desmatamentos ilegais em APP e Reservas Legais? – pois o CAR foi criado para exercer esse monitoramento em tempo real e também no controle dos desmatamentos". Então, a pergunta é se os senhores acham que é necessário e seja possível, na verdade, que o Ibama e o Serviço Florestal Brasileiro possam, na verdade, cancelar automaticamente o CAR.

Então, eu queria pedir aos demais que já considerassem essa pergunta do André.

E a próxima a falar será a nossa querida Ane Alencar.

A SRA. ANE ALENCAR (Para expor.) – Senadora, temos muito material aí, muitas perguntas interessantes para debater.

Eu vou começar falando sobre a esperança. É difícil a gente falar de esperança hoje em dia, mas eu vou começar falando sobre isso. A gente até vem de um desmatamento na Amazônia, na década de 90, de cerca de 15 a 19 mil quilômetros quadrados em média. Naquela época, a gente nunca pensou que a gente fosse conseguir reduzir, de fato, o desmatamento ao ponto de chegar a menos de 5 mil quilômetros quadrados em 2012. Isso aconteceu, Senadora, numa época em que foram criadas mais unidades de conservação, e criadas, homologadas, mais terras indígenas. O agronegócio brasileiro realmente produziu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito mais no final da década de 2000, um agronegócio bem pujante. Então, assim, isso tudo ocorreu ao mesmo tempo em que o desmatamento se reduzia e ao mesmo tempo em que a governança ambiental era estabelecida na região. Então, é possível. A gente já sabe como fazer. Basta vontade política para fazer, basta a gente entender que, para o Brasil se colocar no mundo novamente como um protagonista, ele não pode virar as costas para o meio ambiente. Isso é fundamental. E a gente fez, conseguiu fazer isso, reduziu o desmatamento com a... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu peço só que a Senadora Zenaide desligasse o microfone.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, é só... Presidente, é só quebrando o protocolo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pois não, Zenaide

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Depois eu falo. É só para explicar ao Professor Muni que, em nenhuma hora, eu quis desacreditar do agricultor. A agricultura familiar é responsável por 70% do alimento que vai para a nossa mesa. Era só para dizer isso. O que eu mostrei é que tem que ter um olhar diferenciado para o que está acontecendo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Certo. Tudo bem, Zenaide. Então, você fez a sua colocação.

Vamos seguir com a Ane.

Gente, só para fazer uma retificação. Minha assessora disse que, em vez de eu ter falado Confederação Nacional da Agricultura, eu teria dito "indústria". Se eu falei "indústria", não é indústria. É Confederação Nacional da Agricultura, que tem mandado, inclusive, vários projetos aqui para o Congresso Nacional.

Continue, Ane.

A SRA. ANE ALENCAR – Então, só voltando, sim, é possível reduzir, é possível reverter essa situação de degradação. A gente já provou que conseguia fazer isso com menos tecnologia do que temos hoje para monitorar, para identificar quem está sendo responsável pelo desmatamento. O próprio CAR, que foi citado pelo representante da CNA, como um instrumento importante nessa perspectiva do monitoramento, de quem está fazendo ou não o ilícito ambiental... Então é isso, gente, é superpossível, basta vontade política.

Sobre as outras questões relacionadas ao papel dos eventos climáticos extremos nas emissões, o nosso comprometimento com as metas do acordo climático de Paris: bem, com eventos climáticos extremos, a gente vai ter mais seca, vai ter mais fogo, e as nossas emissões também vão aumentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na NDC brasileira, a gente tem dois grupos, vamos dizer assim, de metas. Um grupo está relacionado mais à mudança de uso da terra, que basicamente diz "combater o desmatamento ilegal", mas que não deveria ser "combater o desmatamento ilegal", porque vai que alguém muda a lei e aí tudo se torna legal? A gente cumpriu a meta, não é? Então, temos que ter cuidado com isso. A gente tem que combater e reduzir o desmatamento de forma expressiva, para a gente, de fato, dar uma contribuição, como País, para esse tema de mudanças climáticas. O segundo grupo diz respeito a melhorias nas boas práticas, principalmente na pecuária, na produção pecuária.

Por fim, eu acho que as políticas climáticas têm que ser revisitadas. O PPCDAm, de novo, tem que ser fortalecido. O CAR é um instrumento importante – como o André mesmo colocou e eu coloquei na minha apresentação – e deveria servir para enquadrar aqueles que não estão seguindo a legislação ambiental. E, de fato, pensar nesta possibilidade de suspender os CAR em todas as áreas públicas. Por exemplo, as florestas públicas não destinadas, que foram arrecadadas pelo Governo Federal como florestas, deveriam continuar como florestas. As terras indígenas... Nas unidades de conservação é um pouco mais complicado, porque, dependendo do tipo de unidade de conservação... Mas, enfim, o CAR é um instrumento importante, deve ser valorizado e deve ser utilizado para combater o ilícito ambiental e colocar o Brasil em outro rumo, o rumo em que a gente conserve os nossos recursos naturais – e eu não estou falando só de florestas –, mas também aumente a produção.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, querida, pela sua participação.

Agora, vamos seguir com o Professor Carlos Nobre, Professor da USP.

O SR. CARLOS NOBRE (Para expor.) – Os dois pontos que você levantou, em primeiro lugar, muito rapidamente, reitero, a floresta evoluiu em milhões de anos, toda a floresta, principalmente a Planície Amazônica, em milhões de anos, evoluiu sem fogo, porque é tão denso o dossel, que só 4% da energia solar que atinge o topo da floresta chega ao chão. Então, aquela vegetação no solo da floresta é muito úmida. Se cai uma descarga elétrica, ela faz um pequeno foguinho ali que anda metros, porque nada é inflamável. É diferente da Savana, é diferente do Cerrado, que evoluiu dezenas de milhões de anos com o fogo. A mata é muito suscetível ao fogo. A floresta é muito suscetível. Então, quando começa a degradar, como está acontecendo hoje na Amazônia – já existem quase 1 milhão de quilômetros quadrados na Floresta Amazônica degradados –, aí o fogo se espalha com a maior facilidade, e está acabando realmente, trazendo um risco gigantesco. É aquilo que eu falei anteriormente: nós estamos vendo o sul da Amazônia todo à beira do precipício dessa, entre aspas, "savanização", degradação e desaparecimento da floresta.

Então, é muito importante preservar a Floresta Amazônica. Nós temos que zerar o desmatamento, e, realmente, o histórico deste "legal *versus* ilegal" não serve para nada no Brasil. Desculpem-me a franqueza, mas não serve para nada, porque o Congresso tem legalizado quase todo o desmatamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ilegal ao longo do tempo. Então, nós temos que zerar o desmatamento. E também temos que começar a enxergar...

Talvez a gente devesse ter, no Brasil, também uma comissão nacional da agroecologia, não só da agricultura tradicional. Já há inúmeros estudos que mostram que sistemas agroflorestais na Amazônia têm um valor econômico e beneficiam muito mais as populações tradicionais do que a pecuária. Há inúmeros estudos. E cooperativas que produzem... Como eu falei antes, já existe até, ali em Tomé-Açu, gente que atingiu a classe média, famílias que podem mandar seus filhos para estudar em cidades que têm universidade. Então, esse modelo tradicional de uma agricultura de baixa produtividade, que é o que domina a maior parte da pecuária na Amazônia, tem que ser alterado. Como a Ane falou, é possível, sim, ter uma pecuária muito mais produtiva e a agricultura regenerativa, o que muitos grupos da agricultura do setor agropecuário do Brasil já começam a endossar. Mas o mais importante para a Amazônia – e este é um grande desafio para os países amazônicos – é nos tornarmos uma potência ambiental da sociobiodiversidade, não da substituição da floresta por qualquer outro tipo de agricultura.

Ah, sim, para finalizar, nós – a Ane faz parte também, assim como outros brasileiros e cientistas de países amazônicos, lideranças indígenas – produzimos o *Painel Científico para a Amazônia*. É um documento que vai ser lançado agora na COP 26, com mais de 200 autores e 34 capítulos, que cobre tudo: a importância da Amazônia como entidade regional do sistema terrestre; o que aconteceu na Amazônia nos últimos 50 anos, com todo o risco que os desmatamentos, as queimadas e a degradação vêm trazendo para a floresta, para os povos indígenas, para as comunidades tradicionais. E, depois, vários capítulos colocam as ideias dessa nova biodiversidade. A Ane Alencar liderou alguns desses capítulos. Então, é o futuro sustentável. O que nós devemos fazer, os países amazônicos, para um futuro sustentável e do ponto de vista econômico é o potencial dessa bioeconomia de floresta em pé.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Professor Carlos Nobre, pela sua participação.

Vamos agora ao Felipe Nunes, que é pesquisador do Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG.

O SR. FELIPE NUNES (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu vou tentar aqui reunir, nestes cinco minutos, o desafio de comentar as perguntas enviadas pelo e-Cidadania com os questionamentos da meta da NDC brasileira e também dessa pesquisa que a Senadora mencionou sobre o impacto do desmatamento na umidade, as chuvas e o que a ciência mostra.

O primeiro ponto do que eu captei dos comentários e perguntas da audiência é sobre o que o Governo Federal tem feito para o combate a essa degradação ambiental. Quando eu falo em degradação ambiental, é sobre queimadas e desmatamento. Há outra série de situações de degradação ambiental, mas vamos focar na queimada e desmatamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ciência já se debruçou sobre o que funcionou ou não para o combate à degradação ambiental, no PPCDAm e outras políticas ambientais. Basicamente, há um consenso de que o que funcionou foi a criação de áreas protegidas na Amazônia e o monitoramento e o controle, que seriam a fiscalização ambiental de modo eficiente, detecção das infrações, punição e ter uma sensação como resultado de punição do Estado a qualquer comportamento a infrações ambientais, à margem da lei.

O que a gente vem vendo é que aquilo que funcionou nas primeiras fases do PPCDAm, que é reconhecido até pela ONU como um dos principais instrumentos de combate ao crime ambiental do mundo, se não for o maior, é que o ordenamento territorial e esse monitoramento, controle da fiscalização ambiental, foram os eixos principais dos resultados alcançados no combate ao desmatamento. E atualmente o que a gente vê é um enfraquecimento desses eixos, sendo que já comprovadamente estão correlacionados, em diversos estudos, inúmeras publicações, à redução do desmatamento.

Outro ponto colocado que a Senadora traz, que foi uma pesquisa recente que saiu sobre o impacto do desmatamento na umidade, na precipitação, ou seja, no equilíbrio climático, que vem sendo afetado pelo desmatamento. Nós também aqui na UFMG, em parceria com vários outros autores nacionais e internacionais, publicamos este ano um estudo que correlaciona as áreas de desmatamento, principalmente as áreas que têm maior desmatamento, acima de 50% da área. A partir de uma série de modelagens, foi correlacionada a precipitação total dessas áreas, e o que a gente viu é que, no curto prazo, há um aumento da precipitação e rapidamente um declínio considerado dessas precipitações, chegando em algumas regiões a até 50% de queda de precipitação, isso com impactos consideráveis, sistêmicos. Mas a gente também conseguiu correlacionar a impactos na produtividade agrícola, principalmente na precipitação, ligada ao atraso, por exemplo, das chuvas nas safrinhas, que estão relacionadas a uma produtividade brasileira diferenciada. Ou seja, o impacto econômico do desmatamento na Amazônia já é sentido, e a gente estima que, se mantidos os níveis atuais de desmatamento, pode-se chegar até a US$1 bilhão por ano de prejuízos, só em função da redução dessa precipitação. Por último, queria só comentar sobre as metas da NDC brasileira. Conforme eu coloquei no início, o sucesso do Brasil ou insucesso vai ser medido pelo combate ao desmatamento. Claro, os outros setores também têm participação importante, não é? É um desafio multissetorial. Mas o desmatamento é o carro-chefe para o Brasil ter sucesso.

E o Brasil recentemente mandou sua quarta comunicação nacional, e é comum que em toda comunicação nacional haja aprimoramentos científicos. E isso traz, por exemplo, mudanças nas linhas de base. Mas infelizmente o Brasil optou por manter aumentos absolutos nessa linha de base, considerando manter a redução, a meta, a redução em porcentagem, ou seja, relativa, e isso implicaria um aumento que a gente estima de cerca de 400 milhões de toneladas-ano, 400 milhões de toneladas até 2030, ou seja, seria uma forma de a contabilidade deixar com que o Brasil emita mais, ou seja, menos ambicioso naquilo que já prometeu.

Então, nós também publicamos isso e ficamos à disposição aí, porque nós consideramos que seria um retrocesso no protagonismo do Brasil no Acordo de Paris.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Felipe, de coração, pela sua participação.

Queria agradecer a todos vocês que estiveram conosco. As contribuições de vocês serão fundamentais para conseguir dar o relatório de nossa autoria, que está tratando exatamente da política do Governo Federal em relação a mudanças climáticas. Aliás, o relatório será apresentado na COP 26.

Nós decidimos, na verdade, construir esse relatório depois de ouvirmos todos os setores da sociedade, o que nós entendemos que é fundamental, de fato, para termos um relatório conclusivo, um relatório democrático, um relatório que seja construído, de fato, por várias mãos, não é?

Então, muito obrigada pela presença de todos vocês. A gente não tem quórum suficiente para deliberar sobre as atas. Agradecendo a presença de todos e todas e nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e vinte e um minutos do dia seis de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Izalci Lucas, Giordano, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 159, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para estabelecer direitos e salvaguardas à natureza entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 135, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 333, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências, para revogar o direito ao porte de armas aos servidores públicos no exercício da fiscalização de caça." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PROS/RR). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 50, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Joaquim Álvaro Pereira Leite, Ministro de Estado do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações adequadas sobre o Parque Nacional (Parna) de São Joaquim e a implementação da unidade de conservação, principalmente as desapropriações acompanhadas das devidas indenizações." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 51, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 208/2018, que redefine o traçado do Parque de São Joaquim e altera seu nome para "Parque Nacional da Serra Catarinense"." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 52, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater soluções de financiamento às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 53, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 48/2021 - CMA, sejam incluídos os convidados listados." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Jaques Wagner. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 56, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o estabelecimento de uma estratégia internacional destinada ao combate às mudanças climáticas, baseada na regulamentação dos artigos 6 e 9 do Acordo de Paris, a qual deverá ser apresentada pelo Governo Federal na COP 26, a ser realizada em Glasgow, Escócia." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente os seguintes documentos:

Aviso nº 1.575, GP/TCU, de 29/09/2021, que encaminha a cópia do Acórdão 2.287, do mesmo ano, acompanhado dos respectivos relatório e proposta de deliberação, proferido pelo Plenário do TCU ao apreciar os autos do TC 007.951/2019-1, da relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, que tratam de auditoria operacional "destinada a avaliar as ações do Governo Federal desempenhadas conjuntamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, além da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na sistemática federal para o registro de agrotóxicos e, assim, identificar as eventuais necessidades de correções em face das disfunções burocráticas.

Segundo: Ofício nº 244, de 2021, da Vereadora Claudiléia Viana de Oliveira, da Câmara Municipal de Berilo, Minas Gerais, que solicita apoio para conseguir informações junto aos órgãos estaduais e federais responsáveis sobre a existência e o andamento de ações de eventuais projetos atinentes à conservação do Rio Araçuaí.

Terceiro: comunico ainda o encerramento do prazo de manifestação dos documentos comunicados na 15ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, de 15 de setembro do corrente ano.

Objetivos e diretrizes desta reunião: a presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Srs. Senadores e Senadoras votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações de votação nominal.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que estão remotamente.

Antes de entrar no item, apesar de já termos quórum, eu quero fazer algumas referências.

Gostaria de deixar, em primeiro lugar, os meus votos de pesar às famílias de quatro vítimas das tempestades de poeira que tomaram as cidades do interior de São Paulo. Os principais fatores por trás dos chamados *haboob* são a seca que atinge boa parte do Brasil e o desmatamento geral. Com a falta de chuvas, o solo ressecado e exposto acaba levantando com mais facilidade em contato com o vento forte, causando nuvens de poeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cidades do Mato Grosso do Sul, Goiás e Maranhão também registraram o fenômeno e nós tivemos um fenômeno semelhante em 2019, na região de Luís Eduardo, no oeste da Bahia.

Lembro que as queimadas que ocorreram no Pantanal – e rogo a Deus que elas não se repitam apesar da estiagem que nós estamos vivendo –, no mês de setembro somaram quase o dobro das registradas em agosto. Segundo dados do INPI, foram quase 3 mil focos de queimadas registradas no último mês.

O bioma segue queimando ano após ano, colocando em risco a população da região e a riquíssima biodiversidade do bioma. Por isso, nós, há duas semanas, constituímos aqui uma subcomissão, proposta do Senador Wellington, a Subcomissão do Pantanal. Estamos aguardando só a apresentação do plano de trabalho – inclusive, gostaria de participar. Não sou membro, mas, como Presidente, gostaria de participar.

O cenário de escassez hídrica é alarmante. O nível dos reservatórios nacionais está com 24% de sua capacidade total. Não há acaso neste cenário. A ausência de políticas de comando e controle ou de estratégias para a promoção do uso sustentável da biodiversidade está nos levando a esse cenário no mínimo preocupante.

Como estamos próximos da COP 26... E registro aqui, na Comissão, que até antecipei a reunião para às 8h porque tenho que me deslocar para acompanhar o Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, na reunião que vai acontecer sexta e sábado em Roma, que é da União Interparlamentar e essa será uma reunião preparatória para a COP 26.

A União Interparlamentar para os que não a conhecem, porque temos pessoas nos acompanhando, é uma espécie de ONU dos Parlamentos. Reúne Parlamentares do mundo inteiro que debatem temas de interesse, eu diria, mundial.

Então, por isso, esta reunião está ocorrendo e eu devo me deslocar. O Presidente já se deslocou ontem à noite.

Como estamos próximos da COP 26, como dizia, destaco alerta dado pelo último relatório do monitor de atos públicos da plataforma Política por Inteiro, divulgado em 24 de setembro último. Foram publicadas três normas do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima que institui grupos técnicos temporários detalhados na sessão relativa ao Executivo.

Cabe ressaltar a falta de representação da sociedade civil e da comunidade científica em todos os grupos. A pouco mais de um mês da COP 26, a resolução prevê uma proposta de atualização da política nacional de mudança do clima sem participação social e a toque de caixa.

E eu registro, além disso, que nós estamos há um mês – menos de um mês, porque é o início da COP no dia 1º de novembro – e até agora é desconhecida a posição que o Ministério do Meio Ambiente e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Ministério das Relações Exteriores levarão para a COP. Inclusive, ontem – e o Presidente da Casa, o Senador Rodrigo Pacheco, aquiesceu e assinou um requerimento de informação dirigido aos dois ministérios, até porque qualquer acordo assinado lá fora terá que ser referendado por esta Casa –, então, nós apresentamos, eu apresentei um requerimento de informação aos dois ministérios para saber a quantas anda, porque isso não pode ser feito à revelia da sociedade e muito menos à revelia desta Casa.

Então, fizemos um requerimento de informação, que deve estar sendo encaminhado, já assinado pelo Presidente da Casa, para os dois ministérios, e eu espero que, no tempo previsto, o tempo regimental para resposta a requerimento de informação, nós possamos ter noção de quais caminhos estão sendo levados, porque as notícias que vêm de fora para dentro são as piores possíveis. Mais uma vez o Brasil, pelas notícias – espero que não se confirmem –, vai se colocando à margem daquilo que o mundo inteiro quer fazer, a ponto de já se falar de uma exclusão do Brasil dos debates, porque a postura seria de não ter um consenso na COP 26 exatamente sobre o art. 6º, que é o artigo que diz respeito a regulamentação no mercado de carbono. Nós temos um mercado aqui voluntário, mas não temos um mercado regulamentado.

Ao mesmo tempo em que isso acontece – na minha opinião, na mesma linha da postura do Governo –, o Governo na Câmara dos Deputados até agora tem criado obstáculo para a aprovação de um projeto de autoria do Vice-Presidente da Casa e, portanto, Vice-Presidente do Congresso Nacional, que exatamente regulamenta o mercado de carbono, pelo menos em nível nacional. Não regulamenta, até porque não poderia regulamentar porque a regulamentação em nível internacional será feita em debate exatamente na COP 26. Mas é estranho porque não se sabe o que se vai levar, e, ao mesmo tempo, para algo que poderia ser uma notícia boa – eu espero que se reverta isso –, nem sequer foi designado o Relator na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

Então, olhando o cenário, o que se depreende é que realmente o Governo Federal está querendo não levar nenhuma notícia ou ter uma posição, como eu já disse, isolada em relação àquilo que o mundo inteiro debate. Por isso eu apresentei esse requerimento de informação e aqui eu estou apresentando extrapauta um requerimento exatamente para que se possa ter uma realização de uma audiência pública antes da COP 26, na CMA, com a presença do Ministro do Meio Ambiente, do Ministro de Relações Exteriores e duas pessoas da sociedade civil, uma a Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, que assinou um belíssimo documento sobre esse tema, reunindo dezenas ou mais de dezenas de empresas de importância significativa no cenário empresarial brasileiro; e também a Diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria, que também tem posição firmada sobre essa questão do mercado de carbono.

Então, eu acho que a Casa não pode ficar... É o Brasil que está sendo representado, mas lá estarão o Executivo e nós também, como representantes do Legislativo. Então, estamos fazendo um esforço para que a posição do Brasil não continue na mesma linha de exceção ao mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, apesar do cenário de devastação e ameaça dos direitos de pobres e comunidades tradicionais e indígenas em todo o País, representantes do Poder Executivo insistem em discurso de negação. Há dois dias, em reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU, representantes do Governo brasileiro questionaram o uso do termo racismo ambiental para abordar a interseção entre injustiça racial e ambiental.

Nesta semana, estarei acompanhando, como já disse, o Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, juntamente com a Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão Relações Exteriores, e o Senador Irajá, 1º Secretário da Mesa Diretora, na Pre-COP 26, em Roma. Lá estaremos em reunião dos Parlamentares do mundo inteiro, na Câmara dos Deputados da Itália, para discutir pontos importantes, como as principais ações para a recuperação verde após a pandemia da covid-19, sistema de financiamento global para mitigação da crise climática e o papel dos Parlamentares no alcance das metas climáticas.

Ainda na mesma viagem, estarei em audiência com Sua Santidade – não eu; na verdade, Sua Santidade receberá os membros que participam dessa reunião, então, não é uma audiência particular, sequer é uma audiência com a delegação brasileira; será uma recepção de Sua Santidade com todos aqueles que participam dessa reunião, até porque o Papa tem demonstrado altíssima preocupação com o que ele chama de "A Casa Maior" e com tudo que vem acontecendo na área ambiental. Esta semana, acho que todos viram, fez uma reunião, eu diria, inter-religiosa, na medida em que convocou representantes de diversas religiões do mundo, que se reuniram exatamente para tocar no tema da preservação ambiental e da emergência da questão climática no mundo.

Além disso, gostaria de registrar datas comemorativas deste mês de outubro. Dia 4/10, Dia Mundial dos Animais. Dias antes, em 29/09, o Serviço de Pesca e Vida Selvagem dos Estados Unidos divulgou, conforme matéria do ((o))eco, uma proposta para a retirada de 23 espécies da lei de espécies ameaçadas americana. O motivo, entretanto, não é a boa notícia de que as espécies estão fora de risco, e, sim, o contrário: que já seria tarde demais para qualquer esforço de tentar conservá-las, pois já desapareceram do território americano. Então, é como diz o ditado popular: quem não ouve cuidado ouve coitado. Então, nós, praticamente, naquela região, perdemos 23 espécies. Enquanto isso, a espécie plástica, que é uma espécie exótica no oceano, a cada dia aumenta seu volume nos oceanos de todo mundo. Dia 4/10 também, Dia da Natureza; 5/10, Dia Mundial do Habitat; 5/10 também, Dia da Ave; 12/10, Dia do Mar; 15/10, Dia do Consumo Consciente; 16/10, Dia Mundial da Alimentação; 31/10, início da COP 26, na Escócia, na capital Glasgow.

Bom, esta reunião tem como pauta três projetos, sendo dois terminativos e um não terminativo, e quatro requerimentos.

O primeiro ponto da pauta é o PLS 159, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 159, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para estabelecer direitos e salvaguardas à natureza entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR).

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Pela aprovação com emendas.

O Senador Lasier Martins está lincado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Lasier Martins, V. Exa. está em condições de fazer a leitura do seu relatório?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Sim, Presidente, e, como ele é bem extenso, vou abreviar alguns pontos.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, então V. Exa. tem a palavra para fazer a leitura do relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para estabelecer direitos e salvaguardas à natureza entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.

O art. 1º da proposição altera os artigos 2°, 3°, 4° e 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. As modificações no texto da referida lei são as seguintes:

a) agrega "proteção à natureza" aos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) no *caput* do art. 2°;

b) abandona a acepção de "meio ambiente como um patrimônio público a ser assegurado e protegido pelo seu valor coletivo" em favor da "necessidade de proteger o meio ambiente em razão do seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valor intrínseco, independentemente de importância econômica ou de potencial de uso humano", no princípio da PNMA estabelecido pelo inciso I do art. 2°;

c) acrescenta o inciso XI ao art. 2°, determinando que a natureza é sujeito do direito à existência e à manutenção e regeneração dos seus ciclos vitais, estrutura, funções, processos evolutivos e à sua restauração em caso de dano causado direta ou indiretamente por ação antrópica;

d) substitui o termo "biota" por "ecossistemas" na alínea c do inciso III do *caput* do art. 3°, que define poluição;

e) adiciona o inciso VI ao *caput* do art. 3° para incluir a definição de serviços ambientais como sendo os benefícios proporcionados pelos ecossistemas;

f) substitui o inciso VI do *caput* do art. 4° para deliberar que a PNMA visará à preservação e restauração da natureza, reforçando a ideia de que a natureza é sujeito de direitos;

g) agrega o inciso VIII ao *caput* do art. 4º para instituir a aplicação de medidas de precaução, prevenção e restrição para as atividades que possam conduzir à extinção de espécies ou à destruição de ecossistemas; e

h) altera o § 1º do art. 14 para impor aos transgressores da Lei nº 6.938, de 1981, a restauração dos ecossistemas danificados pela atividade poluidora.

O art. 2º estabelece que a lei resultante do PLS nº 159, de 2017, entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi encaminhada para esta Comissão em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

À CMA são atribuídas, nos termos do art. 102-F... Aí, deixo de ler porque é questão de formalidades que não merecem qualquer reparo.

Com relação ao mérito, o autor da proposição tem por objetivo conferir à natureza a condição de sujeito de direitos por meio de alterações na Lei nº 6.938, de 1981. Desse modo, o projeto almeja obter o reconhecimento da dignidade da natureza e do seu direito à existência, à manutenção e à regeneração dos seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos, independentemente de importância econômica ou de potencial de uso humano.

O reconhecimento expresso da natureza como sujeito de direitos é observado em alguns países, como é o caso da Constituição da República do Equador, de 2008. Na Constituição equatoriana, não foram atribuídos direitos ou a condição de personalidade jurídica a indivíduos não humanos, ou seja, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seres vivos que compõem os ecossistemas, mas, ao contrário, é o próprio ecossistema em seu conjunto (a natureza) ou, no mínimo, a espécie enquanto totalidade, que passou a gozar dessa condição. Além disso, apesar de não haver lei regulamentando a aplicação dos dispositivos que conferem direitos à natureza, a Constituição daquele país prevê a aplicação direta e imediata dos direitos por ela outorgados, o que pode ser pleiteado, em caso de descumprimento, pela chamada "Acción de Protección".

A crítica a esse modelo constitucional não-antropocêntrico é fundamentada principalmente em argumentos que sustentam que a luta para a proteção da natureza deveria se dar no campo político e não no jurídico, dado que a mera personificação da natureza ou o reconhecimento de sua condição de sujeito de direitos seria insuficiente para frear a degradação ambiental. O novo modelo não seria mais eficaz do que os atuais mecanismos de proteção antropocêntricos.

Entretanto, observamos que, diferentemente da Constituição equatoriana, a Constituição Federal do nosso País institui um modelo no qual o meio ambiente é protegido por meio da imposição de deveres às pessoas em relação ao meio ambiente, e não pela concessão de direitos à própria natureza, sendo, portanto, claramente uma constituição antropocêntrica.

O art. 225 da Constituição Federal evidencia a caracterização do ser humano como sujeito dos direitos ambientais, para quem a natureza deve ser preservada a fim de garantir o suprimento de suas necessidades. *In verbis*:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Desse modo, nossa Constituição vê o meio ambiente como sendo um bem de interesse difuso, ou seja, que pertence a todos os seres humanos, independentemente do grupo, órgão ou associação a que pertença.

Para essa classe de direitos/interesses metaindividuais, o legislador infraconstitucional já havia criado, anteriormente à Constituição de 1988, instrumento de defesa dotado de singular poder para a sua proteção e que atribui legitimidade para o seu exercício a todas as entidades que, de uma forma ou de outra, representem a vontade da coletividade. Trata-se da Ação Civil Pública, recepcionada pela Constituição da República, em especial, no inciso III do art. 129, *in verbis*:

> Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:
> .....
> III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, conferir direitos ao meio ambiente por meio de projeto de lei entra em choque com a Constituição Federal. Inovação dessa natureza deveria ser apresentada por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Apesar disso, o PLS nº 159, de 2017, aqui em exame, apresenta inovações que aperfeiçoam a Lei nº 6.938, de 1981, como o conceito de serviços ambientais, o princípio da precaução, prevenção e restrição na proteção das espécies e ecossistemas e a substituição de "biota" pelo termo mais amplo e adequado "ecossistema".

Sendo assim, acreditamos ser necessário preservar a proposição, removendo as inconstitucionalidades e aprimorando a sua redação por meio de emendas que possam:

1) Modificar a ementa do PLS nº 159, de 2017, para adequá-la às modificações que sugerimos;

2) Substituir "proteção à natureza" por "conservação dos ecossistemas" no *caput* do art. 2º da Lei nº 6.938, de 1981;

3) Retirar a alteração do inciso I do art. 2º da PNMA;

4) Alterar o novo inciso XI do art. 2º da PNMA para "manutenção dos serviços ecossistêmicos";

5) Definir "serviços ecossistêmicos" em vez de "serviços ambientais" e acrescentar o significado de ecossistemas no art. 3º da PNMA;

6) Modificar o inciso VI do *caput* do art. 4 o da PNMA para "à conservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e dos serviços ecossistêmicos"; e

7) Excluir a alteração do §1º do art. 14 da PNMA.

Voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2017.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu coloco a matéria em discussão.

Algum Senador remoto ou presencial deseja discutir a matéria? (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Essa matéria é terminativa, então, a votação será nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o PLS nº 159, de 2017, nos termos do relatório apresentado pelo eminente Senador Lasier Martins.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Eu lembro que esta votação é nominal e peço aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras membros desta Comissão que exerçam o direito do voto através do sistema Senado Digital. Daí abre a página "Votações", "Votações em Comissão", e lá estará "Votação na CMA". Se não conseguirem, é o bastante falarem aqui na reunião, mesmo remotamente, e proclamarem seu voto que a Secretaria da Mesa irá registrar.

Senador Lasier, pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu quero votar verbalmente, votar "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

Registrado o voto do Senador Lasier Martins, o voto "sim".

Eu peço à Secretaria da Comissão que ligue para os Srs. e Sras. Senadores, particularmente para o Senador Telmário Mota, autor desta proposição, para que exerça o direito do voto. (*Pausa.*)

Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Meus cumprimentos, Presidente. Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom dia!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Quero me dirigir a V. Exa. e aos companheiros pedindo desculpas por ainda não me encontrar no Plenário desta reunião.

Eu perguntaria se V. Exa. computaria a minha posição de voto "sim" em relação a este item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Claro, com certeza. Já estou pedindo à Secretaria da Mesa para registrar o voto do Senador Veneziano, o voto "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Veneziano, aproveito a sua presença, mesmo que remota, virtual, para lhe fazer uma solicitação que eu havia feito ontem ao Presidente da Casa, Senador Rodrigo. Ele me disse que colocaria em votação, mas acabou se retirando e não sei se teve tempo de lhe transmitir. É um empréstimo – V. Exa. até estava presente na CAE quando foi aprovado ontem e foi pedida urgência. Então, se V. Exa., na sessão da tarde de hoje, puder colocar aquele empréstimo de US$40 milhões para o Estado da Bahia, eu lhe agradeço.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Com prazer. Eu não conversei, apenas me despedi, como V. Exa. pôde ter visto, do Presidente, assumindo a condução dos trabalhos. Não houve tempo hábil para que nós falássemos sobre, mas estou me dirigindo à Presidência e já vou providenciar junto aos companheiros da SGM a inclusão extra pauta desse empréstimo para o nosso querido Estado da Bahia. Eu lhe confirmo logo que sair da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu lhe agradeço em nome dos baianos, de nordestino para nordestino.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Com o maior prazer e alegria. Tudo de bom para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado. (*Pausa.*)

Senador Fabiano Contarato, V. Exa. tem a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Meu querido Senador Jaques Wagner, desculpe, estou com um problema aqui de conexão.

Mas só quero externar meu voto. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu peço à Mesa que registre o voto "sim".

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente, enquanto ocorre a votação...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, Senador Plínio Valério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Informaram-me que o senhor solicitou para vir para a Comissão do Meio Ambiente um projeto que eu apresentei ontem sobre abrir um programa, via BNDES, para financiar quem quiser instalar, na sua residência, energia solar. Eu só queria pedir para a gente, quando possível, discutir rápido, porque eu acho que o momento é propício para essa discussão, com a ameaça de apagão.

Eu só queria... Eu acho justo passar por aqui para que possamos discutir, aprimorar, aperfeiçoar o projeto. Eu só tenho receio de que demore muito,...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... e a gente perca o *timing* do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só vou perguntar aqui à Secretaria da Mesa. (*Pausa.*)

V. Exa. apresentou o projeto em Plenário?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Ele iria... Está aqui, a minha assessora está passando ali. Eu apresentei, ele iria a Plenário, ele ia direto para o Plenário, com Relator em Plenário e tudo, mas aí houve uma solicitação da CMA. Parece-me que foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, na verdade, eu vou ser franco, eu tenho trabalhado muito com o Presidente da Casa, não especificamente sobre esse material, até porque eu sou absolutamente simpático – eu tenho, no meu sítio, energia solar, e a Bahia expande muito sua energia solar. É que eu acho que a gente está adotando uma sistemática de que tudo vai para o Plenário, sem aprofundamento.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sim. Perfeito, correto. Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E eu tenho pedido ao Presidente: Presidente, se está funcionando, há condição de haver votação, por que é que a gente não leva...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas não há nenhum objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que me esclarecem... Eu não vou estar hoje na sessão à tarde, porque eu tenho que acompanhar o Senador Rodrigo Pacheco, mas V. Exa. poderia se dirigir ao Vice-Presidente, Senador Veneziano, porque precisa aprovar o requerimento de vir para cá, inclusive porque se ele for rejeitado, ele vai nomear um Relator de Plenário e botar lá para votação.

Agora, é óbvio que a minha vontade – eu tenho, graças a Deus, votado muitas matérias aqui –, portanto, não é ficar postergando, até porque essa é ambientalmente correta.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso. **O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O projeto de energia solar é absolutamente correto.

Então, duas coisas: vou falar até contra o requerimento que eu fiz, muito mais por uma questão de princípio do que em relação ao projeto. Se for rejeitado lá, por uma questão até do momento que a gente está vivendo, ele pode nomear um Relator de Plenário e colocar na pauta e votar. Se ele vier para cá, eu lhe garanto que a tramitação será a mais rápida possível.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois é, eu concordo plenamente com a sua posição de que a Comissão está funcionando. Tem que passar na Comissão. Tem meu apoio total. Então a gente poderia apresentar direto logo aqui na Comissão. Não seria mais fácil? Eu faço isso então.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É porque como ele tinha colocado pelo Presidente, e ele tinha colocado em Plenário, aí houve um requerimento para vir para cá.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu nem acho que tinha que votar requerimento, ele poderia destinar para cá, e a gente já ia tratando.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois é, destinar logo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas hoje à tarde, eu posso até ligar para o Senador Veneziano, pedindo para ele botar o requerimento para votar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu falo com ele. E quero dizer, Jaques, que eu concordo plenamente com que a matéria, a Comissão funcionando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A Secretaria está me dizendo que até o Presidente poderia... Eu vou ligar para o Senador Veneziano. Se houver espaço para ele despachar direto para cá, até porque a tramitação normal seria vir para cá.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Seria aqui. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Aí, ele mandando, e se V. Exa. vir algum colega que deseja que seja o Relator, eu lhe peço que indique aqui à Secretaria da Mesa, através da sua assessoria, para a gente pedir uma tramitação mais rápida.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Só para reiterar a posição e apoiá-lo, eu concordo plenamente com sua decisão de que tem que vir para a Comissão, a Comissão funcionando. Tem que vir. Eu acho que esse negócio de não passar na Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É porque eu acho que, na verdade, a gente já deveria, Senador Plínio... É a primeira vez que eu estou no Senado, eu sei que é a primeira vez que V. Exa. também está no Senado, mas já participamos de outras Casas legislativas. É óbvio que o advento da covid nos fez interromper uma tramitação normal. Mas por exemplo, não é só vir para a Comissão; por que é que não podemos abrir as sessões às 14h, como sempre foi? E de 14h até a abertura da Ordem do Dia, haver espaço para grande expediente, porque o Senador precisa...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – O senhor viu o exemplo de ontem, não é? Eu cheguei até a protestar, porque a gente não tem espaço para ocupar a tribuna, aí vai para uma votação de um projeto, um único projeto leva a tarde inteira, com o Relator falando 20 vezes, um outro Senador falando mais dez. Eu acho correto como era antes.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Hoje, graças a Deus, pela tecnologia, nós estamos podendo fazer, por exemplo, eu estou fazendo uma votação nominal e, se Deus quiser, chegaremos ao quórum. Eu já votei aqui, não sei, nas sessões que eu tive depois, talvez dez projetos terminativos, com votação nominal. E não é só isso, porque aqui é uma audiência pública, a gente aprofunda o debate, melhora o projeto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sim, isso que é o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ou seja, amassa-se o barro aqui. Mas eu estou falando até do Plenário, isso que V. Exa. acabou de dizer. Entra para falar três minutos, a máquina corta você, e você não tem como aprofundar nada. Então, por que não se ter a abertura da sessão às 14h, porque cada Senador poderia se inscrever no grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expediente. Eu não vejo por que não fazer isso, porque quem nos acompanha o faz pela televisão, não é presencial no Plenário. Então, pelo menos, nós registraríamos nosso discurso, colocando nosso ponto de vista, trazendo problemas do nosso Estado.

Mas eu vou reiterar com o Senador Rodrigo, nosso Presidente, que eu acho que há que voltar algum grau de normalidade, senão acaba sequestrando o nosso exercício de Parlamentar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – E já se prolonga, já se arrasta há muito tempo. A gente iniciar às 14h, e cada Senador ocupar o espaço é primordial. É primordial.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E sempre foi assim.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – O desempenho da gente até cai muito, não é, Senador? O desempenho cai. Eu lembro – viu, Otto? – no primeiro ano, que eu consegui editar um livro de 365 páginas só de discursos, que eu considero importantes e, se você somar 2020 e 2021, não dá metade disso.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É isso.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Ou seja, a gente cai muito na produção.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E nós precisamos prestar contas, porque nos colocaram aqui, não é?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Exatamente.

Então, conte comigo.

Tem que vir para a Comissão sim.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, mas eu vou falar com o Senador Veneziano – ouviu Leila? Me lembre para eu ligar para o Veneziano.

Senador Otto Alencar, é com prazer que eu lhe vejo hoje presencialmente. Ontem, eu lhe vi virtualmente, mas, graças a Deus, aproveito para já pedir ao Senador Veneziano para, hoje à tarde, colocar em Plenário a aprovação. Na verdade, seria ontem, mas, como o Senador Rodrigo teve que ir em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viagem, e eu até vou acompanhá-lo, ele passou para o Senador Veneziano. O Senador Veneziano colocou para votarmos, hoje à tarde, o nosso empréstimo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está bom, Excelência.

Grande relatoria!

Estava no remoto ontem. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Liga para o Telmário, que é o autor da matéria, gente. Ou, então, para o Jean Paul ou o Paulo Rocha.

Liga para o Wilmar que ele...

Para o Randolfe. (*Pausa.*)

Bom, atingimos o quórum de votação.

Agradeço a todos os Senadores e Senadoras que participaram remotamente ou presencialmente e proclamo o resultado da votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Peço à Secretária da Mesa que abra o painel.

Eu não estou enxergando.

Pronto: 8 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Quórum atingido de 9.

Está aprovado o relatório do Senador Lasier Martins com projeto de autoria do Senador Telmário Mota.

Como eu recebi um pedido do Senador Zequinha Marinho, que acostou um requerimento para uma audiência pública sobre projeto que seria da minha relatoria, e como o Senador Zequinha não esteve presente, que é uma condição para votar o requerimento, para não atropelar a pretensão do Senador Zequinha Marinho, eu vou retirar de pauta o projeto que eu iria relatar com caráter terminativo para que, numa próxima sessão, o Senador Zequinha Marinho possa, presente, fazer votar o seu requerimento.

O próximo projeto é do Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou para os requerimentos antes que o Senador Contarato possa relatar o projeto não terminativo de sua autoria.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 52, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater soluções de financiamento às ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Atividade no âmbito do Legislativo Nacional para debater mecanismos financeiros para que o País possa combater a crise climática.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Sergio Suchodolski, Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), Vice Presidente da Alide, Membro do Conselho da VR Benefícios, Membro do Conselho Deliberativo do Sebrae; o Sr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Vice-Diretor Geral do Banco de Compensações Internacionais (BIS); a Sra. Stephany Griffith-Jones, Diretora de Mercados Financeiros na Iniciativa de Diálogo de Políticas Públicas da Universidade de Columbia; o Sr. Gustavo Henrique Moreira Montezano, Presidente do BNDES; o Sr. Nelson Antônio de Souza, Presidente do Desenvolve SP; a Sra. Maria Netto, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Esse é o requerimento que faço a esta Comissão.

Lido o requerimento, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

A votação é simbólica.

Os Senadores que concordam com o requerimento lido permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 56, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre o estabelecimento de uma estratégia internacional destinada ao combate às mudanças climáticas, baseada na regulamentação dos Artigos 6 e 9 do Acordo de Paris, a qual deverá ser apresentada pelo Governo Federal na COP 26, a ser realizada em Glasgow, Escócia.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA).

Proponho que a audiência pública tenha a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Joaquim Alvaro Pereira Leite, Ministro do Meio Ambiente; Exmo. Sr. Carlos França, Ministro das Relações Exteriores; a Sra. Marina Freitas Grossi, Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; e a Sra. Mônica Messenberg, Diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*) Bom, requerimento da Comissão de Meio Ambiente, de autoria do Senador Jean Paul, subscrito por mim.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 53, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ nº 48/2021 – CMA, sejam incluídos os convidados listados.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e outros.

E cadê os convidados? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, um representante do Ministério do Meio Ambiente, sem citar nome; e um representante do MAPA, Ministério da Agricultura e Pecuária.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

O Senador Fabiano está lincado ou não? (*Pausa.*)

Senador Izalci, V. Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, tentei votar aí e não consegui. Já encerrou a votação?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Encerrou. Houve o quórum. Eu agradeço a V. Exa. o interesse. Realmente, eu tentei comunicar, mas não houve prejuízo. Fique tranquilo, porque conseguimos atingir o quórum. Eu agradeço a atenção de V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bem. Estou à disposição, um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Outro.

Bom, o Senador Fabiano Contarato teria dois requerimentos aqui, mas, como ele está ausente e em face da regra regimental, não posso colocar em votação. E ele teria a relatoria de um projeto não terminativo, mas ele está em outra missão. Então, vou ter que retirar de pauta o projeto relatado por ele.

Antes de finalizar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Reuniões, realizadas, respectivamente, em 15, 16 e 20 de setembro e 1º e 3 de outubro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

As matérias, que foram duas, além de três requerimentos, não apreciadas nesta reunião serão reincluídos em pauta futura para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e oito minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e um, no Reunião remota, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Wellington Fagundes e Fabiano Contarato, e ainda da Senadora não membro Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Jayme Campos, Jaques Wagner, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 10/2021 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2788, de 2019, que "institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências". **Participantes:** Deputado Rogério Correia, Deputado Federal; Sr. João Marcos Mattos Mariano, Defensor Público Federal e Membro do Comitê Rio Doce e Brumadinho (representante de: Defensoria Pública da União); Sra. Josiani Napolitano, Diretora (representante de: Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE); Sra. Manoela Carneiro Roland, Coordenadora (representante de: Centro de Direitos Humanos e Empresas (Homa)); Sr. Marco de Vito, Analista de Infraestrutura e Coordenador de Planejamento de Estudos e Projetos. (representante de: Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR); Sra. Maria Ceicilene Aragão Martins, Chefe da Assessoria Especial de Meio Ambiente (representante de: Ministério de Minas e Energia - MME); e Sra. Tchenna Maso, Coordenadora (representante de: Movimento dos Atingidos por Barragens). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atenção ao Requerimento nº 10, de 2021, da CMA, de minha autoria, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 2.778, de 2019, que "institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências".

No requerimento foram listados diversos debatedores que em muito contribuirão para a instrução desta matéria. No entanto, a fim de oportunizar tempo de fala e, portanto, profundidade aos argumentos e exposições que ouviremos hoje, para esta audiência convidamos, em ordem alfabética: o Sr. João Marcos Mattos Mariano, Defensor Público Federal e membro do Comitê Rio Doce e Brumadinho; a Sra. Josiani Napolitano, Diretora da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine); a Sra. Manoela Carneiro, Coordenadora do Centro de Direitos Humanos e Empresas (Homa); o Sr. Marco de Vito, Analista de Infraestrutura e Coordenador de Planejamento de Estudos e Projetos do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); a Sra. Maria Ceicilene Aragão Martins, Chefe da Assessoria Especial de Meio Ambiente do Ministério de Minas e Energia; e a Sra. Tchenna Maso, Coordenadora do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Esta reunião ocorre, amigos, de modo exclusivamente remoto, por meio do sistema de videoconferência adotado pelo Senado Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-0612211.

O relatório completo, senhores, com todas as manifestações, está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Eu gostaria de falar que, como Relatora do PL, propus esta audiência para entender o que será fundamental para embasar meu parecer.

Para aqueles que nos assistem, informo que o objetivo principal do Projeto de Lei 2.778 é criar mecanismos legais para que todas as populações atingidas por barragens, seja na fase de construção ou nos casos de vazamento ou rompimento, como ocorreu nas tragédias de Mariana e Brumadinho, possam reivindicar os seus direitos.

São estipuladas medidas de reparação em casos como perda de propriedade ou da capacidade de produzir e até na mudança de hábitos daquelas populações que precisam ser removidas. O projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também busca a implementação de medidas protetivas para comunidades mais vulneráveis, como são os casos dos indígenas e quilombolas.

Vale lembrar que o PL 2.788 é fruto dos trabalhos da Comissão Externa de Brumadinho, criada pela Câmara logo após o rompimento da barragem naquele Município.

Fico feliz com a participação, nesta audiência, do Deputado Rogério Correia. Não sei se ele está presente, mas ele confirmou a presença dele aqui na audiência, o que me deixa muito feliz porque foi ele o Relator da matéria na Câmara dos Deputados.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até 15 minutos. Caso opte por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela ao longo da exposição e, nesse caso, é fundamental que encaminhe o arquivo à Secretaria para publicação e apoio na elaboração do relatório. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários em até cinco minutos.

Nós temos aqui presente o Deputado Rogério Correia.

Deputado, seja muito bem-vindo à nossa audiência. Se o senhor quiser rapidamente usar a palavra, eu sei que não faz parte muito do rito aqui da Casa, mas acho importante, já que o senhor é o defensor desse projeto e tem trabalhado junto a nós aqui Senadores sobre a importância de pautarmos o mais rápido possível. Eu quero já adiantar que o projeto é de 2019, mas veio a pandemia e os trabalhos no Senado e no Congresso foram, de certa forma, reduzidos, principalmente as questões das audiências. Então, vamos acelerar esse processo. E eu conto muito não só com a sua parceria, Deputado, mas também com os nossos expositores e todos aqueles que quiserem contribuir.

Seja bem-vindo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila. É um prazer, viu?

Quero parabenizá-la aí pela audiência pública. Aliás, permita-me parabenizá-la também pelo projeto de V. Exa. de segurança da barragem, logo depois do acontecido em Brumadinho, você que é meio mineira também, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Total! De coração, total. Minha segunda terra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isso. E V. Exa. pôde fazer aquele projeto que nós apreciamos aqui na Câmara. Eu tive o prazer de poder acompanhar passo a passo o projeto. E nós enriquecemos com as suas ideias também, pela Comissão Externa, várias das questões em relação à segurança da barragem. Hoje nós temos uma legislação nacional de segurança da barragem, fruto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa do projeto de lei de V. Exa., que melhorou muito as questões de segurança da barragem e nos permite hoje ter um pouco mais de tranquilidade em relação às barragens, que, aqui em Minas Gerais, são infelizmente ainda muito perigosas. Nós temos barragens em risco aqui: cerca de pelo menos 20 com alto grau de periculosidade de rompimento. Então, o projeto, que nós aprovamos na Câmara e no Senado, de sua autoria foi fundamental.

Permita-me cumprimentar também a Senadora Zenaide, que está sempre com a gente. Eu vi aqui também o Fabiano Contarato. Quero parabenizar também os dois pelo trabalho que fazem aí no Senado. Senadora, rapidamente, quanto a esse projeto de lei, quando nós fizemos, aqui na Câmara, a Comissão Externa para acompanhar o crime de Brumadinho, essa tragédia criminosa, apresentamos vários projetos. Um deles foi esse Programa Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. Ele foi também fruto de uma experiência que eu tive como Deputado Estadual, na época do rompimento da barragem de Mariana, a barragem do Fundão, da empresa Samarco, que é a Vale, mas é a BHP Billiton, que foi aquele desastre ambiental, tragédia criminosa ambiental terrível que nós tivemos, que praticamente liquidou por um tempo o Rio Doce, com aquela lama chegando no mar até o Espírito Santo. Eu era Deputado Estadual e também acompanhei a comissão extraordinária que acompanhava esse processo de Mariana. E a partir de lá, nós fizemos a Política Estadual dos Atingidos por Barragens.

Infelizmente, o *lobby* – a gente sabe – das mineradoras é muito grande, e na legislatura em que eu fui Deputado Estadual e apresentei o projeto na Comissão, nós não conseguimos aprová-lo na Assembleia Legislativa. Infelizmente foi preciso outra tragédia criminosa, que foi a de Brumadinho, para que a legislatura seguinte, a atual legislatura na Assembleia, aprovasse o projeto. Aprovou, então lá nós temos um programa estadual dos atingidos por barragens. A partir dele, eu apresentei na Comissão Externa para que ela adaptasse o projeto de Minas para o projeto nacional, que é este que foi apresentado então pela Comissão Externa.

Eu tive a honra de ser o Relator desse Projeto nº 2.788 e no relatório eu coloco toda a motivação e a necessidade que os atingidos por barragens têm de ter um programa que os possibilite ter ressarcimento pelo que possa vir a acontecer ou pelo que aconteceu, mas ao mesmo tempo que sirva também de prevenção. Não é possível que a gente olhe a questão ambiental, que é fundamental, e não olhe a questão social; ou seja, o meio ambiente não pode ser atingido, o que é correto, mas as pessoas também não, então também elas precisam de uma legislação especial para que alguma intervenção que venha a ser feita de construção de barragem leve em consideração as pessoas e as comunidades que estão ali perto. Sem o atendimento disso, não é possível permitir a construção de uma barragem. Tem que olhar as pessoas, onde elas são atingidas, aonde elas irão caso essa barragem seja construída. Então a construção de uma barragem tem que estar, ao mesmo tempo, olhando a questão ambiental e social. O programa é basicamente isso e vai fazer também o ressarcimento àqueles que sofreram e foram atingidos por barragens dos direitos que eles têm que ter, o ressarcimento dos prejuízos que tiveram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora, é basicamente isso o projeto. Fico feliz porque vocês estão realizando esta audiência. Já tinha conversado com V. Exa. Conversei também com o Rodrigo Pacheco, nosso Presidente do Senado, que é mineiro. Solicitei a ele que agilizasse. Conversei também com o nosso Senador Anastasia, aqui de Minas, para que ajudasse nisso, porque os mineiros precisam estar à frente também da aprovação desse projeto. E claro, do Espírito Santo, está aqui o nosso Senador. Ele vai ter todo o interesse também em nos ajudar nessa questão. Então, o pessoal lá de Minas está muito ansioso para a aprovação do projeto. E não é possível ficar uma lei que existe em Minas e não exista nos outros Estados. Ela precisa ser uma lei, evidentemente, nacional, que proteja os atingidos.

Então é isso, Senadora. Agradeço muito e estou na expectativa de que nós tenhamos essa lei aprovada e depois sancionada. Com isso, nós teríamos a segurança da barragem, que já foi aprovada, e também uma lei agora que proteja os atingidos.

Só, Senadora, terminando – desculpe-me ultrapassar o tempo, mas é para dizer o seguinte –, o caso dos atingidos é tão grave que, em Mariana, por exemplo, até hoje, naquele distrito que foi soterrado pela lama, nenhuma casa ainda foi construída; aquele distrito não foi construído até hoje. Imagine: os atingidos foram atingidos, e até hoje moram em casas que são alugadas pela Samarco, em Mariana e em outras comunidades – até hoje as casas não estão construídas. No caso de Brumadinho, ainda existem corpos debaixo da lama; do meio ambiente, nem se fala... Então, veja bem, são tragédias que aconteceram e não se levaram em consideração as pessoas que estavam em volta. Depois que acontece... Olha quantos anos tem o de Mariana? Seis anos que vai fazer, em Mariana, e não estão ainda morando no distrito que foi destruído.

Então, esse projeto é isto: é fazer justiça a essas pessoas, garantindo a elas os direitos.

Muito obrigado, Senadora. Estou atento aqui à reunião.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós é que agradecemos, Deputado. Agradeço muito ao PL 550, que se tornou a Lei 14.066 e teve muito da sua contribuição, da bancada mineira aí na Câmara Federal. É um prazer tê-lo aqui conosco.

E o Senado é sensível a essa causa. Como o senhor falou, nós estamos cuidando do meio ambiente de alguma forma, mas nós sabemos o quanto que essas duas tragédias atingiram essas populações. E, de certa forma, é uma dívida – o senhor falou muito bem: é uma dívida – que temos e até pensando em futuro, não é? É justamente uma forma de proteger essas populações.

Então, conte conosco aqui, vamos aproveitar ao máximo os nossos expositores aqui para que façamos o melhor possível no nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Senadora, só para fazer justiça: esse projeto não foi uma ideia minha, particular.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Esqueci de dizer isso. Nós o fizemos de várias mãos, especialmente com o Movimento dos Atingidos por Barragem – vou fazer ao MAB aqui uma saudação –, porque os atingidos participaram de todo o processo, diferentemente do acordo que foi feito, por exemplo, entre a Vale e o Governo de Minas, em que os atingidos ficaram de fora. Nesse caso, não, viu? Essa lei é uma lei, vamos dizer, abençoada pelos atingidos, e com eles participando e elaborando a lei.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por aqueles que, de fato, sentiram na pele essas tragédias, é verdade.

Bom dia. Vamos aproveitar agora, Deputado. Obrigada, viu? Muito obrigada.

Bom, eu vou começar já passando a palavra aos nossos expositores, dando a cada um deles 15 minutos, e, por ordem alfabética, ao Sr. João Marcos Mattos Mariano, da DPU

Seja bem-vindo, Dr. João.

O SR. JOÃO MARCOS MATTOS MARIANO (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Obrigado a todos os presentes.

Cumprimento a Exma. Sra. Senadora Leila Barros, Relatora do Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, proposto perante a Câmara dos Deputado; o Exmo. Sr. Senador Fabiano Contarato, representante do meu Estado do Espírito Santo nesta Comissão, que tem acompanhado de tão perto os pleitos dos atingidos e também os trabalhos desta DPU e de outras instituições de Justiça no acompanhamento desse desastre de Mariana – eu não vou nem falar de desastre em Mariana, mas de desastre no Rio Doce, que também atingiu muito gravemente o meu Estado aqui, o Espírito Santo –; o Exmo. Sr. Daniel Macedo, Defensor Público-Geral Federal e os colegas também da Defensoria Pública da União, Gabriel Saad, Secretário-Geral de Articulação Institucional, e Thiago Parry, que é Assessor Chefe de Relações Governamentais da DPU, pela confiança depositada em indicar a minha presença aqui neste evento hoje.

Cumprimento também o Sr. Deputado Rogério Correia, que foi Relator da matéria na Câmara.

A DPU acompanhou essas discussões desde a Câmara. Eu mesmo tive a chance de participar de uma audiência pública que foi feita na Comissão de Meio Ambiente da Câmara – isso foi em 2017, salvo engano – e acho que o evento marcou muito e foi muito interessante porque nele, como bem ressaltou o Deputado, a Câmara franqueou a participação às pessoas atingidas, que puderam comparecer à reunião,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiveram liberdade de fala e expuseram ali o que estava acontecendo. Também a Câmara compareceu aos locais dos desastres, fez o seu papel de sair de Brasília e realmente ir às regiões ver o que estava acontecendo, o que acho também importante para a gente chegar hoje a esse projeto de lei, da maneira como ele foi aprovado.

Eu cumprimento aqui também a Sra. Tchenna Maso, que é jurista e representante do Movimento dos Atingidos por Barragem – Espírito Santo, foi representante desse movimento do Espírito Santo durante muito tempo e acompanhou muito de perto o drama dessas pessoas atingidas. Ela também acompanhou várias reuniões do Comitê Interfederativo, que foi criado para tentar fazer essa reparação. Infelizmente, esse processo tem estado bem aquém do que a gente esperava.

Cumprimento e agradeço também a todos os Exmos. Sras. e Srs. Senadores que estão presentes nesta Comissão e que têm muito se empenhado também para que esse projeto avance.

Passo agora à exposição que preparei. O meu intuito aqui é seguir bem na linha do que já foi dito pela DPU na Nota Técnica nº 3, assinada pela Defensoria Pública-Geral da União e da nossa Secretaria-Geral de Articulação Institucional, que foi enviada ao Senado em 6 de julho de 2021. No geral, essa nota técnica concluiu o seguinte: o projeto de lei em questão, o Projeto 2.788, atende, satisfaz os interesses das populações atingidas por barragem e sugere a aprovação do texto sem supressões, com uma garantia mínima de direitos às pessoas atingidas. Ao ensejo, esse órgão defensório apresenta como proposição ao referido projeto o dever de tratamento específico das comunidades quilombolas e das comunidades indígenas, à luz da Convenção 169 da OIT.

Mais para a frente, no final da minha exposição, eu também defendo que, na verdade, a gente pode realmente avançar a aprovação desse projeto como está, da maneira como ele veio da Câmara, porque realmente foi um projeto construído a várias mãos e um projeto que conseguiu passar pelo trâmite legislativo sem muitas alterações. Isso não impede, depois, que, no regulamento, eventuais ajustes e eventuais observâncias sejam feitos, lembrando que essa Convenção 169 mesmo, no entender da Defensoria Pública da União, ao lado de outras normas de proteção de direitos humanos internacionais, já tem sua validade no ordenamento jurídico. Enfim, já basta que a legislação, o decreto que vier depois para regulamentar esse direito realmente adéque essa forma de agir.

Então, Senadores, nos últimos anos, os desastres tecnológicos que envolvem as barragens têm se multiplicado. Isso é fato e decorre de várias questões, mas eu acho que um ponto a se ressaltar é que a exploração mineral tem avançado por áreas onde ela não ocorria antes. Os processos são cada vez em maior escala, as técnicas têm uma agressividade cada vez maior...

Na semana passada mesmo, a gente recebeu a notícia de que muito provavelmente o desastre de Brumadinho teve um gatilho ali na utilização dessas técnicas de tentar realmente retirar o máximo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

commodity, no caso, minério de ferro, mas também várias outras daquela região, e nem sempre... Quanto maior, quanto mais agressiva a técnica, a mais riscos ela expõe.

Então, realmente, à medida que o preço dessas *commodities*, à medida que a necessidade dessas *commodities* avança, a gente tem processos de degradação mais profundos, que fazem com que esses desastres como Brumadinho e o desastre causado no Rio Doce – que foram ambos causados pela Vale, no primeiro caso, uma mina de propriedade da própria Vale mesmo, mas, no segundo caso, numa mina de propriedade da Samarco, que é uma empresa controlada tanto por Vale quanto por outra gigante no setor, que é a BHP Billiton, que é uma empresa estrangeira, que é anglo-australiana, e, salvo engano, o único empreendimento dela no Brasil é exatamente essa mina, e aí há esse desastre tão grave – sejam casos que realmente chamam a atenção diante da sua magnitude tanto em número de vítimas – são números trágicos, principalmente em Brumadinho, mas também em Mariana, não tem como diminuir o valor da vida humana em nenhum aspecto –, mas também pela destruição, pela massividade da destruição ambiental, uma coisa que choca, e pela permanência. Acho que é importante lembrar aqui que, por exemplo, em Mariana, já não se trabalha com a possibilidade de retirar todo esse rejeito. Então esse rejeito vai ficar lá poluindo o Rio Doce, contaminando o Rio Doce a perder de vista de quando isso vai acabar.

Então, apesar de berrantes, não são casos únicos nem isolados. A própria nota técnica que nós enviamos pela Defensoria Pública da União destaca esse aspecto. Infelizmente, se continuarem sendo feitas as coisas como têm sido feitas no passado recente, a tendência é que esses desastres se multipliquem, e realmente precisamos estar prontos para esse tipo de questão.

A gente tem trabalhado, desde que ocorreu Mariana, para melhorar essa legislação, a Defensoria tem tentado contribuir e realmente as Câmaras legislativas do Congresso Nacional têm feito suas partes também. Mas, infelizmente, ainda não temos uma legislação que abranja todos os sistemas.

Destaco aqui a Medida Provisória 875, de 2019, de março, que foi trazida logo depois do desastre de Brumadinho. Ela previa a possibilidade da criação do auxílio financeiro emergencial como uma forma de apaziguar e – vamos dizer assim – de alguma maneira garantir uma subsistência das pessoas naquele território, que se tornasse uma lei, se tornasse não um fruto de acordo ou de vontade política das empresas ou de uma mesa negocial, mas realmente uma lei. Mas infelizmente essa medida provisória perdeu vigência e depois a gente não teve outra legislação que pudesse tratar do tema.

Enfim, eu acho que também é possível destacar vários outros projetos ao longo dos anos que foram trazidos às Câmaras, mas realmente não se conformaram legislações, enfim, ao final, uma lei efetiva.

Eu espero, eu acho que a primeira esperança da Defensoria Pública da União nesse caso é realmente que agora – e parece ser o caso – a gente realmente consiga dar esse passo além para se ter uma legislação nesse sentido. Isso porque, do jeito que está hoje, sempre que há um desastre, a gente tem essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mobilização de tentar criar uma legislação, mas para as populações que foram atingidas a gente tem uma necessidade muito grande de tentar construir um direito para o caso concreto. Realmente, depender de mobilizações, depender de força política, de luta social, isso realmente é sempre uma necessidade, mas não deveria ser tão sofrido assim para essas populações.

E dependemos também da boa vontade dos diversos Poderes envolvidos, principalmente do Poder Judiciário, de realmente botar o nosso Direito brasileiro, dar à nossa Constituição a efetividade que se requer. E isso nem sempre acontece, isso é muito ruim, e essa situação dessa quase anomia, dessa falta de normas, dessa falta de legislação, faz com que graves injustiças sejam praticadas.

A gente tem casos – com certeza o Movimento dos Atingidos por Barragens sabe disso muito melhor – de populações numa mesma situação que têm tratamento absolutamente díspar, que não se justifica por nenhuma razão, a não ser exatamente por aquela confluência de situações, por aquela confluência de estruturas, aquele casuísmo, vamos dizer assim, que aconteceu naquele caso.

Eu acho que os casos de Mariana e Brumadinho são muito simbólicos dessa questão. Por exemplo, em Brumadinho, não houve praticamente um titubeio para que se reconhecesse que, realmente – a legislação caminha nesse sentido –, boa parte das pessoas que estavam ligadas àquele Município e àquela região que foi atingida pelo desastre era, em si, atingida. Já em Mariana o processo seguiu num sentido totalmente diverso, onde você tem uma empresa, e aí pautada principalmente nos seus interesses, dando o aval se aquelas pessoas são atingidas ou não, e a consequência que a gente tem: acho que, praticamente, nem metade das pessoas que buscaram uma vaga ou o reconhecimento da condição de atingidos tiveram essa condição reconhecida, e hoje a gente tem vários desses direitos que foram reconhecidos ao longo dos anos sendo cortados de uma hora para a outra. O auxílio emergencial mesmo, e isso apoiado em decisão judicial – que nós, como Defensoria Pública da União, questionamos pela via devida, mas, enfim, não concordamos –, esses direitos têm sido, agora, suprimidos de uma hora para a outra, embora se saiba que o ambiente degradado, que as condições sociais degradadas estejam muito distantes do que realmente foram antes do desastre.

Então, enfim, acho que a legislação caminha muito para reparar essa situação, essa resolução casuística, que depende muito dos humores, da capacidade de mobilização social dos envolvidos e também dos poderes dessas empresas, de poderes econômicos dessas empresas, de realmente fazer valer sua vontade, seja na seara técnica, seja na seara jurídica, seja simplesmente pela utilização de força, enfim, nos casos.

O projeto caminha num sentido que é muito bom também, de permitir que as populações – isso faltou em Mariana, isso faltou no desastre do Rio Doce – realmente compreendam a magnitude dos empreendimentos que estão se assentando na sua vizinhança. Eu acho que as populações atingidas no Espírito Santo pelo desastre do Rio Doce nunca imaginariam que uma mina lá no interior de Minas Gerais, lá em Mariana, a 800km de distância, impactaria dessa forma na vida delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso precisa ser mudado. Realmente, quando o empreendimento vem, há uma festa. Eu vou fazer aqui até o uso das palavras, uma expressão utilizada pelo Ailton Krenak, que foi tão atingido por esse desastre também, na sua terra-mãe, enfim, lá em Resplendor: muitas vezes, as pessoas acham – e isso é, às vezes, mal trabalhado no meio de publicidade – que só há benefícios daquela obra, que a vida só há de melhorar, mas isso não é uma verdade integral, e é necessário que as pessoas realmente compreendam o que está acontecendo e que as empresas também não contem com a sorte de achar que sempre as coisas funcionarão como deveriam para elas e que esses desastres são, às vezes, uma mera estatística improvável. Isso não é verdade e é preciso que seja compreendido.

E aí, ocorrendo o desastre – é claro, o projeto não trata só de desastres, e isso também é uma vantagem do projeto –, é importante também compreender o que é essa reconstrução e permitir que essas populações participem efetivamente dessa reconstrução. Essa reconstrução não pode ser vista como simples retorno ao que era, ao *status quo ante*, e que é um exercício, sim, de busca ideológico, com perdão da palavra, que ignora o fato de que, às vezes, as coisas... Não é o horizonte que se pretende buscar: voltar às coisas como elas estavam antes do desastre. Primeiro, é porque, às vezes, entender como as coisas estavam antes do desastre é algo muito complexo, muito demorado e totalmente desnecessário, porque não necessariamente, se havia degradação antes do desastre, essas empresas não participavam dessa degradação. Então, no caso de Mariana e Rio Doce, que é o desastre que eu conheço melhor por estar presente nesse cotidiano, não dá para a Samarco ou qualquer mineradora daquela região do Vale do Rio Doce se eximir da presença de metais pesados, da presença de minério de ferro, da presença de vários outros insumos que são usados no projeto de mineração ao longo do curso do Rio Doce mesmo antes. Então, é um exercício totalmente desnecessário, mas que, do ponto de vista da reparação, às vezes, se dá... Enfim, eu acho que, nesse sentido, a gente precisa compreender melhor essa questão, precisa que as populações participem dessas questões melhor.

E aí o projeto caminha muito nesse sentido, principalmente quando ele traz o princípio da centralidade do sofrimento da vítima como princípio essencial. Isso é importante. E também o projeto traz aqui várias questões que são relevantíssimas nessas conquistas desses atingidos ao longo do tempo, que são o auxílio financeiro emergencial como um direito, uma ideia de reparação que vai para além do mero pagamento de indenizações, que, às vezes, são arbitradas pelo Judiciário casuisticamente, considerando, às vezes, a jurisprudência – isso não é interessante também –, e principalmente o direito a ter as assessorias técnicas independentes escolhidas livremente, que devem ser escolhidas livremente a partir da confiança dessas pessoas e sem viés ideológico no sentido de pensar que, só porque uma assessoria técnica tem ligação com movimentos sociais, por exemplo, que são, às vezes, os movimentos que estão presentes no dia a dia, ela deveria ser afastada. Uma assessoria técnica sem partido, com perdão da palavra, não é o rumo que a gente tem buscado.

E aí, só para concluir a minha fala, eu gostaria de ressaltar também que muitas dessas barragens que foram construídas há muitos anos têm hoje que ser objeto de atenção muito maior, porque a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está caminhando num cenário catastrófico de mudanças climáticas, como o recente painel do IPCC ressaltou, e essas barragens, essas estruturas estão sendo submetidas a estresse a que não se esperava que elas fossem submetidas. Então, é mais necessário ainda que este projeto seja aprovado.

Enfim, a nossa ideia, o parecer da DPU é pela aprovação deste projeto da maneira que ele está hoje o mais rápido possível, porque realmente há um vácuo na legislação brasileira, há uma necessidade para que o Brasil esteja preparado para esses desastres, já que nós estamos de novo caminhando para um processo de aumento de incremento da exploração minerária. Nosso anseio, enquanto instituição, não é o de que os interesses do Brasil, dos brasileiros e das brasileiras fiquem em segundo plano diante dos interesses de maximização dos lucros desses empreendimentos.

Então, é isto: realmente abordar todos os aspectos da questão e fazer com que realmente haja transparência e participação, porque acho que isso é realmente importante.

Obrigado a todos e a todas.

É isso. Estou à disposição para quaisquer contribuições.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Dr. João.

Dr. João, o senhor poderia passar a Nota Técnica nº 3 para a Secretaria da Comissão?

O SR. JOÃO MARCOS MATTOS MARIANO – Passo sim. Eu preciso... Posso passar pelo *chat* ou por algum *e-mail*?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – A minha assessoria vai entrar em contato com o senhor, ainda durante a audiência, para que o senhor possa encaminhá-la. Está bom?

O SR. JOÃO MARCOS MATTOS MARIANO – Perfeito, então! Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu que agradeço.

Passo a palavra agora para a Dra. Josiani Napolitano, da Apine.

Seja bem-vinda, Dra. Josiani!

A SRA. JOSIANI NAPOLITANO (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos!

Eu agradeço a oportunidade de expressar aqui a posição do setor elétrico, representando aqui os geradores de energia elétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço à senhora, Senadora.

Agradeço também ao Deputado Rogério Correia, aqui presente; ao Senador Fabiano; e à Senadora Zenaide. Cumprimento a todos.

Vou tomar a liberdade aqui de compartilhar a minha apresentação, se vocês me permitem.

Nesta oportunidade, eu estou falando não só em nome da Apine, que é a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia, mas também em nome do Fmase, que é o Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico. O Fmase congrega praticamente 18 associações, representando os segmentos de geração, transmissão, distribuição, comercialização e consumos, e dele a Apine faz parte.

Apenas apresentando aqui a Apine – deixe-me colocar em modo de apresentação –, a Apine é uma associação, como eu disse, de produtores independentes. Nós possuímos em torno de 55 associadas atualmente, compostas basicamente por usinas de grande, médio e pequeno porte e de todas as fontes, hidrelétrica, termelétrica, solar, eólica. O que nos une é a produção independente, não a fonte de energia.

Com minhas considerações iniciais aqui, eu gostaria de ressaltar que esse projeto trata do Plano Nacional de Barragens e dá tratamento único a todas as barragens, sem fazer distinção em relação às características de construção, operação e segurança. É importante aqui destacar que diferentes dimensões de empreendimentos requerem formas distintas de fiscalização e penalização.

As barragens hidrelétricas, de usinas hidrelétricas, são sempre projetadas para não sofrerem modificações em suas estruturas civis. É por isso que essas estruturas são permanentemente monitoradas, seguindo características técnicas rígidas e níveis de confiabilidade e segurança definidos desde o projeto básico.

Aqui, para ilustrar, a gente recebeu recentemente o relatório que apontou as causas de rompimento da barragem de Brumadinho, que foi divulgado há poucos dias e que concluiu que a ruptura ocorreu devido a um processo de liquefação, e apenas materiais contráteis estão sujeitos à liquefação. Isso jamais ocorreria nas barragens de usinas hidrelétricas, pela característica técnica e pela forma como elas são construídas.

A implantação de empreendimentos hidrelétricos não ocorre à revelia dos direitos das populações atingidas e observa normas previstas na Constituição Federal a respeito da desapropriação de bens mediante justa e prévia indenização. São indenizados não apenas os proprietários pela perda de propriedade, mas também os não proprietários que dependem da área interferida para desenvolvimento de suas atividades e sustento de suas famílias.

Passando aqui para alguns aspectos mais pontuais do projeto de lei, entrando na atuação do Comitê Local no processo de licenciamento, de que trata o art. 1º, §2º, nós destacamos que o PL estabelece que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões afetas aos atingidos por barragens serão tratadas no âmbito do processamento de licenciamento ambiental, através de programas ambientais, sendo que a aprovação e a fiscalização do Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens serão de responsabilidade de um Comitê Local. Assim, um agente externo ao Sistema Nacional do Meio Ambiente atuará no processo de licenciamento, de forma sobreposta ao órgão licenciador.

Destacamos ainda que a Lei Federal nº 6.938, de 1981, que trata da Política Nacional de Meio Ambiente, determina que é de competência do Conama estabelecer, mediante proposta do Ibama, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

Dessa forma, a regra estabelecida pela União é no sentido de que a interface entre empreendedor e população seja feita pelo órgão licenciador, a quem caberá avaliar a conveniência e adequação das medidas de compensação e mitigação propostas, bem como monitorar sua execução. Além disso, cabe ao órgão licenciador propor as condicionantes a serem cumpridas pelo empreendedor para implantação e operação do empreendimento.

Há outro ponto que trata do público-alvo, citado no art. 2º e no art. 5º. Nós destacamos que o PL trata, sem distinção, da população interferida pela construção, enchimento do reservatório e operação de barragens e daquela população eventualmente afetada pelo vazamento ou rompimento dessas estruturas, o que prejudica que se determine ao certo a abrangência da norma.

Para ilustrar, o PL considera como atingidos os proprietários dos imóveis que sofrerem desvalorização em decorrência de sua localização próxima ou a jusante da barragem, sem que seja especificada a distância a ser considerada para o aferimento de tal desvalorização. De igual modo, poderão ser considerados beneficiários da Pnab cidadãos que sofram outros eventuais impactos, a serem definidos pelo órgão ambiental licenciador, ou seja, é impossível saber – e, portanto, para o empreendedor precificar ao certo – qual o público-alvo e, consequentemente, o alcance da política que está sendo criada.

Um outro ponto, também muito importante, refere-se ao dano moral, de que trata o art. 3º. O PL prevê o pagamento de indenização por danos morais sofridos pelos atingidos pela implantação e operação de empreendimentos. Tal compensação se dará em razão, por exemplo, do deslocamento compulsório dos atingidos durante a implantação de um barramento. Não nos parece adequado admitir a presunção de um dano moral sempre que ocorrer deslocamento compulsório de pessoas em razão da implantação de empreendimento hidrelétrico, uma vez que o direito à indenização por dano moral presume a ocorrência de ato ilícito, o que não se verifica durante a implantação de empreendimento de utilidade pública concedido e autorizado pelo poder concedente.

De acordo com o Código Civil, aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo, ou seja, a indenização por dano moral decorre de uma conduta ilícita, que não é o caso, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez que a implantação de empreendimentos por concessionário constitui exercício regular do seu direito, praticado em nome de um interesse público, que é o fornecimento e a garantia de fornecimento de energia, importante para o País.

Caminhando já para o final, com base no exposto, a Apine e o Fmase requerem que o PL nº 2.788 seja revisado e aprimorado, visto que a Pnab vai muito além do tratamento dos interesses dos atingidos pelo rompimento de barragens de rejeito de mineração, e, se aprovado, poderá inviabilizar a implantação de novos empreendimentos hidrelétricos compostos por barramentos e comprometer a sustentabilidade de empreendimentos existentes. O projeto ainda gera insegurança aos empreendedores e, consequentemente, afasta investimentos no setor elétrico, que são de fundamental importância para o crescimento da população.

E aqui eu até gostaria de ressaltar a situação que nós estamos vivenciando no País, de escassez de energia, em função da crise hídrica, que, em grande medida, se deve à não construção de usinas com capacidade de armazenamento para garantir o fornecimento de energia necessária para o País.

Eu queria também destacar que as usinas, os empreendedores que constroem usinas hidrelétricas, além de cumprir todas as condicionantes associadas ao processo de licenciamento, muitas vezes, essas condicionantes até extrapolam a questão ambiental: muitas vezes, constroem-se escolas, hospitais, enfim, a própria estrutura para receber essa população que foi deslocada. Isso é muito comum nos grandes empreendimentos. Além de gerar empregos direitos e indiretos, os empreendimentos hidrelétricos pagam anualmente, aos Estados e Municípios, a título de compensação financeira de recursos hídricos e *royalties*, valores muito expressivos. No ano de 2020, por exemplo, pagaram-se 3,5 bilhões para esses Estados, Municípios que têm uma divisão já prevista em regulamentação.

Então, o setor elétrico contribui em muito para o desenvolvimento do País, não só com o objetivo principal, que é o fornecimento de energia elétrica, mas com toda a contribuição em termos de geração de empregos, de infraestrutura que proporciona o crescimento da economia em outros setores e também agora com essa questão da compensação. Agora, não; é algo que ocorre há muitos anos, mas os valores são muito expressivos e contribuem bastante para a arrecadação de Estados e Municípios.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade. E fico à disposição.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada pela participação, Dra. Josiani Napolitano, que representa a Apine. Excelente a sua explanação, assim como a do Dr. João Marcos. Está sendo muito interessante – muito mesmo!

Eu gostaria de passar a palavra agora para a Sra. Manoela Carneiro, da Homa.

Seja bem-vinda, Dra. Manoela Carneiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MANOELA CARNEIRO ROLAND (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Gostaria de cumprimentar as Sras. e os Srs. Senadores e demais *experts*, profissionais que estão aqui sendo ouvidos.

Gostaria de parabenizar o Senado por esta iniciativa, através da Senadora Leila Barros e do Senador Jaques Wagner, que me fez o convite.

Nossa exposição será justamente a partir de uma análise que o Homa (Centro de Direitos Humanos e Empresas) já fez a respeito do PL 2.788, de 2019, a qual consta inclusive da nossa página, do nosso *website*. Se houver interesse dos demais justamente em terem acesso ao documento, ele está disponível na nossa página.

A princípio, nós gostaríamos de dizer que é uma iniciativa fundamental esse documento, que vem realmente consagrar diversas lacunas com relação aos direitos de atingidos e atingidas. Entendemos que é um documento que traz grandes avanços e que, inclusive, poderia ser aprovado já trazendo diversas contribuições fundamentais, tendo em vista o desdobramento de diversos crimes-desastres de que temos conhecimento, como no caso da Bacia do Rio Doce e no caso de Brumadinho, mas também gostaríamos aqui de dar algumas contribuições caso haja o aprimoramento do projeto.

Eu gostaria de fazer uma introdução histórica.

É sabido que, historicamente, a luta das populações atingidas por barragens no Brasil remonta às grandes construções, inclusive, de usinas hidrelétricas, como foi mencionado aqui, no século XX, em que diversos conflitos culminaram na remoção forçada de comunidades rurais, pesqueiras, indígenas, quilombolas e tradicionais de seus territórios. Temos até hoje um caso ainda não resolvido, o de Belo Monte, que é considerada uma das maiores violações de direitos humanos já ocorridas, inclusive, nesse setor e que já foi objeto, justamente – tem sido –, de apreciação até do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. E um grande exemplo foi a construção – um caso também mais remoto – da usina hidrelétrica de Itaipu, no auge da ditadura militar, em que diversos grupos se mobilizaram pelo aumento da indenização devida pela perda das terras. Alguns grupos, como os indígenas avá-guarani, sequer tiveram a possibilidade de discutir ressarcimento ou reparação.

Os recentes desastres-crimes socioambientais decorrentes da atividade de mineração, o rompimento da barragem de Fundão e Mariana e o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho demonstram de forma cabal, então, a importância de se levarem a sério os questionamentos daqueles que vivem próximos a tais estruturas e convivem diariamente com o risco de deslocamentos e perdas. E, após o desastre, os sobreviventes passam a conviver em um ambiente contaminado, com diversos riscos à saúde.

Nesse sentido, é preciso destacar uma série de contradições e conflitos no território causados, acreditamos, por dois fatores fundamentais: o protagonismo das empresas, as próprias violadoras, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo de monitoramento da atividade e reparação das violações de direitos humanos; e a não aplicação do princípio – que já foi até mencionado pelo senhor defensor aqui, já consagrado no Sistema Interamericano, no caso Daniel Ximenes Lopes *versus* Brasil, em 2006 – da centralidade do sofrimento da vítima. Ou seja, desde a ocorrência do crime-desastre, o sistema de Justiça assim como os demais atores do Executivo não conduziram o processo de forma a permitir a preparação dos atingidos e atingidas para melhor enfrentarem e para se empoderarem na condução do processo de reparação. Houve uma grande captura corporativa do processo, e a Renova é a grande representante desse fenômeno, dando espaço para a transformação dos territórios em um grande espaço de disputa, um novo grande El Dorado para a pilhagem e a atuação predatória de escritórios de advocacia, inclusive, que se valem da situação de desespero dos atingidos e atingidas em razão de alguns fatores, entre os quais podemos exemplificar: falhas no cadastro, na definição dos atingidos, que ficou a cargo dos próprios representantes das empresas violadoras; acordos não cumpridos – fala-se hoje até na repactuação, com uma certa incerteza com relação à segurança jurídica obtida no processo, que já tinha sido pactuado e não cumprido –; resistência das empresas, acatada inclusive pelo Estado, em implementar as assessorias técnicas independentes para os atingidos e atingidas. Assim, em grande medida, podemos atestar que a voz das pessoas atingidas foi desconsiderada nos processos de reparação, conforme ficou sedimentado em diversos testemunhos nas recentes audiências públicas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o caso do rompimento das barragens – inclusive, nós participamos da última ainda esta semana.

A correlação de forças nos territórios é estruturalmente desigual, tendo em vista que as comunidades onde tais empreendimentos se instalam costumam ser vulneráveis totalmente, em todos os níveis. Daí a importância de se fixar uma lei ordinária de reconhecimento do conceito de população atingida e seus direitos, criando também obrigações aos empreendedores responsáveis pela barragem, daí por que louvamos justamente a iniciativa desse PL. No caso, o PL estabelece um conceito legal de populações atingidas, disciplinando seus direitos bem como obrigações ao empreendedor. Apesar de ser possível ainda a extensão do conceito, ele atende também a luta histórica do Movimento dos Atingidos por Barragens, que é responsável e deve ser aqui louvado também, pois faz parte do próprio processo de redemocratização do Brasil.

O §1º, inciso II, do art. 1º do PL traz uma importante contribuição nesse sentido, não se atendo aos critérios limitadores previstos na Lei Nacional de Segurança de Barragens, a Lei 12.334, de 2010. Então, justamente expande o conceito de população atingida, não a vinculando a critérios como outros, no caso de estruturas materiais referentes à construção das barragens. E, nesse sentido, o art. 2º representa também uma conquista, porque o conceito de populações atingidas por barragens passa a integrar essa lei ordinária, dando muito mais segurança jurídica, em detrimento, por exemplo, do Decreto 7.343, que havia sido assinado pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que justamente acabou sendo revogado especialmente no tocante ao sistema de participação, que sempre é uma questão muito delicada com relação ao que se deve estabelecer enquanto direito e garantia aos atingidos e atingidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os recentes rompimentos de barragens de rejeitos de mineração também demonstram a necessidade de ampliar o alcance das disposições daquele decreto, uma vez que tal obrigatoriedade do cadastro alcança somente os projetos de barragens hidrelétricas. Daí a importância dessa disposição no atual projeto.

Também digna de nota a menção feita pelo §2º do art. 1º sobre a replicabilidade das disposições da futura lei ao licenciamento ambiental de barragens e aos casos de emergência decorrentes de vazamentos ou rompimento dessas estruturas. Agora, acreditamos que seja necessária uma redação mais enfática, se fosse possível, que indicasse a aplicabilidade da lei a todas as etapas do licenciamento ambiental, condicionando a aprovação da licença prévia a uma consulta local das populações atingidas, principalmente em face da possibilidade de aplicação da Convenção 169, da OIT, porque é justamente um questionamento muito grande com relação à naturalização das barragens. E aqui eu até sugeriria a leitura de vários relatórios produzidos pelo Grupo de Trabalho PoEMAS, tendo um dos maiores especialistas, engenheiros, o Professor Bruno Milanez, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que já mostra que a própria tecnologia de barragens é uma das mais atrasadas já existentes hoje no mundo. Então, a gente estaria praticamente já naturalizando essa questão das barragens, só informando a população a respeito dela. E aqui o que nós estamos querendo propor é que justamente haja até o direito de dizer "não", o consentimento, uma disposição e uma discussão, uma abertura, pelo menos um diálogo, com a discussão mais aprofundada sobre as vias efetivas e o modelo de desenvolvimento.

O *caput* do art. 2º define como populações atingidas por barragens todos aqueles sujeitos a um ou mais dos seguintes impactos provocados e vai estabelecendo – o que é considerado bem oportuno – quais são os critérios e as categorias. Contudo, deixa de fazer menção à prévia etapa de planejamento dos projetos – e isso seria fundamental – e também deixa de fora alguns povos tradicionais, como no caso os próprios povos quilombolas. Apesar do respeito aí à população indígena, seria também importante a previsão desses povos, desses grupos.

O art. 3º estabelece uma lista de direitos das populações atingidas que serão estabelecidos consoante pactuado no processo de participação informada e negociação no Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. O dispositivo precisa ser integrado em conjunto com o art. 6º, que prevê a criação de um órgão colegiado nacional de natureza consultiva e deliberativa, que terá a função de monitoramento e fiscalização da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Pnab), e com o art. 7º também, que prevê a constituição de um comitê local da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, de composição tripartite e caráter provisório.

Então, a gente chega à parte complexa da participação. A gente depreende da estrutura do texto que esse comitê terá grande importância, mas a questão é justamente como se garantir que, nessa estrutura de participação, tenham protagonismo os atingidos e atingidas e se crie um processo de participação que realmente não dê vazão a qualquer tipo de oportunismo no decorrer dos critérios de escolha de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes nos territórios que deveriam ser justamente ouvidos dentro daquela perspectiva da centralidade do sofrimento da vítima e da participação prévia, inclusive, ao planejamento do empreendimento.

E aqui a gente gostaria de fazer alusão a que há uma certa retórica favorável à dinâmica do chamado *multistakeholders*, uma dinâmica multiator, de atores todos interessados, como se as empresas, os possíveis atingidos, setores públicos estivessem numa mesma posição. Isso vem de outros documentos internacionais como princípio orientador, mas é uma lógica que justamente vem sendo extremamente criticada porque não leva em consideração o desequilíbrio de armas que chamamos no tocante a justamente esse tipo de empreendimento e de aproximação de atores no próprio território. E aí no caso seria muito importante essa tentativa justamente de se criar um maior preparo, empoderamento desses atingidos e atingidas, quando as empresas têm tentado justamente negar com a recusa das assessorias técnicas.

Outro aspecto importante é que o projeto prevê o direito à negociação preferencialmente coletiva em relação às formas de reparação. E aí a gente tem que entender que isso é algo chave e que também se deve evitar a questão do recerceamento da reparação integral com justamente a pactuação a respeito da quitação integral, o que tem sido também objeto de crítica no processo de repactuação atualmente. Então, deve-se aplicar uma diretriz que não é a reinvenção da roda, mas que justamente já está estabelecida inclusive no Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, que é a possibilidade, justamente o direito desses atingidos e atingidas, em havendo a violação dos direitos humanos, de terem essa possibilidade de acesso à Justiça, ao devido processo legal, com o direito à reparação integral.

Em última instância, eu gostaria simplesmente de estabelecer que há uma resistência muito grande no Brasil, em vários outros temas relativos a empreendimentos socioeconômicos, de estabelecer restrições com relação aos direitos humanos, à atuação das empresas, um pouco repetindo o discurso da Sra. Josiani, que fala, com todo respeito, na sua colocação, que isto – estabelecer critérios de direitos humanos – diminuiria o investimento na atividade. Esse é um (*Falha no áudio.*) ... muito criticado em vários outros países europeus e mesmo latino-americanos, em que os *standards* de proteção de direitos humanos são considerados hoje *standards* constitucionais, inegociáveis, aos quais justamente a atividade empresarial necessita se vincular e se coadunar. Não há possibilidade de negociação. Para o avanço realmente civilizatório, emancipatório em matéria de direitos humanos, a atividade empresarial deve se condicionar ao *standart* de direitos humanos e não o contrário.

Então, eu gostaria muito de agradecer a oportunidade, e a nossa contribuição está disponível no *site*, como já disse anteriormente.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Sra. Manoela, pela explicação também. É uma honra aqui junto à nossa audiência.

Vou passar agora a palavra...

Já estamos recebendo algumas perguntas dos nossos internautas aqui que estão acompanhando o e-Cidadania, temos alguns questionamentos. Eu vou deixar para fazê-los após as explanações, só para deixar tudo claro.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Marco de Vito, do MDR. Seja bem-vindo, Dr. Marco de Vito.

Quero agradecer, em nome do Senado Federal, a participação aqui do Executivo. Obrigada, Poder Executivo.

O SR. MARCO DE VITO (Para expor.) – Bom dia a todos os presentes.

Queria agradecer mesmo, sou eu que agradeço por poder apresentar o ponto de vista do MDR quanto ao PL proposto.

Para fazer isso, preparei uma pequena apresentação que gostaria de dividir com vocês, que explica um pouco a atuação do MDR sobre a qual a gente pode refletir e achar algumas indicações para melhorar o projeto.

Vou compartilhar aqui. Estão vendo aí?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Estamos sim. Estamos vendo.

O SR. MARCO DE VITO – Então, o MDR, como trabalha com segurança de barragem? Temos dois departamentos, o Departamento de Obras Hídricas e Apoio a Estudos sobre Segurança Hídrica, do qual eu faço parte, que se ocupa de recuperação de barragens existentes e construção de novas barragens por meio de convênios ou outras transferências.

Nesse ponto aqui, queria chamar sua atenção sobre as barragens existentes. Como disse o próprio Dr. João Marcos, nossas barragens, nossa infraestrutura em geral é velha, tem um tempo de vida útil que se está esgotando. Então, são necessárias intervenções de manutenções constantes.

A construção de novas barragens também vem muitas vezes a pedidos de emendas parlamentares, inclusive vindas do Senado, da Câmara dos Deputados, e são sempre muito bem-vindas por parte da comunidade. A gente dificilmente encontra hostilidade por parte da comunidade. Aliás, muito pelo contrário, há doação de terra, porque, assim, a gente entra para resolver um problema de abastecimento de água, que é realmente fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, temos o Departamento de Projetos Estratégicos, que se ocupa do Projeto de Integração do Rio São Francisco, que possui várias barragens ao longo do seu percurso. Quando conseguirmos mais algumas informações, eu vou dividi-las aqui com vocês.

Há também o que opera, depois do acidente, que é a Defesa Civil, que... Aliás, vou até aproveitar o momento aqui para levantar uma antiga reivindicação que sempre ouço dos meus colegas: que os *royalties* não sejam somente distribuídos entre os Municípios onde há o empreendimento, mas também entre os Municípios a jusante, porque afinal de contas são eles que arcam com os maiores riscos. Essa poderia ser uma ocasião para inserir, dentro dessa lei, essa sugestão que vem dos meus colegas do departamento da Defesa Civil.

Agora, eu queria mostrar alguns dados que vêm do Relatório de Segurança de Barragens produzido pela ANA anualmente sobre o ano de 2020.

O Dnocs, que é uma autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, é o maior empreendedor de barragens e possui 227 barragens. Infelizmente o Dnocs, todo mundo sabe, está numa situação meio complicada e a gente está tentando resolver isso. E a gente vai ver nos últimos eslaides, quando a gente foi tentar dar uma resposta a outra audiência pública sobre políticas de segurança de barragens do Senado Federal, da qual participei, em 2018, que apenas 6% das barragens dependem de orçamento da União, principalmente essas barragens do Dnocs.

Depois, queria salientar algumas frases que pincei desse relatório: "Fica evidente a dificuldade da grande parte de empreendedores de barragens de usos múltiplos em elaborar o PAE".

A nova Lei 12.334 trouxe muitos encargos a que infelizmente a maioria dos empreendedores não conseguem fazer frente. De fato, das barragens de usos múltiplos, apenas 6,6% possuem Plano de Segurança da Barragens e 6,3%, PAE. Quer dizer, então, são colocados encargos com os quais na realidade o pessoal não consegue arcar.

Nós fizemos nossa parte, como é ministério, e a gente onde é que entra? Entra como DOH. Eu falo mais pelo DOH, que é meu departamento. Então, promove a segurança das barragens, mediante consultorias e transferência voluntária de recursos para recuperação de barragens; promove a segurança da população localizada a jusante, mediante a transferência de recursos para compilação do Plano de Segurança de Barragens e implantação do PAE; garante os direitos dos atingidos pela construção de barragens, averiguando que toda a área da bacia hidráulica, inclusive a Área de Proteção Permanente, seja devidamente desapropriada.

Aí é o que eu falei: as barragens que normalmente são financiadas mediante convênio ou outro repasse são barragens facilmente queridas pelas comunidades. Então, a gente dificilmente encontra dificuldade. Entretanto, passa tudo pelo processo de licenciamento ambiental, onde acontecem as audiências públicas, de forma que se dê tudo dentro do estabelecido na lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O MDR não é empreendedor, é de administração direta, e isso é tipo uma exceção que confirma a regra, onde, por causa de força maior teve de até criar um departamento especial somente para cuidar dele e das atividades fim, mas, assim, é meio uma exceção mesmo.

Então, para garantir a segurança de barragens, dessas barragens velhas, como foi já salientado, e de barragens órfãs, que são as barragens de que nem se sabe quem é o empreendedor – esses são os grandes problemas –, a gente contratou uma consultoria. Inicialmente, eram para serem vistoriadas 162 barragens do Dnocs, Codevasf e do extinto DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento) que foi extinto pelo Presidente Collor em 1990.

As barragens foram distribuídas entre várias secretarias, a gente tentou reorganizar um pouco a situação fundiária dessas barragens, mas foi muito difícil e a gente ainda não conseguiu. Mas a gente vistoriou... De 66 barragens, umas cinquenta e poucas eram do setor elétrico. Essas barragens não foram vistoriadas porque a responsável é a Aneel, e a gente viu que todas as barragens do setor elétrico são sempre bastante vistoriadas, bastante em boas condições. Então, com os parcos recursos que temos, a gente visou mais àquelas barragens que estavam realmente com problemas. Ao todo deram 107 barragens. A gente previa um investimento de 143 milhões, isso em 2017.

Aqui, um breve quadro do que foi encontrado.

Vocês podem ver que, graças a Deus, não há barragem de emergência. Temos muitas barragens em atenção, que é o nível mais baixo de perigo; e algumas barragens em alerta. A gente deixou a Codevasf e o Dnocs cuidarem das barragens deles, porque são autarquias, ao final das contas. E a gente se ocupa mais das barragens do DNOS, que são barragens que ficam meio no limbo, sem saber quem é o operador, quais são os instrumentos que as ligam, inclusive porque, pela redação antiga da Lei 12.304, caso fosse comprovado que o MDR era o proprietário da terra, ele seria o responsável por essa barragem. É como eu disse, o MDR não tem condição de ser empreendedor, porque é administração direta, nem um tratorzinho é deles. Então, não tem como ser empreendedor de uma barragem.

Aí, o que a gente fez? A consultoria conseguiu detectar os empreendedores das barragens, a gente mandou um ofício para todos esses empreendedores para poderem fiscalizar a barragem, para se disponibilizarem a financiar as intervenções necessárias para colocar a barragem em segurança, elaborar o PSB e o PAE.

Os resultados não foram muito satisfatórios, para falar a verdade. Aqui talvez até o Legislativo poderia ajudar. O pessoal foge de convênio e de outras transferências por um medo de que haja problema no próprio CPF do responsável. O controle cria um clima um pouco de terror, vamos dizer assim. Aí, por exemplo, empresas grandes, Passaúna, por exemplo, que está na mão da empresa de saneamento de Curitiba, falou assim: "Não, por 4 milhões eu não vou colocar minha cara para bater; prefiro pagar com o meu dinheiro e fazer isso". Ela pode, mas há muitos empreendedores que não podem, mas mesmo assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm medo em aceitar o nosso convite, nossa proposta de financiar atividades fundamentais para regularizar a barragem. Isto foi muito trise: ver como nosso esforço oferecendo dinheiro foi recusado pelos empreendedores com medo desse controle.

Mas a gente conseguiu fazer alguma coisa, graças a Deus. Com a Compesa a gente conseguiu fechar um convênio para recuperação de barragens da importância de Xaréu, Carpina, Goitá e Tapacurá. São grandes barragens que estão na Grande Recife que garantem o abastecimento grande da Grande Recife, que se encontram em uma situação, assim, indefinida, porque a Compesa não é proprietária da barragem, mesmo assim ela tira água da barragem, mas não se ocupa no mínimo do mínimo para essa barragem poder prestar essa água para ela. Entretanto, ela não é responsável por essa barragem.

Agora, sim. Agora, com a nova versão da lei, ela realmente se torna responsável por essa barragem, porque o empreendedor consegue ter outorga e tudo mais. Então, ela agora é responsável por essa barragem.

Também temos o caso da Barragem Norte, que fica lá em Santa Catarina. Aqui a gente interveio, inclusive para satisfazer os problemas que surgiram com a comunidade indígena que estava colocada a montante, que sofria inundações. E a gente está destinando 21 milhões para recuperar o canal extravasor de forma que as inundações cessem de acontecer. E mais algumas intervenções também feitas pela Defesa Civil de Santa Catarina que visam à construção de pontes, de novas estradas exatamente para contornar esses problemas.

Quanto à proteção do pessoal a montante, esse aqui é um exemplo assim de como a gente se preocupa com que toda a área a montante seja desapropriada. Nesse aqui somos apoiados pela Portaria Interministerial 424/16, no art. 23, inciso IV, que impõe que, antes de começar a obra, haja "comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente, quando o instrumento tiver por objeto a execução de obras ou benfeitorias no imóvel".

Esse é o entendimento da Conjur, por isso se estende a toda a área inundada a montante. Então, a gente somente libera recursos quando o Município ou o conveniante demonstre que toda a área a montante, inclusive APP, seja devidamente desapropriada e os moradores...

Esse aqui é o que a gente fez na Vila no Pisf, não é? Temos as vilas produtivas rurais que abrigaram as 848 famílias depois da construção das barragens e do canal. Temos ao longo do Eixo Norte 16 barragens, todas elas possuem PSB e PAE. A imagem abaixo se refere ao acidente de Jati devido a um transiente hidráulico que fez estourar um duto forçado cujo vazamento provocou erosão do maciço. Aqui acionamos o PAE e conseguimos deslocar a população, colocando-a em segurança.

Aqui, por fim, um pequeno resumo do que foi feito quanto aos povoados, de uma audiência pública de 2018, que aconteceu no Senado Federal. Sugeriu-se a doação das barragens do Dnocs. Entretanto, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dnocs não se demonstrou favorável, porque, ao final das contas, é o patrimônio dele. Para fazer isso, o MDR está trabalhando para encontrar um modelo de gestão e sustentabilidade financeira das barragens deficitárias.

Isso quer dizer, como eu disse, que há empresas que retiram água de barragem do Dnocs e não pagam para o Dnocs. O Dnocs é responsável pela manutenção da barragem. Então, o que é que acontece? Eu falo sempre assim: a vaca foi dividida ao meio – o Dnocs dá comida e há uma empresa de saneamento que tira o leite.

Quanto à doação das barragens, esbarramos na comprovação da propriedade por falha de documentação fundiária. A gente está correndo atrás disso, inclusive junto à SPU. Aí, sugeriram que o Dnocs tivesse assento no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A gente colocou o Dnocs na Câmara Técnica de Segurança de Barragens. E depois o Dnocs teve um problema com a pandemia, falta de recursos.

Agradeço a todos. Consegui chegar à linha de chegada. Aqui estão meus dados. Estou à disposição para qualquer esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Sr. Marco de Vito, que é o representante do Ministério de Desenvolvimento Regional.

Eu vou passar a palavra agora para a Sra. Maria Ceicilene Aragão Martins, representante do Ministério de Minas e Energia.

Seja bem-vinda, Dra. Maria Ceicilene.

A SRA. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Senadora Leila, demais Parlamentares, meus colegas de debate e todos os ouvintes que nos acompanham aqui remotamente.

Em nome do Ministério de Minas e Energia, quero agradecer o convite para participar desta audiência pública, ocasião em que são discutidos temas tão importantes para o País e para a população atingida por barragem.

O ministério se manifestou em maio do ano passado em relação ao Projeto de Lei 2.788, ocasião em que foram realizados vários comentários em relação à matéria. Vou destacar alguns itens sinalizados nesse parecer que consideramos que mereçam atenção por parte do Legislativo. Algumas questões já foram sinalizadas aqui por meus antecedentes, mas eu acho interessante a gente reforçar.

Vamos lá. Uma grande preocupação do ministério diz respeito à sobreposição e à necessidade de definição clara de responsabilidades do setor público e do setor privado. Tal situação pode resultar em insegurança jurídica, judicialização de processos, bem como indefinição de competências institucionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos que o conceito de barragens é generalista, podendo ser adotado para grandes projetos hidrelétricos a barragens de mineração de pequeno porte, de baixo impacto e com as mesmas obrigações e estrutura de governança.

A gente destaca que a definição de algumas obrigações deve ter relação com o porte e o impacto dos projetos, evitando o incremento de custos adicionais e até mesmo de inviabilidade dos empreendimentos.

O conceito de atingido, importante à indicação do sujeito de direito, deve possuir relação direta de causa e efeito com os impactos sociais nos projetos, sua magnitude e abrangência. Dessa forma, devemos evitar que essa conceituação seja ampla, sem subjetividade, de forma a facilitar a identificação da população diretamente atingida. No caso específico de barragens para a geração de energia elétrica – a Sra. Manoela até citou aqui também na sua fala anterior –, o Decreto 7.342, de 2010, institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia elétrica, e foi regulamentado pela Portaria Interministerial 340, de 2012.

Segundo a Dra. Manoela – só exemplificando, justificando algumas questões –, o decreto apenas extinguiu o comitê interministerial que existia à época, mas todos os outros artigos estão valendo: a conceituação de atingido e a questão do cadastramento. Esse comitê foi extinto justamente por se entender que essas questões devem ser tratadas no âmbito do licenciamento ambiental. O.k.?

Outro fato que eu gostaria de destacar – a Sra. Josiani também fez uma abordagem sobre essa questão – é a atuação dos comitês previstos no Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. Consideramos que essa atuação não deve sombrear atividades de competências institucionais estabelecidas no arcabouço legal brasileiro, principalmente aquelas que tratam de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores.

Além disso, a relação legalmente estabelecida do proponente do projeto para aprovação de uma obra e para definição de medidas mitigadoras e compensatórias é com o órgão licenciador, cabendo a este ser o canal de comunicação preferencial entre o proponente do projeto e a sociedade. No entanto, consideramos que a articulação com a sociedade faz-se necessária e justa para que sejam garantidos os direitos às populações atingidas por barragem. Dessa forma, a participação dos comitês no processo de implantação de empreendimentos deve evitar uma operacionalização complexa e onerosa, sobreposição de atores, principalmente as instituições públicas, fragilização na decisão e competência dos órgãos ambientais.

Com relação às populações indígenas, que também foram citadas aqui ao longo das apresentações, é reconhecido o direito dessas comunidades. Todos os impactos ambientais, sociais provenientes sejam de usinas hidrelétrica, sejam de atividade de mineração devem ser mitigados ou compensados. No entanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considera-se que essa atribuição de zelar pelos direitos dos povos indígenas é da Funai e que devem ser atendidas as normas e legislações específicas que tratam do tema.

Eu não quero me alongar muito, mas destaco ainda que é necessário que haja uma diferenciação de tipologia de barragens, tendo em vista as características técnicas e estruturais das atividades em empreendimentos afetos à mineração, ao setor de energia ou até mesmo às barragens de abastecimento, aqui sinalizadas pelo Dr. Marco por toda a sua complexidade de implantação, as quais possuem diferentes características construtivas e de operação.

Consideramos ainda que deve ser dado um tratamento diferenciado aos atingidos por remanejamento de população devido à construção de usinas hidrelétricas e àqueles que forem impactados por vazamentos e acidentes por rompimento de barragens. São momentos diferentes, são situações muito diferentes que devem ser tratadas isoladamente também.

Adicionalmente, eu ressalto o desafio do Governo brasileiro em proporcionar a segurança jurídica para o desenvolvimento de setores de infraestrutura, atrair investimentos e gerar emprego e renda para a população, mas sempre em busca de garantir a racionalidade, eficiência e transparência em um ambiente sustentável e justo para as comunidades.

Agradeço a atenção. O Ministério de Minas e Energia está à disposição para eventuais esclarecimentos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada pela participação à Sra. Maria Ceicilene, do Ministério de Minas e Energia.

Eu vou passar agora a palavra para a Sra. Tchenna Maso, que é representante do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Seja bem-vinda, Sra. Tchenna.

A SRA. TCHENNA MASO (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Leila Barros. Queria agradecer muito a oportunidade.

Deixe-me marcar aqui meu tempo.

Queria também saudar a Senadora, que vem trabalhando fortemente. Nós do MAB entendemos que esse projeto de lei é muito complementar à Política Nacional de Segurança de Barragens com as alterações feitas. Então, nesse sentido, ele consegue conferir maior efetividade a esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria também saudar a Senadora Zenaide Maia, aqui presente; nosso querido Deputado Rogério Correia, nosso grande representante aí de várias lutas; e também – bom, já saiu – o Senador Contarato, que tem apoiado muito a luta dos atingidos e atingidas no Espírito Santo, nessa conexão.

Eu acho que também é importante ressaltar que a gente está na Comissão de Meio Ambiente. E esse projeto, apesar de falar de questões sociais, está completamente interligado a formas como a gente pensa o desenvolvimento ambiental. E aí, nesse sentido, a nossa defesa, do MAB, é pela aprovação integral do projeto como ele está.

A gente fez, inclusive, recentemente uma audiência com o Ministério Público Federal e com a PFDC, em que a gente ouviu vários *experts* e todos eles com vasta experiência na atuação das questões sociológicas, antropológicas, economistas sobre o caso, ressaltando a importância.

Eu acho que a gente precisa reconhecer – e o MAB tem 30 anos de história, atuando nesse tema – que a gente precisa avançar em marcos normativos sobre o tema das populações atingidas por barragem. Isso quer dizer para gente que o que a gente tem hoje não tem sido efetivo e suficiente. Com isso, eu quero dizer que nós temos muitos avanços na legislação brasileira, especialmente na legislação ambiental, sobre participação, enfim, mecanismos de controle, mas é importante que a gente tenha um olhar – porque a Pnab é também uma política pública – específico para as populações atingidas por barragem, em que a gente possa entender esses conflitos nessa dimensão de totalidade que envolve as barragens. Então, muito embora a gente tenha direitos na responsabilidade civil, a gente tenha em outras legislações esparsas, o fato de eles estarem integralizados nesse projeto é muito importante. Então, acho que esse é o primeiro destaque.

E quero aqui reconhecer que essa não é a primeira vez que a gente fala de política nacional no Congresso. Existem outros projetos que foram discutidos em 2015; existe uma longa mesa de negociação dentro do Governo Federal; existe todo um trabalho do próprio Ministério de Minas e Energia desde a década de 70, 80, com as discussões dentro da Eletrobras, da Eletrosul, sobre a questão de pensarmos políticas. O Ministério das Cidades já discutiu esse tema quando elaborou uma portaria sobre a questão dos atingidos relacionada a grandes empreendimentos.

E aí eu acho que esse debate nasce muito na discussão da Comissão Mundial de Barragens. A Comissão de Mundial de Barragens também estudou o caso brasileiro e, em 2000, elaborou um relatório de que, sim, empreendimentos hidroelétricos de barragens causam impactos. E o que a gente tem visto no Brasil é que as barragens de mineração também causam impactos. Então, é impossível você desviar o curso de um rio e não admitir que isso vai causar danos, porque isso vai causar impacto social e impacto ambiental, num país onde a população está atrelada, a dimensão social está atrelada à dimensão ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós entendemos que, quanto mais você conseguir melhor definir esses direitos, quanto mais a gente conseguir atuar em caráter preventivo, mais a gente vai conseguir mitigar e minimizar esses impactos. Então, hoje, quase toda a carga de sustentar essa discussão fica a cargo do órgão licenciador, seja o Ibama, sejam os órgãos licenciadores dos Estados. E os órgãos ambientais têm uma situação muito difícil, seja pela precarização do trabalho...

Por exemplo, uma barragem como Belo Monte: sua licença de operação tem 272 condicionantes e tem apenas um funcionário na cidade de Altamira para acompanhar e monitorar 272 condicionantes – condicionantes que são: acompanhamento de várias etnias, acompanhamento das mudanças do manejo ambiental, do manejo das águas. Então, a política vem para facilitar a vida desses funcionários. E aí a gente tem que pensar muito neste sentido: estamos dando um passo, precisamos avançar, precisamos ir além.

Quero destacar que nessas situações que envolvem barragens, quando a gente fala em atingidos, sejam as pessoas que têm que sair para a construção de hidrelétricas, sejam as pessoas que têm que sair agora da zona de autossalvamento porque avançamos em dar essa segurança na política nacional, sejam as pessoas que são atingidas pelos desastres ou os casos de barragens de água, a gente está falando de uma categoria que se chama deslocamento compulsório. E para essa categoria de deslocamento compulsório existe normativo internacional, existem obrigações do que fazer, não se pode simplesmente retirar as pessoas. E até hoje no Brasil a gente não avançou para as populações atingidas em marcos normativos. A gente tem esse decreto de desapropriação, que já foi mencionado aqui, e a gente tem essa política do cadastro, que também foi mencionada aqui. Só isso. Em contrapartida, o setor elétrico tem mais de 30 normativas que dão segurança jurídica para ele. Então, a gente precisa resolver um pouco essa assimetria normativa e esse é o importante trabalho do Legislativo.

Quero dizer também que em 2010 se concluiu um relatório pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos que reconheceu a sistemática violação de 16 direitos nos processos de barragens no Brasil. Foram feitos vários apontamentos para serem melhorados. Uma questão central, por exemplo, desse relatório, é o reassentamento. Não existe no Brasil o direito de serem reassentados coletivamente. Não há previsão legal. Isso está nessa política da Pnab. Isso é muito importante, porque não basta você pagar a carta de crédito à família, você precisa garantir que os laços sociais e culturais estejam. Não sei se vocês conhecem, mas a cidade de Itá, por exemplo, está debaixo d'água hoje. A cidade de Castanhal está debaixo d'água hoje, por construções de hidrelétricas. Bento Rodrigues está debaixo da lama. O que é a cidade onde você nasceu estar nessas condições? É disso que a gente está falando. A gente precisa pensar nesses processos.

Também existe um longo trabalho da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, especialmente do GT de direitos humanos e empresas, com várias sugestões normativas. O próprio Ibama... A gente precisa destacar aqui que o Comitê Interfederativo do caso do Rio Doce tem avançado em uma série de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussões para as populações atingidas por barragem. A questão dos auxílios financeiros emergenciais, pensar a aposentadoria, pensar os danos ambientais. O Ibama mesmo, no caso de Belo Monte, constatou que existe um impacto que não estava previsto no licenciamento, que é o da especulação imobiliária gerada na cidade por conta da construção de barragens, ou impactos que você não consegue prever. Por exemplo, não existe um dimensionamento de como o lençol freático vai reagir a um grande represamento. Então no caso de Jirau e Santo Antônio, que a gente teve as enchentes de 2104, por exemplo, na cidade de Porto Velho, ou no caso de Belo Monte, os bairros como Independente I e Independente II, que são lagoas, palafitas, realidade amazônica, foram diagnosticados pelo Ibama e tiveram que ser indenizadas essas populações.

Também queria ressaltar aqui que, em 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) criou uma metodologia de diagnóstico do passivo social de barragens. O Ipea é muito claro: nós no Brasil temos uma dívida social – a Senadora também falou isso – com as populações atingidas por barragem. O Ipea estudou o caso de Sobradinho, e 40 anos depois as pessoas que foram atingidas pela construção da hidrelétrica de Sobradinho não acessavam luz elétrica em suas casas. Então, a gente precisa discutir esse modelo de desenvolvimento. A gente precisa resolver essas assimetrias. Aqui eu queria destacar que, assim como o Senado está tendo a oportunidade de avançar nessa discussão, a gente tem, como ressaltou o Deputado Rogério Correia, a Política Estadual dos Atingidos por Barragens de Minas Gerais, que é a Lei nº 23.795, de 2021; nós já tivemos o decreto do Rio Grande do Sul, mas como era decreto, ele foi revogado agora na atual gestão; mas nós temos projetos de lei na Bahia, no Rio de Janeiro, no Pará e no Ceará, discutindo políticas de direitos para os atingidos.

Eu queria assim, já dirigindo para o final, pontuar algumas coisas que eu acho que a gente pode dialogar aqui, que foram elementos trazidos pelos colegas de Mesa. Primeiro, eu acho que é afirmar a primazia dos direitos humanos, que é o que a nossa Constituição dispõe e os tratados internacionais e convenções que a gente assina dispõem. Para a gente também pensar em desenvolvimento econômico, nos empreendedores, em que a gente precisa pensar também, a gente precisa garantir os direitos das populações. Inclusive, eu acho que quanto mais essa política conseguir garantir direitos, e isso ficar claro para o empreendedor, para as comunidades e para os órgãos públicos, mais fácil é garantir segurança jurídica.

Aqui dou um exemplo. Muitas empresas, e a maioria dos investidores de barragem, são consórcios ou são empresas transnacionais. Essas empresas são compostas por capital aberto, e os investidores dessas empresas exigem contrapartida de direitos humanos e contrapartida ambiental. Então, quanto mais essas empresas se comprometerem com os direitos humanos, mais valorizadas elas têm as suas ações, elas recebem certificados internacionais. Então, é bom para todos que essa política avance.

Dou aqui também o exemplo do caso da Eletrobras. O fundo de investimento norueguês retirou seus investimentos pelas violações de direitos humanos de Belo Monte, assim como retirou seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos da Vale pelas violações ambientais. E tudo isso acontece porque tampouco ao empreendedor é claro o que ele deve garantir. Muitas vezes, os processos de licenciamento não trazem todas as condicionantes. Muitos danos vão se desenrolando no procedimento, e aí o empreendedor fica numa discussão infinita com as comunidades atingidas, numa série de novos acordos e de renegociação. Isso não é bom para ninguém. Então, eu acho que a política põe fim nisso, ao estabelecer um rol de direitos que precisam ser assegurados.

Também queria destacar aqui que, quando a gente fala de barragens, a gente fala de danos ambientais. Danos ambientais, para o Direito, são de responsabilidade objetiva. Isso quer dizer que independentemente de dolo ou culpa. Então, a gente não tem que discutir aqui se houve uma ilicitude do empreendedor. O fato da atividade dele de empreendimento já determina uma responsabilidade objetiva e, portanto, o dever de reparar. Muita gente fala sobre políticas compensatórias e políticas mitigatórias, e são muito importantes essas medidas de assistência social, mas há o dever – aí sim, claro – na legislação brasileira de reparação integral. Então, nesse sentido a lei vem suprir essa lacuna de reparação integral.

Também eu acho que a gente precisa avançar nessa discussão do dano moral. Hoje no Brasil não há uma tabulação do dano moral, mas o dano moral está ligado a você causar um transtorno e um dano para alguém, não necessariamente uma atividade ilícita. Por exemplo, você denegrir a imagem de alguém por uma matéria de jornal gera direito de dano moral. Aí a gente tem vastos trabalhos de juristas brasileiros – poderia citar aqui a Maria Celina Bodin de Moraes, Sílvio Venosa – que já falam de a gente pensar mais amplamente. Então, a gente tem, por exemplo, indenização de dano moral no caso de Brumadinho, no caso de Mariana. Então, a gente precisa repensar essa categoria de dano moral.

Se a minha cidade não existe mais porque ela está debaixo d'água ou da lama, eu não preciso explicar aqui para vocês que isso causa um transtorno e um impacto. O fato de eu ter que deixar as comunidades onde eu nasci ou cresci ou ter que mudar meu modo de vida para o fornecimento de energia elétrica me gera um direito a ser indenizado. E assim eu entendo. Agora, é melhor a gente saber que a gente tem o dever de pagar um determinado valor a custo de dano moral por isso do que a gente permanecer numa discussão de insegurança. O processo judicial gera custo, gera insegurança jurídica.

Eu também queria destacar aqui a importância de a gente pensar isso que o próprio Dr. João trouxe para a gente: a gente não pode continuar permitindo que a mesma empresa... E vou dar um exemplo aqui: que a mesma empresa Engie indenize os atingidos de Itá dando o reassentamento, dando o auxílio financeiro e não pague a mesma coisa em Jirau ou em Santo Antônio ou em Belo Monte. A gente não pode permitir essa assimetria de direitos, a gente precisa parametrizar isso. E eu acho que esse é um dos pontos que a política atende perfeitamente.

Eu queria destacar, por fim, no meu tempo que resta, a questão da participação. Eu entendo que a legislação ambiental brasileira é fundada na participação – a previsão de audiências públicas, as determinações do Conama... E eu acho que a gente pode se inspirar no dever constitucional da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração pública de participação. É por isso que a gente tem os conselhos participativos de saúde, o Conselho do Meio Ambiente, os comitês de bacia... Então, aqui, o objetivo é tornar mais democrático esse processo decisório. E, quanto mais a vítima, o possível atingido ou atingida, participa do processo, mais fácil é ele entender também os limites, mais fácil é ele aceitar, mais fácil é a gente atingir a dimensão satisfatória que as indenizações exigem, mais fácil é a gente construir o caminho para a não repetição desses problemas. Esses modelos participativos vêm com o fulcro... Por exemplo, hoje, a gente tem várias ações judiciais discutindo a falta de participação. Então, você prever um comitê no qual populações possam discutir, contribuir, construir conjuntamente esse processo de desapropriação, de retirada, de saída, de diagnóstico de impactos – as próprias comunidades se envolvem no processo de diagnóstico de impactos – é parte do Estado democrático de direito, é a gente avançar num passo da administração pública. E, para nós do MAB, isso torna a operacionalização muito mais fácil, muito mais tranquila.

Essas seriam as contribuições. A gente já fez dois pareceres no MAB, vou enviar também os dois pareceres que a gente já construiu.

Agradeço muito à Senadora e a todos os presentes. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada pela participação, Tchenna, e pela sua explanação.

Vou passar aqui alguns comentários que foram feitos no Portal e-Cidadania.

Katharine Fortunato, de Minas Gerais: "A população atingida por barragens precisa de um olhar mais cuidadoso dos governantes".

Fatima Cordeiro, do Espírito Santo: "São muitas barragens no Brasil. O 'acidente' trouxe muitos impactos. Por isso, um plano é de suma importância".

Elvino Faganello, do Pará: "Pauta de grande relevância, a proteção da população que possa sofrer impactos e a responsabilização dos responsáveis".

Geova Chagas, de Minas Gerais: "Os direitos causados por essas tragédias devem ser irrestritos, agora difícil é cuidar do psicológico!".

Bruno Pires, de São Paulo: "Todo ano, temos um problema como esse em algum Estado. Espero que uma medida preventiva também seja discutida".

E ela já foi, Bruno, que é a questão do PL 550, que originou a Lei 14.066. Eu agradeço muito à Câmara e, inclusive, a contribuição do MAB e de todos aí na aprovação desse projeto.

Amigos, para finalizarmos aqui a nossa audiência, eu gostaria de passar a palavra... Temos algum Senador presente que queira falar? Senadora Zenaide, deseja falar? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que não, acredito que não.

Senadora Zenaide? (*Pausa.*)

Não.

Depois desta primeira audiência nossa, nós entendemos que há necessidade de se promover a segurança jurídica das populações atingidas por barragens. Isso ficou muito evidente nesses trágicos episódios de Mariana e Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, que ocorreram, respectivamente, em novembro de 2015 e em janeiro de 2019. E os problemas da implementação, que foram falados aqui por vários expositores, dos empreendimentos como Belo Monte também apontam essa necessidade.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas, porque o nosso gabinete recebeu algumas manifestações que questionam alguns dispositivos da norma proposta. Então, nós resolvermos solicitar esta audiência justamente para ouvi-los. Gostaria de, neste momento, através da minha equipe legislativa, fazer algumas perguntas.

Por exemplo, o projeto busca equiparar o tratamento legislativo da construção e operação de uma barragem a um hipotético e indesejado rompimento dessa estrutura. Em outras palavras, uma desapropriação para fins de utilidade pública está sendo igualada a danos provocados por um acidente. E aí eu deixo a palavra a todos – a todos. Como os senhores avaliam essa equiparação? Eu gostaria muito de ouvi-los sobre esse questionamento. Alguém deseja falar? Se puderem levantar a mão, eu agradeço. (*Pausa.*)

A Josiani. Por favor, Sra. Josiani.

A SRA. JOSIANI NAPOLITANO (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Como a gente colocou aqui anteriormente, nós nos alinhamos com as preocupações dos atingidos por todos os acidentes aqui citados, mas entendemos que existem vários graus de risco em termos de segurança de barragem. Então, nós destacamos aqui, mais uma vez, que as barragens de usinas hidrelétricas não impõem os mesmos riscos comparados com as barragens de rejeitos, por exemplo. Então, nós entendemos que deve ser dado um tratamento diferenciado, inclusive para assegurar quais são efetivamente as obrigações dos empreendedores, de todas as instituições envolvidas, para cada um dos casos, porque aqui ficou muito abrangente e não é possível delimitar até aonde se pretende ir. Lembro que vários casos aqui citados de construção de hidrelétricas... Lembro que o licenciamento atualmente para grandes empreendimentos é feito pelo poder concedente. E aí, sim, esse empreendimento vai ser licitado em um processo licitatório em que os empreendedores... (*Pausa.*)

Estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Estamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOSIANI NAPOLITANO – ... em que os empreendedores vão participar desse processo e efetivamente vão construir esse empreendimento – e obviamente estarão sujeitos a todas as condicionantes colocadas ou associadas ao processo de licenciamento.

Então, aqui, o que a gente coloca, é o seguinte: os empreendedores estão cumprindo com as suas responsabilidades. Se determinado empreendimento necessitou de deslocamento de uma população, essa população deve, sim, ser ressarcida, e é o que nós fazemos.

Então, a gente gostaria de ressaltar a necessidade de dar um tratamento diferenciado. Nós não solicitamos aqui que o projeto não seja aprovado ou que essas populações que foram atingidas por esses acidentes não sejam assistidas, mas o que a gente coloca aqui é que existem várias situações diferentes. A gente não ouve falar, por exemplo, em acidentes – ou, pelo menos, não é comum se falar – por rompimento de barragens de usinas hidrelétricas, não é? É uma situação muito diferente. Então, é isso que eu queria ressaltar.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Sra. Josiani.

Há uma outra também: as perdas do desapropriado não ocorrem apenas quando se constroem as barragens: grandes obras de infraestrutura, como estradas, aeroportos e portos, assim como a demarcação de unidade de conservação, resultam no deslocamento de população que ali residem, estabelecidas, mais uma vez, há várias gerações. O que vocês pensam a respeito dessa situação? Há alguma forma de mitigar e compensar as perdas do desapropriado e de sua comunidade? É um questionamento que a gente tem para pensar aqui conjuntamente, com os outros Senadores, indo além da indenização pecuária.

A SRA. JOSIANI NAPOLITANO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Além da indenização pecuniária, vocês enxergam outra forma de compensar essas perdas dos desapropriados? Isso é um questionamento que eu gostaria...

Vou passa a palavra para a Sra. Tchenna Maso.

A SRA. TCHENNA MASO (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bom, eu entendo que, o fato de o texto, como ele está, ter esse caráter do atingido numa definição mais ampla contemplaria tanto as questões que envolvem rompimentos ou cenário pós-barragem quanto as hidrelétricas, porque do que a gente está falando, em termos de direito, são de direitos que, para mim, devem ser comuns em qualquer situação – na verdade, em qualquer empreendimento. A gente está falando de direito à informação, a gente está falando de auxílio financeiro emergencial, a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando de assistência técnica, de reassentamento: são condições que acontecem nos desastres ou não. É claro que, no que toca ao rompimento de barragem, há questões mais complexas, mas aí isso vai derivar na natureza de aplicação do direito, não é? Então, a gente está falando aqui da atuação de um outro poder, do Poder Judiciário, das instituições de Justiça, ou da execução, do Poder Executivo, por exemplo, desse processo.

O que acontece hoje, no caso por exemplo da construção de uma hidrelétrica, é um decreto de desapropriação pública. A gente conhece inúmeros casos no MAB em que esse decreto é emitido, em que começam a colocar um canteiro de obras sobre a sua casa, sobre a sua fazenda, e aí é que se começa uma discussão, que é judicial, sobre a indenização dessa família. Então, não existe, na prática, uma indenização prévia.

Também posso mencionar o caso da barragem de Baixo Iguaçu, aqui no Paraná, onde, em 2013, no processo de construção da barragem ocorreu um rompimento de um dique, e, inclusive, a Copel indenizou todas as famílias por conta disso, não é? Então, ao meu ver, a estrutura desses empreendimentos é plenamente aplicável aqui para os dois casos, para as duas equiparações.

Também quero destacar que, quando você tem a concessão da hidrelétrica, isso é feito por meio de um leilão, e o processo de licenciamento do empreendimento é posterior ao leilão. Então, há um estudo por parte das entidades empresariais sobre os possíveis custos sociais daquele empreendimento. O fato de a gente não ter uma legislação clara sobre isso faz com que o empreendedor, na maioria dos casos, gaste mais dinheiro, justamente porque ele não sabe adequadamente o que ele tem que indenizar e o que ele tem que reparar, sabendo que o empreendimento também vai ter impactos, não é?

A gente já conversou muito tempo com o Dnit, por exemplo, sobre a questão das rodovias. Eu acho que a legislação vai servir também para esses casos, para a gente discutir os atingidos, mas aí talvez, Senadora, a gente também poderia pensar, no futuro, na discussão de uma regulamentação melhor sobre a desapropriação, sobre esse deslocamento compulsório, e pensar na construção de indicadores, não é? O Marco trouxe aqui que a Defesa Civil é um problema muito grande em relação a isso, de investimentos: acaba que todo deslocado compulsório é tratado como um deslocado às vezes de uma enchente, de alguma coisa assim. A gente não tem produção de indicadores no Brasil. Existe até um estudo do Instituto Iguarapé sobre isso... Mas eu acho que vai contribuir: ela já vai dar um avanço muito grande para essas questões.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Sra. Tchenna.

Eu só vou falar para os nossos expositores que eu vou dar, pelo menos, dois minutos, porque todos levantaram as mãos. É claro que nós vamos ouvir a todos, mas eu só vou passar a palavra, primeiro, para a Senadora Zenaide, que já me pediu há muito tempo, e depois ao Deputado Rogério Correia. E peço a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos que sejamos um pouquinho mais céleres nas respostas, por causa do horário, tá? É que eu já estou sendo pressionada aqui... (*Risos.*)

Mas estou adorando, viu? Está sendo muito esclarecedora esta audiência. Eu agradeço a todos a disponibilidade.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia.

Tudo bem, Leila? Está me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Estou ouvindo, sim, Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Eu fiquei aqui só ouvindo isso aí e eu queria fazer um resumozinho do extrativismo no Brasil, seja de onde for ele: mineral, animal ou vegetal. Na verdade, o extrativismo no Brasil é assim: extrai-se a riqueza do povo, da terra, seja usar suas águas, seja tirar seus minérios, e se exporta o que é produzido; e existe na lei brasileira uma isenção de impostos muito grande, e sobra quase nada do que foi extraído do nosso povo para educação, para saúde, para assistência social. E o pior: a maioria dessa extração é de uma família, e essa família normalmente tem máquinas prontas, porque o nosso parque industrial já não tem essa máquina. Eles importam essas máquinas sem pagar impostos. E o que é que eles fazem com esses grandes lucros, Leila? Eles compram títulos, uma parte compra título de nossa dívida pública a longo prazo, recebendo lucros imensos. De onde é esse lucro? Do povo brasileiro, dos impostos do povo brasileiro, que é quem paga a dívida pública. E o resto, o que é que eles fazem? Enviam para fora do País, não geram nenhum emprego aqui, colocam em outros países. Então, esse é o extrativismo brasileiro e são todos os extrativismos, sem falar aqui do meio ambiente, como foi falado aí.

O mineral? Todos eles têm lesão do meio ambiente e dizem respeito aos povos originários, essa é a realidade, e há o incentivo fiscal, a renúncia de recursos.

Por isso, Leila, que, por exemplo, em 2019, quando vocês estavam na CPI sobre Brumadinho, para penalizar, eu havia colocado um projeto de lei... Quando eu olhei a Lei 9.605, de 1998, do Brasil, as penalidades para essas barragens, para os proprietários dessas barragens que se rompem é uma coisa que chega a ser vergonhosa. Então, havia essa lei, o PL 1.304, de 2019, que eu não vi, mas, agora, em 2020, quando a gente ficou nessa situação difícil com a pandemia, precisando de recursos para tudo, eu me lembrei que o extrativismo praticamente não pagava imposto por causa da Lei Kandir, exporta-se tudo e não deixa nenhum recurso aqui, então, eu apresentei o Projeto de Lei 1.522, de 2020, que aumentava os percentuais, em vinte pontos percentuais, das alíquotas de contribuição sobre o lucro líquido dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições financeiras que tivessem um faturamento líquido superior a R$10 milhões. Esse projeto nunca foi nem discutido.

Então, o que eu queria deixar claro aqui para a Leila, essa mulher humana, por quem eu tenho um respeito grande, essa é a situação do extrativismo, é um mercado que se mostra para a gente, um mercado. Um mercado em que a empresa está tendo lucro, o banco, são todos, e há exploração. Acho que a nossa expositora falou sobre o meio ambiente, existe isso também. Então, o extrativismo tira as nossas riquezas naturais. Eu não falei nem aqui, Leila, que, além de tirar as nossas riquezas naturais, ainda pulveriza, joga agrotóxico para todo mundo, para os rios, para todo o canto, são 1.330 novos agrotóxicos em dois anos e oito meses.

Mas é só para dizer isso, que há esse projeto de lei e que vocês não tenham dúvida de que Leila, com essa lei que está ouvindo a todos, vai ter esse olhar diferenciado.

E em tudo se diz que há aumento do PIB. A população não se alimenta de PIB, então, nós temos que ter esse olhar. O extrativismo no Brasil tem muito desvantagem: lesa o meio ambiente, não fica riqueza aqui e os impostos são desse tamaninho. Parece até aula do Professor Raimundo: "E os impostos? Isso aqui". A população não lucra com esse extrativismo, na verdade, lucra pouquíssimo.

Leila, obrigada e desculpe-me se eu falei demais, minha amiga, pois você me pediu um prazo rápido, mas eu quis lhe mostrar e mostrar como funciona isso aí.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Você nunca fala demais, Zenaide, sempre dá uma aula. Obrigada, amada. É um prazer demais ter você aqui conosco.

Vou passar, agora, para o Deputado Rogério Correia, que foi o Relator do projeto na Câmara, para ouvi-lo.

Pois não, Sr. Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila.

Senadora Zenaide, é sempre um prazer ouvi-la.

Senadora, eu queria comentar a primeira pergunta que foi feita sobre os atingidos, que, na proposta, ficam todos contemplados, vamos dizer assim, sejam de barragens elétricas e de rejeitos também de minério.

Neste caso, eu acho que os direitos atingidos têm que ser contemplados na globalidade, como disse também a Tchenna, a quem eu mando um grande abraço aqui, representando o MAB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem diferenciações que já estão em outras legislações. Por exemplo, de segurança da barragem, que foi o projeto de autoria da Senadora. Lá já se faz diferenciações entre uma e outra barragem, mas, no caso dos direitos atingidos, penso eu, têm que se ter os mesmos direitos, porque os direitos que são colocados aqui são de possíveis atingimentos por causa de barragens ou que já aconteceram. Então, eu acho que, neste caso, não anula essa questão importante de abranger todas as barragens no que diz respeito aos direitos dos atingidos.

Não sei se me fiz entender bem, mas acho que as diferenciações são em outras legislações que não nessa. Nessa, parece-me que os direitos têm que ser realmente os mesmos. Foi algo que nós analisamos na época e que foi também debatido aqui na Câmara.

Por fim, só para me despedir de vocês e lembrar, a Senadora Zenaide colocou muito bem aqui agora, sobre a Lei Kandir. Há vários projetos aqui na Câmara e há também no Senado para retirar, acabar com essa Lei Kandir, que acabou por ser constitucionalizada, e que dá às empresas exportadoras o direito de não pagar ICMS. Nisso nós não conseguimos ainda avançar, nem na Câmara e nem no Senado, acho importante, inclusive para extinguir essa Lei Kandir.

Lembrando que a Vale distribuiu, semana passada, 30 bilhões de dividendos aos seus acionistas, que são, em geral, banqueiros do capital financeiro internacional – 30 bilhões. Foi um recorde, então, nós estamos tratando desigualmente aqueles que são muito ricos no Brasil. Isso é algo que nós precisamos também abordar porque a Vale faz exportação de minério, como faz principalmente em Minas e no Pará, e não deixa nada aqui, nem imposto e nem estratégia de construção do País.

Nós já tivemos um tempo em que se fazia extração do minério, mas transformava-se isso em aço, tínhamos geração de emprego em Minas Gerais, tínhamos companhias siderúrgicas enormes, agora é só exportação de minério, é disso que a gente vive e, portanto, é injusto isso. Então, acho que isso também tem que ser considerado.

Parabéns, ficamos na expectativa da aprovação no Senado dessa legislação, o que será muito importante, com certeza, para todo o povo brasileiro. Nós não podemos ficar com a legislação só em Minas Gerais onde há a lei estadual que nós aprovamos, mas como diz a Tchenna, já existem outras propostas em outros Estados. Eu acho que, se nós fizermos uma lei nacional, nós resolvemos essa questão e damos um grande avanço em defesa daqueles que são atingidos.

Parabéns, muito obrigado e parabéns pela audiência, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada pelas orientações e a explicação aqui, Deputado.

Espero conversar mais com o senhor aqui no gabinete a respeito do relatório. Acho que nós podemos trocar muito, as duas equipes, as duas assessorias, e sei que o senhor já se colocou à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos dar celeridade certamente a esse projeto que acho, como o senhor falou e vários outros expositores, que é de suma importância. É uma resposta do Congresso a essas populações.

Eu vou passar a palavra, agora, para o Sr. Marco de Vito, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O SR. MARCO DE VITO (Para expor.) – Agradeço a palavra.

Vou ser bem rápido.

A primeira coisa que gostaria de dizer... Eu vou falar como técnico, participo da câmara técnica em segurança de barragem e tudo mais, algumas observações.

Pelo sotaque, vocês devem ter entendido que não sou 100% brasileiro, sou de origem italiana, então, consegui até fazer um pouco de análise de legislação comparada. Tenho que falar que a legislação brasileira, comparada à italiana, é bem mais simples, é bem mais superficial. A legislação italiana sobre barragens é um inferno verdadeiro.

Mas eu acho que, recentemente, com os acidentes de Brumadinho e de Mariana, deu-se às barragens uma imagem bucólica que às vezes não tem. Quer dizer, pensem somente nos simulados em Mariana. Até participei dos simulados em Mariana, fomos lá, o pessoal que morava lá se reuniu num ponto de encontro, tudo tranquilo, mas é uma vilazinha, uma comunidade.

Agora, eu penso isso numa barragem tipo Jucazinho, onde o simulado vai ser feito em Recife. Como é que você faz um simulado em Recife? Ou em Pampulha? A Senadora Leila é mineira de coração. Vamos colocar Santa Maria também, naquela barragenzinha que está lá.

Há coisas na lei que precisam ser um pouco revistas para viabilizar porque, realmente, aqueles 6% que demostrei, que pouco conseguem implementar o PAE, é porque é muito difícil. A gente não consegue ver o pessoal saindo de casa em Recife para se juntar, fora os problemas de segurança, os assaltos, você deixa sua casa desprotegida, os bandidos sabem. Há problemas urbanos que são muito diferentes dos problemas, digamos assim, rurais de barragens de minério. Por isso que as barragens de mineiros são muito diferentes também, inclusive porque as barragens de minérios exploram uma atividade econômica muito rentável. Já uma barragem de uso múltiplo, como a engenheira disse, não tem de onde tirar dinheiro para se sustentar.

Então, muitas vezes se criam muitas obrigações que depois não se consegue atender, quer dizer, na prática a teoria é outra.

Outra coisa, a filosofia da nossa lei é muito visada ao depois do acidente, a gente cuida muito do depois do acidente. Vamos indenizar, vamos fazer isso, mas acho que a filosofia deveria ser: essa barragem não deve cair. Se, por acaso, uma barragem tem um problema, muda-se o período das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inspeções, mas não obriga a barragem a fazer recuperação. Deveria ter obrigação de fazer a recuperação, não simplesmente fazer mais inspeções.

Eu gostaria de falar mais, mas o meu tempo se esgotou. Espero ter dado a minha contribuição para uma visão mais preventiva.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito.

Obrigada, Sr. Marco de Vito.

Vou passar, agora, a palavra para a Sra. Maria Ceicilene, do Ministério de Minas e Energia.

A SRA. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Com relação aos questionamentos da senhora, se temos como compensar, se temos como equiparar? Sim, nós temos.

No âmbito do processo de licenciamento ambiental, todas essas questões são verificadas.

Nós temos o Decreto 7.342, que eu havia sinalizado anteriormente, que faz essas previsões dessas equiparações quando fala sobre perdas de propriedade ou posse de imóvel, perda de capacidade produtiva das terras, perdas diárias de exercícios de atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, perdas de fontes de rendas e trabalhos quando os atingidos dependam economicamente, prejuízos comprovados nas atividades produtivas locais, inviabilização de acesso ou atividade de manejo de recursos naturais e pesqueiros; prejuízos comprovados a atividades produtivas locais, entre outros. Não vou me alongar aqui. Mas todos esses aspectos são, sim, observados e têm que ser compensados, caso seja identificado o impacto, seja econômico, seja social, para essas comunidades.

Eu queria destacar que foram dados alguns exemplos aqui de usinas hidrelétricas, mas historicamente nós temos muitos e muitos casos exitosos de remanejamento de populações e que nós temos estudos já realizados em que o Índice de Desenvolvimento Humano na região em que foi implantada essa usina hidrelétrica melhorou significativamente. Isso a gente tem que levar em consideração.

Com relação à questão da identificação da comunidade atingida. Na época da discussão do decreto – foi uma discussão muito ampla, de que o Mário participou ativamente – é que se ficou determinado que o levantamento dos atingidos deveria ser realizado anteriormente à licença prévia do empreendimento. E a licença prévia justamente sinaliza a viabilidade do projeto. Lembrando que para um empreendimento hidrelétrico ir a leilão, ele tem que ter obtido a sua licença prévia. Então, eu tenho o cadastro socioeconômico, eu tenho o levantamento dos atingidos, a partir daí eu tenho a sua licença prévia; posteriormente ele vai ao leilão. Então, existe um rito a ser seguido, que é observado, cujos estudos são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizados anteriormente à implantação do projeto; não posteriormente, como foi sinalizado anteriormente aqui por um dos nossos participantes.

Não vou me alongar, mas novamente me coloco à disposição para qualquer comentário adicional.

Obrigado e parabéns pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Dra. Maria Ceicilene. Eu vou passar a palavra – eu estou alternando um homem e uma mulher, o.k.? – agora para o João Marcos, da DPU, e depois para a Sra. Manuela. Rapidinho.

O SR. JOÃO MARCOS MATTOS MARIANO – Obrigado, Senadora. Vou tentar ser breve aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não.

O SR. JOÃO MARCOS MATTOS MARIANO (Para expor.) – Enfim, o interessante da minha primeira questão, pegando um pouco do comentário do Sr. Marco, é que realmente a legislação brasileira hoje talvez seja demasiadamente simples. E acho que o objetivo dessa lei é muito claro em realmente endereçar a questão, com o nível de transparência e com o nível de participação social que ela merece. Eu acho que a gente não pode também continuar fazendo de conta que as coisas são mais simples do que devem ser, a fim de viabilizar um determinado empreendimento para depois que o impensável acontece, porque realmente ninguém quer que essas barragens caiam, a gente tenha que tentar, num processo muito mais complexo, muito mais custoso, emendar algo que não deveria ter acontecido.

Então, eu acho que a legislação é muito salutar em resolver algo de que hoje a gente está muito carente, que é realmente aumentar o nível de transparência, aumentar o nível de participação, deixar mais claros os direitos dessa população, que hoje não estão claros, para que, como a Maria Ceicilene realmente pontuou, o empreendedor, quando assumir esse negócio – e isso depois de todos os procedimentos feitos, todas as questões laborais –, saiba exatamente qual é o nível... E a população também, por sua vez saiba, do que se está falando.

Eu acho também que, por muito tempo, a gente trabalhou com a ideia de que era necessário viabilizar determinados projetos, independentemente de qualquer visão divergente, e aí tenta-se acelerar uma determinada licença, acelerar uma determinada situação, simplificando o que não é simples, e depois, enfim, acontece algo, ou mesmo que não haja um desastre, porque, às vezes, o desastre está ali no cotidiano, numa poluição que não foi bem trabalhada, num deslocamento, numa perda de qualidade de vida que não foi bem trabalhada, não foi bem pensada, e aquelas populações ficam, de repente, com aquele sentimento de que ou foram enganadas ou já é tarde demais para recuperar aquilo que foi perdido.

Então, eu acho que a gente tem que realmente tratar as nossas populações com a dignidade que elas merecem, permitir que elas participem e permitir que o povo brasileiro realmente tenha a total compreensão do que a gente está tratando aqui. É isso. Então, eu acho que a gente não tem muito que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupar com alguns discursos que, às vezes, enfim, tendem a manter as coisas como estão hoje, e realmente elas não estão bem.

Agradeço aí a iniciativa do Senado, em especial de V. Exa. na relatoria desse projeto. E a Defensoria Pública da União, como tem participado de diversos momentos, compartilhado um pouco dessa dor nesses desastres e também em caso de remoções, mesmo que não haja desastre, estamos aqui à disposição também no que pudermos contribuir nesse projeto. Agradeço mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Excelente, Dr. João. Claro, com certeza nós vamos recorrer muito aí à Defensoria para, enfim, no que puder nos ajudar para alimentarmos mais ainda esse projeto. Eu quero agradecer a sua participação.

Vou passar agora para a Sra. Manoela Carneiro, do Homa.

A SRA. MANOELA CARNEIRO ROLAND (Para expor.) – Obrigada, mais uma vez, pela oportunidade de fala.

Eu só gostaria aqui, já que o meu tempo é curto, de fazer um pouco... A minha fala é um pouco dentro do contexto também do trabalho do Homa, como a gente percebe também o que está acontecendo e a importância dessa legislação. Eu faço uma série de outros debates em curso internacionalmente e também no Brasil.

O Homa existe desde 2012. E a gente acompanha várias agendas nacionais e internacionais, inclusive a crítica ao Decreto 9.571, de 2018, que estabelece algumas diretrizes sobre empresas e direitos humanos, que tem, inclusive, sua contraface, que seria a Resolução nº 5, do CNDH, de 2020, e também o acompanhamento de um processo de negociação de um tratado internacional, hoje em dia, no Conselho de Direitos Humanos da ONU, sobre empresas e direitos humanos. E a gente vê muitas colocações e impasses aqui colocados, ou seja, a própria terminologia utilizada: acidente ou risco ou impacto. Existe um certo paradigma de que a atividade empresarial não é constituída para gerar nenhuma violação de direitos humanos. No máximo, ela gera algum risco ou possível impacto, que, na verdade, a gente deveria até suportar, naturalizar, em prol do desenvolvimento. Isso é um paradigma em que tem se buscado justamente avançar.

Quando eu participei do primeiro seminário de balanço, por exemplo, no tocante ao rompimento da barragem de Rio Doce, lá em Mariana, logo em 2016, no início, a primeira coisa que a população falava: "Mariana já é chamada de Marilan há dois anos." A população falava isso. Qual era o lema dos atingidos e atingidas? Vale Samarco BHP. Eles sabiam que ia romper. Então, essa questão de acidente a gente tem que também, na verdade, relativizar e entender que existe, sim, uma lógica de risco que coloca no limite a violação de direitos humanos como algo computado pelo negócio e pelo empreendimento, justamente para viabilizá-lo, pensando até numa indenização já possível ali às comunidades, entendeu? O que, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, a gente tem que entender é que essa legislação não é uma disputa dos atingidos e atingidas por um ganho, por serem indenizados se forem atingidos; eles não querem é ser atingidos e atingidas, não é?

Acho que está havendo uma inversão aqui. E, obviamente, há que se aprimorar essa legislação, acompanhando o que o Dr. Marco de Vito fala, é justamente aprimorar a perspectiva da prevenção, sim, porque vai trazer ferramentas mais precisas, vai evitar, como a Dra. Maria Ceicilene coloca, que haja, por exemplo, uma desconstrução de aparatos estatais importantes, até como a Funai, o Ibama e outros órgãos, para que eles cumpram sua verdadeira função de maneira eficiente. Geralmente, já vêm amparados para esse tipo de consulta. Agora, certos princípios têm que ser garantidos desde o início, como essa questão da centralidade do sofrimento da vítima, da consulta, da transparência. No caso da legislação ambiental, a gente sabe que há empreendimentos que funcionam ainda com licenças ambientais provisórias. Esse ideário de todos os condicionantes cumpridos não é o que acontece na realidade brasileira, e a gente quer reverter esse paradigma justamente. O que se quer aqui é que haja empreendimentos sem a violação e que não se tenha atingidos e atingidas.

Então, eu gostaria só de fazer esta minha fala final e agradecer mais uma vez a oportunidade e o trabalho da Dra. Senadora Leila Barros.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Excelente, Dra. Manoela.

Eu agradeço muito a participação de todos vocês nesta nossa primeira audiência. Teremos mais uma audiência, e já estou na expectativa da próxima. Acho que foi uma manhã muito produtiva e muito válida não só para mim e para minha equipe, mas, enfim, para todos que estão acompanhando esta audiência. Nossos expositores foram muito técnicos. Eu agradeço muito em nome do Senado e em meu nome o trabalho que vocês apresentaram hoje para todos nós aqui para desenvolvermos o melhor possível esse relatório do PL 2.788.

Bom, eu desejo a vocês uma boa sexta e um bom final de semana.

Agradecendo a presença de todos, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião.

Boa tarde e muito obrigada.

A SRA. MANOELA CARNEIRO ROLAND – Boa tarde!

Bom trabalho!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Gratidão.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e dez minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Giordano e Wellington Fagundes, e ainda do Senador não membro Renan Calheiros. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Jayme Campos, Jaques Wagner, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (avaliação da PNMC)**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2021 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jayme Campos (DEM/MT), REQ 31/2021 - CMA, de autoria Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), e REQ 38/2021 - CMA, de autoria Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Finalidade:** Avaliar a política climática executada pelo Governo Federal, com ênfase nas políticas de prevenção e controle de desmatamentos e queimadas nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, com o objetivo de identificar falhas e omissões e propor recomendações. **Participantes:** Sr. Fernando Silveira Camargo, Secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (representante de: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)); Sra. Marta Lisli Ribeiro de Morais Giannichi, Secretária Substituta da Amazônia e Serviços Ambientais (representante de: Ministério do Meio Ambiente - MMA); Sr. Hugo Chudyson Araújo Freire, Secretário de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente (representante de: Tribunal de Contas da União (TCU)); Sr. Rafael Lopes Torres, Auditor Federal de Controle Externo (representante de: Tribunal de Contas da União (TCU)); Sr. Marcos de Castro Simanovic, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (representante de: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio); Sr. Nabil Moura Kadri, Chefe do Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia (representante de: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)); e Sr. Samuel Vieira de Souza, Diretor de Proteção Ambiental (representante de: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atenção aos Requerimentos nºs 31 e 38, de 2021, da Comissão de Meio Ambiente, de minha autoria e de autoria do Senador Zequinha Marinho, respectivamente, com o objetivo de avaliar a Política Nacional sobre Mudança do Clima executada pelo Governo Federal, com ênfase nos instrumentos de prevenção e controle de desmatamentos e queimadas nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, para identificar falhas e omissões e propor recomendações.

Esta é a terceira e última audiência deste ciclo de avaliação, e, em função das agendas e da emergência apontada pelo último relatório do IPCC, precisamos compilar as abordagens. Nesse sentido, na primeira audiência, ouvimos as contribuições das organizações civis socioambientais; na segunda, ouvimos os representantes do setor privado e das instituições de pesquisa; e, hoje, no terceiro e último encontro, nós vamos ouvir representantes do setor público e também dos ministérios.

Vou aqui ler a lista dos nossos convidados: o Sr. Fernando Silveira Camargo, Secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que está conosco; também convidamos o Dr. Hugo Chudyson Araújo Freire – não sei se falei certo o nome –, Secretário de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União; o Sr. Marcos de Castro Simanovic, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o nosso ICMBio; Dr. Nabil Moura Kadri, Chefe do Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); a Sra. Marta Lisli Ribeiro de Morais Giannichi, Secretária Substituta da Amazônia e Serviços Ambientais do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Rafael Lopes Torres, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União; e o Sr. Samuel Vieira de Souza, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

A Comissão também convidou a Fundação Nacional do Índio, que, possivelmente, não conseguiu entrar aí para participar desta audiência pública.

Esta reunião ocorre de modo exclusivamente remoto, por meio do sistema de videoconferência adotado pelo Senado.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-0612211.

O relatório completo com todas as manifestações está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra pelo tempo de até 15 minutos. Caso opte por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela ao longo da exposição.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos, para fazerem suas perguntas e comentários pelo tempo de até cinco minutos.

Para a inscrição, usem a função "levantar a mão" no aplicativo ou registre o pedido no bate-papo da ferramenta.

Solicito à Secretaria que, neste momento, abaixe todas as mãos, silencie os microfones e monitore as inscrições.

Nós vamos, então, aqui, iniciar os debates.

Alguns ainda estão com dificuldade de entrar na nossa audiência pública por questões de tecnologia.

Então, nós vamos iniciar aqui a nossa conversa, ouvindo a exposição do Sr. Fernando Silveira Camargo, que é Secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Você tem, Gustavo, o tempo de até 15... Perdão! Fernando Silveira Camargo, você tem o tempo de até 15 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. FERNANDO SILVEIRA CAMARGO (Para expor.) – Bom dia! Obrigado, Senadora.

Bom dia a todos!

Senadora, eu não vou fazer uso de nenhuma apresentação e gostaria de falar basicamente do lançamento de um grande programa de agricultura de baixo carbono que será realizado pela Ministra Tereza Cristina na segunda-feira, às 16h, que eu acho que é importante e que tangencia bem o tema que está sendo tratado aqui hoje.

Quero cumprimentar especialmente os colegas do TCU. Eu sou auditor do TCU e estou aqui emprestado ao Ministério da Agricultura. Cumprimento especialmente o Rafael e o Hugo, nossos colegas do TCU.

Senadora e caros colegas, é importante dizer que a agricultura brasileira, nos últimos 50 anos, fez... A agricultura e a pecuária brasileiras fizeram uma verdadeira revolução. Não sei se todos estão sintonizados com esses números. Na década de 70, o Brasil era importador líquido de alimentos. O Brasil importava feijão do México, importava carne da Rússia, tínhamos dificuldades altíssimas com importação de trigo, o Brasil não era autossuficiente em nada praticamente.

De 1970 para cá, o Brasil hoje é autossuficiente em praticamente tudo isso que eu falei, com exceção do trigo, mas já estamos mudando esse panorama, e o Brasil exporta para aproximadamente 900

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de pessoas mundo afora, nós alimentamos 900 milhões de pessoas. O Brasil exporta hoje para 182 países. Então, o que aconteceu na agropecuária brasileira de 1970 para cá foi o que a gente chama aqui de uma verdadeira revolução. Não é de todo surpreendente que o ex-Ministro Alysson Paolinelli estava sendo cotado para o Prêmio Nobel da Paz justamente porque ele foi, na época, Ministro da Agricultura e um dos incentivadores e um protagonista desta revolução que nós fizemos, principalmente no Cerrado brasileiro.

É importante dizer que, também na década de 70, mais precisamente em 1973, foi criada a nossa Embrapa, uma empresa movida a ciência, e eu tenho a satisfação e a honra de ser o Presidente do Conselho de Administração. Por que eu estou dizendo tudo isso? Porque essa revolução que o Brasil fez na sua agropecuária ocorreu em cinco décadas e nós aumentamos a nossa produção em cerca de 400% – hoje o número chega a quase 500% – utilizando apenas um aumento de 40% de área. E eu acho que esse é um tema importante para ficarmos todos no radar porque nós aumentamos 40% de área e a produção em 486%, para ser mais exato.

O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que o Brasil conseguiu fazer essa façanha tamanha de deixar de ser um importador líquido de alimentos e hoje ser um grande exportador utilizando muita tecnologia, muita ciência – graças à Embrapa – e muita inovação. Eu digo isso porque nós conseguimos fazer isso sem agredir o meio ambiente. Para que vocês todos tenham uma ideia, vou trazer alguns números aqui. Acho que alguns de vocês têm esses números na cabeça, mas é importante reforçar, Senadora: o Brasil tem 840 milhões de hectares de área e, desse total de área, nós utilizamos cerca de 8% para sua agricultura, de 8% a 9%; 21% para pastagens, o que dá aí 170 milhões de hectares de pastagem hoje para gado.

Importante dizer que, em cerca de 70% desses 170 milhões de hectares que utilizamos de pastagem, nós temos uma degradação de leve/moderada a até muito alta – em cerca de 70% desses 170 milhões de hectares utilizados para pastagens. E esse é o nosso grande desafio aqui no Ministério da Agricultura e é por isso que nós estamos intensificando e, segunda-feira, vamos lançar esse grande plano de agricultura de baixo carbono, que tem como um dos focos a recuperação de pastagem degradada. Então essa é a grande importância, quer dizer, o salto...

A agricultura brasileira vai continuar sendo esse motor importante do nosso PIB. Hoje o agronegócio responde por cerca de 24%, 25% do nosso PIB, mas nós vamos fazer isso sem ter necessidade de fazer desmatamento ilegal. Este eu acho que é o ponto fundamental aqui da Comissão: o desmatamento. Acho que depois a Marta, do Ministério do Meio Ambiente, a nossa colega, vai falar sobre isso também. Desmatamento ilegal é coisa de Polícia Federal e de fora da lei, não é, Marta? Isso não é do agro responsável. O agro tem o código ambiental, o nosso código rural, o CAR. O Brasil é o único país que faz esse – o CAR eu acho que todo mundo deve conhecer – georreferenciamento, que foi uma grande aquisição, um grande ativo que nós temos hoje. Nós temos todas as nossas propriedades mapeadas e, agora, passando por uma auditoria bem minudente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, o mais importante que nós temos em mente é que agora, no lançamento, segunda-feira, do novo ABC, nós temos um projeto, uma meta de recuperação de 30 milhões de hectares de pastagens degradadas. Então, se verificarmos a aptidão agrícola dessas áreas, nós temos condições de quase dobrar a nossa área agricultável, ou seja, imaginem o ganho de produtividade que nós vamos ter aqui em relação a isso, e – aqui eu ressalto – sem necessidade de derrubar uma árvore ilegalmente. Esse é um grande ponto que a gente tem que focalizar, e essa é a mensagem que eu devo levar à COP em Glasgow. Estou indo representar a Ministra Tereza Cristina naquele importante evento de clima, e essa é a mensagem que nós temos que passar para os nossos pares, para os outros países. O Brasil tem que ter isto em mente: a nossa agropecuária não necessita absolutamente de novas áreas; o que a gente tem que fazer é recuperar as áreas que hoje estão em mau estado. E nós temos que colocar mais animais por hectare. Hoje nós temos uma média de meio animal por hectare; nós podemos quadruplicar isso, podemos colocar até dois animais num mesmo hectare, e consequentemente também intensificar o que a gente chama aqui de terminação, que alguns chamam de confinamento, e consequentemente diminuir a quantidade de metano que esses animais emitem.

Vocês todos devem ter este número também: o mundo emite 50 bilhões de toneladas de carbono equivalente; o Brasil emite 2 bilhões de toneladas de carbono equivalente; e a agropecuária brasileira é responsável apenas por cerca de vinte e poucos por cento desse número todo. E a pecuária, desse montante, é a que mais emite. E a gente tem as nossas metas de mitigação, mas principalmente as metas de adaptação, até porque nós sabemos que a agropecuária é a mais prejudicada com as mudanças climáticas. Todos sabemos, o relatório AR6 do IPCC foi divulgado este ano, e o quadro para a agropecuária brasileira, para o meio-oeste brasileiro é bastante tenebroso: se nós aumentarmos de 3% a 4% a temperatura global, a agropecuária e a agricultura, especialmente, vai ser muito prejudicada.

Então, nós levamos tudo isso muito a sério aqui no Ministério da Agricultura, estamos atentos a todas essas políticas e acreditamos que muito em breve nós vamos conseguir praticamente mitigar todas as nossas emissões da agropecuária. E o Brasil certamente – a Marta vai falar sobre isso, eu tenho certeza – tem todas as condições também para alcançar sua NDC com uma certa facilidade – não é, Marta? É com muito empenho, mas é com uma certa facilidade, porque eu sei que nós temos tudo isso mapeado no nosso sistema Sinapse, lá do MCTI, que já faz as projeções para o alcance das nossas metas, que são ambiciosas, na nossa NDC.

Então, eu acho que era isso que eu tinha para falar para vocês. Essas são as informações da nossa agropecuária e o que nós estamos fazendo aqui hoje.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Fernando, pela sua contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez eu informo que quem estiver dados, na verdade, compilados pode deixá-los aqui à disposição da nossa Comissão, porque nós vamos, ao final, construir um relatório, então são muito importantes de fato esses documentos.

A gente vai passar agora a palavra à Marta Lisli Ribeiro de Morais Giannichi – depois me corrija, Marta, porque eu acho que devo ter pronunciado errado o seu nome –, do MMA.

Você tem 15 minutos para a fala, querida.

A SRA. MARTA LISLI RIBEIRO DE MORAIS GIANNICHI (Para expor.) – Bom dia, Senadora Eliziane.

No começo da fala, quando você estava me apresentando, você pronunciou certo: é Marta "gianíqui". É Marta Giannichi. Mas tudo bem, todo mundo chama de "gianichi". Isso é comum, porque é um nome de procedência italiana. É difícil entender que em Giannichi, o "chi" italiano tem esse som.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não erro mais!

A SRA. MARTA LISLI RIBEIRO DE MORAIS GIANNICHI – Não há problema nenhum. Não é problema nenhum.

Bom dia a todos! Queria cumprimentar todos os presentes: os colegas aqui do TCU; a Senadora – obrigada aqui pelo convite –; nossos colegas do ICMBio, na figura do Marcos Simanovic; Nabil, BNDES, aqui nosso parceiro. Também queria cumprimentar os demais Senadores aqui presentes, que estão ouvindo a gente. Obrigada. Fernando, obrigada também pela introdução de alguns temas aqui do Ministério do Meio Ambiente. O MAPA também é muito parceiro em diversas agendas que a gente tem aqui.

Eu vou falar um pouco do que a gente tem feito. A gente entende que o desmatamento é um grande desafio que a gente tem que superar, e o Ministério do Meio Ambiente está atuando para que a gente tenha a redução desses números. E a gente sabe que é um desafio, principalmente na agenda do clima.

A gente sabe... Quando você olha os dados da Quarta Comunicação Nacional, do MCTI, a mudança do uso da terra corresponde a 22% das nossas emissões totais. Então, embora a gente não tenha uma porcentagem muito grande no nosso gráfico de *pizza* de emissões, a gente sabe que é um tema que acaba atraindo bastante atenção por nos envolver; por não serem só emissões apenas, por ser desmatamento, por ser relacionado a biodiversidade. Então, a gente entende que esse é um desafio e a gente está atuando no combate ostensivo do desmatamento ilegal. Isso é uma coisa que tem sido tratada no mais alto nível aqui no Ministério do Meio Ambiente. O Ministro Joaquim tem se comprometido pessoalmente, com idas às operações, para que a gente tenha uma ação coordenada de multiagências, juntamente com o Ibama, ICMBio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como bem pontuou o Secretário Fernando aqui, o problema do desmatamento ilegal é um problema de crime. Ele é crime. É crime dos mais variados. Então, é preciso haver ação conjunta da Polícia Federal, da Força Nacional, por meio do Ministério da Justiça. Então, a gente identificou que é necessário fazer essa coordenação multiagências, para, quando você tenha uma atuação em campo, você tenha uma atuação coordenada de Ibama, de ICMBio, de Polícia Federal, de Força Nacional e, algumas vezes, o apoio do Exército também, que fornece o apoio logístico, porque, obviamente, no combate na Amazônia, você não tem um acesso superfácil e rápido, com infraestrutura, estrada; às vezes tem que acampar, enfim... Quem faz o combate ao desmatamento...

O Simanovic aí depois vai falar melhor que eu sobre isso, porque ele que também, por meio do ICMBio, faz as tuas ações de combate também.

Então, com todas essas ações, a gente tem atuado em conjunto para identificar o crime, juntamente com a Polícia Federal, que ocorre junto, porque geralmente não é só o crime ambiental que está ocorrendo; você tem outros crimes derivados. Você tem crime relacionado a tráfico de mercadoria, você tem outros crimes que estão associados e que precisam de uma ação mais contundente daqueles órgãos que são competentes para agir com relação a isso. Então, além dessa parte, que é ostensiva, de campo, que a gente tem feito, em que a gente tem atuado, em diversas outras ações a gente também tem trabalhado.

O Governo do Brasil dobrou os recursos para os órgãos de fiscalização ambiental. Então, a gente teve um... A gente está trabalhando com o dobro do orçamento destinado para o Ibama e ICMBio, foram acrescentados 270 milhões para o orçamento anual do Ministério do Meio Ambiente. A gente também... O Ministério da Economia autorizou a abertura de concursos para a gente contratar mais agentes ambientais no Ibama, um pouco mais de 700 vagas.

Somando-se a isso, o Governo Federal também autorizou a atuação de 3 mil homens das Forças Armadas e 700 homens da Força Nacional nessas operações que eu acabei de falar para vocês de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia. Além disso, em uma ação um pouco mais voltada para combate a incêndios, a gente está em parceria com o Ministério da Justiça; com a Ligabom, que é a Liga dos Bombeiros; Ibama e ICMBio, no programa Guardiões dos Biomas, que é uma atuação integrada desses órgãos para atuar no combate a incêndios com homens que são Bombeiros mesmo dos Estados. Depois, o Ibama e o ICMBio também podem explicar melhor sobre isso.

Em paralelo, a gente entende que tem toda a agenda do clima, ainda mais agora às vésperas da COP, é natural que se espere um movimento dos países no geral de trazer propostas que são ambiciosas, propostas que visam a contribuir para a agenda da COP 26. Então, em que a gente tem trabalhado, o que a gente tem feito por meio do comitê interministerial? A presidência do comitê interministerial é da Casa Civil, mas o Ministério do Meio Ambiente faz a secretaria executiva. Houve uma reunião para a gente rever a PNMC e trazer novas metas para a PNMC. Então, isso foi tratado também no comitê interministerial, numa movimentação para a gente também ter alguma coisa encaminhada para COP; mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, independentemente de COP, para a gente ter uma coisa encaminhada para o Estado brasileiro, é isso que importa também, acima de tudo.

Uma coisa que vocês devem ouvir bastante o Ministro Joaquim falando é sobre esse desenvolvimento desse plano de crescimento verde, que está sendo trabalhado, que tem como objetivo trazer à tona ações que são tratadas tanto pelo Governo Federal, setor privado, que são direcionadas à geração de emprego e renda verde. A gente sabe que agora, principalmente às vésperas da COP, fala-se muito numa transição de economia, da economia que a gente vê hoje em dia para uma economia verde. A gente sabe que essa é a discussão, essa é a pauta, os países estão nesse movimento de fazer essa transição. Obviamente, alguns países vão conseguir fazer essa transição mais rapidamente, outros países não vão conseguir, porque isso depende do contexto do país, dos desafios do país de recursos.

Enfim, há inúmeras variáveis aí que contribuem para esse *timing*, mas a gente tem seguido essa tendência, inclusive puxado essa tendência... Não apenas seguido, mas como um dos países que tem puxado esse tema junto a outros e trazendo um pouco essa necessidade de se fazer essa transição de uma economia atual para uma economia verde. Então, muito em breve, nos próximos dias a gente também deve ter o lançamento do nosso plano de crescimento verde como mais uma proposta não só de longo prazo para o Estado brasileiro, mas também como uma proposta mostrando um gesto de proatividade e um gesto de uma postura construtiva que o Brasil quer levar para a COP 26.

Deixo essas breves palavras que eu tenho, que fazem um apanhado geral. Não vou tomar muito o tempo de vocês.

Devolvo a palavra para a Senadora Eliziane e estou à disposição.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Marta, pela sua importante contribuição.

Bom, gente, agora nós temos, na verdade, dois convidados do TCU, que são o Hugo e o Rafael. Vamos fazer o seguinte: como vocês dois vão conversar em série, eu vou designar dez minutos para cada um de vocês. Aí, juntando o tempo, dão 20 minutos. Pode ser assim?

E a gente inicia, então, a palavra com o Hugo Araújo Freire.

O SR. HUGO CHUDYSON ARAÚJO FREIRE (Para expor.) – Bom dia, Senadora! Bom dia, demais convidados!

Senadora, quero dizer que a senhora acertou o meu nome: é Hugo Chudyson mesmo a pronúncia correta.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Você viu que, na segunda vez, eu não me arrisquei mais a falar, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO CHUDYSON ARAÚJO FREIRE – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Marta disse que eu acertei na primeira e errei na segunda; não queria cometer o mesmo erro com você. (*Risos.*)

O SR. HUGO CHUDYSON ARAÚJO FREIRE – Tranquilo!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Fique à vontade!

O SR. HUGO CHUDYSON ARAÚJO FREIRE – Quero agradecer à Comissão na pessoa da senhora e agradecer a oportunidade de o tribunal compartilhar um pouco dos trabalhos que ele realiza como órgão de controle.

Sabemos sempre que não cabe ao tribunal fazer a gestão, Senadora. Nós atuamos olhando e analisando as diversas políticas públicas e nas diversas temáticas. A secretaria que eu represento é a Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente, a conhecida Secex Agroambiental, em que temos a temática da agricultura, do meio ambiente e da organização agrária especificamente.

Então, alguns dos temas em que o colega Fernando tocou aqui são afetos à nossa atuação também – um olá para o Fernando – e outros temas que a Marta também colocou, do Ministério do Meio Ambiente, também são afetos à nossa atuação.

Hoje, especificamente, nós vamos trazer aqui um dos trabalhos que realizamos na temática sobre o desmatamento, Senadora. Até compartilhamos com a Comissão a apresentação que iremos fazer agora. O Rafael, se quiser, já pode ir colocando a apresentação. (*Pausa.*)

O SR. HUGO CHUDYSON ARAÚJO FREIRE – Como última palavra Senadora – até não tomaremos os 20 minutos, não; acho que será um pouco menos –, de tudo o que já foi colocado aqui, e, especificamente, ao que nos cabe em termos de olhar, de controle, a temática, não só desmatamento, também mudanças climáticas, mas trazendo especificamente para a questão do desmatamento, é um tema complexo e, como tema complexo, deve ser tratado e abordado de uma forma integrada. Então, muito nos causa certa felicidade, como órgão de controle, quando analisamos que o Governo, de uma forma geral, olha para o desafio que é atuar sobre o desmatamento de uma forma mais integrada, não só na esfera federal, mas lavando essa temática também para as esferas estaduais e, quiçá, também municipais.

Então, sem me alongar muito, eu gostaria de deixar o Rafael, que foi o colega que coordenou esse trabalho sobre o desmatamento na Amazônia... O trabalho foi recém-finalizado agora, e, apesar das dificuldades da pandemia, impostas pela pandemia, das limitações, a gente conseguiu finalizar o trabalho. Então, é um *case* de sucesso, porque, para fiscalizar a distância, há algumas dificuldades; eu gostaria de enaltecer aqui o esforço da equipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Rafael, a palavra está contigo, então. Vamos lá!

O SR. RAFAEL LOPES TORRES (Para expor.) – Bom dia! Bom dia, Senadora! Bom dia a todos!

Vocês estão enxergando a apresentação? (*Pausa.*)

Bom, então, como o Hugo comentou, eu tive a oportunidade de coordenar a auditoria que nós realizamos sobre o desmatamento na Amazônia Legal, especificamente. É importante destacar que esse tipo de auditoria é o que a gente chama de auditoria operacional no tribunal. Então, ela está muito mais voltada para avaliar resultados, avaliar a eficiência e a eficácia das ações governamentais do que o cumprimento de normas e leis. Então, é um trabalho que está voltado para resultados.

Ela teve origem numa comunicação que foi aprovada no Plenário do Tribunal, comunicação apresentada pelo Presidente do Tribunal à época, o Ministro José Mucio, e também duas solicitações do Congresso que nós recebemos, de duas Comissões da Câmara dos Deputados, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Comissão Externa de Políticas sobre Integração entre Meio Ambiente e Economia. Então, o trabalho atendeu a essas duas solicitações e também à própria determinação que a gente recebeu do Plenário do Tribunal. O Relator foi o Ministro André Luis de Carvalho e a auditoria foi apreciada pelo Acórdão 1.758/2021, de julho deste ano.

O trabalho focou no período de 2016 a 2020, esse foi o período da abordagem do trabalho. Ele teve basicamente dois grandes focos: primeiro, a governança da política de uma forma geral, principalmente a partir de 2019 houve muitas mudanças em termos normativos e de estruturas de governo encarregadas de tratar o tema desmatamento, então, a gente achou importante tratar esse aspecto no trabalho; e o segundo aspecto estava mais voltado para a questão da fiscalização mesmo realizada pelo Ibama, que é, enfim, o principal ente federal incumbido de atuar no controle do desmatamento.

Passando para os principais achados da auditoria, primeiramente falando um pouco da governança, detectamos o que estamos chamando aqui de indefinições normativo-institucionais ao longo do período de 2019 e 2020. A gente pode citar, por exemplo, que em janeiro de 2019 houve uma reestruturação do Ministério do Meio Ambiente e a unidade do ministério que estava encarregada de tratar do tema do desmatamento foi extinta e não passou a não existir dentro da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, formalmente dentro da sua estrutura, uma unidade encarregada de tratar do tema do desmatamento.

Em abril de 2019, houve aquele decreto que extinguiu uma série de comissões e comitês do Governo Federal como um todo e uma das comissões que foi extinta foi a Comissão Executiva do PPCDAm, que é Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, que era o plano vigente à época. Apenas em novembro de 2019 foi criada a chamada Conaveg, que foi uma comissão que passou a ter atribuições ligadas ao controle do desmatamento. E, no Ministério do Meio Ambiente, só em agosto de 2020, numa nova reestruturação, houve a criação de uma secretaria, de uma unidade dentro do ministério que passou a ter o tema desmatamento dentre as suas atribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um segundo ponto que foi detectado está ligado a deficiências no atual plano de controle do desmatamento. A gente tinha o PPCDAm, que era um plano de prevenção e combate ao desmatamento, que vinha desde 2004, teve várias fases e, em abril de 2020, foi formalmente encerrado. Nessa mesma data foi aprovado um novo plano de controle do desmatamento, mas a gente detectou que era um plano que, além de não ser específico para a Amazônia, tal como era o PPCDAm, ele era bastante genérico. Na realidade, ele era mais um conjunto geral de diretrizes do que propriamente um plano de controle.

Em novembro de 2020, veio a ser aprovado o chamado plano operativo, que, aí sim, era um plano mais detalhado que entrava no nível mesmo de atividades, mas ainda assim, como apontado no relatório, esse plano carecia, carece de diversos elementos relevantes para a sua adequada configuração.

Ainda tratando da parte de governança, foi detectada também a ausência de definição clara das competências dos principais atores envolvidos na formulação e coordenação da política. Hoje, nós temos basicamente três grandes atores incumbidos dessa parte de formulação e coordenação, que são: o Conselho Nacional da Amazônia Legal, o Ministério do Meio Ambiente e a Conaveg. Analisando os próprios normativos que regulamentam a atuação desses três atores, a gente percebe várias dúvidas e, em algumas circunstâncias, aparentemente uma duplicidade de competências, enfim, há uma certa indefinição de quem faz o quê em algumas das atividades que devem ser realizadas.

Um outro ponto também detectado foi a redução da participação das partes interessadas na política. Isso a gente detectou desde a quarta fase do PPCDAm, mas isso se agravou nos últimos anos. E aqui, como partes interessadas, a gente está se referindo à sociedade civil, está se referindo ao próprio setor privado, até aos outros órgãos da administração pública federal que participam, são vários órgãos da administração, do controle do desmatamento e, também, aos Estados da Amazônia Legal. Por exemplo, a gente evidenciou que, na construção do novo plano de controle de desmatamento que está em vigor atualmente, nos Estados da região não há evidências de que eles participaram das discussões. Inclusive, durante a auditoria, a gente teve contato direto com três Estados que afirmaram não ter participado de quaisquer discussões relacionadas à elaboração desse novo plano.

Passando agora para a parte da fiscalização ambiental, um primeiro ponto que está destacado no relatório está relacionado às mensagens de autoridades do Poder Executivo federal que prejudicaram o desempenho do Ibama na fiscalização do desmatamento e potencialmente incentivaram a prática de atos que geraram aumento do desmatamento ilegal na Amazônia. A gente identificou diversas mensagens proferidas em discursos, enfim, por altas autoridades do Governo Federal, desqualificando a atuação das entidades que participam do processo de combate ao desmatamento e que deslegitimaram o trabalho de fiscalização realizado pelo Ibama, reduzindo o seu poder dissuasório no controle do desmatamento.

Nesse achado, a gente utilizou alguns critérios, algumas evidências para poder chegar a essa conclusão. Uma delas foi a pesquisa na própria literatura científica que evidencia a influência da liderança no comportamento das pessoas em geral, a influência da liderança no próprio comportamento, na própria atuação dos subordinados e das organizações que estão vinculadas a essas lideranças e, também, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

literatura que trata da legitimidade de ações policiais. Apesar de a ação do Ibama não ser uma ação policial *stricto sensu*, o Ibama exerce o poder de polícia ambiental. Então, você consegue fazer uma analogia, uma correlação entre as questões ligadas à legitimidade das ações policiais com o trabalho que é exercido pelo Ibama na fiscalização ambiental.

Um segundo conjunto de evidências está ligado às próprias informações fornecidas pelo Ibama de aumento da violência contra os fiscais do Ibama nos últimos anos. Então, a gente apresenta, no relatório, números que mostram um aumento grande da violência contra os fiscais nos últimos anos.

Também na auditoria, a gente realizou um questionário junto aos fiscais do Ibama que trabalham ou já trabalharam recentemente na fiscalização do desmatamento. Esse questionário serviu para dar fundamento a diversos achados que a gente tem nessa auditoria. Particularmente em relação a esse achado aqui, a grande maioria dos fiscais que responderam ao questionário indicaram que essas mensagens impactaram, fortemente e de forma negativa, o trabalho de fiscalização ambiental ao desmatamento especificamente.

Um segundo ponto também abordado no relatório está ligado à inadequação do emprego da GLO, da operação de garantia da lei e da ordem, para combate ao desmatamento. Nos últimos anos, o Governo Federal se valeu de operações de GLO para combater o desmatamento, inicialmente as queimadas, mas depois também o desmatamento. E, no relatório, a gente aponta alguns problemas ligados à utilização desse mecanismo, algumas limitações até mesmo de ordem jurídica. O mecanismo da GLO é um mecanismo bastante peculiar e para ser utilizado em situações excepcionais. Enfim, isso está apontado no relatório.

Um aspecto também é a questão de falta de *expertise* dos militares. Enfim, não é atribuição regular dos militares combater o desmatamento, e, nas operações de GLO, até por imposição legal, são as Forças Armadas que coordenam as operações. A gente deixa também muito caracterizado, no relatório, que as Forças Armadas podem e devem muitas vezes participar, como a própria Marta comentou, dando apoio logístico e na própria questão de segurança das operações, mas a gente evidenciou, até por diversos problemas de coordenação que a gente aponta no relatório também, que possivelmente esse mecanismo não seja o mais adequado para tratar do tema, apesar da importância de as Forças Armadas poderem atuar em cooperação com os órgãos ambientais, com os outros órgãos de Estado envolvidos nessas operações.

Bom, ainda em relação à fiscalização, um problema é o da questão da redução do número de servidores desempenhando a atividade de fiscalização. Esse não é um problema apenas da área de fiscalização do Ibama, é um problema geral do Ibama que tem acontecido ao longo dos últimos anos e já há bastante tempo. A redução do número de servidores tem afetado a área de fiscalização também.

Um outro ponto relevante apontado no relatório diz respeito à ausência de uma estratégia de comunicação social por parte do Ibama para promover a dissuasão e prática de delitos ambientais e divulgar a imagem positiva da fiscalização. A questão da comunicação é uma questão muito relevante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para você potencializar a dissuasão dos infratores. Isto está previsto no próprio regulamento interno de fiscalização do Ibama: a necessidade de você ter uma estratégia e medidas de comunicação para fazer uma política de comunicação à sociedade da atuação de combate ao desmatamento. Além da ausência da estratégia de comunicação, a gente aponta também uma redução até do próprio número de notícias no *site* do Ibama em relação às operações. Enfim, também foi um ponto destacado no relatório.

Ainda com relação à fiscalização, a gente aponta algumas deficiências no processo de escolha e nomeação para cargos estratégicos na fiscalização do Ibama. E, aí, são dois aspectos fundamentais. Na auditoria, a gente detectou alguns indícios de que algumas das pessoas que estão sendo nomeadas, que foram nomeadas no período analisado na auditoria, para alguns cargos relevantes para a área de fiscalização – há indícios disso – não estariam atendendo os critérios. Hoje a gente tem um decreto, o Decreto 9.727, que estabelece alguns critérios para nomeações de servidores para determinados cargos de confiança na administração pública como um todo. Então, a gente detectou indícios de que algumas dessas nomeações não estariam obedecendo a esses critérios, mas essa é uma questão sobre a qual o tribunal ainda não deliberou, porque, como se trata de uma questão muito mais de legalidade do que de desempenho, a gente optou por tratar disso num processo separado, e esse processo separado, que trata especificamente das questões do preenchimento dos critérios de nomeação, ainda não foi apreciado pelo tribunal. E, na auditoria do desmatamento, a gente também detectou uma questão de vacância muito prolongada para a nomeação de alguns desses cargos, ou seja, os cargos de algumas superintendências da região da Amazônia permaneceram por muito tempo vagos, com substitutos, e isso tudo teve um impacto negativo também na atuação da fiscalização.

Finalmente, o último achado relativo à parte da fiscalização é a fragilização da garantia ao porte de arma por parte dos fiscais ambientais. Hoje esse direito ao porte de arma é uma atividade de risco, e é relevante que se tenha essa questão do porte de arma. Hoje você tem apenas uma lei, que é uma lei que trata apenas de fauna, uma lei bastante antiga, que dá essa garantia ao porte de arma por parte dos fiscais. E a gente aponta no relatório a relevância disso, de a gente ter, digamos, um amparo jurídico mais robusto. Sobre isso, a gente até deu ciência do relatório às duas Casas Legislativas, porque há projeto de lei tratando disso no âmbito do Congresso Nacional.

Finalizando, a gente determinou, a deliberação do tribunal, o Acórdão 1.758 determinou ao Ministério do Meio Ambiente que apresente um plano de ação em 120 dias para endereçar algumas dessas questões e fez algumas recomendações aos diversos atores envolvidos para a correção e mitigação dos problemas que foram identificados e que eu acabei de comentar. Então, os próximos passos serão: assim que o plano de trabalho for apresentado, ele vai ser examinado, analisado pelo tribunal, que também vai fazer, como ele faz nas suas auditorias rotineiramente, isto: depois de um determinado tempo da decisão, a gente volta para monitorar, para verificar como está a implementação das recomendações que foram proferidas.

E, antes de concluir, quero só dar a notícia de que o tribunal começou, recentemente, um trabalho que tem a ver com essa temática de que a gente está tratando, que é a auditoria no processo sancionador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental no Ibama, que sofreu alterações recentes, e é a etapa pós-fiscalização. Depois que os autos de infração são lavrados, eles passam por etapas de conciliação, de instrução de processo administrativo, julgamento, cobrança. Então, esse trabalho que foi recentemente iniciado vai focar essas outras etapas desse processo. O número do processo é este que está projetado aí.

É isso.

Nós gostaríamos de agradecer o convite e a oportunidade de apresentar para a Comissão este trabalho especificamente realizado pelo tribunal.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Rafael. Agradeço também ao Hugo pela participação aqui conosco.

E quero dizer a vocês que este relatório é muito importante em várias linhas: na perspectiva do combate ao desmatamento, na perspectiva de mitigar os efeitos das mudanças climáticas, que é o foco principal do nosso relatório. Ele estará, inclusive, anexado ao nosso relatório, aguardando, aliás, as providências do Governo no prazo do dia 19, que foi estabelecido.

Parabéns a vocês! E, mais uma vez, muito obrigada.

Nós vamos seguir com os demais.

Vamos ouvir agora o Sr. Marcos de Castro Simanovic, que está aqui representando o ICMBio.

O SR. MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC – A senhora acertou o meu nome de primeira: Simanovic. Normalmente, o pessoal... Nem eu consigo falar direito! Enfim, parabéns aí pela questão e parabéns pela iniciativa...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu acertei?

O SR. MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC – Acertou, acertou, sim. Está joia.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada.

O SR. MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC (Para expor.) – Meus cumprimentos, cumprimentos aos colegas que estão participando desta audiência.

E, realmente, gratidão pela oportunidade. Toda audiência pública é um momento em que a gente pode prestar esclarecimentos para a sociedade sobre o que nós fazemos, como nós trabalhamos, mas principalmente nós podemos debater assuntos; como foi dito no propósito, identificar os pontos negativos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e identificar os pontos positivos; e, dentro desta questão, compartilhar aquilo que é positivo e corrigir aquilo que deve ser corrigido.

Falar sobre aquilo que a gente gosta de fazer e sobre aquilo em que a gente acredita efetivamente é muito bom. Então, nessa linha, vou aproveitar este tempo que nós temos, pensando que nós temos o cidadão brasileiro com a possibilidade de assistir ao vivo a esta nossa apresentação e também depois assistir ao que foi gravado, para prestar um esclarecimento sobre o que é o ICMBio, o que nós fazemos, como é que nós trabalhamos, e, no final, até dizer o quanto foi acertada essa atividade realizada pelo TCU, inclusive, porque, justamente por ser uma auditoria operacional em que nós tivemos a oportunidade de ir a campo com a equipe do TCU para verificar isso, o quanto é importante identificar esses fatores e buscar a correção dos fatores. Então, primeiro, vou falar um pouquinho sobre o que é o ICMBio; na sequência, falo um pouquinho das contribuições efetivas em relação à questão do desmatamento; e também nos colocamos à disposição para ouvir as perguntas, tentar responder aquilo em que soubermos as respostas e buscar respostas para aquilo que não soubermos.

O primeiro ponto é que, no meio ambiente em questão de natureza, nós temos uma importância que é conjunta de todos os fatores que compõem o meio ambiente, porém existem algumas áreas naturais que possuem algum valor dos seus atributos naturais de uma importância mais relevante. Por ter esse valor de importância mais relevante, é que surgem, então, as áreas protegidas. E, dentro dessas áreas protegidas, aquelas grandes regiões que guardam algum tipo de valor especial são elegíveis para se tornarem as unidades de conservação, como nós chamamos. As unidades de conservação – que a maior parte das pessoas conhece pelo nome de parques, parques nacionais, florestas nacionais, reservas, enfim, há vários nomes – são áreas especialmente protegidas pelos seus valores ambientais.

Quem é, dentro da questão de governo, que pode efetivamente fazer a gestão da proteção dessas áreas? Nós temos os órgãos federais, os estaduais e os municipais, o que significa dizer que o Município, o Estado e a União podem criar essas unidades de conservação e, a partir daí, fazer a gestão dessas unidades. No Governo Federal, o órgão responsável por fazer a gestão das unidades de conservação é o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

O ICMBio possui sob a sua gestão 334 unidades de conservação espalhadas pelo País. É um número bastante expressivo. Isso vai totalizar algo em torno de 170 milhões de hectares de áreas protegidas. Mas eu tenho muito cuidado toda vez que eu falo de números, porque os números, se não vierem com uma análise muito precisa, podem levar a conclusões que são equivocadas. Quando nós falamos que temos 334 unidades de conservação, nós temos 334 unidades que estão totalmente implementadas? Não. Muitas dessas unidades ainda carecem de uma total estrutura, outras estão muito bem implementadas.

O nosso trabalho aqui, valorizando a questão da *expertise* técnica dos servidores que trabalham no instituto, mas não só essa *expertise* interna, é o de, ouvindo a sociedade como um todo, buscar a boa gestão dessas unidades. O ICMBio não faz isso sozinho. Cada unidade de conservação tem um conselho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e desse conselho participam pessoas da sociedade civil organizada, participam pessoas do Governo. Enfim, nós temos participantes de maneira equilibrada que podem auxiliar nessa gestão, desde conselhos consultivos até conselhos deliberativos, que podem deliberar sobre o que podemos ou não fazer em uma unidade. Todas as nossas unidades têm conselho? Não. Em algumas, esses conselhos ainda estão em formação, em construção.

Para fazer a gestão de uma unidade, a gente também precisa de um plano que identifica quais são os principais problemas e que, identificados esses problemas, tenta indicar quais são as boas soluções. A gente chama isso de plano de manejo. Nem todas as nossas unidades possuem planos de manejo e precisam possuir. Então, outro esforço é no sentido de construir esses planos de manejo.

A partir disso, a gente tem que entender também que existem vários tipos de unidades de conservação. Se eu quero proteger uma área que tem atributos naturais que são excepcionais do ponto de vista de turismo, de meio ambiente, e que a população como um todo pode aproveitar, visitando-a de forma ordenada, a gente vai criar um parque nacional. Se eu tenho uma região que é importante do ponto de vista ambiental, mas se há comunidades tradicionais que vivem naquela região, até mesmo com a utilização racional daqueles recursos naturais, eu vou criar uma reserva extrativista. Se eu tenho uma área em que a parte de biodiversidade é extremamente sensível ou em que há algum tipo de animal naquela região que torna necessário que aquela área seja totalmente protegida, vou criar uma reserva biológica. E assim vai. São vários tipos de unidades de conservação. Há algumas que permitem o uso sustentável desses recursos naturais e outras que não permitem o uso direto, apenas o uso indireto desses recursos de que nós estamos falando.

A partir daí, então, é que começa o desafio de fazer essa gestão. Com isso, eu lhe digo de novo: sozinho não consegue fazer essa gestão e ele trabalha justamente com a ideia de trabalhar de uma forma integrada com a sociedade, de uma maneira em geral.

Feito isso, bom, nós passamos a tentar analisar que o desmatamento por si, que é o tema desta nossa audiência efetivamente, que está sob a governabilidade de se tentar evitar, prevenir, controlar, reduzir, do ponto de vista do ICMBio, é aquele que acontece no interior dessas áreas protegidas, ou seja, no nosso campo de atuação, no nosso campo de trabalho, dentro dessas unidades que são geridas pelo nosso órgão. Então, se nós temos lá o parque nacional X, o parque nacional Y, é em cima dessa unidade em que nós vamos fazer todos os esforços de proteção.

Só que há um detalhe: esse parque não tem uma cerca. Ele não tem uma cerca e nem a mata que está nesse parque termina no limite exato dessa unidade. Além de ele não ter cerca e a mata não terminar nesse limite, os animais que vivem ali também não param de circular na hora que eles saem do parque e vão para uma área que não é protegida. Existe o quê? Existe uma ligação direta com tudo que há ao redor. E dentro dessa lógica acontece a mesma coisa com a população que vive na região. Algumas vivem no interior dessas unidades de conservação e outras vivem nas imediações. Isso se soma ao desafio de fazer a gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós criamos as unidades, algumas têm que ser compostas por áreas totalmente do poder público. Significa dizer que, se existirem particulares ali, nós precisaremos fazer um trabalho de regularização fundiária para que essa área passe a ser pública, e isso leva ou tem levado décadas; é outro desafio que nós temos que implementar.

Outras unidades de conservação, dependendo do tipo, permitem que o particular continue vivendo dentro da unidade de conservação com o direito a sua propriedade e exercendo as suas atividades normais de vida com os critérios ambientais. Essa é a lógica que a gente tenta administrar por aqui, mas o principal – agora, sim, chegando à questão dos desmatamentos, dos incêndios, dos incêndios florestais – é como a gente trabalhou isso internamente no órgão.

O primeiro ponto é que toda a nossa equipe diretiva acredita plenamente na necessidade da integração, da operação coordenada de todos esses órgãos e acredita também que as notícias que chegam em Brasília normalmente podem chegar com um pouco mais de ênfase para o lado ruim ou para o lado bom. Administrar apenas ouvindo falar e analisando o que nós recebemos de informações aqui é possível, mas eu acredito que administrar, indo conhecer o problema, vivendo o problema, fica um pouco mais fácil. E dentro dessa lógica foi o que nós procuramos fazer aqui. A equipe vivenciou os desmatamentos na Amazônia, participou de operações, esteve junto com o corpo técnico nessas ações, dormindo em garimpo, dormindo em áreas de desmatamento. Nós vivenciamos como trabalhar e como tentar buscar a melhor convivência com as comunidades tradicionais nas unidades, dormindo junto aos quilombolas, algumas comunidades indígenas, passando alguns dias com essas pessoas, ouvindo o ponto de vista. E a conclusão é que há um ponto interessante nessa história: a gente precisa, necessita trabalhar de forma integrada – é o que está sendo dito neste momento –; e a gente precisa de inovação, de tecnologia e de valorização desse esforço. Então, nessa lógica, prevenir é muito mais importante do que controlar ou combater, mas, mesmo prevenindo, a gente sempre vai precisar combater, porque não conseguimos estar presentes em todos os locais.

Dentro dessa lógica, vou falar da Coordenação de Incêndios Florestais. Na verdade, a gente coordena a prevenção e o combate aos incêndios dentro das unidades. Nós – aproveitando a fala do TCU – estivemos à frente dessa coordenação desde que a gestão atual chegou ao ICMBio, e nós tivemos servidores do próprio órgão, extremamente capacitados para isso, que trabalham já há décadas com esse assunto. O que nós fizemos foi perguntar para esses servidores: "O que você precisa para melhorar esse combate? O que você precisa de tecnologia, o que você precisa de equipamento, o que você precisa de gente?". Enfim, esse é o diálogo. E a ideia é aumentar, gradativamente, o número de brigadistas, aumentar os equipamentos – como nós estamos trazendo, caminhões, tratores que ajudam na parte de prevenção –, tecnologia para ser empenhada nisso, mas principalmente também técnicas de manejo das áreas para prevenção. E talvez esse seja o grande investimento que nós temos.

O manejo engloba áreas de aceiro, que são pontos de prevenção para que o incêndio não atinja as unidades, e também de queima prescrita de áreas. Isso significa dizer que o nosso pessoal, com os critérios técnicos, realiza a diminuição do material combustível de determinada região, de uma maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controlada e assistida, para que isso não se transforme num grande incêndio florestal quando o incêndio vier.

Isso é um ponto interessante porque, por mais que nós invistamos em tecnologia e em pessoal, sempre os incêndios acontecerão. Se tecnologia de ponta e pessoal de sobra garantisse que os incêndios não acontecessem, na Califórnia, nos Estados Unidos, por exemplo, nós não teríamos os incêndios florestais. Lá a gente tem tecnologia de ponta e toda uma estrutura para atacar e combater os incêndios, mas eles acontecem de uma forma avassaladora todos os anos. Esse conhecimento e essa lógica eu acredito que precisa ser assimilada pela nossa sociedade. Os incêndios vão acontecer. Os nossos heróis brigadistas que vão lá combater, que vão trabalhar de uma maneira integrada com o corpo de bombeiros e com a sociedade que se mobiliza para nos ajudar, precisam ser valorizados, e precisamos potencializar esse trabalho.

Vencida essa parte de prevenção, que acontece no ICMBio em cada unidade de conservação ao longo de cada ano, nós passamos, então, justamente para a fase de combate, e aí entra a necessidade de integrar... (*Pausa.*)

Perfeito, vamos contar com esse tempo.

Prossigo: integrar, junto com o Ibama; integrar, junto com os bombeiros de cada Estado; e integrar, junto com a sociedade em geral.

Quando nós passamos para a questão da nossa Coordenação de Fiscalização, efetivamente a coordenação que faz as fiscalizações ambientais, nós também temos servidores que são do órgão, que estão trabalhando e que já estavam no órgão há tempo, e que também precisam utilizar tecnologia. Os esforços do nosso pessoal, digamos assim, não foram, em momento algum, diminuídos. Ao contrário: a gente incentiva que esses esforços aumentem.

O detalhe é que há bastante coisa que precisa melhorar aí, principalmente pelo seguinte: a gente precisa de mais presença nos lugares onde há mais propensão a desmatamento. Mas não é só uma presença pontual, é uma presença que tem que ser marcada e depois a gente tem que ter frequência. Não adianta passar num garimpo ilegal e só voltar lá dois anos depois. A gente tem que ir e voltar e voltar e voltar. Sozinho a gente não faz isso. A gente conta com Força Nacional, a gente conta com as polícias militares estaduais para ajudar nesse tipo de ação.

E aí vem um ponto interessante. Quando a gente começa a analisar estatisticamente se está melhorando ou piorando, a gente começa a olhar: número de multas – se aumentou ou diminuiu –; valores de autos de infração – se aumentaram ou diminuíram –; valores de embargo – se aumentaram ou diminuíram. Caramba, se a gente for efetivo na prevenção e se a gente chegar ao desmatamento enquanto ele está pequeno, a multa vai ser muito pequena. Se a gente chegar logo lá, o embargo vai ser pequeno e a gente vai evitar. O nosso grande desafio é tentar entender o seguinte: nesse período em que o desmatamento está crescendo, quanto nós evitamos que ele deixasse de crescer? Qual seria o tamanho do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmatamento se os órgãos ambientais não se esforçassem para evitar esse tipo de desmatamento? Essa é uma pergunta para a qual a gente tem buscado uma resposta. Temos tentado construir mecanismos de aferição de eficiência. E, a partir do momento em que nós temos imagens de satélite atualizadas, órgãos integrados trabalhando, daqui a pouco nós vamos aferir quanto tempo levamos para atender esse ponto que foi identificado, quanto tempo levamos para voltar nesse ponto, e aí vamos ter melhorias. Essas melhorias já estão aparecendo. Nós temos unidades que estão melhorando em relação à diminuição do desmatamento.

E fica o convite ao Senado para que a gente possa visitar esses lugares que compõem exemplos positivos, em que a comunidade que existe no lugar evita o desmatamento, que o órgão também consegue evitar.

Acabei a apresentação.

Eu agradeço realmente e fico à disposição para as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada de coração, Marcos, pela sua contribuição.

Vamos agora ouvir o Sr. Nabil Moura Kadri, do BNDES. Acho que pronunciei certo – ou não.

Você, Nabil, tem um tempo de 15 minutos.

O SR. NABIL MOURA KADRI (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. É sempre um desafio essa questão...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Estou precisando ter aula dos vários idiomas...

O SR. NABIL MOURA KADRI – Essa que é a vantagem de a gente viver num País tão diverso...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É verdade.

O SR. NABIL MOURA KADRI – ... e composto de pessoas de tantas nacionalidades: a gente poder ter essa diversidade representada nos nossos nomes.

Mas, Senadora, muito obrigado pelo convite institucional ao BNDES para estar fazendo parte hoje dessa reunião.

É até bastante interessante para nós lembrar o histórico de atuação do banco. Como os demais comentaram, o BNDES não é responsável por fazer a política pública ou fazer a gestão da política pública, mas o BNDES é um instrumento da política pública do Estado brasileiro como um banco de desenvolvimento de longo prazo, com o olhar para as ações estruturais que o País tem para o seu desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O BNDES já tem a unidade de meio ambiente há mais de 30 anos. A gente foi um dos primeiros bancos no Brasil a criar uma unidade de meio ambiente. A gente esteve presente na Rio 92, a gente participou ativamente da Rio+20 e a gente tem participado praticamente de todas as conferências, das partes relacionadas à crime, parte da comitiva brasileira também, há muitos anos.

A gente tem um histórico bastante importante em algumas frentes, eu dividiria em três frentes: a primeira delas é institucional. A gente já conta com uma política ambiental interna desde a década de 90, desde 1999. A gente se antecipou às resoluções do Banco Central de 2014, que exigiam que as instituições financeiras tivessem uma política de responsabilidade socioambiental. O banco já tinha criado a sua em 2010, quatro anos antes da edição dessas portarias e resoluções pelo Bacen, e agora, mais uma vez, a gente também dava um passo à frente, com as novas resoluções do Bacen publicadas ainda esse mês, que incorporam as questões climáticas dentro da questão de gestão de riscos e gestão da responsabilidade socioambiental das instituições financeiras. Ali em 2019, quando a gente revisou essa nossa política, a gente já incorporou as questões de clima. Então, há dois anos, a gente já colocou no mais alto nível da atuação estratégica do banco as questões relacionadas à agenda climática. Mais uma vez, o BNDES é um instrumento das políticas públicas, então a gente guia nossa atuação em relação não só aos compromissos nacionais mas internacionais assumidos pelo Brasil. E a gente sabe que o Brasil tem compromissos públicos bastante importantes dentro dessa agenda, principalmente quanto à questão das reduções das emissões até 2030, ao fim do desmatamento ilegal também até 2030 e agora, mais recentemente, o compromisso da neutralidade de carbono até 2050. Então, o banco é um instrumento para auxiliar não só os setores econômicos mas também os entes públicos, Estados e Municípios, a conseguirem dar conta desse desafio.

Aí eu passo para o segundo ponto. O primeiro que eu falei era a parte institucional. A segunda parte é a parte das soluções financeiras e mobilização de recursos. O BNDES se destaca, também já há algumas décadas, como um importante instrumento de inovação financeira na agenda climática e ambiental. Então, é bom lembrar que, em 2017, fomos o primeiro banco, a primeira instituição financeira no Brasil a emitir *greenbones,* para conseguir recursos no exterior para a agenda verde, dentro do Brasil; ano passado, também, fomos a primeira instituição financeira a emitir letras financeiras verdes, que são captações no mercado interno voltadas para a agenda de clima e para a agenda verde; e, desde a década de 2009 e 2010, o banco também é gestor dos fundos nacionais relacionados à temática, tanto o Fundo Clima quanto o Fundo Amazônia. Mas é bom lembrar que a gente tem uma série de outros instrumentos à disposição para conseguir auxiliar a economia para essa transição para uma economia de baixo carbono. Não à toa, o banco hoje é o maior financiador global de energias renováveis. Se a gente comparar com bancos públicos, privados, inclusive bancos que têm atuação global, o BNDES se destaca em relação a esse apoio na parte de energias renováveis. Do ponto de vista das questões relacionadas ao requerimento, o banco tem um papel muito grande de destaque na implementação das políticas públicas voltadas ao combate e à prevenção ao desmatamento ilegal. Eu queria destacar aqui um ponto que nos é de bastante orgulho, inclusive: o apoio do banco à instrumentalização do Cadastro Ambiental Rural. No fim de 2019, a gente completou um estudo de avaliação de efetividade de apoio do banco à implementação do CAR,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive utilizando recursos do Fundo Amazônia, e a gente identificou que, dos 6 milhões de Cadastros Ambientais Rurais feitos no Brasil àquela data, 1 milhão foi viabilizado por meio do apoio direto do banco para principalmente o cadastramento daquele pequeno agricultor, de menos de quatro módulos fiscais, para que ele pudesse ter a sua regularidade ambiental atingida. A gente tem um canal de diálogo muito aberto com o serviço florestal brasileiro, com o próprio Banco Central, em relação ao uso dessas informações e aos próximos passos. O primeiro passo da inscrição foi dado, mas a gente sabe que há os passos da validação e, mesmo, da recuperação de áreas que tenham sido indevidamente desmatadas.

Eu aí queria aproveitar esses... Eu pediria para vocês, por favor, controlarem meu tempo, porque eu perdi aqui quando começou.

Mas, de qualquer forma, eu queria também trazer um outro aspecto, que é a participação do banco na agenda de restauração. A gente está falando das ações de combate e prevenção ao desmatamento ilegal, mas é importante a gente lembrar também que existe um desafio imenso de recomposição de ecossistemas, inclusive com metas estabelecidas para isso. O BNDES tem uma atuação já bastante histórica na recomposição, principalmente de ativos na Mata Atlântica, por exemplo, com mais de R$290 milhões já investidos para a restauração florestal – e aqui estou falando tanto de recursos reembolsáveis, de crédito mesmo, para o produtor conseguir fazer essa restauração florestal como também de recursos não reembolsáveis. Então, nós somos uma das instituições que mais apoia a restauração florestal no Brasil – isso a podemos falar com tranquilidade – e, como eu comentei, mobilizando tanto recursos de crédito quanto recursos não reembolsáveis.

Há uma outra questão importante para nós, que seria o terceiro pilar que eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para dividir com vocês: o avanço que temos feito na questão da transparência. Nesse sentido, eu ia até fazer um convite, porque dez minutos é um tempo tão corrido para a gente conseguir passar tudo o que a gente tem feito, para vocês conhecerem dois portais.

Um é o nosso portal, o portal dos ODS, em que a gente fez um esforço bastante concentrado ao longo do ano de 2019 para conseguir demonstrar para a sociedade quanto o BNDES tem ajudado ou contribuído no atingimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável, os ODS. Lembro que, num dos ODS, o ODS 13, que é o ODS de clima, por exemplo, a gente pode encontrar muito da contribuição do banco. Então, nesse portal, a gente pegou tudo o que o banco fez, de 2015, que foi quando o Acordo de Paris foi aprovado, em diante, quanto a gente tem apoiado para cada um dos 17 ODS. Então, bem interessante navegar ali e ver os resultados de efetividade das entregas que a gente tem feito para a sociedade, para cada um deles.

E convido também para conhecer o portal do próprio Fundo Amazônia. Ali a gente tem todos os nossos relatos de entregas, os relatórios anuais, os projetos que estão em andamento, os projetos aprovados, apoiados e todas as entregas também que foram avaliações externas de efetividade independentes. Vale muito a pena também entrar para conhecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a nossa página dedicada também ao Fundo Clima, que é o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, foi criado pela Política Nacional sobre Mudança do Clima. Dentre suas ações, um dos subprogramas tem relação direta com a questão de florestas nativas.

Então, de forma bastante resumida, gostaria aqui de reforçar o empenho do banco nesses segmentos, tanto dos avanços institucionais que garantam políticas internas que apontem para um desenvolvimento sustentável mais condizente com a preservação dos ecossistemas, as soluções que estão sendo criadas, financeiras e não financeiras, para apoiar esse processo... E aí, falei um pouco dos fundos de forma rápida, mas eu queria também destacar outras duas questões que a gente lançou inclusive neste ano. Uma que foi o BNDES Crédito ASG – aliás muito interessante esse –, em que a gente tem um crédito que está vinculado a metas ambientais e sociais das empresas que pegarem esse crédito. Conforme elas batam essas metas, elas têm uma redução no custo do financiamento. Então ali, por exemplo, a gente colocou como uma das metas ter um inventário de emissões de carbono e metas de redução de emissão do cliente que está tomando aquele empréstimo. E se ele reduz as emissões dele, ele tem uma redução da taxa de juros, por exemplo. Queria trazer esse ponto e trazer o Garagem, que é o programa que nós temos, o BNDES Garagem, para incentivo ao empreendedorismo inovador. Neste ano, ele foi todo vinculado à agenda de *startups* de impacto, sendo que duas das vertentes estavam diretamente relacionadas com a agenda de sustentabilidade, incluindo, inclusive, nossos esforços em relação a tecnologias para mapeamento, monitoramento de desmatamento ilegal, por exemplo, tecnologias para valoração da bioeconomia em pé. Então, a gente tem ali o apoio a esse empreendedorismo inovador via o BNDES Garagem.

E, por fim, o terceiro pilar, como eu falei, o da transparência. A gente tem tentado ao máximo avançar nos instrumentos de transparência e de relato da efetividade do banco nas agendas tanto climáticas quanto socioambientais.

Então, Senadora, estamos à disposição para dúvidas e comentários. De novo, a gente tem aí uma gama muito grande de atuação no segmento e tentei trazer um pouquinho de tudo para pelo menos passar pelas nossas prioridades. Está bem?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Nabil, pela sua participação.

Nós vamos agora aqui ao nosso último palestrante de hoje, o genuinamente brasileiro, assim como eu, Samuel Vieira de Souza, que vai estar aqui representando o Ibama.

Samuel, você tem 15 minutos.

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA – Bom dia, Senadora.

Vieira de Souza, e do Nordeste, porque o meu Souza é de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E o meu Pereira é do Maranhão. (*Risos.*)

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA (Para expor.) – É uma satisfação, Senadora, participar desta audiência, muito obrigado pelo convite. Saúdo a senhora e todos os outros Senadores que estão presentes, todos os colegas das várias instituições presentes, tratando sobre esse tema.

A minha fala vai ser bem direta porque bastante do que eu iria apresentar aqui a Secretária Marta apresentou muito bem e o Diretor Simanovic, meu colega e companheiro lá do ICMBio, também adiantou bastante coisa e com muita precisão.

Eu sou Diretor de Proteção Ambiental do Ibama. A nossa diretoria atua em três vertentes.

A primeira delas é a fiscalização ambiental, toda a parte de fiscalização no País inteiro é realizada aqui por uma coordenação geral dessa diretoria. Nós atuamos não só no combate ao desmatamento, mas, também, aos ilícitos ambientais em todas as áreas, ou seja, a nossa força de trabalho é espalhada por todo o País e nas diversas atuações: combate ao desmatamento, combate a garimpos, combate ao tráfico de animais, combate ao comércio de fauna e flora, combate à pesca ilegal. Então, é um aspecto muito amplo que tem aqui a nossa fiscalização ambiental.

A segunda vertente, que a diretoria trabalha também, mas não é tema dessa audiência, é a prevenção e o controle das emergências ambientais. Nós temos uma coordenação geral aqui que é voltada exatamente para isso, que faz não só o acompanhamento, a prevenção, mas também a ação durante um eventual acidente ou desastre ambiental.

E o Centro de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, o Prevfogo, é também uma vertente da nossa diretoria, que também é alvo aqui do nosso tema.

Pois bem, a Secretária Marta já adiantou muito bem toda a coordenação que o Ministério do Meio Ambiente, integrando esforços com outros ministérios, com o Cnal, o Ministério da Justiça, o Ministério da Defesa, o Ministério da Economia, o esforço que o Ministro Joaquim Leite tem feito nesses meses depois que ele assumiu o ministério para incrementar, implementar e fazer uma ação forte em cima do combate do desmatamento.

Nós tivemos, aí sim, através da Lei nº 14.169, de junho deste ano, uma suplementação de crédito de R$198 milhões. Desses recursos, R$168 milhões foram destinados à fiscalização e R$29 milhões destinados à prevenção e ao combate a incêndios florestais.

Esse recurso nós investimos, por orientação do Ministro Joaquim, em meios de tecnologia para que nós possamos aprimorar as nossas ações, não só de fiscalização, mas, também, de prevenção e combate ao desmatamento, aos ilícitos ambientais e aos incêndios também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também gostaria aqui de apresentar um dado que pouca gente conhece, que é a nossa força de trabalho para a fiscalização ambiental.

Não é de conhecimento notório que todo analista ambiental ou técnico ambiental do Ibama está habilitado a realizar a fiscalização ambiental. Os agentes ambientais federais são analistas ambientais e técnicos ambientais que realizam um curso de fiscalização e são "portariados" pelo Presidente do instituto. Então, nem toda força de três mil e alguma coisa servidores que o Ibama tem espalhada pelo País está habilitada, está "portariada", ou seja, tem a competência de realizar a fiscalização propriamente dita, por ser um assunto devidamente muito específico.

Para se ter uma ideia, hoje nós temos uma força de 658 agentes ambientais federais. Desses 658, 281 estão aptos e 377 estão inaptos para o trabalho de campo – isso por questão de idade, por questão de comorbidade, por questão de doença. Nós tivemos a pandemia, que teve um efeito forte nas ações de fiscalização; retomamos, no início deste ano, com os agentes ambientais retornando às atividades de campo. Mas é interessante colocar aqui que a faixa etária desses agentes ambientais federais, na média, é de 51 anos, ou seja, é uma força de trabalho que já tem uma certa idade para realizar um trabalho duro, principalmente quando nós falamos em operações de fiscalização e combate ao desmatamento no interior da Amazônia, que requer grandes deslocamentos, deslocamentos aéreos ou deslocamentos terrestres por estradas com pouca condição de trafegabilidade e mobilidade, em que se levam dias muitas vezes para se deslocar por 200km, 300km, levam-se dois, três dias, dependendo da época do ano. Então, esse é um conhecimento... E realmente quem acompanha de perto as ações de fiscalização sabe da dificuldade que nós encontramos nisso aí.

Essa capacidade de trabalho, essa força de trabalho... Logicamente estamos ansiosos porque, este ano, tivemos a aprovação pelo Ministério da Economia do novo concurso, que será realizado para o ano que vem, com o qual faremos a incorporação de 568 novos servidores no instituto. Desses 568 servidores, nem todos trabalharão na área ambiental, alguns serão administrativos, mas, com a força que será introduzida na área ambiental, tanto analistas ambientais como técnicos ambientais, em torno de 500, nós queremos, sim, trabalhar uma nova força de agentes ambientais, de 400 a 450 novos agentes ambientais federais. Nós vamos fazer a capacitação deles, já estamos iniciando, com esse recurso que nós recebemos, o equipamento que nós vamos trabalhar e que eles vão receber no ano que vem – já vão chegar, realizar o seu curso com seu novo equipamento –, para não só dotar o agente público que está ali investido do poder público de realizar a fiscalização ambiental com os melhores meios para a segurança dele, mas para que ele possa desenvolver da melhor forma possível a sua atribuição.

Essa capacitação requer agora um planejamento muito apurado. Para isso, nós estamos fazendo uma revisão de todos os nossos normativos e procedimentos operacionais para que possamos, sim, formar essa nova turma de agentes ambientais federais já numa concepção mais moderna, com meios mais modernos. Hoje nós temos uma integração muito grande de meios satelitais, de meios de inteligência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

artificial, de muita coisa que facilita a nossa ação de fiscalização, e nós precisamos implementar isso na nossa ação.

Mesmo assim, eu gostaria, Senadora, de apresentar aqui... Eu costumo dizer que a cama é *king size* e o cobertor é de solteiro infantil, porque o País é enorme, os biomas são diferentes – temos cinco biomas para atuar –, mas a força de trabalho do Ibama, como eu falei aqui, são agentes ambientais experientes, competentes e dedicados.

Nós tivemos um retorno dos nossos agentes ambientais este ano. Aumentamos consideravelmente a presença em campo, principalmente neste segundo semestre. Para a senhora ter uma ideia, nós tivemos um aumento: de 1.597 autos de infração, no primeiro trimestre, para 2.544, no terceiro trimestre. Eu sei que isso não são, como o Simanovic apresentou, pontos que nós temos que considerar, porque isso aqui é muito relativo, pois numa ação do Ibama nós podemos não ter autuação ou podemos ter três ou quatro atuações; podemos não ter embargo; numa operação, nós temos 15, 20 ações. Então, é difícil nós quantificarmos em cima de autos, de multas, de valores de multas, porque isso não é uma mensuração que pode nos dar uma avaliação do que está sendo feito. Mas coloco aqui, sobre a força de trabalho, que está voltando o número de presença, o número de operações que nós estamos desenvolvendo em campo: 501 no primeiro trimestre e 829 no terceiro trimestre. Então, foram 829 ações pontuais – e estou falando dos biomas que nós estamos trabalhando aqui na audiência, que é o Cerrado, a Amazônia e o Pantanal.

A integração que nós estamos buscando junto aos outros órgãos, e tem sido efetiva... E não é possível realizar uma ação de desmatamento – a senhora, como maranhense, conhece muito bem a nossa Amazônia, a problemática da Amazônia –, não se faz operação na Amazônia sem logística. A logística é um grande gargalo para qualquer operação na Amazônia. E, para isso, muitas vezes nós temos que recorrer aos especialistas em logística, que são as Forças Armadas. Um grande ganho que nós temos nas operações de GLO, com o apoio do Cnal, que faz essa interface nossa com o Ministério da Defesa, é na questão logística, porque as áreas são grandes, os deslocamentos são grandes, as ações de retirada de material são complexas. Nós não conseguimos fazer contratação, por exemplo, um exemplo aqui bem comum, de pranchas para transportar tratores e para as escavadeiras que são apreendidas. Não conseguimos fazer essa contratação no interior do Pará. Podemos lançar mil editais que ninguém se apresenta.

Agora, infelizmente, o crime consegue isso com a maior naturalidade: ele não atua na 8.666, ele paga direto e, principalmente, se o dono daquela empresa, daquele equipamento prestar um serviço para um órgão público, ele vai ser, muitas vezes, combatido, boicotado lá na sua cidade no interior.

Essa é a problemática que nós temos lá. Por isso, nós precisamos, sim, contar com o apoio de outros órgãos, principalmente a questão do Ministério da Defesa. E, nisso, as operações de GLO nos auxiliam muito, com a presença e a questão da logística para nós realizarmos grandes deslocamentos, para nós realizarmos operações de grande vulto. Operações de grande vulto têm, por consequência, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

volume muito grande de material que tem que ser retirado da área de operações e que tem que ser destinado.

Da mesma forma é a presença: embora o Ibama seja uma instituição capilarizada e esteja em várias áreas, em várias cidades no interior da Amazônia, nós não conseguimos ter uma ação efetiva. Por isso, estamos aí com um projeto que foi capitaneado pelo Ministro Joaquim junto com o Ministro Anderson, do Ministério da Justiça. Fizemos aqui um termo de execução descentralizada com a Força Nacional para que eles dispusessem de um efetivo de 350 policiais militares, que nós distribuímos pelos Municípios onde existem os maiores índices de desmatamento. Esse projeto está tendo sucesso nestes dois meses em que ele está sendo implementado. Por quê? Porque nós do Ibama passamos para a Força Nacional quais são as áreas que precisam ser vistoriadas, que precisam ser abordadas. Eles atuam no ponto e nos mandam os relatórios do que está acontecendo naquele ponto, ou seja, tivemos uma presença nos 23 Municípios com maior índice de desmatamento no País ao longo destes dois meses. Vamos continuar com essa experiência. Estamos cada vez mais fazendo com que o fluxo de informações entre a diretoria e a Força Nacional seja mais tempestivo para que nós possamos atuar fortemente, mas só a presença da Força Nacional junto com os agentes ambientais nesses Municípios, realizando essas operações de presença, já tem surtido efeito porque inibe o desmatamento nessas áreas.

Também estamos retornando aqui com a fiscalização remota, utilizando todos os meios de satélite que nós temos, todas as informações. Aqui, nós conseguimos uma excelente integração tanto com o Inpe quanto com o Censipam, com o Ministério da Justiça. E o sensoreamento remoto é feito através de imagens que nós recebemos, trabalhamos, identificamos. E aí, sim, podemos notificar e até mesmo autuar sem estar presentes, ou seja, através das imagens do comparativo do que está sendo feito dentro daquela propriedade, dentro daquela área, o desmatamento que está sendo feito dentro de um espaço temporal. Isso tem surtido efeito também, surte o efeito dissuasório, porque o proprietário está vendo que está sendo monitorado por satélites e está sendo notificado de que a área dele está sendo acompanhada. E, a partir daí, se ele insistir em continuar aquela ação de desmatamento, ele vai ser autuado, multado, etc., conforme o procedimento.

Pois bem. Com relação à questão da fiscalização, é isso que eu gostaria de apresentar aqui. Nós estamos atuando, sim, forte no combate ao desmatamento e aos ilícitos ambientais; essa é uma das agendas do ministério.

E, com relação à prevenção e combate a incêndios, também com esse aporte de R$29 milhões... Neste ano, nós tivemos uma temporada de incêndios menor. Nós acreditamos que, trabalhando com imageamento e principalmente com prevenção, educação e integração com os Estados, principalmente, nós vamos conseguir, no ano que vem, ter uma ação mais efetiva. O ano passado foi crítico. Neste ano, reduziu, tivemos problemas críticos em alguns Estados, particularmente Mato Grosso e Tocantins. Mas, no ano que vem, com certeza, estaremos mais preparados para fazer principalmente a prevenção com relação a isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, muito obrigado. Eu me coloco à disposição da senhora e de todos os presentes na reunião para qualquer esclarecimento. Estamos aqui no instituto, na Diretoria de Proteção Ambiental, à disposição de todos.

Bom dia para todos!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Samuel, de coração, pela sua participação conosco.

Gente, o Senador Wellington Fagundes e a Senadora Rose de Freitas nos estão acompanhando pelo Zoom, mas não fizeram perguntas.

Então, nós vamos fazer o seguinte... Eu tenho aqui algumas perguntas, manifestações que nós recebemos pelo e-Cidadania. Eu vou fazer... Eu queria que vocês anotassem o seguinte, porque eu vou fazer aqui duas perguntas minhas e vou passar... Eu tenho várias perguntas, mas vou reduzir aqui para duas perguntas, e uma seria para o ministério, mas me parece que saiu a nossa representante.

Então, a primeira pergunta é a seguinte: o Brasil assumiu... Se vocês puderem anotar e depois só fazer um comentário geral sobre tudo... O Brasil assumiu no Acordo de Paris o compromisso voluntário de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e em 43% até 2030 em relação aos níveis constatados lá atrás, em 2005, e também estabeleceu a meta sobre o desmatamento ilegal da Amazônia, que seria zerado até 2030. Minha pergunta é: o Brasil tem trabalhado de fato para cumprir essas metas? Se a resposta for positiva, eu pediria que os senhores pudessem definir pelo menos três ações que pudessem evidenciar essas metas do Acordo de Paris.

Outra pergunta que eu faço é dirigida mais diretamente ao ICMBio e ao Ibama e, é claro, aos demais, se quiserem responder.

O orçamento do Ministério do Meio Ambiente para 2021 é o menor desde o início do século. Houve também uma redução de 29,1% na destinação dos recursos para o Ibama e de 40% para o ICMBio neste ano em relação, por exemplo, aos valores de 2019. Eu pergunto aos senhores: quais as expectativas em termos orçamentários para 2022?

Vou seguir aqui com as perguntas do e-Cidadania. As pessoas participam via internet. Vocês poderão fazer um apanhado geral, para poderem comentar conosco.

Katharine Fortunato, de Minas, pergunta o seguinte: "Quais os planos do Governo para minimizar os impactos das queimadas e dos desmatamentos, que só têm aumentado a cada dia?". Eu pediria que vocês fizessem um comentário.

Silmara Santos, de São Paulo, diz: "São necessários mais investimentos para o meio ambiente, além de uma grande conscientização da população".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ellen Hane, do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "Acredito que existe a necessidade de conscientização sobre a importância da prevenção de nossas riquezas naturais, pode-se fazer mais!".

Chegaram agora duas outras perguntas.

Alan Venturini, de São Paulo, diz o seguinte: "O Congresso deveria regulamentar de acordo com as práticas internacionais os créditos de carbono, a política ambiental atual deixa a desejar".

Alisson Carneiro de Almeida, do Pará, diz o seguinte: "Têm que ser criadas leis mais coercitivas, pois a sanção de multa não é suficiente para combater a prática desse crime".

Antes de devolver a palavra aos senhores para respostas e considerações finais, eu comunico que, no intuito de aprofundar e valorizar os debates de interesse e participação do cidadão nas audiências públicas, assim como ajudar a tarefa dos Relatores das Comissões, a Secretaria encaminhará essas perguntas que acabaram de ser feitas para serem recebidas diretamente por vocês. Se quiserem responder, poderão fazê-lo, remetendo de volta à Secretaria. A resposta também poderá ser gravada em vídeo, cuja gravação será anexada à reunião e ligada à pergunta do cidadão, lá no e-Cidadania, onde estarão também marcadas todas as perguntas que temos ao longo da reunião, com indicação exata do momento da leitura.

Bom, pessoal, nós chegamos aqui ao encerramento e vou passar mais uma vez a uma rodada rápida de três minutos para vocês fazerem as considerações finais e um breve comentário sobre esses questionamentos que foram feitos, está bom?

A Marta, do MMA, já saiu. Vou começar aqui pelo Fernando, do Ministério da Agricultura. Ainda está, Fernando? Se ainda estiver, três minutos, Fernando. (*Pausa.*)

Fernando não está mais?

Então vamos seguir aqui com o Hugo e o Rafael. Vocês dois podem também fazer as considerações finais. Parece-me que foi o Rafael...

O SR. FERNANDO SILVEIRA CAMARGO – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Oi.

O SR. FERNANDO SILVEIRA CAMARGO (Para expor.) – Senadora, quero sim, só para agradecer pela oportunidade, pelo convite e dizer que nós estamos muito à disposição, aqui, no Ministério da Agricultura, está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Está bom, Fernando. Obrigada, querido.

O Hugo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO CHUDYSON ARAÚJO FREIRE (Para expor.) – Senadora, fazendo umas breves considerações finais aqui, eu tentei primeiro elogiar os colegas que fizeram as exposições. Creio que no Brasil não é fácil, Senadora, ser gestor público. Nós temos uma dimensão continental. E, como foi bem colocado, às vezes o cobertor é curto, a decisão é difícil de ser tomada. Por isso eu acho que eventuais soluções só surgem quando você busca uma integração. Então, para nós do controle externo, a integração é sempre bem-vista aos nossos olhos porque evita duplicidade de esforços, fragmentação e lacunas da atuação do Estado, que é limitada. O Estado não pode e não consegue atuar em todos os campos. Daí muitas vezes se precisa, sim, da atuação da sociedade como um todo. O melhor fiscal, por assim dizer, seria o fiscal "sociedade".

Palavras que me surgiram aqui agora para fechar a integração. A presença do Estado: quando se fala basicamente sobre desmatamento, tem que haver a presença do Estado. Como ele vai alcançar, essa é uma decisão da gestão, não cabe ao Tribunal de Contas da União, mas com o uso da tecnologia, invariavelmente. Dada a dimensão que o Brasil tem, não se enfrenta um desafio chamado desmatamento, por assim dizer, sem se investir claramente no uso massivo da tecnologia.

E palavra final: o meio ambiente para órgão de controle – isso mundo afora, porque nós, Tribunal de Contas da União, fazemos parte de instituições que também são controle – é entendido como um patrimônio público ambiental que deve ser bem gerido. Essa é uma fala que traz a sociedade brasileira para uma responsabilidade comum.

Não sei se o Rafael quer fazer alguma palavra final, mas da minha parte eu agradeço a oportunidade de compartilhar com os senhores uma discussão sobre um tema muito relevante.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Hugo, de coração.

Rafael.

O SR. RAFAEL LOPES TORRES (Para expor.) – Senadora, quero só agradecer realmente.

Acho que as perguntas foram mais direcionadas para os órgãos de Governo mesmo, não é? Então, quero só agradecer a oportunidade e colocar-nos à disposição, lá no TCU, para qualquer esclarecimento adicional.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada.

Nabil, do BNDES.

O SR. NABIL MOURA KADRI (Para expor.) – Senadora, antes de terminar a minha fala, não posso deixar de fazer um grande elogio ao Estado do Maranhão pelas riquezas naturais. Acabei de voltar de lá, há uma semana, e fiquei impressionado com a região da Chapada das Mesas e com os Lençóis. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um Estado riquíssimo em belezas naturais e precisa também ter a preservação do bioma reforçada. Então, eu queria começar fazendo esse apontamento.

E quero relembrar a fala anterior dos colegas que participaram hoje. A questão do desmatamento ilegal no Brasil é uma questão extremamente complexa, que demanda a integração de muitos instrumentos, políticas e atores. E, dentro dessa perspectiva, a gente compreender também qual é o papel que um banco público de desenvolvimento tem, com um olhar de longo prazo, é relevante para a gente compreender também quais são as questões em que a gente pode atuar de forma mais precisa.

Coloco aqui o banco à disposição para tirar qualquer dúvida, aprofundar qualquer um dos temas que eu compartilhei na fala inicial, mas quero dizer que estamos empenhados dentro da agenda para conseguir bons resultados ao longo dos próximos anos.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Nabil, pela sua participação.

Com a palavra o Dr. Samuel, do Ibama. (*Pausa.*)

Seu áudio, Samuel.

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA (Para expor.) – Obrigado, Senadora, pelo convite. Obrigado por poder participar aqui, por poder apresentar um pouco do trabalho aqui da diretoria.

Coloco-me à disposição da senhora, de todos os outros Senadores e da população em geral para qualquer esclarecimento, qualquer contato aqui na Diretoria de Proteção.

O nosso colega do TCU colocou muito bem a questão da integração. Estamos buscando aqui, principalmente, uma integração muito forte com os Estados. Estou buscando aqui com as secretarias estaduais de meio ambiente realizar esses esforços. A Lei Complementar 140 diz muito claramente quais são as atribuições em cima das ações ambientais que devem ser feitas, de Governo Federal, governo estadual e governo municipal; nós estamos buscando integrar isso, e os resultados são muito positivos.

Coloco-me aqui à disposição. Estamos trabalhando fortemente no combate ao desmatamento e aos ilícitos ambientais e, principalmente, na prevenção e educação dos combates a incêndios florestais.

Muito obrigada, Senadora. Um bom dia para a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Samuel, de coração.

Vamos, então, à palavra final do Marcos de Castro, que é o nosso representante do ICMBio.

Marcos, você tem três minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC (Para expor.) – Senadora, novamente, gratidão pela oportunidade de participação.

Nossos parabéns aos colegas que fizeram as apresentações.

Estamos à disposição, da mesma forma como o Samuel e os colegas falaram, para trabalhar de uma maneira bastante integrada, ouvindo efetivamente todos que podem colaborar com essa questão. O ICMBio está à disposição.

Nós investimos também em ferramentas que não são apenas de comando e controle, como a fiscalização e a proteção ambiental. Também estamos investindo no turismo na unidade de conservação, um turismo de natureza, um turismo que leva um visitante a conhecer o valor que aquela unidade tem, a respeitar a unidade e, a partir daí, a ajudar na conservação.

E temos parceiros que são importantíssimos nisso. Há todo um processo para levar esse turismo de maneira organizada às unidades, que conta com participação de outros ministérios, da SPPI, dos bancos, efetivamente dos consultores que ajudam na modelagem disso, da revisão e das recomendações e determinações do TCU, que faz a verificação desse trabalho, e, enfim, da sociedade como um todo.

Então, o ICMBio está à disposição, somos parceiros. E eu estou à disposição para responder às perguntas que forem apresentadas.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Marcos, de coração, pela sua participação.

Bom, gente, como eu disse, as perguntas serão direcionadas a cada um de vocês, que estarão consignados no nosso relatório.

Mais uma vez eu quero reforçar: aqueles que têm a apresentação e que, por ventura, não conseguiram deixá-la enviem para nós. O nosso relatório será apresentado em Glasgow. Estamos na reta final de conclusão do relatório, que é muito importante porque faz uma avaliação do impacto das mudanças climáticas em relação ao nosso País. E hoje nós fechamos, na verdade, esse ciclo de debates, ouvindo representantes do setor público e também dos ministérios ligados à área ambiental.

Muito obrigada de coração.

Desculpem as brincadeiras, está bom? Foi uma honra conversar com todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e três minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Giordano, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Leila Barros e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Lasier Martins, Alvaro Dias, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 25ª, 26ª e 27ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 128, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a eliminação controlada de materiais, de fluidos, de transformadores, de capacitores e de demais equipamentos elétricos contaminados por Bifenilas Policloradas (PCBs) e por seus resíduos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Vista concedida ao senador Zequinha Marinho. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6545, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece incentivos à indústria da reciclagem; e cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 135, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Retirado de pauta para realização de audiência pública. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 333, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências, para revogar o direito ao porte de armas aos servidores públicos no exercício da fiscalização de caça." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PROS/RR). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 415, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui o Fundo Amazônia e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Vista concedida ao senador Zequinha Marinho. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 50, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Joaquim Álvaro Pereira Leite, Ministro de Estado do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações adequadas sobre o Parque Nacional (Parna) de São Joaquim e a implementação da unidade de conservação, principalmente as desapropriações acompanhadas das devidas indenizações." **Autoria:** Senador Fabiano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contarato (REDE/ES), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 51, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 208/2018, que redefine o traçado do Parque de São Joaquim e altera seu nome para "Parque Nacional da Serra Catarinense"." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 54, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 135/2020, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento"." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 57, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater soluções para os problemas de atraso no cronograma da obra do derrocamento do Pedral do Lourenço." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 58, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2021 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 135/2020, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento" sejam incluídos os seguintes convidados." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 59, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 40/2021 - CMA seja incluído um novo convidado." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 25ª, 26ª e 27ª Reuniões realizadas em 6, 8 e 15 de outubro deste ano.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foram apresentadas à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente os seguintes documentos:

1) Em apoio aos produtores rurais e agricultores, em defesa do marco temporal e pela aprovação do Projeto de Lei 490, de 2007, da Câmara dos Deputados: a) Ofício nº 48, de 2021, da Câmara de Vereadores de Gentil, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção nº 7, de 2021; e b) Ofício 385, de 2021, da Câmara Municipal de Erechim, que encaminha a Moção nº 35, de 2021.

2) Ofício nº 323, de 2021, da Diretoria Legislativa da Câmara Municipal de Matozinhos, Minas Gerais, que encaminha moção de repúdio ao Edital de Chamada Pública do Ministério do Meio Ambiente nº 1, de 2021, que visa à seleção de projetos para melhoria da gestão de resíduos sólidos a serem executados por consórcios públicos situados no Estado de Minas Gerais, conforme requisitos e critérios nele enunciados.

3) Mensagem eletrônica da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura que encaminha o relatório "Recomendações para a COP 26" junto ao sumário executivo. Os documentos são enumerados. Sugestões para cinco eixos nas negociações internacionais: primeiro, "Ambição climática"; segundo, "Regulação dos mercados de carbono"; terceiro, "Valorização dos ecossistemas"; quarto, "Financiamento climático"; e quinto, "Justiça climática".

4) Mensagem eletrônica da Presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), a Promotora de Justiça Cristina Seixas Graça, do Ministério Público da Bahia, na qual encaminha nota da Abrampa contrária à Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2021, que trata da composição do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa deste Senado, os documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão na internet pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitadas pelos membros a correspondente autuação até esta data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico ainda o encerramento do prazo de manifestação dos documentos comunicados na 25ª Reunião desta Comissão em 6 de outubro de 2021.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam da reunião remotamente.

Antes de entrar na pauta desta reunião, eu gostaria de deixar meus votos de pesar às famílias das duas crianças ianomâmis mortas após serem sugadas por uma draga de exploração ilegal de minério no dia 12 de outubro – ironicamente, quando se comemora o Dia das Crianças.

Eu vou repetir: duas crianças ianomâmis mortas após serem sugadas por uma draga de exploração ilegal do minério. Ou seja, além de ilegal, irresponsável ao não saber provavelmente operar o maquinário e, portanto, ter sugado duas crianças.

Destaco também as recorrentes tempestades de areias chamadas de *haboob*, que estão virando fenômenos frequentes no Sudeste e no Centro-Oeste. Nas últimas semanas, pelo menos seis Estados brasileiros registraram eventos desse tipo. Na última sexta-feira, o fenômeno tomou a região de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

Lembro também que, no último sábado, dia 16 de outubro, comemorou-se o Dia Mundial da Alimentação. A data é celebrada desde 1981 em dezenas de países como um marco para a conscientização da população sobre questões relativas à nutrição e à alimentação. Infelizmente a fome voltou a assolar o nosso País. São cerca de 20 milhões de brasileiros e brasileiras em situação de insegurança alimentar. Não é aceitável que num país com dimensões territoriais e clima como o nosso existam pessoas que não sabem quando será a sua próxima refeição. É mais que possível produzirmos alimentos para colocarmos em primeiro lugar o povo brasileiro de maneira sustentável e saudável.

Por fim, gostaria de ressaltar a iniciativa para a realização do Fórum Mundial de Bioeconomia, que irá concluir suas atividades no dia de hoje em Belém. É a primeira vez que o encontro é realizado no Brasil. Lembro que a bioeconomia é um dos temas dos cinco GTs do Fórum da Geração Ecológica criado nesta Comissão de Meio Ambiente, que desde junho está trabalhando para apresentar propostas sobre o tema no próximo ano.

Além disso, eu queria relatar que estive, assim como o Presidente da Casa, Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, em Roma, no Parlamento italiano, participando da reunião da União Interparlamentar preparatória da COP 26, que acontecerá em Glasgow, na Escócia, no Reino Unido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participaram 89 países representados por Deputados ou Senadores e tivemos lugar de fala tanto eu quanto a Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e o Deputado Marcos Pereira, que falou em nome do Presidente da Câmara dos Deputados. Registro que vários Parlamentares de vários países do mundo anotaram a preocupação com aquilo que o atual Governo Federal brasileiro trata na questão ambiental.

Então, mais uma vez, eu quero registrar, perante os membros desta Comissão e aqueles que nos acompanham pela TV Senado, que é preciso que o Senado da República – eu tenho discutido isso com o Presidente Rodrigo Pacheco – mostre uma posição, independentemente de quem é oposição ou situação ao Governo Federal, de resistência e propositiva em relação à questão ambiental para que o mundo não considere que, além do Poder Executivo com as posições externadas pela equipe do Governo Federal, esta Casa também faria ou faz tábula rasa da questão ambiental.

Ontem, eu entreguei ao Presidente Rodrigo Pacheco um texto em forma de moção – ficou para que ele julgue se é razoável – para que fosse aprovado no Plenário do Senado, para que pudesse ser levado em forma de moção à COP 26 como um posicionamento do Senado da República, preocupado com as questões ambientais.

Eu vejo aqui na tela o nosso querido Senador Jayme Campos e fico pensando no Pantanal, que, de novo, é ameaçado por novos incêndios. A Subcomissão... Ontem eu encontrei o Senador Wellington Fagundes, que me disse que o plano de trabalho da Subcomissão já está pronto. Podemos aprová-lo aqui, de tal forma que possamos efetivamente começar a ter algumas atuações, com a presença do Senado da República, nessa questão dos incêndios no Pantanal.

Então, eu repito que é preciso, de novo, com aquilo que eu entendo que é a melhor condução para uma Casa como esta, que é plural e democrática, buscarmos pontos de consenso.

Estou vendo também o Senador Plínio Valério se encaminhando, creio eu, para o Senado em um veículo.

Então, acho que é importante que nós tratemos disso.

Por fim, eu gostaria de registrar que já aprovei ontem uma moção no Pleno do Senado, apresentei uma moção de solidariedade à Sua Santidade o Papa Francisco pelos impropérios totalmente descabidos pronunciados por um Deputado Estadual do Estado de São Paulo da tribuna da Assembleia Legislativa daquele Estado, ofendendo a Sua Santidade, ofendendo o Bispo de Aparecida, ofendendo movimentos sociais. Eu entendo que a liberdade de opinião e de expressão principalmente dos representantes do povo não deve ser confundida ou usada na forma de desrespeito principalmente a uma liderança religiosa.

Então, eu creio que nós devemos, já que o Estado é laico, respeitar todas as convicções religiosas. Realmente, confesso que fiquei impressionado com os termos chulos utilizados por esse Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estadual. Nem sei de que partido ele é, não faço questão de citar o nome, porque o que eu acho é que é impossível que a gente comece a conflagrar o País dessa forma, porque, ao ofender o Santo Padre... Olhem que eu sou judeu, estou falando disso muito à vontade. Mas poderia ser um rabino, poderia ser um pastor, poderia ser um monge budista, poderia ser um pai de santo ou uma mãe de santo. As palavras são, na minha opinião, para mim... Fiquei perplexo, confesso. E foi por conta de um incidente ou de uma pregação feita no dia 12 lá em Aparecida.

Senador Esperidião Amin, pois não!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Senador Jaques Wagner, eu citei o seu nome há pouco na Comissão de Assuntos Econômicos de maneira devida e encomiástica, até porque lá mencionei a questão dos seus relatos sobre a incursão na Bahia, sob o seu governo ainda, da questão do saneamento básico. Eu estava propondo um debate sobre limite de gastos, tipos de gastos.

Então, o senhor para mim representa sensatez e experiência. Eu votei com o seu requerimento, mas vou colocar aqui uma respeitosa reflexão: não se deve dar importância a um assunto dessa natureza. O político catarinense Aderbal Ramos da Silva dizia o seguinte: "Quem faz cartaz de trouxa é lavadeira". Ou seja, quando você exalça um assunto desses, você dá mais importância do que ele tem. Existe um ensinamento do nosso querido Rabino Nilton Bonder, que diz: "Não faça tempestade em copo d'água". Ou seja, eu subscrevo, mas quero lhe fazer essa advertência. É uma advertência para mim também, nós não devemos dar importância. E, se me permite citar, Jesus Cristo dizia: "Não se atiram pérolas a porcos". Não é uma reprimenda, mas é uma reflexão respeitosa que eu lhe trago na condição de seu admirador e amigo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu acolho com muita tranquilidade, até porque o respeito é absolutamente recíproco, porque eu entendo que V. Exa. é uma das figuras públicas de Santa Catarina que honra aquele Estado nas diversas posições que já teve. Aliás, a família, porque não só o senhor, como a nossa Deputada Federal Angela Amin. Portanto, sei da sua reflexão em termos inclusive filosóficos. E até concordo com V. Exa.

Vou lhe contar uma experiência. Eu, quando me elegi a primeira vez para o Governo da Bahia, isso era absolutamente tido como impossível, improvável. Na noite anterior à eleição, o jornal de televisão dizia: "Eleição resolvida no primeiro turno" – o candidato do PFL à época venceria no primeiro turno. Acertaram metade. Acabou no primeiro turno, mas quem ganhou fui eu. E eu passei, não porque não tivesse importância, mas eu passei a campanha inteira, eu me eduquei, eu não citava o nome do Senador Antonio Carlos Magalhães, eu não citava. Por vezes, eu dizia "o modo pefelista de governar...". E o povo dizia: "O senhor não vai falar o nome?" "Não. Não faço propaganda de adversário". De certa forma, em outro aspecto, comungando com o que V. Exa. disse. Mas talvez eu tenha sido tomado, porque eu o ouvi falando... Era um negócio, era algo fora do comum. Mas acolho com humildade a sua reflexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou entrar na pauta, na Ordem do Dia.

Eu só quero questionar o Senador Heinze. V. Exa. está na CPI, é isso?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu vou pedir vênia aos colegas...

O item 1 é o dele?

Senador Jean Paul, V. Exa. me permite? É porque o Senador Heinze eu pedi que viesse hoje aqui, saindo da CPI, para poder relatar essa matéria. V. Exa. também está na CPI?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Estou, mas não estou. Mas está bem. Vamos fazer a inversão.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bem, então eu vou para... É porque o projeto de lei...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas nenhum dos dois está indiciado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, é porque o Presidente da Casa requereu esse projeto para o Pleno. Eu ponderei com ele que não tem por que retirar a Comissão de Meio Ambiente dessa matéria.

Então, Senador Heinze, Projeto de Lei nº 6.545.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 6545, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece incentivos à indústria da reciclagem; e cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Luis Carlos Heinze

Relatório: Não apresentado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Há pedido da SGM para remessa da matéria ao Plenário, para inclusão na Ordem do Dia em 21/10/2021.

2. O despacho inicial previa, além da CMA, a análise da CAE sobre a matéria.

Passo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze para a leitura do relatório.

Como não é terminativo, será uma votação simbólica. Se V. Exa. quiser se limitar aos pontos que mais interessam, à análise, eventualmente, e ao voto, fique à vontade.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator.) – Sim.

Sr. Presidente Senador Jaques Wagner, muito obrigado pelo entendimento – nós conversamos ontem por telefone e estamos agora tratando do projeto. Agradeço aos Senadores presentes, particularmente ao Senador Jean Paul, que tem projeto que está em primeiro lugar na pauta, pela inversão em função da CPI.

Sim, esse projeto que o Deputado Carlos Gomes apresentou, o 6.545, é muito importante para a questão do lixo no Brasil.

Só vou fazer uma colocação. O Governo tem alguma discordância, principalmente com relação ao fundo. O que eu combinei com o Deputado Carlos Gomes foi o seguinte. Nós vamos aprovar dessa forma e, até que saia no relatório, eu vou voltar a conversar com o Governo. O Deputado Carlos não veio comigo hoje, então, só estou colocando aos colegas Parlamentares que ainda vou conversar à tarde com o Deputado Carlos Gomes e com o Ministério da Economia para tentar fazer alguns ajustes ainda no projeto. Se for o caso de alguma mudança, será feita no Plenário amanhã.

Encontra-se em exame na Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei nº 6.545, de 2019 (em sua origem, PL nº 7.535, de 2017), de autoria do Deputado Carlos Gomes – e ressalto que ele foi catador; então é uma homenagem aos catadores brasileiros –, que estabelece incentivos à indústria da reciclagem; e cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle).

Análise.

Compete à Comissão de Meio Ambiente, nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao mérito, concordamos com o autor da proposição sobre a conveniência de criar incentivos fiscais para a atividade. A reciclagem evita a poluição e diminui a necessidade de extração de matérias-primas diretamente na natureza. Além disso, existe o impacto econômico positivo da reciclagem em termos de seus efeitos diretos sobre as indústrias recicladoras e também efeitos indiretos sobre o conjunto das demais atividades econômicas.

Lembramos, também, que a gestão dos resíduos sólidos urbanos nas cidades brasileiras se tornou um desafio ambiental de largas proporções. A exaustão da vida útil dos aterros sanitários, a poluição, a presença de catadores nos lixões, a escassez de áreas disponíveis para a criação de outros aterros e o desperdício de materiais ainda complexos indicam a necessidade de uma revisão do modo como os resíduos sólidos são processados.

Desse modo, é imperativo que sejam criados incentivos para a implementação de um sistema de reciclagem em nosso País. Sendo assim, acreditamos que a proposição deva ser aprovada.

Meu voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.545, de 2019.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Heinze.

O relatório do Senador Heinze em relação ao Projeto de Lei 6.545 está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Como ele não é terminativo, a votação é simbólica.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o relatório que acaba de ser lido permaneçam como se encontram.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu só estou pedindo a palavra para cumprimentar o Senador Heinze e para dizer da grande importância que esse projeto tem para o desenvolvimento ordenado, sistêmico e crescente desse grande estuário que é a reciclagem. Neste fim de semana, recebi apelos no sentido de agilizarmos a aprovação e, sem dúvida alguma, tudo que nós pudermos fomentar em termos de reciclagem deve ser tentado, e se tivermos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aperfeiçoar, aperfeiçoaremos. Agora, aprovar e complementar o marco que já existe a respeito desse tema é essencial para o desenvolvimento de uma política ambiental consequente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu quero me somar aos seus comentários, dizer, Senador Heinze, e ao Deputado que eu não sei se está aqui presente, mas também elogiando, porque efetivamente, hoje, quando nós encontramos tanta gente desempregada, as cooperativas de catadores, de recicladores ou mesmo as empresas cumprem um papel fundamental. Tem tudo a ver com o meio ambiente. Nós estamos na década dos oceanos, declarada pela ONU, por quê? Porque se continuarmos na mesma batida que estamos hoje, nós em 2050 teremos mais peso de plástico nos mares do que de peixes. Então, é preciso que nós demos destinação a tanto lixo que é produzido pela sociedade – embalagem, lixo... Lixo orgânico é uma outra coisa, mas de qualquer forma o reciclado tem uma finalidade, ele vira produto de novo, é riqueza e emprega muita gente. Então, eu me somo ao comentário do Senador Esperidião Amin para parabenizar.

Coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Há uma requisição do Presidente do Senado para que ele vá direto ao Plenário, não vá à CAE. Essa decisão não está ao meu alcance, é o tempo que V. Exa. tem para discutir sobre a questão do fundo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu volto então ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a eliminação controlada de materiais, de fluidos, de transformadores, de capacitores e de demais equipamentos elétricos contaminados por Bifenilas Policloradas (PCBs) e por seus resíduos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Jean Paul Prates

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com a emenda de redação que apresenta

A relatoria é do Senador Jean Paul Prates, a quem eu passo a palavra para o seu relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Presidente, obrigado.

Eu quero aqui tentar resumir o relatório, mas resumi-lo dá um pouco de trabalho, porque de fato o projeto é importante e é terminativo aqui. Portanto, eu vou passar à descrição do que é o projeto, mas vou ler a análise de forma um pouco mais completa.

Chega à Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2018, de autoria do Deputado Penna, do PV de São Paulo. Esse projeto é originalmente de 2011. Era o Projeto nº 1.075, que dispõe sobre a eliminação controlada de materiais, de fluidos, de geradores, transformadores, capacitores, e demais equipamentos elétricos contaminados por bifenilas policloradas (PCBs) e por seus resíduos.

O projeto está estruturado em 14 artigos e eu passo, então, diretamente à análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, em particular à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal. Cabe-lhe, ainda, apreciar a constitucionalidade e a juridicidade do projeto, inclusive quanto à técnica legislativa, uma vez que se trata da única Comissão para a qual a matéria foi distribuída.

Do ponto de vista constitucional...

Ah, perdão, eu fiz aqui uma... Obrigado.

Na verdade, o projeto tem aqui a tramitação nesta Comissão como única Comissão para o qual foi distribuído, Presidente, mas não é terminativo, daqui seguirá diretamente para o Plenário.

Mas passamos, então, à análise da constitucionalidade. A iniciativa parlamentar é legítima e o projeto não invade assuntos de iniciativa reservada ao Presidente da República, positivado no art. 61, §1º, da Constituição Federal. Propõe regras para a eliminação controlada das bifenilas policloradas, em consonância com o princípio da defesa do meio ambiente na ordem econômica (art. 170, inciso VI, da Constituição Federal), pois a substância é classificada como perigosa por causar danos ao meio ambiente e à saúde humana.

O projeto cuida de controle da poluição, tema cuja competência legislativa é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, de acordo com o inciso VI do art. 24 da Constituição Federal.

A proposição é dotada de juridicidade, uma vez que inova o ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade e respeita os princípios gerais do Direito. Além disso, apresenta boa técnica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela LC nº 107, de 2001.

A matéria em pauta vem à nossa apreciação dez anos após sua apresentação à Câmara dos Deputados, ocasião em que já era um tema necessário e urgente para deliberação do Congresso Nacional, dada a sua importância sob as óticas ambiental e econômica.

As bifenilas policloradas (PCBs), comercialmente conhecidas como ascarel, são compostos químicos utilizados como fluidos dielétricos (isolantes de eletricidade). Devido à sua não inflamabilidade, estabilidade química, alto ponto de ebulição e propriedades de isolamento elétrico, as PCBs foram usadas em centenas de aplicações industriais e comerciais, principalmente em equipamentos elétricos, estando presentes, assim, em transformadores, capacitores, subestações, etc. Apesar dessas características que popularizaram sua utilização, apresentam potencial elevado de causar danos ao meio ambiente e à saúde humana.

As PCBs são classificadas como Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), por permanecerem longos períodos no meio ambiente, podendo ainda afetar a saúde humana, em casos de exposição duradoura e contínua. Elas se acumulam nos organismos vivos, com biomagnificação ao longo da cadeia alimentar. Esse termo indica que os organismos podem adquirir contaminantes mais rapidamente do que seus corpos podem eliminá-los, aumentando a concentração de PCBs a cada nível da cadeia alimentar.

A exposição aos POPs pode levar a efeitos graves para a saúde, incluindo certos tipos de câncer, defeitos de nascença, sistemas imunológicos e reprodutivos disfuncionais, maior suscetibilidade a doenças e danos aos sistemas nervosos central e periférico.

Os diversos estudos que, desde a década de 60, constataram os riscos de uso de POPs, incluindo as PCBs, tanto para a saúde humana quanto para o meio ambiente, levaram à adoção, por diversos países, de medidas específicas para limitar a sua produção e o seu uso. Entre as legislações mais detalhadas e completas estão as dos Estados Unidos e da Comunidade Europeia. Devido à sua alta periculosidade, as PCBs foram sendo banidas de novos equipamentos elétricos a partir da década de 80.

No Brasil, a Portaria Interministerial nº 19, de 1981, proibiu, em todo o Território nacional – é a Portaria Interministerial do MIC/MI/MME –, a fabricação, a comercialização e o uso de PCBs, em estado puro ou mistura, estabelecendo que os transformadores em operação com essa substância, na data da publicação da portaria, poderiam continuar funcionando até que fosse necessário seu esvaziamento, quando deveriam, então, ser preenchidos com fluidos que não contenham PCB. A portaria proibiu também o descarte de PCB em aterros sanitários, cursos e coleções de água, permitindo somente o armazenamento ou a destruição do produto.

Embora a intenção da portaria fosse tratar da necessidade "urgente e indispensável [de] evitar a contaminação do ambiente por bifenilas policloradas", ela continha grave lacuna, ao deixar de estabelecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um prazo máximo para que os equipamentos dielétricos com PCBs fossem esvaziados e preenchidos com fluidos que não contenham essa substância. Por essa lacuna, muitos equipamentos – os quais possuem vida útil de 40 a 60 anos – ainda carregam PCBs como fluido isolante.

Na esfera multilateral, no âmbito das Nações Unidas, o problema ganhou grande reconhecimento, até que, em 2001, na Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, foi adotada e aberta para assinaturas, tendo entrado em vigor em 2004. No Brasil, seu texto foi promulgado por meio do Decreto 5.472, de 2005. Em junho de 2021, a convenção possuía 184 países signatários, ou países partes.

A convenção tem por objetivo banir e restringir o uso de substâncias químicas classificadas como POPs, e é um dos mais inovadores documentos diplomáticos multilaterais por consagrar justamente, entre seus objetivos, o princípio da precaução, estimular o fortalecimento das capacidades nacionais e determinar a responsabilidade compartilhada entre governos nacionais e setores produtivos.

Para cumprir suas deliberações, as partes se obrigam a desenvolver estratégias eficazes para a eliminação, a proibição e a restrição dos POPs e, para tanto, devem adquirir uma compreensão perfeita das situações dos referidos produtos químicos dentro de seus territórios. A importância desse tratado encontra-se na característica do longo alcance a que podem chegar esses poluentes, podendo ser carregados por longas distâncias, o que requer uma ação concertada, em nível global, dado que nenhum governo, atuando sozinho, poderá proteger seus cidadãos e o meio ambiente dos POPs.

Na condição de signatário da convenção, evidentemente cabe ao Brasil tomar as medidas e obrigações de eliminar, restringir e reduzir a produção e o uso de POPs e seus resíduos. No caso particular das PCBs, sua eliminação vem sendo discutida há bastante tempo no Brasil, principalmente no setor elétrico, onde foram largamente utilizadas em virtude de suas propriedades e da sua estabilidade térmica e química.

Após a edição da citada portaria interministerial de 1981, outros instrumentos de caráter infralegal foram editados, mas sem que se lograsse a eficácia desejada para assegurar a gestão ambientalmente adequada desse poluente. Esse aparato continua bastante incompleto e ambíguo, deixando margem a diferentes interpretações. Não há qualquer dispositivo que regulamente os processos aceitáveis para destruição de resíduos contendo bifenilas policloradas, bem como não há definição quanto ao teor de contaminação de qualquer substrato que o classifique como PCBs.

Em face do vácuo legislativo na União, as duas unidades da Federação mais ricas do País lograram aprovar iniciativas para regular a matéria.

No Rio de Janeiro, foi aprovada a Lei 3.373, de 1999, que proíbe a utilização do óleo ascarel em todo o território daquele Estado, determinando ainda a substituição dessa substância, quando utilizada em transformadores ou outros equipamentos, por substância não tóxica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em São Paulo, foi aprovada a Lei 12.288, de 2006, que "dispõe sobre a eliminação controlada das PCBs e dos seus resíduos, a descontaminação e a eliminação de transformadores, capacitores e demais equipamento elétricos que contenham PCBs, e dá providências correlatas", cujo texto serviu de inspiração ao PL 1.075, ora aqui relatado.

Pode-se afirmar, assim, que as duas maiores economias estaduais do País já estão submetidas a normas de controle do uso de PCBs, de teor semelhante à presente proposição, de forma que se diluem considerações sobre custos de implementação dessas medidas. Não há que se protelar esta discussão, especialmente se considerados os benefícios advindos da medida para a saúde da população. A longa tramitação da matéria na Câmara dos Deputados, passando pela análise de várias Comissões, conferiu ao tema maturidade suficiente para sua regulamentação em âmbito federal.

Da nossa parte, temos a contribuir com emenda de redação que torna o texto do art. 11 mais claro, objetivo, evitando interpretações equivocadas. Primeiramente, evitamos a repetição dos transformadores e capacitores elétricos selados e não selados, agrupando-os na mesma oração. Em seguida, evitamos a dupla negação, que poderia levar à interpretação errônea de que apenas os óleos isolantes com alto teor de PCB (os mais poluentes), comprovado por laudo, é que poderiam ser utilizados. Essas alterações foram incorporadas à emenda que apresentamos ao final.

Ao longo desta tramitação, o projeto recebeu aperfeiçoamentos para contemplar os diversos interesses em jogo, bem como para assegurar prazos factíveis para sua implementação. O projeto não fixa nenhum prazo em data específica, trazendo expressões mais adequadas, tais como "conforme os prazos previstos na Convenção de Estocolmo", ou "em até três anos da publicação desta Lei". Os ajustes realizados mantiveram a coerência do texto legal com a Convenção de Estocolmo, criando as condições para agilizar a adoção das providências necessárias para a eliminação, no País, desse perigoso poluente, que são as PCBs.

Diante da urgência e da gravidade do problema, nosso entendimento é que a iniciativa oferece ao Estado brasileiro as condições necessárias para proteger a sociedade sem onerar o setor produtivo e, ao mesmo tempo, cumprir com seus compromissos internacionais, particularmente a Convenção de Estocolmo. Trata-se de matéria que, por seus avanços em nível nacional e internacional, merece ser incorporada ao aparato legal brasileiro.

Presidente, vamos ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 128, de 2018, com a emenda mencionada, justamente ao art. 11, que fica com a seguinte redação: "Art. 11. É proibida a comercialização de transformadores e capacitores elétricos selados ou não selados que tenham sido violados, para qualquer finalidade, sem laudo comprobatório de que o óleo isolante contido nesses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos apresenta teor de PCBs inferior ou igual ao disposto no inciso II do *caput* do art. 3º desta Lei".

Esse é o relatório, Presidente, pedindo, portanto, a aprovação.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Eu quero aqui pedir vista ao Projeto de Lei 128, tão bem relatado pelo nosso colega Jean Paul Prates no sentido de tentar sugerir algumas adequações, ouvindo naturalmente a base do Governo.

Então, fica a minha solicitação de vista.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, a vista está aprovada, é regimental.

Mais algum Senador pretende pedir vista? Aí eu daria vista conjunta. (*Pausa.*)

Então, vista concedida ao relatório do Senador Jean Paul relativo ao Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2018.

Eu só pediria, Senador Zequinha, para que a gente possa dar a tramitação, que a gente pudesse cumprir o Regimento e ela voltar na semana que vem com...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Tranquilo, Presidente. Tranquilo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Presidente.

Para esse efeito estou completamente à disposição do Senador, para as alterações ou sugestões que tiverem que ser apresentadas, lembrando que esse projeto, evidentemente, já tem dez anos de tramitação. Há exaustiva discussão em várias Comissões da Câmara dos Deputados, inclusive várias audiências públicas com a participação do Governo, desse Ministério do Meio Ambiente e de outros ministérios do Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem.

Nossa equipe vai fazer contato, Senador, para a gente poder conversar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se V. Exa. me permite, eu tenho um compromisso a seguir e eu queria pedir para fazer um brevíssimo comentário sobre os Requerimentos 50 e 54.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu não tenho nenhuma objeção até de que eles sejam aprovados. Mas eu acho que, se fosse possível postergá-los... Eles são de minha autoria, subsidiariamente à iniciativa do Senador Fabiano Contarato.

São o 50 e o 51, desculpa.

Do que eles tratam? Eles tratam daquela sessão, infelizmente frustrada, do parque da Serra Catarinense. Depois daquilo, nós tivemos uma reunião com o Senador Heinze e um representante, o único que veio, do ICMBio, o Glender. Combinamos que os cinco Municípios que têm parte do seu território abrangido pelo parque teriam uma reunião com o ICMBio, a tal negociação final que deve anteceder uma deliberação pública nossa.

Então, essa reunião está sendo agendada pelo Senador Heinze – eu participei da primeira. Vamos convocar representantes dos cinco Municípios para tentar uma solução técnica. E isso não é perder tempo, pode ser ganhar tempo para que se tenha um ou dois tópicos que mereçam deliberação, caso não haja um acordo completo. De forma que a minha sugestão é postergar por uma semana.

Não falei com o Senador Fabiano Contarato. Se quiserem botar em votação, eu vou votar a favor, mas nós não vamos agendar a vinda nem do ministro, porque não há o que cobrar do ministro se não houver essa tentativa de acordo.

Eu acho mais sensato postergarmos por uma semana. E votaríamos o 50 e o 51 na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

Senador Esperidião, na verdade, na ausência do Senador Fabiano Contarato, V. Exa. é o único representante, signatário do requerimento, presente, o que validaria a votação.

Se V. Exa. está pedindo a retirada, eu considero que ele está retirado sem prejuízo de ser reapresentado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, na próxima...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... na semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí é uma discussão, inclusive, com o outro signatário, que é o Senador Contarato.

Então, retirado o Requerimento 50 de pauta.

Retirado de pauta. Ele não caduca. Ele continua aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. Retirado de pauta para retorno, com o compromisso de apreciarmos na próxima reunião ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, o item 3 da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 135, que altera a Lei nº 12.651, de autoria do Senador Kajuru, com a minha relatoria. Mas há um requerimento do Senador Zequinha Marinho pedindo uma audiência pública.

Senador Zequinha, V. Exa. quer ler o seu requerimento?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu quero, inclusive, me somar, porque eu aditei o seu requerimento para incluir também outros participantes, mas é um direito de V. Exa. pedir a audiência. Por isso, eu aprovo primeiro o requerimento para depois retirar de pauta o item e nós marcarmos a audiência pública sobre esse tema.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 54, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 135/2020, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento".

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 135, de 2020, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maio de 2012, Código Florestal, para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento".

Proponho para a audiência a apresentação dos seguintes convidados: representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA), representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para encaminhar.) – Pois não.

Eu vou ler também o meu Requerimento nº 58, de 2021, que, na verdade, adita ao seu outros convidados para que aprovemos os dois requerimentos em conjunto.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 58, DE 2021

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2021 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 135/2020, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento" sejam incluídos os seguintes convidados.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Eu não cito nomes, eu cito instituições: representante da Coalizão Ciência e Sociedade, representante do Observatório do Código Florestal, representante do MapBiomas e representante do Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Em discussão os dois requerimentos, já que, na verdade, eles são um só, simplesmente adicionados outros convidados. (*Pausa.*)

Não havendo Senadores ou Senadoras que queiram discutir, está encerrada a discussão.

Em votação os dois requerimentos.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados os dois Requerimentos: 54 e 58. (*Pausa.*)

Portanto, eu retiro de pauta o item 3, para que possa acontecer a audiência pública de que trata os requerimentos a que acabo de me referir.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Presidente, aproveitando o momento e tratando desse assunto, eu estou subscrevendo aqui o Requerimento de nº 59, do Senador Wellington Fagundes, também para adicionar mais um convidado à audiência pública solicitada pelo Requerimento nº 40, de 2021.

Eles querem convidar o Sr. Joab Hamilton da Costa, Coordenador Técnico da Associação dos Pescadores do Gravatá. Esse requerimento pede a inclusão desse convidado. O requerimento original, que solicita a audiência pública, é o de número 40, de 2021, do Senador Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só para esclarecer os Srs. Senadores – e já vou passar a palavra ao Senador Carlos Fávaro, que pede a palavra remotamente –, esse requerimento do Senador Wellington Fagundes, subscrito pelo Senador Zequinha, é a audiência pública que vai acontecer nesta sexta-feira sobre a pesca de arrasto no litoral do Rio Grande do Sul. Então, é só para esclarecer.

Senador Carlos Fávaro, com a palavra V. Exa.

Eu não sei se é sobre esse requerimento, mas com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, era só para parabenizá-lo pela condução dos trabalhos desta Comissão.

Este assunto é tão relevante como todos os outros que esta Comissão de Meio Ambiente está tratando.

Nós vivemos um momento em que o mundo está em polvorosa com as políticas ambientais brasileiras e nós precisamos corrigir isso. Nós precisamos ter equilíbrio e, mais que isso, mostrar o tanto que fazemos em prol do meio ambiente, com um Código Florestal moderno, que, se não é o melhor do mundo, foi amplamente debatido com a sociedade, impõe regras claras de controle para que nós possamos produzir com sustentabilidade.

E, nesse sentido – nós conversamos um pouco ontem em Plenário –, eu acho que nós precisamos ir para esta COP, até o nosso Presidente Rodrigo Pacheco, e levar uma mensagem positiva do Senado Federal. Se o Governo Federal não está preocupado, o Senado Federal está preocupado com as políticas públicas de produção sustentável neste País, para que nós possamos garantir acesso aos mercados cada vez mais restritos àqueles que não cumprem o seu dever de produzir com preservação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu gostaria, então, que nós pudéssemos trabalhar para aprovar os projetos na Comissão e levar a Plenário, tanto o do licenciamento ambiental como também o da regularização fundiária – eu acho que são respostas importantes –, com a responsabilidade que teremos de mostrar para o mundo que aqui nós não queremos precarizar, mas, ao contrário, ter regras claras e eficientes para que nós possamos fazer a inclusão de pessoas e produzir cada vez mais de forma sustentável.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, Senador Carlos Fávaro, suas palavras para mim soam como música nos meus ouvidos. Conversamos ontem em Plenário e eu lhe relatei a imagem que percebi na reunião que participei junto com o Presidente da Casa, em Roma, no Parlamento italiano, com 89 países, representantes de Parlamentos de 89 países.

E eu concordo absolutamente com V. Exa. Se o Governo Federal tem a posição dele, é um direito, com o qual eu não concordo, evidentemente, mas é legítimo, porque ele está sentado na cadeira com a autorização do povo brasileiro, através da maioria de votos que teve. Agora esta Casa aqui é plural, assim como a Câmara dos Deputados. Portanto, o nosso papel, além de fiscalização dos atos do Governo Federal, também é de emanar opiniões que possam ser constituídas em consenso.

Nos dois projetos de que V. Exa. fala – de um deles V. Exa. é o Relator, do outro é a Senadora Kátia Abreu –, na verdade, ainda estão pendentes duas audiências públicas: uma da regularização, outra do licenciamento ambiental. Eu estou combinando com o Senador Acir para que a gente possa fazer essas duas últimas e, finalmente, agendar a leitura dos relatórios para que possam ser aprovados e, eventualmente, levados para a COP. Mas eu concordo com V. Exa.

Repito: ontem eu ofereci um trecho, que pode ser transformado em moção, se for o entendimento de todos, aprovado pelo Senado da República. Não se trata de se posicionar como oposição ou como membros apoiadores do Governo; trata-se de se posicionar como Senado da República num tema que hoje é pauta internacional. V. Exa. é do setor e sabe o quanto nós temos sofrido – eu estive lá fora – e quanta consequência há, eu diria assim, não é nem má vontade, nas opiniões emanadas pelo Executivo Federal, que, no final, prejudicam.

Ontem eu me reuni com representantes de alto escalão de três grandes bancos privados brasileiros, todos fazendo investimento na área de sustentabilidade e todos preocupados com a imagem do Brasil perante, inclusive, fundos de investimento.

Então, é o que eu digo, não se trata mais de esquerda, direita, de motosserra ou de bicho-grilo, trata-se de bom senso, é uma questão de sobrevivência. Não há, vou repetir, dicotomia, é falso estabelecer dicotomia entre desenvolvimento, produção, geração de emprego e a necessária sustentabilidade à preservação. A Terra está gritando, o mundo entendeu isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, na verdade, eu sinto, Senador Fávaro, porque na Conferência de Copenhague, na Conferência de Paris, foi um orgulho, para nós brasileiros, nós capitanearmos, e não poderia ser diferente, pela biodiversidade, pela natureza que nós temos aqui, pelo volume de água doce que nós temos aqui. Nós fomos protagonistas, liderança.

Hoje, eu sinto dizer que nós estamos fora da mesa, não somos convidados sequer para sentar à mesa. E eu lhe digo, de lá de fora, o que eu pude capturar é que a imagem que se tem é que o Executivo Federal brasileiro vai para a reunião para impedir o consenso, por exemplo, sobre o art.6º. Não sei se é essa a realidade.

Aliás, eu tenho uma audiência pública amanhã – nós temos –, com o representante do Ministério do Meio Ambiente que está preparando, inclusive, o documento que será a posição do Brasil na COP 26, e, amanhã às 8h ou 8h30... É às 8h? Às 8h da manhã, eu sei que o pessoal não gosta de madrugar, mas baiano gosta de madrugar, então eu vou, marquei às 8h uma audiência pública.

Estou aguardando a confirmação de alguém do Ministério das Relações Exteriores, mas vem uma pessoa indicada pelo Ministro do Meio Ambiente, que considero que tem relevância, porque é a pessoa que está organizando, subsidiando, ajudando o Ministro na elaboração desse documento; mais um representante da CNI; e mais um representante de outro segmento, de uma instituição que reúne vários empresários que pensam em desenvolvimento e sustentabilidade.

Então, eu concordo com V. Exa. Já disse isso, externei a minha opinião ao Presidente Rodrigo Pacheco. Nós não podemos permitir que nós sejamos arrastados como se viéssemos em coro. Há muitas coisas que se falam em relação à questão ambiental pelo Governo Federal. Então, eu comungo com V. Exa. e espero que a gente consiga ter esse desempenho no âmbito da COP 26, porque isso é importante para imagem do País. E eu vou repetir: não é a imagem do País só para os que pensam e defendem o meio ambiente, é para o mundo dos negócios brasileiro. Nós não podemos virar párias internacionais, porque os nossos produtos serão todos... Sofrerão restrição. Então eu me somo à sua preocupação.

Bom....

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. *Por videoconferência*.) – Exatamente, Sr. Presidente, parabéns pelas suas palavras, e vamos nós, então, buscar esse protagonismo de dar a resposta que o mundo quer. Se o Governo pensa diferente, nós vamos respeitar, o problema é dele, mas nós temos a nossa responsabilidade com os brasileiros e com o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Muito obrigado. (*Pausa.*)

Bom, já coloquei em votação o 54 e o 58? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, em discussão o Requerimento nº 59, que foi apresentado, também, pelo Senador Zequinha. Eu quero só esclarecer – aliás, já esclareci – que é uma audiência pública de sexta-feira.

Há algum Senador que queira discutir o requerimento? (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Aqueles que concordam com o Requerimento nº 59, de autoria do Senador Wellington Fagundes, subscrito pelo Senador Zequinha, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, a pessoa será convidada, também, para a audiência de sexta-feira.

Eu passo ao item nº 4, que é o Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2020, do Senador Telmário Mota, com relatoria do Senador Fabiano Contarato.

Só que o Senador Fabiano Contarato solicita retirada de pauta em função de ter recebido do autor, Senador Telmário Mota, a informação de que solicitará ao Presidente do Senado a retirada da proposição, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal.

Então, retirado de pauta o item nº 4.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 333, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências, para revogar o direito ao porte de armas aos servidores públicos no exercício da fiscalização de caça.

Autoria: Senador Telmário Mota (PROS/RR)

Relatoria: Fabiano Contarato

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. A matéria vai ainda à CCJ, em decisão terminativa.).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.122228/2021-64

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item nº 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 415, DE 2020

- Terminativo -

Institui o Fundo Amazônia e dá outras providências.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação com emendas

Senador Jayme Campos, com V. Exa. a palavra para a leitura do relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, prezado amigo Senador Jaques Wagner, Sras. e Srs. Senadores, com a devida vênia, peço autorização a V. Exa., tendo em vista que meu relatório já se encontra disponibilizado há algum tempo para esta Comissão, para entrar na fase da análise, até pelo fato de que ela é, até certo ponto, bastante grande, enorme, gigante.

Se V. Exa. me permite, vou à fase de análise. Como já está disponibilizado, eu imagino que todos os Srs. Senadores e Senadoras já tiveram acesso e já tiveram conhecimento da matéria.

Compete à CMA opinar sobre matéria atinente à proteção ambiental, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal. A proposição é examinada em caráter terminativo. Portanto, compete ainda à CMA examinar seus pressupostos de constitucionalidade e juridicidade.

O projeto atende aos pressupostos constitucionais e não invade a reserva de iniciativa do Presidente da República ao instituir o Fundo Amazônia como uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado. O objetivo principal do Fundo é destinar o valor de doações recebidas para ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Seu mérito, portanto, atende aos preceitos constitucionais do art. 225 para a proteção de um de nossos patrimônios nacionais.

Além de constitucional, a matéria é jurídica, alinhando-se com os princípios e regras da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 1981) e da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187, de 2009) para melhoria da qualidade ambiental e proteção do regime climático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria harmoniza-se ainda com a Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, que autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais.

O projeto é meritório, Sr. Presidente. Atualmente, o Fundo Amazônia é regido pelo Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, que dispõe sobre o estabelecimento e gestão do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com as alterações promovidas pelo Decreto nº 10.223, de 2020. A proposição pretende elevar ao nível legal as regras de gestão e funcionamento do Fundo, de modo a promover maior segurança jurídica à continuidade das ações de proteção da Amazônia Legal.

Concordamos com as ponderações do autor da matéria para proteger o Fundo Amazônia e permitir a continuidade de sua relevante atuação em prol do meio ambiente.

Em relação à normatização infralegal do fundo, o PL traz alterações relevantes em sua estrutura de governança. O Fundo Amazônia deixa de ser uma conta administrada pelo BNDES – que recebe doações nacionais e internacionais a serem utilizadas para o combate ao desmatamento e a conservação da floresta amazônica – e passa a ser uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, mantendo suas fontes de recursos e objetivos originais estabelecidos no Decreto 6.527, de 2008.

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia teve sua composição alterada em relação às regras do decreto, com a redução do número de representantes do Governo Federal e a inclusão de dois representantes dos doadores. A presidência do comitê, que atualmente é de um representante do Governo Federal, passaria a ser de um dos representantes da sociedade civil.

Além disso, o gestor do Fundo Amazônia, que, conforme o Decreto 6.527, de 2008, é o BNDES, passaria a ser uma instituição escolhida pelo Cofa. O principal objetivo das mudanças é garantir maior autonomia do Fundo Amazônia em relação ao Governo Federal, que, na gestão que se iniciou em 2019, paralisou o funcionamento do fundo e causou a suspensão de repasses pelos países doadores. Os senhores têm conhecimento desse assunto, e lamentavelmente temos vários recursos sendo destinados e o Governo não tem aplicado.

O Fundo Amazônia foi instituído com a finalidade de captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso ambiental da Amazônia Legal. Seu efetivo funcionamento é crucial para o Brasil.

Com base em dados do Sistema Prodes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), observa-se que a taxa de desmatamento na Amazônia Legal tem aumentado sistematicamente, sobretudo a partir de 2016, atingindo um pico de 11.088km^2 em 2020, um aumento de 142% em relação a 2012, ano em que se obteve o mais efetivo controle do desmatamento, com uma taxa anual equivalente a 4.571km^2,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devido à efetividade do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, descontinuado pelo atual Governo.

Recursos do Fundo Amazônia são fundamentais para uma política efetiva de controle desse desmatamento, que, na sua maioria, ou seja, na sua maior parte, talvez seja ilegal.

Entre agosto de 2020 e julho de 2021, a taxa acumulada de alertas de desmatamento foi de 8.712km², de acordo com o Sistema Deter do Inpe. Essa taxa representa a segunda maior da série iniciada em 2015, perdendo apenas para a taxa de 2020.

Além do aumento no desmatamento, diversas ações do atual Governo Federal têm colocado em risco as políticas públicas em mudança do clima, com destaque para a suspensão dos repasses do Fundo Amazônia.

Esses recursos totalizaram aproximadamente US$1,3 bilhão (atuais, cerca de R$6,7 bilhões), desde 2009 até a suspensão dos repasses, tendo como doadores a Noruega (93,8% das doações), a Alemanha (5,7% das doações) e a Petrobras (0,5% das doações).

Cerca de 60% desses recursos foram dirigidos, por meio de investimentos não reembolsáveis, ao poder público da União, dos Estados e Municípios, na institucionalização de programas e projetos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, por exemplo, pelo fortalecimento de brigadas estaduais e municipais de combate a queimadas e incêndios, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, por exemplo, pelo fortalecimento da agricultura familiar e criação de áreas protegidas.

A precariedade da governança ambiental, sobretudo quanto ao controle do desmatamento na Amazônia Legal, tem prejudicado a celebração do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, que poderia se reverter em ganhos significativos para o setor exportador, sobretudo de produtos agrícolas, em momento tão delicado de nossa economia.

Quero só fazer um breve comentário. V. Exa., Senador Jaques Wagner, já comentou em relação às nossas dificuldades que estamos tendo, haja vista essa preocupação de V. Exa. e de todos nós com essa visita do senhor à Itália, junto com Rodrigo Pacheco, Kátia Abreu e outros Parlamentares, que viram a dificuldade e a sua preocupação de, daqui a pouco, não sermos chamados nem para sentarmos à mesa. Isso vai trazer um prejuízo, talvez, que não dá para aferir ou mensurar, para a economia brasileira, porque, certamente, dependemos visceralmente dessa exportação para melhorarmos, com certeza, o ambiente da produção do nosso setor agrícola no Brasil.

Ainda propomos suprimir a possibilidade de participação de doadores do Fundo no seu Comitê Orientador, conforme previsto no art. 4º, inciso IV, do PL, para fortalecer a soberania nacional nas decisões de gestão dos recursos e ações do fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ajuste, Sr. Presidente, que propomos é no §4º do art. 4º, que altera a previsão de que o Cofa seja presidido por um representante da sociedade civil, já que grande parte das ações previstas para os recursos do fundo envolvem articulação federativa e significativa atuação da União. Nossa sugestão seria que a presidência fosse exercida por um representante do Governo Federal.

Diante disso, Sr. Presidente, o Voto.

Com base no exposto, somos pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 415, de 2020, com as seguintes emendas que apresentamos:

EMENDA Nº -CMA (ao PL nº 415, de 2020)
Dê-se ao §2º do art. 1º do Projeto de Lei nº 415, de 2020, a seguinte redação:
"Art. 1º
.....
.....
.....
.....
§2º As ações de que trata o *caput*, exceto quanto ao disposto no §1º deste artigo, devem observar as diretrizes e objetivos das políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento e da Política Nacional sobre Mudança do Clima, particularmente no que tange às metas nacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento e da degradação florestal.
.....
....."
EMENDA Nº -CMA (ao PL nº 415, de 2020)
Suprima-se o inciso IV do *caput* do art. 4º do Projeto de Lei nº 415, de 2020.
EMENDA Nº -CMA (ao PL nº 415, de 2020)
Dê-se ao §4º do art. 4º do Projeto de Lei nº 415, de 2020, a seguinte redação:
"Art. 4º
.....
.....
.....
.....
§4º O Cofa será presidido por um representante do Governo Federal, com mandato de dois anos.
.....
....."

Esse é o parecer do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, acho que é um assunto muito importante, sobretudo nesse momento que nós estamos vivenciando, em que o País está muito exposto, e isso nos está prejudicando sobremaneira, haja vista que – e só vou dar um dado aqui, Sr. Presidente – nós estamos reféns, muitas das vezes, da nossa exportação. Bastou haver aqui um fato, como V. Exa. conhece bem, como foi a questão da vaca louca, que surgiu aqui em Mato Grosso e no Estado de Minas Gerais e que, de fato, não era vaca louca... A carne brasileira sofreu, nesses últimos 30 dias, uma perda que, talvez, V. Exa. não avalie, mas se perdeu mais de quase... O boi estava R$320, R$330 – e a maior parte da nossa exportação estava indo para a China – e, hoje, o boi, no Mato Grosso, aqui, que era vendido a R$320, R$330, está R$260, mesmo assim com dificuldade de fazer escalas nos frigoríficos das indústrias frigoríficas em Mato Grosso, até porque o Mato Grosso detém o maior rebanho bovino deste País, com quase 31 milhões de cabeças.

O senhor não imagina como isso traz um transtorno, não só para o pecuarista, mas, sobretudo, para a própria economia da maioria absoluta dos Municípios deste Estado, muitos dos quais vivem exclusivamente da atividade do campo. Aqui, não é só a soja, não é só o milho, não é só o sorgo, mas também, naturalmente, a pecuária, que é uma grande fonte de receita para o Estado de Mato Grosso.

Aqui, com certeza, o Senador Carlos Fávaro, que também é do ramo, é da área, está com essa mesma preocupação.

Portanto, eu acho que esse projeto aqui é meritório. Aqui nós temos que dar valor ao projeto do Senador Kajuru, sem sombra de dúvidas, preocupado em facilitar, com certeza, esse ingresso de recursos para nós tentarmos conter, eventualmente, não só esse fogo que V. Exa. comentou aqui, mas, sobretudo, a questão do desmatamento ilegal. Nós temos que punir, na forma da lei, aquelas pessoas que, certamente, muitas vezes, estão fora, estão à margem da lei e estão trazendo esse prejuízo enorme, gigantesco para a questão ambiental, sobretudo, também, para a nossa economia, não só a do Mato, mas de todo o Território nacional.

Muitos não pararam para fazer uma reflexão e ver que isso pode trazer um prejuízo, depois, quase irrecuperável, com a impossibilidade de sermos competitivos e de, com certeza, vendermos de uma forma bem mais avantajada a produção do nosso Estado e de todo o Território brasileiro.

Portanto, esse é o voto. A nossa recomendação é pela aprovação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Jayme. Campos, pelo seu voto e pelas emendas que procuram melhorar o texto do projeto.

Eu, mais uma vez, vou me somar às suas palavras. Essa é uma evidência, vou repetir: não se trata de esquerda, de direita, de Governo ou de Oposição; é uma questão de bom senso. A roda do mundo está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

girando nesse sentido. Ou nós vamos acompanhar, ou nós vamos ficando à margem daquilo que o mundo inteiro está fazendo, com consequências danosas para a nossa economia.

E eu quero aqui registrar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já lhe darei a palavra.

Eu quero aqui registrar que nós precisamos, inclusive, combater isso porque o certo paga pelo errado. Porque eu olho para o agronegócio como grandes empresários que levam emprego, levam desenvolvimento, e é óbvio que quem está fazendo um investimento não quer fazer investimento marginalmente. No entanto, nós sabemos que há predadores, que há grileiros, que há corte de madeira ilegal e por aí vai. Hoje mesmo eu li aqui, na abertura, que uma draga ilegal sugou duas crianças ianomâmis. É óbvio que é uma draga legal! Um empresário que tem sua empresa constituída não vai querer viver disso, mas é preciso que, então, a gente combata conjuntamente os que estão fora e à margem da lei para que não se contagiem e se contaminem aqueles que trabalham corretamente para a produção.

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu quero cumprimentar aqui o belo trabalho feito pelo Senador Jayme Campos e, na mesma direção, concordar, em gênero, número e grau, com V. Exa. e o relatório do Senador, mas a Frente Parlamentar da Agropecuária gostaria de fazer uma análise, e eu estou pedindo vista desse projeto também, afim de que, rapidamente, seja feita a revisão que a frente parlamentar gostaria e, na próxima semana, me comprometo de trazê-lo à pauta novamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

Sem dúvida, é um direito de V. Exa., ainda mais falando o nome da frente parlamentar. Eu só questiono se mais algum Senador ou Senadora deseja pedir vista, porque aí eu já consideraria vista coletiva. (*Pausa.*)

Bom, o Senador Jayme Campos, evidentemente – eu conheço V. Exa. –, se colocará, até como produtor também que é, à disposição do Senador Zequinha e da própria frente parlamentar para sanar dúvidas, superar ou até, eventualmente, fazer alguma correção do relatório.

Então, fica retirado de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item para o qual foi concedida vista:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 415, DE 2020

- Terminativo -

Institui o Fundo Amazônia e dá outras providências.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação com emendas

Resultado: Vista concedida.)

Vou ao último item da Ordem do Dia de hoje, que é o item 9, requerimento também de autoria do Senador Zequinha Marinho.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 57, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater soluções para os problemas de atraso no cronograma da obra do derrocamento do Pedral do Lourenço.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Com V. Exa. a palavra, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater soluções para os problemas de atraso no cronograma da obra da derrocagem ou do derrocamento do Pedral do Lourenço, lá no Rio Tocantins, no Estado do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

– Sr. Eduardo Fortunato Bim, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos renováveis (Ibama);

– Sr. João Tatagiba, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá (Acim); e

– Sr. João Felipe Lemos Cunha, Coordenador-Geral de Meio Ambiente do Dnit nacional.

Presidente, a nossa grande expectativa de construção da hidrovia do Tocantins, que começaria na cidade de Marabá para chegar na cidade de Barcarena, onde faríamos o transbordo das cargas para os navios, começa pela derrocagem do Pedral do Lourenço ou do Lourenção, como nós conhecemos lá no Estado do Pará.

O Ministério e o Dnit têm solicitado ao Ibama essa licença há muitos anos. É uma situação, às vezes, até deprimente, porque a lentidão com que se arrasta esse trabalho é inadmissível, e o setor empresarial, principalmente o sediado em Marabá, que aguarda com muita expectativa essa licença para que a empresa possa dar andamento no trabalho de derrocagem, está perdendo a paciência com tantos anos de espera. O Ministro Tarcísio tem coordenado, tem trabalhado, tem articulado, de igual forma o General Santos Filhos, do Dnit, mas infelizmente a coisa não anda.

E o setor empresarial nos acionou recentemente, solicitando que a gente trouxesse a esta Comissão um debate, uma audiência pública em que as autoridades e o setor privado empresarial que deseja ver isso acontecendo pudessem aqui ouvir o Ibama sobre que motivos atrasam tanto a realização ou, digamos, a concessão dessa licença.

Assim, gostaria de pedir a V. Exa. e aos nobres pares que nos acompanham remotamente a aprovação desse requerimento para que se marque a audiência e a gente possa ouvir principalmente o Ibama no sentido de que se possam dirimir dúvidas e se possa entender a razão de tanta demora.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Zequinha, acho que esse é o papel do Senado e desta Comissão particularmente, de esclarecer e trabalhar para a busca de soluções que respeitem a necessidade do desenvolvimento e que respeitem a preservação ambiental. Então, é óbvio que, na minha opinião, é mais do que pertinente uma audiência pública dessa natureza.

Eu coloco em discussão o requerimento lido pelo Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Não havendo Senadores que queiram discutir, considero encerrada a discussão.

Coloco em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores concordam com o requerimento e, portanto, com a realização de audiência pública permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrar a reunião, me chega às mãos, Senador Carlos Fávaro, Senador Jayme Campos e Senador Zequinha Marinho, mais uma notícia que corrobora com tudo o que nós falamos aqui. Para nossa tristeza, na noite de ontem, terça-feira, o Parlamento Europeu bloqueou qualquer tipo de avanço na ratificação de um acordo comercial entre União Europeia e Mercosul, em mais uma derrota para a nossa diplomacia brasileira.

O acordo negociado durante 20 anos foi fechado em 2019, mas, para entrar em vigor, o Parlamento Europeu e todos os demais Parlamentos nacionais precisam ratificá-lo. Diante das políticas ambientais do atual Governo Federal brasileiro, além de questões sociais de direitos humanos, o *lobby* contra o tratado tem crescido e, de fato, há um impasse sobre como fazer o acordo entrar em vigor.

Para 2022, observadores em Bruxelas, onde se sedia o Parlamento Europeu, indicam que dificilmente o acordo será colocado para a ratificação pela Europa, inclusive diante das eleições na França, ou seja, a imagem do Brasil foi jogada num tal ponto que hoje as pessoas que têm uma eleição próxima não querem ratificar um acordo com o Brasil, porque sabem que terão ou imaginam que terão consequências eleitorais, ou seja, como se aproxima a eleição francesa, dizem eles que não querem colocar.

Bom, não estou dizendo que eu concorde com esse tipo de cerceamento de fora para dentro, mas, como o acordo é bilateral, é óbvio que nós temos que ter, como eventualmente seria a postura brasileira a depender da postura de um país.

Negociadores, porém, continuam buscando uma forma de permitir que o tratado possa ser desvinculado dos compromissos ambientais e que a queda das tarifas de importação seja acelerada em setores considerados como estratégicos.

Então, repare que, independentemente do juízo de valor que eu faça sobre a notícia – e não cabe a mim, e sim à diplomacia brasileira debater, discordar da posição do Parlamento Europeu –, o que eu estou, o tempo todo, é alertando. E aqui eu não estou falando como oposição ao Governo Federal brasileiro; falo como brasileiro, porque, para mim, se nós perdermos exportação, se a nossa economia for, qualquer que seja o próximo ou o atual, que se reeleja, ou outro candidato... Todos sabem que eu tenho o meu candidato, mas não se trata disso, porque eu digo sempre que quem já foi Governo Federal ou eu, que já fui Governador, não tem o direito, na oposição, de ter uma postura destrutiva, porque nós já nos sentamos na cadeira e já sabemos quais são as dificuldades de tocar um Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu chamo a atenção para que determinadas questões da política nossa, nacional, sejam tratadas com outra abordagem, sob pena desse tipo, infelizmente, de retaliação.

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – É claro que a sua fala é importantíssima e nós estamos muito atentos. Hoje estou Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, e a gente, na Amazônia, precisa realmente todo dia trabalhar.

Mas moro lá, onde vivo a vida toda, e, independentemente de haver uma questão de números, disso ou daquilo, a gente está há 50 anos participando da vida como bancário, mexendo num banco de desenvolvimento, que é o Banco da Amazônia e, depois, vinte e tantos anos de política. A situação não é boa, e o senhor disse uma coisa com que todos nós concordamos: em toda atividade, há gente que faz coisa errada – a grande maioria faz o certo, e alguns, lamentavelmente, terminam maculando a imagem de todo mundo, porque dentro daquele segmento terminam fazendo a coisa errada.

Mas eu quero dizer a todos aqui e fazer uma reflexão conjunta. O grande problema não está hoje lá, porque o Governo tem investido violentamente, mais do que os Governos anteriores, em comando-controle. É claro que, em outras operações para mitigar isso, substituindo a atividade econômica, levando tecnologia, continua do mesmo jeito, não tem alterado. Mas no comando-controle, na repressão, as operações têm sido extremas, e, lamentavelmente, violentas – é uma coisa que eu lamento profundamente. Mas se tem combatido de uma forma muito rigorosa.

Onde é que está o nosso problema? O nosso problema está na briga externa, primeiro, porque isso é um problema comercial. A mídia internacional está sendo financiada por aqueles que não gostariam de ver o Brasil avançando. São matérias colocadas, plantadas nos meios de comunicação importantes do mundo e principalmente na Europa, de forma difamatória, com relação à imagem do Brasil. Não é só aqui dentro, com ONGs trabalhando, etc, etc. Elas deixaram de ser alimentadas aqui e formaram lá fora um grupo fortíssimo. E aí não há imagem no mundo que suporte esse tipo de coisa.

Entra a questão da diplomacia. Nós precisamos trabalhar a nossa imagem lá fora, mostrar dados. Por exemplo, qual é a média de conservação ou de preservação de mata nativa no mundo? A média é 10% do Território nacional; o Brasil preserva 30%.

Se você começar a comparar números, a Europa ficará envergonhada, porque o Brasil ganha em todos os outros itens. V. Exa. conhece a Embrapa Territorial, lá em Campinas, São Paulo, e são dados oficiais e extremamente confiáveis para a sociedade, para o público, etc.

A gente precisa saber trabalhar e combater essas situações que formam verdadeiras campanhas contra a gente. À medida que não se consegue negociar lá fora, a gente vende menos carne, a gente vende menos grãos, menos frutas, etc., etc. Quer dizer, isso nos prejudica muito. É importante que o Governo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Ministério das Relações Exteriores, entre em campo o mais rápido possível para que o estrago não seja tão grande como o que a gente está vendo, a olho nu, neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Zequinha, me permita, só para contribuir realmente.

Eu falo sem medo, porque, quando cheguei à Casa, nos meus primeiros três anos como Senador, já fui Deputado, sempre conversei muito, por exemplo, com o Senador Flávio, tentando contribuir. Brincava com ele e dizia: "Olhe, eu já fui Governo Federal, já fui estadual; quem é Executivo quer paz para poder tocar suas políticas; quem gosta de barulho é a oposição, porque, às vezes, a única coisa que tem é o microfone", como se diz. A caneta está na mão do Executivo.

Então, eu digo: é preciso que não se crie, a cada semana, uma polêmica, porque acaba criando um ambiente de tumulto.

E permita-me, realmente, para contribuir: se há erros, vamos dizer, na política ambiental, eles são muitas vezes absolutizados por uma fala que potencializa o problema – interna, nossa. Quer dizer, ao invés de a gente fazer a narrativa, como V. Exa. acabou de dizer, mostrando o que se tem de positivo, muitas vezes a narrativa – aí eu sou obrigado a fazer a crítica feita pelo Presidente da República – acaba virando um símbolo da coisa ruim. Ou seja, qualquer Governo faz o quê? Bom, o que eu tenho de defeito eu tento minimizar; e no que eu tenho de positivo, eu tento jogar luz.

Então, é preciso que alguns setores do Governo contribuam, porque, querendo ou não, se alguém quer fazer...

Por exemplo, qual é o sentido de a gente fazer – na minha opinião, é óbvio que V. Exa., como Vice-Presidente da frente parlamentar, tem uma visão, como um membro que apoia o Governo tem outra visão, não necessariamente a mesma – uma política ideológica contra a China ou, eventualmente, contra países árabes, que são os nossos maiores compradores de carne e de soja? É óbvio que a retaliação vem, porque nenhum país gosta de ser agredido.

Essa briga não é nossa, a briga do 5G. Nós não temos 5G desenvolvido. Essa é a briga dos Estados Unidos com a China. Bom, cada um que faça uso de suas armas. Para que eu vou entrar numa briga de gigantes se a minha produção é de outra natureza?

Então, é só para contribuir realmente, porque eu acho que é preciso mudar a narrativa, a abordagem, senão se potencializam esses que eventualmente fazem o que V. Exa. acabou de dizer. É óbvio que ninguém é ingênuo; há uma briga comercial: se puderem acabar com o mercado de carne brasileiro, para ele ser repassado para outro país, farão. Nós é que precisamos trabalhar no sentido contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo isso como contribuição, não falo como destruição, porque eu digo sempre que na política eu gosto de ganhar, provando que a gente é melhor e não que os outros são ruins. Eu sempre fiz política assim. É melhor mostrar que a gente supera.

O defeito do adversário, eu digo sempre, todo mundo já conhece. É preciso mostrar o que você tem de bom. Então, eu realmente falo isso como contribuição, reconhecendo o papel que V. Exa. tem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Rose de Freitas e Giordano. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Jaques Wagner, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 40/2021 - CMA, de autoria dos Senadores Lasier Martins (PODEMOS/RS) e Jaques Wagner (PT/BA), e REQ 59/2021 - CMA, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes (PL/MT) e Zequinha Marinho (PSC/PA). **Finalidade:** Audiência pública com o objetivo de debater a pesca de arrasto no litoral do Rio Grande do Sul. **Participantes:** Sr. Ademilson Zamboni, Vice-Presidente da Oceana no Brasil; Sr. Alexandre Carinha Novo (representante de: Sindicato dos Armadores de Pesca do Rio Grande do Sul - SINDARPES); Sr. Gilmar da Silva Coelho (representante de: Federação das Colônias de Pescadores e Aquicultores do Rio Grande do Sul); Sr. Luís Gustavo Cardoso, Doutor em Oceanografia Biológica, professor e pesquisador na Universidade Federal de Rio Grande (FURG); Sr. Joab Hamilton da Costa, Coordenador Técnico da Associação dos Pescadores do Gravatá; Sr. Jorge Seif, Secretário Nacional de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Deputado Zé Nunes, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Lasier Martins

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 263D170C00413DC6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.